IV ENCONTRO INTERNACIONAL FRONTEIRAS E IDENTIDADES

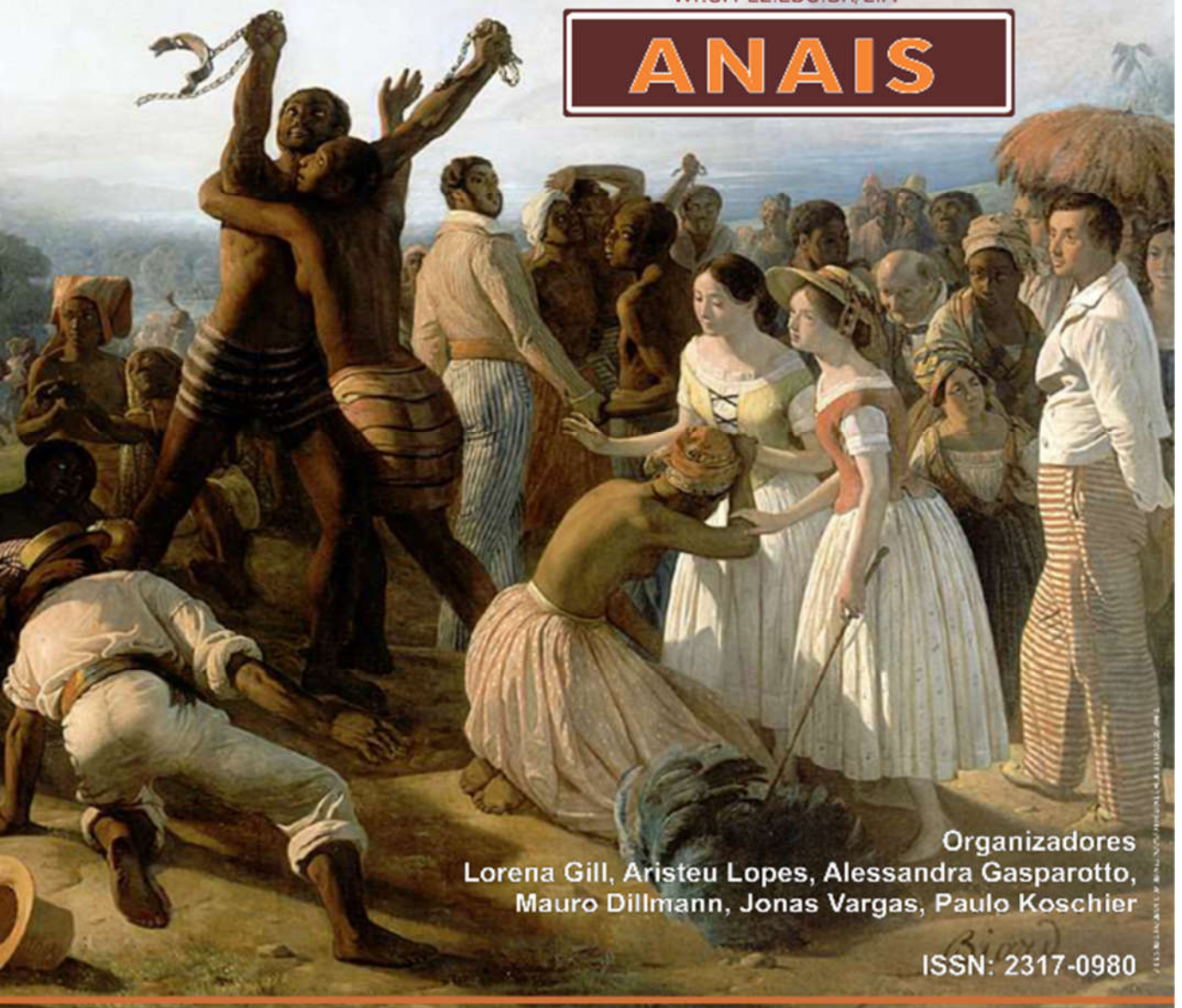
TRIBUTO À OBRA DE BEATRIZ LONER

24 A 26 DE OUTUBRO DE 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

WP.UFPEL.EDU.BR/EIFI

ANAIS



Organizadores

Lorena Gill, Aristeu Lopes, Alessandra Gasparotto, Mauro Dillmann, Jonas Vargas, Paulo Koschier

ISSN: 2317-0980

PPGE PPGS ICH UFPEL

Apoio

PPGH

Realização

CNPq CAPES

Financiamento

Reitor
Pedro Rodrigues Curi Hallal
Vice-Reitor
Luis Isaías Centeno do Amaral
Direção de Gabinetes da Reitoria
Paulo Roberto Ferreira Júnior
Pró-Reitora de Ensino
Maria de Fátima Cóssio
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação
Flávio Fernando Demarco
Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Francisca Ferreira Michelon
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis
Mário Renato de Azevedo Jr.
Pró-Reitor Administrativo
Ricardo Hartlebem Peter
Pró-Reitor de Gestão da Informação e Comunicação
Julio Carlos Balzano de Mattos
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento
Otávio Martins Peres
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas
Sérgio Batista Christino

Conselho Editorial Pres. do Conselho Editorial: João Luis Pereira Ourique
Repr. das Engenharias e Computação: Darci Alberto Gatto
Repr. das Ciências Biológicas: Flávio Roberto Mello Garcia e Marines Garcia (suplente)
Repr. das Ciências da Saúde: Francisco Augusto Burkert Del Pino e Claiton Leoneti Lencina (suplente)
Repr. das Ciências Agronômicas: Cesar Valmor Rombaldi, Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti (suplente) e Fabrício de Vargas Arigony Braga (suplente)
Repr. das Ciências Humanas: Márcia Alves da Silva e Cláudio Baptista Carle (suplente)
Repr. das Ciências Sociais Aplicadas: Carla Rodrigues Gastaud
Repr. das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva e Eleonora Campos da Motta Santos (suplente)

Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Kênia Moreira Bernini – CRB – 10/920

E56a Encontro Internacional Fronteiras e Identidades (4. : 2018 : Pelotas, RS)
Anais do IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades : [recurso eletrônico] tributo à obra de Beatriz Loner / organizadores Lorena Gill, Jonas Vargas, Mauro Dillmann, Alessandra Gasparotto, Aristeu Lopes e Paulo Koschier. Pelotas, 2018.
995p.

10 MB ; PDF
ISSN: 2317-0980
Acesso: https://wp.ufpel.edu.br/eifi/publicacoes/

1. História. 2. Identidade. 3. Fronteiras. 4. Cultura. 5. Memória. I. Gill, Lorena. II. Vargas, Jones. III. Dillmann, Mauro. IV. Gasparotto, Alessandra. V. Lopes, Aristeu. VI. Koschier, Paulo. VII. Título.

CDD 981

O IV EIFI – Tributo a obra de Beatriz Ana Loner tem responsabilidade limitada sobre o conteúdo da presente obra. Salvo informação explícita em contrário, o(a)(s) autor(a) (es) respondem pelas informações textuais e imagéticas contidas no presente volume.

Organização

Coordenação Geral

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Comissão organizadora

Prof. Dr. Jonas Vargas

Prof. Dr. Mauro Dillmann

Profa. Dra. Alessandra Gasparotto

Prof. Dr. Aristeu Lopes

Paulo Luiz Crizel Koschier

Comitê Científico

Prof. Dr. Edgar Gandra

Profa. Dra. Danielle Galindo

Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira

Profa. Dra. Clarice Speranza

Secretaria

Paulo Koschier

Site e Facebook

https://wp.ufpel.edu.br/eifi/

https://www.facebook.com/IIIeifi

Realização

Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)

Programa de Pós-Graduação em História (PPGH)

Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH-UFPel)

Anais

Diagramação: Paulo Koschier

Capa: *nativudesign*

Os textos contidos neste nos Anais do IV EIFI são de responsabilidade exclusiva de seus respectivos autores

Apresentação

O IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades propõe o debate sobre questões associadas ao estudo das fronteiras geográficas, identitárias e disciplinares no âmbito das áreas da História e seus desdobramentos na política, cultura e sociedade na atualidade. Nesta edição o evento será dedicado a homenagear a obra da professora Beatriz Ana Loner, sendo focado, portanto, em discussões sobre classe operária, pós-abolição e mundos do trabalho.

O evento ocorrerá a partir de uma proposta que congrega simpósios temáticos, conferências e mesas-redondas.

Dando continuidade aos eventos anteriores e buscando o mesmo sucesso acadêmico alcançado anteriormente, o IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades congregará, entre apresentadores e ouvintes, alunos de graduação, pós-graduação, professores acadêmicos, além de outros pesquisadores, da História e de outras áreas das Ciências Humanas e comunidade em geral.

O encontro se configura num evento significativo e uma oportunidade para a circulação qualificada de trabalhos produzidos por pesquisadores do país, bem como internacionais, representando ainda um incentivo para novas pesquisas na área e formas de interação com a comunidade, sobretudo do Conesul. O evento promoverá a apresentação de trabalhos (concluídos e em andamento) para crítica e debate.

Está prevista a participação de pesquisadores de importantes centros internacionais da pesquisa em História, como a Universidade de Buenos Aires e de importantes instituições nacionais, como a UFF, a UFPR e a UFSC.

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill.

Coordenador do IV EIFI

Sumário

(Des) construindo gênero, corpo e sexualidade: A Sexualidade na obra de Masters & Johnson **14**

Carolina Abelaira

O Colégio Noturno 20 de Setembro: a comunidade negra em agência por projetos de educação **28**

Caiuá Cardoso Al-Alam

Vinicius Sabino

Alberto Pasqualini e Leonel Brizola: perfis distintos, trajetórias cruzadas, candidatos petebistas (1945-1958) **43**

Douglas Souza Angeli

Samuel da Silva Alves

História ambiental no meio rural: um estudo na comunidade quilombola de "Teixeiras" **57**

Sabrina Machado Araujo

Wakanda e as Fronteiras (in)visíveis em "Pantera Negra" **70**

Tatiana Brandão de Araujo

Franciele Rodrigues Guarienti

Cinema e História: Representações e contexto político em *Scarface* (1983) **81**

Vitor Bernardi Bündchen

Lazer e Acessibilidade em Pelotas/RS: ações do projeto piloto 'Pelotas Acessível' **91**

Liliane da Cruz Caldas

Charlene Brum Del Puerto

Revista *BRAVO!*: Um estudo sobre as fontes iconográficas do exemplar nº 110/2006 **100**

Lislaine Sirsi Cansi

Giana Lange do Amaral

Analise de possíveis identidades e culturas brasileiras no desenho animado "Irmão do Jorel" **115**

Joyce Silva Cardoso

Fronteira, identidade e alteridade: o relato de Talita Ribeiro **125**

Pierre Chagas

Dalila Rosa Hallal

"Assustada e frágil, do jeito que mulher tem que ser": um panorama da representação do feminino nas histórias em quadrinhos **135**
Márcia Tavares Chico

O Grupo Feminista Germinal e o Movimento de Mulheres Santa-marienses (1981-1995): uma proposta de pesquisa **145**
Paula Ribeiro Ciochetto

Recursos midiáticos no Ensino de História: desenvolvimento de competências em informação e mídia **157**
Sabrina Corrêa
Renata Braz Gonçalves

Trajetória de menores no Hospital São Pedro (1925 - 1945) **169**
Lisiane Ribas Cruz

As ações de governação (governance) para a livre circulação de engenheiros civis no espaço da CPLP: efeitos da crise de 2008 em Portugal **183**
Daniel da Rosa Eslabão

Lazer e hospitalidade em São José do Norte no século XIX: Quando a devoção é uma festa **190**
Alessandra Buriol Farinha
Fabio Vergara Cerqueira

O erotismo feminino nas fotografias de capa do periódico carioca O Rio Nu (1908 – 1909) **203**
Andrieli Paula Frana

A fundação do Sport Club Novo Hamburgo e o futebol como forma de lazer na localidade no início do século XX **213**
Natália Garcia

Criando um Herói: A Construção de Personagem de Dom Pedro I em "Independência ou Mortos" **227**
Laura Giordani

A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985) **244**
Luisiane da Silveira Gomes

As interdisciplinaridades na história oral: notas sobre suas contribuições para pesquisas no curso de educação física **258**
Clarice Janaína de Oliveira Gonçalves
Carmo Thum

Travessia – o protagonismo da fronteira Jaguarão-Brasil/Rio Branco – Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973) **271**
Darlise Gonçalves de Gonçalves

Quem foi Eustáquio Marinho? Circulação geográfica e trânsito ideológico na trajetória de um militante operário (quase) anônimo. **282**
Luciano de Moura Guimarães

Comunicação visual da cidade de São Paulo na década de 1940: olhares e registros de Hildegard Rosenthal **293**
Maria Clara Lysakowski Hallal

Periódicos como objeto e fonte sob a perspectiva da microanálise: forma cultural, tecnologia e abordagens teóricas e metodológicas **307**
Gilson Moura Henrique Junior

De história, de ciências e de neurociências **319**
Paula Simone Bolzan Jardim

O lugar do ensino de geografia no entre-lugar de fronteira: transpassar os limites curriculares **333**
Marcos Irineu Klausberger
Antonio Carlos Castrogiovanni

As fronteiras entre judeus e cristãos: o caso de Colônia na Idade Média Tardia **348**
Christian A. Kremer

1° de maio de 1950 em Rio Grande: O Massacre da Linha do Parque e a disputa pela memória **357**
Lênin Pereira Landgraf

João Carlos Gastal: a ação do Deputado Estaduall pelo MDB-Pelotas, na ALERGS **368**
Daniel de Souza Lemos

O significado do souvenir para o turista **386**
Alice Leoti
Lucimari Acosta Pereira

Jarid Arraes: Intelectual negra, feminista e artista **399**
Eliane Goulart Mac Ginity

A criação de guasqueria na fronteira **412**
Juliana Porto Machado

A questão de gênero na guasqueria **427**
Juliana Porto Machado

Identidade de Pelotas: memória do legado cultural conduzido pela educação patrimonial **442**
Enildes Devanesca Cruz Madeira
Mara Sirlei Lemos Peres

Usos e sentidos do livro OSPB, de Frei Betto, na prática docente de uma professora (1987 – 1993) **445**
Lisiane Sias Manke
Maria Carolina Padilha de Souza Neta

Grupo de Ação Lésbica Feminista: A necessidade de se fazer representar **463**
Larissa P. Martins

Atualizações e reformulações da memória coletiva nas religiões de matriz africana a partir de fotografias. Um olhar batuqueiro sobre a imagem de si mesmo (Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande – 1970-2000) **469**
Sílvia Gonçalves Mateus

Memorial HCI. A Exposição como Construtora de um Discurso Oficial **478**
Helena Thomassim Medeiros
Juliane Conceição Primon Serres

Ser mulher e radialista – A presença e o trabalho das mulheres na Rádio Federal FM **490**
Silvana de Araújo Moreira

Reflexões sobre a musealização contemporânea e o museu virtualizado **505**
Valdir Morigi
Rafael Chaves

"Sasaki Kojiro- A espada invencível": Uma análise do arco da personagem no mangá Vagabond **514**
Lucas Marques Vilhena Motta

Olhares femininos: um projeto editorial feminista **527**
Helena de Araujo Neves
Ingrid Fabiola Gonçalves

História e memória regional: uma experiência no Museu Henrique Uebel (Teutônia RS) **541**
Cristiano Nicolini

A Trajetória dos (as) varredores (as) de rua na cidade de Pelotas **548**
Morgana Nunes
Lorena Almeida Gill

"Infelizmente, gostamos dos Macunaímas": o racismo na formação de oficiais do exército brasileiro durante a ditadura militar **561**
Amanda Gabriela Rocha Oliveira

Rodolpho Ignácio Xavier: experiência de um nascido de Ventre Livre **573**
Ângela Pereira Oliveira

Identidades: a diversidade cultural e o autorreconhecimento através de práticas na sala de aula **584**
Janaína Quintana de Oliveira
Graciela Cardoso Domingues

O papel das mulheres do século XIX no romance "O primo Basílio" de Eça de Queiroz, com enfoque nas personagens Luísa e Juliana **593**
Janaína Quintana de Oliveira

De John Wayne a Sylvester Stallone, os atores hollywwodianos a serviço da ideologia estadunidense **600**
Maicon Alexandre Timm de Oliveira

A linguagem e história no contexto das práticas socioculturais e desenvolvimento social na obra de Chico Buarque **613**
Vânia Maria Abreu de Oliveira

Na Fronteira Entre a Memória e o Esquecimento: os embates pela desapropriação do antigo centro clandestino Dopinha em Porto Alegre **624**
Nadine Mello Pereira

Africanos libertos: experiências de escravidão e liberdade em Pelotas (1850/1888) **632**
Natália Garcia Pinto

Impresso Estudantil: o início de um estudo **644**
Jaqueline de Gaspari Piotrowski

O carnaval de mulheres rebeldes: entre o público e o privado nas questões de gênero **655**
Beatriz Floôr Quadrado

Descolonizando as Relações Internacionais: a raça e o racismo como categoria de análise **666**
Mariana Felix de Quadros

O Lúdico no Espaço de Memória Militar **678**
Augusto Machado Rocha

Fontes Medievais como objeto de Estudo: O Caso da *Legenda áurea* **691**
Augusto Machado Rocha

Crise, anticomunismos e projetos de nação: o patronato rural e as lutas em torno da questão agrária no Rio Grande do Sul (1961-1964) **705**
Darlan de Farias Rodrigues

Fronteiras da solidão em *Jane Eyre* e *Wide Sargasso Sea* **716**
Solange do Carmo Vidal Rodrigues

A manutenção da identidade e da memória pomerana na Serra dos Tapes – RS **728**
Karen Laiz Krause Romig

Pelotas e modernização: patrimônio histórico-cultural a serviço do progresso **738**
Viviane Adriana Saballa

Urdindo a Idade das Trevas: pensar o medievo por meio do filme *Caça às Bruxas* **750**
Amanda Basilio Santos

A fronteira artificial e as relações naturais: arquitetura românica na região da Marca Galesa **761**
Amanda Basilio Santos

A fotografia entre o público e privado: a construção material e social da cidade a partir de cenas residenciais **772**
Maira Eveline Schmitz

O acervo do Museu Municipal de Santa Rosa/RS: estratégias de preservação e acesso à pesquisa **786**
Maira Eveline Schmitz
Manuela Ilha Silva

***Já que não soubemos evitar a sua entrada, cumpre-nos cercear com urgência a sua disseminação*: de "país da febre amarela" para "país do tracoma"** **799**
Leonor C. Baptista Schwartsmann

Cultura maruja do estigma paradigmático: ensinar, civilizar e erradicar para servir! (1836-1857) **813**
Cosme Alves Serralheiro
Laryssa Celestino Serralheiro

A fonte como objeto: Um estudo sobre os discursos e as categorizações do Almanaque do Globo (1917-1933) **827**
André Rodrigues da Silva
Eduardo Arriada

A obra de Cotrim sendo analisada em uma coleção de livros didáticos para o ensino médio **839**
Anelise Domingues da Silva

Notas teóricas sobre uma pesquisa de campo: entendendo algumas consequências do trabalho terceirizado **847**
Caroline Cardoso da Silva

Competência informacional e ensino de história: um diálogo que promove aprendizado eficiente **855**
Daiane Eslabão da Silva
Thays Rodrigues Santos

Impasses biográficos: "Zildíssima" ou a "carola missionária"? **868**
Eduarda Borges da Silva

O cinema japonês pós-guerra e a emersão do gênero *Tokusatsu* **883**
Franciane da Silva

Confronto interseccional e a raça que incomoda: percepções da historiografia da ditadura civil-militar brasileira **892**
Gabriel Ribeiro da Silva

Reminiscências de egressos da educação básica acerca do ensino de história afro-brasileira **902**
Paulo Gutemberg de Noronha e Silva
Adriana Kivanski de Senna

A proclamação da república no sul do Brasil: a construção do herói nos monumentos públicos **912**
Sérgio Roberto Rocha da Silva

Dançando nos Terreiros: educação dos corpos para as Giras na Quimbanda de Rio Grande/RS **926**
Rodrigo Lemos Soares
Mauro Dillmann
Denise Marcos Bussoletti

"Quero ver balanciar!!" **936**
Notas sobre o ensino de danças de Exus e Pombagiras em Terreiros de Quimbanda no Rio Grande/RS
Rodrigo Lemos Soares
Mauro Dillmann

Gênero e docência: narrativas autobiográficas de formação **948**
Silvia Barreto Soares
Carmo Thum

Ensino de Alunos Necessidades Educacionais Especiais na Universidade Federal de Pelotas: Observação Participante da Tutoria Entre Pares **961**
Felipe Severo Sabedra Sousa

Os militares nacionalistas nas Forças Armadas Brasileiras: da Campanha da Legalidade (1961) ao Golpe Civil-Militar de 1964 **968**
Bruno Marinho Trindade

Práticas de pesquisa escolar no ensino de história: possibilidades para os docentes **982**
Shana Vidarte Velasco
Renata Braz Gonçalves

(Des) construindo gênero, corpo e sexualidade: A Sexualidade na obra de Masters & Johnson.

Carolina Abelaira[1]

1 - (Des) construindo Gênero, Corpo e Sexualidade

Gênero, corpo e sexualidade são conceitos que ao longo dos séculos foram inventados e reinventados de acordo com a ordem política e cultural de determinados momentos históricos. Ao procurarmos no dicionário o significado de cada um deles teremos respostas curtas e diretas. Descrições simples para nomear processos complexos envolvidos na conceituação de cada um destes termos. Iniciamos discorreremos sobre sexo e gênero, com um breve histórico de como ambos os conceitos foram construidos da antiguidade clássica até o século XX. Com foco em como se deu a diferenciação sexual, a criação das categorias masculino e feminino, o conceito de individuo nascido na Revolução Francesa, chegando ao conceito de Sujeito e Gênero de Judith Butler. Somente com a compreensão destes termos poderemos definir a categoria Corpo, e como se deu sua construção ao longo dos séculos, seus usos e desusos, seu espaço social, cultural e politico. E como o mesmo foi o instrumento na construção da sexualidade. Para concluir, falaremos da Sexualidade. Conceitos discutidos anteriormente exemplificarão a construção da sexualidade da antiguidade até o século XX: como a medicina e a psicanálise atuaram na determinação de sexualidades normais e anormais. Desta forma, chegaremos, do século XIX, ao século XX com os sexólogos e a busca do sucesso conjugal e a restauração da função erótica. Após esse percurso, abordaremos, então, o conceito de sexualidade por nossos autores, William Master, Virginia Johnson.

[1] Mestranda do Programa de Pós Graduação em História UFPel ; Bolsista CAPES ; Email: carolabelaira@hotmail.com

Ao procurarmos o significado da palavra sexo no dicionário, vamos encontrar como uma diferença física que distingue macho e fêmea, assim como seus órgãos sexuais externos e relação sexual compreendendo todas as formas de atividade sexual proveniente dessa prática. A palavra Gênero, por sua vez, seria usada para determinar uma diferença biológica binária como homens pertencendo ao gênero masculino e mulheres ao gênero Feminino (AURÉLIO, 2018). Pensando a partir da definição das palavras, vemos que ambas no contexto discursivo do dicionário mantêm uma ideia biológica de definição. Desta forma durante muitos séculos ambas definições mantiveram esta perspectiva, vindo a transformar-se com as discussões propostas pelo movimento feminista. Laqueur referencia que desde a antiguidade clássica até o final do século XVIII existe o ideario de um sexo único (LAQUEUR, 2001, p.19). Este nos apresenta a existência de um corpo canônico macho, responsável pela transmissão da humanidade, visto que este seria o portador do príncipio divino, uma figura de atividade. O corpo fêmea seria, portanto, um corpo macho que ao invés de se apresentar externamente, se apresentaria internamente, como um corpo inverso, passivo e inferior. Construindo-se, assim, uma relação hierarquica entre a figura do homem e da mulher (LAQUEUR, 2001, p.89).

Laqueur volta a reafirmar que

> [o] sexo, como o ser humano, é contextual. As tentattivas de isolá-lo de seu meio discursivo e determinado socialmente são tão fadadas ao erro como a busco do *philosophe* por uma criança verdadeiramente selvagem ou os oesforços do antropólogo moderno para filtrar o cultural e deixar um resíduo de humanidade essencial.E acrescentaria ainda que o corpo privado, incluso, estável, que parece existir na base das noções moderna de diferença sexual,é também produto de momentos específicos, históricos e culturais. Ele também, como o s sexos opostos, entra e sai de foco (LAQUEUR, 2001, p. 27).

Desta forma, Birman afirma que a constituição de um discurso de diferença sexual no Ocidente é bastante recente datando da Revolução

Francesa e seu ideário igualitário (2016, p.33). O final do século XVII e início do século XVIII foi o período em que a ciência aceitou à nova epistemologia, nascendo assim às categorias feminina e masculina como sexos biológicos distintos (LAQUEUR, 2001, p. 193). Apesar do ideario de igualdade de direitos entre os sexos trazido pela revolução Francesa, criou-se uma nova base social que distribuía as demandas sociais de acordo com o sexo, cabendo ao homem o papel social de produção. Seu corpo é considerado mais forte e deve se construir e afirmar socialmente no âmbito público, enquanto à mulher cabia o papel reprodutivo, logo alocada no espaço privado (BIRMAN, 2016, p. 56-57). Ainda segundo Birman

> Acreditava-se, de fato, que não se estava retirando poder social das mulheres em relação ao poder masculino, mas tão somente repartindo socialmente os diversos sexos segundo as virtualidades irrefutáveis de sua justa distribuição social de acordo com as disposições naturais diferentes (BIRMAN, 2016, p. 57).

Mas quando ocorre a mudança no conceito gênero? Quando o mesmo passa a deixar de significar exclusivamente o conceito biológico? O ideário de igualdade da Revolução Francesa trouxe consigo o nascimento da ideia de individuo, por isso a necessidade dessa distinção especifica entre os sexos (LAQUEUR, 2001, p. 242). Logo existiria um sujeito homem e um sujeito mulher. Essa construção absoluta do sujeito mulher entra em discussão nos anos de 1960 com o levante feminista por direitos reprodutivos, pois as mesmas rompem com padrão tradicional da condição feminina no Ocidente (BIRMAN, 2016, p. 48). Que sujeito “mulher” o movimento feminista do período está tentando representar? Havia uma grande pluralidade de mulheres, mulheres negras, brancas, de classe média, pobres, indígenas etc. Como rotular tamanha pluralidade designando um sujeito único? Para responder tais indagações, recorremos a Butler que determina que

> É impossível pensar em termos de um indivíduo coerente e idêntico-a-si-mesmo, já que o sujeito é constituído por desejos que ele, possivelmente não pode conhecer nem mesmo expressar, mas que determinam sua identidade (BUTLER, 2016, p. 11).

Assim o sujeito não é um individuo, mas sim uma estrutura linguística em formação. Butler acrescenta, ainda, que, como estrutura linguística, os discursos e as práticas que nos circundam socialmente vão criar ou causar a determinação de nosso sexo, sexualidade e principalmente nosso gênero. Gênero será compreendido dentro dessa perspectiva como independente de sexo; um ato ou uma sequência de atos que está sempre acontecendo dentro de um quadro regulatório rígido que se cristaliza ao longo do tempo produzindo a aparência de uma forma material de ser. Dessa maneira ele não configura uma identidade estável (BUTLER, 2016, p. 69).

A distinção de gênero faz parte da "humanização" dos indivíduos, de forma que aquele que não efetua sua distinção de gênero de modo adequado é regularmente punido. Estas punições são consequências do caráter performativo do gênero e regidas por convenções sociais, isto é, são parte de um sistema de heterossexualidade compulsória[2] desenvolvida no cultivo da distinção dos sexos biológicos tratados como "naturais". Quando se abre a possibilidade de questionar o caráter performativo da identidade de gênero é que se percebe como as normas de gênero são instituídas e mantidas de forma a manter uma estrutura binária. A reprodução destas identidades generificadas vai dar-se através das diferentes formas de atuações dos corpos em relação à expectativa de sua exigência generificada (BUTLER, 2018, p. 06-13). Para Butler, o corpo é "uma situação histórica", uma maneira de fazer, dramatizar e reproduzir, corporificar possibilidades culturais e históricas (BUTLER, 2018, p. 05).

[2] A **Heterossexualidade Compulsória** refere-se à concepção social de que a heterossexualidade é a inclinação natural dos seres humanos e que, por tanto, pode ser adotada de maneira independente das possíveis preferências sexuais da cada pessoa. Consequentemente, qualquer que difira desta orientação é considerado desviado e depravado. É uma ideia assumida e reforçada pela sociedade patriarcal; O termo foi criado e desenvolvido pela ativista feminista a americana Adrienne Rich em seu trabalho Heterossexualidade compulsória e existência lesbiana (1980).

Se o corpo atua corporificando possibilidades é preciso dizer que primeiramente a sua aparição no mundo não é determinada por nenhum tipo de essência interior, logo ele surge no mundo por atos externos a ele. E por segundo, sua expressão concreta no mundo assume e torna especifico um conjunto de possibilidade histórica. Para Butler, o corpo

> [...] não é uma materialidade idêntica a si mesma ou meramente factual: o corpo é uma materialidade que assume significado, e que assume significado de maneira fundamentalmente dramática. Por dramática, quero dizer apenas que o corpo não é meramente matéria, mas uma *materialização* contínua e incessante de possibilidades. Não se é simplesmente um corpo, mas, em um sentido absolutamente fundamental, faz-se o próprio corpo e, é claro, cada um faz seu corpo de modo diferente de seus contemporâneos, e também de seus antecessores e sucessores corporificados (BUTLER, 2018, p. 5).

A autora vai dizer ainda que a corporização vai manifestar um conjunto de estratégias. Dessa forma, Butler cita a frase de Simone de Beauvoir "Não se nasce mulher, torna-se" e exemplifica o fato de que ser mulher é um fato sem significado, agora ser mulher é ter se tornado mulher, ou,

> [...] compelir o corpo a se conformar a uma noção histórica de "mulher", induzir o corpo a se tornar um signo cultural, a se materializar obedecendo a uma possibilidade historicamente delimitada, e a levar adiante esse projeto corporal de modo contínuo e reiterado (BUTLER, 2018, p. 5-6).

O Biopoder procura através de técnicas diversas e numerosas obter a sujeição dos corpo e assim o controle dessa população que crescia. Ele foi indispensavél para o desenvolvimento do capitalismo, já que controlou a inserção dos corpos no aparelho de produção. Como já colocado antes, vai ser através de um "saber" do corpo que este poder vai ser exercido. Com a criação deste saber do corpo, foi possivel criar as bases para o discurso da distribuição das demandas sociais entre os sexos (FOUCAULT, 2014, p. 31). Juntamente com este saber, nascem as disciplinas que através de métodos

de controle das operações do corpo vão realizar sujeição constante de forças,impondo uma relação de docilidade-utilidade.

Para Foucault é a partir do século XVII que o poder sobre a vida irá desenvolver-se e atuará sob dois polos: a anatomia politica do corpo caracterizada pelas disciplinas , e o segundo que vai ser formado um pouco mais tarde na metade do século XVIII, a mecânica do ser vivo que será onde as intervenções e os controles da biopolitica irão atuar. Ambos os polos atuarão através de dispositivos de controle, sendo o principal e mais importante para esta pesquisa o dispositivo de sexualidade (2017,p.150-151). A regulação da sexualidade como parte da disciplina do corpo deu-se principalmente pela articulação destes dois polos. Isto é a necessidade de uma regulação das populações no ambito de uma explosão demográfica e o adestramento, intensificação e distribuição das forças produtivas. Do século XVIII até o fim do século XIX podemos elencar quatro formas estratégicas pelas quais o biopoder utilizou-se para obter efeitos no nivel da disciplina, são eles :a Histerização do corpo da mulher , a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso (FOUCAULT, 2017 , p. 112-114).

Antes de seguirmos com o dispositivo de sexualidade, vamos compreender o que seria esta sexualidade, nos baseando nas ideias de sexo e gênero de Judith Butler. Mas o que é sexualidade afinal?

Pensar sexualidade é compreender seus três aspectos: o Biológico ligado ao prazer fisíco e a reprodução, o Social que vai tratar das relações, regras, normas sexuais e formas com os quais o sexo biológico é expresso, e, por fim, o Subjetivo que vai ser a porção da consiência indivudual e coletiva da sexualidade. Anthony Giddens coloca que a sexualidade não deve ser compreendida somente como um impulso sob o qual as formas sociais devem conter-se, mas pensá-las como um ponto de transferência para as relações de poder, algo que pode ser subordinado como um foco de controle social

pela própria energia, impregnada de poder (GIDDENS, 1993, p. 28). Foucault relata que inicialmente os dispositivos de sexualidade foram introduzidos nas familias burguesas e enquanto que nas camadas populares foram introduzida lentamente, pois as mesmas estavam submetidas ao que o autor chama de dispositivo de aliança. Isto é um sistema baseado no sistema de matrimônio e a transmissão de bens e nomes. Ambos dispositivos atuaram juntos na sociedade do século XVIII até o século XX.

Os mecanismos de sexualização penetraram de forma lenta e gradativa por todas as camadas, através de três etapas sucessivas: nos problemas de natalidade, quando é percebido que a contracepção não era apenas privilégio das camadas populares mas pertencente a todos. Em seguido da a organização da familia "canônica" como controle político e de regulação economica, a célula familia passa dois eixos : eixo marido-mulher e eixo pais-filhos. E por fim o controle judiciário e médico das perversões em nome da proteção da sociedade e da raça (2017 , p.132-133). Retomemos então as quatro estratégias utilizadas pelo biopoder como efeito da disciplina, a Histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socilização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Estes só serão possiveis por conta da nova familia nuclear, celular, que vai ser atravessada e subordinada a relações de saber-poder externas, advindas dos médicos, dos juizes, pedagogos, padres, fazendo com que está família além de ser uma instituição afetiva e sexual seja atravessada por estes saberes e poderes (BRANCO, 2015, p. 84).

Butler vai destacar a importância da manutenção dessas relações de parentesco como meio de garantir a reprodução de deterrminada cultura com vários requisitos estabelecidos em literatura antropologica de parentesco colocando a reprodução sexual dentro dos limites de um sistema de casamento de base heterossexual que vai querer a produção de seres humanos de certo modo generificados que garantam a reprodução deste

sistema de parentesco (BUTLER, 2018, p. 8-9). A expressão sexual vai ser domesticada em um modelo de casamento, como o modelo do Companionate Marriage[3], que buscava retratar o casamento como verdadeiramente simétrico, deixando assim poucas razões para as mulheres o evitarem, evitando assim a objeção feita pelas feministas de que op casamento era um sistema de dominação masculina (COTT, 1991, p. 101). Foucault vai dizer que

> [...] A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro da casa. A família conjugal a confisca.E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir.Em torno do sexo,se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõem-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções (2017,p.7-8).

Na sociedade do século XVIII não houve uma recusa em reconhecer o sexo, já que a sexualidade repousou dentro da vida privada. Mas isto só foi possivel porque foi instaurado todo um aparelho médico de produção de discursos verdadeiros sobre o sexo. Passou-se a falar muito sobre ele, forçando também as pessoas a falarem, seja pela confissão ao padre ou pela consulta médica, assim construindo através destes mecanismos uma verdade regulada. Este processo vai criar no Ocidente o que ele chama de *Scientia sexualis* ,um movimento de produção de uma ciência sexual (FOUCAULT, 2017, p. 78-79).Ao fim do século XVIII e inicio do século XIX a tecnologia do sexo, vai se ordenar em torno da instituição médica, através de uma exigência de normalidade.Um fator importante na passagem do século XVIII para o século XIX foi a urgência em separar a

[3] Companionate Marriage é o titulo do livro de conselhos matrimoniais escrito pelo Juiz Ben Lindsay.

medicina do sexo da medicina geral do corpo (FOUCAULT, 2017, p. 128). Com a medicalização crescente da sociedade, a medicalização da sexualidade vai ser multiforme. Ela vai se colocar em um campo de especialistas diversos e acompanha-ra uma batelada de exames e tratamentos.Culminando em políticas de saúde pública (SOHN, 1993, p. 126). Em boa parte do século XIX, a medicina da sexualidade e reprodução vai centrar seu foco sobre as mulheres, expressa na criação de uma especialidade puramente destinada a saúde do corpo feminino: a Ginecologia (RODEN, 2002, p. 511). Sohn vai complementar que através dos ginecologistas ocorre uma rede de prescrições médicas sobre o corpo feminino controlando-o. Com uma grande atenção a maternidade, este corpo grávido a fim de levá-lo em segurança até o momento do parto. Além do cuidado com as grávidas nascem os primeiros tratamentos contra a infertilidade, sempre com foco nas mulheres já que para eles a sexualidade feminina estaria ligada a função reprodutiva (1993,p.126-127). Para Laqueur

> [...] O desejo tinha uma história e o corpo feminino era distinguido do masculino, à medida que as grandes transformações da sociedade européia entre os séculos XVII e XIX faziam uma pressão insuportável contra as antigas visões do corpo de seus prazeres (LAQUEUR, 2001, p. 254).

Os órgãos reprodutores femininos que até então eram considerados um inverso dos órgãos reprodutores masculinos a partir do século XVIII, com o surgimento de novas teorias e da ginecologia, ganham novas representações e significados. Fator importante para a diferenciação sexual necessária para afirmar as novas políticas de divisão de trabalho. Os órgãos considerados comuns aos dois sexos ganham novos nomes e funções de acordo com seus órgãos reprodutivos através dos novos tratados de anatomia. A mulher passa a ter óvulo, ovários, clitóris e útero , ambos para determinar o quanto o corpo feminino era diferente do masculino e por isso suas determinações sociais e distribuição de poder. O avanço nos estudos

médicos sobre menstruação, coito, cio, serviram para enquadrar ainda mais as mulheres em normas e disciplinas reprodutivas (LAQUEUR, 2001, p. 189-220). Inicia-se uma discussão sobre o prazer feminino através do orgasmo e se o mesmo era relevante para a fecundação, este discurso só será possivel com o advento do século XX e a difusão das obras de Freud. Anthony Gioddens vai referir a importância de das obras de Freud

> [...] não ao fato de ele ter proporcionado à preocupação moderna com o sexo e sua formação mais convincente. Mais que isso, Freud revelou as conexões entre a sexualidade e a autoidentidade, quando elas eram ainda inteiramente obscuras, e ao mesmo tempo mostou que essas conexões são problemáticas. A psicanálise tem suas origens no tratamento de patologias de comportamento, e foi encarada por Freud como um método de comabte à neurose (1993,p. 41-42).

Pelo final do século XIX nasce na Alemanha e na inglaterra a primeira "ciência sexual", com a publicação da *Psychopathia sexualis* (1886) de Richard von Kraft-Ebing, e os *Psychology of Sex* (1886) de Havelock Ellis. Estudos fundamentais no desenvolvimento de uma tipologia "cientifica" dos comportamentos e perversões, fora da base do pecado, mas nos critérios de normalidade e anormalidade. Estes textos atribuem um papel exato de expressões autorizadas da sexualidade (SOHN, 2009, p. 119).

Como já discutido será com a publicação do *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905) de Freud que vai trazer como o centro da sexualidade a busca do prazer do prazer, rompendo de vez a ideia de uma sexualidade reprodutiva para uma sexualidade hedonista. A sexologia moderna vai desenvolver-se no período do entre guerras (1914-1939) e seguiram a problemática do "modelos de dois gêneros". Há um debate no seio da comunidade freudinana em 1930, com relação a ideia da libido ser masculina levando a Escola Inglesa com Melnie Klein, Ernest Jones e Karen Horney a relativizar o prazer vaginal e a inveja do pênis propondoa ideia de uma libido feminina. Estes estudos abriram espaço para a sexólogia cientifica

desenvolvida na segundametade do século XX e que tem como fundador Alfred Kinsey (SOHN, 2009, p. 121).

A sexologia vai apresentar-se como terapeutica a partir de 1960. Tendo William Masters, médico obstetra e Virginia Johnson, psicóloga como principais representantes, eles irão propor um projeto terapêutico fundamentado na observação laboratorial das reações sexuais. Determinando as fases normais do desenvolvimento da relação sexual, ambos poderiam então tratar pacientes onde estas funções não estivessem "normais". Masters e Johnson separam a sexualidade da reprodução e focam no bom sucesso conjugal, restaurando a função erótica[4] que segundo eles seria a base de toda união bem sucedidade.Suscitam assim a criação de um novo corpo de especialistas: os sexológos (SOHN,2009,p.124).

Em 1966, Masters e Johnson lançam *A Conduta Sexual Humana,* problematizando, em sua introdução, o estado deplorável do conhecimento no que se refere à sexualidade. No prefácio da obra, iniciam o texto com as seguintes palavras:

> À vista das imperativas solicitações gonádicas dos seres humanos, não deixa de ser curioso que a ciência só se desenvolva timidamente, no tocante à fisiologia sexual. Esta é a sua única timidez. Talvez esse evitar... não do bizarro e do extremo, do anormal e do doentio, porém dos usos normais e dos padrões médios da humanidade...talvez essa reserva seja resultado da certeza de que o estudo de tal tema estará sempre sujeito às contingências da experiência pessoal, da tendência ao preconceito individual, e, acima de tudo, das implicações da lascívia. Certo grau de opróbrio não seria talvez o preço demasiado a pagar, a fim de que nos livrássemos de muitas falácias fálicas (MASTERS; JOHNSON, 1966, s/p).

Estudos como os de Kinsey, Masters e Johnson levam à criação de um novo grupo de especialistas: os sexólogos.

[4] Birman afirma que no "momento em que a mulher torna-se mãe ela é destituída do seu erotismo, já que uma das possibilidade rivaliza agnosticamente com a outra e cada uma delas poderia conduzir a mulher a um destino subjetivo e social oposto, o mesmo não se daria, contudo, com o erotismo masculino" (BIRMAN, 2016, p. 71).

> Os sexólogos, que não tratam anomalias, e sim disfunções do orgasmo, sugerem terapias muito diversificadas, que têm por base o descondicionamento e o recondicionamento dos pacientes: psicoterapias em primeira instância, abordagens psicossomáticas, em particular o relaxamento e a sofrologia, terapias comportamentais e sexoterapias na linha de Masters e Johnson. Seu notável sucesso se explica pela rapidez da cura prometida e levou a uma relativa desvalorização do tratamento psicanalítico, cuja longa duração- de cinco a sete anos- e a ausência de resultados palpáveis desanimaram muitos clientes (SOHN, 2009, p. 125).

É firmado, então, segundo Sohn (2009), o direito à sexualidade a partir dos anos de 1960. Os novos arranjos familiares do século XX, segundo Foucault, colocam "a família como o principal permutador da sexualidade com a aliança: transporta ali e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança" (FOUCAULT, 2017, p. 118). Théboud explica que, com a revalorização da sexualidade e a aceitação do desejo feminino, há uma pressão normativa maior em prol da conjugalidade e até de modelos de aparência aceitáveis para as mulheres (THÉBOUD, 1991, p. 11).

Conclusão

Independente do avanço da sexologia, da aceitação do conhecimento de seu corpo e sua sexualidade, as mulheres passam a sentir um vazio que não seria suprido por belas casas nem belos móveis. O período de consumo e desejo passa agora por uma turbulência desencadeada por suas principais consumidoras. Betty Friedan sugere até mesmo uma crise desencadeada principalmente por uma falta de identidade dessas esposas/mães (FRIEDAN, 1963, p. 68-69). Apesar de ter havido uma grande abertura para as mulheres explorarem suas sexualidades isto gerou uma falsa sensação de liberdade. Analisando as respostas dadas por elas no livro O Vinculo do Prazer (1970) de Masters e Johnson, percebemos que havia uma pressão sobre essas mulheres de sempre estarem dispostas a relações

sexuais, que eram obrigadas a sempre terem orgasmos. Elas acabaram novamente reféns do que a literatura médica e a mídia apresentavam como uma sexualidade dita saudável.

Referências

BIRMAN, Joel. **Gramática do Erotismo**. A feminilidade e suas formas de subjetivação em psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,2016.

BRANCO, Guilherme Castelo. **Michel Foucault**: filosofia e biopolítica. Belo Horizonte: Autêntica, 2015, p.69-110.

BUTLER, Judith. **Os Atos performativos e a construção do gênero:** um ensaio sobre fenologia e teoria feminista. Tradução de Jamila Pinheiro Dias. Caderno de Leituras n. 78, 2018. Disponível em https://chaodafeira.com/catalogo/caderno78/ Acessado em 21.09.2018.

COLLIN, Françoise. Diferença e diferendo.A questão das mulheres na filosofia In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres no Ocidente**. O século XX. Coimbra: Afrontamento, 1991, v.5. p. 315-349.

CORBIN, Alain.O encontro do Corpos. In. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História do Corpo 2:** Da Revolução à Grande Guerra. Tradução: João batista Kreuch. Petrópolis: Vozes, 2008. p.181-266.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. A Vontade de Saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREUD, Sigmund**. Amor, Sexualidade, Feminilidade**; Tradução de Maria Rita Salzano Morais. Belo Horizonte: Editora Autênrica, 2018.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina.** Tradução de Áurea B. Weissenberg**.** Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1971.

GIDDEN, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da universidade Estadual Paulista,1993.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MASTERS, William; JOHNSON, Virginia. **A conduta sexual humana.** 4ª ed. Tradução de Álvaro Carlos. São Paulo: Civilização Brasileira, 1981.

MOULIN, Anne-Marie. O Corpo diante da Medicina. In. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História do Corpo 3**. As Mutações do Olhar. O Século XX. Tradução: Ephraim Ferreira Vigarello. Petrópolis: Vozes, 2008. p.15-84.

SOHN, Anne-Marie. O Corpo Sexuado. In. CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). **História do Corpo 3:**.As Mutações do Olhar. O Século XX. Tradução: Ephraim Ferreira Vigarello. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 109-154.

O Colégio Noturno 20 de Setembro: a comunidade negra em agência por projetos de educação

Caiuá Cardoso Al-Alam[1]
Vinicius Sabino[2]

Neste texto buscamos trazer aspectos iniciais da caracterização que estamos construindo sobre o Colégio Noturno 20 de Setembro. Pesquisando o associativismo negro em Jaguarão no final do século XIX e século XX, chegamos às estrategias desta comunidade para maior instrumentalização educacional dentro da sociedade livre. Principalmente os homens negros, tiveram acesso à instrução via cursos noturnos oferecidos por suas próprias entidades, as parceiras ou as oferecidas por organizações das elites locais. Buscamos caracterizar este processo do acesso à instrução na cidade de Jaguarão, focando a participação da comunidade negra local.

Com o fim da escravidão, homens e mulheres negras intensificam a busca das práticas de letramento. Importante dizer que a Constituição de 1824 garantia a instrução primária gratuita para todo cidadão brasileiro. Mas não foi o que ocorreu. O Estado não construiu políticas de reparações ao povo negro, inclusive no campo educacional. As sociedades negras buscaram construir estrategias de qualificação para o trabalho e de alfabetização, a fim de se inserirem de uma melhor forma na sociedade assalariada livre. Muitas destas sociedades construíram oficinas de trabalho, como de carpintaria por exemplo, e também investiram em cursos de alfabetização. Por outro lado, mesmo com este intenso protagonismo, houve um longo processo de exclusão da comunidade negra das atividades educativas praticado pelo Estado e pelas elites políticas administrativas.

[1]Doutor em História. Professor Adjunto do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão. Email: caiuaalam@gmail.com .
[2]Graduando do curso de História-Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, Campus Jaguarão. Bolsista FAPERGS. Email: vmsabino@icloud.com .

De acordo com a Eliane Peres (2002), a 1ª Escola Noturna no país teria sido em São Bento no Maranhão no ano de 1860. Em 1876 já haviam 117 escolas noturnas pelo país. O decreto 7.031 de 6 de setembro na Corte em 1878 criou escolas noturnas para livres e libertos. Realidade que não se repetiu em diversas localidades e regiões brasileiras. A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, por muito tempo proibiu os libertos de frequentarem escolas na região. Os regulamentos na Província de São Pedro dos anos de 1837, 1857, 1876, visavam cercear matrículas de escravizados/as e inclusive negros/as livres e libertos/as. Em Pelotas, esta exclusão adentrou o século XX, e houve o registro de negativa de matrículas em escolas até 1910 (PERES, 2002, p. 87-89). O acesso da comunidade negra ao letramento era muito difícil, ganhando inclusive contornos ainda mais perversos na legislação. A lei provincial de nº 14 do ano de 1837, como já comentado aqui e que regulamentava o ensino primário na Província, determinava em seu artigo 3º a proibição da frequência nas escolas públicas de "Todas as pessoas que padecerem moléstias contagiosas; Os escravos e pretos, ainda que sejam livres ou libertos." Paulo Moreira é enfático na sua análise: "Este artigo mistura as ideias de higienização e preconceito racial, excluindo considerável contingente populacional do direito à educação pública" (MOREIRA, 2010, p. 135).

A luta por educação não foi apenas da comunidade negra. Comunidade esta que buscava uma outra realidade em suas experiências que pudesse os lançar a melhores ofertas de trabalho e um melhor espaço na sociedade. Havia também uma preocupação com a participação eleitoral, principalmente após a Lei Saraiva em 1881, que restringia o voto aos analfabetos. Legislação que ressaltou o letramento como estrategia para participação política tanto nos interesses das elites, mas também para os grupos populares que vislumbravam jogar com as práticas clientelistas da

política[3]. Este processo de valorização da educação, principalmente a ideia de letramento, fez parte do projeto das elites na nova conjuntura política republicana que enfatizava o discurso da ideia de civilidade, moralidade, que fundamentariam o progresso. Houve um foco na educação como embasamento moral para o trabalho. A falta de instrução era associada ao crime, ao roubo e aos delitos. Caracterizações racializadas de um discurso cientifizado marcado pelo processo da escravidão, que condenava a comunidade negra à associando a estas práticas sociais vistas como marginais. Esta mesma comunidade, lutou de diversas formas para contrapor este discurso que a condenava a uma ideia de incapacidade intelectual e moral para viver em sociedade, fortalecendo uma perspectiva de uma identidade negra positiva e protagonista (SILVA, 2013).

Jaguarão teve diversas experiências de práticas de letramento, algumas institucionais e outras não. As Irmandades da Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário, a partir de suas redes associativas, acabavam ofertando letramento entre seus fiéis. Tanto homens e mulheres negros e negras destas comunidades ofertavam para seus pares o acesso ao ensino das primeiras letras, como também provavelmente os próprios padres e também outras pessoas que compunham as gestões destas instituições associativas. Paulo Roberto Staudt Moreira encontrou referência desta experiência na forma como Maria Julia, uma mulher negra liberta e mãe de Aurélio Viríssimo de Bitencourt, homem negro importante liderança do Partido Republicano Rio-grandense, aprendeu a ler e escrever em Jaguarão a partir do ensinamento de Francisco José Vieira Valente, tido como importante professor por volta de 1850-60, e Secretário da Irmandade da Nossa Conceição na época (MOREIRA, 2010, p. 136).

[3]Jonas Vargas evidenciou a importância da participação dos grupos populares na política eleitoral, inclusive mesmo de forma desigual pautando interesses nas práticas clientelistas e o quanto as elites buscavam articular-se com estes grupos (2010).

Houve na cidade, entre o final do século XIX e XX, instituições que articularam aulas para alfabetização. Na década de 1880, o movimento abolicionista e republicano da cidade, criou um curso noturno para alfabetizar pessoas em situação de pobreza e também libertos. A Sociedade Emancipadora Jaguarense, inaugurada em 1881 (LIMA, 2010), passou a realizar um curso noturno para "libertos e estrangeiros"[4].

Na década de 1910, setores do movimento operário também articulavam cursos noturnos para o letramento, como o caso do que era mantido pela Sociedade Operária Jaguarense, instituição com forte influência do catolicismo. No jornal que pertencia a Sociedade, observa-se em 1913 que o curso noturno focava no estudo da língua vernácula, a aritmética e de outras disciplinas. Queixavam-se os redatores que poderia ser maior o número de alunos e também do grande número de analfabetos no país: "Guerra pois, guerra acerrima ao analphabetismo! (sic)"[5].

Temos notícias pontuais destes cursos noturnos proporcionados desde o final do século XIX, mas certamente a experiência que teve maior durabilidade no tempo foi a do Colégio 20 de Setembro, que logo passaremos a caracterizar no texto.

Jaguarão na virada do século era uma cidade em crescimento. Em 1890 tinha o total de 10.984 habitantes, em 1900 passou para 12.172 moradores, e em 1920 haviam 14.000 pessoas no município[6]. Se caracterizava pelo forte comércio privilegiado pela região de fronteira e pela produção de gado. Tinha conexões via o seu porto com vapores que faziam viagens a cidades como Rio Grande, Pelotas e Santa Vitória do Palmar, que

[4] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Ata da Câmara Municipal de 17 de maio de 1888.
[5]Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal O Amigo do Operário, 30 de abril de 1913.
[6]Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950. Porto Alegre, 1981.

proporcionava conexões também com o comércio internacional via o Atlântico. Era uma cidade que fora marcada por uma intensa presença de africanos e seus descendentes. Até meados do século XIX, era proporcionalmente a cidade com o maior número de pessoas escravizadas na Província, fora contarmos as pessoas libertas do cativeiro (AL-ALAM; LIMA, 2013). Teve uma intensa organização comunitária negra, como foi a rede construída na atuação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Com ela parecem estar relacionadas diversas experiências de espaços que foram manejados enquanto sociabilidade e organização de práticas associativas pela comunidade negra. Em 1918, por exemplo, foi inaugurado o primeiro clube social negro que temos notícia no pós-abolição na cidade: o Clube Social 24 de Agosto. Fundado por trabalhadores negros, tais como sapateiros, trabalhadores de jornadas, de charqueadas, soldados do Exército, este Clube continua ativo na cidade, completando recentemente 100 anos de idade (AL-ALAM; ESCOBAR; MUNARETTO, 2018). Dentre seus objetivos estava o de instrumentalização da comunidade negra local com a criação de oficinas de trabalho, letramento, biblioteca, realização de palestras. Na década de 1950, o Clube 24 de Agosto ainda previa no seu estatuto a existência de uma "[...] pequena escola de alfabetização e trabalhos manuais, destinada aos sócios e suas famílias, bem como aos que dela quiserem se valer" (SILVA, 2017, p.185). De fato, havia uma intenção para além das práticas culturais de sociabilidade. Era uma agremiação que buscava uma construção de uma identidade racial negra positiva na região. Condenados pelas teorias racialistas como incapazes para viver no mundo como pessoas livres, negros e negras buscaram ações que se opusessem a estas estrategias excludentes. A partir de campanhas pela educação e maior instrumentalização de sua comunidade, buscaram construir práticas que viabilizassem uma cidadania que não era beneficiada pelo Estado.

Em Pelotas, a comunidade negra a partir do Jornal A Alvorada, dos clubes sociais negros e da Frente Negra Pelotense, na década de 1930, intensificaram a estrategia educativa com a Campanha Pró-Educação. Segundo Fernanda Oliveira da Silva, a campanha tinha como lema o "reerguimento moral e intelectual da raça negra por meio da instrução e da cultura" (SILVA, 2017, p. 188-189). Campanhas que, segundo a mesma autora, também ocorriam no Uruguai articulando as associações negras brasileiras e uruguaias.

A experiência de ensino noturno para trabalhadores que teve maior durabilidade na cidade de Jaguarão foi o Colégio 20 de Setembro. Inaugurado em 14 de julho de 1918, tinha como objetivo combater o analfabetismo até o ano de 1922 quando se celebraria o centenário da independência do país. Os principais envolvidos na construção do Colégio eram os republicanos, que buscavam pautar a lógica da ordem e do progresso via a articulação das ideias de disciplina e trabalho. Dorval Santos, um dos fundadores, em 1947 celebrava na imprensa da cidade a experiência do Colégio:

> Em 1918, ao aproximar-se o 1º Centenário de nossa Independência, a Liga de Defesa Nacional, lançou, pela imprensa, um veemente apelo, dizendo que, se cada brasileiro que soubesse ler, tomasse a si o nobre encargo de espontânea e gratuitamente, ensinar a um outro patrício que não tivesse essa grande felicidade, teríamos a inigualável alegria, de em 7 de setembro de 1922, comemorarmos a gloriosa efeméride de nossa Emancipação Política, sem analfabetos no Brasil. Animados pelo sentimento de são patriotismo que sempre se albergou no coração dos jaguarenses, eu *(Dorval Santos)*, Cantalicio Resem, Climaco Muniz Tavares e Hetiro Moraes, abraçamos desde logo a nobre ideia, e, resolvemos fundar em Jaguarão , uma escola noturna, para ensinar, gratuitamente, não só aos nossos patrícios, como a todos, que, sem distinção de nacionalidade, idade, classe ou posição social, quisessem aprender a ler.[7]

E dentre estes estudantes a que objetivava o trabalho do Colégio, estavam crianças e homens negros. A instituição funcionou no edifício da

[7]Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha, dia 16 de outubro de 1947.

Intendência, hoje prédio da Prefeitura Municipal, primeiramente no salão do prédio, depois no sótão. O Governo do Estado bancou carteiras e o município o material escolar, assim como a reforma no ambiente, implementando a iluminação. Era uma iniciativa de particulares mas com total aderência do Partido Republicano Rio-grandense, contando com apoio do Governo do Estado e da Intendência.

Na inauguração haviam 81 alunos matriculados, de todas as idades, de 7 a 58 anos. Todos homens. As aulas ocorriam das 18h até as 22h. Segundo Relatório do Intendente Municipal, Tenente-Coronel Pedro Frederico Rache, para o Conselho Municipal de Jaguarão, publicado pelo Jornal A Situação, em 1919 haviam dez escolas, sendo nove subvencionadas pelo Governo do Estado e uma particular[8].

Abaixo temos um quadro dos números de matrículas do Colégio entre 1918 e 1926. Observa-se o maior número de matriculados no ano de 1922, que era o ano emblemático da campanha do fim do analfabetismo no município. Houve certamente uma grande mobilização para que homens advindos dos grupos populares se matriculassem no Colégio, mas isto necessariamente não denotava sucesso na efetiva realização do curso.

Matrículas por ano no Colégio Noturno 20 de Setembro[9]	
1918	81
1919	100
1920	142
1921	173
1922	236
1923	156

[8] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Situação, 23 de setembro de 1919.
[9]Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha, dia 16 de outubro de 1947.

1924	94
1925	98
1926	109

Para termos uma ideia, o Censo de 1920 no Estado evidenciou alguns dados sobre a questão do letramento em Jaguarão. Haviam no município 6.906 pessoas que sabiam ler e escrever. De 0 a 14 anos eram 1.219 pessoas, sendo 582 homens e 637 mulheres. De 15 anos para mais, eram 5.687 pessoas, sendo 2.925 homens e 2.762 mulheres. Os que não sabiam ler e escrever eram 8.306 pessoas. De 0 a 14 anos eram 4.341 pessoas, sendo 2.163 homens e 2.178 mulheres. E de 15 anos para mais, 3.965 pessoas, sendo 1.695 homens e 2.270 mulheres. Portanto, de um universo de 14.000 habitantes no município de Jaguarão em 1920, os analfabetos eram maioria, somando 8.306 pessoas, cerca de 60% da população. Comparando com os números gerais do Estado, a taxa de analfabetismo no Jaguarão era um pouco menor, já que dos 1.993.368 habitantes do Rio Grande do Sul, 1.334.771 de pessoas não sabiam ler e escrever, 66% da população[10]. De qualquer forma, Jaguarão estava na média do Estado e pelo que aponta Demerval Saviani, também do país, pois o número de analfabetos em relação à população total entre 1900 e 1920, se manteve em 65% (SAVIANI, 2008, p. 150).

Dois dos nomes que fundaram o Colégio, se destacam: Cantalicio Resem e Dorval Santos. Venâncio Felix de Cantalício Vieira Resem nasceu na cidade de Jaguarão em 18 de maio de 1883 e esteve envolvido em diversas iniciativas e participações em associações. Em 1910, foi um dos fundadores da Livraria e Gráfica “A Miscelânea”, importante referência para a

[10]Fundação de Economia e Estatística. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950. Porto Alegre, 1981.

imprensa da cidade. Mesmo não sendo formado em Direito, foi Juiz Distrital de 1926 até 1938. Foi também diretor do jornal A Situação, órgão oficial do Partido Republicano na cidade. Em 1938 fundou o jornal A Folha. Ainda, fundou na década de 1940 a Rádio Cultura, até hoje em funcionamento na cidade. Participara de diversas instituições beneficientes e agremiações como o Clube Caixeiral[11].

Dorval Santos nasceu em Jaguarão no dia 19 de julho de 1883 e faleceu em Porto Alegre em 18 de fevereiro de 1965. Foi nomeado Ajudante dos Correios e Telégrafos de Jaguarão em 1911[12]. Foi transferido em 1939 para Porto Alegre onde se aposentou como trabalhador dos Correios. Foi colaborador dos jornais A Situação, órgão oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) na cidade e também do jornal A Folha no final da década de 1930. Foi também da década de 1910 até 1937, correspondente em Jaguarão do jornal A Federação, órgão oficial do PRR no Estado do Rio Grande do Sul. Já em Porto Alegre, foi um dos fundadores da Associação dos Jaguarenses em 1951, que realizava diversas atividades entre a comunidade de antigos moradores do município e que residiam na capital do Estado[13].

Dorval Santos foi o professor que mais atuou no Colégio. Durante 21 anos, de 1918 até sua ída para Porto Alegre em 1939, se dedicou a lecionar e gerir o Colégio Noturno 20 de Setembro. Enfatizava as datas cívicas, tendo registros sobre palestras abordando o 13 de maio[14], a independência[15] e a figura de Tiradentes[16]. Sem esquecer a Revolução Farroupilha, que dava inclusive inspiração ao nome do Colégio. As

[11]Informações publicadas por Cléo dos Santos Severino no Jornal A Folha no dia 26 de março de 1992. Extraído no dia 13 de agosto de 2018 do link: http://poetadasaguasdoces.blogspot.com/2017/12/um-escrito-de-cleo-dos-santos-severino.html .
[12]Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal A Federação, dia 22 de julho de 1911.
[13]Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal do Dia, dia 26 de novembro de 1951.
[14]Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal A Federação, dia 18 de maio de 1922.
[15]Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal A Federação, dia 9 de setembro de 1925.
[16]Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal A Federação, dia 22 de abril de 1925.

celebrações das datas cívicas, compunham as estrategias celebrativas da pedagogia positivista, destacando acontecimentos no passado que seriam emblemáticos e referenciais ao desenvolvimento da sociedade.

Dorval Santos tinha um perfil paternalista na atuação à frente do Colégio, conseguindo ingressos para estudantes irem ver filmes no cinema da cidade, e nos exames finais ofertava doces e prêmios em dinheiro[17]. Certamente, cativava a comunidade da região.

A experiência do Colégio era avaliada positivamente pelo Jornal A Folha no ano de 1941. Destacava o Jornal que jornais e revistas do Brasil e Uruguai faziam elogios a iniciativa do Colégio Noturno 20 de Setembro, e que os estudantes "[...] ocupam hoje destacada posição em todos os ramos de atividade humana, no comércio, como funcionários públicos e até como oficiais do Exército Nacional"[18].

As impressões quanto as experiências do Colégio também vinham do Uruguai, como comentado acima, e numa notícia de 1929 podemos observar as trocas de diálogos entre os educadores dos dois países.

> Grupo de educadores que estavam em Rio Branco para Congresso de Professores, visitou o Colégio de surpresa e mandaram oficio ao jornal Imparcial de Montevidéu, destacando: "É seu diretor o periodista Sr. Dorval Santos, um professor de verdadeira vocação. Encanta ouvi-lo falar de seus alunos, todos pobres e indigentes. Aqui não se maltrata ninguém - disse-nos - aqui o que se porta mal recebe o seu chapéu e se põe na rua como castigo. Por felicidade isto não acontece quase nunca"[19]

Nota-se que mesmo o texto chamando atenção para o fato de que as relações no Colégio eram admiráveis, observa-se a imposição disciplinar do "ponha-se na rua" como instrumento de controle. O controle moral e

[17]Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal Federação, dia 19 de dezembro de 1936.
[18]Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha, dia 19 de fevereiro de 1941.
[19]Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal A Federação, dia 9 de julho de 1929.

disciplinar imposto era imperdoável com aqueles que apresentassem condutas divergentes.

Em 1943, o Colégio Noturno 20 de Setembro passou a funcionar na Sociedade Operária Jaguarense (fundada em 1911), que em 1948 mudou o nome para Círculo Operário Jaguarense[20]. Uma Sociedade com perfil de atuação católica e que desde a década de 1910 buscava fornecer formação educacional e de trabalho a partir da ideia da família, ordem e moral, além de alertar aos operários sobre as ameaças do socialismo. Em 1913, o Jornal O Amigo do Operário, órgão da Sociedade Operária Jaguarense, alertava aos riscos do socialismo e afirmava os principais valores da entidade: "No socialismo, o operário não passa de um instrumento, de um escravo. Operários que amais a verdadeira liberdade e prezais a vossa dignidade humana - alerta! Tudo por Deus, pela Pátria, pela Família; tudo pelo bem e progresso de nossa classe!"[21].

Deus, Pátria e Família, foi um discurso de longa duração na sociedade jaguarense e atravessou diversas comunidades. Mas isto especificamente não será tratado neste texto. O que nos interessa é entender que esta perspectiva conservadora da sociedade foi a base para diferentes organizações. E mesmo o Colégio Noturno 20 de Setembro tendo sido composta em seus cargos diretivos por pessoas ligadas ao PRR, os lemas da ordem, pátria (e aí se imbrica também uma concepção de família neste entendimento) e progresso, foram os que nortearam as práticas no Colégio.

Em 1950, o Colégio Noturno 20 de Setembro, continuava funcionando no Círculo Operário, contando a instituição também com uma Escola de Artes e Ofícios (Mecânica, Carpintaria, Telegrafia, Tipografia, Corte

[20]Sobre atuação dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul, ver: DIEHL, 1990.
[21]Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal O Amigo do Operário, dia 30 de abril de 1913. O jornal era o órgão oficial da Sociedade Operária Jaguarense e tinha como lema "Um por todos, todos por um".

e Costura)[22]. A educação e o trabalho continuavam como referenciais morais colocados para a classe trabalhadora.

O presidente do Círculo Operário e que passou a conduzir a organização do Colégio a partir da década de 1940, foi Theodoro Rodrigues. Este líder negro na cidade foi além de diretor da Sociedade Operária, um dos fundadores e presidentes do Clube Social 24 de Agosto, assim como festeiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário[23], importantes espaços de práticas associativas e comunitárias para a população negra de Jaguarão. Ainda, havia sido músico no 3º Regimento de Cavalaria General Osório, se destacando no carnaval à frente do Cordão Carnavalesco União da Classe, entidade organizada pelo Clube Social 24 de Agosto (NUNES, 2010). Theodoro foi um homem negro que circulava por importantes espaços de agenciamento de práticas de sociabilidade e políticas daquela cidade fronteiriça. Era um importante mediador entre a comunidade negra organizada no Clube Social 24 de Agosto e lideranças do Partido Republicano Rio-grandense que dominou a política regional durante a primeira metade do século XX. Este manejo com lideranças da cidade era fundamental para manterem apoio para suas instituições e práticas associativas.

Pelo que nos parece, estes espaços, como da Sociedade Operária e do Círculo Operário, foram manejados pelas lideranças negras na busca da positivação desta comunidade a partir da construção de redes políticas que em alguns momentos beneficiavam-nos.

A relação final que observamos com a intervenção explícita da figura da liderança de Theodoro Rodrigues, evidencia que a comunidade negra participou do processo de construção da experiência educacional do Colégio Noturno 20 de Setembro em Jaguarão. Uma coisa é entendermos

[22] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Jornal A Folha, dia 22 de abril de 1950.
[23] NUNES, Juliana. *Theodoro Rodrigues*: Um Ilustre Desconhecido. Texto publicado no Jornal Fronteira Meridional, edição do dia 21 de abril de 2011.

quem eram os fundadores, os educadores do Colégio e suas intenções nas práticas educativas na primeira metade do século XX e que primavam essencialmente na produção de uma concepção moral que disciplinasse os grupos populares ao trabalho. Outra questão é perceber o que os homens negros que participavam como estudantes do Colégio faziam dos ensinamentos que a eles era ofertado, como principalmente o letramento. Certamente, esta comunidade negra do município manejou de acordo com seus próprios interesses as possibilidades ofertadas pelo Colégio 20 de Setembro em Jaguarão. E é neste sentido que este trabalho pretende caminhar para identificar os agenciamentos que a comunidade negra do local realizou com o processo de letramento no Colégio. Na perspectiva de uma História da Educação que se proponha a observar a dimensão racial das práticas educativas brasileiras (FONSECA, 2007), buscamos caracterizar com este trabalho de pesquisa, a participação da comunidade negra de Jaguarão no processo de letramento na cidade, observando suas diferentes dimensões de protagonismo como educandos, educadores e na análise de instituições que podem ter sido manejadas nas estrategias desta comunidade em busca da cidadania.

Bibliografia

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; LIMA, Andréa Gama. Territórios negros em Jaguarão: revisitando o Centro Histórico. In: AL-ALAM, Caiuá Cardoso; SILVA, Adriana Fraga; FRAGA, Hilda Jaqueline; GASPAROTTO, Alessandra; FERRER, Everton; BERGAMASCHI, Maria Aparecida (Orgs.). *Ensino de História no CONESUL:* patrimônio cultural e fronteiras. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p. 261-272.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso; ESCOBAR, Giane Vargas; MUNARETTO, Sara (Orgs.). *Clube 24 de Agosto (1918-2018):* 100 anos de resistência de um clube social negro na fronteira Brasil-Uruguai. Porto Alegre: ILU, 2018.

DIEHL, Astor Antonio. *Os círculos operários*: um projeto sócio político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

FONSECA, Marcus Vinícius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, n° 13 jan./abr. 2007. p. 11-50.

LIMA, Andréa da Gama. *O Legado da Escravidão na Formação do Patrimônio Cultural Jaguarense (1802-1888)*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2010. (Dissertação de mestrado).

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX). In: PAIVA, Eduardo França; MARTINS, Ilton Cesar; IVO, Isnara Pereira. (Org.). *Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. SP / BH / V. Conquista: ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, 2010, v. , p. 115-138.

NUNES, Juliana dos Santos. *"Somos o suco do carnaval! "*: A marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto. Pelotas:

Universidade Federal de Pelotas, 2010. (Monografia de conclusão de curso de Licenciatura em História).

PERES, Eliane Teresinha. *Templo de luz:* os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no brasil: um balanço prévio e necessário. *EccoS Revista Científica*, vol. 10, núm. Esp, julho, 2008, pp. 147-167.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros:* culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no Pós-abolição (1870-1960). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

_____. Perspectivas sobre a racialização: a experiência dos clubes sociais e centros culturais na diáspora negra ao sul do Atlântico (Brasil-Uruguai). In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, Natal/RN, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte.* Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: Editora da UFSM, 2010. P.136-155; 172-190.

Alberto Pasqualini e Leonel Brizola: perfis distintos, trajetórias cruzadas, candidatos petebistas (1945-1958)

Douglas Souza Angeli[1]
Samuel da Silva Alves[2]

Considerações iniciais

Carlos Cortés salienta, em sua obra *Política Gaúcha (1930-1964)*, que o ano de 1954 caracterizou-se por mudanças significativas na seção gaúcha do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Conforme explica o autor, a morte de Getúlio Vargas e o desaparecimento político Alberto Pasqualini (doente e derrotado no pleito de outubro daquele mesmo ano) abriram caminho para a ascensão de uma nova geração de líderes trabalhistas, dentre os quais destacaram-se João Goulart e Leonel Brizola (CORTÉS, 2007, p. 237). Semelhantemente, em sua obra *Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul* (1992), Miguel Bodea classifica esse momento como de transição de gerações na liderança do PTB. Segundo o autor, com a morte de Vargas e a segunda derrota eleitoral de Pasqualini, Jango e Brizola impuseram-se como os novos líderes máximos do PTB em nível nacional e estadual, respectivamente: o primeiro, através de sua eleição e reeleição do à vice-presidência da República, em 1955 e 1960; já o segundo, a partir de sua eleição à prefeitura de Porto Alegre, em 1955, e ao Governo do Estado, em 1958 (BODEA, 1992, p. 170-171).

Em consonância com estes autores, Angela de Castro Gomes, em sua obra *Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas*, aborda as disputas internas do PTB após o suicídio de ex-presidente. Na compreensão da autora (1994, p. 134-136), o ato de Getúlio desorientou não apenas o eleitorado, que

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), doutorando, bolsista do CNPq. douglasangeli@hotmail.com.
[2] Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), mestrando, bolsista do CNPq. samuel.alves13@outlook.com.

perdeu sua principal referência simbólica, mas também membros e lideranças do partido, que, ainda em 1954, amargou expressivas derrotas em nível estadual e nacional. Com isto, a fim de tornar o PTB um partido eleitoralmente bem sucedido, foram necessárias reformas de cunho organizacional (que exigiam a reestruturação e expansão da máquina do partido) e ideológico (a luta pelo monopólio do carisma de Vargas e a simultânea distinção entre o getulismo e o trabalhismo). Esta reorganização partidária, porém, implicou em uma série de disputas entre lideranças políticas, antigas e em ascensão, pelo controle nacional e/ou estadual da organização.

Políticos de diferentes gerações e oriundos de meios distintos, Pasqualini e Brizola constituíram-se enquanto duas das principais lideranças trabalhistas no Rio Grande do Sul entre os anos de 1945 e 1964. A fim de compreender não apenas a dinâmica interna da seção gaúcha do PTB, mas também refletir sobre a própria experiência democrática brasileira, este trabalho tem como objetivo analisar os perfis de Alberto Pasqualini e Leonel Brizola, tendo como foco a inserção de ambos no partido, bem como as distintas formas pelas quais exerceram papéis de liderança e construíram suas candidaturas ao governo do Rio Grande do Sul entre 1945 e 1958.

Alberto Pasqualini e Leonel Brizola: inserção e trajetórias na experiência democrática brasileira (1945-1964)

Alberto Pasqualini (1901-1960) nasceu no atual município de Ivorá, na chamada Quarta Colônia. Filho de imigrantes italianos, Pasqualini ingressou, aos 14 anos, no seminário da ordem dos jesuítas em São Leopoldo. Cursou a Faculdade de Direito de Porto Alegre, formando-se na turma de 1928 e recebendo a distinção da láurea acadêmica. Na década de 1930 atuou como professor do Ginásio Anchieta e da própria Faculdade de Direito. O ingresso na política se deu via Partido Libertador, na década de 1930, sendo vereador em Porto Alegre eleito em 1935 e participando do

processo de desgaste do governo de Flores da Cunha às vésperas do Estado Novo. Depois, foi membro do Departamento Administrativo do Estado e secretário estadual de Interior e Justiça no governo do interventor Ernesto Dornelles (GRIJÓ, 2009; ALMEIDA, 2016).

Após sua saída do Estado Novo em 1944, sucedida pela produção, por meio de artigos, de críticas à forma como estava se procedendo a abertura política e sugestões para os problemas sociais, Pasqualini fundou, em 1945, a União Social Brasileira (USB). Após a fusão da USB e do PTB, em 1946, Pasqualini foi lançado candidato a governador pelo PTB no pleito de 1947, sendo derrotado por Walter Jobim por uma pequena margem. Em 1950, Pasqualini foi eleito senador. Conforme Bodea (1992), as eleições de 1950 marcariam uma alteração no equilíbrio de poder dentro do PTB, pois as expressivas votações de Leonel Brizola e João Goulart para deputados federais lhes abririam caminho para figurarem logo abaixo de Vargas e Pasqualini como lideranças do PTB, enfrentando os veteranos José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva – que haviam se tornado os grandes caciques do partido a nível estadual a partir da migração das lideranças getulistas do Partido Social Democrática (PSD) para o PTB.

Em 1954, Pasqualini concorreu novamente ao governo do Rio Grande do Sul, sendo derrotado por uma pequena margem, desta vez para Ildo Meneghetti, candidato da Frente Democrática (PSD-UDN-PL). A escolha de sua candidatura, porém, contou com a figura de Brizola no centro deste acontecimento. Para este pleito, Goulart, Brochado da Rocha e Loureiro disputavam a indicação para concorrer a governador. Porém, Pasqualini, que naquele momento exercia o mandato de senador com grande popularidade, apesar de doente, foi o escolhido, em detrimento das pretensões de Loureiro e Brochado. Neste momento da trajetória de Pasqualini, Brizola emerge com papel de destaque: após reunião no Rio de Janeiro com Getúlio Vargas, que definiu a candidatura de Pasqualini (pondo de lado os interesses de Loureiro

e definindo Goulart como candidato ao Senado), Brizola desferiu, no Rio Grande do Sul, o golpe final sobre a candidatura de Brochado da Rocha, lançando Pasqualini como candidato a governador na convenção municipal do PTB em Porto Alegre em 15 de junho de 1954.

A escolha de Pasqualini como candidato em 1954 pode ser explicada, portanto, pela disputa entre diferentes gerações no interior da seção gaúcha do PTB. As novas lideranças, como Goulart e Brizola, buscavam controlar a máquina partidária estadual e repelir as candidaturas de Loureiro e Brochado em uma tentativa de suplantarem os antigos líderes que ainda poderiam oferecer riscos a seus planos de ascensão política. O triunfo final dos herdeiros de Vargas sobre a velha guarda do trabalhismo se daria, porém, em 1957, na disputa pelo posto de candidato ao governo do Rio Grande do Sul nas eleições de 1958.

Leonel de Moura Brizola[3] (1922-2004), por sua vez, nasceu no povoado de Cruzinha, que corresponde atualmente ao município de Carazinho. Também de origem humilde, filho de agricultores, mudou-se para Porto Alegre em 1936. Na capital gaúcha, trabalhou, entre outros, como graxeiro em uma refinaria de óleo em Gravataí e como funcionário do Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura de Porto Alegre. Além disso, dando continuidade a seus estudos, concluiu o curso supletivo, diplomou-se como técnico rural, em 1939, e ingressou na Faculdade de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, em 1945.

Ainda em 1945, pouco antes da deposição de Vargas, Brizola adentrou as fileiras do PTB, formando, juntamente com um grupo de sindicalistas de Porto Alegre, o primeiro núcleo do partido no Rio Grande do Sul. Nesta mesma época, fundou também a ala estudantil do PTB. Em 1947,

[3] A não ser quando referenciado de modo distinto, os dados que se seguem são baseados em: BRIZOLA, Leonel. Verbete. Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro pós-30. CPDOC/FGV.

ainda como acadêmico de engenharia, foi eleito deputado estadual. Em 1950, casou-se com Neusa Goulart, irmã de João Goulart, tendo como padrinho de casamento o próprio Getúlio. Nas eleições deste mesmo ano, atuou como um dos principais articuladores da campanha do ex-presidente à presidência da República. Ainda neste pleito, foi reeleito deputado estadual e assumiu a liderança da bancada trabalhista na Assembleia Legislativa. Em 1951, disputou com Ildo Meneghetti as eleições para prefeitura de Porto Alegre, sendo derrotado pelo candidato da recém-fundada Frente Democrática. No ano seguinte, assumiu a Secretaria de Obras Públicas do governo de Ernesto Dornelles, função que desempenhou até 1954.

Menos de dois meses após a morte de Vargas, Brizola foi eleito (com uma expressiva votação) deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Na Câmara Federal, tornou-se um ferrenho opositor de Carlos Lacerda, da UDN, que, apoiado por outros udenistas e lideranças militar, mobilizou uma campanha anti-Kubitschek e a favor do adiamento das eleições. Já em 1955, foi eleito prefeito de Porto Alegre, superando com uma ampla margem de votos o candidato da Frente Democrática, Euclides Triches. A partir de uma administração marcada pelos investimentos sociais nos bairros populares, em especial nas áreas de saneamento, transportes e educação, Brizola alçou-se como postulante ao governo do Estado nas eleições seguintes. Por fim, em outubro de 1958, derrotou nas urnas o também candidato da Frente Democrática, Walter Peracchi Barcelos, sendo eleito governador do Rio Grande do Sul com a maior votação obtida, até aquele momento, por um candidato ao Executivo estadual.

Se a escolha de Alberto Pasqualini como candidato do PTB nas eleições de 1954 deve ser entendida a partir das disputas internas do PTB gaúcho, a ascensão política de Brizola entre os anos de 1954 e 1958 deve ser compreendida dentro da mesma lógica. Como referido inicialmente por Cortés, o vácuo deixado pela morte de Vargas e pelo afastamento de

Pasqualini da política partidária permitiu a ascensão de novas lideranças, como Brizola. Estas lideranças em ascendência, como nos mostra Maura Bombardelli (2017, p. 90-107), passaram a concorrer com antigas lideranças sindicalistas e com veteranos como José Diogo Brochado da Rocha e Loureiro da Silva. Um exemplo destas disputas que se seguiram foram as previas para as eleições ao governo do Estado de 1958, nas quais Brizola e Loureiro duelaram pelo posto de candidato do PTB no pleito, sendo o segundo suplantado pelo primeiro na convenção regional do partido, em outubro de 1957. Desta forma, conforme Bodea (1992, p. 170-171), já citado na parte inicial deste texto, a vitória eleitoral de Brizola em 1958 consolidou o triunfo dos herdeiros de Vargas sobre a velha guarda do PTB do Rio Grande do Sul, transformando Brizola, assim, no porta-voz do trabalhismo no Estado no decorrer dos anos que se seguiram.

Pasqualini e Brizola no PTB: alguns dados eleitorais

A expressiva ampliação do eleitorado foi uma característica marcante da experiência democrática brasileira. No caso do Rio Grande do Sul, o eleitorado inscrito, que em 1934 era de 327.264 eleitores, passou para 753.732 em 1945, chegando a 1.319.170 em 1955. Proporcionalmente, o eleitorado passou de apenas 7,91% da população em meados da década de 1930 para 20,30% em 1945 e 28,20% em 1955. Isso gerou modificações no meio político na sua busca por legitimidade através do voto.

Com essa expansão e modificação do perfil do eleitorado, os políticos tiveram de lidar com meios de construção da popularidade distintos das formas que predominaram em períodos anteriores. Com exceção de Vargas, que conseguiu converter a popularidade constituída no regime estado-novista em vitórias eleitorais em 1945 e 1950, os políticos de sua geração não encontraram grande ressonância nas urnas após 1945. No Rio

Grande do Sul, a passagem do período autoritário para o democrático foi dominado pelos homens nascidos logo após 1900 com formação superior (a maioria em Direito) (AMARAL, 2013) e que ocuparam postos na estrutura administrativa do Estado Novo – como Ernesto Dornelles, eleito senador em 1945 e governador em 1950; Walter Jobim, eleito governador em 1947; e o próprio Pasqualini, eleito senador em 1950. Eles faziam parte de uma geração que havia ingressado na política no final da década de 1920 e que teve como marcos os movimentos de 1930 e 1937.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do eleitorado inscrito, dos votos válidos e das votações obtidas pelos candidatos do PTB a governador em 1947 e 1954 (Pasqualini) e 1958 (Brizola):

Gráfico 1 – Evolução do eleitorado inscrito, votos válidos e votação obtida pelo PTB nas eleições para governador (Rio Grande do Sul, 1947, 1954 e 1958)

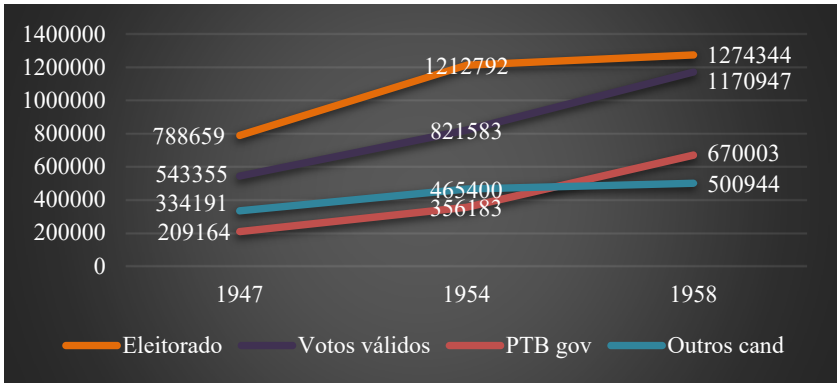


Gráfico elaborado pelos autores. Fontes: Anuário Estatístico do Brasil. 1936/1960 [IBGE – Estatísticas do século XX]; Atas de resultados eleitorais. 1947-1958 [TRE-RS].

Percebe-se, a partir do gráfico acima, uma expansão do eleitorado e dos votos válidos que, entre os anos de 1947 e 1954, foi acompanhada proporcionalmente pela votação obtida por Pasqualini, nas duas ocasiões, e por Walter Jobim e Ildo Meneghetti, respectivamente. No entanto, verifica-se

também, em 1958, um aumento na votação obtida por Brizola amplamente superior, em proporção, ao aumento do número de eleitores.

As eleições estaduais de 1947 foram porta de entrada para políticos que iniciaram suas carreiras já no período democrático, a exemplo de Brizola. No caso do PTB do Rio Grande do Sul, isso é significativo: no pleito daquele ano foram eleitos para a Assembleia Legislativa, além de Brizola, os jovens João Goulart e Fernando Ferrari. O gráfico abaixo representa a votação obtida por essas jovens lideranças, entre as quais Brizola foi o menos votado, e também de José Diogo Brochado da Rocha, liderança já consolidada e deputado estadual mais votado na ocasião.

Gráfico 2 – Votação obtida por Brochado da Rocha, Fernando Ferrari, João Goulart e Leonel Brizola nas eleições estaduais de 1947

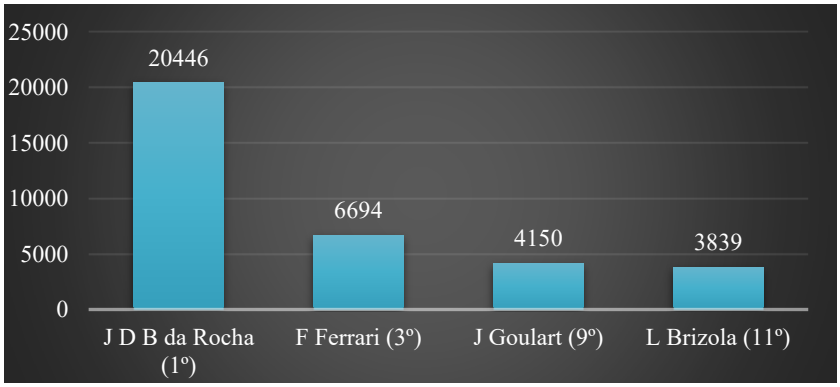


Gráfico elaborado pelos autores. Fonte: Atas de resultados eleitorais. 1947 [TRE-RS].

Por sua vez, na tabela a seguir é possível perceber que Brizola ocupava, já em 1950, o espaço de liderança estadual do PTB, sendo eleito deputado estadual mais votado (do partido e da eleição). Naquele pleito, Brochado da Rocha seria o deputado federal mais votado, feito que Brizola repetiria em 1954, mas com um número de votos significativamente maior e distante dos demais colegas de partido, como demonstra também o gráfico 3.

Tabela 1 – Deputados estaduais mais votados do PTB no Rio Grande do Sul (1947 e 1950)

Eleição	Posição	Nome	Quantidade de votos
1947	1º (do PTB)	J. D. Brochado da Rocha	20.446
	2º (do PTB)	Celeste Gobato	8.582
1950	1º (do PTB)	Leonel Brizola	16.661
	2º (do PTB)	Unírio Machado	7.779

Tabela elaborada pelos autores. Fonte: Atas de resultados eleitorais. 1947/1950 [TRE-RS].

Gráfico 3 – Votação dos deputados federais mais votados do PTB no RS (1950 e 1954)

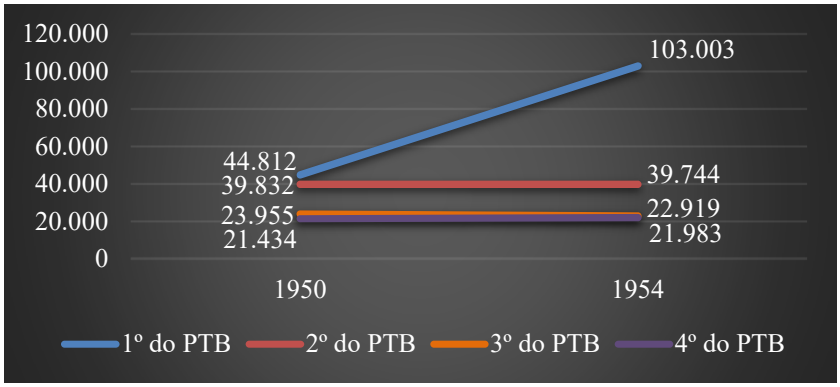


Gráfico elaborado pelos autores. Fonte: Atas de resultados eleitorais. 1950/1954 [TRE-RS].

Breves análises e considerações finais

Para além da trajetória destes políticos entre os anos de 1945 e 1964 no PTB gaúcho, interessa-nos aqui, dentre outras coisas, destacar as formas de inserção e construção enquanto lideranças políticas no período da experiência democrática, especialmente a partir da aquisição de capitais diversos e da conversão dos mesmos em capital político. O capital caracteriza-se como a matéria prima da luta entre agentes no interior do campo, ou, em outras palavras, como o conteúdo do poder em uma dada relação de forças (PINTO, 1996, p. 223). A capacidade de mobilização de um capital específico, segundo Bourdieu (1979, p. 107), determina no interior de certo campo a posição social e o poder específico atribuído a um agente. Conforme nos explica Céli Pinto (1996, p. 223), a relação entre capitais (social, cultural, econômico, político, entre outros) pode ocorrer tanto pela conversão quanto pela possibilidade de aquisição de um capital em decorrência da posse outro capital. No caso do capital político, aqui atribuído

a Pasqualini e Brizola, Bourdieu o divide em duas espécies: 1) o capital pessoal de notoriedade e de popularidade, fundado no fato de ser conhecido e reconhecido (reputação, "ter um nome") e de ter qualificações específicas, sendo frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros campos; e 2) o capital delegado, "produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela: é o partido" (BOURDIEU, 2012, p. 191).

Alberto Pasqualini se inseriu na experiência democrática brasileira a partir da conversão de uma série de capitais (cultural, social e político) adquiridos em momentos anteriores. Tendo sido aluno laureado e posteriormente professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, vereador de Porto Alegre e parte da burocracia do Estado Novo, Pasqualini passou, em meados de 1944, a escrever artigos no jornal *Correio do Povo*, opinando acerca da lei eleitoral, eleições e democracia. O reconhecimento público enquanto "portador de conhecimentos técnicos" que já detinha, combinado com a notoriedade adquirida durante as polêmicas em que se envolveu no fim do Estado Novo, garantiu a acolhida de seus escritos por diversos setores (ALMEIDA, 2015, p. 107), muitos dos quais, como intelectuais, profissionais liberais e empresários, congregaram-se juntamente com Pasqualini na USB, posteriormente fundida ao PTB quando do lançamento de sua candidatura ao governo do Rio Grande do Sul em 1947 (BODEA, 1992; CRUZ, 2010).

Brizola, por sua vez, ingressou no jogo político já no período da experiência democrática, com base especialmente em um capital cultural e social adquirido junto a Faculdade de Engenharia: primeiramente, sua formação propiciou-lhe ingressar no funcionalismo público, onde teve contato com importantes figuras da política gaúcha (tais como Antônio Brochado da Rocha e Loureiro da Silva); após, sua atuação enquanto líder estudantil e representante da juventude porto-alegrense permitiu-lhe candidatar-se e eleger-se a Assembleia Legislativa do Estado. Uma vez eleito deputado

estadual, Brizola ampliou seu capital social: a partir do casamento com Neusa Goulart, em uma cerimônia que teve como padrinho Getúlio Vargas, Brizola criou uma rede de contatos que lhe possibilitou não apenas ser parte de uma elite social e política estadual, mas também ascender no interior do PTB. Por fim, já como deputado estadual mais votado do Estado em 1950, Brizola foi nomeado em 1953, com a indicação de Vargas, secretário de Obras Públicas do governo de Ernesto Dornelles. O exercício deste cargo possibilitou a Brizola ser conhecido enquanto administrador, capital político que, posteriormente, o permitiu ascender aos cargos de prefeito de Porto Alegre e governador do Estado (FERNANDES, 2013, p. 112-114).

Mas como explicar os resultados obtidos por ambos nas eleições em que concorreram enquanto candidatos a governador pelo PTB? Pasqualini, candidato derrotado em 1947 e 1954, e Leonel Brizola, candidato vitorioso em 1958, pertenciam a gerações distintas. Isso não diz respeito somente à idade, mas, com efeito, a formações políticas distintas, à experiência com padrões de competição eleitoral distintos e, especialmente, a acontecimentos distintos e que, para ambos, marcaram o ingresso na carreira política. No caso de Brizola, bem como de Goulart e Ferrari, o fim do Estado Novo e a formação do PTB foram eventos marcantes e que propiciaram essa entrada na política. Se Pasqualini foi uma liderança que precisou adaptar-se à experiência democrática, Brizola constituiu-se como liderança política no seio dessa experiência. Uma hipótese para a ascensão e sucesso eleitoral de Brizola, no comparativo com Pasqualini reside, portanto, na forma como se deu a sua iniciação política e, mais especificamente, a aquisição de um *habitus* político.

O *habitus*, como nos mostra Bourdieu (2012, p. 61), é um conhecimento adquirido e um haver, um capital, que indica uma disposição incorporada, quase postural, do agente. No jogo político, segundo Bourdieu (2012, p. 169), a atuação e o sucesso dos profissionais estão condicionados

a posse deste *habitus* político: conjunto de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas e dados econômicos) ou de capacidades gerais, como o domínio de uma linguagem e de uma retórica política, a qual o autor divide e classifica como do *tribuno* (vital nas relações com os profanos) e do *debater* (imprescindível na relação com os profissionais). Sendo apadrinhado por políticos de gerações anteriores, como Vargas e Pasqualini, Brizola dominava os códigos e a linguagem necessária para lidar com seus pares, mover-se nos meandros de seu meio e nele constituir-se enquanto liderança. Sua vantagem, com relação às lideranças petebistas das gerações anteriores e da sua própria, pode ter sido a capacidade de dominar também os códigos e as linguagens necessárias à construção de uma popularidade perante esse eleitorado crescente. Neste sentido destaca-se, por exemplo, o uso do rádio, utilizado de forma extensiva e intensiva por Brizola especialmente após 1955.

Por fim, no tocante às etapas da consolidação de Brizola enquanto liderança trabalhista da seção gaúcha do PTB, destacamos que: 1) A sua constituição como liderança trabalhista entre 1947-1954 ocorre, especialmente, a partir da sua eleição como deputado estadual mais votado em 1950, da consequente ocupação de um vácuo político deixado por outras lideranças (Brochado da Rocha, Ferrari e Goulart, eleitos deputados federais) e da sua indicação a Secretaria de Obras, na qual amplia sua influência sobre os diretórios municipais (suplantando lideranças anteriores como Loureiro da Silva); 2) Ao ser eleito deputado federal mais votado em 1954, fato que coincide com o suicídio de Vargas e mais um insucesso eleitoral de Pasqualini, Brizola reforça sua posição como uma das principais lideranças do PTB em nível estadual – no momento em que tem início uma disputa pela herança getulista e trabalhista; 3) Sua eleição como prefeito de Porto Alegre em 1955 permite que ele reforce a imagem de político realizador (somando-se a experiência como secretário de obras) e legitime seu nome para a

candidatura ao governo do Estado em 1958; e 4) A eleição de Brizola em 1958 e, especialmente, a vitória sobre Loureiro da Silva nas prévias do partido em 1957, consolida sua liderança sobre o PTB gaúcho e decreta o triunfo dos herdeiros de Vargas sobre a velha guarda trabalhista.

Referências

ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. *Interfaces do político*: o discurso de Alberto Pasqualini em perspectiva (1936-1955). Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

AMARAL, Sandra Maria do. *O teatro do poder*: as elites políticas no Rio Grande do Sul na vigência do Estado Novo. Ijuí: Unijuí, 2013.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BOMBARDELLI, Maura. O PTB e as eleições estaduais de 1954 e 1958 no RS: disputas internas, novas lideranças e mudanças na agenda do Partido. In: HARRES, Marluza Marques; BRANDALISE, Carla (Org). *O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)*. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 87-114.

BOURDIEU, Pierre (1979). *A Distinção:* crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: ZOUK, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

CORTÉS, Carlos E. *Política Gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

CPDOC. Dicionário histórico-biográfico brasileiro. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb.

CRUZ, João Batista Carvalho da. *Da formação ao desafio das urnas*: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul.

Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2010.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. *A emergência de um líder nacionalista*: a atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFFRJ, Seropédica, RJ, 2013.

GOMES, Angela de Castro. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: _____. (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 133-160.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *As esquerdas no Brasil*. Vol 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 83-99.

PINTO, Céli Regina Jardim. O poder e o político na teoria dos campos. *Veritas:* revista trimestral de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS, Porto Alegre, vol. 41, n. 162, p. 221-227, jun. 1996.

História ambiental no meio rural: um estudo na comunidade quilombola de "Teixeiras"

Sabrina Machado Araujo[1]

Resumo: O trabalho de pesquisa em questão tem como sujeito a comunidade quilombola de Teixeiras, localizada às margens da BR 101 na zona rural do município de Mostardas-RS. A comunidade é essencialmente agrícola e marcada pela agricultura familiar e são as práticas rurais que proporcionam as mais expressivas formas de interação com o ambiente. A pesquisa está inserida no campo da História Ambiental e a partir da fala de Worster (1991) de que a história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida humana, o objetivo do trabalho é discutir a relação da população de Teixeiras com a terra à que pertencem, analisando o papel e o lugar do ambiente na vida daquelas pessoas, que têm a terra como meio de sociabilidade, subsistência e sustento. Outras questões importantes serão analisadas, como os programas e projetos aplicados pela EMATER dos quais a comunidade participa e que impulsionam a vida no local e conflitos socioambientais que estão presentes no espaço da comunidade e que influenciam o cotidiano dos moradores. A história oral é o principal método utilizado no desenvolvimento da pesquisa, pois a fala dos colaboradores é vital para se chegar aos resultados pretendidos.

Palavras:chave: História Ambiental; Comunidade quilombola; Mostardas.

Introdução

O município de Mostardas está localizado no litoral norte do Rio Grande do Sul, na faixa de terra entre a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico, e distante aproximadamente 200 km da capital Porto Alegre. O início oficial da história de Mostardas enquanto local de povoamento data da segunda metade do século XVIII, quando foi criada no ano de 1773, por Alvará Imperial, a Freguesia de São Luis de Mostardas. A partir de então, começariam a chegar para povoar o local colonos açorianos, que receberam doação de sesmarias da Coroa Portuguesa. Essas sesmarias deram origem a grandes fazendas agropecuárias estruturadas no trabalho escravo. Desse

[1] Universidade Federal do Rio Grande - FURG, graduanda em História Bacharelado. araujosabrina96@gmail.com

passado escravocrata, temos como legado três comunidades quilombolas, são elas: Casca, Teixeiras e Beco dos Colodianos.

Mostardas tem, então, uma colonização açoriana que é exaltada em todos os âmbitos, enquanto existe uma cultura de negação da expressiva presença negra, que é deixada de lado nos locais de memória da cidade. Este fato, aliado à necessária discussão ambiental motivou a escolha deste tema para a pesquisa. O presente artigo é, dessa forma, resultado de uma pesquisa de viés ambiental que tem como sujeito a comunidade quilombola de Teixeiras, localizada às margens da BR 101 em Mostardas/RS.

O meio ambiente vem se constituindo como um importante campo de estudos para além da geografia e ciências naturais, e a História Ambiental surge no intuito de trazer esse tema para dentro do campo historiográfico, colaborando para o fim do distanciamento entre sociedade e natureza, distanciamento este que não existe nas comunidades tradicionais. Segundo o Decreto que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007), estes:

> são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Exemplos de comunidades tradicionais são as indígenas e quilombolas. Com o estudo e observação das comunidades quilombolas, entende-se que estas estão inteiramente ligadas ao meio ambiente, o espaço que ocupam é chamado de território tradicional, que garante a sua sobrevivência, constitui a base para a produção e a reprodução de todo o seu patrimônio cultural, sendo seu significado e importância incalculáveis. A terra está vinculada à ancestralidade, o que remete aos laços identitários, e é dela que se extrai o alimento para subsistência e renda para a família.

Importante nome da História Ambiental, Donald Worster (1991) diz que ela trata do papel e do lugar do meio na vida das pessoas. E, com base nisso, buscou-se nessa pesquisa conhecer a realidade da comunidade negra rural dos Teixeiras e compreender a ligação dos quilombolas com a terra a que pertencem e o que constitui essa ligação.

Desenvolvimento

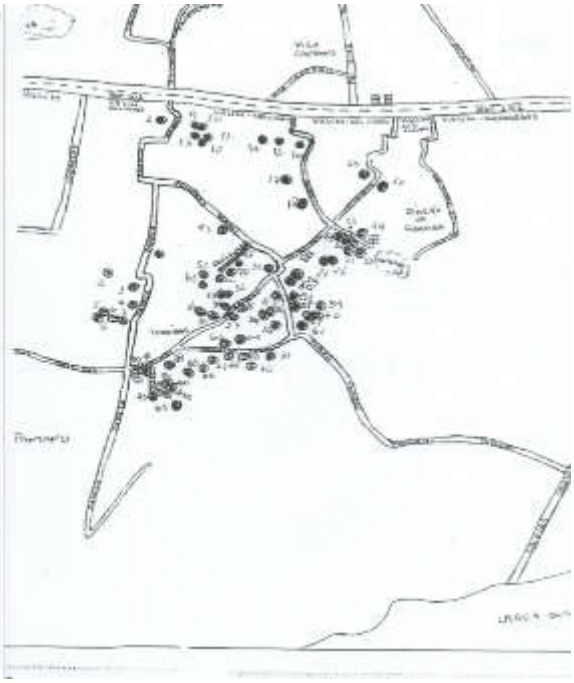
O processo histórico de constituição de Teixeiras, assim como as outras duas comunidades quilombolas do município, Casca e Beco dos Colodianos, tem origem em uma "deixa" de terras. Ana Thereza de Jesus, Manoel Teixeira Baptista e Roza Thereza de Jesus, filhos de Antônio Teixeira Baptista e Thereza Maria de Jesus, naturais da Ilha de São Jorge no arquipélago dos Açores, registraram oficialmente em testamento a vontade de deixar aos escravos por eles alforriados parte das terras herdadas. Um trecho do testamento de Roza Thereza de Jesus diz o seguinte:

> Declaro que possuo outro pedaço de campo no lugar denominado São Simão Velho da Tapera para a parte do Pântano que extrema com Francisco Rodrigues de Mesquita, as quais vendi a meu primo [...] ficando-lhe só a metade do mato pertencente a este campo e a outra metade fica para os escravos pertencentes a esta casa que ficarão Libertos [...] (Testamento de Roza Thereza de Jesus, 1826, p.1)

O testamento dizia ainda para que os escravos não vendessem as terras, devendo essas passar de pais para filhos. Roza destina aos escravos mais terras no lugar denominado Caieira, onde ficava sua "Casa e benfeitorias", mas estas não foram ocupadas por eles, segundo seu Irto Miguel, ancião da comunidade:

> Porque naquela época as terra não tinha grandes valor, terra que não dava pra plantar pessoal não queria, né. [...] Então o que que é que aproveitaram? O melhor reduto que foi aqui óh, esse triângulo aqui, né, mas caso pelo contrário isso é muito grande esse Teixeiras. (Irto Miguel, 30/07/2018)

Localização do município de Mostardas e da Comunidade Teixeiras.



Mapa da Comunidade Teixeiras feito pelos próprios moradores.

Além dos escravos da Casa, a comunidade recebeu, após o fim do regime de escravidão, negros que não tinham local de trabalho e para onde ir, sendo assim, um local de refúgio para o desamparo exclusão social.[2] Teixeiras foi identificada como Comunidade "Remanescente" de Quilombo através da realização de um DRP (Diagnóstico Rural participativo) no ano de 2002 e assim como Beco dos Colodianos, passou por um processo de regularização fundiária na década de 1960. Nesse processo, foram emitidos títulos de posse individuais das propriedades às famílias, o que permitiu que fossem vendidas. Nessa época, incentivados pelo governo vigente que visava

[2] RUPERT, Rosane Aparecida. Comunidades negras rurais do RS: Um levantamento sócio-antropológico preliminar. Porto Alegre/RS, RS-Rural, Brasília, IICA, 2005.

o crescimento da cidade, muitos se desfizeram de suas terras, colocando o dinheiro na poupança, que dizia-se, geraria mais renda do que o que eles conseguiam no campo[3] e foram tentar a vida na sede do município. Atualmente, a comunidade aguarda na fila para demarcação do território coletivo como Comunidade Quilombola, como foi feito na Comunidade Casca.

A área da comunidade é grande, tendo aproximadamente 1700 he, e o número de famílias residentes também é expressivo, mais de noventa. Uma das grandes diferenciações de Teixeiras para as outras duas comunidades são as propriedades produtivas, que garantem a subsistência e geram renda para as famílias. Isso porque na Casca e Beco dos Colodianos, há um grande número de idosos, que obtém renda através da aposentadoria, e pessoas que fornecem mão-de-obra nas lavouras de arroz, fazendas de gado e na cidade, não restando tempo para investir e trabalhar em suas terras. Muitos moradores da comunidade Teixeiras também trabalham nas lavouras, mas principalmente em época de colheita para obter renda extra. A comunidade da Casca fica mais distante da sede de Mostardas, levando aproximadamente duas horas de ônibus. Ela fica próxima da cidade de Viamão, para onde foram e ainda vão muitas famílias em busca de trabalho, deixando muitas propriedades abandonadas, o que não acontece nos Teixeiras.

A comunidade é caracterizada pela forte produção agrícola, toda propriedade tem plantação, se não é destinada a comercialização, é para consumo da casa. É praticada tanto a agricultura tradicional de base ecológica quanto a agricultura convencional. O uso de agrotóxicos é utilizado somente nas plantações em maior quantidade destinadas à comercialização, como a cebola e o arroz. É usado o famoso “mata-mata” na limpeza do local

[3] ALVES, Gustavo Chaves. Entrevista concedida a Sabrina Machado Araujo. Mostardas, 26 de julho de 2018.

de plantio e adubos químicos. Em relação à produção de cebola, cultura tradicional na comunidade, existe também a produção com base ecológica, incentivada pelo programa PAA Sementes. Dessa forma, em termos de área é maior a produção convencional, mas em se tratando de número de propriedades é maior a agricultura de base ecológica. Em conversa com o extensionista rural e agrônomo do escritório municipal da EMATER em Mostardas, Gustavo Chaves Alves, ele diz que o pacote tecnológico da chamada Revolução Verde não atingiu esses agricultores. Aqueles que plantam sem o uso de agrotóxicos, o fazem não por ter uma consciência ambiental, mas porque sempre fizeram assim, seguem o modelo que aprenderam com os pais e avós.

> tem alguns que têm consciência "bom, olha, eu não vou usar porque faz mal pro ambiente, pra água, pra mim, eu não vou usar o veneno." Agora, tem muitos dessas famílias mais antigas, inclusive essas pessoas mais velhas que tem muito a questão da tradição "meu vô fazia assim, meu pai plantava assim, eu também planto assim. Sempre colhi, continuo colhendo e continuo fazendo assim." mas não tem consciência que aquilo é um processo agroecológico e ele não vem procurar aqui "olha eu quero a semente da Bionatur que é agroecológica", ou "quero uma semente de milho crioulo [...] uma semente que foi produzida de base ecológica pra mim seguir na..." não, ele não vem procurar por isso, mas ele segue fazendo porque bom, sempre colheu assim, sempre produziu assim, então ele faz e continua com o processo, mas não tem essa clareza e a consciência de que... muitas vezes nem sabe que que é... "tá, mas que que é produção ecológica?" tem uns que as vezes a gente começa a conversar e tal e ele pergunta pra mim "tá mas que que é isso? Eu sempre fiz assim, pra mim isso não é..." então é um conceito que ainda não chegou neles. (Gustavo, 26/07/2018)

O que se nota é que o conceito de "agricultura de base ecológica" não é reconhecido por parte dos agricultores mais antigos dessa forma, porque quem a pratica desde sempre a tem como algo natural, é apenas o cultivo da forma que lhe foi ensinada e da forma que é praticada. Assim, a consciência ambiental e pessoal do uso do agrotóxico não existe de nenhum dos lados, pois também aqueles que praticam a agricultura convencional

acabam consumindo do mesmo produto, não fazendo o cultivo agroecológico para consumo familiar.

Seja tradicional ou convencional, a agricultura é a principal atividade na comunidade e são as práticas agrícolas que proporcionam as mais expressivas formas de interação com o ambiente. O trabalho na agricultura acaba envolvendo toda a família, que desenvolve um laço com a terra para além da necessidade de subsistência e sustento. Constitui-se uma relação de amor e cuidado com a terra, que fornece o essencial para a permanência no campo.

A partir das entrevistas realizadas tanto com os colaboradores quilombolas quanto com os extensionistas rurais, foi possível identificar conflitos socioambientais que permeiam o cotidiano da comunidade. O principal deles é a pulverização aérea de agrotóxicos nas lavouras de arroz que cercam o território quilombola. Esse veneno colocado nas lavouras atingem as plantações que não tiverem proteção com cerca ou com quebra vento. O Escritório Municipal da EMATER tem algumas reclamações referentes a esse problema, que prejudica as plantações das famílias que trabalham com o plantio de base ecológica, como é o caso da Dona Vera, que vende seus produtos em uma feira na cidade. Sobre essa questão ela diz:

> [...] porque eu não boto o veneno nas minhas *horta*, não boto em nada, né, só que eu digo que aqui *nois* não *temo* natural, orgânico ninguém tem, esses *avião* que passam por aí? [...] esses *veneno* que eles botam por tudo se não vai ter, claro que tem [...] não tem como evitar. Eu mesma, chegam lá na minha feira e perguntam se é ecológica... planto ecológica mas não lhe prometo que é ecológica porque eu moro no meio das granja, eu digo pras pessoa, sou bem sincera. (Vera Lúcia, 30/07/2018)

Essa é uma questão delicada, muitos agricultores têm suas plantações prejudicadas, muitas vezes com perda total da produção. Existe a legislação que prevê indenização pela perda, mas as denúncias não são frequentes e entende-se o motivo: os agricultores não querem se indispor com os grandes proprietários, que empregam muitos quilombolas da comunidade.

Além disso, levar a questão ao Ministério Público envolve uma burocracia que eles não se sentem confortáveis em lidar.

Outra questão socioambiental importante não só na comunidade, mas em toda a região, é a venda da água. O principal manancial de abastecimento de água para irrigação das lavouras é a Laguna dos Patos, que fica relativamente distante da comunidade. O grande produtor que possui capacidade de investimento constrói um canal com finalidade de puxar água da laguna para irrigar suas lavouras, o que não é a realidade do agricultor familiar, que não possui recursos para construir seu próprio canal. O pequeno produtor que quiser investir na plantação de arroz, tem que comprar a água desse terceiro. Essa água é vendida a um preço muito alto, o que acaba sendo um impedimento para os agricultores familiares em relação aos cultivos que necessitam de irrigação. O fazendeiro que vende a água, justifica a cobrança pelo investimento na construção, mas na realidade está vendendo nada mais que a água da Laguna, e como consta na legislação brasileira, a água é um bem comum de acesso a todos, o que torna tal prática algo ilegal e um abuso de poder por parte dos fazendeiros locais.

O Escritório Municipal da ASCAR-EMATER/RS em Mostardas foi inaugurado em dezembro do ano de 1978 e desde então vem realizando um trabalho incrível de extrema importância com as famílias rurais do município. Foi através de projetos específicos do Programa RS Rural[4] para o público quilombola, que deu-se o início das ações da ASCAR-EMATER/RS junto às comunidades remanescentes de quilombos no município. O primeiro projeto elaborado foi destinado à comunidade de Casca no ano de 2001, e a equipe do Escritório Municipal ficou encarregada da realização dos diagnósticos junto

[4] O Programa RS Rural (1997-2004) resultou de um contrato de empréstimo entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), e o Banco Mundial, o qual teve por objetivo o combate à pobreza e à degradação dos recursos naturais no meio rural.

às comunidades de Teixeiras e Beco dos Colodianos nos anos seguintes, comprovando suas trajetórias históricas, ancestralidades e aspectos culturais, que possibilitavam identificar essas comunidades negras rurais como remanescentes dos quilombos.

A missão da instituição é levar o desenvolvimento para o campo, através de ações sociais, efetivação de políticas públicas e execução de programas dos governos federal e estadual. Os extensionistas rurais são responsáveis por fazer o contato com as famílias, conversar sobre os benefícios e políticas públicas que elas têm direito, os projetos de que podem participar, levam até os agricultores as informações que estes não têm acesso. É um trabalho de educação informal, que exige dedicação e alteridade. A extensionista Mônica de Andrade Arnt, diz que o trabalho do extensionista:

> [...] tem esse caráter de assistência técnica, na questão produtiva mesmo né, de campo, na questão mais econômica, mais tecnológica, que é em relação a melhorar a produtividade e qualificar a produção né, e gerar renda, tudo isso. Mas também tem esse aspecto que atende a outras esferas da vida das famílias, que não é só a questão da prática agrícola, do trabalho de criação e de plantação né, que aí ta tudo no guarda-chuva do que chama trabalho social né, da EMATER. (Mônica, 28/03/2018)

Através da chamada Associação Comunitária Quilombola de Teixeiras, fundada em 2006, as famílias da comunidade puderam ter acesso à diversos recursos como participantes do público especial assessorado pela EMATER. Com recursos destinados à associação, conseguiram construir um silo para secagem dos grãos produzidos na comunidade e comprar equipamentos e máquinas agrícolas, que todo agricultor quilombola da comunidade tem acesso pela metade do preço. Teixeiras é a comunidade que mais se mobiliza em relação às políticas públicas, pois é a que tem mais agricultores que se encaixam no perfil de agricultor familiar e a que mais tinha famílias em situação de pobreza. O plano Brasil Sem Miséria já está na sua terceira edição na comunidade, que possuía muitas famílias em situação de

extrema pobreza. Muitas vidas foram melhoradas e continuam sendo através de programas como este, na mesma linha está o PNHR – Plano Nacional de Habitação Rural, no âmbito do Minha Casa Minha Vida, que beneficiou 12 famílias, possibilitando que tivessem uma moradia digna. Existem famílias que participam do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, no qual a produção, principalmente de hortaliças, é comercializada para a Prefeitura e destinada à alimentação escolar. Todos esses programas de incentivo à geração de renda, como o PNAE, fortalecem o desejo de permanecer no campo, são incentivos que fornecem melhores condições de vida, como exemplificado pelo Gustavo, que acompanha o envolvimento das famílias com os projetos:

> [...] tu lembra que eu te falei da dona Ana de Fátima e do seu Luiz Paulo, eles são um casal, já tão perto dos sessenta anos, cinquenta e cinco ou mais já, quase sessenta anos, e que viram na alimentação escolar uma alternativa, começaram a sair da cebola, desistir da cebola, pra produzir pra alimentação escolar, pessoas que se renovam, né, tão se renovando, "pô, não, vai ser uma nova alternativa pra nós permanecer aqui" porque no fundo o que eles querem é permanecer lá, com uma melhor qualidade de vida? Claro. (Gustavo, 26/07/2018)

O PAA Sementes – Programa de Aquisição de Alimentos, também é desenvolvido nos Teixeiras e garante sementes de qualidade à agricultores familiares. Neste as sementes produzidas pelos agricultores são compradas pelo CONAB, que por sua vez distribui para outros agricultores. E os programas de crédito, o PRONAF, que custeia produções de cebola e arroz, principalmente, e o FEAPER, que financia investimentos destinados a melhorar a vida e a renda das famílias.

Outros programas já foram desenvolvidos na comunidade ao longo desses dezessete anos de trabalho junto às comunidades quilombolas, que ajudaram a promover grandes mudanças positivas no modo de vida e condições de sobrevivência no campo.

Considerações finais

A inserção na Comunidade Quilombola de Teixeiras e a realização das entrevistas permitiram uma boa compreensão a respeito da relação dos moradores com o ambiente. As famílias estão fortemente enraizadas em suas terras, não tendo cogitação de venda ou mudança para a cidade. O trabalho na agricultura não é visto como uma obrigação por necessidade e sim como algo prazeroso, que é feito com gosto e dedicação.

Assim, enquanto para a população urbana a relação com o meio ambiente se dá quase que somente através do lazer, pois há um grande distanciamento entre centros urbanos e natureza, na zona rural e neste caso, nas comunidades quilombolas, a relação com o meio é algo que se dá de forma natural, porém complexa, e está em todos os setores da vida. O meio é a terra, a natureza é o campo. Nascer, crescer e viver a vida toda dentro de uma comunidade negra rural implica na percepção da vida em geral como algo que está ligado àquele lugar, à tradição familiar e ancestralidade arraigadas ali, ao modo de trabalho na agricultura, ao viver com o necessário para viver bem.

O trabalho da EMATER junto à comunidade Teixeiras, e a todo o público assessorado, foi e continua sendo de extrema importância. Muitas famílias saíram da situação de extrema pobreza, tendo suas vidas melhoradas através de projetos de geração de renda. Os projetos e políticas públicas e programas de crédito deram novas perspectivas a essas famílias rurais quilombolas, que vivem cada vez melhor das suas propriedades. Muitas vidas foram transformadas, e seguem sendo, por essa instituição que é fortemente necessária e merece todo o reconhecimento.

Mostardas é um município evidentemente racista, que valoriza apenas uma das duas etnias que constituem as raízes culturais locais. Em vista disso, na última gestão municipal iniciou-se o processo de alteração na denominação de “cidade açoriana” para “cidade afro-açoriana”, com

implicações sociais de extrema importância. E, este trabalho está inserido no conjunto de esforços com finalidade de dar visibilidade à presença negra no município. A História Ambiental é um campo emergente e no qual devem se realizar pesquisas no local, tendo em vista as necessárias discussões ambientais que podem ser exploradas no cenário do munícipio.

REFERÊNCIAS

ALVES, Gustavo Chaves. **Entrevista concedida a Sabrina Machado Araujo**. Mostardas, 26 de julho de 2018

ARNT, Mônica de Andrade. **Entrevista concedida a Sabrina Machado Araujo.** Mostardas, 28 de março de 2018.

BENEDETTI, Adriane Cristina; SOARES, Mariana Andrade. **A construção da segurança alimentar sob o olhar quilombola:** a experiência em Mostardas/RS. Rev. Bras. de Agroecologia. Vol.2. No.2. p. 161-165. Out. 2007.

BENEDETTI, Adriane Cristina; BONESSO, Roseli Lazzarotti; PEREIRA, José Severino Braga. **Reconhecimento étnico e inclusão social:** uma experiência de trabalho em comunidades “remanescentes” de quilombos no litoral gaúcho. Rev. Bras. Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fev. de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> acesso em: 02 de agosto de 2018.

EMATER/RS-ASCAR. **Estudo de caso**: Comunidade de Teixeiras. Mostardas: Escritório Municipal da EMATER/RS, 2002.

JESUS, Roza Thereza de. **Testamento**. Documento. p.2, Freguesia de São Luiz de Mostardas, 1826.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil**: questões conceituais e normativas. Etnográfica, Vol. IV (2). pp. 333-354. 2000.

RUPERT, Rosane Aparecida. **Comunidades negras rurais do RS**: Um levantamento sócio-antropológico preliminar. Porto Alegre/RS, RS-Rural, Brasília, IICA, 2005.

SILVA, Irto Miguel da; SILVA, Vera Lúcia Alves da. **Entrevista concedida a Sabrina Machado Araujo**. Mostardas, 30 de julho de 2018.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8. p. 198-215. 1991.

Wakanda e as Fronteiras (in)visíveis em "Pantera Negra"

ARAUJO, Tatiana Brandão de.[1]
GUARIENTI, Franciele Rodrigues.[2]

O texto em questão estabelece uma discussão sobre como filme "Pantera Negra"[3] de 2018, dirigido por Ryan Coogler, aborda questões acerca da colonização por meio da representação de uma nação ficcional chamada Wakanda e das relações que a cercam. Nesse lugar coabitam indivíduos de diferentes culturas de maneira harmoniosa sendo possível entender o mesmo como um espaço simbólico utópico de diálogo e prosperidade. As cinco tribos que vivem no território possuem um único rei que faz parte de uma linhagem e a nação resguarda alta tecnologia, no qual a população negra vive em paz, afastada do racismo vivenciando por outros negros fora dali.

Nesse sentido, entendemos que a questão das fronteiras é um tema muito presente no filme. Fronteiras geográficas e culturais que se colocam como espaços identitários e de diferença. Sendo assim, primeira fronteira que destacamos é a geográfica. Wakanda vista de cima é coberta por uma floresta intransponível mas também por um campo de força que impede que outras nações conheçam a verdadeira Wakanda. Esse campo a protege de invasões, retomando assim, temas caros à História da colonização europeia marcada por exploração de terras e povos.

O personagem Pantera Negra é um dos super-heróis das histórias em quadrinhos da Marvel Comics, foi criado por Stan Lee e Jack Kirby, estreando em julho de 1966. Sendo adaptado para o cinema em 2018, o filme "Pantera Negra" conta a história de T'Challa (Chadwick Boseman) que sucede ao trono após a morte de seu pai, antigo rei de Wakanda. Durante o filme, o

[1] PUCRS. Doutoranda em História. Bolsista CAPES. tati.vs.86@gmail.com.
[2] UFSC. Doutoranda em Literatura. Bolsista CAPES. franguarienti@yahoo.com.br.
[3] Pantera Negra. Direção Ryan Coogler. 2018. 134 min., color. Titulo original: *Black Panther*.

trono é colocado em risco devido ao aparecimento de seu primo Erik Killmonger (Michael B. Jordan), que morou sua vida inteira nos Estados Unidos, e possui outras percepções sobre como Wakanda deve interagir com o resto do mundo.

A nação é caracterizada como auto sustentável e protegeu-se dos males em conseqüência da colonização que atingiram outras nações africanas. A sequência inicial do filme, em que o pai conta para o filho a origem da nação, deixa claro que enquanto Wakanda vivia preservada em sua fronteira invisível, o mundo vivenciava todos os tipos de tragédias. A sequência do diálogo é acompanhada por imagens que remetem à conversa, e quando o pai afirma que "enquanto Wakanda prosperava o mundo à volta descendia no caos", uma das primeiras imagens que aparecem para representar o caos refere-se à colonização (Figura 1).

Figura 1: frame de *Pantera Negra*, 2018.

Nesse sequência inicial, o pai também afirma que um meteoro composto de *vibranium* (uma substância fundamental para a nação) caiu na terra em um território do continente africano, afetando a flora. Ele afirma que quando o território começou a ser habitado por homens, cinco tribos se estabeleceram no local o chamando de Wakanda. Por causa da deusa pantera chamada Bast, um poder foi concedido aquele que foi nomeado rei e

protetor do país, o pantera negra, e desde então as cinco tribos vivem em paz. O *vibranium* serve como base para o desenvolvimento de moderna tecnologia, a mais avançada do mundo, como relata o narrador.

Em um diálogo entre os personagens T'challa e Nakia (Lupita Nyong'o) no início do filme, ela afirma que desejava que Wakanda abrisse suas fronteiras aos mais necessitados. T'challa, receoso, responde: "Nós podemos perder nosso modo de vida". Nessa fala, o personagem exterioriza seu medo por algo que já aconteceu na História, remetendo à conversa entre ele e seu pai na sequência inicial do filme. O medo da morte, da opressão, da destruição de um povo e de sua cultura. Temas recorrentes e complexos que perpassam o filme inteiro, que costuram as vivências desses personagens a seus ancestrais, a opressões passadas que são resignificadas no presente.

Existem várias formas que o debate das fronteiras é empregado em "Pantera Negra", e de uma forma ou de outra, está relacionado com o *vibranium*. Este sendo um bem natural de Wakanda, base de toda tecnologia do país, mas também perigoso se estiver em mãos que desejam a guerra, algo que o personagem T'challa defende ao longo do filme. O filho do último rei reafirma a ideia de que Wakanda nunca foi um país de entrar em guerra, e defende o uso do elemento para o que ele considera positivo para Wakanda. Postura diferente tanto de personagens como Ulysses Klaue (Andy Serkis), que deseja capitalizar com o *vibranium*, como Killmonger que deseja assumir o poder em Wakanda e usar desse poder para a guerra. A personagem Nakia também surge como um contraponto de T'challa, mas no sentido de que ela acredita que Wakanda deveria abrir as fronteiras e ajudar outros países.

Sendo assim, podemos refletir: qual África o filme "Pantera Negra" representa? A história se passa em tempos atuais, mas a vivência das pessoas na contemporaneirdade relaciona-se com a do passado, principalmente quando o filme perpassa por temas como racismo, e da questão do roubo de recursos naturais com o vilão Ulysses Klaue e sua

ambição pelo *vibranium*. Temas que remetem ao período da colonização, com a violência cometida contra vidas humanas e territórios, e que relaciona-se com o começo da modernidade e com o sistema capitalista em que ainda vivemos.

Logo, é imprescindível que se reflita sobre o projeto de submissão do qual o mundo foi submetido ao longo dos séculos, já que o fortalecimento e a consolidação da Europa como discurso hegemônico se deu através da "criação do Terceiro Mundo", como afirma Frantz Fanon em sua obra *Os condenados da terra* (Stam;Shohat, 2004, p.399). Na obra *Discurso sobre o colonialismo* (2010) Aimé Césaire apresenta uma reflexão sobre a colonização no Haiti e os processos de desumanização dos povos de diversas colônias sendo esta a justificativa para a violência e o genocídio (Césaire, 2010). Para o autor,

> Entre o colonizador e o colonizado só há lugar para o trabalho forçado, para a intimidação, para a pressão, para a polícia, para o tributo, para o roubo, para a violação, para a cultura imposta, para o desprezo, para a desconfiança, para o silêncio dos cemitérios, para a presunção, para a grosseria, para as elites descerebradas, para as massas envilecidas. (Césaire, 2010, p.31)

A historiografia colonialista glorificava a "cruzada colonial" (M'Bokolo, 2011) como uma forma de solução para as "guerras tribais" por intermédio da "colonização salvadora" (M'Bokolo, 2011, p.330). Logo, a diversidade cultural, social, histórica e geográfica foi sendo desprezada para dar lugar a um regime de saber, em que vigorava apenas um único modelo de representação do poder e da verdade: o sistema colonial. Deste modo, o discurso colonial produziu leituras que tentavam interpretar o desconhecido segundo códigos, essencialmente, cristãos. No caso do filme em questão, o negro como protagonista passa a atuar como agente diretamente ligado as mudanças impostas pela colonização, indo contra todos os mecanismos do discurso colonial.

As teorias pós-coloniais trouxeram à tona diversos aspectos trazidos pelo colonialismo em varias partes do mundo que são evidenciados até a atualidade. As produções pós-coloniais (sejam críticas, teóricas ou ficcionais) surgem para dar voz a sujeitos que por muitos séculos foram "reduzidos ao emudecimento" (Bonnici, 2005, p. 224). A partir dessas produções passou-se considerar não apenas os valores estéticos, mas as relações de poder representadas nos textos. Boaventura de Sousa Santos salienta que foi "através da perspectiva pós-colonial a partir das margens as estruturas de saber e de poder se tornam visíveis." (Santos, 2004, p.9). Nessa reescrita da história pelo olhar do oprimido o que se pretende é uma reescrita descentralizada do Ocidente.

Não se pode negar que a história da civilização ocidental é narrada a partir da construção da história europeia. Durante as navegações que culminaram nos processos de colonização o mundo encontrado pelos viajantes era irreconhecível, ou seja, representava um universo desconhecido que necessitava de "salvação" e cultura. As missões civilizatórias tinham como principal motivação o desejo de trazer à "luz" aqueles que, justificavam os colonizadores, eram dotados de ignorância.

O filme nos coloca a concepção eurocêntrica de que discutimos a História a partir de uma perspectiva que "imaginam a modernidade e a racionalidade como produtos e experiência exclusivamente europeias"[4] (Quijano, 2000, p.542, trad. nossa). Segundo Aníbal Quijano, essa concepção possui dois principais mitos fundadores, a de que a narrativa histórica é entendida a partir do continente Europeu, e que as diferenças entre aqueles europeu e não-europeu são naturais, ignorando um histórico de dominação e violência. É possível afirmar que esse discurso também está inserida na face oculta da colonização, como nos apontou Mignolo, já que apresenta a

[4] *imagined modernity and rationality as exclusively European products and experience*.

modernidade juntamente a colonização apenas como algo a ser celebrado, e omite o histórico de violência sobre pessoas e territórios.

Walter Mignolo (2017) afirma que nessa lógica da colonialidade está presente um discurso de que essa modernidade está ligada à questões como salvação de povos inferiores, e de ideias como progresso e modernização. E o que esses autores apontam é para a necessidade de entendermos a existência de um custo humano para que o pensamento eurocêntrica proclamasse sua modernidade e superioridade sobre outros povos. Nesse sentido, Maria Lugones afirmou que "uma concepção de humanidade foi consolidada de acordo com a qual a população do mundo foi diferenciada em dois grupos: superior e inferior, racional e irracional, primitivo e civilizado, tradicional e moderno"[5] (2007, p.192, trad. nossa).

Entendemos que a colonização é destacada como um representante do caos na história do mundo, na história de origem de Wakanda, devido sua importância na constituição do que entendemos por modernidade e do estabelecimento de sociedades habitadas por nós hoje em dia. Cada sociedade tem suas próprias características e vivenciou esses processos de maneiras diferentes, mas entendemos como relevante apontar para essa relação no sentido da atualidade das conseqüências desse processo.

A relação dos personagens com o passado, seja em relação a gerações da família e/ou à ancestralidade, estando esse passado em diálogo constante com o presente é um dos elementos mais fortes na narrativa de "Pantera Negra". Nesse sentido, uma das cenas que gostaríamos de destacar é a que o personagem Erik Killmonger é apresentado no filme. Em poucos minutos, a cena estabelece relações sobre racismo na sociedade atual e sua

[5] ...a modern conception of humanity was consolidated acording to which the world's population was differentiade in two groups: superior and inferior, rational and irrational, primitive and civilisezed, traditional and modern.

conexão com o processo de colonização que iniciou no final do século XV. O começo da cena é representado pela imagem abaixo (Figura 2), na qual a câmera se aproxima de Killmonger por trás. Enquanto ele olha uma exposição, o personagem é cercado por três guardas do museu, e a câmera vai em direção a ele acompanhando uma outra funcionária do museu.

Figura 2: frame de *Pantera Negra*, 2018

Killmonger está vigiado por todos os lados. No início da plano ninguém sabe a intenção do personagem, e o filme nos leva a crer que isso acontece devido ao fato de dele ser negro. O que é comprovado pelo diálogo no final dessa sequência, na qual ele reitera para a funcionária do museu, que notou que estava sendo vigiado. Fato que é possível ser percebido em quase todos os enquadramentos durante a conversa do personagem com a especialista do museu. Na sequência, que possui alguns cortes, é possível notar um ou dois guardas à espreita nos planos.

É válido notar que os artefatos de origem africanos também estão ali vigiados, artefatos que foram retirados de seu lugar de origem, sendo uma das conseqüências do processo de colonização. Ao analisar os elementos desta sequência é relevante sinalizar para o fato de que todos os guardas são brancos, assim como o especialista do museu em história africana. Os bens

roubados em um processo de colonização colocados em um espaço predominantemente branco é simbólico de relações que "Pantera Negra" estabelece ao longo filme.

No último diálogo entre Killmonger e a funcionária do museu, ele afirma: "Como você acha que seus ancestrais conseguiram isso? Você acha que eles pagaram um preço justo? Ou eles pegaram como fizeram com todo o resto"[6] (trad. nossa). Killmonger apresenta em sua fala preocupações semelhantes de T'challa no diálogo que mencionamos acima, a maneira como lidam com essas questões é que serão diferentes. Porém, ao analisar os dois personagens é relevante não vê-los através de um lente simplista em que os coloca em dois lados opostos, mas por terem vivências diversas, eles entendem o mundo ao seu redor de formas que geram situações conflituosas entre os dois. No momento que Killmonger faz essa afirmação ele fala de algo que vivenciou e vivencia, e sua afirmação o separa de T'challa e o mundo em Wakanda.

O autor Walter Mignolo (2017) afirmou que existe um lado oculto da modernidade, e este refere-se principalmente à maneira como as vidas humanas foram tratadas. Segundo ele, "[...]ocultadas por trás da retórica da modernidade, práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis" (Mignolo, 2017, p.4). Neste sentido, quando discute-se a modernidade, é relevante relacioná-la às colonizações e as brutais conseqüências em vidas humanas, que foram muitas vezes tratadas como um instrumentos para atingir ganhos econômicos que muito possibilitaram uma imagem da Europa de evolução e progresso[7].

---

[6] *How do you think your ancestor got these? You think they pay a fair price? Or did they take it like they took everything else.*
[7] Como nos lembrou Aníbal Quijano (2000), a escravidão de diferentes povos africanos que foram trazidos para as Américas foi estruturada para produzir bens para o mercado e servir

Nesse sentido, o conceito de colonialidade do poder trazido por Aníbal Quijano nos ajuda a debater esses eventos históricos e seus impactos ainda presentes nas sociedades que foram diretamente afetadas pelos mesmos. Um dos elementos mais importantes da colonialidade do poder é sua ideia de raça, que segundo o autor, em seu sentido que conhecemos atualmente, não existia antes da América ser colonizada. Produzindo assim, novas identidades para os povos colonizados e dominados, assim como para os Europeus identificados como brancos. Uma ideia que legitimou o próprio processo de dominação (Quijano, 2000).

Os povos que residiam na África, assim como os nativos do continente Americano, "foram desprovidos de suas próprias histórias e identidades"[8] (Quijano, 2000, p.552, trad. nossa), e a eles foram atribuídos uma identidade única como indígena e negro. Como afirmou Quijano, uma das características do pensamento eurocêntrico é a construção de dualismos, como Europeus e não-europeus, civilização e barbárie. As fronteiras de Wakanda protegeram as tribos que lá viviam por possibilitar a todos manterem sua diversidade, suas tradições, inclusive a tribo Jabari, que vive em Wakanda mas isolada nas florestas do território.

No prefácio do livro *La Frontera/Borderland*, a autora Gloria Anzaldua afirma que "fronteiras estão fisicamente presentes sempre que duas ou mais culturas se encontram, onde pessoas de raças diferentes ocupam o mesmo território..."[9] (Anzaldua, 1999, p.19, trad. nossa). Através da definição da autora é possível compreender a complexidade da temática na medida em que a noção de fronteira vai além do território geográfico, já que este é apenas um dos aspectos. No caso de "Pantera Negra", a noção de fronteira aplica-se

---

às necessidades daqueles que comandavam o Capitalismo. Assim como os povos nativos foram submetidos à servidão por causa do mesmo propósito.

[8] *were dispossessed of their own and singular historial identities.*

[9] *Borderlands are physically present wherever two or more culture edge each other, where people of different races occupy the same territory.*

ao território, mas também nas inúmeras relações complexas entre personagens diferentes, inclusive entre as cinco tribos que habitam Wakanda.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands / La Frontera**. San Francisco: Aunt Lute Books, 1999.

BONNICI, Thomas. **Conceitos - Chave da Teoria Pós-colonial.** Maringá. PR: Eduem, 2005.

BONNICI, Thomas. **Teoria e Crítica Pós-Colonialista.** In: BONNICI, Thomas & ZOLIN, Lúcia Osana. Teoria Literária: abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas. 3ª Edição. Maringá: Eduem, 2009.

CÉSAIRE, Aimé. .**Discurso sobre o colonialismo.** Editora UFMG, 2010.

COUTO, Mia. **E se Obama fosse africano? E outras invenções.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011

HENRIQUES, Isabel Castro. **Virtudes "brancas", pecados "negros". Estratégias de dominação nas colônias portuguesas.** In:_____. Os 101 pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XX. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004.

LUGONES, Maria. **Heterosexualism and the Colonial / Modern Gender System** In Hypatia, Volume 22, Number 1, 2007.

M"BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações.** Tomo II. Edufba, 2011.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade** In RBCS Vol.32 N 94, junho/2017.

QUIJANO, Aníbal. **Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America** In Nepantla: Views From South 1.3. Duke University Press, 2000.

Colonialidade, poder, globalização e democracia. NOVOS RUMOS 4 ANO 17 • NO 37 • 200

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno para o pós-colonial.** E para além de um e outro." Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Setembro 2004.

STAM, Robert; SHOHAT Ella. **Crítica da Imagem Eurocêntrica**: Multiculturalismo e Representação. Cosac Naify, 2006.

Cinema e História: Representações e contexto político em *Scarface* (1983)

Vitor Bernardi Bündchen[1]

RESUMO: A obra dirigida por Brian De Palma configurou uma nova abordagem ao clássico Scarface – A vergonha de uma nação (Howard Hawks, 1932). Em roteiro elaborado por Oliver Stone, um acontecimento verídico — Êxodo de Mariel — foi utilizado para contextualizar o funcionamento da organização mafiosa em que o personagem Tony Montana ascende hierarquicamente até assumir o comando das operações no tráfico de drogas em Miami. Mesmo que a reincidência dos aspectos centrais referentes à estética da película e às representações de violência extremada sejam vistas com ênfase, o enfoque principal reside no componente político da obra em seu período de lançamento. O personagem de Al Pacino reproduz em diversos momentos o discurso estadunidense de liberdade individual. De igual modo, as críticas ao sistema cubano surgem em declarações incisivas, sobretudo nas cenas iniciais do filme. A representação de um criminoso comum que progride em um país livre estabelece uma relação dicotômica que, invariavelmente, demonstra aspectos da sociedade norte-americana na década de 1980 como o crescimento da criminalidade nas regiões que receberam imigrantes cubanos e a recorrente projeção de responsabilidades para o governo caribenho. Se pode observar também, indiretamente, a exposição das mazelas norte-americanas inseridas como crítica à economia de mercado.

Introdução

A versão de “Scarface” dirigida por Brian De Palma, é um *remake* de “Scarface – A Vergonha de uma nação”, filme de Howard Hawks lançado em 1932. Contudo, a refilmagem se diferencia do original em um aspecto crucial: sua temática. Enquanto o primeiro discutia a Lei Seca que vigorou na década de 1920 — pelo período de 13 anos — nos Estados Unidos, a versão mais recente estabeleceu em plena Guerra Fria outro elemento de propaganda dos EUA diante da dicotomia existente entre o socialismo cubano e o capitalismo norte-americano. Naquele momento, o Êxodo de Mariel foi utilizado como pano de fundo para abordar o conflito que perdurava há mais de duas décadas nas relações políticas e econômicas entre os dois países. A cena inicial do filme, inclusive, aproveita-se da imagem de Fidel Castro para

[1]Universidade Federal de Pelotas. Mestre em História. Email: vitorbundchen@gmail.com

aludir ao espectador as reais intenções em enviar prisioneiros para a cidade de Miami, livrando o país caribenho de criminosos perigosos em um ato dissimulado de benevolência.

Em abril de 1980, Fidel Castro abriu o Porto de Mariel com a aparente intenção de permitir que alguns cubanos se reunissem com seus familiares nos Estados Unidos da América[2]. Em 72 horas, 3 mil embarcações americanas foram até Cuba. Logo ficou evidente que Castro obrigava os barcos a levar não somente os familiares, mas a escória de suas prisões. Dos 125 mil refugiados que chegaram a Flórida, estima-se que 25 mil tinham antecedentes criminais. Este é o prólogo de "Scarface". A Introdução que é acompanhada de trilha musical impactante e apresenta o líder cubano como responsável pelo ato em que se inicia o enredo do filme.

Em uma sala reservada, Tony Montana, interpretado por Al Pacino, é indagado acerca das razões que o fizeram adentrar no país. Ele nega ser um criminoso e alega ter aprendido o idioma assistindo filmes com seu pai. Diz também ter ganho sua cicatriz característica durante a infância[3]. Os representantes da lei percebem que os discursos dos refugiados são todos semelhantes e o mandam para a "Cidade da Liberdade", um local de transição aos refugiados, numa referência clara a distinção existente entre o regime

[2] Em período posterior a Revolução Cubana de 1959 e em resposta as desapropriações de imóveis e terras por parte do governo cubano, os EUA impuseram de forma parcial o que convencionou-se chamar de bloqueio econômico, iniciado em 1960. A relação histórica de ambos países foi pautada pelo agravo nas discordâncias alusivas a oposição conceitual e prática entre capitalismo e comunismo e pela consequente ampliação das restrições econômicas a ilha ao longo dos anos. Em contrapartida, o governo caribenho restringia os vistos de viagem de seus habitantes e as inúmeras famílias de cubanos radicados em Miami não possuíam contato com seus entes próximos. O fato histórico propulsor deste filme se ampara na construção desta referida oportunidade concedida pelo governo de Fidel Castro. Sobre a História de Cuba neste momento ver: (AYERBE, 2004).

[3]A tradicional cicatriz do personagem é representativa pois faz referência a lesão característica e ao apelido de Al Capone, a inspiração original no enredo do filme de 1932 e que serviu de incentivo para a feitura deste *remake* em 1983. Sobre o filme que originou a versão de 1983 dirigida por Brian De Palma, ver as informações do *IMDb.* Disponível em: http://www.imdb.com/title/tt0023427/?ref_=nv_sr_2. Acesso em: 23 de março de 2015.

ditatorial caribenho e a internacionalmente propagada liberdade da sociedade norte-americana. Neste momento a primeira crítica ao comunismo e ao sistema cubano é escancarada devido a forte polarização existente entre o socialismo soviético e o capitalismo norte-americano. Em uma época caracterizada pela oposição conceitual de regimes políticos e econômicos, a disputa através da propaganda centralizou por vezes o debate, sobretudo em produções artísticas como "Scarface". O personagem de Al Pacino vocifera contra o regime de Fidel Castro e se declara preso político antes de ser enviado para o local onde permaneceria sem contato com o mundo exterior até o momento em que conquista a liberdade e inicia suas ações criminosas em busca do "sonho americano".

Representações e contexto político em Scarface

A construção de um protagonista que na realidade é um criminoso cruel contrapõe a ideia predominante do personagem principal de um filme ser um sujeito de boa índole. Sobre esta questão e acerca da construção de um vilão, Mônica Lima de Faria observou:

> Assim, pode-se compreender que nas narrativas existe uma finalidade para o vilão, pois este personagem representa determinadas ideias e valores que serão julgadas através de determinada moral apresentada pelo autor dentro do seu contexto sócio-histórico, como errôneas ou perversas. (FARIA, 2013, p. 30).

É difícil debater características morais de uma representação individual ficcional. O "herói" interpretado por Al Pacino não possuía qualidades relevantes ou um padrão ético elogiável. Em oposto, se apresentava como cruel, frio e calculista. A questão é tão inconcebível que a recusa em matar mulheres e crianças aparenta ser sua maior virtude como ser humano. Mesmo assim, o espectador[4], a todo momento, o acompanha na

[4] Neste caso, faço referência a minha interpretação como espectador.

expectativa de testemunhar o seu sucesso. Estas contradições também são encontradas em "O Poderoso Chefão" (Francis Ford Copolla, 1972), clássico absoluto da temática das grandes máfias no cinema, mas a diferença substancial contemplada nesta película está no juízo de valores do protagonista. Ele era um criminoso comum que se transformou em *gangster*, enquanto Michael e Vito Corleone eram cidadãos de uma família tradicional que possuíam boa relação com a sociedade em geral.

O incômodo da representação caricata de Tony Montana e de "Scarface" enquanto película de *Gangsters* mafiosos foi contestado em diversos veículos de crítica e comunicação tradicionais. O Jornal norte-americano *New York Times* atentou para o fato da obra possuir cenas brilhantes, mas aparentar ser um filme "B", no sentido pejorativo do termo [5]. Apenas com o amadurecimento da produção e sua transformação ao longo dos anos em um filme *cult* foi possível estabelecê-lo entre os principais clássicos da temática. A comprovação de que o filme é melhor recebido hoje[6] do que foi em sua época é constatável em suas únicas 3 indicações para o prêmio do Globo de Ouro, nas categorias de "Melhor Trilha Sonora", "Melhor Ator", com Al Pacino e "Melhor ator Coadjuvante", com Steven Bauer.

Em "Scarface", constatamos que Brian De Palma optou por utilizar, em roteiro elaborado por Oliver Stone, um acontecimento verídico — Êxodo de Mariel — para contextualizar o funcionamento da máfia em que Tony

[5]A crítica completa, em inglês, pode ser lida nos arquivos do jornal *New York Times* disponibilizado gratuitamente no sistema digital Google Books. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=msoBAAAAMBAJ&pg=PA70&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false Acesso em 10 de março de 2015.

[6] A receita total do filme superou a soma de 120 milhões de dólares. Considerando o orçamento empregado na produção de 25 milhões de dólares, sua recepção pode ser considerada morna em seu período de lançamento. A título de comparação, gastou-se pelo menos 3 vezes mais em "Scarface" do que em "O Poderoso Chefão" e arrecadou-se 2 vezes menos. Em contrapartida, as vendas constantes do filme em suas edições relançadas representam um novo patamar financeiro, embora estes dados não estejam divulgados e computados até o presente momento.

Montana ascende hierarquicamente até assumir o comando das operações no tráfico de drogas em Miami. Mesmo que a reincidência dos aspectos centrais referentes à estética da película e às representações de violência extremada sejam vistas com ênfase, o enfoque que merece destaque neste instante é o componente político da obra em seu período de lançamento. O personagem de Al Pacino reproduz em diversos momentos o discurso estadunidense de liberdade individual. De igual modo, as críticas ao sistema cubano surgem em declarações incisivas. A representação de um criminoso comum que progride em um país livre estabelece esta relação dicotômica que, invariavelmente, refletem também aspectos da sociedade norte-americana da década de 1980, como o crescimento da criminalidade nas regiões que receberam imigrantes cubanos, projetando esta responsabilidade para o governo caribenho, o que constitui o principal elemento de propaganda observado na obra em estudo. Cabe destacar que se observa, indiretamente, a exposição das mazelas norte-americanas como crítica à economia de mercado. O escritor Oliver Stone, responsável pelo *plot* de Scarface, é reconhecido internacionalmente como ativista identificado no espectro político progressista, sobretudo através da produção de entrevistas e documentários com os mais reconhecidos líderes de esquerda da América Latina, entre os quais cabe destacar o ex-presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o ex-presidente da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frias.

Embora o padrão visual e a linguagem gráfica de “Scarface” sejam recorrentes aos procedimentos já utilizados em “O Poderoso Chefão”, Brian De Palma não recebeu imediatamente elogios ou aprovações pelo longa-metragem. O princípio da produção considerava a hipótese de adotar o mesmo roteiro do filme original de 1932, mas a construção de um novo *plot* por Oliver Stone definiu a caracterização de Al Pacino como cubano e a crítica

social utilizada evidenciou uma verdade inconveniente: o mercado consumidor crescente de cocaína nos EUA.

Neste sentido, a análise que se deve fazer é direcionada ao momento histórico no qual a película esteve inserida. A adoção de clichês populares da criminalidade no cinema como a linguagem escrachada de Tony Montana, o abuso das palavras consideradas de baixo calão, a maximização de uma ideia de liberdade vinculada ao país norte-americano, mas, sobretudo, as diferenciações entre um regime politicamente fechado que cometeu um ato dúbio[7] e uma terra de múltiplas oportunidades e perigos, como Miami, depõem de forma ponderada sobre o estilo de vida em um dos berços do capitalismo. A crítica hoje pode ser visualizada e debatida tendo em vista a condição política e social dos anos 1980, sobretudo no que se refere a polarização entre o socialismo cubano financiado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a economia de mercado ocidental liderada pelos EUA[8].

Seguindo esta lógica, a pauta estipulada em "Scarface" corresponde a uma particularidade técnica encontrada na linguagem audiovisual cinematográfica. Marcos Napolitano no capítulo intitulado "A História depois do Papel" e publicado na coletânea *Fontes Históricas* (2005), define duas decodificações prudentes: a de natureza técnico-estética, sendo esta aquela que define os mecanismos formais específicos mobilizados pela linguagem do cinema e também a de natureza representacional, que é concernente aos eventos, personagens e processos históricos

[7] Cabe destacar que o Êxodo de Mariel representou duas ações em simultâneo do governo cubano, segundo o próprio filme: a liberdade aos interessados e o envio de criminosos condenados infiltrados nos grupos.
[8] Nos anos 1980 o mundo ainda sofria a bipolarização iniciada no período pós Segunda Guerra Mundial: de um lado os Estados Unidos da América e de outro a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esse período, denominado de Guerra Fria, foi caracterizado por uma série de conflitos apoiados por um dos lados em detrimento do outro, no qual o caso de Cuba é um exemplo. Sobre a Guerra Fria, ver, entre outros: (GADDIS, 2006).

representados. De fato o filme representa um retrato sangrento e caricato da sociedade norte-americana e esta lógica adotada pelo diretor Brian De Palma diferiu do conceito das Máfias ítalo-americanas retratadas com sucesso, por exemplo, em “O Poderoso Chefão”.

Entretanto, o diagnóstico histórico que pode ser feito, levando em consideração que já se passaram três décadas de seu lançamento, evidencia não somente a concepção violenta dos procedimentos da criminalidade organizada, mas também a peculiaridade de fácil interpretação constatada nas vestimentas características dos personagens, sobretudo nos membros da Máfia e do Cartel boliviano. A noção de beleza, todavia, deve ser usada com cuidado, pois a definição desta terminologia pode também ser amparada na idealização de uma subjetividade universal, como expõe Anne Cauquelin (2005). Segundo a autora, a universalidade é representada apenas subjetivamente no julgamento do gosto. Isto é, este conceito de beleza resume-se a duas faculdades básicas do conhecimento humano: a nossa imaginação e o nosso entendimento. “Scarface” é um produto do seu tempo que, apreciado algumas décadas após sua publicação, encontra respaldo primordialmente quando observadas as condições políticas, sociais e econômicas de sua época, mas também o valor artístico e estético não mensurável da película.

Considerações finais

A sociedade estadunidense dos anos 1980, sobretudo a retratada em “Scarface”, possuía traços próprios. A economia de mercado, quando vigente em um corpo social desequilibrado, principalmente na cidade de Miami afetada pela inclusão de 125 mil novos moradores— provenientes de Cuba no acontecimento denominado Êxodo de Mariel — promoveu respostas coletivas incontroláveis, tais como o aumento das taxas de roubos, assaltos,

assassinatos e novas incidências de tráfico de drogas. O caráter competitivo do sistema capitalista expôs a liberdade econômica que em grandes e descontroladas proporções se mostrou falha para as camadas menos abastadas da população. Este momento representativo da sociedade norte-americana na década de 1980 é retratado no filme, de modo que as responsabilidades foram divididas entre a atitude do governo cubano e a crítica velada ao modelo desenvolvimentista e excludente dos EUA.

Assim sendo, nos deparamos com a contra-análise da sociedade e a reflexão desta problemática desenvolvida por Marc Ferro (1993). Enquanto na historiografia os lapsos ou lacunas são preenchidos de maneira menos visível, isto é, contemplam essencialmente uma vertente própria ou derivada, mas com conceitos e estruturas já estabelecidas, no cinema estes espaços são mais frequentes, em virtude da respectiva natureza da produção audiovisual e dos fatores externos e internos da construção fílmica, sejam eles um roteiro pré-estabelecido ou mesmo a concepção inicial de um *remake,* em referência direta a “Scarface”.

O pesquisador Eduardo Morettin, de forma adequada, abordou algumas projeções de Marc Ferro ao afirmar que aceita-se a ideia de que uma realidade (verso e reverso da sociedade) é apreendida pelo filme e percebida, por sua vez, somente pelo historiador (MORETTIN, 2011, p.42). Sendo esta uma constatação pertinente, a contra-análise observada no filme de Brian De Palma seria então uma representação histórica da sociedade norte-americana ou ainda uma perspectiva complementar da observada na tradição escrita. Este entrelaçamento característico dos trabalhos que envolvem cinema e história, permite a análise de conjuntura sem nos privarmos das amplas possibilidades que a pesquisa com produções audiovisuais nos autoriza.

Referências

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: UNESP, 2004.

CAUQUELIN, Anne. **Teorias da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARIA, Mônica de Lima. **Imagem e imaginário dos vilões contemporâneos**. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2013.

FERRO, Marc**. Cinema e História**. Rui de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GADDIS, John Lewis. **História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MORETTIN, Eduardo. **O Cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro**. IN: CAPELATO, Maria Helena, MORETTIN, Eduardo, NAPOLITANO, Marcos, SALIBA, Elias Thomé. **História e cinema**: Dimensões Históricas do Audiovisual. São Paulo: Alameda, 2011, pp.39-64.

NAPOLITANO, Marcos. **A escrita fílmica da história e a monumentalização do passado: uma análise comparada de Amistad e Danton**. IN: CAPELATO, Maria Helena, MORETTIN, Eduardo, NAPOLITANO, Marcos, SALIBA, Elias Thomé. **História e cinema**: Dimensões Históricas do Audiovisual. São Paulo: Alameda, 2011, pp.65-84.

NÓVOA, Jorge Luiz Bezerra. **Apologia da Relação Cinema-História.** O Olho da História, v. 1, n.1, 1995.

Obras Audiovisuais

O Poderoso Chefão. Ano de Lançamento: 1972. Direção: Francis Ford Copolla. Atores Principais: Marlon Brando, Al Pacino, James Caan, Diane Keaton, Robert Duvall, Richard Salvatore Castellano, Abe Vigoda, Talia Shire, John Cazale. Duração: 175 min. Distribuição: Paramount Pictures. 1 *Blu Ray*.

Scarface. Ano de Lançamento: 1983. Direção: Brian de Palma. Atores Principais: Al Pacino, Michelle Pfeiffer, Steven Bauer, Fahrid Murray

Abraham, Mary Elizabeth Mastrantonio. Duração: 168 min. Distribuição: Universal Pictures. 1 Blu Ray.

Lazer e Acessibilidade em Pelotas/RS: ações do projeto piloto 'Pelotas Acessível'

CALDAS, Liliane da Cruz[1]
DEL PUERTO, Charlene Brum[2]

Resumo: Este trabalho, segundo Gil (2014), de caráter metodológico qualitativo, descreve as ações do projeto 'Pelotas Acessível'. O texto expõe os objetivos do projeto, pesquisa feita e execução, feito em parceria com a UFPel e Secretaria de Turismo - SDETI, com intuito de propiciar atividade de lazer adaptado em Pelotas/RS às pessoas com deficiência. Para tanto, foi realizada pesquisa de campo em locais turísticos, identificando o que se denominou de 'quesitos acessíveis'. Finalizada a etapa, foi feito um guia turístico em braile contendo tais informações; foi disponibilizado o material em formato acessível aos deficientes visuais através do site "Pelotas Turismo" e, realizado um *city tour* acessível que contou com intérpretes de áudio descrição, estudantes dos cursos de museologia, hotelaria e turismo em ônibus adaptado. Os deficientes visuais, cadeirantes e autistas visitaram o Mercado Público, Laranjal, Museu da Baronesa, entre outros locais. Ações estas são importantes, pois fomentam o início de atividades de lazer adaptadas na cidade. Contudo o desafio está em melhorias em prol da acessibilidade, mas entende-se que estes são primeiros passos para fornecer inclusão e lazer acessível na cidade. Lazer entendido aqui como ocupação às quais o indivíduo pode realizar por livre vontade, seja para repousar, divertir-se, formação desinteressada, entre outros (DUMAZEDIER, 1973).

Introdução:

A acessibilidade às pessoas com deficiência, apesar de estar dentro das pautas governamentais, apresenta-se ainda com ações incipientes e frágeis. Pensar nestas necessidades implica em planejamento urbano, o qual abrange transporte, fluxo viário e arquitetônico, capacitação, educação, saúde, entre outros, já que o ambiente precisa estar sempre disponível àqueles que possuem deficiências ou limitações.

Ainda que seja notória a necessidade de se pensar o turismo de modo integral, na prática, a atividade turística, precisa de intervenções mais

[1] Universidade Federal de Pelotas. Graduada em Turismo e Hotelaria. Mestra em Turismo- Universidade de Málaga- ES. lilianecaldas@gmail.com
[2] Universidade Federal de Pelotas. Graduada em Turismo- UFPel, Graduanda em Hotelaria – UFPel. Mestra em Turismo – UCS. Especialização em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional – UFPel. charlenedelpuerto@bol.com.br

pontuais no que tange o acesso às pessoas com mobilidade reduzida ou com deficiências. Isto significa dizer que planejar e gerir o turismo implica em considerar todas as variáveis, buscando ações mais pró-ativas para a mobilidade.

Neste sentido, a cidade precisa se esforçar para ser um local totalmente acessível, e isto inclui os equipamentos turísticos. Quando se menciona acessibilidade, vem à mente rampas de acesso, piso tátil, totem em braile, vagas de estacionamento específicas, etc. No entanto, além da estrutura física para a mobilidade, questiona-se de que modo as pessoas com deficiência (PCD) são acolhidas? Como as PcD podem usufruir dos mesmos direitos que os demais cidadãos, como por exemplo, o direito de acesso ao turismo? A proposta do projeto "Pelotas Acessível" é justamente a de propiciar a igualdade de direitos dos indivíduos, neste caso, o direito ao turismo.

Isto posto, este trabalho objetiva descrever como o projeto "Pelotas Acessível" foi pensado e desenvolvido para fornecer atividade turística às pessoas com deficiência, sendo elas moradoras ou não. Descreve-se também, as ações feitas durante a atividade de visitação guiada para as pessoas com deficiências, a qual foi realizada no dia 30 de setembro de 2017. A metodologia do trabalho é de viés exploratório e de natureza qualitativa, conforme Gil (2014). O texto que segue após esta introdução, compõe-se de sinalizações sobre acessibilidade e turismo, a descrição das ações do projeto, análise das execuções do projeto, considerações finais e referências.

Pessoas com deficiência e acessibilidade no turismo

A deficiência não é uma doença em si, mas sim um estado em que se encontra determinada pessoa. Conforme Madruga (2013, p. 34) "a deficiência é inerente à pessoa que a possui. Não se carrega e não se porta [...]. Tampouco deficiência traz alguma sinonímia com doença e não é

expressão antônima de eficiência (que tem o seu contrário em ineficiência)". Assim sendo, o termo correto é Pessoa com Deficiência (PcD).

Ao pensar historicamente, compreende-se que a urbanização foi desenvolvida em função das questões econômicas e não no sentido de garantir o direito à cidade. Os modelos de urbanização desenvolvidos anteriormente acabaram por propiciar uma estrutura precária de acesso para as PCD. A ideia do conceito de acessibilidade na perspectiva história ganha amplitude a partir da década de 1980, frente a diversas campanhas alertando a sociedade em relação às barreiras e limitações encontrada pelas pessoas com deficiência (Sassaki, 2003).

Para Sassaki (2003, p. 10-16) o termo acessibilidade compõe-se de outras modalidades como:

- Acessibilidade Arquitetônica: referem-se aos aspectos físicos que diminuem o acesso das PcD em locais de uso comum, como por exemplo: museus, aeroportos, hotéis, etc.

- Acessibilidade Comunicacional: refere-se à sinalização e intérpretes para deficientes auditivos nos locais turísticos.

- Acessibilidade Metodológica: diz respeito às barreiras nos métodos de estudo e aprendizagem das pessoas com deficiência, seja na escola ou no trabalho.

- Acessibilidade Instrumental: são as propostas e acordos padronizados realizados entre os profissionais do turismo, e estabelecidos com os visitantes.

- Acessibilidade Pragmática: refere-se às leis, normas e demais ações escritas, formando barreiras invisíveis que na prática impedem ou dificultam a utilização dos serviços turísticos para as PcD.

- Acessibilidade Atitudinal: atitudes que a sociedade e decisões políticas feitas de modo preconceituoso e que deixam de propiciar oportunidades de turismo para as PcD.

Por obviedade, pensar nestes conceitos indica a ideia de incluir. Assim compreende-se que:

> Incluir significa, antes de tudo, deixar de excluir. Pressupõe que todos fazem parte de uma mesma comunidade e não de grupos distintos. (...) A inclusão exige que o Poder Público e a sociedade em geral ofereçam as condições necessárias para todos. (...) não se espera a inserção apenas daquele que consegue adaptar-se, mas garante a adoção de ações para evitar a exclusão. E, diante da desigualdade já presente, exige que se faça uso de medidas positivas, quotas aliadas a políticas públicas, por exemplo, para a sua redução (FÁVERO, 2007, p. 38).

Neste sentindo e, pensando a atividade turística, a acessibilidade compõe-se de tudo que é preciso para promoção de adaptação entre o indivíduo e o ambiente turístico. Rains (2011) indica que a acessibilidade diz respeito a coisas, espaços e objetos, de normas e regulamentos; já a inclusão, diz respeito à vida humana, à comunidade, a integralidade da pessoa humana.

Cabe então, aos gestores da atividade turística garantir que as pessoas com deficiência possam usufruir dos produtos e serviços turísticos, sem que estas sintam que sua participação esteja comprometida (Devile, 2006). Para tanto é necessário aprofundar o conhecimento sobre a necessidades das PcD, para contribui com a igualdade efetiva de oportunidades. Compreende-se que isto se deve ao fato destas pessoas terem muitas vezes, os seus direitos básicos negados pela falta de condições mínimas de acesso.

Segundo Moreira (2008, p.64), a acessibilidade no turismo:

> [...] é uma responsabilidade que não cabe apenas a entidades ligadas ao atendimento direto, mas estende-se também aos órgãos públicos, que devem considerar em suas estratégias políticas, a forma como poderiam tornar viável a inclusão da pessoa com deficiência. Muitos lugares que se dizem acessíveis na verdade não são, pois suas adaptações não são eficientes.

Assim, para que as pessoas com deficiência possam usufruir os mesmos direitos que as pessoas sem deficiência, é obrigatório entender que antes da atividade turística em si, é preciso repensar o planejamento urbano e reforçar socialmente a necessidade de reorganizar os espaços, visando o acesso integral aos locais.

Aspectos metodológicos:

A metodologia deste trabalho caracteriza-se por ser qualitativa. Para Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 6) a pesquisa qualitativa não traduz em números o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, não sendo possível quantificar os dados. Os autores afirmam que a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados, são procedimentos básicos na pesquisa qualitativa. Neste sentido:

> [...] O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (KAUARK, MANHÃES E MEDEIROS, 2010, P. 6).

É também descritiva, pois descreve fenômenos e fatos de uma realidade (TRIVIÑOS, 1987). No texto que segue, descrevem-se as ações por meio de *City Tours* realizados em Pelotas/RS no ano de 2017. As atividades foram denominadas *City Tour* acessíveis, no entanto, sabe-se que há muitas lacunas a serem preenchidas para que a acessibilidade seja efetiva. Tanto na rotina de atividades diárias, quanto no acesso ao turismo, muitos aspectos precisam ser trabalhados.

City Tour acessível em Pelotas: da idealização à realização.

A ideia sobre pensar de modo mais efetivo na acessibilidade em Pelotas/RS surgiu a partir da elaboração do Plano Municipal de Turismo 2017-2024. No que tange à acessibilidade, a qual é uma das linhas de atuação do

Plano Municipal, busca-se “adaptar materiais promocionais, site, aplicativo, serviços de informação etc., conforme os protocolos internacionais de acessibilidade” e “elaborar Plano Integral de acessibilidade urbana (edifícios, praças, escritórios, comércio, etc). Objetiva-se também “elaborar rotas acessíveis e inseri-las no aplicativo Pelotas Tem”. (PLANO MUNICIPAL DE TURISMO 2017-2020, 2017, p.82, p. 84).

No Plano foi percebida a necessidade de dar enfoque à acessibilidade e, a partir de então, foi feito uma identificação do que se denominou ‘quesitos acessíveis’. Os quesitos acessíveis dizem respeito aos aspectos que proporcionam acesso às PcDs (rampas, sinalizações, funcionários capacitados, etc.).

Paralelo a estas ações, foram incluídos no aplicativo de informações turísticas “Pelotas Tem”, mais de oitenta (80) empreendimentos avaliados e, seus quesitos acessíveis. Tais quesitos dizem respeito aos funcionários treinados, estacionamentos/locais de desembarque, materiais de informações turísticas do município em braile, rampas de acesso, piso tátil, sanitários para PcD, balcão adaptado (atendimento e buffet) cardápio em braile, funcionários com domínio da língua brasileira de sinais, espaço reservado para deficiente visual com cão guia, atendimento por funcionários com deficiência. No que tange ao roteiro fixo, este foi inicialmente pensado, no entanto, sabendo-se que não havia infraestrutura física para isto, foram desenvolvidas outras ações, para promover às pessoas com deficiência, o acesso ao turismo na cidade. Tais ações se relacionam ao guia de informações turísticas feito em braile e em formato pdf para download; bem como, o já mencionado, aplicativo de informações turísticas gratuito “Pelotas Tem”. (Rio Grande do Sul Turismo, 2017).

Em virtude do Plano, foram realizados ‘City Tours Acessíveis’, trata-se de uma ação não contida no plano, mas realizadas a partir da

necessidade de dar enfoque às pessoas com deficiências. As atividades foram realizadas no ano de 2017. Tais passeios foram realizados com equipe das áreas da museologia, terapia ocupacional, turismo e hotelaria da UFPel. Foram realizados 3 passeios, visitando externa e internamente os prédios que compõem o centro histórico, bem como externa e internamente o Museu da Baronesa. Também foi feita visitação à Praia do Laranjal. Visitações estas monitoradas, que contaram com acompanhantes para cada PCD e com áudio descrição dos locais visitados.

Além destas ações relacionadas às visitas monitoradas, foi realizado treinamento com funcionários do Mercado Público para atendimento às pessoas com deficiência visual. Compreende-se que é preciso reorganizar os espaços para promover acesso básico e por conseqüência, bem estar social.

Considerações finais:

O que se quer mostrar com o projeto são as primeiras ações em prol do turismo acessível e de um modo mais amplo, pensarmos no direito ao lazer. Existem diferentes ações isoladas realizadas por diferentes instituições que atuam na cidade em prol a acessibilidade, mas pela SDETI foram estas as primeiras ações que se desenvolveram de forma mais efetiva para o turismo acessível. Portanto, o foco é mostrar como a gestão pública do turismo em Pelotas tem dado os primeiros passos para a questão da acessibilidade.

Ainda assim, o desenvolvimento para um turismo acessível requer estudos mais profundos em termos de arquitetura e execução. Sabe-se que a cidade de Pelotas não é modelo de acessibilidade, já que suas construções arquitetônicas históricas, dificultam tal adequações, mas as atividades turísticas desenvolvidas podem servir de inspiração para um direcionamento de ações mais concretas e efetivas no município e, fora dele.

O acolhimento às PcDs começa a existir a partir do momento em que se pensa e se executa ações como as do projeto mencionado, no entanto, entende-se que tais ações ainda são bastante precárias e incipientes. Por serem pontuais, ou seja, executados em momentos específicos, à acessibilidade não é integral e apresenta-se distante daquilo que é justo e de direito às PcD.

Neste sentido, uma das questões ainda a serem pesquisas é sobre a forma como as leis de acessibilidade na cidade são pensadas e executadas no modo de vida diário, para só então pensar no turismo. Entende-se que o turismo acessível, por mais amplo e complexo que possa parecer no seu conceito, na prática ainda é frágil e inconsistente.

Referências:

DEVILE, E. A acessibilidade da oferta turística para pessoas portadoras de deficiências: O caso do município da Lousã como exemplo de boas práticas. **Revista de Turismo & Desenvolvimento**, 2006, v. 6, p.139-148.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

FÁVERO, E. A. G. **Direitos das pessoas com deficiência.** Garantia de igualdade na diversidade. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2007.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa:** guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88 p.

MADRUGA, S. **Pessoas com deficiência e direitos humanos:** Ética da diferença e ações afirmativas. São Paulo: Saraiva, 2013.

MOREIRA, M. M. **A Inclusão de Pessoas com Deficiência pelo Turismo e a Democratização de Benefícios na Atividade Turística**. *In:* Turismo: Inovações da Pesquisa na America Latina. Rio de Janeiro: 2008.

PELOTAS. **Plano Municipal de Turismo**: [Pelotas-RS / 2017-2024]. Disponível em: <http://www.pelotasturismo.com.br/files/plano.pdf> Acesso em 27 out. 2018.

RAINS, S. **Accessibility is not Inclusion. New Mobility Magazine**. Disponível em: <http://www.rollingrains.com/2011/02/accessibility-is-not-inclusion.html>. Acesso em 08 nov. 2018.

SASSAKI, R.K. **Inclusão e Acessibilidade no Turismo.** 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Revista *BRAVO!*: Um estudo sobre as fontes iconográficas do exemplar nº 110/2006

Lislaine Sirsi Cansi[1]
Giana Lange do Amaral[2]

Introdução

A revista *Bravo!* caracteriza-se por ter a cultura como pauta, enfocando a literatura e manifestações artísticas como as artes plásticas/visuais, a música, a dança, o teatro e o cinema. A sua criação foi em outubro de 1997 pela extinta Editora D'Avila e o seu encerramento se deu em agosto de 2013, pela Editora Abril, sendo a periodicidade mensal. Ressalta-se que entre os anos de 2004 e 2006 houve um período de transição entre as editoras citadas: os créditos eram lidos perante o título "**BRAVO!** é uma publicação mensal da Editora D'Avila Ltda, sob gestão da Editora Abril".

É a partir desse contexto que houve interesse em investigar os exemplares nº 110 e nº 111, correspondentes à mudança editorial. Esse texto emerge dessa investigação e objetiva examinar o último periódico pertencente a esse processo de transição, a revista *Bravo!* nº 110, com foco nas fontes iconográficas do editorial "Artes Plásticas", o qual faz referência à matéria da capa, no sentido de pensar sobre educação. Como fundamentação teórico-metodológica serão utilizadas as vozes de autores como Tania Regina de Luca (2005), Keith Jenkins (2004; 2014), Peter Burke (2008; 2017), José D'Assunção Barros (2013), Jacques Aumont (2012), Martine Joly (2012) e Viviane Castro Camozzato (2015).

[1] PPGE/UFPel – Doutoranda em Educação, PPGAV/UFPel – Mestra em Artes Visuais, lislaine_c@yahoo.com.br.
[2] Professora do PPGE/UFPel, Doutora em Educação (UFRGS), gianalangedoamaral@gmail.com.

Sobre o campo da História, imprensa, imagem e Educação

Para poder fundamentar a investigação, faz-se necessário ancorar esse texto no campo da História. De acordo com Jenkins (2004, p. 104) a História é "uma prática discursiva que possibilita as mentalidades do presente irem ao passado para sondá-lo e reorganizá-lo de maneira adequada as suas necessidades". Concorda-se com Jenkins (2004, p. 23) quando o mesmo constitui a História como "um dentre uma série de discursos a respeito do mundo", dando-lhe significados, tendo o passado como objeto. Nesse texto, elege-se como objeto e como fonte um impresso periódico do passado, mesmo que circunscrito em um passado recente, para produzir conhecimento histórico. Ressalta-se que nesse constructo linguístico não há esmero em recuperar o passado, o acontecimento, pois se entende que tal constructo linguístico "está fadado a ser um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como 'narrador'" (JENKINS, 2004, p. 32). Não há situação de verdade no discurso historiográfico construído: busca-se um constructo pessoal que arrole as fontes iconográficas da revista *Bravo!* à educação. A construção de significados será via problematização das fontes e o tipo de procedimento adotado para explicar o objeto e entendê-lo situa-se na dimensão da História Cultural.

Conforme Barros (2013, p. 56), a expressão História Cultural se refere "a toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada". Ressalta-se que os estudos da História Cultural não se restringem à análise da produção artística e cultural oficialmente reconhecida. De acordo com Burke (2008, p. 43) "o termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, [...], a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler,

jogar)". Dessa forma, entende-se a abrangência da História Cultural no que tange a diversidade de objetos.

A revista *Bravo!* é compreendida como um objeto material produzido pelo homem, e que faz parte da cultura, sendo objeto e fonte de pesquisa. Pesquisas que possuem a imprensa como objeto e como fonte têm sido recorrentes no campo da História, no entanto, a utilização da imprensa como fonte em trabalhos científicos é recente no Brasil. Esse fato deve-se à idealização de busca da verdade, tangível aos documentos nomeados como oficiais. Depois da questão sobre a neutralidade e a fidedignidade da imprensa, especificamente acerca dos jornais, o desprezo às pesquisas científicas utilizando a imprensa como fonte passou a ser motivado pela compreensão de que o seu uso era instrumental e ingênuo ao tomar os periódicos como "meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador" (LUCA, 2005, p. 116). Assim, somente os investigadores que não tinham fontes, tomavam a imprensa como fonte de suas pesquisas, às vezes de forma subordinada, apoiada em outro tipo de documento, como algo ressonante. Nesse contexto, é importante mencionar a alargada investigação de Ana Luiza Martins (2001), *Revista em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*, que conceituou esse gênero de impresso, esclareceu suas condições de produção, mapeou o seu processo de difusão e inquiriu acerca da natureza de semanários e mensários circulantes pela cidade de São Paulo. A partir desta abordagem, bem como de Maria Celeste Mira, Márcia Padilha, Ana Maria Mauad, espraiaram-se as pesquisas científicas que tem a imprensa como fonte e objeto de pesquisa. Luca (2005) aponta estudos que envolvem imbricações entre imprensa e questões do campo da literatura, de gênero, da infância, da política e da censura. Nesse texto, interessa a

relação que há entre imprensa e cultura – arte, o que justifica o interesse pelas fontes iconográficas.

Sabe-se que o uso de fontes iconográficas no campo da História, para além da ilustração, tem se expandido. Burke (2017) se interessa em pensar as imagens como "evidência histórica", sugere que as mesmas possam ser traduzidas ao serem adaptadas para um lócus diferente do qual foram idealizadas, que os historiadores devem sempre utilizar imagens junto a outros tipos de evidências e que precisam desenvolver métodos para criticar as fontes iconográficas, assim como fazem com textos e demais fontes, bem como ter consciência de suas fragilidades. Corroborando com a preocupação desse autor, busca-se, através de estudos da teoria da imagem de Jacques Aumont (2012) e Martine Joly (2012), pensar acerca de métodos de análise dessas fontes.

Aumont (2012, p. 7), em seu livro *A Imagem*, tem como foco a análise acerca do que é comum a "*todas* as imagens visuais", independente de sua natureza, forma, uso e modo de produção. Para isso, propõe discutir sobre cinco problemas da teoria das imagens concernentes à visão ou percepção visual, ao espectador, ao "dispositivo", ao funcionamento próprio da imagem – representação e significação, e sobre especificidades de imagens artísticas. Nesse texto, interessa particularmente o quinto problema, o qual se refere à arte. Sobre essa questão, Aumont (2012, p. 271) explicita que as imagens artísticas são associadas permanentemente às esferas da invenção e da descoberta e que as considera "implicitamente mais interessantes (mais originais, mais fortes, mais agradáveis, mais duráveis)", sendo as demais imagens entendidas como "cópias", como imagens representativas das imagens artísticas. Parte-se, portanto, da imagem expressiva como pressuposto. Para entender a palavra "expressão", Aumont (2012) sugere quatro grandes definições, consideradas nesse texto: a

definição espectatorial, ou pragmática, relacionada ao estado emocional do destinatário, sendo a cor elemento fundamental dessa definição; a definição realista, tendo sentido potencial de realidade; a definição subjetiva, tendo a ideia de exprimir a si, e a definição formal, recorrendo frequentemente às definições precedentes. Tais definições dependem dos meios expressivos pelos quais formam a imagem, como material, forma, estilo, deformação.

Se com Aumont (2012), as imagens podem ser analisadas vinculadas ao campo da Arte, pensadas a partir da expressão, para Joly (2012, p. 55), a acepção da imagem transita na esteira dos campos da semiótica e da linguística, e é concebida como “signo icônico”, como uma linguagem, e assegura que para analisar uma mensagem visual, em primeiro lugar devemos nos colocar do lado ao qual nos situamos, o lado da “recepção”. Essa ação implica em buscar pontos de referência, descrever a imagem operanado com base em certo repertório visual. Em seguida, a partir das três partes que a constituem: a mensagem plástica, a mensagem icônica e a mensagem linguística. A mensagem plástica abarca as ferramentas plásticas da imagem, a mensagem icônica corresponde aos elementos de representação ou elementos figurativos reconhecíveis nos motivos e a mensagem linguística relaciona-se a imagem das palavras (JOLY, 2012).

Por fim, para situar esse texto, necessariamente objeto e fontes, ao campo da Educação, os estudos culturais são considerados, particularmente aqueles que focam na expressão conhecida como pedagogia cultural. Justifica-se essa escolha teórica fundada no pensamento de que a educação compreende a escola e outros locais pedagógicos, como o objeto de pesquisa proposto por esse texto, um impresso periódico. Entende-se que o mesmo pode ser um artefato cultural que educa, que governa, que direciona e que media condutas e comportamentos, logo demanda problematização. Camozzato (2012; 2013; 2015) tem ampliado o debate acerca de questões

sobre pedagogias culturais. A autora (2015), utiliza duas metáforas, do legislador e do intérprete, associados à modernidade e à pós-modernidade respectivamente para discutir acerca da educação. Camozzato (2015, p. 501) indica que o conceito de pedagogia é móvel, que as formas de pensar o conceito relacionam-se "com uma vontade que é de legislar sobre as sociedades e seus indivíduos" e que a pedagogia atua como "intérprete da cultura", haja vista as transformações que reconfiguram a sociedade. A legislação ocorreria via a crença de que as pessoas podem ser influenciáveis e, por isso, moldadas por práticas e saberes educativos que lhe dão forma. Nesse sentido, a pedagogia atuaria em função do déficit do "outro", desse ser que é estranho, enquanto ser impotente, ser da falta e da incerteza, conduzindo-o e trazendo-o para a sociedade. Pensa-se desse modo, em uma pedagogia racional, moderna, capaz de conduzir sujeitos, de operar sobre eles no sentido de obter determinadas ações, instigando a um governo de si e dos outros. Em se tratando do cenário atual em que as desorientações e as incertezas são permanentes, decifrar e ordenar, ações indispensáveis à pedagogia da legislação, tornam-se contestáveis e exaurem pretensões de verdade, dando lugar à pluralidade. Concebem-se, aqui, novos modos para a pedagogia, entre eles, as pedagogias culturais acionadas pelos estudos culturais. Tal conceito, de acordo com Camozzato (2015, p. 515) "tem servido a um conjunto expressivo de estudos que tem posto em discussão as pedagogias extraescolares e as suas relações entre educação, cultura e poder, envolvendo práticas culturais 'que participam de forma incisiva na constituição de sujeitos'". A partir disso, emergem diferentes pedagogias como "pedagogias da mídia", "pedagogias da imagem", "pedagogias do consumo", "pedagogias do corpo", para que seja possível discutir acerca das intencionalidades plurais do mundo. Sobre a diversidade de pedagogias culturais, Camozzato (2015) explica que há investimentos precisos,

intencionais e atuantes sobre as pessoas, dando importância às mudanças do espaço-tempo social. A autora (2015, p. 516) afirma que "em uma sociedade múltipla, em que as lutas pela significação são incessantes, a pedagogia também precisa funcionar tendo em conta essa estratégia de tradução das culturas para poder compreender, interagir e atuar sobre essa mesma pluralidade". Percebe-se, portanto, segundo Camozzato e Costa (2013) certa "vontade de pedagogia", particularmente a necessidade de se reconhecer pedagogias específicas, as intérpretes, em detrimento de uma pedagogia universal, legisladora.

Por fim, tendo abordado como fundamentação teórico-metodológica os estudos relacionados ao campo da História e da História da Educação, da Educação, bem como a teoria e a análise da imagem, a seguir, será apresentado o estudo da revista *Bravo!* nº 110.

Bravo! nº 110 – 27ª Bienal de São Paulo

O objeto revista *Bravo!* nº 110 é uma publicação da Editora D'Avila sob gestão Abril, que corresponde ao ano 10, de outubro de 2006, com um montante de 115 páginas ao custo de R$11,50. Os editoriais do sumário concernem a Artes Plásticas, Música, Livros, Cinema, Teatro e Dança, Seções, nesta ordem. Esses editoriais são os protagonistas da edição 1997-2013. A equipe de redação da publicação nº 110 condiz com edições anteriores, tendo Ricardo Lombardi como diretor de redação, Almir de Freitas e Armando Antenore como editores-chefes, Marcelo Rezende e Maria Fernanda Vomero como editores, Taciana Barros como diretora de arte, Valéria Mendonça como diretora de fotografia e Fernando Oliva, Daniel Hora, Marcelo Rezende, Angélica de Moraes como colaboradores do editorial "Artes Plásticas". Os colaboradores exercem funções como jornalistas culturais, curadores, pesquisadores, críticos e docência em Artes. O apoio financeiro e

institucional recorre ao Ministério da Cultura, a Prefeitura do Município de São Paulo, ao Banco Bradesco e ao Grupo Pão de Açúcar, bem como ao Instituto Verificador de Circulação (IVC) e a Associação Nacional dos Editores de Revistas (ANER). Percebe-se o apoio de incentivo à cultura de diferentes órgãos, públicos e privados, com e sem fins lucrativos, de diferentes ordens, em nível federal e municipal.

A revista *Bravo!* nº 110 apresenta como capa a seguinte imagem:

Figura 1: Capa da revista *Bravo!*, nº 110.
Fonte: *Bravo!*, São Paulo, v. 10., n. 110, 2006.

Os dados que caracterizam a capa do exemplar nº 110 são citados no quadro 1:

Chamada principal	27ª Bienal de São Paulo
Chamada secundária	Entenda uma das maiores e mais importantes exposições de Arte Contemporânea do mundo. O megaevento traz à cidade 118 artistas, seminários e um ciclo de filmes
Editorial	Artes Plásticas
Imagem	"Escada Parasita", instalação de Marcelo Cidade, obra que integra a Bienal
Outros assuntos	1. Caetano Veloso; Cinema: o melhor da mostra internacional; Grátis (suplemento: Um exemplar de "vida simples")

Quadro 1: Dados da capa da revista Bravo! n º 110.
Fonte: Elaborado pela autora.

A chamada principal diz respeito a uma mostra relevante no campo da Arte, a 27ª Bienal de São Paulo, ocorrida de 7 de outubro a 17 de dezembro de 2006, e que teve como tema "como viver junto", expressão proposta pela curadora Lisette Lagnado, a partir da obra de Roland Barthes[3]. A chamada secundária pode ser entendida como pedagógica através do verbo "entenda", verbo que dá início à chamada. O verbo citado pode ser atribuído à Bienal, uma mostra de Arte Contemporânea com obras que atravessaram fronteiras geográficas, à própria revista, à sua capa, já que essa apresenta uma imagem pouco decifrável, e ao *corpus* iconográfico do editorial "Artes Plásticas", correspondente à matéria da capa.

O *corpus* do editorial "Artes Plásticas" se situa entre as páginas 26 e 41. A matéria apresenta a mostra, tem como título a frase "Mensagem para o futuro" e é assinada por Fernando Oliva. As colaborações de Daniel Hora, Marcelo Rezende e Angélica de Moraes dizem respeito a artistas estrangeiros que fizeram residência artística no Brasil, ação vinculada à Bienal. Nesse montante, são apresentadas as fontes iconográficas, num total de 19 imagens.

[3] Retirado de http://www.bienal.org.br/exposicoes/27bienal, acesso em 24 out. 2018.

Tais imagens sugerem alguns questionamentos: por que a imagem da capa se constitui como uma imagem de difícil reconhecimento? Quem é Marcelo Cidade? Sua obra ocupou qual espaço na mostra? Quem entendia de arte contemporânea em 2006? Que papel a Bienal de SP tinha a esse respeito? Qual foi a contribuição da revista *Bravo!* ao estampar na capa a matéria sobre a Bienal? O que a palavra "entenda" significa? Baseado na capa é possível pensar no público dessa Bienal? O que determinou a escolha dos artistas e das obras publicadas (entre 118 artistas)? O que quer dizer o título da matéria "mensagem para o futuro"? Que relação tem o título com a imagem da obra de Lucia Koch que lhe dá suporte? Como a Bienal se reinventa? A matéria publicada transita nessa reinvenção? De que forma a diagramação e a paginação ajudam a pensar a reinvenção da Bienal? Isso pode ser considerado? Por que as imagens aparecem em sua maioria no lado direito da folha dupla? Por que, no início da matéria, imagens de obras foram apresentadas (e não texto)? As imagens são autoexplicativas? Elas representam a Bienal? São estratégias e táticas da revista? As imagens, o título e os subtítulos fizeram com que o leitor **entendesse** a Bienal (e para além da Bienal)? Poderiam convencer o leitor a ir à exposição, de que forma? Por que a imagem expressiva de forma e o elemento simbólico "parede" se repetem na análise das imagens? E a educação? Por se tratar de um número alto de imagens para analisar, propõe-se um recorte com um total de quatro imagens, sendo incluída a imagem da capa. As imagens são as seguintes:

Figura 2: Revista *Bravo!*, nº 110, p. 26-27.
Fonte: *Bravo!*, São Paulo, v. 10., n. 110, 2006.

Figura 3: Revista *Bravo!*, nº 110, p. 28.
Fonte: *Bravo!*, São Paulo, v. 10., n. 110, 2006.

Figura 4: Revista *Bravo!*, nº 110, p. 29.
Fonte: *Bravo!*, São Paulo, v. 10., n. 110, 2006.

A análise das fontes iconográficas está condicionada ao quadro 2, a seguir.

Análise	Imagem Expressiva (Aumont)	Recepção: Descrição (Joly)	Mensagem plástica (Joly)	Mensagem icônica (Joly)	Mensagem linguística (Joly)
Capa: "Escada Parasita", de Marcelo Cidade.	Definição: Forma (linhas, geometria, espaço, cor, luz e sombra).	A imagem pode ser lida em forma de "s", contém uma paisagem com tendência ao abstrato sob fundo azul e tipografias horizontalizadas. Os tons brancos da imagem são destacados pelas cores complementares, azul e laranja.	Suporte: capa de revista; Quadro: centrífuga; Enquadramento: fechado, proximidade; Formas: linhas, movimento; Cores: complementares, neutras.	Escada (subir; descer); Tela (transparência, projeção); corrimão (apoio, segurança); parede (sustentação); planta (orgânico).	Hierarquia tipográfica (cor e tamanho do caractere); Apresentação da revista e da exposição ao qual se relaciona a imagem, convidando o leitor a "entendê-la".
Corpus: "Açúcar Orgânico"	Definição: Forma (espaço,	A imagem desdobra-se por duas páginas	Suporte: papel com formato	Paredes (divisórias, sustentação	Hierarquia tipográfica e paginação

, de Lucia Koch, p. 26-27.	perspectiva, cor, luz e sombra).	inteiras, simétricas, em tons marrons. Percebe-se o espaço como elemento principal. Não se sabe se diz respeito a um espaço arquitetônico ou a uma fotografia.	revista, página dupla; Quadro: centrípeta; Enquadramento: amplo, distância; Formas: linhas, profundidade; Cores: monocromáticas, neutras.	); buraco; incisão (filtro, projeção).	(cor e tamanho do caractere); Apresentação da matéria, caracterização do objeto, legenda da imagem.
Corpus: "Série Canteiros/ *Conversations and Constructions*", de Rivane Neuenschwander, p. 28.	Definição: Forma (linhas, volume, espaço, textura).	Trata-se de uma imagem muito próxima do observador, a qual lembra comida e pode ser associada a desenvolvimento.	Suporte: papel com formato revista, página dividida ao meio; Quadro: centrípeta; Enquadramento: fechado, proximidade; Formas: linhas, volume; geometria; Cores: quentes.	Parede (construção); Pote de tinta (pintura); Migalhas (sobras, restos); Comida: pão e massa (alimentação; fundação, crescimento, desenvolvimento).	Paginação: indicação do editorial.
Corpus: ocupação promovida na Galeria Vermelho (SP) pelo Jamac, projeto coordenado por Mônica Nador, p. 29.	Definição: subjetiva (contém a ideia de que é possível exprimir-se).	É uma imagem sangrada, remete ao processo de produção poética de um artista em um local externo.	Suporte: papel com formato revista; folha A4; Quadro: centrífuga; Enquadramento: fechado, proximidade; Formas: linhas, ritmo, textura; Cores: Dominante quentes.	Pessoa (artista, trabalhador); Pintura, estêncil (muralismo, arte urbana, intervenção).	Paginação: legenda da imagem (indireta).

Quadro 2: Análise das fontes iconográficas da revista Bravo! n º 110.
Fonte: Elaborado pela autora.

A estudo das fontes iconográficas é parcial e demanda aprofundamento.

Considerações finais

A análise das fontes iconográficas, somadas a outras evidências, mesmo que de forma parcial, e aos questionamentos, apontam que a publicação da matéria sobre a Bienal está para além da difusão. É possível pensar acerca de uma proposição educacional: educa-se quando se diz "entenda", educa-se quando se oferece imagens com significantes similares; educa-se quando se oferta imagens que propõem aproximação e afastamento do leitor; educa-se quando se explica a proposição e convida o leitor a "estar junto" e "viver com" e, por fim, educa-se quando fica subentendido "leia aqui, 'entenda' e vá ver a exposição". Considerando a revista *Bravo!* como um artefato cultural, pensa-se nos estudos de Viviane Camozzato (2012; 2013; 2015) acerca das pedagogias culturais, nesse caso, a revista seria uma "intérprete da cultura".

Referências

AUMONT, Jacques. **A imagem.** 16 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
BARROS, José D'Assunção. **O campo da história:** especialidades e abordagens. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
Bravo!, São Paulo, v. 1., n. 1, capa, 1997.
Bravo!, São Paulo, v. 10., n. 110, 2006.
Bravo!, São Paulo, v. 10., n. 111, 2006.
BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
_____. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
CAMOZZATO, Viviane Castro. **Da pedagogia às pedagogias – Formas, ênfases e**
transformações. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em

Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto
Alegre, 2012.
_____. **Entre a pedagogia legisladora e a pedagogias intérpretes.** Revista Brasileira de Educação, v 20, n. 61, abr. – jun., 2015.
_____; COSTA, Marisa Vorraber. Vontade de pedagogia –
pluralização das pedagogias e condução de sujeitos. **Cadernos de Educação.** UFPel, n. 44,
p. 22-44, jan. – abr., 2013. Disponível em:
http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2737. Acesso em: 20 out. 2018.
COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa M. Hessel.; SOMMER, Luís Henrique. Estudos
Culturais, educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**. Campinas, nº 23, p. 36-
61, maio/jun./jul./ago 2003.
GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter. (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
JENKINS, Keith. **A História Refigurada:** novas reflexões sobre uma antiga disciplina. Tradução de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014.
LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanenzi. (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.
NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos Ernesto. **O governamento pedagógico**: da sociedade do
ensino para a sociedade da aprendizagem. Tese (Doutorado em Educação) – Programa
de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

Analise de possíveis identidades e culturas brasileiras no desenho animado "Irmão do Jorel".

CARDOSO, Joyce silva.[1]

Este resumo faz parte do “Trabalho de Conclusão de Curso” e tem como objetivo analisar possíveis identidades e culturas brasileiras presentes no desenho animado “Irmão do Jorel”.

as representações da Cultura brasileira no desenho animado "Irmão do Jorel", escrito por Juliano Enrico. Este desenho animado teve seu esboço em 2009 para um "pitching", que é uma espécie de concurso para o mercado audiovisual para o canal Cartoon Network. Entretanto, a versão atual é do ano de 2014, sendo no mesmo ano, a sua estreia no canal de televisão por assinatura, Cartoon Network. Mas, pode ser facilmente encontrado na plataforma de streaming do YouTuBe.

Para compreendermos com mais facilidade a analise proposta, é preciso fazer uma pequena apresentação sobre o autor. Em diversas entrevistas para sites como "Super Interessante" e "Catraca Livre", o autor explicou que não considera exatamente uma obra autobiográfica, ao mesmo tempo em que se utilizou do seu cotidiano e de suas relações familiares para criar o desenho animado. Inicialmente, ele teria começado o projeto como forma de passatempo, publicando fotos da família no site "Fotolog" e escrevendo uma história por trás delas no ano de 2003. Contudo, é possível perceber que ele faz um auto representação como sendo o personagem "Irmão do Jorel", uma vez que, o seu irmão mais velho se chama Jor-El e ele mesmo coloca o Jor-El como o Jorel da animação, além disso, compara fotografias reais do irmão com a representação desenhada.

[1] Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Graduanda em História - Bacharelado, joycepsilvac@gmail.com.

O cenário onde se passa o desenho, não é explicitamente o mundo real, tampouco o Brasil. Entretanto, há ícones, situações que fazem parte do cotidiano brasileiro, ao mesmo tempo em que, a visão estratosférica do desenho apresenta uma representação do território do país. Além disso, o desenho se passa entre o fim dos anos de 1980 a metade dos anos 1990 em um mundo "meio fictício", mas que faz alusão ao Brasil e a América Latina. O personagem "Irmão do Jorel" retrata um garoto de 8 anos de idade, que tem o seu nome oculto durante os episódios, ou seja, a maioria dos personagens fora da sua família não sabem do seu nome verdadeiro, sendo apenas conhecido como o "Irmão do Jorel", ou seja, mesmo tendo o papel principal, o nome utilizado é o do Jorel, o irmão perfeito.

É necessário ressaltar que, o Brasil, por ser um território extenso, não atinge um padrão de homogeneidade cultural, entretanto, há elementos, situações, modo de pensar, enraizados nos brasileiros, podendo ser notados ao longo do país. Portanto, nos apoiaremos nos autores clássicos que discutem cultura e identidade brasileira, como os autor Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Marilena Chauí.

Com a autora Marilena Chauí, a ideia de “Cultura Brasileira” é concebida como uma invenção relacionada as tantas diferenças sociais, é uma forma de atribuir características “idênticas” ou “semelhantes” a diferentes pessoas, sendo assim, é uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos e essa representação permite, em certos momentos, crer em uma unidade, identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiro. Também ocorre em outros momentos, a divisão social e a divisão política sob forma dos amigos da nação e inimigo comum a todos que precisa ser combatido, fortificando a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacional. E isso leva também ao “mito fundador”, “mito das três raças”, tentando suprimir a ideia de que há discriminação e preconceitos no Brasil

pois, com a “democracia racial”, onde as três raças se misturam, o indígena, o negro e o branco, formam uma raça única. É possível, portanto, a partir dessa concepção da autora, perceber através da configuração familiar representada no desenho animado uma relação com o "mito fundador" e o "mito das três raças", a partir do momento em que todos os familiares, moradores da mesma casa, quase não possuem características semelhantes entre si, mas várias características que levam a enxergar as variadas composições genéticas advindas do que faria parte do processo de miscigenação, uma característica marcante da sociedade brasileira. Essas características podem ser observadas no núcleo familiar composto por sete moradores em uma casa, outra característica bem comum, se levado em conta que a maior parte da população brasileira é composta por pobres, tendo em torno de 60% da população sobrevivendo com apenas um salário mínimo, segundo o senso do IBGE. Na imagem a baixo, por ordem de visualização, da esquerda para a direita, encontramos a mãe (Danuza), o pai (Edson), avó materna (Vovó Gigi), avó paterna (Vovó Juju), a mãe (Danuza), o pai (Edson), o irmão mais velho (Nico ou Nicolau), o irmão do meio (Jorel) e Irmão do Jorel que é o irmão caçula. A personagem Danuza tem um irmão (Valtinho) que apareceu em dois episódios.

Fonte: cosmonerd.com.br

Uma questão relevante na representação dessa família é a figura da mulher, Danuza, ser colocada em primeiro lugar, antes do pai e este em segundo. Ao longo dos episódios, percebemos que a mãe desempenha um papel misto do que seria a ideia da mulher que permeia na sociedade, pois, ela é tanto a fonte de renda da família e também faz a dupla jornada tão discutida no universo feminino. Ao mesmo tempo, ela perde uma característica atrelada ao feminino, que é a questão das refeições preparadas por ela nem sempre serem agradáveis, tendo em vista que, o preparo das refeições é um papel atribuído socialmente a mulher. Porém, ainda sim, pode ser observados outros estereótipos em cima da personagem, como é o fato das mulheres serem vistas como se conseguissem e tivessem a obrigação, socialmente imputada, de conseguirem "dar conta do mundo inteiro", passar a roupa, lavar a louça, arrumar a casa, cuidar dos filhos e ainda sim estar no meio de uma ligação. Além disso, fica evidente o processo de miscigenação, se observada com atenção, as características físicas, como o cabelo, silhueta e cor da pele denunciam esse processo na personagem, levando a crer que há, neste personagem, a "mistura das três raças".

A terceira personagem, é a vovó Gigi, mãe de Danuza, uma senhora de pele rosada, cabelos brancos e que usa roupas mais

“despojadas”, óculos e está sempre com um pirulito na mão, como se estivesse fumando-o, ainda, possuí uma voz que pode ser identificada como “voz de fumante”, sendo rouca, ficando falha no final e “se arrastando”. Através do modo em que ela foi representada, pode ser atribuída a ela, o estereótipo da avó “perua”, tanto por causa das roupas, quanto referente ao comportamento. Além do mais, é uma das personagens que aparentemente esconde alguns segredos, levando em conta que em alguns episódios ela conta como já fez para ensinar um ator famoso seus métodos de espionagem,

Já o quarto personagem, é o filho mais velho do casal, Nicolau, mas conhecido como Nico. Este raramente mostra o rosto, em que na maior parte do tempo coberto pelo cabelo. Porém, através das partes visíveis pode-se ver algumas características de misturas étnicas, como a boca grande, com lábios mais grossos e nariz mais largo. A cor de sua pele é parecida com a do pai.

Em sequência, o quinto personagem se chama Jorel, sendo este, o irmão do meio e considerado o perfeito”, dotado de conquistas, com muitos troféus, tendo o cabelo sedoso, pele macia. Habitualmente, os irmãos mais velhos são representados como os irmãos perfeitos, entretanto, esse adjetivo foi designado ao irmão do meio, fazendo com que, novamente, este desenho traga um novo olhar sobre situações recorrentes do cotidiano. Porém, fica em evidencia a comparação entre um irmão que é considerado perfeito e inalcançável com o outro. Na maioria das vezes, essa comparação é feita pela família, podendo acentuar o complexo de baixa autoestima em relação ao irmão. Contudo, o personagem principal é o irmão mais novo, apesar de seu nome nunca aparecer, causando intriga no espectador, isso faz com que seja conhecido apenas como o “irmão de alguém”, nesse caso, como o irmão do Jorel. Mesmo assim, a animação tem como personagem principal o irmão menor. O personagem do Jorel não tem falas e, na maioria dos episódios, aparece com uma iluminação em sua volta, sendo essa representação muito

utilizada nos desenhos animados para emitir a mensagem de que aquele personagem iluminado é "perfeito", aparentemente detendo de todas as qualidades ali designadas. Além disso, em boa parte dos episódios ele aparece rindo de uma forma que pode ser interpretada como de deboche, pois, ele costuma rir quando algum personagem é diminuído ou acontece alguma situação constrangedora com o outro.

Um detalhe que deve ser ressaltado é o fato do Jorel, fisicamente, ter traços indígenas bem evidentes, o que, na sociedade brasileira, faria com que ele deixasse de representar a ideia de perfeição, pois, a etnicidade admirada nesta sociedade é a branca e não a indígena. Sendo assim, o Jorel é caracterizado como tendo uma altura média, tendo uma cor de pele igual à da mãe, um tom amarelado, porém, escuro. Ele tem cabelos lisos, compridos e marrons, é magro e possui um tipo físico magro.

A sexta personagem é a Vovó Juju, uma senhora simpática com poucas falas, é a mãe do Edson. Ela é apresentada aos telespectadores como a avó doce, carinhosa, preocupada com a alimentação e higiene do neto mais novo. Dentre as suas características físicas, ela apresenta ter pouca mobilidade, além disso, seu tom de pele é esverdeado, ressaltando a ideia de mistura étnica, apesar de que, não se tenha tom de peles verdes na vida real. Ela anda de pantufas de bichinhos, um vestidinho azul que socialmente é relacionado a idosas. Seu cabelo é branco e pelo formato, demonstra ser cacheado, além disso é a única que possui olhos de uma cor diferente, sendo azul, enquanto os olhos dos demais são pretos.

O último personagem humano é o Irmão do Jorel, nome pelo qual é conhecido, pois, novamente, seu nome é oculto em todos os episódios, pois, ele deixa de ser ele, para ser o irmão de alguém. O Irmão do Jorel é um garoto de 8 anos de idade, é pequeno, magro, seu tom de pele é um pouco mais escuro do que o tom da pele do seu irmão mais velho e do pai, mas, é mais

claro do que o tom de pele da mãe e do irmão do meio, mesmo assim, é diferente também do tom de pele tanto da avó paterna que é esverdeado, quanto da avó materna que é rosado. Ele é um menino tímido, costuma ir a venda para a avó, um hábito muito comum no cotidiano de uma criança, de um jovem brasileiro que costuma morar em bairros periféricos. A sua casa é aparentemente grande, mas não é muito explorada ao longo desenho, portanto, não se sabe como é a estrutura da casa realmente. Contudo, pode ser observado que em vários episódios aparece, entretanto, ele dorme em um “triliche” com os seus irmãos. Ele estuda um pouco longe de onde mora, não fica explicito o quão longe é, porém, normalmente a sua amiguinha Lara, uma menina da mesma idade e que estuda junto com ele, descrita como sua melhor amiga, o leva de bicicleta para a escola, utilizando um carrinho auxiliar, apresentando mais uma característica encontrada nas periferias brasileiras, uma criança acompanhando a outra para ir à escola, sem a supervisão de um adulto ou responsável. Assim como os demais personagens, na maioria dos episódios ele está usado as mesmas roupas. Dessa forma, apenas a representação dos personagens já apresenta diversas características presentes na sociedade brasileira.

Dentre as questões étnicas que podem ser levantadas através do desenho animado, pode ser apontada a questão de que não necessariamente há uma semelhança física entre eles, fazendo com que sejam diferentes entre si, podendo colocar em evidência a ideia do mito das três raças, abordado pelo autor Gilberto Freire em seu livro "Casa-Grande e Senzala", em que fundamenta que as "três raças fundadoras do brasil" convivem harmonicamente e, por esse motivo, reforça a ideia de que a relação entre negros e brancos foi mais cordial no Brasil do que nos Estados Unidos, fundamentando que o processo de miscigenação brasileiro foi "pacifico", além de ser visto como positivo e necessário, pois, teria contribuído para melhorar

a adaptação do branco, pois, era um ambiente diferente, sendo tropical, mas, mesmo assim, o descendente idealizado seria, de certa forma, o branco, porém, com sangue indígena ou negro, sendo assim, brasileiro. Além disso, esse processo levou a constituição de uma cultura diferente, recebendo influências indígenas, negras e brancas na constituição, dentre essas, estão as cargas culturais de negros e indígenas tanto no que se refere a alimentação, quanto no que se refere a religião. Ou seja, o processo de miscigenação foi além de uma "mistura de raças", para uma mistura de culturas, apesar de que em todos os momentos, a cultura branca sempre é tida como a superior. Entretanto, como é visto através de autores que buscam falar sobre cultura e identidade brasileira, o processo de miscigenação, mesmo que tenha ocorrido de uma forma diferente no vasto território brasileiro, em alguns lugares com maior miscigenação entre brancos e índios e outro entre brancos e negros, esse processo é uma forma de levar a identificação de brasileiros, pois, eram visto como brasileiros os mestiços com brancos, pois, os brancos eram vistos como os donos da terra.

Portanto, para finalizar, é possível enxergar uma identificação tanto da cultura quanto da identidade brasileira através de representações físicas descritas nos personagens, além disso, essa identificação também ocorre nas personalidades dos personagens. Por fim, neste artigo, a análise de identidade e cultura brasileira ficou pautada no processo de miscigenação, principalmente pela ideia do "mito das três raças".

Referências

AMORIM, Roseane Maria. SILVA, Cintia Gomes. O uso das imagens no ensino da História: reflexão sobre o uso e a interpretação das imagens dos povos indígenas. Londrina. História & Ensino, v. 22, n. 2, p. 165-187, jul./dez. 2016. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/26263/2030 1>. Acesso em 10 agosto de 2018.

BARDIN, Laurence. Analise de conteúdo. Lisboa, Portugal: Editora Edições 70, 2009. Tradução 2011, Editora Almedina.

BITTENCOURT, Circe. (org.). O saber histórico na sala de aula. 11 edição. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BURKE, Peter. O que é história cultural?. 2 edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008. 215 páginas.

CERTEAU, Michel de. A Invenção do cotidiano. 18 edição. Tradução de Epheraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2012.

EISNER, Elliot. El Arte y la Creación de la Mente. Edição traduzida 2004. Editora Paidós Iberica Ediciones , 2004.

EISNER, Elliot. Educar la Visión Artística. Edição traduzida 2005. Editora Paidós Iberica Ediciones, 2005.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. BAKHTINIANA, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009. Disponivel em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3002/1933>. Acesso em: 22 setembro de 2018.

FREYRE, Gilberto (2006) Casa Grande e Senzala. 51ª ed. São - Paulo. Global Editora.

FUSARI, Maria Felisminda De Rezende e. O educador e o senho animado que a criança vê na televisão. São Paulo: Editora Edições Loyola, 1985.

GOMES, Lizandra Ogg. O cotidiano, as crianças, suas infâncias e a mídia: Imagens concatenadas. Campinas (SP). Pro-Posições, v. 19, n. 3 (57) - set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n3/v19n3a09.pdf>. Acesso em: 10 agosto de 2018.

LIMA, Joélica Pereira. O desenho animado como recurso didático: uma intervenção no ensino médio. Campina Grande (PB). Monografia 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/5624/1/PDF%20%20Joélica%20Pereira%20de%20Lima.pdf>. Acesso em 12 agosto de 2018.

MONTEIRO, Ana Maria. GASPARELLO, Arlette Medeiros. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (org.). Ensio de História – Sujeitos, saberes e práticas. 2 edição. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2009.

RAMA, Angela. VERGUEIRO, Waldomiro. BARBOSA, Alexandre. RAMOS, Paulo. VILELA, Túlio. (org.). Como usar as histórias em quadrinho na sala de aula. 4ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo,1995. Editora Companhia das Letras.

ROCHA, Ubiratan. História, currículo e cotidiano escolar. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

Fronteira, identidade e alteridade: o relato de Talita Ribeiro

Pierre Chagas[1]
Dalila Rosa Hallal[2]

Introdução

Lançar-se ao desconhecido, desvendar novas maneiras para viver e o anseio pelo incógnito mundo foram algumas das premissas que motivaram os indivíduos a movimentarem-se. Assim, o deslocamento dos povos foi motivado por inúmeras razões e as viagens assumiram um fim prático para a vida dos indivíduos. Conforme Figueiredo (2010) viajar não é visto como algo banal, tendo em vista que:

> ‘’a viagem cria possibilidades de uma vida melhor, pois ela cura [...] e representa a possibilidade infinita de obter experiências de vida, vivências, e por que não, educar o viajante/turista e proporcionar uma transformação na sua percepção sobre a vida. A viagem proporciona o conhecimento’’ (FIGUEIREDO, p. 29)

Este processo migratório pela busca do romantismo de uma vida melhor juntamente com a incessante caçada do ‘’desconhecido’’ permeiam o nosso imaginário configurando o que entendemos como viagens e, em termos mais capitalistas e modernos, o que compreendemos como turismo.

Romano (2013, p. 33) tece algumas considerações pertinentes sobre a memória das viagens afirmando que:

> [...] as pessoas sempre viajaram, pois há referências sobre esse tema já em textos, imaginários ou supostamente verossímeis, da Antiguidade, como a Odisseia, de Homero, ou as Histórias, de Heródoto. Mas as viagens que se estendem desde a Antiguidade até inícios do século XIX eram motivadas principalmente por fins práticos; em geral, cumpriam razões de Estado, testemunhadas, por exemplo, nas paredes do Palácio de Persépolis, que ilustram as missões diplomáticas na Antiga Pérsia do rei Dario; religiosas, como Édipo indo a Delfos consultar o oráculo; ou comerciais, registradas, por exemplo, no Livro das Maravilhas, de Marco Polo. Principalmente os comerciantes frequentavam as estradas e os caminhos marítimos. Em menor proporção, também andarilhos, escritores e estudiosos viajavam.

[1] Universidade Federal de Pelotas, Bacharel em Turismo, pierreschagas@gmail.com.
[2] Universidade Federal de Pelotas, Doutora em História, dalilahallal@gmail.com.

Com a popularização das viagens os relatos começaram a ganhar espaço e os viajantes a ganhar voz. Castro (2013, p. 14) nos traz que ‘’o narrador-viajante tende a emergir, no próprio tecer da sua experiência, como um tipo de mediador que utiliza seu olhar para trazer os aspectos objetivos do mundo que busca retratar’’.

Dessa forma os relatos de viagem configuram o principal foco dessa pesquisa como de muitos outros estudos, sendo um campo ‘’amplo e profícuo, que poderia ser explorado de modo a apresentar outras perspectivas em relação ao conhecimento do turismo’’ (CASTRO, 2013, p. 9). Perspectivas essas pautadas, por exemplo, no anseio em tratar o Turismo por uma ótica mais subjetiva e humana alinhando um caráter pessoal, ou experiencial, do que coletivo. O termo ‘’coletivo’’ aqui presente assume um papel de baixa reflexão sobre a razão de realizar uma viagem, por exemplo. Acarretando, assim, em uma viagem vazia, sem ressignificação sobre o lugar visitado e sobre o que a experiência trouxe para si.

O presente estudo tem como objeto o relato de viagem em formato de livro ‘’Os Refugiados no Oriente Médio - Coleção Turismo de Empatia’’ pela editora Enkla, da jornalista Talita Ribeiro e lançado no ano de 2016 após a sua experiência no Oriente Médio.

Este artigo visa analisar os tópicos fronteira, identidade e alteridade presentes no relato da viajante Talita Ribeiro. Dessa forma nos apoiamos no método de Análise Documental defendida por Cellard (2008) e relevante para este estudo, afinal o objeto é constituído por um relato de viagem em formato de livro configurando um documento. Para Cellard o documento escrito constitui-se de

> uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de

> atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295)

Assim desbravamos os escritos da viajante Talita para tecer novas compreensões acerca das viagens e suas nuances.

Fronteira, identidade e alteridade: o olhar e o discurso de Talita Ribeiro

> Antes de serem marcos físicos ou naturais, as fronteiras são, sobretudo, o produto da capacidade imaginária de refigurar a realidade, a partir de um mundo paralelo de sinais que guiam o olhar e a apreciação, por intermédio dos quais os homens e as mulheres percebem e qualificam a si mesmos, o corpo social, o espaço e o próprio tempo. (...) (HANCIAU, 2005, p. 135-136)

A fronteira é o lugar próprio das trocas, das interações, das mobilidades culturais. Vincula-se à ideia de limite, mas ao mesmo tempo agrega as diferenças que separa, ou intenta separar. Existe, originalmente, para impedir o trânsito entre os lados que divide, definindo o que está dentro e o que está fora, mas essa nitidez divisória não existe no local fronteiriço. A fronteira, paradoxalmente, divide e permite a união.

> Sabemos todos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. Neste sentido, são produtos dessa capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Referimo-nos ao imaginário, este sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta. Dessa forma, as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias, limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo (PESAVENTO, 2002, p. 35-6)

Talita Ribeiro redigia em seu blog ‘’Viagem e Voo’’ as suas impressões sobre os lugares visitados e, seus grifos sobre a sua experiência, acarretaram na produção da primeira edição do livro ‘’Turismo de Empatia: Os Refugiados no Oriente Médio’’ por meio de um financiamento coletivo pelo site Catarse. A mobilização contou com a colaboração coletiva de 700 pessoas alcançando 120% da meta estipulada (ENKLA, 2018). Sobre a segunda

edição, o livro conta com 41 capítulos, 191 páginas e uma diagramação impecável. O livro é feito com marcações específicas em momentos que, para o leitor, fica visível o real sentimento que a escritora estava passando no momento em que redigia seus grifos.

A segunda edição do livro apresenta fotos, dicas de gastronomia, lugares a serem visitados e relatos diversificados sobre os destinos percorridos, muito similar ao que compreendemos como um guia turístico. É válido pontuar que a quebra no fluxo do leitor fica representado por estes momentos de ‘’lazer e turismo‘‘ da narrativa de Talita, pois ao lançar-se no território do Oriente Médio a sua proposta não era de turista propriamente dita, mas para estar de alguma forma auxiliando e aliviando a dor das refugiadas e dos refugiados em situação de vulnerabilidade, como uma missionária.

A viagem é um tema amplo referindo-se aos deslocamentos humanos, à história das civilizações e também a uma atividade contemporânea: o turismo (CASTRO, 2013). Esses deslocamentos expressam um desejo de mudança, portanto a viagem rompe fronteiras. Desse modo, Octavio Ianni (2003) constrói que:

> Toda viagem se destina a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto singulariza como universaliza. Projeta no espaço e no tempo um eu nômade, reconhecendo as diversidades e tecendo as continuidades (IANNI, 2003, p. 13).

O autor discorre que, atravessando as fronteiras das viagens, buscando o desconhecido, desvendando o estrangeiro, inventando o outro, os indivíduos estão na verdade recriando o seu próprio eu (IANNI, 2003, p. 14). Já Martins (1997, p. 150) dialoga que “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade... é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si... a fronteira é um lugar de descoberta do outro e de desencontro’’, salientando o exercício em colocar-se no lugar do outro como uma ponte das relações advindas das viagens. Assim, a viagem além de ser

uma busca pelo prazer, funciona como um rito de passagem, pois o caminho percorrido durante a viagem é carregado de valor, simbologia e olhares.

A fronteira pode ser entendida como lugar da alteridade, um território de invenção do outro, onde o indivíduo procura se reconhecer frente à alteridade:

> Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida. Sobre essa representação, que é para cada um de nós uma descoberta do mundo, do passado e das sociedades, enxertam-se depois opiniões, ideias fugazes ou duradouras, como um amor... Mas permanecem indeléveis as marcas das nossas primeiras curiosidades, das nossas primeiras emoções. (FERRO, 1983. p. 11)

Dessa maneira, o viajante é visto como um ser que se desloca por motivos subjetivos e nobres. Ele procura, busca e questiona. Nessa busca de mundo, procura a si mesmo: busca encontrar a sua identidade (PEIXOTO, 1987, p. 81).

Figueiredo (2010, p. 248) ainda reitera que a procura pela identidade apresenta sentido especial, uma vez que a história de cada um é traçada pelos lugares por onde passou. Para o viajante ter identidade é não ter casa, não pertencer a nenhum grupo, portanto é não ter identidade, é o ser que busca o estranhamento. Por sua vez, a viagem funciona como um desenraizamento, onde tudo é partida, evasão e passagem (FIGUEIREDO, 2010, p. 249). Assim, o viajante não age somente sobre si, mas deixa rastros por onde passa, no outro que encontra: “são aqueles que vem do nada e partem para lugar nenhum [...] não tem nome, nem história. Aparece apenas para tudo mudar e então partir novamente” (PEIXOTO, 1987, p. 83).

Patrícia Zaczuk Bassinello (2017) em seu estudo sobre turismo e alteridade descortina as fases das relações advindas das viagens, socializando que:

> trata-se de uma semelhança em que as diferenças não são canceladas, como na indiferença da semelhança coesiva, que identifica, empata, iguala, mas sim um movimento em direção de

> uma semelhança por alteridade, na direção do outro enquanto outro, que significa acolher a diferença para modificar nossa maneira de ser, multiplicar nossos caminhos que exigem o exercício da subjetividade (que demanda a alteridade e a solidariedade com a alteridade) hoje cada vez mais reprimida visto a concretização e extensão da indiferença das relações sociais que a caracterizam (BASSINELLO, 2017, p. 143)

No mesmo instante que Talita relata sobre o incomodo em dormir em condições ‘’desconfortáveis’’ – ponto que o turista ‘’usual’’ levam em consideração, o seu olhar empático ganha voz no discurso, quando constrói que ela estava protegida (de alguma forma por ter um local para pernoitar), mas pensou que:

> enquanto milhares de refugiados naquele mesmo país estão morando em barracas de lona e não têm sequer uma cama com colchão fino de espuma, como aquela em que eu [Talita] estava deitada e brigava para achar uma boa posição (RIBEIRO, 2016, p. 34).

Em vários momentos constata-se que as narrativas de Talita se constroem a partir da distinção entre o “eu” e o “outro”, portanto, da marcação das diferenças existentes entre ocidentalismo e não ocidentalismo estabelecidas por elementos e parâmetros que permeiam sistemas simbólicos de representação, bem como por formas de exclusão social que envolve as relações de poder nas viagens.

Pertinente salientarmos que Talita criou, de alguma forma, identidade com a luta das mulheres refugiadas. Figueiredo (2010, p. 249) tece que a busca da identidade através das viagens caracteriza-se por ‘’um movimento de partida (da Morada, momento de Saída), viagem (percurso – Ida), e chegada, seja um retorno ao ponto de origem (percurso – Volta) ou a chegada a um novo lugar (Chegada – Estada)’’, dessa forma a viajante buscou nos anseios femininos o motivo para realizar a sua viagem. Isso se evidencia quando a viajante reitera para o *podcast* do site JovemNerd que:

> Há seis meses eu vi uma foto de duas mulheres na internet tirando a Niqab [...] Elas estavam em cima de uma pick-up tirando esses panos e a legenda era: ‘’Mulheres’’ que conseguiram escapar do Estado Islâmico cruzando a fronteira com o Curdistão‘‘. A foto estava cheia de esperança em meio ao cenário de guerra. No

> Curdistão Iraquiano as mulheres têm, em tese, os mesmo direitos que os homens, bem parecidos. Mas só que na prática não é bem assim. Existem mulheres se levantando para brigar pelos crimes de honra no judiciário [...] Em várias cidades do Oriente Médio os pais e maridos podem matar suas filhas ou sua esposa se considerarem que algum ato delas feriu a sua ''honra'', assim eles atiram ácido no corpo das mulheres e cometem outras atrocidades [...] (RIBEIRO, 2015)

Percebe-se em sua narrativa que a identidade seria uma busca de reconhecimento que se faz frente à alteridade, pois é através do olhar em relação ao outro que Talita busca a afirmação das diferenças. Encara a identidade como movimento, ou seja, ela se "reinventa" e passa por uma "adaptação" na medida em que as relações são construídas por novas narrativas e diferentes sujeitos.

Talita Ribeiro tinha um propósito inicial para realizar a sua viagem: conhecer as mulheres sírias refugiadas e partilhar de suas lutas. Porém, além desta característica, visitar o ''coração do Outro'' – através de suas dores, angústias, esperanças, memórias, também foi uma das missões da viajante. Atenta-se que houve uma mudança no foco da missão e Talita concentrou-se a visitar lares e campos de refugiados juntamente com o projeto humanitário Missão em Apoio à Igreja Sofredora – (MAIS)". Talita salienta que visitava em torno de 3 lares de refugiados durante o dia divido em famílias muçulmanas e cristãs.

Durante seu discurso o medo emergiu na escrita de Talita que ora caracterizava-se pela dúvida do que a viajante iria enfrentar na sua jornada, ora medo por ser uma mulher num território extremamente hostil para a figura feminina. A viajante sentiu medo, em grande escala, pelos conflitos, mas também medo de como iria digerir tanta novidade:

> Medo principalmente de como vou reagir ao mundo de novas informações ao qual serei exposta. Sim, tenho medo de me calar por dentro, por tristeza ou desespero. Sim, tenho medo de que a guerra ganhe proporções ainda maiores e mais desastrosas. Mas a minha confiança em Deus e no desejo que me trouxe até aqui é maior que meus medos (RIBEIRO, 2016, p. 19-20).

Durante a narrativa de Talita é possível perceber o medo como uma fronteira e como algo em que se diferencia o “eu” e o “outro”, ou seja, como uma possibilidade de dialogar as diferenças, pois a fronteira permite o contato de sujeitos distintos que cria uma interlocução entre duas identidades diferentes.

Assim a fronteira muito além de separar, possibilita, através das viagens e da narrativa de Talita Ribeiro, um intercâmbio cultural, social e político que contribui para que na mesma o processo de diferenciação entre o “eu” e o “outro” seja perceptível. Dessa forma, tanto a identidade quanto a alteridade encontram-se presentes nas viagens enquanto espaço fronteiriço.

Considerações Finais

Para Castro (2013, p. 104-5) ‘’partimos, percorremos, chegamos, mas nosso movimento enquanto viajantes só se completa quando retornamos ao lar, acentuando, assim, o caráter cíclico da trajetória da viagem’’. Dessa maneira, o olhar e discurso de Talita Ribeiro inclinou-se a visitar o Outro em todas as suas nuances, convidando o leitor a desbravar o mundo de alteridades das viagens; a romper as fronteiras simbólicas e sentir a experiência e seus detalhes; e por fim mostrar que o ato identitário e de resistência em ser uma mulher-viajante vai além da possibilidade de viajar sem acompanhantes. O relato de Talita Ribeiro constrói uma nova perspectiva acerca dos relatos de viagens que temos acesso, permeando novos caminhos para a produção da literatura de viagem e tecendo novos diálogos para a pesquisa historiográfica em Turismo.

Dessa maneira, espera-se que esse tema não se esgote por aqui e que, a partir das reflexões aqui apresentadas, estimule aos entusiastas da área a atentar-se para os novos rumos que as viagens desencadeiam em nossa sociedade. Como citado, foi possível verificar que a questão do ser

mulher e viajante também emergiram no discurso de Talita Ribeiro, a fim de confirmar a diferença de preparação de viagem e dinâmica para uma viajante sozinha. Abarcando a questão do feminino, Talita Ribeiro buscou retratar as figuras femininas como questões identitárias em seu relato. O embate entre Ocidente x Oriente ganhou voz nos escritos da viajante, confirmando estereótipos, dissonâncias e rompendo fronteiras. Por fim, compreendeu-se que a experiência advinda das viagens está além do fator espacial e fronteiriço, confirmando que a memória construída através do viajar ganha vez no olhar dos (as) viajantes. E, por conseguinte, na sua escrita.

Bibliografia

BASSINELLO, Patrícia. **Uma viagem ao encontro do tempo de alteridade no turismo**: desmembrando horizontes epistemológicos a partir das contribuições de uma filosofia dialógica da linguagem do Círculo de Bakthin. 180f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8898/TesePZB.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 10/07/2018.

CASTRO, Júlia. **Uma leitura das viagens contemporâneas**: a questão do testemunho nas narrativas de viagem. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/IGCC-9GNPSG. Acessado em 23/05/2018.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean. *et al*. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 290-295.

FERRO, Marc. **A Manipulação da História no Ensino e nos Meios de Comunicação**. Tradução de Wladimir Araújo. São Paulo: IBRASA, 1983, p. 9-12.

FIGUEIREDO, Silvio Lima. **Viagens e Viajantes**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 29-259.

HANCIAU, Núbia J. Entre-lugar. In: FIGUEIREDO, Eurídice (Org.) **Conceitos de Literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005, p. 125-142.

IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 10-15.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 9-15.

PEIXOTO, Nelson Brissac. **Cenários em Ruínas**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 81-84.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (org.). **Fronteiras culturais** – Brasil, Uruguai, Argentina. Cotia, SP: Ateliê editorial, 2002, p. 35-39.

RIBEIRO, Talita. **Turismo de Empatia**: Os Refugiados no Oriente Médio. São Paulo: Enkla Editora, 2016.

ROMANO, Luís Antônio Contatori. Viagens e Viajantes: Uma Literatura de Viagens Contemporâneas. **Estação Literária**. V. 10B, p. 33-48, jan. 2013. Disponível em: http://www.uel.br/pos/letras/EL. Acessado em 23/05/2018.

"Assustada e frágil, do jeito que mulher tem que ser"[1]: um panorama da representação do feminino nas histórias em quadrinhos

Márcia Tavares Chico[2]

Introdução

As histórias em quadrinhos vêm ganhando maior espaço no meio acadêmico, sendo analisadas das mais variadas maneiras. O presente trabalho procura fazer um breve panorama da representação do feminino nesse meio. Procuramos ver como tal representação é feita através de sistemas culturais e do momento histórico em que determinada obra foi publicada e como a representação do feminino nos quadrinhos influi, por sua vez, no sistema cultural e na visão que determinada sociedade, em determinado momento, tem do feminino. Para tal, focaremos em quadrinhos que sejam populares e lidos pelo maior número de pessoas, como os quadrinhos de super-heróis.

[1] Citação retirada de *A saga do Monstro do Pântano* de Alan Moore (MOORE, 2018, p. 30).
[2] Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Literatura Comparada. E-mail para contato: marciatch@gmail.com

Figura 1: Um exemplo da representação feminina nos quadrinhos: a heroína indefesa e sexualizada

A representação do feminino em quadrinhos

Melo e Ribeiro analisam as histórias originais de Batgirl e Supergirl (ou Bat-Moça e Super-Moça, como foram inicialmente apresentadas no Brasil). Segundo as autoras, o pior inimigo das super-heroínas era sua feminilidade, a qual constantemente as traía. As heroínas deixavam os vilões escaparem por causa de um rasgão em sua meia ou pela necessidade de retocar a maquiagem (MELO; RIBEIRO, 2015).

Assim, já podemos ter uma ideia de como o feminino é visto: como um ser superficial, que coloca necessidades estéticas acima de outras

questões. A feminilidade é motivo de humor, atrapalha a heroína na feitura de seus deveres e faz com que ela não seja tão eficiente quanto suas contrapartes masculinas.

O que podemos dizer é que as personagens femininas nos quadrinhos são feitas pelo olhar masculino e para o olhar masculino. Elas são criadas a partir de ideais que os escritores e quadrinistas homens tem do que é o feminino, noções muitas vezes não embasadas na realidade, e que levam as personagens a serem representadas através de estereótipos: a donzela indefesa que precisa ser resgatada ou a vilã que utiliza sua aparência para seduzir e corromper o herói etc. Assim, "[a] imagem idealizada da mulher, ou melhor, do seu corpo, normatizadas nas HQs são na verdade representações de desejos e fetiches do imaginário masculino" (MELO; RIBEIRO, 2015, p. 108).

Um outro caso é o da Mulher Maravilha, criada em 1941. A personagem foi criada durante a guerra, destinada a um público feminino em um momento em que a mão de obra de mulheres era altamente requisitada. A personagem era forte, mas também uma diplomata. Muitas de suas vitórias eram conquistadas com base na inteligência. A personagem era diferentemente representada de forma visual também: sua roupa era prática e seus movimentos e ações não eram sexualizados.

Com o fim da guerra, a personagem "aparece mais sexualizada, mostrando suas curvas, sua feminilidade, precisando ser salva diversas vezes pelos verdadeiros heróis, os homens" (MELO; RIBEIRO, 2015, p. 114). Retornamos a noção de nocividade da feminilidade. A representação do feminino através de seus corpos ajuda a "normatizar uma cultura de desigualdade que se reflete tanto nos quadrinhos quanto na vida real e quotidiana" (MELO; RIBEIRO, 2015, p. 114). Assim, podemos dizer que não é somente a realidade que influi nos quadrinhos, mas que a insistência de

representar o feminino através de seus corpos e de sua sensualização, colocando as personagens em situações e posições que servem para satisfazer o olhar masculino, também influi na maneira como a sociedade enxerga o feminino e como normatiza tais representações.

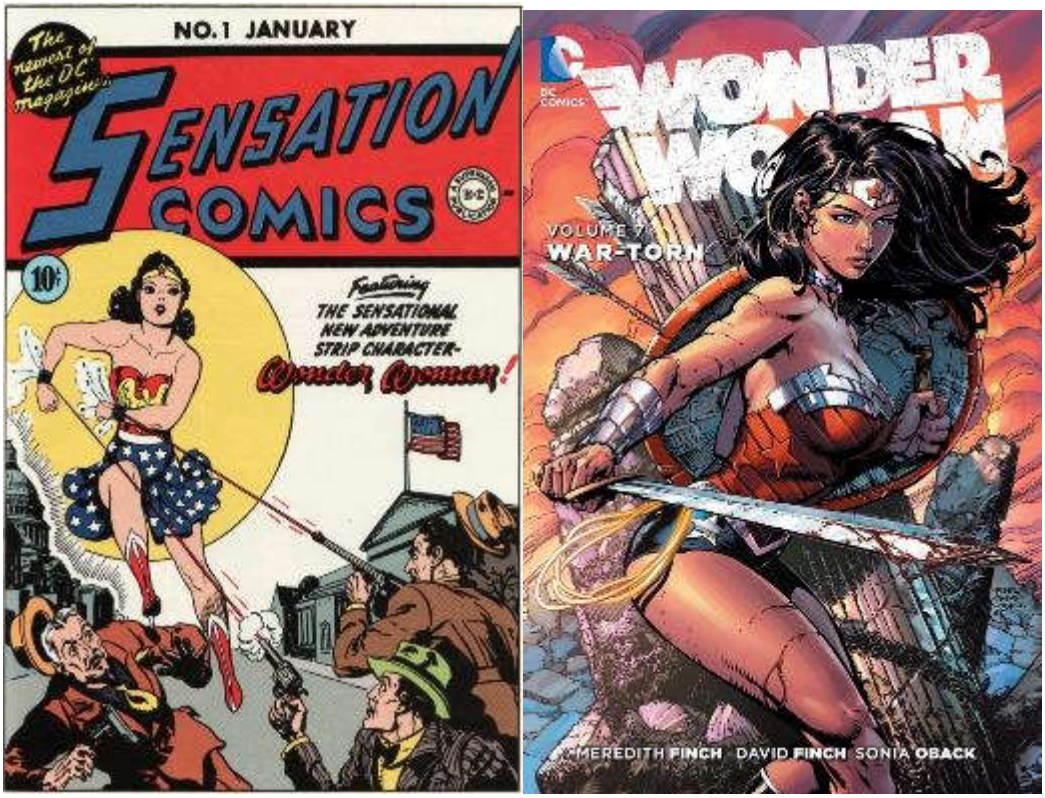


Figura 2: Representações distintas da imagem da Mulher Maravilha © DC Comics

Para Selma Oliveira, a qual estuda a representação do feminino em quadrinhos americanos produzidos entre 1895 e 1990, a representação dos corpos femininos formam padrões de beleza, pois as representações do feminino nos quadrinhos "fixam a identidade feminina enquanto reafirmam valores masculinos" (OLIVEIRA, 2002, p. 33)." Para a autora, tais representações fazem com que as leitoras meninas tenham expectativas

irreais em relação a seus corpos, enquanto que os leitores meninos são colocados como decodificadores do corpo feminino.

Ainda segundo Oliveira, existem três tipos de corpos femininos nas histórias em quadrinhos: o maternizado, o infantizado e o erotizado, sendo este último o mais comum. Cada um dos diferentes tipos de corpos excerce uma forma de controle. A representação do feminino muda de acordo com o momento histórico e o status do feminino na sociedade, por isso a representação do corpo feminino "se reorganiza ao sofrer resistência, muda suas estratégias e incorpora uma ou outra mudança para, em seguida, inscrevê-la em seu conjunto de normas" (OLIVEIRA, 2002, p. 36).

O que ocorre na indústria de quadrinhos, segundo Janice Barcellos, é uma relação de paternalismo entre produtores e leitores: os leitores preferem continuar na sua zona de conforto e ler histórias que apresentem sempre os mesmos posicionamentos aos quais já estão acostumados; do outro lado, temos "o produtor da indústria cultural capaz de estabelecer regras/normas de homogeneização das histórias dos quadrinhos para ter uma maior aceitação do produto em diferentes mercados" (BARCELLOS, 1995, s/p). Assim, uma modificação da representação do feminino abalaria essa relação cuidadosamente construída e forçaria o leitor, e também o produtor, a desconstruir seus conceitos e a reavaliar seus ideais do feminino.

A partir dos anos 60, elementos do cotidiano feminino, tais como sua luta por direitos iguais, foram acrescentados nas histórias em quadrinhos. Entretanto, muitas leitoras não conseguiam se identificar com o que está representado, pois tais representações são uma interpretação do que o olhar masculino entendia das reivindicações das mulheres:

> as personagens femininas que passam a habitar os quadrinhos, independentes e liberadas, não são uma criação das mulheres, mas uma projeção masculina sobre os modelos reivindicados por mulheres no mundo todo. Deste modo, tal projeção masculina não consegue escapar de uma outra representação: aquela que eles consideram como feminino (BARCELLOS, 1995, s/p).

Isso continua até hoje, com os produtores de quadrinhos tentanto criar uma "representação feminina de fácil identificação" (BARCELLOS, 1995, s/p) para os leitores.

Após o 11 de setembro, a sociedade estadounidense viu nos super-heróis uma fonte de conforto. "Todas essas histórias sobre super-heróis representam um desejo por salvadores seculares, por homens cujos poderes não vem de deus, mas são, apesar disso, suficientes para a tarefa de salvar o mundo de alguma forma de apocalipse" (STABILE, 2009, p. 87). O que ocorre é que quem necessita ser salvo, em vários momentos, são as personagens femininas. O masculino é colocado como o salvador e o elemento de maior importância. Assim, temos histórias como a de *Y: o último homem* (2002-2008), no qual o planeta foi atingido por uma praga que matou todas as criaturas com o cromossomo Y, com excessão de um homem e seu macaco de estimação. Apesar de que, na história, o mundo é povoado quase que somente por mulheres, Yorick, o homem sobrevivente, é colocado como o heroi da história e possível salvador da humanidade.

O que temos atualmente, em termos de representação do feminino, é contraditório. Por um lado, temos personagens femininas que estão sendo representadas tridimensionalmente e de maneira não sexualizada; por outro lado, ainda temos personagens que são representadas segundo as ideias que o masculino possui do feminino.

Como exemplo do primeiro ponto, podemos citar a personagem da Capitã Marvel, antes Ms. Marvel, a qual, através dos roteiros de Kelly Sue DeConnick, passou a ser uma personagem principal nos quadrinhos da Marvel Comics, além de ser representada por sua personalidade e não por sua aparência. A roupa da personagem também foi modificada, passando de um maiô preto com botas altas para um macacão que protege seu corpo todo.

Figura 3: Representações diferenciadas da mesma personagem © Marvel Comics

Como exemplo do segundo ponto, voltamos a falar da personagem da Mulher Maravilha. Como uma personagem que é considerada um "ícone feminista", muitos produtores de quadrinhos sentem a necessidade de encaixar elementos feministas em suas histórias. No entanto, esses elementos são baseados nas ideias e no entendimento que produtores homens de quadrinhos têm do que é o feminismo. Sendo assim, eles constróem histórias em que a personagem se coloca acima das personagens masculinas, tentando até mesmo subjugá-las.

Em *Mulher Maravilha: Terra Um* (publicado em 2016), vemos a personagem tentando fazer com que Steve Trevor se submeta a sua autoridade presenteando-o com uma coleira. Novamente, vemos os ideais masculinos de subjugação do feminino em jogo: os fetiches e noções dos produtores homens de histórias em quadrinhos foram revertidos. Assim, segundo eles, se o feminismo busca a igualdade entre os sexos, as mulheres devem querer as mesmas coisas que eles, ou seja, a subjugação do sexo

oposto, um jogo de poder no qual um é sempre visto como uma figura de autoridade sobre a outra.

Figura 4: Mulher Maravilha: Terra Um © DC Comics

Conclusão

As histórias em quadrinhos ainda são majoritariamente produzidas por homens e tendo em vista um público masculino. McCloud (2006) chama isso de um Clube do Bolinha, pois, segundo o autor, apesar de os quadrinhos serem um gênero inovador que deveriam desafiar certas convenções e produzir conteúdos para públicos distintos, o meio ainda é visto como algo masculino (McCLOUD, 2006).

Apesar de haver mudanças na maneira como o feminino é apresentado, devido ao aumento de mulheres produtoras de quadrinhos, tanto *mainstream* quanto independentes, a maneira como o feminino é representado ainda é cheia de estereótipos e baseada na maneira como o masculino enxerga o feminino. Assim, podemos dizer que, ao mesmo tempo em que os quadrinhos representam a sociedade e o momento histórico em que estão inseridos, eles também servem como instrumento de reiteração de certas noções e ideias.

O presente trabalho procurou, de maneira breve e sucinta, fazer um panorama da representação do feminino nos quadrinhos *mainstream* ao longo das décadas. Entendemos que outras pesquisas e outros trabalhos devem ser feitos para aprofundar as análises apresentadas aqui, como a análise de quadrinhos europeus ou quadrinhos independentes. Entretanto, isso de nada desqualifica as noções apresentadas neste trabalho ou nos trabalhos aqui citados. Gostaríamos que este texto pudesse servir de inspiração para futuras análises ou que pudesse despertar o interesse de pesquisadora/es para a análise da representação do feminino nas histórias em quadrinhos.

Referências bibliográficas

BARCELLOS, Janice Primo. **O feminino nas histórias em quadrinhos**.

McCLOUD, Scott. **Reiventando os quadrinhos**: como a imaginação e a tecnologia vem revolucionando essa forma de arte. Tradução Roger Maioli. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2006.

MELLO, Kelli Carvalho; RIBEIRO, Maria Ivanilse. Vilãs, mocinhas ou heroínas: linguagem do corpo feminino nos quadrinhos. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 6, n. 2, ago. / dez. 2015. p. 105 – 118.

MOORE, Alan. **A saga do Monstro do Pântano.** Tradução de Edu Tanaka. Barueri: Panini Books, 2018.

MORRISON, Grant; PAQUETTE, Yanick. **Wonder Woman:** Earth One. New York: Dc Comics, 2016.

OLIVEIRA, Selma Regina Nunes. O jogo das curvas. **Comunicação e espaço público**. Ano V, n. 1 e 2, 2002. p. 32-43.

STABILE, Carol. “Sweetheart, this ain't gender studies”: Sexism and superheroes. **Communication and Critical/Cultural Studies**. v.6 n.1, fev./2009. p. 86-92.

VAUGHAN, Brian K.; GUERRA, Pia. **Y:** The last man. New York: Dc Comics (Vertigo), 2002-2008.

O Grupo Feminista Germinal e o Movimento de Mulheres Santa-marienses (1981-1995): uma proposta de pesquisa

Paula Ribeiro Ciochetto[1]

Resumo: Pretende-se nesta comunicação, apresentar alguns aspectos do projeto de tese intitulado "O feminismo de "segunda onda" na cidade de Santa Maria: Grupo Feminista Germinal e o Movimento de Mulheres Santa-marienses (1981-1995)", que foi submetido a seleção de doutorado, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no segundo semestre do ano de 2017. Tal projeto encontra-se em fase inicial de desenvolvimento, e visa analisar a partir da formação e atuação destes grupos, a circulação de ideias do feminismo de "segunda onda" no local e período proposto. Sendo assim, serão utilizadas fontes como o jornal "A Razão", que circulava na região e que está disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), arquivos pessoais das feministas que participavam dos movimentos, onde consta cartilhas, panfletos, atas de reuniões. E ainda, as narrativas das feministas serão registradas através da história oral.
Palavras-chaves: Feminismo. Segunda onda. Santa Maria.

Na década de 1980, na cidade de Santa Maria houve a formação de dois coletivos feministas: o Grupo Feminista Germinal, que atuou de 1981 a 1986; e o Movimento de Mulheres Santa-marienses (MMS), entre os anos de 1988 a 1995. Nesse período, têm-se no Brasil, a formação de diversos coletivos de mulheres, com pautas do chamado feminismo de "segunda onda". Em Santa Maria este processo se deu com estes coletivos engajados no contexto político do período, isto é, da ditadura militar para a redemocratização.

Sendo assim, problematizo como as ideias do feminismo de "segunda onda" estiveram presentes na cidade de Santa Maria, através da atuação e articulação do Grupo Feminista Germinal e Movimento de Mulheres Santa-marienses. Tendo como hipóteses que os grupos de consciência/reflexão, os coletivos obtiveram grande adesão das mulheres da comunidade e também contavam com o apoio de homens; o movimento feminista foi organizado para incluir as especificidades das mulheres nas

[1] Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em História (UFSC). E-mail: paulaciochetto@yahoo.com.br.

pautas de discussões com o objetivo de transformação social; as mulheres que integravam o movimento feminista através do Grupo Feminista Germinal e do Movimento de Mulheres santa-marienses, tinham ligações com as feministas dos coletivos de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

O objetivo geral consiste em analisar a partir da formação e atuação do Germinal e do MMS, a circulação de ideias do feminismo de "segunda onda", na cidade de Santa Maria, durante o período de autuação dos coletivos. O que leva aos seguintes objetivos específicos: entender as motivações, segmentos sociais e formação das mulheres para se unirem e formarem coletivos; apontar suas reivindicações e pautas, e se elas se identificavam com os movimento feministas nacional e internacional, e como foram interpretadas e adaptadas ao conexo local; identificar se havia uma rede de informações entre as feministas de Santa Maria e as de outras regiões; apontar a atuação dos coletivos feministas na comunidade, através da formação de grupos de consciência/reflexão; identificar como os coletivos eram percebidos pelas feministas.

Para tanto, as narrativas de algumas destas feministas serão registradas por meio da história oral, sendo que estas também disponibilizarão seus arquivos pessoais como fontes para a análise historiográfica, estes que contém atas de reuniões, panfletos, jornais, folhetos, cartilhas por elas produzidas, assim como fotografias. Além disso, serão utilizadas as edições do Jornal "A Razão" do período em questão, disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

Alguns apontamentos que justificam a proposta

Na década de 1980, algumas mulheres se reuniram e formaram os movimentos sociais feministas da cidade de Santa Maria: Grupo Feminista

Germinal, em 1981; em 1988, o Movimento de Mulheres Santa-marienses (MMS).

Quando o coletivo Germinal estava se organizando, o jornal "A Razão"[2], na edição de 17 de novembro de 1981, divulgou que no dia seguinte, seria oficializado o "Grupo Feminista Germinal". Este pretendia discutir as questões das mulheres, e havia sido criado a partir da realização do I Encontro de Mulheres, ocorrido na cidade meses antes.

Após a formação do Germinal, este jornal apresentou inúmeras matérias e pequenas notícias sobre o coletivo, sobre o feminismo e as feministas. Muitas das ações do coletivo ficaram registradas dessa forma, bem como a opinião dos leitores.

Isso porque emitiam comentários que eram publicados no "Espaço do leitor", surgindo críticas a este movimento social e suas integrantes. Os setores conservadores da cidade se posicionavam logo que matérias que abordavam as reivindicações feministas eram divulgadas. Este foi o caso da Igreja Católica, pois havia uma coluna chamada "Religião" onde seus representantes se manifestavam, trazendo para a pauta temas como negação e criminalização do aborto, valorização do casamento e da família tradicional, enaltecimento do papel da mulher como mãe e esposa.

A partir das notícias veiculadas por este meio de informação, é possível identificar que as feministas da cidade de Santa Maria, reivindicavam o direito ao aborto, a igualdade salarial entre homens e mulheres, a conquista de creches públicas, o fim da dupla jornada de trabalho, lutando pelo fim da violência física e sexual contra as mulheres. Seus encontros eram divulgados para a comunidade através do jornal, e realizavam a distribuição de panfletos, que também serviam para a divulgação das pautas do movimento feminista.

[2] Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM). Jornal "A Razão", nº 237, ano 47. Dia 17 de novembro de 1981, p. 2.

A convite do Germinal, vieram a Santa Maria para conferências e debates, mulheres reconhecidas no movimento feminista a nível nacional como Mariska Ribeiro, Rose Marie Muraro, Heleieth Saffioti, Marta Suplicy. Além de mulheres, homens também palestravam nos eventos do Germinal, como o médico Jorge Béria, da Universidade Federal de Pelotas, que desenvolvia pesquisas sobre a luta pelo direito ao aborto. A participação masculina era aceita também nas reuniões do coletivo.

No ano de 1988 surge outro grupo feminista na cidade. O coletivo é denominado de "Movimento de Mulheres Santa-marienses" (MMS), e contava com a participação de mulheres que haviam integrado o Germinal, que neste momento havia se desorganizado; e que participavam de diversos partidos políticos de esquerda, como Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido dos Trabalhadores (PT), e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Ressaltando que no MMS, atuavam de forma coletiva, no sentido de que apesar da maioria das mulheres serem militantes, quando elas estavam no MMS, suas reivindicações eram por especificidades. O coletivo não ficou alheio a conjuntura política, mas procurava atuar de modo a não destacar um dos partidos políticos.

Além deste ponto em comum com o Germinal, o MMS divulgava suas ações através da distribuição pública de panfletos, e também era notícia no jornal "A Razão". A partir dessas fontes, percebe-se que as feministas mantiveram as reinvindicações do feminismo de "segunda onda".

Sendo estes os temas pelos quais MMS lutou durante sua atuação, como a importância de levar as discussões sobre o feminismo e as questões específicas das mulheres à vilas e bairros; a luta pelo fim da violência doméstica e sexual, ressaltando necessidade de implantar uma Delegacia da Mulher em Santa Maria, direito ao aborto e creches. Assim como, a distinção entre os papéis culturalmente associados ao feminino, considerando a

continuidade de reivindicações feitas pelo Germinal. Os grupos de consciência/reflexão foram de grande importância para ambos coletivos, como uma prática efetiva de incluírem as mulheres no feminismo, conversando e refletindo sobre as especificidades, e alcançando outros segmentos sociais ao serem efetivadas na comunidade.

As feministas de Santa Maria estavam inseridas em um contexto maior, suas pautas estavam de acordo com o cenário nacional e internacional. No Brasil, o feminismo de "segunda onda" se estrutura entre a década de 1960 e 1970. Nesse sentido, há uma narrativa por parte dos grupos feministas, que reivindica sua data para a década de 1970, e outra que afirma ter sido anterior a esse período, o que seria, segundo Joana Maria Pedro,

> resultado da disputa de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Esta luta envolvia, para uns, as dicotomias entre "lugares gerais e lutas específicas", de um lado, e entre "verdadeiramente feministas e não-feministas", de outro. A forma como foram definidas essas datas reflete interpretações oriundas de diferentes lugares. Falas de poderes e conflitos (2006, p. 52).

A Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano de 1975, como *Ano Internacional da Mulher*; realizando no México a I Conferência Internacional da Mulher. Isto favoreceu a organização de núcleos feministas e de movimentos de mulheres em diversos países, inclusive na América Latina, onde a maioria dos Estados vivia sob o regime ditatorial. O ano de 1975 também marcava o início da Década da Mulher. No Rio de Janeiro, ocorreu uma reunião na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com patrocínio do Centro de Informação da ONU, que tinha como título "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira". Também nessa ocasião se formou o Centro da Mulher Brasileira (CMB) (PEDRO, 2006).

Em 1979, sob a alegação de que a maioria das mulheres participantes do CMB eram militantes do PCB, uma parte das integrantes se desligou, criando o Coletivo de Mulheres.

A outra narrativa existente, afirma que as mulheres estavam organizadas anteriormente ao ano de 1975; pois, em 1972, realizou-se um congresso promovido pelo Conselho Nacional da Mulher. Este havia sido criado em 1949, e teve uma das suas pautas – a luta pelos direitos das mulheres – aprovado como legislação em 1962, com Estatuto da Mulher Casada. O qual estabelecia a igualdade entre os cônjuges na disposição dos bens e decisões (PEDRO, 2006).

Independente das narrativas fundadoras, que servem não para demarcar a "origem" mas para nos mostrar as disputas de poderes e interpretações, este feminismo que chega ao Brasil é chamado de feminismo de "segunda onda". O qual advêm da Europa e dos Estados Unidos, onde surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Assim, enquanto a "primeira onda" reivindicava direitos políticos, sociais e econômicos; a "segunda onda" se concentrava na luta pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado (PEDRO, 2005).

Sobre o ressurgimento do Feminismo, Ana Alice Alcântara Costa afirma:

> Ressurge no sentido de renascer após algumas décadas de desmobilização depois da conquista do direito de voto e de um conjunto de direitos civis nos países chamados ocidentais. Ressurge a partir da consciência de que a mudança pura e simples das leis não é suficiente para mudar as estruturas ideológicas pautadas em bases patriarcais. A conquista de igualdade formal não foi capaz de mudar os parâmetros da subordinação feminina, já que as mulheres seguiam sendo vistas e tratadas como inferiores; seguiam sendo vítimas da violência sexual e doméstica, excluídas do mercado de trabalho – e quando conseguiam romper esses bloqueios, recebiam salários inferiores e estavam submetidas a um cotidiano de assédio moral e sexual (2010, p. 174).

No período em que as ideias da "segunda onda" adentraram no Brasil, a conjuntura do país apresentava suas especificidades devido ao regime autoritário aqui instalado. Assim, Celi Regina Pinto, aponta:

> Em 1964, veio o golpe militar, [...], que se tornaria, no mitológico ano de 1968, uma ditadura militar das mais rigorosas, por meio do Ato Institucional n.5 (AI-5), que transformava o Presidente da

> República em um ditador. [...]. Foi no ambiente do regime militar e muito limitado que o país vivia que aconteceram as primeiras as primeiras manifestações feministas no Brasil [...]. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entende-las como política e moralmente perigosas (2010, p. 17).

A maioria das feministas no Brasil estavam ligadas aos movimentos de esquerda e aos partidos que estavam na clandestinidade desde do golpe civil-militar de 1964. Sendo assim, as feministas brasileiras, além da luta contra o patriarcado e alinhadas às reivindicações internacionais do feminismo de "segunda onda", lutavam contra a ditatura e pela anistia e reestabelecimento da democracia.

> Mas, porque a cultura política dominante e boa parte da esquerda militante e intelectual estavam permeadas por sexismo, as [...] feministas também vieram a entender a opressão das mulheres como profundamente cultural, atravessando todos os discursos e espaços públicos e privados – inclusive o da oposição, dominado por homens, onde as mulheres e "suas questões" eram frequentemente relegadas à margem das transformações estruturais-institucionais do futuro. [...]. Tendo em vista o esquecimento – e, com frequência, simples rejeição – de seus companheiros dos assuntos de particular interesse das mulheres, [...], a segunda onda feminista proclamou a necessidade de centrar também sua atenção política nessas questões, travando uma "luta específica" pelos direitos e a dignidade da mulher (ALVAREZ, 2000, p. 387).

Nesse sentido, Pedro (2006) aponta que, quando a ONU declarou o ano de 1975 como o *Ano Internacional da Mulher*, isso representou para os grupos de esquerda uma possibilidade de se reorganizarem. Muitos estavam na clandestinidade, e o *Ano Internacional da Mulher* possibilitou reuniões com a proteção da ONU. Por outro lado, foi também visto com preocupação e desconfiança, pois a luta das mulheres poderia desviar a luta considerada prioritária: a luta pela democracia, a luta contra o capitalismo.

> As feministas eram constantemente criticadas por organizações e militantes de esquerda. Os partidos políticos que estavam na clandestinidade, por exemplo, estranharam a emergência do novo feminismo. [...]. Acusavam as feministas de divisionismo, pois, ao invés de somar esforços, estariam promovendo a discórdia nas famílias e no campo de esquerda. [...]. Por outro lado, a presença de mulheres em grupos de esquerda chegou algumas vezes a configurar uma "dupla militância", já que elas levavam para esses

> grupos ideias extraídas do movimento feminista (PEDRO, 2012, p. 252).

Devido a repressão, muitos homens e mulheres, ligados aos movimentos de esquerda, tiveram que deixar o país, seja por motivo de perseguição, estudos ou viagens. No que se refere as mulheres, muitas tiveram contato nos países da Europa – como a França – e nos Estado Unidos, com grupos de feministas onde participavam ativamente das reuniões, estudo e reivindicações. Ao voltarem para o Brasil, trouxeram livros e a experiência adquirida, passando a formar aqui grupos nos moldes dos que conheceram.

Uma das práticas utilizadas pelas feministas que as brasileiras conheceram no exterior, era a formação dos chamados *grupos de consciência ou de reflexão*. Estes grupos eram compostos apenas por mulheres e discutiam seus problemas específicos, ou seja, as pautas do feminismo de "segunda onda", e também suas questões particulares, pois todas as mulheres podiam se expressar, formando vínculos de solidariedade.

> Um dos primeiros grupos de reflexão que se tem notícia surgiu em 1972 em São Paulo e era formado por mulheres intelectualizadas (algumas eram professoras universitárias) que tinham entre 30 38 anos de idade. Várias delas tinham realizado viagens aos Estados Unidos ou Europa Ocidental, onde ouviram falar da existência de grupos desse tipo, sendo que algumas haviam tido a experiência de participar pessoalmente de alguns deles (PEDRO, 2012, p. 242).

A partir disso, surgem grupos de consciência/reflexão no Rio de Janeiro, em 1972; em Florianópolis no início da década de 1980, formou-se dois grupos, havendo formação de diversos outros; Pedro (2012) afirma ser isso devido a esses grupos se comunicarem como numa rede, devido algumas mulheres circularem por grupos de outros estados brasileiros e países, trazendo a experiência e consolidando as práticas do movimento feministas de "segunda onda". Considerando assim, que o feminismo "tem sido nas últimas décadas, um movimento internacional, mas que possui características particulares, regionais e nacionais" (SCOTT, 2011, p. 69).

Analisar esses dois movimentos feministas, na cidade de Santa Maria, a partir da perspectiva aqui proposta é preencher uma importante lacuna dos estudos feministas e de gênero no Rio Grande do Sul e no Brasil, considerando que as pesquisas nesta área estão avançando e conferindo visibilidade a ação das mulheres na história[3]. O Grupo Feminista Germinal foi um dos primeiros a se organizar no estado.

O feminismo é entendido como uma luta que foi, e continua sendo, "por transformações que levem a sociedades mais justas do ponto de vista de suas estruturas econômicas, sem perder de vista as especificidades de gênero" (BIROLI; MIGUEL, 2014, p.09). Considerando que, [...] o feminismo, teve implicações [...] amplas para a história cultural, pois estava preocupado tanto em desmascarar os preconceitos masculinos, como enfatizar a contribuição feminina para a cultura, praticamente invisível na narrativa tradicional (BURKE, 2005).

Importante salientar ainda, que esta pesquisa também servirá para refletirmos como, se, e quais as reivindicações do feminismo de "segunda onda" foram alcançadas, pois muitas dificuldades relacionadas as especificidades femininas ainda permanecem na sociedade. Assim como no que se refere as relações entre homens e mulheres.

---

[3]Atualmente o Laboratório de Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Catarina, "**Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985) I**". A Universidade de São Paulo, lançou recentemente o livro "**50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile***",* resultado pesquisa **50 Anos de Feminismo (1965-2015): Avanços e Desafios: Argentina, Brasil e Chile***,* realizada no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Estas produções evidenciam a importância e a atualidade da temática. Sobre o feminismo na cidade de Santa Maria destaco as seguintes pesquisas: CHRISTO, Renata de Souza. O papel do Movimento de Mulheres no processo de construção da cidadania – Uma questão de micropolítica. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Pensamento Político Brasileiro. UFSM, 1998. Disponível em: http://www.holgonsi.com/politica/movimento-mulheres-santa-maria.html. FLORES, Aline da Silveira. Mulheres na política da cidade de Santa Maria na década de 1980: ativismo e trajetória. (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em História UFSM, 2017.

Considerando que esta pesquisa terá como objeto dois coletivos feministas, será fundamental pensar a teoria feminista, e também o conceito gênero. Este compreendido como categoria de análise histórica.

Para Joan Scott, "a história do pensamento feminista é uma história da recusa da construção hierárquica entre o masculino e feminino, em seus contextos específicos; é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos" (1990, p. 13).

Os estudos sobre os movimentos feministas e sobre as relações de gênero, emergiram a partir da História das Mulheres, que segundo Scott (2011) apareceu na década nas duas últimas décadas do século XX, e questiona, entre outros, a universalidade do masculino na história.

> A história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da "história", investiga como o significado geral daquele termo foi estabelecido. Questiona a prioridade relativa dada à "história do homem", em oposição a "história da mulher", expondo a hierarquia [...]. E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reinvindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e a presença intrínseca do objeto da história – o Homem universal. (SCOTT, 2011, p. 80).

Sobre a universalização, Butler destaca que a crítica feminista deve "permanecer autocrítica em relação aos gestos totalizantes do feminismo" (2015, p.37). O que remete a pensar o feminismo de modo não universalizante, devendo considerar as subjetividades, assim como os marcadores de classe e raça/etnia. Logo, gênero é interseccionado por classe, etnia, diferenças regionais, contexto histórico (BUTLER, 2015).

Sendo assim, foram apresentados alguns pontos de um projeto, estes que serão aprofundados, havendo outros que não foram aqui registrados, e também há a possibilidade de modificações e ampliações ao decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. A "Globalização" dos feminismos latino-americanos. Tendências dos anos 90 e desafios para o Novo Milênio. In: ALVAREZ, Sonia E; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BURK, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. In: PEDRO, Joana Maria Pedro; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**. vol. 24, nº. 1. Franca: 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em 21 maio 2017.

_____. Narrativas fundadoras do femininos: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. v.26, nº52. São Paulo: 2006.

_____. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**. v.12, n.22, jan.-jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00270.pdf>. Acesso em 15 maio 2017.

_____. O feminismo de "segunda onda". Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.

PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: **Revista de Sociologia e Política**. v.18, nº 36. UFPR: 2009. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624>. Acesso em 10 abr. 2017.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 2011.

_____. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.15, n.2, jul/dez.1990.

Recursos midiáticos no Ensino de História: desenvolvimento de competências em informação e mídia

CORRÊA, Sabrina[1]
GONÇALVES, Renata Braz[2]

Contextualização

O presente texto tem por objetivo apresentar a análise de sugestões de uso de recursos midiáticos em práticas didático-pedagógicas voltadas ao Ensino de História e apontar habilidades e competências que podem ser desenvolvidas ou aprimoradas através do uso desses recursos. As atividades expostas nessa comunicação são fruto de análise empírica realizada em propostas elaboradas por setenta e dois (72) estudantes da disciplina 'História e Leitura' do Curso de Licenciatura em História, modalidade Ensino à Distância (EAD), da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, no período de 19 de maio a 2 de junho de 2018. A referida disciplina foi ministrada no primeiro semestre de 2018 pelas autoras desta comunicação e as aulas foram desenvolvidas na plataforma de ambiente virtual da referida instituição de ensino superior através do *software Moodle*.

Mediante a necessidade de desenvolver competências no uso da informação disponível em qualquer suporte, a referida atividade foi sugerida aos(às) futuros(as) docentes com intuito de possibilitar que os(as) mesmos(as) fizessem uso de recursos 'não convencionais' em um plano de aula ou projeto de ensino simulado para assim possibilitar ou instigar o desenvolvimento de diferentes competências e habilidades em seus(suas) futuros(as) alunos(as). Entende-se por recursos didáticos 'não convencionais' quaisquer materiais, ferramentas ou fontes de informação que se configuram

1 Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História/FURG. sabrinascsc@gmail.com
2 Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Docente do ICHI/FURG. renatas.braz@gmail.com

como ‘novas linguagens’ ou ‘novos recursos didáticos’, os quais não foram criados, a princípio, para o meio pedagógico/educacional. (BRASIL, 2009). A atividade proposta aos educandos do Curso de História foi aplicada através de uma tarefa avaliada que conteve instruções e materiais textuais e audiovisuais como apoio teórico.

Salienta-se que a atividade tinha por intuito promover a ação de ‘novas’ leituras. Como visto na decorrer da disciplina, a leitura não é prática exclusiva do texto, do papel, da escrita. Lê-se o mundo, as coisas, os objetos, as pessoas, etc. (SILVA, 2004). Esta consideração justifica, nesse sentido, a importância de trabalhar na fase escolar o uso de diversas fontes de informação, diferentes recursos e as mais variadas ferramentas.

Nessa perspectiva, a Unesco, em 2013, se posicionou favorável e apoiadora ao uso de tecnologias e mídias em âmbito educacional, e buscou, através da publicação dos ‘Padrões de Competência em Tecnologias de Informação e Comunicação para Professores’ (UNESCO, 2009) e de ‘Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores’ (UNESCO, 2013), evidenciar o papel e a importância dos educadores na construção de habilidades e competências voltadas ao uso de tecnologias de informação e comunicação, pois o manuseio desses recursos configura-se como “[…] pré-requisito importante para promover o acesso igualitário à informação e ao conhecimento”. (MELECH, 2015, p. 271).

O manejo de recursos informacionais e midiáticos é um desafio que as escolas precisam se envolver, e, nesse sentido, o professor pode cumprir papel de facilitador e “treinador” nesse processo de aprendizagem que se baseia numa variedade de fontes e recursos de informação, a fim de preparar o estudante para o mundo que o cerca. (CARVALHO; GASQUE, 2018; KUHLTHAU, 1999). A intenção pedagógica é preparar o aluno\professor\cidadão pra ver a mídia (a notícia, o filme, a telenovela, o

anúncio, etc.) como uma mediação, uma aproximação da realidade, que exige uma apreciação crítica e um esforço para relacionar o que vê ou ouve com seus próprios conhecimentos e valores pessoais. (CASTRO, 2010, p. 281).

Nesse contexto, é explorada a definição de *media information literacy* a fim de enfatizar a importância da formação continuada de docentes em virtude do papel que os mesmos cumprem na educação e qualificação de sujeitos em diferentes faixas etárias e níveis escolares. O(a) docente deve estar apto para usufruir e utilizar as tecnologias da informação e comunicação e, em consequência, proporcionar a criação de 'novas' formas de ensino-aprendizagem (através de 'novos' recursos didáticos). O *media information literacy* consiste em um aporte teórico que fundamenta padrões, indicadores, ações e modelos aplicados à aprendizagem e ao uso da informação de forma efetiva e ética. Pode ser considerado como um "[…] conjunto integrado de habilidades (estratégias de pesquisa e avaliação), conhecimentos de ferramentas e recursos, desenvolvidos a partir de determinadas atitudes". (BREIVIK, 1985 apud DUDZIAK, 2003, p. 25).

Nesse sentido, esta comunicação se propõe em apontar possibilidades de uso de materiais midiáticos no Ensino de História. Embora esses recursos não tenham sido pensados para auxiliar as práticas de ensino-aprendizagem, mostram-se como interessantes 'mecanismos' de disseminação da informação e aprimoramento/desenvolvimento de habilidades e competências.

Procedimentos para análise

Buscou-se identificar nas propostas alguns aspectos voltados à Competência em Informação e Mídia (CIM) oriundos dos padrões apontados pelas autoras Belluzzo (2018) e Gasque (2012) e em consonância com as proposições da Unesco (2013), que sugerem o uso de mídias no ambiente

educacional a fim de proporcionar, tanto aos professores quanto aos alunos, o manuseio consciente e ético desses recursos. O Quadro 1 apresenta a correspondência entre as instruções da tarefa e os padrões de CIM apontados pelas autoras supracitadas.

QUADRO 1 **–** Correspondência dos padrões de Competência em Informação com as instruções para realização da atividade

PADRÕES	INSTRUÇÕES
Uma pessoa competente em informação...	*Para o desenvolvimento da proposta, sugere-se os seguintes passo a passo...*
Determina a natureza e a extensão da necessidade de informação;	a) seleção e descrição de um recurso pedagógico 'não convencional' que possa auxiliar na compreensão de um assunto curricular em âmbito do Ensino de História;
Acessa a informação necessária com efetividade;	
Avalia criticamente a informação e as suas fontes;	
Incorporar a nova informação ao conhecimento prévio;	b) escolha de um tema/assunto no âmbito da História, podendo ser um fato ou acontecimento histórico (ex.: Segunda Guerra Mundial), um período histórico (ex.: Idade Média), um(a) personagem histórico(a) (ex.: Frida Kahlo) ou um assunto interdisciplinar (ex.: gênero e sexualidade); c) apontamento das justificativas para a escolha da temática e do recurso (por que optaram por tal recurso/assunto? Por motivos pessoais? Por experiência? Já foi utilizado/aplicado pelo(a) estudante? Por recomendação de teóricos da área?);
Individualmente, ou como membro de um grupo, usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado;	d) descrição do uso do recurso (em ou fora de sala de aula); e) apresentação dos objetivos da proposta; f) indicação do nível escolar mais apropriado para o desenvolvimento da atividade;
Compreende as questões econômicas, legais e sociais da ambiência do uso da informação e acessa e usa a informação ética e legalmente.	g) compreensão das vantagens e desvantagens no uso de recursos didáticos 'não convencionais'; h) utilização das normas da produção intelectual.

Fonte: A autora (2018) em conformidade com Belluzzo (2018, p. 24-25) e Gasque (2012, p. 32).

Como observado no quadro acima, as instruções para realização da tarefa objetivam a promoção de padrões em Competências em Informação e Mídia. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos através da análise das propostas elaboradas pelos(as) estudantes do Curso de Licenciatura em História EAD.

Resultados e análise das propostas

O Quadro 2 aponta a síntese dos recursos citados pelos(as) proponentes observados através da análise empírica efetuada nas propostas/tarefas. Cabe ressaltar que cada proponente — estudante do Curso de História, utilizou-se, na maioria dos casos, de mais de um recurso ou ferramenta para elaborar a proposta de atividade fictícia.

QUADRO 2 – Propostas de utilização de recursos midiáticos para o Ensino de História

ATIVIDADES COM RECURSOS MIDIÁTICOS	HABILIDADES DESENVOLVIDAS/APRIMORADAS
Uso de redes sociais (*Facebook*) ou ambientes virtuais (*sites*, *blogs*, *YouTube*) como fonte de informação para pesquisa escolar em âmbito da disciplina de História.	• Reconhecimento de informações confiáveis em fontes informais para uso escolar; • Reconhecimento do potencial informativo de redes sociais ou ambientes virtuais; • Desenvolvimento ou aprimoramento de análise crítica de fontes midiáticas; • Desenvolvimento ou aprimoramento de estratégias de pesquisa em fontes virtuais.
Utilização de imagens (fotografias, 3D), vídeos (informativos e educativos disponíveis, principalmente, no *YouTube*), filmes (de ficção ou documentários disponíveis, principalmente, no *YouTube*), séries (televisivas ou via *streaming*), músicas ou jogos (*online, games*, quebra-cabeça,	• Desenvolvimento ou aprimoramento de 'novas' leituras e interpretação de recursos midiáticos; • Desenvolvimento ou aprimoramento de análise crítica de fontes midiáticas; • Reconhecimento do potencial informativo de recursos midiáticos; • Reconhecimento das intenções e visões intrínsecas aos recursos midiáticos;

educativos) para apoiar a discussão de assuntos históricos abordados em sala de aula pelo(a) docente ou para embasar textos/redações elaboradas pelos(as) estudantes.	• Aprimoramento da escrita; • Desenvolvimento ou aprimoramento do ato de ouvir.
Uso de diferentes gêneros textuais (panfletos, charges, história em quadrinho, literatura em geral, cartas, jornal) como fonte de informação para pesquisa escolar em História.	• Desenvolvimento ou aprimoramento de 'novas' leituras e interpretação de gêneros textuais; • Desenvolvimento ou aprimoramento de estratégias de pesquisa nas mais diversas fontes de informação textuais.
Utilização de objetos tridimensionais (fósseis, miniaturas para maquetes, óculos 3D, álbuns, vestimentas, objetos museográficos, etc.), patrimônio material (lugares, monumentos, arquitetura, museus, etc.) e imaterial (manifestações religiosas, culturais, artísticas, gastronômicas e literárias) como fonte de informação para pesquisa escolar em História.	• Reconhecimento do potencial informativo de objetos e da cultura material e imaterial; • Desenvolvimento ou aprimoramento de 'novas' leituras e interpretação de objetos e da cultura material e imaterial.
Indicação de diversas fontes 'não convencionais' (áudio, vídeo, imagem, fonte oral, jornal, museográfica, etc.) ou científicas (artigos) para os(as) estudantes desenvolverem pesquisas escolares.	• Reconhecimento do potencial informativo de recursos midiáticos; • Desenvolvimento ou aprimoramento de análise crítica de fontes midiáticas; • Reconhecimento das intenções e visões intrínsecas aos recursos midiáticos; • Desenvolvimento ou aprimoramento de estratégias de pesquisa em fontes midiáticas.
Criação de grupos (*WhatsApp*), páginas (*Facebook*, *Instagram*), canais (*YouTube*) ou meios virtuais (*blogs*) para compartilhamento de informações e conteúdos nos mais diversos gêneros (áudio, vídeo, imagem, textual) em âmbito do Ensino de História.	• Aprimoramento da criatividade; • Desenvolvimento ou aprimoramento de habilidades no uso de meios virtuais ou redes sociais; • Desenvolvimento ou aprimoramento de estratégias de pesquisa em fontes midiáticas; • Desenvolvimento ou aprimoramento de análise crítica de fontes midiáticas; • Aprimoramento da escrita; • Desenvolvimento ou aprimoramento de síntese de conteúdos; • Desenvolvimento ou aprimoramento de

	habilidades em trabalho em grupo; • Desenvolvimento ou aprimoramento do ato de ouvir.
Criação de vídeos ou curta-documentários como tarefa/atividade a ser desenvolvida pelos(as) estudantes.	• Aprimoramento da criatividade; • Aprimoramento da oratória; • Desenvolvimento ou aprimoramento de habilidades no uso de ferramentas e softwares de criação e edição de audiovisuais; • Desenvolvimento ou aprimoramento de síntese de conteúdos; • Desenvolvimento ou aprimoramento de habilidades em trabalho em grupo.
Criação artística (radionovela, peça teatral, maquetes, cartazes, jornal, óculos 3D, paródia de músicas, *memes*, jogos — gincana) por parte dos alunos para fixar o conteúdo apontado em sala de aula pelo(a) docente.	• Aprimoramento da criatividade; • Desenvolvimento ou aprimoramento de habilidades no uso de ferramentas ou recursos para criação artística; • Aprimoramento da escrita; • Desenvolvimento ou aprimoramento de síntese de conteúdos; • Desenvolvimento ou aprimoramento de habilidades em trabalho em grupo.
Pesquisa através de fontes orais (entrevistas, relatos) para corroborar assuntos abordados em sala de aula pelo(a) docente ou para apresentar novas hipóteses.	• Reconhecimento do potencial informativo das fontes orais e da memória individual ou coletiva; • Reconhecimento do potencial historiográfico das fontes orais; • Desenvolvimento e aprimoramento de habilidades em pesquisa com fontes orais; • Desenvolvimento ou aprimoramento do ato de ouvir.
Uso de *software* para edição de textos (digitação, *Google Drive*) e apresentações (*PowerPoint*) por parte dos(as) estudantes para sistematizar conteúdos no âmbito da História.	• Desenvolvimento ou aprimoramento no uso de ferramentas para edição de textos e apresentações; • Aprimoramento da escrita; • Desenvolvimento ou aprimoramento de síntese de conteúdos.
Uso de gerenciadores para criação de aplicativos (*Fábrica de Aplicativos*) e de ferramentas do *Google* (*Blogger*, *Drive,* outros) para compartilhamento e criação de informações no âmbito da disciplina	• Desenvolvimento ou aprimoramento no uso de ferramentas para criação de 'mecanismos' de compartilhamento e construção de conhecimento; • Desenvolvimento ou aprimoramento de síntese de conteúdos;

História ou para pesquisa escolar.	• Desenvolvimento ou aprimoramento de habilidades em trabalho em grupo.
Uso de celulares, computadores ou *notebooks* para auxiliar no desenvolvimento de tarefas educativas (pesquisas, edição de textos ou apresentações, criação de vídeos, edição de vídeos, edição de imagens, etc.).	• Desenvolvimento ou aprimoramento no uso de recursos eletrônicos em atividades escolares; • Desenvolvimento ou aprimoramento no uso de ferramentas para edição de textos/vídeos/imagens e para edição de apresentações; • Desenvolvimento ou aprimoramento de habilidades em digitação.
Uso de computadores ou *notebooks* para ministrar aulas.	• Desenvolvimento ou aprimoramento no uso de recursos eletrônicos em atividades docentes.
Uso de *datashow* como apoio visual para ministrar aulas expositivas.	• Desenvolvimento ou aprimoramento no uso de recursos eletrônicos em atividades docentes.
Utilização da *Internet* para desenvolvimento de pesquisas escolares (utilização de fontes virtuais) ou conteúdos para produtos finais oriundos de atividades (vídeos, paródias musicais, etc.).	• Reconhecimento do potencial informativo de fontes virtuais; • Desenvolvimento ou aprimoramento de estratégias para reconhecimento de fontes confiáveis em meio virtual; • Desenvolvimento ou aprimoramento de análise crítica de fontes virtuais e midiáticas.

Fonte: As autoras (2018).

Os dados apresentados no Quadro 2 foram sistematizados pelas autoras a fim de possibilitar a compreensão das propostas indicadas pelos(as) futuros(as) docentes. Todos os dados acima são oriundos dos discursos dos(as) proponentes que indicaram atividades utilizando recursos midiáticos para auxiliar a compreensão de um conteúdo escolar. Observou-se nas propostas cometários que vão ao encontro dos padrões de Competência em Informação e Mídia expostos no Quadro 1. Dentre os pontos positivos, destacam-se o/a:

a) Apontamento de limitações oriundas de fatores socioeconômicos e estruturais que comprometem o acesso às tecnologias de

informação e comunicação (TICs) e, consequentemente, à alfabetização digital. Nesse sentido, foram mencionadas, por exemplo, as restrições a respeito do uso da *Internet* e de recursos tecnológicos em virtude da infraestrutura da maioria das escolas públicas brasileiras e de fatores socioeconômicos da população que impedem a democratização desses recursos;

b) Percepção da necessidade de 'acompanhar' as inovações tecnológicas, uma vez que os recursos midiáticos estão cada vez mais presentes no cotidiano de crianças e jovens em fase escolar;

c) Compreensão da importância da formação continuada, principalmente, no que se refere à atualização didático-metodológica;

d) Percepção de intencionalidades, diferentes visões e 'versões' intrínsecas à produção e divulgação de recursos midiáticos (principalmente em atividades propostas através do uso do cinema);

e) Importância do esclarecimento entre o 'fato' e a 'ficção (mais uma vez, em particular, referida ao uso do cinema como recurso didático-pedagógico);

f) Reconhecimento das tecnologias como aliadas aos processos de ensino-aprendizagem (destaque para as propostas que indicam o uso de celulares em sala de aula);

g) Menção de assuntos/temas que problematizam questões atuais (*bullying*; desigualdade de gênero; política, são alguns exemplos) e que corroboram para a concepção de que a História, enquanto disciplina escolar, deve contribuir para tornar os alunos cidadãos críticos e atores da sua própria história.

De modo geral, as instruções apontadas para realização da tarefa foram atendidas. Porém, observou-se que questões voltadas aos direitos autorais foram desmerecidas. Acredita-se que a menção (não menção em

vinte e quatro propostas, neste caso) de referencial teórico deva ser instruída no decorrer da graduação como elemento obrigatório da pesquisa acadêmica. Muito embora os alunos do referido curso tenham recebido tais instruções durante o período de desenvolvimento da disciplina 'História e Leitura', não se sabe se estas 'normas' foram apresentadas em outras disciplinas, o que auxiliaria na construção de uma cultura acadêmica pautada no uso ético da informação.

Considerações finais

Em suma, os recursos didáticos 'não convencionais' apresentados no tópico "Resultados e análise das propostas" foram sugeridos para aplicação nas mais variadas tarefas — elaboração de redações, criação de produtos artísticos (cartazes, maquetes, etc.) ou informativas (*blogs*, páginas de rede sociais, jornais, etc.), preparação e apresentação de trabalhos orais, encenações (teatro), debates (presenciais ou através de grupos no *WhatsApp*), desenvolvimento de pesquisas escolares, digitação (uso de editores para escrita de trabalhos), entre outras. Essas atividades são de extrema importância para desenvolver ou aprimorar as mais diversas competências das quais, destacadas pelos próprios proponentes, referem-se ao enriquecimento da escrita, da oralidade, do respeito (aceitar opiniões alheias, por exemplo), do trabalho em grupo, da criatividade e, principalmente, do uso efetivo e ético de recursos midiáticos.

Os resultados sistematizados anteriormente representam possibilidades de uso de recursos midiáticos e tecnológicos em práticas educativas voltadas ao Ensino de História. O apontamento da importância do manejo e da utilização de tais recursos por parte dos proponentes enfatiza a necessidade de formação continuada e atualização constante de educadores

e confirma a potencialidade dos educadores no desenvolvimento e aprimoramento de competências em informação e mídia.

Referências

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. *A competência em informação no Brasil*: cenários e espectros. São Paulo: ABECIN, 2018. Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Belluzzo.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Equipamentos e materiais didáticos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=614-equipamentos-e-materiais-didaticos&Itemid=30192>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CARVALHO, Lívia Ferreira de; GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. Formação continuada de professores e bibliotecários para o letramento informacional: a contribuição da educação a distância. *TransInformação*, v. 30, n. 1, p. 107-119, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tinf/v30n1/2318-0889-tinf-30-1-0107.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CASTRO, Nilo André Piana de. Leitura midiática na sala de aula e nos cursos de extensão: interpretando e construindo conhecimento através de imagens em movimento. In.: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al (Orgs.). Ensino de história: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST; Exclamação!; Anpuhrs, 2010. p. 279-291.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. Ciência da Informação, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>. Acesso em: 15 nov. 2018.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. *Letramento informacional*: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2012.

KUHLTHAU, Carol Collier. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. *Biblioteca escolar*: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 9-14.

MELECH, Edgard Cesar. Conceitos de mídia na educação: em busca de uma maior representação nas escolas públicas. *Relva*, Juara, v. 2, n. 2, p. 269-283, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/download/900/888>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SILVA, Ana Rita Santiago da. A formação de leitores: da leitura da palavra à leitura do mundo. *Revista da FAEEBA*: Educação e Contemporaneidade, Salvador-BA, v. 13, n. 21, p. 173-182, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/viewIssue/236/135> Acesso em: 15 nov. 2018.

UNESCO. *Alfabetização midiática e informacional*: currículo para formação de professores. Brasília: UNESCO; UFTM, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. *Padrões de competência em TIC para professores*. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001562/156209por.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Trajetória de *menores* no Hospital São Pedro (1925 - 1945)

Lisiane Ribas Cruz[1]

O presente artigo consiste em apresentar o embasamento teórico e metodológico da pesquisa em desenvolvimento intitulada A trajetória de menores no Hospital São Pedro, no Programa de Pós Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

A principal fonte que será analisada no decorrer do desenvolvimento da presente pesquisa são os prontuários realizados pelos médicos do Hospital São Pedro e que atualmente estão sob a guarda do Arquivo Publico do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Optamos por utilizar a idade como variável analítica e comparar as motivações para a internação de crianças (idade inferior a 12 anos) e as razões que levaram a internação de jovens (idade inferior a 18 anos).[2] Acreditamos que utilizar a idade "como variável analítica de investigação é apostar na análise da reprodução diferenciada da sociedade através do modo como são produzidas e reproduzidas às relações sociais entre os diferentes indivíduos" (SCOTT, 2016, p. 17).

Muitas crianças e jovens estavam presentes no hospício São Pedro, já que as três primeiras décadas da Primeira República foi um período marcado por teorias da eugenia e, por outro lado, de discursos sobre o cuidado necessário com a infância.[3] Mas as ideias que defendiam o cuidado

[1] Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista CNPq. E-mail : lisi.cruz@yahoo.com.br

[2] O Primeiro Código de Menores (Decreto nº 17.943-A, de 12 de Outubro de 1927) define a menoridade pessoas com idade inferior a 18 anos e define por meio das resoluções de alguns artigos, que aqueles com idade inferior a 12 anos seriam considerados crianças. Entre essas resoluções estava a proibição do trabalho por crianças menores de 12 anos (Art. 101).

[3] O discurso jurídico e institucional nas primeiras décadas de 1900 sobre a criança e os jovens está relacionado com a aprovação do Código de Menores em 1927 (ALVAREZ 1989; 1996),

especial com as crianças não parece se estender as camadas mais pobres da população. Possivelmente, os menores oriundos desses lares, e com problemas físicos e mentais, eram encarados pelos estadistas como futuros responsáveis pela decadência social.

As pesquisas sobre os hospitais psiquiátricos no Brasil mencionam a existência desses menores como pacientes, mas não os utilizam como objeto principal de análise. Dessa forma, a pesquisa sobre menores no Hospital Psiquiátrico São Pedro é inédita dentro do âmbito historiográfico. Não apenas estaremos quebrando o silêncio de informações presentes nesses registros, mas as transformando em objeto de análise (CERTEAU, 1982).

A historiografia da infância e juventude, principalmente relacionada ao tratamento dispensado por instituições de acolhimento, tem crescido no Brasil entre as três últimas décadas. Contudo, algumas temáticas foram pouco discutidas, como a relação de *menores* com a loucura. Com o objetivo de dialogar com a historiografia existente e aplicar a interdisciplinaridade com pesquisas de outras áreas, como a psicologia, buscamos estudar a presença de crianças e jovens no Hospital São Pedro, atualmente chamado de Hospital Psiquiátrico São Pedro.

A interdisciplinaridade pode ser compreendida como o dialogo entre disciplinas e as diversas formas de se relacionarem, como comentado por José D' Assunção Barros (2012, p. 104), "pode-se pensar em um grande projeto que abarque especialistas diversos e os coloque a trabalhar em conjunto, cada qual contribuindo com a bagagem proporcionada pelo seu próprio campo de saber".

Os únicos trabalhos encontrados sobre a relação de 'menores' com o Hospital São Pedro foram realizados por pesquisadores da área da

mas cada período a relação do tratamento reservados aos menores modifica de acordo com as teorias em voga no período sobre diversos aspectos da infância.

psicologia. Tiago Marcelo Trevizani (2013), que pesquisou sobre essa temática para a Dissertação de Mestrado em Psicologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, analisou prontuários médicos entre os anos de 1884 e 1929, e recorre à história como estratégia metodológica para problematizar a patologização dos modos de ser da criança e do adolescente na atualidade, diferentemente do objetivo e do recorte temporal do presente anteprojeto. A pesquisa desenvolvida com a organização de Rosane Neves da Silva (2008) no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional na UFRGS, foi direcionada sobre às patologias do modo de ser criança com o objetivo de compreender a situação atual do tratamento dado às crianças e adolescentes.

A proposta desse estudo parte das conclusões da dissertação de Mestrado intitulada "A infância abandonada é sementeira do crime": o julgamento de menores pela comarca de Santa Maria (1910-1927) defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.[4] Parte da referida dissertação foi dedicada a estudar obras de juristas datadas das três primeiras décadas de 1900, e percebemos que no discurso de alguns desses especialistas havia a disseminação de teorias como a hereditariedade do crime. Alguns livros publicados por especialistas falam sobre a delinquência, o abandono juvenil e formas de correção. Em todas essas obras analisadas, os juristas definiram *crianças anormais* como pessoas de níveis de intelectualidade e moralidade inferiores das crianças consideradas *normais*. (VAZ, 1905; BONUMÁ, 1913; VIANNA, 1914; MINEIRO, 1924; MORAES, 1927).

Na pesquisa de Zelinda Rosa Scotti (2013), aponta para a existência de crianças e jovens no hospício São Pedro entre os anos de 1910

[4] CRUZ, Lisiane Ribas. "A infância abandonada é a sementeira do crime" – O julgamento de menores pela comarca de Santa Maria (1910-1927). Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2017.

a 1925, somando o total de 62 pessoas com idade inferior a 17 anos. Os diagnósticos eram variados, como *loucura maníaca depressiva*, *psicose epilética (epilepsia), idiotismo.* Possivelmente muitos desses pacientes foram para o São Pedro pela "inabilidade da própria família em permanecer com uma criança com a qual não sabiam lidar" (SCOTTI, 2013, p. 148).

Segundo Trevizani (2013), houve melhor conservação dos prontuários da década de 30 em diante, e muitos documentos anteriores a essa data se perderam ou foram extraviados. Com a possibilidade de perda de prontuários, ou a falta de números totais nos relatórios entre os anos de 1925 a 1945, não será possível apontar, com exatidão, a quantidade certa de crianças e jovens internadas dentro do período de análise. Contudo, pretendemos construir um perfil dessas crianças e jovens com a quantidade de prontuários existentes e disponibilizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Como os prontuários e relatórios estatais não apresentam a trajetória completa desses menores alienados, consideramos a importância de utilizar o cruzamento de fontes oriundas de diversos arquivos. É interessante observar as motivações que levaram tais pessoas a serem internadas no Hospital São Pedro, e o método de cruzamento pode ser favoráveis à compreensão da trajetória desses *alienados.* Carlo Ginzburg comenta que "se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la" (1986, p. 177).

Pretendemos utilizar os relatórios remetidos à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, entre os anos de 1925 a 1945, como fonte para a análise. Contudo, sabemos que muitas vezes o que está registrado nos relatórios não condiz com a realidade, por terem sido feitos por representantes da instituição. Entretanto, a observação dos prontuários médicos podem trazer indícios sobre as informações distorcidas nos relatórios, pois esses

eram elaborados com o olhar do médico sob o paciente. Já os relatórios podem ter sido construídos conforme o objetivo da instituição (SCOTTI, 2013). Segundo Keila Grinberg (2009, p. 129): "Saber o que é e o que não é plausível em uma determinada sociedade nos leva a compreendê-la melhor. E, nesse caso, até a mentira mais deslavada vira categoria de análise".

Alguns menores eram remetidos ao Hospital São Pedro devido a pequenos delitos praticados, como bater e gritar com outras crianças.[5] Além do *mau comportamento* da criança, as situações de abandono e a pobreza eram motivações para o envio aos hospícios, especialmente pela falta de instituições para essas finalidades. Percebemos por meio das pesquisas sobre o hospital São Pedro que muitos menores internados eram descentes de italianos e alemães, talvez os fatores imigratórios influenciassem no que se considerava por *mau comportamento*.

Scotti (2013) aponta que entre os anos de 1900 e 1925, muitos pacientes foram remetidos do espaço público ao São Pedro e suas extensões por meio da Chefatura de Polícia, que justificavam a internação pelo comportamento inadequado e não por sintomas de doenças mentais. Na pesquisa de Wadi (2009) sobre Pierina, a autora levanta a hipótese de que muitos jovens imigrantes, quando chegavam ao Brasil, entravam em estado melancólico depressivo, possivelmente pelo impacto causado na adaptação de viver inserido em uma cultura diferente da italiana e alemã.

Além de fatores sociais, as transformações relacionadas à fisiologia feminina, como as modificações no corpo pela puberdade eram usadas como explicação pelos médicos para as supostas manifestações de loucura em

[5] Scotti (2013) descreve o registro de uma criança, com 8 anos de idade, diagnosticada por *idiotia incompleto desenvolvimento congenital das faculdades intelectuais e morais.* No prontuário da paciente, em 1910, justifica a necessidade da internação devido os acessos, pois os pais precisavam "deixar ela amarrada para evitar os acidentes que seus acessos a levam a provocar nas outras crianças". (SCOTTI, 2013, p. 184).

moças (SCOTTI, 2013).[6] Se esperava que os ciclos menstruais despertassem nas mulheres que eram propensas a histeria, epilepsia e neuropatias. Além desses motivos, possivelmente relacionamentos não aprovadas pelos familiares e gravidez indesejada eram motivos para o envio de jovens para o hospital São Pedro.[7] Segundo Ana Paula Vosne Martins sobre a medicina da mulher nos séculos XIX e XX, explica que a mulher era encarada por alguns médicos como "prisioneira do seu corpo, e que este, por sua natureza, é instável e nervoso" (2004, p. 266)

Pretendemos refletir sobre como as crianças e jovens consideradas alienadas eram diagnosticadas e tratadas pelos médicos, como eram suas relações com seus familiares e com os demais internos das instituições que estavam sob-responsabilidade da assistência de alienados do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o estudo busca o diálogo com demais pesquisas relacionada à história das instituições, da loucura, da infância e juventude.

Discutir o que é um documento histórico implica estabelecer quais são as memórias que devem ser preservadas. (KAMAL; TATSH, 2009). Contudo, consideramos que o documento histórico se define através do olhar do historiador e da problemática lançada, o que justifica o uso de prontuários, assim como bilhetes e anotações anexadas para compreender a experiência de *menores* no hospício São Pedro. Para desenvolvermos a pesquisa, adotamos a metodologia da micro-história.

---

[6] No caso de uma paciente com 17 anos de ascendência italiana e internada em 1921, há em seu prontuário, além do diagnostico de "degeneração hereditária debilidade mental com acessos", a informação de que sofria de alienação, assim como várias mulheres de seu lado materno. Também está anotado que a jovem odiava os homens, até mesmo o seu próprio pai (SCOTTI, 2013). Refletindo sobre as anotações do prontuário da jovem de 17 anos podemos especular que as motivações que a levaram a ter um comportamento 'anormal' pode ser fruto do tipo de relacionamento com seus familiares homens.

[7] Na pesquisa de Zelinda Rosa Scotti (2013) está a observação psiquiátrica de Catarina, com 19 anos, em 1945, que possuía ideias delirantes com base em interpretações mórbidas. Contou que dos 13 aos 18 anos, teve um namoro com vigário de sua paróquia e isso era um dos motivos para suas alucinações.

Além da metodologia da micro-história, alguns teóricos relacionados à História Cultural ajudam a pensar as relações de pacientes no Hospital São Pedro, principalmente sobre as representações construídas nas instituições a partir da exclusão social. É o caso de Michel de Certeau (1994), e sua reflexão sobre a construção do cotidiano. Para o autor, o cotidiano é vivenciado, modificado pelo indivíduo. O cotidiano não é algo recebido e simplesmente aceito, mas em constante criação pelas pessoas que compõe esse espaço, ou seja, as pessoas vão construindo suas trajetórias conforme suas possibilidades.

Observaremos em nossa pesquisa, o uso do conceito de instituição total utilizado por Erving Goffman (2015).[8] Nesse conceito, Goffman explorou o "controle" exercido pela instituição, a despersonalização dos indivíduos, a perda de identidade, a formação de uma cultura dos internados. Sobre o conceito de identidade, consideramos a definição elaborada por Sandra Pesavento: uma representação social e "construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da ideia de pertencimento" (2014, p. 89).

Pretendemos dialogar sobre as ideias difundidas por Michael Foucault (1975; 1878; 1982), que tratam sobre a formação das instituições e da loucura. Na obra *Vigiar e Punir* (1975) menciona se as instituições como produtoras de *corpos dóceis*, como uma disciplinarização e padronização do comportamento das pessoas *anormais*. Contudo, questionamos, com base em Erving Goffman (2015) e Michel Certeau (1984) se o individuo, por mais que esteja envolvido no sistema normativo, não possui momentos de plenitude de si mesmo e busca desfrutar de certa liberdade para criar novos

[8] As instituições totais manteriam pessoas consideradas como perigosas isoladas da sociedade. Essas instituições totais poderiam ser leprosários, sanatórios, hospitais, casas de correção. Portanto, tais instituições, cada qual dentro de suas respectivas destinações, abrigavam pessoas independente de suas intenções de prejudicar ou não a comunidade local (GOFFMAN, 2015).

vínculos emocionais e sociais. É um questionamento que fazemos após verificarmos que, dentro dessas instituições *repressoras* os pacientes criavam esconderijos para não serem vigiados integramente. Da mesma forma, é possível arguir os vínculos de amizades estabelecidos e momentos de reflexão dos internos. São especulações que podem ser observados através de indícios em documentos, como cartas e bilhetes.

Sobre *expectativas normativas* que iremos abordar na presente pesquisa, Erving Goffman (2015) explica que os grupos sociais classificam as pessoas a partir de características consideradas fundamentais para a comunidade e essas pré-concepções formam as "expectativas normativas". Scotti (2013) considera que as sociedades normatizadas, aqueles que acreditam saberem identificar o alienado, estão na verdade submetidas ao controle simbólico do estado por meio dos códigos discursivos.

Questionamos se os menores se sentiam pertencentes ao Hospício São Pedro, já que muitas dessas pessoas, partindo para novos espaços de convivência, como as colônias e hospitais, criavam novos elos afetivos com os demais internos e funcionários. A análise de bilhetes e cartas mostram as adaptações dos pacientes com o espaço hospitalar, talvez muitos detalhes nessas correspondências pessoais possam ser ilusões, mas isso não impede de percebermos fragmentos dessa vivência. Segundo Sandra Pesavento, "mesmo que tais representações sensíveis se refiram a algo que não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela representação". (PESAVENTO, 2014, p. 58).

Sobre a relação do paciente com a instituição, podemos observar algumas pesquisas que estudaram o cotidiano de doentes e alienados por meio de cartas e de pesquisa oral, como o estudo de Juliane Conceição Primon Serres (2009). Ela se dedicou a estudar as trajetórias de pessoas que

viveram no Hospital Colônia de Itapuã, devido à hanseníase. Em sua tese de doutorado, Serres (2009), com o uso de entrevistas, detalha a vida de várias pessoas que após descobrirem serem possuidoras da doença tiveram que deixar para trás uma vida inteira, para iniciar outra dentro do Hospital Colônia de Itapuã.[9] A autora comenta que "a exclusão comporta um afastamento, uma geografia. E, por mais paradoxal que possa parecer, a exclusão pode demover o indivíduo ou grupo da situação de marginalizado e no "exílio" o indivíduo pode construir uma situação de normalidade". (SERRES, 2009, p. 50).[10]

Marcelo Xavier Parker (2012) também utilizou da metodologia da história oral para a realização da pesquisa intitulada, *A cruz no laboratório da ciência – religião e poder no hospital psiquiátrico São Pedro,* que tem como objetivo entender a participação das religiosas da Congregação de São José no Hospital Psiquiátrico São Pedro. Parker analisa os depoimentos da Irmã Paulina e a trajetória de Anninka, que ficou internada por quatro períodos.[11]

Sobre as cartas que eram escritas pelos pacientes do Hospício São Pedro, Yonissa Marmitt Wadi (2009), na pesquisa sobre Pierina, afirma que muitas vezes eram utilizadas como formas de análise para apontar o diagnóstico da paciente. Ressalta que muitos pacientes compreendiam que

[9] A pesquisa de Serres (2009) mostra que a ruptura de deixar uma vida inteira para trás leva a grandes traumas, principalmente àqueles que não tiveram livre arbítrio para escolher entre ficar ou partir. Nos casos de pessoas que viviam em comunidades alemãs e italianas, descobrir-se portador de uma doença contagiosa como a lepra significava a sentença de ruptura com sua cultura de origem.

[10] Como o caso de Pierina (WADI, 2009), que nas cartas escritas e remetidas a família, relatou a boa convivência que aparentava ter com as madres religiosas na Santa Casa da Misericórdia e no Hospício São Pedro.

[11] Anninka (o autor utilizou de nome fictício em respeito ao acordo com o Departamento de Pesquisa do Hospital Psiquiátrico São Pedro), uma moça de 20 anos de origem italiana, que foi internada, entre idas e vindas, por mais de 38 anos. Segundo os médicos, Anninka foi diagnosticada com demência paranóide, tendo sido admitida a 13 de março de 1920. A religiosidade exacerbada, possivelmente, foi o motivo para que fosse enviada ao hospital. Contudo, em seu prontuário não há relato de perturbação ou doença mental.

seus escritos eram lidos pelos médicos e escreviam frases na tentativa de conseguir a alta hospitalar.[12]

Além de Wadi (2009) sobre o uso de cartas como documento histórico, Nádia Maria Weber Santos (2008) analisou as cartas íntimas de TR, encontradas nos prontuários do Hospital São Pedro na década de 30.[13] No prontuário de TR, foram localizados treze bilhetes pessoais, doze cartas e um versinho. A autora enfatiza que essa documentação nunca fora entregue a família, mas utilizada como parte do diagnostico de TR.

As pesquisas mencionadas revelam parte dos pensamentos e sentimentos dos alienados, que muitas vezes eram considerados pelos seus familiares e comunidades, como pessoas sem a capacidade de sentir e raciocinar como as pessoas sem doenças mentais ou físicas. Sérgio Carrara (1988) pesquisou sobre o primeiro manicômio judiciário, localizado no Rio de Janeiro e segundo ele, as pessoas consideradas loucas, muitas vezes, se tornaram alvo de avaliação moral por parte da sociedade que a rodeava. Eram encaradas como pessoas de caráter cruel e agressivo, sem perceberem, que muitos desses eram "vitimas inocentes de uma perturbação mental" (CARRARA, 1988, p. 74).

As considerações de Carrara, sobre a avaliação moral, nos inspiram a questionar como eram encarados as crianças e jovens por parte das famílias e da comunidade nos quais viviam. Acreditamos que essas relações sociais e afetivas fazem parte do conjunto de motivações para leva-las para instituições longe do convívio de pessoas conhecidas, a fim de trata-

[12] Na pesquisa de WADI (2009), a história de Pierina mostra a relação do crime com a loucura. Após cometer infanticídio, Pierina é vista como louca e enviada para o Hospício São Pedro. Em suas cartas, enviadas a família e que nunca foram entregues, Pierina diz que não conseguia dormir porque os outros pacientes gritavam durante a noite.
[13] Na mesma pesquisa Weber (2008) analisou as memórias de Lima Barreto, escritas quando estava internado no Hospício do Rio de Janeiro e de Rocha Pombo e seu romance 'No Hospício' publicado em 1905.

las, ou como casos relatados na historiografia, apenas para afasta-las devido ao comportamento *insurgente* e *indisciplinado*.

Existem muitos questionamentos a serem feitos sobre a presença de menores em hospitais de alienados, pois, até o momento há poucas pesquisas relativas ao tema proposto. Pretendemos refletir sobre essas relações dialogando com os autores já mencionados e possivelmente, demais pesquisadores, para comparar as condições encontradas de tratamento nos documentos pertinentes ao Hospital São Pedro com o resultado de pesquisas referentes a outros hospitais de alienados.

Referências bibliográficas

ALVAREZ, Marcos Cesar. *A emergência do código de menores de 1927*. Uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1989.

_____. *Bacharéis, criminologistas e juristas*: saber jurídico e nova escola penal no Brasil (1889-1930). Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 1996.

BARROS, José D' Assunção. Teoria da História. A Escola dos Annales e a Nova História, Vol. 5. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BONUMÁ, João. *Menores abandonados e criminosos*. Santa Maria: Officinas graphicas da "Papelaria União", 1913.

CARRARA, Sérgio. Crime e loucura.O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século. Rio de Janeiro, Eduerj; São Paulo, Edusp, 1988.

CERTEAU, Michel. A escrita da História. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1982.

_____. A invenção do Cotidiano. 1. As artes de Fazer. 6º Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CRUZ, Lisiane Ribas. "A infância abandonada é a sementeira do crime" – O julgamento de menores pela Comarca de Santa Maria (1910-1927). Dissertação (Mestrado em História) Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo/RS, 2017.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

FOUCAULT, Michel. Eu, Pierre Rivière, Que Degolei Minha Mãe, Minha Irmã e Meu Irmão. São Paulo, Graal, 1982.

_____. História da Loucura. São Paulo, Perspectiva, 1978.

_____. Vigiar e punir. São Paulo: Vozes, 1975.

GINZBURG, Carlo. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2015.

KAMAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 119 – 139.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Visões do Femínino: a medicina da mulher no século XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. (Coleção História e Saúde).

MINEIRO, Beatriz Sofia. *Assistencia e protecção aos menores abandonados e delinquentes* : annotações e commentarios a lei n. 4.242 de 5 de janeiro de 1921, art. 3º n. 1, dec. n. 16272 de 20 de dezembro de 1923 e respectivos regulamentos. Rio de Janeiro: Sem editora, 1924.

MORAES, Evaristo de. *Criminalidade da infancia e da adolescência*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1927.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. A primeira escola especial para creanças anormaes no distrito federal: o pavilhão Bourneville (1903-1920). Revista Brasileira de Educação Especial, v. 6, n.1, 2000, p. 79-97.

PARKER, Marcelo Xavier. A cruz no laboratório da ciência – religião e poder no hospital psiquiátrico São Pedro. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. Belo Horizonte, Autêntica, 2014.

PESSOTTI, Isaias. O século dos manicômios. São Paulo: Editora 34, 1996.

SANTOS, Nádia Maria Weber. Narrativas da loucura e histórias de sensibilidades. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. História da Infância, da juventude e da família: que caminhos percorrer?. In: CARDOZO, José Carlos da Silva et al. *História das crianças no Brasil Meridional*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 14-37.

SCOTTI, Zelinda Rosa. Que loucura é essa? Loucas e loucos italianos no hospício São Pedro em Porto Alegre/RS (1900-1925). Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Memórias do isolamento: trajetórias marcadas pela experiência de vida no Hospital Colônia de Itapuã. Tese (Doutorado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

SILVA, Rosane Neves da.; HARTMANN, Sara; SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho; PIRES, Mariana Lorenz. As patologias nos modos de ser criança e adolescente: análise das internações no Hospital Psiquiátrico São Pedro entre 1884 e 1937. Psico. V.39. n.4, pp-448-455, out./dez. 2008.

TREVIZANI, Tiago Marcelo. Camisa de força para menores: a patologização de crianças e adolescentes (Hospício São Pedro, 1884-1929). Dissertação (Mestrado em Psicologia). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2013.

VAZ, Franco. *A infancia abandonada*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

VIANNA, Paulo Domingues. *Regimen penitenciario*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1914.

WADI, Marmitt Yonissa. A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura. Uberlândia: EDUFU, 2009.

WADI, Marmitt Yonissa. Palácio para guardar doidos: uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Porto Alegre:UFRGS, 2002.

As ações de governação (governance) para a livre circulação de engenheiros civis no espaço da CPLP: efeitos da crise de 2008 em Portugal

Daniel da Rosa Eslabão[1]

Resumo: o presente estudo tem por finalidade analisar a negociação e os atos de *governance* empreendidos pela Ordem dos Engenheiros portuguesa e suas congêneres nos países da CPLP (Comunidade de Países de Lingua Portuguesa) em favor da livre circulação de profissionais de engenhearia civil no espaço comum lusófono. Nosso estudo teve como escopo principal o estudo de documentos, protocolos e acordos estabelecidos pelas entidades de classe (engenharia) relativo aos países envolvidos. O contexto de nossa investigação tem como ponto de partida os efeitos da crise econômica de 2008 que assolou o mercado de trabalho em obras e construções português, que naquele país apresenta um efeito pró-cíclico. A análise documental nos permitiu concluir que as relações interinstitucionais corroboraram no sentido da aceleração do processo de integração dos mercados laborais da engenharia civil entre os países envolvidos. Através desta investigação acreditamos ter desvelado aspectos relevantes acerca da circulação de pessoal altamente qualificado (*Brain circulation*) revelando o potencial de complementariedade econômica facilitado pelo capital cultural.

Palavras chave: CPLP, *brain circulation*, engenharia civil, *governance.*

A Atividade econômica ligada ao setor de engenharia e obras públicas se constitui como um dos principais segmentos responsáveis pelo emprego e pelo desenvolvimento econômico de Portugal desde seu ingresso na União Européia. Beneficiado por verbas da união e impulsionado por dois grandes eventos internacionais: a Expo 1998 e a EURO 2004, as obras de engenharia modernizaram e remodelaram a infra-estrutura do pequeno país ibérico. No entanto aos a crise internacional de 2008 e de seus efeitos tardios sentidos em Portugal após 2011 a Ordem dos Engenheiros buscou alternativas externas para a empregabilidade dos engenheiros civis. Dentre as alternativas encontradas buscou uma maior aproximação com os países

[1] Professor Formador na Universidade Aberta do Brasil (UAB/UFPel), Bacharel em Ciências Sociais (UFPel), Licenciado em Filosofia (Instituto Claretiano), Mestre em Filosofia (UFSM), Doutor em Sociologia (Universidade do Porto, Portugal). E-mail: daniel_filosofo@hotmail.com

da CPLP, formado pela comunidade de países cuja língua oficial é o português. Dentre este grupo de países se destacaram: Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique, com os quais a Ordem dos Engenheiros procurou estabelecer acordos de reconhecimentos mútuos. Estes acordos foram mediados por negociações entre diversos setores para permitir a livre circulação destes profissionais nas referidas nações. Esta aproximação ocorreu com maior facilidade entre os países do Grupo PALOP (Países Africanos de Língua Oficial portuguesa) e com alguma resistência por parte do Brasil (Fernandes, 2012).

Muitas teorias tratam dos processos migratórios internacionais embora o tema das migrações profissionais estejam limitados a um espectro de conceitos hoje anacrônicos, pois concebidos ainda no século XIX.. Além disso, a mentalidade dominante nas Ciências Sociais até as últimas décadas do século passado estavam dominadas pelas concepções associadas ao Estado-nacional. Hoje em dia vivemos um contexto de globalização e de avanços tecnológicos e facilidades de transporte, tecnologia e comunicação impensáveis até bem pouco tempo. Por outro lado, uma maior liberalização do comércio e do trânsito internacional não significa necessariamente a existência de um mercado livre de trabalho global. Como destaca Manuel Castells “Se há uma economia global, deverá existir um mercado e uma força de trabalho global (...). Embora o capital circule livremente nos circuitos eletrônicos das redes financeiras globais, o trabalho é ainda altamente constrangido” (Castells, 2011, p. 304).

Em relação à situação acima descrita necessitamos fazer algumas ponderações iniciais. Em primeiro lugar é preciso distinguir entre migração legal e ilegal. Em segundo lugar é preciso distinguir entre o mercado laboral primário e o secundário. E finalmente é preciso analisar a especificidade da profissão que é objeto de nossa investigação. Neste caso os engenheiros

civis. Quando Castells se refere ao *constrangimento* em relação ao mercado laboral, entendemos que os fluxos migratórios não ocorrem de modo absolutamente livre. Ao contrário, os trabalhadores qualificados, tendem a migrar para certos destinos preferenciais. Em um cálculo de riscos/benefícios é razoável ponderar que seja mais provável escolherem destinos onde encontrem maiores possibilidades de exercer de modo pleno a sua profissão. Neste sentido, o reconhecimento de suas credenciais e diplomas se torna um fator relevante. Outros fatores, como a adaptabilidade cultural e o domínio do *idioma de trabalho* também se interpõe, como fatores de eleição de determinados destinos em detrimento de outros.

Por outro lado, precisamos ressaltar que nem todos os fatores estão na alçada de determinação dos indivíduos. A abertura ou fechamento social (*social closure*), para recordar a expressão empregada pela sociologia das profissões, de um mercado nacional a trabalhadores qualificados de outras nacionalidades são processos negociados. Esta esfera de negociação ocorre no nível das instituições tais como os governos e as associações profissionais. No caso dos países da União Européia, são acordos multilaterais, em outros casos tende a ocorrer através de mecanismos de negociação bilateral. Estes acordos normalmente seguem os princípios do direito internacional. Sendo que um destes princípios é justamente a *reciprocidade.* Deste modo, abrir um mercado nacional ao exercício de profissionais estrangeiros, também implica na mesma prerrogativa no país ao qual se concede esta abertura. Percebemos que quando entidades profissionais ou mesmo Estados negociam o credenciamento de profissionais estrangeiros entre si, estes acordos tendem a colocar em evidência o caráter do *reconhecimento mútuo* dos títulos e diplomas em ambos os países. Pelo que podemos perceber estas negociações são mais complexas do que podem parecer em um primeiro momento. Envolvem interesses, nem sempre

convergentes, protecionismos, ponderações sobre necessidades efetivas de mão de obra qualificada em um determinado setor, considerando à oferta local. Nestes cálculos é usual predominar os interesses empresarias, embora as empresas sejam apenas um dos atores envolvidos. Embora Castells afirme que "Há (...) um mercado global para uma pequena fração da força de trabalho, composta por profissionais com elevados conhecimentos em termos de inovação e de investigação, engenharia de ponta (...) que se movimentam na trama de redes globais (...)" (Castells, 2011, p. 308), esta circulação não ocorre à margem da legalidade. Embora, no geral tendemos a concordar com Castells a este respeito. No entanto, precisamos reconhecer que esta circulação não é tão livre e universal quanto pode nos parecer em uma primeira impressão. Ao contrário, a circulação de trabalhadores em determinados ramos profissionais em um país qualquer depende em geral de amplos processos de negociação. Pois os mesmos mecanismos criados pelas profissões para circunscrever e proteger seu mercado nacional de trabalho, pode representar um obstáculo a abertura do seu mercado a trabalhadores estrangeiros. Que para atuarem legalmente necessitam de *credenciamento* junto à entidade nacional de classe, processo que em muitos países, como o Brasil, necessita de um reconhecimento ou validação em território nacional do diploma obtido no exterior. O que envolve as instituições de formação (faculdades e universidades). O rompimento destas barreiras depende de amplos processos de negociação para os quais a sociologia e a ciência política, formularam o conceito de governação (*governance*).

Sem nos aprofundar no complexo debate sobre este conceito (Walters, 2004), uma vez que o termo *governance*, tende a ser empregado de forma categorial, pois abriga múltiplas dimensões e aplicações, adaptando-se a diversas situações (Folke et al., 2005). Entendemos o mesmo como um processo de negociação que ocorre em diversos níveis e envolvendo

instituições de diversas naturezas (nacional e internacional, sociedade civil, Estados, entidades públicas e privadas) que negociam situações e interesses (Walters, 2004). Estas negociações podem ou não prescindir da participação de governos. No entanto, os processos de *governação*, se tornam cada vez mais relevantes na condução dos processos relativos ao mundo globalizado (Nash, 2010). No caso específico de nossa investigação um dos exemplos que percebemos, no qual os processos de *governação* se tornam relevantes se refere ao levantamento de barreiras para o livre exercício profissional dos engenheiros civis portugueses em países estrangeiros. No caso da União Européia esta situação se encontra resolvida pelo acordo de *Schengen.* Mas em outros países, mesmo naqueles de língua portuguesa, há que se fazer um esforço de negociação, entre entidades tais como a Ordem dos Engenheiros em Portugal e suas congêneres no estrangeiro, tais como o CONFEA, no Brasil. Negociação esta que envolvem, outros atores e interesses: empresas nacionais e multinacionais, outras entidades de classe (associações e entidades regionais), universidades (para o reconhecimento e validação de diplomas) e mesmo os próprios governos dos países envolvidos.

Portugal está situado em uma região geoeconômica que poderíamos denominar de semi-periferia européia. Embora em alguns momentos também seja citado como um país da Europa do Sul. Não é raro encontrarmos Portugal agrupado com outros países com os quais compartilha algumas características em comum. Quando Boaventura de Sousa Santos escreveu seu livro acerca da condição semi-periférica do país, ele ainda era relacionado ao lado da Finlândia, que neste meio tempo conseguiu galgar posições no sistema internacional e hoje se situa mais ao centro do sistema internacional (Santos, 1990).

Segundo dados obtidos junto à ordem dos engenheiros (Ordem dos engenheiros, 2016, 2016a), foram firmados entre os anos de 2004 e 2015

vários acordos entre Portugal e os países de língua oficial portuguesa. Fatores culturais e laços históricos facilitaram estas negociações, pois a fluência no idioma de trabalho é de fundamental importância para o exercício de uma profissão especializada tal como a engenharia (Ordem dos Engenheiros, 2016).

Através de nossa investigação em fontes documentais podemos observar que a crise econômica de 2008 acabou por acelerar os processos de negociação entre a Ordem dos Engenheiros e suas congêneres nos países de língua portuguesa. Embora acordos tenham sido firmados entre Portugal e apenas quatro países deste grupo: Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique. Notamos que estes tratados tiveram relevância para a circulação dos profissionais engenheiros entre estas nações.

As negociações entre Portugal e o Brasil ocorreram através de acordos estabelecidos entre a Ordem dos Engenheiros e o CONFEA. Percebemos que questões burocráticas dificultaram a atuação dos engenheiros civis lusitanos no Brasil devido ao sistema brasileiro de reconhecimento de diplomas e ao duplo processo enfrentado por estes profissionais no Brasil: primeiro o reconhecimento do diploma e depois o registro no CONFEA. Notamos também que durante o período mais grave da crise de empregos em Portugal, entre os anos de 2011 e 2014, ocorreu no Brasil um grande incremento no setor de obras públicas em razão da preparação para dois grandes eventos internacionais: a Copa do Mundo de Futebol da FIFA (2014) e as Olimpíadas (2016). O que aumentou a procura neste país por profissionais de engenharia. Percebemos então que os ciclos econômicos podem ser diacrônicos em relação a mercados laborais específicos, havendo assim, maior efetividade de circulação de cérebros entre os países da economia-mundo. Sendo a língua portuguesa um fator facilitador desta mobilidade laboral, no caso de Portugal e os países da CPLP.

Referências bibliográficas

Castells, Manuel. ***A Sociedade em Rede***. 4ª Ed. Vol. I da Série: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2011.

Fernandes, José Pedro Teixeira. ***A Europa em Crise***. Vila do Conde: QN, 2012.

Folke, Carl et al. Adaptative governance of social ecological systems. ***Rev. Enviromental Resources***. New Hampshire university, 2005.

Nash, Kate (2010). ***Globalization, Politics and Power***. 2º Ed. Basingstoke: Palgrave-McMillan.

Ordem dos Engenheiros (2016). ***Protocolos internacionais***. Disponível em: <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/a-ordem/area-internacional/protocolos-internacionais/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2016.

Ordem dos Engenheiros (2016a). ***Reconhecimento de Graus acadêmicos entre Portugal e Brasil*** (notas da imprensa). Lisboa: OE.

Santos, Boaventura de Sousa ***O Estado e a. Sociedade em Portugal (1974-1988)***. Porto: Afrontamento, 1990.

Walters, William. Some critical notes on “governance”. ***Studies in Political Economy***, 73 (spring/sumer), 2004.

Lazer e hospitalidade em São José do Norte no século XIX: Quando a devoção é uma festa

FARINHA, Alessandra Buriol[1]
CERQUEIRA, Fabio Vergara[2]

Resumo: O presente trabalho objetiva sintetizar alguns aspectos da evolução do lazer e hospitalidade na cidade de São José do Norte, situada na península ao sul do estado do Rio Grande do Sul, em razão da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, que teve sua primeira edição em fevereiro de 1811, e contribuiu para configurar o comércio e relações socioculturais locais deste então. Procedeu-se à análise e interpretação de fontes conservadas em arquivos das cidades de São José do Norte e de Rio Grande, tais como antigos periódicos rio-grandinos e o Livro Tombo da Paróquia São José, situada em São José do Norte. A pesquisa aponta o quanto a festa dos Navegantes, ao longo do tempo, incentivou a instalação e especialização de serviços de hospedaria e alimentação, bem como de infraestrutura de transportes, lazer e entretenimento. Várias manifestações ocorreram ao longo destes mais de duzentos anos, entre as quais podemos lembrar a apresentação de corais, orquestras sinfônicas e instalação de parques e circos itinerantes.

Palavras-chave: Lazer. Hospitalidade. História. Festa. São José do Norte.

Introdução

Os dados apresentados neste trabalho são oriundos da pesquisa[3] de memórias e da história da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte. O município encontra-se a cerca de 370 quilômetros da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Faz parte de uma península situada entre o Oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, conforme a Figura 01.

De acordo com documentos disponíveis em antigos periódicos de Rio Grande e São José do Norte, assinados por clérigos e bispos, a primeira festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte ocorreu no

[1] Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutora em Memória Social e Patrimônio Cultural. alefarinha@yahoo.com.br.
[2] Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutor em História. fabiovergara@uol.com.br.
[3] Tese de doutorado intitulada “Memória e História da Muy Heroica Villa: a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte, RS” defendida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural em dezembro de 2017.

ano de 1811. Foi idealizada por trabalhadores do mar, operadores de embarcações denominadas catraias, responsáveis pelo transporte de carga e descarga de navios atracados, pescadores e famílias, dentre outros, os quais iniciaram naquele ano um movimento de festividades religiosas em veneração à virgem dos Navegantes, para pedir a sua proteção e ao mesmo tempo agradecer pelo sustento que as águas propiciavam. Desde aquela época, quando o tempo permitia, a procissão marítima em homenagem a Nossa Senhora dos Navegantes dirigia-se a Rio Grande pelo canal do Norte, chegando a Rio Grande, onde os devotos embarcados recebiam a bênção litúrgica e após regressava a São José do Norte. A Festa de Navegantes permanece ocorrendo na cidade anualmente, no dia 02 de fevereiro, sendo a mais antiga com esta invocação mariana do Estado.

Figura 01: Mapa do Rio Grande do Sul localizando São José do Norte.
Fonte: Abreu, 2006.

Até hoje a festa ocorre anualmente, no dia 02 de fevereiro, com realização de preparação (novena), missas festivas, almoço, procissão marítima e terrestre e eventos culturais durante todo o dia da festa. A festa mobiliza a igreja, o comércio, a gestão pública municipal, e a sociedade de forma geral no intuito de atender aos devotos da Virgem Maria e demais visitantes que permanecem durante o dia da festa. A ocorrência dessas

modificações de estrutura para o dia da festa, o incremento na rotina de transportes, de atrações culturais, de oferta de gastronomia, dentre outros serviços e equipamentos de hospitalidade e lazer foi percebida em periódicos e fontes primárias durante a pesquisa da tese.

Assim, o presente trabalho visa sintetizar alguns aspectos da evolução do lazer e hospitalidade na cidade de São José do Norte, que ocorreram principalmente em razão da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, e contribuíram para configurar o comércio e relações socioculturais locais deste então.

Para tanto foi realizada uma pesquisa em referências teóricas sobre festas, lazer e hospitalidade. Foram analisados antigos periódicos dos séculos XIX junto à Biblioteca Rio-Grandense, município de Rio Grande, dentre eles Echo do Sul, Diário do Rio Grande e O Tempo, dos quais foram transcritas informações, divulgações, crônicas e descrições da festa de Nossa Senhora dos Navegantes.

Os resultados demonstraram que a festa está intrinsecamente ligada à vida, à cultura pesqueira e agrícola local. Também foi visto que a festa motiva relações hospitaleiras, de amabilidades e trocas envolvendo autóctones e visitantes. Além disso, foi observado que a festa incentivou a criação de espaços de lazer e entretenimento em São José do Norte no século XIX.

Sobre festas, hospitalidade e lazer

Comemorar, do latim, *commemorare*, significa trazer à memória, fazer recordar, lembrar-se de algo em conjunto. É uma união de indivíduos no mesmo espaço que ocorre com o objetivo de relembrar fatos passados. A palavra festa origina-se do termo latino *festus*, e denominava as celebrações

e o culto de deuses (Bluteau[4], apud DEL PRIORE, 2000, p. 18). As festas religiosas, devocionais, são importantes por marcarem um tempo especial destinado ao ócio, à confraternização, à troca de diálogos, às experiências. A festa religiosa insere-se na dinâmica social, hábitos culturais, alimentares, de sobrevivência (MONTENEGRO, 2012)[5]. Está ligada aos saberes e fazeres locais, aos ofícios, às dificuldades pelas quais os participantes passam, um compartilhar social. É um tempo de ligação com o transcendente, quando é possível agradecer e pedir graças e a proteção divina.

A festa é capaz de ativar a memória dos moradores de uma determinada comunidade, reforçar as tradições culturais, o sentimento de identidade e pertencimento coletivo. Londres (2010, p. 12) afirma que o valor do bem cultural é legitimado através da comunidade, é ela que dá sentido, representação ao bem cultural. Nesse contexto, ela se torna um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva. O tempo da festa é também fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollak, 1992).

As festas são fenômenos sociais permeados de significados, que ocorrem pelos mais diversos tipos de comemorações, que por sua vez são a evocação de uma determinada memória. A comemoração de uma festa se apropria de um tempo histórico, construindo e transmitindo a memória de um determinado coletivo humano. A festa é “comemorada”, é uma rememoração que sintetiza os valores de uma determinada comunidade, construindo, ressignificando crenças e valores, solidificando não apenas uma tradição, mas a memória social local como um todo.

---

[4] BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez Latino**. Lisboa, 1716.
[5] Profa. Dra. Mônica Montenegro, da Universidade de Buenos Aires, em minicurso *¿Lugares sagrados o sitios arqueológicos?*Proferido no Instituto de Ciências Humanas, na UFPel, em Pelotas, em maio de 2012 através de convênio do PPGMP e UBA.

A festa de Nossa Senhora dos Navegantes, em seus ritos, missas, procissões e outros, envolve diversos elementos que perpassam o patrimônio, a memória, a identidade, a história e tradições do lugar. Esses elementos colaboram para compreendê-la como um fato social total (MAUSS, 1924). De acordo com Mauss (1924, p. 14), na teoria do fato social total é possível afirmar que existem trocas, não apenas de bens e riquezas, mas de amabilidades, trocas de amor, de afeto, em uma perpetuação de dádivas, de sociabilidades. Na perspectiva da festa é possível fazer a análise baseada em Mauss (1924), pelo intercâmbio, pela socialização, pelo comemorar, trocar momentos alegres. O autor afirma que na teoria da dádiva, a relação de obrigatoriedade em dar, receber e retribuir se situa na compreensão da festa como um espaço/tempo de trocas, de relacionamento, de afetividades, de hospitalidade.

A hospitalidade traz o entendimento sobre o comportamento humano, esse, resultado da interação e da mescla que se dá pelas relações entre as diversas culturas que mantém contato entre si. A festa oportuniza relações hospitaleiras de diversas formas. Há a relação de troca com o sagrado, a comunicação, o carinho, a solidariedade, a fé na relação com o sagrado, com o divino, principalmente representado na figura da Virgem Maria, nesta festa especificamente. Há relações de hospitalidade entre devotos, entre autóctones, independente de serem devotos, antes, durante e depois da festa. Há relações de hospitalidade entre autóctones e visitantes, e entre visitantes. De acordo com Grinover (2006), “a hospitalidade supõe a acolhida; é uma das leis superiores da humanidade, é uma lei universal.” (GRINOVER, 2006, p. 32).

De acordo com a pesquisa, durante a festa existe uma relação de reciprocidade entre os autóctones, entre autóctones e visitantes e entre devotos e a Virgem Maria, e estas relações de hospitalidade ocorrem, durante

a festa, em uma estrutura de lazer e entretenimento que, conforme visto, são planejadas, divulgadas deste o século XIX. Para este trabalho, foram abordados os ícones que demonstram as relações de hospitalidade comercial e pública durante a festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte no século XIX, motivadas ou desenvolvidas em decorrência da festa.

De acordo com Bacal (2003, p. 33), civilizações agrárias e primitivas "aproveitavam" o tempo liberado – livre, destituído de obrigatoriedade, para participar de rituais que tinham por finalidade a comunicação com deuses. Essa motivação vinha do temor que esses povos tinham de perder determinada colheita. Assim, as festas ofereciam momentos de "solicitar" ou "agradecer" aos deuses pela boa safra.

Na festa de Nossa Senhora dos Navegantes, existe essa relação de agradecimento pela boa safra de pescados e hortifrutigranjeiros, mas também, na festa, clama-se por segurança no mar, para que os pescadores estejam protegidos pela Virgem Maria enquanto estiverem trabalhando. Conforme dito, essa foi a principal motivação para o começo da festa, em 1811, quando trabalhadores do mar começaram as festividades: a proteção no mar. A festa hodierna não perdeu essa motivação. Observa-se nas oferendas, nas preces, nos relatos, que essa é uma das motivações principais que levam aquela comunidade a homenagear Nossa Senhora dos Navegantes. Motivações que, com o passar dos anos transformaram a festa no maior evento religioso da região, a qual transforma o município de São José do Norte em um lugar de hospitalidade e lazer anualmente. Este trabalho demonstra que essas características ligadas ao acolhimento, ao entretenimento e ao lazer estão ligadas a existência da festa.

Quando a devoção é uma festa! Lazer e hospitalidade em São José do Norte no século XIX

Nossa Senhora dos Navegantes é uma invocação da Virgem Maria, a mãe de Jesus Cristo na tradição da religião católica apostólica romana. Sua devoção no Brasil é uma herança portuguesa, porém vale ressaltar que essa tradição foi constantemente ressignificada e incorporada de diversos aspectos brasileiros, com inferência de etnias e culturas distintas, o que torna o fenômeno da devoção em Nossa Senhora dos Navegantes complexo, abrangente e heterogêneo, de profundo interesse interdisciplinar.

No periódico Echo do Sul de 04 de fevereiro de 1875 foi encontrada uma descrição da cobertura da festa de Nossa senhora dos Navegantes, "imensamente concorrida" (ECHO DO SUL, 1875, p. 04). A primeira transcrição do periódico é do "Grande Restaurant" convidando a todos para participar da festa e usufruírem de seus serviços:

> Grande Restaurant chama amigos e fregueses que forem para aquela villa na véspera do dia da festa para apreciar bem escolhida e variada diversão de iguarias ao gosto e apetite de cada freguês [...] para cujo fim obteve alugar o espaçoso sobrado do Sr. Fortes, não poupando despesas nem sacrifícios para bem servir a quem o honrar com sua presença (ECHO DO SUL, 30 de janeiro de 1875, p. 04).

Já em período tão recuado, o trecho acima permite identificar a movimentação no setor de prestação de serviços de gastronomia em São José do Norte na véspera da festa de Nossa Senhora dos Navegantes. O aluguel de um imóvel para melhor servir os clientes do restaurante, também pressupõe que os mesmos podem pagar por serviço diferenciado, com diversificação de cardápios "ao gosto e apetite de cada freguês". Talvez essa nota signifique também algo com relação ao status e ao nível socioeconômico dos participantes da festa, que provinham de Rio Grande. Percebe-se, da mesma forma, que o gestor do restaurante não poupou "despesas nem sacrifícios para bem servir a quem o honrar com sua presença", indicando que

o mesmo conta com a reciprocidade, com a presença dos clientes para prestigiar seu empreendimento temporário.

Nesta época, se desenvolveram também os transportes e comunicações, possibilitando que os devotos pudessem atravessar o canal. São fragmentos que possibilitam compreender o desenvolvimento da festa e as modificações que advinham ao longo de sua existência no século XIX. O mesmo periódico, no dia 31 de janeiro de 1875, noticia que:

> Bem dizíamos quando garantimos que essa festividade devia ser acirrada e assaz concorrida. Sabemos agora que o Sr. Albano Pereira levará a Companhia e o Circo para a villa de São José do Norte a fim de abrilhantar a festa com um magnífico espetáculo que ali deve oferecer ao público. Além d'essa diversão, teremos outras que concorrerão para tornar bastante alegre a festa de Nossa Senhora dos Navegantes (ECHO DO SUL, 31 de janeiro de 1875).
> O vapor São Pedro fará viagens para a villa de São José do Norte no dia da festa, deixando, por conseguinte, de fazer a viagem para Pelotas. Para que não fiquem prejudicados os interesses do comércio, fará a viagem no dia seguinte (ECHO DO SUL, 31 de janeiro de 1875).
> Haverá a festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Às 9 horas partirá o vapor São Pedro de Rio Grande. A bordo estará a philarmônica União Comercial. O mesmo vapor fará diversas viagens para levar passageiros. A festa será bastante concorrida e pomposa, tendo um restaurante, um circo, bailes, e outros (ECHO DO SUL, 02 de fevereiro de 1875).

Os trechos citados oferecem detalhes acerca do traslado, tendo sido privilegiado o trajeto a São José do Norte em detrimento da cotidiana viagem a Pelotas pelo vapor São Pedro e atrativos paralelos que ocorrerão no dia da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, como a instalação de um circo, presença da Philarmônica União Comercial e outros. A festa, assim, apresenta-se como um espaço de lazer, entretenimento, gastronomia e diversão; além de ser religiosa, era qualificada desde o último quartel do século XIX como "concorrida e pomposa", logo, para diversos estratos sociais, e não apenas para pescadores e outros trabalhadores do mar. Existia, portanto, essa coexistência da diversão, do lazer, do entretenimento, bailes, e outros, que convergiam para atrair mais pessoas para São José do Norte no

dia da festa. A infraestrutura de transporte – vapores que operavam a linha Rio Grande – Pelotas e Rio Grande – São Lourenço, era, conforme dito, alterada para atender à demanda de passageiros de Rio Grande – São José do Norte. Isso indica certo planejamento com relação à festa e sua importância naquele tempo.

Nesta perspectiva de preparação da cidade para a festa, se pode mencionar o conceito de hospitalidade pública, ou urbana, que, conforme Oliveira e Santos (2010), refere-se à preparação, à melhorias dos espaços da cidade, nas áreas de lazer e na infraestrutura, pois a hospitalidade é um processo que envolve pessoas e espaços.

Após diversos anúncios divulgando a programação e os atrativos da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, o mesmo periódico, no dia 07 de fevereiro de 1875, publica com minúcias, na seção "Variedades", a descrição do dia 02 de fevereiro em São José do Norte. A publicação é assinada pelo correspondente Fidêncio:

> Festa dos Navegantes
> A monótona villa de São José do Norte tem um dia do anno que, como as velhas casquilhas e gaiteiras, enverga o seu melhor traje domingueiro para receber um exército de visitantes e entretê-los com uma festa de arromba.
> É o dia 02 de fevereiro.
> As duas ruas por onde transitou a procissão achavam-se caprichosamente enfeitadas.
> Encontrei graça na villa de São José do Norte ao contemplar uma porção de casas arruinadas com cortinados e flores às janelas, quando não um exército de résteas de cebolas (ECHO DO SUL, 07 de fevereiro de 1875).

A descrição no periódico Echo do Sul é plena em detalhes e passível de análises em cada parágrafo. Pode-se retomar a questão dos opostos aos que o colunista classifica São José do Norte: de um lugar monótono e cansativo, com "pobres habitantes" para um lugar de festa de arromba, onde as pessoas vestem os melhores trajes e enfeitam suas casas com cortinas floridas e ostentam suas résteas de cebola, onde há a profusão de bandeiras coloridas, requinte na decoração da igreja e para onde vai "um

exército de visitantes" nos vapores São Pedro e São Gonçalo. Conforme o relato, a cidade se transfigura, muda, já não é São José do Norte, mas a cidade da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, tão exuberante a ponto de causar inveja aos riograndinos.

Pode-se indicar que a festa de Nossa Senhora dos Navegantes instigava a comunidade à hospitalidade pública, o adorno das ruas, as cortinas floridas, a disposição de flores nas janelas indica a vontade de bem-receber os devotos e visitantes através da boa aparência de sua cidade. O "melhor traje domingueiro", a preocupação com a aparência da indumentária, a aquisição de roupas novas para o dia da festa é algo recorrente nos relatos dos depoentes, e indica que aquele dia era um dia especial para a comunidade, dia de enfeitar a si e a cidade para a Virgem Maria e por que há um "exército de visitantes" para bem-receber. As résteas de cebolas indicadas por Fidêncio demonstra a vontade de demonstrar o que os munícipes têm de melhor em sua terra: as safras de cebolas foram mundialmente reconhecidas na segunda metade do século XX. Exibir uma réstea de cebolas pode significar, neste contexto, uma valorização da cultura local. Abaixo encontra-se o relato da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte do ano de 1948:

> Realizou-se com toda a solenidade a tradicional festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Toda cidade e arredores participam da festa como também o povo da vizinha Rio Grande, donde vêm inúmeros barcos para participar da procissão no mar. A festa é patrocinada pela Irmandade de Nossa Senhora dos Navegantes, constituída pelos pescadores de São José do Norte. Em todas as manifestações exteriores da festa constata-se alguma devoção, embora bastante superficial a Nossa Senhora que permanece arraigada no coração do nosso povo, nobre tradição que nos legaram os antepassados (PRIMEIRO LIVRO TOMBO DA MATRIZ SÃO JOSÉ, 1912, p. 13).

Na citação acima o pároco relator reitera a preocupação com relação a natureza ou intensidade/profundidade da devoção em Nossa Senhora dos Navegantes, falando sobre a superficialidade com relação à fé

dos que participam da festa em sua honra. Faz menção também à ampla participação da comunidade e dos "inúmeros" barcos riograndinos na procissão marítima – um elemento recorrente na história da festa, desde o séc. XIX, a participação da população de Rio Grande na festa de Nossa Senhora dos Navegantes.

Considerações Finais

Estudar festas e comemorações, que muitas vezes são tradições milenares, sua história, motivações, peculiaridades, importância social, econômica local, e outros fatores, passou a ser o interesse de diversos pesquisadores, em nível mundial, principalmente a partir do fim do século XIX. A festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte apresenta um manancial de possibilidades de pesquisa, de análises, de perspectivas. É a memória viva que se manifesta anualmente nesta península do Rio Grande do Sul.

A pesquisa apontou o quanto a festa de Nossa Senhora dos Navegantes de São José do Norte, ao longo do tempo, incentivou a instalação e especialização de serviços de hospedaria e alimentação, bem como de infraestrutura de transportes, lazer e entretenimento. Várias manifestações ocorreram ao longo destes mais de duzentos anos, entre as quais podemos lembrar a apresentação de corais, orquestras sinfônicas e instalação de parques e circos itinerantes.

A comemoração da bicentenária desta festa oportunizou diversas modificações na infraestrutura de hospitalidade e lazer em São José do Norte a partir do século XIX, sobretudo no dia da festa, e nos dias que a antecedem. Conforme visto, a festa preconizava alterações na rotina, através da arrumação da casa, das indumentárias, tornando a vila de pescadores mais acolhedora, na perspectiva da hospitalidade pública e comercial. A cultura local era exaltada na festa, a partir da réstea de cebolas penduradas nas

janelas, no encontro dos pescadores nortenses e riograndinos com suas embarcações decoradas para homenagear a Virgem Maria.

Foi visto que, neste dia de fé e homenagens havia momentos de trocas, de sociabilidades, de reciprocidades. Também era momento de arte, de lazer, de entretenimento e diversão. Na região sul do estado, o centro social, de atrativos, de movimento, ao menos em um dia do ano, era São José do Norte. A festa de Nossa Senhora dos Navegantes, ao congregar fiéis, trazia também uma série de outros atrativos, música, parques, circos, gastronomia, dentre outros. Periódicos riograndinos enviavam correspondentes para registrar o que ocorria no dia da festa. Esses dados trazem uma breve ideia da dimensão da importância da festa atualmente para os autóctones: é uma importante tradição local. Além disso, contribui para compreensão de como se desenvolveram as relações de hospitalidade e atividades de lazer no sul do Brasil.

Referências

BACAL, Sarah. **Lazer e o Universo dos possíveis**. São Paulo, ALEPH, 2003.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, n. 2, p. 29-50, 2006. Disponível em: https://www.revhosp.org/hospitalidade/article/view/191. Acesso em 11 out 2018.

LONDRES, Maria Cecilia. **Manual de Aplicação**. Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, Minc/IPHAN, 2000.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva:** Forma e Razão da troca nas sociedades arcaicas. São Paulo: Cosac Naify, 2013 (texto original: Essai sur le don 1924).

MONTENEGRO, Monica. **¿Lugares sagrados o sitios arqueológicos?** Re-apropiación de paisajes culturales como patrimonio local, a partir de propuestas de arqueología pública em el Noroeste Argentino". Mini-curso proferido no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, PPGMP, 2012.

OLIVEIRA, Ana Carolina; SANTOS, Marcia M. Cappellano dos; **No panorama conceitual da hospitalidade, a presença de novos aportes teóricos.** VI Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL - SeminTUR Saberes e fazeres no turismo: interfaces Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil, p.1-17, 9 e 10 de Julho de 2010. Disponível em https://www.ucs.br/ucs/tplSeminTur2010/eventos/seminario_de_pesquisa_semintur/anais/gt01/arquivos/01/No%20panorama%20conceitual%20da%20hospitalidade.pdf. Acesso em 10 out. 2018.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Revista dos Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, v. 05, p. 1-15, 1992. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1941. Acesso 11 out 2018.

Fontes

PERIÓDICO ECHO DO SUL, Rio Grande. Edições de janeiro e fevereiro de 1875.

PRIMEIRO LIVRO TOMBO da Paróquia São José de São José do Norte (1912-1953).

O erotismo feminino nas fotografias de capa do periódico carioca O Rio Nu (1908 – 1909)

Andrieli Paula Frana[1]

Resumo: O presente estudo analisa as capas do periódico humorístico/pornográfico intitulado *O Rio Nu*, que esteve em circulação entre os anos de 1898 e 1916 no Rio de Janeiro. Este periódico era voltado ao público masculino e heterossexual, composto por charges, piadas, propagandas, contos e gravuras, com uma periodicidade bissemanal – 1.732 números publicados. *O Rio Nu* fazia parte de um gênero chamado de "romances para homens", que tem sua origem na Europa, estes eram importados ou traduzidos para o português e vendidos no Brasil. Com o sucesso do gênero, a partir da metade com século XIX surgem as primeiras publicações nacionais como no caso do periódico analisado. As capas escolhidas para a pesquisa foram publicadas entre os anos de 1908 e 1909, porque são as únicas que apresentas fotogravuras e poemas as acompanhando. Estas fotogravuras são de mulheres nuas ou seminuas em poses "provocantes", acompanhadas de pequenos poemas ou diálogos, que contribuíam em estimular a imaginação do leitor. A análise desse periódico objetiva investigar o propósito do *O Rio Nu* enquanto formador do "homem moderno" e, principalmente, as características femininas presentes nas fotogravuras como fontes de erotismo e o ideal feminino por eles construído.
Palavras-chave: Pornografia, fotogravura, erotismo, imprensa.

A presente pesquisa está sendo realizada no curso de mestrado do Programa de Pós Graduação em História – UFPel. A pesquisa encontra-se em fase da levantamento bibliográfico e análise preliminar das fontes. Tendo como objetivo central investigar como a O Rio Nu construía a "mulher" presente em suas capas, o ideal que por ela era construído e reproduzido aos seus leitores.

Ao final do século XIX o Brasil, principalmente o Rio de Janeiro, passavam com uma tentativa de modernização aos moldes Europeus. Com a proclamação da República, a abolição da escravatura e o crescimento da população urbana, mudanças nos aspectos estruturais das sociedade eram importantes, os papéis sociais e políticos deveriam ser reconstruídos. Elementos esses que eram importados pelas elites agrárias e industriais do país.

[1] Mestranda Universidade Federal de Pelotas – Bolsista CAPES. E-mail: andrielip_frana@hotmail.com

A imprensa se torna um dos principais meios de divulgação e discussão destes ideais. Sendo um mercado em ascensão, era uma possibilidade de desenvolvimento de capital para um burguesia que adentrava nesse "mundo moderno" (SODRÉ, 1966, p.1). A tecnologia torna a impressão e distribuição destes mais barata, possibilitando o aumento de produção e do público leitor. Como coloca a autora

> Nesse período de transformações, a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia –assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa. (MARTINS; LUCA, p. 57, 2012)

A pluralidade não se limitou apenas aos assuntos abordados, mas aos estilos estéticos e topográficos. Como no caso das revistas ilustradas, que tinham como item central fotografias e ilustrações. Facilitando a comunicação com a maioria da população brasileira, que era analfabeta[2]. A autora aponta que estas revistas tentavam representar o ideal "modernista" de sociedade, suas fotografias e ilustrações tinham como personagens a elite, a arquitetura das cidades, festas e bailes, encontros de clubes, enfim, tudo que pudesse retratar o tipo de sociedade que se esperava para o presente/futuro do país (MARTINS; LUCA, p. 81, 2012).

Neste contexto também surgem as primeiras publicações pornográficas brasileiras. O termo pornografia teve como primeiro significado "escrever sobre prostitutas"[3], demonstrando sua origem em utilizar essas

[2] O Rio de Janeiro é visto como um caso especifico nesse contexto, o número de alfabetizados no início do século XX era de mais da metade da população. Entretanto, no resto do Brasil a taxa de analfabetismo estava em 65,3% (IBGE), dois cenários bastante diferentes para a circulação da imprensa, que tinha como núcleo o Rio de Janeiro. Dados disponíveis em: Mapa do analfabetismo no Brasil. INEP. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Mapa+do+analfabetismo+no+Brasil/a53ac9ee-c0c0-4727-b216-035c65c45e1b?version=1.3

[3] A origem etimológica da palavra pornografia significa "escrever sobre prostitutas", tendo sua origem no tratado do francês Restif de La Bretonne intitulado *Le Pornographe* (1769), que foi escrito para defender a prostituição. Nos séculos posteriores o termo foi transformado para o que conhecemos hoje, utilizado para caracterizar qualquer representação de cena sexual explicita em diferentes estilos midiáticos.

personagens como centrais em suas histórias. Sendo esse conceito esculpido como um gênero literário, principalmente, entre os séculos XVIII e XIX. HUNT (1999) aponta que os imagens, histórias e textos sobre sexo estão presentes em todas as culturas do mundo, mas que a pornografia e como se constitui, enquanto arte e gênero literário, está presente apenas na cultura ocidental.

Estes escritos tiveram origem com os libertinos ou libertário, livres-pensadores, filósofos e hereges, que difundiam seus ideais políticos e seu discurso contra o totalitarismo da Igreja. A pornografia se constitui enquanto tal a partir de dois fatores principais, segundo HUNT (1997), a criação dos primeiros museus e arquivos dedicados a textos obscenos e o crescimentos de escritos sobre a prostituição. É um gênero que, de certa forma, se constitui a partir da tentativa de reprimi-lo.

> A pornografia moderna inicial revela algumas das mais importantes características da cultura moderna. Vinculado ao livre-pensamento e a heresia, a ciência, a filosofia natural e ao ataque a autoridade políticas absolutista, destaca especialmente as diferenças de gênero que se desenvolviam na cultura da modernidade. (HUNT, 1999, p.11)

O principal influenciador na forma como o gênero foi difundido no século XIX foi o francês Marques de Sade, deslocando a pornografia do patamar de crítica política e social, para romances de cunho sexual explicito que tem como principal objetivo satisfazer seu leitor (HUNT, 1999, p. 36). A pornografia começa a se utilizar do corpo feminino como “um objeto a serviço do prazer masculino” (HUNT, 1999, p. 46), eram escritos sobre sexo de homens para homens. A autora salienta que os ideais crescentes no século XIX tendem a separar profundamente a esfera pública da privada, a mulher passou a fazer parte da vida privada (familiar). Logo era necessária a “reafirmação da diferença sexual – e, portanto, sexual e política – fundamental entre homens e mulheres” (HUNT, 1999, p. 46).

Esse gênero literário firma-se, especialmente, com a possibilidade de impressão e venda em maior escala dos escritos, consequentemente, o

aumento de leitores e escritores. A França, como grande centro de produção literária, foi um dos principais produtores e consumidores de pornografia "Até meados do século, XIX, pelo menos, as publicações francesas e inglesas dominavam a literatura pornográfica europeia." (HUNT, 1999, p. 23). Assim, os primeiros escritos pornográficos chegam ao Brasil a partir da importação destes, que estavam em circulação no mercado europeu.

Essa imprensa, em sua maioria, reproduzia esse pensamento e criava uma modelo ideal. Esse modelo representava o homem branco, heterossexual e de elite - os aspectos da vida privada e pública voltavam-se a esse homem. Nesse contexto foi *O Rio Nu: periódico semanal caustico humorístico* foi fundado em 1898[4] por três jovens jornalistas Heitor Quintanilha, Gil Moreno e Vaz Simão. Com sede no Largo São Francisco, nº 6, na cidade do Rio de Janeiro, ele compõe suas primeiras edições com quatro páginas carregadas de sátiras e piadas eróticas. *O Rio Nu* tinha um cunho humorístico/pornográfico, apresentando charges, contos, piadas, propagandas e imagens voltadas ao público masculino. Sua tiragem é bissemanal e poderia ser comprado de forma avulsa ou por assinatura bimestral, por um valor consideravelmente baixo.

O periódico *O Rio Nu* era escrito por diversos autores, jovens boêmios e autores consagrados da literatura nacional, como Olavo Bilac que escrevia pelo pseudônimo de Eloy Pontes. Os leitores do periódico também poderiam participar enviando histórias à editora para publicação. *O Rio Nu* tem seu último número publicado em dezembro de 1916, contando com 1732 números e 18 anos de funcionamento.

Apesar de ser um periódico voltado para o público masculino, as imagens presentes no periódico eram de mulheres. Como uma ferramenta de

[4] PEÇANHA (p. 25, 2013) considera a escolha da data importante, foi no dia 13 de maio de 1898, um ano após a assinatura da Lei Aurea. Para a autora a data foi escolhida como simbologia a "liberdade" moral pregada pelos editores.

construção do homem moderno heterossexual, essa mulher era representando como um objeto de desejo desse homem. Mulheres eram retratadas de forma sexualizada, na maior parte das imagens e desenhos, nuas ou com roupas íntimas, e mesmo quando vestidas, suas poses demonstravam um cunho erótico.

As primeiras edições do *O Rio Nu* continham apenas textos suas capas, mas a partir de 1903 a direção do periódico muda e vai para as mão de J. Moraes C., que também transforma o visual do jornal, trazendo tecnologias que permitem a impressão de desenhos e fotografias, além de aumentar o número de páginas para oito. Pela primeira vez, em 1908, *O Rio Nu* usa fotogravuras (acompanhadas de poemas) em suas capas, de mulheres nuas em preto e branco, sendo o primeiro periódico do gênero a fazê-lo, algo que é repetido por outros como o *Sans Dessous*. Essa prática perdura até 1909, quando essas fotogravuras são mandadas para dentro do jornal, em uma *Galleria Artística* destacável e colecionável.

No entanto, as publicações pornográficas não tiveram total liberdade de circulação durante a República, como é destacado por EL FAR "Código Penal Republicano (1891), por sua vez, não fazia menção explícita à produção e disseminação de obras pornográficas, limitando-se, de modo genérico, a punir possíveis atentados ao pudor e ofensas públicas" (EL FAR, p. 281, 2004). Mas essa repressão não era feita diretamente pelo governo, os principais meios de coibir a pornografia eram os discursos da ciência e religião da época. A ciência e medicina empregavam a ideia de que a "masturbação" como uma consequência da leitura desses escritos "imorais" eram doenças físicas e psicológicas. Além do discurso religioso da sexualidade como um pecado, que se apresentava de forma intensa em um país com fundação católica (EL FAR, p 289, 2004).

Nessa tentativa de “resguardar a moral” da sociedade, em 1910 o diretor dos Correios, Sr. Joaquim Ignácio Tosta emite uma circular que proíbe a entrega de periódicos que tivessem cunho pornográfico. Afetando diretamente *O Rio Nu*, que tem como uma das principais fontes de receita as assinaturas, estas dependem da entrega dos correios para os diferentes locais do interior do estado e do Brasil. Essa empreitada não durou muito tempo, após as discussões acaloradas em diferentes jornais sobre a liberdade de imprensa e a pressão que estes fizeram ao governo que estava em eleição, a regra é revogada.

Diante disso, a pesquisa que está em desenvolvimento explora a construção do “ideal de mulher” passado aos leitores do periódico através das fotogravuras e poemas presentes nas capas. Traçando as características femininas que eram produzidas e reproduzidas por essa mídia. Como mencionado antes, esta é uma pesquisa em andamento, portanto, os resultados não serão apresentados neste artigo.

Em seguida, apresentamos uma das capas para que o leitor possa entender como a fonte se constitui, e porque o trabalho está sendo desenvolvido desta forma diante dela. A capa exibida é do mês de Novembro de 1908, uma das primeiras capas a publicadas com as fotogravuras e poemas, sendo ela uma das fontes para este trabalho

ANNO XI — RIO DE JANEIRO — 14 DE NOVEMBRO DE 1908 — NUM. 1080

O RIO NU

Periodico Bi-semanal, Humoristico e Illustrado

Redação e administração: RUA DA ALFANDEGA N. 183

Boro Boracica — DROGARIA PACHECO — 59, RUA DOS ANDRADAS, 59

APRUMOS...

ELIXIR DE NOGUEIRA — Grande Depurativo do Sangue — Unico que cura a Syphilis!

Imagem 1: O Rio Nu, n. 1080, capa, 14 nov. 1908.

Referencias

Imagem 1: O Rio Nu, n. 1080, capa, 14 nov. 1908. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/706736/per706736_1908_01080.pdf

AZEVEDO, Natanael Duarte de. **Trajetória Pornográficas**: O Riso pronto para o ataque, uma história dos jornais eróticos brasileiros. Tese. Programa de Pós Graduação em Letras. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em: http://tede.biblioteca.ufpb.br/bitstream/tede/8246/2/arquivo%20total.pdf.

AZEVEDO, Sílvia Maria. **Brasil em Imagens**: um estudo da revista *Ilustração Brasileira* (1876 - 1878). São Paulo: UNESP, 2010.

BOTTI, Marina Meloni Vieira. Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, n. 21, 2003, p. 103 – 131. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a06.pdf.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas:** O imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marina Vieira de. Um natal profano, um natal político: a cidade em festa de fim de ano pelo traço erotizado dos jornalistas do *Rio Nu.* **Intellèctus,** Rio de Janeiro, n. 2, 2015, p. 48 – 71. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/57218
29.pdf.

_____ A ficcionalização do desejo: o erotismo e a pornografia como objetos de consumo na modernização da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Transversos**. “Dossiê: O Corpo na História e a História do Corpo”. Rio de Janeiro, vol. 05, n. 05, 2015, p. 43-60. Disponível em: http://www.e-publicacoes.uerj.br/index. php/transversos/article/view /1 9795/1 4349.

FAR, Alessandra El. Crítica social e ideias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos “romances para homens” de finais do século XIX e início do XX. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, n. 28, 2007, p. 285 – 312. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n 28/13.pdf.

_____. **Páginas de Sensação**: literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FERREIRA, Alessandra Senna. Sexualidade à brasileira: as imagens eróticas no jornal O Rio Nu - 1900-1916. In. REBLIN; RODRIGUES, Iuri Andreas; Márcio dos Santos (Org.). **Arte sequencial em perspectiva multidisciplinar.** Leopoldina: ASPAS, 2015, p. 119 – 131. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1

333064133_ARQUIVO_NataliaBatistaPecanhaUmapedagogiaparahomensORioNuesuafuncaodisciplinadoradohomemcivilizado.pdf.

FERREIRA, Daniel Wanderson. Erotismo, libertinagem e pornografia: notas para um estudo genealógico das práticas relacionadas ao corpo na França moderna**. História da historiografia**. Ouro Preto, n. 3, set. 2009, p. 123 – 134.

HUNT, Lyn (Org.). **A invenção da pornografia:** obscenidades e as origens da modernidade, 1500 – 1800. São Paulo: Hedra, 1999.

MAINGUENEAU, Dominique. O Discurso Pornográfico. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial (Série Lingua[gem], n. 42), 2010.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MELONI, Mariana. A fetichização da mulher. **Opus Corpus**. São Paulo, s/v, s/n, 2013.

MORAES, Eliane Robert. Efeito Obsceno. **Cadernos Pagu**, Florianópolis, n. 20, 2003, p. 121 – 130.

PEÇANHA, Natália Batista. **"REGRAS DE CIVILIDADE"** Tecendo a masculinidade do *smart* nas páginas d'*O Rio Nu* (1898-1916). Dissertação. Programa de Pós Graduação em História. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2013. Disponível em:https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=126014.

PERREIRA, Cristiana Schettini. **Um gênero alegre:** imprensa e pornografia no Rio de Janeiro (1898 – 1916). Dissertação. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

PRETI, Dino. **A linguagem proibida***:* um estudo sobre a linguagem erótica: Baseado no Dicionário moderno de Bock, de 19003. São Paulo: LPB, 2010.

SODRÉ, Nelson Wernek. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

A fundação do Sport Club Novo Hamburgo e o futebol como forma de lazer na localidade no início do século XX

GARCIA, Natália[1]

Introdução

O presente artigo visa analisar a criação do *Sport Club Novo Hamburgo*, agremiação fundada por funcionários da fábrica de calçados Sul-Riograndense e residentes da cidade homônima. Durante o churrasco de comemoração do Dia do Trabalho em 1° de maio de 1911, após o tradicional jogo entre os trabalhadores da fábrica, foi criado o *Club Foot-ball Novo Hamburgo*. O time é mais antigo do que a própria cidade e em novembro do mesmo ano alterou o seu nome para *Sport Club Novo Hamburgo* (S.C. Novo Hamburgo), permanecendo com o mesmo até o ano de 1942.

Como metodologia para a realização deste trabalho, realizou-se uma pesquisa descritiva com revisão bibliográfica e documental no acervo do *Sport Club Novo Hamburgo*, que contém os livros de atas nos quais estão registradas informações da fundação do time, jogos, diretoria, jogadores e atividades sociais no qual o clube esteve envolvido. Além da leitura das atas, foi necessário consultar um extenso referencial teórico, com artigos, livros e textos sobre futebol, lazer, colonização alemã em São Leopoldo e Novo Hamburgo, associativismo, sobre o clube em questão e sobre a fundação de outros clubes no mesmo período.

O clube criado por trabalhadores fabris demonstra o contraste entre um local de iniciativa privada (fábrica de calçados) que deu origem a um clube associativo que levou o nome da cidade antes mesmo desta ter se emancipado de São Leopoldo. Para entender a fundação do *Sport Club Novo Hamburgo* é necessário que sejam compreendidos alguns conceitos como

[1] Universidade Federal de Pelotas/ RS. Bacharel em Turismo. Email: natysgarcia@gmail.com

lazer, associativismo e a importância deste para os imigrantes alemães que chegaram à região de São Leopoldo e posteriormente, a cidade de mesmo nome.

Associativismo e lazer na localidade de Novo Hamburgo

A história do time e da cidade de Novo Hamburgo são relacionadas à imigração alemã, que tem como marco inicial de desenvolvimento a criação da primeira colônia em São Leopoldo em 25 de julho de 1824 (MÜLLER, 1984). Os imigrantes alemães se estabeleceram neste local e posteriormente se espalharam para os arredores, criando vilas que depois acabaram se emancipando, como foi o caso da cidade sede do clube tratado neste trabalho.

Novo Hamburgo inicialmente era o quarto distrito de São Leopoldo, conhecido como *Hamburger Berg*, recebendo os primeiros imigrantes alemães também em 1824. Para Schutz (1995), o nome dado ao local se deve à origem dos imigrantes que se instalaram na região do quarto distrito, todos vindos da cidade de Hamburgo, na Alemanha. Logo, a localidade passou a ser conhecida como *Hamburger Berg*, ou “morro dos hamburgueses” em tradução da autora.

Segundo Petry (1944), já em 1850 o povoado de *Hamburger Berg* era conhecido pelo comércio (de produtos coloniais e trazidos de Porto Alegre), bem como pelas atividades sociais e de ensino lá sediadas. Schutz (1995) destaca que foi durante o período da construção da estrada de ferro que o local passou a ter o nome mais próximo do que possui atualmente: os ingleses que trabalhavam na companhia encarregada pela construção da ferrovia se referiam ao ponto final da mesma como *New Hamburg*, que a autora traduz como “Nova Hamburgo”.

Para Petry (1944), foi com a expansão da ferrovia de Porto Alegre até Taquara, em 1903, que o município perdeu a sua importância comercial,

e com isso passou a explorar a parte industrial. Ainda segundo o autor, foi no fim do século XIX que foram criadas as primeiras fábricas de calçados e artigos de couro, originando a fama de cidade coureiro-calçadista que a cidade possui até hoje e que a mesma conseguiu a emancipação de São Leopoldo em 5 de abril de 1927, passando a se chamar Novo Hamburgo (PETRY, 1944).

Apesar de próximas da capital gaúcha, as comunidades alemãs de São Leopoldo e Novo Hamburgo ainda permaneciam fechadas ao que vinha de fora, procurando manter a sua "germanidade" e restritas às diversões oferecidas pelos tradicionais clubes de tiro, de ginástica, de canto e de bolão (PRODANOV, MARONEZE, 2015). Os autores ainda destacam que algumas das sociedades existentes na localidade eram exclusivamente para pessoas de origem germânica e era exigido que os sócios falassem apenas o alemão durante as atividades realizadas nas associações.

Seyferth salienta que "em Novo Hamburgo, as agremiações germânicas estão presentes há muito tempo e tinham um papel relevante na promoção e no fomento dos laços de identidade respaldados em uma apropriação simbólica da história da colonização" (SEYFERTH, 1994, p. 234). Para o *Sport Club Novo Hamburgo*, os conceitos de lazer e futebol estão diretamente ligados ao do associativismo, que segundo Rieth (2007), pode ser compreendido como a união voluntária de um grupo de pessoas em uma sociedade regida por estatutos e em prol de objetivos comuns. O mesmo autor ainda estabelece que os indivíduos dentro desta associação tem os seus direitos e deveres, além de participar voluntariamente, sem receber remuneração pelas suas atividades. As características destacadas pelo autor descrevem as condições da criação do *Sport Club Novo Hamburgo*, que não era somente uma atividade de lazer dos funcionários da fábrica de calçados,

mas um time associativista, que teve origem no interesse em comum de seus membros pelo esporte.

Roche (1969) salienta que o associativismo é uma das características mais marcantes da cultura germânica e para Diegues Junior (1964), o associativismo tinha como intuito reunir pessoas com interesses comuns e sua função principal era reforçar a identidade dos imigrantes, relembrando os costumes da terra de origem. Ou seja, a cultura associativista encontrou apoio nos alemães que vieram para o Brasil, como forma de alcançar os objetivos que tinham em comum, fossem eles educacionais, recreativos, comerciais, sociais ou apenas para relembrar e manter os hábitos de sua terra natal.

Seyferth (1993) e Gertz (1987) concordam que a falta de recursos destinados aos imigrantes quando estes chegaram ao Brasil estimulou o auxílio mútuo entre eles e a associação em prol de interesses comuns, como a construção de igrejas, escolas, centros de lazer, entre outros. As autoras destacam que a organização comunitária, as associações e espaços de uso comum são características marcantes dos imigrantes alemães que aqui desembarcaram. Nas regiões colonizadas pelos imigrantes alemães existia uma grande tradição de clubes e sociedades, principalmente as que fossem voltadas para o canto ("*gesangverein*"), a ginástica ("*turnverein*") e de atiradores ("*schützenverein*"). Jesus (2001) destaca que os imigrantes que chegaram ao Brasil procuravam praticar atividades que os fizessem lembrar de sua terra natal, mantendo o idioma, costumes como o canto coral e a prática da ginástica, que além de ser realizada na escola, também possuía clubes voltados somente para esta finalidade.

A existência de clubes voltados para o divertimento e sociabilidade dos imigrantes reforça o conceito de Dumazedier (1980), que defende que o lazer deve ser uma atividade que o indivíduo desempenha por livre vontade

após se liberar das suas obrigações, de forma desinteressada e que resulte em satisfação e prazer para ele. Estas características definem como começou o time, com funcionários que jogavam futebol quando não estavam trabalhando e sem compromissos, somente buscando "divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua capacidade criadora" (DUMAZEDIER, 1980, p. 19).

Prodanov (2008) destaca que, embora os imigrantes alemães fossem muito ligados à prática esportiva e de culto ao corpo, não foram eles os responsáveis pela popularização do futebol em Novo Hamburgo: o esporte estava ligado aos trabalhadores das indústrias que estavam em desenvolvimento na localidade. O autor ainda salienta que devido à expansão coureiro-calçadista que ocorria na cidade nos primeiros anos do século XX, Novo Hamburgo passou a atrair novos moradores com origens distintas dos primeiros colonizadores da região e foram estes operários os responsáveis pela popularização do futebol nesta localidade.

Segundo Salles (1998), o futebol se tornou uma das mais importantes atividades de lazer do Brasil, pois permite que as classes de menor poder aquisitivo também possam ter contato e praticar este esporte, o que é reforçado por Moletta Junior (2009), que destaca que o futebol também era jogado fora dos clubes de elite, fato reforçado pela criação de times de imigrantes e populares. O autor cita como exemplo de time formado pela classe menos abastada o *Sport Club Corinthians Paulista* e de imigrantes, o Palestra Itália, atualmente chamado Sociedade Esportiva Palmeiras. O mesmo aconteceu na localidade de Novo Hamburgo, com trabalhadores fabris criando o primeiro time de futebol da cidade.

A fundação do *Sport Club Novo Hamburgo* em 1911

A história do *Sport Club Novo Hamburgo* começa antes da criação do time, mais especificamente com a industrialização do município de mesmo nome e com um dos pioneiros da indústria coureiro-calçadista: Pedro Adams Filho. O empresário era descendente de alemães e foi um dos líderes comunitários da cidade. O time teve o seu chute inicial em um churrasco da Fábrica de Calçados Sul-Riograndense, propriedade de Adams e instalada na localidade de Novo Hamburgo no ano de 1898 (SCHEMES, 2006).

Segundo Schemes (2006), Pedro Adams Filho tinha participação comunitária ativa na localidade de Novo Hamburgo, tendo sido sócio, presidente e fundador de diversas sociedades locais. A autora destaca que as associações era os espaços onde o mesmo encontrava os amigos e se divertia, mas também auxiliava em questões administrativas. Embora o nome do empresário não conste em nenhuma das atas estudadas, o time teve início com os funcionários de sua fábrica e o futebol estava presente nas confraternizações da empresa. Os sócios do *Sport Club Novo Hamburgo* eram trabalhadores das empresas calçadistas (PRODANOV; MOSER, 2011), não havendo distinção nas atas analisadas sobre os cargos ocupados por estes ou suas descendências. Prodanov (2008) afirma que os jogadores e sócios do time eram homens brancos, mas que nem todos eram descendentes de alemães.

Em entrevista concedida ao jornal Folha da Tarde em 30 de abril de 1971 e cujo recorte consta no acervo do clube, o primeiro presidente do clube, Manoel dos Martos relatou como se deu o início do *Club Foot-Ball Novo Hamburgo* em um dos churrascos oferecidos pelo industriário em comemoração ao dia do trabalho, no ano de 1911:

> Foi no dia primeiro de maio, lá no capão de Germano Frederich, onze horas da manhã. Os funcionários da fábrica de Pedro Adams batiam bola, esperando o churrasco pelo dia do trabalho. Aí tive a idéia de fundar um clube, marcamos uma reunião para a noite e

> fizemos a primeira ata. Tive que lutar muito para que o clube se chamasse Nôvo Hamburgo. (FOLHA DA TARDE, 30.04.1971)

Na entrevista fica evidente que o primeiro time da cidade não era elitizado e sim formado pela classe trabalhadora, reforçando o que Moletta Junior (2009) afirmou, que o futebol era praticado também fora dos clubes de elite, pela classe popular e operária. A primeira ata mencionada por Manoel dos Martos formaliza a criação da sociedade com o nome de *Club Foot-Ball Novo Hamburgo*, constando que estavam presentes trinta funcionários da Fábrica de Calçados Sul Rio-Grandense. Em nenhum registro do clube existem descrições dos cargos ocupados dentro da fábrica ou descendência dos sócios que compareceram à reunião. Ou seja, por mais que o time tenha começado em uma confraternização da indústria de Pedro Adams Filho, não era um time diretamente ligado à fábrica e nem comandado por seus superiores, o que era muito comum neste período.

Ainda na primeira reunião do time ficou deliberado que o 1° Secretário, o Capitão de Campo e o Vice-Presidente ficariam responsáveis pela elaboração do estatuto do time e sobre como ocorreria a entrada de novos membros no clube, ficando a sociedade obrigada a

> [...] facilitar a entrada de todos aquelles que quiserem propor-se, não cobrar joia alguma e sim a mensalidade de 1.000 reis (um mil reis) por mez. A joia será cobrada aos que se mandarem propor depois de se ter realizado a segunda secção de assembleia do *Club*. (*SPORT CLUB NOVO HAMBURGO*, Livro n. 1, Ata n. 1, 1911, p. 3)

Este ponto da ata de fundação do *Sport Club Novo Hamburgo* demonstra que este estava aberto a novos sócios e que não haveria nenhuma discriminação por este ser de fora da empresa ou por sua descendência, contanto que estes pagassem a mensalidade e a joia do time, que seria uma quantia paga no ato de inscrição na sociedade por aqueles que não eram sócios fundadores. Os já citados autores Prodanov e Maroneze (2015) destacam que algumas associações da localidade de Novo Hamburgo estavam restritas a imigrantes e descendentes de alemães, mas a ata de

fundação deixa claro que isto não era não era requisitado para a associação no clube.

Analisando os sobrenomes dos membros da primeira diretoria do *Sport Club Novo Hamburgo* é possível perceber que, ainda que vários dos membros fossem descendentes de alemães, como Aloys Hauschild, Alfredo Friedrich e Alberto Adams (irmão de Pedro Adams Filho), existiam membros de outras origens, como Manoel Lopes de Martos, Manoel Outeiro e Pedro Luiz da Silva. Isto comprova o que foi afirmado por Prodanov (2008), que os operários de diversas origens que foram atraídos pelas fábricas de calçados de Novo Hamburgo ajudaram a popularizar o futebol nesta localidade.

O time manteve as decisões tomadas nesta primeira sessão, sobre o valor da mensalidade e sobre facilitar a entrada de novos membros, porém o nome do clube acabou sendo alterado na reunião de 9 de novembro de 1911, conforme registro da ata:

> O Snr. Presidente, baseando-se no progresso e engrandecimento desta sociedade [...] propõe para que seja mudado o titulo da mesma de *Club Foot-Ball Novo Hamburgo* para o de *Sport Club N Hamburgo*, nesta proposta o Snr. Presidente demonstra as vantagens que offerecem a mesma: dizendo que conforme o desenvolvimento actual desta sociedade dentro em breve poderiamos em vez de só cultivarmos o *Foot-Ball*, poderiamos apresentar aos nossos associados muitos outros generos de *Sports*, os quaes só poderão concorrer para o engrandecimento da nossa sociedade. A proposta foi acceita por unanimidade. (*SPORT CLUB NOVO HAMBURGO*, Livro n. 1, Ata n. 12, 1911, p. 23)

Com este trecho podemos perceber o interesse que o clube tinha em ampliar suas atividades e modalidades esportivas, o que aconteceu somente no ano de 1923. A agremiação permaneceu com o nome *Sport Club Novo Hamburgo* até o ano de 1942, quando teve que trocar para Esporte Clube Floriano devido a pressões políticas decorrentes da Segunda Guerra Mundial e da campanha de nacionalização do Estado Novo.

O *Sport Club Novo Hamburgo*, que começou a sua história com a prática do futebol informal, logo passou a uma sociedade formalizada e com

estatutos próprios. Todos os feitos do clube, desde decisões pequenas como a confecção de um fardamento para o time até as mais grandiosas passavam por um mesmo processo: todas deveriam ser anunciadas e votadas em sessões de assembleia, que aconteciam mais de uma vez por mês e eram registradas nas atas presentes no acervo do clube, conforme trecho abaixo:

> Tratando-se do uniforme o Sr. Presidente pedio ao Sr. Manoel Outeiro para que exposesse as razões porque não se tinha obtido as camisetas das cores exigidas pello *Club*, fazendo uzo da palavra o Sr. Outeiro disse que as camisetas (das cores exigidas pelo *Club* fazendo) escolhidas pella amostra não se obtinhão em casa commercial e sim julgava que só mandando fabrica-las especialmente. Dando o seu aporte o Socio Sr. Frederico, oferecendo-se para usar das suas relações junto aos proprietários da fábrica de meias Porto Alegrense. (*SPORT CLUB NOVO HAMBURGO*, Livro n. 1, Ata n. 3, 1911, p. 7)

Este trecho deixa claro que não eram muitas as opções de fardamento encontradas na cidade, já que o uniforme com as cores do time teria que ser encomendado na capital. O futebol no estado do Rio Grande do Sul ainda era incipiente no ano de criação do time: por mais que o esporte tenha chegado a Novo Hamburgo, não eram todos os utensílios que poderiam ser encontrados na localidade, além de serem artigos caros, conforme trecho abaixo sobre o uniforme do clube:

> Maio de 1911 e eu estava me preparando para casar. O Nôvo Hamburgo já havia sido fundado dia primeiro, mas não tínhamos nenhum material para jogar. Depois de muita discussão resolvi ir a Pôrto Alegre de trem e como o clube não possuía dinheiro em caixa, gastei tôdas as minhas economias nessa viagem. Tive que adiar o casamento. (FOLHA DA TARDE, 30.04.1971)

Na sessão de número 12 foi discutido como seria o uniforme do time, ficando decidida a “adoptação das cores azul e creme para o fardamento dos *team*, a qual foi acceita por unanimidade de votos [...] camisa e bonet com listras azul e creme as quais deverão ser de 5 centimetros e caleção azul” (*SPORT CLUB NOVO HAMBURGO*, Livro n. 1, Ata n. 12, 1911, p. 23). Na foto abaixo (Figura 1) é possível contemplar este primeiro uniforme fabricado para o *Sport Club Novo Hamburgo*.

Figura 1 – Time do *Sport Club Novo Hamburgo* de 1911.
Fonte: *Sport Club Novo Hamburgo*. Acervo do clube.

Considerações finais

O *Sport Club Novo Hamburgo* é um clube com muitas peculiaridades em sua história: foi criado durante a confraternização de uma fábrica, mas não era ligado à mesma; estava inserido em uma comunidade de origem germânica, mas não tinha isso como requisito para a aceitação dos sócios; em uma época em que o futebol era um esporte de elite, os funcionários de uma fábrica de calçados montaram o primeiro time da cidade, bem como levaram o nome de Novo Hamburgo em sua camisa antes mesmo de a localidade estar emancipada de São Leopoldo.

Primeiramente foi necessário abordar alguns conceitos como lazer, associativismo, a colonização alemã na cidade de São Leopoldo, para que fosse possível compreender o contexto em que o e time havia sido criado. Com base na análise dos dados encontrados nas atas de reunião do clube, busquei reconstruir estas sessões e suas características, bem como a importância do futebol para os trabalhadores fabris, que criaram o time e

formalizaram esta associação, criando estatutos e tendo reuniões para definir as diretrizes para a agremiação.

A relevância do assunto estudado se encontra principalmente no fato de, através do time, podermos compreender como estava organizada esta associação de lazer e a importância do futebol para os operários, permitindo caracterizarmos como era o futebol no início do século XX nesta localidade. O *Sport Club Novo Hamburgo* foi pioneiro no futebol na cidade e acredito que este trabalho sirva como uma forma de homenagear este time, ressaltando o valor que o esporte tinha para os sócios, fossem eles jogadores, dirigentes ou torcedores.

O time enfrentou diversas mudanças desde a sua fundação, como a mudança de seu nome durante a Segunda Guerra Mundial, para que não fosse associado à Alemanha e a profissionalização do futebol, tão oposta ao time que começou como um modo de lazer dos operários. Mesmo com todas as mudanças, o *Sport Club Novo Hamburgo* nunca abandonou o futebol, comprovando a sua importância como forma de lazer para esta localidade e todos os membros do clube.

Referências

ACERVO SPORT CLUB NOVO HAMBURGO. Atas de reuniões de diretoria e assembleia geral, n° 1 a 184 e imagens do acervo. Acesso em: 30 abr. 2018.

DIEGUES JUNIOR, Manuel. Imigração, urbanização, industrialização. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

DUMAZEDIER, Jofre. Planejamento de lazer no Brasil: a teoria sociológica da decisão. São Paulo: Sesc, 1980.

FOLHA DA TARDE. Entrevista com o primeiro presidente do SCNH. Novo Hamburgo, 30 abr. 1971.

GERTZ, René E. O Fascismo no sul do Brasil. Germanismo, Nazismo, Integralismo. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. O futebol da Canela Preta: o negro e a modernidade em Porto Alegre (RS). Anos 90 (UFRGS). Porto Alegre, v. 11, p. 144-161, 1999.

JESUS, Gilmar Mascarenhas de. Imigrantes desportistas: os alemães no sul do Brasil. Scripta nova: revista eletrónica de geografia y ciencias sociales. Barcelona, v. 1, n. 94, ago. 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-108.htm>. Acesso em 20 jun. 2018.

MOLETTA JUNIOR, Celso Luiz. Futebol e formação do espaço público no contexto da fundação do Coritiba Football Club (Curitiba, 1900-1915). 2009. 135 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná. Disponível em:< https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/20721/Dissertacao%20Celso%20Luiz%20Moletta%20Junior.PDF?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MÜLLER, Telmo Lauro. Colônia alemã, 160 anos de história. São Leopoldo: Rotermund, 1984.

PETRY, Leopoldo. O município de Novo Hamburgo. Porto Alegre: A Nação,1944.

PRODANOV, Cleber. O futebol no extremo sul do Brasil e sua chegada na região alemã de Novo Hamburgo. Revista digital EF Deportes: Buenos Aires, ano 13, n. 122, 2008.

_____; FERNANDES, Luiz Fernando. Foot-ball Club Esperança, Esporte Clube Novo Hamburgo e a rivalidade futebolística na cidade industrial. Revista digital EF Deportes: Buenos Aires, v. 81, edição especial, artigo 1, 2011.

_____; MARONEZE, Luiz Antonio Gloger. Primeiro tempo: sociabilidade e as tensões da modernidade em Novo Hamburgo. Revista Recorde: Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 1-17, jul./ dez. 2015.

_____; MOSER, Vinícius. Marcas de uma história, marcas do futebol: o Foot-Ball Club Esperança. Revista digital EF Deportes: Buenos Aires, ano 15, n. 152, 2011.

RIETH, Ricardo Willy. Associativismo e protestantismo na imigração e colonização: o caso da Associação Gustavo Adolfo. In: Estudos Teológicos, v.47, n.2, p.27-43, 2007. Disponível em: <http://www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos/vol4702_2007/ET2007- 2b_rrieth.pdf>. Acesso em 08 ago. 2018.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969.

SALLES. José Geraldo do Carmo. Futebol: um lazer mágico da cultura brasileira. Motus Corporis, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 42 – 56, 1998.

SCHEMES, Claudia. Pedro Adams Filho: Empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901 - 1935). 2006. 446 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3814#preview>. Acesso em: 03 jun. 2018.

SCHUTZ, Liene Martins. Novo Hamburgo, sua história, sua gente. Porto Alegre: Pallotti, 1995. 218 p.

SEYFERTH, Giralda. Identidade Étnica, Assimilação e Cidadania. A imigração alemã e o Estado Brasileiro. Trabalho apresentado no XV Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, MG, 22-25 de outubro de 1993. Disponível em: < http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_08>. Acesso em 26 maio 2018.

_____. A representação do trabalho alemão na ideologia étnica teuto-brasileira. In: CARVALHO, Maria do Rosário G.de (org.). Identidade étnica, mobilização política e cidadania. Salvador: UFBA 1994. 141 p.

Criando um Herói: A Construção de Personagem de Dom Pedro I em "Independência ou Mortos"

Laura Giordani[1]

Dado seu lugar na historiografia do processo de Independência do Brasil, Dom Pedro I é considerado por muitos um herói da História brasileira, principalmente por ter sido ele quem a declarou em sete de setembro de 1822. Visto isso, quando obras ficcionais – como romances, filmes, novelas, séries, etc. – são elaboradas possuindo esse momento da História como inspiração, Dom Pedro I usualmente é retratado como sendo o protagonista e assume o papel de herói na história que está sendo contada. No presente trabalho, será analisado como foi feita a construção do personagem de Dom Pedro I como um herói e protagonista da *graphic novel* brasileira *Independência ou Mortos*, cujo o roteiro o coloca enfrentando portugueses e zumbis para que a emancipação do Brasil seja conquistada.

Independência ou Mortos e sua Proposta

Independência ou Mortos foi publicada em setembro de 2012, tendo como roteirista Fabio Yabu – que usou o pseudônimo "Abu Fobiya" – e Harald Stricker como ilustrador. A narrativa da revista reproduz os eventos que se iniciaram com a Fuga da Família Real em 1808, e se encerrando em 1822 com a declamação da Independência do Brasil em 1822, porém adicionando o monstro "zumbi" na sua narrativa, participando como antagonista junto aos portugueses, contribuindo com o desenrolar dos acontecimentos da história. A inclusão desse personagem se dá por na época em que a *graphic novel* foi elaborada e publicada - final dos anos 2000 e início dos anos 2010 – o material midiático com o tema "zumbi" estava na moda, tanto que diversos filmes, livros,

[1] Mestra em História; lauragiordani@outlook.com

seriados e histórias em quadrinhos foram produzidos com esse personagem como ponto central.

A adição de um monstro tão fantasioso na narrativa a princípio parece ferir o propósito de recontar os acontecimentos históricos sendo narrados na *graphic novel*, porém ao observarmos as notas do posfácio dos autores, é possível perceber que manter a exatidão histórica não era o objetivo:

> Em meio a tantas distorções e absurdos, "Independência ou Mortos" tem também seu lado fidedigno. Os autores sentem-se orgulhosos por ter mostrado o protagonista "Mão de Martelo", D. Pedro I, como um personagem falho e inseguro que eventualmente encontrou seu caminho. Que, entendendo ao chamado do dever, preferiu ficar no Brasil a voltar a Portugal. Que enfrentou exércitos e poderes muito maiores do que os dele, e, mesmo sendo dono de continental lista de defeitos, contou com o apoio da nação e reservou seu lugar no estreito panteão de heróis nacionais. O D. Pedro I visto nessas páginas pode não ser o mesmo que ilustra o célebre quadro de Pedro Américo ou os livros escolares, mas acredite, tem muito em comum com aquele que o inspirou. (YABU; STRICKER, 2012, p.147)

Essa citação dos autores não apenas salienta que desde o início a intenção era criar uma história divertida a respeito da História do Brasil, mas aponta que eles pretendiam mostrar Dom Pedro I como um herói, demonstrando o que parece ser uma certa admiração por Dom Pedro I. Consequentemente, existia a necessidade de criar a versão deles de Dom Pedro I, uma que se encaixaria como o protagonista e herói de um roteiro de história de quadrinhos.

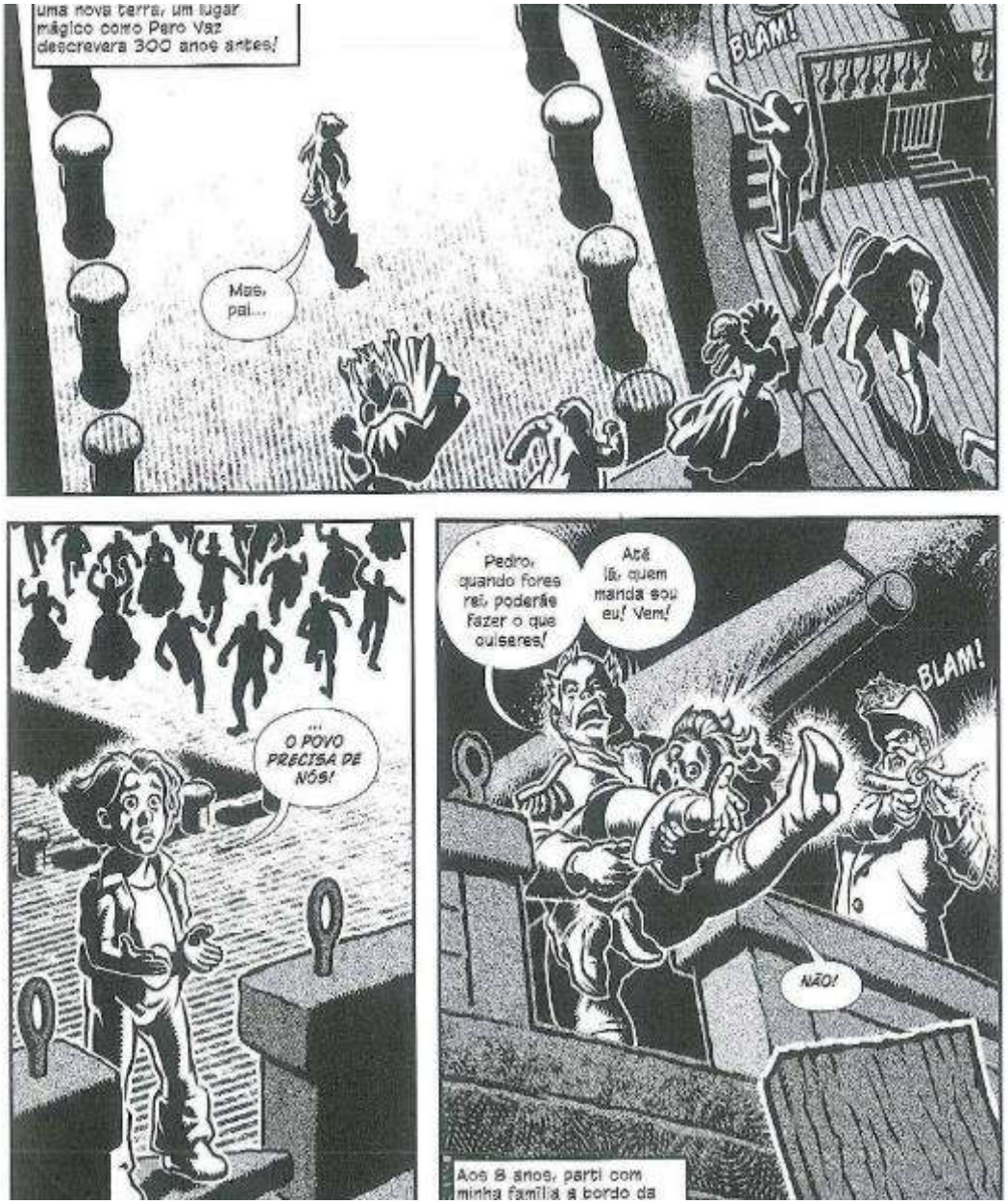
Diferente da escrita científica da História, que procura ser objetiva e ter seu enredo voltado à descrição sobre o que aconteceu no passado de forma que se construa um relato narrativo sobre a História (WHITE, 2014, p.76), a narração ficcional da História busca montar seu enredo ao redor dos acontecimentos e dramatizá-lo para causar uma reação emocional no leitor ou para contar uma visão anacrônica desses eventos a fim de dialogar com o presente. Com base nisso, pode se observar que *Independência ou Mortos*

utiliza a perspectiva do presente de "Dom Pedro I, herói nacional" para construir o personagem que está presente na *graphic novel*, e os zumbis são utilizados como um fator de seu desenvolvimento.

Momentos-Chave de Protagonismo e Heroísmo de Dom Pedro I

Na literatura ocidental, é possível observar que os heróis das narrativas demonstram um ponto de vista ou algum tipo de princípio ou crença que faz com que ele seja diferente dos demais e isso faz com que as pessoas sejam inspiradas a tê-lo como líder. As características que encaixam Dom Pedro I como o herói e protagonista em *Independência ou Mortos* se revelam em momentos-chave da narrativa, demonstrando o seu diferencial perante outros personagens ou que exibem sua determinação.

O primeiro desses momentos ocorre passa logo no início da narrativa, na página 11 (imagem 1), quando a Família Real está deixando Portugal para evitar as tropas Francesas. Aqui, mesmo sendo uma criança, Dom Pedro I já demonstra ter atitudes e ideais diferentes de seu pai: Enquanto Dom João VI coloca em prioridade a segurança do status dele e da Família Real, Dom Pedro I questiona essa decisão, dizendo que eles tinham que ficar porque o povo precisava deles, já possuindo o que parece ser uma crença que o papel da Família Real como governante é zelar pelo seu povo. Esse momento mostra o contraste das personalidades de Dom Pedro I e Don João VI: o primeiro sendo retratado como um indivíduo corajoso e determinado, e o segundo como um homem inteligente, porém covarde.



(Imagem 1) FOBIYA, Abu; STRICKER, Harald. *Independência ou Mortos.* Curitiba: Nerdbooks, 2012, p. 11.

Visto que o objetivo da *graphic novel* é fazer de Dom Pedro I um herói do brasileiro mesmo sendo um príncipe português, mostrava-se necessário exibir ao leitor que ele possuía afinidade com o Brasil a fim de evitar

falhas na narrativa. Essa exposição ocorreu na página 63 (imagem 2) com o monólogo de Dom Pedro I como um jovem aproveitando uma vida boêmia no Rio de Janeiro, completamente afastado de suas responsabilidades como príncipe. O que se destaca nesse momento é o discurso presente nos quadros de narração, neles Dom Pedro I fala de seu amor ao Brasil e o declara como seu lar. Essa sua identificação como um brasileiro ao invés de como um português molda o senso de dever que Dom Pedro I têm com o país na narrativa.

(Imagem 2) FOBIYA, Abu; STRICKER, Harald. *Independência ou Mortos*. Curitiba: Nerdbooks, 2012, p. 63.

O momento-chave mais importante da revista é uma série de acontecimentos que ocorrem entre as páginas 88 e 90, quando o Dia do Fico ocorre. Na página 88 (imagem 3), uma tropa portuguesa liderada pelo Capitão Avilez, com o objetivo de levar a Família Real Portuguesa de volta à Portugal, chega ao Rio de Janeiro ao mesmo tempo que um ataque zumbi está ocorrendo na cidade. Dom João VI, mesmo não realmente desejando deixar o Brasil, decide que ele e sua família irão com retornar à Portugal para fugir da ameaça, porém Dom Pedro I se mostra dividido: Por um lado a sua família está incentivando ele a deixar o perigo e fugir com eles, por outro o povo se mostra desamparado e desejando que ele fique para salvá-los.

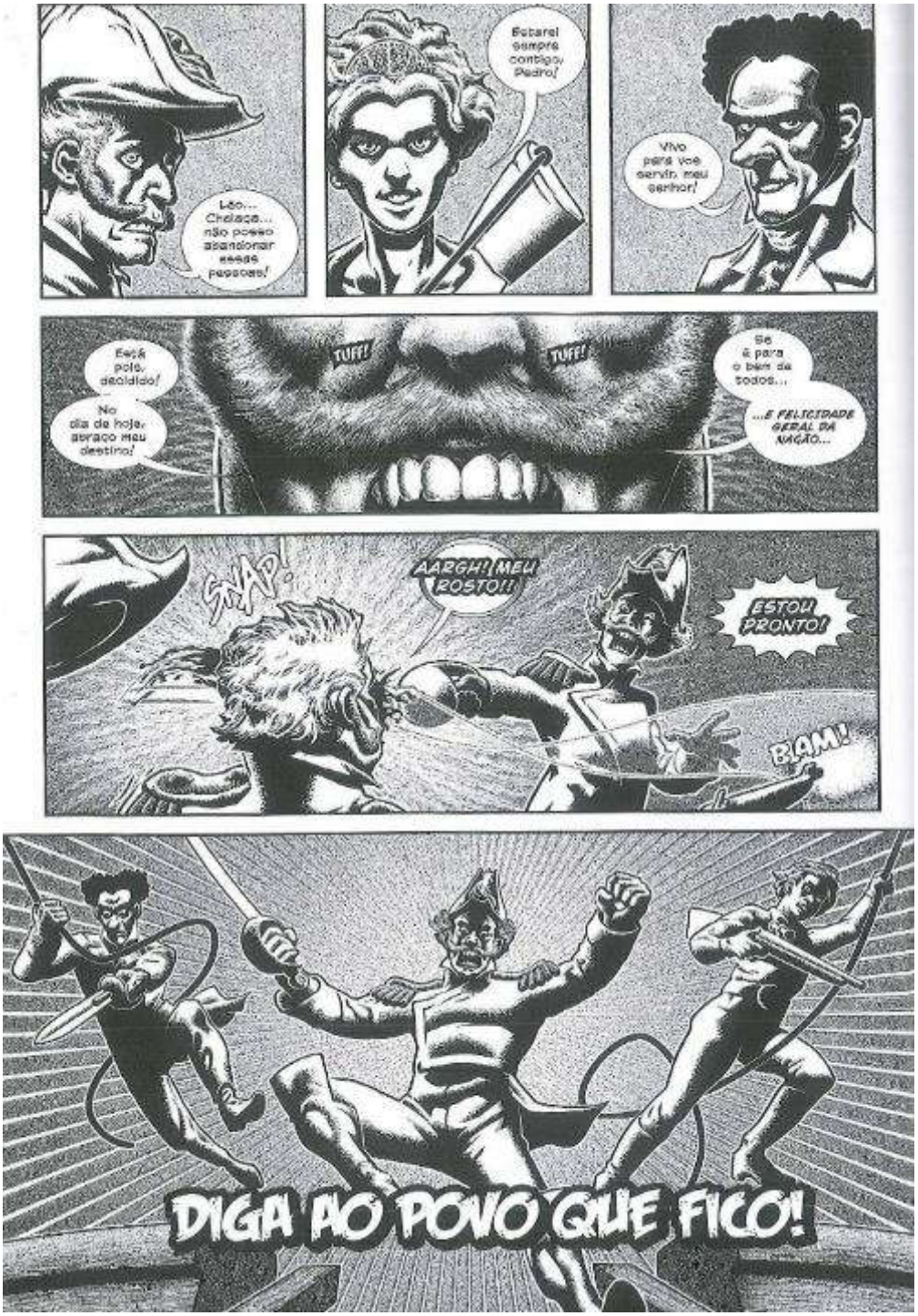
Tal como aconteceu no início da *graphic novel*, o que Dom Pedro I e o que Dom João VI acreditam que é o certo a fazer são conflitantes, porém dessa vez Dom Pedro I é um adulto e não mais suplica que seu pai fique e lute, mas sim exige, chamando-o de “covarde” por considerar outra opção. Aqui, Dom Pedro I não apenas se separa completamente do pai e assume seu papel como governante do Brasil, além de ser quando ele se rebela contra Portugal.

(Imagem 3) FOBIYA, Abu; STRICKER, Harald. *Independência ou Mortos*. Curitiba: Nerdbooks, 2012, p. 88.

O Dia do Fico acontece na página 90 (imagem 4), quando Dom Pedro I decide ficar no Brasil para defender o país da ameaça dos zumbis e

com a consciência que estava fazendo Portugal sua inimiga. Ele faz isso com o apoio da Dona Leopoldina e de Chalaça, que são seus companheiros de maior confiança na *graphic novel* e no qual ele possui muito afeto. É nesse momento em que Dom Pedro I se torna um adulto, algo que retratado comicamente com o seu bigode crescendo espontaneamente, e assumo seu papel como monarca e como protetor do Brasil. Enquanto na narrativa historiográfica a intensidade desse evento se dá por conta da posição política em que Dom Pedro I acabou se encontrando, na revista a intensidade está no aspecto físico do conflito, visto que ele está pulando para uma batalha contra os zumbis que estão ameaçando a segurança de seu povo.

ANAIS – ISBN: 2317-0980



(Imagem 4) FOBIYA, Abu; STRICKER, Harald. *Independência ou Mortos*. Curitiba: Nerdbooks, 2012, p. 90.

Na página 101 (imagem 5) há um momento um tanto curioso, pois não exibe a força de Dom Pedro I ou sua determinação, mas sim o reconhecimento da falta de sua própria capacidade. Nessa parte da *graphic novel*, o Dia do Fico acabou de ocorrer e Brasil se encontra em estado de caos por conta da saída repentina de Dom João VI do governo, os zumbis continuam se mostrando uma ameaça ao Brasil, e há forças e oficiais portugueses que não aceitam o seu governo. A fim estabilizar a situação do país, Dom Pedro confia a José Bonifácio e a Dona Leopoldina a administração do país enquanto ele iria suprimir os focos de revolta.

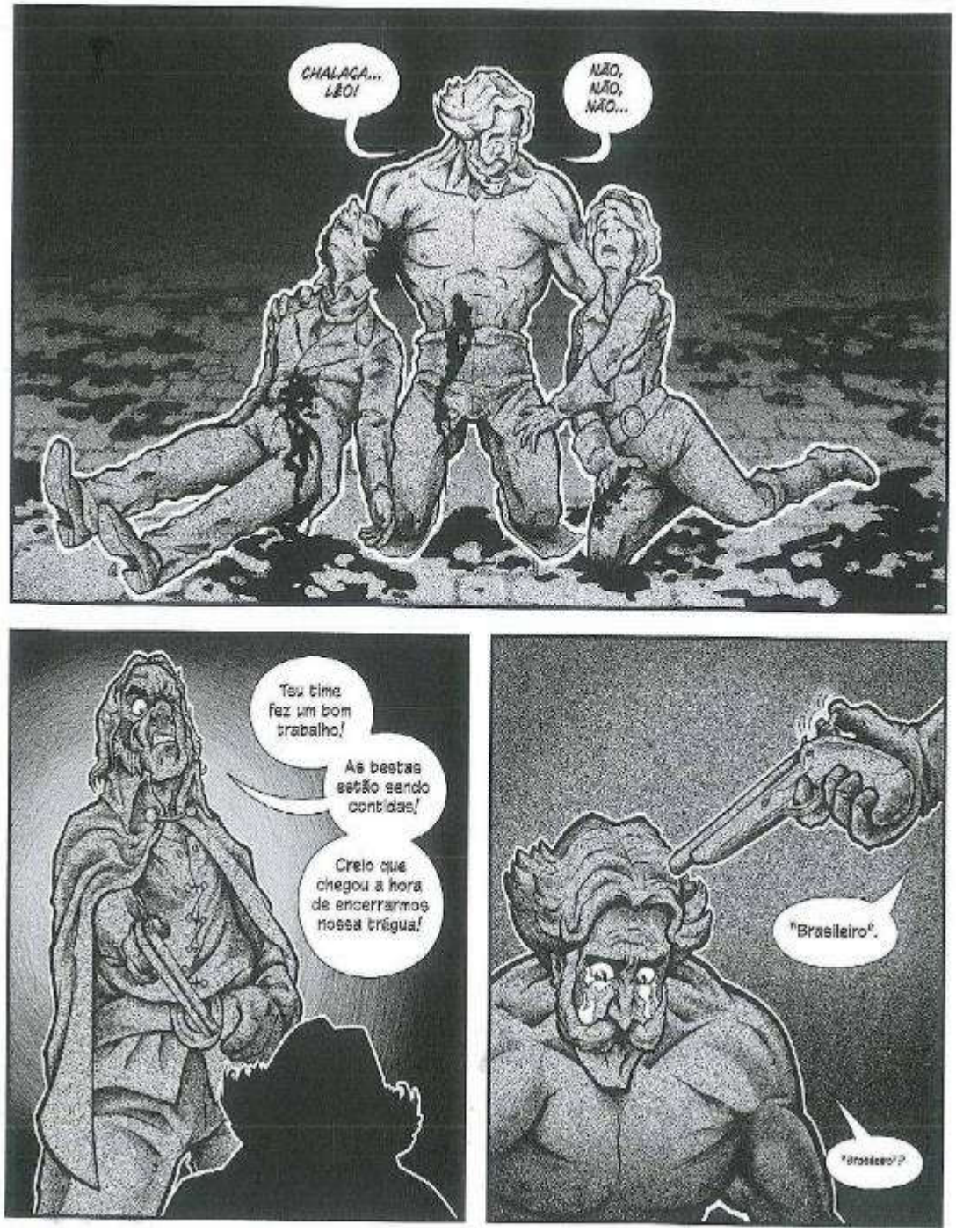
No discurso presente no quadro final da página, Dom Pedro I reconhece que passou muito tempo longe das suas responsabilidades como príncipe, porém estava pronto para finalmente assumi-las, focando-se na questão militar da pacificação do país, estabelecendo seu papel como um rei guerreiro ao invés de burocrático. Esse ato o apresenta como um como um indivíduo que considera que seu papel como monarca é governar e zelar pelo Brasil e seu povo, porém reconhecendo que suas habilidades estão na força física, que ele é um homem de ação e combate, e sabe que não possui capacidade administrativas de governo, então ele confia a outras pessoas essa parte da administração para pessoas o qual ele considera competentes.

(Imagem 5) FOBIYA, Abu; STRICKER, Harald. *Independência ou Mortos*. Curitiba: Nerdbooks, 2012, p. 101.

Próximo ao final da *graphic novel*, da página 139 a 140 (imagens 6 e 7), há o confronto final entre Dom Pedro I e Capitão Avilez, em que é revelado a característica mais importante de um herói da ficção: a resiliência. Nesse momento, Dom Pedro I se encontra desamparado e tomado pelo luto, dado que

o resultado da batalha contra os zumbis resulta com Dona Leopoldina infectada pela doença que causa a transformação e com Chalaça morto, deixando a crança que ele não tem mais razões para lutar. Aproveitando-se da situação, Capitão Avilez decide insultar Dom Pedro I e mata-lo nesse momento de vulnerabilidade, porém, para sua surpresa, Dom Pedro I reage e o mata.

Nas narrativas ficcionais, os heróis sempre precisam seguir em frente e nunca desistir de seu objetivo, não importando o que eles acabam sacrificando no caminho, pois eles possuem um compromisso por uma causa maior que é mais importante do que seus motivos pessoais. No caso de Dom Pedro I, por mais que ele tivesse compromissos e amor à Dona Leopoldina e Chalaça, ele não podia desistir de sua vida pois sua responsabilidade estava com o Brasil, então ele não poderia ser derrotado.



(Imagem 6) FOBIYA, Abu; STRICKER, Harald. *Independência ou Mortos*. Curitiba: Nerdbooks, 2012, p. 139.

(Imagem 8) FOBIYA, Abu; STRICKER, Harald. *Independência ou Mortos*. Curitiba: Nerdbooks, 2012, p. 139.

Todos esses acontecimentos da narrativa revelam aos poucos a personalidade que os autores deram ao personagem – tal como quais valores ele respeita e como ele enfrenta suas dificuldades -, assim criando uma simpatia com o leitor e revelando-o como o herói, além de prender a atenção do leitor. A dificuldade que se apresenta na *graphic novel* é a facilidade de confundir ou mesclar a personagem ficcional de Dom Pedro I com o personagem histórico Dom Pedro I, por isso, esses momentos da *graphic novel* servem não apenas para manter o conflito da narrativa em andamento, como também como pontos de interesse para o leitor conhecer melhor Dom Pedro I como o personagem de *Independência ou Mortos,* e não como um personagem da História.

Considerações Finais

A construção do personagem de Dom Pedro I como herói é feita de forma quase que exclusiva por conta da sua força e senso de compromisso. Em nenhum momento ele é mostrado como um líder político forte ou como um líder administrativo, mas como um homem de ação. Esse aspecto se dá principalmente por conta do tema da *graphic novel*, que por mais que tenha intrigas políticas ocorrendo em suas páginas, o seu maior foco está no conflito físico de humanos, principalmente de Dom Pedro I, contra os zumbis.

Mesmo que história contada na *graphic novel* tenha sido elaborada com o objetivo de entreter, é interessante ter essa visão diferente de Dom Pedro I, pois mesmo essa sendo uma versão um tanto absurda e cômica da Independência, foi feito um esforço para equilibrar Dom Pedro I como um herói e como um indivíduo com suas falhas e qualidades.

Referências

CARDOSO, Ciro Flamirion Santana. A Crise do Colonialismo Luso na América Portuguesa 1750/1822 (Cap. 3). In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 101-124.

EISNER, Will. Quadrinhos e a Arte Sequencial. São Paulo. Martins Fontes Editora LTDA. 1989.

ELKINS, James. Visual Studies: a skeptical introduction. New York and London: Routledge, 2003.

FOBIYA, Abu & STRICKER, Harald. Independência ou Mortos. Curitiba: Nerdbooks, 2012.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. (Organização e revisão Técnica Arthur Ituassu). Tradução Daniel Miranda e William. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO, 2016.

LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Imperial. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

McCLOUD, Scott. Desvendando os Quadrinhos. São Paulo: Mbooks, 2005.

Mitchell, William John Thomas. Iconology. Image, Text, Ideology. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1986.

NOVAIS, Fernando A. & MOTA, Carlos Guilherme. A Independência do Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

RAMOS, Paulo. A leitura dos quadrinhos. São Paulo: Contexto, 2009.

VERGUEIRO, Waldomiro; SANTOS, Roberto Elísio dos. (org.). A linguagem dos quadrinhos. São Paulo: Criativo, 2015.

WALKER, John A. & CHAPLIN, Sarah. Visual Culture: an introduction. Manchester University Press, 1997.

WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso: Ensaios sobre a Crítica da Cultura. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)

Luisiane da Silveira Gomes[1]

No período da redemocratização do Brasil, um dos fatores que contribuíram para a disseminação do movimento feminista foi o retorno das exiladas brasileiras, sobretudo aquelas vindas da França. Havia, neste país, um movimento de mulheres bastante expressivo e aquelas tiveram a oportunidade de aprofundarem-se nas leituras pertinentes, bem como trazer para terras brasileiras livros sobre a temática e novas pautas de discussão, possibilitando uma "imensa influência do movimento feminista no Brasil e também no papel das mulheres no novo cenário partidário nacional, com o retorno do pluripartidarismo" (POHNDORF, 2013, p. 98).

Neste sentido, Vera Garcia[2] nos relata a experiência da criação, no final dos anos 1970, de um grupo feminista na cidade de Pelotas. O grupo feminista Gênese surgiu no meio estudantil através de uma deliberação de mulheres que militavam no Partido Revolucionário Comunista (PRC). Tal grupo nasceu em decorrência da necessidade de trazer à tona discussões mais específicas, tais como a questão da mulher, para o interior do movimento estudantil num momento em que a principal bandeira de luta era o fim da ditadura civil-militar e a redemocratização do país. Com isso, no contexto em que o grupo feminista surgiu, era evidente a falta de abertura para demandas específicas, fossem elas de gênero, raciais ou direitos homoafetivos, tanto no movimento estudantil como nos partidos políticos (mesmo os de esquerda), onde as bandeiras eram mais genéricas.

[1]Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS –; doutoranda em História; bolsista CAPES; e-mail: luisiane.gomes88@gmail.com
[2]Vera Garcia foi nossa única entrevistada que fez parte do Gênese desde sua criação, pois foi militante da Resistência ao longo de toda sua graduação e continuou no partido por algum tempo.

Importante salientar que o Gênese foi articulado por mulheres e, apesar do mesmo ter sido criado por militantes do PRC, ele era autônomo e independente de partidos políticos, uma vez que participavam mulheres de diferentes tendências estudantis e também de diferentes partidos. Mais tarde, acabou sendo criado o Movimento Feminista de Pelotas, onde este reunia o grupo Gênese, algumas mulheres da ala feminina do MDB e de outros partidos, assim como realizava fóruns de discussão na cidade. E, já naquele momento, uma das pautas destes encontros dizia respeito à violência sofrida pelas mulheres. Além disso, era proibida a participação de homens no grupo. Havia os que eram "aliados", no entanto, as discussões eram comandadas somente pelas mulheres, isso para manter a total autonomia destas. A seguir, Vera Garcia nos explica melhor essa afirmação:

> "Não tínhamos essa visão de que "ah os homens podiam participar", não, eram somente as mulheres mesmo, porque a gente tinha essa discussão de que nós sofríamos efetivamente isso. Os homens eram até aliados, podiam ajudar em várias coisas, mas a discussão era nossa, para evitar mais uma vez o aparelhamento, ou redirecionamento para outras questões". (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014)".

O Gênese acabou semeando dentro do movimento estudantil a discussão acerca da questão feminina e, em muitas situações, as integrantes eram convidadas a fomentar debates sobre sexualidade e a questão da mulher em alguns diretórios acadêmicos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), especialmente nos cursos de Medicina Veterinária e Agronomia, uma vez estes eram constituídos majoritariamente por homens. Podemos inferir que havia mulheres cursando estes cursos, porém em número bem inferior. Talvez esse fato seja reflexo do comportamento esperado pela sociedade para com as mulheres. Assim, de acordo com Ferreira, "no processo social de construção da realidade, os papeis masculinos e femininos são socialmente

constituídos e culturalmente definidos, estabelecendo-se para cada gênero um código específico" (FERREIRA, 1996, p. 50).

Para além dessa discussão acerca dos espaços ocupados pelas mulheres nas universidades, o objetivo norteador do grupo Gênese era transpor os muros da universidade e levar a discussão feminista até as mulheres trabalhadoras, principalmente aquelas que trabalhavam em fábricas, ou as safristas. Ademais, havia também a participação do grupo em alguns bairros de Pelotas. Segundo Vera Garcia,

> "Nós íamos às categorias, como, por exemplo, o sindicato da alimentação, porque a maioria das mulheres trabalhava no sindicato da alimentação na época da safra (as chamadas safristas), nós éramos convidadas a falar. Eu me lembro de ir numa fábrica, onde havia um monte de mulher e nós falávamos para elas sobre a condição feminina e a luta feminista e o que isso significava. Em alguns bairros também participávamos, mas assim, como era só esse grupo que existia, o pessoal procurava bastante, mas na verdade a nossa luta principal era fazer essa discussão dentro do movimento estudantil, mas depois se ampliou. Nós acabamos fazendo esses tipos de atividades (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014)".

O grupo Gênese permaneceu em atividade por quatro anos e durante o período de funcionamento, o mesmo realizava encontros semanais em que eram discutidos diversos temas pertinentes, dentre eles a questão da violência contra mulher, como já mencionado em outro momento. Para tanto, o grupo realizava atos e contava com o apoio e participação do movimento estudantil. Segundo Vera Garcia, o grupo Gênese não foi adiante porque ele cumpriu seu papel naquele momento, que era fomentar a discussão no meio estudantil e partidário, bem como provocar inquietação, em outras mulheres, acerca da situação da mulher brasileira. Ao longo desse período foi criado, em Pelotas, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e, conforme Garcia, a partir desse espaço, elas conseguiriam atingir um número maior de mulheres. Na sua percepção, o Gênese, enquanto movimento feminista, estava muito relacionado com a academia, uma vez que todas as mulheres que

participavam daquele eram universitárias e também militantes no movimento estudantil, ou seja, não havia participação efetiva de operárias ou mulheres trabalhadoras construindo em conjunto o grupo.

Um episódio que marcou a trajetória dessa geração de militantes do movimento estudantil pelotense foi a invasão à Casa do Estudante da Universidade Federal de Pelotas (CEU/UFPel). Isso se deu, talvez, muito em razão da abertura de espaço, no movimento estudantil pelotense, para a discussão de temas relacionados às questões femininas. Em março de 1981 o DCE/UFPel preparou um ato na Casa do Estudante em represália à proibição da entrada de mulheres naquele recinto. No dia 20 de março daquele ano, os estudantes deliberam, em assembleia geral, um dos pontos da pauta de reivindicações que dizia respeito ao favorecimento do livre acesso feminino à casa do estudante. O pedido foi encaminhado à reitoria, porém tal reivindicação estudantil acabou não sendo atendida. Com o pedido negado, os estudantes, sobretudo as mulheres, ameaçaram invadir a CEU. O estopim ocorreu quando a mãe de um aluno do curso de Medicina Veterinária que se encontrava doente e necessitava de amparo foi impedida de adentrar nas dependências da CEU.

A invasão estava marcada para acontecer no dia 31 de março, data emblemática na história recente do Brasil. Em nenhum relato, os entrevistados relacionaram o ato de invadir a CEU com a data em que se deu toda a movimentação golpista no ano de 1964. Talvez tivesse sido apenas uma coincidência, pois, alguns dias antes os estudantes tinham encaminhado à reitoria uma série de reivindicações, e nem todas foram atendidas. Mas o fato é que a invasão ocorreu num momento representativo.

No dia marcado para a invasão, às 18h30 min., um grupo de mulheres já estava com todas as tarefas deliberadas a partir de diversas assembleias ocorridas anteriormente. A ação foi bem articulada e as

estudantes foram divididas entre aquelas que iriam ficar na frente do prédio, para uma espécie de vigília contra qualquer tentativa de repressão, e aquelas que iriam fazer a ocupação da CEU. Após o comando, as mulheres adentraram à CEU, onde foram recebidas com uma chuva de papeis picados e aplausos pelos moradores da casa, bem como por populares que acompanhavam toda a movimentação. Além disso, segundo Renato Della Vechia (2010), a manifestação contou com o apoio de estudantes vindos de Porto Alegre[3] e Santa Maria, cidades que também tiveram episódios parecidos anteriormente. Ademais, também foram prestar apoio aos manifestantes os grupos feministas atuantes naquelas cidades, como o Germinal, de Santa Maria, e o Coletivo de Mulheres da UFRGS. Vera Garcia participou da invasão e conta em detalhes como a mesma ocorreu. Revela que, ainda hoje, sente por ter sido designada para ficar de vigília no lado externo da CEU, enquanto outras militantes entraram na Casa:

> "[...] E eu participei, várias mulheres participaram também. A única situação que eu lembro que ficou ruim para mim, vou fazer uma confissão que é dolorosa até hoje... eu fiquei designada para ficar na frente, porque como foi uma coisa organizada de antemão, algumas mulheres ficaram na frente e outras entraram junto com todo mundo. E tinha essa coisa assim: como tu eras do movimento e tu estavas ali ajudando a deliberar aquelas questões, então algumas mulheres tinham que ficar cuidando, e homens também, para não ter repressão, para não ter Brigada [militar]. Então, eu e outras mulheres ficamos na frente da casa do estudante fazendo, o que eu posso dizer assim, uma vigília, e chamando outras pessoas para entrar. Eu participei com essa tarefa, cada um tinha uma tarefa, porque no movimento as tarefas eram deliberadas para cada um e tinha essas especificidades. Mas participei sim, foi muito bom! Teve cobertura da televisão na época, eu lembro muito bem que no outro dia todo mundo foi para TV ver a invasão da casa. Foi muito interessante, um marco na cidade (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014)".

[3]A invasão feminina à CEU/UFRGS aconteceu no dia 29 de abril de 1980. As participantes reivindicavam o direito à moradia mista, uma vez que a moradia era assegurada somente aos homens e a entrada de mulheres (fossem mães, irmãs, amigas, etc.) era proibida. O grupo feminista Liberta, em conjunto com os moradores da CEU, foram os responsáveis pela articulação do movimento, e a conquista desse direito ocorreu somente em 1982. Sobre o assunto ver: https://www.youtube.com/watch?v=N5it9NYzyMc, acesso em: 22/07/2015.

Ainda sobre a questão da moradia masculina, Maria do Carmo Lessa afirma que, pelo fato da CEU/UFPel ser destinada, única e exclusivamente, para estudantes do sexo masculino, isso tornava o acesso à educação superior ainda mais difícil para as mulheres que moravam em outras cidades e não tinham condições de subsidiar sua moradia em Pelotas, limitando-as a uma condição restrita quanto aos seus estudos. Ademais, Lessa enfatizou que a discriminação contra a mulher se refletia nos relacionamentos afetivos, já que, por ser garantida moradia gratuita para os homens, estes vinham para Pelotas estudar e morar, ao passo que suas namoradas permaneciam em suas cidades de origem, restando a elas esperar pelo retorno dos namorados para tornarem-se esposas e donas de casa.

> "[...] o que acontecia? Os rapazes vinham para estudar, se formavam na faculdade, até namoravam aqui pela cidade, mas voltavam para casar com as coitadas que tinham ficado na terra deles, que iam ser mulher, procriar e fazer tudo aquilo e que eles tinham aquele troféu guardado na cidade deles. Isso também era complicado para gente, porque, às vezes, a gente namorava os coleguinhas, mas sabíamos que eles tinham um trofeuzinho guardado na cidade deles e que elas nunca iam ter acesso a vida deles, assim, no dia-a-dia. E eles voltariam e casariam com as meninas de lá. E elas coitadas nunca teriam acesso a uma faculdade, ter essa mesma oportunidade de poder escolher, namorar aqui, namorar lá (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedia a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014)".

Portanto, conforme a afirmação de Maria do Carmo Lessa no parágrafo acima, a principal conquista após a invasão à CEU/UFPel foi que a mesma passou a ter um andar destinado somente a mulheres, uma vez que, ao ser proibida a entrada destas na casa, não havia moradia feminina gratuita para aquelas mulheres que não possuíam uma condição financeira confortável. Este fato prejudicava muitas meninas de diferentes lugares do Brasil que buscavam ingressar na universidade, o que fica evidenciado no artigo publicado pelos estudantes no jornal *Diário da Manhã*; ademais, mulheres cujas famílias possuíam melhores condições financeiras, residiam em casas ou apartamentos alugados, os quais eram divididos com outras

mulheres. As moças, oriundas de famílias mais controladoras podiam residir em pensionatos. De acordo com Renato Della Vechia, em sua entrevista, essa situação interferiu na adesão feminina ao movimento estudantil naquele momento, ainda que a repressão ao movimento, neste período de nossa pesquisa, fosse um pouco mais branda do que nos anos anteriores. O país vivia ainda sob uma ditadura e medo pairava. Assim, aquelas mulheres que viviam nos pensionatos, ou as que possuíam família na cidade, sofriam com proibição familiar, ao passo que aquelas que moravam sozinhas possuíam liberdade maior de atuação.

> "[...] As mulheres normalmente ficavam em pensão, [...]. Os homens, normalmente, criavam repúblicas (um grupo de estudantes alugava um apartamento). Algumas mulheres faziam isso [...] Então, as estudantes que vinham de fora, de qualquer forma, elas ainda tinham a liberdade maior, principalmente aquelas que alugavam de forma conjunta apartamento, então tinha maior liberdade em relação a isso. As da cidade de Pelotas, bom, aí a repressão era familiar, no contexto aonde ainda havia um controle muito mais rigoroso do que hoje. Embora houvesse mulheres que não aceitassem essa condição, brigavam, mas era aquele jogo tradicional de pressão familiar que tinha mais ou menos peso (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedia a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011)".

Em sua entrevista, Renato Della Vechia afirma que não percebia o preconceito explícito de homens para com as mulheres que militavam no movimento estudantil, porém, ao analisarmos as entrevistas, percebemos, nas falas das próprias militantes, que, de alguma forma, o machismo estava presente no interior desse movimento, assim como na universidade como um todo. Um exemplo disso é a publicação de um boletim informativo emitido pelo DCE/UFPel (Gestão 1983), que foi assinado pelas universitárias Angela Amaral, Maria Rosilane Romero e Luiza Schwambach, todas acadêmicas do curso de Agronomia. Nesse boletim, foi relatada a questão do preconceito contra mulheres em cursos que tinham, majoritariamente, estudantes homens entre seus alunos, como era o caso da Agronomia. Além disso, esse boletim ainda trazia à tona a disparidade no mercado de trabalho no campo da

Agronomia, chamando a atenção para a expressiva taxa de desemprego feminino na área se comparado aos índices de desemprego masculino.

Neste sentido, ao relatar uma movimentação em razão de uma greve de estudantes, percebemos que, mesmo velado, o machismo estava presente no movimento e muitas mulheres não tinham percepção de tal. Essa afirmação se baseia na passagem da entrevista de Maria do Carmo Lessa em que ela afirma que *"quem mais falava, quem mais se destacava, geralmente, eram os homens, até porque já era de praxe e isso a gente não muda de uma hora para outra, tanto é que a gente teve presidentes, diretores de DAs e DCE quase sempre homens" (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedia a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014).*

Lígia Maria Chiarelli, por sua vez, nos conta que, diversas vezes, passava pela mesma situação quando eram realizadas reuniões tanto do D.A. da Arquitetura como do DCE/UFRGS. Além da sua participação enquanto militante, cabia a ela a limpeza da sala e a preparação do café para os demais estudantes. Ela relata uma situação que a marcou. A cada dois ou três meses eram realizados encontros entre os DCEs das universidades gaúchas na cidade de Porto Alegre e, segundo ela, a falta de comprometimento com horário por parte dos seus companheiros que compunham o DCE/UFRGS a irritava profundamente. Ela, por ser uma das dirigentes, chegava no horário marcado para recepcionar as delegações, mas enquanto os companheiros (homens) não chegassem, a reunião não iniciava. Chiarelli admite que demorou algum tempo para compreender "a real situação", ou seja, que ela, enquanto dirigente, tinha capacidade para prosseguir com o encontro mesmo sem a presença dos companheiros. Mas, devido a essa imposição machista de que somente os homens detinham o poder da fala, ela não se sentia apta a iniciar a sessão. Abaixo temos a transcrição de seu relato para exemplificar:

> "[...] Tem um episódio que me marcou! A cada 2 ou 3 meses fazíamos encontros de DCEs em Porto Alegre, e tinha uma coisa

> que eu me irritava profundamente, porque marcávamos a reunião para às 9h, então 9h em ponto eu estava lá, eu tinha a chave. Começava a chegar as delegações de Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, da Unisinos e os camaradas não chegavam, eles iam chegar às 11h, 11h30 da manhã, e eu furiosa com a falta de compromisso deles, mas nunca me passou pela cabeça a real situação. A real situação era a seguinte: eu era uma dirigente do DCE também, porque as reuniões não começavam antes deles chegarem? E eu mesma esperava por eles para começar; eu achava um absurdo que eles não começavam a reunião, mas eu deveria, se o pessoal chegou na hora, que dirigisse o início da reunião. Então eu ficava brava com eles, mas quando na verdade essa era uma deficiência minha também (CHIARELLI, Lígia Maria Ávila. Entrevista concedida a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014)".

Ao concluir seu relato, Lígia Maria Chiarelli afirma que essa questão era uma "deficiência" sua, quando, na realidade, em consequência do machismo estar enraizado em nossa sociedade, muitas mulheres não percebiam essas pequenas demonstrações de preconceito e as enxergavam com naturalidade. Assim, como já abordamos anteriormente, o esperado era que as mulheres se envolvessem somente nos cuidados com o outro, desempenhando tarefas que remetessem à vida privada, como, por exemplo, a preparação das refeições para os estudantes, quando o restaurante universitário foi tomado, segundo nos relatou Maria do Carmo Lessa. Ou que estivessem na preparação da sala e do café para a recepção das demais delegações para as reuniões de DCEs, conforme relatado por Chiarelli.

Outro ponto abordado nas entrevistas fez referência à militância desempenhada por esses jovens e a relação familiar. Essa questão fez parte do nosso roteiro propositalmente, uma vez que a grande maioria dos entrevistados era jovem no período analisado e muitos moravam com suas famílias em Pelotas, sobretudo no caso das mulheres. Além disso, através desse questionamento podemos perceber as pequenas nuances do preconceito que permeava as relações de gênero entre os militantes de ambos os sexos. Sendo assim, por unanimidade, nossos entrevistados relataram que suas famílias tinham algum conhecimento de sua militância no

movimento estudantil, porém desconheciam o fato das tendências estudantis serem influenciadas por partidos políticos que ainda permaneciam na clandestinidade.

Ademais, nossos entrevistados afirmaram também que diversas ações articuladas pelo movimento estudantil não eram reveladas às suas famílias, pois o medo da repressão ainda estava muito presente na vida dos brasileiros. Uma questão interessante enfrentada neste momento diz respeito à escala de repressão, pois, apesar do país encontrar-se ainda submerso na repressão ditatorial no final da década de 1970, nota-se uma diminuição de intensidade nos métodos de cerceamento utilizados pelo governo. Com isso, "podemos considerar que os grandes riscos enfrentados por aqueles que ousaram combater a ditadura no Brasil no final da década de 1960 até metade da década de 1970 foram sendo progressivamente atenuados" (POHNDORF, 2013, p. 9).

Em sua entrevista, Maria do Carmo Lessa afirmou que, mesmo que sua família não a proibisse de militar, eles tinham algum receio, pois era corriqueiro o recebimento de mensagens denunciando a entrevistada e afirmando que a mesma estaria fichada no DOPS. Além disso, outras questões permeavam essa relação da militância com questões familiares, uma vez que acreditavam que, por conta de tal atividade, a entrevistada jamais fosse concluir a graduação. Afirmavam, também, que os militantes eram uma "cambada de loucos" e que talvez fizessem uso de drogas, explicitando, assim, certo preconceito para com os jovens. Duca relata,

> "As famílias não concordavam muito, eles achavam que a gente era maluco, que talvez a gente usasse droga, que a gente não ia conseguir nunca sair da faculdade e que a gente era uma cambada de louco. Se eles pudessem, eles encerravam a gente, porque a gente a toda hora recebia mensagenzinhas "olha, tua filha tá fichada no DOPS e qualquer hora..." (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedia a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014)".

Sendo assim, é nítido que havia um prejulgamento por parte de uma parcela conservadora da sociedade em virtude da aparência dos militantes, o que criou uma identidade para estes jovens que integravam o movimento estudantil na cidade. De acordo com Marília Pohndorf (2013, p. 24) "muitas vezes, também era utilizada como uma espécie de registro da identidade daquele Movimento, refletindo seus ideais políticos e sua postura de enfrentamento". Duca complementa:

> "Eles nos achavam todos malucos né, malucos beleza, eles nos achavam a gente... Nossa aparência de hippie, meio desarrumados, o cabelo meio desajeitado, achavam que a gente devia ser drogados, todos, porque a gente era alternativo, então a droga faz parte né. Mas graças a Deus, todos nós, mostramos o que fizemos e pra que viemos né [...] a gente não tinha medo de nada, a gente fazia greve, parava ônibus, fazia muralha humana, "ah, vamo ataca esse ônibus!", ficava todo mundo de braço, um agarrado no outro e ninguém passava, e não tinha ônibus que saísse de garagem [...] (LESSA, Maria do Carmo. Entrevista concedia a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 fev. 2014)".

Desta maneira, fica evidente que, apesar do nosso recorte temporal compreender um momento de maior abertura política, assim como de abrandamento da repressão ao movimento estudantil, ainda assim a sociedade vivia com medo. O medo foi uma das táticas mais eficientes, pois foi implantado como forma de ameaça e intimidação àqueles que iam contra o regime vigente. Havia, ainda, a preocupação com os agentes infiltrados no meio estudantil, os quais eram responsáveis por enviar relatórios de tudo o que acontecia nas universidades da cidade, como nos esclarece Vera Garcia:

> "[…] era um período que ainda não estava muito fácil, ainda tinha repressão, a brigada militar estava sempre presente, a gente não conhecia os agentes da repressão que estavam infiltrados no movimento, sempre tinha, todo mundo dizia "tem alguém", mas ninguém sabia nada, e acho que tinha um pouco assim, de encantamento, uma coisa poética com a própria militância e de achar que estavam nos perseguindo (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedia a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014. [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice desta dissertação])".

Neste sentido, Renato Della Vechia relata uma situação em particular, quando um policial infiltrado afirmou que os acompanhava e produzia relatórios diários que eram entregues ao comando da Brigada Militar. Nos relatórios, o policial relatava todos os passos dos estudantes dentro da universidade, mesmo que concordasse com as reivindicações estudantis:

> "[...] Tinha um senhor que ia de manhã, de tarde e de noite passava conosco nas salas de aula para mobilizar os estudantes e às 11 da noite íamos nos reunir no DCE para organizar o outro dia. No outro dia nós entramos numa sala e quando eu estava entrando com outra pessoa, e ele pediu para falar conosco em separado e os outros estavam esperando a reunião iniciar. Ele veio e se apresentou e disse: "Olha, eu sou da P2 – polícia secreta da Brigada – e faço um relatório com tudo que vocês falam aqui dentro diariamente e entrego para o comando da Brigada, mas eu percebi, participando do movimento de vocês, que vocês têm razão, porque com o salário que eu ganho como brigadiano, eu não vou poder dar condições para o meu filho estudar num cursinho para entrar na universidade federal e não vou ter condições de pagar uma universidade privada. Mas eu vivo disso e alimento minha família com esse dinheiro, portanto vocês têm duas opções, ou adiam, porque tem mais gente, não é só eu e amanhã eu não vou estar aqui ou vocês não falem nada que eu não possa escutar." [...] Isso demonstra que havia uma preocupação, mesmo já em 82, fora do período violento da ditadura. Ainda havia uma preocupação do papel que os estudantes cumpriam junto à sociedade [...] (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedia a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011)".

Vechia complementa,

> [...] Todos os atos, todas as mobilizações sempre foram uma forma de tentar enfrentar não só uma repressão policial, mas uma repressão dentro das universidades, porque dentro da Universidade Federal tinha um órgão de informação, que tinha um general – Gal. Vignoli. Ele era responsável por ter o mapeamento de todos os professores, funcionários, estudantes e ter o controle de cada um. Como tinha na Universidade Católica uma prefeitura de campus que controlava qual cartaz podia ser colocado [...]. Havia controle e havia infiltração dentro do próprio movimento (VECHIA, Renato Della. Entrevista concedia a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 24 nov. 2011)".

Desta forma, gostaríamos de salientar que, apesar desse cenário de abertura política e fim da repressão garantidos pelo general Ernesto Geisel ao assumir a presidência em 1974, os setores "linha dura" do governo

discordavam dessa política e continuaram reprimindo os movimentos sociais, gerando, assim, uma crise no regime militar. Assim, mesmo convivendo com esse sentimento constante de medo, os estudantes pelotenses não se deixaram esmorecer e promoveram diversas manifestações em Pelotas, muitas delas em favor de melhorias, tais como alimentação e transporte, como já mencionamos no capítulo anterior.

Para encerrarmos, durante a entrevista, nossos entrevistados eram instigados a refletir sobre algum arrependimento, bem como acerca das experiências adquiridas ao longo da militância e, sem exceção, todos afirmaram que o período em que militaram no movimento estudantil foi enriquecedor e serviu para moldar os sujeitos que se tornaram, com olhos mais atentos e críticos à sociedade na qual estão inseridos. Assim, para destacar esta questão, transcrevemos abaixo a emoção de Vera Garcia ao fazer essa pequena análise do seu período de militância, em que várias memórias vieram à tona:

> "olha, posso te dizer com certeza, eu trago tudo, tudo o que eu sou, até me emociono em falar, o sujeito que me constituí ou a mulher que eu me constituí, ela é totalmente em função da minha experiência como estudante e a minha participação no movimento estudantil. Não tenho dúvida nenhuma disso e quando eu digo que eu trago tudo, eu trago mesmo né porque pra mim ainda hoje o ser feminista é essencial, não consigo me ver de outra forma. [...] É uma luta que eu travo diariamente desde cuidar dos meus filhos, na concepção de vida e trabalhar isso com filho e filha da mesma forma, de criá-los assim, humanizados e respeitando o outro, sempre, e tendo muito cuidado pra eles não reproduzirem esses estereótipos que eu abomino totalmente. Até o compromisso com essas questões sociais, hoje pra mim, continuam mais fortes do que nunca e foi, sem dúvida nenhuma, o movimento estudantil que me deu isso (GARCIA, Vera Lúcia. Entrevista concedia a Luisiane da Silveira Gomes. Pelotas, 27 nov. 2014)".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERREIRA, Elizabeth Fernandes Xavier. *Mulheres, militância e memória.* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GIANORDOLI–NASCIMENTO, Ingrid Faria; SANTOS, Maria de Fátima; TRINDADE, Zeidi. *Mulheres e militância:* encontros e confrontos durante a ditadura militar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOLDENBERG, Miriam. Mulheres e militantes. *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 1-16, 1997.

GOMES, Luisiane da Silveira. *A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS:1977-1985)*. 2018. 194f. Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, 2018.

PERROT, Michele. *Mulheres Públicas.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

POHNDORF, Marilia da Rocha Hofstätter. *O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978 – 1985):* memórias de atuações contra a ditadura. 2013. 139f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação e gênero no Brasil. *Proj. História,* São Paulo, (11) nov., p. 7-18, 1994.

VECHIA, Renato da Silva Della. *O ressurgimento do Movimento Estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização:* as tendências estudantis e seu papel (1977/1985). 2011. 414f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011.

As interdisciplinaridades na história oral: notas sobre suas contribuições para pesquisas no curso de educação física

Clarice Janaína de Oliveira Gonçalves[1]
Carmo Thum[2]

História Oral e Educação Física: espaços interdisciplinares

Criado em 2006 o curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande – FURG teve sua primeira turma formada em 2009. O currículo foi estruturado considerando disciplinas obrigatórias e optativas oferecidas semestralmente propondo uma sólida formação pedagógica a partir da corporeidade e do tratamento equânime de diferentes manifestações da cultura corporal - jogos, ginásticas, esportes, lutas e danças.

Nesse sentido, propõe também a obrigatoriedade de quatro semestres de diferentes estágios supervisionados e da produção de um trabalho de conclusão de curso podendo ser no formato de artigo, monografia ou audiovisual.

Dessa forma, faz-se obrigatório a cada aluno o desenvolvimento da aptidão para a pesquisa acadêmica junto a um professor orientador, a escolha de um tema e o estudo de alguns processos metodológicos e investigativos que lhe conferirão bases epistemológicas para este produto final. O presente trabalho analisa o conteúdo, as fontes e referências das pesquisas realizadas nesses pouco mais de dez anos de curso onde os pesquisadores optaram pela História Oral como metodologia utilizando-a assim para o registro e a valorização da memória do esporte da região, das práticas de lazer da cidade e demais assuntos tocantes a essa subárea. Este trabalho tem o objetivo de

[1]Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Licenciada em Educação Física e mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGEdu/IE/FURG. E-mail: clarice-og@hotmail.com
[2] Universidade Federal do Rio Grande - PPGEdu/FURG; Pós Doutorando no PPGE-UFES. E-mail: carthum2004@yahoo.com.br

suscitar alguns achados da ultima década e estimular o uso da História Oral aos novos e futuros pesquisadores.

A História Oral é, por excelência, uma metodologia de pesquisa interdisciplinar, como nos indica Verena Alberti (2005). Metodologia que dialoga com processos complexos e abertos aos diversos campos do conhecimento. O processo da metodologia da História Oral envolve processos de entrevistas obrigatoriamente gravadas, registradas através de aparato tecnológico, como gravadores e/ou filmadoras, com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea para, enfim, obter o registro de narrativa da experiência humana. Em *História Oral: Como fazer, Como pensar*, Meihy e Holanda (2015) explicitam que ela é, sobretudo, um conjunto de procedimentos. Os autores ainda destacam que:

> O ponto de partida das entrevistas em história oral implica aceitar que os procedimentos são feitos no presente, com gravações, e envolvem expressões orais emitidas com intenção de articular ideias orientadas a registrar ou explicar aspectos de interesses planejados em projetos. Entrevista em história oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registros torna-se fonte oral. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista (Meihy e Holanda, 2015. p. 13 e 14).

A História Oral é comumente subdividida em três gêneros, são eles: história oral temática, história oral de vida e tradição oral. No que se refere à tradição oral, Meihy (2015) afirma que ela é uma prática que deriva do contato com grupos onde as tradições, fundamentos míticos, rituais e vida material carregam consigo uma memória que atravessa anos de história, onde estruturas mentais têm referências asseguradas num passado ainda mais remoto e, ainda assim, permanecem vivas através de uma cadeia de transmissão. Ela demanda a inserção do pesquisador no campo e a sua observação por tempo prolongado, além da descrição, detalhamento e explicações fornecidas pelos próprios sujeitos que vivenciam os fatos. O registro do cotidiano deve revelar a cerca de inúmeros aspectos, desde a

origem dos povos, crenças, comportamento, festividades e cerimônias, por exemplo. A carga da tradição comunitária faz com que o sujeito seja analisado mais como coletivo e menos individual. O autor ainda elucida:

> Viver junto ao grupo, estabelecer condições de apreensão dos fenômenos de maneira a favorecer a melhor tradução possível do universo mítico dos segmentos é um dos segredos da tradição oral. Parente da etnografia, a boa resolução da pesquisa em tradição oral reside no reconhecimento do outro nos detalhes auto-explicativos de sua cultura (MEIHY, 2015. p. 40).

A História oral temática é um meio de buscar o esclarecimento de uma situação conflitante ou até mesmo contraditória, para o autor ela quase sempre equivale à formulação de documentos que se opõe às situações estabelecidas. A linha temática da história oral admite um pouco de subjetividade, porém de modo muito limitado. Isso se deve principalmente a presença de um questionário, uma sequencia de perguntas que é a peça fundamental para a discussão de um tema central, onde as vozes dos diferentes narradores entrevistados se confrontam (MEIHY, 2015). Na história oral temática, o questionário pode ser direto e indutivo ou indireto e dedutivo e a sua aplicação é a chave para a aquisição dos detalhes procurados. Não há problemas se, por acaso, o depoente solicita-lo com antecedência, mas é importante proceder da mesma forma com todos os envolvidos (MEIHY, 2002).

Utilizada para compreender determinados eventos, períodos, práticas culturais e históricas, a história oral de vida é a trajetória narrada e registrada onde sua análise busca elucidar as interações entre percursos individuais e processos coletivos. Um indivíduo que participou de determinada situação que interessa ao pesquisador dentro de um recorte de tempo específico, narra sua história e entre eles se estabelece uma relação de cooperação, criando, desta maneira, a possibilidade de uma relação dialogada e por isso, adota-se o termo colaborador e não, entrevistado.

Na trajetória investigativa, existe a possibilidade e geralmente se faz necessária utilização de um caderno de campo para o registro da evolução do projeto, observações referentes às entrevistas, impressões e hipóteses levantadas a cada etapa funcionando assim como um diário de acesso exclusivo de quem dirige as entrevistas. O resultado do cotejamento entre as entrevistas e a historiografia pode projetar aquilo que chamamos história oral híbrida (MEIHY, 2002) cabendo ao pesquisador solicitar do colaborador, por exemplo, fotografias e demais documentos que ajudem a compor a história, assim como sua autorização para o uso na versão final.

Finalmente, é importante lembrar que esse procedimento metodológico obedece a uma sequência de etapas (MEIHY, 2002), são elas: pré-entrevista, o momento de contatar o possível colaborador de modo a inteira-lo do projeto e fazer o convite; a entrevista, quando se aplica de fato a utilização do roteiro preparado para a gravação da conversa; transcrição, etapa posterior à entrevista, é quando se realiza o registro escrito da entrevista bruta; textualização, fase de reparar erros gramaticais e palavras sem peso semântico para então chegar ao momento de transcriação, a formação de um corpo documental a ser trabalhado. Por último, a validação do documento pelo colaborador que é um produto final que significa também uma devolutiva ao grupo de entrevistados e aos demais interessados que os resultados puderem alcançar.

Considerada por alguns uma técnica devido ao uso do aparato que a cerca ou uma metodologia e por outros uma disciplina, no sentido de campo do conhecimento (FERREIRA, 2012) a História Oral tem se afirmado pelo seu poder de dar voz a uma parcela da população anônima e/ou excluída que marginalizada por uma perspectiva dominante acabaria se perdendo. O uso das fontes orais tem potencial para gerar novas perspectivas para a

historiografia contemporânea e acrescentar a isso uma dimensão viva com atores e testemunhas dos fatos e acontecimentos estudados.

A história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1990).

Antes de adentrarmos nos temas e fontes das pesquisas que apresentaremos, faz-se necessário pontuarmos algumas questões sobre interdisciplinaridade, em pouco mais de uma década de existência do referido curso alunos que passaram por essa formação produziram diferentes artigos e monografias apropriando-se de técnicas de busca e tratamento das fontes orais assim, fez-se o uso dessa metodologia para a construção de trabalhos fora da graduação e pós-graduação em História, evidenciando a importância da interdisciplinaridade nas formações acadêmicas e na ousadia de novas abordagens de ensino, na educação básica e nos cursos de formação de professores.

No campo epistemológico, a interdisciplinaridade evoca a ideia de convergência e de colaboração, ela se dá através da combinação de duas ou mais disciplinas visando à compreensão e elaboração de uma síntese relativa a um objeto comum. Conforme Japiassu (1976), a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.

E nesse sentido, o conceito que se distancia do paralelismo da multidisciplinaridade nos propõe a complementaridade para um determinado fim, assim não anula as disciplinas, mas propõe que as mesmas dialoguem.

Seu valor e aplicabilidade, portanto, podem-se verificar tanto na formação geral, profissional, de pesquisadores, como meio de superar a dicotomia ensino-pesquisa e como forma de permitir uma educação permanente (Fazenda, 1992).

TEMAS E FONTES: os Trabalhos de Conclusão de Curso do Curso de Educação Física (2009 a 2017) com foco na História Oral

O ano é 2009, o Curso forma a primeira turma enquanto lança a primeira pesquisa com fontes orais. Intitulada *Memórias do Basquetebol na cidade do Rio Grande/RS*, o autor lança mão da oralidade de ex-jogadores que vivenciaram o auge desse esporte no período entre 1965 e 1975. A investigação debruça-se na chegada e difusão do basquete pelos diferentes clubes esportivos buscando apontar formas pelas quais as subjetividades dos atores atravessados por esta história constituíram-se, ou seja, como se processam as memórias e lembranças individuais de acontecimentos que influenciaram direta e indiretamente a difusão, conquistas e, consequentemente, o atual desaparecimento dessa prática na cidade mais antiga do estado.

Através de pressupostos teórico-metodológicos da história oral, bem como de memória, depoimentos orais, fontes imagéticas e documentais o autor escreve então uma história “vista de baixo”, ou seja, pelas pessoas que vivenciaram e construíram um momento histórico numa cidade do interior do Brasil. Onde o processo de rememoração trás a tona sentimentos e associações com significações e resignificações para o momento presente de maneiras diferentes sempre que é acionado levando-o a possibilidades de relacionar fatos passados com fatos presentes e futuros (França, 2009).

Dois anos mais tarde, em 2011, nasce o segundo trabalho nesses moldes. Objetivando fazer uma narrativa referente às memórias do futebol

amador na Ilha dos Marinheiros, o autor mergulha na história da fundação dos primeiros clubes do bairro de característica rural situado a 30 km do centro de Rio Grande/RS. Em *Narrativas de memórias esportivas: a emergência de clubes de futebol amadores na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS* são construídos e analisados alguns elementos constitutivos da memória futebolística (mais especificamente o processo de emergência de clubes de futebol, nos anos 1930 e 1940 do século passado) a partir de entrevistas orientadas por um roteiro básico, documentos e fotografias (arquivos pessoais dos depoentes ou através de outros moradores da ilha).

Segundo o autor, a seleção dos narradores foi feita a partir dos vínculos afetivos que possuíam com o futebol amador, tanto quanto a vida na ilha. Caracterizados como ex-jogadores, filha de fundador, presidente, patrono e diretor, essas vozes atestam a multivocalidade (PORTELLI, 2010) presente na história oral, uma vez que, mesmo partilhando de identificações socioculturais, tais moradores trazem a singularidade dos *lugares* de onde falam.

Novamente em sua versão temática, a História Oral reaparece entre as produções acadêmicas do curso de Educação Física. Em 2013, *Dos aplausos às ruínas: uma construção das memórias do turfe no hipódromo da cidade do Rio Grande/RS* se sustenta em quatro entrevistas (um jóquei, um treinador, um tesoureiro e um presidente) construindo memórias desse esporte que já não é mais praticado nesse lugar que já não mais existe. Nele, as análises sobre os acontecimentos acerca do turfe e suas relações com a sociedade são tomados a partir de um plano microssocial em que a história é alimentada pela memória (GOELLNER, 2003).

Dentre os achados da pesquisa, o autor destacou sua forma de colonização por imigrantes europeus, a cidade produziu um estilo de vida à moda daquele continente, sendo o turfe no hipódromo uma marca dessa

presença no cenário esportivo. Nessa construção foi possível apontar que no hipódromo, que é considerado como uma espécie de templo para os depoentes, algo sagrado que se confunde com suas próprias vidas, aconteciam duas práticas distintas: a corrida e a aposta. A investigação também concluiu que o seu fechamento esteve vinculado a fatores que iam desde a falência econômica do local, até a midiatização do turfe com novos formatos de apostas (Freitas et. al, 2014).

No ano seguinte, outra prática emerge do silêncio para o registro historiográfico. A prática do skate em Rio Grande é colocada em foco e, de maneira polifônica, discute as geopolíticas e arquiteturas da Cidade ao longo de duas décadas (1980 - 2000). Nesse trabalho, a História Oral advinda de entrevistas com três skatistas de diferentes épocas do recorte temporal proposto constituem lastro de onde a autora pinça seus temas de análise para a discussão.

Inspirada pela noção de "sujeito da experiência" (LARROSA, 2002), em que a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca, a autora e adepta dessa prática objetivou construir parte das memórias sobre o skate em Rio Grande/RS buscando, especificamente, analisar as condições de sua emergência na cidade; os usos dos espaços urbanos pelos skatistas e as maneiras pelas quais eles constituíram-se como tais nesse município. O trabalho final recebe o título: *Memórias da prática de skate em Rio Grande/RS: geopolíticas, arquiteturas e skatistas*.

Ainda no mesmo ano de 2014, mais duas pesquisas apresentaram resultados partindo dessa metodologia, uma delas *Memórias de um surfista da Praia do Cassino (RS)*, experimenta o gênero História Oral de Vida. Em busca do processo de constituição de um surfista e com o objetivo de identificar as experiências que o fazer ser um, a autora realiza diversas entrevistas com o mesmo narrador que é adepto do surf.

A autora também se ancora em Larrosa (2002) e, contando a história de um sujeito da experiência cria um referencial teórico-metodológico construído para o diálogo com a produção científica já existente sobre o tema, dezessete trabalhos incluindo artigos, teses e dissertações em diferentes áreas do conhecimento. Operando uma análise de dados em busca de questões comuns e singulares entre eles destacando os que se aproximam e os que se afastam.

Conforme mencionei antes, o aluno pode optar pela apresentação audiovisual da sua pesquisa, foi a escolha feita pelo autor de *Memórias dos moradores da Vila Braz – Rio Grande/RS,* apresentado também em2014. O curta-metragem reuniu a gravação em áudio e vídeo de entrevistas com três moradores do bairro há mais de cinquenta anos com fotos cedidas pelos mesmos e vídeos do Hipódromo construindo uma História Oral comunitária e híbrida capaz de pontuar alguns aspectos sobre a origem e os hábitos desta comunidade no que diz respeito a práticas corporais dentro e fora do horário de trabalho.

Dentre eles destacou-se,o futebol amador e a ida ao prado nos finais de semana para jogar ou simplesmente ver corridas de cavalo.Mesmo não fazendo parte da Vila Braz, a existência do Hipódromo de alguma forma pode ter influenciado nas relações sociais, afetivas e no próprio sustento familiar dos moradores, servindo também por muitos anos junto ao futebol, como a única forma de divertimento da região. Este estudo, portanto, teve o objetivo de compor narrativas junto aos moradores, tomando por recorte temático as práticas corporais exercidas no tempo de trabalho e não trabalho, assim como analisar as possíveis relações (econômicas, afetivas, laborais) estabelecidas entre a Vila e o seu entorno.

Uma História Oral comunitária trabalha com o que se pode chamar de micro história, anseios, muitas vezes, menos expressivos em termos de

reflexão historiográfica que atende em primeiro lugar, à utilidade setorial (MEIHY, 2011) e é isso que propõe: *Tua bandeira faz parte da história: Memórias do esporte clube Bujuru de são José do Norte/RS.* Em 2016 foi concluída junto ao Curso mais uma pesquisa em fontes orais, o material produzido contou com cinco colaboradores entrevistados (o jogador mais vitorioso da história do clube, um presidente e tesoureiro, um funcionário, dois ex-jogadores e também um ex-treinador), além das entrevistas, foram acessados documentos do clube como atas do conselho e da direção relativos ao período de 1967 a 2005, e o livro de sócios de 1985 a 1997.

Posteriormente, foi realizado um cruzamento entre as entrevistas somadas aos documentos, a fim de diversificar as informações, já que a memória coletiva é fundamental para constituir a análise em História Oral (MEIHY, 2011). Neste cruzamento, o autor estabeleceu algumas linhas de análise para compreensão da história do clube, levando em consideração momentos de maior intensidade narrativa advindas dos entrevistados. Estas intensidades foram: a emergência do clube e seus primeiros anos de existência; o auge do clube em termos de conquista de títulos e reconhecimento da comunidade; e a mudança de sede e seus efeitos para o clube. Além de nos apresentar algumas respostas para a elucidação dessas questões, o valor histórico deste dá-se também pelo fato de até então, não existir nenhum tipo de registro documental sobre o E. C. Bujuru.

Da mesma forma, com o objetivo de preencher uma lacuna documental existente sobre as aulas de esgrima no Ipiranga Atlético Clube em Rio Grande a História Oral Temática foi utilizada para compor memórias desse esporte apagado da história e do clube. A pesquisa foi apresentada em 2017 após a realização de entrevistas semiestruturadas com cinco ex-alunos de diferentes períodos do recorte temporal encontrado (1972 – 1986). Com o uso das fontes orais, foi possível compor memórias desse período da história

do clube tal como registrar suas mais importantes vitórias dentro e fora do estado e também fora do país.

A versão final apresentou fotos cedidas pelos colaboradores, descrições minuciosas sobre as aulas, as participações da equipe em variadas competições, a chegada da professora na Cidade e seu ingresso no Clube e apontou as prováveis razões para a extinção desse esporte em meados de 1986. Sob o título: *Os inícios e os fins: uma história oral da esgrima no Ipiranga Atlético Clube em Rio Grande/RS* permanece até o momento como o mais recente trabalho produzido no curso de Educação Física na Universidade Federal do Rio Grande.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da última década foram apresentadas treze pesquisas de caráter historiográfico, nesse trabalho optamos por suscitar os achados apenas daqueles que se valeram de fontes orais e da memória dos atores sociais, mas que nas palavras-chave ou na contextualização da metodologia da pesquisa assumiram-se como História Oral para alcançar seu objetivo: um total de oito. Outras pesquisas que visaram contribuir de alguma forma com um resgate histórico ou olharam analítica ou criticamente para algum objeto ou acontecimento do passado através de outros suportes como jornais e revistas não estão mencionadas aqui.

Nas referencias utilizadas pelos autores verifica-se majoritariamente a presença de José Carlos Sebe Bom Meihy e Alessandro Portelli, o primeiro deles constando nas oito análises e o segundo em seis delas. Esses dois representam assim, o fio condutor da metodologia dentro do Curso.

Neste momento (2018), três trabalhos se encontram em fase de finalização e se encaminham para etapa de defesa e se aprovados serão

incorporados ao acervo do Curso no próximo ano. Dessa forma, esse trabalho cumpre com objetivo de suscitar os achados da década, divulgar a pesquisa interna para apresentar possibilidades e estimular o uso da História Oral aos novos e futuros pesquisadores.

Como podemos ver nesse provisório movimento de estado da arte da presença da metodologia de História Oral no Curso de Educação Física da FURG, as pesquisas com esse foco tiveram o mérito de dar visibilidade a história e sujeitos que encontravam-se silenciados pela história oficial. Muitos dos processos de pesquisa iniciados nos Trabalhos de Conclusão de Curso, ganham novos aprofundamentos em dissertações de mestrados em curso. Apostamos que a potencia metodológica seja capaz de nos oferecer uma interpretação e reescrita da história a partir da voz de diferentes sujeitos.

REFERENCIAS

ALBERTI, V. *História oral*: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

CORREIA, Jones. Esporte e Sociedade ano 8, n 21, março2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral**: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Novos domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FAZENDA. Ivani. Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou ideologia? São Paulo: Loyola, 1992.

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e Patologia do saber. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PORTELLI, Alessandro. *Ensaios de história oral* [seleção de textos Alessandro Portelli e Ricardo Santhiago: tradução Fernando Luis Cássio e Ricardo Santhiago]. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

FREITAS, Gustavo da Silva; RIGO, Luíz Carlos; XAVIER, João Francisco Santana. Dos aplausos as ruínas. Licere, Belo Horizonte, v.17, n.2, jun/2014.

Travessia – o protagonismo da fronteira Jaguarão-Brasil/Rio Branco – Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973).

Darlise Gonçalves de Gonçalves[1]

RESUMO: O presente estudo refere-se ao período em que o Brasil viveu sob um regime ditatorial civil-militar, com foco na cidade de Jaguarão/RS, buscando entender como se dava a travessia dos perseguidos políticos para o Uruguai. A pesquisa se dá a partir dos desdobramentos do esquema de fronteira da organização de esquerda Ação Popular, levamos em conta o fato de que para esse processo obter êxito necessitou de uma ampla rede de contatos, que vai desde a AP nacional, passando pelo seu setor de serviços estadual, sua diligência regional e os mais diversos níveis de simpatizantes. Nossa principal hipótese é a de que certos contatos dotados de influência local tornam mais seguro tal processo, assim, destacamos a atuação do pároco da cidade e do cônsul uruguaio durante o transpor de fronteiras. Nossas principais fontes são entrevistas orais e memórias impressas daqueles que estiveram envolvidos direta ou indiretamente no processo de travessia, analisadas a luz da história. A pesquisa justifica-se por ser uma das pioneiras a enfocar com maior riqueza de detalhes esta fronteira durante o referido período, apontando sua importância para a travessia dos militantes. Assim, salientamos que com este trabalho desejamos apontar aspectos que fizeram com que essa pequena cidade se insira em uma lógica mais ampla, sendo de vital importância para o esquema de resistência e exílio de alguns quadros contrários ao regime de 1964.

Introdução

A pesquisa intitulada “Travessia- O Protagonismo da Fronteira Jaguarão/Brasil - Rio Branco/Uruguai na Rota dos Passageiros da Liberdade Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1973)”, ao qual se refere este artigo, ainda se encontra em fase de desenvolvimento. Está ligada ao componente curricular TCC I e TCC II do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa campus Jaguarão.

Dentre as pesquisas que destinam olhares mais atentos durante esse período para essa fronteira entre o Brasil e o Uruguai em especifico podemos citar as monografias produzidas após a chegada do curso de história da Universidade Federal do Pampa, dando especial destaque para o Trabalho

[1]Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA. Graduanda em licenciatura em história. E-mail: lisegonalves18@gmail.com

Realizado por Elena Teixeira Porto Vieira (2014) que com base nas atas da câmara de vereadores de Jaguarão e as noticias vinculadas pelo jornal A Folha tece, a partir de mudanças burocráticas ocorridas na cidade durante esse período, as redes politicas instaladas na cidade pensando o seu apoio, ou a ausência deste, ao golpe. Outra produção que merece destaque é realizada pelo historiador Raniere de Oliveira Santos Dourado (2017), em sua pesquisa, tendo por base as memorias do anistiado politico Claudio Maria Ricardo, tece detalhes a respeito da curta duração da União Jaguarense dos Estudantes Secundaristas - UJES, órgão que protagonizou expressiva oposição ao regime e que em pouco tempo foi extinto pelo mesmo. É a partir deste segundo trabalho que parte uma de nossas hipóteses iniciais referentes ao esquema de travessia que posteriormente é articulado pela Ação Popular em 1968 para escoar seus quadros perseguidos.

Nosso objetivo central com esta pesquisa é refletir sobre determinados aspectos ligados às conexões estabelecidas entre diferentes grupos da sociedade brasileira para estabelecer formas de resistência diante do período ditatorial de 1964. Anos esses que boa parcela da população de nosso país insiste em silenciar. E assim, entender de que maneira Jaguarão se insere nesse amplo processo de resistência ao regime ditatorial estabelecido em 1964 no Brasil e ganha papel de destaque enquanto um possível caminho para os passageiros da liberdade.

A partir da analise dos relatos daqueles que fizeram a travessia, ou envolveram-se direta ou indiretamente nesse processo, pretendemos mapear as redes de contatos pessoais, políticos ou indiretos que eram estabelecidos para que esta obtivesse êxito. Uma vez que a fronteira ao mesmo tempo em que se configura em um caminho para a liberdade e reorganização da resistência é também um espaço muito visado pelos órgãos da repressão já

que em 1968 é promulgada a lei que declara, dentre outros municípios, área de segurança nacional a cidade de Jaguarão.

Algumas notas sobre as redes atuantes na travessia pela fronteiriça Jaguarão

No centro da metodologia empregada na presente pesquisa se encontra a coleta e análise de entrevistas temáticas[2] que estão sendo realizadas com aqueles que vivenciaram a travessia. Essas entrevistas serão gravadas em áudio e se baseiam em um roteiro pré-estabelecido, partindo de um estudo prévio sobre cada entrevistado, foi estabelecida a estrutura utilizada nas entrevistas, nas quais os questionamentos partem de pontos diferentes para cada caso. Ao todo foram realizadas cinco entrevistas para esse trabalho com pessoas que se envolveram de diversas formas no processo de travessia.

Em um primeiro momento, tomando por base os trabalhos da pesquisadora Marilia Brandão Amaro da Silveira, selecionamos os nossos entrevistados a partir de nuances percebidas nas redes de mobilidade da Ação Popular[3]. Assim, foram realizadas quatro entrevistas que buscavam enxergar de que maneira determinadas particularidades sócio culturais das cidades fronteiriças de interior, como é o caso de Jaguarão, interferiam diretamente nas redes em que esses personagens atuaram. Tendo em vista isto, foram entrevistados o Padre Luiz Caponi pároco em Jaguarão durante a década de 1960 e simpatizante; o militante da AP e coordenador da célula

[2] Tomamos aqui a definição feita por Verena Alberti onde "[...] entrevistas temáticas são as que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido. [...] com um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas." Para maiores informações ler: (ALBERTI, 2010, p.175).

[3]Devido a fins de delimitação temática da abrangência da presente monografia optamos por nos apoiar em fontes referentes a uma única organização, todavia não descartamos o fato de outras terem desenvolvido suas redes de travessia, ou até mesmo da possibilidade de terem ocorrido travessias motivadas por fins próprios, sem o amparo de uma organização especifica.

Pelotas Antonio Voltan; o Sr. Alceu Salamone também membro da AP Pelotas. Ambos atuaram na rede de mobilidade que foi responsável pela Operação Fronteira da AP na região durante os anos de 1967 até 1972, quando a maior parte dos militantes da AP foram presos levando à organização a quase extinção no Rio Grande do Sul. Visando completar esse cenário repressivo e de que maneira as relações sociais e culturais na fronteira interferiam diretamente nesse cenário, entrevistamos também e o Entrevistado 1[4] que foi militar atuante na cidade durante os anos finais da década de 1960.

Posteriormente, durante nosso contato com (DOURADO, 2017), descobrimos a atuação de alguns membros do movimento estudantil secundarista de Jaguarão dentro das redes de mobilidade. A partir dai, por contato telefônico gravado com o consentimento do entrevistado, realizamos cinco entrevistas com o militante estudantil Claudio Maria Ricardo, o único dos três rapazes que ainda vive. No decorrer dessas entrevistas, foram surgindo outros nomes como a atuação do cônsul uruguaio em Jaguarão, da qual já se tinha alguns indícios e também de alguns membros da comunidade grega na cidade, essas questões devido ao pouco tempo para entrega do TCC não serão agora respondidas, porém, ficam registradas enquanto um possível norte para pesquisas futuras sobre o tema.

No entanto, antes da realização dessas entrevistas, nossa hipótese inicial era que existia certa atividade da organização de esquerda Ação Popular em Jaguarão desde o principio de 1964, embora não soubéssemos até que ponto a mesma estava articulada para atuar nesse território. Com base nos trabalhos de (SILVEIRA, 2010), (SILVEIRA, 2014) e no documento produzido pelo DOPS RS 1972 sobre as atividades desenvolvidas pela AP-

[4]Sua identidade será preservada a pedido do mesmo, nossos encontros se deram em dois momentos, durante os meses de março e outubro de 2018.

MLdoB[5] no Rio Grande do Sul constatou-se a existência de um comitê em Pelotas-RS ligado ao movimento estudantil, o que nos levava a crer que Pelotas e Jaguarão estivessem em conjunto para garantir a eficiência da rede de contatos necessários para o êxito das atividades da resistência, sobre tudo as travessias. Pois, era sabido que, com base em (DOURADO, 2017), o Sr. Claudio havia militado na Ação Popular. Porém, no momento em que foi realizado o cruzamento entre as fontes orais produzidas para essa pesquisa percebemos que esse contato até começo de 1967 ele não existe. A AP vai ter uma operação fronteira "voltada" pra Jaguarão a partir deste ano ligada a figura do Padre Luiz Capone, que não era um militante político, mas atuava dentro das redes de resistência exercendo seu oficio de cristão, segundo ele próprio.

Quanto ao Sr. Claudio, o mesmo, vai relatar fortes vínculos deles enquanto núcleo, embora pequeno, organizado de oposição ao regime com o PTB e a AP. Esta última no que tange a ideologia partilhada com o movimento estudantil estadual e nacional através do material de propaganda encaminhado para a UJES, sendo que sua militância orgânica dentro d AP vai se dar após deixar Jaguarão. O entrevistado também aponta que essa pulverização ideológica também se fazia presente dentro das redes, onde havia também certa hierarquização, o que também vinha a esbarrar em uma medida de segurança, fato este que ainda está sendo melhor analisado.

A rede que Sr. Claudio atuou permaneceu ativa de 1964 até a saída dele e de outros companheiros da cidade no ano de 1967. Toda via essa

[5] A AP-MLdoB é oriunda de um dos grandes rachas ideológicos sofridos pela Ação Popular, uma organização clandestina originaria de quadros ligados à igreja católica, que surge no começo da década de 1960 no Brasil e se mantem atuante no Rio Grande do Sul de sua origem até começo da década de 1970, quando a maioria dos seus membros é presa. Dentro do recorte estabelecido para essa pesquisa conseguimos mapear a presença da Juventude Estudantil Católica, muito timidamente em Jaguarão, e da Juventude Universitária Católica, na cidade de Pelotas, todos nossos entrevistados ligados a AP militaram politica estudantil dentro desses grupos leigos ligados a igreja.

primeira geração[6] de redes de mobilidade que executavam a travessia nesta fronteira não tem na data o seu fim. Ligado ao cônsul vamos ter a figura do "Chofer del Diablo", embora atuassem a partir de um próprio esquema de fronteira ligado ao MNR prestaram significativo auxilio a rede na qual o Sr. Claudio fez parte, sendo o elo de ligação da primeira geração das redes de auxilio na travessia até o vácuo de tempo da saída do Sr. Claudio em 1966, momento em que perdemos o rastro da primeira rede. Não sabemos até que ponto eles desenvolveram essa atividade, hipoteticamente seu fim está na saída do cônsul desta cidade.

O conceito de *travessia* e o conceito de *redes de mobilidade* vão ter em papel central para a concepção deste trabalho. O primeiro, também abordado por alguns autores (ASSUMPÇÃO, 2011) e (SILVEIRA, 2014) como *esquema de fronteira*, está para além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas, sendo fruto de uma ampla rede de conexões entre diferentes setores da sociedade que vão desde a organização nacional do grupo político que organiza a rota, até simpatizantes não envolvidos diretamente com a resistência, mas que se solidarizam com a causa. Tal definição se dá com base nos relatos orais e nas fontes documentais a respeito desta atividade de resistência ao regime.

Já o conceito de *Redes* é fruto de um longo debate em um esforço interdisciplinar entre antropólogos, sociólogos, economistas e historiadores ainda durante o século XX. Porem, só começou a ser incorporado enquanto aporte teórico na história a partir da primeira década dos anos 2000, enquanto recurso explicativo utilizado para apontar interações sócio- econômicas entre

[6] Entendemos geração enquanto um grupo de indivíduos que juntos participam dos mesmos acontecimentos, nesse caso ele designa os diferentes grupos de pessoas que atuaram direta ou indiretamente no processo de Travessia. Tal definição se dá com base nos argumentos do pesquisador Claércio Ivan Schneider "A geração pode ser um fato natural, biológico ou cultural, investida de simbologia, como também pode ser uma construção do historiador que classifica, rotula, identifica." (SCHNEIDER, 2008, p. 187).

os indivíduos (ANTUNES, 2012), procurando demostrar como determinadas ligações de poder ou financeiras poderiam cooperar ou dificultar a manutenção de determinadas posições sociais.

Entretanto, longe dessa abordagem sócio- econômica e inserido na presente pesquisa, o referido conceito ganha conotações metafóricas buscando compreender, não mais as relações interpessoais entre os indivíduos que atuam enquanto alicerce para a manutenção de uma determinada posição social, mas sim, como se articulam os diferentes atores sociais, indivíduos estes que na maioria das vezes nada tem em comum a não ser o desejo de salvaguardar vidas, para que de uma maneira ou de outra, possam vir a tornarem-se peça chave na manutenção das atividades de resistência influenciando direta ou indiretamente no processo de travessia. A essa articulação damos o nome de *redes de mobilidade*. Essas diferem das *redes de solidariedade* apresentadas por alguns outros trabalhos na área, como por exemplo, (ASSEF, 2008), pois, são dotadas de uma particularidade que não são encontradas em redes de outras cidades geminadas como Rivera/Livramento, por exemplo. As redes de Jaguarão são destinadas apenas a realizar a passagem, elas atuam visando apenas o êxito da travessia, já as de Livramento e Rivera auxiliam na fixação desses indivíduos no outro país, abrigando por longos períodos, arranjando empregos, meios de estudo, dentre outras necessidades ligadas a permanência dessas pessoas no exilio.

Partindo da ideia de que certos contatos dotados de influência local tornavam mais seguro tal processo de travessia, um dos pontos que pretendemos investigar com essa pesquisa é o papel desempenhado pela igreja católica, no que tange os seus representantes nessa cidade, e do cônsul uruguaio dentro do esquema de fronteira.

Considerações Finais

O estado do Rio Grande do Sul devido, dentre outros aspectos, a sua extensa fronteira, é majoritariamente pensado como rota de retirada e reinserção de militantes políticos no Brasil. No entanto, se a resistência via o estado como um corredor rumo à liberdade, a repressão não o via de maneira muito diferente, usufruindo do espaço fronteiriço para fortalecer suas conexões repressivas entre os regimes de Segurança Nacional estabelecidos no Cone Sul. Aspecto esse que devemos levar em conta ao procurar entender a dinâmica organizacional dessas rotas embora refletir sobre os modos de articulação da repressão não seja o nosso objetivo central.

Aqui nesta fronteira, segundo o (ENTREVISTADO 1, 2018) podemos observar nitidamente essa particularidade do estado e das cidades de pequeno porte. Segundo ele, as ações do exército na Ponte Internacional Barão de Mauá, ligação seca entre os dois países, eram pontuais. Ele rememora seu tempo de soldado, aos fins da década de 60, quando foram retirados do quartel sem muitas instruções ou preparo tático para, à paisana, vigiar a passagem para o país vizinho, pois se esperava que Carlos Lamarca fosse sair do país por essa fronteira. Já nos primeiros anos a gente pode perceber as particularidades do interior, o Sr. Claudio vai relatar que se o carro, por exemplo, não fosse com placa de Jaguarão era parado e revistado, os pedestres “forasteiros” deveriam apresentar documentos, não era uma fiscalização ostensiva no sentido de que os conhecidos não eram parados. De encontro a isto vem a hipótese de que figuras influentes dentro da comunidade eram de vital importância para o esquema de Travessia, o carro oficial do cônsul, o fusca do padre eram meios de transporte muito eficientes pois a partir do prestigio social que estes gozavam na comunidade ganhavam certa imunidade as desconfianças dos órgão repressivos locais.

Tendo isso em vista, reitero que, aqui, o que nos propomos a fazer vai muito além de um simples relato de como decorreram em Jaguarão os anos em que o Brasil se viu sob um regime ditatorial. Abordaremos aqui as redes de contatos que fazem com que essa pequena cidade do interior do estado se insira em uma lógica mais ampla, estabelecendo contatos estaduais, nacionais e internacionais, sendo de vital importância para o esquema de resistência e saída para o exílio de alguns quadros da militância contrária ao regime de 1964.

Referências

Documento produzido pelo Estado

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul / Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

Entrevistas

CAPONI, Luiz. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

Entrevistado 1. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves

SALAMONI, Alceu. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura

civil-militar brasileira (1964-1973). Pelotas, setembro de 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves

VOLTAN, Antonio Camelato. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Pelotas, setembro de 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves

Bibliografia consultada

ALBERTI, Verena. *Fontes Orais- Histórias Dentro Da História* / organizadores Carla Bassanezi Pinsk. – São Paulo: Contexto 2010. P. 155-202.

ANTUNES, Cátia. *A história da análise de redes e a análise de redes em história*. História: revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, v. 2, 2012.

ASEFF, Marlon Gonsales. *Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento/Rivera (1964-1974).* Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina- Centro de Filosofia de Ciências Humanas, Departamento de História Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2008.

ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. *A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968).* Universidade Federal do Rio grande do Sul- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Porto Alegre, 2011.

DOURADO, Raniere de Oliveira Santos. *A Ditadura Civil-Militar E O Movimento Estudantil Em Jaguarão.* UNIPAMPA monografia ao Curso de História- Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, 2017.

PORTO, Elena. *Em Busca Das Fontes Perdidas: Um Estudo Sobre A Ditadura Civil-Militar Em Jaguarão- RS A Partir Das Atas Da Câmara De Vereadores E Do Jornal "A Folha" (1964). Jaguarão.* UNIPAMPA monografia ao Curso de História- Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa. Jaguarão, 2014.

SCHNEIDER, Claércio Ivan. *Pelos Caminhos da História Cultural: Geração, Intelectual, Sociabilidade e Circularidade* In: DIALOGUS, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, 2008,

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro Da: *A Resistência Ao Golpe E Ditadura Militar Em Pelotas*. Trabalho De Conclusão Do Curso Universidade Federal De Pelotas Instituto De Ciências Humanas Departamento De História E Antropologia Faculdade De Licenciatura Em História. Pelotas, 2010

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro Da: *Ditadura Civil Militar Na Região Sul Gaúcha: Militâncias e Rotas De Exílio.* Dissertação, Universidade Federal De Pelotas- Instituto De Ciências Humanas Programa De Pós- Graduação Em História. Pelotas, 2014.

Quem foi Eustáquio Marinho? Circulação geográfica e trânsito ideológico na trajetória de um militante operário (quase) anônimo.

Luciano de Moura Guimarães[1]

No fim da tarde de 18 de novembro de 1918, na cidade do Rio de Janeiro, capital federal, centenas de trabalhadores de diversas categorias profissionais – principalmente têxteis, metalúrgicos e operários da construção civil –, inseridos nas paralisações decretadas por suas associações de classe, convergiram para o Campo de São Cristóvão. O objetivo deles era assaltar o quartel onde localizava-se a Intendência de Guerra do Exército, como parte de um plano revolucionário que pretendia implantar uma República de Operários e Soldados, de caráter soviético, no Brasil. Após a pronta repressão policial, sucederam-se tiros e detonações de bombas e, em seguida, cargas da cavalaria do Exército. Pouco tempo depois, operários fugiam pelas ruas próximas sem conseguirem realizar seu intento (Addor, 1986, p. 162-171).

Esse ensaio de insurreição ocorreu num contexto marcado por severa crise social, bastante agravada pelas consequências econômicas decorrentes da I Guerra Mundial. Assim, carestia de vida, açambarcamento de produtos de primeira necessidade, desemprego, baixos salários, longas jornadas de trabalho e precariedade habitacional e sanitária eram alguns dos elementos que compunham o terreno sobre o qual se moviam as classes populares. Leis protetoras dos trabalhadores, ou não havia ou não eram observadas. O Estado intervinha nas relações entre empregados e empregadores seguindo a lógica de que a questão social era um caso a ser resolvido pelas forças policiais. Na “República que não foi” (Carvalho, 1987) vigia, enfim, o típico liberalismo excludente em voga durante toda a I República.

[1] Colégio Pedro II. Mestre em História Social (UFBA). Email: luccianomg@gmail.com

Ademais, a conjuntura em questão – presente nos anos 1917-1920 – distinguiu-se pela intensificação das lutas operárias, quando expectativas de transformação radical da sociedade foram compartilhadas por importantes parcelas da classe trabalhadora em nível nacional. Greves gerais foram desencadeadas em várias cidades brasileiras: São Paulo (1917); Rio de Janeiro (1917); Porto Alegre e Pelotas, no Rio Grande do Sul (1917) e na cidade de Rio Grande, no mesmo estado (1918 e 1919); Salvador (1919); Recife (1919) e Porto Alegre (1919) (Fausto, 1976, p. 157-191). Na realidade, como assevera Joana Dias Pereira (2014), longe de constituir um fenômeno meramente nacional, aquele período comportou um "ciclo de agitação social global".

Dessa maneira, impactados principalmente pelos recentes e inéditos sucessos obtidos pelos bolcheviques russos e cultivando a expectativa de adesão de soldados das Forças Armadas à desejada revolução social proletária, conhecidos militantes atuantes no movimento operário do Rio, São Paulo e Santos, em sua maioria anarquistas, tencionaram aplicar o exemplo da Revolução Russa em terras brasileiras, como a ideia da formação de um comitê (soviete) de soldados e operários permite entrever (Bartz, 2014, p. 36-38).

À tentativa insurreicional anarquista de 1918 seguiu-se intensa repressão estatal, que, por sua vez, produziu grande número de militantes presos, deportados e evadidos para outras regiões do país, além do fechamento de diversas associações operárias (Addor, 1986, p. 172-177). Assim, algumas semanas depois de preso, José Oiticica, considerado o principal dirigente da insurreição, foi deportado para Alagoas juntamente com sua família. Astrojildo Pereira, somando-se a dezenas de militantes libertários detidos, permaneceu encarcerado nas prisões da capital republicana. João da Costa Pimenta, foragido, dirigiu-se para São Paulo. Também fugindo da

sanha persecutória que se instalara no Rio, Agripino Nazareth, evadiu-se para sua terra natal, Salvador (Dulles, 1977, p. 70-71). Ou seja, verificou-se, então, algo como uma diáspora de militantes, fugidos do Rio para outras regiões do país (Guimarães, 2012, p. 85).

Na realidade, após o frustrado levante, Agripino Nazareth ainda se demoraria na capital federal por dois meses, inclusive escrevendo para o periódico *ABC* até janeiro de 1919, quando foi pronunciado, ao lado dos outros líderes, como incurso no artigo 107 do Código Penal, "por prática de crime contra a Constituição da República e sua Forma de Governo".[2] Chegando à Bahia, Nazareth ingressaria no recém-fundado Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC), na condição de advogado daquela entidade. Em breve, ele se tornaria reconhecidamente o dirigente mais influente nos meios proletários baianos, sendo seu principal orientador até sua deportação de volta ao Rio, em janeiro de 1921 (Castellucci, 2012).

Algum tempo depois, em princípios de 1920, um militante operário sem grande projeção, cumpriria um deslocamento similar ao de Nazareth, dirigindo-se do Rio de Janeiro para a capital da Bahia. Eustáquio Pereira Marinho também havia participado da Insurreição Anarquista e, igualmente ao que sucedera com Nazareth, também passou a atuar no interior do SPCDC. Segundo noticiário de jornais cariocas, Eustáquio, "chefe da Usina de energia da Light, em Copacabana" havia sido preso na manhã do dia 2 de janeiro de 1919, ao sair de uma residência na rua Barroso, 76, localizada naquele mesmo bairro.[3] Dali levaram-no para a Inspetoria de Segurança, onde foi interrogado pelo primeiro delegado auxiliar, Nascimento Silva. Sem ocultar "suas ideias libertárias", confessou-se "francamente anarquista", de acordo

[2] *Jornal de Notícias*, Salvador, 15 de junho de 1919.
[3] *A Época*, 3 de janeiro de 1919; *A Noite*, 2 de janeiro de 1919; *Correio da Manhã*, 3 de janeiro de 1919; *O Paiz*, 3 de janeiro de 1919.

com o relato do *Correio da Manhã*.[4] Apesar disso, sua participação no levante não ficou muito esclarecida. Segundo o inquérito policial produzido para apurar as responsabilidades pelo episódio, havia provas testemunhais de que Eustáquio Marinho agia como um elemento dissuasório "no seio da classe trabalhadora"; o suficiente para que fosse acusado de tentar mudar por meios violentos a forma de governo, a mesma imputação que coube a Agripino Nazareth.[5] De acordo com sua ficha de ocorrência policial, Eustáquio Marinho deu entrada na Casa de Detenção da capital federal no dia 4 de janeiro de 1919. Através desse documento ficamos sabendo alguns detalhes do prisioneiro: era negro; tinha 37 anos; eletricista por profissão; e, também como Nazareth, natural da Bahia. Eustáquio foi libertado no dia 24 de março de 1919, através de alvará de soltura, por faltas de provas condenatórias.[6]

Logo após sua libertação, entretanto, continuou a militar nas lides sindicalistas, assumindo um cargo na comissão fiscal da União Geral dos Metalúrgicos (12 de abril) e conclamando seus companheiros a agirem em prol dos ativistas ainda presos.[7] Em agosto, Eustáquio Marinho já se encontrava ocupando a função de 1º secretário daquela associação, redigindo um manifesto no qual concitava os sócios a não descurarem da organização e da mobilização da categoria.[8] Nesse mesmo mês, colaborou com a redação de alguns artigos para o jornal *Spártacus,*[9] periódico surgido em agosto de 1919, que funcionava como um porta-voz dos libertários brasileiros, cujo intuito era disseminar notícias e informações sobre o recém-fundado Partido

[4] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1919.
[5] *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1918.
[6] Livro de matrículas de detentos homens, n. 236, ficha de ocorrência policial n. 41, Fundo Casa de Detenção, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. De acordo com relato de Otávio Brandão, Eustáquio Marinho era um operário da construção civil, ex-marinheiro que teria participado da Revolta da Chibata, em 1910. Ver, do autor: *Combates e Batalhas: memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1978, p. 268.
[7] *A Razão*, Rio de Janeiro, 13 de abril de 1919.
[8] *A Razão*, Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1919.
[9] *Spártacus*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1919 e1 de novembro de 1919.

Comunista do Brasil (março de 1919).[10] Compunham o grupo editor daquela folha, entre outros nomes, alguns militantes que também estiveram envolvidos na Insurreição Anarquista de 1918, tais como José Oiticica e Astrojildo Pereira. Isto talvez indique o quanto Eustáquio Marinho continuava vinculado aos rebeldes de 18 e comprometido com as ideias de revolução e emancipação social.

Em 30 de agosto de 1919, um artigo de sua lavra versando sobre a situação dos trabalhadores da Light, "o polvo canadense", como era chamada aquela companhia de luz e energia elétrica, concitava os funcionários da empresa a organizarem-se de modo a poderem fazer frente à exploração que os atingia. Aos seus olhos a saída era clara: a formação de "verdadeiros sindicatos de resistência". Marinho falava com conhecimento de causa, pois sabemos, através desse escrito, que ele havia sido funcionário daquela empresa.[11] A segunda aparição dele no *Spártacus* foi na edição de 27 de setembro de 1919, quando subscreveu um abaixo-assinado contra a expulsão de trabalhadores estrangeiros, acusados pelo governo federal de serem anarquistas. É interessante notar que assinavam também o documento Carlos Dias, José Oiticica, Álvaro Palmeira, Astrojildo Pereira, dentre outros militantes que haviam participado da sublevação anarquista de novembro de 1918.[12] Na última vez em que escreveu no periódico, Eustáquio Marinho novamente condenava a expulsão de trabalhadores estrangeiros acusados de serem anarquistas e, ao fazê-lo, relatava sua própria experiência

[10] Devido ao impacto da Revolução Russa nas hostes libertárias, Edgard Leuenroth e Hélio Negro (pseudônimo de Antônio Candeias Duarte), dois anarquistas que militavam no movimento operário de São Paulo, publicaram, em 1919, uma brochura onde interpretavam os acontecimentos revolucionários russos sob a ótica anarquista, considerando que o regime que vigia ali tinha como horizonte o "almejado comunismo libertário". *O que é o maximismo ou bolchevismo – Programa Comunista*, São Paulo, Editora Semente, 1919, p. 9.
[11] *Spártacus*, Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1919, p. 3. Em outro artigo, de 1 de novembro de 1919, Eustáquio Marinho revela que trabalhou na Light "desde a mais tenra idade".
[12] *Spártacus*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1919, p. 1-2. Nesta fonte a profissão referida de Eustáquio Marinho é a de metalúrgico.

de conversão ao anarquismo. De acordo com ele, foi buscando entender o motivo de haver expulsões de operários que sua curiosidade o levou a procurar uma literatura que esclarecesse "quem eram os anarquistas" afinal.

Depois de ler os escritos de Sebastian Faure e Kropotkin, "foi como um raio de luz" em seu cérebro , mas ainda não havia adotado as ideias libertárias. Foi conjugando tais leituras às "de crítica histórica e religiosa" e "história natural e astronomia" que se tornou "inteiramente anarquista".[13] Através desse artigo, descobrimos outras características da formação de militante de Eustáquio Marinho recorrentemente presente nas trajetórias dos ativistas libertários: o autodidatismo e o caráter de profissão de fé dos que adotavam a orientação anarquista. Conforme esclarece Edilene Toledo (2004, p. 41-47), "ser anarquista era ser pensador", pois valorizava-se a instrução como meio privilegiado para promover a transformação e emancipação da humanidade, o que conferia ao anarquismo foros de "conversão quase religiosa", afinal considerava-se que, mais que um mero conjunto de concepções, ele se constituía em uma maneira de viver, onde a autoridade do Estado, da religião e do capital não teria lugar. É o próprio Marinho quem afirma que após se tornar anarquista já não mais aceitava "sem protesto os deuses deuses no céu e os patrões na terra"; e isso sem travar contato com organizações operárias e militantes estrangeiros.[14]

Graças à persistente repressão estatal, era comum que os militantes sindicais fossem alvo de prisões, deportações e buscas, o que os obrigava a transitar por diferentes lugares, em geral continuando a exercer, apesar de tudo, seu ativismo (Petersen, 2010, p. 13-16). Repressão e circulação geográfica são, portanto, elementos usualmente presentes nas trajetórias dos militantes do movimento operário. Assim, possivelmente em

[13] *Spártacus.* Rio de Janeiro, 1 de Novembro de 1919, p. 3.
[14] *Spártacus.* Rio de Janeiro, 1 de Novembro de 1919, p. 3.

função da escalada repressiva na capital federal, Eustáquio empreendeu o mesmo deslocamento que Nazareth havia realizado alguns meses antes. Sua presença em território soteropolitano é observada a partir de abril de 1920, quando assina um artigo no periódico publicado pelo SPCDC, *Germinal*,[15] defendendo a necessidade de se empreender uma revolução social para emancipar os trabalhadores. Ele foi ainda, na sequência, um dos muitos oradores na celebração e passeata do Primeiro de Maio daquele ano.[16]

Daquele momento em diante, seu percurso militante vinculou-se aos caminhos percorridos pelo SPCDC, pois provavelmente foi ele o principal mentor da radicalização que esse sindicato adotou a partir de setembro de 1920 (Guimarães, 2012). Tal compreensão ganha força quando verificamos que Eustáquio ocupou o posto de secretário-geral do sindicato, entre janeiro de 1921 até dezembro de 1922, pelo menos.[17] Dessa forma, não fosse pela circulação geográfica que empreendeu e por sua atuação no movimento operário de Salvador, provavelmente Eustáquio Marinho seria mais um daqueles personagens nebulosos que assinavam artigos em jornais operários ou subscreviam manifestos e coisas do gênero, mas que em geral permaneceram anônimos para a historiografia. Daí a importância em refletir sobre os percursos de sua experiência de ativista sindical.[18]

Uma vez atuando no interior do sindicato dos operários da construção civil, Eustáquio Marinho opôs-se progressivamente ao posicionamento de Agripino Nazareth. Enquanto Nazareth declarava-se socialista, Marinho reconhecia-se como anarquista. Essas duas posições

[15] *Germinal*, Salvador, 1 de maio de 1920.
[16] *Germinal*, Salvador, 1 de maio de 1920. Ao anunciar a programação das celebrações operárias referentes ao Primeiro de Maio, o jornal *A Tarde* de 29 de abril de 1920 informava que Eustáquio Marinho discursaria duas vezes ao longo do percurso da passeata.
[17] Ver: *A Voz do Trabalhador*, Salvador, 22 de janeiro de 1921.
[18] Eustáquio Marinho não figura, por exemplo, na obra, escrita por Cláudio Batalha, *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 - militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundacão Perseu Abramo, 2009.

orientaram, então, divergentes formas de encaminhar as demandas dos filiados ao SPCDC. Esse processo desaguaria na cisão do sindicato em agosto e setembro de 1920, quando importantes quadros abandonariam o sindicato, acompanhando Nazareth, quando este optou por complementar a luta sindical com a luta política-parlamentar, fundando o Partido Socialista Baiano.[19]

A partir de então, a adoção do método sindicalista revolucionário seria explicitado pelo sindicato da construção civil, com a publicação de um novo jornal: *A Voz do Trabalhador*[20] (outubro de 1920 – dezembro de 1922). Em suas páginas encontraremos o temário característico dessa estratégia anarquista, como, por exemplo, o antiestatismo, o anticlericalismo, a centralidade da greve como meio para garantir e alargar direitos, o apelo à instrução proletária, a pregação da revolução social, inclusive defendendo a necessidade da violência revolucionária e a propaganda da ação direta. Dessa maneira, assim como o anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária constituíram-se num fenômeno transnacional, devido à circulação de militantes e de mão-de-obra por diversos países (Toledo, 2004), também dentro do extenso território brasileiro, atravessando regiões e estados distantes, a circulação desses elementos foi responsável pela difusão daquelas ideias e práticas.

Quanto a Eustáquio, sua resistência à adoção da solução político-partidária vinculada à ação sindical parece ceder no decorrer dos anos. Sua trajetória política acompanha sua mobilidade geográfica. Assim sendo, ele continua a circular e, em 1928, estará residindo em Vitória, Espírito Santo, quando assina uma moção de apoio aos candidatos do Bloco Operário e

[19] *A Tarde*, Salvador, 24 de agosto de 1920.
[20] Sintomaticamente homônimo ao da Confederação Operária Brasileira, que propugnava o mesmo sindicalismo de intenção revolucionária.

Camponês, braço político-partidário do PCB.[21] Tal trânsito ideológico é confirmado pelas informações constantes no prontuário policial de Antônio Francisco Roux (datado de 3 de dezembro de 1948).[22] Esse militante, era o encarregado sindical na década de 1930 de uma célula do PCB denominada "Eustáquio Marinho", fato revelador da importância da atuação de Eustáquio no interior daquele partido. Entre luzes e sombras, suas breves notas biográficas são encerradas por Otávio Brandão (1978, p. 268), que atesta seu desaparecimento "obscuramente durante o governo Vargas".

Fontes

A Época, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1919.

A Noite, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1919.

A Razão, Rio de Janeiro, 13 de abril e 29 de agosto de 1919.

A Tarde, Salvador, 29 de abril e 24 de agosto de 1920.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1918 e 3 de janeiro de 1919.

Germinal, Salvador, 1 de maio de 1920.

Jornal de Notícias, Salvador, 15 de junho de 1919.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1929.

O Paiz, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1919.

Spártacus, Rio de Janeiro, 30 de agosto, 27 de setembro e 1 de novembro de 1919.

Voz do Trabalhador, Salvador, outubro de 1920-dezembro de 1922.

Livro de matrículas de detentos homens, n. 236, ficha de ocorrência policial n. 41, Fundo Casa de Detenção, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

[21] *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 27 de julho de 1929.
[22] Prontuário 15585 – Fundo DESPS – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Prontuário 15585 – Fundo DESPS – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Referências bibliográficas

Addor, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro.* Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1986.

Bartz, Frederico Duarte. *Movimento operário e revolução social no Brasil: ideiais revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e* 1922. Tese (Doutorado em História) – IFCH – UFRGS, Porto Alegre, 2014.

Batalha, Cládio H. M. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 - militantes e organizações*. São Paulo: Editora Fundacão Perseu Abramo, 2009**.**

Brandão, Otávio. *Combates e Batalhas: memórias.* São Paulo, Alfa-Omega, 1978.

Carvalho, José Murilo. *Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Castellucci, Aldrin A. S. "Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, nº 64, p. 77-99, 2012.

Dulles, John W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935).* São Paulo, Nova Fronteira, 1977.

Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).* São Paulo, Difel, 1976.

Guimarães, Luciano de Moura. "*Ideias perniciosas do anarquismo" na Bahia*. Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922). Dissertação (Mestrado em História) – FFCH – UFBA, Salvador, 2012.

Leuenroth, Edgard e Negro, Hélio. *O que é o maximismo ou bolchevismo – Programa Comunista*, São Paulo,Editora Semente, 1919.

Pereira, Joana Dias. "O ciclo de agitação social global de 1917-1920", *Ler História* [Online], 66, 2014 (URL : http://journals.openedition.org/lerhistoria/720 ; DOI : 10.4000/lerhistoria.720 – acessado em: 6 de outubro de 2018).

Petersen, Sílvia Regina Ferraz. "Relações interestaduais e internacionais no processo de formação do movimento operário brasileiro", texto de comunicação apresentada no I Seminário Internacional de História do Trabalho – V Jornada Nacional de História do Trabalho, UFSC, Florianópolis, 25-28 de outubro de 2010.

Toledo, Edilene. *Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2004.

Toledo, Edilene. *Travessias* revolucionárias: ideias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945). Campinas, Editora da Unicamp, 2004.

Comunicação visual da cidade de São Paulo na década de 1940: olhares e registros de Hildegard Rosenthal

Maria Clara Lysakowski Hallal[1]

Resumo: O cenário urbano brasileiro das décadas de 1930 e 1940 fora assinalado por mudanças nos grandes centros, a exemplo das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. Na década de 1940 no alvorecer da expansão populacional e industrial que estava ocorrendo na capital paulista, São Paulo foi documentada e registrada pela fotógrafa suíça Hildegard Rosenthal. Nesse sentido, sob um olhar estrangeiro e feminino, propõe-se analisar um recorte da materialidade da cultura visual de São Paulo do período destacado. As fotografias analisadas estão no livro "Metrópole: Hildegard Rosenthal", organizado por Maria Luiza Oliveira sob a divisão de quatro temas: Cenas Urbanas, Edifícios/Grafismos, Interior, Noite/Chuva e Retratos, apresentando um recorte do já retalho da realidade que a fotógrafa optou por evidenciar, transformando cotidiano e cena urbana em imagem visual. Através das imagens de Rosenthal, vê-se uma mistura de temporalidades; o progresso, sob a forma de novas construções de edifícios, a ocupação dos espaços públicos por meio de ruas e esquinas repletas de transeuntes, os ditos marginalizados que faziam da rua o campo de sobrevivência: ambulantes, quitandeiras etc. Assim, a fotógrafa evidencia o contraste do moderno e a efemeridade de um tempo antigo não tão distante assim. As imagens de Hildegard evidenciam essa mistura de tempos de São Paulo dos anos 1940, onde construções novas e as ruínas, permanência e mudanças conviviam em temporalidades sobrepostas. Por meio do instante registrado, pode-se analisar questões sociais e culturais da cidade; como se davam as práticas sociais e a questão estética desde os edifícios e seus arranha céus até o vestuário presente nos recortes imagéticos. Entende-se que por meio das imagens de Rosenthal pode-se discutir e problematizar questões culturais e estéticas de São Paulo e, até mesmo, do Brasil nos anos 1940.
Palavras chave: Cultura Visual – Hildegard Rosenthal - Urbano

Hildegard Rosenthal: registros de uma cidade misturada entre diversas temporalidades

Para decifrar a cidade de São Paulo nas décadas de 1930 e 1940, espaço temporal desse estudo, é importante entender os fotógrafos que registravam o urbano da época. Esses profissionais desde fins do século XIX já registravam as transformações ocorridas nas cidades. Obviamente, mesmo a cidade ter se transformado bastante entre 1930 e 1940, era difícil a sobrevivência dos fotógrafos, principalmente os de vistas urbanas. Para quem vender? Com isso ou por isso, Hildegard Rosenthal tinha contatos com um amplo circuito social da época; tinha ligações com os principais veículos de

[1] Mestre em História, UFPEL. Email: clarahallal@hotmail.com

comunicação (Folha de Noite, Folha da Manhã etc.), fotografou Mário de Andrade, Tarsila do Amaral etc.

Contemporâneas de Hildegard, chegaram no Brasil e também fizeram parte da consolidação da presença feminina na linguagem, mas, acima de tudo fizeram parte da consolidação da linguagem visual da fotografia moderna, as fotógrafas Alice Brill (alemã e viveu entre 1920-2013) e a húngara Judith Munk (1922 – 2004).

Em uma entrevista para o Estado de São Paulo na década de 1980, Hildegard falou "A fotografia não era o que é hoje, os fotógrafos viviam na miséria". Ela era fotografa da porta para fora, isto é, não mantinha estúdios para retratos, o que certamente diminuía o seu mercado.

Só décadas mais tarde suas fotografias foram para o circuito das exposições, a primeira foi em 1974, no Museu de Arte Contemporânea em SP. Na Bienal de 1977 ganhou o prêmio de melhor fotógrafa. Como contemporâneo tinha, por exemplo, Claude Levi Strauss. Outro olhar estrangeiro sobre essa cidade de misturas de tempos. Rosenthal era especialista no uso da Leica, equipamento que ajudou a difundir o formato das fotografias em 35 mm e favorecia o instantâneo.

Contextualizando a Hildegard, ela chegou ao Brasil durante o período do Estado Novo. Sua grande produção de imagens foi durante as décadas de 1930 e 1940. Nascida por acaso em Zurique, na Suíça, onde seus pais se encontravam de passagem, mas registrada em Frankfurt, Hildegard Baum (seu nome de solteira) viveu na grande cidade alemã até o início da idade adulta.

Hildegard não era judia, mas seu namorado, Walter Rosenthal, sim. Isso os levou a, em 1937, trocar a Alemanha pelo Brasil, onde se casaram. Após poucos meses trabalhando numa empresa chamada Kosmos Foto, como orientadora de serviços laboratoriais, a fotógrafa foi contratada por uma

pequena e recém-criada agência de notícias, a Press Information, passando a publicar suas imagens em órgãos da imprensa nacional e estrangeira.

Após encerrar sua carreira como fotojornalista, em 1948, Hildegard Rosenthal passou a fotografar apenas por prazer e elegeu as crianças como tema. Meninas japonesas fotografadas no bairro da Liberdade, engraxates e pequenos jornaleiros se destacam em suas fotos. Em 1959, depois da morte do marido, a fotógrafa assumiu a direção da empresa da família.

São Paulo: transformações sociais e urbanas no século XX

O período do início do século XX caracteriza-se por ser marcado por diversas intervenções urbanas, a exemplo das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Tais projetos inspirados na Belle Époque, de Paris, onde, infundiu pelo mundo projetos de urbanização e modernização.

A Belle Époque francesa se caracteriza como uma época do florescimento do belo e transformações urbanísticas. Surgem os cabarés, Can-Can e cinema. Do âmbito artístico ocorre o nascimento do Impressionismo e da *Art Nouveau.* Foi um movimento que teve marcas profundas em outros países, como o Brasil, por exemplo. Era comum a elite brasileira ir a Paris frequentemente e com isso novas tecnologias, artes, arquitetura e literatura foram trazidos e adaptados no Brasil.

Dentro do território brasileiro, este período tem início em 1889 com a Proclamação da República e vai até 1922 com o Movimento Modernista e a realização da Semana da Arte Moderna, na cidade de São Paulo, sendo aos poucos substituída por novos movimentos culturais. Concomitante, principalmente, com o início da “Belle Époque” brasileira, tem-se, principalmente em São Paulo, a era dos motores e das máquinas – apitos de trem, buzinas dos automóveis, ruído do bonde sobre os trilhos e, ainda mais

significativo para o desenvolvimento econômico, foi o som das sirenes das novas fábricas instaladas na cidade (TOLEDO, 2015).

Assim, a mensagem de avanço e progresso chegava por meio das artes, mas, também, pelas sirenes e apitos; uma nova melodia para os paulistanos. A industrialização paulistana e a consequente transformação na cidade são explicadas como se fosse um fio de um mesmo novelo, relação intrínseca e por vezes misturada, como explica Toledo:

> O café levou à estrada de ferro, que levou a mais café, que levou a mais estrada de ferro, enquanto ambos, café e estrada de ferro, levavam à imigração, que levava a mais café e mais estrada de ferro, que levavam a mais imigração. Num segundo momento, café, estrada de ferro e imigração, inseparavelmente unidos no centro do novelo, levaram à industrialização, que por sua vez consolidou o café, a estrada de ferro e a imigração como pano de fundo sem o qual nada seria como foi (TOLEDO, 2005, p.112).

O café, estrada de ferro, industrialização e imigração estão intrinsicamente ligados. Os industriais, por exemplo, construíram suas mansões na Avenida Paulista e suas indústrias, de forma geral, foram alocadas em locais vizinhos à estrada de terra, facilitando o transporte das mercadorias. E junto às fábricas foram construídas casas/ vilas para esses operários que migravam das mais diversas regiões do país em busca de melhoria de vida.

Chegando nos anos 1920 a Catedral da Sé já estava em construção, em 1927, Prestes Maia e Ulhôa Cintra, urbanistas, criaram o “Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo” que se tornou um clássico dos estudos urbanísticos de São Paulo. Porém, somente em 1938, com a nomeação de Prestes Maia como prefeito é que abriu-se a ele a oportunidade de colocar em prática seu plano.

O plano orientou as remodelações urbanas da cidade entre 1934 até 1945, ocorrendo transformações urbanísticas e extensão do sistema viário

da cidade. O recenseamento da década de 1940[2] mostrou que a cidade possuía 1,4 milhão de habitantes, atravancando o centro e a comunicação com os bairros e vice-versa. Obras como da rua Ipiranga onde se transformou em Avenida Ipiranga e a construção do Viaduto Jacareí deram fluidez para um trânsito que apresentava sinais de estagnação.

Durante as modificações, casas e prédios que estivessem no caminho foram desmanchados, moradores realocados, mas, no fim de tudo, proporcionaram uma nova e não definitiva estrutura urbana. Ainda que o prefeito considerasse a composição final acabada sabe-se que tal situação não condiz com a realidade, visto que a cidade é uma estrutura viva e cambiante, necessitando de modificações constantemente.

Chega-se, então, a São Paulo da década de 1940, o Brasil continuava sob o regime ditatorial do Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial provocava perplexidade, ainda que todos estivessem meio anestesiados, com a invasão de Paris pelos alemães. Com a entrada do Brasil na guerra, em 1942, a população paulista viu-se sob uma nova configuração: exercícios de blecautes para preparar a população caso houvesse invasão por via aérea, o racionamento de gêneros alimentícios e de petróleo. Para substituir o petróleo, foi necessário recorrer a outras soluções, como o gasogênio e, para isso ser efetivo, industrias metalúrgicas, oficinas de conserto de carros e engenheiros juntamente com empréstimos e subsídios governamentais, conseguiram, em 1943, 10.864 veículos movidos a gasogênio no Estado, desses, 7.352 na capital.

Os resultados da guerra no plano político e social todos conhecem, horrores como o Holocausto, ascensão dos Estados Unidos como potência

[2] Não havia recenseamento desde 1920, visto que a Revolução de 1930 impediu que houvesse a pesquisa do ano.

imperialista, a Guerra Fria e a divisão do mundo em dois blocos: socialistas e capitalistas. No contingente brasileiro, como elucida Toledo:

> A Federação das Indústrias (Fiesp) passou de 1465 associados, em 1938, a mais de 5 mil em 1944. A política de substituição de importação, importada pelo Estado Novo e reforçada nos anos de guerra, propiciou o surgimento de uma miríade de novos empreendimentos (TOLEDO, 2005, p.436).

Dessa forma, em contrapartida, o regime trabalhista sofria revés, com diminuição dos direitos trabalhistas até então conquistados. Logo, o Brasil, mais especificadamente São Paulo nas décadas de 1930 e 1940, foi um período transformador e marcado por construções, verticalizações, imigrações e modificações na estrutura da urbe. Ocorreram obras como o estádio do Pacaembu (1939), Palácio da Imprensa (sede da Gazeta), assentamentos de trilhos e verticalização da arquitetura residencial com a construção de edifícios suntuosos[3]. Importante ressaltar, que, conforme Negri e Pacheco, o crescimento industrial do estado de São Paulo "ocorreu principalmente, nos municípios localizados no entorno da capital paulista, notadamente no ABCD (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema) " (Negri e Pacheco, 1994, p. 64).

Por conseguinte, entende-se, que o desenvolvimento urbano ocorreu em todo o estado, obviamente, concentrando-se na capital, São Paulo. Essa, nesse período, pode ser considerada metrópole, segundo as definições de Santos (1993) que considera apenas as cidades com mais de um milhão de habitantes como metrópole.

Hildegard e a linguagem visual da fotografia moderna

Esse trabalho utilizou as imagens do livro "Metrópole: Hildegard Rosenthal", organizado por Maria Luiza Oliveira que divide as imagens em

[3] Desde a década de 1910 tem-se a construção de edifícios com mais de 4 andares na área central da cidade, contudo mantendo-se restrito a escritórios. A partir de 1930 o processo tornou-se irreversível e expandiu-se para além do limite do centro de São Paulo.

quatro temas: Cenas Urbanas, Edificios/ Grafismos, Interior, Noite/Chuva e Retratos. Abaixo, a primeira imagem analisada:

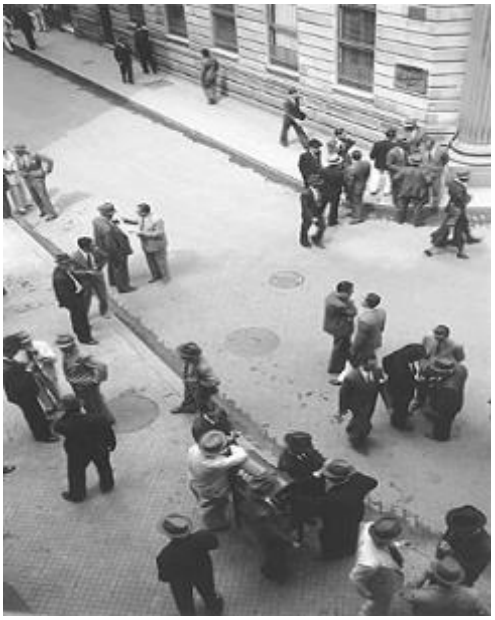


Imagem 1: Ponto de Encontro, São Paulo, SP, 1940. Fotógrafa: Hildegard Rosenthal

A imagem 1 mostra um grupo ou até mesmo aglomerado de pessoas na Rua Direita com a 15 de novembro. Era uma das regiões mais movimentadas da cidade. A rua não era apenas lugar de passagem, mas, sim de permanências e encontros. As pessoas ocupavam até mesmo o “meio da rua”. Na imagem não tem bondes ou carros, mas não era incomum que atropelassem as pessoas, uma vez que as normas do transito ainda eram incipientes.

Nota-se um sentido de rua diferente do atual, por exemplo. Hoje o pedestre, ainda que por vezes não cumpra, já tem introjetado que rua é o lugar do carro, a calçada é o seu lugar. Outro elemento a ser considerado é a maneira ou posição em que a fotógrafa estava para obter o click. Estava em uma posição superior, talvez uma janela ou sacada. Há a presença de

sombras e luzes, esse jogo que compunha suas imagens. Algo que também chama atenção nas suas imagens é que o protagonista, por vezes, é a própria calçada – o calçamento e o meio-fio. O chão tem um espaço privilegiado.

Ainda, a fotografia é composta, maioritariamente, por homens e a maioria está vestindo terno, sendo um elemento, junto com a gravata e o chapéu, de distinção. Curiosamente, a respeito da quase ausência de mulheres na foto Yara Dines (2017, p.100), comenta que:

> Vemos pouquíssimas mulheres presentes na região central da cidade, o que também será percebido em outras fotografias de Hildegard Rosenthal. As mulheres já realizam trabalho comercial e de serviços no centro de São Paulo, porém ainda em número reduzido, como é comentado anteriormente; tanto é que apresentam uma invisibilidade de sua presença nas imagens das ruas (DINES, 2017, p.100).

Rosenthal, pela sua própria formação fotográfica e, possivelmente por sua condição de mulher e imigrante, devia compreender e tentar buscar as personagens femininas de São Paulo. Como na imagem 2, onde tem-se a imagem de mulheres na zona cerealista:

Imagem 2: Mulheres na zona cerealista, São Paulo, SP, 1940. Fotógrafa: Hildegard Rosenthal

A zona cerealista era movida especialmente de arroz e feijão e, as mulheres iam aos locais a fim de comprar as mercadorias a preços mais módicos. A próxima imagem demonstra a questão da verticalização de São Paulo:

Imagem 3: Rua Marconi, antes da abertura que à ligaria a Avenida São Luiz; ao fundo. A Praça D. José Gaspar, São Paulo, 1940. Fotógrafa: Hildegard Rosenthal.

Essa imagem 3 apresenta fachadas de edifícios vistos do alto, com os carros e sombras lá em baixo, formando, até devido a rua estreita, vales e a sensação de estrangulamento e sufocamento. Ao mesmo tempo em que representa o progresso sob a forma da verticalização, também, pode representar o medo e a sensação de estar sendo “engolido” por essa nova conjectura urbana.

A respeito do ato de fotografar, considera-se que é tomar posse de um momento vivido, um recorte do tempo, espaço e lugar, que possibilita

inúmeras narrativas e sentidos para a imagem. Nessa direção, merece atenção o trabalho de André Rouillé, intitulado "A fotografia: entre documento e arte contemporânea" (2009), que explicita:

> A imagem fotográfica não é um corte nem uma captura nem o registro direto, automático e analógico de um real preexistente. Ao contrário, ela é a produção de um novo real (fotográfico), no decorrer de um processo conjunto de registro e de transformação, de alguma coisa do real dado; mas de modo algum assimilável ao real. A fotografia nunca registra sem transformar, sem construir, sem criar (ROUILLÉ, 2009, p. 77).

A fotografia não registra coisas preexistentes, ela transforma e faz ser alguma coisa. O objeto fotografado é resultado de um posicionamento ideológico, visão técnica, estética e objetivos do fotógrafo. Obviamente que há objetos apresentados na fotografia, por exemplo, uma rua, novos bairros, iluminação diferenciada, contudo, não é, por exemplo, o edifício real que está na imagem, mas o edifício traduzido por um olhar e determinada estética.

A próxima imagem, tem-se a construção da Biblioteca Nacional e, ao mesmo tempo, uma pavimentação da rua. Fora construído em 1942, considerado um dos marcos do estilo *art déco*, a nova sede da Biblioteca Nacional visto que o antigo prédio já estava saturado. A cidade, para Rosenthal, não existia apenas nos monumentos ou prédios de grande porte, mas, sim nos detalhes, conjeturas, construções, trabalhadores e nas modificações das vistas urbanas.

Imagem 4: Biblioteca Municipal em construção, na rua da Consolação, São Paulo, SP, 1940. Fotógrafa: Hildegard Rosenthal.

Na fotografia 5 vê-se uma imagem feita de baixo para cima, mostrando estruturas pouco visíveis, que poderiam, facilmente, passar "batido" pelo observador. Outro elemento importante são os paralelepípedos sobrepostos (empilhados). Indicando esse momento de mudança e, ao mesmo tempo, permanência que a cidade passava. Rosenthal não se preocupava com a ideia de nitidez, disse "Se nós temos tudo nítido da frente para trás, não se vive"[4].

[4] https://ims.com.br/titular-colecao/hildegard-rosenthal/

Imagem 5: Pavimentação de rua, São Paulo, 1940.

Considerações Finais

As imagens de Rosenthal evidenciam a composição dessa São Paulo dos anos 1940, onde industrialização, progresso, crescimento aconteciam. Por outro lado, os componentes não visíveis dessa cidade também estavam presentes nos seus registros.

As fotografias 1 e 3, por exemplo, demonstram essa verticalização da cidade, onde novos prédios iam surgindo, assim, como, uma reocupação dos espaços urbanos pelos atores sociais da cidade.

A imagem 2 mostra a presença das mulheres no cenário urbano, ainda que fossem, de certa forma, invisíveis para alguns fotógrafos, Rosenthal registrava essas mulheres até mesmo por sua própria condição feminina e estrangeira. Era uma estrangeira retratando os “estrangeirismos” da cidade.

As imagens 4 e 5 representam dois momentos dessa cidade, onde os dois tempos estão presentes: as ruínas – os paralelepípedos e a

pavimentação da rua e o moderno, seja nessa nova forma de fotografar: a fotografa se posicionou no chão para obter a imagem 5 ou, então, no surgimento dos novos prédios modernos da cidade.

Essas imagens apresentadas representam um congelamento de um período marcado por novas nuances, transformações e modernizações de São Paulo da década de 1940. As fotografias dão conta de uma experiência fotográfica realizada por Hildegard, que seria o valor estético, cultural, político e modernizador de São Paulo do período estudado.

Como outras cidades do período, São Paulo convivia com as construções novas e as ruínas, com temporalidades sobrepostas. As permanências e mudanças estão evidenciadas nas fotografias de Hildegard Rosenthal.

Fonte consultada:

OLIVEIRA, Maria Luiza; BRACHER, Beatriz. **Metrópole:** Hildegard Rosenthal. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2010.

Referências Bibliográficas:

DINES, Yara Schreiber. São Paulo na imagética de Hildegard Rosenthal e de Alice Brill, fotografas imigrantes modernas. **Proa -** revista de antropologia e arte | campinas | n.7 | v.1 | p. 88 - 128 | jan-jun | 2017.

NEGRI, Barjas; PACHECO, Carlos A. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90**:** a nova dimensão espacial da indústria paulista. **Espaço e Debates.** São Paulo:NERU, n. 38, p.62-83,1994.

ROUILLÉ, André. **A fotografia:** entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Senac, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

TOLEDO, Roberto Pompeu. **A capital da vertigem:** uma história de São Paulo de 1900 a 1954. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015

Periódicos como objeto e fonte sob a perspectiva da microanálise: forma cultural, tecnologia e abordagens teóricas e metodológicas.

Gilson Moura Henrique Junior [1]

Resumo: Este artigo pretende fomentar um debate em torno de caminhos possíveis para a análise dos periódicos tendo em vista as perspectivas possíveis na microanálise. Nenhum meio de comunicação é isolado de seu meio, todos produzem uma rede de significâncias, uma forma específica de atuação que se relaciona com a sociedade. Periódicos são parte de uma rede de produção de sentidos, e também são produto de uma intencionalidade na construção de formas de pensar a realidade, uma intencionalidade que responde a desejos e anseios de sociedades em determinados períodos da história. Enquanto fontes ou objetos é fundamental uma percepção dos meios de comunicação como rede abrangente de relações sociais, inclusive as contidas na produção das técnicas necessárias para sua realização enquanto meio de comunicação e como elemento técnico e ferramenta influenciadora da percepção do real.
Palavras-chave: periódicos, forma cultural, A Federação, representação.

Periódicos como objeto e fonte: a perspectiva da microanálise.

Na análise dos periódicos como fonte é inevitável o surgimento de perguntas que movem nosso olhar e nossa curiosidade na direção das tantas perguntas despertas a cada texto, a cada visualização de coluna, fonte, paginação, diagramação.

Quem escreveu aquelas linhas? Quais aos profissionais envolvidos? Por que aquela linha de texto jornalístico? Quem diagramou? Quem imprimiu o jornal? Quem leu?

As diversas perguntas não tem como ser respondidas pela fonte em si e as dificuldades de acesso a documentos que deixem clara a composição profissional dos jornais, as relações construídas em seu interior, as concordâncias e divergências nos limitam à investigação do periódico, ao menso quanto não possuímos meios de investigar mais profundamente a

1 Gilson Moura Henrique Junior - Mestrando do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de pelotas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. E-mail: gilsonmhjr@gmail.com.

composição social e pessoal dos jornais enquanto local de trabalho e redes de socialização.

Porém, a produção da investigação nos detalhes perceptíveis nos e a partir dos periódicos podem satisfazer parte da curiosidade ao nos permitir investigar as camadas de historicidade presentes na produção do texto, na construção da página, no interior do texto jornalístico e na direção de sua linha editorial e a partir do periódico como ferramenta de parte da sociedade em intervir na realidade, como ferramenta de reivindicação de um determinado tipo de percepção do real ou como instituição social e parte da luta política cotidiana.

Através das pistas deixadas pelos periódicos podemos analisar os mais diversos caminhos possíveis que forneçam um quadro verossímil a partir da realidade perceptível do período e do periódico analisado.

Ao dissecarmos o jornal ou a revista, o texto jornalístico, o uso ou não de imagens, a produção da diagramação em seus detalhes podemos ser uma série de dados perceptíveis sobre o cotidiano da produção jornalística de uma época e os elementos que fazem do periódico uma ferramenta única, determinada, com um estilo detectável.

Porém para isso precisamos compreender o que é um jornal, como ele se organiza enquanto meio de comunicação, suas características, a historicidade da técnica envolvida na sua produção, entre outros elementos.

Um jornal enquanto sistema

Um jornal é uma ferramenta que organiza em torno de si um sistema em que é parte da cultura e formador dela. Um jornal também é parte de um sistema político, econômico e social e atua nele ou produzindo uma ação que ajuda sua consolidação ou atuando de forma a opor-se ao sistema. Em ambos os casos, no entanto, um jornal participa de uma série de operações simbólicas que fortalecem o sistema e sua ideia de tempo, cultura

e verdade. Estes são elementos de debate a respeito da natureza dos periódicos que constam de parte importante dos estudos das mídias.

Como via de regra todos os meios de comunicação, jornais foram inventados por necessidades específicas de sociedades que levaram ao desenvolvimento de cada nova tecnologia de comunicação social e que respondiam a um sistema social, econômico e político, além de responder às crises próprias a ele (WILLIAMS, 2016, p. 33).

A ampliação das complexas necessidades das sociedades através da história produziam uma maior complexidade na transmissão de informações e na própria luta pela hegemonia e controle da produção de emissões de informações. Na disputa cotidiana pelo controle social, nas relações de forças presentes numa sociedade, na própria luta de classes, o controle da informação e sua emissão tornou necessária a utilização de mais e mais formas de produção de informação, de meios que atendessem às necessidades comerciais, políticas, geopolíticas, militares. Estes são elementos fundamentais para a produção de meios que canalizassem a resolução de necessidades próprias das sociedades, estados e sistemas.

Neste quadro de ampliação da complexidade de sistemas, estados, sociedades, as mídias se organizam em seus próprios sistemas, redes e operações de produção de significado que sofrem contínuas mudanças a partir das transformações conjunturais, tecnológicas e históricas no cenário em que atuam (BURKE; BRIGGS, 2006, p.15).

Para responder às constantes e crescentes necessidades de uma organização social e política complexa que necessitava descentralizar a transmissão de mensagens para além das vias oficiais que se produziram os primeiros jornais, e estes já combinavam as informações políticas e sociais com os elementos próprios às novas formas de comércio, como anúncios e notícias comerciais (WILLIAMS, 2016, p. 34).

Às funções de transmissão de mensagens se somaram as formas de construção de um papel mais propriamente político aos periódicos, quase que como um dado inevitável, pois de uma ferramenta do sistema se percebeu a potencialidade de uma ferramenta antissistema. Da transmissão de ordens simples a transmissores de mensagens e processos ideológicos de construção de pensamento, jornais e revistas foram paulatinamente construindo-se como instituição social dentro de um contexto onde tornam-se parte dos aparelhos de reprodução ideológica como igrejas e escolas, quando se tornam parte de disputas e pressões sociais, por mais participação decisória por parte de elementos da sociedade e da população em geral. E foi essa participação na vida política que transformou a imprensa em uma nova instituição social (WILLIAMS, 2016, p. 34) e a consolidou como instituição social por ecoar algo que já se sabia existir desde o século XVIII: a ideia de opinião pública (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 11).

E na consequência desta participação se reproduziam novas coleções de necessidades de um sistema em acelerada transformação e influência na vida social, transformando a ideia de tempo e seu uso, alterando o uso e a percepção social do tempo, rompendo com as tradicionais formas de percepção cultural em torno da vida, do dia, das horas, mudando as características do trabalho, disciplinando-o (THOMPSON,2013, p.280). Se a escola ensinava a disciplina do tempo (THOMPSON,2013, p.292), o jornal disciplinava a leitura da ideia de realidade com sua organização gráfica em mosaicos e sua priorização e hierarquização dos fatos nas páginas dos periódicos (WILLIAMS, 2016, p. 56), construindo uma percepção do real organizada a partir de hierarquias de importância de fatos. Nos dizendo o que é mais importante de acordo com a posição visível em suas páginas, os jornais respondiam a interesses organizados em torno de sua produção e com isso a distribuição das informações nos e pelos jornais estabelece um fundamental

controle editorial que obedece à interesses organizados a partir de quem julga a importância de cada fato (WILLIAMS, 2016, p. 57).

E o jornal, o que é, portanto? Responder diretamente a esta pergunta nos obrigaria a uma síntese silenciadora da polifonia possível de sentidos em torno do papel do jornal, porém podemos sugerir uma resposta direta e simples: O jornal é uma forma cultural, uma forma que age e reage à cultura se transformando parte dela, uma tecnologia cultural, assim como a televisão, é o que é o jornal (WILLIAMS, 2016, p. 24).

Como subproduto da sociedade, de um processo social determinado pelo processo histórico e pelo contexto, é uma tecnologia efetivamente presente no processo histórico e consagrada como instrumento útil pela sociedade em um contexto de transformação tecnológica, cultural e socioeconômica onde sua utilização por processos preexistentes na sociedade se funde com seus novos papéis. A invenção das novas tecnologias age e reage à dinâmicas e demandas sociais nesta conjuntura de sua produção e de forma circular acaba determinando e sendo um sintoma da sociedade em que nasce (WILLIAMS, 2016, p. 27).

O caráter histórico da tecnologia e da técnica possuem uma ligação umbilical com a influência delas em novas percepções culturais, por isso não se pode separar a perspectiva linear do nascimento de uma consciência no sentido moderno do termo, ou, vice-versa, não se pode retirar a descoberta da perspectiva linear do contexto e sociedade em que surgiu, a Florença que abrigava uma perspectiva do humanismo própria (GINZBURG, 1989, p.73). O caldo cultural que permitiu em Florença o nascimento de uma percepção intelectual sobre o mundo produziu uma técnica que também respondia pelos anseios de uma sociedade e de um tempo histórico. A cultura e contexto influenciaram uma produção técnica e tecnológica e foram influenciados por ela, em uma circularidade que produz avanços que marcam época e

determinam uma especifidade de um processo histórico, cuja transformação a partir da eclosão de novas tecnologias, faz desta produção técnica e tecnológica portadora de um estilo que as faz serem "um sistema integralmente expressivo" (GINZBURG, 1989, p.75).

Se a tecnologia tem esse processo de relações, o jornal, sendo uma tecnologia, forma cultural e é o resultado de uma tecnologia, também as tem e com isso o tornam um produto do e para o meio, e fruto e produtor de processos culturais. O jornal não é a prensa gráfica inventada por Gutemberg em 1450 (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 24), surge a partir dela em resposta às necessidades sociais que se relacionam com a nova técnica e a partir dela produzem nova rede de usos, costumes, percepções e ações.

O jornal é uma tecnologia porque a partir de sua produção faz com que o uso da tipografia e do papel combinados produzem um novo sentido de utilização da produção de informação em colunas e posteriormente em mosaico (WILLIAMS, 2016, p. 56), que traduzem a realidade em um formato perceptível em um determinado tipo de ações que selecionam, organizam e hierarquizam as informações em uma página impressa, traduzindo assim percepções da realidade e as emitindo a partir de um controle de fomo a informação explicitará essas percepções pelo viés relativo ao produtor.

Mesmo sendo o material impresso era parte da cultura popular já no século XVII (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 30), ele se transformou no decorrer do tempo em um produtor de novas percepções da realidade, da sociedade e pela sociedade a partir da forma em que se tornou uma inovação na circulação de informações.

Do livro ao jornal, as informações possuíam uma autoria, escritores, inicialmente, e depois editores e jornalistas (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 31), e com essa autoria um viés, mas enquanto mídia a própria relação com a informação a partir da leitura de material impresso fez com que

a ideia do conhecimento perpassar o saber ler se consolidasse paulatinamente e com essa mudança, a produção de uma nova exigência social e de aquisição de novas formas de reação e produção de habilidades de entendimento do real produziam novas mudanças e transformações nos contextos históricos e aqui jornais, livros e todo o material impresso agem como catalisadores de mudanças ou produtores dela, de uma nova fase da história.

Uma nova fase da história onde a produção de jornais é parte de uma série de transformações que incluem o próprio espaço de produção do jornal, as novas formas de trabalho envolvidas na produção de um material periódico de circulação de informações impressas e à própria nova forma de produção de significados. Assim como "um empreendimento colossal de transporte por mar e terra" requeria "a expedição diária de centenas de ordens e relatórios" (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 34), também exigia uma organização laboral para produzi-la. As novas formas de produção de significado e percepção da realidade, como os jornais, também foram parte dessas transformações e ampliadores dela, também exigindo novas formas de organização laboral. E essa produção de novas formas de trabalho e organização dele para a produção de sentidos, significados e operações simbólicas já é em si uma revolução que fazem com que a própria existência da imprensa, do jornal, seja identificado como um tipo de transformação e de um conjunto de transformações, que faz desse novo tipo de percepção tecnológica do real uma revolução em cuja mudança central na forma com que informações circulam faz com que a impressão de informações, opiniões, manipulações, seja uma parte significativa dos impactos em torno dos novos contextos históricos onde a existência dos periódicos é elemento cotidiano e necessário.

O tamanho da transformação na própria condição da leitura do real,

que de leitura cotidiana, individualizada ou em grupo, passa a ser intermediada pelo veículo impresso, é um elemento revolucionário que faz com que a imprensa seja, enquanto nova instituição social (WILLIAMS, 2016, p. 34), uma concorrente da religião e do estado na intermediação da ideia de fato, de realidade.

A organização laboral em torno da produção dos jornais ganha com isso um caráter quem que o corpo de trabalhadores que produz o jornal, com esse papel do periódico como instituição social, assume o papel de responsáveis técnicos pela produção de operações simbólicas de representação do real, e adquirem com isso o poder coletivo de tornarem-se os intermediários da verdade factual, participantes de um espaço de sociabilidade, de fermentação cultural (DE LUCA in PINSKY, 2008, 140). As redações e oficinas passam a ter um papel similar aos dos cafés das grandes cidades como os cafés que recebiam os intelectuais do Iluminismo (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 38).

Os periódicos assim, são elementos fundamentais para a leitura de contexto histórico, são objetos fundamentais da pesquisa histórica e produtores de um tipo de leitura, enquanto fontes, que precisa ser analisada com profundo rigor. São muito mais o papel impresso, são operadores e resultados de operações simbólicas, transformações culturais e técnicas, formas culturais cuja utilização da tecnologia os transformou em uma nova forma de tecnologia, transformadores da realidade e da própria técnica. E enquanto instituição social age na produção de transformações da ideia de realidade e toda a profunda e complexa relação entre sua ação como transformadores da relação entre sociedade e realidade e seu papel de resultado destas mesmas transformações e das novas necessidades que surgem a partir delas.

Mais do que a técnica, a tecnologia, a leitura do real, a

intermediação de significados ou a ferramenta de comunicação, o texto jornalístico é parte da leitura do tempo, parte da datação da informação, da ideia da informação com durabilidade, afinal "nada mais velho que o jornal de ontem" (BAHIA, 1990, p.9) que também é um instrumento para levar a comunidade à participação na vida social (BAHIA, 1990, p.9).

Todo esta complexa rede de funções e transformações dão aos periódicos e suas técnicas também uma participação em processos de autoria a partir do momento em que a produção escrita o texto jornalístico atua na circulação e no funcionamento de determinados discursos em uma sociedade (CHARTIER, 2014, p.27). Tendo o próprio texto jornalístico uma singularidade perceptível no senso de estilo e linguagem (CHARTIER, 2014, p.45) que age em conjunto com a paginação e diagramação, são organizadas a partir de um determinado espectro de percepções estéticas, como uma identidade gráfica do jornal, organizando as matérias e as informações no jornal (BAHIA, 1990, p.116), produzindo uma cadeia de sentidos que obedece a uma dinâmica presente na linha editorial, e com a diagramação, que é um estágio superior da paginação (BAHIA, 1990, p.117), estabelece uma arquitetura das formas gráficas, organizando títulos, textos, ilustrações ou fotografias. Esse processo da junção do texto com a ferramenta visual de produção de atratividade para o leitor, faz com que o jornal seja um autor enquanto produtor de uma narrativa textual e visual indutora de sentido.

Enquanto objetos e fontes os jornais demonstram ser um quadro complexo de possíveis caminhos analíticos que exigem uma série de percepções e abordagens teóricas que, em conjunto, sejam passíveis de produção de uma percepção complexa da pesquisa. A percepção da identidade autoral de cada periódico, dos elementos que constituem sua forma de representação do real, a forma como organiza essas representações, a produção do texto jornalístico e sua excepcionalidade única

e normal, cotidiana, manifesta em cada periódico como uma assinatura visual e textual, é imprescindível para que a análise dos indícios pertinentes a cada pesquisa forneçam um amplo quadro verossímil da realidade do jornal e produzida a partir de sua ação..

A leitura atenta do processo de produção do texto jornalístico, a diagramação, a forma como o jornal era impresso, a identificação da rede produtiva, a própria identificação d alinha editorial como parte de um tipo de tradição cultural, política e comportamental, a origem do estilo e da linha autoral que faz com que os periódicos sejam fundamentalmente obras abertas., são exigências para que a pesquisa sobre e de periódicos avance para um mapeamento da própria ideia do significado de verdade depois da consolidação dos periódicos como formas culturais cotidianas sob o capitalismo.

A história de nossos jornais necessita de investigações de fôlego que permita que saibamos mais do que quantos jornais tivemos e como se deu a evolução técnica como as novas tecnologias impulsionavam mais e mais veículos e periódicos, como cinema, o daguerreótipo, o telégrafo, a linotipo, as Marinoni, invadiam o imaginário social e impactavam o dia a dia da sociedade carioca (BARBOSA, 2010, p.21).

Não que a base destas pesquisas não sejam úteis, mas precisamos saber os detalhes da produção dos jornais através da história, como se organizou a ideia de imprimi-los, a que serviam, que texto jornalístico representava que tipo de pensamento, com base em que estrutura autoral.

A partir da identificação dos jornais em sua complexidade possuímos meios de identificar os jornais enquanto sua individualidade perceptível, sua excepcionalidade, o que faz deles o que são, únicos em cada período, em cada forma de impressão, em cada produção de texto, em cada capa, em cada tipo de uso da tecnologia.

É fundamental para nosso crescimento enquanto historiografia que assumamos o desafio de produzir novas formas de leitura do jornal para muito além do papel impresso.

Referências bibliográficas

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo**. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BURKE, Peter; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.CHARTIER,

Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **O que é um autor? Revisão de uma genealogia**. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2014.

DE CERTAU, Michel. **A Cultura no Plural**. Campinas: Papirus, 1995.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo, Companhia das Letras. 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo, Companhia das Letras. 2002.

LEVI, Giovanni. **30 anos depois: repensando a micro-história**. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Ensaios de micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016. Cap. 1. p. 18-31.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In: BURKE, Peter et al. A Escrita a história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992. Cap. 5. p. 133-161.

LEVI, Giovanni. **Prefácio**. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (Org.). Exercícios de micro-história. Rio de Janeiro: Fgv, 2009. p. 11-16.

LEVI, Giovanni et al. **Micro-história e história da imigração**. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz (Org.). Micro-história, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 246-260.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Org.). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. 201p.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil: 1911-1999**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON. E. P. **A peculiaridade dos ingleses**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2012.

THOMPSON. E. P.. **Costumes em Comum.** São Paulo: Companhia das Letras. 2013.

WILLIAMS, Raymond. **Televisão: tecnologia e forma cultural**. São Paulo e

Belo Horizonte: Boitempo Editorial e Editora PUC Minas, 2016

De história, de ciências e de neurociências[1]

Paula Simone Bolzan Jardim[2]

Transpondo o tempo

Busco neste artigo promover reflexões a respeito do caráter intrinsicamente interdisciplinar da tarefa de abordar o tempo presente a partir do ofício do historiador. Esse exercício de conhecimento fez-se em meio a uma etnografia de laboratório realizada entre neurocientistas entre os anos de 2013-2015, no Estado do Rio Grande do Sul. O contato de uma historiadora com um grupo de neurocientistas do Laboratório de Pesquisas Comportamentais[3] (LPC), nasceu de uma aparente preocupação com um tema em comum: a memória. Digo aparente porque o exercício etnográfico investigativo mostrou que se tratava de conhecimentos diferentes a respeito de elementos não coincidentes atribuídos ao conceito e ao terreno daquilo que referimos como memória – historiadora, neurocientistas

Nesse sentido, apesar do interesse comum, os pontos de partida e métodos de pesquisa não eram coincidentes. A história e as ciências sociais entendiam a memória como um constructo social e de elaboração complexa dos contextos e das pessoas; as neurociências queriam encontrar uma forma de perscrutar como o artifício de lembrar podia ser aprendido pelo modelo de investigação em mamíferos roedores, cuja memória seria análoga à dos humanos, sem ser considerada complexa. Uma usava o tempo passado como recurso, em uma escala de abordagem ampla e elástica; a outra, o momento presente dos roedores capturado em escala molecular, através de tarefas. Ora, os dois tempos e as duas escalas de abordagem da memória tornavam-na um objeto de investigação único e multiescala, porém por vias muito

[1] Trabalho apresentado no Simpósio "O historiador e suas fontes no século XXI".
[2] Professora na Universidade Franciscana – UFN, Doutora pelo PPGAS/UFRGS, Capes. Email: paulasbjardim@gmail.com
[3] O nome do laboratório e a possível referência aos pesquisadores respeita o acordo de anonimato definido conjuntamente no início da etnografia. O LPC faz investigação me modelo animal, nesse caso, roedores – ratos *wistar* brancos.

irregulares e difíceis de serem trilhadas. Um tipo de exercício que se tornou inviável, antes de querer comparar ou apreender a memória como um conceito abstrato a cruzar áreas, eu precisava compreender, com alguma propriedade, de qual ciência da memória tratava o LPC. Esse foi um chamado ao qual me entreguei: o exercício de entender as práticas laboratoriais e suas associações intraespécies e interespécies. Um chamado a ser respondido no tempo presente, tempo com o qual eu não possuía traquejo.

Venho de uma formação histórica marcada pelo materialismo-histórico, nela aprendi que minha tarefa era pensar o tempo em sua existência como passado, como o acontecido, através de um olhar que, ao se voltar para trás, busca entender o presente. A narrativa histórica que se constrói desde esse ponto, pensa a memória como um recurso existencial material de produção desse passado em respostas a inquietações despertadas pelo presente. O tempo tem uma função explicativa, pedagógica, justificativa.

Ao me propor estudar o tempo presente por meio da antropologia, a partir de um coletivo de pesquisadores envolvidos na produção de conhecimentos neurocientíficos, precisei buscar formas de entender sua relação com o tempo. Nesse sentido, fui provocada a pensar o presente em relação ao futuro como possibilidade, ou, como o futuro se apresentada na forma de exigências para esses pesquisadores – nesse caso, materializado nos formulários para agências de fomento estatais, nos quais é reservado um espaço para explicar a aplicabilidade dos resultados do projeto (mesmo os que se referem à pesquisa básica). A ciência, assim gestada, tem uma face para o presente e uma face para o futuro, e, de certa forma, assume ser uma fonte atrativa de interesses e de projeções. Interesses presentes de ordem financeira, industrial, política e de conhecimento, em torno de determinada noção de corpo/mente e de ‘eu’, alimentada pela percepção de que os seres são dotados de mecanismos aperfeiçoáveis. Essas potencialidades amarram

o futuro como formas de projeção possíveis de se realizar no aperfeiçoamento dos seres e de sua capacidade de viver. O cérebro (gerenciador do sistema nervoso nos humanos) como sede memória para os neurocientistas, valia o quanto conseguia se manter vinculado e vinculando as variáveis de futuro. No sentido oposto, as ciências sociais buscavam entender a memória como uma âncora a ser jogada do presente para o passado, numa construção individual e coletiva, ao mesmo tempo.

"A ciência foi utópica e visionária desde o início; essa é a razão pela qual precisamos dela" (HARAWAY, 1995, p.25). Recorro a essa frase de Haraway no sentido de enfatizar a relação entre a ciência e o tempo futuro, o tempo da promessa e da relação que se estabeleceu com ele, que se concretiza na perspectiva aberta ao que pode acontecer. Há, nessa afirmação, um apelo à imaginação, projeção do que pode ocorrer, um dos efeitos da ciência, um tipo de desdobramento para o futuro para o qual eu não tinha preparo para pensar. Esse foi um estranhamento que experimentei e que me exigiu um deslocamento para entender o que estava em jogo com esse tempo. Num primeiro momento, precisei recorrer à literatura, pois minha imaginação estava marcada pelo passado, pelo tempo da história que era minha formação. Aprendi a sonhar com o passado, no entanto, a etnografia me puxava para o presente e o campo etnográfico me empurrava em direção ao futuro. Como dar conta desses tempos? Como sonhar em outro tempo? Essa dúvida me levou a buscar o modo pelo qual o tema da ciência foi explorado pela literatura, em romances que tentaram projetar o futuro. A literatura ajudou a compor imagens sobre o tempo e a vida, pois podia falar de sonhos e de pesadelos.

No entanto, ao mesmo tempo recorri ao passado. Afinal, se era necessário entender as esperanças que as neurociências alinhavavam, era de igual importância entender sobre qual tradição os conhecimentos sobre o

cérebro eram construídos. Esse era um movimento translacional temporal em direção ao 'ocorrido' - um exercício de deslocamento conhecido e que respondia a minha formação em história.

As frustrações do passado: os limites da experimentação em humanos (de cadáveres a cobaias humanas)

O cérebro foi criado como um objeto de investigação científica histórico-material na esteira da criação do corpo humano como tal, caso se pense, conforme a obra de Foucault (2004), sobre o estudo da clínica. O século XIX consolidou o estudo do corpo humano vivo através de seu duplo, o corpo humano morto. No final do século XIX e início do século XX, o interesse pelo cérebro, como foco de atração, se intensificou. Especificamente no Laboratório de Pesquisas Comportamentais, um dos pioneiros, reivindicado como precursor das investigações ali construídas, era Santiago Ramón y Cajal. Esse espanhol, considerado, atualmente, um neurofisiologista, foi quem propôs um sistema de contagem de células neurais que possibilitou projetar o número de células do tecido nervoso do encéfalo dos humanos. Ramón y Cajal criou um sistema de contagem, a de neurônios, a partir da utilização de tecidos de cérebro extraídos de cadáveres, e com base nessa técnica ganhou o prêmio Nobel de medicina e fisiologia, em 1906, o qual dividiu com outro pesquisador da área, Camillo Golgi, que estava preocupado com a mesma questão.

Essa é uma narrativa considerada basilar por manuais de neurociências na trajetória de consolidação do conhecimento sobre o cérebro e dos saberes sobre a fisiologia e a neurofisiologia humana. Narrativas sobre ganhadores do prêmio Nobel na área médica são recorrentes e auxiliam a montar um panteão de grandes cientistas e a demarcar acontecimentos que modificaram a medicina. No caso das neurociências, há um conjunto de casos

de acidentes graves que são determinantes na criação desse campo de saber, circunstâncias nas quais indivíduos sofrem danos cerebrais que motivam o desenvolvimento de um quadro de mudança de personalidade. As narrativas sobre essas tragédias pessoais ocupam um lugar importante na história das neurociências, pois é através delas que a associação cérebro e comportamento pode ser reivindicada com base biológica.

A título de entender os elementos históricos formadores das neurociências, consultei o manual de neurociências de Purves, e a introdução do livro sobre memória, de Eric Kandel, e a obra de Antonio Damásio, autores consagrados na área e usados pelos meus interlocutores. Em todos eles encontrei algum tipo de registro sobre as pessoas que viveram a experiência inesperada de terem vidas atreladas à produção de conhecimento científico sobre o cérebro. Escolhi duas trajetórias, dentre as citadas: a primeira, porque foi por meio de seu caso que o tema do comportamento foi associado ao cérebro; e a segunda, porque o que se sabe sobre a memória complexa dos seres humanos se deve à vida de um humano em particular. Um sujeito que teve sua vida amarrada a uma rotina de pesquisas e que viveu quarenta e oito anos como cobaia de experimentos. Respectivamente, os casos de Phineas Gage e do paciente HM.

Phineas Gage e HM foram duas cobaias humanas que tiveram destacado papel na composição do próprio campo de pesquisa das neurociências e foram decisivos para o conhecimento a respeito do cérebro humano. A partir deles a associação entre perda/lesão da massa encefálica e consequente mudança de comportamento começou a tomar forma. O primeiro caso data de 1848, quando, no turno de trabalho da abertura de linhas férreas no interior dos EUA, um acidente com explosivo arremessou uma barra de ferro contra a cabeça de um operário. A barra de ferro atravessou o crânio de

Phineas Gage[4], abrindo um buraco pelo qual o metal atravessou levando uma porção do cérebro do rapaz. Segundo o relato do médico que atendeu o trabalhador, ele esteve desacordado por um momento, mas logo recobrou a consciência e, de imediato, conseguiu se comunicar. Essa dinâmica foi lida pelo médico como uma indicação de que Phineas não teria sofrido danos na sua conduta, ele parecia estar bem.

O atendimento ao operário rendeu documentos nos quais o médico descreveu o episódio, que mais tarde foram transformados em artigo científico. Além desse material, o médico utilizou, como fonte, um exame que ele mesmo havia realizado com o paciente, e que deu base para a redação de outro artigo sobre o caso. Phineas não ficou vinculado ao médico depois do episódio grave. Ele logo recebeu alta, pois gozava de boa saúde. Porém, com o passar do tempo, os amigos e os parentes do operário relataram que, após ter sobrevivido ao terrível acidente, ele não parecia ser o mesmo: *Phineas não era Phineas Gage*, nas palavras de seus amigos. Phineas havia se tornado agressivo, explosivo, impulsivo e desbocado, características desconhecidas pelas pessoas que conviviam com ele, uma nova forma de ser que ia de encontro a sua forma usual, segundo seus amigos.

Phineas saiu do emprego, mudou de residência e de país algumas vezes. Ele não ficou vinculado a um tratamento médico, mas sua condição repercutiu no mundo acadêmico e o caso não foi esquecido, sendo elencado como um indício empírico a dar sustentação ao entrelace entre cérebro e comportamento. Um tipo de relação que reconhecia que os problemas físicos do cérebro repercutiriam no comportamento. O primeiro seria o suporte fisiológico do segundo, afinal ele havia perdido parte do órgão no acidente e isso diretamente parecia ser a causa de sua mudança repentina de

[4] http://www.cerebromente.org.br/n02/historia/phineas_p.htm
http://files.bvs.br/upload/S/0101-8469/2014/v50n2/a4213.pdf

comportamento. O resultado desse caso se tornou um fato que sustenta uma premissa que, com o tempo, foi fortalecida por pesquisas sobre esse tema. O fortalecimento dessa ideia ocorreu por meio de diversas metodologias apoiadas em tipos de imaginários sobre o cérebro, como denominam Rose e Abi-Hached (2013), ou estilos de pensamento, na gramática de Fleck (2010). As formas de pensar e projetar experimentos que deram suporte a esse cérebro como órgão, com funções e com localização determinadas, foram aquelas que o criaram como lugar sede do comportamento.

O saldo inicial para a ciência foi de dois estudos publicados e que não desapareceram no conjunto de conhecimentos sobre o cérebro construídos ao longo de um século e meio. O caso de Phineas voltou a receber atenção especial em 1995. Foi quando o neurocientista Antonio Damásio o utilizou como base para construir um modelo computacional do ferimento e do dano provocado pela peça de metal no cérebro de Phineas. A barra de ferro tinha sido desenhada ainda no século XIX, descrita e guardada em um museu serviu como guia das proporções do objeto em relação às proporções do dano no crânio e cérebro do operário. Damásio usou recursos de imagem tridimensional para projetar a trajetória que a barra de ferro realizou ao atravessar o crânio de Phineas, que morreu anos mais tarde, em 1860. A imagem ilustrou uma das obras de Damásio sobre neurociências.

Todavia, o caso mais famoso e importante para as neurociências foi o do paciente HM, iniciais do nome utilizadas pelos pesquisadores para manter no anonimato a vida de Henry Gustav Molaison[5]. Henry era um homem atormentado por convulsões frequentes, que recebeu indicação de uma cirurgia no cérebro como tratamento para seu caso. No ano 1953, ele passou por uma cirurgia que tinha como objetivo diminuir a frequência de convulsões

[5] http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-paciente-hm/ http://blog.sbnec.org.br/2008/12/hm-morre-aos-82-anos/

desencadeadas por um acidente de bicicleta que sofrera anos antes. Em consequência desse fato, ele começou a ter convulsões que haviam se tornado mais intensas com o passar dos anos. Pouco antes da indicação da cirurgia, ele não conseguia se manter empregado. Na época da intervenção médica, ele tinha 27 anos e o resultado foi catastrófico, depois de se recuperar do corte físico, Henry lembrava somente de episódios ocorridos em sua vida antes da cirurgia, daquele momento em diante não havia registro de novos acontecimentos. Na cirurgia foram removidas algumas porções de seu cérebro e, junto com elas, sua possibilidade de formar novas memórias. O resultado da cirurgia de Henry, desenvolvido em artigos científicos, levou por terra uma das noções que imperava no cenário científico daquele ano de 1953, segundo a qual os mecanismos da memória estavam espalhados por todo o cérebro. A noção da memória difusa era baseada nos resultados obtidos com pesquisa básica em roedores. Foi após o acontecimento com Henry, que o hipocampo foi reconhecido como uma área do cérebro cuja função especializada era ligada à memória. A memória adquiriu uma sede fundamental; os resultados obtidos com ratos estavam equivocados.

A partir da transformação de Henry em HM pelos pesquisadores e sua ciência, reforçou-se a ideia de que as funções especializadas estavam localizadas em áreas restritas do cérebro. O médico que realizou a cirurgia em Henry fora inspirado por estudos científicos do colega consagrado pelo Nobel de Fisiologia ou Medicina (1949), o português Egas Moniz. Moniz desenvolveu, no ano de 1935, uma técnica de cirurgia nomeada de leucotomia pré-frontal. A leucotomia pré-frontal inspirou a lobotomia, nome que adquiriu a versão adaptada da cirurgia desenvolvida pelo médico americano Freeman. Elas são dois tipos de psicocirurgias que estiveram em voga nos EUA e no Brasil durante as décadas de cinquenta, sessenta e setenta do século XX. Essas intervenções se sustentavam sobre a ideia de que a alteração nos

tecidos cerebrais poderia ser feita de forma cirúrgica e precisa à medida que eram realizados cortes em alguns feixes de nervos. Esses cortes seriam responsáveis por modificações no comportamento dos operados, e a expectativa era de que o comportamento indesejado ou doentio, que havia motivado a intervenção, fosse modificado (MASIEIRO, 2003). Em geral, o saldo dessas práticas foi nefasto e, gradativamente, elas perderam campo para a especialização do uso de psicofármacos para transtornos mentais.

HM teve uma vida longa e profícua para os cientistas que construíram carreira sobre seu infortúnio pessoal. Ele veio a falecer aos 82 anos, em 2008, após 48 anos de serviços prestados (compulsórios) às ciências do cérebro. Mais de 100 pesquisadores investigaram sua condição adquirida, o que fez dele e de sua trajetória um personagem ímpar, ao qual se recorre frequentemente em livros e em manuais de neurociências. Na ocasião de um Simpósio Internacional de Ciências do Comportamento, realizado no Canadá, em 2012, as pesquisadoras do LPC tiveram a oportunidade de conhecer Ruth Millner, a psicóloga chamada para atender Henry logo após a cirurgia. Ela foi a primeira cientista a conhecê-lo e acabou se tornando aquela que produziu as obras mais citadas pelos colegas, a respeito de tipos diferentes de memória que Henry permitiu que ela aprendesse. No entanto, Ruth Millner não foi a pesquisadora que mais acompanhou Henry; ela indicou uma orientanda sua, à época, Suzanne Corkin. Daquele momento em diante, Corkin estudou o caso até o final da vida de Henry. Cobaia e cientista viveram, em alguma medida, atrelados até o final da vida de ambos. Um pela excepcionalidade de sua condição, a outra por ser a pessoa que mais conhecimento tinha sobre a referida condição.

O interesse científico pelo caso de HM extrapolou sua existência e permaneceu até os despojos finais de seu corpo sem vida. A posse do cérebro de Henry foi disputada mesmo após o termo de doação e seu órgão ter sido

fatiado para sua permanência como fonte para estudos futuros[6]. Além disso, a declaração de Corkin, cientista que acompanhou HM e pesquisou sua condição ao longo de 48 anos, dá o tom das perguntas despertadas por essa condição extraordinária. Segundo ela, 'todo o dia eu me encontrava com a mesma pessoa', reforça a ideia de que a memória produz a própria noção de indivíduo em 'si', e que essas funções especializadas, em particular a memória, são decisivas na composição do ser.

A história dos saberes biomédicos sobre o cérebro parece reservar alguns momentos de proposições de cura que se mostram desastrosas, mesmo que seu intuito tenha sido o de modificar positivamente os comportamentos via interferência no próprio cérebro. Esse ideário se materializou de diversas formas, como nas intervenções cirúrgicas no cérebro através das psicocirurgias, no início do século XX. Os cortes em feixes de nervos cerebrais prometiam mudar comportamentos considerados doentios naquela sociedade. Essas práticas entraram em desuso pela alta porcentagem de resultados desastrosos e pelo desenvolvimento de pesquisa e uso de psicofármacos. Mudança que representou uma alternativa aos danos colaterais irreversíveis das operações de resultados imprevisíveis e experimentais em pacientes de manicômios. Assim, os psicofármacos ganharam terreno no tratamento dos sofrimentos mentais depois dessa fase, com a justificativa de serem agentes menos periculosos. Contemporaneamente, a crença científica que alterações do comportamento

[6] Não vou me ater aos traços que compõem a narrativa dos capítulos atuais dessa história: os despojos da batalha pelo destino do cérebro de HM. A mesa que decidiu quem deveria deter a posse sobre essa porção de seu corpo exaustivamente estudado, estava composta por várias instituições: universidades e renomados centros de pesquisa, patrocinadoras privadas das neurociências e dois cientistas. O que estava em disputa era a partilha final das quase duas mil e quinhentas finas fatias de tecido cerebral de HM e as condições nas quais deveria se dar a publicação do *paper* sobre esse processo. Dados disponíveis na reportagem sobre o tema: https://www.nytimes.com/2016/08/07/magazine/the-brain-that-couldnt-remember.html?_r=0

humano podem ocorrer através de modificações na neuroquímica cerebral sustentam as neurociências. Todavia, nessa fase da ciência, a experimentação se apoia não mais em acidentes trágicos em humanos e, sim, retorna para investigações laboratoriais com ratos. Um retorno aos estudos em seres análogos, em movimento constante em busca de mais conhecimentos precisos que não dependam de tragédias pessoais.

Coreografias criativas para as ciências

Transitar pela etnografia no laboratório de posse dessa reflexão histórica sobre os caminhos que formavam a área das neurociências me proporcionou a refletir a respeito do papel do acaso, do inesperado lado a lado ao peso das tarefas diariamente coreografadas no atual campo de investigação. No espaço do LPC, a neurociência, a história e a antropologia cruzaram e compuseram o caminho, uma das outras, em tempos diferentes e ao mesmo tempo. Assim, a etnografia não foi uma contemplação do que acontecia no LPC espaço, senão uma exigência de tomar parte na proposição científica de entender como se produz conhecimento nas ciências em sociedades complexas, aquelas que confiam nesses métodos de trabalho: neurocientífico, antropológico em alguma medida, histórico. Afinal, o que essas ciências têm em comum?

Podemos entender o emaranhado heterogêneo de materiais e de ações como coreografias, na acepção destacada por Law.

> I too involves the intrincate orde architectures, texts, gestures and subjetivities. And a metaphor of choreography also reminds us of the extreme degree of effort that goes into that organisation: what may sometimes appear simple from the outside is never that way in practice. (2010, p.67)

Nesse sentido, as iniciativas, as tarefas, as negociações e as aprendizagens, aparentemente independentes, podem oferecer um quadro

mais claro do funcionamento da ciência do LPC, ao serem vistas em suas articulações. Um quadro com um repertório de possibilidades e desafios éticos e morais projetados que, na prática, se desenvolve sob o ritmo das próprias associações e suas falhas. Coreografia semelhante as das ciências socias que ocorre ao mesmo tempo para a produção de conhecimento sobre o laboratório.

E esses repertórios implicam o conhecimento de materiais e técnicas, comprometimento ético, articulação de saberes históricos e neurocientíficos e, de modo decisivo, capacidade de adaptação. Um tipo de habilidade plástica a exemplo do estilo de pensamento no qual o tempo presente está imerso. A plasticidade neuronal parece migrar da composição cerebral para espelhar uma plasticidade dos comportamentos, em especial no que tange à interação entre os humanos, o controle demandado de suas emoções, tanto intra quanto interespécies.

Afinal, se as neurociências produzidas pelo LPC são limitadas, elas partilham com a antropologia e com a história essa característica de parcialidade. Isto posto, gostaria de tecer algumas linhas sobre seu elemento estruturante dessa reflexão — etnografia de laboratório. Nesse sentido, aceito a reflexão de Haraway sobre “as histórias da ciência podem ser eficazmente contadas como histórias das tecnologias. Essas tecnologias são modos de vida, ordens sociais, práticas de visualização” (1995, p. 31), como uma provocação. Um convite para que os historiadores e os antropólogos invistam em pesquisa sobre as formas de produção de conhecimentos científicos nas mais diversas áreas.

Como saldo dessa viagem sobre como se produz conhecimento, a etnografia me ensinou a ter mais paciência no processo científico e menos fé na ciência. Paciência com o trabalho de laboratório, com o trabalho etnográfico, pois ambos mesclam demandas sociais e pessoais, sonhos de

carreira, vontade de ser cientista com a rudeza dos parcos orçamentos anuais e até com as disputas improváveis. Aprendi a crer na perseverança dos pesquisadores que mesclava uma capacidade de se tornar maleável à exaustão, com a composição da ciência criada, depois de muita experimentação emocional, nem sempre se mostravam satisfatórias.

Menos fé na ciência como um exercício de verdade, esse formato de saber ocidental chancelado por comunidades de *experts*, segundo Latour. Menos fé nessa produção de saber como balizadora da melhor forma de orquestrar soluções para a vida, a partir de um ponto de vista universal. O legado da etnografia de laboratório que aqui foi de um exercício longo, demandante e criativo. Um exercício que só foi capaz de criar quando articulou elementos heterogêneos, com a manutenção da esperança na própria vocação do saber. Um saber convocado a manter acesa a chama de um futuro melhor, assumido com a responsabilidade de quem sabe que o preço sempre é pago em nome daqueles que terão condições de viver um futuro.

Referências Bibliográficas

FLECK, Ludwig. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico.* Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

HARAWAY, Donna. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. In: *Revista Horizontes Antropológicos.* Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 27-64, jan./jun. 2011.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Campinas: *Cadernos Pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

LATOUR, Bruno & WOOGAR, Steve. *Vida de laboratório*. A produção dos fatos científicos. RJ: Dumará, 1997.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação:* como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LAW, John. Care and killing. Tension in vecterinary practices. In: MOL, Anemarie; MOSER, Ingunn & POLS, Jeannette. *Care in Practice: On Tinkering in Clinics, Homes and Farms.* Verlag Biefeld: Transcription, 2010.

MASIEIRO, André L. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. In: *Manguinhos* vol.10 no.2 Rio de Janeiro May/Aug. 2003.

ROSE, Nikolas & ABI-RACHED, Joelle M. *The new Brain Scienses and the management of the mind.* USA: Princeton University, 2013.

O lugar do ensino de geografia no entre-lugar de fronteira: transpassar os limites curriculares

Marcos Irineu Klausberger[1]
Antonio Carlos Castrogiovanni[2]

A proposta deste artigo tem como cenário de estudo as cidades-gêmeas de Santana do Livramento, no Brasil, e Rivera, no Uruguai, entendidas como uma parte, o maior centro urbano da díade Uruguai-Brasil, que se insere no todo, que é a complexidade que abarca o espaço geográfico (Santos, 2009). No espaço referido, os contatos internacionais são facilitados pela inexistência de barreiras físicas ou de controles aduaneiros sobre a linha de limite político, considerado pelos residentes como linha de fronteira, traduzindo-se numa mancha urbana contínua.

Devido à continuidade, em Santana do Livramento e Rivera, as relações engendradas entre os lados do limite internacional parecem ser parte constitutiva do cotidiano dos sujeitos que coabitam com esta realidade, na qual o fator identitário e a pluralidade cultural tornam-se uma dimensão latente na vida dos fronteiriços. Por este enfoque, na fronteira há uma constante justaposição de culturas, de valores, de tensões e de silêncios. Cultura entendida, neste momento, como tudo o que tem e dá significado ao sujeito, que o faz existir, que o espacializa e o temporaliza no território, constituindo as espacialidades.

Esta dimensão, presente nas relações de vivência na fronteira, também se expressa no âmbito da educação formal. Entretanto, a partir do que temos vivenciado em nossa jornada profissional, cogitamos que as

[1] Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul, campus Santana do Livramento). Mestre e licenciado em Geografia. Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço eletrônico: mklaustablet@gmail.com.
[2] Professor Associado da Faculdade de Educação (UFRGS), do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFRGS) e Professor Adjunto da Escola de Humanidades da PUCRS. Doutor em Comunicação Social. Mestre em Educação. Licenciado e bacharel em Geografia. Endereço eletrônico: castroge@ig.com.br.

escolas de fronteira, que deveriam apresentar currículos específicos para esta realidade local, não se diferenciam das demais, reproduzindo em suas práticas o olhar e o discurso dos centros detentores do poder econômico, político e social. Em Geografia, os currículos parecem sofrer a ação de forças centrípetas, estando orientados "para dentro" do território de cada país, desconsiderando as especificidades da fronteira.

Contudo, as práticas espaciais dos sujeitos fronteiriços perpassam constantemente o limite internacional, parecendo estabelecer uma territorialidade própria. Assim, adotamos para o entendimento de fronteira a categoria *entre-lugar* como um *Terceiro Espaço*, a partir da readequação do conceito empregado por Bhabha (1998). O sociólogo indiano, estudando a forte influência colonizadora que vigora sobre as culturas dos povos ainda colonizados, refere-se à necessidade inicial de existir um *terceiro espaço,* para que ocorra a articulação da diferença cultural e da assimilação de contrários. É o que ele denomina de

> [...] "inter"- o fio cortante da tradução e da negociação, o *entre-lugar*- que carrega o fardo do significado da cultura. Ele permite que se comecem a vislumbrar as histórias nacionais, antinacionalistas, do 'povo'. E, ao explorar esse Terceiro Espaço, temos a possibilidade de evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos (Bhabha, 1998, p. 69).

No caso da fronteira, o *entre-lugar* é a possibilidade dos sujeitos verem em si o próprio espetáculo que ela encerra, onde o deslocamento ocorre para o sujeito ser visto ou para ver o outro. Para a Geografia, o *entre-lugar* seria a possibilidade dos sujeitos verem em si mesmos e nos outros a hibridação como um *terceiro espaço*. Este *terceiro espaço* não existe na sua concretude material. Ele é representativo e depende de cada sujeito, ao estabelecer relações entre o seu lugar com o lugar do outro (Castrogiovanni, 2004); neste cenário, a fronteira numa justaposição de lugares com fluxos constantes.

Com este enfoque, partimos do entendimento de que os processos educativos formais em áreas de fronteiras, principalmente quando se trata de cidades gêmeas, por apresentar um contexto espaciotemporal específico, precisam ser concebidos e estudados sob a ótica desta singularidade. Com essas impressões, parece haver uma gama complexa de facetas a serem compreendidas, mesmo provisoriamente, na relação entre o Ensino de Geografia e as possíveis solicitações de novos saberes e fazeres pedagógicos para áreas de fronteira: uma Geografia diferenciada, construída a partir do *entre-lugar*, tornará o estudante fronteiriço mais capacitado a ler o mundo, ou não? Por quê? Quais *geografias* emergem neste contexto espacial, uma vez que a fronteira é entendida por nós como um *terceiro espaço*? Como pensá-las para uma educação não dissociada do vivido? Estas são algumas questões que movimentam esta pesquisa que, por ora, ainda está em desenvolvimento.

No intuito de darmos conta dos nossos questionamentos, temos como objetivo para este estudo compreender quais *geografias* emergem no contexto de fronteira e que podem/devem dar conta deste *entre-lugar*, para, assim, tornar o estudante fronteiriço mais capacitado a ler o mundo em suas diferentes escalas. Para tanto, a abordagem teórico-metodológica está ancorada na Epistemologia Complexa (Morin, 2001), através de fundamentos da pesquisa qualitativa (Flick, 2009).

A fronteira: *entre* identidades, imaginários e multiterritorialidades

A história da Geografia das fronteiras nos mostra que, desde o surgimento e da aceitação da palavra na linguagem corrente, fronteira vai adquirir significados diversos e vai responder as necessidades dos grupos no espaço e o tempo. Hodiernamente, as fronteiras podem ser observadas e estudadas sob diferentes enfoques. Há, entre outras, fronteiras políticas,

fronteiras simbólicas e fronteiras metafóricas, fronteiras que podem ser densas na sua imposição sobre a paisagem ou difusas no território. Mas, sob qualquer uma das suas configurações, cada uma delas carrega imaginários próprios, que só serão entendidos na inserção da *alma de cada lugar* (Yázigi, 2001).

Tradicionalmente, o imaginário mais comum associado às fronteiras as via como linhas de separação, de divisa, de limite. No entanto, sobretudo após a I Guerra Mundial, a fronteira passa a ser concebida como região, implicando uma nova construção de sentido em relação aos espaços limítrofes nacionais. Esse novo sentido atribuído às fronteiras seria reforçado pelo advento da globalização e pelos imaginários a ela associados, que enfatizam a liberalização e a integração das fronteiras e a ampla circulação de mercadorias e pessoas bem como a criação de grandes blocos econômicos regionais (Castrogiovanni, 2010). Deste modo, o imaginário da fronteira como limite e separação passa a coexistir com o de confluência entre territórios nacionais onde há o encontro de diferentes culturas, de diferentes economias, de diferentes populações[3]. Com este olhar, Morin entende as fronteiras como a unidade da dupla identidade, que é simultaneamente distinção e pertença, abertura e fecho:

> É na fronteira que se efetua a distinção e a ligação com o meio. Toda a fronteira, incluindo a membrana dos seres vivos, incluindo a fronteira das nações, é, ao mesmo tempo, barreira e local da comunicação e da troca. É o local da dissociação e da associação, da separação e da articulação. É o filtro que, ao mesmo tempo, repele e deixa passar (Morin, 1987, p. 191).

Neste sentido, pensar a fronteira requer considerar a dialogicidade de relações, sejam sociais, econômicas, políticas ou simbólicas e as múltiplas facetas manifestas no território. Para apreendê-la convém observar o conjunto

[3] Poderíamos empregar como exemplo a queda do Muro de Berlim, um dos fatos emblemáticos a demarcar a política e a sociedade dos anos [19]80 e [19]90 que transpôs a ideia de fronteira como separação para a ideia de fronteira como espaço de integração.

territorial de ambos os lados do limite internacional, pois se trata de outra territorialidade que vai reconfigurar o espaço territorial dividido. Isso significa que, enquanto a linha configura-se em um traçado estabelecido a partir de acordos e desacordos internacionais entre os Estados, outros acordos e desacordos continuam ocorrendo no cotidiano, estabelecendo uma geopolítica local (Castrogiovanni, 2010). Portanto, o conceito de fronteira, entendido neste momento como zona de fronteira, se caracteriza por interações que, embora internacionais, criam um espaço próprio, um t*erceiro espaço*, parecendo ser perceptível apenas na escala local/regional. Nessa perspectiva que considera as fronteira como zona, sua concepção encaminha significados de um espaço de interação específico, "[...] composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas" (Machado et al, 2005, p. 95).

Em áreas de fronteira, notadamente naquelas constituídas por cidades-gêmeas, como é o caso de Santana do Livramento/Rivera, as interações transfronteiriças envolvem um conjunto de relações materiais e imateriais, proporcionado aos moradores desses espaços a (con)vivência e a possibilidade de contato/encontro. Essa (con)vivência garantiria aos sujeitos a possibilidade de trânsito –físico e cultural- transfronteiriço, consagrando-lhes especificidades que representariam a condição fronteiriça. Esta condição pode ser entendida como um *savoir passer* (saber passar), adquirido pelos moradores das áreas de fronteira, habituados a acionar diferenças e semelhanças nacionais, linguísticas, étnicas, jurídicas, religiosas, que ora apresentam vantagens, ora o cerceamento de trânsitos e direitos (Dorfman, 2009). Dessa forma, a experiência cotidiana na fronteira tende a fornecer aos seus habitantes os instrumentais necessários para articular as diferenças identitárias, propiciando-lhes tornarem-se, simultaneamente, portadores e

passadores de bens simbólicos ou materiais que expressam as contradições e diferenças manifestas no lugar fronteira.

Destarte, a fronteira se apresenta como uma territorialidade relacionada à ideia de pertencimento, o que Hartmann (2004, p. 133) considera como sendo uma "identidade intersticial de fronteira", que se manifesta em caráter de simultaneidade, onde não se apagam as identidades nacionais, mas onde várias identidades convivem e alternam-se conforme o contexto, reforçando a relação eu-tu-si mesmo. Nessa esteira, embora haja um espaço de (con)vivência comum, com códigos compartilhados, cujos limites diferem daqueles instituídos politicamente, percebe-se a presença da "linha demarcatória" que divide este espaço, uma vez que, concomitantemente às alusões aos "nós da fronteira", seguem-se comentários sobre atravessar a linha (Hartmann, 2004). Nessa concepção, a autora pontua: "[...] a identidade híbrida não seria, assim, resultante de duas identidades, mas a necessidade de manejar diferentes códigos identitários de acordo com as exigências do contexto" (Hartmann, 2004, p. 147).

Assim, o *entre-lugar* fronteira seria o lugar de criação do novo, o *terceiro espaço*, nos quais os sujeitos fronteiriços, através de suas vivências e do contato "eu/outro", ou "nós/eles", conseguem vivenciar uma condição de multiterritorialidade específica (Haesbaert, 2007), através da articulação das diferenças culturais. Para Bhabha (1998), os *entre-lugares* forneceriam o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação singular e coletiva que, por sua, vez, dariam início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. Nessa perspectiva, podemos considerar que as fronteiras passam a simbolizar e expressar o encontro e as trocas culturais. Tais espaços apresentam-se culturalmente dialógicos, produzindo um terceiro elemento, uma terceira cultura, que não pertenceria nem a um e nem a outro lado da

linha divisória, mas, justamente se faz por meio dela e só se manifestaria por esta condição de espaço fronteiriço, de liminaridade. É a parte da existência da fronteira jurídico-administrativa (política) que parece se processar na produção de uma multiplicidade de fronteiras simbólicas.

Logo, para além de uma categorização de fronteira ligada exclusivamente às noções de espaço ou de território, é relevante considerar por quem ela é habitada e o caráter perene que esse espaço pode assumir, especialmente quando tratamos de cidades-gêmeas. Há de se focalizar as relações, identidades e manifestações que se moldam nessa constante transposição de limites geográficos impostos pelas determinações legais (Dorfman, 2009).

Acerca disso, identificamos o exemplo de Santana do Livramento (Brasil) e de Rivera (Uruguai). Nesta conurbação, testemunha-se uma mescla cultural que pode ser exemplificada pela presença não apenas de brasileiros e de uruguaios, mas também de palestinos, haitianos e senegaleses, promovendo um verdadeiro encontro babélico de línguas, atravessando a diversidade de valores culturais e se desdobrando em trocas e tensões políticas, econômicas e sociais, reverberando numa riqueza cultural e geográfica a toda população que habita essa fronteira. Esse mundo fronteiriço parece solicitar, portanto, um desdobrar de estudos e práticas educativas sobre essas outras perspectivas apresentadas pelos processos culturais quanto ao sentido mais amplo de fronteira como territorialização da vida.

O Ensino de Geografia para o *entre-lugar* fronteiriço

A partir das considerações anteriores, cabe refletirmos sobre o papel da Geografia nos currículos escolares propostos para este contexto. Para Silva (2005), currículo é lugar, espaço, território. É texto, discurso e documento. Documento este que revela determinada identidade. Assim,

currículo é o documento de identidade de cada escola, revelador da complexidade de sua trajetória, de suas opções teóricas, de seus objetivos, de suas metas, princípios e metodologias adotadas. Indica também a visão de sujeito e de mundo compartilhada por determinada comunidade educacional, o conjunto de princípios que norteia as suas ações. Deste modo, o currículo parece ser o instrumento de concretização do projeto referencial da escola. Um documento que traz um tecido de referências importantes, a partir do qual se objetiva organizar o trabalho educacional e contribuir para a formação do sujeito aluno, tendo em vista a construção de uma sociedade justa e democrática. Com base no currículo, seja ele qual for, é que as opções são feitas, os percursos e os caminhos são traçados e praticados no cotidiano escolar.

No Brasil, estabelecer currículos é uma tarefa que compete ao Ministério da Educação (MEC), amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN (Lei nº 9394/1996), que determina, em seu Art. 26, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, que os currículos para a Educação Básica devem ter base nacional comum a ser complementada "[...] por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos." (Brasil, 2013). Cabe, assim, às escolas criar as condições necessárias à sua execução, isto é, a tradução da lei, das normas e das recomendações curriculares nacionais em currículos que possam ser colocados em ação, em propostas pedagógicas adequadas aos diversos estados, regiões e municípios- inclusive os fronteiriços.

Todavia, no Brasil, o tema fronteira parece ser pouco estudado pelas Ciências da Educação (Pereira, 2009), bem como pouco refletido nas políticas públicas, em razão, talvez, da tradição institucional brasileira que, historicamente, "esteve de costas para suas fronteiras". É notório que a

herança de tal postura, no que se refere a aspectos educativos para regiões de fronteira, até recentemente, tenham sido tratados nas políticas educacionais nacionais, regionais e locais de forma unilateral e homogênea, isto é, sem considerar a singularidade fronteiriça que presumiria, no mínimo, a observância à pluralidade cultural.

Esta leitura parece se materializar em nossa pesquisa que, estudando escolas brasileiras e liceus uruguaios, em Santana do Livramento/Rivera, observamos que as escolas de fronteira tendem a não se diferenciar das demais. Com viés tradicional, os currículos oferecidos para a disciplina de Geografia reproduzem, quase em sua totalidade, os sumários dos livros didáticos adotados pelas instituições. Ou seja, o aluno de Santana do Livramento estuda os mesmos conteúdos que um aluno de Salvador ou de Pelotas. Os de Rivera, conteúdos similares aos de Montevideo. Isto porque os currículos das instituições pesquisadas não contém uma parte diversificada que deveria se traduzir em projetos e atividades que contemplassem as particularidades locais.

A fim de construirmos uma proposta curricular que dê conta da singularidade deste *terceiro espaço*, partimos do pressuposto que a complexidade cultural das fronteiras exige ações (e reflexões!) educativas para atender uma população diferenciada pela língua, por costumes, crenças e saberes. A escola é um (sub)espaço geográfico. As escolas de fronteira representam este espaço numa escala de existência, constituindo-se em um *entre-lugar*, inclusive curricular. Por este ângulo, a Geografia deve partir da reflexão e do estudo do espaço de vivencia, construindo o raciocínio espacial e a linguagem geográfica propícia ao movimento entre os saberes escolares e a vida dos estudantes.

Em suas atividades diárias, os sujeitos (inclusive os fronteiriços!) constroem *geografia*, pois, ao trabalharem, se divertirem, circularem pela(s)

cidade(s), constroem lugares, produzem espaço, delimitam seus territórios; vão formando, assim, espacialidades cotidianas em seu mundo vivido. Ao construírem *geografia*, constroem também conhecimentos sobre o que produzem, conhecimentos que são geográficos. Então, ao lidar com coisas, fatos e processos na prática social cotidiana, os indivíduos vão construindo e reconstruindo *geografias* (no sentido de espacialidades) e, ao mesmo tempo, conhecimento sobre elas (Cavalcanti, 1998). A prática cotidiana dos alunos é, desse modo, plena de espacialidade e de conhecimento dessa espacialidade. Na fronteira parece haver uma densidade maior de particularidades que se refletem em muitas outras *geografias* e, portanto, precisam ser entendidas a partir da própria fronteira, pois só quem aí vive, parece conhecer.

Objetivamos, então, que a Geografia escolar, envolvendo a ação dos estudantes e a valoração dos seus conhecimentos prévios, admita múltiplas possibilidades de dialogar com os principais conceitos da ciência geográfica (espaço geográfico, lugar, paisagem, território, globalização, redes e técnicas). A fronteira, sendo parte constituinte do espaço geográfico, brinda com várias possibilidades operacionais em diferentes escalas geográficas e, se manifestando através de diferentes formas em si mesma (material e imaterialmente), enquanto unidade espacial relacional (Castrogiovanni, 2010).

Uma possibilidade para lermos a fronteira é partindo da articulação entre os conceitos de lugar e de território. Entendemos o lugar como sendo a porção do espaço apropriável para a vida, que é vivido, reconhecido e cria/possui identidade. O estudo do lugar, pelo aluno, de que pertence a ele favorece a compreensão de sua identidade. A identidade ocorre por meio de formas de apropriação para a vida, que originam formas que são estabelecidas pelos sujeitos. Um aluno é único, mas, ao mesmo tempo, é o resultado de suas relações. Ele se reconhece quando compreende o que o envolve, os vínculos ali presentes e o processo, a continuidade do lugar.

Estudá-lo é compreender os acontecimentos que estão mais próximos do educando, pois o lugar representa o espaço de vivência, de continuação do próprio aluno e de suas relações. Sendo assim, é eminente que se possa analisar a fronteira pela ótica local e englobar aquilo que não é apenas visível, mas que é de existência simbólica, imaterial: a moral, os padrões de conduta, o idioma, os gostos e as afetividades; apontando, à vista disso, para um entre-espaço de interação, um *entre-lugar*.

O lugar existe por ser ao mesmo tempo próprio e, a sua maneira, mundo. O entorno representa o lugar, a parte mais íntima das interpretações locais, ponto de abertura para análise de outros lugares. Ali se encontram os diversos eventos geográficos cotidianos. Postulamos, com isso, a necessidade de ler o lugar para o reconhecimento de eventos em escalas diferenciadas de compreensão:

> As relações de poder existentes no lugar [...], quando reconhecidas, elaboradas e compreendidas, poderão servir como base para o entendimento dos processos de domínio e de poder presentes em inúmeros lugares, em outras escalas [...] de complexidades mais amplas (Costella; Schäffer, 2012, p. 54).

Em sala de aula, a leitura do lugar, portanto, não é conteúdo, mas vivência, pois ela é carregada de um conteúdo global e compreende uma bagagem temporal que explica muitos canais de conexões. O fazer geográfico deve ainda trazer consigo o conceito de território. Este conceito é entendido como um espaço que apresenta certa autonomia, a partir das relações de poder que nele se estabelecem. Todo o território é definido e delimitado, sejam por fronteiras concretas ou simbólicas, de acordo com as relações de poder, apropriação e domínio que nele ocorre (Haesbaert, 2007). Neste sentido, a fronteira nos leva a elaborar novas construções simbólicas: o território que, a princípio, parece aprisionar os nossos sentidos, na fronteira, cria a possibilidade de novas representações, com encontros e desencontros. Há um viver multíplice, complexo: viver a fronteira é viver o mesmo território

de forma diversa. A partir da cultura e das práticas espaciais, o que nos faz ser brasileiros ou uruguaios? E na fronteira, o que somos? Pensamos que o Ensino de Geografia, relacionando o conceito de território com o processo de construção de identidade, também precisa dar conta destes questionamentos.

Portanto, estudar o conceito de território na Geografia escolar requer também a reflexão sobre a noção de pertencimento. Os alunos precisam ter autonomia para reconhecer as identidades territoriais e compreender as relações de poder que as constituíram. A dimensão e a identidade de um território são reconhecidas por um poder que pode ser simbólico ou de fato. Em qualquer espaço existem normas que têm uma origem, devendo ser seguidas, dentro daqueles limites, o que indica uma territorialidade. Na fronteira, conforme explicitamos a partir de Hartmann (2004), há múltiplas territorialidades, flexíveis, tecidas na trama multiescalar de relações sociais, de redes e de nós, consequência, inclusive, da mobilidade e da dinamicidade deste espaço que, dependente das forças atuantes no decorrer do processo histórico, está em constante reconstrução. Desta forma, a fronteira exprime através de rugosidades (Santos, 2009) os diversos momentos de poder que constituíram este espaço geográfico.

Os fronteiriços (con)vivem na justaposição de dois territórios. A fronteira, que por ser integrada, muitas vezes, no silêncio que os sons/movimentos escondem, é diferente (singular/identitária) dos demais territórios que constituem os Estados Nacionais. Como dar conta destas singularidades para, a partir delas, ler o mundo, é o desafio essencial que se faz latente na proposta curricular para uma Geografia de fronteira.

Para transpassar os *limites* curriculares: considerações (nem tão) finais

Na fronteira, o espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia, assume um conjunto indissociável de justaposição de culturas, valores,

tensões, silêncios e reconstruções constantes. Cabe a Geografia compreender esta singular complexidade. Em sala de aula, as práticas pedagógicas propostas a partir deste espaço devem favorecer a igualdade, a liberdade de expressão, a valorização do conhecimento (e do desconhecimento também!), a textualização da vida e a fraternidade entre as diferenças.

Destarte, através destas propostas pensamos caminhos para outros currículos, dinâmicos, atravessados por referenciais de diferentes universos. Nesta perspectiva, trabalhar o cruzamento de culturas presentes no *entre-lugar* de fronteira demanda uma prática escolar geográfica que estimule efetivamente o respeito ao diverso e contribua para uma aprendizagem mais significativa, permitindo assim aos sujeitos alunos, habitantes deste espaço, uma leitura do sentido de suas inserções no mundo a partir do lugar em que (re)constroem.

Para que haja uma aproximação a esse entendimento, cabe ao professor de Geografia, em trabalho coletivo com os educandos, ser autor de suas práticas, baseando-as em processo cotidiano de produção do conhecimento, primando por um trabalho interpretativo, relacional e de análise crítica sobre os saberes escolares. Este movimento pedagógico encaminha os alunos a reorganizar as informações, transformando-as num conjunto inesgotável de possibilidades de ler, textualizar e interagir com o espaço geográfico com autonomia, coerência e competência.

Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Tradução de Myriam Ávila, Eliana Loureço de Lima reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 4 de Abril de 2013.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, DF, abr. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm>. Acessado em: 17/03/2018.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Fronteira: um tema sem limites! In: COSTA, Edgar Aparecido da; COSTA, Gustavo Villela Lima da; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado. (Org.). **Estudos Fronteiriços.** Campo Grande: Editora da UFMS, 2010, p. 11-41.

_____. **A Geografia do espaço turístico como construção complexa da comunicação**. 2004. 332f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

COSTELLA, Roselane Zordan; SCHÄFFER, Neiva Otero. **A Geografia em projetos curriculares**: ler o lugar e compreender o mundo. Erechim: Edelbra, 2012.

DORFMAN, Adriana. **Contrabandistas na fronteira gaúcha:** escalas geográficas e representações textuais. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em geografia. UFSC, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARTMANN, Luciana. **Tradições Orais na Fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai**. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MACHADO, Lia Osório et al. O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito (Org). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 87-112.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

_____. **O método 1:** a natureza da natureza. 2. Ed. Lisboa: Europa-América, 1987.

PEREIRA, Jacira Helena do Valle. Diversidade cultural nas escolas de fronteiras internacionais: o caso de Mato Grosso do Sul. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v.2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 51-63. Disponível em: < https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/view/327/325>. Acessado em: 18/09/2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica, tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade:** uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

YAZIGI, Eduardo. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Contexto, 2001.

As fronteiras entre judeus e cristãos: o caso de Colônia na Idade Média Tardia

KREMER, Christian A.[1]

Resumo: As tensões entre os sistemas religiosos judeu e cristão se acumulam ao longo dos séculos XIII a XV em toda Europa medieval. Nesse contexto, são propagadas sentimentos antijudaicos em diferentes territórios e diversas fontes apresentem os judeus paulatinamente degradados, empobrecidos e culpabilizados por problemas como aumento de impostos e doenças, além da difusão de lendas e de mitos em relação a sua religião e cultura. Com isso, são traçados perfis estereotipados e generalizantes a partir dos pressupostos comuns ao grupo e criados distintivos (tanto legal quanto simbolicamente) para que fique evidente que os indivíduos diferem-se pelo fator determinado. O trabalho proposto pensa as fronteiras entre os judeus e cristãos a partir do caso da cidade de Colônia, buscando como esses limites são determinadas e marcadas tanto com distinção explícita a partir da *Judenordnung* (1404), como também simbólica, a partir de designações de pertencimento que enfatizam a diferença religiosa do grupo.

Palavras-chave: Idade Média Tardia; Colônia; Judeus; Alteridade.

Introdução

O periódico coloniense *Kölner Stadt-Anzeiger* trouxe em matéria do dia 26 de junho de 2018[2] ao público que foi dada a largada para a construção do Museu Judaico da cidade, com o lançamento da pedra fundamental da obra naquela semana. O Museu, cuja proposta seria única na Alemanha, é evidenciar a antiguidade da história judaica em Colônia por meio de um percurso de 600m de comprimento pelas ruínas do bairro judeu medieval, localizado no logradouro em frente à prefeitura. A matéria revela ainda que os custos da obra ultrapassam os 77 milhões de euros e que a previsão de inauguração é para o ano de 2021.

---

[1] Christian Arend Kremer é mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), bolsista CNPq e orientado pela Profa. Dra. Cybele Crossetti de Almeida. Contato: christian.arend.kremer@gmail.com
[2] Disponível em: https://www.ksta.de/kultur/koeln-baut-juedisches-museum-30700288 (último acesso em 23/07/2018).

A prefeita de Colônia, Henriette Reker (sem partido), manifestou-se na ocasião do lançamento da pedra fundamental: "Nenhuma cidade alemã é tão ligada à História Judaica como Colônia"[3]. Nesse sentido, o governador do Estado da Renânia do Norte-Westfália, Armin Laschet (CDU), lembrou das expulsões dos judeus da cidade durante a Idade Média e complementou: "Por isso que [este projeto] é ao mesmo tempo também um lembrete contra o antissemitismo"[4].

Ao trazer este exemplo atual, reforço a tentativa de enfatizar a importância que a questão dos judeus e da tolerância religiosa recebe no contexto alemão e, mais precisamente, da cidade de Colônia, que conta com um dos assentamentos judaicos mais antigos ao norte dos Alpes. Para entendermos melhor as relações judaico-cristãs e os usos do passado nos discursos políticos, é importante entendermos alguns panoramas históricos e, no caso desta fala, busca-se isso remetendo ao medievo.

As fronteiras entre judeus e cristãos: o caso de Colônia na Idade Média Tardia

A disputa em torno dos conceitos que envolvem a percepção da alteridade é um campo em que não há consenso na historiografia medieval. Isso se dá principalmente pelo peso das identidades nacionais construídas a partir dos séculos XVIII-XIX e projetadas em retrospecto no período de formação da Europa, buscam elementos identitários de caráter social, cultural e étnico (MACEDO: 2013, 60). Nesse sentido, a definição de raça para o medievo é muito mais complexa do que classificações a partir de componentes fenotípicos.

---

[3] Tradução livre do original: *"Keine andere deutsche Stadt ist so lange mit jüdischer Geschichte verbunden wie Köln".*
[4] Tradução livre do original: *"Deswegen ist das gleichzeitig auch eine Mahnung gegen Antisemitismus".*

Isso posto, é preciso tomar cuidado ao aplicar definições que carreguem bagagem conceitual construída posteriormente, ao passo que estas trazem consigo demandas que não são próprias do período. Com isso me refiro aos pressupostos de teorias modernas a respeito das raças, sobretudo com componentes biológicos, genéticos, evocados na elaboração das classificações étnico-raciais e que produziram as doutrinas racialistas dos séculos XIX-XX (MACEDO: 2013, 71).

Pensando na aplicabilidade do conceito de raça para o medievo, Geraldine Heng propõe que:

> a recusa da [utilização de] raça desestigmatiza os impactos e consequências de certas leis, atos, práticas e instituições no período medieval, de modo que não podemos nomeá-los pelo que são, nem podemos dar testemunho adequado pelo significado completo das manifestações e fenômenos que eles instalam. A indisponibilidade de raça, portanto, muitas vezes contribui para relegar tais manifestações a um status epifenomenal: possibilitar omissões que, entre outras coisas, facilitaram o entrincheiramento e a reprodução da historiografia tradicional na academia e para além dela.[5] (HENG, 2011, p. 323)

Nesse sentido, a autora vai ao encontro da definição de raça como um termo para demarcar diferenças entre os seres humanos, propondo que a natureza e o sociocultural não são esferas distintas na formação da raça no medievo, o que possibilita o cruzamento de elementos constituintes de uma teologia política e biopolítica operacionalizada nos corpos e vidas dos sujeitos individuais e grupos. Com isso, Heng sustenta que na Idade Média a hierarquia política de cor centrada na polarização branco-negro não é algo evidente nas fontes por ela analisadas (pp. 258-274).

---

[5] Tradução livre do original: *"the refusal of race destigmatizes the impacts and consequences of certain laws, acts, practices, and institutions in the medieval period, so that we cannot name them for what they are, nor can we bear adequate witness to the full meaning of the manifestations and phenomena they install. The unavailability of race thus often colludes in relegating such manifestations to an epiphenomenal status: enabling omissions that have, among other things, facilitated the entrenchment and reproduction of foundational historiography in the academy and beyond."*

Tendo isso em mente, é notável a percepção da diferenciação da alteridade nas fontes medievais analisadas, sendo que representações em formas bestializadas do outro são bastante comuns. Por exemplo, na Crônica de Koelhoff de 1499, por se tratar da narrativa da história de Colônia, o indivíduo diferente é identificado como aquele que não pertence à cidade, ou seja, o forasteiro, o qual é descrito pelo cronista da seguinte maneira:

> Uma pessoa horrorosa/asquerosa cuja afeição natural é ligada a sua paisagem e o que é especial, é que prefere as esquisitices que ouviu lá onde ele nasceu e foi criado, as obras mundanas de seus antepassados e história desconhecida.[6] (KOELHOFF, Chronik *In* HEGEL, 1876, p. 256)

Na passagem anterior, fica evidente que o cronista caracteriza aquilo que é externo ao seu contexto como estranho e feio. Entretanto, não há menção a nenhuma diferenciação de caráter físico, sendo que é apenas mencionado que as características naturais são relacionadas com o ambiente do qual o indivíduo é originário e/ou onde cresceu. Contudo, mesmo que o cronista deixe clara a diferenciação do forasteiro, não é revelado que existem grupos dentro da própria cidade aos quais também são atribuídas distinções.

A partir desta perspectiva, pode-se pensar os judeus, grupo minoritário e marginal da sociedade da época, que são paulatinamente degradados, empobrecidos e culpabilizados por problemas como aumento de impostos e doenças, além da difusão de lendas e de mitos em relação a sua religião e cultura. Sobre esse assunto, Heng sustenta que:

> os judeus eram sistematicamente definidos e separados por biomarcadores, como a posse de chifres, um fluxo menstrual masculino ou a maldição neotestamentária hereditária do sangramento visceral hemorroidal, um fedor identificador (o abominável judaico), fenótipos faciais e somáticos (a 'face judaica'), e acusações de bestialidade, blasfêmia, diabolismo, deicídio, vampirismo e canibalismo colocados em sua porta através de uma hermenêutica da teologia exercida por religiosos e leigos através de

[6] Tradução livre do original: "*ein iglicher minsche nae sinre natuerlicher zoneigunge is he mer zogeneiget so sinre lantschaft und dat die besondere is, und sunderlingen hoert he liever van dem da he geboren unde gezogen is, sinre vurfaren menlicheeirliche werke und geschichte dan van fremden*".

> uma ampla gama de contextos aprendidos e populares.[7] (HENG, 2011, pp. 335-336)

Assim sendo, ao pensar a alteridade judaica nas fontes analisadas percebe-se a propagação de mitos como as acusações de assassinato ritual, profanação da hóstia e envenenamento de poços numa tentativa de se traçar um perfil homogeneizante para os judeus com a finalidade de sugerir que suas ações colocavam em risco toda a sociedade cristã (MORAIS: 2016, 5). Este imaginário antijudaico também se fazia presente em Colônia, onde se passa a utilizar distintivos para diferenciar os judeus dos demais. Neste caso, a distinção é literal e evidente a partir de leis que explicitam a diferença religiosa do grupo, quanto também simbólica, a partir de designações de pertencimento.

O Conselho da cidade de Colônia decretou em 4 de julho de 1404 a "*Judenordnung*" (ordenança aos judeus), desmoralizando o grupo. Em 24 disposições, esta ordenação impunha regras aos "Judeus e judias, jovens e velhos, moradores de Colônia e forasteiros que entram na cidade para que, a partir das vestimentas, fosse possível reconhecê-los enquanto judeus"[8] (JUDENORDNUNG 1404 *In* BÖNISCH, 1977) Desta maneira, seriam facilmente reconhecidos. Estipulou-se, por exemplo, as medidas das roupas, dos cabelos e o material para a confecção de sapatos e joias, além de valores máximos para as vestimentas:

> "1. Eles devem usar mangas em suas saias e sobressaias que não sejam maiores do que meia vara [1 vara ≅ 114 cm]. 2. Os vincos

[7] Tradução livre do original: *"Jews were systematically defined and set apart via biomarkers such as the possession of horns, a male menstrual flux or the generationally inherited New Testament curse of visceral-hemorrhoidal bleeding, an identifying stink (the infamous foetor judaicus), facial and somatic phenotypes (the facies judaica, 'Jewish face'), and charges of bestiality, blasphemy, diabolism, deicide, vampirism, and cannibalism laid at their door through a hermeneutics of theology exercised by religious and laity alike across a wide range of learned and popular contexts."*

[8] Tradução livre do original: "*Juden und Jüdinnen, jung und alt, die in Köln wohnen und als Fremde hereinkommen, sollen solche Kleidung tragen, dass man sie als Juden erkennen kann*."

> nas saias e nas capas-sobretudo não podem ter mais do que um dedo de largura. 3. Pelegos não devem ser visíveis nas extremidades superior e inferior das roupas. 4. Roupas atadas só podem ser usadas nos braços. 5. As pontas nas mangas de roupas masculinas e femininas não devem ser maiores do que a frente da mão. 6. Os sobretudos devem ter franjas e pelo menos alcançar as panturrilhas. 7. As capas-sobretudo não devem ser abertas dos dois lados. Elas têm que chegar a um palmo do chão. 8. As capas de cada homem com mais de treze anos de idade devem ter pelo menos uma vara [≅ 114 cm], as ombreiras uma vara e meia e não mais de um oitavo de largura. 9. Eles não devem usar sapatos de seda em ambientes fechados ou ao ar livre. 10. Acima do lóbulo da orelha, não devem permitir serem raspados, a menos que um queira deixar raspar toda a cabeça. 11. Nenhuma criança com mais de três anos de idade pode usar roupas rasgadas ou com nervuras. 12. Uma menina judia pode usar apenas uma faixa de cabelo com valor inferior a de seis florins e menos de dois dedos de largura. 13. Nos dias úteis, mulheres judias podem usar anéis de valor máximo de três florins, com apenas um em cada mão. 14. Nos dias úteis, eles não podem usar cintos dourados, que além disso, não podem ser mais largos que dois dedos. 15. Em seus feriados eles podem usar cintos que possuem o valor de até dois marcos colonienses de prata, e da mesma forma as mulheres podem ter dois anéis no valor de até seis florins.”[9] (JUDENORDNUNG 1404 *In* BÖNISCH, 1977)

Isto posto, nota-se ainda que o mais marcante na ordenança foi a obrigatoriedade de usar um distintivo em sua roupa, normalmente uma estrela de Davi colada à vestimenta ou um chapéu pontudo. Isso já havia sido determinado no IV Concílio de Latrão (1215).

---

[9] Tradução livre do original: *“1. Sie sollen an ihren Überröcken und Röcken Ärmel tragen, die nicht weiter als eine halbe Elle sind. 2. Die Kragen an den Röcken und Überwürfen dürfen nicht mehr als einen Finger breit sein. 3. Pelzwerk darf an den oberen und unteren Enden der Kleider nicht zu sehen sein. 4. Geschnürte Kleider dürfen sie nur an den Armen tragen. 5. Die Aufschläge an den Ärmeln von Männer und Frauenkleidern dürfen nicht länger sein als die Vorderseite der Hand. 6. Die Mäntel müssen Fransen und mindestens bis zu den Waden reichen. 7. Die Überwürfe dürfen nicht an beiden Seiten offen sein. Sie müssen bis auf eine Handbreit zur Ende reichen. 8. Die Kapuzen eines jeden Mannes über 13 Jahre müssen mindestens eine Elle land sein, die Schulterkragen anderthalb Ellen lang und nicht breiter als ein halbes Viertel. 9. Sie sollen keine Seidenschuhe weder im Hause noch draussen tragen. 10. Oberhalb des Ohrläppchens dürfen sie sich nicht scheren lassen, es sei denn, es ließe sich einer den Kopf kahl scheren. 11. Kein Kind über drei Jahre darf geschlitzte oder gerippte Kleider tragen. 12. Ein jüdisches Mädchen darf nur ein Haarband unter sechs Gulden Wert und unter zwei Fingern Breite tragen. 13. An Werktagen dürfen jüdische Frauen Ringe von höchstens drei Gulden Wert tragen, und zwar an jeder Hand nur einen. 14. Sie dürfen an Werktagen auch keine vergoldeten Gürtel anlegen, die überdies nicht breiter als zwei Finger sein dürfen. 15. An ihren Feiertagen dürfen sie Gürtel bis zum Wert von zwei Mark Silber tragen, und ebenso dürfen dann die Frauen zwei Ringe bis zu sechs Gulden Wert haben.*”

Além disso, esta regulamentação também continha regras de conduta para os judeus, como por exemplo: durante os feriados cristãos, deveriam permanecer em casa; não deveriam entrar na prefeitura, exceto quando autorizados pelo Conselho; com exceção da sinagoga, só poderiam reunir-se em dois ou três; foram proibidos de jogar seus lixos na rua, entre outros. Aqueles que violassem essas regras deveriam ser punidos pelo arcebispo e pela cidade.

É possível ainda notar nas fontes medievais de Colônia que o termo "*Jude*" (judeu) aparece como um epíteto ao indivíduo, marcando uma espécie de distintivo simbólico, como no seguinte exemplo de uma ata do Conselho da cidade:

> Sexta-feira 4 de abril de 1410 - Heinrich Huysgin, o genro de Thijs Cranenberghs, foi muitas vezes rebelde ao Conselho, alegando ser capaz de envenenar flechas e de ter espancado um judeu na Prefeitura.[10] (GROTEN, M.; HUISKES, M. [Eds.], 1990, p. 85)

Trechos como o anterior, no qual o termo judeu serve como designação ao indivíduo, são bastante recorrentes tanto em fontes cronísticas quanto político-administrativas. No caso, evidencia-se que o indivíduo é identificado e caracterizado a partir de uma generalização do grupo em que pertence, numa tentativa de diferenciá-lo dos demais com base nos postulados comuns a sua cultura religiosa.

Assim sendo, ao pensarmos a alteridade na Idade Média, é importante lembrar que o contexto se refere a um grupo que foi diferenciado do predominante por regras que impõem sua caracterização por conta de sua religião. Com isso, são traçados perfis estereotipados e generalizantes a partir dos pressupostos comuns ao grupo e criados distintivos (tanto legal quanto

[10] Tradução livre do original: *"Fr. 4. Apr. (f. 6. p. Quasimodogeniti) – Heinrich Huysgin, Thijs Cranenberghs Eidam, war dem Rat gegenüber öfters aufsässig, indem er behauptet hatte, Pfeile vergiften (fenyen) zu können, und einen Juden in der Ratshausfreiheit geschlagen hatte."*

simbolicamente) para que fique evidente que os indivíduos diferem-se pelo fator determinado.

Considerações finais

A partir da análise de fontes da cidade de Colônia, prospectou-se exemplos das distinções entre grupos na cidade em questão, que moldam a fronteira entre os sistemas religiosos cristão e judaico naquele contexto. Entretanto, pensa-se nesses termos uma vez que o medievo não foi um bloco uniforme em todos os lugares e sociedades, sendo que isso caracteriza um paradigma que vem sendo paulatinamente quebrado pela historiografia medieval.

Nesse sentido, retoma-se a notícia trazida no início do trabalho sobre o lançamento da pedra fundamental na obra do Museu Judaico de Colônia, o que deixa claro como as relações judaico-cristãs desempenham papel relevante naquele contexto e como o discurso político se apropria desta proposta. A partir disso é possível ainda indagar acerca da importância que este tipo de relação de exclusão também é catalizadora para, num período posterior, moldar a identidade dos cidadãos da cidade de Colônia, que apropriam-se do passado para apresentar-se enquanto uma das comunidades judaicas mais antigas da Alemanha num esforço de combater o antissemitismo e de reconhecer a importância da tolerância religiosa.

Referências bibliográficas

BÖNISCH, Georg. Die Juden – Opfer des wilden Mobs. In: **Tatort Köln.** Colônia, 1977.

GROTEN, M.; HUISKES, M. (Eds.). **Beschlüsse des Rates der Stadt Köln, 1320-1550: Die Ratsmemoriale und ergänzende Überliferung, 1320-1543.** 1º vol. Editora Droste: Düsseldorf, 1990.

HEGEL, Carl; CARDAUNS, Hermann (Ed.). **Die Chroniken der niederrheinischen Städte (Köln).** Vol 2. Editora Salomon Hirzel: Leipzig, 1876.

HENG, Geraldine. The Invention of Race in the European Middle Ages I: Race Studies, Modernity, and the Middle Ages. In**: Literature Compass**, vol. 8 (2011), pp. 258-274.

HENG, Geraldine. The Invention of Race in the European Middle Ages II: Locations of Medieval Race. In: **Literature Compass**, vol. 8 (2011), pp. 275-293.

KOELHOFF, Chronik. 1499. Edição digitalizada e disponibilizada pela Universidade de Düsseldorf. Disponível em: http://digital.ub.uni-duesseldorf.de/ink/content/titleinfo/3666104 (último acesso em 10/08/2018).

KÖLN baut Jüdisches Museum. *Kölner Stadt-Anzeiger,* 28/06/2018. Kultur & Medien, online. Disponível em: https://www.ksta.de/kultur/koeln-baut-juedisches-museum-30700288 (último acesso em 23/07/2018).

MACEDO, José Rivair. Minorias, questão social e mestiçagem no mundo medieval: séculos XI-XIII. In: TEIXEIRA, Igor S.; ALMEIDA, Cybele C. de (Orgs.). **Reflexões sobre o Medievo III.** São Leopoldo/RS: Oikos, 2013, pp. 59-74.

MORAIS, Vinícius de Freitas. **A Crônica de Nuremberg e o antijudaísmo em xilogravuras no final do século XV.** Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de História – Trabalho de Conclusão de Curso, 2016.

1° de maio de 1950 em Rio Grande: O Massacre da Linha do Parque e a disputa pela memória

Lênin Pereira Landgraf[1]

Resumo: O presente trabalho tem como objeto de pesquisa um confronto entre trabalhadores e policiais, ocorrido em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, conhecido como o Massacre da Linha do Parque[2]. No dia 1° de maio de 1950, dia Internacional dos Trabalhadores, foi realizada uma festa que buscou reunir os trabalhadores para comemorar a data. Diversas entidades sindicais convocaram o evento. No final da festividade uma manifestação foi organizada, com uma massa de trabalhadores saindo em passeata pela cidade. No meio de uma das principais ruas da cidade os manifestantes foram parados por um grupo de policiais que ordenaram o fim da manifestação, essa ordem gerou um confronto, no qual quatro trabalhadores e um policial morreram, além dos diversos feridos. Através da pesquisa e do confronto das fontes a questão central desta pesquisa é analisar de que forma o Massacre da Linha do Parque teve sua memória construída e disputada por diferentes grupos políticos no momento do acontecido. Vale ressaltar que a pesquisa está em andamento e a discussão aqui apresentada será parcial.

Palavras-chave Massacre da Linha do Parque; Movimento-operário; Memória; Imprensa

Introdução

Desde o surgimento dos primeiros sindicatos e organizações de trabalhadores no Brasil a repressão foi uma constante. Os anarcossindicalistas foram os primeiros responsáveis por organizar o movimento sindical no país. Segundo Marcelo Badaró Mattos (2009) esse primeiro grupo de sindicalistas apostava na mobilização dos operários através de jornais e palestras, criticavam a escola tradicional e a Igreja, que, para eles, eram responsáveis pela alienação dos trabalhadores. Ao falar das associações de trabalhadores na Inglaterra Engels (2010) deixa claro que essas entidades por si só não podem mudar o sistema econômico vigente, mas que cabe a elas o enfrentamento local e pontual em prol dos operários,

[1] Universidade Federal do Rio Grande – FURG, graduando em História Licenciatura, leninplandgraf@hotmail.com.
[2] Linha do Parque foi o nome dado para uma rota de bondes na cidade, essa rota era muito usada pelos trabalhadores.

sendo tais instituições de suma importância para frear os avanços da burguesia sobre os trabalhadores.

A ditadura Vargas, que por muito tempo perseguiu sindicalistas que não apoiavam seu governo, terminou em 1945, mas seu sucessor eleito, Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) deu continuidade a repressão e perseguição aos sindicatos e movimentos dos trabalhadores. Os comunistas e movimentos sociais e sindicais vinham sendo perseguidos com força desde a ditadura getulista e com o fim da Segunda Guerra Mundial e o fenômeno da Guerra Fria outro fenômeno aprofundou essa perseguição. O governo dos Estados Unidos passou a propagar a ideia de combate ao avanço do espectro comunista e um possível expansionismo da URSS. A propagação desse sentimento anticomunista justificou a intervenção norte americana em prol de seus interesses, direta ou indiretamente, em diversos países, principalmente na América Latina. Nesse sentido, Sidinei J. Munhoz afirma:

> No imediato pós-guerra, o inimigo não mais era representado pelos antigos regimes autoritários de tendência nazifascista, mas pelos governos reformistas ou pelos movimentos sociais que pudessem pressionar por reformas políticas e sociais que implicassem a redução da capacidade de intervenção dos EUA no continente. Assim, iniciou-se a definição de políticas de contenção aos movimentos que pudessem significar alguma ameaça à ordem vigente e, como decorrência, aos interesses das elites norte-americanas. (MUNHOZ, 2003, p. 2)

É nesse contexto que se encontra o objeto estudado nesta pesquisa, O Massacre da Linha do Parque, manifestação de trabalhadores que pediam a reabertura da Sociedade União Operária (SUO)[3] fechada por ordem do governo, que culminou num massacre promovido pelos policiais. A comemoração em alusão ao Dia Internacional dos Trabalhadores foi convocada em um momento de grande tensão entre o movimento operário e

[3] A Sociedade União Operária foi uma das principais entidades representativas dos trabalhadores rio-grandinos durante os séculos XIX e XX. Fundada em 1893, acabou fechada em definitivo em 1964 pelo golpe civil militar.

a polícia, os acontecimentos dos anos anteriores na cidade e o sentimento anticomunista construído fortemente no pós Segunda Guerra mundial colaboraram com essa crescente tensão. A convocação foi feita através de panfletos e assinada por pelo menos seis entidades operárias, entre elas a Associação dos Portuários, o Núcleo da Coligação dos Ferroviários e a União das Mulheres Riograndinas. As atividades previstas para a festa eram corriqueiras como a realização de brincadeiras, churrasco e um baile ao ar livre. Só ao final da festa as lideranças operárias convocaram os presentes a saírem em caminhada até a sede da SUO. (SAN SEGUNDO, 2009, p. 140).

A passeata saiu por uma das principais ruas da cidade, local onde passavam bondes, após alguns minutos foi interceptada por um grupo de policiais, liderados pelo delegado do DOPS[4] Ewaldo Miranda, que exigiam o fim da manifestação e dispersão de todos, a partir desta ordem o confronto teve início. Existem duas diferentes versões para esse início, a primeira delas aponta os manifestantes como responsáveis pelo começo do confronto, onde um desses havia agredido o delegado com um soco, desencadeando assim a troca de tiros. Outra versão aponta que os policiais já chegaram com armas em punho e começaram a atirar para dispersar os manifestantes. (SAN SEGUNDO, 2009, p 152)

O saldo do massacre foi de quatro manifestantes e um policial mortos, além dos diversos feridos como o vereador na cidade Antônio Réchia. Os mortos foram Euclides Pinto, Honório Alves de Couto, Osvaldino Correa e Angelina Gonçalves, esses trabalhadores e manifestantes, e Francisco Reis, soldado da brigada militar. Um processo foi instaurado para a investigação dos acontecimentos, mas ninguém foi responsabilizado pelas mortes.

[4] As Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DOPS) foram extremamente ativas durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura civil militar, desempenhando um papel de repressão e controle aos movimentos sociais e políticos no Brasil.

A questão central desta pesquisa é analisar de que forma a memória do Massacre foi disputada pelos diferentes grupos políticos na época. Apontar as diferentes versões dos acontecimentos, provenientes de diferentes grupos sociais e políticos, como por exemplo as duas versões sobre como de fato o confronto havia começado. A versão dos comunistas e dos manifestantes em geral aponta os policiais como responsáveis pela primeira agressão, já os anticomunistas da cidade e os policiais acusam os manifestantes de darem início a confusão.

Desenvolvimento

A disputa pela memória está presente no cotidiano, para Pollak (1992) a memória pode até parecer um fenômeno pessoal e individual, mas na verdade trata-se de um fenômeno coletivo e social, sendo construída coletivamente e estando vulnerável a mudanças ao longo do tempo, sendo assim, é necessário ter cautela ao interpretar qualquer material advindo da memória. O autor deixa claro que "Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e, particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos" (Pollak, 1992, p. 204-205), ou seja, a memória é algo disputado, principalmente entre os diferentes grupos políticos. Nesse sentido o objetivo das organizações políticas que disputam a memória é sempre o de perpetuar a sua interpretação do passado e refutar a versão da organização oposta.

A disputa pela memória se dá em diferentes campos e de diferentes formas, nesse caso a análise da disputa está sendo feita através de jornais, comerciais e operários. A análise de jornais é uma fonte muito rica, como afirma Maria Helena Capelato (1988):

> A imprensa oferece amplas possibilidades para isso. A vida cotidiana nela registrada em seus múltiplos aspectos, permite

> compreender como viveram nossos antepassados – não só os "ilustres", mas também os sujeitos anônimos. O Jornal, como afirma Wilhelm Bauer, é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre a sociedade, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas e políticas. (CAPELATO, 1988, p. 20-21)

Entretanto, alguns cuidados são necessários para a análise dos periódicos, a fim de evitar crer fielmente no conteúdo publicado. É preciso que o pesquisador, assim como em qualquer outra fonte, lance mão um olhar crítico ao analisar um jornal. O uso da imprensa como fonte pressupõe uma análise acompanhada de teoria e metodologia, para Capelato (1988) o pesquisador deve em primeiro lugar responder as seguintes perguntas: quem produziu aquele jornal? Para que? Como e quando? Não crer fielmente nessa fonte e contextualizar o momento histórico em que esse material foi produzido e com qual objetivo é essencial. A tarefa do historiador então é a de desmistificar o conteúdo e significado aparente do jornal.

Até o momento na pesquisa foram apuradas algumas situações que indicam que de fato houve uma disputa pela memória originada a partir do Massacre. Alguns trechos de matérias veiculadas em diferentes jornais apontam como se deu a disputa. O primeiro jornal analisado é o jornal comercial *O Tempo*[5]. De caráter diário, esse periódico conta com muitos anúncios de serviços e produtos locais, focando-se em repercutir notícias locais, nacionais e também internacionais. Algumas publicações podem sugerir uma possível ligação desse jornal com o PTB, como a lembrança do aniversário de Lorea Pinto, vereador pelo PTB na cidade e getulista reconhecido[6]. Outros indícios são as constantes reportagens sobre Getúlio Vargas, acompanhadas de grandes imagens do antigo presidente[7]. Entretanto

[5] O Jornal O Tempo foi fundado em 1906, era publicado diariamente e no ano de 1950 estava sob a direção e propriedade de Saul Porto.
[6] *O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950. (capa)
[7] *O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950. (P. 02)

uma afirmação definitiva nesse sentido – da ligação do jornal com o PTB - requer um maior aprofundamento nas edições do jornal. É possível afirmar que a linha política adotada pelo jornal reflete o sentimento anticomunista do ocidente durante a Guerra Fria, sendo que em grande parte das edições do ano de 1950 são encontradas reportagens contra a ideologia comunista e críticas à URSS.

Ao noticiar os acontecimentos do dia primeiro de maio o jornal deixa claro seu posicionamento, colocando-se contrário aos manifestantes e com objetivo de perseguir os comunistas locais. A capa do periódico publicada após o Massacre traz a seguinte manchete: "*Sob o comando do comunista Antonio Réchia, um grupo de vermelhos pretendeu marchar para a União Operária, afim de retoma-la. Morto um brigada pelos comunistas a polícia revidou a agressão[...]"* (*O Tempo*, 03/05/1950, capa) A reportagem segue atacando os manifestantes e atribui a responsabilidade do início do confronto aos manifestantes:

> O Dr. Evaldo Miranda, Delegado da Ordem Política Social, dirigiu-se ao vereador Rechia, apelando para que não continuasse a marcha, pois a polícia, sob forma alguma consentiria que eles entrassem na cidade, e quando conversavam amigavelmente, eis que um comunista Avelino de tal, agride o Dr. Ewaldo Miranda e em seguida, mata o soldado Reis e fere o Tenente Gonçalino. Foi neste momento, que a polícia composta dos inspetores: Renan, Calvete, Sadi, Santanna e Gifoni, com duas praças da Brigada e o Tenente Gonçalino, resolveram enfrentar os vermelhos, travando-se assim forte combate, do qual resultou a morte de cinco homens e diversos feridos (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950, capa.)

Ainda nesta edição a reportagem exalta a ação das forças militares em Rio Grande "*Desde o primeiro tiro que provocou tão grave situação, que as nossas forças armadas de mar e terra, tomaram todas as providências para assegurar a ordem, o que conseguiram de forma brilhante*" (O Tempo, Rio Grande, 03/05/1950, capa) Os acontecimentos acabaram de fato mobilizando as forças armadas na cidade, sendo destacados soldados para guardar os principais prédios da cidade e, principalmente, os hospitais onde se

encontravam os feridos. Nas edições posteriores a exaltação do soldado morto no Massacre continua: *"E o bravo brigadiano Reis, a primeira vitima da sanha vermelha, homem cumpridor de seus deveres e chefe de numerosa prole, caiu também morto e cobriu seu lar de luto[...]"* (O Tempo, Rio Grande, 04/05/1950, capa)

Na edição do dia 04 de maio o jornal dedica boa parte de sua capa a um texto responsabilizando os dirigentes comunistas pelas mortes ocorridas durante a manifestação. Para o periódico, nenhuma das famílias dos mortos estaria passando pelo luto se não fosse a ação comunista em Rio Grande:

> E assim Euclides Pinto, oficial de pedreiro, dominado pelas ideias políticas, entregou-se a luta, e no meio ao turbilhão, caiu morto, deixando a chorar 9 filhos e uma esposa, tudo isso, por ter colocado acima da sua própria família os seus ideias políticos, isso influenciado por senhores ambiciosos, que jogam as massas a luta e eles, escondem-se, comodamente em seus escritórios. (*O Tempo,* Rio Grande, 04/05/1950, capa)

Outro momento no qual fica perceptível a parcialidade do periódico é ~~ao~~ o fato dele abrir espaço apenas para as declarações dos policiais. Os repórteres se dirigiram até o hospital onde se localizava o Tenente Gonçalino, presente durante o confronto e que se encontrava hospitalizado após ser ferido. A versão do policial na reportagem é de que os manifestantes teriam começado o confronto e declara que "*Infelizmente* estávamos sem munição pois assim reagiríamos a altura. Perto de 200 tiros foram disparados contra nós" (O Tempo, Rio Grande, 04/05/1950, p. 03) A declaração do Tenente Gonçalino, afirmando que não portavam munição, não se sustenta, basta olhar para o saldo do confronto, deixando 4 mortos e diversos feridos no lado dos manifestantes.

Ao tratar do sepultamento dos mortos mais uma vez o jornal assume uma postura favorável aos policiais, menosprezando o cortejo dos manifestantes assassinados:

> Realizou-se com muita ordem, o sepultamento das vítimas da passeata comunista. Conforme já previsto, teve lugar ontem o ato

> do sepultamento das quatro primeiras vítimas da passeata comunista do dia 1° de meio o que foi feito com muita ordem e pouquíssimo comparecimento. (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950, p. 04)

Já ao tratar do sepultamento do policial assassinado, o jornal mais uma vez o trata como mártir e vítima de um golpe comunista contra a comunidade de Rio Grande:

> Com grande acompanhamento realizou-se ontem, às 16h, o sepultamento do soldado Francisco Reis, a primeira vítima da sanha comunista que caiu bravamente na defesa dos interesses da sociedade. O corpo do malogrado soldado, foi conduzido primeiramente até a Matriz de São Pedro, onde foi encomendado, e depois foi dado à sepultura. Compareceram ao sepultamento as principais autoridades e grande quantidade de povo, todos irmanados no mesmo sentimento de profunda dor, pelo golpe que os comunistas desferiram na sociedade rio-grandense, manchando com sangue rubro das suas ambições contra os interesses da nossa pátria e da democracia. (*O Tempo*, Rio Grande, 03/05/1950)

As fontes operárias sobre o acontecimento são escassas e de difícil acesso até o momento, entretanto alguns trechos de dois jornais operários – *Gazeta Sindical* e *Voz Operária* – também indicam que realmente ocorreu uma disputa pela memória dos acontecimentos. Um texto publicado na *Gazeta Sindical* após o Massacre responde uma reportagem do jornal O Tempo citada aqui anteriormente, onde o este responsabiliza os comunistas de deixarem 9 crianças sem pai, se referindo a morte do pedreiro Euclides Pinto. Na *Gazeta*, a viúva de Euclides, Sulma, contraria a tentativa do *O Tempo* de responsabilizar os comunistas pela morte de Euclides e faz um breve relato do sentimento tomado após o assassinato de seu marido:

> Muitos órfãos resultaram do morticínio. Só em meu lar ficaram nove crianças sem pai. Mas isso não nos tira força, antes estimula nos maternos fiéis aos ensinamentos do pai e, sobretudo, ao exemplo do homem que nos alimentava com o fruto de seu trabalho honesto, advertindo-nos sempre que nossas dificuldades cessariam quando o proletariado conseguisse derrotar os seus opressores, quando a independência nacional fosse garantida e os imperialistas afastados das posições que ocupam em nosso país, e quando fossem derrotados os pregadores da guerra em todo o mundo, pois só então a classe operária se libertaria. E que para isso era preciso lutar. Lutar para esclarecer os trabalhadores de seus direitos, lutar

> com energia e convicção para nossa libertação. E na hora de morrer Euclides Pinto nos dizia que era preciso prosseguir a luta e que ele morreria satisfeito, porque sabia que seu sacrifício não será inútil, antes contribuiria para a mais rápida libertação que chamamos a todos os trabalhadores para o prosseguimento da luta por melhores condições de vida, mais salário e liberdade, para unidos, derrotarmos os agressores e covardes. (Gazeta Sindical, 1ª quinzena de junho de 1950, capa. Apud San Segundo, 2009, p. 159)

Em outro trecho, a *Gazeta Sindical* fala agora sobre a tecelã Angelina Gonçalves, também assassinada durante o confronto. Segundo *O Tempo*, Angelina carregava um cartaz escrito "Abaixo o Dutra"[8], e que "A senhora, d. Angelina Gonçalves casada, abandonando os seus deveres e empunhando um estandarte, caiu morta, isso por não ter aceito os conselhos do seu esposo[...]" (*O Tempo*, Rio Grande, 04/05/1950, capa) Já para a *Gazeta* Angelina teria sido uma heroína que morreu defendendo a bandeira brasileira:

> Heroísmo de uma operária. Entre as cenas de heroísmo e de firmeza proletária cumpre destacar a da morte da tecelã Angelina Gonçalves. Ia ela com um grupo de senhoritas que acompanhavam a Bandeira Nacional À certa altura, os policiais tentaram arrebatar a bandeira da menina que a carregava, Angelina porém, não podia deixar que a Bandeira passasse das *mão* honradas que a transportavam, para as mãos assassinas dos policiais. Adiantou-se, pois, e em luta com os tiras defendeu o Pavilhão Nacional com o próprio corpo, que Angelina foi fuzilada friamente por Gonçalino Gonçalves, tombando morta, envolta na bandeira que defendeu com a própria vida. (Gazeta Sindical, 1ª quinzena de junho de 1950, p. 4. Apud San Segundo, 2009, p. 159)

Já em outra passagem, dessa vez do jornal *Voz Operária*[9], o Massacre da Linha do Parque é usado como argumento contra o governo de Eurico Gaspar Dutra[10] e como forma de propaganda dos ideais comunistas no Brasil:

> Na tarde de 1° de maio de 1950, fiéis a sua classe e ao povo, mais quatro patriotas trombaram sob a brutal tirania de Dutra. [...] Isso

[8] O Tempo, Rio Grande, 03/05/1950, p. 04.
[9] O jornal Voz Operária foi fundando em 1949 pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), se tornando o porta voz oficial do partido.
[10] Presidente da república entre 1946 e 1951.

> prova que o povo brasileiro só tem dois caminhos: ou o da submissão à política de exploração, opressão e assassínio, conduzida por Dutra a serviço dos imperialistas ianques, ou o das lutas abertas, corajosas e unidas pela libertação nacional, pela democracia e pela paz. Dignificando a memória e a causa pela qual os heróis do Rio Grande não regatearam seu sangue generoso devemos tirar lições destes crimes da ditadura e erguer o movimento de protesto e de solidariedade à altura das exigências e necessidade da revolução brasileira. (*Voz Operária*, Rio de Janeiro, 13/05/1950 Apud San Segundo, 2009, p. 165)

Os acontecimentos do dia 01° de maio de 1950 acabaram sendo muito usados pelos comunistas para denunciar a repressão do governo Dutra aos movimentos sociais e políticos, sendo o Massacre divulgado em todo o país.

Considerações Finais

As matérias e trechos de reportagens citados anteriormente em questão apontam, então, a disputa pela memória do Massacre da Linha do Parque, o que não poderia ser diferente em um caso tão emblemático como esse. Enquanto o jornal *O Tempo* usa o fato para dar força ao sentimento anticomunista, legitima a todo instante a ação repressiva dos policiais e abre espaço apenas para a versão da polícia sobre os acontecimentos, os jornais *Gazeta Sindical* e *Voz Operária* adotam a versão dos manifestantes, utilizam-se do fato para alavancar os ideais comunistas no Brasil e denunciar a constante repressão do governo Dutra.

A pesquisa ainda tem um longo caminho pela frente, mas até o presente momento, com base nas fontes analisadas, já pode-se indicar que de fato o Massacre da Linha do Parque foi disputado no campo da memória por diferentes grupos políticos da época.

Essa disputa se dá por diversos motivos e interesses. Nesse caso fica transparente, até então, que a versão dos policiais a respeito dos

acontecimentos do Massacre da Linha do Parque, adotada também pela imprensa comercial, vai ao encontro do esforço anticomunista propagado pelos Estados Unidos da América no pós Segunda Guerra Mundial e seguido pelo governo brasileiro. Já a versão dos manifestantes, difundida principalmente pelos comunistas, busca, até onde pode ser apurado, denunciar a ação violenta da polícia, condenar a perseguição do governo contra os movimentos sociais e alavancar os ideais comunistas no país.

Referências

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil.* São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, Marcelo B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil***.** São Paulo: Expressão Popular, 2009

MUNHOZ, Sidnei J*. A guerra fria no Brasil: Repressão politica e resistência durante a primeira fase do conflito***.** ANPUH XXII Simpósio Nacional de História, João Pessoa, 2003.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade social.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1992, p. 200-215.

SAN SEGUNDO, Mário. *Protesto Operário, Repressão Policial e Anticomunismo: Rio Grande 1949, 1950 e 1952.* Porto Alegre: 2009.

João Carlos Gastal: a ação do Deputado Estaduall pelo MDB-PELOTAS, na ALERGS

Daniel de Souza Lemos[1]

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa independente que ainda está em andamento, trata da atuação parlamentar do líder trabalhista gaúcho João Carlos Gastal. Nascido em Pelotas no dia 05 de fevereiro de 1915, faleceu na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, em 01 de maio de 1986 em decorrência de uma doença pulmonar. Estudou no Ginásio Pelotense (atualmente denominado Colégio Municipal Pelotense) e na Faculdade de Direito, que na ocasião pertencia à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, mas atualmente é ligada à Universidade Federal de Pelotas, UFPel, graduando-se em 1935.

De acordo com o historiador Mário Osório Magalhães

> "Aos 22 anos iniciou-se na vida forense, ingressando logo após no Ministério Público; atuou em Piratini, São Lourenço do Sul, Rio Pardo, Taquara, Santa Maria, Rio Grande e Pelotas. Foi professor de Direito Civil na Faculdade de Pelotas de 1952 até sua primeira eleição à Assembléia legislativa. Na Maçonaria, atingiu o mais elevado grau." (MAGALHÃES, 2012)

Gastal foi fundador do Partido Trabalhista Brasileiro em Pelotas, pela legenda foi vereador, de 1952 a 1955, deputado estadual, de 1958 a 1959, e prefeito de Pelotas, de 1960 a 1963. Em sua gestão concluiu o prédio do Colégio Municipal Pelotense, onde havia estudado na juventude. Após o término de seu mandato no poder executivo voltou a atuar como promotor e, com a aposentadoria, exercer a advocacia. Nos anos 1970 voltou ao campo político como deputado estadual, então pelo MDB, de 1970 a 1974, vindo a exercer a presidência da Assembléia Legislativa. (MAGALHÃES, 2012) Ligado ao trabalhismo de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola, Gastal nutria especial apreço por Alberto Pasqualini, considerado o principal

[1] Ginásio Areal/Seduc-RS, Mestre em Ciência Política, Graduado em Direito e História, E-mail de contato danielslemos@yahoo.com.br

ideólogo do trabalhismo – segundo testemunho dado ao autor pelo seu filho João Carlos Gastal Filho. Foi articulador da Campanha da Legalidade em Pelotas, quando ocupava Paço Municipal, em 1961.

João Carlos Gastal teve intensa atividade política, ao longo de trinta anos de vida pública concorreu a diversos cargos eletivos: vereador (1951), prefeito (1959, 1968 e 1982), vice-prefeito (1972), deputado estadual (1954, 1958, 1970 e 1974), deputado federal (1978) e suplente de senador (1962). Com origem trabalhista, as cinco primeiras eleições ele disputou pelo Partido Trabalhista Brasileiro, porém com a imposição do bipartidarismo decorrente do Ato Institucional número 2 de 1965, ligou-se ao Movimento Democrático Brasileiro, disputando outras cinco eleições, pela legenda oposicionista.

Com a volta do pluripartidarismo em 1979, foi fundador do Partido Democrático Trabalhista, PDT, ao lado de Leonel Brizola, Sereno Chaise, Alceu Collares e seu conterrâneo Getúlio Dias. Participou da eleição de 1982 sendo o primeiro candidato do PDT à prefeitura de Pelotas. (ALTMANN, 2007; BARRETO e ALTMANN, 2007; BARRETO, 2008; BARRETO, 2009)

Na tabela número 1 estão relacionadas as eleições realizadas no país onde João Carlos Gastal competiu em busca de mandato eletivo, os partidos pelos quais concorreu, as votações recebidas em cada pleito, a colocação que obteve e, por fim, a situação de eleito ou não eleito. Estas informações têm o objetivo de compor o perfil e a postura de Gastal diante do campo político. Demonstrando que ele foi um ator presente no cenário eleitoral pelotense e, mesmo rio-grandense, de maneira intensa.

A pesquisa em andamento tem como escopo responder a seguinte indagação: qual a natureza e o conteúdo da atuação parlamentar de João Carlos Gastal, na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, durante os mandatos exercidos entre 1971 e 1978?

A metodologia utilizada na investigação consiste na análise dos discursos proferidos na assembléia gaúcha entre período de tempo delimitado. Para tanto foram reunidas as atas das sessões plenárias e das reuniões da mesa diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, onde constam as intervenções de Gastal. Foi constituído um banco de dados com o material reunido para a identificação dos principais temas que foram abordados pelo deputado pelotense.

Algumas hipóteses foram estabelecidas, pois já era imaginado que João Carlos Gastal teria desempenhado uma atuação oposicionista; de enfrentamento aos governos da ARENA no estado e, dos militares no plano nacional. Porém, foi possível concluir que a atuação de Gastal foi mais intensa, aguerrida e consistente do que o esperado. Pois, desde sua chegada no parlamento ocupou um lugar de destaque na liderança da oposição; fez denúncias graves das ações dos governantes autoritários; foi um deputado com participação intensa e incisiva nos debates em plenário.

Tabela 1 – Eleições em que João Carlos Gastal concorreu a algum mandato eletivo.

ELEIÇÃO ANO	CARGO	PARTIDO	VOTAÇÃO	COLOCAÇÃO	SITUAÇÃO
1951	***Vereador***	**PTB**	**576**	**5ª**	**Eleito**
1954	Deputado Estadual	**PTB**	3.069	44ª	Não Eleito
1958	***Deputado Estadual***	**PTB**	**11.008**	**7ª**	**Eleito**
1959	***Prefeito***	**PTB**	**19.266**	**1ª**	**Eleito**

1962	Suplente de Senador (*Antônio Brochado da Rocha*)	**PTB**	539.665	3ª	Não Eleito
1964	Eleição presidencial indireta realizou-se no dia 11 de abril de 1964, doze dias após o golpe Civil-militar de 31 de março de 1964.				
1966	Não Concorreu				
1968	Prefeito	**MDB**	18.236	**1ª**	Não Eleito
1970	***Deputado Estadual***	**MDB**	**16632**	**14ª**	**Eleito**
1972	Vice-Prefeito (*Antônio Carapeto Fernandes*)	**MDB**	33.394	2ª	Não Eleito
1974	***Deputado Estadual***	**MDB**	**37.170**	**4ª**	**Eleito**
1976	Não Concorreu				
1978	Deputado Federal	**MDB**	24.578	25ª	Não Eleito
1982	Prefeito	**PDT**	9.365	4ª	Não Eleito

Fonte: tabela criada pelo autor com base nos dados do site do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio Grande do Sul, TRE-RS

Abaixo o quadro com a quantidade de intervenções de João Carlos Gastal encontradas, em cada ano das duas legislaturas em estudo.

Quadro 1 – Ocorrências de discursos de João Carlos Gastal entre 1971 & 1978

ANO	OCORRÊNCIAS
1971	87
1972	76
1973	70

1974	69
1975	I2
1975 MESA DIRETORA	59
1976	2
1976 MESA DIRETORA	53
1977	9
1978	0

Fonte: site da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

1. Contexto no Brasil, No RS e, em Pelotas entre 1971 & 1978

Na presente seção do texto serão delineados brevemente, os traços gerais do contexto histórico em que a ação do Deputado João Carlos Gastal de desenvolveu.

Quando Gastal regressou à Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 1971 estava na presidência da República Emílio Garrastazu Médici, o terceiro mandatário do regime militar. Seu período no poder foi de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974, o vice-presidente era Augusto Rademaker. Quando Gastal se despediu da ALERGS o presidente já era o quarto militar no poder, Ernesto Beckmann Geisel (15 de março de 1974 a 15 de março de 1979) e o vice-presidente era Adalberto Pereira dos Santos.

Em 1971 no início de seu mandato, Gastal se deparou com uma ditadura escancarada, quando estava concluindo sua passagem pelo parlamento gaúcho em 1978, a ditadura estava derrotada. Certamente, sua atuação contribuiu para esse desfecho que, no entanto, se concluiu anos depois.

Conforme Boris Fausto:

> O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções. (FAUSTO, 2013, p.397)

Entre 1964 e 1968 foram baixados cinco Atos Institucionais que impactaram profundamente as Instituições do Estado Brasileiro, conformando a ditadura civil-militar no país. Gastal retorna ao cenário político nessa nova conjuntura e, inclusive, em seu pior momento, que coincide com o governo Médici.

> O General Garrastazu Médici era militar taciturno, com perfil de burocrata, sem popularidade e quase um desconhecido – dirigia o Serviço Nacional de Informações. O Brasil só soube de sua existência após o dia 6 de outubro de 1969, quando seu nome foi validado para a Presidência da República pelo Alto-Comando das Forças Armadas – um concílio formado por ministros militares, chefe dos Estados-Maiores das três Forças e pelo chefe do Gabinete Militar. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, P.450)

Mas, até Médici chegar à presidência da República, os militares que ocuparam o posto antes dele haviam publicado cinco Atos Institucionais que preparam o terreno em que a ditadura civil-militar foi semeada. O primeiro Ato Institucional foi baixado em 09 de abril de 1964, nele constava o conceito do movimento que os militares chamavam de revolucionário e, a historiografia chama de golpe. Era assinado pelo autoproclamado "comando supremo da revolução" formado pelo general Arthur da Costa e Silva, pelo almirante Rademaker e pelo brigadeiro Correia de Mello, e contava com onze artigos.

Fausto resume o primeiro Ato da seguinte maneira,

> O AI-1[2] suspendeu as imunidades parlamentares e autorizou o comando supremo da revolução a cassar mandatos em qualquer nível – municipal, estadual e federal – e a suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos. As garantias de vitaliciedade, assegurada aos magistrados, pela qual eles têm direito a permanecer em seu cargo, e de estabilidade, conferida aos demais servidores públicos, foram suspensas por seis meses para facilitar o expurgo no serviço público. (FAUSTO, 2013, p.398)

Outra grave medida ditada pelo primeiro Ato Institucional foi a definição da eleição de um novo presidente da República em 15 de abril daquele ano, que seria indireta, ou seja, apenas os membros do Congresso

[2] O primeiro Ato Institucional publicado pelos militares não recebeu numeração, porém o historiador Boris Fausto o identifica como Ato Institucional nº1;

Nacional votariam. Apena aqueles que não tivessem sido cassados, ou presos.

SCHWARCZ e STARLING são mais precisas na exposição do conteúdo do Ato Institucional:

> Transferia parte dos poderes do legislativo para o executivo, limitava o judiciário, suspendia as garantias individuais e permitia ao presidente da República cassar mandatos, cancelar os direitos políticos do cidadão pelo prazo de dez anos e demitir funcionários públicos civis e militares. Para legitimar esse instrumento com algum grau de embasamento legal, os militares concederam a si próprios poderes constitucionais e embutiram a manipulação jurídica na 'introdução' do primeiro Ato Institucional: A Revolução vitoriosa [...] é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, P.456)

Uma conseqüência concreta deste Ato foi a publicação de quatro listas do "comando supremo da revolução" com suspensão dos direitos políticos dos principais quadros da política brasileira[3]. O segundo Ato Institucional foi publicado em 27 de outubro de 1965, e foi assinado por Humberto de Alencar Castelo Branco, que havia sido eleito presidente pelo Congresso Nacional no ano anterior. O artigo 18 do Ato extinguiu os partidos políticos existentes e cancelou seus registros. Além de suprimir as eleições diretas para presidência da República.

O fim das eleições diretas para o cargo de governador foi determinada no terceiro Ato Institucional publicado em 5 de fevereiro de 1966 em seu primeiro artigo e, dos prefeitos das capitais no artigo 4º. Estes seriam nomeados pelos Governadores, com a aprovação das Assembléias legislativas estaduais. A partir do AI nº3 dois partidos políticos seriam criados: a Aliança nacional Renovadora, ARENA, de apoio ao governo; e o Movimento

[3] Dentre os políticos cassados destacam-se: 1. Luiz Carlos Prestes, 2. João Belchior Marques Goulart, 3. Janio da Silva Quadros, 4. Miguel Arrais de Alencar, 5. Darci Ribeiro, 7. Waldir Pires, 10. Leonel de Moura Brizola, 28. Celso Furtado, 78. João Doria, 87. Roland Corbisier , 90. Plinio de Arruda Sampaio, 92. Rubens Paiva, (primeira lista); 49) Gregório Bezerra , 51) Nelson Werneck Sodré, 53) Alberto Guerreiro Ramos (quarta lista).

Democrático Brasileiro, MDB, de oposição. (SCHWARCZ E STARLING, 2015) A partir desse momento o ator objeto da presente pesquisa, João Carlos Gastal, ingressaria nas fileiras do MDB, como a maioria dos membros do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB.

Quanto à atuação do MDB e os desdobramentos dela, as palavras de SCHWARCZ E STARLING são esclarecedoras:

> Reuniu o partido em torno do único ponto de consenso – o retorno do país à democracia – e assumiu os riscos de comportar-se como oposição. Entre 1967 e 1968, parlamentares do MDB participaram de protestos, passeatas e greves; subiram à tribuna para denunciar o arbítrio, a perda de direitos, o processo de desnacionalização. O preço foi alto: a edição do AI 5 em 1968, devastou o partido e, numa bancada de 139 parlamentares, sessenta foram cassados. Em 1970, a bancada estava reduzida a 89 deputados. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p.p.458-459)

Em 1968, então, foi publicado o quinto Ato Institucional, completando o quadro da ditadura civil-militar que João Carlos Gastal encontraria em seu retorno à Assembléia Legislativa em 1971. Inclusive em uma de suas primeiras intervenções no plenário vai denunciar e contestar a cassação de 9 deputados estaduais do MDB em 1966, com base nos Atos Institucionais, de maneira que a ARENA passou a ter maioria de deputados no parlamento gaúcho.

João Carlos Gastal exerceu seus mandatos de Deputado Estadual concomitantemente aos governadores do Estado do Rio Grande do Sul Euclides Triches (1971-1975) tendo como vice-governador Edmar Fetter, também pelotense como Gastal e, seu adversário político em Pelotas. E, Sinval Sebastião Duarte Guazzelli (1975-1979) que contava com José Augusto Amaral de Sousa como vice-governador.

Sobre Triches, Maestri escreveu algumas linhas:

> De 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975 governou o Rio Grande do Sul outro ex-militar, Euclides Triches, natural de Caxias do Sul, igualmente designado pelos militares e referendado servilmente pela Assembleia Legislativa, dominada então pela ARENA, partido de apoio a Ditadura, em razão das repetidas

> cassações de deputados oposicionistas. (...) Durante sua gestão, a produção de soja do estado conheceu uma forte expansão, em virtude das boas catações do mercado internacional. Após seu mandato, sob o qual a tortura reinou nos porões dos quartéis e delegacias especializadas na repressão, foi agrassiado com a indicação à presidência da Amazônia Mineração. (MAESTRI, 2010, p.388)

Quanto ao outro governador da ARENA no período analisado, Synval Guazzelli, Maestri assim o define:

> De 15 de março de 1975 a 15 de março de 1979, Sinval Sebastião Duarte Guazzelli (1930-2001) governou o estado, também designado pelos militares. Político profissional, de vocação transformista, militara na UDN antes do golpe e, a seguir, na Arena, que abandonou, espertamente, com Tancredo Neves em 1984, quando sentiu que o regime ruíra, para fundar o partido Popular. Durante seu governo, a expansão da sojicultura sulina chegou ao fim. (MAESTRI, 2010, p.p.388-389)

Sobre o clima que Gastal encontraria na ALERGS, em 1971, o então deputado estadual Pedro Simon, líder do MDB e colega de bancada, resume no seu discurso por ocasião da sessão de instalação da 43ª legislatura – posse dos deputados e eleição da mesa diretora, em 31 de janeiro de1971:

> "Fazer Oposição, humilhante como a que temos vivido neste País, é missão extraordinariamente áspera. Saber onde está o cumprimento do dever, ter a coragem de cumpri-lo, escolher o caminho certo entre as incertezas e as vicissitudes de todos os dias é tarefa árdua. Criticados, muitas e muitas vezes, pelos próprios companheiros que exigem uma atitude mais violenta e mais radical; criticados, muitas e muitas vezes, por alguns que não compreendem que a democracia em país nenhum se conquistou de joelhos. Continuaremos na nossa meta. (SIMON, ATA da Sessão de 31 de janeiro de1971)

Simon também recorda a legislatura anterior que foi impactada pelos Atos Institucionais:

> A Legislatura que passou foi muito difícil para o MDB. Elevamos a Deus nosso desejo de que não apenas para o MDB, mas para todo o povo brasileiro, para todo o povo do Rio Grande do Sul, os quatro anos que haveremos de viver nesta Legislatura sejam de tranqüilidade. de harmonia, de respeito, de cavalheirismo, de democracia.
> Na Legislatura passada nós que começávamos a mesma com 28 Deputados, terminamos com 19 Representantes. Nós que éramos m aioria nesta Casa, ao iniciar aquela Legislatura, terminamos em minoria. Não será num a ocasião festiva como esta que haveremos de analisar, como já o fizemos desta tribuna, as dificuldades que tivemos nas eleições passadas, os dramas que tivemos de

> enfrentar. Não importa se o processo não foi o ideal, o perfeito, como todos nós desejamos. O que importa é que o povo falou e aqui estamos nós, minoria, é verdade, e aqui estamos, inclusive, concorrendo na chapa para a Mesa da Assembléia, sabendo que iríamos perder, ao contrário dos anos de 1969 e 1970 que não concorremos nem comparecemos a esta Casa para escolha da Mesa. É que naqueles anos tínhamos a maioria do povo e esta maioria não se manifestava. (SIMON, ATA da Sessão de 31 de janeiro de1971)

O líder do MDB, na ALERGS, era Pedro Simon, que "nasceu em Caxias do Sul em 1930, formando-se em Direito pela PUCRS. Quando estudante foi presidente da União gaúcha dos Estudantes Secundários e dirigente da UNE. Filiou-se ao PTB e elegeu-se vereador de Caxias do Sul, em 1958, e deputado estadual em 1962." (MAESTRI, 2010, p. 395)

No Rio Grande do Sul a ditadura civil-militar ao impor o bipartidarismo proporcionou consolidação de uma realidade já vivenciada no campo político do estado, quando havia uma polarização expressa na disputa PTB X Anti-PTB, segundo a teorização de Hélgio Trindade (BAQUERO e PRÁ, 2007) Contudo, o arranjo legal do regime militar criou uma série de dificuldades para os trabalhistas que foram se abrigar no MDB. Porém a vida dos antigos quadros do trabalhismo não seria fácil:

> O crescimento do populismo trabalhista foi contido pelo regime militar por meio da reforma partidária e da adoção dos atos de exceção que afastaram do jogo político as principais lideranças nacionais. Ao lado disso, a proibição de eleições para prefeitos (capitais e áreas de segurança nacional ou estâncias hidrominerais) e a indicação de interventores para os municípios da fronteira uruguaia e Argentina, em sua maioria redutos eleitorais do PTB, promoveu profundo desgaste no trabalhismo do estado gaúcho. (BAQUERO e PRÁ, 2007, p.p.82-83)

Em Pelotas a ARENA comandou o Paço Municipal com os seguintes prefeitos: Francisco Lousada Alves da Fonseca (1969- 1973), também conhecido como Chiquinho seu vice-prefeito era Antônio Adolfo Fetter, irmão do vice-governador, e prefeito da cidade (1964-1969), Edmar Fetter; E, Ary Rodrigues Alcântara (1973-1977) com o vice-prefeito Fuad Selaimen.

O prefeito Francisco Lousada Alves da Fonseca contava com um forte apoio na Câmara Municipal de Pelotas, uma vez que a Arena possuía a maior bancada de vereadores, 11 parlamentares em um total de 18 vagas. Eram eles: Carlos Villela, José Karini, Paulo Oliveira, Pedro Bachini Sobrinho, Oscar Pinho, Mansur Macluf, Dario Gastaud Oliveira, Teófilo Galvão, Ervin Tesmann, Teófilo Salomão e Getúlio Lima. A bancada de oposição, constituída pelos vereadores do MDB, contava com 7 parlamentares: Elberto Madruga, Amadeu Weimann, Lélio Souza, Francisco Moraes, Carlos Garcia, Isaias Oliveira, e Sérgio Chim Santos. Os quatro primeiros eram oriundos do velho PTB, assim como João Carlos Gastal.

Ary Rodrigues Alcântara (1973-1977) também contou com uma base parlamentar consistente na Câmara Municipal, durante seu mandato. A Arena contava com 10 vereadores: Mansur Macluf, Erico Pegoraro, Teófilo Salomão, Wolney Castro, Paulo Vieira, José Karini, Francisco Antunes, Pedro Bachini Sobrinho, Dario Gastaud Oliveira e Getúlio Lima. Por outro lado, o MDB possuía 7 vereadores: Mário Holvorcen, Elberto Madruga, Roberto Dias, Pedro Machado Filho, Arion Louzada, Francisco Moraes e Sérgio Chim Santos.

No final dos anos 1970 o MDB já começava a ganhar algumas disputas da Arena e, elegeu Irajá Andara Rodrigues (1977-1983) que tinha como vice-prefeito Arion Louzada. Na Câmara Municipal o MDB fez maioria por um voto ao eleger 11 vereadores: Mário Antônio, Uil Dias, Mário Silveira, Edmundo Wendt, Elberto Madruga, Roberto Dias, Pedro Machado, Paulo Aci, Flávio Coswig, Francisco Moraes e Jocarli Louzada. A ARENA elegeu 10 vereadores ficando em minoria: Teófilo Salomão, Mário Priestch, Rubens

Bachini, Élbio Abreu, Mansur Macluf, Ozy Fogaça, Almiro Buss, Jader Marques Dias, José Karini e Dario Gastaud Oliveira[4]

Visualizar esta correlação de forças na esfera municipal é relevante no sentido de se compreender qual a sustentação política que João Carlos Gastal e seu partido, o MDB, possuíam na cidade de Pelotas. Além de ser possível identificar o tamanho do grupo adversário, a ARENA. Isso tem implicação nas competições eleitorais e no recrutamento dos quadros públicos para a esfera estadual e nacional.

2 Atuação Parlamentar de João Carlos Gastal

Nesta parte do artigo serão apresentadas e analisadas algumas das intervenções de João Carlos Gastal na ALERGS. Como foi informado anteriormente, ele fez mais de 300 intervenções em plenário, o que é um número demasiado elevado para uma exposição em um texto dessa natureza. E, também pelo fato da pesquisa ainda estar em andamento, e nem todos os discursos foram trabalhados adequadamente, apenas alguns destes serão abordados.

Em 31 de janeiro 1971 ocorreu o primeiro enfrentamento entre governo e oposição, ARENA e MDB. A questão envolvia a eleição dos componentes da Mesa que dirigiriam a Assembléia no biênio 1971-1972. Na ocasião votaram cinqüenta deputados e o MDB apresentou uma chapa na disputa contra a ARENA, encabeçada pelo Deputado Carlos Santos, único parlamentar negro naquela legislatura.

Foram realizados dois escrutínios para o cargo de vice-presidente, a pedido do Deputado Pedro Simon, líder do MDB, disputando os dois mais votados no primeiro escrutíneo: o Deputado Hugo Mardini da ARENA que

[4] A relação dos vereadores que compunham a Câmara Municipal de Pelotas nos três períodos abordados foi coletada do jornal Diário Popular de 15/11/82, no acervo da Biblioteca Pública Pelotense; A relação dos prefeitos foi extraída do site do Tribunal Regional Eleitoral do RS.

obteve 25 votos e o Deputado João Carlos Gastal do MDB que obteve 23 votos. Isso ocorreu pois o regimento interno da ALERGS previa duas votações se o candidato mais votado não alcançasse a maioria dos votos. O Deputado Simon interpretou que 25 votos não era a maioria de 50 e, exigiu uma nova votação. No entanto, o novo escrutínio revelou o seguinte resultado: um voto em branco; Deputado Gastal 23 votos e, o Deputado Hugo Mardini recebeu 26 votos tornando-se o vice-presidente da casa. Dessa forma João Carlos Gastal retornava à ALERGS depois de onze anos diretamente envolvido no primeiro enfrentamento entre governo e oposição.

A primeira intervenção de Gastal continha uma referência à eleição do Secretário Geral e do Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, dois gaúchos, Dom Ivo Lorsclieiter e Dom Aloísio Lorscheider. Na ocasião ele fez a Leitura da Mensagem da Fraternidade do Papa Paulo VI, solicitando ainda a inserção nos Anais da Assembléia Legislativa, da entrevista de Dom Ivo à "Fôlha da Tarde", e da mensagem do Papa Paulo VI: "*Amados filhos do Brasil*".

Gastal procurava vincular as mensagens dos clérigos católicos à linha e a orientação do Movimento Democrático Brasileiro. Logo, se tratava de um artifício para encontrar legitimidade nos valores religiosos e culturais da sociedade da época, com vistas a enfrentar o regime autoritário e reclamar a volta do regime democrático.

O ano de 1971 foi especialmente duro para os opositores do regime militar, muitos assassinatos e desaparecimentos aconteceram naquele ano. Que coincidiu com o Milagre Econômico e, foi logo após a vitória da seleção brasileira na Copa de 1970. Logo nos primeiros meses de 1971 aconteceu um caso sombrio, que atualmente é objeto de investigações da Comissão Nacional da Verdade, que trata dos desaparecimentos de pessoas durante a ditadura civil-militar brasileira, a morte do educador Anísio Teixeira.

Em 16 de março João Carlos Gastal lamentava a morte trágica do Professor Anísio Teixeira e, apresenta Requerimento de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre brasileiro. Isto demonstra a atenção que Gastal dedicava aos fatos nacionais ligados à ditadura e à educação.

Em 1971 o educador Anísio Teixeira concorria à vaga da Academia Brasileira de Letras, ABL, iniciando uma série de visitas aos membros da mesma. Na ocasião da visita ao lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda, Anísio desapareceu. Sua família foi informada pelos militares de que ele se encontrava detido.

Dois dias depois seu corpo foi encontrado no fosso do elevador do prédio de Aurélio, no Rio de Janeiro. Seu corpo não tinha sinais de queda, nem hematomas que a comprovassem. A versão oficial foi de que sofreu um acidente no dia 14 de março de 1971.[5]

Em um Encontro do Diretório Regional do MDB – na verdade Diretório Estadual do MDB do Rio Grande do Sul – foi tomada a decisão do partido indicar como Líder da Oposição, na Assembléia Legislativa, o deputado estadual João Carlos Gastal. Segundo Pedro Simon "que pela sua cultura, pela sua inteligência, pelo seu discernimento e pelo seu passado, reúne todas as condições para desempenhar este cargo, estará falando em nome da Oposição nesta Casa e neste recinto." (SIMON, ATA da Sessão de 19 de março de 1971)

Dentre o variado elenco de temas enfrentados por João Carlos Gastal cabe mencionar de maneira sintética: * luta pelo restabelecimento do estado de direito; * Denúncia da "mutilação do poder Legislativo", com a cassação de nove deputados do Movimento Democrático Brasileiro em 1966; * Menção a Hélio Bicudo, agente do Ministério Público, que promoveu a

[5]Matéria sobre a morte trágica do Professor Anísio Teixeira http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-03/professor-diz-que-anisio-teixeira-pode-ter-sido-morto-por-torturadores

responsabilização criminal de policiais pertencentes ao chamado "Esquadrão da Morte"[6], em 20 de março de 1971. * Critica aos Atos Institucionais que tiveram grave efeito sobre a República brasileira; * Defesa do Banrisul; Defesa da Petrobras (o Estado do Rio Grande do Sul possuía ações da empresa); Condena sobre a venda das ações da PETROBRAS pelo Estado do Rio Grande do Sul;

Gastal foi um quadro do trabalhismo defensor do legado de Getúlio Vargas, foram freqüentes suas referências a essa tradição. Durante os quatro anos em que liderou a oposição dói o proponente da Sessão solene em homenagem a memória do presidente morto em 1954.

Naquele 19 de abril de 1971, João Carlos Gastal fez o discurso em nome da Casa, expressando a homenagem à memória do ex-Presidente Getúlio Vargas. Muitos deputados da ARENA se retiravam do plenário na ocasião.

Um trecho da homenagem de Gastal a Getúlio Vargas:

> Atingindo o poder à frente de um a Revolução Getúlio Vargas não conseguiu, graças à resistência conservadora, alcançar plenamente os objetivos que estruturaram aquele movimento. Buscou o ponto de harmonia e entendimento entre capital e trabalho, com a criação em 3 de novembro de 1930 do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seguido, pouco depois, da sindicalização profissional, até então -letra morta, estaca zero de partida para arregimentação das classes (GASTAL, ATA da Sessão de 19 de abril de 1971)

Por outro lado, os deputados da ARENA, promoviam sessão solene, anualmente, para homenagear o "Movimento Revolucionário de 31 de

[6] Hélio Bicudo Bacharel em ciências jurídicas e sociais, em abril de 1947 torna-se promotor público. Em junho de 1970 foi indicado pelo Colégio de Procuradores de São Paulo para apurar as atividades criminosas da organização parapolicial chamada *Esquadrão da Morte*. Um dos acusados de envolvimento com a organização criminosa foi o delegado Sérgio Fleury, violento repressor das organizações clandestinas de esquerda na década de 1970. Em 1976 Hélio Bicudo lançou o livro *Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte,* publicado pela Arquidiocese de São Paulo CPDOC | FGV acessado em 29/10/2018 http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-pereira-bicudo

março de 1964" e, por sua vez, os deputados estaduais da bancada do MDB não permaneciam no plenário na ocasião, devolvendo a gentileza.

Resultados parciais da pesquisa & Considerações Finais

Embora a pesquisa sobre a atuação de João Carlos Gastal ainda esteja em desenvolvimento, é possível traçar algumas considerações parciais sobre o assunto. Desde seu retorno à Assembléia Legislativa em 1971, Gastal foi reconhecido como importante liderança do MDB, pelo seu histórico e por sua intervenção qualificada.

Nas primeiras semanas de atuação, na 43ª legislatura, foi indicado como Líder da Oposição durante todo mandato de 1971-1974. Posteriormente, foi o nome escolhido pelo MDB para presidir a ALERGS no biênio 1975-1976. Foi um parlamentar que utilizou intensamente a tribuna para fazer oposição ao governo Euclides Triches, e aos governos militares da ditadura civil-militar brasileira. Diminuindo, contudo, sua presença em plenário no governo Synval Guazzelli.

Foi defensor do legado trabalhista de Getúlio Vargas. Clamou pela redemocratização do Brasil e pela reconstituição do Estado Democrático de Direito. Defendeu a manutenção e valorização do patrimônio público estadual e nacional, já objeto de conflito com os setores mais conservadores do parlamento, que desejavam transferir para a iniciativa privada as empresas públicas e os bancos estatais. Criticou e clamou pela extinção dos Atos Institucionais, sem temer as represálias muito corriqueiras na época, demonstrando ser um parlamentar de coragem. Foi um expoente da oposição e do Movimento Democrático Brasileiro no exercício de seus mandatos.

Em 1978 João Carlos Gastal concorreu a um mandato de Deputado Federal, pelo MDB do Rio Grande do Sul. Conquistou 24.578 votos, contudo,

a votação não foi suficiente para ser eleito, ficando com a 25ª colocação na legenda do seu partido.

Dessa forma Gastal encerrava sua careira política, no que se refere ao exercício de mandatos eletivos. Ainda ajudou Leonel Brizola, Sereno Chaise, Alceu Collares e Getúlio Dias a fundar o Partido Democrático Trabalhista, quando a reforma eleitoral permitiu o pluripartidarismo. No ano de 1982 concorreu pela última vez a um cargo eletivo, a saber, prefeito de Pelotas pelo PDT. Obteve 9.365 votos e ficou na 4ª colocação, o eleito foi Bernardo Olavo Gomes de Souza do PMDB. João Carlos Gastal faleceu 4 anos depois, em 1º de maio de 1986 em decorrência de doença pulmonar, em Porto Alegre.

Referências

ALTMANN, C. **O contexto multipartidário em Pelotas-RS (1979-1982):** atores, expectativas e disputas. Pelotas. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas, 2007.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Atas das Sessões e da Mesa Diretora (01/01/ 1971 – 31/12/ 1978) - Corresponde as 43ª e 44ª Legislaturas a partir da Constituição de 1947

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Disponível em < http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais> . Acesso em 28/10/2018.

BAQUERO, Marcelo, e PRÁ, Jussara Reis. A Democracia Brasileira e a Cultura Política no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

BARRETO, A. 2007a. Mapeamento da distribuição de cadeiras de vereador em Pelotas (RS), entre os partidos políticos, conforme as eleições do período 1982-2004. Pelotas : UFPel.

BARRETO, A. / ALTMANN, C. PT, PMDB e PP em Pelotas (1979-2004): vidas paralelas. Anais do 1º Seminário de História Regional. Passo Fundo : UPF, 2007 [www.anaisshr.heinsfeld.com/files/cristinaaltmannalvarobarreto.pdf]

_____. A Construção das novas identidades partidárias em Pelotas (1979-1982), a partir do relato das lideranças. Anais do IX Encontro Nacional de História Oral. São Leopoldo :ABHO, 2008 [CD-Rom]

_____. 2008. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). Pelotas: UFPel.

BICUDO, Hélio Pereira. Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRANDALISE, Carla e HARRES, Marluza Marques. O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964). Porto Alegre, Editora Oikos e Editora da Unisinos, 2018.

CPDOC | FGV • Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. acessado em 29/10/2018 http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/

FAUSTO, Bóris. A História do Brasil.14 ed. ampl. E atual. São Paulo. Edusp.2013.

GRILL, Igor Gastal. "Bases Sociais e Intérpretes da Tradição Trabalhista no Rio Grande do Sul". In : *Dados.* V.48, n.º 3, 2005 (pp.525-556)

MAESTRI, Mário. Breve História do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2010.

MAGALHÃES, Mário Osório. **João Carlos Gastal (1914-1986)**. In: http://www.pelotas13horas.com.br/texto/menu--especiais--grandes-do-bicentenario acessado em 28/10/2018.

O significado do souvenir para o turista

LEOTI, Alice[1]
PEREIRA, Lucimari Acosta[2]

Introdução

O turismo é considerado um fenômeno social, tem-se a compreensão que o mesmo é marcado pelas relações de consumo onde são a criação de valor para um destino turístico é dada. O consumo dentro contexto do fenômeno turístico turismo inicia antes mesmo do deslocamento do indivíduo, uma vez que as passagens e muitas vezes o meio de hospedagem são reservados e pagos antecipadamente.

"O souvenir é um produto diretamente relacionado à atividade turística, pois o consumo destes bens faz parte da experiência de muitos turistas" (HORODYSKI, MANOSSO e GÂNDARA, 2013, p. 130). Compreende-se que a estada do turista na destinação turística leva ao mesmo a uma diversificada gama de opções de consumo, e dentre elas está o souvenir. Tendo em as premissas teóricas, que permeiam a justificativa deste trabalho, tem-se como objetivo compreender como o souvenir é consumido pelo turista. Para chegar a este entendimento fez-se uma breve revisão bibliográfica acerca de turismo, souvenir e memória. Buscou-se uma aproximação com o consumidor de souvenirs através de uma pesquisa quantitativa configurada em de uma pesquisa *survey* que foi aplicada na rede social facebook.

Denota-se que a técnica de pesquisa utilizada para coleta de dados foi *Snowball,* "esta é uma técnica de levantamento de dados, utilizada em pesquisas sociais, nas quais os participantes indicam outros participantes de forma contínua e sucessivamente, até que seja alcançado um nível de

[1] UNIPAMPA. Bacharela em Turismo, Especialista em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional, Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural. aliceleoti@hotmail.com
[2] FURG. Bacharela em Turismo Binacional, Mestra em Turismo e Hotelaria. lucimari.svp@gmail.com

saturação. Em relação a análise de dados utilizou-se o software excel e o site com a ferramenta de fazer a frequência das palavras https://www.wordclouds.com/.

Nesta pesquisa, os participantes foram questionados sobre a representação do souvenir. Foram realizadas algumas perguntas que tinham como escopo identificar o significado do souvenir para o turista bem como seu perfil sociodemográfico.

O significado e representação do souvenir

De acordo com Machado e Siqueira (2008) a palavra "souvenir" tem sua origem na língua francesa e significa o ato de "lembrar". Tal afirmação pode ser confirmada quando se verifica no dicionário Larousse (2008) a tradução do termo que expõe o substantivo masculino "lembrança" e o verbo nominal "lembrar-se" associado à preposição "de". E, segundo, o Google tradutor (2018) a palavra "souvenir" pode ser traduzida por memória.

Na concepção de Gordon (1986 *apud* HORODYSKI; MANOSSO; GÂNDARA, 2013) existem diversas tipologias de souvenir: Produtos Pictóricos – aqueles que apresentam imagens do destino, exemplo: postais, folhetos, folders e outros; Réplicas e Ícones – geralmente as miniaturas de monumentos, prédios e obras de arte; Produtos com marca – que contenham a marca e/ou nome do destino; Objetos *"piece-of-the-rock"* – Objetos de caráter natural em seu estado bruto, ou manufaturados; Produtos Locais – que se subdividem em: Arte, Artesanato, Arte Folclórica, Produtos Alimentícios e Vestuário que fazem alusão ao destino visitado ou que componham uma espécie de grife do destino.

Deste modo, entende-se como souvenir qualquer objeto/produto adquirido e/ou coletado pelo indivíduo durante a sua viagem. Segundo Horodyski (2014, p.77), "Gordon (1986) qualquer produto que o turista leve

como lembrança é um souvenir do destino turístico, mesmo que se este produto não seja local, pois, para ele, se o turista tiver interesse em autenticidade, ele vai procurar por produtos locais". Assim, o souvenir assume um papel de representar determinado destino aos olhos do turista.

Compreende-se, que o souvenir é um objeto de consumo, que faz lembrar verifica-se que ele tem uma representação mental de experiências já vividas e/ou lugares visitados. Ao despertar memórias, o souvenir traz consigo sentimentos associados a tais momentos, que podem ser sensações boas ou ruins, que vão variar de acordo com as interações ocorridas durante a viagem. De acordo com Machado e Siqueira (2008, p. 6), o souvenir "evoca sentimentos experimentados pelos turistas nas viagens, como aqueles que emergiram em suas interações com os moradores, ocorridas, por exemplo, durante as compras".

O souvenir "é um signo e/ou um símbolo. Nesse sentido, estamos diante de uma construção social cuja convenção, operada também pela tradição, relaciona um significante a um significado e os atores que jogam o jogo dessa operação" (MACHADO; SIQUEIRA, 2008, p.5). O souvenir, bem como o patrimônio cultural e a memória social, passa por processo de seleção do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Nesse contexto, a comunidade receptora determina para o turista através do souvenir o que ele deve rememorar sobre a sua cidade, pois no entendimento dos moradores tais atrativos/bens culturais que possuem a capacidade de retratar a história e cultura local.

Tal aptidão do souvenir para demonstrar a história e a paisagem do lugar visitado torna-o também um objeto que confere *status* ao seu possuidor. Os elementos presentes nele proporcionam a identificação, diferenciação e posicionamento do sujeito, neste caso o turista, ao grupo social está inserido. Reis (2008, p. 7 *apud* PAULA, 2016, p. 49) afirma que o souvenir "proporciona

ao turista a conquista de um *status* social destacado, e é ele também que torna esses objetos [os *souvenirs*] tão atraentes. O fato de ser "diferente" ou de ter vindo "de longe" aumenta o valor simbólico desses elementos". Assim, quanto maior a quantidade de souvenirs, quanto mais destinos/souvenirs colecionados, e maior distância de origem do souvenirs, maior será o *status* que ele dará ao possuidor. Permitindo deste modo, que seu dono seja intitulado de "culto e viajado".

Souvenir: objeto de consumo e suporte de memória

Nas sociedades de países capitalistas, como o Brasil, as necessidades humanas (básicas, segurança, sociais, estima e autorrealização) muitas vezes estão pautadas nas relações de produção e consumo, frequentemente são consideras artificias e supérfluas. Sendo assim, pode-se entender que o "consumo é parte integral da vida humana; ocorre em toda e qualquer sociedade" (MACHADO; SIQUEIRA, 2008, p.3).

O souvenir é complexo, pois tem como uma de suas funções entrelaçar pessoas, lugares e significados, emocionais da viagem (SCHILAR; KESKITALO, 2018). O turismo enquanto fenômeno presente nas sociedades capitalista não foge a esta lógica de consumo, seja ele de bens materiais (prédios, monumentos, entre outros) ou de imateriais (folclore, manifestações culturais, danças, gastronomia). Cabe aqui salientar, que o souvenir tem a capacidade de reproduzir a cultura material e imaterial de um destino, e assim, torna-se produto passível de consumo e que aponta a autenticidade de um destino por meio da cultura, representando assim sua identidade (TORABIAN; ARAI, 2016)

O consumo turístico do souvenir se dá pelo desejo de materializar a experiência imaterial vivenciada no destino, uma vez que transforma o intangível (experiência) em tangível (souvenir), o consumo é considerado um

componente integral da experiência de viagem de uma pessoa e podem representar uma proporção significativa dos gastos totais com viagens (KONG; CHANG, 2016). Pode-se dizer, ainda, que o souvenir é a representação material de um vínculo estabelecido entre visitante e visitado.

O souvenir também é uma prova tangível de que o possuir dele visitou determinado destino ou tem amigo/familiar que o presenteou com tal lembrança de viagem (CRUZ, 2012). E, é também uma forma de prolongar a experiência turística vivida. Além de ser parte constitutiva da relação morador/turista, mesmo que tal relação seja meramente comercial.

Frequentemente os pontos de comercialização de souvenir são encontrados dentro de atrativos turísticos ou nas suas proximidades, já que o seu principal público-alvo é formado por turistas e moradores locais que estão visitando os atrativos turísticos. A comercialização de souvenir, de acordo com Schlüter (1998 *apud* HORODYSKI 2014, p.85), constitui uma indústria de recordações/memórias que faz uso de bens culturais materiais e imateriais como objeto de venda, uma vez que os transforma em produtos turísticos.

De acordo com Bergson (1999) a memória é o reconhecimento de coisas, ações, pessoas, lugares, sons e odores. Ela está localizada no subconsciente e não é útil no presente momento, mas que pode vir a ser utilidade e assim ser constantemente lembrada. Já o sociólogo Halbwachs (1990) no seu livro póstumo “A memória coletiva” afirma de que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, uma vez que todas as lembranças são formadas no interior de um grupo. Halbwachs afirma que as memórias podem ser reconstruídas e/ou simuladas a partir da experiência em grupo. Assim, podemos criar representações de um passado a partir das percepções de outros indivíduos, ou seja, uma imagem é ligada a outras imagens. As lembranças são formadas a partir de molduras sociais e o fato

de lembrar não pode ser considerado reviver o mesmo e sim uma reconstrução.

Nesse contexto, nota-se que o souvenir é um elemento que produz mensagens poderosas, capaz de fazer relação com passado e futuro, é um elemento de memória e de comunicação ao mesmo tempo, e a comunicação permite que o destino seja promocionado pelo mesmo (GOINGS, 2001).

Discussão da pesquisa

Esta seção tem por finalidade fazer uma análise descritiva dos resultados. Quanto a caracterização da amostra 171 (74,7%) são do sexo feminino, 56 (24,5%) são do sexo masculino e 2 (0,8) são não binários, com um total de 232 respondentes. A pesquisa mostra uma tendência maior a responder o questionário as pessoas do sexo feminino.

No que tange a idade dos respondentes 1 (0,4%) tem menos de 18 anos, 55 (23,7%) tem entre 18 e 25 anos, 78 (33,6%) tem entre 26 a 35 anos, 65 (28, %) tem entre 36 a 50 anos, 33 (14,2) tem entre 51 a 64 e 1 (0,4%) tem mais de 65 anos. A amostra se mostrou no geral bastante jovem com uma porcentagem alta de respondentes entre 18 e 25 e 26 a 35 anos.

Quanto a escolaridade, 1 (0,4%) tem ensino médio incompleto, 6 (2,6 %) tem ensino médio completo, 54 (23,3%) tem ensino superior incompleto, dos respondentes 81 (34,9%) tem ensino superior completo, 70 (30,2%) tem pós-graduação, 20 (8,6%) tem doutorado. Nota-se que o nível de escolaridade dos respondentes é alta a maioria se destaca entre nível de escolaridade de nível superior incompleto e superior completo.

Em relação a renda, 67 (29,6%) ganham de 1 a 3 salários mínimos, 59 (26,1%) 3 a 5 salários, 67 (29,6%) ganham de 5 a 10 salários, 20 (8,8%) ganham de 10 a 15 salários mínimos e 13 (5,8%) ganham mais de 15 salários. O resultado aponta que a amostra tem uma faixa de renda razoável e que permite a compra de souvenir.

No que tange o motivo da compra do souvenir o 147 (63,4 %) compraram para si mesmos e 85 (36,6%) compraram para presentear. O resultado mostra que o turista no geral compra o item para si mesmo, dando a ideia de satisfação própria.

Em relação a pergunta Qual destino turístico você visitou e fez compra de um souvenir?, destacaram-se destinos brasileiros como Foz do Iguaçu, Gramado, Florianópolis, Porto Alegre e Rio de Janeiro já no que tange destino internacionais destacaram-se Uruguai e Argentina. Este resultado mostra que os respondentes visitaram diversos lugares, com um destaque maior para o turismo doméstico no Brasil.

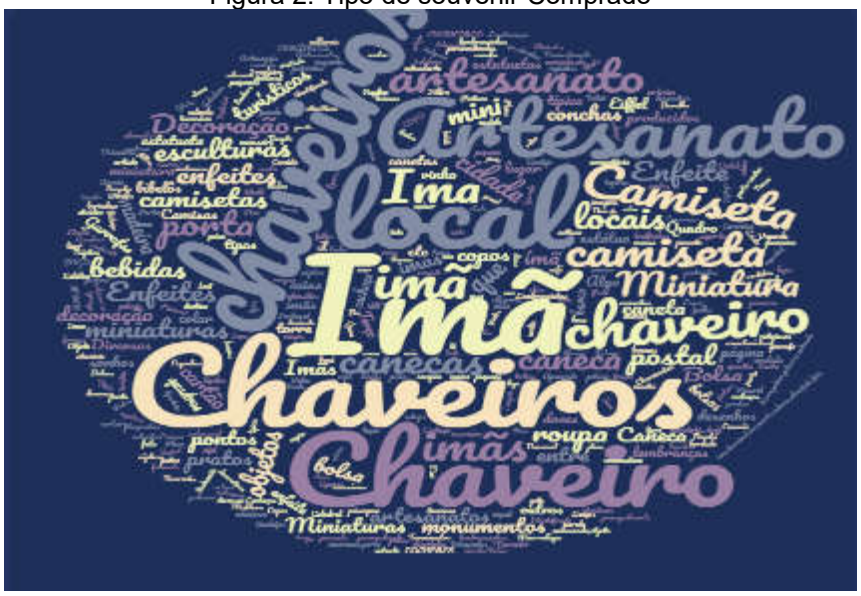
Figura1: Destino turístico mais visitado

Fonte: Pesquisa survey, 2018.

No que tange o tipo de souvenir comprado conforme nuvem de palavras da figura 2, destacaram-se os souvenirs como o ima de geladeira remetendo a status quando a pessoa quer mostrar os lugares que foi, outro são os chaveiros seguido dos artesanatos locais. Denota-se que estes itens

geralmente têm baixo custo para compra e são lembranças fáceis de carregar, mas este dado também confirma a teoria de Machado e Siqueira (2008), que apontam o consumo por status na sociedade capitalista.

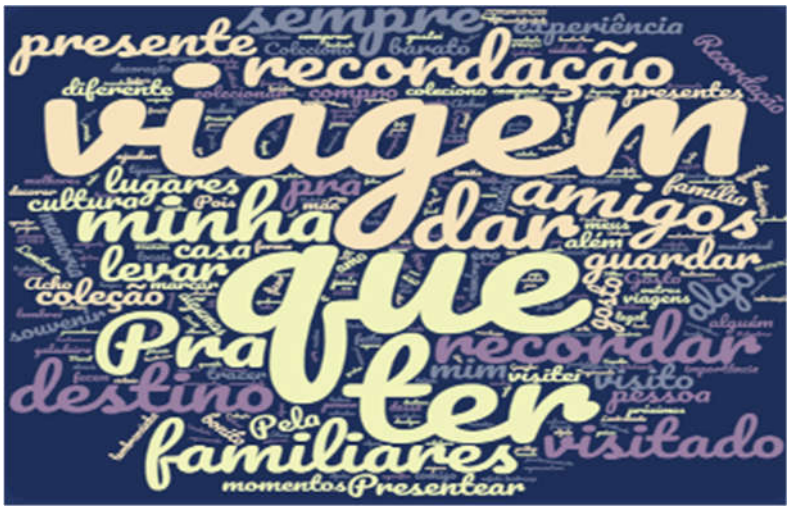
Figura 2: Tipo de souvenir Comprado



Fonte: Pesquisa survey, 2018.

Em relação ao motivo de compra do souvenir, na nuvem de palavras se destacaram as palavras recordação, viagem, dar para amigos e familiares. Isto demonstra um significado afetivo, tendo em vista a intenção de presentear a família ou amigos, além da lembrança da viagem, que serve como uma motivação de compra. Esses resultados reafirmam o discurso de Schilar e Keskitalo (2018), que falam das questões dos aspectos cognitivos do souvenir quando e das reações complexas que os mesmos têm entre visitante e destino.

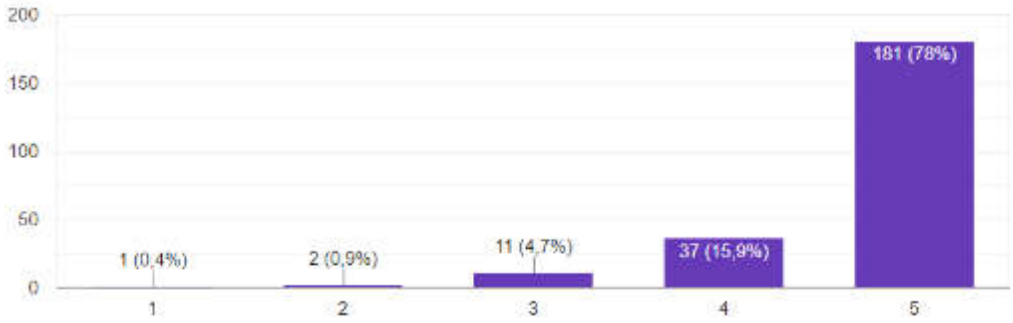
Figura 3- Por quê você comprou um souvenir?



Fonte: Pesquisa survey, 2018.

Em relação a associação do souvenir comprado com o destino o gráfico 1 mostra que sim que a maioria dos respondentes compraram o souvenir por haver associação com o destino da viagem. Mostrando assim que é de importância para o turista o souvenir ter relação identitária com o destino como já apontado por Horodyski (2014) e Torabian e Arai (2016) que versam sobre relações do souvenir com a identidade e autencidade do destino.

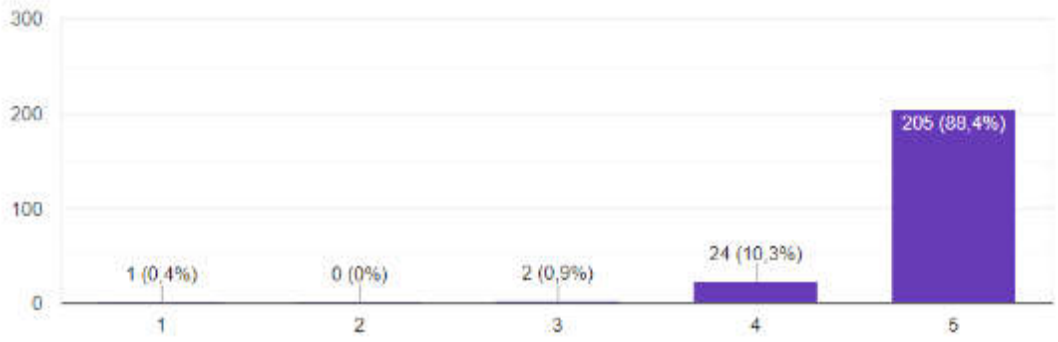
Gráfico 1- Associação do souvenir com o destino.



Fonte: Pesquisa survey, 2018.

No que tange o souvenir para lembrar o destino da viagem, o souvenir mostra-se um produto de mercado eficiente, mexendo com imaginário do viajante e com suas emoções tendo em vista que traz a tona recordações das vivencias, como já apontado nos estudo de Schilar e Keskitalo (2018) que falam da importância do souvenir na criação do imaginário e de como ele representa as vivencias do turista.

Gráfico 2- Souvenir ajuda na lembrança do destino visitado.

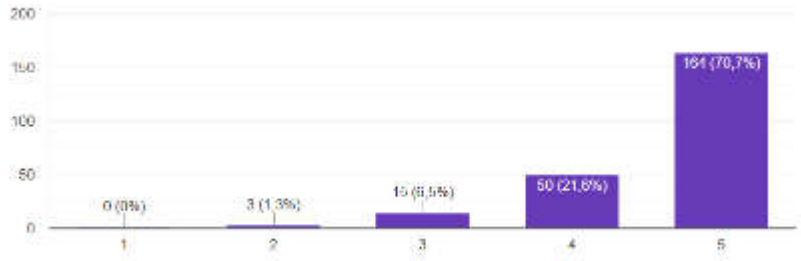


Fonte: Pesquisa survey, 2018.

Em relação a variável o souvenir faz lembrar da viagem do gráfico 4, nota-se que a maioria dos respondentes consideram que o souvenir é um elemento de memória das vivencias da viagem, o que demonstra a importância do mesmo para as pessoas em termos emocionais, mas não distante vem a importância já dita por Goings (2001) que aponta para a compra não apenas como um elemento de memória, mas de promoção do destino turístico como já apontado por Kong e Chang (2016) e demostrado como uma tendência neste estudo.

.

Gráfico 4- o souvenir faz lembrar das vivencias



Fonte: Pesquisa Survey, 2018.

Os resultados mostram que o souvenir é um elemento de identidade e de cultura importante na formação e consolidação da imagem de um destino sendo capaz de mexer com as emoções e memorias dos turistas.

Considerações finais

A pesquisa no geral responde ao objetivo, mostra que o souvenir, na visão do turista, é sim um elemento com significado importante, ligado as vivencias e as memórias a experiência turística no destino visitado. Os achados desta pesquisa, ainda que embrionária, apontam que o souvenir é um elemento que de memória, tendo grande valor para o turista. Este valor, nesta pesquisa, foi compreendido como elemento de memória que é capaz de promocionar o destino turístico, podendo assim ser utilizado também como uma estratégia de marketing para destinações turísticas uma vez que tem impresso em si a identidade da destinação.

Em relação às contribuições científicas, este estudo de caráter generalista no que tange o objeto de estudo souvenir, visa contribuir para que os estudos avancem mais por meio deste trabalho. Quanto às contribuições gerenciais, versa-se que o gestor identificando o souvenir como elemento de cultura e de identidade precisa se ater a valorização dos souvenirs, principalmente aos que são feitos por artesãos locais, e que trazem retorno para as comunidades.

Como limitações de estudo aponta-se que a pesquisa foi transversal e não longitudinal. Outra limitação é a aplicação de pesquisa survey que não possibilita um aprofundamento dos dados. Desta forma sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas nesta temática, abordando os temas de diversas formas e com vários escopos.

Referências

BERGSON, Henri. **Matéria e memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. Patrimonialização Do Patrimônio: Ensaio Sobre A Relação Entre Turismo, Patrimônio Cultural E Produção Do Espaço. **GEOUS**P - **Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

GOINGS, K. Aunt Jemima and Uncle Mose Travel the USA: The Marketing of Memory Through Tourist Souvenirs. **International Journal of Hospitality & Tourism Administration**, [s. l.], v. 2, n. 3/4, p. 131, 2001

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva.** Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HORODYSKI, Graziela Scalise. **O consumo na experiência turística:** o caso dos *souvenirs* no destino Curitiba-PR. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia. Curitiba, 2014.

HORODYSKI, Graziela Scalise; MANOSSO, Franciele Cristina; GÂNDARA, José Manoel. Conceitos e abrangência do Souvenir na Dinâmica do Espaço Turístico: O Caso de Curitiba-PR. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, Vol. 15 - nº 1 - p. 130–143 / jan-abr 2013.

KONG, W. H.; CHANG, T.-Z. (Donald). Souvenir Shopping, Tourist Motivation, and Travel Experience. **Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism**, v. 17, n. 2, p. 163–177, 2016.

MACHADO, P. S.; SIQUEIRA, E. D. (2008). **Turismo, consumo e cultura:** significados e usos sociais do suvenir em Petrópolis-RJ. Revista Contemporânea, 1(10), 2-18.

PAULA, Tauana Macedo. **A economia criativa analisada na produção do *souvenir* gastronômico:** um estudo sob o viés cultural. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2016.

SCHILAR, H.; KESKITALO, E. C. H. Elephants in Norway: Meanings and Authenticity of Souvenirs from a Seller/Crafter Perspective. **Tourism Culture & Communication**, v. 18, n. 2, p. 85–99, 2018.

TORABIAN, P; ARAI, S. M. Tourist perceptions of souvenir authenticity: an exploration of selective tourist blogs. **Current Issues in Tourism,** [s. l.], v. 19, n. 7, p. 697–712, 2016.

WILKINS, H. Souvenirs: What and Why We Buy. **Journal of Travel research**, 50(3), 239–247, 2011. https://doi.org/10.1177/0047287510362782.

Jarid Arraes: Intelectual negra, feminista e artista

Eliane Goulart Mac Ginity[1]

A Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino de história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas de educação básica do Brasil. Para pôr isto em prática o Conselho Nacional de Educação, através do Parecer 03/2004, estabeleceu as diretrizes para nortear as práticas para tal nas salas de aula. Uma das orientações refere-se às atividades com biografias de personagens históricas negras. Tomei esta premissa e as obras da feminista negra e cordelista Jarid Arraes, especificamente, "Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis" como ponto de partida para a escrita deste trabalho. A escolha por esta artista e ativista do Movimento Negro está relacionada ao seu objetivo de utilizar seus cordéis e livros nas escolas como instrumentos de empoderamento do povo negro, combate ao racismo e divulgação da cultura e história negras. Além disso, pelo fato de seus posicionamentos basearem-se no feminismo negro.

Jarid Arraes nasceu em 14 de fevereiro de 1991 em Juazeiro do Norte, no estado do Ceará. Filha e neta de cordelistas teve sua infância e adolescência rodeada pela literatura de cordel e pela poesia. Sendo a leitura muito presente em sua vida, com o tempo deu-se conta de que tinha pouco conhecimento e contato com escritoras. Diante disso, passou a pesquisar sobre essas mulheres e em seguida, ao constatar a ausência de mulheres e de personagens negras na história e em outros espaços da sociedade ampliou e aprofundou seus estudos tendo estas agora como centro de suas investigações.

> Em toda a minha vida, só ouvira falar de Dandara dos Palmares quando uma amiga a mencionou em uma de suas falas para uma mesa de debates. Até então, e eu já havia passado por muitos anos de escola, ensino médio e universidade, em nenhum outro

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Ensino de História, eliane.macginity@hotmail.com.

> momento tinha escutado qualquer menção a respeito de Dandara. Fiquei curiosa e senti a necessidade de conhecer mulheres negras que pudessem servir de inspiração e espelhos para mim. Decidi pesquisar mais sobre essa guerreira, mas não me surpreendi quando percebi que o material a seu respeito era escasso e de difícil acesso (ARRAES, 2016, p. 14).

Jarid publicou mais de 60[2] cordéis, divididos nas seguintes categorias: Heroínas Negras do Brasil (20 cordéis, dos quais 15 compõem o livro analisado), Cordéis Infantis (em número de 10), Lendas da África (5), Questões de Gênero (9), Questões Raciais e de Gênero (8) e Cordéis LGBT (4). Além desses, alguns cordéis são definidos em Outros Temas (4), mas que também estão inseridos nas questões de gênero e racismo. Segundo Jarid, a escolha destes temas está relacionada ao fato da literatura de cordel abordar mulheres, negros e LGBTs ofensivamente. Contudo, o próprio cordel é uma grande fonte de informação e tem o potencial de outras representações para esses grupos (ARRAES, 19 fev. 2015). Seu primeiro cordel, “Dora, A Negra e Feminista”, escrito em 2014, possui um tom autobiográfico:

> “(...) fala sobre uma personagem que cresceu sofrendo com o racismo e o machismo e, mas que se sentiu inspirada por grandes mulheres negras de nossa história, entrou na universidade pelas cotas raciais e conquistou um final feliz. Na verdade, Dora é muito de mim e de incontáveis outras negras que escrevem e relatam suas experiências de vida” (ARRAES, 19 fev. 2015).

Segundo Helô D’Angelo, Jarid tomava a literatura como uma atividade de homens, pois suas referências eram masculinas, isto é, o contato que tinha com livros e poemas e os próprios cordéis, foram escritos por homens. Assim, sentia-se incapaz de escrever (D’ANGELO In: ARRAES, 15 mai. 2017). Além disso, o cordel é em sua maioria escrito por homens. É interessante inserir aqui o que a filósofa estadunidense *bell hooks* fala sobre a produção intelectual das mulheres negras. Em primeiro lugar, ela constatou que quando se fala em intelectualidade negra, o que aparece são escritores e

[2] 60 cordéis publicados até março de 2018 e disponíveis em sua página na internet.

pensadores homens e, em segundo lugar, que as mulheres negras que frequentam a academia não conhecem seus próprios pares (hooks, 1995, p. 466).

A autora busca no sexismo e no racismo as razões para a mulher negra abster-se da produção intelectual. Inicia-se com uma representação universal da mulher negra como sendo sua condição de existência servir aos outros, através do sexo, com a construção da ideia de uma hipersexualização, como forma de justificar os estupros do período colonial, e da figura da mãe-preta, aquela que amamenta, cuida e zela. Essa mesma lógica também perpassa as relações familiares, pois ela está destinada a servir devotadamente à família. Ela tem que estar sempre presente. Desta forma, as atividades individuais, como pensar, ler e escrever são tidas por elas mesmas como algo egoísta, pois toda essa construção social foi sendo internalizada por séculos (hooks, 1995, 468-470).

> A gente escreve sozinha em geral passando muito tempo isolada. Muitas vezes é difícil manter um senso de compromisso com a comunidade. As negras que foram socializadas para desvalorizar ou se sentir culpadas em relação ao tempo passado longe dos outros as vezes não conseguem reivindicar ou criar espaço para a escrita solitária. Isso se aplica especialmente as negras que são mães (hooks, 1995, 468-471).

Jarid rompeu com essa lógica e além de seus cordéis publicou, em 2016, de forma independente seu primeiro livro “As lendas de Dandara”, que conta através da literatura fantástica a história da guerreira palmarina. Os dez contos que compõem o livro trazem vários aspectos da cultura afro-brasileira, como a oralidade, a religião de matriz tradicional africana e os costumes alimentares. É evidente na obra a positivação e valorização da cultura e do povo negros. Dandara é uma feminista, pois não aceita o papel que lhe caberia no quilombo em razão de seu gênero, é uma corajosa guerreira, grande e respeitada líder. Seu relacionamento com Zumbi é diferente daquilo que tradicionalmente se fala. Dandara não é apenas a companheira, no

sentido de esposa, sua relação extrapola o romance. Ela divide a liderança de Palmares com ele, é ela quem traça as estratégias e lidera as investidas para libertar os irmãos.

A segunda obra de Jarid Arraes, “Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis”, saiu do prelo, pela editora Pólen, no primeiro semestre de 2017 e ao final deste mesmo ano já se encontrava na terceira reimpressão. O livro compila as histórias de quinze heroínas negras do Brasil através da linguagem poética e da métrica característica do cordel. Todas as narrativas, de seis estrofes e seis páginas exatas, o que demonstra o domínio dessa arte pela autora, são precedidas de uma ilustração de Gabriela Pires, que trazem a imagem das protagonistas e que ocupam o espaço de duas páginas. Ao final de cada cordel encontra-se, em prosa, um resumo da vida daquelas brilhantes mulheres. A organização de suas histórias no livro segue a ordem alfabética e não a cronológica. O livro transita em quase quatrocentos anos da história nacional, dos séculos XVII ao XX e traz mulheres de diferentes regiões e com diferentes atuações.

Diante do espaço e do objetivo deste texto, bem como da complexidade da obra, não irei falar sobre os cordéis individualmente, apenas expus quem são as protagonistas do livro e como estrutura-se cada poema e a partir de alguns trechos dos cordéis analisei o pensamento da autora. Oportunizando, desta forma, contribuir para o uso deste tipo de material nas aulas de história.

Antonieta de Barros, Aqualtune, Carolina Maria de Jesus, Dandara, Esperança Garcia, Eva Maria do Bonsucesso, Laudelina de Campos, Luisa Mahin, Maria Filipa, Maria Firmina, Mariana Crioula, Na Agontimé, Tereza de Benguela, Tia Ciata e Zacimba Gaba são as heroínas de Jarid. Os 15 cordéis possibilitam conhecer a vida dessas mulheres desde o começo ou das primeiras informações a seu respeito, atravessando seus caminhos para que

se entenda como tornaram-se quem são/foram: políticas, escritoras, rainhas e guerreiras, por exemplo. Ao mesmo tempo em que se retrata as dificuldades enfrentadas pelas personagens, surgem a superação desses obstáculos, relacionadas à condição e situação nas quais cada protagonista está inserida. Ressalta-se o ocultamento dessas mulheres, a necessidade de que se tornem conhecidas e a importância de suas atuações para os dias atuais.

As pesquisas de Arraes trazem as trajetórias dessas mulheres, que muitas pessoas nunca sequer ouviram falar, e também faz uma contextualização importante da história do Brasil, como mostra o trecho do cordel abaixo, que fala sobre a catarinense Antonieta de Barros (1901-1952), professora, jornalista e primeira política negra do país.

> (...)
> Deputada federal
> Antonieta se tornou
> A primeira do estado
> Como assim se registrou
> E foi a primeira negra
> Que o país efetivou.
>
> Com essa grande conquista
> Chegou a se transformar
> Na primeira mulher negra
> Com um mandato popular
> Pelo Partido Liberal
> Pela educação lutar
>
> Então veio a ditadura
> De Estado Novo conhecida
> E depois de sua queda
> Ela fez-se embravecida
> Conquistando muito mais
> Grandemente merecida.
> (...)
> (ARRAES, 2017, p. 20-21)

Fica claro que se trata das décadas de 1930-1940, durante o período do governo de Getúlio Vargas. Como fala em “mandato popular” infere-se tratar de uma fase democrática, que logo sede lugar à ditadura e depois a uma nova etapa da política brasileira na qual Antonieta participou

ainda mais. É possível através deste cordel, assim como em todos os outros, abordar aspectos da história nacional nas salas de aula, dando protagonismo às mulheres e especificamente às mulheres negras. E esse é um dos objetivos da autora, pois, segundo ela:

> Eu simplesmente cresci pensando que mulheres negras nunca fizeram nada pelo Brasil e pelo mundo, cresci achando que as pessoas negras não lutavam contra a escravidão, e isso se enraizou na minha mente de uma forma que nem sempre era explícita, eu apenas sentia que pessoas negras não tinham o mesmo valor que as brancas (ARRAES *apud* GOMES, 2016).

A escola é um espaço importante para Jarid como forma de transformação do pensamento racista, pois trata-se de um lugar de reprodução de preconceitos, conforme denuncia nos trechos abaixo, mas ao mesmo tempo é um espaço capaz de fornecer subsídios para a superação do racismo.

> Na história do Brasil
> Nas escolas ensinada
> Aprendemos a mentira
> Que nos é sempre contada
> Sobre o povo negro e índio
> Sobre a gente escravizada
>
> Nos contaram que escravos
> Não lutavam nem tentavam
> Conquistar a liberdade
> Que eles tanto almejavam
> E por isso que passivos
> Os escravos se encontravam
>
> Ô mentira catimboza
> Me dá nojo de pensar
> Pois o povo negro tinha
> Muita força pra juntar
> E com grande inteligência
> Se uniam pra lutar.
> (...)
> (ARRAES, 2017, p. 137)

As três estrofes acima iniciam o cordel de Tereza de Benguela. A partir deles é possível perceber a denúncia que Jarid faz da forma como os negros escravizados e os povos indígenas foram abordados dentro das salas

de aula brasileiras. Visto que essas pessoas eram tratadas como vítimas e tirando seu protagonismo na história.

Como dito, Arraes vê em seu livro uma importante ferramenta para as salas de aula, pois ao trazer conhecimentos sobre a história do povo negro valoriza-os. "(...) para Jarid, o objetivo principal de Heroínas negras brasileiras em 15 cordéis é ocupar o espaço escolar e quebrar o racismo enraizado no ensino, que aparece principalmente na forma de aprender a história do Brasil: excluindo os feitos da população negra e, principalmente, de suas mulheres" (D'ANGELO, 15/05/17).

Ao falar sobre Luísa Mahim apresenta a liderança dessa heroína na organização da Revolta dos Malês (Salvador/BA, 1835), hoje amplamente estudada nas escolas, mas além dela também mostra a atuação dos demais negros e de suas raízes africanas. Esse tipo de texto torna visível o protagonismo da população negra na história do Brasil. Luísa Mahim participou de várias rebeliões de escravos e de outra revolta, bem conhecida, ocorrida na Bahia, a Sabinada (1837).

> (...)
> A Revolta dos Malês
> Ocorreu em Salvador
> Foi a mobilização
> Com origem dos Nagôs
> Os escravos muçulmanos
> Ajuntados com fervor.
> (...)
> Mas Luísa se envolveu
> Na revolta Sabinada
> Muito foi auxiliar
> Com mensagem repassada
> Pela sua inteligência
> Ela deve ser lembrada.
> (ARRAES, p. 88, 2017)

A denúncia do silenciamento das mulheres negras é claramente visível na obra de Jarid. Nos cordéis está intimamente ligado ao papel que ela atribui para a educação escolar, pois ao mesmo tempo que ela mostra a

invisibilidade, afirma e de que forma essa situação deve ser revertida. Os trechos que seguem pertencem ao cordel de Aqualtune (século XVII), princesa africana, que teria vindo para o Brasil escravizada, após liderar dez mil guerreiros em batalha e perdê-la. É a avó de Zumbi dos Palmares

> (...)
> Uma história como a dela
> Deveria ser contada
> Em todo livro escolar
> Deveria ser lembrada
> No teatro e no cinema
> Que ela fosse retratada.
>
> Mas eu tive que sozinha
> As informações buscar
> Foi porque ouvi seu nome
> Uma amiga mencionar
> E por curiosidade
> Fui online pesquisar.
> (...)
> (ARRAES, 2017, p.32)

É interessante observar aqui o último verso acima "Fui online pesquisar". A palavra online, original da língua inglesa, significa a pesquisa em tempo real via internet. Essa informação é uma mostra de como Jarid faz as suas pesquisas, pois costuma utilizar a rede para acessar artigos e outros trabalhos acadêmicos. Contudo, é importante destacar que o movimento negro, os leitores e conversas com pesquisadores também são suas fontes (ARRAES *apud* GOMES, 2016). Além de oportunizar materiais de estudo, ressalto o uso da internet para que se perceba que Arraes é uma pensadora do século XXI, onde o grande acesso a conhecimentos permite que tenha uma produção intelectual enriquecida de informações e coloque-a em contato com outras pessoas que também discutem os mesmos assuntos.

Retomando a questão do apagamento das mulheres negras, trago mais um exemplo de tentativa de invibilização. Carolina Maria de Jesus (1914-1977) autora do famoso "Quarto de Despejo", diário da escritora que vivia como catadora e registrava seu cotidiano, essas memórias converteram-se

em um livro de grande aceitação, traduzido em mais de 13 idiomas. Entretanto, o sucesso de Carolina terminou quando ela expôs verdades que não interessavam à elite.

> (...)
> Mas aí já não gostaram
> Por imensa hipocrisia
> Pois Carolina contava
> Os males da burguesia
> E o amargo esquecimento
> Logo mais se chegaria.
> (...)
> (ARRAES, 2017, p. 41)

> (...)
> Por racismo e elitismo
> Pouco dela hoje se fala
> Mas tamanho preconceito
> Seu legado jamais cala
> É por isso que eu lembro
> E meu grito não entala.
> (ARRAES, 2017, p. 41)

Ao reviver a vida dessas heroínas, expor atos de bravura, coragem e liderança, a autora quebra paradigmas como a ideia de que são características exclusivas dos homens. O rompimento desses padrões é perceptível, também, quando as mulheres negam-se a assumir papéis que seriam destinados unicamente a elas. Como é o caso das guerreiras Aqualtune, Luísa Mahim e Zacimba, visto que o combate, normalmente, é desempenhado pelos homens. Dandara, uma das líderes e guerreiras do Quilombo dos Palmares, é um exemplo dessa superação do modelo heteronormativo.

> (...)
> Mas Dandara não queria
> Um papel limitador
> Ser a mãe que cozinhava
> Tendo um perfil cuidador
> As batalhas lhe chamavam
> E seus olhos despertavam
> Pelo desafiador.
> (ARRAES, 2017, p. 48)

Questionar as ações e atitudes concernentes a homens e mulheres é recorrente no pensamento e nos textos da cordelista. Esta assume uma postura feminista, especificamente, o Feminismo Negro, resultante do fato de que o movimento feminista não responde as reais necessidades das mulheres negras, dado o contexto em que elas se inserem, pois, as mulheres queriam direitos iguais, poder trabalhar, enquanto as mulheres negras sempre trabalharam. Primeiro como escravas e depois como empregadas domésticas daquelas mulheres que conseguiram emancipar-se. Além da questão de gênero, para as mulheres negras, há a questão racial, que perpassa a questão social.

Isso é o que a filósofa feminista e ativista antirracista Sueli Carneiro denominou de "enegrecer o feminismo". Buscar um movimento que atenda as demandas das mulheres negras.

> O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (CARNEIRO, s.d. p.2)

As duas últimas estrofes escritas sobre a piauiense Esperança Garcia (século XVIII) escrava letrada, que fez uma petição ao presidente da província para denunciar os maus tratos que seu filho e ela estavam passando na fazenda em que se encontravam, conseguem concretizar o pensamento de Jarid Arraes.

> (...)
> São inúmeras mulheres
> Que peitaram toda a luta
> Enfrentando o racismo
> E com garra na labuta
> Construíram um caminho
> Sempre com a mente astuta.
>
> Por causas dessas mulheres

Hoje temos liberdade
É por isso que me orgulho
Da minha ancestralidade
Preservar é um prazer
E responsabilidade.
(ARRAES, 2017, p. 61-62)

Considerações finais

Tanto "As lendas de Dandara", como "Heroínas Negras: em 15 cordéis" e toda a vasta produção cordelística de Jarid Arraes têm como objetivo, além da denúncia do racismo e do machismo, oportunizar à sociedade o conhecimento e valorização da história e da cultura afro-brasileiras.

Trazer à tona a história dessas heroínas negras faz parte dessa lógica e demonstra seu compromisso com o Feminismo Negro. Arraes é uma mulher negra, nordestina e acima do peso. Elementos que a sociedade heteronormativa branca eurocêntrica condena. Em razão disso, ela vivenciou os diferentes tipos de preconceitos, principalmente, o racismo. As pesquisas sobre as heroínas negras também é uma forma de valorizar sua ancestralidade (palavra correntemente presente em sua obra).

A autora deixa explícito em seus mais variados textos a falta de referências femininas, especificamente, de escritoras nordestinas e de mulheres e escritoras negras. Daí sua busca autônoma por conhecê-las e revelá-las ou relembrar a sociedade da sua existência e suas atuações na história e na cultura nacionais.

A escolha pela literatura de cordel é resultado da influência da família, visto que o pai e o avô dedicavam-se a essa atividade e também por que a cultura nordestina é muito presente e constitutiva de sua identidade. Junte-se a isso o fato dessa tradição estar perdendo espaço, porém, continua sendo uma forma acessível de difusão de conhecimentos e informações e

diante de, na maioria das vezes, apresentar as mulheres, os negros e o público LGBT de forma pejorativa, o uso do próprio cordel sobre uma outra perspectiva, traz novos significados para os mesmos.

Jarid Arraes é uma intelectual, de fora da academia, e que produz conhecimento. É uma pensadora que debate a sua própria condição. Ela é protagonista e não objeto de estudo. Apesar de jovem, sua produção intelectual e artística é extensa e bem conhecida no meio. É possível encontrar muito material a seu respeito na internet, tanto entrevistas com a própria Jarid, como sobre seus escritos. Ela já é um nome forte no feminismo e no movimento negro e que está inspirando toda uma geração de mulheres negras a pensar, criar e lutar por direitos existentes, mas não garantidos.

Referências Bibliográficas

ARRAES, Jarid. **Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis.** Pólen: São Paulo, 2017.

_____. **As lendas de Dandara**. 2ª ed. São Paulo: Ed. de Cultura, 2016.

_____. **Cordéis**. Disponível em: <http://jaridarraes.com/cordel/>. Acessado em: 14/03/2018.

_____. **Sobre mim**. São Paulo. 2017. Disponível em: <http://jaridarraes.com/sobre/>. Acessado em: 12/03/2018.

_____. 15 heroínas negras do Brasil ganharam biografias em cordéis. Entrevista concedida a Amauri Terto. **Huffpost**. 30 mai. 2017. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/05/25/15-heroinas-negras-do-brasil-ganharam-biografias-em-cordeis_a_22110036>. Acessado em: 05/03/2018.

_____. Apagadas da história, heroínas negras se tornam protagonistas em coletânea de cordéis. **Cult**. São Paulo. 15 mai. 2017.

Entrevista concedida a Helô D'Angelo. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/heroinas-negras-se-tornam-protagonistas-em-coletanea-de-cordeis/>. Acessado em: 14/03/2018.

_____. A mulher negra no centro do cordel. **Suplemento oficial do Diário Oficial do Estado**. Recife. 18 nov. 2016. Entrevista concedida a Igor Gomes. Disponível em: <http://www.suplementopernambuco.com.br/entrevistas/1734-jarid-arraes-e-a-mulher-negra-no-centro-do-cordel.html>. Acessado em: 12/03/2018.

_____. Cordelista e feminista: protesto contra a opressão. **Trip**. São Paulo. 19 fev. 2015. Entrevista concedida a Natacha Côrtez. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/cordelista-e-feminista-conheca-jarid-arraes-uma-voz-de-protesto-contra-a-opressao>. Acessado em: 01/03/2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na américa latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Sistema de apoio às disciplinas.** USP: São Paulo. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf>. Acesso em: 14/03/2018.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos feministas**. Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995, p. 464-478. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acessado em: 10/03/2018.

A criação de guasqueria na fronteira

Juliana Porto Machado[1]

Introdução

Este artigo é um recorte da dissertação denominada "Artesanato em Couro cru (guasqueria) na cidade de Jaguarão-RS" apresentada no programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Logo, a guasquería pode ser compreendida como um ofício artesanal realizado especialmente por sujeitos sociais que estão relacionados ao saber-fazer de práticas campeiras. Principalmente as ligadas a figura do cavalo, uma vez que, os aparatos de montaria como selas, cordas, freios, rebenques e outros são feitos com couro-cru a matéria prima da guasquería. Os sujeitos praticantes deste ofício são chamados de guasqueiros no Rio Grande do Sul (Brasil) e de *guasqueros, sogueros e tranzadores* na Argentina e no Uruguai.

Segue uma estrutura dorsal que se apresenta como: a obtenção da matéria-prima (o couro-cru animal, principalmente de bovinos) inicialmente através da chamada carneada, o estaquear o couro para secar ao sol, o lonquear de retirar os pelos da pele, o cortar as guascas (tiras de couro), o sovar as guascas para amaciar e por fim tirar os tentos (as tiras de couro de diferentes espessuras) para assim produzir as tranças. Esse processo é o elemento destacado por muitos sujeitos ao considerarem o porquê de se identificarem guasqueiros.

Todavia, no século XVIII as fazendas ganham espaço e o gado passa a ser domesticado. Surgindo assim, a necessidade de instrumentos equestres para auxiliar no manejo desses animais, principalmente para o peão que cuidava da atividade campeira. Por conseguinte, de acordo com Garcia (2009), com o abate dos animais para a comercialização de carne, o couro começa a ser utilizado para atender essa necessidade de objetos equestres

[1] Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Doutoranda, Bolsista FAPERGS, contato:julianamachado209@gmail.com

quando os peões começam a criar cordas, freios, boleadeiras, rebenques e outros aparatos em couro-cru.

Para Flores (1960), o peão dedicava-se ao processo de produção de guascas principalmente em dias de chuvas quando não era possível trabalhar no campo, assim permanecia no galpão consertando suas cordas. Assim surge o guasqueiro.

> Na campanha sempre existiram os guasqueiros, os homens que do couro cru fazem verdadeiras obras-primas nas tranças, nos passadores, nos botões de tento fino e em muitos trabalhos que exigem muita paciência, muito boa memória para saber resolver de cor os intrincados da trama dos tentos, que é um verdadeiro quebra-cabeça. (NUNES 1982 apud ALVARES, 2014, p. 17).

Então o guasqueiro seria esse sujeito que cria manualmente novos objetos e/ou conserta objetos de uso cotidiano do trabalho do campo. Dominando o saber fazer de um ofício, para desenvolver suas próprias técnicas. A guasqueria está ligada ao serviço do peão, as peças então são instrumentos de montaria, em uma sociedade em que a produção econômica forte é a pecuária (NUNES, 1982).

A partir de então, no século XIX, o guasqueiro torna-se um profissional necessário nas grandes fazendas, agora já é reconhecido e contratado especificamente para realizar essa prática artesanal. Já no final do século o guasqueiro passa a ser menos requisitado, pois, com as reviravoltas da sociedade econômica, no período da Revolução Industrial, no RS a pecuária e a agricultura não são mais a única forma de produção já que as atividades fabris surgem (ALVARES, 2014).

Contemporaneamente à guasqueria, com foco na cidade de Jaguarão-RS, é produzida na zona urbana, seus produtores possuem ligação com o campo e mantêm uma tradição do saber-fazer aprendido que influencia as suas identidades. Para tanto, esse ofício, considerado nesta pesquisa como artesanal, em alguns casos é a fonte de renda principal, porém em sua maioria é fonte econômica auxiliar, como percebemos em pesquisa anterior.

Para tanto, o objetivo deste trabalho é discutir sobre os elementos comuns na produção de guasquería em território de fronteira (Jaguarão-BR e Rio Branco-Uy), tendo como fonte manuais de produção e entrevistas já realizadas em pesquisa anterior.

A criação de guascas: O pampa sulino

A construção do guasqueiro contemporâneo que atua nos centros urbanos, se modela por meio da influência da cultura rural na confecção de suas obras. Para tanto, podemos nesse sentido utilizarmos o pensamento de Bartolomé (2006), que ressalta no jogo de intercâmbio da memória entre passado e presente, a tradição seria a mediadora, uma força propulsora na procura da formulação de suas identidades. O passado como ponto de verdade e de apoio, que permite seguir em frente e se reinterpretar em meio à modernidade.

A memória na formação da identidade e da tradição do guasqueiro é fundamental, pois, é através da evocação da figura e dos ensinamentos do guasqueiro transmissor do saber-fazer, que seus artífices atualizam para o presente a sua técnica, respondendo às necessidades do meio em que estão inseridos. Como argumenta Ricoeur (2007) a memória tem como múnus a lembrança, em um ato de coerção subjetiva a nós, em um laço emocional e social do direito que o outro possui de não ser esquecido.

Todavia, o Pampa, nomenclatura originaria do vocabulário quéchua, que possui como significado região de planícies, se estende pelo Uruguai, Argentina e sul do Brasil, sendo conhecido popularmente como Campanha. É composto por paisagens de herbáceas, em um relevo de características pontuais constituído por cerros e coxilhas. Tem extensão de 62,2 % no RS. Esse tipo de bioma é o fator importante para a ocupação da região sulista, assim como sua utilização para o desenvolvimento da atividade

pecuarista (BOLDRINI, 2010).

O bioma pampa é definido como o grupo ecossistêmico que corresponde à metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul, incluso no conjunto brasileiro dos Pampas Sul-Americanos, que ultrapassam o território do Uruguai e da Argentina. De acordo com dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística (IBGE, 2004), é formado por algumas caraterísticas de relevos e vegetações tais como: Depressão Central[2], Planalto Sul-Rio-Grandense[3] , Planície Costeira[4] e Planalto da Campanha[5]. Possui um solo diverso em sua composição, em sua vegetação.

Com características geográficas adequadas para sua ocupação, o pampa Rio-Grandense sofre com as iniciais atividades de colonização por parte da Corte espanhola e da Companhia de Jesus[6]. Foi no período do século XVII, o momento em que os Jesuítas começaram o intermédio com os índios guaranis, que ocupavam essa região. Em território de disputas os guaranis e os jesuítas construíram as reduções[7]. Os guaranis neste contexto sociocultural representaram o mecanismo fundamental para a efetivação do sistema de reduções, principalmente na base econômica da pecuária bovina.

Com a introdução do gado vacum, dos ovinum, dos cavalares e dos muares, temos a modificação do sistema de exploração econômico da região. A exploração da pecuária se adequa às exigências e parâmetros das coroas espanholas e portuguesas. De acordo com Morner (2004), o Pampa da região

[2] De acordo com Rambo(1956), a vegetação predominante desta região corresponde a vegetação campestre (campos), silvática e palustre. A mata existente foi eliminada pela agricultura e plantações de acácia e eucalipto.
[3] Marcado por um solo arenoso, com a predominância de coxilhas e vales suaves.
[4] Faixa arenosa, constituída por lagunas e lagos.
[5] Coxilhas cobertas por campos.
[6] Societas Iesu, S. J., era formada pelos denominados jesuítas, era uma ordem religiosa originaria em 1534, fundada por membros estudantis da Universidade de Paris, coordenados pelos membros conhecidos como jesuítas, é uma ordem religiosa fundada em 1534 por um grupo de estudantes da Universidade de Paris, liderados pelo basco Íñigo López de Loyola.
[7] Comunidades administradas de forma autônoma.

sul teve sua colonização atrasada em relação a outros lugares. Nesse sentido, o autor destaca dois tempos atuantes da economia pecuarista, o primeiro é representado pelas instáveis produções e desvalorizações econômicas entre os séculos XVII e XVIII, e o segundo momento marcado pela diversificação das atividades de exploração econômica, com o ciclo de mineração iniciado no Brasil, em que temos o gado como ferramenta de transporte e alimento. Posteriormente, a comercialização massiva de carne e couro por latifundiários no século XIX.

Por conseguinte, teremos as fundações das industrias, e logo a industrialização para exportação, no século XX. Porém, o autor ressalta que apesar deste longo processo de consolidação da pecuária, ainda predominava o emprego de trabalhadores com baixa remuneração. Nos períodos entre o século XVI e metade do século XVIII, a pecuária bovina era caracterizada pelo uso de técnicas de manejo rústico, em que só se utilizava do animal abatido o couro, o sebo e a língua para a comercialização.

No século XVII o gado era selvagem ou popularmente chucro, se reproduzia livremente nos contornos do Rio da Prata, entre as regiões Entre Rios, Sudoeste de Buenos Aires e na Banda Oriental (MÖRNER. 2004). Os bovinos denominados *Bos taurus Linnaeus*, eram descendentes dos primeiros animais que foram trazidos ao pampa pelos portugueses e espanhóis. A mistura entre esses animais, fez surgir o popular gado crioulo. De acordo com Porto (1956), essa raça tornou-se diferente das outras por proceder de uma linhagem secular, e tal rebanho dominou de forma atuante as estâncias pastoris do sul até o século XX.

Destaca Crosby (1993) que a introdução dos grandes rebanhos foram elementos catalisadores de transformações no ecossistema do pampa. A presença destes animais inviabilizou o domínio de florestas em relação ao campo de vegetação rasteira. Ou seja, temos as mudanças e fixações das

características predominantes da paisagem pampeana. O autor ressalta que a chegada dos europeus na América foi ponto primordial para essas fixações, já que, com eles vieram o gado e também algumas espécies diversas de vegetação que se encaixaram no ambiente local e se reproduziram livremente.

A biota nativa do pampa já devia ter começado no fim do século XVI, quando animais da Europa chegaram, vicejaram e se propagaram em enormes rebanhos. Seus hábitos de alimentação, seus cascos atropeladores, seus excrementos e as sementes das plantas que carregavam com eles, tão estrangeiros na América quanto eles mesmo, alteraram para sempre o solo e a flora do pampa. Essa alteração deve ter sido rápida, porque poucos registros se encontram a respeito dela nos documentos da época, pelo menos até o século XVIII (p. 145; 1993).

Para tanto, diante destas mudanças, retomamos as discussões da formação do Estado do Rio Grande do Sul. Esse espaço era ocupado pelo domínio postulado pelos povos das missões jesuítas e guaranis, que habitavam áreas limites do Paraguai, Uruguai e no Brasil, principalmente no Paraná. A região em que se localiza contemporaneamente a campanha era a zona ao sul do Rio Ibicuí, em que os Sete Povos fixaram suas estâncias. Podemos destacar que essa região era espaço de confronto entre índios Minuanos e Charruas, e alianças coloniais, formando fronteiras marcadas por disputas entre portugueses e espanhóis. Sobre os Minuanos e Charruas, destaca Becker:

> Os Charrua e Minuano, caçadores, pescadores e coletores dos campos, ocupavam a antiga Banda Oriental do Uruguai, que dividiam com dois grupos horticultores conhecidos como Chaná e Guarani. Especificamente do Rio Grande do Sul os Charrua e Minuano estavam localizados nos campos do Sudoeste e Sudeste até a altura dos rios Ibicuí e Camaquã com extensões para o pampa uruguaio e pequena porção do território argentino. Os Charrua moravam mais para o oeste, ocupando ambas as margens do rio Uruguai, e tiveram maior contato com o conquistador espanhol; os Minuano se localizavam mais para leste, nas áreas irrigadas pelas

> lagoas do Patos, Mirim e Mangueira, com extensão até as proximidades de Montevidéu; tiveram mais contato com os portugueses (p. 344;1991).

A base econômica de exploração desses grupos étnicos eram a agricultura e a pecuária. Logo, temos as vacarias que tinham como função, muitas vezes, a de deslocar o gado de uma área a outra onde estivesse fora de risco de ser levado por invasores. Moraes (2008) ressalta que, com o tempo, as vacarias também passaram a explorar o trabalho com couro. Essa forma de labor com essa matéria-prima surge aproximadamente em 1768, com a retirada dos jesuítas. Nessa época, os mercados de extração e venda de couro se espalham pelos comércios do país. Mas, a principal função das vacarias era capturar o maior número de animais selvagens e levá-los para as estâncias[8] e utilizá-lo como fonte de alimentação para os sujeitos residentes nelas.

Dentro das estâncias, como a de São Miguel, localizada ao sul do rio Ibicuí, havia um conjunto de pequenos lotes, divididos e organizados em praça, capela, habitações de trabalhadores e currais, interligados e alimentados pela afluência das águas do rio, com portos e caminhos térreos. As estâncias eram administradas por um grupo étnico específico. A autora precitada acentua a diferença existente na forma de manejo da pecuária da região das missões e a das regiões coloniais espanholas e portuguesas.

Isso se deve ao fato de que a exploração do gado era voltada para a alimentação dos povos missioneiros, ou seja, não havia o intuito de exportação, uma vez que houve um expressivo crescimento demográfico nessa região. Destaca que, a logística de manutenção dos recursos era baseada em redes de compartilhamento comum, em um seguimento de

[8] Uma circunscrição dada das campinas do país, povoada de gado, cavalos e mulas e, em certas porções, partes de carneiros; tem ordinariamente a extensão de uma sesmaria, às vezes de duas, de três e mais; os animais multiplicam-se nelas na razão da quantidade inicial, da vastidão do território e da bondade dos pastos (DREYS, 1990, p.90).

conquista do meio, sistematização do trabalho e distribuição dos recursos. Assim, o objetivo geral do trabalho pastoril na região missioneira era a o abastecimento do seu povo.

A zona que viria a ser denominada como campanha era marcada pelo processo de criação de rebanhos, esses podiam ser de bovinos, ovinos[9] e equinos, esses utilizados como mecanismo de tração e como fonte de cruza para aumentar a criação de mulas. Nessa forma de produção visava-se o manejo de reprodução, utilizava-se de técnicas não-predatórias. Moraes (2008) destaca esse ponto, pois a partir da expulsão do jesuítas e desestruturação dos povos missioneiros, é marcado o início do século XIX, como uma época da destruição da forma de exploração pastoril, até então estabelecida.

As ameaças vindas das direções coloniais espanholas e portuguesas e também portuguesas e brasileiras em disputa pela zona missioneira e a nova forma de organização das estâncias colaboraram para o retorno da exploração predatória dos grandes rebanhos, principalmente na retirada do couro. Para Moraes, essas ações conjuntas contribuíram para modificar a paisagem missioneira, com a desarticulação das estâncias no século XIX e a posse dos coloniais portugueses/brasileiros das áreas circunstadas ao rio Uruguai.

No entanto, como argumenta Morner (2004) o mercado de abastecimento interno baseado na pecuária mantinha-se devido a demandas ultramarinas voltadas para a comercialização do couro, em suas palavras:

> a produção atingiu seu apogeu durante o período de 1700-1705, quando eram exportados anualmente 75 mil couros de gado. Depois de 1750, quando a produção passou a basear-se na estancia, as exportações logo alcançaram um nível bem mais alto, superior a cem mil couros por ano. Ademais, até certo ponto, agora, além da gordura e do sebo, a carne também era exportada. Nos estabelecimentos de salgação de carne (saladeros) da Banda

[9] Além de serem voltados para a produção de carne, também se aproveitava a lã para a tecelagem.

> Oriental, também se preparava a carne-seca para a exportação ultramarina (p.210).

A destruição das Missões Jesuítas na região pampeana ocasionou oscilações no mercado de exportação, e como mencionado anteriormente os conflitos luso e hispano atingiram a criação dos gados, diminuindo significativamente esses animais. Porém, fatores como a necessidade de alimentar a economia estrangeira, a utilização de novas formas de manejo de produção foram crescendo às margens dos conflitos econômicos e políticos que assolavam a região. Por conseguinte, a economia central no Rio Grande do Sul passa a tomar como arcabouço o abastecimento de carne, couro e sebo para a metrópole do país.

Então, a colonização do pampa Rio-Grandense é um marco histórico de grande importância na discussão do surgimento da guasqueria. Temos as questões de disputa de fronteira como um elemento catalisador entre os impérios ibéricos português e espanhol, que haviam estabelecido às suas sedes no Rio de Janeiro, no Brasil, e em Buenos Aires, na Argentina, respectivamente. O território do Rio Grande do Sul estava entre um entrave feroz de luta por terras e domínio.

Nessa retomada da firmação e formação do Estado do Rio Grande do Sul, podemos compreendermos a noção de fronteira que pode ser a demarcação de terra que separa além de geograficamente, socialmente e culturalmente os povos. E tem como finalidade limitar o fluxo de acesso de um espaço ao outro. De acordo com Sánchez (2011) essa definição de fronteira como limitadora está baseada na conceituação oficial instituía pelo Estado-Nação, que declara a ação principal da fronteira a proteção de seu território e a conservação da identidade nacional. Assim, é traçada a linha de separação entre Estados. A fronteira só passa ter representatividade quando os intercâmbios socioculturais são cooperados, negociáveis em um sentimento de fraternidade, originando a integração fronteiriça de fato, e não

a imposta na legislação.

Quanto a fronteira na América Latina Sánchez (2011) afirma que as relações de intercâmbio cultural ocorrem principalmente pelos fatores de contextos socioculturais, as identidades são moveis e plurais:

> muchas de las comunidades que hoy habitan las fronteras latinoamericanas no se reconocen en las mismas, aunque se pretenda destacar lo contrario desde los centros de poder nacional. Por lo general, las fronteras son habitadas por comunidades asentadas en ellas históricamente y por tanto reconocibles de un extremo y del otro de la línea divisoria, lo que estas no reconocen es la línea que las separa administrativamente pero no afectiva y tradicionalmente. Muchas de estas comunidades regionales para el caso de la América continental son originarias e incluso hablan idiomas diferentes a los oficiales de sus estados nacionales, se identifican a sí mismas como entes individuales y cada vez menos reconocen al estado nación como soporte de salvaguarda de sus identidades (SÁNCHEZ, 2011, p. 3.3.5)

A fronteira como transcendente, além das limitações espaciais, como um ponto de união e não apenas separação. É o espaço das políticas e dos processos de produção e força de trabalho, de fluxo identitários, da integração e da diversidade. Porém, essa classificação estatal da fronteira pode ser questionada quando a ideia de limite é descartada devido a integração cultural civil, que ocorre de forma espontânea e natural, em trocas culturais que ocorrem com a transitoriedade dos sujeitos sociais que ocupam essas regiões fronteiriças. A integração como algo espontâneo que surge entre os povos, por fim, as cidades de fronteira nas palavras de Mazzei (2012, p.35) “Las ciudades de frontera pueden definirse como sociedades cuyos grupos sociales interactúan sostenidos por una convivencia que antepone a restricciones formales su libertad de circulación en la frontera”.

Nessa fronteira como ponto de união e de troca temos na fala do interlocutor J.S (2017) nascido no Rio Branco, no Uruguai, os elementos de identificação de um guasqueiro. Segundo ele o guasqueiro pode ser definido como o sujeito que trabalha o couro cru desde sua base inicial, ou seja,

quando utiliza apenas o couro cru animal, sem o uso de qualquer produto químico, trabalhando com esse em seu estado in natura.

Conseguindo essa peça de couro seja por meio da carneada, quando o guasqueiro vai no campo e abate o animal para retirar o couro, ou por meio de compra em cooperativas. Depois de obtido esse couro o mesmo será lavado com água e sabão, e será estaqueado para a secagem, depois de dois dias ou mais ao sol, retira-se esse couro das estacas e começa-se a lonquea-lo, que consiste na retirada do pelo do animal com o uso da faca. Na sequência esse couro será cortado em pequenas loncas (tiras) e será sova no sovador com auxílio de macetes, esses produzidos pelo próprio guasqueiro. Adverte que o couro deve ser amaciado pelo lado da carne, para evitar possíveis quebras e rachaduras.

Esse couro após o amaciamento será cortado em tentos, que consistem em finos fios de couro (Figura 01), esses também são cortados a faca. Com os tentos já criados o guasqueiro pode iniciar as tranças (Figura 02). Essas tranças de acordo com J.S podem ser produzidas com número ilimitado de tentos.

Figura 2-Tentos de couro cru

Fonte: AUTORA (2018)

Figura 2-Trança de tentos

Fonte: AUTORA (2018)

Apresentando essa estruturação temos o interlocutor P.G (2017), nascido em Jaguarão-RS, que afirma que guasqueiro só pode se considerar assim se seguir a estruturação da guasca, citada por J.S, trabalhando apenas com couro cru. E realizando todas as etapas de produção do objeto, acrescenta que as ferramentas também são criadas pelo guasqueiro, nada é industrial. E que esse saber fazer é aprendido por meio da transmissão oral de um guasqueiro antigo para um sujeito que deseja aprender. Os dois interlocutores apontam que a guasqueria só é também ensinada e praticada se o sujeito tiver alguma ligação com o espaço rural, ou que tenha sido peão, pois esse é um trabalho de força e dedicação que não se aprende de um dia para o outro, já que consideram que a técnica do guasquear e contínua, que se deve sempre praticar para não perder tentos na hora do trançado. Dessa forma, é no trabalho como peão que surge a necessidade de se trabalhar com

couro cru e criar e fazer a manutenção dos objetos. A relação homem, campo e cavalo é ponto apontado pelos dois guasqueiros, para a concretização da guasqueria.

Considerações Finais

A guasqueria é pensada como uma expressão artesanal: temos na rotina da lida de campo, nas tarefas com o cavalo, a influência desses objetos criados pelo guasqueiro. Em uma consciência material dos objetos como menciona o autor Sennett (2015), em uma relação que o sujeito artíficie usa de seu saber aprendido para deixar um pouco de si em seus objetos, principalmente nas vivências rotineiras e nas experiências obtidas.

Havendo então a transformação do objeto, apesar de se manter a técnica inicial, o caráter de repetição do ofício permite seu aperfeiçoamento. O trançado é uma técnica que exige de seus criadores habilidade e prática, as passadas de tento e o próprio corte destes, é algo que vai se adequando à medida que se faz. Assim, como o sovar que como afirmaram os guasqueiros não pode ser feito de qualquer forma, tem-se todo um movimento de corpo para amaciar o couro, optando sempre pela parte da carne, expondo-a para o lado externo, e assim não danificar o couro. Como também o desquinar o tento, dos cortes de suas bordas, e do lonquear na retirada dos pêlos, são todas ações que precisam de paciência e concentração por parte do guasqueiro, são manejos aprendidos, e que devem ser repetidos para que ocorra o aperfeiçoamento. Desenvolvendo uma técnica com características próprias de cada sujeito. Portanto, a guasqueria é um ofício que surge com a introdução do gado vacum no Rio Grande do Sul, estabelecendo uma estruturação que se conservou ao longo dos séculos, originária do serviço de peão, com transmissão oral entre sujeitos que viveram no espaço rural e estão associados à lida com cavalo.

Referências Bibliográficas

GARCÍA, Rocío. *De la yerra a la Vitrina:* Transformaciones contemporáneas de la guasquería. Montevideo: Trama Revista de Cultura y Patrimonio. ano 1, nº 1, setembro 2009.

FLORES, Luis Alberto. *El Guasquero:* Trenzados Criollos. Buenos Aires: Cesarini Hermanos, 1960.

ALVARES, Fabiano da Costa. *Valorização dos Aspectos Formais dos Artefatos Confeccionados por Guasqueiros do Pampa Gaúcho Aplicados a Joalheria.* Santa Maria: UFSM, 2014.

BARTOLOMÉ, M. A. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político.* Mana, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

BECKER, Basiel. *El Indio y La Colonizaciõn, Charrúas y Minuanes*. Pesquisas, Antropologia 37. São Leopoldo, 1984.

MAZZEI, E. *Fronteras que nos unen, límites que nos separan*. Montevideo: Imprenta CBA, 2012. Disponível em: http://www.cci.edu.uy/sites/default/files/Mazzei,%20E.%20(2013).%20Fronteras%20que%20nos%20unen%20y%20l%C3%ADmites%20que%20nos%20separan.%20Montevideo%3A%20Imprenta%20CBA.pdf. Acesso em 20 de junho de 2016.

MORAES, María Inés. *La pradera perdida*. Historia y economia del agro uruguayo: una visión de largo prazo (1760-1970). Montevideo: Linardi y Risso, 2008.

MÖRNER, Magnus. A economia e a sociedade rural da América do Sul espanhola no período colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina:* América Latina Colonial, v.2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004

RIBEIRO, C. M. *Estudo do modo de vista dos pecuaristas familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul.* 2009. (Tese de Doutorado).

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre: UFRGS. 2009.

SÁNCHEZ, L. E. *Concepciones Acerca de la Región en la Problemática Actual de la Integración Latinoamericana.* Villa Clara. 2011. Tese de Doutorado - Facultad de Ciencias Sociales – Universidad Central "Marta Abreu" de Las Villas.

TORRONTEGUY, Teófilo. *As Origens da Pobreza no Rio Grande do Sul.* Editora: Mercado Aberto,1994.

A questão de gênero na guasqueria

Juliana Porto Machado[1]

Introdução

In Memoriam a P.A[2]

Ao pensarmos em realizar uma investigação científica sobre determinado objeto, partimos de uma roteirização de ações para se alcançar o objetivo proposto e obter informações. Esquematiza-se o método, a metodologia, o material teórico e as formas de abordagem. Busca-se sempre seguir os caminhos mais completos para atingir as metas propostas. Como exemplo desta pesquisa referente ao objeto guasquería, artesanato em couro cru, se optou por trabalhar com pesquisa qualitativa, com entrevistas semiestruturadas, com os sujeitos sociais que praticam este ofício.

Doravante, nesse particular objeto, as entrevistas foram fundamentais, uma vez que se desejava e precisava-se mapear as formas de produção e reprodução da guasqueria, os valores, as transmissões de saber fazer e conhecer seus relatos de vida. As entrevistas com esses sujeitos sociais, praticantes de um ofício secular, permitiu uma percepção abrangente de como esses guasqueiros se relacionam com seu entorno e de como eles percebem e significam sua realidade e a relação com o tempo, de um passado-presente. Elementos essenciais para a compreensão da trajetória dessa produção artesanal.

Esse ponto, nos permite questionar: o que fazemos com as informações que não foram utilizadas? Ou porque não as utilizamos? Mas será que todas as informações coletadas devem ser utilizadas? Sabe-se que

---

[1] Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), doutoranda, pós-graduanda em Ensino em História (UNIPAMPA), Bolsista FAPERGS, contato:julianamachado209@gmail.com

[2] Uma narradora observadora que compartilhou sua história e auxiliou na composição desta breve discussão da ausência e presença da mulher na produção de guasqueria, que veio a falecer quando este artigo estava sendo construído.

ao traçarmos a linha de investigação optamos e descartamos informações, delimitamos um escopo e um recorte temporal, para assim possibilitar atingir o cerne da pesquisa. No caso da guasqueria, como precitado, procurou-se compreender a produção e reprodução do saber-fazer. No ir a campo, buscou-se os sujeitos que criavam guasca, de modo que somos apresentados a figuras de homens, de guasqueiros[3], os representantes desse saber-fazer artesanal.

A guasqueria pelas informações coletadas, se classifica como um artesanato de produção masculina. Acabou-se não considerando o papel da mulher nesse tipo de saber fazer. Uma vez que, a questão de gênero não era elemento de investigação. Embora, na criação e história do artesanato esse é compreendido como um trabalho manual, em que as mãos são a ferramenta principal, em uma sintonia completa entre espírito (mente) e corpo (mão) como assegura Sennett (2009). E que por muito tempo foi considerado um "ofício feminino".

Nesse sentido iremos discutir sobre a ausência e presença da participação feminina na produção do artesanato em couro-cru, guasqueria. Rememorando brevemente sobre o conceito de artesanato tradicional e a presença feminina, assim como abordar sobre o lugar de fala do narrador

[3] Em seus relatos, os guasqueiros de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, contam como e o porquê de aprenderem a guasquear, o processo de transmissão e o modo de fazer. Sem embargo, a guasqueria seria o artesanato em couro cru, cuja matéria-prima principal é o couro animal, principalmente de bovinos. Surge no Estado do Rio grande do Sul, com a introdução dos grandes rebanhos de bovinos e equinos, pelos colonizadores europeus. Com o advento da formação e fixação das fazendas, tem-se o surgimento da necessidade de equipamentos de auxílio no trabalho do campo, como os arreios (peças de monta como freios, cabeçadas, rédeas, rebenques e outros). Com a abundância de couro, devido a comercialização desse, começa-se utilizar esse material também, para criar os arreios. Esse artesanato passa ser produzido pelo peão.

observador[4] (oralidade), como iremos identificar as companheiras dos guasqueiros.

Artesanato: a ausência e presença da mulher

Chiti (2003) declara que a cultura artesanal corresponde a atores sociais que manifestam em suas obras aspectos de suas vidas cotidianas. Dessa forma, o artesanato pode ser visto como mecanismo de confronto na recuperação das origens simbólicas e dos valores de um povo diante de seus colonizadores. Em um recorte temporal, partiremos do final do medievo (século XV), em que mudanças especificas que estavam ocorrendo neste período afetaram profundamente a produção artesanal. Os objetos artesanais, neste contexto, tornam-se cada vez mais técnicos e aperfeiçoados. A produção começa a ampliar sua comercialização, juntamente com a dilatação das rotas comerciais e o aumento de guildas comerciais que geram redes de proteção aos comerciantes e artesãos nos burgos medievais. A produção de mercadorias artesanais, de certa forma seriadas, pode ser relacionada ao surgimento das feiras e dos burgos.

Com o aumento destas feiras e das cidades, os artesãos passam a ter mais autonomia para criarem e comercializarem suas obras. Vale relembrarmos, no entanto, como destaca Sandroni (1999), as mudanças que ocorreram no sistema de criação dos objetos artesanais, que inicialmente são voltados para suprir as necessidades do artesão-camponês, sendo objetos agrícolas, e que sofrem um movimento de deslocamento e transformação. Assim, esse sistema de criação torna-se de grande escala voltado para atender as novas cidades e as necessidades de seus moradores.

[4] O narrador observador nesse caso é o sujeito que sabe a história e fatos que serão narrados, porém, não participa totalmente deles, não atuando como um personagem principal da ação.

Nessa produção de escala, ressalta que a organização das oficinas de produção se baseava em um espaço que também servia para a família do artesão habitar, uma vez que a composição de família estava fortemente relacionada ao trabalho. Nestas estruturas familiares, a hierarquia patriarcal predominava com a figura do mestre como o detentor do saber fazer (SENNETT, 2009). Os mestres artesãos seguiam um modelo de códigos de conduta e moral. Os aprendizes buscavam as oficinas de produção para se profissionalizarem no ofício artesanal. Nessa movimentação, o próprio mercado de vendas seguia regras estipuladas pelos artesãos, como a fixação de preços por produtos. Cada região tinha o seu acordo de comercialização (IMBROISI; KUBRUSLY, 2011).

Essa nova maneira de produtividade marca o advento da indústria capitalista (HUNT, 1989). As divisões de tarefas provocaram a necessidade de que cada trabalhador se especializasse em uma função específica. Demonstramos aqui a desintegração, até então dominante, do sistema artesanal. Para Smith (1985), a fragmentação de funções age como um meio de extinguir o saber fazer do artesão, ou seja, um único sujeito não saberia mais todas as etapas de produção de um produto.

Mas, diante desta transformação do sistema artesanal, adentremos a discussão no tocante a presença das mulheres no campo artesanal, sendo que, pode se afirmar que elas sempre participaram ativamente dessa produção manual, no entanto, devido a suas práticas artesanais estarem inseridas no espaço doméstico, demorou se ter reconhecimento da mulher como artesã. De acordo com Perrot (2007), a mulher no campo do trabalho acaba por não se tornar visível, por práticas suas feituras em um âmbito primado por ser privado e particular, sendo distanciada da esfera pública.

Em outra perspectiva, como aponta Kergoat (2009) neste período há uma visibilidade para as mulheres que trabalhavam com a agulha como as

tecelãs e modistas. A agulha como um instrumento de feminização, que a própria igreja assegurava, mediante as promiscuidades, a "tentação feminina podia ser combatida através de um artesanato específico, o da agulha, fosse na tecelagem ou no bordado, mantendo permanentemente ocupadas as mãos das mulheres" (SENNETT, 2009, p. 71).

Com esse pseudo reconhecimento sobre as habilidades das mulheres no artesanato, permeado por preconceitos de uma sociedade patriarcal, temos a agulha com ferramenta e o tecido como a matéria prima, em que o saber fazer feminino se destaca por serem tarefas de concentração, minuciosas e delicadas, que ocupam mente e corpo, não havendo espaço para a ociosidade e mundanidade. Desconsiderando se a atividade da agulha (artesanato) como um trabalho. Está visão ocasiona como afirma Chimamanda (2009) "única história que cria estereótipos. E o problema com estereótipos não é que eles sejam mentira, mas que eles sejam incompletos. Eles fazem uma história tornar-se a única história" (p. 04).

Uma outra história: o narrador observador

Em todas as entrevistas realizadas com os guasqueiros de Jaguarão, estavam ao seu lado suas companheiras de vida. Em um primeiro momento se mantém silenciosas e até mesmo receosas de interferirem em algo, com passar do tempo e desenrolar dos acontecimentos, há um desprendimento dessas que começam, timidamente, em pequenas interrupções e com frases curtas, demostrarem sua presença.

Serão relatados o caso de cinco (05) narradoras observadoras, e suas participações na produção de guasqueria, considerando que, a partir delas, surge uma nova interpretação. As memórias passam a ser rememoradas em um compartilhamento comum entre os guasqueiros e suas companheiras, permitindo, segundo Chimamanda (2009), o surgimento de

outras histórias a partir de um novo olhar, manifesta-se uma infinidade de possibilidades de conhecer o outro pelo outro em um reconhecimento da fala, e assim formando um conjunto de vozes.

Nesse conjunto de vozes e compartilhamentos de memórias, temos na oralidade o mecanismo de transmissão do saber fazer. Em que a história oral se apresenta como:

> [...] uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo [...]. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, e especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois, a compreensão – entre classes sociais e entre gerações. E para cada um dos historiadores e dos outros que partilhem das mesmas intenções, ela pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos. Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical no sentido social da história (THOMPSON, 2002, p. 44).

A transmissão oral permite diferentes olhares de uma história, relatos em primeira pessoa, como no caso desta investigação, através de múltiplas percepções com a presença de personagens narradores observadores. Os sujeitos se identificam e auto refletem sobre si mesmos e seu entorno. "A história oral nos auxilia a compreender a possibilidade de múltiplas narrativas e que estas indicam que não há uma verdade única e que [...] cada qual terá uma visão de mundo, uma experiência de vida que compõe o todo" (DAVID, 2013; p. 160).

De acordo com Thompson (2002), temos a história oral como uma ferramenta de interpretação da História e das transformações do espaço sociocultural. Por meio de relatos pessoais, os fatos memoráveis são registrados tanto pelo narrador como para o receptor da mensagem. Todavia, como afirma Portelli (1997), com as conversas entre sujeitos em relação suas experiências de vida, em um compartilhamento de memórias individuais, a

oralidade torna-se uma ciência do indivíduo, que procura aprofundar a estruturação que rege a vida dos sujeitos entorno de seu contexto social, cultural, político, econômico e histórico. Ressaltando a importância e essencialidade do ir a campo, de se confrontar com espaço do sujeito investigado, para assim compreender a oralidade transmitida.

A primeira narradora observadora, doravante identificada como A.M. (2015), manteve-se sentada ao lado de seu companheiro guasqueiro, no ateliê, em um compartilhamento do chimarrão[5]. Enquanto este era questionado pela entrevistadora, mantinha sempre em contato com sua companheira que cevava[6] o mate. Em seus relatos o guasqueiro rememora sua infância, seu pai que lhe ensinou a guasquear, as técnicas que aprendeu para cortar o couro e amaciar. Todas as imagens do passado vão sendo recriadas por ele, a senhora A.M mantem-se silenciosa e atenta, apenas acena a cabeça em concordância quando é solicitada, nada comenta. Em certo momento, se retira para realizar seus afazeres cotidianos, dando adeus a entrevistadora e terminando a roda do mate e sua silenciosa participação na produção da guasqueria de seu companheiro. Em outras visitas ao guasqueiro e a A.M, essa apenas cumprimentava e se afastava do ateliê, deixando apenas o entrevistador e o entrevistado.

Nesse primeiro caso, a narradora observadora conhece os fatos e concorda com aquilo que é mencionado pelo guasqueiro, mas não emite seu olhar sobre a história de criação da guasca apenas se posiciona passivamente diante dos relatos dos fatos descritos. Podemos considerar que A.M não se sentiu no dever de falar, já que a entrevista estava voltada para o guasqueiro.

[5] Chimarão também denominado chá da amizade, considerado bebida típica dos povos de região pampiana, que consiste na utilização da erva de chá, denominada erva-mate, que é moída e depois colocada na cuia (recipiente proveniente do fruto cuieiro) com água fervente, e bebida.
[6] Cevar corresponde a preencher com água fervente do recipiente, térmica, a cuia com erva-mate.

Participando apenas em um testemunho da ação, tendo o testemunho "como o vértice entre a história e a memória, entre os "fatos" e as narrativas" (SELIGMANN, 2010, p.06).

Em contrapartida, a senhora J.A (2017), nossa segunda narradora observadora, está presente em todas as visitas da entrevistadora, participando sempre que mencionada, ou até mesmo quando não. Assim como A.M, no primeiro momento encontra-se ao lado de seu companheiro guasqueiro, em uma troca de chimarrão. No início permanece silenciosa, concentrada nos transeuntes da rua. Porém, quando o guasqueiro começa a relatar as dificuldades que teve quando morava na zona rural J.A, inicia sua participação no relato, rememora quando o único transporte que possuíam era a charrete, que era puxada por um velho petiço[7] tordilho[8], no qual percorria alguns quilômetros até a cidade para comprar seus mantimentos e para levar os filhos para a escola.

O guasqueiro menciona como se tira o tento[9] e como ele aprendeu a bordar, o que o leva a mencionar que J.A é costureira, ela concorda, mas não diz nada, segue o guasqueiro contando, quando J.A não está presente, que ele costura e borda melhor que muita costureira, e que ensinou suas filhas a costurarem na maquina da mãe (J.A), quando esta não estava em casa, pois a mesma não gostava que usassem sua máquina. Em outro período, J.A permanece atenta ao relógio, cuidando constantemente do tempo. Por volta das seis horas da tarde (18:00 horas), interrompe entrevistador e entrevistado, para convidar-lhes a assistir a novela, entusiasmada com aceite dos dois, demonstra-se ativa e falante dos causos e situações vividas pelos

[7] Equino pequeno e baixo
[8] Tordilho é a cor de tordo, acinzentado. Em um cavalo tordilho (em inglês : gray) a sua pelagem mescla a cor cinza com pêlos brancos, podendo predominar os brancos. Há algumas variações do tordilho como tordilho o negro.
[9] Tira de couro fina, podendo ser da espessura de um fio de linha de costurar.

personagens da trama, inserindo o guasqueiro e a entrevistadora em uma ferrenha discussão sobre o futuro dos personagens.

Depois de concluído o debate e com o termino da transmissão da telenovela, J.A auxilia ao seu companheiro guasqueiro a rememorar, em meio ao questionamento da entrevistadora, se ele já havia ensinado alguma mulher o oficio de guasqueria. O guasqueiro então conta que a mulher ao qual ensinou, era uma jovem a qual conhecia desde de que esta nascera, e que tinha trabalhado como peão para seus pais. Esta mulher, de acordo com o guasqueiro e J.A, era melhor que muito guasqueiro homem. Conta que ela só não seguiu guasqueando, por ter seguido uma profissão que a distanciou do espaço rural.

Para tanto, torna-se importante mencionar que esse guasqueiro foi o único a falar sobre a participação ativa da mulher em todo o processo de guasqueria, e da transmissão do saber fazer para essa. Assim, contrariamente ao artesanato da agulha, temos a mulher realizando o artesanato de força. Lembrando sempre que a guasqueria requer força e habilidade. Porém, nesse caso, dessa figura mulher participante do processo de guasqueria, pode-se observar que a mesma estava inserida no meio rural, em contato com o trabalho de peões, conhecendo esse meio social e as construções culturais que o constituem.

Voltemo-nos para J.A, que interagia com o entrevistador e entrevistado, e auxiliava a esse a rememorar acontecimentos e objetos de guasca que ele havia confeccionado. Assim como M.A, ela nunca participou da confecção dos objetos. Como o guasqueiro diariamente está envolto na produção de guasqueria, J.A conhece o fazer, mas não participa desse.

A próxima narradora observadora, identificada como P.A (2017), diferentemente de M.A e J.A, não se encontrava presente junto ao seu companheiro guasqueiro. Ao contrário, sua ausência se torna interessante,

quando o guasqueiro menciona que sua companheira o ajudava na costura do couro, com agulha de saco, o cravador e o furador. Principalmente em peças como bainha de faca e capas de térmica, enquanto cortava o couro para fazer o molde da peça o guasqueiro, se entristece e conta que sente falta da ajuda de sua companheira, que devido a um problema de saúde não pode mais sustentar nem o peso da agulha, por conta das mãos trêmulas. Somos apresentados a P.A, mulher calma e atenciosa, que rememora com dificuldades o tempo que usava a agulha para coser couro.

Em uma troca de fatos memoráveis, que os dois compartilharam, em duas vozes eles relatam a vida na campanha, o trabalho de peão do guasqueiro, e as dificuldades da vida na cidade. Neste caso, temos a companheira do guasqueiro, P.A, auxiliando em um passo da criação do objeto. Ela não domina todo o processo de criação, mas tem sua presença no ponto do couro, de modo que a peça passa a ser objeto de criação compartilhada. Sendo que, a impossibilidade em ajudar o guasqueiro, interferiu na escala de produção do mesmo, que antes não necessitava costurar as peças.

A quarta narradora, não será identificada como narradora observadora, pois a mesma, apresentada como S.A (2018), participou ativamente da entrevista, ao ponto da entrevistadora lhe direcionar perguntas. Como nos casos iniciais, ela encontrava-se ao lado de seu companheiro guasqueiro. Logo no começo percebe-se que a mesma tem forte influência na inserção de seu companheiro na guasqueria. O guasqueiro que respondia em uma primeira etapa de forma monossilábica, passa a interagir na entrevista quando S.A se interpõem. É ela que narra como seu companheiro tornou-se guasqueiro. Em uma exposição continua com uma cronologia sequencial, S.A rememora que, ao se ferir enquanto exercia o trabalho de peão, seu cônjuge teve que ficar de repouso, e como não podia fazer nenhuma atividade que

necessitava caminhar, ela o incentivou a guasquear, comprando-lhe cordas para que ele as trançasse. Evoca lembranças de sua vida e da vida de seu companheiro na fase da infância até a vida atual. Em uma partilha do passado transmitido ao presente, temos uma história narrada por duas vozes que se combinam e se complementam.

No entanto, apesar de conhecer o fazer, a narradora apenas reproduz a história do guasqueiro, mas não participa da criação ativa e material do objeto. Analisa-se que as narradoras observadoras, estão presentes na construção imaterial do objeto, mas não no processo total de sua construção física. Porém, nesse caso conhecemos o *outro* (guasqueiro) através de *outro* (segundo narrador), em peças que parecem até então distanciadas, mas que se complementam em um jogo de trocas de memórias por meio de narrativas compartilhadas de uma mesma história, transformada em outra história, pois, "as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais" (PORTELLI, 1997; p.16).

Assim como nossa última narradora observadora, que como S.A, torna-se em alguns momentos narradora, C.A (2018), surge ao lado do seu companheiro guasqueiro, acompanhada de seu jovem filho. Intercalando entre o cuidado do mesmo e a entrevista, ela se mostra ativa e questionadora, sobre os interesses da entrevistadora pela guasqueria. Ao ter suas respostas, oferece apoio e toma seu lugar de fala, complementando o relato do guasqueiro, e iniciando um discurso próprio do cotidiano de quem segue na guasqueria e de quem é peão, e como as duas esferas se complementam e se conectam. Diferenciando o modo de vida entre cidade e campanha, conhecedora das tarefas de peão, auxilia quando pode o seu companheiro nesse ofício. Já em relação a produção de guasqueria, conhece as

ferramentas e as técnicas, mas também é ausente na produção física do mesmo.

Dessarte, a ausência e a presença da mulher na produção de guasqueria deve ser analisada a partir da criação do objeto material e de sua imaterialidade. No objeto material temos o processo de estruturação da guasqueria, em que se é necessário abater o animal, carnear, lavar, lonquear, sovar e tirar tento. Esses processos estão fortemente ligados à profissão de peão, é a partir dessa que a guasqueria surge. Todavia, o que não cabe aqui discutir, a presença da mulher nesse tipo de trabalho também é desconsiderada, tornando-se quase inexistente, o que reflete a ausência da mulher no ofício de guasquear.

Doravante, na construção da imaterialidade do objeto, temos a presença continua da mulher como companheira do guasqueiro. Nessa percepção, também não nos cabe debater se é uma relação de poder da figura dominante do homem sobre a mulher, o da mulher como figura passiva, por ser companheira. O que nos interessa é a troca entre outros, o compartilhamento do passado entre dois sujeitos, o vínculo afetivo estabelecido que corrobora com a dimensão imaterial do objeto, que carrega em si os valores e ações do entorno em que foi criado e não apenas de seu criador. Como destaca Silveira e Filho (2005) o objeto circula no meio social por diversos trajetos, carregando em si um conjunto de sentidos e experiências compartilhadas pelos sujeitos que lhe conferem valor e simbolismo.

Considerações finais

A participação da mulher no campo do artesanato é um fato que por muito tempo foi reconhecido por estar relacionada com os afazeres doméstico, tornando a presença da mulher no labor artesanal apenas como

uma tarefa de ocupação do tempo (afastada do ócio), em ambiente particular (casa), distanciando essa da esfera pública, o que causa um não reconhecimento dessa como artesã (trabalhadora). Destacando-a apenas em trabalhos manuais ligados à ferramenta da agulha e linha, como se não tivessem participação em outras expressões artesanais, fato contraditório uma vez que a presença feminina está ativa em atividades da esfera pública como exemplo da pesca artesanal[10].

Frente ao artesanato e o não reconhecimento da participação da mulher em suas diferentes manifestações, podemos pensar a guasqueria como uma expressão artesanal: temos na rotina da lida de campo, nas tarefas com o cavalo, a influência desses objetos criados pelo guasqueiro. Em uma consciência material dos objetos, como menciona o autor Sennett (2015), em uma relação que o sujeito Artíficie usa de seu saber aprendido para deixar um pouco de si em seus objetos, principalmente nas vivências rotineiras e nas experiências obtidas.

Inicialmente temos a guasqueria como uma ferramenta auxiliar no trabalho do peão. Criada apenas para suprir uma necessidade cotidiana, não estava voltada para algo mais estético que exigisse um aperfeiçoamento de técnica, era algo de caráter mais utilitário. Ainda mantém o caráter utilitário, porém, há uma preocupação em criar peças finas com bordados e enfeites, que sejam esteticamente apresentáveis.

Nesse sentido, podemos apontar por meio da observação e relatos das narradoras observadoras, que a ausência na produção do objeto material em couro cru (guascas) se apresenta principalmente por essas não praticarem a profissão de peão, de não estarem intimamente ligadas à figura do cavalo,

[10] Trabalhou-se com esse exemplo principalmente por ser uma atividade de força, em que a figura masculina ainda prevalece como representante do ofício.

e assim não terem a necessidade de criarem ferramentas para trabalhar com esse animal.

Não obstante, a presença da mulher na produção da guasqueria se faz presente na construção do objeto em sua imaterialidade. Assim o é, por serem detentoras do conhecimento do processo de criação e por acompanharem o guasqueiro em seu momento de produção do objeto. Temos as narradoras observadoras como participantes ativas desta construção. Em trocas de relatos e afazeres do cotidiano entre guasqueiro e narradora observadora (companheira) os objetos vão tomando forma, as ações são praticadas. Uma vez que a dimensão imaterial não está ausente da constituição material.

Por fim, as breves informações da presença da mulher na produção de guasqueria em Jaguarão, como mencionado anteriormente, surge em meio a uma investigação que não estava direcionada a esta questão, fato que ocasionou poucos relatos por parte das narradoras observadoras, mas que nos possibilitou conhecer a situação da mulher nesse ofício.

Referências bibliográficas

CANCLINI, N.G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa P. Cintrão. São Paulo: Edusp, 2008

CHIMAMANDA, A. *O perigo de uma única história.* Conferência Anual – Ted Global: Oxford, Reino Unido, 2009.

CHITI, J.F. *Artesania, Folklore y Arte Popular*. Buenos Aires: Ediciones Condorhuasi, 2003.

DAVID, P. *História Oral:* Metodologia do Diálogo. Revista Memória e Patrimônio. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 157-170, janeiro-junho, 2013

IMBROISI, R; KUBRUSLY, M.E. *Desenho de Fibra:* Artesanato Têxtil no Brasil. SENAC: SP, 2011.

KERGOAT, P. Ofício, profissão, "bico". In: HITATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia.* São Paulo: Best Seller, 1999.

SELIGMANN-SILVA, M. *O local do testemunho*. Revista Tempo e Argumento, v. 2, n. 1, 2010.

SENNETT, R. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

PERROT, M. *Minha história das mulheres.* São Paulo: Contexto, 2007.

PORTELLLI, A. *O que faz a história oral diferente*. Tradução: Maria Therezinha Janine Ribeiro. Revisão técnica: Dea Ribeiro Fanelon. In: Proj. História, São Paulo (14), fev. 1997, p. 25-39.

SILVEIRA, F.A; FILHO, M.L. *Por uma antropologia do objeto documental:* entre a "A alma nas coisas" e a Coisificação do Objeto. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 37-50, jan/jun 2005.

THOMPSON, P. *A voz do passado:* história oral. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro – RJ: Paz e Terra, 3ª Edição, 2002.

Identidade de Pelotas: memória do legado cultural conduzido pela educação patrimonial

Enildes Devanesca Cruz Madeira[1]
Mara Sirlei Lemos Peres[2]

RESUMO: O contexto de que trataremos à temática evidencia o século XIX e a opulência econômica de Pelotas, conhecida como a Princesa do Sul, localizada às margens da Laguna dos Patos, no sul do Brasil. Aprofundar estudos sobre o legado que esse período construiu, originou o presente trabalho. O reconhecido patrimônio cultural material e imaterial, expressa a memória e a identidade da comunidade e ensejou o problema a ser investigado: A formação do patrimônio cultural da cidade de Pelotas dependeu do legado contributivo dos grupos étnicos? Os objetivos delineados visaram identificar o legado cultural como formador da identidade de Pelotas; reconhecer o patrimônio cultural de Pelotas através da educação patrimonial; comparar o espaço-tempo do Mercado Público Pelotense. A metodologia usou a pesquisa bibliográfica como a mais indicada para o tema e o estudo de caso como estratégia de pesquisa. Os resultados preliminares enfatizam a tese dos economistas ao agregar valor, visto com o comércio do sal e do açúcar que se tornou integrador de culturas e evidenciado na educação patrimonial como formador de uma identidade cultural.
Palavras-chave: Identidade cultural; Educação patrimonial; Memória; Patrimônio cultural.

Introdução

O contexto de que trataremos a temática "**Identidade de Pelotas: memória do legado cultural conduzido pela educação patrimonial**" inicia com a análise espaço-temporal. O espaço evidencia Pelotas, um dos quatrocentos e noventa e cinco municípios do Rio Grande do Sul. Conhecida como a Princesa do Sul, localiza-se às margens da Laguna dos Patos, no sul do Brasil. O termo Pelotas, refere-se a "pelota", embarcação de varas de corticeira, forrada de couro e utilizada pelos indígenas da região para a travessia dos rios, na época da Charqueadas. Segundo dados do IBGE (2015), Pelotas conta atualmente com 300.000 habitantes aproximadamente. O tempo em que se delineou a investigar o tema, foi o século XIX, período de opulência econômica e artístico-cultural que impulsionou o surgimento do patrimônio cultural material e imaterial, reconhecido pelos órgãos oficiais,

[1] Graduada em Turismo (UFPEL). Aluna no PPGEdu em Educação no IFSUL/Campus Pelotas. enildes28@gmail.com
[2] Doutor em Ciências. Pós-Doutor em Filosofia (PUCRS). Prof. Titular/ PPGEdu em Educação IFSUL/Campus Pelotas. mslperes@bol.com.br

graças a consciência repassada por uma educação patrimonial que guarda a memória e a identidade cultural local.

Aprofundar estudos sobre o legado que esse período construiu, originou o presente trabalho questionando se a formação do patrimônio cultural da cidade de Pelotas dependeu do legado contributivo dos grupos étnicos?

Na mesma perspectiva foram listados os seguintes objetivos:

Objetivo geral:

- Reconhecer a identidade de Pelotas como legado cultural conduzido pela educação patrimonial;

Objetivos específicos:

- Identificar o legado cultural como formador da identidade de Pelotas;
- Reconhecer o patrimônio cultural de Pelotas através da educação patrimonial;
- Comparar o espaço-tempo do Mercado Público pelotense.

As referências e o estudo de caso evidenciaram-se como caminho e estratégias de pesquisa pontuando os registros do legado patrimonial produzido pela integração de culturas no espaço-tempo, detendo-se no Mercado Público para investigar os fenômenos ligados à identidade cultural de Pelotas.

A relevância do estudo se evidencia frente a um cenário de reconhecimento do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), ao patrimônio cultural material e imaterial existente no município de Pelotas. Nessa perspectiva, tem-se a educação patrimonial despertando a consciência sobre a preservação do patrimônio cultural e a sensibilização da população para sua importância. A presunção é de conhecer para resguardar

o patrimônio cultural. Justifica-se desse modo, o presente trabalho que não tem outro propósito, senão investigar os fenômenos do estudo.

Identidade de Pelotas: memória do legado cultural conduzido pela educação patrimonial

Pelotas, cidade localizada na zona sul do Estado do Rio Grande do Sul, evidencia um patrimônio cultural material rico em edificações no Centro Histórico e nas Charqueadas, dentre outros. Em suas raízes, encontra-se um patrimônio cultural material de culturas portuguesas com um vasto legado, dentre os quais o doce (BITENCOURT; LACERDA, 2015).

Para Magalhães, a origem da tradição doceira em Pelotas está atrelada ao contexto saladeiril e escravocrata:

> E é aí que se insere o doce, embora não, de início, como protagonista, pois essa civilização se sustentava no suor do negro, na punição do escravo, na faca assassina, na degola do boi, no arroio tinto de sangue, no cheiro de carniça, nas mantas de carne sob o calor do sol. Era uma civilização do sal, mas que procurava atenuar seus rituais de castigo e de brutalidade adocicando-se em cortesias, amabilidades, versos rimados, saudações solenes, dedicatórias rebuscadas e, veladamente, sensuais. Era uma sociedade escravocrata, e por isso rude, e por isso cruel; mas que, para sobreviver internamente, procurava ser dócil consigo mesma. (ALMANAQUE, 2012 apud MAGALHÃES, Mario Osorio. Sal e Açúcar).

Aqui os fundamentos da Nação, as diretrizes do pensamento que estrutura as religiões de matriz africana na região, seus mitos e ritos, parecem sinalizar o encontro com o contexto que o autor descreveu como sendo o da origem da tradição doceira pela qual Pelotas ficou nacionalmente conhecida: o de uma civilização sustentada pelo sal e pela mão-de-obra escrava. (ALMANAQUE, 2012)

O surgimento de Pelotas, data de 1758, quando Gomes Freire de Andrade faz uma doação de terras às margens da Lagoa dos Patos ao Coronel Thomaz Luiz Osório. No ano de1763, habitantes da Vila Rio Grande

refugiaram-se neste local. Mais tarde, juntaram-se a estes, alguns retirantes da Colônia de Sacramento que cumpriam determinações do Tratado de Santo Ildefonso. Em 1780, o português José Pinto Martins, vindo do Ceará por decorrência da seca, fundou às margens do Arroio Pelotas, (reconhecido como patrimônio do Estado do RS), a primeira Charqueada, cuja localização estimulou o crescimento da região através da produção de charque oriunda de regime escravocrata, conforme dito acima.

As ações empreendedoras na época, proporcionaram à região um patrimônio cultural, explicado na Constituição, conforme segue:

O artigo 216 da Constituição Federal de 1988, diz que

> *Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:* ***I*** *- as formas de expressão;* ***II*** *- os modos de criar, fazer e viver;* ***III*** *- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;* ***IV*** *- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;* ***V*** *- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico,*

O patrimônio cultural de Pelotas deveu-se ao apogeu econômico de Pelotas atraindo investidores, imigrantes que instalaram fábricas baseadas no gado e posteriormente indústrias independentes do complexo saladeiril, como fábricas de cerveja, tecelagens, ladrilhos hidráulicos, de carros e carruagens, bem como indústria química e farmacêutica. (CERQUEIRA, 2004).

As bases da sociedade civil evidenciaram ainda, a formação de uma identidade cultural local.

Identidade expressa a relação indivíduo-grupo e também o caráter do que é idêntico ou o "mesmo" através dos diferentes momentos de sua existência.

De acordo com MOSQUERA (1974, p. 43) : "A identidade tem um sentido de reconhecimento, estruturação, afetividade e sentimento da própria pessoa consigo mesma."Ao se reconhecer na linguagem, crença, rito, música, dança, culinária, dentre outros, a comunidade cria referências identitárias a partir de costumes e legados oriundos da geração anterior e que se ressignificam com a modernidade porém se perpetuam no futuro.

Pelegrini (2006) destaca que a ampliação do conceito cultura definiu patrimônio como produções de “artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios", "criações anônimas surgidas da alma popular" e "valores que dão sentido à vida". Defende a valorização e preservação da cultura, dos costumes, língua, crenças, ritos, lugares, monumentos, obras de arte e tudo que remeta a preservação e apreço ao patrimônio cultural. Para a autora, todo o patrimônio se configura e se engendra mediante suas relações com a cultura e o meio, reconhecendo que a construção da cultura se dá de forma dinâmica e ininterrupta, a partir do contato com saberes e grupos distintos. Observa-se que foi o que ocorreu nesse espaço-tempo em Pelotas.

A segunda metade do séc. XIX trouxe a modernização arquitetônica e urbanística à cidade. Na década de 1860, o centro apresentava uma malha urbana em formato de xadrez, constituída de 52 quarteirões e 8.838 pessoas na zona urbana num total de 13.537 pessoas no município. Dentre estes, negros e índios.

A população de escravos era significativa e a contribuição destes nas Charqueadas e plantações não se desconhece. As diretrizes do pensamento estruturantes das religiões de matriz africana na região, seus mitos e ritos, voltam-se à origem da tradição doceira pela qual Pelotas ficou nacionalmente conhecida: o de uma civilização sustentada pelo sal e pela mão-de-obra escrava. (ALMANAQUE, 2012)

Os grupos indígenas também eram de número significativo. Seus vestígios na região têm sido encontrados na arqueologia regional por pesquisadores da UFPEL. Os chamados cerritos, margeavam lagoas e rios, eram inúmeros e alguns têm sido encontrados próximo ao Arroio Fragata e no Pontal da Barra, dentre outros. Em 2013, no Parque Farroupilha, antiga denominação do local próximo a Colônia Francesa, viviam aproximadamente, apenas uma família de 11 índios (PERES, 2013).

A contribuição do índio ao legado cultural vai além da gastronomia e agricultura. Possuíam um conhecimento ímpar da natureza, que adveio da mistura de saberes e competências que originaram um patrimônio cultural imaterial relevante. Práticas como a caça, pesca e cultivo e consumo de mandioca, milho, batata-doce, cará, feijão, amendoim, tabaco, abóbora, urucu, algodão, *carauá*, cuias e cabaças, pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas plantas e árvores frutíferas. A cultura das queimadas, além de inúmeras palavras do nosso vocabulário, oriundas da língua indígena são evidências da integração de culturas.

Destarte, além do charque e dos doces, Pelotas distinguiu-se pela tradição da cultura do pêssego e outros derivados de frutas, do aspargo, da pecuária, etc. O comércio de produtos diversificados oriundos do interior do município ocorria no Mercado Público de Pelotas que, devido a sua localização em área central, atendia uma demanda grande da população.

Mercado Público Municipal

O Mercado Público foi construído no ano de 1847, no estilo neoclássico. Consistia em um prédio quadrado com um pátio no centro e acesso do público pelas esquinas. As lojas eram encontradas na parte de alvenaria e no pátio, funcionava o comércio informal. A origem do Mercado

Público segue a lógica capitalista e remete a adequação urbana ocorrida em Paris no séc. XIX, segundo Sevaio (2018).

Entre 1911-1914, uma reformulação do espaço mudou plantas e a fachada do prédio que recebeu a torre do relógio e o farol de ferro, importados de Hamburgo (Alemanha). Foram feitas mudanças nos acessos originais que foram fechados, passando a ter acessos centralizados e o pátio recebeu estrutura e telhado.

Da torre do relógio do Mercado Central eram ouvidas as badaladas que determinavam o compasso da história. Em madrugadas serenas e límpidas, chegavam e partiam diligências que conduziam passageiros na Estação Férrea. (ALMANAQUE, 2012).

O Almanaque Pelotas Bicentenário, registra da imagem do Mercado Central, após a reformulação do espaço, conforme segue:

Figura 1: Torre do Mercado. Engenheiro: Manoel Itaqui, 1911-1914.

Na parte superior do farol de ferro, encontrava-se Mercúrio/Hermes (figura 2),

Figura 2: Escultura em bronze de Mercúrio, originalmente colocada sobre a torre do Mercado Central de Pelotas, após a reforma de 1912. Desde agosto de 2013, exposta no Memorial do Mercado. (Fonte: Isabel Halfen da Costa Torino, 2013, p. 443)

A escultura de Mercúrio ou Hermes com chapéu alado, atributo que remete a qualidade de divindade do movimento, do comércio, da viagem, da velocidade não está mais no farol. Essa estátua de bronze de Mercúrio (Hermes) foi colocada sobre o Mercado Central, quando foi reformado entre 1911 e 1914. (ALMANAQUE, 2012).

O tombamento do Mercado Público Central ocorreu em 1985, sob Decreto do Prefeito Bernardo José de Souza. O mercado Central é considerado um dos principais edifícios históricos da cidade e remete ares de modernidade europeus.

O local antes utilizado por comerciantes de produtos *in natura*, característico de mercados populares, camelôs e terminais de bonde, após a

revitalização ocorrida em 2012, tem bares, lojas de *souvenirs*, e doçarias. São promovidos eventos culturais como Samba no Mercado que ocorre aos sábados. Movimentos sociais e políticos, de lazer e religiosos, ocorrem no entorno do Mercado Público.

Desse modo, observa-se uma ressignificação do espaço mostrando novos públicos com diversidade de interesses. Observa-se o surgir de um novo espaço de cultura e lazer onde a educação patrimonial tem espaço junto aos visitantes da cidade, atividades políticas e sindicais que ali se reúnem, campanhas em prol da saúde, etc. Com isso, verifica-se que o Mercado Central foi se tornando uma *Àgora* da juventude e ao mesmo tempo se elitizando e excluindo, parcela da população periférica talvez pelo desconhecimento da importância do "lugar" tratada na educação patrimonial.

Educação Patrimonial

A educação patrimonial teve início nos museus, que desde a década de 70 do século XX, intensificaram ações educativas em vários países. Atualmente é evidenciada pelo IPHAN, em seu Guia de Educação Patrimonial, como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, que utiliza o Patrimônio Cultural como fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, que se dá através da experiência e o contato direto com as diversas manifestações da cultura, propiciando a crianças e adultos um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando estes para a geração e criação de novas culturas.

Para Pelegrini (2006), no processo de educação patrimonial é essencial que a população seja entendida como agentes históricos - sociais e produtores de culturas. Outro fator importante é a valorização dos

artesanatos locais, dos costumes tradicionais, a língua regional, gastronomia, festividades, modos de viver e sentir das diversas etnias latinas.

Cerqueira (2005) afirma que existem dois focos gerais de ação neste processo: a educação da comunidade escolar e a educação da comunidade em geral. A forma mais destacada de aplicação é o Turismo Cultural, utilizado como atividade pedagógica de formação de cidadania, de forma diferenciada pois, promove o diálogo entre o local e o global, abrangendo não só o turista local como aqueles vindos de outras regiões do país e o estrangeiro. Assim, o turismo enquanto atividade educadora, poderá colaborar para o desenvolvimento da consciência, das políticas e das ações públicas para a preservação do patrimônio.

Considerações finais

A partir do exposto, onde o presente trabalho questionou a formação do patrimônio cultural da cidade de Pelotas dependente do legado contributivo dos grupos étnicos, algumas considerações evidenciaram-se importantes registrar.

O trabalho visou reconhecer a identidade de Pelotas como legado cultural conduzido pela educação patrimonial analisando o espaço-tempo do Mercado Público de Pelotas. Na pesquisa documental com a estratégia do estudo de caso buscou-se registros do legado patrimonial produzido pela integração de culturas.

Nessa perspectiva, a cultura do sal e do açúcar em Pelotas confirma teses dos economistas agregando valor com esse comércio que se tornou também, integrador de culturas, possibilitando o rico patrimônio cultural. A identidade cultural relacionada a indústria saladeiril constituiu o patrimônio cultural material e imaterial de Pelotas.

O estudo demonstra o legado cultural na cidade pelo tombamento de diversas construções históricas, reconhecimento de saberes e modos de fazer doces, artesanato, dentre outros peculiares do município, fatores que reforçam a memória e identidade da população quanto às suas crenças, valores e reconhecimento enquanto cidadãos pelotenses.

O Mercado Público Central como “o lugar” onde ocorre a socialização, pois há um fluxo grande de pessoas, porém não inclui população menor poder aquisitivo, o que gera a elitização deste espaço. No cenário, a importância da educação patrimonial para que a comunidade conheça mais a respeito de sua história, valorize seus hábitos, preserve e conserve os bens culturais materiais e imateriais existentes, agrega valor de pertencimento e apreço a esta localidade.

Referências

ALMEIDA, L.; BASTOS, M. A experiência da cidade de Pelotas no processo de preservação patrimonial. **Revista CPC**, n. 2, p. 96-118, 1 out. 2006.

BITTENCOURT, S.; LACERDA, R. **A doce fama pelotense.** Disponível em: <www.empauta.ufpel.edu.br>Acesso em 25/08/2018 as 17:20.

BRASIL, Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. **Turismo Cultural: Orientações básicas.** Brasília, DF; 2006, 44 p.

BRASIL. **Constituição Federal**, DF: 2008.

CERQUEIRA, F.V. Patrimônio cultural, escola, cidadania e desenvolvimento sustentável. **Diálogos.** DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p.91-109, 2005.

DUTRA, C. O., PINHEIRO, P. **Análise do acesso, facilidade e atrativos turísticos do centro histórico da cidade de Pelotas/RS.** P. 97.Universidade Federal de Pelotas. Disponível em https://www.univali.br/centros/ceciesa-ctl/forum-cientifico-de-gastronomia-turismo-e-hotelaria/Documents/anais/anais-4-fcturh.pdf#page=94.>Acesso em 26/08/2018.

FREIRE, B. M.; O inventário e o registro do Patrimônio Imaterial: Novos instrumentos de preservação. **Cadernos do LEPAARQ**, v. 2, n. 3, 2005. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/lepaarq/article/view/1047>. Acesso em 26/08/2018.

IPHAN. *Resolução nº 1 de 3 de agosto de 2006.* Publicado no DOU em 23 março de 2007.

IPHAN. **Guia de Educação Patrimonial.** Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em 26/08/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro, 2000.

MOSQUERA, J. ***Psicodinâmica do Aprender.*** Porto Alegre: Sulina, 1975.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa Qualitativa**. Ed. Vozes. Petrópolis: RJ: 2007.

Patrimônio cultural. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/brasil500/comida1.htm>. Acesso em: 26/08/2018.

PELOTAS, Prefeitura Municipal. **Primeira referência histórica de Pelotas.** Disponível em: www.pelotas.com.br. Acesso em 25/08/2018.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. ***Revista Brasileira de História,*** v. 26, n. 51, São Paulo, Junho/2006. Disponível em http://www.scielo.br. Acesso em 26/08/2018.

PERES, M. S. L.; BAVARESCO, A. **Do sal ao açúcar: O rico patrimônio cultural. Legado contributivo dos grupos étnicos na formação da Região Sul do RS**. XIII JEAB, Jornada Estadual de Estudos Afro-Brasileiros, promovida pela FAPA (Faculdade Porto-Alegrense), em outubro de 2015.

SEVAIO, J. M., SOTO, W. H.G. O samba no Mercado Público de Pelotas como elemento de direito à cidade. **Revista Seminário de história da Arte**, v.1, n. 7, 2018.

XAVIER, A. E. V. A revitalização do Mercado Público de Pelotas e sua ressignificação social. **RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, [S. l.], v. 2, p. 72-89, dez. 2016. ISSN 2525-7870. Disponível em: <http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/355>. Acesso em: 26/08/2018.

Usos e sentidos do livro OSPB, de Frei Betto, na prática docente de uma professora (1987 – 1993)

Lisiane Sias Manke[1]
Maria Carolina Padilha de Souza Neta[2]

Este artigo visa analisar o papel do livro didático "OSPB: introdução à política brasileira" de autoria de Frei Betto[3], de conteúdo progressista e político, no desempenho do ofício docente de uma professora da rede básica de ensino da cidade de Pelotas, aqui denominada como Nair. Através da análise da obra e do relato oral da professora sobre suas memórias, buscamos pontuar os sentidos, usos e apropriações feitos por ela, entre os anos de 1987 a 1993, período em que utilizou o livro como apoio em suas aulas. A obra teve como propósito alterar o sentido dos conteúdos produzidos na década de 1970 para a disciplina de Organização Social e Política Brasileira (OSPB)[4], conforme indica seu prefácio. O conteúdo formativo do livro será analisado através de práticas desenvolvidas no espaço escolar, de modo a compreender a apropriação da mesma em determinado contexto histórico. Para tanto, observamos os relatos da professora Nair sobre suas práticas de ensino e sua atuação social, em um período de abertura política no Brasil. Apesar de toda a subjetividade presente em sua narrativa sobre a experiência docente com o livro de Frei Betto, a professora evidencia pertencer a categoria dos docentes de seu tempo, atuando por conta da sua identificação com a classe trabalhadora.

[1] Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas; Doutora em Educação. lisianemanke@yahoo.com.br
[2] Graduanda em História Licenciatura da UFPel; Bolsista Voluntária. mariacarolinapsneta@gmail.com
[3] Frei Betto é teólogo, escritor e militante de movimentos sociais e pastorais com atuação em organizações políticas estudantis e grupos estruturados em torno da Igreja Católica.
[4] A disciplina OSPB foi criada em 1962, no governo João Goulart, posteriormente, com o regime militar, é reformulada e instituída como obrigatória pelo decreto-lei 869/69, sendo extinta em 1993, no governo do presidente Itamar Franco.

O livro “OSPB: introdução à política brasileira”, publicado pela editora Ática, em 1985, teve sua última edição em 1993, ano da extinção oficial da disciplina OSPB dos currículos escolares (VIEIRA, 2011, p.75). A obra mostrou-se afinada com o discurso recorrente no período de redemocratização, a começar pela imagem da capa, a qual retrata crianças boias-frias, cortadores de cana de Pernambuco, com fotografia de Nair Benedicto, evidenciando, em forma de denúncia, o trabalho infantil no Brasil. Na apresentação Frei Betto define o público leitor desejado para obra, ao afirmar: “para ser usado nas escolas e para ser entendido pelos leitores” (BETTO, p. 3, 1986). Ou seja, tratava-se de textos com linguagem acessível e fácil compreensão, destinados à leitores de dentro e de fora dos espaços escolares. De igual modo, os temas desenvolvidos no livro indicam para a reestruturação da disciplina de OSPB, que em sua origem tinha como principal propósito a formação cívica do cidadão. Os 18 capítulos apresentam diversas abordagens, com títulos tais como: “Como a sociedade aparece aos nossos olhos”, “1964-1985 – 21 anos de casuísmos e pacotes eleitorais”, “O nordeste brasileiro, a situação mais trágica” e “Reforma agrária já”. Assim, propõem a reflexão e a análise crítica dos leitores em relação à sociedade brasileira, o que é evidenciado também nas atividades ao final de cada capítulo, que indicam para uma nova roupagem para a disciplina de OSPB.

Para Vieira (2011, p. 5), o livro remete ao histórico de indivíduos e grupos que ao longo dos anos 60, 70 e 80 se sobressaíram pelo empenho a favor da educação popular e reformas de base, de envolvimento direto com a luta armada. Nesse sentido, a obra representa uma determinada cultura política, uma expressão de uma geração, sendo uma condensação de tradições políticas dos anos 1960, do final de 1970 e da década de 1980, quando a luta armada e a reforma universitária davam lugar a outra prioridade: a formação do cidadão em valores democráticos. Nesse contexto, de uma

nova concepção para formar o cidadão, a partir das ideias de Choppin (2002, p. 13), o manual didático assume "o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se".

Saindo do contexto macro brasileiro na década de 80 e adentrando o ambiente escolar, onde o referido livro foi material utilizado pela professora e seus alunos, é possível, com o auxílio da História Oral, analisar mais de perto o modo como esse material foi apropriado[5] por seus leitores. A partir do relato de Nair, pode-se entrar em contato, através de suas memórias, com o seu fazer docente e pontuar os significados e impactos, que um material que se propunha a "fazer diferente", teve no "chão da sala de aula". Segundo Portelli (1997, p. 13), "a primeira coisa que torna a História Oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados".

No contexto de abertura política no país, a professora Nair, formada em História, iniciava sua trajetória trabalhando em uma escola particular, no ano de 1987, ministrando as disciplinas de História, OSPB e Moral e Cívica, na qual ainda havia certo cerceamento da conduta docente, resquício do período ditatorial. Posteriormente, passa a atuar em uma escola pública, onde ganha maior autonomia para realizar suas aulas, com a possibilidade de discutir o currículo e o sentido das disciplinas de Moral e Cívica e OSPB, conforme destaca: "Quando eu saio da faculdade, uma das nossas bandeiras de luta era justamente aumentar a carga horária da História, que por conta da Moral e Cívica e OSPB, havia sido bastante reduzida" (Nair, 15/02/2018). Ao

[5] Utilizamos o conceito de apropriação desenvolvido por Chartier (1990), entendido enquanto processos de interpretações socialmente constituídos, resultado da ação e interação entre o sujeito (e seu conhecimento experiencial), o texto (e seu conteúdo semântico) e as obras (compostas por dispositivos discursivos e tipográficos).

rememorar esse período, Nair se percebe como uma jovem professora que inicia sua profissão cheia de utopias, considera que pertenceu a uma geração que tinha o comprometimento de fazer algo novo e diferente na da sala de aula. Usando o "nós", e evidenciando o caráter coletivo de seu relato e memória, fala das propostas realizadas em sala de aula, e do uso do livro de Frei Betto, dizendo que havia "muito trabalho em grupo, eu tinha essa preocupação assim, quando nós saímos da universidade nós queríamos muito negar aquela perspectiva de trabalho em história com a memorização, não é?" (NAIR, 15/02/2018). Há, no entanto, uma ligação muito estreita entre memória e o sentimento de identidade, no caso, da identidade de uma profissional da educação que constrói sua memória embasada na sua identificação com seus colegas, à classe trabalhadora que pertence, tanto no passado como ainda no presente, pois o "sentimento de identidade no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros" (POLLAK, 1992, p. 5). A sua memória, apesar de individual, está atrelada a esse sentimento de identidade, adquirindo assim um caráter coletivo.

Na lembrança de Nair, a aproximação com o livro de Frei Betto acontece ainda na academia, e ganha significado quando, já formada, se depara com o questionamento dos alunos que queriam organizar um grêmio estudantil:

> Bom, então, vou em utilizar aqui [LIVRO DO FREI BETTO] que fala sobre o movimento estudantil, então vou usar uma aula para fazer isso, para conversar com eles, só que isso teve repercussão porque eles então, a partir das orientações que eu dei, foram procurar a direção não é. (NAIR, 15/02/2018).

Ao orientar os estudantes sobre a criação de um grêmio estudantil, e envolver-se em um movimento grevista, a professora desgastou, por assim dizer, sua relação com a direção da escola. Conforme relata, sua atuação

neste episódio se dá, especialmente, com o auxílio do livro de Frei Betto, que segundo Nair, "era considerado um livro subversivo" (15/02/2018). Sobre a temática trabalhada - o movimento estudantil-, o livro apresenta um capítulo de três páginas, onde discute os objetivos do movimento, o seu histórico no Brasil atuando contra a ditadura e também de organizações como a União Nacional de Estudantes. Nesse ponto, é essencial a atuação da professora, que não foi indiferente aos anseios dos seus educandos, assumindo um papel de "ponte" entre o material didático e os alunos.

Na escola pública que passa a atuar no final do mesmo ano, em 1987, sua prática vai ser pautada na construção coletiva do conhecimento, no diálogo e no questionamento, como relata:

> O que eu vou fazer! Vou entrar nas aulas de moral e cívica e OSPB e vou perguntar para os estudantes: o que vocês gostariam de estar discutindo sobre o Brasil? Então aí vão surgir 'n' questões, (...) questões que vão tratar desse campo social, das desigualdades, não é?. (NAIR, 15/02/2018).

Assim, Nair procurava dar voz aos alunos e a partir desse espaço de fala surgiam questões sobre sexualidade, drogas, desigualdades, entre outras. Ela busca então, trabalhar todos esses questionamentos, abrindo a sala de aula para outros profissionais, com o objetivo de enriquecer a formação de seus alunos e alunas:

> Quando eu encerrei aquele trabalho sobre sexualidade eu levei o psicólogo para a escola, então ele vai fazer a costura final… Como assim? Eu não tinha formação para isso, não haviam estudos, pelo menos eu não tinha acesso a esse tipo de estudos não é… Então, ele 'psicologisou" a coisa, mas enfim… (NAIR, 15/02/2018).

Para a realização de tais atividades, "esse livro do Frei Betto foi muito bom." (NAIR, 15/02/2018). Nair percebe a sala de aula como espaço privilegiado para a construção da cidadania. Para tanto, negligencia o currículo escolar, apresentando novas demandas para o conteúdo de OSPB, subsidiada por materiais didáticos como o livro de Frei Betto, e por outros

materiais que foram transformados em material didático, como panfletos de movimentos sociais, por exemplo. Como bem explica:

> Bom... esse livro vai ajudar nisso, porque se tinha muita pouca literatura com relação a essa metodologia ou essa perspectiva de trabalhar (...). Até por conta da própria linguagem, porque servia como orientação, enfim. Estávamos ali nos formando professores não é, nos habilitando, vamos dizer, professores. Então, haviam muitas dúvidas. Eu olho e lembro, assim, dos meus textos e eles eram muito frágeis digamos assim, muito superficiais e aí isso aqui [livro] vai nortear, vai dar uma ideia. (NAIR, 15/02/2018).

Dentre as atividades realizadas a partir desse subsídio, a professora relembra a temática da discriminação racial, que resultou em um ato público no pátio da escola, em que foram proferidas palavras de ordem a respeito do racismo. Nair faz a seguinte consideração, ao relembrar essa atividade dentre outras: "O fato de eu ser uma mulher negra, fazia com que se identificassem, estabelecessem uma relação de confiança não é, então tudo bem…"(15/02/2018).

Desse modo, percebemos que ao apropriar-se do livro "OSPB: Introdução à Política Brasileira", considerando a relação entre a experiência sociocultural do leitor, o conteúdo semântico e os dispositivos tipográficos da obra, a professora pôde levar para a sala de aula, em pleno período de redemocratização do Brasil, questões caras a sociedade brasileira, com destaque para discussões sobre reforma agrária, sobre os negros, os movimentos populares, os direitos das mulheres e os direitos humanos. Contudo, é preciso ressaltar, que esses temas foram debatidos pelos alunos, através da atuação da professora, que se apropria do conteúdo do livro, motivada, especialmente, pela posição social que assume, que influência seu fazer docente. Como bem considera Bittencourt (2013, p.74), para entender o papel que o livro didático estabelece na vida escolar não basta analisar a ideologia, a defasagem ou a fidelidade do material em relação às propostas

curriculares, mas também a intervenção de professores e alunos. Uma vez que, "o professor é quem transforma o saber a ser ensinado em saber apreendido, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos". (BITTENCOURT, 2009, P.50). Neste caso, o caráter propositivo do livro de Frei Betto foi um incremento nas mãos da professora, que viu no cotidiano escolar uma possibilidade de formação para democracia, depois de tempos tão sombrios da história do país. No dia a dia, as problemáticas, dúvidas e inquietações de uma geração floresciam, e nesse contexto as apropriações que fez deste livro, somadas as experiências socioculturais vivenciadas, constituíram a prática docente de Nair.

Fontes:

BETTO, Frei. OSPB: Introdução à Política Brasileira. São Paulo: Ática, 1986.
Entrevista Professora Nair - 15/02/2018

Referências:

BITTENCOURT, Circe. Livro didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula.* São Paulo: Contexto, 2013.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

CHOPPIN, Alain. *O Historiador e o Livro escolar*. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11):5-24, Abril, 2002.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente?*; tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. Projeto História. São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev.

1997. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240. Acessado em: 21/02/2018.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941. Acessado em: 21/02/2018.

VIEIRA, Cleber. *Educação e cultura política no contexto de redemocratização: considerações sobre o livro "OSPB: Introdução à política brasileira", de Frei Betto*. In: Anais do 17º COLE, Campinas, SP: ALB, 2009. Disponível em: http://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem12/COLE_3479.pdf. Acessado em: 23/02/2018

Grupo de Ação Lésbica Feminista: A necessidade de se fazer representar.[1]

MARTINS, Larissa P.[2]

Para compreender como se constituiu o movimento social de mulheres lésbicas feministas farei uma breve contextualização do surgimento do Grupo de Ação Lésbico Feminista criado por militantes lésbicas que originalmente faziam parte do grupo SOMOS, importante grupo do movimento homossexual em São Paulo. Dentro do SOMOS, essas mulheres lésbicas criaram um subgrupo, intitulado Lésbicas Feministas (LF), justamente com o intuito de ir contra o machismo que havia dentro do movimento homossexual, que eram extremamente misóginos e as chamavam de rachas, assim como não compreendiam suas especificidades. Porém, a criação deste grupo de mulheres lésbicas dentro de um grupo maior do movimento homossexual, gerou diversos conflitos, pois muitos gays (e algumas lésbicas) não viam a real necessidade de um grupo específico de lésbicas e achavam que estas questões estariam segregando o movimento.

Vale situar que estamos tratando de um período histórico conhecido por ser um momento da redemocratização nacional. Desde 1964, o país vivia uma ditadura civil-militar e, a partir do final dos anos 1970, diversos movimentos sociais começaram a se reorganizar exigindo eleições diretas para presidente. Segundo Emir Sader (1987), o novo semblante dos movimentos sociais foi se constituindo apoiado pelo ciclo expansivo da economia brasileira, a partir da segunda metade dos anos 1960 e no transcurso dos anos 1970, para ganhar seus contornos mais definidos já no

[1] Este resumo é um pequeno recorte do meu trabalho de conclusão de curso intitulado "Chanacomchana Também É Bacana! Estudo Sobre a Imprensa Lésbica No Brasil (1981 - 1987)".

[2] Universidade Federal do Rio Grande. Licenciada em História. Mestranda em Educação. www.larissa.pmartins@gmail.com

processo de crise da ditadura. No decurso do processo de redemocratização, os diversos movimentos sociais constituídos ainda durante a ditadura foram tomando características próprias e, assim, se diferenciando uns dos outros.

Sendo assim, movimentos sociais como o feminismo e o movimento de homossexuais, se consolidaram no Brasil no final da década de 1970, e, por terem a lésbica como um dos principais perfis de militante em comum, deveriam, assim, pôr as suas pautas nas lutas desses dois movimentos. Porém, essas mulheres lésbicas encontraram uma grande dificuldade de serem ouvidas em ambos os movimentos, uma vez que no movimento homossexual se sentiam invisibilizadas e, dentro do movimento feminista, havia um receio de que a participação das lésbicas fosse "manchar" ou então desacreditar as lutas feministas, pois isso reforçaria o estereótipo machista de que toda feminista é lésbica, assim como os maridos destas feministas heterossexuais acreditavam que as lésbicas seriam má influência para suas esposas, e articulavam-se para evitar a convivência entre ambas dentro do movimento feminista.

No entanto, o Grupo Lésbico Feminista restringiu-se a um curto período de atuação, tendo nos últimos meses de 1980, por divergências internas, acabado, fazendo com que as militantes que nele atuavam criassem novos grupos lésbicos, como o Terra Maria ou então foram para outras organizações feministas já existentes, mas algumas decidiram dar continuidade ao Grupo Lésbico Feminista, porém com uma nova perspectiva. Segundo Miriam Martinho (2012), em outubro de 1981, as que optaram por dar continuidade à militância especificamente lésbica e feminista (Miriam Martinho e Rosely Roth), fundaram o Grupo de Ação Lésbica Feminista (GALF). Conforme aponta Martinho, o GALF foi responsável pela:

> organização que voltou a produzir a publicação *Chanacomchana*, como boletim, construiu a primeira biblioteca sobre a temática lésbica no Brasil, fez as primeiras reivindicações junto a políticos pelo combate contra a discriminação, as primeiras articulações

> entre ativistas lésbicas em nível internacional (em particular da América Latina), as primeiras aparições públicas nos meios de comunicação nacionais (mídia impressa e televisiva) e permaneceu atuante durante praticamente toda a década de oitenta (1981-1989), ao contrário das outras poucas organizações lésbicas da época que tiveram vida efêmera (MARTINHO, 2012).

É entendendo como foi pensada a criação do Grupo de Ação Lésbica-Feminista que pretendo analisar como as mulheres do GALF se percebiam e se constituíam enquanto mulheres lésbicas, e como elas conseguiam, através do *Chanacomchana*, difundir seus pensamentos para outras mulheres lésbicas, criando assim uma identidade coletiva baseada na representatividade gerada pelo boletim.

A necessidade de se fazer representar: a busca por um sujeito representativo.

Analisando dez dos doze boletins *Chanacomchana* a fim de perceber como era construída a identidade lésbica para essas mulheres, assim como tentar entender qual a importância do feminismo para elas, foi possível identificar a construção do sujeito lésbica para o Grupo de Ação Lésbica Feminista. Conforme argumenta Judith Butler (2016), é necessário demonstrar a importância de uma afirmação de uma identidade coletiva para que haja um sujeito representativo em um movimento social. Conforme Butler, “a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão” (BUTLER, 2016, p.19), dessa forma, o Grupo de Ação Lésbica Feminista utilizava dos boletins *Chanacomchana* para legitimar as vivências lésbicas, dando visibilidade para formas de ser e viver enquanto lésbica.

Para Navarro-Swain, falar sobre lesbianidade “não é apenas descrever práticas ou elaborar definições, é sobretudo tentar observar como uma certa prática sexual se insere nas relações sociais” (2004, p. 11). Indo

muito além do sexo ou amor entre mulheres, para o Grupo de Ação Lésbica-Feminista, a afirmação de sua lesbianidade é um posicionamento político importante para o reconhecimento e a criação de uma identidade, que as condicionam e as enquadram em modos de ser, de sentir, de se perceber perante o mundo e sobre ele.

Assim, ainda conforme Butler, "o sujeito é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista" (2016, p.19), pois é a partir desse sujeito mais abstrato que o Estado reconhece e tem como amparar as necessidades dos grupos sociais. A teoria de Judith Butler nos possibilita, portanto, perceber que apesar do imperativo da construção das identidades sociais perante o Estado, tais identidades são, na vida social, muito mais fluidas e variadas. Dessa forma, a construção do sujeito "lésbica" vai além do reconhecimento estatal, assumindo também uma série de possibilidades sociais.

Precisamos, então, entender como era construído o sujeito "lésbica" para o GALF, quais implicações traziam essa palavra e qual a importância de se denominarem lésbicas-feministas. Encontramos no boletim *Chanacomchana* (1983)*,* produzido pelo grupo, uma declaração do que o GALF e suas militantes entendiam por lesbianidade:

> Para nós, portanto, nos autodenominarmos lésbicas representa não só uma forma de afirmação de nossa sexualidade específica, mas muito mais que isso, significa uma postura política de recusa ao papel submisso e dependente atribuído às mulheres e a uma postura de desobediência e autonomia na busca de novas formas de ver o mundo. Através dela, identificamos nossa luta contra o preconceito e passamos a existir política, social e culturalmente, rasgando o manto de invisibilidade que tanto interessa ao sistema. Nós a utilizamos como um predicado a que podem ser acrescidos inúmeros outros adjetivos perfeitamente intercambiáveis, não estanques, e passíveis de mudança no correr do tempo e a partir das alterações que vieram a ocorrer nas estruturas da sociedade (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1983, p. 1).

Entendendo, assim como Adrienne Rich (2012), que a heterossexualidade compulsória enquanto uma instituição política que regula

e oprime as mulheres, o Grupo de Ação Lésbica Feminista compre com esta heteronorma, e busca através das publicações dos boletins *Chanacomchana* disseminar novas concepções de mundo, rompendo com o tabu da lesbianidade e demonstrando diversas formas de se ser e viver enquanto lésbica.

Considerações finais

Finalizando, entendo de grande importância mais produções acadêmicas sobre mulheres lésbicas, para que não se caia no esquecimento toda a trajetória de resistência e ganhos dentro do movimento de mulheres lésbicas. Considerando a construção de um sujeito que represente a categoria "lésbica" como um dos principais elementos para então garantir avanços de direitos e visibilidade social, é que trago a importância do Grupo de Ação Lésbica-Feminista que, por meio de sua militância, de forma mais difundida através do *Chanacomchana*, conseguia consolidar uma identidade coletiva. Essa identidade lésbica promovida pelo Grupo de Ação Lésbica-Feminista, permitiu que outras mulheres lésbicas conseguissem entender melhor sua lesbianidade, saindo de um gueto de invisibilidade e negação para então aceitação e afirmação de sua sexualidade e identidade enquanto lésbica.

A visibilidade gerada pelo *Chanacomchana*, que para muitas trazia consigo um peso representativo, oportunizou que mulheres lésbicas de diferentes localidades tivessem a oportunidade de conhecer mais sobre a vivência de outras mulheres que compartilhassem de sua lesbianidade, assim como demonstrar novas realidades possíveis, que por serem um tabu na sociedade, muitas desconheciam, como a maternidade para mulheres lésbicas, as relações familiares e como estas relações interferem na vida e na construção da própria identidade das lésbicas.

Referências Bibliográficas:

BOLETIM *CHANACOMCHANA*, São Paulo, Galf, n.3, 1983.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 11º ed.

MARTINHO, Miriam. Um outro olhar: 1979-2004: 25 Anos de Organização Lésbica no Brasil. Nova edição 21 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html acesso em 12 de maio de 2017.

NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção Primeiros Passos; 313.

SADER, Emir. **Movimentos Sociais na transição democrática**. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012.

Atualizações e reformulações da memória coletiva nas religiões de matriz africana a partir de fotografias. Um olhar batuqueiro sobre a imagem de si mesmo (Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande – 1970-2000)[1][2]

Sílvia Gonçalves Mateus

Resumo: Esta comunicação visa apresentar uma pesquisa de mestrado em andamento, cujo objetivo central é investigar as reformulações da memória coletiva das religiões de matriz africana, praticadas nas cidades gaúchas de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande no período de 1970 até 2000, a partir da produção fotográfica privada produzida por participantes dessas culturas religiosas e o olhar dos mesmos sobre tal imagética, a fim de propiciar uma prática de rememoração, buscando, assim, compreender o modo como tais reformulações incidem nas dinâmicas desses grupos. Percebeu-se que os estudos mais recentes sobre essas religiosidades centram-se nas modalidades rituais praticadas, ou enfocando a dimensão política da realidade social dos terreiros, contudo a produção de fotografias foi incorporada à rotina dos terreiros e as pesquisas ainda não dão conta da reflexão sobre as atualizações dessas culturas religiosas a partir das fotografias, seja como fonte, seja como um possível "agente" desencadeador dessas atualizações. A fotografia aqui é pensada como "um guia para mudanças", principalmente culturais, levando este trabalho a situar-se entre História Cultural, História Oral Temática e História do Tempo Presente.

A fotografia como guia

Eu procuro investigar as atualizações da memória coletiva das religiões de matriz africana praticadas nos municípios gaúchos de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, a partir dos acervos fotográficos privados produzidos por participantes dessas culturas religiosas entre os anos 1970 e 2000. Considerando o olhar dos sujeitos religiosos sobre tais imagéticas, busca-se propiciar uma prática de rememoração, para, assim, compreender o modo como tais reformulações memoriais expressam as mudanças nos rituais públicos e estética religiosa experimentada pelos batuqueiros nas três últimas décadas do século XX. A escolha destes municípios não se deu de forma aleatória, pois, conforme alguns antropólogos dedicados ao estudo das

[1] Sílvia Gonçalves Mateus, Universidade Federal de Pelotas, Mestrado em História, silviaformata@gmail.com.
[2] Comunicação apresentada no IV Encontro Internacional Fronteiras e Identidades, realizado na Universidade Federal de Pelotas nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 20018, Simpósio Temático História, Imagens e Mídias.

religiosidades afro-gaúchas, os primeiros terreiros surgiram em Pelotas e Rio Grande, tendo depois migrado para a capital.

Considerando que tais formatos religiosos, desde o período pós-abolição até os dias atuais, precisaram encontrar "brechas" para seguir sendo praticados, tendo em vista a tensão entre as religiões dominantes (Igreja Católica num primeiro momento e Neopetencostalismo noutro) e as religiões de matriz africana, entendo que tais atualizações estão diretamente relacionadas a reformulações, apropriações e resistências, como pontua CHARTIER (2010, p. 46-47, 49) ao tratar sobre modelos culturais.

Nas últimas décadas o tema "religiões de matriz africana no Brasil" tem sido visitado eminentemente pela Antropologia, área com a qual a História Cultural tem muitas aproximações, e uma vez que procuro refletir sobre a dimensão simbólica das práticas religiosas e materiais de um determinado grupo, a pesquisa transita entre as duas áreas.

Todavia, enquanto os estudos mais recentes sobre essas religiosidades centram-se nas modalidades rituais praticadas, ou enfocando a dimensão política da realidade social dos terreiros, a proposta aqui é refletir sobre um suporte de memória que tem ganhado muito espaço no universo dos terreiros, mas que não tem sido acionado enquanto fonte: a fotografia.

A fotografia aqui é pensada como "um guia para mudanças" (BURKE, 2004, p. 11), pois as religiões de matriz africana, mesmo tendo como seu principal suporte de memória a oralidade, a visualidade está presente em diversos os momentos, seja nos eventos (públicos ou privados) ou nos rituais, é vendo que se aprende a se portar, a se vestir, a enfeitar, a reverenciar. A cultura visual foi incorporada à rotina dos terreiros, e a fotografia produzida por esses agentes pode

> (...) ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção sígnica. (...) a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações da classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como

> eficiente meio de controle social, através da educação do olhar (MAUAD, 2008, p. 39).

Assim, o objetivo desta pesquisa é compreender as atualizações das religiões de matriz africana a partir da fotografia como suporte de memória coletiva. Espero poder compreender o modo como essas atualizações da memória incidem sobre possíveis ressignificações da memória (considerando as práticas rituais e sociabilidades).

Nessa fase do projeto, a noção de memória coletiva, de Maurice Halbwachs (2004), norteia o trabalho, pois esse conceito auxilia nas percepções sobre a matéria-prima (e suas modificações) que compõe as religiões de matriz africana aqui estudada, bem como dos processos sociais que a estruturam:

> A memória coletiva envolve memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal (...) É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém (HALBWACHS, 2004, p. 53-54; 81).

Por fim, esta pesquisa procura ir além do que tem sido proposto nos estudos dessas culturas religiosas, onde na maior parte dos casos, as análises que vinculam fotografias e terreiros se concentram nas caracterizações construídas por fotógrafos exógenos aos cultos.

Fotografia e história oral como fontes

Para alcançar os objetivos dessa pesquisa farei uma combinação de fontes orais (entrevistas) e visuais (fotografias). As entrevistas serão aplicadas aos líderes de terreiros nos municípios de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande, a fim de coletar informações sobre a suas interpretações acerca da presença de fotografias nos rituais, ou mesmo da incorporação e

transformação de práticas através do contato com fotografias. Uma vez que pretendo utilizar essas mesmas fotos durante a entrevista para auxiliar nas rememorações, optei por fazer um recorte temporal entre os anos de 1970 até os anos 2000, período em que a revelação das imagens ainda era comum.

A escolha dos entrevistados ocorreu através de indicação de religiosos e pesquisadores conhecidos meus, levando em consideração que teriam que ser "prontos" (reconhecidos como sacerdotes pela comunidade religiosa) na década de 1980 e cultuar Batuque, Umbanda e/ou Quimbanda. Serão entrevistados no mínimo nove líderes, três em cada município, para obter um conjunto significativo de fotografias, como aponta Mauad: "(...) para ser utilizada como fonte histórica, ultrapassando seu mero aspecto ilustrativo - deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar" (MAUAD, 2008, p. 38). Foram delimitadas quatro categorias analíticas: festa, família, oferendas e estética (roupas, decoração).

Se num primeiro momento o projeto foi pensado para se relacionar à História Cultural e Cultura Visual, conforme as leituras têm avançado, fica mais claro que também há a inserção na História do Tempo Presente, História Oral Temática e História Pública, pois no momento em que os entrevistados acionarem suas memórias através da observação de suas fotografias, este trabalho estará contribuindo para que eles rememorem suas histórias de vida religiosa e, ao fazer isso, não serão mais as mesmas pessoas do começo da entrevista. Percebo que a *public history* norte americana, tem muito a acrescentar a este trabalho, pois

> Há alguns anos, esse movimento acompanha e encoraja os cidadãos ordinários, ou antes as comunidades, a produzir um conhecimento 'histórico' sobre sua família, sua escola, sua cidade, sua região, fora dos contextos da história acadêmica tradicional (ROUSSO, 2016, p. 232).

Por fim, leituras de teses e dissertações relacionadas às religiões de matriz africana e fotografias indicaram a possibilidade de análise imagética através de dípticos e/ou trípiticos (2 ou 3 imagens colocadas uma ao lado da outra considerando o autor ou o tema da imagem), uma vez que o recorte escolhido para fins de observação das atualizações passa por diferentes décadas.

Mãe Ieda de Ogum – Batuque/Porto Alegre

Conjunto Fotográfico 1- Mãe Ieda de Ogum em diferentes décadas (1970-2000) posando em frente ao seu quarto-de-santo na festa de Batuque em seu Ylê. **Fonte:** acervo pessoal de Mãe Ieda de Ogum.

Mãe Ieda de Ogum – Quimbanda/Porto Alegre

Conjunto Fotográfico 2- Mãe Ieda de Ogum em diferentes décadas (1970-2000) incorporada com sua entidade da Quimbanda, Exú Rei das Sete Encruzilhadas . Fonte: acervo pessoal de Mãe Ieda de Ogum.

Um trabalho em construção

O trabalho já ultrapassou sua fase inicial, onde uma série de recortes e aprofundamentos delimitaram melhor a pesquisa. Foi feita uma revisão de literatura considerando teses e dissertações (disponibilizadas em repositórios online) que contemplavam a relação entre religiões de matriz africana e fotografias, bem como uma verificação das produções (teses e

dissertações) gaúchas relativas ao Batuque, Umbanda e Quimbanda a fim de observar o modo como as fotografias foram utilizadas nos trabalhos. Foram e seguem sendo feitas leituras relativas à História Oral, Memória e História Pública.

Foram contatados, até a presente data, seis líderes religiosos, dois em cada município, sendo que realizei duas entrevistas com coleta de fotografias.

Esta pesquisa pode expandir as análises sobre as formas pelas quais as fotografias se comportam como suportes da memória e como mediadores de relações sociais.

Se a temática da fotografia e suas relações com as religiões de matriz africana configuram certa escassez em termos de produção acadêmica, é importante apontar que a quase totalidade de pesquisas disponíveis se direciona para a confrontação entre a oralidade e a escrita no mundo dos Candomblés ou da Umbanda, pouco espaço restando para as percepções acerca dos suportes imagéticos como atuantes nesses processos, ou outras formas de cultos tal como o Batuque, Xangô, Tambor de Mina, etc.

Por fim, mais do que preencher uma lacuna nos estudos sobre as religiosidades de matriz africana, além de ampliar as possibilidades de utilização de determinados materiais empíricos, este trabalho também comporta uma justificativa social na medida em que enfoca coletividades minoritárias e historicamente inseridas em contextos de intolerância e repressão social (CORRÊA, 1998). Destaque-se que, dessas situações de intolerância, se verifica que essas culturas religiosas resistem, se reinventam e se atualizam. Assim, voltar o olhar para uma temática ainda pouco estudada pode contribuir para o entendimento dessas próprias lógicas de resistência,

visando contribuir para que o próprio grupo estudado se aproprie das conclusões obtidas e reflita sobre sua historicidade de uma forma crítica.

Referências

BURKE, Peter. **O que e história cultural?** Trad. Sérgio de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005 [Cap. 4, a vez da antropologia histórica, p. 44-67].

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EdUSC, 2004.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CORRÊA, Norton Figueiredo. **Sob o signo da ameaça:** conflito, poder e feitiço nas religiões afro-brasileiras. Tese de Doutorado em Antropologia, PUC/SP, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

KOSSOY, Boris. Fotografia e história. São Paulo: Ática, 1989.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e Flagrantes**: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: Editora da UFF, 2008, p. 29-47.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de História**, v. 23, nº 45, 2003, pp. 11-36.

ORO, Ari Pedro. **Axé Mercosul:** as religiões afro-brasileiras nos países do prata. Petrópolis: Vozes, 1999.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRANDI, Reginaldo. **Os Candomblés de São Paulo**. São Paulo: Hucitec - Edusp, 1991.

ROUSSO, Henri. **A última catástrofe**. A história, o presente, o contemporâneo. Trad. Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV, 2016 [Introdução, p. 13-30, Cap. IV, O nosso tempo, p. 219-254].

SONTAG, Susan. **Ensaios sobre a fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Memorial HCI. A Exposição como Construtora de um Discurso Oficial

Helena Thomassim Medeiros[1]
Juliane Conceição Primon Serres[2]

Resumo: O Memorial do Hospital Colônia Itapuã foi inaugurado em 2014, iniciativa que surgiu a partir do empenho de funcionários da instituição em preservar e apresentar esta história, sendo também fruto de um processo de revalorização e pesquisa sobre o local e as pessoas que fizeram parte de sua trajetória. Este Hospital passou a funcionar em 1940, com o intuito inicial de receber pacientes diagnosticados com hanseníase, sendo um dos últimos Leprosários construídos no País e o único do Rio Grande do Sul. Após a difusão de tratamento eficaz para esta doença o HCI começou a receber pacientes do Hospital Psiquiátrico São Pedro, sendo utilizado como Centro Agrícola de Reabilitação a partir de 1972. Hoje, com utilidade asilar, o lugar abriga remanescentes destas duas diferentes políticas de internação. Em 1999 foi implantado um Centro de Documentação e Pesquisa, também foram elaborados diversos trabalhos sobre o tema. Em 2010 a Antiga Igreja Evangélica é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, através destas e outras iniciativas percebemos que é agregado um novo valor ao HCI que não se refere apenas ao uso desta estrutura, mas às diferentes histórias que se conectam através dela. Desta forma o texto em questão visa compreender como se desenvolve a "história oficial" de um "patrimônio marginal" através das representações existentes na exposição do Memorial HCI.

Palavras-Chave: Hospital Colônia Itapuã. Memorial HCI. Exposição.

Abstract: The Memorial do Hospital Colônia Itapuã was inaugurated in 2014, an enterprise which began from the effort of workers of the institution in preserve and present that history, also being result of a process of revaluation and research about the place and the people who were part of its trajectory. This Hospital began to work in 1940, with the initial intention of receiving patients diagnosed with leprosy, being one of the last leprosary build in the country and the only one in Rio Grande do Sul. After the diffusion of effective treatment for this disease, the HCI began to accept patients of the Hospital Psqiuiátrico São Pedro, being used as Centro Agrícula de Rebilitação since 1972. Nowadays, used as shelter, the place houses the remaining patients of this two different politics of hospitalization. In 1999 the Centro de Documentação e Pesquisa was implemented, also various works were made about the subject. In 2010 the Antiga Igreja Eangélica is turned to cultural heritage by Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, by this and other enterprises we perceive that a value is aggregate to HCI which is not only about its structure, but of different histories that connect through it. In this way this text aims to understand how is developed the "official history" of a "marginal heritage" by the representations present in the exposition of Memorial HCI.

Keywords: Hospital Colônia Itapuã. Memorial HCI. Exposition.

[1] Universidade Federal de Pelotas. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Bolsista CAPES. Helena_tm@outlook.com
[2] Universidade Federal de Pelotas. Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e professora Curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). julianeserres@gmail.com

Introdução

O Hospital Colônia Itapuã (HCI) foi inaugurado em 1940 com o intuito de abrigar pessoas diagnosticadas com a doença hanseníase, recebeu 2.474 (dois mil quatrocentos e setenta e quatro pessoas) pacientes ao longo de seu funcionamento. Este foi o único Leprosário construído no Rio Grande do Sul, sendo parte de uma medida do governo federal para prevenção e combate a lepra, cujo nome foi alterado para hanseníase[3] em 1995. Sua estrutura – assim como a de outras instituições do mesmo tipo construídas no País – consistia na ideia de uma pequena cidade, com escola, igrejas, casas para casais e pavilhões para solteiros, padaria, fábricas, cemitério, salão de jogos, entre outros espaços.

A hanseníase é uma das doenças mais antigas que acompanha a história da humanidade, sendo, durante muito tempo, considerada como um castigo divino. O bacilo causar da doença, denominado *mycobacterium leprae* ou bacilo de Hansen, foi identificado no ano de 1873 pelo médico norueguês Gehard Henrick Armauer Hansen (1841-1912). Desta forma, percebemos que o estigma vinculado a ela e a compreensão desta enfermidade ainda é parte de uma história recente.

A descoberta da cura desta doença ocorreu ainda na década de 1940, e com ela houve o esvaziamento de vários Leprosários, sendo oficializado o fim do internamento compulsório no Brasil pelo Decreto nº 968, de 7 de maio de 1962. Como consequência, a partir de 1972 o perfil dos pacientes do HCI foi alterado e esta instituição começa a receber pessoas do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) diagnosticadas com esquizofrenia.

[3] Mais informações sobre a alteração da terminologia desta doença em: BRASIL, Lei nº 9.010, de 29 de março de 1995. Dispõe sobre a terminologia oficial relativa à hanseníase e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 de março de 1995. Seção 1. p. 4509. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9010.htm>. Acesso em: 15 de set. 2017.

Atualmente, com aspecto asilar, o Hospital atende pacientes que são ex-hansenianos – mas que precisam de cuidados em virtude das sequelas da doença –, os pacientes com esquizofrenia e pacientes crônicos que são transferidos gradativamente do HPSP.

Este texto[4] visa compreender como um local que era um espaço de segregação e que hoje é ainda morada de várias pessoas, passa à categoria de patrimônio. Considerando que uma das formas de institucionalização deste local enquanto espaço de memória é a inauguração, em 2014, de um Memorial nas dependências deste Hospital e que tem por pretensão contar sua história. Através desta iniciativa poderíamos dizer que é construída uma "história oficial" vinculada a um "patrimônio marginal".

A história oficial e o patrimônio marginal

Afim de contextualizar a imagem elaborada nesta reflexão que aborda o HCI enquanto um "patrimônio marginal" utilizamos algumas ideias levantadas por Jean-Jacques Rousseau em seu livro intitulado "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens". Neste texto o autor levanta dois aspectos interessantes para pensarmos a ideia de "leproso" (utilizamos este termo não apenas para designar pessoas diagnosticadas pela hanseníase, mas grupos historicamente excluídos ou marginalizados) em nossa sociedade. O primeiro destes elementos está no momento em que o autor comenta que:

> Concebo na espécie humana dois tipos de desigualdade: uma que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza e consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito ou da alma; a outra que podemos chamar

[4] Este artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida para uma dissertação em andamento no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

> de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e é estabelecida, ou pelo menos autorizada, pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos diferentes privilégios que alguns usufruem em detrimento dos outros, como o de serem mais ricos, mais honrados, mais poderosos que eles, ou mesmo o de se fazerem obedecer por eles. (ROUSSEAU. 2010. p.43)

A partir das afirmações de Rousseau podemos pensar que o hanseniano sofre duplamente com este processo de desigualdade, considerando as debilidades que lhe afligem em virtude sua doença quando não tratada, e um processo político e econômico de exclusão que, muitas vezes, coloca as pessoas em situações de vulnerabilidade, facilitando o contágio por doenças e a falta de recursos e conhecimentos para trata-las. Ainda sobre a origem das desigualdades o autor aponta que:

> [...] desde o instante em que o homem teve a necessidade do auxílio de outro, desde que se percebeu que era útil a um só ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho se tornou necessário e as vastas florestas se transformaram em campos viçosos que era preciso regar com o suor dos homens, nos quais logo se viu germinar e crescer a escravidão e a miséria com as colheitas. (ROUSSEAU. 2010. p.88-89)

Sendo assim, seguimos um caminho, enquanto sociedade, de segregação e “ganho” através do outro, quando este não nos é mais conveniente podemos nos livrar deste, mantendo-o a margem de nossa sociedade. Em relação ao “desaparecimento” da hanseníase na Europa Foucault escreve que:

> Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Freqüentemente nos mesmos locais, os jogos de exclusão serão retomados [...] Pobres, vagabundos, presidiários e “cabeças alienadas” assumirão o papel abandonado pelo lazarento [...] (FOUCAULT. 1993. p.06)

A partir de tais afirmações podemos observar que este ciclo vicioso de exclusão se segue até os dias de hoje, considerando que o fato de estar em uma situação de vulnerabilidade social aumenta os riscos de se adquirir a doença. Ainda não nos vemos livres de tal enfermidade e os grupos

"marginalizados" em nossa sociedade são os que mais sofrem, pois: "A situação socioeconômica da população é um forte influenciador na expansão da doença e apresenta uma relação direta com as condições precárias de habitação, baixa escolaridade, e ainda, com movimentos migratórios que facilitam a difusão da doença." (SILVA. 2012. p.36). Desta forma, percebemos que espaços destinados a contar e "celebrar" essa trajetória – sendo esta concebida de forma material ou imaterial – de grupos que são historicamente invisibilizados faz parte de um patrimônio que aqui chamaremos de marginal.

Contudo, a ideia de um patrimônio marginal parece paradoxal pois normalmente a concepção histórica que temos de patrimônio vincula-se a uma imagem de "grandes feitos" e "heróis" que simbolizam uma nação, e por meio destes organizamos uma história oficial. Mas, a percepção do HCI enquanto um patrimônio que deve ser estudado e cujas histórias dos pacientes devem ser contadas e preservadas começa a partir de 1999, quando passa a funcionar na instituição o Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOPE), fato que ocorre até o ano de 2001. Segundo Serres (2013):

> [...] o CEDOPE deveria funcionar como um Centro de Documentação e memorial. Além das documentações textual, iconográfica e bibliográfica, a criação do CEDOPE previa um trabalho de recuperação da memória dos moradores do hospital, através de um projeto de história oral." (SERRES. 2013. p.05)

Este trabalho recolheu acervo da instituição e utilizou a metodologia de história oral, como decorrência dele surgiram diversos trabalhos acadêmicos sobre o tema e também foi feita a exposição "HCI – 60 Anos de História", no ano de 2000.

Em 2007 ocorreu a exposição "A História da Saúde Pública no Rio Grande do Sul sob a Ótica dos Hospitais Estaduais" organizada pelo Departamento dos Hospitais Estaduais, e em 2010 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) realiza o tombamento da Igreja Evangélica do Hospital. No ano de 2012 o Museu da História da Medicina

(MUHM) monta a exposição "Da Lepra à Hanseníase", em 2014 é inaugurado o Memorial HCI, que participa em 2015 da "V Mostra Museológica de História da Medicina". A última exposição da qual obtivemos informações foi realizada pelo Departamento dos Hospitais Estaduais e foi intitulada "Hospitais Estaduais: Os Caminhos da Saúde Pública no Rio Grande do Sul" em 2017.

Através destes dados podemos perceber que o interesse pela trajetória do HCI se manteve e que graças a uma ação de preservação, foram realizadas diversas atividades que expuseram um local de exclusão e passaram a colocá-lo enquanto patrimônio. Segundo Hernándes e Tresseras (2007) "[...] la ideia de patrimonio se associa a cosa de valor y al mismo tempo comprendemos que este valor sirve para estabelecer algún tipo de vínculo entre indivíduos, es decir, genera nexo entre transmissor y receptor [...]" (HERNÁNDEZ; TRESSERAS. 2007. p.12). Por esta perspectiva é percebido, em um local de isolamento, um valor que faz com que sua preservação seja importante para as futuras gerações. Os mesmos autores também apontam que:

> [...] El patrimonio está formado por objetos que permanecen a pesar del paso del tiempo, sea en uso, sea en un museo; y ya que el passo del tiempo es la esencia de la historia, es interesente en cierto sentido contemplar al patrimonio como los objetos de la historia. Estos son una materialización de la historia; en otras palabras, son algo así como historia materializada. (HERNÁNDEZ; TRESSERAS. 2007. p.14).

Deste modo, consideramos que o HCI faz parte de nossa história, e que a resistência de sua materialidade ao passar do tempo o fez ser percebido enquanto um patrimônio. Contudo, devemos refletir que ao "elevar" um bem a esta categoria estamos colocando-o dentro de uma perspectiva de história oficial, percebendo este conceito como:

> [...] a historiografia produzida visando a defesa dos interesses tanto de um governante quanto de uma autoridade religiosa, de uma corporação urbana etc. [...] esse tipo de historiografia é um instrumento que visa divulgar uma imagem positiva daqueles nela interessados [...] (KAGAN, 1995 *apud* SILVEIRA. 2011. p. 339)

Desta forma torna-se interessante analisar o caso do HCI, pois a partir do momento em que institucionalizamos este patrimônio o estamos retirando de seu "estado natural" e ao mesmo tempo construindo um discurso oficial da história de grupos marginalizados, como o representado neste Hospital. Rufer comenta que "[...] en los diferentes artefactos, ceremonias y textos erigidos públicamente, así como en su recepción social, hay intentos de "gestionar el pasado", y que esa gestión puede leerse como formas de "producción de historia" […]" (RUFER. 2010. p.109). Sendo assim, essa gestão pode ser percebida através das escolhas realizadas neste processo de patrimonialização, que neste texto serão embasadas em algumas percepções sobre as escolhas expográficas do Memorial HCI.

Expor é selecionar: A Exposição como Construtora de um Discurso Oficial

Sobre a perspectiva de patrimonialização do HCI, ou seja, a institucionalização de uma patrimonialidade[5], surge o Memorial do Hospital Colônia Itapuã. Inaugurado em 2014 por alguns funcionários do Estado e financiado, durante sua criação, através dos organizadores, sendo a participação do poder público, neste período, limitado a manutenção do Hospital. Notamos um interesse crescente neste trabalho, considerando que atualmente o Estado designou uma funcionária específica para o cuidado com este espaço de memória.

O acervo deste local conta, segundo seus organizadores, com mais de 3.000 (três mil) peças que não estão catalogadas, e que foram recolhidas

[5] Os conceitos de patrimonialização e patrimonialidade utilizados aqui fazem referência as ideias de Dominique Poulot, (2009) que coloca a *patrimonialidade* como o potencial de um bem a se tornar patrimônio e a *patrimonialização* como a instituição desta potencialidade. Mais informações em: POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII – XXI*: do monumento aos valores. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. 239 p.

e doadas por funcionários e moradores. O espaço escolhido para abrigar o Memorial é dentro do próprio Hospital, na Antiga Casa das Irmãs Franciscanas de Penitência e Caridade Cristã que cuidavam dos doentes com hanseníase no período em que a instituição funcionava como Leprosário.

Quanto a ideia de institucionalizar um patrimônio marginal, devemos compreender que este processo acarreta em escolhas, em apagamentos que muitas vezes convergem para um objetivo que privilegia algumas formas de perceber e transmitir o passado. Gonçalves (2015) afirma que:

> Do ponto de vista do Estado e de suas políticas, especificamente suas políticas de patrimônio, "identificar" um grupo e seu patrimônio equivale a exercer positivamente sua função enquanto agência do poder. Por esse ângulo, a noção traz em si uma certa ambiguidade: se, por um lado, é a forma pela qual um grupo se afirma publicamente, por outro, é o modo pelo qual o Estado exerce seu controle sobre a sociedade. (GONÇALVES, 2015, p.213)

Então estamos trabalhando em duas funções diferentes ao patrimonializar o HCI: homenagear as pessoas que foram excluídas em nossa sociedade e ao mesmo tempo contar essa história dentro da instituição que "controlou" suas vidas. Soma-se à esta conjuntura o papel dos organizadores do Memorial na eleição do que salvaguardar, considerando que:

> O verdadeiro *museu* - o museu arquiconceito, gerador do termo - é portanto uma instância simbólica, que se articula e recria na interface com os tempos, espaços e representações de cada cultura; e assim, um espaço de relação. E pode assumir diferentes formas, que representam a visão de mundo dos diferentes grupos sociais, no tempo e no espaço - aquilo que seus criadores concebem como 'o real'. (SCHEINER. 2013. p.363)

Sendo assim, expor é selecionar. Posto que o que as materialidades e histórias escolhidas pare representar uma história estão intrincadas de percepções e recortes que caminham em direção a uma narrativa concebida como real em um determinado contexto. Neste sentido: "[...] os museus são lugares da memorização, tanto quanto do esquecimento; são orientados para a consagração, valorização e preservação da herança

patrimonial, mas também evidenciam preconceitos e dogmas [...]" (BRUNO. 2006. p.121). Desta forma nos questionamos até que ponto as escolhas e as percepções de patrimonialidade no HCI não estão ainda vinculadas à ideia de um patrimônio que exalta "grandes personagens" e mantem instâncias de poder?

Para esta discussão foram formulados quatro exemplos relacionados ao Memorial que visam levar a reflexão sobre a forma com a qual construímos o discurso institucional, não só neste Hospital, mas em qualquer instituição que aborde a memória e a trajetória de pessoas.

O primeiro exemplo refere-se a escolha da Casa das Irmãs como sede do Memorial HCI. Questionamos essa escolha, porque as irmãs dentro do contexto do Leprosário eram a representação da autoridade, percebendo que "Não é fruto do acaso o fato de muitos museus estarem fisicamente localizados em edifícios que um dia tiveram uma serventia diretamente ligada a estâncias que se identificam e se nomeiam como sedes de poder ou residência de indivíduos "poderosos"." (CHAGAS. 2002. p.64). Deste modo, a própria localização do Memorial traz consigo uma percepção de história vinculada ao discurso oficial. Considerando este um espaço para homenagear as pessoas excluídas, talvez fosse mais interessante que estivesse em um local que já foi morada destas pessoas, inclusive para que o visitante pudesse compreender como estes viviam.

O segundo exemplo refere-se as imagens pintadas do médico norueguês Gehard Henrick Armauer Hansen (1841-1912) no Memorial HCI. Ao pensarmos em toda a trajetória da hanseníase, considerada como um castigo divino, até a compreensão desta enquanto enfermidade, faz muito sentido a menção ao médico que descobriu este bacilo. Porém, há no Memorial uma sala onde encontram-se dois grades quadros com a imagem do médico, pintados por um dos organizadores deste espaço de memória.

Neste sentido cabe questionar: qual o intuito deste local? Focar no HCI e seus moradores ou na própria história da doença hanseníase, que não é mais o único foco de atendimento desta instituição. Utilizar Hansen como exemplo neste caso também se refere a uma construção de grandes feitos e personagens, vista com frequência em museus.

O terceiro e quarto exemplos estão ligados a invisibilidade de histórias e indivíduos, ao considerarmos a falta de informações sobre a história de vida dos pacientes, sendo elencados apenas alguns poucos mencionados na exposição e a falta de identificação dos doadores e de participantes, que não sejam funcionários, na construção do Memorial. Estes dois aspectos chamam a atenção, considerando o propósito do lugar, mas, ao mesmo tempo, também podem estar relacionados a um processo de exclusão tão intenso que faz com que estes pacientes não queiram participar de forma mais ativa, ou de uma proteção da instituição com a exposição destas vidas.

Entretanto a ideia de montar esta exposição também envolve mostrar essas histórias. A doação de elementos para compor essa narrativa tem significados escondidos que não podem ser percebidos na exposição por falta de informações. Desta forma, o Memorial visa apresentar estas histórias e, de certa forma, homenagear a vida destas pessoas, segue também elementos construídos pela história oficial. Todavia, talvez este processo também faça parte de uma construção vagarosa desta memória, vinculando-a primeiro a “grandes feitos” e “locais de poder”, e posteriormente desenvolvendo um olhar mais minucioso sobre todos os envolvidos.

Considerações finais

Estamos construindo, através de espaços de memória como o Memorial HCI, uma espécie de história oficial na qual, consciente ou inconscientemente, ainda legitimamos velhos valores e percepções sobre a

patrimonialidade. Contudo, a ideia de preservar um patrimônio muitas vezes associado a dor, sofrimento e exclusão traz a perspectiva de que no futuro a participação da população em geral será percebida mais ativamente. Posto que estes bens, em tese, poderiam representar diversas camadas de nossa sociedade, ocasionando, de acordo com o trabalho desenvolvido, uma reapropriação destes espaços.

Percebemos que a construção de um discurso, seja através de uma exposição ou de outros meios, implica na necessidade de um constante questionamento sobre o que está sendo valorizado e exposto, com o objetivo de que não corramos o risco de repetir velhos erros, buscando apresentar visões unificadoras do passado. Sendo assim, por mais que a ideia de construir um Memorial do HCI seja excelente ela exige constante revisão sobre o que estamos transmitindo e a forma com a qual está história está sendo percebida pelo visitante.

Referências

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Museus e Pedagogia Museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória.” In: *As várias faces do Patrimônio*, por LEPA. Santa Maria: LEPA/UFSM, 2006. p.119-140.

CHAGAS, Mário de. Memória e Poder: dois movimentos. In: *Cadernos de Sociomuseologia*. n.19, 2002. p.35–67.

FOUCAULT, Michael. *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução de: José Teixeira Coelho Netto. Coleção Estudos. São Paulo: Editora Perspectiva. 3º ed. 1993.

GONÇALVES, José. Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, 2015. p.211-228.

HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. Capítulo 1: El Patrimonio Definido. In: HERNÁNDEZ, Josep Ballart; TRESSERAS, Jordi Juan i. *Gestión del patrimônio cultural*. 3a ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007. p. 11-25.

KAGAN, Richard L. Clio and the Crown: Writing History in Habsburg Spain. In: KAGAN, Richard L.; PARKER, Geoffrey. Spain, Europe, and the atlantic world: essays in honor of John H. Elliot. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 73-99. *Apud:* SILVEIRA, Pedro Telles da. Qual o lugar da história oficial na história da historiografia? In: *História da Historiografia*. Ouro Preto. nº 7. nov./dez. 2011, p. 338-344.

RUFER, Mario. Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente. In: *Anuario de Investigación 2009.* UAM-X. México. 2010. p.107-140.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museu, museologia e a 'relação específica': considerações sobre os fundamentos teóricos do campo museal. In: *Revista Ciência da Informação*, v. 42, n. 3. 2013. p.358-378.

SERRES, Juliane Conceição Primon. Uma memória que agoniza: Hospital Colônia Itapuã - RS. In: *XXVII Simpósio Nacional de História*: Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH Brasil. Natal-RN, 2013, 12 p.

SILVA, Patrick Leonardo Nogueira da. Perfil de conhecimentos sobre hanseníase entre moradores de uma Estratégia Saúde da Família. In: Hansenologia Internationalis. v.32. 2012. p.31-39

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.* Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre, RS: L&PM. 2010. 176p

Ser mulher e radialista – A presença e o trabalho das mulheres na Rádio Federal FM

Silvana de Araújo Moreira[1]

Resumo: Na Era de Ouro do rádio, a presença feminina neste meio de comunicação se dava com as atrizes, cantoras e locutoras que, de modo geral, apresentavam programas destinados ao público feminino como programas culinários, de dicas de comportamento e de cuidados com o lar e beleza. Com o surgimento da televisão, a programação do rádio precisou mudar e os programas de entretenimento como de auditório e novelas acabaram migrando para o novo meio, diminuindo a participação das mulheres no rádio. Com a regulamentação da profissão de jornalista em 1969, as mulheres passaram a ganhar mais espaço dentro do ambiente radiofônico. Contudo, as funções desenvolvidas por elas eram, geralmente, funções secundárias, que não davam acesso ao microfone. Esta comunicação apresenta a proposta de uma investigação histórica sobre a presença e a trajetória das mulheres no cotidiano do trabalho na Rádio Federal FM. A pesquisa utilizará a metodologia de História Oral, em sua vertente temática, além de fontes documentais. Os depoimentos, narrativas e memórias das trabalhadoras e trabalhadores que fizeram e fazem parte da equipe da Rádio Federal FM revelam elementos da história da emissora permitindo uma análise sobre a presença e contribuição das radialistas durante os 37 anos do veículo.

Palavras-chave: rádio; história oral; Federal FM; mulheres; radialistas

Introdução

A história das mulheres é marcada por discriminação, preconceito, muita luta e algumas conquistas. Aos poucos, as mulheres foram incorporando uma atitude de protagonista em relação à história, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial.

Apesar de algumas contradições, a maioria dos autores apontam que o rádio surgiu em 1896, com a criação do primeiro aparelho de rádio do mundo pelo físico e inventor Guglielmo Marconi. Contudo, as primeiras emissoras de rádio surgiram após a Primeira Guerra Mundial, em 1920, nos Estado Unidos.

A Universidade Federal de Pelotas recebeu a concessão para atuar com uma emissora de rádio em 1977. A emissora, nomeada inicialmente

[1] Mestranda em História pela Universidade Federal de Pelotas. Especialista em Comunicação Pública pela Universidade Gama Filho. Graduada em Jornalismo e em Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica de Pelotas. Email: sissamoreira@gmail.com

como Rádio Cosmos, iniciou as suas transmissões experimentais em 1980 e foi inaugurada oficialmente no ano de 1981, com uma equipe masculina em sua totalidade. Em sua história, muitos homens fizeram parte do cotidiano da rádio, porém poucas mulheres trabalharam na emissora nas funções de radialista.

Este estudo se propõe a pesquisar a realidade das mulheres que passaram pela emissora, através da história oral, tendo como base as entrevistas realizadas nos meses de agosto e outubro de 2017, respectivamente, com uma das principais vozes da emissora, a locutora Maria Alice Estrella e com a diretora de produção aposentada, Vera Lopes. Como apoio, foi utilizada uma entrevista semiestruturada com o ex-diretor da emissora, João Manoel dos Santos.

A metodologia de História Oral consiste em salvaguardar os depoimentos de narradores, possibilitando a sua utilização como fonte histórica. Segundo Meihy e Holanda (2017), o narrador deve ser escolhido de forma a contribuir com o projeto de pesquisa através de seu conhecimento sobre o assunto que será tratado. Esta pesquisa se encaixa na História Oral Temática, vertente da metodologia que, segundo os autores, tem o objetivo de discutir um assunto definido, o tema de pesquisa. Neste sentido, as entrevistadas contribuíram com suas memórias para mostrar o cotidiano do trabalho na Rádio Federal FM.

Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa é subsidiar a constituição da história da Rádio Federal FM, tendo como foco as vozes femininas que deram vida da emissora. Estes dados farão parte de uma pesquisa mais ampla, que abordará o ofício dos radialistas e suas adequações na busca de manter o rádio como veículo de comunicação de massa.

As mulheres na história

No momento em que a história passou a existir como ciência, por muito tempo, os historiadores eram homens que escreveram suas pesquisas tendo como base o ponto de vista masculino e os personagens masculinos da história. As mulheres permaneceram invisíveis por muito tempo, colocadas à margem dos principais acontecimentos do mundo. Esses aspectos refletiam o cotidiano hierarquizado que demonstrava a superioridade do homem em relação à mulher. Para Colling (2004), o problema não está refletido nas diferenças e sim no modo como elas são hierarquizadas, mostrando a mulher como diferente e inferior ao homem, sendo que diferença não deve justificar a discriminação. A autora acredita que, a partir dos estudos de gênero é possível:

> [...] introduzir na história Global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada. (COLLING, 2004, p.28)

Foi a partir da Segunda Guerra Mundial que os movimentos sociais passaram a ser constituídos, abrindo espaço para as mulheres participarem com mais protagonismos das esferas sociais, políticas e econômicas. Ainda assim, sempre existiram diferenças entre os papéis dos homens e das mulheres em um mesmo ambiente de trabalho.

> No espaço público, aquele da cidade, homens e mulheres situam-se nas duas extremidades da escala de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. Talvez lhe deem um enterro com honras nacionais. É candidato em potencial ao Panteão dos Grandes Homens que a Pátria reconhecida homenageia. Depravada, debochada, lúbrica venal, a mulher – também se diz 'rapariga' – pública é uma 'criatura', mulher comum que pertence a todos. (PERROT, 1998, p. 7)

No Brasil, no século XIX, o magistério era uma das únicas fontes de renda pertinente para mulheres, devido a concepção de que a maternidade a tornava responsável pela educação. Já no século XX, o trabalho da mulher

era visto como uma forma de superação às crises econômicas e sociais que assolavam o país. Contudo, o trabalho não poderia atrapalhar os afazeres domésticos das mulheres. Haviam funções destinadas exclusivamente ao público feminino que jamais colocavam a mulher em uma posição de competição com o homem, muito menos de autoridade sobre eles. Com salários muito mais baixos em relação aos salários dos homens que desempenhavam a mesma função, era comum que as mulheres desempenhassem as profissões de professora, enfermeira, secretárias e telefonistas.

> Atualmente, o setor terciário é o que mais cresce, oferecendo emprego para todos, principalmente para as mulheres, sendo que cerca de 75% das mulheres que trabalham o fazem nesse setor. A maioria dos empregos que elas ocupam são marcados pela persistência de um caráter doméstico e feminino: importância do corpo e das aparências; função das qualidades ditas femininas, dentre as quais as mais importantes são o devotamento, a prestimosidade, o sorriso etc. Pelo menos era o que ocorria até os anos 1980-1990. (PERROT, 2008, p.123)

Algumas leis e normas contribuíram para as grandes diferenças entre o trabalho masculino e feminino, como o Decreto nº 21.417 de 1932, assinado por Getúlio Vargas, que regulou as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, que apesar de tentar igualar o salário entre homens e mulheres, vetou o trabalho de mulheres em indústrias e comércios em horários noturnos, locais subterrâneos, construção civil, funções nas quais precisassem carregar peso e empregos perigosos ou insalubres. A constituição de 1940, autorizou a diferença salarial de 10% a favor dos homens. A igualdade entre homens e mulheres, como relação aos direitos e obrigações só foi conquistada mais tarde, com a Constituição de 1988. Contudo, a realidade mostra um cenário bem diferente.

O movimento feminista no Brasil tomou corpo na década de 1960, sobretudo com a grande resistência das mulheres à ditadura da época. O movimento buscava marcar a política e lutar pelos direitos das mulheres e

contra as discriminações e violências vividas por elas. Através do movimento, foi conquistado em 1968 a inserção de um artigo na Constituição que proibia a discriminação das mulheres em seus empregos. Perrot (2008) cita as grandes reivindicações do feminismo, que segundo ela, acabam variando em temporalidade de acordo com o país. São elas, o direito ao saber, o direito ao trabalho, a obtenção dos direitos civis, os direitos políticos, a reivindicação e a conquista dos direitos do corpo.

Na imprensa brasileira, o ano de 1975, marcou o surgimento do primeiro jornal feminista alternativo que se tornou um espaço voltado ao despertar da mulher para as ideologias feministas, o jornal pautava questões como a luta contra a ditadura, violência doméstica, aborto, sexualidade entre outras.

> O editorial do número zero do jornal, publicado em 9 de outubro de 1975, ao esclarecer seus objetivos, principalmente em sua primeira frase, criara muita polêmica: [...] Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de 50; mulheres que desejavam trabalhar e serem independentes economicamente de seus maridos... (LEITE, 2003)

A resistência masculina contribuiu para as dificuldades encontradas na consolidação da inserção da mulher no mundo do trabalho. Contudo, as próprias mulheres viam o trabalho com preconceito. De acordo com Lipovetsky (2000), essa realidade foi superada apenas depois que a liberdade sexual deixou de ser percebida como imoralidade.

> Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. (COLLING, 2004, p. 28)

No entanto, a entrada das mulheres nas empresas de comunicação passou a ocorrer na década de 1970, com a regulamentação da profissão de jornalista em 1969 e com a abertura de várias graduações voltadas a formação na área de jornalismo. Antes disso, o rádio recebeu muitas mulheres em sua rotina de trabalho, porém isso ocorreu nas radionovelas e musicais e não exatamente nas funções da radiodifusão, além disso, as mulheres eram retratadas de acordo com as regras de boas maneiras da época. Em 1932, com a liberação do uso de publicidade nas emissoras de rádio, tornando-o comercial, começam a surgir vários ídolos, cantores e cantoras que passaram a influenciar o público. Porém, conforme informa Borges em estudo que analisa a representação dessas mulheres nas revistas da época, a vida das cantoras era pautada:

> (...) muitas vezes, em valores conservadores que se queriam propagar, a partir destas artistas, para o público consumidor da revista. Cantoras representadas como donas de casa, mães de família, boas filhas e boas esposas que forneciam diversos exemplos, a partir de seus próprios discursos, sobre comportamentos ideais para suas fãs em relação à sua via pessoal. (BORGES, 2017, p. 8)

Desta forma, apesar do papel social de contribuir com a realização e com as lutas contra a discriminação e exclusão das mulheres, devido a sua linguagem acessível e alcance, a presença feminina no rádio estava restrita às artistas, as equipes de rádio eram prioritariamente masculinas.

Atualmente, a mulher conseguiu ampliar a sua participação no mercado de trabalho. Embora tenha ocorrido uma evolução, há setores da comunicação que a atuação feminina ainda é pouco explorada. A televisão abriu as portas para as mulheres comunicadoras, porém o universo radiofônico ainda é um ambiente masculino.

As vozes femininas da rádio Federal FM

A Rádio Federal FM, frequência 107,9 FM, funciona a partir da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). A equipe que iniciou os trabalhos da Rádio Cosmos foi composta pelos servidores Cleber Luiz Zurchimitten, Francisco Luis da Silva Magalhães, Giovani Mendes da Silva, Luiz Virgílio Lopes Padilha, Paulo de Oliveira Mancini, Roberto Gustavo Engelbrecht e Rudinei Tellier de Freitas, com a coordenação de José Marques da Cunha. Pode-se notar que a estrutura inicial da Rádio Federal FM era composta por homens.

No decorrer da sua história, a Rádio teve a participação de cerca de vinte profissionais homens em seu quadro técnico e apenas sete mulheres. Dessas mulheres, três estão ligadas aos serviços de secretaria e apenas quatro realmente desempenharam as suas funções como radialistas, uma como diretora de produção, Vera Lopes, que assumiu a direção da emissora em 2013, ficando no cargo até a sua aposentadoria em 2014. Teresa Cunha, foi contratada como jornalista e atuou na emissora por aproximadamente um ano e meio. As outras duas, Maria Alice Estrella e Zari Gonçalves eram assistentes administrativas, desempenhando a função de locutoras, redatoras e produtoras. Atualmente, apenas Maria Alice Estrella integra o corpo da Rádio. Além dela, há uma secretária, que não desempenha nenhuma função radiofônica.

A radialista Vera Lopes, ingressou na Universidade em 1983, como produtora cultural para cumprir um contrato da Rádio com o Sistema Nacional de Rádios Educativas – Sinred, que tinha o objetivo de produzir uma programação regional a ser distribuída entre as rádios educativas do país. O programa tinha o nome de Meu Brasil Brasileiro.

> (...) era um projeto com a finalidade de divulgar peculiaridades das cidades e dos diversos recantos do Brasil. Então, aí é que foi a minha participação, precisava de um redator, um produtor, um

> redator, mas que fosse também um produtor e a minha primeira tarefa dentro da Rádio Federal foi exatamente essa, cumprir esse contrato. (LOPES, 2017)

Nesse primeiro momento, Lopes foi contratada como recibada, já em setembro daquele ano, entrou para o quadro efetivo da Universidade. Em sua narrativa, fica claro o orgulho que Lopes tem do programa que ajudou a conceber, principalmente da edição que foi premiada pela Rádio MEC. O programa teve como tema a camisa canarinho desenhada pelo jaguarense Aldyr Schlee e contou com a participação do professor da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da UFPel, José Antônio Duarte da Silva, que fez parte da seleção brasileira vestindo a camisa canarinho no pan-americano de 1956, disputado no México[2].

> E um dos programas que nós fizemos que foi muito bem-sucedido e foi considerado um dos cinco melhores daquele ano foi o da camisa canarinho, porque juntou uma série de coincidências. O fato de ela ter sido desenhada pelo Schlee, que ele já não aguenta mais (risos), mas foi...o fato de que um dos primeiros jogadores que usaram aquela camisa canarinho foi uma equipe aqui do Rio Grande do Sul representando o Brasil em um pan-americano e o capitão da equipe era um professor da Agronomia depois que ele deixou a vida de jogador de futebol, ele já era formado em Agronomia, o José Antônio Duarte da Silva, que o nome dele como jogador de futebol era Duartão, ele era o capitão da equipe, então aquela equipe tinha mais gente... eu não sei... eu sei que eu entrevistei para fazer esse programa passagens com o Schlee, passagens com o Duartão, enfim a gente compôs o programa e foi considerado muito bem sucedido e uma boa locução, isso em (19)84. (LOPES, 2017)

Sobre as suas experiências em veículos de comunicação, Lopes (2017) diz que geralmente eram ambientes com muitos homens. Do tempo em que era estagiária do Jornal do Brasil, em 1968, a entrevistada relembra que “era isso aí uma redação de jornal, muito homem, pouquíssima mulher, mesmo as estagiárias eram muito poucas e ali a gente foi aprendendo...”,

[2] A história do jogador foi encontrada no site http://terceirotempo.bol.uol.com.br/que-fim-levou/duarte-867

sobre o ambiente do rádio em Pelotas, ela conta um pouco sobre as suas experiências.

> A rádio é um ambiente muito masculino, não só da Rádio Federal, mas todas as rádios que eu frequentei, para te falar a verdade, é um ambiente muito masculino e então sempre tem aquela imposição do empoderamento do macho e as mulheres vão abrindo espaço meio a fórceps, não é fácil, não foi fácil, porque ninguém dá espaço, ninguém dá poder, isso é uma coisa que tu tens que conquistar, ou porque tu és eficiente, ou porque tu és abusada mesmo, ninguém vai dividir poder contigo. (LOPES, 2017)

A radialista Maria Alice Estrella entrou para o quadro da Universidade Federal de Pelotas mais tarde, em 1993, como assistente administrativo. Nessa época ela atuou como secretária do reitor por dois anos e, em 1995, foi chamada a fazer um teste na emissora. Para ela, a indicação se deve ao fato de que na época ela declamava poemas em eventos e a sua voz passou a ser reconhecida. Estrela lembra como foi o seu teste para a função de locutora:

> Eu ingressei na rádio fazendo um teste para saber se a minha voz era uma voz audível, era uma voz compatível com o microfone. Foi muito interessante porque o meu primeiro teste durou quatro horas, apenas com uma Lauda, eu não tinha tido experiência dentro de um estúdio de rádio. Eu já tinha sido entrevistada, em outras ocasiões, mas era uma coisa assim bem mais fácil. Naquele momento parecia assim que eu, fechada numa sala no estúdio, com uma porta à prova de som, só com um telão na minha frente, vendo as pessoas do outro lado e eles me orientando como eu tinha que postar o meu corpo, como eu tinha que pronunciar as palavras, a maneira de falar... foi muito interessante, foi um trabalho exaustivo de quatro horas, tipo assim: não é assim, tá errado, repete... Puxaram muito por mim e eu agradeço muito a esses companheiros e colegas que exigiram de mim esse esforço. E sai dali, daquele estúdio sem saber se eu seria ou não aproveitada na rádio, até que ponto a minha voz serviria à rádio. (ESTRELLA, 2017)

A narrativa da radialista evidencia que o ambiente do teste não era confortável, tendo em vista que, de acordo com o seu relato, quatro homens passaram quatro horas exigindo um esforço da entrevistada. Em sua fala, Estrella retoma um pouco do que sentiu naquele momento:

> Mas a minha primeira experiência na frente do microfone foi realmente, eu tive aquela dor de palco, eu achei que não ia dar

> certo, que eu não ia conseguir, que eu não ia dominar e hoje eu domino assim, dentro das minhas limitações, mas eu domino com muita boa vontade, com muita garra mesmo. (ESTRELLA, 2017)

De todo modo, Estrella foi chamada já no outro dia para atuar na emissora. Neste sentido, ao ser chamada para assumir a função de locutora da rádio, a radialista acredita que passou a desempenhar um papel muito importante dentro da Rádio Federal FM.

> (...) desde então eu comecei um trabalho que eu refuto como um dos mais importantes dentro do rádio, no sentido de que a rádio É notícia, é entretenimento, é música principalmente e nós tínhamos programações musicais durante o dia inteiro até a noite e eram três blocos: manhã, tarde e noite e após cada três músicas, eu fazia a locução do título da música, do autor e dos intérpretes e isso eram várias laudas, porque eram muitas músicas e eu gravava então, em um rolo, naqueles gravadores de rolo pré-históricos. (ESTRELLA, 2017)

A voz da entrevistada acabou tornando-se um estilo de voz de FM na cidade e na região sul do estado, tendo em vista que a rádio atingia vários municípios na época. Na cidade, é conhecida como a Voz da Federal, devido a esse fato, a radialista não faz locução comercial. Em sua narrativa, Lopes reconhece o mérito da voz da colega: “eu por exemplo, eu reconheço, a Maria Alice Estrella, como uma voz de excepcional valor, acho uma voz muito linda, uma dicção muito boa”. O reconhecimento da voz de Estrella também pode ser constatado na sua própria narrativa, quando ela discorre sobre o fato de ser muitas vezes reconhecida pela sua voz, ao falar em público em situações cotidianas.

> Quando eu dizia para o taxista: eu quero ir até a Faculdade de Direito. - Eu conheço a sua voz. “– O senhor ouve rádio?” “– Ouço!” “– O senhor ouve a Federal FM?” “– Ouço!” “- Pois eu sou aquela voz que o senhor ouve de vez em quando.” “- Ah, mas não é possível...”. Então, essa identidade passou a ser uma coisa muito gratificante para mim, porque reconheciam a minha voz, o meu trabalho que estava ali e por um acaso, porque eu nunca imaginei na vida que a minha voz seria o meu instrumento de trabalho. (ESTRELLA, 2017)

Contudo, ela fala um pouco sobre a sua insegurança de falar ao vivo no microfone da rádio. Estrella atribui essa insegurança ao fato de não ter cursado a Faculdade de Jornalismo.

> Inclusive eu também estou participando eventualmente do Bom Dia Federal que é ao vivo e é muito interessante, porque eu ainda não consigo me desinibir, por não ter cursado jornalismo, eu não consigo me desinibir ao ponto de comentar uma notícia assim como os estagiários nossos fazem e como o Roberto que é o coordenador do programa ao vivo. Ele faz as vezes comentários e eu fico olhando para ele com medo, com aquele receio, porque eu ainda estou muito presa ainda naquela coisa do estúdio em que eu posso, se eu errar, eu repetir. (ESTRELLA, 2017)

Nas entrevistas, foi possível perceber uma dedicação quase que integral dessas trabalhadoras a sua atuação na Rádio Federal FM, como mostra Estrella:

> (...) mas é que o rádio para mim é de uma preciosidade de uma de uma acuidade tão grande né, eu tenho um respeito tão grande pela comunicação do rádio e sou uma ouvinte de rádio há décadas, desde menina eu ouço rádio, o rádio fez parte da minha meninice, da minha adolescência, da minha juventude, como hoje a internet faz parte da vida dos humanos. (ESTRELLA, 2017)

Da mesma forma, Lopes demonstra seu empenho no trabalho, sobretudo no período que foi diretora da Rádio. Um fato que marcou a entrevista foi a constante curiosidade sobre a atualidade da emissora. Apesar de estar com a visão comprometida, Lopes citou várias vezes que a filha lê as notícias da UFPel e da emissora para ela. Além disso, a entrevistada muitas vezes narrava os acontecimentos da Rádio que ocorreram após a sua aposentadoria como se ainda estivesse presente no cotidiano da Rádio. A radialista diz que passou por muitos momentos bons na emissora, local onde se descobriu gostando de ser entrevistadora. Sobre essa descoberta, Lopes (2017) diz que a entrevista é o seu chão, é o que ela entende que faz bem e que as pessoas se sentem muito à vontade em ser entrevistadas por ela.

> Acho que fiquei devendo muito, queria ter feito muito mais, aproximado muito mais, mas foi o que deu para fazer, gostava muito, tinha muita alegria em fazer o que eu fiz e, finalmente, depois quando eu tive essa possibilidade de ser a diretora da rádio, aí sim

> a gente resolveu assumir a política que vinha sendo implantada no Brasil e especialmente na UFPel, que era o que? Política de integração com o Mercosul. (LOPES, 2017)

Em artigo que analisa a inserção das mulheres nas estruturas de tomada de decisão nos meios de comunicação europeus, a autora Ross (2017, p.66) destaca que, como em várias áreas da vida social, econômica e cultural no século XXI, o número de mulheres em cargos com o poder de tomada de decisão nos meios de comunicação é muito baixo, principalmente quando comparado com a força de trabalho do setor analisado. O estudo revelou que o serviço público tem mais probabilidade de inserir a mulher em cargos de maior poder dentro da organização, "cerca de um terço de todas as posições que temos nos serviços públicos de radiodifusão e cerca de um quarto dos cargos no sector privado são ocupados por mulheres". No Brasil, esta realidade também faz parte do cotidiano feminino.

Estrella lembra que quando assumiu a sua função na emissora teve uma adaptação tranquila devido ao fato da Rádio já possuir três mulheres em seu quadro. Porém destaca a baixa inserção da mulher nas rádios de Pelotas nesta época.

> Tudo ocorreu tranquilamente bem. Eu acho que não era comum a presença de mulheres nas rádios, porque a Tupanci me chamou algumas vezes para ler alguns textos para eles, porque eles não tinham voz feminina. A voz feminina, estou falando da locução, era muito rara. Naquela época, talvez fosse eu e mais alguma outra pessoa, que eu não conheço, mas que não havia. A minha voz era... talvez por isso eu tenha me destacado de alguma maneira, por ser a única. A Maria Luiza Benites fazia chamadas para a rádio e, a partir do momento que eu entrei, ela deixou de fazer, ela era Porto Alegrense se não me engano. Ela fazia lá e mandava para cá, pequenos spots, mas voz feminina mesmo fui sempre eu. (ESTRELLA, 2017)

Em depoimento enviado por um dos diretores da Rádio em forma de entrevista semiestruturada, João Manuel dos Santos Cunha, fica evidente a qualidade do trabalho desenvolvido pelas radialistas que desempenharam o seu ofício na Rádio Federal FM. Ele diz que o trabalho que as "produtoras

fizeram, aliás, foi o que de melhor se produziu na Rádio Cosmos durante o tempo em que a dirigi".

> Em suma, existem, muitos meios, diretos ou não, de ser uma mulher pública, com a condição de dar a essa expressão certa extensão. Ser reconhecida como tal revela-se mais difícil e sempre suspeito. (PERROT, 1998, p.11)

Com a análise dos resultados das entrevistas, fica evidente o lugar atingido pela mulher que superou diversas dificuldades para conquistar seu espaço com talento, dedicação e muito trabalho. Na Rádio Federal FM, as entrevistadas desempenharam seus papéis de forma brilhante e obtiveram ótimos resultados. É interessante a análise das dificuldades de cada uma delas, além da percepção que cada uma tem sobre o trabalho que desempenharam ou desempenham. Emoção, prazer em exercer seu ofício, dificuldades, conquista de confiança e de credibilidade foram algumas das características que são observadas nas carreiras dessas profissionais.

Conclusão

Ser mulher e ser radialista, o que antigamente era excludente, atualmente é possível. O jornalismo, na sua vertente radialista, era uma profissão prioritariamente masculina, porém este campo de atuação está a cada dia mais sendo invadido pelas mulheres. As mulheres ainda são minoria, mas é visível que a mulher vem ganhando espaço nos meios de comunicação e de forma mais lenta no rádio, muito devido ao fato do rato ter um conteúdo muitas vezes voltado aos esportes, especialmente o futebol.

As dificuldades das mulheres radialistas em geral, não são diferentes das dificuldades da trabalhadora de qualquer área. Nota-se a dificuldade que elas tiveram para chegar a ocupar cargos de direção dentro do veículo. Nos 37 anos da Rádio Federal FM, apenas duas mulheres chegaram a administração da emissora, a primeira foi a entrevistada Vera Lopes, que ficou à frente da Rádio por um ano e dez meses, até se aposentar

em 2014. A diretora conquistou o cargo somente em 2013, 30 anos depois que entrou na Universidade, em um momento em que a administração da instituição foi assumida por um mandato progressista.

Cabe lembrar que grande parte dos problemas e dificuldades das trabalhadoras verificada nessa pesquisa, vêm da situação global de discriminação vividas pelas mulheres enquanto profissionais. Esse fato pode ser analisado, sobretudo, através da constatação de que a Rádio Federal FM está ligada à Universidade Federal de Pelotas, uma instituição pública que tem como critério de ingresso em seu quadro permanente de servidores, a aprovação em um concurso público. As vagas disponibilizadas especificamente para a Rádio via concurso, com exceção da Vera Lopes e da Teresa Cunha, foram preenchidas por homens, o que evidencia que o oficio de radialista é uma profissão prioritariamente masculina.

Através dos relatos, fica evidente que as mulheres precisam a cada dia se engajar mais na reflexão sobre a sua situação e na luta por mudanças reais que garantam os mesmos direitos e espaço oferecido aos homens.

Fontes

Maria Alice Estrella. Radialista. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2017.

Vera Lopes. Radialista aposentada. Entrevista concedida a Silvana de Araújo Moreira. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2017.

João Manuel dos Santos Cunha. Professor aposentado. Entrevista semiestruturada concedida a Silvana de Araújo Moreira. Pelotas, 2017.

<wp.ufpel.edu.br/federalfm/>. Acesso em 23 de outubro de 2016.

<http://terceirotempo.bol.uol.com.br/que-fim-levou/duarte-867>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

Referências Bibliográficas

BORGES, Giuliana Borges. **Cantoras do rádio e mulheres – um estudo sobre representações femininas no Brasil da década de 1950.** Dissertação Mestrado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade estadual de Campinas, 2017.

COLLING, Ana. **A construção histórica do feminino e do masculino.** In: STREY, Marlene Neves (ORG.); et. al. Porto Alegre: [s. n.], 2004.

LIPOVETSKY, G. A. **A terceira mulher.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origins of the feminist press in Brazil.** Revista Estudos Feministas, v. 11, n. 1, p. 234-241, 2003.

MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2017.

PERROT, Michelle. **Minha história das Mulheres.** Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas.** Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ROSS, KAREN. **As mulheres nas estruturas de tomada de decisão nos meios de comunicação europeus* Women in decision-making structures in the european media.** Media & Jornalismo, n. º 30, vol. 17, n. º 1, p. 63, 2017.

Reflexões sobre a musealização contemporânea e o museu virtualizado.

Valdir Morigi[1]
Rafael Chaves[2]

Resumo: A revolução tecno-informacional e comunicacional possibilitou a sociedade em rede e com ela sugiram as mídias sociais, diferentes dispositivos comunicacionais virtuais (blogs, Instagram, sites de compartilhamento, fóruns, etc.). Essas mídias ampliaram as possibilidades de interação e participação dos cidadãos entre si e destes com as instituições em diferentes âmbitos. Os ambientes virtuais possibilitam e a difusão de informações sobre o patrimônio, constituindo os novos suportes da memória no ciberespaço. Entretanto, os usos das mídias sociais pelas instituições museológicas são recentes. O presente estudo é parte do projeto de pesquisa do mestrado e se insere na linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio do Programa de Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA/FABICO/UFRGS), amparado nos estudos de memória social e nos seus usos a partir da Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). O objetivo é oportunizar reflexões acerca das transformações do conceito de museu no mundo contemporâneo. Quais as informações digitais que ele divulga e como é o compartilhamento delas entre as instituições museais e os seus públicos? Como se configuram os novos patrimônios a partir dos museus e dos acervos virtualizados? As mídias sociais podem aproximar os visitantes dos museus através da comunicação museológica. O museu virtual, através dos usos das tecnologias digitais, realiza a mediação entre os objetos musealizados difundidos no ambiente virtual, possibilitando que cada visitante faça a sua interpretação das informações sobre os acervos digitais museograficos. Nesse processo, a comunicação museológica auxilia na apropriação das informações ao mesmo tempo em que possibilita maior visibilidade ao patrimônio documental que está sob o seu domínio. Os museus virtuais na rede, a partir das plataformas oficiais trazem novas práticas ao fazer museológico, pois possibilitam novas interlocuções com os usuários e a sociedade. Assim, os usos das mídias sociais pelos museus, auxiliam na acessibilidade das informações sobre os acervos ao mesmo tempo que possibilitam mostrar transparência nas ações museológicas e democratização destas instituições.

Introdução

A revolução tecno-informacional e comunicacional possibilitou a sociedade em rede e com ela sugiram as mídias sociais, diferentes

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - FABICO. Departamento de Ciências da Informação.Doutor Sociologia pela Universidade de São Paulo – USP. Professor titular do Curso de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Museologia em e Patrimônio (PPGMUSPA)/UFRGS. E-mail: valdir.morigi@gmail.com
[2] Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação- FABICO. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMUSPA)/UFRGS. Email: rafateixeirachaves@gmail.com

dispositivos comunicacionais virtuais (blogs, Instagram, sites de compartilhamento, fóruns, etc.). As mídias sociais ampliaram as possibilidades de interação e participação público com as instituições museais vitualizadas em diferentes âmbitos. Os ambientes virtuais possibilitam acessibilidade e a difusão de informações sobre o patrimônio cultural, constituindo os novos suportes da memória no ciberespaço. Entretanto, os usos das mídias sociais pelas instituições museológicas são recentes.

As transformações nos espaços museológicos na contemporaneidade, e com a disseminação das informações na internet, cada dia mais utilizada, seja por dispositivos móveis ou por outros dispositivos, a comunicação virtual vem tomando conta dos espaços museológicos.

As tecnologias info-comunicacionais trouxeram mudanças na forma de perceber os espaços museais, alterando o próprio conceito de museu no mundo contemporâneo a partir da constituição dos museus virtuais. Nesse sentido, levantamos as seguintes indagações: A partir das plataformas digitais e do compartilhamento de informações como se configuram os novos patrimônios a partir dos museus e dos acervos virtualizados?

As mídias sociais podem aproximar os visitantes dos museus através da comunicação museológica. O museu virtual, através dos usos das tecnologias digitais, realiza a mediação entre os objetos musealizados difundidos no ambiente virtual, possibilitando que cada visitante faça a sua interpretação das informações sobre os acervos documentais da instituição. Nesse processo, a comunicação museológica auxilia na apropriação das informações ao mesmo tempo em que possibilita maior visibilidade ao patrimônio documental que está sob o seu domínio. Os museus virtuais na rede, a partir das plataformas oficiais trazem novas práticas ao fazer museológico, pois possibilitam novas interlocuções com os usuários e a sociedade.

De acordo com Thompson (1995, p.181), a análise cultural reside estudar as formas simbólicas, isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas.

O compartilhamento de informações digitalizadas em rede permite a preservação dos documentos originais, pois pode diminuir a manipulação dos objetos. Assim, os usos das mídias sociais pelos museus, auxiliam na acessibilidade das informações sobre os acervos ao mesmo tempo que possibilitam mostrar transparência nas ações museológicas e democratização destas instituições.

Museus virtualizados, comunicação e mídias sociais

As formas de comunicação nos museus, ao decorrer do tempo, vêm passando por constantes mudanças. No presente, com a perspectiva da museologia crítica, com os usos das tecnologias de informação e comunicação e o número de as pessoas conectadas na rede, possibilita uma aproximação dos cidadãos com os museus. A cultura do compartilhamento possibilita uma aproximação dos museus com os visitantes.

Entretanto, o uso das mídias sociais nas instituições museológicas brasileiras é algo recente e as discussões sobre o tema precisam avançar. Os gestores das instituições começam a rever seus olhares em relação aos sites de museus, inicialmente como um facilitador de comunicação de eventuais informações, tais como: como informes de data, local de abertura de exposições, notícias, para um novo formato de site de museu.

> O que significa que o objeto museal deverá ser compreendido pela gênese das teias de relações e, não apenas como um produto que por si só, representa um espaço tempo histórico definido a priori por seus aspectos físicos que são determinados numa ação

> documental que busca resgatar 'informações' sobre este bem cultural. (NASCIMENTO, 1994, p.30)

Nesta sociedade conectada, não bastam as instituições museológicas terem seus acervos documentados, o seu acesso é fundamental ao público, possibilitando uma interação com estas reproduções e o visitante tornar-se um ator comunicacional museológico. Os museus virtualizados, são instituições virtuais que se apropriam das redes sociais como suporte de interação e disseminação do acervo museológico digital.

Para Carvalho (2012) a evolução da comunicação dos museus na Internet é atualizada também por análise de artigos da mídia impressa e online. Segundo a autora, o museu virtual é aquele construído sem equivalência no espaço físico, com obras criadas digitalmente, não sendo substituto equivalente ou evolução dos primeiros.

A mudança paradigmática acerca dos formatos que museus assumem, questiona esses espaços como apenas locais para contemplação. Ele é, acima de tudo, um espaço de possibilita questionamentos e reflexões sobre a vida e o cotidiano. O museu virtual pode se tornar um local de reflexão e discussão acerca de objetos musealizados na virtualidade à medida em que ele incorpora novas dinâmicas que vão além da preservação dos objetos.

As mídias sociais possibilitam uma cultura de compartilhamentos, tornando dentro da plataforma digital uma experimentação de uso para museus. O uso das mídias sociais nos museus traz impactos no fazer social museológico, pois os objetos deixam de ser o centro das atenções, em contrapartida as ideias e sua fruição passam a ser o centro da instituição e o público deixa de ser o expectador para ser participante ativo.

Assim como profissionais de museus, um novo olhar sobre o fazer museológico a partir dos acervos na rede, com isso vários museus brasileiros estão adotando este novo modo de comunicar, portanto a comunicação se

tornou mais ampla, e com espaço para que o visitante tenha mais interação no feedback.

A projeção do objeto museal virtualizado expõe a noção de valor e de conservação do patrimônio ressoando o sentido de comunicação museal onde o público torna um consumidor do patrimônio digital, fazendo e que tenha acesso, e que use a interação na rede para suas apropriações.

Pensar a comunicação em museus é refletir e questionar o potencial do uso de mídias sociais como ferramentas de conexão entre o museu e o público a partir do objeto musealizado. Neste novo cenário, os museus utilizam as mídias sociais como um viés para comunicação, pois enfrentam os resquícios do paradigma anterior que distanciava o museu do visitante, neste novo modelo o público se torna parte do processo.

O processo museal se dá através de etapas de formação de acervo, pesquisa, salvaguarda pelos processos de conservação e documentação museológica, comunicação por meios de exposição e ações educativas para o patrimônio cultural.

A exposição é o resultado da soma de diferentes métodos museológicos que dão fruto a exposição. A exposição é uma forma de comunicação do que está sendo exposto, onde os museus expõe objetos materializados, seguindo o modelo europeu de museu, os objetos são geralmente o centro da exposição.

Assim, é na exposição que o visitante tem a oportunidade de conhecer o processo museológico em seus conceitos básicos como a aquisição, a documentação, a conservação e a comunicação. Este fenômeno museológico é um grande desafio, com isto conhecer as formas de comunicação museológica em rede determinando terminologias onde os usuários tenham compreensão deste novo fazer museológico.

> Nos Museus a comunicação é feita quando o emissor codifica para o receptor, sendo comunicação museológica virtual ou não, ela tem

> que ser convidativa, que faça o visitante ficar por alguns segundos contemplando, (em síntese, procura-se a interação entre a mensagem expositiva e o visitante, para que a exposição permita uma experiência de apropriação de conhecimento) (CURY, 2010, p.39).

Os museus virtualizados, portanto são potência de patrimonialização. Na história dos museus a comunicação com público estabelecia uma relação de receptor passivo da informação e a instituição o transmissor que já apresentava um código pronto para o acesso, e sem que o público pudesse passar suas impressões.

Segundo Horta, (1997, p.112), cabe ao museólogo desconstruir, decodificar e desmistificar os elementos da teia de relações de significados, que configuram o espaço e o objeto museal, “de modo a levar o público a perceber esses inúmeros sentidos deles decorrentes”. Faz-se importante colocar que o trabalho do museólogo transcende este “espaço museal”, atingindo as próprias práticas sociais e culturais, pois é por um lado dos artefatos e por outro da ação social que as formas culturais encontram articulação.

Desta forma, a expografia e a comunicação museológica, pelo seu caráter de informação do conteúdo e de importância comunicacional, demonstraram que o experimento desta pesquisa, envolvendo museus e redes sociais, constituiu uma relação social.

A exposição passou de ser realizada em um ambiente estático, pois na rede a exposição se torna mais próxima do público, com isto quero dizer que, no ambiente virtual, os visitantes se sentem mais livres para experimentar diferentes níveis de interação. Não só em uma curtida na página da instituição, mas se sentindo na instituição, ao fazer um comentário sobre o acervo, no envio de acervo digital, familiarizando-se com o acervo, além de, como se notou na pesquisa, muitas vezes tornar o visitante virtual em um visitante em potencial em museus com instituição física.

> 'Museu Virtual' é uma poderosa metáfora que pode ser aplicada para a apresentação de atividade criativa assim como repositórios de conhecimento. Certamente é no melhor interesse da comunidade museológica estabelecida aproveitar este potencial em vez de travá-lo. (KARP, 2004).

Esse fenômeno museológico é um desafio atual, com isto devemos conhecer as novas formas de interação em rede determinando terminologias onde os usuários tenham compreensão deste novo fazer museológico.

Considerações Finais

Assim, é possível identificar que a cultura do compartilhamento, através de plataformas digitais museológica, traduz uma nova forma de mediação entre instituição museal virtualizada e o público usuário das mídias sociais. No cenário atual se configuram os novos patrimônios digitais, criando uma relação mais próxima com seu público. A divulgação do acervo virtualizado gera novos arranjos através dos níveis de interações disponíveis na rede, como comentários, curtidas, compartilhamentos. Isso possibilita aos visitantes participarem da construção dos conteúdos através de suas experiências de vida, o que pode gerar laços sociais via a virtualidade.

O acervo das instituições museológicas virtualizadas passam por uma reprodução em que possibilitam os objetos saírem da sua materialidade, ainda que a materialidade objetal seja forte nos museus tradicionais. Na era da conectividade eles passam a serem representados digitalmente, constituindo os novos patrimônios culturais digitais. Assim, os museus virtuais podem democratizar os seus acervos e tornar acessível para todos, a virtualidade passa a se constituir um suporte, torando fazer museológico mais dinâmico.

O compartilhamento nas mídias sociais das instituições museais possibilita uma maior aproximação dos usuários com o museu. Além disso, possibilita que as instituições museais conheçam quem são seus públicos virtuais. Os museus passam a utilizar da digitalização de seus acervos,

compartilhando nas suas mídias, possibilitando a quebra do limite geográfico, tornando o acervo virtual acessível. Apresentando um novo cenário museal, onde o acervo virtual se torna uma fonte de representação das instituições museais virtualizados. Entretanto, novos estudos fazem-se necessários para desvendar os impactos das tecnologias de informação e comunicação nos espaços museais.

Referências

RÚSSIO, Waldia, SCHEINER,Tereza. **Dois caminhos, um único objetivo:** discutir museu e Museologia, Relatos de experiência. http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus. Acessado em 20/11/2017.

CURY, M.X. Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico– de Educação Patrimonial. In: SOARES, A.L.R e KLAMT, S.C. Brasília, v.3, n.1, p.27-46, jan./dez. 2010

FUNARI, P.P.A e PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu:** a ótica museológica de Mário de Andrade**.** Chapecó: Argos, 2015.

Guia dos Museus Brasileiros/Instituto Brasileiro de Museus, Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011

HENRIQUES, Rosali. **Museus Virtuais e Cibermuseus**: A internet e os museus. Portugal, 2004. **[Falta a editora!]**

CHAGAS, Mario**. Uma gota de sangue em cada museu.** Rio de Janeiro: Argos, 2006**.**

MARTELETO, Regina. Redes sociais, mediação e apropriação de informações: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. **Pesquisa Brasileira.** MCB disponível em:

http://wp.ufpel.edu.br/museudascoisasbanais/ Acesso em 09 jul.2015, 20:50. perspectiva.

PIERRE, Lévy. **O Que é Virtual**. Editora 34 São Paulo. 2011

PIERRE, Lévy. **Cibercultura**. Editora 34 São Paulo. 2010

PIZA, Mariana Vassallo. **O fenômeno Instagram**: considerações sob a perspectiva tecnológica. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3243/1/2012_MarianaVassalloPiza.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2015, 20:15.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **In: Enciclopédia Einaudi,** volume 1, MemóriaHistória. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1997.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto:** o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na internet.** Porto Alegre: Sulina, 2014.

RIEGL. Aloïs. **El culto moderno a los monumentos:** caracteres y origen. Traduzido por: Ana Pérez López. Madrid: La balsa de la Medusa, 2008.

ROCHE, Daniel. **História das Coisas Banais***.* Nascimento do consumo séc. XVIIXIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHEINER, Teresa Cristina. **Apolo e Dioniso no templo das musas**. Museu – Gênese, ideia e representações na cultura ocidental. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Estado do Rio e Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 1998.

SOARES, A.L.R. & REMPEL, A.H. **Alguns conceitos necessários para as ações Tecnologias.** 1999. Acessado em 9 de abril de 2015. **Qual o site?**

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2011.

"Sasaki Kojiro- A espada invencível": Uma análise do arco da personagem no mangá Vagabond

Lucas Marques Vilhena Motta[1]

Resumo: O mangá *Vagabond* segue a trajetória de Miyamoto Musashi até o mesmo se tornar "o maior espadachim do Japão". Entretanto a obra nos apresenta a história de seu famoso rival, Sasaki Kojiro, mostrando seu início de caminhada e seu amadurecimento na arte da espada. Takehiko Inoue, autor de Vagabond, nos proporciona acompanhar sua interpretação de Kojiro; adicionando uma característica bastante intrigante a sua composição dele: A surdez. Este fator torna a interpretação do mundo ao redor da personagem algo único graças ao suporte visual oferecido pelo mangá. Uma análise da trajetória de Kojiro pode nos mostrar como o autor interpreta os samurais, se ele os idealiza ou não. Portanto a proposta deste trabalho é analisar de que forma Takehiko realiza sua representação desta personagem dentro da narrativa e verificar se o mesmo é idealizado conforme os pensamentos descritos em alguns livros de samurais dos séculos XVI e XVII.
Palavras Chave: Mangá, Samurai, História do Japão, Sasaki Kojiro, Vagabond.

Introdução

Vagabond (バガボン) é um mangá (quadrinho japonês) que teve seu início de publicação em 1998 através da *Weekly Morning*, editora especializada no gênero Seinen, ou seja, títulos voltados a um público mais adulto. O autor da obra, Takehiko Inoue, até então era conhecido por seu mangá com temática do Basquetebol *Slam Dunk* (1990-1996), apesar da súbita mudança de temática, *Vagabond* se tornou um enorme sucesso sendo traduzido para 12 idiomas diferentes e tendo, por volta, de 80 milhões de unidades vendidas em todo o globo[2].

Um aspecto relevante a ser notado sobre o mangá é que de início seria uma adaptação do livro *Musashi* de Eiji Yoshikawa publicado em 1935. Porém como o próprio autor afirma em entrevista, de início não havia necessidade de "fugir" da narrativa proposta pelo livro, mas com o

[1] UFPel; Mestrando em História; contato: lucasmarquesmotta@gmail.com
[2] Disponível em: https://www.japantimes.co.jp/culture/2017/01/07/books/book-reviews/vagabond-epic-manga-based-life-17th-century-samurai/#.W8KhimhKjIU Acessado em: 13/10/18

amadurecimento da obra as divergências começaram a surgir. Takehiko passa a dar sua própria visão à obra[3].

Umas das principais características que Takehiko Inoue trouxe à sua reinterpretação da aventura de Miyamoto Musashi, reside justamente em seu principal oponente Sasaki Kojiro. No mangá Kojiro ainda é um excelente espadachim como descrito em quase todas suas representações, porém devido a um acontecimento em sua infância, a personagem se tornou surda tornando sua vivência e sua interação com outras pessoas e com o ambiente ao redor algo único dentro da obra. Por ser a mais relevante e significativa reinterpretação feita por Takehiko iremos analisar justamente a primeira aparição de Kojiro e seu arco de personagem contido entre os volumes 14 e 20 da obra, buscando compreender de que forma o autor interpreta o guerreiro samurai através de Kojiro.

Referencial Teórico Metodológico

Para estabelecer a metodologia de análise que foi utilizada neste trabalho, necessita-se que seja estabelecido as características que circundam a confecção de um mangá juntamente a suas especificidades e recursos narrativos. Para delimitarmos o que é um mangá, podemos utilizar o mesmo conceito utilizado em suas contrapartes ocidentais, os quadrinhos, para tanto pode-se definir os mesmos como uma forma de expressão artística que "apresentam uma sobreposição de palavras e imagem, e, assim, é preciso que o leitor exerça as suas habilidades interpretativas visuais e verbais." (EISNER, 1999, p. 8)

A relação entre o visual e o escrito é bem mais específico nesta mídia, podendo ocorrer das mais diversas maneiras sendo limitadas somente

[3] Disponível em: https://mangabrog.wordpress.com/2014/08/09/takehiko-inoue-the-vagabond-hiatus-interviews/ Acessado em: 13/10/18

pela criatividade do autor. Contudo algumas características se tornaram marcas dos quadrinhos/ mangás, tais como: Quadros para dividir as cenas, balões de fala, linhas divisórias de quadrados de cena e onomatopeias são aspectos presentes nestas obras. (RAMOS, 2007) Com relação aos mangás, Garvett salienta que:

> Com o mangá, os japoneses mostraram a mesma facilidade que tiveram com o automóvel ou o chip de computador. Eles tomaram os fundamentos dos quadrinhos americanos – as relações entre imagem, cena e palavra- e fundindo-os a seu amor tradicional pela arte popular de entretenimento, os "niponizaram" de forma a criar um veículo narrativo com suas próprias características. Os mangás não são quadrinhos, pelo menos não como as pessoas os conhecem no Ocidente. (GARVETT, 2006, p. 14)

Conforme expresso por Garvett, "Os mangás não são quadrinhos, pelo menos não como as pessoas os conhecem no Ocidente", porém quais seriam as distinções entre os mangás e suas contrapartes no Ocidente? Primeiramente pode-se destacar o fator de suas páginas serem em preto e branco[4], a sua leitura ser realizada no sentido Oriental (direita para esquerda), outro fator determinante é a "simulação" do movimento [5]onde muitos autores tentam através do traçado e sobreposição de vultos expressar a movimentação da cena, da personagem ou do ambiente.

[4] As páginas em preto e branco não são exclusividades do mangá, porém acabaram se tornando um aspecto bastante característico dos mesmos.
[5] A valorização do movimento pode ser explicada através de seu período de popularização, ou seja, no pós Segunda Guerra Mundial, momento onde o cinema já vinha tendo uma crescente como mídia. Creditam o primeiro uso deste tipo de técnica a Osamu Tezuka com sua obra *New Treasure Island* (1947).

Figura 1- Exemplo do movimento no mangá.
Disponível em: http://loftartsupply.com/straysvagabond_v25_c217_016/
Acessado em: 14/10/18

Entretanto não são somente características estéticas e artísticas que diferem os mangás dos quadrinhos Ocidentais. Segundo Luyten:

> Para começar, o mangá, hoje em dia, no Japão, é considerado por eles como japonês, apesar de sua divulgação anglo-americana nas últimas décadas do século passado. Os ambientes são praticamente sempre inseridos no cenário nipônico, as personagens facilmente identificáveis com os anseios coletivos do arquipélago, os desenhos e a hábil utilização da escrita nipônica, inclusive para expressar as onomatopeias, são únicos no gênero. E como se tudo isso não bastasse, a sua divulgação maciça não tem paralelo no mundo inteiro. (LUYTEN, 1995, p. 132-133)

Luyten neste excerto nos mostra que o conteúdo da narrativa também torna o mangá único. Um exemplo é a própria obra *Vagabond*, que retrata um período bastante único na história do Japão, onde após um grande período de guerra civil o país se via novamente unificado sob o comando do Xogunato (Bakufu) Tokugawa (1603-1868); começando justamente após o

término na Batalha de Sekigahara (1600) que deu a vitória ao clã Tokugawa. Não somente o período histórico, mas assim como questões morais e éticas que são completamente distintas das referenciadas no Ocidente, durante a estória de Miyamoto Musashi veremos diversos preceitos advindos das teorias do Zen Budismo e de máximas creditadas ao Bushido (Caminho do Guerreiro).

Estes aspectos apresentados acima estão presentes pois os mangás são representações de uma sociedade com valores e ideais bastantes distintos de nossa realidade e vivência. Dessa forma, importante para a análise o conceito de representação, conforme apontado por Stuart Hall. Para o autor:

> Assim, temos dois processos- dois sistemas de representação- envolvidos. Primeiro, há "o sistema" pelo qual toda ordem de objetos, sujeitos e acontecimentos é correlacionada a um conjunto de conceitos ou *representações mentais* que nós carregamos. Sem ele jamais conseguiríamos interpretar o mundo de maneira inteligível. Em primeiro lugar, portanto, o significado depende do sistema de conceitos e imagens formados em nossos pensamentos, que podem "representar" ou "se colocar como" o mundo. Este sistema possibilita que façamos referências a coisa tanto dentro, quanto fora de nossa mente. (HALL, 2006, p.34)

A visão proposta por Hall para entender as representações é bastante relevante se levarmos em conta a grande distância entre as culturas brasileira e japonesa. Samurais e xoguns, além de serem termos estranhos para nós, pouco se discute sobre estes períodos da história no Brasil. Portanto segundo a proposta de Stuart Hall os leitores não japoneses de mangás não conseguiram captar a totalidade da mensagem proposta pela obra, deixando brechas para livre interpretação dos signos presentes.

Para realizar a análise do mangá proposta neste texto será utilizado método iconográfico, para a análise das imagens, quando utilizado por Umberto Eco em sua obra *Apocalipticos e Integrados* (1976), onde no capítulo *Leitura de "Steve Canyon"* o autor se utiliza deste método para analisar o

quadrinho *Steve Canyon*, para tanto Eco analisa minuciosamente o cenário, enquadramento, gesto das personagens e suas falas. Partindo destas análises o autor mostra diversas camadas de subtexto presente nesta leitura crítica. Porém como o mangá possui também a linguagem escrita em sua composição, será utilizado o método de análise do discurso proposto por Brandão, onde o discurso é entendido como:

> Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção. (BRANDÃO, 2004, p. 11)

Com os métodos de análise estabelecidos, iremos embasar a delimitação sob a personagem Sasaki Kojiro. “Se a personagem não for concretamente individual em cada uma de suas ações, não será uma personagem artisticamente realizada. Com isto não se exclui que a arte também possa produzir figuras alegóricas, redutíveis a um conceito originador (...)” (ECO, 1976, p. 213) A partir da visão de Eco podemos tentar através de Kojiro identificar qual é a visão de Takehiko Inoue acerca dos samurais e de que forma ele realizou esta reinterpretação da persona de Sasaki Kojiro? O autor tem uma visão idealizada ou apresenta outra proposta quanto a personagem? Com isto podemos seguir a análise da obra.

Sasaki Kojiro por Takehiko Inoue

Kojiro é apresentado como uma criança enviada para o mestre de kenjutsu (estilo de combate com espada) Kanemaki Jisai devido a um eminente ataque contra o feudo em que o pai de Kojiro servia. A travessia do garoto foi feita através do mar. Ao chegar a Jisai a criança vinha envolta em uma túnica bem ornamentada denotando que sua família possuía um certo status e carregava consigo uma nodachi (uma espada longa). Aqui o autor

apresenta a primeira característica importante da personagem: Kojiro não "desgruda" da sua espada em nenhum momento, quando acontece ele se enraivece.

As cenas onde vemos Kojiro e sua relação com a espada pode ser explicada devido a mística que envolve esse objeto durante a história do Japão e o imaginário em torno do samurai. Scott Wilson (WILSON, 2017, p. 25) destaca que "A espada era considerada a alma do guerreiro", outros autores também destacam a grande simbologia que perpassa a espada japonesa; Stephen Turnbull afirma que:

> Para um samurai, a katana era tanto uma arma como um símbolo. Nunca a relação entre o homem e espada foi melhor expressa do que nas palavras do grande xógum (ditador militar) do Japão, Tokugawa Ieyasu (1542-1616), que aconselhou seus sucessores que 'a espada é a alma do guerreiro'. (...) A espada, na sua posição de repouso, empurrado para o cinto, iria dizer ao mundo que seu dono era um verdadeiro samurai(...). (TURNBULL, 2010, p. 4, tradução nossa)[6]

O simbolismo de Kojiro e sua espada denota que o mesmo será considerado um guerreiro que dedica sua vida ao "caminho da espada". Este caminho é parte essencial da filosofia presente em *Vagabond*, sendo a interpretação deste ideal um item que define a psique das personagens. Entretanto para Kojiro este ideal irá tomar uma proporção bem maior do que as outras personagens, pois durante sua travessia pelo mar o mesmo acabou se tornando surdo devido ao estrondo das ondas; portanto uma pessoa com sua "condição" teria dificuldades dentro da sociedade; preocupação essa que Kanemaki Jisai pondera diversas vezes. Com isto a espada se torna para o

[6] No original: To a samurai, one's katana was both a weapon and a symbol. Never has the relationship between man and sword been better expressed than in the words of the great *shogun* (military dictator) of Japan, Tokugawa Ieyasu (1542–1616), who advised his successors that 'the sword is the soul of the warrior'. (...) The sword, in its rest position thrust into the belt, would tell the world that its owner was a true samurai(...).

jovem uma maneira de se definir como um guerreiro e ganhar reconhecimento por suas habilidades, tendo como grande exemplo seu pai de criação.

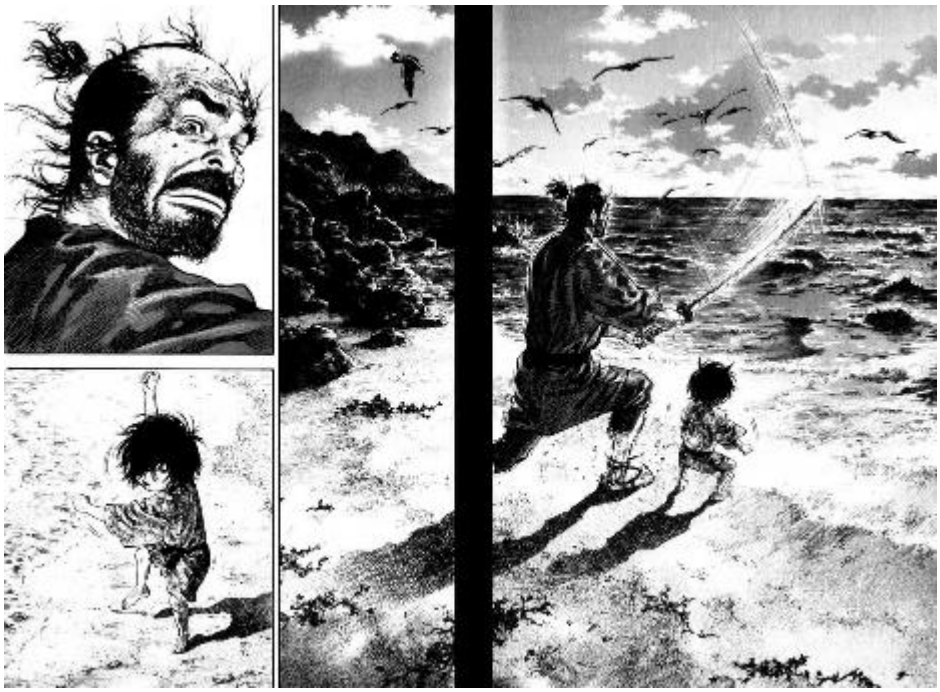


Figura 2 - Desde criança Kojiro seguia o caminho da espada.
Disponível em: Vol 14 Cap 132 p. 10 http://acgmonster.com/comics/70195
Acessado em: 15/7/2018

Analisando a figura acima vê-se que para Kojiro imitar os movimentos de seu pai foi seu primeiro contato com a arte marcial. Contudo, com o passar dos anos o garoto continuou treinando sozinho os movimentos que ele mimetizava assistindo Jisai. Durante uma parte da trama Kojiro se envolve em um duelo onde o mesmo acaba encarando um risco real de vida, em meio a esta situação ele é salvo por seu pai; sendo a partir deste momento que Kojiro busca se tornar um espadachim forte tal qual seu pai. Com isto vem a segunda característica que se sobressai sobre esta personagem: O ideal e a busca por ser “forte”.

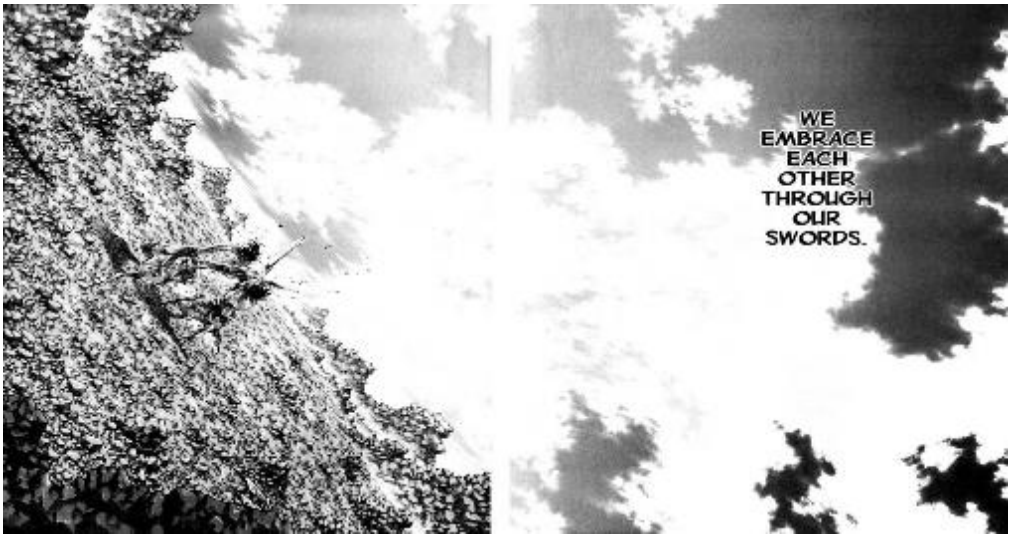
Esta busca permeia também o protagonista da obra, Miyamoto Musashi, sendo este ideal algo bastante presente na filosofia musashiana exposta em na obra *Gorin no Sho* (O Livro dos Cinco Anéis). A filosofia de Miyamoto Musashi se baseia em disciplina e treinamento contínuo para desenvolver-se no caminho da espada, o ideal de ser forte que é demonstrado na obra pode ser visto como um paralelo dos ideais pregados na filosofia de Musashi, pois durante a narrativa de *Vagabond* veremos Kojiro treinar disciplinadamente e se envolver em diversos combates para conseguir alcançar seu objetivo tão almejado. Como expresso no *Gorin no Sho*:

> Na nossa escola, de outro modo, o aprendizado se dá arriscando a sobrevivência em inúmeros embates de vida ou morte, nos quais a diferença entre viver ou morrer está no conhecimento ou não dos princípios que regem o Caminho da espada. (MIYAMOTO, 2010, p. 94)

A busca por ser tornar um espadachim forte é o que move Sasaki Kojiro como personagem. Dentro da narrativa o autor apresenta uma nova personagem na trama, Ito Ittosai, que irá guiar e instruir o jovem Kojiro. Ito então passa a colocar seu novo discípulo em diversos combates e situações que o coloquem no limiar entre a vida e a morte buscando que o jovem se adapte a estas situações, se o mesmo conseguir. Durante os combates iremos ver duas questões que merecem ser destacadas, a primeira é que estes combates servem como espaço de diálogos e, a segunda, a postura a qual Kojiro apresenta durante os mesmos.

Os duelos entre os espadachins durante o período Edo (1603-1868) era algo comum, pois muitos destes guerreiros arriscavam suas vidas para ganharem fama e renome buscando serem contratados por grandes senhores feudais. Ou seja, esta condição de duelista era em busca de status, em muitas das vezes; sendo a representação de Sasaki Kojiro dentro de *Vagabond* algo completamente oposto a isto. Kojiro é por muitas vezes inconsequente em seus combates, sendo repreendido veementemente por Ito

Ittosai que diz a ele que os que não temem a morte são os primeiros a morrer em um combate. Outra questão que permeia as cenas de combate de Kojiro é o fato de o mesmo estar sempre sorrindo, mesmo estando ferido ou ferindo seu oponente. Esta especificidade define qual a visão que Kojiro tem do caminho da espada; onde muitos o veem como um meio de ascender socialmente e conseguir um emprego, para a personagem é o meio ao qual ele pode ser visto como um igual, uma atividade onde sua surdez não o define mas sim sua habilidade excepcional com a espada.



Figuras 3 e 4: Kojiro vs Koun
Disponível em: Vol 20 Cap. 179 p. 14 e 15 http://acgmonster.com/comics/70195
Acessado em: 15/7/2018

O duelo entre Kojiro e Koun que fecham este arco da história é bem relevante para compreendermos como ocorrem os diálogos durante estes embates. As imagens acima apresentam os dois sorrindo apesar dos ferimentos, pois durante este combate vemos, através da fala de Koun, que os dois estão em uma conversa onde suas espadas falam por eles. Este artificio narrativo utilizado por Takehiko permite que nós leitores possamos compreender os sentimentos de Kojiro através das falas e pensamentos de outras personagens na narrativa. Neste dialogo em específico Koun diz através de pensamentos que “Kojiro, através de nossas espadas nós nos abraçamos.” Denotando que em meio ao embate ambos criaram um respeito e amizade mútuos. Assim podemos entender o porquê Kojiro se dedicou tanto por ser um bom espadachim, pois assim o mesmo pode interagir com outros indivíduos sem precisar falar.

Considerações Finais

A partir desta análise pode-se notar que Takehiko Inoue se apropria de muitas questões ligadas ao imaginário e representações já associadas ao samurai para cunhar a personalidade de Sasaki Kojiro. A surdez é uma característica bastante usual para protagonistas de mangás, ainda mais da maneira que foi executada em *Vagabond*, onde Kojiro praticamente não tem balões de fala nem pensamentos, salvo raras exceções; portanto quando o autor se utiliza dos embates para realizar "diálogos" podemos ver que além de um recurso narrativo está em curso uma repetição de muitos ideais filosóficos ligados a uma imagem mitificada do samurai e de sua espada.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introducão a análise do discurso**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2004.

DAIDOJI, Yuzan. **Bushido: O Código do Samurai.** São Paulo: Madras, 2003.

ECO, Umberto. **Apocalípticos e Integrados**, tradução Pérola de Carvalho- São Paulo: Editora Perspectiva, Ed. 2, 1976.

EISNER, Will. **Narrativas Gráficas**, tradução Leandro Luidgi Del Manto- São Paulo: Devir, 2005.

_____. **Quadrinhos e arte sequencial.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. (Organização e revisão técnica de Arthur Ituassu; Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira) Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

INOUE, Takehiko. **VAGABOND**. San Francisco: VIZ media, 2002. Disponível em: http://acgmonster.com/comics/70195 Acessado em: 15 de Setembro de 2018.

LUYTEN, Sonia "**O sonho japonês" e a difusão do mangá.** Revista USP (27):130-137. São Paulo:USP, set. 1995. Disponível em: www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28348/30206 Acessado em: 29 de Janeiro de 2018

_____, **Mangá: O poder dos Quadrinhos Japoneses**. São Paulo, Editora Liberdade: 1991.

LUYTEN, Sonia Bibe (org.). **Histórias em quadrinhos: leitura crítica.** São Paulo: Edições Paulinas, 1985.

MIYAMOTO, Musashi. **O Livro dos Cinco Anéis Gorin no Sho**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2010.

RAMOS, Paulo. **A Leitura dos Quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

TURNBULL, Stephen. **Katana: The Samurai Sword**. Oxford: Osprey Publishing, 2010.

WILSON, Willian Scott. **O Samurai: A Vida de Miyamoto Musashi.** Trad. Mauro Pinheiro. São Paulo: Estação Liberdade, 2017.

Olhares femininos: um projeto editorial feminista

Helena de Araujo Neves[1]
Ingrid Fabiola Gonçalves[2]

Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar a prática projetual e parte das discussões apresentadas em um Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido junto ao curso de Design Gráfico da UFPel. Tal pesquisa procurou evidenciar a produção de fotógrafas brasileiras que tiveram seu trabalho exposto em um *Livro de Artista* – criado como resultado prático da investigação. A peça foi desenvolvida levando em consideração categorias presentes nos estudos feministas, bem como por meio de conceitos pertencentes ao Design Editorial e ao *Livro de Artista*. Para este fim, no que se refere ao Design Editorial e a concepção do *Livro de Artista*, foram utilizados os estudos de Lupton (2013) e Silveira (2011) e para os estudos feministas, dentre outras autoras, investigou-se Tiburi (2018), Ribeiro (2018), Moreno (2017) e Perrot (2006). A referida pesquisa se deu a partir de uma visão crítica acerca da imagem feminina propagada pelos veículos de comunicação de massa, pois nestes o corpo da mulher sempre foi muito explorado – em especial nas peças publicitárias. Embora muitas vezes a figura feminina fosse a protagonista dessas peças, a indústria a representava como um objeto ditando conceitos e comportamentos que ela deveria aderir forjando, com isso, estereótipos previamente estabelecidos. Essa imagem se fez por origem numa divisão social que permitiu que homens e mulheres ocupassem espaços diferentes na sociedade: os homens inseridos no mundo industrial e profissional (aspecto público) e as mulheres no universo doméstico e submisso (aspecto privado). Entretanto, analisando a fundo as formas de

[1] Universidade Federal de Pelotas, Doutora em Educação, profhelena.neves@gmail.com
[2] Universidade Federal de Pelotas, Graduanda em Design Gráfico, ingridfabiola554@gmail.com

representação feminina não só na mídia, mas também a imagem que emerge no campo das artes e do próprio design gráfico, percebeu-se que grande parte dos profissionais que estão por trás da construção dessas imagens, em termos de elaboração e criação, ou são homens ou pessoas que reproduzem estereótipos frutos de uma sociedade patriarcal. Ou seja, as imagens que de certo modo insultam e objetificam as mulheres as colocando em posição de vulnerabilidade e as classificando em estereótipos sexistas, nada mais são do que projeções imaginativas criadas por um grupo social majoritário que em nada representa o público ao qual se propõe ilustrar.

É a partir dessa perspectiva que a presente pesquisa se constituiu tendo por objetivo geral criar um *Livro de Artista* que divulgasse o trabalho de fotógrafas brasileiras expondo as suas percepções sobre as mulheres. A intenção foi a de pensar o design como um interlocutor capaz de, por meio de uma peça gráfica como um *Livro de Artista*, resistir, debater e expor a representação gráfica da mulher através da cultura visual e por meio de uma construção de imagem a partir dos olhos femininos.

A abordagem da investigação foi qualitativa (GIL,2009) e inicialmente foi necessário definir uma amostra das possíveis fotógrafas que seriam incluídas na investigação. Optou-se por uma amostra intencional (GIL, 2009), constituída por jovens profissionais que traduzissem, de uma maneira visual, seus posicionamentos ideológicos através da fotografia. Tendo isso em vista, foram escolhidas cinco fotógrafas cujas biografias serão apresentadas posteriormente. Após, foi elaborado um breve estudo sobre a história do movimento feminista e sua concepção a partir da imagem. Deste estudo foi elaborado um glossário contendo alguns conceitos que serão expostos a seguir e que foram utilizados como um suporte teórico para o projeto prático[3]. Como se tratava de uma pesquisa desenvolvida no âmbito dos cursos de

[3] Para saber mais sobre a metodologia de projeto utilizada ler Gonçalves (2018).

Design e em função de uma das autoras desta pesquisa ser uma futura designer, e ter tido quatro meses para concluir a pesquisa, não se teve a pretensão de apresentar uma pesquisa densa no que se refere aos estudos feministas. Contudo, pode-se afirmar que o tema desta investigação nasceu pelo interesse e pela proximidade desses estudos. Por isso, escolheu-se politicamente um objeto de pesquisa que pudesse ser projetado por uma designer tendo por base sua área de atuação: o campo editorial e, ao mesmo tempo, contemplando um debate que seduziu as autoras desta investigação pela sua relevância.

O Feminismo e o *Livro de Artista "Olhares Femininos"*

Antes de expor sobre a que feminismo se refere esta pesquisa, indicando bases teóricas e ideológicas, realiza-se uma pequena introdução sobre o termo gênero – abordando a concepção em relação ao sexo e a sua influência na construção social da mulher e do homem. Gênero, diferentemente de sexo, que se refere ao aspecto biológico do que seria a espécime fêmea e macho, visa à construção conceitual e social do comportamento apropriado para o que se convencionou para as mulheres e os homens. Mesmo que o significado pareça ser simples, muitas(os) estudiosas(os) das ciências sociais levaram anos compreendendo e adotando o termo gênero sob diferentes concepções. Segundo a socióloga Joan Scott (1989, p.6), o uso mais recente da palavra popularizou-se dentre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Assim, a palavra indicaria "uma rejeição ao determinismo biológico e da visão normativa das feminilidades impostas pelos conceitos patriarcais". Entretanto, esse conceito patriarcal – que estipula e diferencia modelos de comportamento entre homens e mulheres – se encontra enraizado na sociedade moderna, que impôs, reconheceu e aceitou apenas o modelo binário: mulher/homem.

O conceito de gênero, estruturado e estabelecido pelas sociedades patriarcais, impôs um modelo social que categoriza como seres inferiores e subordinados não só as mulheres, mas todas e todos que não se encaixavam no lugar-comum de homem, branco e heterossexual. Dentro deste cenário instituído o feminismo se constitui e se legitima como um movimento político que tem como objetivo o reconhecimento e a equidade de gênero nos campos sociais, impetrando às mulheres o direito ao voto; a uma vida econômica e ao seu próprio corpo. Como problematiza Tiburi (2018, p.48):

> Tudo o que sabemos sobre as mulheres primeiro foi contado pelos homens. Da filosofia à literatura, da ciência ao direito, o patriarcado confirma a ideia de que todo documento de cultura que restou é um documento de barbárie. Demorou para que as mulheres conquistassem o seu lugar de fala, o seu direito de dizer o que aconteceu, o seu direito de pesquisa e memória. O feminismo se construiu a partir dessa conquista de liberdade de expressão.

Mediante as ideologias patriarcais que há anos nos foram impostas, o feminismo estabelece uma linha de estudos e de lutas que buscam a desconstrução da prática patriarcal e dos privilégios que ela estabelece aos homens (em especial brancos e heterossexuais) que cumprem suas expectativas de gênero previamente determinadas.

Dentre os debates travados pelo feminismo elegeu-se alguns conceitos que foram utilizados na prática projetual resultante da investigação. Para isso, construiu-se, como já mencionado, uma espécie de glossário com termos que guiaram conceitualmente e graficamente o *Livro de Artista* intitulado *"Olhares femininos".* São esses os termos:

Luta: Não se pode falar sobre feminismo sem falar de luta. A Luta é a ação do desejo que nos politiza, é a busca incessante pelo que parece

inalcançável. Feministas são seres em luta, sendo elas mulheres cis[4], trans[5]. Durante a história da humanidade nenhum direito adquirido pelas mulheres veio de forma gratuita, mas sim sempre através de ações políticas (TIBURI, 2018). **Lugar de Fala**: Talvez um dos aspectos pelos quais as feministas mais lutam. Como abordado anteriormente, a história das mulheres quase sempre foi contada por homens, uma vez que elas não possuíam, até há pouco tempo, uma voz ativa na sociedade. "Daí a importância da ´fala´, como expressão e auto expressão no contexto do poder" (TIBURI, 2018, p. 54). Por isso, urge permitir que as mulheres digam por elas mesmas o que querem e como querem e se façam ouvidas. Levando em consideração que existem diversos feminismos e que a luta pelos direitos das mulheres é interseccional, o lugar de fala deve se estender a todas as mulheres (negras, brancas, transexuais, etc.) contendo as suas lutas. Djamila Ribeiro, filósofa que possui um livro a respeito do tópico em questão, declarou em uma entrevista[6] que o poder de fala é incômodo, pois justamente questiona os privilégios dados às maiorias sociais (homens, brancos e heterossexuais) e que esse desconforto é bom, pois amplia os debates dando voz ao movimento. Enfatiza, ainda, que o poder de fala não é sobre silenciar, mas sim sobre dar espaço para aqueles que socialmente foram calados pelo decorrer da história. **Representatividade:** Um equívoco muito comum é confundir lugar de fala com representatividade, Djamila (2018) defende que apesar dos termos possuírem algumas proximidades eles não são iguais – uma vez que a representatividade pode vir de qualquer lugar, mas o lugar de fala dá a voz ao sujeito a partir da sua localização social. **Lugar de escuta:** Se a luta pelo lugar de fala busca pelo

[4] Cisgênero, ou somente "cis", são as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento (JESUS, 2012).
[5] Denomina-se as pessoas não-cisgênero, as que não são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans (JESUS, 2012).
[6] Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=AINEmjM4Ki4>Acesso em: 29 Jun. 2018.

poder de manifestação das minorias, o lugar de escuta pede que elas sejam ouvidas. O lugar de fala expressa um desejo de espaço e tempo contra uma ordem que favorece uns em detrimento de outros. “A escuta é um elemento prático no processo político que precisa ser experimentado com urgência, sobretudo pelos sujeitos que detêm o privilégio da fala” (TIBURI, 2018, p 56). **Identidade:** A mulher enquanto imagem e corpo sempre serviu a identidades criadas pela sociedade patriarcal para se satisfazer, criando inúmeros estigmas e categorias que as classificam de acordo com as posições e funções dentro da sociedade. Exemplos disso são: mãe, dona do lar, piriguete, interesseira, maria chuteira, histérica, fútil, solteirona, mulher para casar, mulher para NÃO casar, “bela recatada e do lar”, dentre muitos outros termos subjetivos – e que por definição descrevem como as mulheres deveriam ser tratadas. A identidade é a imagem que as pessoas têm de si e lutar pelo direito da autoimagem e ressignificar termos que não deveriam rebaixá-las e desqualifica-las, esta é uma luta pela identidade. **Misoginia:** “A misoginia é o discurso de ódio especializado em construir uma imagem visual e verbal das mulheres como seres pertencentes ao campo do negativo” (TIBURI, 2018, p 39). Segundo a autora, a misoginia está presente quando se associa às mulheres a loucura, a histeria, a natureza cultural – como se houvesse uma predisposição biológica que conferisse a elas uma inconfiabilidade natural e originária. **Ressignificação:** Ressignificar um termo trata-se de um ato que tem sido comum entre as feministas. Basicamente é fazer uso de um termo que, inicialmente, foi criado para difamar ou estereotipar mulheres – mas que agora é usando para fortalecer sua luta. Um exemplo clássico tornou-se o termo "vadia", que durante a história foi apropriado como forma de repressão às mulheres perante à sua sexualidade (TIBURI, 2018). Contudo, desde 2011, vem sendo título de um dos maiores movimentos feministas da atualidade, o *slutwalk* (Marcha das Vadias) que tem como uma das principais pautas a

liberdade sexual das mulheres. **Feminilidade:** A feminilidade se caracterizou como um adjetivo unicamente aplicado às mulheres como uma meta de identidade de gênero. Isso significa que se uma menina não segue a definição de feminino ilustrado nos livros, programas de TV, ou mesmo na publicidade, algo estava errado com ela. Entretanto, ao mesmo tempo que a feminilidade era descrita de forma dócil e poética, um potencial a ser alcançado, "ela também era usada como um termo para salvaguardar a negatividade que se deseja atribuir às mulheres no sistema patriarcal" (TIBURI, 2018, p.50). Trata-se de uma perspectiva que caracteriza o feminino como algo fraco, frágil e fútil, que logo cedo se une às imagens das meninas e se refletem em falas como: "não seja mulherzinha" ou "você corre como uma menina" geradas em relação ao aspecto pejorativo da palavra.

De maneira bastante resumida, esses foram os conceitos abordados na pesquisa maior que originou este artigo e que deu subsídios para a prática projetual – ao expor o trabalho das mulheres fotógrafas selecionadas. Apesar de parecerem recentes pelos presentes debates que se fizeram e ainda fazem acerca do feminismo, a luta das mulheres não é um ato político de aspecto contemporâneo, mas sim um resultado de uma longa história de opressões e lutas que abriu espaço para que elas conseguissem uma maior atuação nos campos sociais. Esta pesquisa, portanto, vem somar-se a essas lutas. Quando se observa registros históricos e a construção de imagem no que se refere à mulher e ao seu corpo/comportamento quase sempre há um homem por trás dessas informações. Todos os dias há um volume grande de imagens que "ditam regras e criam estereótipos que segregam a figura feminina dentre inúmeros termos de sentido pejorativos ou a explora como figuras espetaculares usadas como mercadorias para vender outras mercadorias" (TIBURI, 2018, p. 79). São muitas as pesquisas hoje que se dedicam a investigar essa construção em um esforço de desconstrução.

Perrot (2006), defendeu em seus estudos, com base nos estudos de Françoise Frontisi-Ducroux, que muito da construção imagética em volta da figura feminina esteve atrelada a uma construção do imaginário dos homens. Ainda que se leve em consideração que os estudos de Perrot (2006) são datados, infelizmente muito de suas descobertas são válidas quando atualmente se verifica a interferência da mídia de massa nessa construção social. Por isso, tem sido debatido, na atualidade, quem são os profissionais que estão envolvidos na produção de conteúdo (seja no audiovisual, publicitário, etc.) e algumas mulheres começam a ocupar postos que antes eram destinados aos homens – também nesta busca de desconstrução. Além desses aspectos, Moreno (2017, p.32) chama atenção para o conteúdo dos materiais produzidos:

> O discurso – quer verbal, quer imagético – nos apresenta sempre jovens (como se fosse crime ou vergonha envelhecer), quase sempre brancas (embora a nossa maior riqueza seja justamente a diversidade de raças e etnias que nos caracterizam) sempre magras (numa ditadura que se acentuou nos últimos anos, na contramão da realidade dos contornos corporais, tanto devido à nossa mistura de raças quanto à alimentação moderna e à vida sedentária) preferencialmente loiras e de cabelos lisos (bem distante do padrão nacional) – no máximo, ondulados, e apenas em raros casos, cacheados.

Esses modelos de representação que quase nunca cumprem seu papel de legitimar uma real personificação feminina, nada mais criam do que um falso espelho cujo reflexo em nada representam as mulheres reais, como consequência disso cria-se um enorme descontentamento delas com relação às suas vidas, atitudes e principalmente com seus corpos, “pois como nunca chegamos ao ideal de beleza que nos é imposto, criamos uma geração que sofre com problemas de autoestima ou uma ‘geração de Lolitas’, vítimas do equívoco que essa imagem pode eventualmente favorecer” (MORENO, 2017, p. 33).

Por isso, é importante ressaltar que hoje, mediante as constantes discussões impulsionadas principalmente pela Internet e debatidas no âmbito acadêmico essa construção vem sendo desconstruída. Entretanto essa quebra de padrões impostos é um processo gradativo e está longe de ser o ideal. Por isso, esta pesquisa se baseia fortemente nas palavras de Perrot (2006) quando afirma ser necessária a ideia de abandonar a imagem que nos traz um painel de vida das mulheres. Contudo, alerta para não abandonarmos a ideia do poder, da influência das mulheres sobre a sua própria imagem e do peso de seu próprio olhar sobre si. Afirma ainda que as mulheres precisam desenvolver uma auto representação – ao mesmo tempo que necessitam se desapegar da imagem comum criada pela indústria/mídia. Pensando nisso selecionou-se fotógrafas que têm por características, em suas práticas fotográficas, expor outras mulheres a partir de um contexto social, político e poético – em que quase nada se assemelham com a representação existente na comunicação de massa. O trabalho delas integrou o livro criado e a seguir será apresentada uma breve biografia dessas profissionais.

- Alice Martins: Fotojornalista freelancer[7], natural do Rio Grande do Sul Alice Martins dedica sua vida a captar imagens das crises humanitárias e de conflitos armados do Oriente Médio. Seu trabalho já foi apresentado em conhecidos veículos de comunicação e informação do mundo, como a Time e a The Washington Post. O trabalho de Alice não se intitula abertamente por representar as mulheres, mas por expor as sociedades em guerra indicando a relação entre o militarismo, a perda, a destruição e a pessoas (em especial as mulheres). Por isso, a imagem feminina acaba sendo recorrentemente retratada em seu trabalho – quase sempre em um cenário de catástrofe e flagelo.

[7]Os dados aqui apresentados foram acessados em: http://www.alicemartins.com/

- Isabela Lanave: Mencionada pela revista TIME como uma das 34 fotógrafas promissoras de diversas nacionalidades, é natural de Curitiba-PR e é formada em Jornalismo. Isabella desenvolveu um reconhecido trabalho na área da imagem tendo por destaque o nomeado *Fátima* – cujo conceito aborda a relação entre sua mãe, Fátima, que lida com um transtorno de bipolaridade. Sob os aspectos visuais presentes em seu trabalho é possível observar que Lanave, além de utilizar o movimento como técnica visual, também usa contraste entre luz e sobra para agregar informação à hierarquia narrada pela imagem, trazendo para o plano visual não só as imagens figurativas, mas também imagens secundárias.

- Géssica Hage: Natural do Rio de Janeiro, Géssica Hage é formada em Comunicação Visual e Design na UFRJ. De todas as profissionais selecionadas ela talvez seja quem mais se propõe a projetar mulheres em seus trabalhos, não da maneira como os veículos de comunicação acostumaram-se a expô-las, mas sim envoltas em um tom poético e artístico. Analisando as imagens disponíveis em seu acervo observou-se que a imagem feminina e o seu próprio corpo são temas recorrentes em seu trabalho. Foi também possível perceber que a grande influência visual de Géssica são os editoriais de moda. Segundo a fotógrafa a tradução que faz sobre essas mulheres e seus corpos é uma leitura com base na naturalidade.

- LuisaDörr: Luisa Dörr é natural de Lageado, Rio Grande do Sul. Ela ficou mundialmente conhecida após assinar doze capas da revista Time, intitulado "*Firsts*" [8]- uma iniciativa da revista em contar a história de 46 mulheres pioneiras em suas áreas, dentre elas Hillary Clinton e Oprah Winfrey. Analisando brevemente o trabalho da autora sobre a ótica do design, é possível perceber que ele é caracterizado pela simplicidade, pois suas imagens são registradas de forma a explorar o cenário que por muitas vezes

[8]http://time.com/collection/firsts/

é natural (há muitos registros em habitat natural). Além disso, coloca o sujeito, que em grande parte é a imagem feminina, como ponto central de suas fotografias. A luz natural ressalta cores pouco saturadas que contrastam com a pessoa ilustrada.

- **Eu, gorda:** O "Eu, Gorda" é um projeto fotográfico criado pela retratista Milena Paulino. O projeto tem por objetivo o registro de mulheres gordas, nuas ou com roupas íntimas – para enaltecer seus corpos e o seu amor-próprio. Dentre as personagens registradas estão ativistas, influenciadores digitais e pessoas do cotidiano que queiram participar. Uma peculiaridade do trabalho de Milena é que ela faz seus registros nua, assim como as mulheres registradas. Antes dos ensaios há uma conversa com as mulheres na qual elas partilham e discutem suas questões sobre o corpo, sobre a representação e sobre a auto aceitação. Trata-se de um projeto que se encontra em andamento – ao menos até a finalização da pesquisa.

É importante destacar que essas fotógrafas ainda que tenham visibilidade em alguns espaços específicos – se comparadas com muitos homens – têm seu trabalho invisibilizado. Por isso, suas histórias e trabalhos serviram como base para a construção da prática projetual, o *Livro de Artista*, no qual explorou-se o olhar de uma das autoras deste artigo, que é uma mulher e designer, tendo por desafio fazer com que não somente o trabalho dessas mulheres seja ainda mais conhecido como também projetar a imagem feminina a partir de uma nova perspectiva.

A partir do glossário elaborado partiu-se então para prática projetual do *Livro de Artista*. Os chamados *Livros de Artistas* surgem na história da arte em meados do século XX como uma forma de libertação poética das fronteiras impostas pelas paredes dos museus e galerias. Os artistas modernos enxergaram na publicação independente uma oportunidade de personificar suas ideias e conceitos em um objeto único capaz de ser

transportado e manuseado em qualquer circunstância. Foram profissionais capazes de se libertarem das amarras institucionalizadas do lugar físico e de criarem obras palpáveis que avançassem a experiência estética visual para a criação de sentidos. Segundo Silveira (2001, p. 47), o *Livro de artista* é o "livro em que o artista é o autor" e seu formato é tão ilimitado quanto seu conceito, pois ele pode ter um caráter artesanal e ser uma peça única, mas também pode ser produzido industrialmente com uma tiragem significativa. Por isso, mais do que seu método de produção o conceito é relativo à proposta do autor e à sua categoria de produção independente, que coloca o próprio autor como o artista/designer do livro.

A partir do entendimento deste conceito elaborou-se um *Livro de Artista* contendo o trabalho das fotógrafas ao mesmo tempo em que debatesse questões vinculadas ao feminismo. Por isso, toda a estrutura do livro foi pensada de acordo com os preceitos feministas, desde suas cores até seu conteúdo narrativo (ver Fig. 1). Com isso o livro assumiu um formato sanfona (com isso a cada capítulo ele vai se desdobrando). Foi composto por três capítulos, *Corpo, Autonomia e Sororidade*, cujos temas têm relação com as fotografias apresentadas.

Cada capítulo possui também uma cor correspondente, quais sejam: o rosa para o capítulo intitulado *Corpo que* teve por objetivo ressignificar a identidade cultural relativa à essa cor. O capítulo *Autonomia* na cor azul – que expõe imagens de mulheres em posição de independência e poder, seja um empoderamento profissional, social ou estético que se buscou reforçar com o uso de frases que complementam a narrativa. O roxo, usado no capítulo *Sororidade*, foi escolhido por ser uma mistura de rosa e azul – o que se pretendeu fazer exatamente nesta parte do livro: misturar os conceitos.

Figura 1 - Livro de Artista Fonte: Dados da Pesquisa

Não foi intenção criar um livro somente com imagens que fizessem as mulheres pensarem sobre sua representação universal, mas instigar que elas refletissem sobre a sua própria representação e, quem sabe, pudessem se enxergar no debate provocado pelo livro. Por essa razão o livreto elaborado e denominado *Sororidade* é um exercício à leitora – para que ela passe a amar a si própria, mas também ter solidariedade com outras mulheres. De forma bastante resumida, pelo espaço que se tem neste artigo, esses foram alguns dos processos metodológicos e criativos para o resultado final obtido.

Considerações Finais

O resultado do recorte da pesquisa apresentado aqui partiu, desde o seu início, não só de ideologias pessoais, mas de um debate acerva do ser mulher e Designer. No decorrer da investigação intentou-se ao máximo enaltecer e respeitar o trabalho feminino, não só das fotógrafas e das mulheres fotografadas que compuseram o *Livro de Artista*, mas buscando por referências teóricas produzidas por pesquisadoras mulheres – autoras que assim como muitas outras lutaram por um lugar de fala. Também foi possível identificar que o Design tem funções amplas e possui um caráter inovador que ultrapassa os limites estéticos e comerciais podendo ser um transformador

social. Por essa razão, acredita-se que o produto criado como resultado da investigação, o *Livro de Artista Olhares Femininos,* pode ser um instrumento de resistência e luta que é de muitas mulheres, mas que deveria ser de todas(os) nós!

Referências

GIL, Antonio Carlos. Método e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.

GONÇALVES, Ingrid Fabiola. Olhares Femininos: Um Editorial Feminista. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Design Gráfico) – Universidade Federal de Pelotas.

JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos. Brasília: Scribd, 2012.

LUPTON, Ellen. Intuição, Ação e Criação: Graphic Design Thinking. São Paulo: Editora Gustavo Gilli, 2013.

MORENO, Rachel. A imagem da mulher na mídia. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Minas Gerais: Editora Letramento, 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Nova Iorque, 1989.

SILVEIRA, Paulo. A página violada: da ternura à injúria na construção do livro de artista. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

TIBURI, Márcia. Feminismo em comum. 4ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

História e memória regional: uma experiência no Museu Henrique Uebel (Teutônia RS)

Cristiano Nicolini[1]

Introdução

A chamada Educação Histórica teve início na segunda metade do século XX, com estudos desenvolvidos em países como Inglaterra, Canadá, Portugal, Brasil e Estados Unidos. Barca (2005, p. 15) aponta que, neste campo de estudos,

> [...] os investigadores têm centrado a sua atenção nos princípios, tipologias e estratégias de aprendizagem histórica, sob o pressuposto de que a intervenção na qualidade das aprendizagens exige um conhecimento sistemático das ideias históricas dos alunos, por parte de quem ensina (e exige também um conhecimento das ideias históricas destes últimos).

Nesta perspectiva, existe uma racionalidade própria do pensamento histórico, que parte de uma epistemologia que o fundamenta. Diferentemente da Psicologia da Educação, a Educação Histórica parte desta condição para compreender como pensam os jovens acerca da história, e de que forma se dá a aprendizagem neste campo do conhecimento.

Um dos enfoques da Educação Histórica é investigar a qualidade do conhecimento histórico, baseando-se em pressupostos teóricos e filosóficos. A *quantidade* e a *correção* do conhecimento dão lugar a uma análise relacionada a *raciocínios* e à *lógica do conhecimento*.

> A análise de ideias substantivas concentra-se em reflexões sobre os conceitos históricos, envolve noções gerais (revolução, imigrações...) e noções particulares relativas a contextos específicos no tempo e no espaço (exemplo: histórias nacionais, regionais e locais). Estas análises também utilizam critérios de qualidade destacando valores e motivações associados aos conceitos substantivos da História. As investigações sobre o uso do

[1] Universidade Federal de Santa Maria; Doutorando em História. Contato: cristiano782006@hotmail.com.

> saber histórico analisam questões relativas ao significado e uso da História na vida cotidiana (GERMINARI, 2011, p. 56).

Ashby e Lee (1987) coordenaram estudos que buscavam compreender como as crianças aprendiam história em diferentes idades, e perceberam que a *empatia* e a *compreensão histórica* eram dois fatores que influenciavam nestes processos. Tais percepções discordaram da teoria piagetiana, por exemplo, que determinava as fases de desenvolvimento da cognição. A Educação Histórica mostra, portanto, que a cognição histórica se dá por caminhos diferentes daqueles que a Pedagogia propõe, ampliando assim as possibilidades de pesquisa neste campo. "Nessa perspectiva, o progresso na aprendizagem histórica passa pela reflexão de como aliar a compreensão histórica (conceitos de segunda ordem) ao saber substantivo do passado" (GERMINARI, 2011, p. 59).

Neste contexto de reflexão sobre a aprendizagem histórica surge o nome de Jörn Rüsen, o qual desenvolve estudos sobre a *consciência histórica*. Segundo Germinari (2011, p. 64), a partir da obra do pensador alemão,

> [...] pode-se afirmar que a realidade do jovem se expressa na consciência histórica, e que, de alguma maneira, os elementos que constituem a vida do jovem estão presentes na sua consciência histórica. Nessa direção, conhecer as estruturas identidárias presentes na cultura juvenil pode revelar aspectos da relação entre cultura e consciência histórica.

Segundo Rüsen, a consciência histórica dos jovens está diretamente ligada às suas identidades. Esta concepção dá origem a diversos estudos empíricos que buscam compreender de que forma estes alunos constroem a sua percepção do passado e como o conhecimento histórico se constitui levando em consideração as suas identidades, o seu meio de vida, seus conhecimentos além da escola e as diferentes percepções que estes condicionantes podem gerar na aprendizagem de história.

Aprendizagem histórica no museu

Partindo do conceito de consciência histórica de Jörn Rüsen e de outras contribuições da Educação Histórica, desenvolveu-se uma proposta didático-pedagógica com estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental II, no município de Teutônia, RS. A partir dos estudos realizados acerca do início da *Era Vargas* (1930-1937), desafiou-se os estudantes a buscarem vestígios deste período histórico na região onde vivem – região do Vale do Taquari. Esta atividade motivou a visitação ao *Museu Henrique Uebel*, localizado no Centro Administrativo da cidade. Lá, foi identificado um conjunto de fotografias sobre o movimento integralista que atuou na localidade, então denominada *Colônia Teutônia* (década de 1930).

Estas fontes foram digitalizadas e, posteriormente, analisadas em sala de aula, a partir de pesquisas bibliográficas sobre o período e, mais especificamente, sobre a atuação do integralismo no atual município e na região. Tal proposta compreende uma abordagem didática que faz pensar o ensino de História na perspectiva da regionalidade, estimulando o desenvolvimento da consciência histórica a partir da memória regional. O conhecimento histórico, neste sentido, é compreendido como um produto de diferentes narrativas, dentre as quais se destacam aquelas que inserem a região no contexto de uma história mais ampla.

Figura 1: Fotografia de uma família integralista de Teutônia (década de 30).

Fonte: Acervo do Museu Henrique Uebel, Teutônia, RS (outubro de 2018).

Observando as fotografias, os estudantes puderam perceber a contextualização regional de um movimento político nacional, construindo leituras e interpretações a partir de recursos teóricos e metodológicos. O conteúdo em questão – integralismo na Era Vargas – não foi aprendido como uma simples narrativa que o estudante teve que reproduzir. A compreensão se deu a partir da epistemologia do conhecimento histórico, provocando os jovens para que pensassem nas semelhanças que havia entre o integralismo na esfera nacional e regional. Buscaram compreender como uma comunidade do interior do estado interpretava este movimento político e de que forma a regionalidade influenciou nesta configuração.

O regional, de acordo com a Educação Histórica, surge como um dos níveis em que a história se desenvolve, conectando-se com os demais círculos históricos. A história regional e a local convivem com a história familiar e pessoal, assim como interagem com esferas mais amplas como a história nacional, da cultura, de um povo ou com a história geral.

A consciência história perpassa estes diferentes níveis de compreensão, através dos quais os jovens constroem a sua percepção tanto da realidade próxima quanto distante. Barca (2009, p. 53), destaca que:

> Na pesquisa recente em Educação Histórica a busca de elementos para a compreensão da consciência histórica, em especial a dos jovens, constitui-se como um dos objetos centrais de pesquisa com a intenção de reunir dados empíricos que possibilitem um melhor entendimento acerca das ideias e usos de história, no quotidiano das pessoas mais ou menos letradas historicamente.

Retomando-se a atividade proposta aos estudantes acerca do integralismo na Era Vargas, destaca-se que esta experiência levou os jovens a um espaço de memória local. Esta estratégia possibilitou que eles questionassem as representações presentes no museu. Observando as peças e a sua disposição, e mais especificamente as fotografias selecionadas para o estudo em sala de aula, os estudantes criaram significados para o tema em questão, relacionando-o ao seu lugar de vida e às ideias e valores da própria comunidade.

A partir da Teoria da História de Rüsen (2007), identifica-se no ensino de História Regional a possibilidade de acionar os dispositivos da consciência histórica dos sujeitos que ensinam e que aprendem. Tal realidade é um espaço privilegiado para analisar como se dão as formações discursivas e que sentidos elas representam para os estudantes. Investir na pesquisa e no desenvolvimento de metodologias para o ensino da história local representa um interessante exercício para compreender o desenvolvimento do pensamento histórico, na medida em que a realidade próxima disponibiliza representações às quais todos têm acesso cotidianamente.

Os alunos tornam-se efetivamente conscientes da história quando constroem a sua identidade e respeitam a alteridade. Por isso, Rüsen defende uma história da humanidade, sem extrair conteúdos, mas remodelando a forma de ensiná-los; fazendo com que o estudante perceba o caminho que a humanidade trilhou, porém assumindo a sua identidade neste processo e

utilizando estes conhecimentos para agir no mundo. Isso não significa estocar conhecimentos sobre a humanidade, mas compreender os processos de mudanças e o significado destas transformações, relacionando-as com o presente.

Referências bibliográficas

ASHBY, R; LEE, P. Children´s concepts of empathy and understanding in history. In: PORTAL. C (Ed.). **The History Curriculum for Teacher.** Londres: The Falmer Press, 1987.

BARCA, Isabel. Educação Histórica: uma nova área de investigação? In: **Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História. VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História**. Londrina: Atrito Art, 2005, p. 15– 25.

_____. Educação Histórica: pesquisar o terreno, favorecer a mudança. SCHMIDT, M. A.; BARCA, I. (Orgs.) **Aprender História:** perspectivas da educação histórica. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.

CUNHA Jorge Luiz da; NICOLINI, Cristiano. Olhares sobre o passado local: a teoria da história de Jörn Rüsen e o ensino de História Regional. In: URBAN, Ana Cláudia; MARTINS, Estêvão C. de Rezende; CAINELLI, Marlene (organizadores). **Educação histórica – Ousadia e Inovação em Educação e em História:** escritos em homenagem a Maria Auxiliadora Moreira Schmidt. Curitiba: W.A. Editores LTDA, 2018, p. 227-248.

GERMINARI, Geyso D. Educação Histórica: a constituição de um campo de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.42, p. 54-70, jun 2011.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2007.

_____. **Razão histórica**. Teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2010a.

_____. **Didática da História:** passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR, v.1, n.2, p. 07-16, ju.-dez. 2006.

_____. **Teoria da história:** uma teoria da história como ciência. Trad. Estevão C. Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

_____. Narrativa histórica: fundamentos, tipo, razão. In: MARTINS, Estevão de Rezende; SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Jörn Rüsen e o ensino de história.** Curitiba: Ed. UFPR, 2010b.

A Trajetória dos (as) varredores (as) de rua na cidade de Pelotas

Morgana Nunes[1]
Lorena Almeida Gill[2]

Introdução

A inserção da pesquisa no processo de formação proporciona ao aluno possibilidades outras de perceber e viver a graduação, como também a sociedade em que estamos inseridos (as). Desta forma, participar como bolsista no Programa de Educação Tutorial - PET Diversidade e Tolerância torna esse leque de possibilidades ainda mais acessível, uma vez que a interdisciplinaridade e a troca de saberes se faz presente a todo momento, uma vez que, além de desenvolvermos nossas pesquisas, também colaboramos com as pesquisas dos outros bolsistas e temos a oportunidade de conhecer e discutir temáticas de outras áreas de conhecimento que provavelmente não teríamos contato se não estivéssemos no PET.

A graduação, além de ser um processo de desafios e aprendizagem é um espaço para que o aluno desenvolva autonomia e que seja protagonista do seu próprio processo de formação, construindo seus próprios caminhos e passando pelos desafios de forma autônoma. Por esses motivos que tive grande interesse em ingressar no PET, por perceber esse espaço de possibilidade, conhecimento e principalmente por me sentir a frente do meu próprio processo de aprendizagem.

As questões envolvendo sociedade, cotidiano e trabalho sempre me despertaram grande interesse, principalmente pela minha primeira graduação em Geografia e agora cursando Psicologia todas essas temáticas ganharam mais um foco além do geográfico, o do comportamento. Analisar a

1Universidade Federal de Pelotas (graduanda); Programa de Educação Tutorial Diversidade e Tolerância – mog.nunes@hotmail.com
2Universidade Federal de Pelotas (pós-doutora); Programa de Educação Tutorial Diversidade e Tolerância – lorenaalmeidagill@gmail.com

sociedade a partir desses dois primas que parecem tão distantes, mas que ao longo das minhas observações e vivências se tornaram tão próximos, complementares e essenciais para a realização da pesquisa.

Trata-se de pesquisa está sendo realizada com o propósito de perceber a visão da sociedade sobre essa classe trabalhadora, a partir do olhar deles próprios. Para o estudo estão sendo utilizadas duas metodologias: construção de narrativas e leitura das fotografias tiradas em seus ambientes laborais.

A escolha destes métodos ocorreu para que fosse possível, de forma ética e empática, a aproximação com os (as) trabalhadores (as), visto que cada indivíduo significa sua história e os acontecimentos da vida de maneira singular. Ouvir o que ele tem a dizer proporciona obter uma visão sobre as suas percepções dos fatos vividos, estando conectados com o tempo e espaço de quem conta a história (DELGADO, 2003).

Dessa forma, será possível atravessar-se pela verdade das suas falas e compreender a realidade, por eles (as), vivida. A utilização da narrativa como ferramenta de análise proporciona, tanto para o pesquisador quanto para o pesquisado, um momento de troca e de afeto. O instante do encontro vai muito além da possibilidade de fala e de escuta, demonstrando investimento no outro. Oportuniza a reflexão sobre as relações que estabelecemos com esse outro, além de pensar a ambigüidade dessas relações. Oferecer para o indivíduo a possibilidade de reconhecimento torna sua existência mais significativa e menos empobrecida. Aqui a pobreza não é abordada no sentido econômico e sim na perspectiva psíquica, tendo em vista que todo indivíduo nasce solitário e sem amparo (KEMPER, 2013). O ato de narrar suas vivências proporciona ao indivíduo a reconstrução do seu eu dentro de sua própria história. De acordo com Volpe (2007, p. 24) trata-se de: “Transformar a existência em sabedoria, conferir sabor a vida e a seus

aconteceres, entre eles a convivência em diferentes grupos, família e instituição".

Utilizar a fotografia como recurso para a pesquisa permitirá observar, de fato, o sujeito inserido em seu real contexto de trabalho e, a partir desse momento, emergir a possibilidade de outras visões e representações da realidade. Segundo Maheirie (2005, p. 2015): "A imagem registrada transformaria o conhecido em novo, delineando uma forma única que antes permanecia inexplorada". Dessa forma, os registros capturados darão a possibilidade de representar e ressignificar o momento presente através da imagem, a partir do olhar de quem fotografou.

Estamos habituados a encontrar fotografias que apresentam pontos turísticos, cidade organizada, sociedade em harmonia, porém, raramente questionamos o que está inserido nesta sociedade e não aparece nas fotografias sobre o cotidiano (MONTEIRO, 2006) e esse é um dos questionamentos pertinentes para a pesquisa a ser realizada, descobrir quem são essas pessoas que contribuem diretamente para a organização da cidade e os fluxos cotidianos.

Para Agnes Heller (2008, p. 31):

> A vida cotidiana é a vida do homem *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em "funcionamento" todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (grifos da autora).

Interessa a trajetória desses homens e mulheres, mas especialmente o que se refere às suas trajetórias laborais, em espaços que, muitas vezes, são invisibilizados e estigmatizados.

Por que é importante pesquisar a temática

A mudança para uma "cidade grande" nos faz perceber alguns posicionamentos, rotinas e um cotidiano que gera certo estranhamento na

chegada. Em umas das caminhadas pela cidade, observando sua dinâmica e rugosidades, entendidas aqui como constructos do passado que fazem parte da paisagem atual, e são sobrepostas por diversos elementos ao passar do tempo (SANTOS, 2006), se percebe uma série de trabalhadores uniformizados e em grande quantidade, trabalhando incessantemente para trazer o mínimo de organização e limpeza dentro de uma lógica tão fluída e rápida como é a composição do centro da cidade. Observando atentamente esses indivíduos, foi instantâneo perceber a importância deles dentro da dinâmica da cidade. Porém, também foi possível observar o modo com que algumas pessoas passam por esses trabalhadores e os "invisibilizam", de modo que suas presenças não são notadas, como se fosse algo impossível de perceber, esta afirmação torna-se realidade neste trecho da fala da entrevistada "*Eu, assim, pra ser sincera, eu olho assim e parece que todo mundo, que ninguém nos enxerga, sabe? Só isso que eu percebi assim, praticamente a gente é invisível pra sociedade*"

Dentro deste contexto, surgiu à necessidade de ouvir esses trabalhadores, escutar suas necessidades e suas percepções sobre o trabalho e a forma com que a sociedade os enxerga.

O objetivo geral do trabalho é o de perceber o processo de invisibilização dos trabalhadores que cuidam da limpeza de Pelotas, buscando caracterizá-los; verificar como pensam o trabalho realizado cotidianamente, observando se ocorre preconceito ou discriminação.

Pensando o trabalho conceitualmente

A divisão do trabalho está diretamente ligada com o passar do tempo e a dinâmica do espaço, sendo assim, a cada passar do tempo haverá uma forma distinta de ocorrer a divisão do trabalho e este modo irá refletir diretamente na organização do espaço. Todavia, apesar de ser um processo

amplo e estar inserido em escala global, o próprio indivíduo terá a sua divisão de trabalho, dessa forma, produzindo o seu próprio tempo, de forma singular e subjetiva (SANTOS, 2006).

A cidade, além do lugar de socialização e identidade, também promove a separação dos sujeitos pela sua posição social e de poder financeiro. Onde existem dois extremos: aqueles que utilizam os bens de consumo e os que produzem os bens para consumo, para os últimos, a sociedade é utópica e em alguns aspectos inatingível (SILVA; NEVES; MARTINS, 2011).

Os lugares apresentam a lógica capitalista, com a dinâmica da globalização, onde as relações são imediatas e as pessoas sobrevivem a esta velocidade, em contraponto, nesta mesma sociedade encontramos os homens lentos, que percebem e vivem nesta mesma sociedade, mas com relações e afetos que transcendem a fluidez das relações. De acordo com Santos (2006, p. 220): "os homens lentos, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações".

Todas as relações, sendo elas de poder, de experiências, de afetos ocorrem no cotidiano, e é através dele que o indivíduo se sente pertencente ou não a um espaço e torna consciente seu papel perante a mesma, dessa forma é possível observar no trecho da entrevista "*É muito difícil alguém passar e cumprimentar, mas tem gente que cumprimenta*" que o sentimento de não pertencimento a essa dinâmica social existe e é vivenciado diariamente. Nesse sentido, o cotidiano causa o efeito de trazer a consciência da existência como indivíduo e como sociedade, uma vez que, esse território habitado está muito além das obras físicas e do concreto, ele é formado por símbolos e características próprias, que estabelecem e compartilham a identidade deste lugar (SILVA; NEVES; MARTINS, 2011).

A singularidade do indivíduo faz com que as ações do cotidiano sejam interpretadas, assimiladas e produzam reações diversas em cada pessoa. Esses elementos irão estar de acordo com a subjetividade, com a história de vida e com o aparelho psíquico de cada um (MAHEIRIE, 2002), e a partir das múltiplas singularidades que a sociedade se constitui. O tempo e os acontecimentos são percebidos de formas distintas, mas ambos se atravessam por meio das histórias e experiências individuais, dessa forma, constituindo o coletivo (DELGADO, 2003). Porém, na atual conjuntura de sociedade em que vivemos, dentro da lógica capitalista, a singularidade dos sujeitos nem sempre são respeitadas. A subjetividade é representativa na mesma proporção do acúmulo de capital de cada indivíduo, dessa forma, o trabalhador assalariado ou o indivíduo desprovido do poder aquisitivo não se percebe representado dentro dessas singularidades e se vê a margem desta construção de sociedade. Neste contexto, é possível articular o conceito de invisibilidade pública, que de acordo com Costa, (2008, p. 10) é: "uma espécie de desaparecimento psicossocial de um homem em meio a outros homens", de maneira que as presenças não fossem notadas e a subjetividade do indivíduo não existisse. Partindo deste pressuposto, também é possível aproximar o conceito de humilhação crônica (GONÇALVES, 1998), onde o preconceito e a discriminação não ocorrem com apenas um indivíduo e sim com uma classe inteira, os pobres. Essas discussões conceituais vão ao encontro da fala da entrevistada quando relata *"eu não sei explicar como eu me sinto quando alguém pega e joga um lixo na minha frente, eu, é isso que me deixa muito triste ou quando botam lixo que não é a gente que deve juntar sabe, mas a gente é obrigada. É só isso que me incomoda"*, aonde, neste contexto tanto a trabalhadora quanto a cidadã se percebe fora do social, como é possível perceber nas figuras 1 e 1.1, o cotidiano acontece e essas pessoas percebem-se fora dele.

Figura 1

Fonte: Elaborada pela autora

Figura 1.1

Fonte: Elaborada pela autora

O capitalismo também exerce forte poder sobre as questões relacionadas a gênero e o trabalho, onde este sistema encoraja alguns homens, independentemente de sua cor, a utilizar seu poder e falsa supremacia para desvalorizar o trabalho feminino. Está realidade pode ser constatada a partir da análise de salários, uma vez que, em algumas empresas, cargos iguais diferenciam os salários entre homens e mulheres, sendo das mulheres com valores mais baixos que dos homens (DAVIS, 2016). Outro aspecto levantado pela autora está vinculado ao sexismo instaurado nessas relações, dessa forma, a mulher pode sofrer diversas violências no ambiente de trabalho.

Sobre métodos e técnicas

A presente pesquisa será realizada, conforme já dito, a partir de dois metodologias, para abranger de formar mais significativa a vivência desses (as) trabalhadores (as), sendo elas a narrativa e a fotografia. A narrativa será realizada a partir de um roteiro básico, no qual o (a) entrevistado (a) fala de forma livre, através de um diálogo constante. A união das metodologias e o encontro do pesquisador e pesquisado resulta em um

material complexo e de extrema representatividade para ambos (FRISCH, 2000).

Quando o pesquisado tem a oportunidade de falar sobre suas vivências não modifica seu passado, mas acaba ressignificando as experiências vividas, trazendo à consciência fatos e símbolos que não haviam sido percebidos durante o momento do acontecimento, de acordo com Delgado (2003, p. 10): “sem qualquer previsibilidade do que virá a ser, o tempo, todavia, projeta utopias e desenha com as cores do presente, tonalizas pelas cores do passado, as possibilidades do futuro almejado”. A partir desta realidade, o pesquisador precisa se colocar em um local de escuta, sem julgamentos ou buscando interpretações, para que haja de fato uma conexão com as histórias contadas e este movimento permitirá ao entrevistado além do momento de fala, Frisch (2000, p. 176) fala que “aproximar-se de suas histórias em seus próprios termos, para ver como eles podem se questionar, complicar e imaginativamente expandir, em vez de serem enquadrados em nossas próprias premissas”

O momento de fala pode ser considerado pelo orador uma oportunidade de valorização e reconhecimento, tanto de seu trabalho quanto de sua história de vida (GILL, 2015). Nesta perspectiva, a utilização do método da história oral, que neste contexto consiste em oportunizar o momento de fala do indivíduo, terá como intuito captar percepções e vivências deste trabalhador, além de oportunizar este momento de empoderamento do ser no âmbito individual e social.

A abordagem através da história oral permite que o pesquisador entre em contato com a realidade do sujeito que conta sua história, porém, esse encontro tem o potencial ainda mais amplo, permite observar os aspectos subjetivos desse sujeito e em que local de fala ele se encontra. Segundo Lozano (1998, p. 16): “a história oral, ao se interessar pela oralidade,

procura destacar e centrar sua análise na *visão* e *versão* que dimanam do interior e do mais profundo das experiências dos atores sociais. ”

Nesta perspectiva, a abordagem utilizada na pesquisa será a história oral temática, que consiste em elaborar a entrevista com foco principal no tema a ser discutido na pesquisa, para isso, é necessário que o entrevistador esteja preparado e instruído sobre os aspectos e hipóteses da pesquisa, uma vez que, o entrevistado deverá organizar sua fala a partir de uma temática específica e não de forma livre, como na história oral de vida (MEIHY; HOLANDA, 2007). Vale ressaltar que mesmo havendo um ponto norteador (o tema da pesquisa), o indivíduo não é impedido de falar sobre aspectos singulares que considera relevante para o andamento da entrevista, tendo em vista que o indivíduo é atravessado por diversos aspectos sociais e subjetivos e nem sempre estes podem ser fragmentados durante a fala.

A fotografia como um dos métodos da pesquisa permite expressar aspectos da subjetividade dos sujeitos, como uma forma de comunicar as expressões, afetos e relações estabelecidas entre indivíduo e sociedade. Dessa forma, estabelece um elo com a realidade do momento vivido na hora da captura da fotografia, a partir do olhar de quem fez o registro (JUSTOS, 2009).

Neste contexto, o recurso escrito deixou de ser a única ferramenta para a representação do cotidiano. A fotografia desempenha o papel de simbolizar e representar tanto os acontecimentos com repercussão global quanto os pequenos acontecimentos da vida diária. Da mesma forma pessoas anônimas ganham reconhecimento e representatividade no contexto da imagem (MAUAD, 1996).

A fotografia deixa transparecer diversas representações e simbolismos relacionados ao tempo e ao espaço e permite interpretações distintas conforme quem vê e de que lugar vê. Segundo Volpe (2007, p. 33):

na fotografia "estão sempre presentes idealizações e deformações..., diferentes experiências de presença\ausência mediadas pelo tempo-espaço". Neste contexto, utilizar a fotografia para representação de aspectos relacionados ao cotidiano e a sociedade permite a construção de alguns signos existentes na sociedade, porém, esses signos possuem sentidos distintos, a partir da subjetividade de cada sujeito, onde é captada a percepção de quem fotografou e mobiliza diversos afetos em quem observa a fotografia já revelada (ANDRADE, 1990).

O processo de construção da pesquisa, a partir das metodologias utilizadas, terá como proposta captar a subjetividade, sendo ela falada ou pela imagem, uma vez que a fotografia e a narrativa serão utilizadas como complementares, uma (re) significando a outra.

Considerações Finais

A pesquisa apresentada passa por processo de finalização, e algumas entrevistas ainda serão realizadas. Para este trabalho foi realizada apenas uma entrevista, devido à pouca disponibilidade de tempo dos (as) trabalhadores (as). Durante a entrevista foi possível observar a trabalhadora muito sensibilizada quando lembrava e relatava a indiferença da maioria das pessoas perante o seu trabalho e a ela como indivíduo.

A narrativa da trabalhadora trouxe alguns elementos que haviam disso discutidos ao longo da pesquisa, mas o principal deles e o que mais a mobiliza é a invisibilização, uma vez que não se sente reconhecida enquanto indivíduo.

Existem alguns aspectos relevantes para considerar e dar continuidade à pesquisa, o primeiro deles é a pouca discussão e aporte teórico sobre o tema pesquisado. O segundo aspecto relevante a ser considerado é a necessidade de fala desses (as) trabalhadores (as), que passam a maior

parte do tempo invisibilizados pela sociedade e percebem no instante da entrevista a oportunidade de serem ouvidos (as) e terem suas singularidades como indivíduo consideradas. O terceiro ponto é a dificuldade em encontrar trabalhadores disponíveis para tratar a temática, muitas tentativas foram feitas e apenas uma foi efetiva, alguns alegavam falta de tempo, mas alguns mostravam-se receosos em falar sobre o trabalho, mesmo as entrevistas sendo realizadas fora do horário de trabalho e a possibilidade de anonimato.

Diante do exposto, devemos considerar a relevância da temática abordada, principalmente no que se trata da valorização dos (as) profissionais que a exercem, promovendo discussões sobre o tema e o respeito por estes (as) trabalhadores (as).

Referências Bibliográficas:

COSTA, F. B. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe***.* 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, L. A. N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

GILL, L. A; SILVA, E. B. Perspectivas para a História Oral**.** In: Pedro Robertt; Carla Rech; Pedro Lisbero e Rochele Fachineto. (Org.). **Metodologia em Ciências Sociais Hoje***:* Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação. 1ª ed., Jundiaí, Santa Catarina: Paco Editorial, 2016.

GONÇALVES, J. M. F. Humilhação Social – Um problema político em Psicologia. **Psicologia USP***,* v. 9, n. 2, p. 11-67, 1998.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

JUSTOS, J. S.; VASCONCELOS, M. S. Pensando a fotografia na pesquisa qualitativa em psicologia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.2, n. 3, p. 760-774, Setembro, 2009.

KEMPER, M. L. C. Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social. **Cadernos de Psicanálise-CPRJ**, v. 35, n. 29, p. 105-125, jul. /dez. Rio de Janeiro, 2013.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

MAUAD, A. M. **Através da imagem**: Fotografia e História Interfaces. Tempo, v. 1, n. 2, p. 73-98, Rio de Janeiro, 1996.

MAUAD, A. M. Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social da classe dominante, no Rio de Janeiro,

na primeira metade do século XX. **Tese de Doutorado**, Instituto de Ciências Humanas e filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

MAHEIRIE, K. Constituição do sujeito: Subjetividade e identidade. **Interações**, v. VII nº 13, p. 31-44, Jan./Jun., 2002.

MAHEIRIE, K., BOEING, P., PINTO, G. C. Pesquisa e intervenção por meio da imagem: O recurso fotográfico no cotidiano de varredores de rua. **Psico**, v. 36, n. 2, p. 213-219, 2005.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MONTEIRO, C. História, fotografia e cidade: reflexões teóricometodológicas sobre o campo de pesquisa. **MÉTIS:** história & cultura, v. 5, n. 9, p. 11-23, Jan./Jun, 2006.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed., São Paulo: Editara da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, E.; NEVES, G. R.; MARTINS, L. B. **O espaço da cidadania e outras reflexões/Milton Santos**. 2ª Ed. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

VOLPE, A. J. Fotografia, narrativa e grupo: lugares onde pôr o que vivemos. **Tese de Doutorado**, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

"Infelizmente, gostamos dos Macunaímas"[1]: o racismo na formação de oficiais do exército brasileiro durante a ditadura militar

Amanda Gabriela Rocha Oliveira

No último dia 6 de agosto, na cidade gaúcha de Caxias do Sul, o vice-candidato à Presidência da República pela chapa de Jair Bolsonaro, o general da reserva Antônio Hamilton Mourão, declarou, em uma fala na Câmara de Indústria e Comércio da cidade, que a crise que vivemos no país se dá pelas heranças culturais que temos de ibéricos, indígenas e africanos. Mourão disse que

> Existe o famoso complexo de vira-lata aqui dentro do nosso país, infelizmente. E nós temos que superar isso. E isso tem... tá aí essa crise... Política, econômica e psicossocial. Nós temos uma herança cultural. Uma herança que tem muita gente que gosta do privilégio. O nosso presidente [nome difícil de entender] citou bem a questão de servidores, que estão aí para servir, mas existe uma tendência ao camarada querer aquele privilégio para ele. E não pode ser assim! Então essa herança do privilégio é uma herança ibérica. Temos uma certa herança da indolência que vem da cultura indígena. Eu sou indígena, minha gente, meu pai era amazonense. E a malandragem, Edson Rosa [vereador negro que estava presente], nada contra, mas a malandragem é oriunda do africano. Então essa... É o nosso caldinho cultural! Infelizmente gostamos de mártires, de líderes populistas e dos Macunaímas. [2]

Apesar de não ser uma declaração extensa, muito pode ser analisado em relação ao seu conteúdo. Em primeiro lugar, talvez, a perspectiva de formação da população brasileira a partir da contribuição de três matrizes raciais: a branca colonizadora portuguesa, a nativa indígena e a escravizada africana. O mito das três raças fundadoras não é novidade, é um conceito bastante disseminado na sociedade brasileira (SCHWARCZ, 1993) e muito consolidado através da ideia da "democracia racial", difundida com a

---

[1] Título inspirado na declaração do General Antônio Hamilton Mourão que se encontra reproduzida no texto (amandag.rocha@hotmail.com)

[2] Sobre a declaração do General Antônio Hamilton Mourão: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/vice-de-bolsonaro-diz-que-brasil-herdou-indolencia-dos-indigenas-e-malandragem-dos-africanos.shtml> acessado em: 11/08/2018

popularidade da obra de Gilberto Freyre*, Casa Grande & Senzala*. O interessante é perceber a presença de tais elementos, também, na narrativa de origem do exército brasileiro. Considera-se o dia 19 de abril de 1648, em que aconteceu a Batalha dos Guararapes - na qual portugueses, indígenas e africanos escravizados se uniram para realizar a reconquista do território pernambucano ocupado pelos holandeses -, como as raízes mais antigas da formação das três Forças Armadas no Brasil.

Sendo assim, a intenção deste artigo é explorar, de forma ainda introdutória, a relação entre racismo, nacionalismo e Forças Armadas no Brasil, analisando, principalmente, a formação dos oficiais brasileiros durante a ditadura militar, os estereótipos raciais atribuídos a afro-brasileiros e indígenas, e os impactos deste tipo de formação na atuação dos militares no tempo presente.

O racismo do exército

Levando em consideração a influência do positivismo dentro das Forças Armadas brasileiras (principalmente do exército), as mesmas que promoveram o golpe militar que instaurou a República e que defendiam uma perspectiva etapista de mundo na qual alguns povos eram mais desenvolvidos que outros, não deveria ser chocante a declaração do vice-presidenciável. Em nota, o general tentou justificar sua colocação afirmando que se baseou em diversos estudos "gabaritados" para realizar aquela fala, o que, em certa medida, não está errado. Ao longo do século XIX (e em parte do século XX) foram elaborados inúmeros estudos e teorias que defendiam a eugenia e realizavam diversas investigações sobre o determinismo biológico, geográfico e climático (SKIDMORE, 1976). Naquele momento histórico (e para algumas pessoas, como o Gen. Mourão, até hoje) tais estudos eram o que de mais avançado havia sido produzido pela ciência. É importante compreender a

dimensão racista do positivismo e considerar sua imensa influência na criação da instituição militar e do próprio Estado-Nação no Brasil - já que foram os militares positivistas que promoveram a queda da monarquia e a instauração da República - para entender como a declaração do general é possível hoje e, inclusive, como ela dialoga com as ideias de uma parcela considerável da sociedade brasileira.

Durante a sua formação, as ideias positivistas e racistas que classificavam as sociedades a partir de etapas - no entendimento de que algumas eram atrasadas e deveriam se desenvolver para chegar no estágio das civilizações européias -, se propagaram pelo exército. Ao longo dos anos 1970 e 80, período no qual o general Hamilton Mourão se formou, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), estas ideias estavam presentes, não necessariamente de forma explícita e evidente. Em 1972, Mourão ingressou na AMAN e em 1975 foi considerado aspirante a oficial, cursando, então, uma formação continuada para subir na hierarquia militar. Ou seja, o Gen. Mourão foi treinado numa instituição na qual vigorava a lógica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND), em grande parte importada dos Estados Unidos da América (EUA) e em parte ampliada com contribuições nacionais, e cujas diretrizes pautaram a implantação da ditadura militar (ALVES, 1984). Um dos principais intelectuais da ditadura, Golbery do Couto e Silva, um dos fundamentais elaboradores das teorias geopolíticas e estratégicas adotadas pelo exército, defendia a teoria dos "vazios territoriais" (SILVA, 1981).

Os vazios territoriais eram definidos como regiões geralmente do interior do país (como Mato Grosso, Goiás e Tocantins) e de áreas fronteiriças do Centro-Oeste e Norte (como Amazonas, Roraima e Acre), que deveriam ser ocupadas por uma população que desenvolvesse as mesmas economicamente. Eram lugares nos quais se considerava que não havia vida

humana, que só existia fauna e flora, territórios de matas, cerrado, pantanal e florestas que deveriam ser transformados em espaços de cultivo e produção agropecuária para o desenvolvimento da nação. Ou seja, os supostos "vazios territoriais" eram terras a serem colonizadas e desenvolvidas ao molde capitalista (do que posteriormente ficará conhecido como agronegócio). Desse modo, esta colonização se deu especificamente sobre as terras indígenas; com o auxílio financeiro e logístico do governo, eram levados colonos da região Sul e Sudeste do país (que não tinham terras), além de nordestinos (fugindo da seca), pra promoverem a atividade agropecuária.

Exposto isto, a questão indígena hoje está profundamente marcada pela invisibilização causada por ideias como a dos vazios territoriais, defendida e propagada no período pelo exército. Instituição esta que, em muitos momentos, defendeu que os indígenas não existiam mais, pois, em sua perspectiva, já teriam sido completamente integrados na sociedade brasileira, o que era justificado pela compreensão superficial de que aqueles reconheciam os símbolos pátrios (como a bandeira e o hino nacional), falavam o português e não sua língua de origem e terem se tornado um trabalhador rural aos moldes capitalistas. Ou seja, a intenção do Estado brasileiro era de realizar um extermínio das populações indígenas, através da destruição da sua cultura e do seu modo de vida, etnocídio este proporcionado pela atuação, às vezes inconsequente, do exército. Nesse tipo de visão, o indígena que reconhece os símbolos nacionais automaticamente deixa de sê-lo para tornar-se mais um brasileiro, contudo, sem o mesmo tipo de cidadania que os demais. O elemento racial - atrelado à cultura neste ponto de vista -, de pertença a um grupo indígena, deixa de ter valor, de ter relevância. Diferentemente da questão negra.

Em relação à população negra e a relação do exército com eles, principalmente durante a ditadura, é calcada nos diversos estereótipos

racistas que a instituição militar incorporou da sociedade brasileira do negro como "malandro", como "vadio". Tal caracterização vem do Estado Novo e até anteriormente, do período Colonial, não é uma invenção dos anos 1960 ou 1970. Essa descriminação tem relação com o modo de resistência dos africanos e afro-brasileiros, através da não-realização do trabalho (no caso da exigência por parte do escravocrata) e, também, através da questão cultural: do samba, da imagem mitificada (positiva) do malandro, da capoeira criminalizada por representar um ato de resistência. Nesse sentido, aconteceu no decorrer do tempo toda uma série de criminalizações de práticas culturais de matriz africana e afro-brasileira. A ditadura também se pautava na ideia de que o trabalhador era o indivíduo necessário ao bom desenvolvimento da nação. Entretanto aquele sujeito que não se encaixava nos padrões capitalistas de trabalho e de produção era taxado de malandro e/ou vadio e por isso tornava-se passível de repressão e punição. Sendo assim, o negro que não se encaixava nos padrões europeus e ocidentais de trabalho e desenvolvimento econômico passava a ser um alvo da repressão. Além disso, durante os anos 1970, diversas outras manifestações culturais negras, atualmente pesquisadas, sofreram perseguição e repressão, como as rodas de samba, os bailes afro na região central do Rio de Janeiro ou o Carnaval[3].

Existe também um certo "pânico" do negro no pós-abolição, associando-o à pobreza no âmbito urbano, ele passa a ser entendido "o favelado", aquele que incomoda, que não se encaixa no padrão de vivência estabelecido pelas elites urbanas e dever ser "apagado" e "afastado" do centro das cidades e dos bairros de classe média. Diferentemente do indígena - que é invisibilizado e assassinado, por vezes, em decorrência da perda da

[3] Sobre as novas pesquisas: <https://www.geledes.org.br/dancando-sob-mira-dos-dops-bailes-soul-racismo-e-ditadura-nos-suburbios-cariocas-nos-anos-1970/> ; < http://www.arquivonacional.gov.br/br/ultimas-noticias/912-da-mordaca-da-ditadura-aos-atuais-enredos-criticos-a-historia-da-satira-politica-na-sapucai.html> acessado em: 11/08/2018

sua definição racial enquanto indígena -, o negro tem quase sempre seu *status* racial, como determinante de seu caráter e comportamento, normalmente associado às ideias de pobreza, "bandidagem", violência e malandragem, comportamentos que o exército objetiva enquadrar, sempre forçando e reprimindo estas pessoas para que se encaixem num modo de trabalho, estética e modo de vida tipicamente ocidental e de matriz européia. Ou seja, cabia, também, às forças de segurança prezar pela moral e pelos bons costumes da sociedade brasileira.

Sendo assim, é importante lembrar que o general, que hoje é candidato à vice-presidência, teve este tipo de formação e que, além disso, foi instrutor na AMAN e provavelmente formou novos oficiais que, provavelmente, estão atuando hoje nas Forças Armadas. Vemos a presença do exército em aldeias indígenas, promovendo a ocupação de áreas de interesse nacional através de projetos como o Calha Norte (criado em 1985)[4], realizando reintegração de posse enquanto força federal. Também vemos a intervenção militar no Rio de Janeiro em regiões ocupadas, justamente, por uma maior parte de população negra e pobre da sociedade brasileira: quer dizer, favelas, comunidades, morros e periferias. Entretanto, não é só o exército que adentra as comunidades marginalizadas socialmente no país, sendo a violência policial cotidiana contra afro-brasileiros, muitas vezes, independente de sua classe social.

Quanto aos indígenas, o exército também não é a única instituição de segurança que atua em relação a eles, nem essa relação se dá só em regiões rurais ou na aldeia; cada vez mais se vê a atuação das forças policiais militarizadas constrangendo-os no centro das cidades.

[4] Sobre o Projeto Calha Norte: <https://www.defesa.gov.br/programas-sociais/programa-calha-norte> acessado em: 11/08/2018

Desta forma, percebe-se que há uma relação da ditadura com o longo processo histórico de institucionalização do racismo e que tais ideias estão arraigadas nas bases teóricas e doutrinárias do exército e de outras instituições de segurança de caráter militar, sendo que estes problemas se manifestam ainda no presente, pois derivam de práticas que se tornaram mais comuns e foram aprofundadas exatamente naquele período. Frente a essa constatação é presumível que surja o questionamento de que o racismo sempre existiu, que a violência contra indígenas e afro-brasileiros sempre existiu, que não são uma novidade da ditadura. Este é um questionamento correto. Contudo, o diferencial do período ditatorial é que desde o Estado se autoriza, de forma velada, a mobilizar mecanismos teóricos de justificação sustentados por um aparato e práticas violentas de caráter clandestino. Assim, durante o regime de exceção a repressão e o extermínio dessas populações se inserem dentro da lógica do Terrorismo de Estado (TDE) (PADRÓS, 2014). Assim, discursos como o proferido pelo General Hamilton Mourão, que têm se proliferado atualmente, são um dos principais causadores das mortes de lideranças do movimento negro e indígena, executados por lutarem em prol do reconhecimento aos seus direitos à diferença, à cidadania, à cultura e, principalmente, ao seu direito à vida.

Macunaíma, malandro e indolente

Outro aspecto que chama atenção na declaração de Mourão é a menção ao personagem criado por Mário de Andrade. Macunaíma é um herói sem caráter que, em certa medida, representa a cultura brasileira, sendo fruto das "três raças tristes", teoria já mencionada no início deste texto e que muito foi reforçada por alguns dos "intérpretes do Brasil" (como Gilberto Freyre ou Darcy Ribeiro, para citar alguns), que reafirmam a ideia de que somos formados por três raças e que o português, em si, já era fruto de miscigenação

entre brancos, por isso apresentava tendências maiores a se misturar com negros e indígenas. Tais ideias fazem parte de uma interpretação que se constrói influenciada pelos debates das teorias racistas do século XIX, que queriam justificar uma série de problemas ou vantagens de cada nação. Além disso, havia uma intensa preocupação de definir a "raça brasileira". No caso, essa "raça miscigenada" era entendida às vezes como positiva, às vezes como negativa e ia se construindo, também, em comparação e oposição ao processo estadunidense, considerado como de completa segregação racial.

No caso dos Estados Unidos a segregação deve ser compreendida não só em relação aos negros escravizados, mas, também, quanto aos povos indígenas, na medida em que, até o século XIX - com o advento da expansão para o Oeste - aquelas populações eram reconhecidas enquanto autônomas e soberanas. A partir da formação do Estado-Nacional e com o surgimento do exército estadunidense, aconteceu uma guerra de genocídio contra os povos indígenas e a subjugação dos mesmos, deixando-os limitados a pequenas áreas conhecidas hoje como reservas. Estas reservas indígenas estão localizadas nas terras mais pobres do país, pois as melhores e mais férteis (e com jazidas minerais e petróleo) terras da região Oeste foram tomadas pelo Estado.

Assim, pode-se dizer que o modelo econômico capitalista, promovido e incentivado pelo Ocidente é diametralmente oposto ao modo de vida das populações indígenas porque prevê três elementos que a maioria dessas populações não concordam que sejam adotados: 1) a exploração da mão de obra e do trabalho de outrem; 2) a exploração da terra enquanto objeto passível de venda e troca, como propriedade privada; e 3) a acumulação de bens, pois a maioria dos povos indígenas pratica a partilha comunitária dos bens adquiridos e não realiza uma acumulação individual correspondente ao modelo capitalista.

Exposto isto, voltando à questão da literatura e da ideia das "três raças" deve-se dizer que é uma teoria que está presente, também, nos debates do modernismo brasileiro. Quase 100 anos atrás, diversos intelectuais e artistas brasileiros tinham uma preocupação imensa com a questão da nacionalidade; questionamentos como "quem é o brasileiro?", "qual a cultura brasileira?" passavam pela questão racial. Então, Mário de Andrade, ao escrever *Macunaíma* (1928), tentava criar uma obra referencial sobre a formação da cultura brasileira e da ideia da brasilidade agregando, sem situar geográfica ou regionalmente, diversas história, lendas, tradições e rituais das diferentes regiões do país. Sendo assim, Macunaíma é fruto das "três raças"; entretanto, dentro do próprio herói, a matriz branca de seu ser oprime suas duas outras referências raciais e culturais, fazendo com que ele vá negando essas duas outras origens, abandonando o lugar de seu nascimento e se inserindo na megametrópole São Paulo, símbolo do capitalismo no Brasil aos moldes mais europeus. Macaunaíma também passa pelo processo de "embranquecimento" concomitante ao que passou a sociedade brasileira. Ao longo da obra de Andrade, acompanhamos as aventuras desse personagem oriundo da miscigenação e que, até o final, vai "perdendo" sua cultura, sua origem e suas histórias. Todavia, ao fim, ele sobe aos céus para tornar-se constelação e futuramente servir como símbolo e lembrança. Ao fim e ao cabo, o autor conseguiu realizar seu projeto de criar uma referência de cultura brasileira, ao ponto de ser mencionado pelo Gen. Mourão.

O general declarou que infelizmente nós também gostamos de mártires. Talvez estivesse fazendo referência a figuras como Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro, Sepé Tiaraju. Ao falar de líderes populistas, provavelmente se referia aos três políticos normalmente taxados como tais; Getúlio Vargas, Jango e Lula. E quando se referiu a *Macunaímas*, associa-os

a pessoas tidas como heróis, mas consideradas "sem moral/caráter", por gostarem de tirar vantagem sobre os outros e serem preguiçosos, quer dizer, por não seguirem à lógica de valores exaltadas pela cultura europeia/branca.

Considerações finais

A formação racistas das nossas Forças Armadas é algo presente. O exército não conseguiu ou não quis se reciclar e adotar os debates raciais que estão exprimidos na lei do pós-redemocratização. A Constituição de 1988 (art.5º, inciso XLII) estabelece a discriminação racial como crime, reconhece diversos direitos indígenas e contém várias outras leis que foram realizadas reforçando tais elementos[5]. Mesmo assim, as Forças Armadas não parecem ter incorporado nenhum destes debates e mudanças na formação de seus oficiais. Inclusive, 2018 será o primeiro ano em que haverão cotas raciais em concursos para as Forças Armadas[6], pois, por mais que hajam negros e indígenas dentro das instituições, estes encontram imensa dificuldade de progredir dentro das mesmas, sendo os mais altos cargos ocupados por brancos, em sua maioria. As instituições de segurança militarizadas permanecem tendo como base a mesma doutrina dos tempos da ditadura, o que, em si, é um desrespeito à própria Constituição que está completando 30 anos, agora em 2018. Em entrevista para a GaúchaZH , após a polêmica gerada por sua declaração, o General Mourão afirmou: "O que deixo muito claro é que eu não sou racista, Bolsonaro não é racista, nós entendemos claramente a raça brasileira, e nós somos isso que se procura hoje [...]. Não

[5] Para mais informações: <http://racismoinstitucional.geledes.org.br/legislacao-sobre-discriminacao-racial-no-brasil/> ; <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/povos-indigenas-conheca-os-direitos-previstos-na-constituicao> acessados em: 11/08/2018

[6] Sobre as cotas raciais em concursos das forças armadas: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,forcas-armadas-terao-cota-racial-em-concurso-a-comecar-pelo-ita,70002413854> acessado em: 11/08/2018

temos o conflito racial como há em outros países"[7]. Esta afirmação do general me remeteu à uma constatação do sociólogo Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, ainda nos anos 1990:

> Assim é o racismo brasileiro. Sem cara, travestido em roupas ilustradas, universalista, tratando-se a si mesmo como anti-racismo e negando como antinacional a presença integral do afro-brasileiro ou do índio brasileiro. Para esse racismo, o racista é aquele que separa, não o que nega a humanidade de outrem; desse modo, racismo, para ele, é o racismo do vizinho (o racismo americano). (GUIMARÃES, 1995, p. 42)

É por questões como as abordadas ao longo deste texto que presenciamos militares se envolvendo de forma vergonhosa na atual política nacional. Muitas outras questões ainda poderiam (e devem) ser aprofundadas, como a defesa que o general faz do caráter não-racista de sua declaração por ser de origem indígena, ou, então, a referência ao gosto pelos privilégios oriundos da matriz ibérica. Contudo, neste curto texto nem tudo pôde ser desenvolvido. Uma das conclusões possíveis, no meu entendimento, é a de que nossos militares não foram e não são educados para respeitarem o que está presente em nossa Constituição; eles permanecem sendo formados na lógica racista, discriminatória e autoritária da DSND e da ditadura; o que é extremamente perigoso para a democracia, bastante abalada e em completo estado de aflição e desmoronamento. Por fim, encerro com outra observação de Guimarães: " De fato, nada fere mais profundamente a alma nacional, nada contraria mais o profundo ideal de assimilação brasileiro, que o cultivo de diferenças" (GUIMARÃES, 1995, p.43-44).

[7] Entrevista para a GaúchaZH: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/eleicoes/noticia/2018/08/nao-sou-racista-nos-entendemos-claramente-a-raca-brasileira-diz-vice-de-bolsonaro-apos-polemica-cjkiy7m9b014u01pie2pgsv8n.html> acessado em: 11/08/2018

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANDADRE, Mário de. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa Gande & Senzala**. 50ª ed. Global Editora, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**. CEBRAP, nº43, novembro, 1995, p.26-44.

PADRÓS, Enrique Serra. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacioal. In: GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania [orgs.]. **Entre a memória e o esquecimento: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil.** Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido de Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O **Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981. (Coleção Documentos Brasileiros; 190).

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Rodolpho Ignácio Xavier: experiência de um nascido de Ventre Livre

Ângela Pereira Oliveira[1]

Esta narrativa visa contar um pouco das experiências de Rodolpho Ignácio Xavier, um homem ingênuo, isto é, nascido de Ventre Livre, a fim de entender um pouco mais sobre as especificidades nas histórias vivenciadas por esses sujeitos beneficiados pela Lei de 28.09.1871. As suas experiências são pensadas a partir das relações por ele estabelecidas, tanto no espaço familiar como no espaço profissional.

Antes de adentrar a história de Rodolpho, apresento um pouco de sua família, uma vez que a história deles tem influência direta sobre Rodolpho. Eva, sua mãe, era uma mulher escravizada que tinha a profissão de cozinheira. De acordo com a narrativa de suas memórias, Rodolpho informa que a mãe era filha de um africano da região de Moçambique, questão que retomarei mais adiante. Até o momento as fontes não me permitem saber maiores informações a respeito da mãe de Eva, isto é, a vó de Rodolpho, mas é possível que ela também tenha sido uma mulher escravizada haja vista o status social herdado pela sua filha, Eva, mãe do sujeito que busco conhecer e entender em minha tese.

Em relação aos filhos que Eva teve, apresento-lhes os dois que até o momento é de meu conhecimento, o primeiro deles, Antônio e, o segundo, Rodolpho, ao qual o texto focará a seguir e a quem venho me dedicando. Retomando ao primeiro filho, Antônio, mesmo que ele tenha sido escravo de outra família que não á qual trabalhava sua mãe, ele não perde o contato e mantêm um relacionamento com Eva.

Ainda jovem Antônio adquire a sua carta de alforria mediante a sua auto-compra, passando a ser um ex-escravizado. Em sua carta de alforria não

[1] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, doutoranda em História, bolsista Capes, e-mail: angelapoliveira2@gmail.com.

consta se ele teria pagado ou se teria sido outra pessoa, o que deixa margem para a reflexão de um possível agenciamento de sua mãe Eva na obtenção da liberdade de Antônio, isso porque Eva tinha meios de adquirir pecúlios em outros momentos, como para a compra de sua carta de alforria.

Antônio era chapeleiro por profissão, mas atuou em outras frentes de trabalho, como vendedor de frutas, por exemplo. Ele participou de associações beneficentes, clubes abolicionistas e clubes republicanos. Antônio cursou aulas noturnas e chegou a atuar como professor. De ideias socialistas, ele foi um importante personagem na organização operária da cidade de Pelotas. Antônio também reivindicava suas origens africanas. Quando se tornou liberto ele assumiu o sobrenome de Oliveira, mas logo, substitui-o por Baobá. Ele faleceu no ano de 1907, entre 46 e 48 anos de idade, de tuberculose, após ter estimulado e participado da organização de um jornal negro em Pelotas, o já mencionado, *A Alvorada*. A história de Antônio pode ser acessada na pesquisa da historiadora Beatriz Loner, publicada no livro *Experiências da Emancipação*, 2011, organizado por Petrônio Domingos e Flávio Gomes.

Já Rodolpho teria nascido quando se havia promulgado a Lei do Ventre Livre, conhecida também por Lei Rio Branco, no ano de 1871. De acordo com essa Lei os filhos das mulheres escravizadas passavam a ter o status de ingênuo, não eram escravizados, mas permaneceriam sob os cuidados dos senhores de suas mães até completarem oito anos e depois o senhor poderia escolher se ficava com os seus serviços ou recebia uma quantia pelos cuidados dedicados a criança (o que era mais incomum de acontecer porque, em sua maioria, o Estado não tinha dinheiro para arcar com os custos alegados).

A Lei do Ventre Livre também estabelecia que se a mãe conseguisse adquirir a sua liberdade antes de seu filho completar oito anos

ela poderia partir com ele, ele não tinha mais necessidade de ficar sob os cuidados do senhor. E eis o que Eva fez. Antes de Rodolpho completar seus oito anos ela compra a sua alforria por conta do acúmulo de pecúlio e parte da casa do senhor Domingos Ignácio Xavier. Interessante notar que a história de Rodolpho permite perceber o protagonismo feminino, ainda no período da escravidão, através das escolhas e da atuação de sua mãe.

Em diversos documentos seus (hoje em posse de seus descendentes), tais como certidão de casamento, carteira de trabalho e certidão de óbito, por exemplo, consta que o nome do pai de Rodolpho era Domingos Ignácio Xavier e o próprio Rodolpho adota esse como sendo o seu sobrenome. No registro de Batismo de Rodolpho ele é descrito como filho natural de Eva, mas nenhum sobrenome fora posto. Depois de liberta Eva, antes descrita somente pelo primeiro nome passa a ser conhecida como Eva Xavier.

Ainda não foi possível localizar a tutela de Rodolpho, mas existe a possibilidade de ele ter sido tutelado pelo seu irmão Rodolpho, que a essa altura já era liberto. Acredito nessa hipótese porque essa era uma prática constante durante a vigência do regime escravista, que as mulheres arrumassem um tutor para os seus filhos quando adquiriam suas liberdades, mesmo nesse período de decadência no qual a escravidão se encaminhava para o seu fim, tendo em visto o machismo da sociedade ainda mais com uma ex-escrava. Essa crença no irmão como tutor de Rodolpho se baseia primeiramente porque ele era o homem da família que estava mais próximo da mãe e do irmão, além disso, Rodolpho deixou registrado em seus escritos no jornal *A Alvorada*, homenagens ao seu irmão, e com seus ele contribui para manter viva a memória desse líder operário.

A data de nascimento de Rodolpho não é precisa, seus documentos apontam para diferentes anos, o interesse é que todos eles o

colocam na condição de nascido de ventre livre (o que nesse caso, é o dado mais relevante para a pesquisa). Segundo sua certidão de batismo ele teria nascido no ano de 1874, informação que se repete em seu atestado de óbito, já a sua certidão de casamento atesta que ele teria nascido no ano de 1876 e mais tardiamente a carteira de trabalho aponta para o ano de 1879. Todos esses documentos referidos encontram-se até os dias de hoje em poder de sua família. É interessante observar que a carta de alforria de Eva é do ano de 1876, o que pode ter gerado uma confusão nas datas de nascimento de Rodolpho. Seu aniversário era celebrado no dia 10 de maio e o jornal *A Alvorada* prestigiava com homenagem ao seu articulista lembrando sempre que circulou essa importante data.

Rodolpho foi alfabetizado no curso noturno da Bibliotheca Pública Pelotense, que visava à alfabetização do proletariado masculino da cidade de Pelotas. Esse não era o único espaço de formação desse homem, ele também tinha na figura de seu irmão Antônio, um professor. Pelas suas escritas é perceptível que o espaço operário também foi de grande formação intelectual para Rodolpho uma vez que acredito que tenha sido através dai que ele acessou obras de autores clássicos como Karl Marx, mencionados por ele em suas crônicas no jornal, principalmente em momentos de discussões para com os operários locais.

A participação de Rodolpho no mundo do trabalho começava cedo, primeiramente, ele começou a atuar em outras atividades, mais foi aos 14 anos que se iniciou na atividade de pedreiro a qual exerceria até a mais tenra idade quando ele finalmente se aposentou. A classe dos trabalhadores em construção civil e, posteriormente, dos pedreiros e classes anexas foi a que Rodolpho teria se dedicado e atuado mais efetivamente.

No ano de 1907 Rodolpho passava a escrever para um jornal de imprensa negra, *A Alvorada* que circulou na cidade de Pelotas e região até o

ano de 1965. *A Alvorada* era propriedade dos irmãos Penny, mas foi influenciada pelas ideias de Antônio, que viria a falecer nesse mesmo ano em que o jornal começava a circular. É provável que os irmãos Penny, Rodolpho e Antônio tenham construído uma relação mais próxima devido as suas participações nos cursos de alfabetização noturna da Bibliotheca Pública Pelotense, na qual todos fizeram parte.

Não tardaria muito para que Eva se despedisse de Rodolpho e no ano de 1915 ela partiu, antes de ver o seu filho casar-se com Francisca de Paula Silva Fagundes no ano de 1923. Francisca depois de casada com Rodolpho retira o sobrenome Fagundes em detrimento do uso do sobrenome de seu marido, Xavier.

Esse não foi o primeiro casamento de Francisca, ela era viúva de Emílio José Fagundes desde o ano de 1913. Francisca era mais jovem que Rodolpho, seu nascimento ocorreu no ano de 1886. Como profissão Francisca atuava em casas de família, no serviço doméstico.

Através do periódico *A Alvorada* é possível conhecer um pouco mais sobre as ideias e os posicionamentos adotados por Rodolpho uma vez que o articulista deixou os mais variados registros em suas crônicas. Entre alguns dos posicionamentos defendidos por ele é possível extrair que ele era contrário ao ensino religioso nas escolas (*A Alvorada,* 13.03.1932, p. 01), se mostrava favorável à emancipação feminina (*A Alvorada,* 20.03.1932, p. 01). Além disso, com a sua escrita ele denunciava o preconceito (*A Alvorada,* 22.11.1931, p. 01) e discutias as divergências intrarraciais (*A Alvorada,* 15.04.1934, p. 01).

Na década de 1930, *A Alvorada* protagonizava uma campanha pró-educação da população negra e Rodolpho escreveu muitas crônicas para esta campanha. Ele defendia que com a instrução o negro poderia alcançar a sua ascensão intelectual, diferente de outros grupos e/ou indivíduos, ele não via a

instrução com o objetivo final da ascensão social. Para ele através da instrução o negro poderia se opor aos preconceitos sofridos, pois saberia de que forma se defender e se engrandecer, além disso, a educação da população negra, para ele também era um ato patriótico uma vez que estaria contribuindo para o engrandecimento da raça, mas principalmente da nação.

Rodolpho era um militante da causa negra assim como da causa operária. Através de suas crônicas escritas publicadas em *A Alvorada* ele divulgou suas opiniões, defendeu suas ideias, dialogou com o operariado pelotense, apresentou propostas utilizando esse espaço de comunicação também como um espaço de militância. Entre os principais assuntos por ele abordado estavam às denúncias das condições vivenciadas pelos operários, nos momentos de crise, eles eram os que mais sofriam com a carestia, o desemprego e a exploração da mão de obra daqueles que permaneciam empregados. No ano de 1934, ele enfatizava em seus escritos os pesados efeitos da crise econômica vivenciados por ele e pelos operários de Pelotas.

No início dos anos 1930 ele se mostrava favorável à sindicalização. Para ele os sindicatos seriam capazes de dar conta dos problemas do proletariado, dessa forma, criticava aos operários que não se sindicalizavam. Rodolpho era contra a participação de “patrões” nos sindicatos, para ele esse não deveria ser o espaço adequado para a classe burguesa. Na sua visão os sindicatos dariam força para as reivindicações e poderiam defender o proletariado.

Em um de seus textos para o proletariado Rodolpho declarava:

> Na maioria dos casos os insucessos das “greves” depende de elementos, de indivíduos que sobrepõem aos interesses da coletividade, vantagens indignas de ocasião. Todo o trabalhador consciente que vê o seu colega de ofício abandonar o trabalho, por motivos justos, deveria emprestar-lhe solidariedade e jamais ocupar o seu posto. Infelizmente, assim não acontece, prejudicando os interesses e aos próprios ocupantes dos lugares. (Rodolpho Xavier, *A Alvorada*, 02.09.1934, p. 01)

As escritas de Rodolpho não eram motivadas somente pelas temáticas políticas e sociais, em seus registros ficaram gravadas suas lembranças familiares e o carinho que nutria por seus entes queridos. O seu irmão Antônio, por exemplo, foi homenageado em dois momentos no jornal, o primeiro em 05.05.1935 e o segundo em 05.05.1955, ambas no mês de maio, haja vista a lembrança da data de falecimento do irmão. Tal fato demonstra que ele permanecia presente nos pensamentos de Rodolpho. Em um trecho de uma dessas escritas familiares, ele relatou:

> Amante da liberdade a qual entre nós era tradicional, sendo o pai de nossa mãe, segunda ela contava Moçambique – e que tinha andado na guerra dos Farrapos, fugindo da casa de seu senhor, com Antônio Baobab, aos 13 anos de idade, acompanhávamos os ideais da Propaganda Republicana.
> Portador de um caráter ilibado e inflexível, leal e sincero fez-se por si próprio trabalhando de dia e estudando até altas horas da noite e, provido de trabalhar alquebrado e doente, lecionava para ganhar um pão para o seu sustento.
> As forças esgotaram-se-lhe e, recolhido ao lar de nossa velha mãe terminou os últimos dias. (Rodolpho Xavier, *A Alvorada*, 05.05.1955, p. 01)

Conforme foi abordado por Rodolpho, Eva narrava para eles histórias sobre o avô, um africano da região de Moçambique que foi trazido para o Brasil e que acabou indo lutar na Guerra dos Farrapos para fugir de seu senhor. O nome do avô não é revelado por ele, mas atenta para uma memória oral construída entre eles a respeito de sua família.

Outra questão pertinente na trajetória de Rodolpho se refere a sua escolha em termos da construção de uma identidade racial. Ele se afirmava enquanto um homem negro e se posicionava em defesa das pessoas negras, utilizando do seu espaço na imprensa para contrapor as ideias cientificistas de cunho racistas que inferiorizavam ao negro e que tiveram grande aderência no Brasil. No entanto, é preciso chamara a atenção para o fato de que Rodolpho era filho de uma mulher negra com um homem branco o que lhe proporcionaria um espaço social diferente dos negros de pele mais escura,

atestado pelos diversos documentos preenchidos por terceiros em que ele aparece identificado com a cor parda, ainda assim era como negro que ele se entendia, era essa a identidade que ele optou e afirmava.

Muitas das divergências intrarraciais apresentadas tanto por Rodolpho como pelos demais articulistas do jornal se davam exatamente pelas diferentes nas tonalidades de pele, (por eles chamados de pretos e mulatos). A inferiorização cunhada aqueles que possuíam o tom da pele mais escura também entre aqueles que tinham o tom de pele um pouco mais claro, era criticado por todos do impresso, uma vez que todos eram vistos pelos brancos como negros.

Rodolpho se colocava em defesa dos negros e para ele tanto aqueles que possuíam o tom de pele mais claro deveriam se unir aos de pele mais escura, pois todos sofreriam mais cedo ou mais tarde os efeitos do preconceito de cor e do racismo.

Nome do portador Rodolfo Xavier
Altura 1.70 cor parda
Cabelo Branco Barba rasp. Bigodes brancos
Filho de Domingos Ignacio Xavier
Eva Xavier
Rio Grande do Sul
a 10 de maio de 1879
Estado civil viuvo Instrução primaria
Profissão pedreiro
Serviço Militar
Residência Pelotas
Matrícula n.º de Sindicato
Documentos apresentados
Observações
Pelotas 4 de 11 de 1945
M. P. Morrie
(Assinatura do funcionário)

ESTRANGEIROS
Chegado no Brasil em de de 1
Naturalizado em de de 1 Fôlio
Casado com
de nacionalidade
Lugar do nascimento
Data do nascimento de de 1
Carteira de estrangeiro n.º
Local de emissão

FILHOS BRASILEIROS

NOME	Lugar do nascimento	Data do nascimento

Imagem 1. Carteira Profissional de Rodolpho Ignácio Xavier. Declaração de Cor parda.
Fonte: Acervo pessoal familiar de D. Isabel Souza

Trago a seguir, um trecho de uma das crônicas de Rodolpho em que novamente a cor é uma questão relevante por ele debatida, no entanto, o foco final apresenta uma colocação sobre a cidadania vivenciada pela população negra. Disse ele, em relação às críticas que a Fundação da Frente Negra Brasileira (1933) vinha sofrendo:

> Por todos os ângulos do Brasil, onde existem negros, há uma tal ou qual ojeriza contra a fundação dum centro homogêneo de vistas na consecução de reerguimento moral e intelectual de uma raça que desde a sua introdução como elemento escravo, e até o presente social e civicamente falando, tem vivido aviltada pelo simples fato de ter a "cor" mais adusta.
> Porque motivos, os negros não podem fundar centros de cultura?
> Porque motivos, os negros, não podem libertar-se da inferioridade em que são tidos por meio de seus próprios elementos?
> **Temos os mesmos deveres que todos os cidadãos brasileiros, porém nem sempre os mesmos direitos**. (Rodolpho Xavier, *A Alvorada*, 21.05.1933, p. 02, grifo meu)

Rodolpho Xavier não é um desconhecido da historiografia, destaco aqui duas pesquisas em que ele este presente, a primeira de Lúcio Alves

(2005) que faz um recorte da escrita de Rodolpho no jornal *A Alvorada* pensando na sua militância operaria. E o segundo, de Fernanda da Silva (2017) no qual a autora ao trabalhar com o jornal *A Alvorada* enquanto fonte de pesquisa traz algumas informações sobre Rodolpho.

Enfim, para compreender e narrar à história de Rodolpho utilizo os estudos e metodologias da história social, especialmente, do campo de estudos emancipações e pós-abolição, cujas discussões auxiliam o diálogo com outras áreas, como por exemplo, o mundo do trabalho. A partir dessas referências passo a refletir sobre como sua trajetória individual me permite conhecer mais sobre a sociedade na qual Rodolpho estava inserido, focando nas hierarquias sociais e as desigualdades do contexto.

Em relação ao conceito de experiência é feita uma apropriação baseada na leitura de Edward Thompson (1981), que me permite pensar a possibilidade de mediação entre o ser e a consciência social e, entender o processo histórico como um espaço para a atuação de homens e mulheres enquanto sujeitos ativos. A experiência desses personagens perpassa uma rede social e familiar, a atuação no mundo do trabalho, a participação em associações diversas, à militância por educação para a população negra, as lutas políticas e sociais e mesmo a construção de uma intelectualidade negra.

Com a análise da trajetória de Rodolpho Xavier e de suas experiências, que não são homogêneas, lineares e carregadas de coerência, mas que pode parecer no momento em que se constrói uma narrativa sobre ele, pretendo, ao longo de minha tese que venho desenvolvendo, conseguir compreender melhor as relações tecidas por esse sujeito em uma sociedade marcada pela racialização. A trajetória de Rodolpho é mais um exemplo para se pensar o que era ser um homem negro nesse período e não para estabelecer uma categorização única, fixa e definitiva dos sujeitos.

Fontes

BIBLIOTHECA PÚBLICA PELOTENSE - Jornal *A Alvorada* – 1931-1955

ACERVO PESSOAL FAMILIAR DE ISABEL DE SOUZA

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - Carta de alforria de Eva – escrava de Domingos Ignácio Xavier

Referências

ALVES, Lúcio Xavier. Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935). *Monografia de Conclusão de curso* (Licenciatura em História). Pelotas, UFPEL, 2005.

LONER, Beatriz Ana. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. *Experiências da Emancipação*: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo negro, 2011. Pp.109-136.

_____. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: 2° Encontro de Escravidão e liberdade no Brasil meridional. São Leopoldo: Oikos, 2005. Pp.01-17.

SILVA, Fernanda Oliveira da. As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). *Tese de Doutorado* (em História). Porto Alegre: UFRGS, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um plenário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1981.

Identidades: a diversidade cultural e o autorreconhecimento através de práticas na sala de aula

Janaína Quintana de Oliveira[1]
Graciela Cardoso Domingues[2]

No mundo contemporâneo muito se ouve falar em igualdade, respeito e rompimento com preconceitos, no entanto muitos preconceitos ainda estão enraizados dentro do ser humano sem ao menos que ele se dê conta. Esses preconceitos ainda permanecem fortes, pois foram passados de geração a geração sem que ninguém os questionassem.

O mais assustador é quando as crianças e os jovens, que estão no cerne da mudança dos tempos, que correm e se modernizam cada vez mais velozes, perpetuam ideias ultrapassadas e carregadas de conteúdo intolerante. Esse fato é perceptível no ambiente escolar e muitas vezes passam despercebidos por quem discrimina e por quem é discriminado.

A escola quando prestigia e reproduz uma única identidade, em detrimentro de outras, como se houvesse uma identidade comum a todos, acaba por promover a valoração negativa das demais, estimulando assim a discriminação.

Um dos papéis do educador da atualidade, além de informar e auxiliar na construção do conhecimento acerca da disciplina que ministra, é o de desmistificar a intolerância seja da natureza que for, rompendo paradigmas e abrindo caminhos às ideologias que promulgam o respeito e a igualdade entre as pessoas. Cabe a ele mostrar que há diferenças naturais nos grupos sociais e que estas devem ser preservadas, como as diferenças entre os sexos, as diferenças advindas das vivências de cada um, meio em que vivem,entre outras que possuem uma base natural. Ou seja, buscando

[1] MPET/IFSUL. Mestra em educação e tecnologia. jo-quintana@hotmail.com
[2] PPGLVVT/IFSUL. Especialista em Linguagens Verbo-Visuais e Tecnologias. etecidiomas.gracieladomingues@gmail.com

atividades que façam a diferença, que façam o educando transcender e que façam o seu próprio transcender junto ao aluno.

Ao observar o mundo ao redor, vê-se uma riqueza de seres, de características, de cores e nomes, vida que pulsa, tempo que voa. E sobre o tempo, fazendo uma analogia entre o processo de ensino e aprendizagem com o ato do plantio, há que semear sabendo que os frutos não nasceram da noite para o dia, que as sementes são diferentes, assim como o processo de semeadura e isso exige paciência por parte do educador. Mas aos poucos, com trabalho constante e vigilância os primeiros brotos nascem. Segundo Martins a respeito do tempo sob a ótica de Gilles Deleuze, conclui-se essa introdução com a seguinte citação:

> Aprender, para Deleuze, não é adquirir conhecimento, aprender é uma experiência que se faz no tempo e está intimamente ligado à criação de um novo modo de pensar, agir e ser. E se aprender é uma experiência que se faz no tempo e se cada aprendiz estabelece uma relação singular com os signos, devemos assumir, também, que cada signo estabelece uma relação com a verdade que ele traz e uma relação com um determinado tempo. (MARTINS, 2014, p. 6)

A aprendizagem é construída a partir da observação ao redor e o professor, que está sempre em constante processo de aquisição do conhecimento e crescimento, absorve muito das trocas feitas com os outros, principalmente com os colegas de profissão e com os alunos, já que em grande parte do dia é junto a essas pessoas que ele convive. Na maioria das vezes essas trocas são positivas, edificantes e inspiradoras quando há afinidades de pensamentos e admiração, em outros casos o processo é contrário, pois algumas vezes se aprende observando no outro o que não se quer ser ou fazer.

Partindo sobretudo da construção positiva, a origem da prática que será destacada neste trabalho, surge da inquietação de vários professores a respeito das indagações sobre identidades em que os alunos, que por mais

que sejam instigados a refletirem sobre os seus "eus", não conseguem se desvincular de uma ideologia hegemônica eurocentrista na representação da sua identidade. Embora estejam no século XXI, para algumas crianças e jovens ainda é difícil romper com ideias ultrapassadas de cunho colonialista e legitimadas pelo explorador.

Muitos se queixam que ao trabalharem com alunos de várias etnias em diversos anos e disciplinas, eles se autorretratam sempre nos mesmos moldes: pele rosada, cabelo liso (muitas vezes amarelo) e com olhos claros. Inclusive os próprios alunos, quando vão pintar os desenhos feitos sobre si próprios, pedem o lápis "cor-de-pele", referindo-se ao lápis salmão ou rosa chá, que dificilmente é a cor de pele de alguém que viva no Brasil, mesmo que este alguém tenha origens germânicas ou nórdicas, pois nesses indivíduos o traço desta cor pode aparecer em algum detalhe, mas não na totalidade da cútis seja de quem for.

Ao refletir a respeito destes questionamentos, e a partir da proposta de se trabalhar com temas voltados às africanidades, à América e ao tema igualdade, surgiu em 2016 um projeto voltado à desmistificação do "cor-de-pele", que além de abarcar todos esses aspectos, também promove o autoconhecimento e a aceitação.

A primeira edição do projeto foi ministrado nas aulas de Língua Espanhola da professora Janaína Quintana de Oliveira sob o título *En América somos todos Hermanos,* com alunos das escolas de Turuçu e da Vila Princesa em Pelotas. Para começar foram debatidos temas relacionados à riqueza de etnias que constituem o continente americano, às misturas de raças e à diversidade de tipos e estilos que compõem esse povo tão belo, assim como o tema que mesmo sendo diferentes fisicamente, todos são iguais em direito e devem ser respeitados. Em seguida, entrou-se no assunto cores e foi mostrado aos alunos a caixa de lápis PintKor, que contém 12 tons de

cores de peles reais. A proposta seguinte foi propor aos alunos que se autoretratassem e junto aos seus autorretratos, se expressassem em língua espanhola, com liberdade para exporem seus pensamentos da maneira que assim o quisessem e utilizando as cores com as quais eles se identificassem, trabalhando, dessa forma, com a subjetividade também através dos seus discursos. Segundo Larrosa, no texto Notas sobre experiência e o saber de experiência, a palavra está imbricada ao ser-humano:

> Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente "raciocinar" ou "calcular" ou "argumentar", como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. (LARROSA, 2009, p. 21)

Para a produção também foi dada a liberdade de se desenharem a partir de fotografias tiradas com seus celulares, ou não. Essa decisão ficou a critério dos alunos, no entanto a maioria optou por usar o aparelho e escolher entre as melhores fotos, segundo suas preferências.

O resultado, além de trabalhos feitos com muito amor e dedicação, foi que os alunos refletiram sobre suas identidades, sobre as diferenças e sobre a igualdade. Também puderam observar a riqueza de nuances que colorem o continente americano e o quanto isso é enriquecedor, através da experiência do olhar para si e para os demais.

Vejamos a seguir algumas imagens dos trabalhos produzidos.

FOTOGRAFIA 1 – Trabalhos produzidos entre 2016 e 2017

FONTE: Banco de imagens das autoras

FOTOGRAFIA 2 – Trabalhos produzidos entre 2016 e 2017

FONTE: Banco de imagens das autoras

A prática teve continuidade no ano de 2017, abarcando outras turmas e prosseguiu em 2018, quando surge uma parceria entre as professoras de língua espanhola e língua inglesa. em um projeto interdisciplinar, o qual propunha um conjunto de atividades bilíngues, segundo as quais os educandos deveriam em um primeiro momento elaborar um texto autodescritivo relatando suas características físicas e traços da personalidade, e também seus respectivos autorretratos. Em um Segundo momento, os educandos elaboravam a descrição de outro colega, escolhido de forma aleatória, seguida de um desenho que o retratasse. Em ambos os momentos salientou-se a importância da devida atenção às características fenotípicas, e aos traços identitários em geral.

Intitulada *Como me vejo? Como o outro me vê? Um olhar sobre si*, a proposta visou desconstruir uma imagem nacional de um padrão hegemônico eurocêntrico a partir da observação do "eu". Um processo de autoidentificação, no qual o sujeito ao inserir-se em determinado grupo, assume uma identidade, autodenominando-se negro, pardo, mulato, branco, por exemplo. Diferentemente de quando lhe são atribuídas uma identidade ou determinadas características fenotípicas pela perspectiva de outro sujeito, isto é: a heteroidentificação, uma identificação imposta.

Este autorreconhecimento, a partir de características atribuídas a si, além de ter oportunizado uma reflexão acerca do "eu", pode ser considerado um ato de empoderamento e afirmação social. Igualmente profícua, a experiência de heteroidentificação, a qual muitas vezes devido às relações de força e poder resulta na depreciação e na valoração negativa das identidades não hegemônicas, ensejou momentos de reflexão acerca da diversidade étnica e cultural presentes em um mesmo espaço.

Ademais, Tomáz Tadeu da Silva no texto intitulado *A produção social da identidade e da diferença* salienta que afirmar a identidade a partir

do que *somos*, e consequentemente marcando a diferença, pois afirmarmos também o que *não somos*, implica as operações incluir-se ou excluir-se em determinados grupos identitários.

> A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. [...]
> O processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes. A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. (SILVA, 2000. p. 81)

Assim, as afirmações acerca identidade só parecem ter sentido se compreendidas em sua relação à diferença e principalmente se considerarem as relações de poder envolvidas. Ao conhecermos a nós mesmos e ao reconhecermos o outro, assim como a nós, na complexidade que nos constitui enquanto sujeito, devemos refletir a respeito e questionar as relações de poder que presidem tais diferenças.

Assim sendo, a escola necessita de um currículo que advogue em favor de múltiplas identidades, da diferença e da diversidade, possibilitando aos educandos uma educação multicultural, onde todos possam ser reconhecidos pelo que realmente representam, como um ser de relações e de características distintas, em meio à sociedade, pois é ao tentar promover a diversidade em seus múltiplos sentidos, é que podemos desconstruir a noção de uma cultura nacional única e comum.

Segundo Silva (2000), na perspectiva humanista, um currículo escolar multculturalista inspirado na convivência harmônica entre diferentes culturas negligencia as relações de poder, que estão na base da produção da diferença. Por outro lado, ele salienta que num currículo multiculturalista crítico é preciso refletir, analisar e discutir os processos pelos quais as diferenças são produzidas.

> Um currículo inspirado nessa concepção não se limitaria, pois, a ensinar a tolerância e o respeito, por mais desejável que isso possa parecer, mas insistiria, em vez disso, numa análise dos processos pelos quais as diferenças são produzidas através de relações de assimetria e desigualdade. (SILVA, 2007, p.88-89)

Desse modo, além de respeito, o questionamento e a reflexão são igualmente importantes no ambiente escolar. Até o momento esta proposta de trabalho mostrou-se profícua pois os educandos afirmaram suas identidades em linguagem verbal e visual. Para alguns, esta fora a primeira vez em que autodeclararam a identidade de maneira mais formal.

Eles refletiram sobre suas identidades, sobre as diferenças e sobre a igualdade. Também puderam observar a riqueza de nuances que colorem o povo do continente americano e o quanto isso é enriquecedor, através da experiência do olhar para si e para os demais.

Alguns alunos já tinham essas questões esclarecidas, outros se descobriram, alguns estão se descobrindo e outros talvez se descubram um pouco mais adiante, já que a experiência é única para cada indivíduo.

> Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna. Não está, como o conhecimento científico, fora de nós, mas somente tem sentido no modo como configura uma personalidade, um caráter, uma sensibilidade ou, em definitivo, uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo). (LARROSA, 2009, p. 27)

O importante é que, de certa forma, através das experimentações que foram expostos ao realizarem esses trabalhos, visões mudaram, conceitos arcaicos caíram e a busca por fazer a diferença começou.

Referencial bibliográfico:

COMPARATO, Fábio K. O Princípio da Igualdade e a Escola. http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/comparatoigualdadeeescola.pdf.

Acesso em 12/10/2016

LARROSA, Jorge B. Notas sobre experiência e o saber de experiência.

http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf. Acesso em 04/03/2017.

MARTINS, Fabiana F. R. Meta-artigo ou o que fazemos quando nos propomos a ensinar: a escola como tempo livre, a aprendizagem como criação. Rio de Janeiro: UERJ/PROPED, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102

_____. Diferença e identidade: o currículo multiculturalista. In: _____. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. Ed. Belo Horizonte: Autentica, 2007. p. 85-90.

O papel das mulheres do século XIX no romance "O primo Basílio" de Eça de Queiroz, com enfoque nas personagens Luísa e Juliana

Janaína Quintana de Oliveira[1]

Eça de Queiroz foi um escritor português da geração dos jovens intelectuais de Coimbra, que rechaçavam o atraso de Portugal em relação a outros países europeus. Enquanto boa parte da Europa estivesse em franco desenvolvimento intelectual, científico e econômico, devido à revolução industrial, Portugal e principalmente os lisboetas viviam ainda voltados para o sucesso de suas grandes navegações do passado e de costas para o futuro.

Com estilo próprio, por vezes um tanto ácido e irônico, Eça critica as falhas nas instituições e os velhos costumes burgueses. De acordo com Silva e Bertolin, "Um dos maiores prosadores da língua portuguesa, Eça de Queiroz combate as falhas das instituições, satiriza os costumes com sutileza e graça, num estilo fluente de vigor narrativo." (Silva; Bertolin, 1999, p. 291).

Os jovens intelectuais de Coimbra, em especial Eça de Queiroz, se opunham ao Romantismo e através do Realismo e do Naturalismo procuravam trazer à literatura portuguesa fatos embasados nas ciências naturais para a formação da psique de suas personagens.

> Diferentemente do romance romântico, a ficção realista preocupa-se mais com a caracterização das personagens, elementos verossímeis e vivos, vulgares e contestadores. Os diálogos ajudam a criar o clima de veracidade. A figura do homem idealizada será substituída pela imagem do homem comum e real. (Rosa; Nogueira, 1976, p.89)

Através de uma carta escrita ao seu amigo, Teófilo Braga em 12 de março de 1878, Eça diz que no livro *O primo Basílio* é mostrado um breve quadro doméstico e familiar da família de Lisboa. Muitas famílias no final do século XIX, principalmente nos países mais atrasados e conservadores, viviam de aparências perante uma sociedade tipicamente hipócrita e, embora

[1] MPET/IFSUL. Mestra em educação e tecnologia. jo-quintana@hotmail.com

não sendo muito virtuosas, o que importava de fato era ter uma boa imagem perante a sociedade. À sequencia segue um recorte da obra em questão, na qual se pode perceber um pouco deste quadro doméstico e familiar.

> E barrando manteiga, grandes fatias de pão, pôs-se a falar complacentemente dos escândalos de Lisboa [...] as que depois de terem 'feito o diabo' gastam, numa devoção tardia, o resto de uma sensibilidade; que por onde elas acabam, algumas é pelas sacristias! [...] E as meninas solteiras! Muitos pequerruchos por essas amas dos arredores têm o direito de lhes chamar *mamã*! Outras, mais prudentes, receando os resultados do amor, refugiam-se nas preocupações da libertinagem... Sem contar as senhoras que, em vista dos pequenos ordenados, completam os maridos com um sujeito suplementar [...] Todas tinham mais ou menos sabido conservar a exterioridade decente que ela perdera... (Queiroz, 2011, p. 325)

Ainda, segundo a carta a Teófilo, Eça diz que não ataca a instituição familiar, mas sim a família lisboeta, produto do namoro, reunião desagradável de egoísmos que se contradizem e centro de bambochata.

Abaixo segue o resumo da obra:

> Luísa, moça bonita e frívola, casou-se com Jorge, um engenheiro que a mimava tanto quanto o seu pai o fazia. Tinha uma casa confortável e recebia sempre os mesmos amigos. Um dia soube através de um jornal, do retorno do seu primo Basílio a Portugal, depois de ter vindo tentar, com sucesso no Brasil, recuperar a fortuna de sua família. Luísa tivera aos 18 anos um breve namoro com o primo, logo interrompido pela viagem dele ao Brasil. Seu marido Jorge, que ignorava o antigo namoro, teve de se ausentar a negócios. Luísa encontra Basílio, que se gaba de suas viagens e experiências de sua vida, incendiando a imaginação curiosa da moça, ávida leitora de folhetins. Para tornarem-se amantes foi um passo. Até que Juliana, a amarga e vingativa criada da casa, a quem Luísa sempre maltratara, encontra uma comprometedora carta da patroa endereçada a Basílio e começa a chantageá-la. Luísa vai definhando com a situação. Basílio afasta-se covardemente e Jorge retorna. O único consolo de Luísa era Sebastião, amigo íntimo de seu marido, que sabia das pequenas infidelidades de Jorge, a quem ela confessa o adultério. Jorge descobre a traição e ao ver o estado de prostração de Luísa a perdoa, mas é tarde. Consumida pela situação, Luísa falece, logo depois de Juliana. (Oliveira, 1999, p. 266)

As principais personagens mulheres presentes na obra são as antagonistas Juliana e Luísa. Neste trabalho, buscar-se-á questionar a

imagem formada sobre as duas personagens e mostrar alguns aspectos ocultos sobre elas.

Luísa, segundo os aspectos presentes na obra, era uma mulher frívola e volúvel, citada por Eça como a "burguesinha da Baixa". Desde o começo implicou com a empregada Juliana, como pode ser percebido na seguinte passagem, do começo da obra "Estou a tomar ódio a esta criatura, Jorge!" (Queiroz, 2011, p.13). Luísa, mulher de hábitos domésticos, boa dona de casa, típica senhorinha, cabeça e espírito fracos, sem escrúpulos, que levada por romances de folhetins a doce e falsa ilusão do amor, trai seu marido facilmente, sem remorsos no começo, mas que depois diante do perigo, apavora-se e arrepende-se.

> Desejaria estar numa banheira de mármore cor-de-rosa, em água tépida, perfumada, e adormecer! Ou numa rede de seda com as janelas cerradas a olhar muito amorosamente o seu pé pequeno, branco como leite, com veias azuis, pensando numa infinidade de coisinhas: -em meias de seda que queria comprar, no farnel que faria a Jorge para a jornada, em três guardanapos que a lavadeira perdera [...] começou a ler, toda interessada. Era a *Dama das Camélias*. Lia muitos romances; tinha uma assinatura, na Baixa, ao mês. Em solteira, aos dezoito anos, entusiasmara-se por Walter Scott e pela Escócia, desejara então viver em um daqueles castelos escoceses, que têm sobre ogivas brasões do clã, mobiliados com arcas góticas e troféus de armas, forrados de largas tapeçarias, onde estão bordadas legendas heroicas, que o vento agita e faz viver. [...] Mas agora era o moderno que a cativava. Paris, suas mobílias, as suas sentimentalidades. (Queiroz, 2011, p. 15)

Juliana, durante a obra é retratada como uma mulher invejosa, má, feia e obsessiva. Tinha problemas no coração e odiava todas as suas patroas, porque via nelas tudo que não podia ser e as culpava. Era aficcionada por botinas e apreciava boas comidas. Sua mãe fora amante de um fidalgo e isso fez com que Juliana tivesse uma boa condição de vida na sua infância, porém, depois da morte da mãe, o "padrasto" a abandonou, ficando ela jogada à própria sorte.

> Devia ter quarenta anos, era muito magra. As feições miúdas, espremidas tinham a amarelidão de tons baços das doenças do

> coração. Os olhos grandes, encovados, rolavam numa inquietação, numa curiosidade, raiados de sangue, entre pálpebras sempre debruadas de vermelho. Usava uma cuia de retrós imitando tranças, que lhe fazia a cabeça enorme. Tinha um tic nas asas do nariz. E o vestido chato sobre o peito, curto da roda, tufado pela goma das saias mostrava um pé pequeno, bonito, muito apertado em botinas de duranque com ponteiras de verniz. (Queiroz, 2011, p. 13).

Juliana trabalhava e vivia em condições insalubres, em um quarto minúsculo e abafado, mesmo tendo problemas cardíacos: "O quarto era baixo, muito estreito, com o teto de madeira inclinado; o sol, aquecendo todo o dia as telhas por cima, fazia-o abafado como um forno; havia sempre à noite um cheiro requentado de tijolo escandescido." (Queiroz, 2011, p.64).

Devido às humilhações constantes e à falta de perspectiva, Juliana vê nas cartas de Luísa uma oportunidade de viver com mais dignidade, ainda que através das chantagens. "A senhora não me faça sair de mim! A senhora não me faça perder a cabeça! [...] Olhe que nem todos os papeis foram para o lixo![...] Que as cartas que a senhora escreve aos seus amantes, tenho-as aqui!" (Queiroz, 2011, p.221).

Desde o começo dos tempos, até pouco tempo atrás, as mulheres, patroas ou empregadas, ocupavam dentro da sociedade um papel inferior ao do homem. Enquanto os homens tinham diversos direitos, as mulheres tinham diversos deveres. As mulheres no séc XIX ainda eram vistas como seres inferiores aos homens e a maioria contentava-se apenas em fazer um "bom casamento". Moças que tinham boa condição financeira eram educadas em casa por preceptoras, pois não podiam frequentar as mesmas escolas que os rapazes. Grande parte das mulheres das camadas populares não tinham direito à educação, passando suas vidas em volta aos afazeres domésticos e à criação dos filhos.

Segundo o direito português, que por sua vez teve origem no direito romano, apenas o marido tinha o poder e podia fazer o que quisesse com sua esposa, enquanto que ela deveria ter obediência ao seu cônjuge.

Algumas mulheres pobres que não se casavam acabavam tornando-se empregadas domésticas e contentando-se com a benevolência dos patrões, uma vez que não havia direitos trabalhistas que lhes desse segurança. Quando não estavam mais aptas para o serviço e se não conseguissem juntar dinheiro durante a juventude chegavam à velhice doentes, sem condições financeiras para cuidar da saúde, como se fossem descartáveis, prontas a serem jogadas na rua.

Quando no decorrer da obra Juliana desenvolveu um aneurisma, a primeira reação dos seu patrão Jorge foi de jogá-la na sarjeta: "que te parece esta, hein? É necessário descartamo-nos da criatura. Não quero que me morra em casa." (Queiroz, 2011, p.321).

Juliana e Luísa foram duas oponentes desde o começo até o fim da obra. Duas personagens instigantes, com muitos aspectos a explorar.

Luísa, mesmo sendo uma mulher frívola, preocupada somente com aparências, que engana o marido e se mostra cruel em vários momentos, também pode ser percebida como uma mulher ingênua, que seduzida pelo primo e por um momento de carência, julga estar apaixonada e deixa-se levar pelo desejo e pela necessidade de resolver a história pendente entre eles.

Sobre a personagem Juliana, muito além de ser a vilã amarga e invejosa da obra, também pode ser notada como uma sofredora que luta pela sobrevivência. Justifica-se a utilização de meios ilícitos para lograr seus intentos, pois a vida não deu outras oportunidades para ela. Juliana lutava pela vida e se defendia em um mundo que ela era a escória, tratada como nada por seus patrões burgueses.

Portanto, conclui-se que as duas personagens, Luísa e Juliana, são duas mulheres comuns daquela sociedade no século XIX, que foram levadas por razões próprias a praticarem seus atos: a traição da primeira e chantagem da segunda. Ambas agiram de maneira legítima, conforme os caminhos que

tomaram as suas vidas, pois seus atos eram os que convinham nas situações em que ellas se encontravam, mesmo sendo antagonistas. Na luta por seus ideais e defendendo suas posições, as duas personagens lançaram mão de diversos estratagemas, a fim de alcançarem seus objetivos.

Não há culpada ou inocente, há somente duas mulheres cujas vidas se encontram em posição de combate. Assim é na vida real, tudo depende da perspectiva de quem lança o olhar sobre determinada situação.

A grande beleza nesta obra de Eça de Queiroz consiste exatamente na essência humana e realista das personagens e nos inúmeros motivos que levaram-nas à prática de suas ações. O romance "O primo Basílio" é uma obra rica nestes aspectos.

Referências Bibliográficas:

JUNIOR, Benjamin Abdala. Eça de Queirós, entre a observação, a experiência e a imaginação: repertorio realista em trânsito. Revista Semear. Rio de Janeiro: Cátedra Padre Antônio Vieira de estudos portugueses. Vol 6. 2002. Disponível em: http://www.letras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/6Sem_04.html Acessado em 26 de setembro de 2018.

OLIVEIRA, Clenir Bellezi. A Arte Literária Portugal – Brasil. São Paulo: Moderna, 1999.

QUEIROZ, Eça de. O primo Basílio. São Paulo: Martin Claret, 2012.

QUEIROZ, José Maria Eça de. O primo Basílio. Porto Alegre: L&PM, 2011.

ROSA, Maria da Glória Sá; NOGUEIRA, Albana Xavier. Cultura, Literatura e Língua Nacional. São Paulo: Brasil S/A, 1976.

SARAIVA, José Antônio. As ideias de Eça de Queirós. Lisboa: Gradiva, 2000.

SILVA, Antônio Siqueira; BERTOLIN, Rafael. Curso completo de português. São Paulo: Oficinas do IBEP, 1999.

De John Wayne a Sylvester Stallone, os atores hollywwodianos a serviço da ideologia estadunidense

Maicon Alexandre Timm de Oliveira.[1]

Introdução.

Essa arte cinematográfica que surgiu na final do século XIX passou por modificações importantes: de mudo a falado, de preto e branco ao colorido; mas saindo desse aspecto mais técnico, ao cinema também seria incorporada uma nova função. Além de sempre ser visto como um meio para divertir as massas, teve uma incorporação inevitável o da política, pois:

> As ideologias cinematográficas nascem com a própria origem do cinema. Uma vez que o cinema se desenvolve tecnologicamente, emergem do seu interior diversas teses tecnicistas, metódicas e formalistas, que são produzidas pelos agentes envolvidos no processo da produção cinematográfica. (VIANA, 2009, p. 6)

As incorporações cinematográficas proporcionaram o surgimento de novas narrativas, mas principalmente incorporar novas funções, por isso "[o] filme reproduz valores e ideologemas que atingirão de forma direta ou indireta o público que o assiste" (VIANA, 2009, p. 7). Tento em vista essa nova caraterística por parte dos filmes "os dirigentes de uma sociedade compreenderam a função que o cinema poderia desempenhar, tentaram apropriar-se dele e pô-lo a seu serviço" (FERRO, 1992, p. 13). O cinema que ganhava ares de politizado ainda dava pequenos passos durante a Primeira Guerra Mundial, já que as técnicas cinematográficas ainda eram limitadas: A grande mudança viria com a Revolução Soviética e a Escola da Montagem desenvolvida pelos soviéticos.

> Para a escola russa: Não surgiu uma linguagem autenticamente nova até que os cineastas começassem a cortar o filme em cenas, até o nascimento da montagem, da edição. Foi aí, na relação invisível de uma cena com a outra, que o cinema realmente gerou uma nova linguagem. No ardor de sua implementação, essa técnica aparentemente simples criou um vocabulário e uma gramatica de incrível variedade. Nenhuma outra mídia ostenta um processo como

[1] Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail. maicontimm16@hotmail.com

> esse. (CARRIÈRE, 2006, p. 16)

Os soviéticos dessa forma então estariam produzindo as dando origem às narrativas ideológicas dotadas de uma espécie construção de um ambiente favorável, visto que os filmes por eles desenvolvidos visavam dar legitimidade ao novo governo que se instalara no país, bem como criar uma coesão entre os espectadores. Após os experimentos soviéticos essa prática ganharia destaque nos cinemas nacionais.

> Ora, o cinema, apesar de todas as renovações, os apertos, as crises nunca mudou no fato de se dirigir à multidão. Ele continua se estruturando em torno da partilha instaurada nos anos de 1920 entre cinema de ensaio ou cinema de autor e cinema de massa, industrial e de diversão – mas sempre com a ambição de juntar os dois, já que não pode reconciliá-los. (AUMONT, 2008, p. 94)

Aqueles espectadores que ali estavam agora se tornavam o alvo de um processo maior, ou seja, lhes influenciar ideologicamente, essa característica ganha destaque conforme Pereira, pois:

> A propaganda política, entendida como fenômeno da sociedade e da cultura de massas, consolidou-se nas décadas de 1920-1940, com o avanço tecnológico dos meios de comunicação. Valendo-se de ideias e conceitos, a propaganda os transforma em imagens, símbolos, mitos e utopias que são transmitidos pela mídia. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na conquista de adesões políticas. (PEREIRA, 2003, p. 102)

Como visto anteriormente a década de 1920 propiciou o aprimoramento da utilização do cinema com o viés ideológico, desse momento em diante - até a contemporaneidade as relações cinema e ideologia não seriam as mesmas, visto as relações de Hollywood com a Guerra ao Terror -, fator que pode ser observado nos anos pré-Segunda Guerra Mundial. Segundo Nóvoa, “o “nazi-fascismo” e o “stalinismo” seriam exemplos de fenômenos históricos que utilizaram exaustivamente o cinema como instrumento difusor de sua visão de mundo” (NÓVOA, 2008, p. 33). Os Estados sejam eles totalitários ou não perceberam o impacto que essa nova

arte poderia ter sobre seus cidadãos e passaram a infiltrar suas ideias nela.

> Russos e Alemães controlaram o cinema de forma rígida, criando uma estrutura de controle sobre esse meio, já os Americanos não seriam tão direto na relação cinema nacional e politicas governamentais, a preocupação maior era de orientar a instrumentalização política do cinema de forma que a mensagem propagandística não fosse apresentada de forma tão direta, explícita e agressiva, como ocorreu com o cinema de propaganda nazista, fascista e stalinista, já que numa democracia moderna, de tipo ideal, os meios de comunicação mantêm-se plurais, a fim de escapar a uma tutela política única, e o direito de liberdade de expressão é garantido. (PEREIRA, 2011, p. 4)

Os Estados Unidos também se utilizariam do cinema como arma ideológica, o próprio presidente americano na época, já demonstrava esse interesse, para isso Roosevelt se utilizou da sua melhor e mais potente arma: “[u]ma vez declarada guerra, Roosevelt deu instruções preciosas no sentido de desenvolver um cinema que glorificasse o justo direito e os valores americanos” (FERRO, 1992 p. 32). Os estadunidenses utilizam as narrativas cinematográficas não apenas durante a Segunda Guerra Mundial, os estúdios hollywoodianos seguiram esta proposição mesmo após o fim desse conflito, e retoma esta prática de tempos em tempos, se levarmos em conta os exemplos da Guerra Fria e mais recentemente a Guerra ao Terror.

Os filmes hollywoodianos retratam os estadunidenses como o líder da hegemonia mundial, e como o grande responsável em levar a liberdade as nações aliadas, como fica claro nas palavras de Franklin Delano Roosevelt: “Nosso cinema conquistou o primeiro lugar no mundo. Ele reflete nossa civilização para o estrangeiro. As ideias, as aspirações e os ideais de um povo livre e da própria liberdade” (PEREIRA, 2011, p. 1).

Para objetivar toda essa proposição esses filmes deveriam estar baseados em alguns pontos, assim alçariam seus objetivos:

> Primeiro a ênfase na amizade onde amigos lutam contra um mal em comum. Segundo a musicalidade fator crucial para o cinema de propaganda, pois ela é capaz de passar uma segurança e tranquilidade frente a um cenário de caos. Terceiro a dedicação do herói-nação, a exaltação de pessoas ou país que surgiram para

> liderar contra qualquer que seja o problema. Quarto a eterna luta entre o bem e o mal. Quinto a aproximação do personagem com o telespectador esta também desempenha papel importante, pois é quem transfere os valores sociais da nação no caso da Segunda Guerra Mundial era a manutenção da família e reforçar o laço na mesma, uma dedicação suprema para o esforço de guerra interna. (FERREIRA, 2007 p. 4-5)

Para Ferro, "[o] cinema é um instrumento que se impõe por si mesmo, é o melhor instrumento de propaganda" (FERRO, 1992, p. 27) e segue possuindo esse papel ainda na nossa sociedade.

Desde o início do século XX, "o termo ideologia, rapidamente, tornou-se uma arma numa batalha política travada no terreno da linguagem" (THOMPSON, 2009, p. 43). O cinema demonstraria de fato como ocorreu essa incorporação, principalmente por sua transformação nos anos de 1920, durante os quais, independente do regime político, as ideologias nacionais ou partidárias seriam difundidas nas narrativas cinematográficas, buscando diferentes resultados.

> Partimos do pressuposto que a linguagem cinematográfica não pode ser considerada inocente. Isso mostra que, independente das intenções dos produtores, o filme possui forte caráter pedagógico, formador de opiniões e divulgador de ideologias, servindo desde seus primórdios como arma de propaganda para diferentes governos e causas. (FURHAMMAR; ISAKSSON, 1976, p. 6)

Assim a "ideologia foi entendida como uma espécie de 'cimento social', e os meios de comunicação de massa foram vistos como mecanismo especialmente eficaz para espalhar o cimento" (THOMPSON, 2009, p. 11), ou seja, um meio fértil para convencer os cidadãos.

> Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação a realidade social, até um conjunto de crenças voltados para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. Ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que existisse. (ZIZEK, 2013, p. 9)

Os estadunidenses conseguiram desenvolver um cinema forte e

imponente, principalmente após a década de 1920. Toda essa estrutura foi posta a serviço do governo dos Estados Unidos em dois momentos importantes, primeiro deles durante a Segunda Guerra Mundial, onde combatera os nazistas e referendava a importância dos estadunidenses para a política mundial, outro momento que seria posta a prova seria durante a Guerra Fria, quando os filmes hollywoodianos deveriam agora voltar suas atenções contra os soviéticos.

Para referendar essa constante luta os estúdios se utilizavam de alguns atores de renome para dar mais impacto as narrativas. Durante a Segunda Guerra Mundial seria John Wayne e para a Guerra Fria sendo Sylvester Stallone, observemos os casos de cada um deles.

Os exemplos propriamente da atuação desses atores.

Primeiramente o caso de John Wayne, apesar de ter realizado inúmeros filmes, durante o período da Segunda Guerra Mundial, dois terão destaque nesse momento; O primeiro deles é *The Long Voyage Home*, dirigido por John Ford de 1940. A história do filme se passa em um navio estadunidense que passava pela região das índias ocidentais, após uma estadia na região deveria retornar até a cidade de Baltimore nos EUA, para ser recarregado e rumar para seu destino final, fato importante e a carga que estava sendo levada de volta, uma carga de dinamite.

O filme teria dois momentos importantes; O primeiro deles uma espécie de indagação para com a neutralidade dos Estados Unidos isso, pois os estadunidenses mesmo que a guerra já tenha iniciado ainda não apoiavam militarmente os aliados, isso fica mais claro quando observamos a seguinte frase: “Eu estava voltando quando um policial de casaco branco de botões dourados se, pois na minha frente e pediu meu passe ‘há uma guerra’, disse, ‘e vocês não são neutros’. E eu respondi nunca fui neutro em toda a minha vida” (FORD, 1940, 08’ 20” a 08’ 37”). A questão era saber ainda porque os

estadunidenses mantinham essa postura de neutralidade frente a um caos crescente causados pelos nazistas.

O segundo aspecto do filme esta no temor da invasão de nazistas em órgãos americanos, e a possível destruição – hipótese levantada pelo fato da carga do navio ser dinamite - das instituições democráticas, por isso da constante tentativa de descobrir se realmente existia um espião a bordo do navio e quem seria ele. Essa narrativa cinematográfica cumpria mais um papel de alerta do que propriamente de valorização ideológica para com os estadunidenses, caso que diferente do próximo filme a ser analisado.

Se a narrativa anterior de John Wayne não fora um exemplo forte de difusão ideológica, essa viria com a narrativa *Reunion in France*, de Jules Dassin de 1942. O filme trata da ocupação de Paris pelos nazistas e da atuação da resistência, sendo também a grande marca do filme a propaganda pró Estados Unidos.

O principal personagem a repassar essa ideologia seria Pat Talbot (John Wayne) – um aviador americano que luta pelo exército inglês, já que o filme se passa em 1940 antes da entrada das tropas militares dos Estados Unidos no campo de batalha. A escolha por Wayne surgiu pelo fato de sua grande popularidade, era o ator mais requisitado para atuar nos anos da guerra, assim ele foi visto como o garoto propaganda dos Estados Unidos; era a encarnação real do espírito americano.

Marca importante dessa narrativa são os ângulos, pois as personagens são enfocadas de forma muito parecida a dissonância surge justamente com Pat, pois esse e enfocado de forma diferente, com *close-ups*, processos de iluminação diferenciados, principalmente durante suas falas que carregam um sentido patriótico.

Toda essa postura pode ser notada logo que a personagem surge no filme, (39’ 43” a 44’ 01”), Pat surge na história, encontra com uma mulher

– Michele – na rua, a convence a seguir andando ao lado dele – Pat demonstrava estar cansado e com pequenos ferimentos - e avisa a ela que estão sendo seguidos pela Gestapo, a moça entra na encenação e prossegue com Pat, constante mente interrompem sua caminhada seja para observar se ainda estavam sendo seguidos, ou por causa da debilidade de Pat, em um desses momentos ele proferiria a frase que introduziria o cunho ideológico da narrativa.

> -Michele: Quem é você?
> -Pat: Você não deveria saber. Sou o Superman. Vou acabar com esses indivíduos. Acabarei com eles e vou dormir. (DASSIN, 1942, 41' 12" a 41' 22")

A fala ganha toda essa dramaticidade e carga ideológica, pois ele e enfocado por um *close-up*. Desse pequeno conjunto de letras sairia um dos principais simbolismos dos estadunidenses, o fato de serem vistos como defensores da ordem mundial, essa visão seria complementada quando ao final da sequência surgiria uma insígnia americana e ao fundo uma música empolgante que proporciona o retorno do sorriso ao rosto da protagonista, a muito tempo levado esquecimento. Evidenciando quem seriam os líderes dessa guerra.

Outra sequência importante ocorre com Pat, Michele e um oficial nazista (DASSIN, 1942, 58' 17" a 1H 3' 00"). Observemos a mesma.

> Oficial Alemão: O que vocês pensam que são? Você não entende? São um povo conquistado. E o seu primeiro dever é fazer o que eu mando.
> -Pat: Calma lá, bobo.
> -Oficial Alemão: do que me chamou?
> -Pat: Bobo.
> -Michele: Ele é americano. Um estudante. Eles falam muito estranho.
> -Oficial Alemão: Americano (tão sarcástico e lhe da uma cusparada)
> -Pat: (reage com um soco). (DASSIN, 1942, 1H 01' 13" a 1H 01' 36".).

Todo esse conjunto de frases e a encadeação das imagens revela uma configuração importante não teria o estadunidense medo do perigo, e

sempre se levantariam contra a opressão – como Pat fizera na sequência -, isso só reforça tudo a que a narrativa vinha tentando construir, ou seja, a imagem dos Estados Unidos como algo a ser contemplada e exaltada, e que a presença dessa nação no conflito poderia levar a uma modificação do atual cenário de vitórias alemãs, o próprio soco dado por Pat já seria a primeira indicação que o nazismo estava conhecendo quem lhe venceria.

Como visto nos dois exemplos os filmes de John Wayne seguiram as indicações da época que seriam produzir filmes que exaltassem a imagem dos americanos, e a própria imagem de Wayne também contribuía para esse fator já que era um dos principais atores do período. Entretanto essa característica de utilizar atores conhecidos em Hollywood não se mostrou restrita apenas a Segunda Guerra Mundial, seria novamente posto em prática na Guerra Fria, agora com o ator Sylvester Stallone.

Dentre suas narrativa as de maior destaque seriam as em que estaria em cena as personagens Rambo 2 (*Rambo: First Blood Part II*, 1985) que lutara na selva vietnamita, no deserto afegão com Rambo 3 (*Rambo III,* 1988) ou nos ringues com Rocky 4 (*Rocky IV,* 1985), Stallone encarnava o espírito estadunidense de sempre vencer os 'malvados inimigos' independentemente de onde fosse.

Rambo: First Blood Part II, trás novamente o personagem Rambo, um soldado devidamente preparado, chegando a quase ser um "supersoldado", teria ele que retornar ao Vietnã, onde já lutara no período de guerra. Mas distanciando do que o fizera de lutar contra os vietnamitas, sua missão agora seria outra, atuaria em uma missão inicial de localizar prisioneiros americanos e depois resgatar os mesmos – indo contra ordens de seus oficiais.

Se os nativos não seriam os vilões quem o seria? Os Soviéticos por suposto, já que rivalizavam diretamente com os Estados Unidos pela

hegemonia política e econômica. A narrativa trás a tona uma forte influência soviética sobre os vietnamitas.

A narrativa teria então por destaque dois processos: 1, o já referendado impacto da influência dos soviéticos sobre os nativos; 2. A proposição da narrativa se passar no Vietnã tenta de alguma forma diminuir o impacto negativo da Guerra do Vietnã, em muito causado pelos próprios estadunidenses. Esse segundo aspecto toma forma quando Rambo se apaixona por uma mulher local, que após alguns eventos seria morta com um tiro pelas costas, causando grande fúria a Rambo.

Além disso, pode-se observar outro fato a colaboração entre as partes, os nativos ajudam a personagem estadunidense no combate aos soviéticos. Outro fator do filme e reforçar a imagem negativa da União Soviética perante os espectadores com a utilização de tortura e violência desproporcional contra os soldados americanos.

Além desses dois aspectos o filme teria um terceiro, que seria expresso no final da narrativa o fato dos soldados serem observados como reles instrumentos para alcançar objetivos muitas vezes irrisórios, essa parte fica notável quando Rambo descumpre as ordens de seus superiores de deixar os prisioneiros para trás, alegando que os soldados apenas querem ser amados pelo seu país, até mesmo se tenham realizados atrocidades durante as guerras, que em muitos casos eram obrigados a realizar em nome de uma causa. Rambo II cria assim uma tentativa de diminuir os impactos da Guerra do Vietnã, e os problemas que ela causou, sem deixar de impor certa culpa aos soviéticos.

Alguns anos apos a segunda narrativa de Rambo, surgiria outro filme da franquia com: *Rambo III*, uma narrativa que trabalharia com a resistência afegã contra os malvados soviéticos, que oprimiam as pessoas ao se utilizarem de modernos aparatos militares como tanques e helicópteros

para enfrentar os afegãos rebeldes, os quais lutavam apenas com cavalos e armas de calibre pequeno.

John Rambo afastado dos conflitos teria que voltar a guerra para salvar seu comandante, entretanto o retorno do mesmo a guerra seria visto como o espírito do povo americano que se revolta contra injustiças e tiranos, principalmente quando em suas ações ocorrem danos direto aos americanos. Isso fica claro quando Rambo passa um tempo com o povo afegão e se revolta com as injustiças a eles impostas.

Essa postura fica evidente quando do ataque dos soviéticos aos rebeldes e a crueldade que realizam impondo um número grande de mortos, Rambo então além de seu amigo, teria a tarefa de salvar aquelas pessoas, levando até elas o espírito de liberdade do povo americano. Toda a constituição dessa visão surge quando a personagem americana em um grande ato de coragem aposta sua vida em um ataque final contra as forças soviéticas, representada pelo tanque dirigido por Rambo e o helicóptero do comandante soviético, na tentativa de libertar a todos esses bravos homens seriam capazes de se sacrificar.

As narrativas cinematográficas demonstram o quando o cinema pode ser utilizado com um viés ideológico para se atingir uma causa. Mas o destaque a Stallone não ficaria restrito a esses dois filmes, ele retornaria para lutar contra os soviéticos com outro de suas personagens reconhecida tratasse de Rocky.

Uma marca notória do período da Guerra Fria seria os conflitos secundários que ocorreram ao longo do globo, com as participações de americanos e soviéticos, se tecnicamente nunca existiu uma luta direta entre eles, isso só foi proporcionado pelo cinema, mas não em um conflito bélico e sim em um ringue. Um ringue? Sim, *Rocky IV* produz aquilo que não ocorrera, um embate direto entre as duas superpotências.

O filme conta a história de Rocky Balboa que busca revanche contra o terrível monstro soviético Ivan Drago, que em uma luta de exibição – de forma fria mata Apollo Creed, amigo de Rocky – buscando vingança, Rocky aceita o desafio de lutar contra Drago na União Soviética. A narrativa cinematográfica teria por destaque ressaltar o poderia americano de aceitar lutar em solo inimigo, bem como ressaltar que aquela luta dos americanos era a mais justa e correta a que estavam envolvidos, sem contar o fato da narrativa, opor os dois blocos dominantes de Capitalismo contra Socialismo.

A sequência mais emblemática a cerca das observações acima (STALLONE, 1985, 55' 17" a 1H 04' 09"), fica dirigida ao treinamento dos dois lutadores: Drago é submetido a uma série de aparelhos tecnológicos e tratamentos com medicamentos, demonstrando as incoerências desse regime, em oposição Rocky treinaria de uma forma mais humanística tentando alcançar a excelência através de seus próprios esforços e sacrifícios, um dos princípios americanos. *Rocky IV* e uma narrativa mais branda se comparado aos outros filmes de Stallone sobre a União Soviética, já que não existe toda uma imagem negativa com mortes e guerras, todavia isso não significava que apesar do respeito a este inimigo não deveria ser eliminado.

E de fato o seria ao final do filme, período que se introduz o aspecto ideológico do filme observemos: Tudo estava preparado para a grande luta, Ivan Drago enfrentaria Rocky o boxeador estadunidense em Moscou, o lutador americano e duramente vaiado enquanto adentra ao ringue, com o início da luta Rocky possui dificuldade, visto a força de seu adversário é atingido várias vezes durante a luta, tudo parecia estar perdido quando todo seu espírito começa a reverter as desvantagens e as injustiças – não apenas dessa luta, mas da luta de Apollo também -, dessa forma começa a reagir e consegue derrubar o monstro soviético; com isso seriam os estadunidenses – interpretados por Rocky - os vencedores em definitivo desse conflito entre as

duas superpotências, esse reconhecimento viria pelo aplauso dos líderes da União Soviética ao lutador americano. Dessa forma a narrativa visa exaltar o papel dos Estados Unidos como a nação detentora da hegemonia global.

Considerações finais.

O cinema desde seu surgimento, não ficou restrito apenas a apresentar uma narrativa aos espectadores, a ele foram dados novos objetivos, entre estes os ideológicos, pautados nos fatos analisados os períodos de guerra surgem como momentos onde essa prática se torna mais preponderante.

Os Estados Unidos detentor de uma das principais indústrias cinematográficas explorou as colinas de Hollywood de forma notória, como uma arma ideológica durante a Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria, seja para desmerecer seus inimigos, mas principalmente para exaltar o seu próprio sistema, somados a isso teve o apoio de atores importantes para realizar tais tarefas, como fora o caso de John Wayne e Sylvester Stallone, que em momentos de dificuldades assumiram o papel principal – não só no cinema, como no contexto de idolatria a que eram submetidos – de exaltar os princípios estadunidenses.

Fator que destacasse se observamos as narrativas analisadas e todo o simbolismo que as personagens carregavam consigo, esses dois atores e suas personagens cumpririam um papel ideológico essencial de reforço da hegemonia dos Estados Unidos como nação fundamental para manter os princípios de liberdade e justiça a todos os outros povos, conforme as personagens das narrativas cinematográficas demonstraram.

Referências Bibliográficas

AUMONT, Jacques. **Moderno? Porque o cinema se tornou a mais singular das artes.** Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. Campinas: Papirus, 2008.

CARRIÈRE, Jean-Claude. **A linguagem secreta do cinema.** Tradução de Fernando Albagli e Benjamin Albagli. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

FERREIRA, A. Maccari. **A produção Disney em época de Segunda Guerra Mundial: cinema, história e propaganda**.**ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – São Leopoldo, pg. 1 - 9. 2007

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Tradução de Flavia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURHAMMAR, Leif e ISAKSSON, Folke. **Cinema e Política**. Tradução de Júlio Cezar Montenegro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

NÓVOA, Jorge. Apologia da relação Cinema-História. In: NÓVOA, Jorge; BARROS, José D´Assunção. **Cinema-História: teoria e representações sócias no cinema.** Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. p. 55 – 106.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. Cinema e política na era Roosevelt: O “American Dream” nos filmes de Frank Capra (1933 - 1945).**Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011. p. 1-17. 2011.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **Cinema e propaganda politica no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo.** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, Editora UFPR, p. 101-131 2003.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** Tradução de Grupo de estudos sobre ideologia, comunicação e representações sociais da pós-graduação do instituto de psicologia da PUCRS. Petrópolis: Vozes, 2011.

VIANA, Nildo. **A concepção materialista da história do cinema**. 1° ed. Porto Alegre: Asterisco, 2009.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

A linguagem e história no contexto das práticas socioculturais e desenvolvimento social na obra de Chico Buarque

Vânia Maria Abreu de Oliveira[1]

Introdução

Este texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa-ação realizada em uma escola de Educação Básica da rede pública de Cruz Alta – RS, no segundo semestre de 2016. As atividades consistiram na análise e interpretação da obra musical de Chico Buarque de Hollanda que, com sua crítica social, sua história e seu envolvimento na sociedade brasileira, contribuiu para a promoção de manifestações críticas e criativas em busca da democratização.

A obra musical de Chico Buarque de Hollanda caracteriza-se pela ilustração política e social, descrevendo em pormenores o cotidiano dos sujeitos e seus envolvimentos nos engendramentos das estruturas que se estabeleceram em períodos históricos, mais especificamente na história recente do período militar, entre 1964 e 1985, e os desdobramentos socioculturais na redemocratização do país.

Na fase da redemocratização, Chico Buarque tornou-se cronista da vida brasileira: cantou os menores abandonados, as prostitutas, os amantes, o tempo, as cidades e as crianças. O viés social caracteriza a literatura poética das músicas de Chico Buarque enquanto uma permanente revisão social e histórica sobre as realidades já ilustradas nos diversos momentos e comportamentos sociais.

Ao se conceber uma obra no seu contexto histórico, marcado pela repressão e luta pela democratização do país, esta revela novas possibilidades de compreensão e interpretação do momento social atual. Os acontecimentos sociais atuais requerem, ainda, constante debate, principalmente no que diz

[1] Universidade de Cruz Alta-Unicruz, Doutora em História. Contato: vfreitas@unicruz.edu.br

respeito às questões de gênero, preconceitos, distribuição de renda, diferenças sociais, entre outros, o que torna a obra atual e, portanto, relevante para reflexões em contextos educacionais.

A obra de Chico Buarque, por romper com as fronteiras da censura, revela-se como uma importante ferramenta didático-pedagógica de aprofundamento de estudos para as novas gerações, uma vez que possibilita a análise das estruturas sociais da atualidade, proporcionando um espírito crítico necessário para o exercício da cidadania.

Portanto, aprofundar uma análise sociológica dos diversos temas discorridos pelo autor associados ao cenário atual, configura-se numa significativa compreensão dos personagens representados na literatura musical de Chico Buarque de Hollanda.

Em outras palavras, o presente texto ilustra resultados de uma prática interdisciplinar desenvolvida em uma das maiores escolas públicas de Cruz Alta – RS, por meio do aprofundamento da produção histórico, social e educacional dos estudantes, professores e pesquisadores envolvidos com a pesquisa-ação.

O caráter interdisciplinar do trabalho realizado evidencia-se na articulação das letras das músicas com os mais variados componentes curriculares, o que envolveu professores de diferentes disciplinas. A pesquisa possibilitou uma pedagogia do entrelaçamento de contextos histórico e sociais, e suas relações com o cotidiano dos sujeitos participantes da pesquisa, bem como a associação de temáticas dos conteúdos. O contexto escolar, portanto, encarregou-se da promoção de diversas e diferentes possibilidades de identificar os sujeitos sociais e suas relações com os personagens envolvidos na obra do autor.

Metodologia utilizada

Convém ressaltar inicialmente que o estudo, por se tratar de atividades reflexivas com vistas a promover melhorias na qualidade do ensino público, assume a pesquisa-ação como metodologia alternativa. A pesquisa realizou-se por meio de atividades voltadas à reflexão permanente entre os personagens das letras de músicas de Chico Buarque e os indivíduos do cotidiano social, cultural e educacional de escola pública, com as devidas intervenções propostas por meio de organização de estudos previamente planejados pelo grupo.

Desta forma, a metodologia está voltada à preparação e desenvolvimento de atividades pedagógicas associadas a diversas áreas do conhecimento, através de trabalhos com análises sobre as temáticas sociais encontradas nas letras das composições de Chico de Buarque de Hollanda, com as características dessa formação pedagógica, ou seja, criticidade e emancipação propositiva em todas as decisões democraticamente (re)planejadas.

Nesta perspectiva, a pesquisa-ação é entendida como uma forma de identificação de algumas dificuldades enfrentadas pelo grupo social que se envolve na pesquisa, o que pode ser obtido por meio de experiências do cotidiano e reflexões surgidas a partir de situações e práticas do âmbito social e educacional.

A pesquisa-ação evidencia-se, portanto, como uma forma de condução da crítica reflexiva a partir da realização de ações concretas que visem a promoção de mudanças (Kemmis; Mctaggart, 1988). Nesse sentido, constitui-se como pesquisa-ação quando há interesse coletivo entre pesquisador e pesquisado.

Quanto ao caráter social, Thiollent (2011) define que a pesquisa-ação, embora tenha caráter participativo, não se reduz unicamente a participação, mas a intervenção do pesquisador de forma atuante, o que possibilita a resolução de situações-problema do coletivo.

A pesquisa-ação se constitui numa forma de "pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo" (Thiollent, 2011, p. 14).

Alinhando-se a esta ideia de pesquisa-ação, a presente investigação buscou envolver o grupo de pesquisadores com o contexto musical de Chico Buarque de Hollanda e sua receptividade e desdobramentos na educação básica. As etapas da pesquisa consistiram na organização, na realização e na reavaliação do processo e seus resultados, levando-se em consideração diversas possibilidades de interpretação e compreensão sobre o contexto das práticas socioculturais presentes nas composições do autor e suas relações com o cotidiano da realidade social brasileira.

Para esse exercício de interpretação e compreensão da obra de Chico Buarque, a linguagem constituiu-se como uma prática social, por envolver diferentes pontos de vista sobre questões sociais contemporâneas e a crítica social presente na obra do autor, que aborda o período da ditadura militar no Brasil e, posteriormente, o processo de democratização. A metodologia da pesquisa-ação concretizou-se com o desenvolvimento de atividades voltadas à reflexão entre a obra em suas diversas e diferentes abordagens e os indivíduos do cotidiano social.

A interpretação e compreensão fez parte do processo de identificar o literário e o social, ou seja, a identificação das peculiaridades entre a obra e o indivíduo social, o que qualificou a pesquisa em termos de criticidade, de proposição e de intervenção no meio social a partir de suas reflexões decorrentes das análises dos estudos propostos. Os pesquisadores desenvolveram atividades que permitiram a interpretação do objeto musical-literário e sua relação com o contexto social atual.

Devido à abrangência que obteve o trabalho, o qual aproximou as diferentes áreas do conhecimento, em especial as áreas de Linguagens e de Ciências Humanas, a organização foi articulada a partir da proposta da produção histórico-literária, onde o aluno inicialmente teve o conhecimento das obras do autor em consonância com os conteúdos programáticos estabelecidos pelo projeto pedagógico da escola e por meio da orientação dos professores das respectivas áreas do conhecimento.

Dessa forma, os pesquisadores dos diferentes componentes curriculares estabeleceram um plano de trabalho que possibilitou a realização de estudos abrangentes, articulando história, filosofia, sociologia e linguagens. Essa articulação permitiu a conexão entre a arte e a vida, por meio da literatura musical de Chico Buarque de Hollanda.

Além dos autores deste texto, envolveram-se na pesquisa um grupo de cinco professores das respectivas áreas e quarenta e quatro alunos de duas turmas concluintes do Ensino Médio. Desta forma, os pesquisadores atuaram conjuntamente, conforme sugere a metodologia da pesquisa-ação, compreendendo o espaço escolar como um contexto apropriado à busca de soluções de problemas sociais, resultantes, muitas vezes, da falta de criticidade e de um trabalho cooperativo.

Pesquisa-ação: concepções e aplicabilidade

Com o propósito de ilustrar o trabalho realizado apresentamos, a seguir, atividades desenvolvidas com alunos e professores concluintes do Ensino Médio da Escola Pública. No dia 10 de outubro de 2016, a professora de Literatura Brasileira apresentou um vídeo sobre a vida e a obra de Chico Buarque de Hollanda, objetivando situar a obra do compositor no tempo e no espaço.

O grupo, ao analisar a vida de Chico Buarque de Hollanda, destacou, já naquele momento, de um contexto sociocultural bem determinado, marcado

pela repressão e imposições que impediam as manifestações dos diferentes segmentos da sociedade. Além disso, o grupo destacou que muitas das composições estão profundamente relacionadas ao contexto social atual, tendo em vista que abordam questões de preconceito, de prostituição, problemas políticos e sociais, regimes totalitários, etc.

Antes de qualquer análise das letras das músicas e seus sentidos e significados no contexto de sua composição e nos dias hodiernos, um dos pesquisadores, que compõe o quadro docente da escola e com formação musical, interpretou algumas canções, com o auxílio de um violão. Se a letra, por si mesma, ressalta o teor de resistência e de sofrimento, a interpretação da canção pelo pesquisador tornou ainda mais evidente as dificuldades do contexto sociopolítico brasileiro que deu origem à música.

A fim de ampliar o debate, o grupo acompanhou uma entrevista com Gilberto Gil, na qual o cantor e compositor conversa sobre sua parceria com Chico Buarque. Após acompanhar a entrevista de Gilberto Gil sobre o contexto vital das composições, estudantes e pesquisadores envolvidos realizaram, em voz alta, a leitura atenta de algumas letras de músicas. Em seguida, os envolvidos com a pesquisa-ação foram convidados a escrever, num painel disponibilizado pelos pesquisadores, uma palavra ou frase ou, ainda, representar em desenho alguns dos sentimentos oriundos da interpretação das canções e da entrevista com Gilberto Gil. Dentre os sentimentos gerados pelas letras das canções, cabe destacar: dor, sofrimento, liberdade, retrocesso, tormento, ambição, falta de compaixão, ditatura desumana, ambiguidade, revolta, desenhos de um cálice e de uma boca censurada.

Após, os participantes da pesquisa foram convidados a comentar as suas palavras ou representações em desenho, relacionando-as ao contexto sociopolítico das composições e suas possíveis interpretações atuais,

considerando que o sentido da arte não se esgota, ou como afirma Ricoeur, "o símbolo dá a pensar", isto é,

> [...] o símbolo dá; eu não ponho o sentido, é ele que dá o sentido, mas aquilo que ele dá, é "que pensar", de que pensar. A partir da doação, a posição. A sentença sugere, portanto, ao mesmo tempo, que tudo está já dito em enigma e, contudo, que é sempre preciso tudo começar e recomeçar na dimensão do pensar. É esta articulação do pensamento dado a ele próprio no reino dos símbolos e do pensamento ponente e pensante, que eu queria surpreender e compreender (Ricoeur, 1988, p.283).

Assumindo a perspectiva de Ricoeur, os professores de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira refletiram sobre algumas frases, enquanto verbo e também substantivo. Na condição de verbo, sugerindo possibilidades de análises sociopolíticas, o que abre espaço de manifestação num contexto marcado pela suspenção da livre expressividade humana, pela mordaça que silencia.

Daí a importância da obra artística como objeto de espaço reflexivo num contexto histórico, social e político em que a livre manifestação não era possível. Pode-se afirmar, neste sentido, que a metáfora sobrevive à repressão ou, ainda, que o pensamento crítico e autônomo encontra nos recursos linguísticos a manifestação de novas possibilidades de ser e de ver.

Em outras palavras, trabalhando com conceitos contra os próprios conceitos é possível fazer o "verbo pegar delírio" (Barros, 2015, s/p). Justamente no dançar e no delirar constelativo do verbo, vez por outra, poderá saltar faíscas de esperança em contextos sociopolíticos de pensamento massificador. Por isso, cabe lembrar parte do discurso de Žižek aos manifestantes do movimento *Occupy Wall Street*.

> Em uma velha piada da antiga República Democrática Alemã, um trabalhador alemão consegue um emprego na Sibéria; sabendo que todas as suas correspondências serão lidas pelos censores, ele diz para os amigos: "Vamos combinar um código: se vocês receberem uma carta minha escrita com tinta azul, ela é verdadeira; se a tinta for vermelha, é falsa". Depois de um mês, os amigos receberam a primeira carta, escrita

> em azul: "Tudo é uma maravilha por aqui: os estoques estão cheios, a comida é abundante, os apartamentos são amplos e aquecidos, os cinemas exibem filmes ocidentais, há mulheres lindas prontas para um romance – a única coisa que não temos é *tinta vermelha*" (Žižek, 2015, s/p).

A metáfora, portanto, não se constitui, apenas, numa figura de linguagem, mas se traduz em expressão política pela abertura semântica que lhe é inerente, abrindo espaço para dois ou mais sentidos interpretativos. Por sua ambivalência de sentido, a metáfora remete a um mundo possível que, no caso específico da música, representou dizer, de forma poética e rica de significados, realidades humanas carentes de sentido e de liberdade que, pela linguagem direta, seria impossível.

Os pesquisadores, ainda em suas interpretações, enfatizaram, o seu tom de resistência e denúncia. Mesmo que o peito seja silenciado pela dor quase insuportável, restam a consciência de que uma outra realidade é possível e os bêbados das cidades, representantes dos "loucos", dos marginalizados, dos estropiados, dos desajustados, que, ao seu modo, apresentam uma sociedade alternativa.

Por fim, a análise das canções de um modo geral revelou alguns elementos de esperança em meio à opressão do sistema e a toda negatividade presente na maior parte das canções, uma vez que o mundo é maior do que a consciência ou a compreensão que se pode ter dele. "Talvez o mundo não seja pequeno, nem seja a vida um fato consumado", isto é, a vida não está dada, mas está por se fazer, de modo que o "próprio pecado" pode ser inventado e é possível de morrer do "próprio veneno", sem ter que se submeter às regras pré-estabelecidas. A esperança se mantém viva no sonho de andar livremente pela pátria, cheirando "fumaça de óleo diesel". Para isso, é preciso perder de uma vez por todas a "cabeça" e o "juízo" dos outros, a fim de se colocar no mundo e na

sociedade com o mais próprio do humano que é a capacidade de pensar ou julgar a partir de si mesmo (Arendt, 2014).

Considerações Finais

A pesquisa-ação que ora ilustramos alguns dos resultados obtidos, envolveu conteúdos programáticos dos diferentes componentes curriculares de uma escola da rede pública de Educação Básica de Cruz Alta com a obra de Chico Buarque de Hollanda. Dentre as atividades desenvolvidas, trouxemos, neste momento, a análise da música "Cálice", considerando, sobretudo, o espaço escolar como lugar privilegiado para as ações de conscientização e, por consequência, de formação cidadã e de protagonismo dos sujeitos sociais, os quais poderão atuar criticamente no contexto social de que fazem parte.

Cabe salientar que a pesquisa-ação enquanto uma metodologia que oportuniza um espaço de discussões, reflexões e, acima de tudo, busca promover melhorias em contextos e grupos que evidenciam a necessidade de intervenção, a atividade realizada aproximou pesquisadores do contexto universitário com estudantes e professores da escola pública, ambiente ainda carente de ações capazes de promover essas mudanças. A contribuição positiva da pesquisa-ação emergiu de várias manifestações de professores e alunos envolvidos, os quais registraram, inclusive, interesse em dar continuidade às atividades.

De igual modo, os pesquisadores entendem que uma educação transformadora contempla uma estreita relação entre os mais diversos níveis de escolaridade, enquanto responsabilidade e construção conjunta do mundo comum. Nesse sentido, obras musicais como as de Chico Buarque de Hollanda apresentam-se, pelo caráter crítico e reflexivo, com um potencial de análise da sociedade e suas formas de organização, o que requer dos sujeitos habilidades analíticas próprias do cidadão conscientemente preparado para o exercício da cidadania.

A pesquisa-ação, portanto, revelou-se como um momento singular para repensar a realidade sociocultural em que nos encontramos inseridos, com atenção especial aos condicionantes políticos e sociais que envolvem a vida em sociedade, utilizando parte da obra musical de Chico Buarque de Hollanda como fonte inspiradora. Os resultados obtidos com a pesquisa-ação apresentam indicativos de uma educação transformadora, fomentando propostas pedagógicas interdisciplinares necessárias às ambiências escolares, sobretudo, das escolas públicas.

Desse modo, a pesquisa-ação realizada a partir da obra musical de Chico Buarque revelou a importância das obras artístico-culturais para a renovação das esperanças humanas, bem como para repensar práticas socioculturais a partir dos mais diversos sujeitos da sociedade, numa perspectiva crítica e de resistência em relação às mais diversas formas de opressão e repressão. A ressignificação das práticas socioculturais passa, portanto, pela linguagem, enquanto constituidora do humano e do mundo comum. Por fim, a pesquisa-ação ampliou, a todos os sujeitos envolvidos, a capacidade de articulação linguística da realidade sociopolítica atual por meio da arte, mais especificamente a partir da arte musical.

Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*: o pensar, o querer, o julgar. Trad. Cesar Augusto R. de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

BARROS, Manoel de. *Uma didática da invenção*. Disponível em: <http://www.revistabula.com/2680-os-10-melhores-poemas-de-manoel-de-barros/>. Acesso em: 30 de jan. de 2018.

BUARQUE, Chico; GIL, Gilberto. *Cálice*. Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br/construcao/mestre.asp?pg=calice_73.htm>. Acesso em: 14 de maio 2018.

GIL, Gilberto. *Gilberto Gil explica a música "Cálice"*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8CnSiaP-jL4>. Acesso em: 16 maio 2018.

KENNIS, Steffen; McTAGGART, Robin. *The action research planner*. Gelong: Deakin University Press, 1988.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações.* Trad. M. F. Sá Correia. Porto: Rés, 1988.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. *A tinta vermelha*: discurso de Slavoj Žižek aos manifestantes do movimento Occupy Wall Street. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>. Acesso em: 15 de fev. de 2018.

Na Fronteira Entre a Memória e o Esquecimento: os embates pela desapropriação do antigo centro clandestino Dopinha em Porto Alegre

Nadine Mello Pereira[1]

"Imaginam alguns, que o esquecimento é como um depósito vazio, uma colheita do nada, entretanto, o esquecimento está cheio de memória"
(Mario Benedetti, poeta e escritor uruguaio)

Introdução

À primeira vista o casarão localizado na rua Santo Antônio, número 600 no Bom Fim, bairro residencial de classe média próximo a região central de Porto Alegre, pouca atenção desperta. Talvez sua maior singularidade aparente esteja no fato de ser a única casa em um quarteirão ocupado somente por prédios, todavia, um olhar mais atento poderia rapidamente localizar a placa fixada frente ao casarão: "Primeiro centro clandestino de detenção do Cone Sul. No número 600 da rua Santo Antônio, funcionou estrutura paramilitar para sequestro, interrogatório, tortura e extermínio de pessoas ordenados pelo regime militar de 1964. O major Luiz Carlos Menna Barreto, comandou o terror praticado por 28 militares, policiais, agentes do Dops e civis, até que apareceu no Guaíba o corpo com as mãos amarradas de Manoel Raimundo Soares, que suportou 152 dias de tortura, inclusive no casarão. Em 1966, com paredes manchadas de sangue, o Dopinho foi desativado e os crimes ali cometidos ficaram impunes."[2]

[1] Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: nadine_mello@hotmail.com

[2] A placa fixada na calçada em frente ao casarão integra o Projeto Marcas da Memória, um convênio entre o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O projeto prevê o mapeamento e identificação de locais que deram suporte para a repressão durante a ditadura civil-militar. Ao todo, entre os anos de 2013 e 2016, nove placas foram fixadas em locais espalhados pela cidade de Porto Alegre. Em 18 de agosto de 2015, a quarta placa do projeto foi instalada no Dopinha.

De fato, sabe-se que entre 1964 até aproximadamente 1966, o casarão da rua Santo Antônio serviu como centro clandestino de repressão utilizado pela ditadura civil-militar de segurança nacional brasileira. Colocar em prática alguns dos pilares do aparelho repressivo eram os objetivos por detrás da criação e manutenção dessa estrutura paralela montada clandestinamente.

Apontado como o primeiro centro clandestino a obter funcionamento sistemático no Brasil[3], dado que lhe atribui um infeliz pioneirismo, o Dopinha (nome pelo qual o centro ficou popularmente conhecido) teve sua origem ligada paralelamente ao DOPS/RS – Departamento de Ordem Política e Social. Segundo Caroline Bauer:

> Apesar de seu surgimento estar ligado ao DOPS/RS, a Dopinha deste era desvinculada funcional e hierarquicamente. Tratava-se de um órgão paramilitar, integrado por membros das Forças Armadas e da polícia civil e responsável por investigações paralelas às realizadas pelo DOPS/RS – em alguns casos, realizadas conforme interesses particulares à seus membros. [4]

Sob comando do Major Luiz Menna Barreto, o Dopinha foi durante seus anos de funcionamento o destino de inúmeros presos, não somente gaúchos, como é o caso de Manoel Raimundo Soares. Manoel foi preso ilegalmente em março de 1966 e as circunstâncias de sua morte (no conhecido "caso das mãos amarradas"), bem como a grande repercussão gerada quando seu corpo foi encontrado em 24 de agosto de 1966, desencadearam uma série de fatores que levaram a público a existência do Dopinha e, por consequência, sua extinção. Entretanto, de acordo com Bauer, havia indícios de que, mesmo extinto, o órgão

[3] Essa proposição está presente no livro do jornalista José Mitchel, lançado em 2007 e intitulado "Segredos à Direita e à Esquerda na Ditadura Militar", onde o autor se refere ao Dopinha como "primeiro órgão secreto oficioso da repressão política do país, logo após o golpe militar de 1964' (p.20). Bem como também encontra-se presente no Tomo I do Relatório Final apresentado pela Comissão Nacional da Verdade no ano de 2014 que aponta o Dopinha como "primeiro centro clandestino de tortura da ditadura militar" (p. 812).

[4] BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982).* Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 82.

paralelo de extermínio continuava agindo.[5] Outra singularidade, e ponto importante para entender o caráter clandestino do casarão, encontra-se no fato de este espaço se tratar de um imóvel civil alugado à época pelas forças repressivas.

"A Memória se Faz Verbo..."

Atualmente, dentro do contexto brasileiro marcado por uma justiça de transição inconclusa e da retomada da construção da democracia, a luta pela identificação e publicização da estrutura física e dos atos ocorridos nas dependências desse antigo centro clandestino, e sua consequente patrimonialização, tem sido pautada por indivíduos e grupos que lutam por memória, verdade e justiça, especialmente pós início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

O Dopinha, assim como outros antigos espaços clandestinos[6], vem sendo reivindicado devido sua materialidade e seu potencial memorialístico, nesse sentido, inúmeros esforços tem sidos empreendidos de modo que a memória do período ditatorial não seja delegada ao esquecimento, elaborando ações, promovendo debates e exigindo dos governos a criação de políticas públicas voltadas para a preservação da memória e do legado material deixado pela ditadura, ou seja, potenciais suportes de memórias. No caso específico dos antigos centros clandestinos, se intenciona sobretudo romper com o silêncio ao qual os espaços foram delegados de maneira institucional, cobrando ações concretas por parte dos governos no sentido de que haja uma ressignificação destes espaços.

[5] Ibidem, p. 84.
[6] Como é o caso dos antigos centros conhecidos como Casa Azul, localizada em Marabá interior do estado do Pará, e Casa da Morte em Petrópolis no Rio de Janeiro.

Essas reivindicações partem, sobretudo, de indivíduos e grupos que podemos categorizar como *empreendedores da memória* (JELIN, 2002), ou seja, os "agentes sociales que (...) movilizan sus energias em función de uma causa"[7], visando o reconhecimento de sua visão sob determinada versão ou narrativa do passado, tornando-as públicas e legítimas.

No contexto das reivindicações pelo Dopinha, diversos tem sido os empreendedores pela memória, entretanto, aqui centro os esforços em analisar as ações desenvolvidas por um importante grupo atuante na cidade de Porto Alegre: o Comitê Carlos de Ré da Verdade e da Justiça[8].

Protagonista nos esforços pela publicização dos atos ocorridos no Dopinha e sua consequente patrimonialização, o Comitê Carlos de Ré iniciou suas atividades no ano de 2011, dentro do contexto de efervescência de comitês e comissões que viriam a disputar os rumos da recém criada Comissão Nacional da Verdade. O Comitê trata-se de uma iniciativa da sociedade civil organizada, que estabeleceu entre suas principais bandeiras de atuação questões como: "buscar e divulgar a memória", "influir educativamente na opinião pública" e "construir memoriais ativos da história".[9]

De fato, a luta pela ressignificação do antigo centro clandestino Dopinha em um espaço voltado para a preservação e promoção da memória do período ditatorial, que tem como proposta o recebimento do nome *Centro de Memória Ico Lisboa*[10], tem sido a grande pauta dos trabalhos do Comitê. Nesse sentido, desde o início de suas atividades foram propostas atuações em três frentes complementares entre si: realização de eventos no casarão; colocar o

---

[7] JELIN, Elizabeth. Los Trabajos de La Memoria. Madrid: Siglo XXI, 2002, p. 48.
[8] O nome do Comitê trata-se de uma homenagem ao lutador social Carlos Alberto Tejera de Ré, importante nome na luta pela anistia e redemocratização do país, falecido no ano de 2011.
[9] Conforme consta no site oficial do Comitê: https://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/about/ Acesso em: novembro de 2018.
[10] O nome proposto ao memorial é uma homenagem a Luiz Eurico Tejera Lisboa, militante com trajetória vinculada à cidade de Porto Alegre, assassinado pela ditadura brasileira. Foi o primeiro desaparecido político a ter seu corpo encontrado.

tema na opinião pública; e pressionar os poderes públicos visando a criação do Centro de Memória.

De fato, uma notória ação do Comitê se deu em dezembro de 2013 através de um ato público de abertura do casarão. Na oportunidade, foram realizadas apresentações artísticas e falas de autoridades presentes, como o então prefeito de Porto Alegre, José Fortunati, e o governador do Estado, Tarso Genro, que na oportunidade assumiram publicamente o compromisso para a desapropriação da propriedade, firmando um acordo entre as esferas municipal, estadual e federal. O ato marcou também um primeiro momento onde os presentes puderam ter acesso as dependências do casarão e (re)conhecer seu espaço, algo que só foi possível de ser realizado devido à autorização da família proprietária do imóvel. Desde então diversos outros atos, palestras, rodas de conversas e reuniões com os setores do poder público se seguiram, sempre no intuito de acelerar o processo de desapropriação e futura ressignificação do casarão.

Entretanto, após o entusiasmo inicial, provocado pelo compromisso firmado pelos poderes municipal, estadual e federal, pelas negociações realizadas com a família proprietária do casarão, e pelo fato da casa ter sido classificada pela Prefeitura de Porto Alegre como imóvel de "interesse histórico-cultural" qualificando grau de proteção da propriedade[11], pode-se observar um esvaziamento dos esforços por parte do poder público.

Em nota publicada em maio de 2018[12], o Comitê Carlos de Ré atribui esse esvaziamento, entre outros fatores, as "sucessivas eleições e trocas de governantes em todos os níveis, em paralelo com a mudança da situação política

[11] Protocolo de número "001.013.059.14.9 – Casa Santo Antonio 600/Dopinha-Secretaria de Administração".
[12] Disponível em: https://comitedaverdadeportoalegre.wordpress.com/2018/05/01/centro-de-memoria-ico-lisboa-desapropriacao-do-antigo-dopinha-rua-santo-antonio-no-600/ Acesso em: novembro de 2018.

e mesmo institucional do país (2016)", e demonstrou seu descontentamento para com os rumos das negociações: "No âmbito federal e estadual, as promessas superaram largamente as realizações, como podemos constatar pela inexistência até hoje de qualquer medida ou documento oficial que vise concretizar esta demanda. No campo municipal (...) pode-se observar alguns avanços."

As mobilizações pela desapropriação e ressignificação do Dopinha, bem como de outros antigos centros clandestinos, encontram respaldo em documentos oficiais do Estado, como o PNDH-3 e as recomendações presentes no relatório final de Comissão Nacional da Verdade. De fato, o primeiro documento apresentado publicamente pelo Estado, trazendo uma abordagem sobre os lugares relacionados à ditadura civil-militar foi o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), elaborado junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicado em 2009 e atualizado em maio de 2010.

No texto do Programa, que deveria servir como base para ações do governo, o Estado brasileiro propõe na Diretriz 24 como objetivo estratégico: "Incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários", para tanto, entre outros pontos, aponta como ações programáticas: "disponibilizar linhas de financiamento para a criação de centros de memória sobre a repressão política (...)" e "identificar e tornar público as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos."[13]

Em 2014, ao apresentar o relatório final de seus trabalhos, a Comissão Nacional da Verdade traz informações a respeito das estruturas e locais utilizados nas práticas de violações de direitos humanos no período ditatorial. Em suas recomendações, mais precisamente no item 28 que diz respeito à "Preservação da memória de graves violações de direitos humanos", encontra-se um item que

[13] BRASIL. *III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3*). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010, p. 175.

se refere especificamente a preservação e tratamento dos locais físicos onde se deram estas violações: “Devem ser adotadas medidas de preservação da memória das graves violações de direitos humanos ocorridas no período investigado pela CNV (...)”, tendo como uma de suas medidas “preservar, restaurar e promover o tombamento ou criação de marcas de memória em imóveis urbanos u rurais onde ocorreram graves violações de direitos humanos (...)”.[14]

Considerações Finais

De modo geral, o que se pode observar, apesar dos esforços empreendidos e do respaldo encontrado em documentações oficiais apresentadas, é que fatores como a ausência de efetivas políticas públicas voltadas para o estabelecimento de novos lugares de memória (NORA, 1993) da ditadura civil-militar brasileira e a inércia do poder público, resultam em constantes ameaças a esses espaços tão significativos como o Dopinha, os colocando enquanto “lugares em risco”. Dessa forma, podemos classificar o Dopinha como um espaço que vive no limiar entre o esquecimento/apagamento e a memória, e nesse sentido está a importância de indivíduos e grupos organizados em tornos das demandas que pleiteiam sua ressignificação, como o Comitê Carlos de Ré.

Certamente o fato de ressignificar um antigo centro clandestino não apaga as atrocidades que ali aconteceram, mas esta é uma ação, entre tantas outras urgentes, na busca por memória, verdade e justiça, uma vez que o silenciamento acerca dos espaços dessa natureza só tem a “colaborar para a perpetuação do trauma de centenas de indivíduos que foram vítimas do regime militar e cruzar os braços para as centenas de novas vítimas que diariamente

[14] BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume I.* Brasília: CNV, 2014, p. 964.

surgem”[15]. É mais um passo no sentido de que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

Referências Bibliográficas

BAUER, Caroline Silveira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação da polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982).* Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BRASIL. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade, Volume I*. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://www.cnv.org.br/imagens/relatorio/volume_1_digital.pdf> Consulta em: novembro de 2018.

BRASIL. *III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).* Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010.

FERRAZ, Joana D’Arc. *Ditadura Militar no Brasil: desafios da memória e do patrimônio*. In: Anais da 26ª Reunião de Antropologia, 2008.

JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de La Memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

MITCHELL, José. *Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar*. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemáticas dos lugares. *Revista Projeto História*, v.10, São Paulo: PUC, dez. 1993, p. 7-28.

ROSA, Susel Oliveira da. *Estado de Exceção e Vida Nua: violência policial em Porto Alegre entre os anos de 1960 e 1990*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: UNICAMP, 2007.

[15] FERRAZ, Joana D’Arc. Ditadura Militar no Brasil: desafios da memória e do patrimônio. In: Anais da 26ª Reunião de Antropologia, 2008, p. 12.

Africanos libertos: experiências de escravidão e liberdade em Pelotas (1850/1888)

Natália Garcia Pinto[1]

O objetivo do trabalho é analisar as estratégias elaboradas por esta população africana para fazer-se livre dentro de um período ainda de vigência da escravidão. De acordo com a investigação veremos que a liberdade nessa sociedade ora analisada era uma construção feita no cotidiano de homens e mulheres escravizados, que muitas vezes tinha início com a alforria, todavia manter-se livre dentro de uma sociedade hierárquica escravista era um longo e difícil caminho para essas pessoas. A partir de estudos de casos desses ex-escravizados tentamos compreender como estes sujeitos conseguiram sobreviver dentro de uma sociedade escravista e racializada, e como essas pessoas alcançaram alguma mobilidade social e econômica durante a vida em liberdade. Os fragmentos das trajetórias individuais e coletivas apontaram para uma comunidade pautada por fortes laços de parentesco étnico. A vida ou a sobrevivência em liberdade destes indivíduos foi reorganizada e reelaborada na diáspora na América em torno do parentesco étnico, lutando pela liberdade e por espaços de cidadania dentro da escravidão brasileira.

Embora fossem distintos os caminhos percorridos para a conquista da liberdade, os libertos que dão vida a essa trama adquiriam sua carta de liberdade trabalhando por um determinado tempo a seus ex-senhores, ou a um familiar deste, outros obtiveram a manumissão em mãos depois de anos amealhando recursos e finalmente pagando por sua liberdade. Alguns (muitos, aliás) conseguiram atravessar a porta estreita da liberdade com a ajuda de parentes que auxiliavam com módicas quantias em dinheiro, aliado ao apoio ofertado para enfrentar as durezas e as mazelas da vida em cativeiro. Outros tantos ganhavam

[1] Doutora em História – UFRGS. EMAIL:nataliag.pinto@gmail.com

a liberdade sem ônus ou condição, depois de passarem quase uma vida inteira trabalhando para outrem, portanto, de gratuita nada tinha o gosto dessa alforria conquistada. E nos últimos anos derradeiros da instituição escravista, os libertos intensificaram as disputas na arena jurídica do direito de serem senhores de si. A passagem da escravidão para a liberdade foi um processo lento e árduo na vida destes sujeitos. A manumissão nem sempre era garantia absoluta de uma vida com melhores condições (LIMA, 2005). Muitas vezes os libertos viviam em condições de miséria e precariedade (CHALHOUB, 2012), somado a isso tinham sempre seus passos vigiados pelas elites, sempre temerosas de uma possível revolta de seus subalternos ou de da busca por uma autonomia tal que desorganizasse os esquemas de controle social arquitetados (MACHADO, 2010).

Era o ano de 1862, o preto mina Fabrício Teixeira de Magalhães, já doente e temendo a proximidade da morte, decidiu fazer seu testamento.[2] Ao ditar suas últimas vontades no documento, mencionou que era natural da África, de nação mina, além de vestígios de sua vida religiosa e familiar reconstruída em Pelotas. Todavia não se recordava dos parentes que teriam ficado do outro lado do Atlântico, visto que ditou que era filho de pais incógnitos. Como tantos outros africanos escravizados desembarcados pelo tráfico atlântico no país, o ex-escravo Fabrício deixou para trás uma vida, laços e afetos na África. E deste lado de cá, refez laços familiares com outros parceiros de nação que também vivenciaram experiências de cativeiro e liberdade. [3]

---

[2] Segundo Sheila Faria (2004, p. 182) "Homens e mulheres nascidos na África, como era de se esperar, não tinham, geralmente, ascendentes ou colaterais residentes no Brasil. Entre os testamentos de forros, uma esmagadora maioria não tinha filhos. Mesmo sendo casados, mas na ausência de filhos, era necessário fazer testamento para que o outro se transformasse em herdeiro. Provavelmente foi a ausência de herdeiros necessários que fez com que muitos forros se preocupassem em redigir um testamento para que os bens amealhados não fossem parar nas mãos de qualquer um, principalmente do Estado. A forma detalhada com que dispuseram de suas propriedades demonstra que havia uma clara intenção de beneficiar certas pessoas, especificamente".

[3] Testamento de Fabrício Teixeira de Magalhães. Ano de 1862, Número 1696, Maço 86. Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. APERS.

Estes homens e mulheres da Costa Ocidental da África estiveram, numericamente, em maioria na segunda metade do século XIX no conjunto da população escravizada em Pelotas, predominando também no mercado da liberdade, na conquista do papel da liberdade. Os afro-ocidentais, mais conhecidos pelas nações mina e nagô, tentaram sobreviver dentro dos limites da sociedade escravista pelotense, em determinadas ocasiões, em torno de um parentesco étnico. Vejamos quem eram esses indivíduos que ora investigo.

Em algumas passagens descritas em seus testamentos foi possível identificar o lugar de origem destes personagens. O preto forro Antônio Pereira declarou que "era de nação Rebolo, batizado em Angola, mas não se lembrava quem eram seus pais na ocasião".[4] Já Joaquim Romão Monteiro disse em seu testamento "ser natural da Costa da Mina e filho de pais incógnitos," [5] mesma declaração deu a preta forra Maria Vitória, "era natural da Costa da Mina e filha de pais desconhecidos" [6], mencionando que foi batizada na cidade do Rio Grande, localidade vizinha a cidade de Pelotas. A africana Ursulina, de nação nagô, mencionou ser natural da Costa da Mina, tendo sido também escravizada na cidade da Bahia, onde fora também batizada.[7] Caso análogo ao do mina José Alexandre dos Santos, que ao ser arrolado como réu em um dos processos criminais que correram pelo fórum local, em fevereiro do ano de 1867, revelou que era filho da preta Joaquina, africana como ele, tinha 56 anos de idade, exercia o ofício de açougueiro, sabia escrever seu nome, tendo como lugar de nascimento a região de Tessi.[8] Imaginamos que José Alexandre dos Santos tivesse sido

[4] Testamento de Antônio Pereira. Ano: 1854. Numero do processo: 1646. Cartório de órfãos e Provedoria. Cidade de Pelotas. APERS.
[5] Testamento de Joaquim Romão Monteiro. Ano: 1856. Número do Processo: 1660. Cartório de Órfãos e Provedoria. Cidade de Pelotas. APERS.
[6] Testamento de Maria Vitória. Ano: 1856. Número do Processo: 1661. Cartório de Órfãos e Provedoria. Cidade de Pelotas. APERS.
[7] Testamento de Ursulina. Ano: 1857. Número do Processo: 1670. Cartório de órfãos e Provedoria da Cidade de Pelotas. APERS.
[8] Delegacia de polícia. Pelotas. Número do Processo: 732. Maço: 19. Ano: 1867. Termo de Bem viver. Réu: José Alexandre dos Santos. Vítima: João Manoel de Mattos Conceição. APERS.

vendido junto com a mãe para o Brasil pelo tráfico atlântico. A maioria declarou o local de nascimento de forma mais geral, como Manoel de Oliveira[9] e Fabrício Teixeira de Magalhães[10], que disseram apenas serem oriundos da África, de nação mina. Alguns apenas deram como origem de nascimento a África, como no caso de Pedro Fortunato Farias.[11] Ainda que mencionada em momentos distintos na documentação coligida, a procedência desses africanos era sempre referida da mesma forma: "mina".

Para além dos números que demarcam uma significativa presença de africanos libertos afro-ocidentais, os dados expostos permitem a possibilidade de entender como estes sujeitos reinventaram suas identidades étnicas na cidade de Pelotas. O que deveria ser um mina nessa sociedade? Ou um africano da Costa da África? Essas nações declaradas nas fontes pesquisadas apontam não apenas as regiões que abasteciam as comunidades cativas da cidade, tendo um impacto na demografia desse lugar, mas também na redefinição da identidade sofrida na diáspora. Como é notório, o grupo de africanos escravizados não constituía um grupo homogêneo. Desde a escravização de pessoas livres nas aldeias africanas (SILVA, 2002), esses indivíduos sofreram processos distintos de elaboração de sua identidade (SILVA, 2003). Primeiramente, foram arrancados de seus grupos de convívio, traficados no interior da costa e do litoral africano, embarcados em navios que fizeram a travessia atlântica. Os que conseguiram sobreviver ao horror da viagem, possivelmente ao chegarem aos portos brasileiros, foram levados a um mercado de escravos, onde seriam vendidos.

Nesse processo de captura e aprisionamento por distintos lugares, os africanos carregavam consigo identidades originadas desde os reinos que

[9] Testamento de Manoel Oliveira. Ano: 1867. Número do Processo. Cartório de órfãos e Provedoria. Cidade de Pelotas. APERS.
[10] Testamento de Fabrício Teixeira de Magalhães. Ano: 1862. Número do Processo: 1696. Cartório de órfãos e Provedoria. Cidade de Pelotas. APERS.
[11] Testamento de Pedro Fortunato de Farias. Ano: 1867. Número do Processo: Cartório de Órfãos e Provedoria. Cidade de Pelotas. APERS.

habitavam ou comunidades com as mais variadas configurações políticas e culturais. Como bem destaca o historiador João Reis (2003), as "nações" não correspondiam de fato a um grupo étnico, mas poderiam em alguns casos, abrigar outros grupos, com os quais fosse possível reelaborar a identificação dos sujeitos em torno de elementos culturais semelhantes como a língua, a religião, etc. (REIS, 2003, p.311). Em sua análise sobre a procedência africana na cidade carioca, Mariza Soares aborda o tema indicando o problema de trabalhar com os termos "nação e grupo de procedência na historiografia da escravidão". Para a autora,

> Embora a historiografia tenha muitas vezes usado os dois termos [nação e grupos de procedência] indistintamente, eles não são intercambiáveis. Mesmo tendo um componente cultural, a "nação" é atribuída aos escravos pelos agentes colonizadores (Estado, comerciantes, Igreja) e definida no quadro do Império. Só a partir daí é incorporada pelo grupo (SOARES, 2000, p. 116).

Nesta perspectiva, o conceito de grupo de procedência é tão caro a minha pesquisa. Além disso, faço uso também do apontamento feito pelo historiador Flávio Gomes, no primeiro capítulo da obra, *O Labirinto das Nações,* em que o autor sugere que as "nações" faziam parte de um "movimento transétnico de permanente construção". Essa transformação de dava no contexto da escravidão do Rio de janeiro urbano e não apenas de fragmentos e lembranças de um passado na África "cristalizadas no tempo e no espaço". Deste modo, os indivíduos traficados construíram "nações" e um novo significado para elas na experiência do cativeiro. Assim sendo, um mina no Rio de Janeiro era diferente de um mina na cidade de Pelotas, ou em Salvador, por exemplo. Os cenários como destaca Gomes, eram distintos, assim como do período que migraram para determinadas regiões, o que diretamente influenciava "para a formação dessas comunidades africanas e crioulas transétnicas" (GOMES, 2005, p. 50-51).

Os nomes das nações ou as regiões de procedência conforme destacados na documentação pesquisada faziam parte de um sistema de classificação dos escravizados iniciado no processo do tráfico negreiro. Entretanto saliento que os nomes da nação como "mina", "da costa da África", "benguela",

"rebolo" e tantas outras denominações não podem ser entendidos apenas pela ótica da imposição do sistema escravista sobre esses africanos escravizados. Essa classificação também foi apropriada e ressignificada pelos africanos tanto na experiência do cativeiro como na vida em liberdade.[12] Aliás, há um movimento na historiografia preconizado pelos africanistas e também por historiadores da história social da escravidão de conectar a investigação sobre a identidade étnica desde o passado desses sujeitos na África, não partindo do lócus da escravidão experimentada na América como ponto inicial (MAHONY, 2016). Nesse sentido, essa nova historiografia tenta analisar a vida pregressa dos sujeitos escravizados na África, a memória dessas pessoas sobre o lugar de seu nascimento, pontuando os conflitos e solidariedades gestados desde a experiência de ser cativo nos tumbeiros durante a travessia no atlântico. Neste ínterim, segundo Costa, pode-se demonstrar que "uma complexidade não só étnica, mas também de contextos sociais, políticos, culturais e demográficos permeava as invenções/redefinições identitárias dos sujeitos" (COSTA, 2013) em voga analisados.

É dentro dessa perspectiva que ambiciono investigar o grupo de libertos africanos oriundos da África Ocidental, com o objetivo de acompanhar como estes sujeitos ressignificavam suas identidades dentro do seio da sociedade escravista de Pelotas, mas tendo em mente que esse processo é articulado em um jogo de disputas e conflitos dentro dessa comunidade, marcado pela diferença. Por isso, me parece um bom argumento utilizar o termo nação para investigar e compreender as identidades africanas acionadas no contexto das

[12] Gomes (2005, p. 51) ressalta que as heranças africanas devem ser consideradas nesse movimento transétnico, mas não apenas como única via de esclarecimento. Para o historiador, "devemos levar em conta as mudanças étnicas da África pré-colonial e colonial nos termos de uma perspectiva atlântica, em que migrações, circulações e interações socioculturais tiveram importante papel. Isso mesmo depois de décadas do fim do tráfico. Tais mundos continuariam interagindo, se encontrando e dialogando na perspectiva de construir novas identidades. Torna-se fundamental avançar na compreensão das visões dos africanos em contextos específicos, perscrutando signos e significados políticos das identidades "africanas" na condição escrava, embora as construções étnicas originais da África devem ser sempre levadas em conta".

experiências da escravidão e da liberdade operacionadas pelos indivíduos investigados. Como salienta Manuela Carneiro sobre a identidade, ela é "construída de forma situacional e contrastiva, ou seja, que ela constitui resposta política a uma conjuntura, resposta articulada com as outras identidades em jogo, com as quais forma um sistema" (CUNHA, 2012, p. 242) baseado em um processo pautado de diferenças, que ganham novos significados ao se inserirem em um novo sistema social. Dessa maneira, a construção da etnicidade dá-se "pela seleção de certos traços escolhidos como símbolos privilegiados da identidade étnica e pelo esquecimento de outros" (SOUZA, 2002, p. 143).

O grupo que ora investigo tinha como identidade de referência na cidade a nação mina. Como foi destacado nas páginas anteriores deste artigo, na segunda metade do século XIX, os afro-ocidentais tinham uma supremacia de representatividade na comunidade escrava do município de Pelotas. Contudo, esses indivíduos que não só foram escravizados, mas também africanizados com o processo de escravidão nas Américas, tiveram que se reinventar e se integrar nas sociedades escravistas, neste caso, a de Pelotas, agenciando novas identidades construídas na experiência do cotidiano do trabalho, nos laços familiares, na luta pela conquista da liberdade, nos espaços de moradia e etc. Sobre a região da qual provinham os africanos libertos investigados, a grande maioria era oriundo da Costa da Mina, "um território de constantes guerras e disputas expansionistas internas que marcaram as experiências dos africanos embarcados nos portos dessa região" (COSTA, 2013, p.67). Não sabemos quais os reinos que a grande maioria dos africanos libertos pesquisados provinha em território iorubá.

Esses indivíduos traficados foram arrancados de seus lugares de origem, provavelmente percorreram distintas rotas no interior da África até serem embarcados em algum porto para fazerem a travessia atlântica rumo ao destino incerto. Talvez essa sina de incerteza tenha os perseguido por várias ocasiões,

desde o aprisionamento nos barracões dos traficantes próximas as aldeias ou reinos da onde provinham, dentro do minúsculo espaço do navio negreiro, lotado de outros *malungos*, dentre os quais alguns pareciam semelhantes por compartilharem um tronco lingüístico em comum.

Para essas pessoas traficadas que se viam e eram vistas como estrangeiras perante a população local, o tráfico não arrancara apenas suas raízes familiares e destruíram seus laços afetivos e de amizade. Significava também experiências diferentes de vida dentro e fora do cativeiro. Podiam, contudo, compartilhar essas experiências com seus outros companheiros, no trabalho ou forjando projetos de liberdade, quando isso lhes era possível. A diáspora modificara a vida desses homens e mulheres escravizados (MILLER, 2013, p. 53).

Sobre a região da qual provinham os africanos libertos investigados, a grande maioria era oriunda da Costa da Mina, "um território de constantes guerras e disputas expansionistas internas que marcaram as experiências dos africanos embarcados nos portos dessa região" (COSTA, 2013, p. 67). Diante disso, para compreender como essa identidade foi reinventada pelos africanos libertos que investigo, valorizaremos as reelaborações que eles próprios criaram, a partir das novas condições de vida tanto no *tempo do cativeiro* quanto no *tempo da liberdade.* Ou seja, como reelaboraram padrões de casamento, de moradia, de que forma se organizavam para a conquista da alforria, com quem estreitaram laços de parentesco e de amizade, que tipos de negócios ou trabalho se dedicavam. Tudo isso analisado sob a ótica da identidade mina desse grupo, atentando para como estes indivíduos acionavam suas redes de amizade e sociabilidade, como se davam os arranjos familiares, como era a sua participação nos negócios da liberdade, quais estratégias agenciavam para ter uma mobilidade social e frear as barreiras impostas pelo estigma de serem egressos do cativeiro dentro dessa sociedade escravista.

Muitos dos indivíduos afro-ocidentais pesquisados chegaram à localidade ainda na vigência do tráfico internacional de escravos. Conquistaram a manumissão, a grande maioria, após o fechamento do comércio de seres humanos, sendo em grande a aquisição da alforria feita pelo pagamento do papel da liberdade. Esses homens e mulheres minas deixaram vestígios parcos de sua existência, principalmente em seus testamentos. A maioria deixou registrada que não se recordava de familiares que ficaram lá do outro lado do Atlântico. No entanto, isso não os impediu de formar laços familiares e de amizade na vida em cativeiro ou em liberdade. Depois de conquistarem a alforria, um dos passos a ser trilhado era a oficialização do matrimônio pelo rito católico. Todavia, isso não ocorria de imediato, muitos levavam anos para dar tal passo em suas vidas. As uniões ocorriam dentro do próprio grupo étnico, fortalecendo uma identidade étnica e unindo esforços para manter uma sobrevivência num mundo hostil e desigual da sociedade escravista. Para estes africanos libertos, o casamento poderia ser um esteio de segurança material, um reconhecimento social perante a sociedade e a comunidade liberta local, quiçá uma “cidadania” social de respeito e estabilidade no mundo dos livres e brancos. Muitas vezes, a vida conjugal poderia auferir status de mobilidade social para esses africanos também.

Além disso, depois do empenho de conquistar a liberdade era necessário sobreviver de alguma forma naquela sociedade. Uma parcela dos sujeitos investigados conseguiu tornar-se proprietário de escravos, antes mesmo da legalização do matrimônio, indicando nesses casos, que a posse cativa pode ter contribuído para a mobilidade social destas pessoas, como Jorge, Catarina, Maria do Bonfim, Fabrício, Estevão. Constatamos que esses africanos libertos oriundos da Costa da Mina viviam e morriam entre os seus na diáspora no Novo Mundo. O parentesco étnico de estruturava na escolha dos parceiros de matrimonio, como também se estruturava na partilha de com quem dividir a moradia, ou os quartos da casa.

A posse de escravos, assim como a aquisição de uma casa própria ou de um terreno, parecia ser além de uma tentativa de sobreviver como liberto em mundo permeado pela escravidão, um passo também decisivo para diferenciar-se dos seus e angariar degraus de mobilidade social no mundo dos livres. A mina Catarina personificou bem esse projeto, pois escolheu para dividir a vida consortes da mesma origem étnica, tornou-se proprietária de escravizados, vivia de aluguéis de casas, provavelmente dos lucros obtidos da "ajuda" de empréstimos de dinheiro ofertados a outros africanos, em sua maioria, afro-ocidentais.

Nos testamentos, foi possível verificar uma comunidade de pessoas de cor ligadas por laços afetivos, de parentesco e de moradia, que certamente podiam estar recriando ou reativando experiências em comum, partilhadas desde o Atlântico (GILROY, 2012) até a nova vida do lado de cá. Para além de recordar apenas as lembranças desse passado, souberam se reinventar e se adaptar a nova vida na sociedade escravista brasileira, acompanhados de seus cônjuges, parceiros de quarto ou de moradia, emprestando quantias para outros africanos ocidentais para a compra da liberdade, tudo isso, amalgamado pelo parentesco étnico, que de certo, baseava-se em experiências e vivencias em comum, todavia não ausente de conflitos. Alguns dos africanos libertos biografados tiveram uma mobilidade social na sociedade escravista de Pelotas, conseguiam amealhar um modesto patrimônio investido em escravos, casas de moradia, terrenos, ou nos negócios da liberdade, contudo, enfatizamos que tal mobilidade sempre "estava limitada pelas linhas raciais" (MATA, 2015, p. 51), uma vez que "a escravidão moldava a vida e as relações sociais dos livres de cor e informava as relações raciais" (MATA, 2015, p. 61).

Referências Bibliográficas

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão***:* ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

COSTA, Valéria Gomes. **Trajetórias Negras***:* os libertos da Costa D'África no Recife (1846-1890). Tese de Doutorado. Salvador: PPG de História UFBA, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Negros, estrangeiros***:* os escravos libertos e sua volta à África. Segunda edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras***:* as pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese (Titular) – Departamento de História da UFF, Niterói, 2004.

GILROY, Paul. ***O Atlântico negro***. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOMES, Flávio dos santos. Reinventando as "nações": africanos e grupos de procedência no Rio de Janeiro, 1810-1888. In. GOMES, Flávio dos Santos, SOARES, Carlos Líbano, FARIAS, Juliana Barreto. **No labirinto das nações***:* africanos e identidades no Rio de Janeiro, Século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

LIMA, Henrique Espada. "Sob o domínio da precariedade: escravidão e o significado da liberdade de trabalho no século XIX". In: **Revista Topoi**, v. 6, n.11, jul-dez, 2005, p. 289-326.

MACHADO, Maria Helena P.T. **O plano e o pânico:** os movimentos sociais na década da Abolição. Segunda edição. São Paulo: EDUSP, 2010.

MAHONY, Mary Ann. A vida e os tempos de João Gomes: escravidão, negociação e resistência no atlântico negro. **Revista Crítica Histórica***.* Ano VII. n.13, Junho/2016, p. 1-38.

MATA, Iacy Maia. **Conspirações da raça de cor***:* escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881). Campinas: Editora UNICAMP, 2015.

MILLER, Joseph. África Central durante e era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850. In: HEYWOOD, Linda M. **Diáspora Negra no Brasil*.*** São Paulo: Contexto, 2013, p. 29-80.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil***:* a história do levante dos Malês em 1835. Edição Revista e ampliada. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. **A Manilha e o Libambo***.* A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

_____. **Um rio chamado Atlântico***:* a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor***:* identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis Negros no Brasil escravista***:* história da festa de coroação de Rei Congo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Impresso Estudantil: o início de um estudo

Jaqueline de Gaspari Piotrowski[1]

Inquietações a respeito da proliferação do acesso a informação, que é facilitado diariamente, me trouxe a atenção para os jornais, como impresso, e o que representam no momento e em um período do tempo em que eram uma das principais fontes de informação. A intenção aqui, assim, é levantar alguns questionamentos referentes as possibilidades do estudo do imprenso, principalmente o impresso estudantil, também como fonte de pesquisa para o historiador e, possibilitar reflexões sobre o que é um jornal, vendo-o como um impresso de grande importância que, como um mosaico de informações, possui influência social.

Como qualquer fonte histórica, os jornais e qualquer impresso (entre eles jornais, revistas, encartes, folhetos, etc.), mesmo aqueles feitos por estudantes, devem ser utilizados criticamente por qualquer pesquisador, não se deixando levar pelo discurso da fonte e, consequentemente, realizar análises e interpretações de dados superficiais e equivocadas. Contudo, vale salientar que o objetivo, tanto com o presente texto e a futura pesquisa, não é aprofundar uma análise a respeito de um impresso escolhido como fonte; com uma pretensão menor, visamos realizar um levantamento dos impressos estudantis, inicialmente na região sul do estado (RS), sejam eles produzidos pelos estudantes ou pela instituição para os estudantes, com um recorte temporal do início do século XX até meados da década de 50 e 60, tanto em instituições públicas quanto privadas, quando podem ser encontrados, apresentando alguns nesse momento, trazendo algumas considerações sobre a relevância de utilizar tais impressos como fonte e objeto de pesquisa considerando o que representavam por e para quem foram

[1]Universidade Federal de Pelotas. Doutoranda em Educação. jaqueline.degaspari@gmail.com

impressos na época, futuramente durante o desenvolvimento da pesquisa, compreender as peculiaridades dessa comunicação social.

Marilena Chauí[2] diz que estamos fascinados com o mundo virtual, com a velocidade da informação e com a possibilidade de atravessar o espaço e o tempo sem que haja obstáculos. O universo on-line vem sendo apontado em muitas discussões no decorrer dos últimos anos, seja no campo midiático, na televisão, em sites, revistas e jornais, tanto impressos quanto on-lines, seja no âmbito acadêmico, em trabalhos de pesquisa de dissertações e teses. Tornou-se comum nos depararmos com notícias que abordem o tema, tal como a com o seguinte título: 'Internet supera TV e jornal como mídia mais consumida no Brasil, diz estudo[3]'. Nesse caso, por exemplo, a matéria publicada, já em 2012, traz a divulgação de uma pesquisa realizada pela IAB Brasil (*Interactive Advertising Bureau*), na qual aponta que

> (...) para o brasileiro, a Internet já é o meio de comunicação mais importante (...), um em cada três brasileiros consome pelo menos duas horas de Internet por dia (...). A TV é o meio menos usado entre jovens de 15 a 24 anos. Comparada ao rádio, à TV e ao jornal, a Internet já é a mídia mais consumida, não só em casa, como no trabalho, na escola, em restaurantes, shoppings e reuniões presenciais (05/2012).

Querendo fazer parte ou não, estamos inseridos em uma sociedade cada vez mais tecnológica, onde o uso das tecnologias digitais tem influenciado a maneira como as pessoas se relacionam entre si e com o mundo, remodelando aspectos sociais – como o trabalho, a comunicação e o tempo – colocando novas possibilidades para atuação na vida social e, particularmente, para o exercício da cidadania (BRITO, 2012).

Levando tal em consideração, surge a importância e o direcionamento para a pesquisa a ser desenvolvida voltada para o impresso, ou seja, o anseio de

---

[2] Espaço, tempo e mundo virtual – A contração do tempo e o espaço do espetáculo. TV Cultura: Café Filosófico – CPFLCultura. Palestra gravada no dia 2 de setembro de 2010 em Campinas/SP.
[3] Publicado em: http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2012/05/internet-supera-tv-e-jornal-como-midia-mais-consumida-no-brasil-diz-estudo.html

estudar tais situações e de que forma aconteciam buscando resgatar a atenção sobre as percepções impressas nos jornais publicados por estudantes. As linguagens são uma expressão de sua época, penso que principalmente as impressas naquele momento histórico, e por isso suas peculiaridades estão em cada forma de comunicação e definições culturais. Assim, a principal metodologia utilizada no decorrer da pesquisa, seria a análise documental, iniciando com Cellard e Samara & Tupy. Com uma base teórica referenciada com a nova história cultural, também busca-se apoio em autores como Chartier, Darnton e De Luca, referências para discutir o impresso.

O grande número de pesquisas realizadas anualmente, seja de mestrado ou doutorado, representa uma fonte de apoio e em muitos casos direcionamento, tanto quanto de anseio e angustia pela busca de um tema 'novo' ou 'inédito'. Barros (2005) tranquiliza que um historiador pode inovar no seu tema através das hipóteses, fontes e procedimentos adotados no decorrer da pesquisa. Nesse sentido, pode-se destacar que 'lacunas existentes no conhecimento sobre o assunto que será abordado', podem ser supridas com a pesquisa proposta e contribuir ainda mais para a evolução do conhecimento na área, dando suporte para o trabalho, pois como diz Cellard (2012) 'o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social'. Ainda complementando, temos o trecho abaixo:

> (...) o estudo da imprensa é inovador, tanto no que diz respeito à temática quanto às fontes de pesquisa a serem utilizadas. As possibilidades de uma investigação desse porte são muitas sem, contudo, deixar de incluir com frequência outros 'acanhados', descartados do interesse de uso e de preservação da memória educacional. (CARVALHO et al., 2002, p. 85)

Assim, a possibilidade de levantar essa discussão decorre da escassez (em relação a temas com grande número de pesquisas) de trabalhos e pesquisas que problematizem os impressos feitos por estudantes, sem estar acompanhado de uma maior reflexão sobre essa fonte de pesquisa, bem como a influência que o

jornal exerce em seu contexto, seus interesses e a atuação junto ao seu público leitor, como também não haja um levantamento de quais foram os impressos estudantis nesse período de tempo.

Ao comprometer-se com uma pesquisa no campo educacional da história, o pesquisador precisa estar consciente e atento as suas peculiaridades, caminhos e suporte teórico. Peculiaridades essas, eu diria, que fazem a pesquisa ser um processo único, mas ao mesmo tempo em constante atualização, assim como as possibilidades de seus objetos de pesquisa no decorrer do tempo. Indo a esse encontro, o ambiente escolar, que em determinados quesitos permanece praticamente inalterado, também está em constante mudança e renovação, nos instiga a vê-lo a partir dos impressos organizados pelos estudantes, buscando perceber tal ambiente sempre mais, bem como aos indivíduos que o integram.

Robert Darnton em 'A questão dos livros: presente, passado e futuro' menciona que "o futuro, seja ele qual for, será digital" (2010), o que inevitavelmente nos faz questionar sobre de que forma o conhecimento acumulado ao longo de séculos em páginas impressas será preservado e, nesse sentido, quais seriam as maneiras de acessá-lo. Principalmente quando se leva em consideração o que diz Faria (2002, p. 134) a este respeito:

> (...) o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.

Há assim, a necessidade de produzir estudos que deem conta de abordar esse conhecimento impresso, nesse caso, aquele publicado a partir da produção estudantil. É importante saber das práticas e escritos que a vida estudantil traz impressa nas páginas que são distribuídas, não apenas ao coletivo escolar e, como muitos desses irradiaram padrões culturais. Com o intuito de melhorar a compreensão sobre o impresso estudantil e impressos como um todo, buscaram-se publicações relativas ao tema, inicialmente, dentro dos Anais da

ASPHE – Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ANAIS ASPHE[1-5]), em uma busca superficial pelos últimos cinco anos. Segue a Tabela 1 com os trabalhos encontrados de relevância para esse texto:

Tabela 1: Trabalhos em Anais Asphe – títulos e autores

Referência	*Trabalho/Título*	*Autores*
(ANAIS ASPHE[5])	Cadernos de planejamento de professoras como fonte/objeto de pesquisa: a constituição do acervo do grupo de pesquisa história da alfabetização, leitura, escrita e dos livros escolares (hisales)	Cícera Marcelina Vieira
	As greves do magistério estadual em 1979 e 1980 sob a ótica dos jornais do litoral norte gaúcho	Diana Patrícia Mauer Yago Schwartzhaupt de Souza da Silva Maria Augusta Martiarena de Oliveira
(ANAIS ASPHE[4])	Silenciamentos e pertencimentos: a etnicidade presente no processo Identitário do colégio sagrado coração de jesus (1956 – 1972)	Julia Tomedi Poletto
(ANAIS ASPHE[3])	A geração e difusão do capital cultural por meio dos museus	Tatiane Vedoin Viero Eduardo Arriada
	Professores rio-grandenses no Uruguay: o que nos dizem os jornais A Federação e o Correio do Povo?	Caroline Braga Michel Eduardo Arriada
	O livro didático como objeto de análise: tramas e usos da cultura material escolar	Cristiane de Castro Ramos Abud Gladys Mary G. Teive
(ANAIS ASPHE[2])	A instituição escolar de ensino primário externato são José na Década de 1950: os diários de classe como fonte documental	Luiza Gonçalves Fagundes
	Análise e estudo de impressos - a revista "o pequeno luterano"	Patrícia Weiduschadt
	O uso dos arquivos universitários como fonte de pesquisa para estudos em história da educação	Tatiane Vedoin Viero
	Processos identitários e representações construindo uma Instituição escolar: o colégio sagrado coração de jesus, Bento Gonçalves/Rs (1956 – 1972)	Julia Tomedi Poletto Lúcio Kreutz

(ANAIS ASPHE[1])	A educação de adultos em páginas de jornais do Rio Grande do Sul (1950-1970)	Greicimara Vogt Ferrari Beatriz Daudt Fischer
	O jornal escolar O Estudante Orleanense e o seu lugar na construção da cultura escolar (1951-1973)	Giani Rabelo
	O jornal O Mensageiro e a instrução na Província de São Pedro do Rio Grande do sul (1835 – 1836)	Itamaragiba Chaves Xavier
	Os caminhos metodológicos do historiador na pesquisa em história da educação	Alessandro Carvalho Bica Berenice Corsetti

Enquanto o número de publicações encontrados no levantamento inicial se mostrou relativamente pequeno no que diz respeito ao impresso, imprensa e impresso estudantil, optou-se por trazer alguns trabalhos referentes ao ambiente escolar, a fim de melhorar a compreensão da vida escolar desvelada em alguns dos impressos estudantis utilizados como fonte. Percebe-se a importância de aprofundar o estudo sobre o tema do impresso no âmbito escolar, seja ou não estudantil, para que a análise do impresso publicado pelos estudantes não se torne superficial ao longo da pesquisa ainda a ser desenvolvida, quando Amaral (2002, p. 119) diz que

> ao buscarem estabelecer o perfil de determinadas escolas, esses estudos enfatizam aspectos da cultura escolar, exploram questões didático pedagógicas, político-ideológicas, étnicas e de gênero, em diferentes dimensões temporais e espaciais.

Nesse sentido, um breve levantamento nas últimas edições do periódico História da Educação (RHE[1-6]), com os mesmos tópicos de pesquisa, também é feito para esse trabalho, onde são encontrados os seguintes trabalhos pertinentes ao estudo:

Tabela 2: Artigos em Revista História da Educação – títulos e autores

Referência	*Títulos*	*Autores*
ARTIGO RHE[1]	Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. De calabouço à missa do sétimo dia.	José Luis Hernández Huerta
ARTIGO RHE[2]	A honra escolar: memória material da escola	Lisley Canola Treis Teixeira, Luani de Liz Souza
ARTIGO RHE[3]	A nova floresta: um olhar sobre o jornal dos estudantes de uma escola católica portuguesa – o colégio manuel bernardes	Joaquim António de Sousa Pintassilgo
	Nas publicações sobre livros de leitura no início do século xx: traços de uma cultura material escolar	Ilsa do Carmo Vieira Goulart
ARTIGO RHE[4]	O jornal Stella d'Italia e a defesa da escola étnica italiana (1902-1904)	Gelson Leonardo Rech, Elomar Antonio Callegaro Tambara
ARTIGO RHE[5]	Educação na Primeira República: alfabetização e cultura escolar na Revista de Ensino (1902-1910)	Louisa Campbell Mathieson
ARTIGO RHE[6]	Escritas estudantis em periódicos escolares	Maria Helena Camara Bastos

Cabe ressaltar que o volume 17 (nº40) de 2013 da Revista parece ser uma edição especial trazendo artigos que tratam do impresso estudantil e periódicos escolares desde sua apresentação (ARTIGO RHE[6]), com estudos valiosos no auxílio de uma melhor compreensão do mesmo. Nota-se, mesmo a partir dessa busca inicial, o pequeno número de estudos que tenham como fonte de pesquisa o impresso estudantil, utilizando as publicações feitas pelos estudantes como objeto de análise. A princípio parece dever-se a falta de práticas consistentes de preservação dessa memória estudantil, possibilitando que grande parte dos materiais que eram impressos sejam, agora, perdidos.

Abaixo (figura 1), trazem-se algumas imagens de capas dos impressos estudantis que estão sendo catalogados neste primeiro momento. Tais impressos foram resguardados e coletados ao longo dos anos pelo Professor Eduardo

Arriada, que serão, ao término da pesquisa, doados ao Centro de Documentação – CEDOC, que é parte integrante do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEIHE, na Universidade Federal de Pelotas.

Figura 1: Capas dos impressos estudantis ‘Complementarista’, ‘Estudante’, ‘O São José’, ‘O Meu Colégio’ e ‘A Palavra’.

Fonte: Acervo pessoal Professor Eduardo Arriada.

Nessa catalogação inicial, os impressos estudantis estão sendo organizados a partir de sua data de publicação, sendo os aqui apresentados correspondentes a: (i) década de 30 – Complementarista; (ii) década de 40 – Estudante; (iii) década de 50 – O São José e O Meu Colégio e (iv) década de 60 – A Palavra. Outrossim, complementando os impressos que foram apresentados na figura 1, o levantamento superficial dos impressos estudantis encontrados até o momento também conta com: 'O Condor', 'O Gaúcho', 'O Rapaz', 'Iguassu', 'O Acadêmico', 'O Julinho', 'A Palavra do Estudante', 'A Gazeta da Escola', 'O Arauto', 'Escrevendo Educação', 'Ecos Gonzagueanos', 'A Voz da Escola', 'Scientia et Virtus' e 'Revista do Instituto de Educação'.

O trabalho de busca pelos impressos vai continuar com a visitação nas instituições e bibliotecas, bem como todos os acervos públicos e, quando possível, privados de que tenhamos acesso, tudo com a ênfase de conseguir constituir um corpus documental que possa ser satisfatório para o desenvolvimento do estudo e que auxilie nas análises para responder ao problema/questão de pesquisa. Cerllard (2012) ao discutir a análise documental, afirma que 'os pesquisadores mais aguerridos sabem que os documentos mais reveladores se escondem, às vezes, em locais insuspeitos', incentivando, assim, para a realização de um levantamento extensivo em todos os acervos possíveis para a fonte/objeto da pesquisa: os impressos publicados por e para os estudantes. Ele diz ainda que

> (…) a pesquisa documental exige, desde o início, um esforço firme e inventivo, quanto ao reconhecimento dos depósitos de arquivos ou das fontes potenciais de informação, e isto não apenas em função do objeto de pesquisa, mas também em função do questionamento. (CELLARD, 2012, p. 298)

Intenciona-se, para tanto, continuar o levantamento dos impressos estudantis, bem como o estudo e aprofundamento teórico a fim de possibilitar sua melhor caracterização e futuras análises e escritas, acreditando que os impressos estudantis tiveram grande influência e contribuiram nas práticas e padrões culturais no século XX.

Referências

AMARAL, Giana Lange. **Os impressos estudantis em investigações da cultura escolar nas pesquisas histórico-institucionais.** Revista História da Educação, v. 6, nº 11, pg. 117-129, jan./jun. 2002.

ANAIS ASPHE[1]. **Jean-Jacques Rousseau (1712-2012) modernidade, história e educação.** 18º Encontro da Associação dos Pesquisadores em História da Educação – Porto Alegre: PUCRS; ASPHE, 2012.

ANAIS ASPHE[2]. **História da Educação e Culturas do Pampa: diálogos entre Brasil e Uruguai**. 19º Encontro da Associação dos Pesquisadores em História da Educação – Pelotas: UFPEL; ASPHE, 2013.

ANAIS ASPHE[3]. **História da Educação e Imagem**. 20º Encontro da Associação dos Pesquisadores em História da Educação – Porto Alegre: UFRGS; ASPHE, 2014.

ANAIS ASPHE[4]. **Etnias, culturas e história da educação**. 21º Encontro da Associação dos Pesquisadores em História da Educação – Caxias do Sul: UCS; ASPHE, 2015.

ANAIS ASPHE[5]. **História da Educação e Políticas Educacionais: 20 Anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira**. 22º Encontro da Associação dos Pesquisadores em História da Educação – Bagé: UNIPAMPA; ASPHE, 2016.

ARTIGO RHE[1]. **Revista História da Educação.** v. 22, nº 54, jan./abr. 2018.

ARTIGO RHE[2]. **Revista História da Educação.** v. 21, nº 53, set./dez. 2017.

ARTIGO RHE[3]. **Revista História da Educação.** v. 21, nº 52, mai./ago. 2017.

ARTIGO RHE[4]. **Revista História da Educação.** v. 19, nº 45, jan./abr. 2015.

ARTIGO RHE[5]. **Revista História da Educação.** v. 17, nº 41, set./dez. 2013.

ARTIGO RHE[6]. **Revista História da Educação.** v. 17, nº 40, mai./ago. 2013.

BARROS, José D'Assunção**. O projeto de Pesquisa em História**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRITO, Bianca Maria Santana de. **Jovens e adultos em processo de escolarização e as tecnologias digitais: quem usa, a favor de quem e para quê?** 2012, 109 p. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2012.

CARVALHO, Carlos Henrique, ARAÚJO, José Carlos Souza, GONÇALVES, Wenceslau Netto. **Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia- MG, 1930-1950).** In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI, Décio Júnior (org). **Novos temas em História da Educação Brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, Autores Associados, 2002, p. 67-90.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: POUPARI, J. et.al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2012, 3ed. p. 295-316.

DARNTON, Robert. **A questão dos livros: presente, passado e futuro.** Tradução: Daniel Pellizari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, 231p.

FARIA, Luciano Mendes Filho. **O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução.** In: ARAÚJO, José Carlos Souza & GATTI, Décio Júnior (org). **Novos temas em História da Educação Brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, Autores Associados, 2002, p. 133-150.

O carnaval de mulheres rebeldes: entre o público e o privado nas questões de gênero

Beatriz Floôr Quadrado[1]

A pesquisa tem como temática central a trajetória de dois blocos de mulheres com origem na cidade de Arroio Grande, interior do Rio Grande do Sul. O bloco A Luluzinha foi fundado em 1981 e o bloco As Venenosas foi fundado em 2010. O objetivo central destes blocos é o poder de sair às ruas e pular o Carnaval sem a presença masculina, seja do marido, pai ou irmãos. Pela liberdade de brincar, beber, dançar no Carnaval, e ocupar o espaço público: a rua.

A partir de meados do século XIX, devido ao desenvolvimento industrial, o setor doméstico, destinado em grande parte às mulheres, foi perdendo prestígio, e em contrapartida o trabalho assalariado capitalista foi sendo valorizado socialmente na figura masculina. Mulher se tornou sinônimo de "dona de casa" e "mãe" como marcas da inferioridade, por não ser uma atividade produtiva nem gerar lucros (DAVIS, 2016). Com isso, o poder se constrói relacionado ao público, em uma imagem masculina, excluindo a mulher que fica restrita ao âmbito do privado, ou seja, do doméstico. Foi imposta em nossa sociedade a imagem de que as mulheres são naturalmente frágeis, maternais, sensíveis e ligadas ao ambiente do lar (RIBEIRO, 2018), chamado de "eterno feminino". O Carnaval também restringiu e determinou os espaços às mulheres: inicialmente com os preparativos das festas, como uma extensão do trabalho doméstico; e no século XX puderam participar pulando o Carnaval nos clubes carnavalescos, um ambiente restrito e privado. Mulheres nas ruas neste período do ano, apenas na presença dos maridos, pais ou qualquer outro homem da família.

[1] Graduação em História licenciatura UFPel; Especialização em Direitos Humanos e Cidadania UNIPAMPA; Mestrado em História UFPel/ bolsista CAPES. biafloor@yahoo.com.br

Mas, esta realidade foi imposta de maneiras diferentes em relação às mulheres negras, devido ao histórico da escravidão e racismo em nossa sociedade. Com isso, Butler critica a suposta identidade comum no termo mulheres, pois "gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas" (BUTLER, 2016. p.21). As mulheres negras sempre estiveram no âmbito doméstico no histórico de cuidar da casa, e também presentes no âmbito público da rua, além de trabalhar fora para o sustento da família, mesmo no pós-abolição. Já no Carnaval, seus corpos fazem referência ao mito da mulata sexualizada, também uma herança violenta da escravidão sobre corpos negros. O racismo e o machismo são estruturas da nossa sociedade que permeiam a construção de mulheres de maneira determinista de seu ser, e também, estabelece lugares e comportamentos construídos na imposição do poder do dito masculino sobre o dito feminino.

As mulheres, no entanto, sempre rejeitaram essa imposição de diferentes maneiras e períodos históricos, em uma busca por autonomia. Seja na rua e nos movimentos feministas, como de forma particular nos seus cotidianos.

Gênero é uma construção do patriarcado caracterizado pela dominação masculina, é definido como sendo uma construção social sobre o sexo, esse caracterizado como um fenômeno biológico (BIROLI; MIGUEL, 2014). Com isso, é o gênero que identifica o ser masculino e o ser feminino, ou seja, o comportamento influenciado pelo biológico sexual em uma estrutura patriarcal marcada pela valorização masculina que define papéis de subordinação e poder, além de regras de comportamento dentro de uma sociedade.

Judith Butler (2016) define gênero como uma representação performativamente construída, assim como o sexo. Por isso, Butler questiona o binarismo no gênero como masculino e feminino ainda atrelado no sexo dito natural, exemplificando que mulher e feminino pode estar significando um corpo

feminino ou masculino, e aponta a possibilidade de subverter os significados de gênero.

> Sexo, não mais visto como uma "verdade" interior das predisposições e da identidade, é uma significação performativamente ordenada [...] possibilidade de subverter e deslocar as noções naturalizadas e reificadas do gênero que dão suporte à hegemonia masculina e ao poder heterossexista. (BUTLER, 2016, p. 70)

Esta pesquisa está sendo construída com base nas ideias de Butler sobre a categoria gênero e a possibilidade de subversão, ou seja, de transformar significados e enfrentar a naturalização sobre os sexos, pensando, inclusive, por meio de nomenclaturas e pela festa. As naturalizações de gênero são originárias no pensamento patriarcal.

> O patriarcado é um sistema dogmático de crenças [...] em sua base está a idéia sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais, a diferença entre os gêneros, a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres. (TIBURI, 2018, p.26)

Ainda segundo Tiburi (2018) é um sistema totalitário presente na macroestrutura e microestrutura cotidiana, marcado pela dominação masculina. Esta naturalização e dominação se referem, dentro da lógica patriarcal, ao corpo, visto como natural e por isso como uma verdade, algo que não cabe mudanças.

As mulheres em suas diversidades são estigmatizadas a partir de seu corpo conforme os interesses da dominação masculina. Em sua célebre frase: "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher", Beauvoir questiona o comportamento da mulher ser determinado pelo sexo, afirma que "não é o corpo-objeto descrito pelos cientistas que existe concretamente e sim o corpo vivido pelo sujeito [...] não é a natureza que define uma mulher." (BEAUVOIR, 2009, p.71).

Os discursos construídos sobre os corpos femininos são relacionados com a fragilidade e a emoção, ligados também pela maternidade, mais especificamente, as mulheres brancas. Já em relação às mulheres negras essas características foram negadas, afirmando características referentes ao trabalho, ao corpo erotizado, mas fora dos padrões de beleza. "Pensar a

interseccionalidade é perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero são indissociáveis" (RIBEIRO, 2018, p.123). É de extrema relevância e urgência pensar as particularidades e não cair em uma categoria universal, e, assim, excludente como é imposto às mulheres pela estrutura com base em uma dominação masculina.

A dominação masculina, segundo Bourdieu (2002), tem como principais agentes: a Igreja e seus valores patriarcais de pessimismo sobre a mulher em que prega a moral sobre o feminino; o Estado reservado ao patriarcado enquanto poder; a Escola em que as construções de divisão entre homens e mulheres são então definidas; e a família que reproduz estas dominações. Segundo Bourdieu (2002), o princípio da inferioridade e exclusão da mulher também se concretiza pelo casamento. E percebe-se que as mulheres destes blocos se referem ao casamento como um estado de vida cotidiana, enquanto que, exaltam como momentos de liberdade os encontros e festas no grupo do bloco.

Para entender a necessidade e relação destes blocos com a ideia de subverter espaços e significados determinados pelo patriarcado, é relevante analisar a história destes blocos carnavalescos selecionados como análise no que se refere a gênero.

A cidade de Arroio Grande, durante a festa do Momo, sempre foi repleta de blocos carnavalescos, alguns reunindo multidões. O recorte desta pesquisa visa sobre dois blocos específicos: Bloco "A Luluzinha" e Bloco "As Venenosas".

O Bloco A Luluzinha surge no ano de 1981 por um grupo de amigas da Rainha Silvana Costa Viana do Clube do Comércio que com o objetivo de homenageá-la, vestiram-se com fantasias e saíram às ruas para fazer uma serenata. Para isso colocaram máscaras, pois segundo a presidenta Anelize, não podiam ser notadas:

> ainda se tinha dificuldades de mulheres casadas saírem nas ruas fantasiadas. Sair pulando na rua, assim sozinhas, sem os maridos! Então, por isso, elas colocaram máscaras.

É importante destacar que os anos de 1980 no Brasil foram de pura efervescência no que tange aos movimentos feministas e a criação de grupos e coletivos de mulheres (PINTO, 2010), em discussões sobre violência, sexualidade, igualdade no casamento, entre outros assuntos. E a partir de então, todos os anos elas se reúnem em um grupo fechado de mulheres conhecidas e convidadas, para desfilar pelas ruas da cidade. Depois do desfile acontece o chamado assalto, que é a recepção na casa particular de alguma participante, onde elas bebem, comem e dançam, sem a presença masculina nestas atividades. Os homens, por vezes, participam ajudando no bar, na cozinha e na banda, ou responsáveis pela música. Contrários aos estereótipos construídos sobre os gêneros, em que a mulher é a única responsável pelo cuidado com a comida, e ainda tendo de servir ao marido. Estes assaltos ocorrem no Pré-Carnaval, uma vez por semana, totalizando quatro assaltos antes do carnaval. O uso da máscara ainda é utilizado e obrigatório. Segundo a presidenta é uma forma de manter uma cultura.

O Nome do Bloco refere-se à personagem animada chamada de Luluzinha, um desenho infantil em que havia a separação entre meninos (grupo do Bolinha) e meninas (grupo da Luluzinha). De origem inglesa dos anos de 1935, mas com sucesso no Brasil somente a partir dos anos de 1980. O estandarte do bloco é composto pela figura da personagem principal, a Luluzinha.

O Bloco As Venenosas surge no ano de 2010, a partir do cancelamento de um assalto da Luluzinha. Segundo a Maristela, uma das presidentas do bloco, elas já estavam com as fantasias prontas. Então uma parte do grupo se reuniu e realizou o próprio assalto e desfile. A partir desse momento, seguiram organizando todos os anos, criando o próprio bloco. Mas com algumas especificidades como, por exemplo, o uso da fantasia ser obrigatório, mas o da

máscara ser opcional, uma forma de diferenciação. O bloco é aberto ao público, ou seja, qualquer um comprando o ingresso, no valor em torno de trinta reais, pode participar. Elas realizam os assaltos no Pré-Carnaval, mas, também, se reúnem durante o ano todo. Em média uma vez por mês, neste caso em um grupo menor e fechado, basicamente composto pelo grupo fundador, que atualmente tem quatro presidentas. Segundo Maristela:

> O Bloco Carnavalesco As Venenosas é uma ideia divertida, que se propõe resgatar e preservar o uso de fantasias, entusiasmar mulheres que tem o desejo de deixar a vida acontecer sem se importar com a idade que se tem, o peso que se tem e a cor que se tem... Basta estar disposta a dançar e se divertir com ousadia e com coragem.

A nomenclatura utilizada na classificação do bloco se deu pelo fato de estas se identificarem com a primeira música a ser tocada em seu primeiro assalto, “Erva Venenosa”, uma música de Rita Lee, segundo as presidentas, é uma forma de rebeldia e liberdade. Já o primeiro estandarte era bordado com o desenho de uma mulher negra e uma mulher branca com o nome do bloco. Depois foi modificado, por sombras de sete mulheres, correspondendo às fundadoras, e a letra “V” em maiúsculo.

O Carnaval, então, pensado por estes grupos como um momento de possibilidades de subversão, ou seja, possibilidade de romper com o que foi posto como natural ou padrão, e assim, a festa torna-se um meio de rebeldia.

Mikhail Bakhtin em sua obra “A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento” (1987), faz um histórico sobre o carnaval em sua origem medieval européia. Uma festa pagã antecipando um momento cristão da quaresma. “O rito atribui o direito de gozar de certa liberdade, o direito de violar regras habituais da vida em sociedade” (BAKHTIN, 1987, p.174). Ou seja, pode se pensar como um momento de liberdade em que a mulher pode tomar o poder, ser representada como bem entender, sem os padrões cotidianos, enfim, são momentos de subversão.

Roberto DaMatta em “Carnavais, malandros e heróis” (1997) percebe o carnaval como uma reprodução do mundo, uma forma de manter as hierarquias, mas, também, como forma de compensação. DaMatta defini o carnaval como um ritual, e que como um rito ele tem a possibilidade de criar e recriar. E com isso podemos pensar nos nomes dentre estes e outros blocos especificamente de mulheres: “Venenosas”, “Trepadeiras”(RJ) e o bloco “Rodadas”(RJ). Uma maneira de rebeldia, como colocado por entrevistadas, de se libertar de construções sobre o próprio corpo e imagem.

Sabe-se que muitos estereótipos foram construídos sobre a mulher no Carnaval, atualmente, as discussões partem de uma vulgarização e objetivação deste corpo feminino, mas acredita-se que os mesmos espaços de repressão são transformados por ações coletivas de inversão de valores, seja sobre palavras, corpos ou imagens.

Sandra Brito (2005) parte do princípio de que o Carnaval é mais do que um momento de inversão da ordem, mas é onde buscamos identificar diversos significados e vários protagonistas. O Carnaval é diverso, variável historicamente, e capaz de absorver inúmeros sentidos, isso depende do sujeito que os produz. “O Carnaval como uma das expressões da festa. Deve ser perspectivado não como um fenômeno popular, mas social, onde toda a sociedade se expressa, ainda que de forma diferente e oposta.” (BRITO, 2005, p.316)

Segundo Galindo (2007) as mulheres são cridas para evitar conflitos, serem submissas à todas estas construções naturalizadas, estas são objetivadas através do silenciamento. Mas existem as subversivas, que rompem com o sistema, que reinterpretam significados e entram em conflito com a sociedade, um estado de rebeldia (GALINDO, 2007) Ao perguntar sobre o significado do nome do bloco As Venenosas, as presidentas respondem:

> Maristela: O de rebeldia [...] O diferencial do Bloco é que não teria máscara, Venenosas é essa ousadia, sair na rua e mostrar a cara! [...] Então essa questão de não ter máscara, ter coragem, ousadia. [...] toda

> mulher que quiser ir vai, pobre, rica, negra, branca, as venenosas aceita tudo [...] interessa que tu sejas mulher, tenha 18 anos, use fantasia.
> Patrícia: É de sair sem os maridos, beber e aproveitar.

O Carnaval, então, pensado por estes grupos como um momento de inversão e possibilidades de subversão, ou seja, possibilidade de inverter o que foi posto como natural ou padrão, e, então, a festa torna-se um meio de rebeldia. Segundo Burke (2010) esta imagem de inversão de valores se centra na própria figura do carnaval em que o rei é gordo e jovial. Mas, vai além de ser apenas uma inversão, revelam-se diferentes significados, práticas e protagonistas (BRITO, 2005).

Enfim, os blocos específicos de mulheres criam dentro de seus grupos uma espécie de solidariedade, uma maneira de compartilhar seus desejos e sentimentos. As Venenosas e A Luluzinha são festas do Pré-Carnaval, anunciam a festa da inversão, contrária ao dito normal do dia a dia. Mas, pode-se ver além, pensar que estas mulheres colocam no cotidiano esta rebeldia de inversão e possibilidades, ou seja, no Pré- Carnaval, em um período que a vida corre normalmente. Então, são com as fantasias, desfiles, músicas que elas invertem os papéis de poder, e colocam os seus desejos em festa.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitoh. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rebelais**. São Paulo: Hucitec: Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BARRETO, Álvaro. **A elite em festa: a comemoração do carnaval de Pelotas na década de 1910.** Estudos Ibero Americanos, vol.37, n.2, jul-dez, 2011, p.232-249.

BEARD, Mary. **Mulheres e Poder: um manifesto**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BRITO, Sandra. **O carnaval e o mundo burguês.** Revista da Faculdade de Letras História, Porto, III série, vol.6, 2005, p.313-338.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ed. Rio de Janeiro: Bertrande Brasil, 2002.

BULÇÃO, Renata. **O Carnaval carioca e a construção de uma identidade brasileira**. Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.143-153, Nov. 2011.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Ulisses Corrêa. **A cultura carnavalesca em Porto Alegre: o espetáculo, a retórica e a organização da festa.** Revista Oe S, Salvador, v.20, n.64, p.165-182- Janeiro-Março-2013.

ERICEIRA, Ronald Clay dos Santos. **As mulheres nas letras das marchinhas carnavalescas (1930-1940).** Textos escolhidos de cultura e arte populares, Rio de Janeiro, v.10,n.2, p.93-107, Nov.2013.

GALINDO, Maria. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar: teoria y propuesta de la despatriarcalización.** Bolívia: Mujeres Creando, 2006.

GALINDO, Maria; SÁNCHEZ, Sonia. **Ninguna mujer nace para puta**. 1ed.Buenos Aires: Lavaca Editora, 2007.

LONER, B. A. ; GILL, Lorena Almeida . **Mulher, carnaval e etnia negra em Pelotas: muito além do samba.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7- gênero e preconceitos, 2006, Florianópolis. Fazendo gênero 7- gênero e preconceitos. Florianópolis: Editora Mulheres. v.1. p. 1-7.

LEAL, Caroline P. **As mulheres no Reinado de Momo: lugares e condições femininas no carnaval de Porto Alegre (1869-1885**). Dissertação- Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008.

LEMOS, Rosemar Gomes; CARVALHO, Lizandro Araújo de. **Família Samba no Pé - No carnaval a Revolução a partir da arte**. Anais do VIII Copene, UFPA-Belém, Pará 29 de julho a 02 de agosto de 2014.

MARÇAL, Katrine. **O lado invisível da economia: uma visão feminista**. São Paulo: Alaúde Editorial, 2017.

MAZIERRO, Ellen Karin Dainese. **Mundo às avessas: mulheres carnavalescas na ótica dos filmes de chanchada e da imprensa na década de 1950**. Dissertação (Mestrado em História)- UEP, Assis, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. IN: Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

NUNES, Juliana dos Santos. **"Somos o Suco do Carnaval". A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube 24 de Agosto**. Monografia- curso de Licenciatura em História- UFPel, Pelotas, 2010.

OLIVEIRA, Nadir Nóbrega. **Refletores para as mulheres que fazem os blocos Afros.** Anais Fazendo Gênero 9, Florianópolis, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, História e Poder**. Rev.Sociol.Polit.,Curitiba, v.18,n.36, p.15-23,jun.2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Quando Vargas caiu no Samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940.** Dissertação de Mestrado- Pós- graduação em História, UFRGS, 2008.

SAMPAIO, Edna Giovane dos Santos. **Clube Instrução e Recreio: família de Rainhas no carnaval arroio-grandense no século XX**. Monografia (graduação)- Licenciatura em História: UFPel, Pelotas, 2011.

SANTOS, Liliane de Santana. **Dominação, gênero e blocos Afroxé em Salvador**. XI Congresso Luso Afro brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (18201943).** Dissertação- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-graduação em História, PUCRS, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG), HALL, Stuart, WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 10ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SOIHET, Machel. **Reflexões sobre o Carnaval na Historiografia- algumas abordagens.** Revista Tempo, junho de 1998.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VON SIMSON, Olga R. de Morais. **Carnaval em branco e negro: carnaval popular paulistano (1914-1988).** São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

VON SIMSON, Olga R. de Morais. **Mulher e Carnaval: Mito e realidade (análise da atuação feminina nos folguetos de Momo desde o entrudo até as Escolas de Samba.** R. História, São Paulo, n.125-126 p.7-32, ago-dez/91 a jan-jul/92.

Descolonizando as Relações Internacionais: a raça e o racismo como categoria de análise

Mariana Felix de Quadros[1]

De acordo com a literatura decolonial, crítica e pós-colonial das Relações Internacionais o conceito de raça é fundamental para entender a estrutura hierárquica de poder, do qual a ordem vigente do sistema internacional é formada. A ideia de raça foi pensada de modo a outorgar legitimidade à imposição da conquista colonial, a partir da formação de um discurso sob colonizador/colonizado. Deste modo a noção de raça e sua diferenciação serviram para consolidar o colonialismo Europeu. Contudo, o mainstream das teorias de Relações Internacionais tem negligenciado essa categoria como um fator fundamental para a compreensão da dinâmica global e liberal atual. Mesmo temas não hegemônicos como o feminismo e o marxismo conseguem alcançar um lugar mais relevante que a questão racial neste campo. A partir disso, busca-se neste trabalho abordar as possíveis contribuições de elementos raciais para os estudos internacionais por meio da discussão da modernidade/colonialidade e geopolítica do conhecimento na América Latina. Parte-se do pressuposto da necessidade de pensar uma interseccionalidade entre raça, gênero e sexualidade na área das Relações Internacionais, sendo a primeira o objeto de estudo deste trabalho.

Introdução

Apesar da literatura decolonial, crítica e pós-colonial introduzir a importância da categoria de raça nas relações internacionais, a sua inserção e abordagem no ensino contemporâneo das Ris (Relações Internacionais) ainda é incipiente. Uma das razões para isso é a de que o mainstream das teorias das relações internacionais continua sendo a vertente mais aceita nos centros de ensino. Essas teorias tradicionais (Realismo, Liberalismo e suas vertentes) não questionam os instrumentos invisíveis/simbólicos utilizados para a manutenção do poder do ocidente sob as demais partes do globo, bem como os pressupostos raciais na anarquia dos Estados (um dos conceito-chave da vertente realista). A partir disso, é objetivo do presente trabalho identificar estratégias de inserção da categoria de raça como objeto de estudo no ensino das relações internacionais.

Propõe-se isso partindo-se do pressuposto que a falta de abordagem do tema, além de ser importante para a compreensão do sistema internacional, pode

[1]**Mariana Felix de Quadros**. Bolsista da Capes. Pós-graduanda do programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Bacharel em Relações Internacionais UFSM. Email: marianafelixdequadros@gmail.com.

constituir uma demanda dos discentes dos cursos de RI no país. compreendendo-a, como uma demanda tanto dos discentes dos cursos de Relações Internacionais, e também como primordial na compreensão do sistema internacional. Historicamente, o racismo circula na realidade internacional, seja por meio de regimes totalitários no século XX, processos de colonização no terceiro mundo, seja na realidade atual onde tal fenômeno hierarquiza grupos subalternos, dando início às novas formas de colonialidade e dinâmicas racistas (ARENDT; 1989, FOUCAULT; 1976, QUIJANO, 2005).

Neste sentido, se os Estados nacionais são um reflexo da realidade internacional, do ponto de vista da dicotomia entre e interno-externo, é possível pensar que, enquanto no plano interno há uma hierarquia de grupos socialmente vulneráveis e racialmente identificados, no plano externo há uma hierarquia entre Estados nacionais, cujos aqueles do Sul Global não apenas cumprem uma posição subalterna como também são visto racialmente como inferiores (SAID, p. 9, 1994). Portanto, apesar dos estudos raciais não cumprirem um papel central na hegemonia dos estudos internacionais, de maneira atemporal, seus efeitos continuam presentes em âmbito interno e externo aos Estados nacionais.

É a partir de um teórico decolonial, o Aníbal Quijano (2005), autor da obra *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, que o conceito de raça é abordado como uma ideia mental em diferenciar o colonizador do colonizado. Isso acontece, tanto pela necessidade de caracterizar aquele terá uma posição subalterna e inferior, e consequentemente, em legitimar tal desumanização. É o que evidenciamos por meio da discussão de modernidade/colonialidade. Em linhas gerais, o que esse teórico relata é que raça, entre outras categorias, é instrumento evocado para a dominação imperialista e colonial na América Latina. À exemplo disso, como já relatado, a posição hierárquica existente entre grupos estigmatizados no interior dos Estados nacionais. É nessa mesma linha que Mzembe (2018, p. 18), um teórico pós-colonial do continente Africano, ressalta

que a raça é presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, cujos fins é a desumanização e a dominação sob os povos do sul.

Deste modo, em um primeiro momento, será apresentado um debate analítico por meio da literatura proposta, acerca do conceito raça e racismo. Em um segundo momento, será apresentado a discussão sobre modernidade/colonialidade e raça, de forma que será apresentado as contribuições teóricas que enfatizam o conjunto de ideias que atribuem uma inferioridade construída a determinados grupos. E por fim, no terceiro momento as contribuições que tais estudos relacionam o conceito de raça para os estudos de Relações internacionais.

Raça e Racismo

Para Peter Wade (2011, p. 4), assim como a maioria dos cientistas sociais afirmam, a raça não pode ser definida em termos biológicos porque ela é uma construção social. Neste sentido, ao se constituir como um produto de processos sociais e coloniais em diferentes realidades, uma pessoa fenotipicamente igual a outra pode se definir racialmente diferente. Desta forma, apesar de biologicamente não existir raças, fenotipicamente ela existe, pois, pessoas são tratadas de forma discriminada pelos seus traços e cor da pele. Há uma grande discussão entre os que defendem o uso do conceito de raça dos que não defendem. Paul Gilroy (1998) faz parte do grupo que recusa o conceito de raça, uma vez que ele reflete historicamente um discurso científico e político racista, de tal modo que o uso do mesmo legitimaria toda sua carga negativa. Por outro lado, apesar de entender essa visão proposta por Gilroy, e afirmar que não se pode tratar raça de maneira biológica, Guimarães (1999) ao tratar sobre questões raciais no Brasil, enfatiza que esse conceito não é somente uma categoria política necessária para a luta antirracista. Mas, se torna também, uma categoria política

indispensável para se pensar as desigualdades associadas à raça, e não apenas, aquela de classe. Sob essa última compreensão que o presente trabalho se justifica.

Apesar das relações raciais obedecerem a uma certa matriz universal, as suas implicações precisam ser pensadas de sociedades para sociedades. No Brasil, por exemplo, a discriminação de classe é mais aceita que as de cunho racial, mas isso devido a todo processo histórico e político construído nesse território. Neste sentido, Silvio Almeida (2018) afirma que a raça não é um termo fixo, estático, tendo seu sentido sempre relacionado às condições históricas em que é utilizado. E continua, ao enfatizar que "Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que trata de um conceito *relacional* e *histórico.* Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas" (ALMEIDA, 2018).

A partir do exposto, é possível pensar que historicamente a raça opera sob dois pressupostos: 1) a partir de características biológicas, ou seja, onde a identidade racial é atribuída por algum traço físico (cor e traços negróides); e 2) a partir de características étnico-culturais, por meio de origem geográfica, língua, entre outros (ALMEIDA, 2018, p. 24). Nas Relações Internacionais esses dois pressupostos se fazem presentes, uma vez que os países do Sul Global são compreendidos como subdesenvolvidos ou fadados à desorganização política, através da origem geográfica, cultura e características por traços físicos.

Entende-se como definição de racismo "a forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam." (ALMEIDA, 2018, p. 25). Contudo, racismo não é simplesmente um ato discriminatório ao nível individual, se constituindo também como sistêmico.

> "[...] O racismo- que se materializa como discriminação racial- é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo pode levar à segregação racial, ou seja, à divisão espacial de raças em bairros-guetos, bantustões, periferias etc.-e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos- como escolas e hospitais- como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos EUA, o Apartheid Sul-africano e, para autoras como Michelle Alexander e Angela Davis, o atual sistema carcerário estaduniense." (ALMEIDA, 2018, p. 27).

Desta forma, como evidenciado, o racismo como estrutura pode moldar a organização de sociedades, perpassando aspectos individuais e institucionais. Ele não é uma exceção, ele é uma regra. Neste sentido, este trabalho abordará a concepção de racismo no nível estrutural, de modo a explorar a relação com o espaço internacional, e com isso, para o estudo das RIs.

Tendo em vista que a modernidade e a universalidade ocidental são fundamentais para a construção de raça como um aspecto estruturante do Sistema internacional, a próxima seção será discutida o conceito de modernidade/colonialidade a partir dos teóricos decoloniais e pós-coloniais.

Modernidade/Colonialidade e uso da raça

Sendo o fio condutor para os decoloniais e pós-coloniais, o conceito de Modernidade se refere a um núcleo central para compreensão de como os preceitos básicos do que é considerado "humano" e "racional" se moldam por forças de caráter universalizante, de modo que transformam o homem branco, europeu e cristão como "padrão", em prol dos demais, classificados como exótico e selvagem (ESCOBAR, 2017). "Não há modernidade sem colonialidade, sendo a última constitutiva da primeira (na Ásia, África, América Latina e Caribe)" (ESCOBAR, 2017, p. 185).

Portanto, a classificação por raça é um aspecto estruturante da modernidade, mas essa não se constitui apenas de raça. A exemplo disso, a discussão sobre a ideia de americanidade, onde se estabelece duas características desse termo considerado pelos decoloniais como basilares da modernidade. A primeira delas é a *colonialidade*, que se refere ao sistema interestatal hierárquico entre metrópoles e colônias, de modo que cria Estados com fronteiras artificiais, e nessa última, estabelece as regras de interação entre os Estados (QUIJANO; WALLESTEIN, 1992). A segunda característica é a etnicidade, homogeneizante por princípio, já que agrupa diversos grupos em um só nome: negros, índios, brancos, mestiços (QUIJANO; WALLESTEIN, 1992).

Essas categorias eram utilizadas para justificar os diferentes métodos de controle de trabalho; escravidão para negros e trabalho assalariado para brancos. O *racismo* sempre esteve presente na etnicidade, mas Quijano e Wallestein (1992) se referem ao racismo institucionalizado pelo Estado. Na América Latina, o racismo por meio da hierarquia étnica, se desenvolve por meio da dissimulação. Na América do Norte, nos Estados Unidos, onde havia maiores oportunidades de mobilidade social, a elite branca sustenta a segregação formal de grupos étnicos; seja proibindo negros de transitarem nos mesmos espaços que os brancos, ou, por meio da criação de fronteiras definidas para os indígenas (QUIJANO; WALLESTEIN, 1992).

Mignolo (2013) remonta a História Ocidental para dar ênfase às Grandes Navegações com o início do contato do “homem” com as demais “raças”. Assimilando outros períodos como a Renascença e a Revolução Francesa, o autor descreve como o uso político do discurso dos direitos humanos serviu na prática como instrumento à colonização aos povos do Sul. Deste modo, a colonização aos povos do Sul foi justificada por um discurso de levar a suposta “civilização e humanização”. Para Gilroy (2001) a modernidade nasce com a escravidão, portanto essa não pode ser pensada sem a mesma, uma vez que é

necessário pensar a colonização não somente de "cima" para "baixo", mas também através das próprias relações internas. Para ele o colonialismo já nasce mundializado, neste sentido, não se pode pensar colonialidade/modernidade sem as questões raciais.

Discutido a relação de modernidade/colonialidade, tendo como horizonte a categoria de raça, na próxima seção será relacionado as contribuições de elementos raciais para as teorias de R.I.

Contribuições de elementos raciais para a teoria de Relações internacionais

O objetivo deste trabalho parte de pensar novas formas de análise, não apenas para contribuir com as teorias tradicionais já estabelecidas. As Relações Internacionais foram institucionalizadas, cientificamente, em 1919, após a primeira guerra mundial com a criação de um departamento próprio na Universidade de Gales. Posteriormente, a área das Relações internacionais se estruturou sobre três grandes debates: 1°) Realismo *versus* idealismo, 2°) realismo *versus* behaviorismo, 3) debate interparadigmático. Contudo, ainda hoje, as teorias tradicionais continuam sendo aquelas mais relevantes nos centros de ensino. As teorias hegemônicas nas Relações internacionais (Realismo, liberalismo, e suas vertentes) enfatizam que o sistema internacional é anárquico, bem como que os principais autores são os Estados nacionais soberanos. Por anarquia entende-se "[...] à ausência de um governo e de leis que definem os parâmetros de comportamento e regulagem de um determinado espaço, provendo-lhe ordem (PECEQUILO, 2004, p.38), o que caracteriza essa realidade das relações entre os Estados como estática e imutável. O realismo enfatiza que não há uma entidade supranacional entre os Estados nacionais que regulam suas relações, práticas e ações.

Desta forma, tais atores estariam sob um regime anárquico no sistema internacional. Contudo, teóricos da literatura pós-colonial e crítica contestam tal afirmação ao mencionar que a anarquia do sistema internacional não é evidenciada pelo fato de ser baseada em relações hierárquicas. Ou seja, o ponto do debate para tais teóricos críticos, é que diferente da defesa dos tradicionais, há claramente tomadas de decisões supranacionais, sob domínio exclusivo dos Estados Ocidentais. Afinal, países do Norte possuem maior capacidade de poder econômico/político que os Estados do Sul.

Contrapondo tal visão apresentada, Wendt, um teórico construtivista, e, portanto, pertencente à literatura crítica, enfatiza que "[...] anarquia é o que os Estados fazem com ela" (WENDT, 1992, p. 395). Por trás desse conceito estático, dado como fundamental para as teorias hegemônicas, a pretensão é que a ordem do sistema internacional seja mantida. Nesta mesma linha, para os teóricos Chowdhry e Nair (2002) as teorias do mainstream são constituídas de racismo. Primeiramente, pela constatação de que os Estados Ocidentais soberanos são os únicos com uma organização política reconhecida e com uma identidade cultural homogênea. E segundo, posteriormente, ao implementar esse modelo, tais teorias tornam os Estados formalmente descolonizados como insignificantes para o campo anárquico, ao chamá-los de Estados Falidos (CHOWDHRY; NAIR, 2002).

A teoria pós-colonial se relaciona com a teoria feminista quando Said (1990) em *Orientalismo,* enfatiza que o oriental é visto a partir de características femininas nos discursos coloniais predominantes. Nesta linha, Spivak (1988), uma teórica feminista da Índia, complementa, ao abordar que a intervenção Britânica na prática Sati da índia teve como justificativa os "homens brancos salvando mulheres pardas de homens pardos". Ou seja, a mulher Indiana foi utilizada como justificativa para práticas coloniais na Índia, cujo o gênero, sem locus geográfico e cor/etnia não poderia justificar a sua posição de inferioridade em relação às mulheres e homens ocidentais no processo colonial. É nesse sentido que o

presente trabalho enfatiza que é necessária uma intersecção entre raça, gênero e política de localização para novas formas de análise que não aquelas eurocêntricas, e, portanto, racistas centradas na figura do homem branco.

Tendo em vista que, a modernidade é moldada por valores ocidentais, liberais/ individuais, os demais valores que são pautados no coletivo, acabam sendo obscurecidos. Exemplo disso, é quando o teórico pós-colonial Tieku (2011) enfatiza que o escopo universal é baseado nas assimilações europeias do mundo, através da Modernidade, fortalecendo a opressão de questões culturais, tanto do Sul Global, como das não-elites do Norte. Através de sua análise sobre as sociedades coletivistas na África, conclui que as histórias locais - como classificaram os autores latino-americanos - são severamente afetadas pelos processos de colonização. Ainda afirma que, o modo pelo qual esses povos já se organizavam nas diversas regiões do continente africano, se afasta da concepção individual e auto-interessada do homem branco europeu, onde imperam interesses racionais, e vinculados esferas do “eu” ao invés do “nós” (TIEKU, 2011). A partir disso, torna-se evidente a concatenação dos autores latino-americanaistas, e de Tieku (2011), já que o pensamento de ambos visas a complementação de epistemologias, mudando não só o conteúdo, mas os próprios termos da conversa.

Como abordado, as teorias tradicionais das Relações Internacionais são eurocêntricas, sendo necessário desmistificá-las com uma lente pós-colonial e decolonial. O objetivo aqui não é refutá-las, mas demonstrar como as questões raciais são negligenciadas. Ao mesmo tempo que demonstra como inserir tais estudos na área de Relações Internacionais. Contudo, é preciso enfatizar que para pesquisar questões raciais, nas RIs, não precisa necessariamente partir de da estrutura (sistema internacional) para pensar os sujeitos sociais (negros e negras). Os próprios sujeitos sociais podem ser um ponto de partida, como

acontecem em outras áreas, a partir da discussão de identidades (pós-modernidade e descentralização do indivíduo).

Considerações finais

A categoria de raça como estrutura, por meio de pressupostos pós-coloniais e decoloniais, realiza novas formas de análises sobre o funcionamento do sistema internacional. É preciso desmistificar os nuances discursivos racistas utilizados no passado; com novas estratégias no presente, pois dado que a categoria investigada neste trabalho é estruturante no sistema internacional, ela não pode ser relativizada ou invisibilizada para os estudos internacionais. Ao mesmo tempo, se compreende que existem outros aspectos que devem ser considerados relevantes como a questão de gênero e política de localização, o que chamamos aqui de interseccionalidade. Neste sentido, os sujeitos sociais (mulheres, grupos étnicos, entre outros) devem ser considerados como atores relevantes no sistema internacional, e não somente, os Estados nacionais.

As teorias tradicionais na área das RIs são ontologicamente limitadas. O objetivo do presente trabalho não foi em refutar as contribuições desses estudos para o ensino nesta área, mas ilustrar o que há de centralmente eurocêntrico nestas teorias, e por meio dos estudos raciais, reinterpretá-las de acordo com a realidade do Sul Global. É por meio da discussão entre modernidade/colonialidade, racismo como estrutura e epistêmico que é possível pensar as relações raciais nas Ris, e desta forma, aproximá-la da realidade dos povos subalternos. Portanto, parte dessa discussão demonstra ser fundamental rearticular os sujeitos sociais nas RIs, construir novas epistemologias a partir do Sul, e interssecionalizar raça, gênero e política de localização.

Referências

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
CHOWDHRY, Geeta; Nair, Sheila (2002): **Introduction:** Power in a postcolonial world: race, gender, and class in international relations. En: Chowdhry, Geeta; Nair, Sheila.*Power, postcolonialism and international relations: Reading race, gender and class*. London: Routledge, p. 1-32.
ESCOBAR, Arturo. Worlds and knowledge otherwise: the Latin American modernity/coloniality research program. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2/3, p. 179-210, 2007.
GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia.** São Paulo: Editora 34, 2012. p. 137- 177. Cap. 5.
GILROY, Paul. "**Race ends here".** Abingdon, Oxford: Ethnic and Racial Studies, vol. XXI, n° 5, p. 838-47.
GILROY, Paul. **O atlântico negro:** modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001. p. 432.
FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France (1975- 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
MZEMBE, Achille. **Necropolítica:** Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.
MIGNOLO, W. *Capitalismo y geopolıtica del conocimiento.* Buenos Aires: Ediciones del Signo. 2001.
PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais:** temas, atores e visões. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. **Americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial**. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, v. 44, n. 4, p. 583-591, 1992.
SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
SPIVAK, Gayatri C. "**Can the Subaltern Speak?"** In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Larry (Ed.). Marxism and the Interpretation of Culture. Urbana: University of Illinois Press, 1988. p. 271-313.
TIEKU, Thomas Kwasi. 2011. "**Collectivist Worldview**: Its Challenge to International Relations." In Africa and International Relations in the 21st Century,

edited by Scarlett Cornelissen, Fantu Cheru, and Timothy M. Shaw. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

WADE, Peter**. Raza y naturaleza humana**. Tabula rasa, enero-junio, 2011, p. 205-226. Universidad colégio Mayor de Cundinamarca. Bogotá, Colombia. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/396/39622094009.pdf. Acesso em: 15 set. 2018.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it .** International Organization, v 46, n.2, 1992. p. 391-425.

O Lúdico no Espaço de Memória Militar
The playful in the Military Memory Space

Augusto Machado Rocha[1]

Resumo: Este trabalho procura levantar as possibilidades de reinvenção do espaço Museológico como um local de ensino, a partir de uma perspectiva lúdica, trazendo reflexões sobre a construção do conhecimento como algo conjunto e não individualizado na figura do mediador. A perspectiva lançada sobre este texto está amparada na prática de Estágio de Docência em História III - Educação Patrimonial, realizada no Museu Militar do Comando Militar do Sul, ao mesmo tempo em que é realizada uma análise do espaço (e possibilidades de trabalho) procuramos apresentar novas possibilidades de uso.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Museu Militar, Ludicidade na prática docente.

Abstract: This work seek storaise the possibility of reinvention of the museological space as a place of education, from a playful perspective, bring in reflections on the construction of knowledge as something whole and not individual case in the figure of the mediator. The pespective cast on this textis supported in practicen training course of heritage education, held at the military Museum of the Southern military command, while this analys is of the space (and possibilities) we seek to presente new possibilities of use.

Keywords: Patrimonial Education, MilitaryMuseum, Playfulness in teachinfpractice.

> "São 9:00 horas da manhã e o centro de Porto Alegre já se encontra em polvorosa. Na Rua dos Andradas, o Museu Militar do Comando Militar do Sul abre suas portas e se prepara para receber a primeira turma do dia, agendada para visitação. O soldado responsável pela mediação encontra-se a espera da turma no hall de entrada, observando o grupo de alunos, jovens do quinto ao nono ano, atravessando a Rua, saindo da Igreja das Dores para adentrar no Museu. O grupo de 50 crianças entra no Museu, sob as orientações das professora de 'não corram', 'não toquem em nada é um museu', 'fiquem quietos', enquanto o hall se enche, observamos os olhares das crianças se dirigindo para os carros de combate, unido ao desejo de entrarem e 'brincarem' naqueles objetos pertencentes ao acervo do Museu. Ao longo dos primeiros minutos de mediação notamos que os jovens, em virtude das instruções das professoras, mantem-se em silêncio observando as explicações mas com o tempo elas começam a conversar baixinho, ficando dispersas, e então, chegamos ao momento da visitação do pátio dos blindados, onde o grupo de alunos torna-se mais animado e interessado".

[1] Graduando em História Bacharelado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail:amrocha721@gmail.com.

O espaço museológico é diverso. Podemos encontrar um Museu voltado para as Belas Artes, assim como um espaço Histórico ou de memória Institucional, que visa recuperar as memórias de alguma instituição. O Museu Militar do Comando Militar do Sul (MMCMS), localizado na cidade de Porto Alegre, se constitui como uma mescla entre um local Histórico e Institucional, tendo em vista que ele se preocupa com os momentos históricos, envolvendo o exército (a atual exposição temporária trata sobre as "Armas da FEB - Força Expedicionária Brasileira", falando sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial), ao mesmo tempo, em que sua organização propõe uma retomada da história bélica principalmente no que se refere ao Forças Armadas Brasileiras e aos materiais utilizados por esta, nos mais diversos períodos).

O museu foi idealizado no ano de 1994 com o intuito de preservar, conservar e expor objetos históricos do Exército Brasileiro e do Comando Militar do Sul, que compreende os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo inaugurado em 25 de maio de 1999 – como apresentado no regimento e estatuto da instituição. No ano de 2012 o museu passou por reformas, elas incluíram os rebocos e a colocação de uma cobertura interna com telhas translúcidas para proteger o pátio principal e também salvaguardar os veículos ali expostos da ação do tempo. No Brasil, existem apenas outros dois espaços utilizados pelo exército com um caráter museológico, ambos no Rio de Janeiro, como pode ser percebido através de uma busca por espaços de memória mantidos pelas Forças Armadas, informação existente no site do exército.

O acervo conta com mais de quatro mil peças, conforme apresentado pela museóloga da instituição Tenente Natália, contém coleções de carros de combate e transporte, uniformes, armas, equipamentos, capacetes, vestuários, heráldica, fotos e documentos, do período colonial aos dias atuais. Os principais itens do Museu, no que se refere a sua exposição permanente, são os carros de

combate, porém, o trabalho realizado ao longo das mediações constrói a reflexão de que o próprio prédio, dada sua antiguidade, de certa forma, compõem o acervo.

Esta instituição museológica procura desenvolver seu espaço para a fomentação a práticas escolares dentro do Museu, utilizando-se de cursos para a capacitação[2] de estudantes para a aquisição de conhecimentos no que se refere ao local museológico (sua organização, estruturação e a utilização de suas dependências como ferramenta de aprendizagem) e para professores, com o objetivo oferecer embasamento e instrução aos educadores da rede de ensino básica, buscando incentivar um aumento nas visitações aos espaços de memória, ao mesmo tempo, em que criar no Museu uma atmosfera que vise o ensino, e não apenas um passeio fora da escola. Neste contexto realizei meu Estágio Docência em História III - Educação Patrimonial no Museu Militar do Comando do Sul, adentrando em um espaço preenchido por um (pré) conceito por parte dos estudantes de história, que acabam evitando ambientes de conotação militar. O objetivo de participar da disciplina de Estágio Docência em História III é o de:

> Explorar arquivos, memoriais, centros culturais, museus, acervos particulares com acesso permitido, exposições permanentes ou temporárias, etc. [...] Também discute questões de ordem teórica, apoiada nas noções de memória, de ensino de história e de patrimônio cultural. A carga horária dessa disciplina está distribuída em três momentos: atuação nas instituições culturais, aulas presenciais na Universidade e orientação individual ou em grupo[3]. (GIL, C. Z. de V. e PACIEVITCH C. 2015, pp 30)

[2] Ordem de Serviço Nº 15 E5. MMCMS "Projeto de 'Educação Museal'". Porto Alegre, 10 de julho de 2017, página 01: "Cujos objetivos são: estreitar o relacionamento entre a sociedade e o Exército Brasileiro; facilitar e incentivar o acesso da sociedade aos espaços culturais; aperfeiçoar docentes que levam as turmas ao MMCMS, visando integrar, de forma qualitativa, as escolas visitantes com a Instituição; oferecer, aos docentes, preparação teórica e metodológica sobre expografia e pesquisa; criar condições de diálogos entre a Equipe do museu e os educadores e estabelecer, de forma contínua, o aperfeiçoamento dos militares do MMCMS para recepção das escolas".

[3] GIL, C. Z. de V. e PACIEVITCH C. "Patrimônio Cultural e Ensino de História: Experiências na Formação de Professores". Revista Opsis, Departamento de História e Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás. Volume 15, Número 01, 2015. Página 30.

Desta forma, a prática do estágio visa oportunizar que o graduando em história conheça o seu papel além do existente na sala de aula, para tal esta disciplina divide-se na seguinte carga horária: 60 horas de atividades coletivas (voltadas para discussões teóricas), 15 horas de orientação individual com a professora universitária, 20 horas destinadas ao planejamento da ação educativa e 40 para a realização das ações propostas. O objetivo para o estudante é o de que, através dos espaços de atuação, o universitário realize:

> observações, monitoria e docência em história, acompanhando as atividades cotidianas das instituições culturais, em especial as ações educativas (acompanhar o mediador nas visitas guiadas, participar das reuniões de estudos organizadas pela instituição e propor atividades com o acervo). Algumas das instituições têm reservado uma parte da carga horária para a formação dos estagiários promovendo debates, leituras e estudo das ações educativas que, em alguns casos, encontram-se sistematizadas e publicadas[4]. (GIL, C. Z. de V. e PACIEVITCH C. 2015, pp 30)

A realização do Estágio no Museu Militar está vinculada a participação no curso de "Práticas Museológicas"[5] oferecido pela instituição, visando o desenvolvimento de noções práticas sobre museologia (o funcionamento dos Museus, com algumas especificidades voltadas para o MMCMS) e a realização de mediações para os visitantes. Ou seja, o Museu, ao se abrir para receber estudantes universitários da licenciatura, procura oferecer a maior base possível no que se refere à apropriação de noções e conhecimentos que possibilitem a realização de práticas que contemplem tanto os visitantes quanto aos estagiários, de forma que torne viável a utilização do espaço museológico como um gerador

[4] GIL, C. Z. de V. e PACIEVITCH C. "Patrimônio Cultural e Ensino de História: Experiências na Formação de Professores". Revista OPSIS, Departamento de História e Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás. Volume 15, Número 01, 2015. Página 30.

[5] Os soldados lotados no Museu Militar do Comando Militar do Sul atuam como mediadores das exposições. Em virtude disto, estes militares frequentam o curso de "Práticas Museológicas" de maneira a adquirirem conhecimentos sobre o espaço museológico, de modo que possam guiar as turmas visitantes embasados em um conhecimento sobre a instituição e seu acervo.

de conhecimento para estudantes da rede pública de ensino, através da prática de jovens graduandos.

A prática de estágio nesta instituição me levou a observar a situação apresentada logo no começo deste texto: a percepção e uso do local museológico como um espaço lúdico para os estudantes, como que complementares a ideia de "passeio escolar". Desta forma, a problemática que procuraremos desenvolver, e de certa forma responder, ao longo deste trabalho, será a seguinte: "qual o potencial do acervo de blindados do MMCMS para colocar em diálogo a ludicidade e a historicidade em ações educativas com crianças?".

O lúdico e sua prática

A palavra "lúdico" possui diversos significados, de maneira que ao trabalharmos com esta temática devemos refletir sobre a multiplicidade deste conceito no que se refere a prática da docência, bem como fora deste campo. Johan Huizinga, em "Homo Ludens: O Jogo como Elemento Cultural" afirma que o uso de elementos lúdicos data de um período anterior as primeiras civilizações, onde o jogo (compondo a ludicidade) seria um espaço regrado, voltado para o desenvolvimento das relações intersociais ordenadas (no que se refere ao tempo e ao espaço).

Desta forma, para este filósofo, a ludicidade é um elemento das práticas, ou seja, um dos componentes das ações desenvolvidas pelos seres humanos, no que se refere ao processo de estreitar e ampliar a relação entre as pessoas – podendo ser compreendida como uma metodologia (a partir de traços culturais) para se buscar uma compreensão através de uma representação diferenciada. Para tal afirmação podemos apresentar a seguinte citação:

> Huizinga (1980) situa o lúdico como um elemento da cultura, presente em todas as formas de organização social, das mais primitivas às mais sofisticadas. Concede-lhe uma função significante, ou seja, afirma que a essência do lúdico não é material, uma vez que ultrapassa os limites da realidade física, encerra um determinado sentido, transcendendo as

> necessidades imediatas da vida. O lúdico traz em seu enredo a representação da realidade (matéria, natureza) recriada metaforicamente. Trata-se da realização de uma aparência. Pressupõe uma mudança de perspectiva para a esfera teatral ou representativa, em que as coisas são aceitas pelo que são vivenciadas. É a lógica do faz de conta, do 'como se'[6]. (ALVES, F. D. 2009, pp 46).

Desta forma, construir estratégias pedagógicas que tenham o lúdico como inspiração tem como potencial a geração de novas representações do mundo, , possibilitando a reinterpretação de antigos pensamentos e gerando formas diversificadas de raciocinar-se. Quando a organização do trabalho pedagógico tem a ludicidade em seu horizonte, sinaliza-se uma possibilidade de ampliação de conhecimentos para além do verbal, aberto para a imaginação e para o não convencional. O trabalho com esta metodologia torna possível a utilização de objetos e imagens para representarem algo que antes estaria em um ambiente restrito (livros e imaginação) de forma que seja possível ampliar os conhecimentos de uma forma além da "convencional".

Karen Milla da Almeida França trabalha com a questão do jogo como uma forma de linguagem, desta forma é possível ligar esta perspectiva ao espaço de ensino, tendo em vista que o lúdico pode se tornar uma forma para o desenvolvimento de uma aprendizagem por parte dos estudantes. Como seu texto indica, existe uma multiplicidade de ações compondo o espaço lúdico:

> Calcados no grande número de significados que a atividade lúdica foi ganhando desde a sua origem, nos é permitido dizer a partir de uma visão global que o jogo já foi concebido como competição, como brincadeira, como movimento, como um entretenimento, uma recreação, um relaxamento, um passatempo, e, inacreditavelmente para finalizar temos o verbo japonês *asobu*o significado de 'estar desempregado'[7]. (FRANÇA, K. M. de A., 2007, pp 42).

---

[6] ALVES, F. D., "O lúdico e a educação escolarizada da criança". In: OLIVEIRA, ML., (Im)pertinências da educação: o trabalho educativo em pesquisa [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Página 46.

[7] FRANÇA, K. M. de A., "Jogo e Linguagem", Revista Eletrônica do Grupo PET "Existência e Arte" – Ciências Humanas, Estéticas e Arte da Universidade Federal de São João do Rei, Ano III, número III, de janeiro a dezembro de 2007. Disponível em:

Desta forma, podemos compreender que o espaço do lúdico no meio do ensino não se trata de uma "brincadeira", mas sim de uma possibilidade de interação dinâmica entre a prática da docência e atividades que façam com que os alunos interajam dentro das características do lúdico, segundo Huizinga: afastamento do mundo cotidiano, regras, magia, desafio e, por vezes, competição. Através da leitura de Huizinga percebemos que lúdico no espaço de ensino não se trata, apenas, de diversão, mas sim de uma prática ordenada visando uma aprendizagem ampla e que interesse aos estudantes, algo percebido através da reflexão da leitura e realização da prática da atividade lúdica. Assim, o lúdico "é uma atividade que se processa dentro de certos limites temporais e espaciais, segundo uma determinada ordem e um dado número de regras livremente aceitas, e fora da esfera da necessidade ou da utilidade material"[8](HUZINGA, J. 1990, pp 147), ou seja, apesar de não ser uma metodologia "necessária", no que se refere a utilizações de objetos reais, ela pode se tornar diferencial para o desenvolvimento de atividades educacionais, apesar de poder estar amparada apenas no ato de fala dos professores.

Desta forma, a reflexão que procuramos realizar é que apesar de trabalharmos com a ludicidade do espaço museológico devemos compreender que o conceito de "lúdico" é muito mais amplo do que a sua mera compreensão como um conjunto de "brincadeiras e risadas", sendo possível desenvolvermos atividades com ou sem a utilização de objetos e desta forma realizarmos uma atividade de imersão que possibilite uma grande inserção do aluno ao conhecimento histórico. A partir deste momento nosso texto irá se direcionar para uma percepção de possibilidades de abordagens lúdicas no Museu da utilização de práticas lúdicas para o desenvolvimento de ações educativas, focadas na realização de atividades nos ambientes museológicos.

[8] HUZINGA, J. "*Homo Ludens:* O Jogo como Elemento Cultural". São Paulo, Perspectiva, 1990. Página 147.

Da teoria a prática

A sala de aula, às vezes, torna-se um espaço constante e sério, onde os estudantes acabam por não encontrarem a motivação necessária para o desenvolvimento de seus estudos. As saídas a campo, por vezes, tornam-se a principal ferramenta para a prática de um ensino lúdico e que proporcione uma maior dinamicidade para a aquisição do conhecimento por parte dos estudantes, desta forma, queremos refletir sobre o as possibilidades de abertura para a ludicidade em espaços de memória, neste caso o MMCMS.

O espaço museológico muitas vezes é compreendido como um local fechado, onde a ordem e o silêncio deveriam ser os regentes do caminhar pela exposição, de maneira que os visitantes aprendam, mas sem a possibilidade de uma interação com o exposto. Porém ao século XXI estudos na área da educação trouxeram mudanças para a questão do ensino, tornando necessário o desenvolvimento de uma educação que pudesse dialogar com os alunos, deixando de lado métodos totalmente expositivos (visto como ultrapassados), como podemos perceber na citação abaixo:

> Nos últimos anos, as necessidades de superar o modelo tradicional de escola, com suas metodologias de ensino comumente excludentes, e de relacionar ao plano do vivido os saberes artísticos e científicos historicamente acumulados, professores e pesquisadores da educação têm proposto e analisado práticas de ensino adequadas às novas linguagens e tecnologias, buscando construir aprendizagens significativas a partir de situações de interação; logo, neste cenário, os jogos têm sido recuperados como estratégias de transmissão/construção do conhecimento[9]. (ANTONI, E. e ZALLA, J., 2013, pp 150).

Logo, o Museu Militar do Comando Militar do Sul enquadra-se nesta ideia, tendo em vista que seu espaço, organização e as orientações recebidas quando do ingresso no Museu buscam trazer uma nova percepção para seus

[9] ANTONI, E. e ZALLA, J. “O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em história”. In: GIACOMONI M. e PEREIRA, N. Porto Alegre: Evangraf, 2013. Página 150.

visitantes, onde podemos interagir com o acervo e não apenas observar a certa distância. A prática do Museu, entretanto, levanta dois problemas: ao passo que a instituição busca oferecer uma atividade mais dinâmica para seus visitantes, ela encontra um desafio no que se refere à forma como as escolas enxergam o Museu, optando pelo espaço apenas como lugar de diversão e não de aprendizagem a partir da ludicidade.A dinâmica oferecida pelo espaço de memória militar, em Porto Alegre, busca unir um conhecimento histórico sobre o exército a possibilidade de interação com este meio, papel desenvolvido pelos carros de combate que possibilitam ao estudante o conhecimento deste ambiente interno (dois blindados da exposição permanente permitem esta interação). Mas para encontrarmos algumas possibilidadespara nossa questão devemos refletir de que modo a proximidade com o acervo pode ampliar a possibilidade das ações educativas propostas pelos mediadores no que se refere ao seu vínculo com a historicidade.

A abertura do Museu Militar, no que se refere à aproximação do acervo dos visitantes, pode ser vista como uma tentativa de incentivar o interesse pela história através da imaginação, o que possibilitaria a inserção da história através de um primeiro contato com a memória (filmes e desenhos que retomam a temática militar). Logo, a tática desenvolvida pelos profissionais do Museu é a de apresentar a história militar através do interesse gerado a partir dos carros de combate. Porém para que este modelo de construção dê certo, principalmente no que se refere ao estudante visitante da rede de ensino básica, devemos refletir em como realizar atividades que tenham um grande potencial de aprendizagem para os estudantes, de forma que estes não sintam-se em um “simples passeio escolar”, devemos ter o cuidado para que nossa ação e narrativa consiga cumprir:

> Um papel pedagógico [de maneira] que a brincadeira deve ter intencionalidade: o problema de fazer do jogo um modo de ensinar e aprender, inserindo-o em um projeto, é que muito facilmente pode escorregar para a atividade dirigida. Torna-se jogo didatizado. Assim são

> inúmeros jogos que funcionam como "isca" para fisgar o interesse do aluno no ensino, promovendo a aprendizagem. Fica a pergunta: por que é preciso disfarçar a aprendizagem? Jogos utilizados para encobrir o ensino são tão autoritários quanto o ensino que pretendem criticar, com seu uso, pois o aluno/jogador é manipulado. Se o que é criticado no ensino "tradicional" e que justifica o uso de atividades lúdicas é o autoritarismo do professor, que centra em sua perspectiva do conhecimento o ponto de partida para o ensino, tornando-o diretivo, e a passividade a que é condenado o aluno, de que forma pretende ultrapassar tudo isto em um jogo que "engana" o aluno, ensinando, sem que ele "nem note", conteúdos desprovidos de sentido?[10]. (FORTUNA, T. R., 2000, pp. 152).

Desta forma o exercício desenvolvido pelos mediadores do Museu pode ser bem planejado e comunicado para a escola visitante, de maneira que os professores sejam parceiros das atividades propostas, incentivando o interesse e participação, os professores podem ser os maiores aliados para o desenvolvimento de atividades lúdicas em um espaço como o MMCMS. A problemática encontrada no Museu é a de como realizar a união destas atividades, tendo em vista que os visitantes, em sua maioria, acabam atraem-se mais pela imaginação existentes nos carros blindados do que pela história existente nestes artefatos, que nos é contada através dos objetos que compõem o seu acervo.

Ao longo deste texto, visualizamos como a melhor forma de encontrarmos uma solução para este trabalho a seguinte reflexão, se queremos ampliar o potencial do acervo do MMCMS, no que se refere ao diálogo entre ludicidade e historicidade, através das ações educativas propostas pelos mediadores, por que não alteramos o modo como à exposição é apresentada? Ao invés de tornarmos o pátio dos blindados o ápice da exposição, por que não fazemos com que este seja o primeiro estágio da visitação, de maneira com que possamos trabalhar de forma lúdica na apresentação do Museu, e desta forma

[10] FORTUNA, T. R. Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org.) Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica, 6). Página 152.

fomentar a interpretação e questionamento por parte dos estudantes sobre o espaço museológico.

Os carros blindados, principal objeto da exposição, são os itens com maior potencial lúdico, de maneira que a entrada dos estudantes no Museu, com este primeiro contato podemos gerar um novo horizonte de reflexões e possibilidades para a aprendizagem dentro do espaço museológico. Com a utilização dos blindados conseguimos inserir os estudantes em um espaço possível de novas interpretações, através de perguntas chaves realizadas em meio a entrada na exposição, através da fala dos mediadores, tais como o seguinte exército de reflexão ao instigar os alunos a entrarem nos blindados: " tente se imaginar como um ou uma combatente: em que época você vive? Está lutando em uma guerra ou em uma missão de paz? O que você sente ao entrar no blindado? Quem são as pessoas ao teu lado? Como era sua vida antes de entrar no exército?".

Através destes questionamentos procuramos realizar uma introspecção dos estudantes com relação ao espaço que eles estão ocupando, de maneira a gerar um interesse maior – buscando dividir o resultado das reflexões entre os membros da turma visitante, tornando possível, que com esta atividade, fomentemos uma ampliação da capacidade da turma se inteirar e compreender o universo do Museu, a partir deste primeiro local de memória.

O objetivo de uma mediação a partir dos blindados levará a uma nova interpretação do espaço de memória que mais atrai atenção dentro deste museu. Instigar o aluno a olhar com atenção para o blindado e explorá-lo pode auxiliar na narrativa da história deste objeto (ao guiar para a compreensão do material, cor, símbolos, período, etc). Ao realizarmos esta atividade, conseguiremos envolver os estudantes com a exposição, distanciando-nos da ideia que muitos fazem do espaço do MMCMS como um local de diversão e brincadeiras, ampliando as possibilidades de aprendizagem com este local de memória. Como ação final,

para tornar o conhecimento desenvolvido, e construído, pelos estudantes podemos propor a confecção de cartas, por parte dos alunos, direcionadas para os soldados que teriam lutado em determinadas armas (refletindo sobre sua época), buscando expor o sentimento e o aprendizado com a visita ao espaço museológico.

Conclusão

A interpretação buscada por Tania Fortuna pode ser um caminho para refletirmos sobre como o uso da metodologia lúdica pode se inserir em um ambiente como o MMCMS, pois como ela explica:

> Na Hermenêutica Filosófica o intérprete propõe um significado provisório, a ser revisto em seguida por causa dos preconceitos do próprio interprete ao confrontar-se com o horizonte daquilo que está sendo interpretado, seja um texto, objeto, situação ou parceiro no diálogo. Por isso, pode-se dizer que, com a Hermenêutica Filosófica, a interpretação está situada dentro do horizonte mútuo do interprete e da coisa a ser interpretada[11]. (FONTOURA, T. R. 2011, pp. 44).

Ou seja, em Museu como o que está sendo trabalhado neste texto a incorporação desta forma de ensino pelos mediadores poderá gerar um conhecimento amplo, baseado na construção de significados a partir do que está sendo apresentado aos alunos, pois, como continua a autora:

> Ao questionar os professores sobre sua formação lúdica através das atividades propostas, os relatos assim gerados suscitam interpretações que são, por sua vez, também perguntas, cuja resposta é, enfim, a compreensão. Esta compreensão, porém, é apenas um estágio desse processo interminável, se bem que progressivo, pois, como pondera Gadamar, os significados são sempre incompletos, motivando novas perguntas que originam novas respostas, [...] trata-se de um contínuo 'perguntar-se através da interpretação e receber uma resposta pela compreensão'[12]. (FONTOURA, T. R. 2011, pp. 44).

---

[11]FONTOURA, T. R. A Formação Lúdica Docente e a Universidade: Contribuições da Ludobiografia e da Hermenêutica Filosófica. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 425 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983. Página 44. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35091.

[12] Ibidem. Página 44.

Referências Bibliográficas

ALVES, F. D., "O lúdico e a educação escolarizada da criança". In: OLIVEIRA, ML., (Im)pertinências da educação: o trabalho educativo em pesquisa [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ANTONI, E. e ZALLA, J. "O que o jogo ensina: práticas de construção e avaliação de aprendizagens em história". In: GIACOMONI M. e PEREIRA, N. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

FRANÇA, K. M. de A., "Jogo e Linguagem", Revista Eletrônica do Grupo PET "Existência e Arte" – Ciências Humanas, Estéticas e Arte da Universidade Federal de São João do Rei, Ano III, número III, de janeiro a dezembro de 2007. Disponível em: https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/existenciaearte/Edicoes/3_Edicao/JOGO%20E%20LINGUAGEMkaren.pdf.

FONTOURA, T. R. A Formação Lúdica Docente e a Universidade: Contribuições da Ludobiografia e da Hermenêutica Filosófica. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 425 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983. Disponível em: http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35091.

FORTUNA, T. R. Sala de aula é lugar de brincar? In: XAVIER, M. L. M. e DALLA ZEN, M. I. H. (org.) Planejamento em destaque: análises menos convencionais. Porto
Alegre: Mediação, 2000. (Cadernos de Educação Básica, 6).

GIL, C. Z. de V. e PACIEVITCH C. "Patrimônio Cultural e Ensino de História: Experiências na Formação de Professores". Revista OPSIS, Departamento de História e Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás. Volume 15, Número 01, 2015.

HUZINGA, J. "*Homo Ludens:* O Jogo como Elemento Cultural". São Paulo, Perspectiva, 1990.

Fontes Medievais como objeto de Estudo: O Caso da *Legenda áurea*

Augusto Machado Rocha[1]

Resumo: A perspectiva proposta por este trabalho é a de analisar a utilização de fontes do medievo para o desenvolvimento de pesquisas sobre este período. O documento central nesta análise é a Legenda áurea, de Jacopo de Varazze. O objetivo é o de, a partir do documento analisado, encontrar lacunas no desenvolvimento de pesquisas referentes ao trabalho de Jacopo de Varazze, procurando trazer novas perspectivas para os estudos medievais a partir deste documento. O principal horizonte que se pretende abrir é o das possibilidades de trabalhos relacionados com a representação do Islã proposta por Jacopo de Varazze. O desenvolvimento deste trabalho parte da leitura do último capítulo da *Legenda áurea* (denominado como de "São Pelágio") como exemplo de perspectivas de estudos e suas ausências. Neste trabalho trago como foco as possibilidades oferecidas pela *Legenda áurea*, diante da ausência de análises referentes a outras culturas existentes neste documento.

Palavras-chave: Manuscritos Medievais como Fonte; *Legenda áurea;* Novas Perspectivas de Estudos.

Abstract: The proposed perspective for this work is to analyze the use of medieval sources for the development of research on this period. The central document of this paper is the *Legenda aurea*, by Jacopo de Varazze. The objective here is the search for gaps in the development of works about Jacopo de Varazze text. The main horizon we want put in spotlight: is the possibilities of works related to the Islam representation, by Jacopo de Varazze. The development of this work begins with the reading of the last chapter of the *Legenda aurea (*called of “Saint Pelagius”) as an example of studies perspectives and their absences. Here, I bring as a focus the possibilities to be found in the works of Jacopo de Varazze, in opposing to the lack of studies in the culture perspective.

Keywords: Medieval Manuscripts as Source; Legenda aurea; New Perspectives of Studies.

Introdução

O primeiro passo para a realização deste trabalho foi a reflexão quanto a fonte central para a análise: a *Legenda áurea*[2], de Jacopo de Varazze. Ao utilizar o capítulo de São Pelágio, Papa, como central para o desenvolvimento de novas perspectivas de estudos a partir deste manuscrito, busca-se analisar o conjunto da *Legenda* pelo diferente. Este capítulo, ao abordar uma perspectiva voltada para o cenário político de formação dos territórios italianos, acaba por se

[1] Graduado em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós Graduando em Docência na Educação Profissional e Superior. E-mail: amrocha721@gmail.com.
[2] JACOPO DE VARAZZE. *Legenda áurea: vidas de santos*. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica Hilário Franco Júnior – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

diferenciar dos demais textos contidos na *Legenda Áurea*. É interessante de se perceber isso na medida em que a obra é definida como compilação hagiográfica, mas este texto aproxima-se mais de uma crônica. A hagiografia é um termo que pode ser sintetizado a partir das seguintes características:

> "HAGIOGRAFIA – Do grego hagiografia, escritos relativos aos santos. Sinônimo de "hagiologia", designa os textos destinados a relatar a vida dos santos. Comum desde a Idade Média nos países católicos ou que receberam influência da Igreja, a hagiografia ostentou caráter literário até o século XVII, quando passou a incorporar as preocupações cientificizantes despertadas na ciência historiográfica do tempo [...]."[3]

Assim, ao compreendermos o conceito de hagiografia como aqui apresentado é possível identificarmos como o capítulo sobre São Pelágio, Papa, na *Legenda Áurea* é distinto dos demais, pois se "a hagiografia medieval se constituiu como meio de elaboração e preservação da memória de santos e santas católicas"[4], no referido Capítulo não é o que ocorre. Ao contrário, temos a construção de "uma história universal" que englobaria boa parte do período de vida dos santos e santas presentes na obra e não um capítulo específico para estimular o culto a um santo chamado Pelágio.

A partir desta perspectiva inicial define-se que a *Legenda áurea* é um documento que possui mais de uma fase, dessa forma corroborando com a ideia de ampliarmos os horizontes de pesquisa, a questão, aqui trabalhada, é responder quais são estas possíveis abordagens e como realizá-las. Tendo em vista uma primeira análise quanto ao documento torna-se necessário conhecer o autor do mesmo, tendo em vista que Jacopo de Varazze é tido como um dos principais autores do medievo, em função da escrita da Legenda Áurea .Hilário Franco Júnior descreve a origem de Jacopo de Varazze da seguinte forma:

---

[3] MOISÉS, M. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultriz, 2004. P. 27.
[4] SANTOS, M. e DUARTE T. "A Escrita Hagiográfica Medieval e a Formação da Memória dos Santos e Santas Católicos", Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010. P. 1. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278263189_ARQUIVO_Textocompletofaz.genero.versaofinal.pdf. Acesso em: Setembro de 2017.

> "Jacopo, nascido em 1226 na cidade de Varazze, próxima a Gênova. Com dezoito anos de idade ele ingressara na Ordem Dominicana, em cuja hierarquia progrediu por sua cultura e zelo evangelizador, tornando-se a partir de 1267, por vinte anos, o líder da Ordem na importante província da Lombardia."[5]

Desta forma podemos perceber que desde jovem Jacopo de Varazze esteve unido ao movimento dominicano. Hilário Franco Junior afirma que ele teria como "objetivo imediato [...] fornecer aos seus colegas de hábito, os dominicanos ou frades pregadores, material para a elaboração de seus sermões"[6]. Ou seja, Jacopo de Varazze teria sido fundamental no desenvolvimento do material necessário para que os pregadores realizassem seu trabalho de divulgação da palavra do Senhor em via pública, construindo um perfil de cada santidade.

O trabalho de Jacopo de Varazze foi o de expandir o conhecimento e a facilidade do contato com conhecimentos eclesiásticos considerados corretos frente aos comportamentos considerados hereges. Desta maneira, a palavra sagrada, e o exemplo, conseguiriam encontrar um maior número de pessoas – ao longo de sua vida este trabalho lhe trouxe grande reconhecimento, como é demonstrado por Hilário Franco Júnior, informações que encontram respaldo no capítulo que Jacques Le Goff destina ao autor da *Legenda áurea,* em seu livro "Homens e mulheres da Idade Média", utilizado para analisar a figura do autor do documento base deste texto. Desta forma, podemos compreender o papel e a importância que Jacopo de Varazze possuí para este período, através da escrita de sua principal obra, a *Legenda áurea.*

[5]FRANCO JUNIOR, H. "Apresentação". In: JACOPO DE VARAZZE. *Legenda áurea: vidas de santos*. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica – São Paulo: Companhia das Letras, 2003. P. 12.
[6] IDEM. Ibidem. p. 12.

A *Legenda áurea* como instrumento de Pesquisa

A *Legenda Áurea* é um documento com muitas referências no Portal de Periódicos da CAPES[7] e na Plataforma Lattes, do CNPq.[8] Uma hipótese que pode explicar, no caso brasileiro, esses números é que a tradução para o português facilitou o acesso. Acrescentamos, também, que boa parte dos estudos baseados na *Legenda Áurea* utilizam este documento como base para um estudo do universo da santidade, ou seja, para uma análise da construção dos santos, ou em paralelo com a construção da ideia de outros autores ou figuras santas do período medieval. Podemos citar trabalhos como: "A Encruzilhada das Ideias: Aproximações entre a Legenda Áurea (Iacopo de Varazze) e a Suma Teológica (Tomás de Aquino)"[9] e "Hagiografia, propaganda e memória histórica. O monasticismo na *Legenda aurea* de Jacopo de Varazze"[10].

Os estudos referentes à *Legenda Áurea* cresceram após o ano de 2003, coincidindo com a publicação da tradução deste documento em língua

---

[7] De acordo com o Banco de Periódicos da CAPES existem 1042 trabalhos referentes à Legenda Áurea, em diversos idiomas, sendo que 804 materiais foram produzidos entre o ano 2000 e 2017. E quando avaliamos os estudos em língua portuguesa, para o mesmo período, os números de resultados caíram para 23 trabalhos. O termo utilizado para esta pesquisa no Banco da CAPES foi "Legenda Áurea", de maneira que todos os trabalhos que citam este documento foram apresentados. (pesquisa realizada no dia 25 de maio de 2018, às 22:10).

[8] TEIXEIRA, I.S. *A Legenda Áurea de Jacopo de Varazze: temas, problemas, perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2015. P. 100. "Entre os dados de 2013 e os encontrados em 2015 é possível notar alguns acréscimos. Na primeira ocasião, para uma busca que cruzava assunto – titulação – nacionalidade (hagiografia medieval – doutores e demais pesquisadores – brasileira) foram encontrados 105 resultados. Em consulta realizada em agosto de 2015 essa mesma busca resultou em 125 ocorrências. Trocando "hagiografia medieval" por *Legenda Áurea,* 60 resultados. Isso, em uma primeira constatação revela que quase 50% dos *curricula* cadastrados nessa plataforma e identificados na primeira busca se dedicam e/ou se dedicaram em algum momento ao estudo, análise e/ou orientação de trabalhos sobre a obra do dominicano Jacopo de Varazze".

[9] IDEM. "A Encruzilhada das Ideias: Aproximações entre a Legenda Áurea (Iacopo de Varazze) e a Suma Teológica (Tomás de Aquino)". Porto Alegre: UFGRS, 2007. 166 f. Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/10787. Acesso em 10 de outubro de 2017.

[10] ALMEIDA, N. B. "Hagiografia, propaganda e memória histórica. O monasticismo na Legenda Áurea de Jacopo de Varazze", Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, v. 7, n. 2, jul.-dez., 2014. pp. 94 - 111. Disponível em: http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/348

portuguesa, organizada por Hilário Franco Júnior[11], professor da Universidade de São Paulo. A partir desta tradução o número de trabalhos voltados para o estudo da Idade Média aumentou, e no que se refere ao estudo da *Legenda Áurea* os trabalhos tornaram-se mais volumosos e proeminentes, sendo que a maior parte destes está concentrada em trabalhos da graduação.

Podemos compreender que a partir do momento em que os pesquisadores brasileiros (independente de seu nível de formação) tiveram a possibilidade de trabalhar com um documento medieval em português os estudos sobre esta temática foram ampliados. Ao realizarmos um estudo baseado em nossa língua materna encontramos uma facilidade prática com o material de análise, mas ao mesmo tempo um desafio, pois com o uso de uma tradução – sem o devido cuidado – podemos acabar perdidos na interpretação do tradutor, que pode, por vezes, reinterpretar o sentido original do texto. Em meio aos estudos da *Legenda Áurea* é observado que,

> "A obra de Jacopo carrega a responsabilidade simbólica de armar os pregadores contra os inimigos da doutrina cristã, objetivando o combate às heresias e aos infiéis e a "manutenção" dos fiéis. Somando a isso, ainda percebemos a promoção dos preceitos religiosos propostos pela Igreja e a colocação da lei divina acima das demais, mesmo dos poderes imperiais."[12]

Desta forma, encontramos na *Legenda áurea* um documento que possui um direcionamento amplo, ou seja, não visa encontrar apenas um seleto grupo, como boa parte dos escritos do período medieval. Este texto, embora escrito em latim – o que limitava o público leitor - era direcionado para a elaboração de sermões, e, por isso, direcionado à comunidade cristã, tendo um amplo alcance, dado às diversas cópias e traduções[13] locais que aconteceram

[11] JACOPO DE VARAZZE. *Legenda áurea: vidas de santos*...Op. cit.
[12] FALCI, P. G. "Os Martírios na Construção de Santidades Gendrificadas: uma análise comparativa dos relatos da Legenda Áurea". Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), abril de 2008, p. 50.
[13] O estudo mais amplo, no que se refere a cópias e traduções pode ser encontrado na tese de Barbara Fleith "Studien zur Überlieferungsgeschichte der Lateinischen Legenda Aurea", publicada

entre sua escrita e o século XVI, como afirma Priscila Falci. Assim, a *Legenda áurea* apresenta-se como um vasto universo de possibilidades para a construção de pesquisas e problemas, dada à vasta quantidade de conteúdos que podem ser extraídos desta obra. Em virtude disto que este foi o documento escolhido como fonte em um trabalho que procura analisar as perspectivas de estudos medievais. Afirma-se que,

> "que um estudante em fase inicial de formação e com formação deficitária (ou não domínio) de outros idiomas entra em contato com os estudos sobre a *Legenda aurea* a partir da historiografia em língua portuguesa. Isso seria um indício do que podemos tratar aqui como uma certa "tradição" de estudos no Brasil sobre essa obra do século XIII. E, começando pela historiografia brasileira e a recorrência dos temas identificados nos parágrafos anteriores, podemos inferir que é no diálogo com esses estudos que problemas de pesquisa são gestados."[14]

Ou seja, supõe-se que boa parte do uso dado a *Legenda áurea* como fonte central, no Brasil, esteja baseado em sua tradução para a língua portuguesa. Esta facilidade tornou-se um grande diferencial para a utilização da *Legenda* no desenvolvimento de diferentes problemas de pesquisa, de forma que estes são utilizados para a construção de materiais comparativos, bem como de análises de determinadas temáticas dentro do próprio documento (como questões de gênero e dos processos do tornar-se santo).

A *Legenda* é uma pauta de estudos multifacetada por sua diversidade de relatos, possuindo mais de 150 biografias de santos, bem como um capítulo em si diferencial de um texto hagiográfico (o de São Pelágio). Desta forma se te, a possibilidade de construir um estudo sobre diversas questões de grande importância para os campos existentes na historiografia, diretamente relacionados com a Idade Média ou pensando-se no campo da teoria sobre o que representava um estudo histórico e o porquê das hagiografias englobarem esse conjunto.

---

em Bruxelas em 1991. Disponível em: https://hsslit.bsb-muenchen.de/metaopac/search?View=hsslit&id=hsslit69399.

[14] TEIXEIRA, I.S. *A Legenda Áurea de Jacopo de Varazze*...op. cit. p. 105.

A *Legenda áurea* é um documento escrito com o intuito de ser um material de apoio para os pregadores dominicanos, ou seja, de forma que os oradores pudessem elaborar sermões, sendo que a os relatos hagiográficos seriam usados como base dos argumentos dos frades. Sobre as atividades praticadas pelos pregadores, pode-se dizer que: "A pregação mendicante possui caráter social declarado, porque ela não se esgota na explicação bíblica ou exortação religiosa: é também e, sobretudo a proposição de modelos de conduta adaptados ao agir laico"[15], ou seja, a pregação busca envolver diretamente aqueles que a ouvem, gerando uma reflexão e incorporação de ideais.

Ao avaliar a *Legenda Áurea* como uma ferramenta para os pregadores compreende-se esse documento sob uma perspectiva como um trabalho escrito para ser adaptado para o uso oral. Desta forma, como Miatello afirma,

> "Nesse contexto, a pregação é algo fundamental, pois é um instrumento de comunicação de massa (D'AVRAY, 1985, p. 3) durante toda a Baixa Idade Média, senão antes. Temos milhares de relatos que indicam que os pregadores falavam às multidões; e temos milhares de manuscritos que registram milhares de sermões. É instrumento de comunicação, de formação moral, religiosa, mas também cultural e linguística, haja vista as pregações nos diversos vernáculos dos séculos XIII e XIV."[16]

Assim, visualiza-se a possibilidade da *Legenda áurea* ser um trabalho composto com um sentido amplo e com um alcance diverso. Desta forma, o trabalho de Jacopo de Varazze manifestaria uma necessidade particular de seu tempo, que seria o do contato dos pregadores com materiais que pudessem embasar as pregações públicas tão comuns no Norte da Península Itálica.

---

[15] RUSCONI, R. *Predicatori e predicazione (secoli IX-XVIII*). In: VIVANTI, Corrado. Storia d'Italia. Intelletuali e potere. Annali 4. Turim: Giulio Einaudi Editore, 1981. p. 948.
[16] MIATELLO, A. L. P. "Relações de poder e bem comum na Baixa Idade Média Italiana (século XIII – XIV)". Anos 90 (UFRGS. Impresso), v. 20, n. 38, p. 181 – 217, 2013. Pp 202 e 203.

Usos da *Legenda áurea*

A importância de se refletir sobre a construção feita por Jacopo de Varazze sobre diversos elementos de seu espaço geo-temporal deve ser a de demonstrar as motivações para tais construções, bem como analisar as consequências desta escrita, no que se refere ao desenvolvimento de um imaginário histórico-cultural, de diferentes povos. Neste momento devemos relembrar que Jacopo de Varazze

> "Se dedicou a uma obra que poremos considerar enciclopédia, cujo título mais antigo é *Legendae sanctorum*, mais conhecida para nós como *Legenda Áurea,* que reúne pequenas biografias de cerca de 180 santos, venerados segundo o ciclo do ano litúrgico. Este compêndio hagiográfico pode, sem exagero, ser considerado a obra de maior circulação, a mais lida, a mais copiada, a mais traduzida da Idade Média, depois da Bíblia, obviamente"[17].

Desta forma, a obra de Jacopo de Varazze foi uma das grandes divulgadoras do conhecimento na Idade Média, seja pela divulgação da vida de tantos Santos e Santas, que eram utilizados no momento das pregações em praça pública, tão comuns e importantes na Europa Medieval, e principalmente nas cidades italianas. De acordo com André Miatello,

> "A pregação não é um mero instrumento de divulgação dos ensinamentos doutrinários: ao contrário, durante o medievo latino, a pregação era um importante canal de mediação entre aspectos da vida social os mais diversos, dando coesão e sentido a experiências espirituais e políticas que eram compartilhadas comunitariamente. Tanto quanto a retórica cívica de Brunetto, a pregação esperava edificar a comunidade, cujos fundamentos não eram só religiosos, mas também políticos"[18].

Ou seja, a pregação de um texto, como o do "Capítulo de São Pelágio, Papa" onde a construção de um povo, uma cultura tem a ver com a criação de uma visão política do outro, onde ele se torna o herege, o errado, o inimigo a ser

[17] MIATELLO, A. L. P. "Cultura letrada, pregação e educação política no século XIII". In: TEIXEIRA I. e DE ALMEIDA C. Reflexões sobre o Medievo III: práticas e saberes no ocidente medieval II. São Leopoldo: Oikos, 2013. P. 107.
[18] MIATELLO, A. L. P. op cit. pp. 125.

combatido, até que encontre seu caminho para a salvação, como no caso dos Lombardos. Em seus estudos, João Guilherme Rangel defende que a pregação é o grande foco da *Legenda áurea.* O autor afirma que:

> "O combate às heresias empreendido pela Igreja desde o século XII, e principalmente no século XIII, não vai ocorrer apenas por meio da perseguição. Era necessário reprimir, mas também prevenir o alcance das falsas doutrinas. Nesse sentido, a pregação aparece como um meio capaz de "por un lado, (...) remover las consciencias de los culpables, por outro, formar em la recta doctrina al Pueblo de Dios"[19]. Para Iniesta, pregação, sacramento e a formulação judicia serão os três meios de atuação da Igreja contra as heresias"[20].

Em um ambiente voltado ao combate às heresias e onde os textos seriam escritos visando sua utilização em praça pública encontramos no Capítulo de São Pelágio o mesmo modelo, porém não temos mais a presença de um Santo, mas sim de uma história sobre a Lombardia e o como a Igreja solidificou as relações na região. Desta forma temos neste Capítulo a construção da história que se encontra por trás das santidades apresentadas nesse relato hagiográfico, esse texto visa demonstrar a história dos Lombardos, mas não se detém apenas nessa especificidade, pois acaba por trabalhar com temas mais distantes. Ao longo deste capítulo nos deparamos com a referência à figura do Papa Pelágio (não como protagonista, mas como delimitador temporal), a história dos Lombardos (real foco do capítulo, ao analisarmos sua construção), ao papel do monge Beda, o venerável, na Inglaterra, bem como um trecho sobre "Os Reis Francos e a 'Crônica dos Imperadores"[21], assim como o desenvolvimento da cultura Islã.

---

[19] INIESTA, J. B. "Excommunicamus et anathematisamus: predicación, confesión e inquisición como respuesta a la herejía medieval (1184 -1233). Anuario de Derecho Canónico, 2, 2013, p. 102.
[20] RANGEL J. G. L. "Pregação e combate às heresias na segunda metade do século XIII: o caso da Legenda Áurea de Jacopo de Varazze". In: Igor Salomão Teixeira, Carolina Niedermeier Barreiro e Gustavo da Silva Gonçalves. Idade Média: exercícios de pesquisa. – São Leopoldo: Oikos, 2017. P. 60.
[21] TEIXEIRA, I.S. *A Legenda Áurea de Jacopo de Varazze*...op. cit. p. 105

Pesquisas e Estudos

Em função da diversidade encontrada na *Legenda áurea*, e em especial o capítulo de São Pelágio, papa, têm-se a possibilidade de desenvolver diversas problemas de pesquisa sobre uma mesma fonte, mas com a capacidade de serem múltiplas em sua formulação. Com esta fonte tem-se a possibilidade de se desenvolver diversas pesquisas sobre um mesmo documento, mas com a capacidade de serem múltiplas em sua formulação. O Capítulo de São Pelágio, Papa é a chance de termos uma percepção sobre as múltiplas possibilidades da *Legenda áurea*, tendo em vista que é um texto que procura falar sobre história em cultura. Como pode-se perceber pelas palavras do próprio autor, em sua introdução sobre os povos Lombardos: foi no tempo do primeiro Pelágio que os Lombardos vieram para a Itália, e como é provável que muita gente ignore sua história, decidi inseri-la aqui conforme contam diversas crônicas"[22].

Desta forma, como uma primeira possibilidade de abordagem sobre o capítulo, pode-se pensar em seu uso para a construção e análise da história Lombarda e seu desenvolvimento na região Norte da atual Itália. Porém ao pesquisarmos no banco de periódicos da CAPES poucos são os resultados: para "História Lombarda – Legenda Áurea" tem-se apenas um artigo (em inglês), quando amplia-se a procura para "História Lombarda" se encontra 163 resultados (sendo que alguns não pertencem ao campo da historiografia) e, por fim, ao pesquisar por "Legenda Áurea e a Lombardia" temos 08 resultados, e todos referentes ao campo do estudo histórico[23].

Quando se procura por trabalhos referentes à presença do referencial inglês na *Legenda Áurea,* temos um número ainda menor de trabalhos, para a pesquisa de "Monge Beda" temos 35 resultados, ao adicionarmos o título de

[22] *Legenda Áurea.* São Pelágio, Papa. p. 1003.
[23] As pesquisas feitas ao banco de dados da CAPES foram realizadas no dia 25 de maio de 2018, entre às 17:00 e ás 21:00.

"venerável" a pesquisa os resultados baixam para o número de sete. Quando associamos a *Legenda Áurea* a esta pesquisa encontramos apenas um resultado, de forma que podemos expressar a pouca visibilidade deste capítulo no desenvolvimento de pesquisas[24].

Ao se pesquisar "Reis Francos na Legenda Áurea" se obteve seis resultados e ao alterar a pesquisa para o título de "Imperador" encontrou-se dois, enquanto que a busca por "Poder Temporal na Legenda Áurea" apresentou sete trabalhos. Desta forma podemos averiguar que a questão do poder temporal não é um grande foco de pesquisa no que se refere à *Legenda Áurea*.

Ao se pesquisar sobre trabalhos que abarquem a diferença do modelo de escrita do Capítulo de São Pelágio em comparação com os relatos puramente hagiográficos. Ao procurarmos por "Legenda Áurea como crônica" obtêm-se 29 resultados, enquanto que ao substituir a obra pelo capítulo ("São Pelágio, Papa") encontra-se dois artigos, desta forma podemos refletir que uma das principais discussões sobre este capítulo não possui um amplo campo de estudos.

Por fim, os dados sobre as pesquisas envolvendo o Islamismo na *Legenda Áurea* (baseado no Capítulo de São Pelágio, Papa). Quando feita a pesquisa sob o título de "Islamismo na Legenda Áurea" não encontramos nenhum resultado e ao especificarmos o capítulo da obra com que vamos trabalhar encontramos dois trabalhos vinculados ao campo da geografia. Ao procurarmos "Islamismo na Idade Média" temos o número de 83 trabalhos e ao restringirmos a Itália o número deles decaí para 26 produções.

Desta forma pode-se visualizar que a *Legenda Áurea* apesar de possuir um grande facilitador para ser utilizada como fonte de estudos sobre o período

[24] O resultado de nossa busca por "Beda, o Venerável na *Legenda áurea*" é o trabalho desenvolvido por Dominique Santos e Leonardo Alves, intitulado como "Peregrinatio et Penitentia no livro I da Vita Columbae de Adomnán (século VII)" , publicado em 2015 na revista Brathair, v. 15. Disponível em: http://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/1048.

medieval ainda é deixada de lado, apesar de ser possível utilizá-la como fontes para diversas perspectivas de estudo, algo comprovado ao se analisar as possibilidades de apenas um de seus capítulos. Ao refletirmos sobre as múltiplas possibilidades da *Legenda* devemos avaliar como este documento deve ser abordado para que novas pesquisas sejam de fato novas e não apenas repetições do que já foi trabalhado. Quando se reflete sobre a visão de Giovanni Maggioni, onde a *Legenda* teria o papel de ser um apoio aos pregadores, conseguimos perceber o alcance que este documento possuiu no período medieval, e desta forma definir a importância de seu uso como uma formidável fonte de pesquisa para o período.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi o de colocar em foco as possibilidades de estudos das Fontes Medievais, em meio ao cenário das pesquisas brasileiras, mais especificamente a utilização da *Legenda áurea* como fonte de estudo. No decorrer da elaboração do texto se procurou demonstrar a importância deste documento específico, bem como a multiplicidade de seu uso como elemento central no desenvolvimento de pesquisas.

A análise aqui apresentada vai de encontro com a perspectiva da pesquisadora Tereza Rocha, que demonstra que este documento pode ser a base para diversas análises, tendo em vista sua multiplicidade. Como ela afirma:

> "A *Legenda* oferecia uma verdadeira enciclopédia da salvação, assim como os livros de horas, seguindo também uma tendência enciclopédica que toma corpo no século XIII. Assim, acreditamos que a obra não era considerada somente como um caro repositório de belas imagens, mas também era lida e tida como um instrumento de devoção individual e coletivo."[25]

[25] ROCHA, T. R. S. "'La Légende Dorée' de Jean de Vignay: questões sobre as versões da *Legenda Áurea* em francês". In: TEIXEIRA, I. S. (Org).. Tempo, espaço e texto: a Hagiografia Medieval em Perspectiva. São Leopoldo: Oikos, 2017. P. 130.

Desta forma, define-se a *Legenda áurea* como uma excelente possibilidade de fonte de pesquisa, tendo em vista a ampla gama de assuntos inéditos que sua leitura pode gerar, bem como a perspectiva de retomada de antigas análises que podem ser revisadas a partir de um novo problema de pesquisa. Ao apresentar campos de estudos que apenas o Capítulo de São Pelágio, Papa pode gerar procurei mostrar as possibilidades de assuntos, bem como a contemporaneidade de alguns (como uma análise sobre a representação do Islã no documento).

Bibliografia

a) Fontes

JACOPO DE VARAZZE. *Legenda áurea: vidas de santos*. Tradução do latim, apresentação, notas e seleção iconográfica Hilário Franco Júnior – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

b) Levantamento Bibliográfico

AL AZAMI, T. H. “Religion, Identity and State in Modern Islam”. The Muslim World, volume 84, 1994.

AL AZMEH, A. e FOKAS, E. “Islam in Europe: Diversity, Identity and Influence”. New York: Cambridge University Press, 2007.

ARMSTRONG, K. “Maomé: Uma Biografia do Profeta”. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

ARMSTRONG, K. “Prophet Muhammad as an Enemy”. Last Prophet Search, 2010.

AURELL, M. “Convaincre et Persuader – Communication et propagande aux XIIe et XIII Siècles”, CESCM - Centre d'Etudes Supérieures de Civilisation médiévale, 2007.

BALTA, P. “Islam: Civilización y Sociedade”. Madrid: Siglo XXI, 1994.

GUÁZQUEZ, J. M. "Las glosas en la primera traducción del *Alcoran latinus".* In: Christlicher Norden-Muslimischer Süden: Ansprüche und Wirklichkeiten von Christen, Juden und Muslimen auf der Iberischen Halbinsel im Hoch und Spätmittelalter. Org: Hg. Von Matthias M. Tischler und Alexander Fidora. 2006.

GUÁZQUEZ, J. M. "'Islamolatina' – La percepción del Islam em la Europa Cristiana; traducciones latinas del Corán y Literatura Latina de Controversia". Espanha: Revista Medieval, número 15, 2012.

GUÁZQUEZ, J. M. "Biografia Latina Meideval y Epigrafia". In: BERSCHIN, W. e PALLARÉS, J. G. Mittellateinische Biographie und Epigraphik : Vorträge in Barcelona und Heidelberg. Heidelberg: Mattes, 2005

HOURANI, A. "Uma História dos Povos Árabes". São Paulo: CIA das Letras, 1995.

RANGEL, J. G. L. "Pregação e combate às heresias na segunda metade do século XIII: o caso da *Legenda áurea* de Jacopo de Varazze". In: Igor Salomão Teixeira, Carolina Niedermeier e Gustavo da Silva Gonçalves. Idade Média: Exercícios de Pesquisa. São Leopoldo: Oikos, 2017.

ROCHA, T. R. S. "La Légende Dorée de Jean de Vignay: questões sobre as versões da *Legenda áurea* em francês. In: Igor Salomão Teixeira. Tempo, Espaço e Texto: a Hagiografia Medieval em Perspectiva. São Leopoldo: Oikos, 2017.

TEIXEIRA, I. S. "A *Legenda áurea* de Jacopo de Varazze: temas, problemas e perspectivas. São Leopoldo: Oikos, 2015.

Crise, anticomunismos e projetos de nação: o patronato rural e as lutas em torno da questão agrária no Rio Grande do Sul (1961-1964)

RODRIGUES, Darlan de Farias[1].

Resumo: O presente resumo tem como objetivo apresentar elementos teóricos e reflexões de pesquisa desenvolvidos com vínculo ao Programa de Pós-Graduação em História da UFPEL na linha: "*Estado: Entre poder, tensões e autoritarismo*". Com a temática de estudo o anticomunismo patronal, ligado a *questão agrária* e ao *movimento ruralista*, nos propomos a partir da perspectiva crítica às ideologias pesquisar o período dos anos 1961-1964 brasileiro, em particular o estado do Rio Grande do Sul; a questão agrária e o movimento e expressão da patronagem rural através do anticomunismo - enquanto imaginário e fundamento ideológico. Nesse sentido, pensar as ideias e formas orgânicas de mobilização das direitas políticas dos anos 1960 através dos usos e (re)significações do fenômeno do *anticomunismo* pelo patronato rural e a ideologia que alicerçam à partir desta negação. É sobretudo, um diálogo com o tema do simpósio "A ditadura civil-militar brasileira à margem da lembrança e do silenciamento: alargamentos e confluências das fronteiras da história, da memória e da justiça", quando em 2018, o regime "ressurge" enquanto mito contextualizado por vertentes das direitas conservadoras-liberais contemporâneas. Com isso, pôr luz aos conflitos políticos da década de 1960 riograndense com o foco no *meio rural*.

Introdução

O presente artigo é fruto da comunicação feita no *IV Encontro Internacional de Fronteiras e Identidades: Tributo à Obra de Beatriz Loner*, evento ocorrido na quarta semana de outubro de 2018. É em si, um texto de delimitação conceitual e contextual da temática abordada em atual pesquisa de mestrado, a saber: a forma como foi expressado e plasmado os anticomunismos patronais no estado do Rio Grande do Sul nos anos que antecederam o golpe de 1964, em específico o patronato rural e a relação com a questão agrária gaúcha. É ainda, um esforço de introdução do leitor ao tema, ressaltando que são os primeiros passos de concretude do projeto de mestrado, parte do caminho para a *qualificação*.

[1] Universidade Federal de Pelotas. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História. Bolsista CAPES. rodriguesdarlandefarias@gmail.com.

Nesse sentido, a pretensão deste texto é estabelecer diálogo entre a temática abordada dentro dos quadros da pesquisa histórica com a comunicação realizada no evento, em outras palavras, apresentar uma série de elementos de pesquisa que permeiam a construção da dissertação ao público leitor. Com isso, tentar expor a complexidade das realidades históricas sem perder o foco do objeto de pesquisa, a organização patronal em torno do que chamamos anticomunismo.

Comecemos pelo contexto. C*rise* é a palavra que nos acompanhará e nos ajudará a compreender/problematizar os anos entre 1961-1964 no Rio Grande do Sul. Uma crise política: essa mais conhecida e lembrada, dentre fatos e eventos que permearam o período destaquemos alguns movimentos que marcaram os anos iniciais da década de 1960. Época da renúncia presidencial de Jânio Quadros e da *Campanha da Legalidade* para assegurar a posse de João Goulart; do governo Brizola e do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra) e as mobilizações de massas populacionais de agricultores sem terra no interior do Rio Grande do Sul. E em uma escala ampliada de análise e perspectiva, o contexto de *Guerra Fria*, o filtro dos conflitos que se desenrolam nesta década. A polarização política era tal que, o compreendido "*Ocidente*" criara um forte aparato doutrinário de segurança contra o "comunismo" nos territórios sob sua influência, e o Brasil estava incluso nesta territorialidade. É nessa sociabilidade imersa numa refração ideológica tamanha que os diferentes grupos vão se relacionar, é neste contexto que se inserem as auto-proclamadas "classes produtoras" – classes proprietárias – na disputa pela hegemonia política contra a "ameaça comunista".

Este combate ao comunismo imaginado enquanto um inimigo interno – compreendido como agente externo, um "agente de Moscou" – se desenhou em projetos econômicos para a américa latina, subordinada a ordem ocidentalizante em curso com sua campanha anticomunista. Sobre os anticomunismos e suas raízes discorremos mais a frente. Antes comentaremos sobre a crise

experienciada entre os anos de 1961-1964 sob outro âmbito, que não se desvincula do político, o econômico.

Segundo Mendonça (1986) a crise dos anos 1962-1964 foi "uma crise de consolidação e crescimento do capitalismo no país" (MENDONÇA, 1986, p. 69). E ainda,

> Como o colocam abordagens mais recentes, acontecia no país entre 1962-64 uma típica crise do capitalismo monopolista, uma crise de superacumulação, que consistia na impossibilidade do conjunto do capital social valorizar-se a não ser a taxas decrescentes. Gerava-se uma massa de capital inativa, cuja destruição – em decorrência da própria estagnação e da concentração de empresas – era a condição prévia para uma nova expansão produtiva. (MENDONÇA, 1986, p. 71).

Em estudo publicado pela primeira vez em 1960, a pesquisa de Accurso (1982) busca compreender a natureza da acumulação de capital no Rio Grande do Sul. Segundo o autor, a questão da *estagnação* e da *regressão* eram realidades presentes na estrutura econômica estadual – em especial em seus aspectos "arcaicos" -, destacando a necessidade de uma efetiva ação do Estado alinhando os setores públicos e privados, com seus respectivos encargos para o desenvolvimento regional. "Conhecer a realidade para atuar sobre a mesma", fazia assim, apologia ao pensamento econômico enquanto força potencializadora para a sociedade riograndense, deixando a entender que - mesmo com seu otimismo expressado com relação ao progresso das forças produtivas no estado nas duas últimas décadas (1940-1950) – a estrutura econômica deveria ser modificada, em sentido positivo, ou seja, melhoria e aperfeiçoamento do já existente, superando os entraves.

Condiz com o período e as discussões em pauta, as *Reformas de Base* eram fundamentais para pensar projetos de nação para o Brasil, assim como para superar problemas estruturais profundos, e dentro das propostas a de *Reforma Agrária*, nunca concretizada nem a sentido de desenvolver o sistema capitalista brasileiro. A terra, sob sua forma propriedade, históricamente se manteve

concentrada e nos anos de 1960 se abriu a possibilidade de discutir quais as necessidades da nação, dos povos, das regiões. A *reforma agrária* defendida pelo patronato rural gaúcho era aquela que se opunha às reivindicações camponesas por terra; defendiam – os patrões - uma reforma tecnificada, com incentivo ao crédito, alinhada às diretrizes internacionais como a *Carta de Punta Del Este*[2] e a Encíclica papal *Mater et Magistra*[3]. Nessa perspectiva havia ainda a ideia de criar uma *classe média rural* que possibilitaria a mudança do quadro estrutural da economia gaúcha dos anos 1960, onde cerca de 60% da distribuição ocupacional era empregada na lavoura ou na agropecuária, constituindo, este setor produtivo, 41% da renda do estado, segundo estimativas de 1957[4].

Para Oliveira (2013) que pensa a questão do "milagre econômico" numa perspectiva de longa duração, ou seja, vai à revolução burguesa de 1930 para compreender o fenômeno, vê nos anos entre 1960 e 1964 um período de rompimento de um pacto que estabelecia de certo modo uma clivagem sobre as realidades brasileiras, a saber, a estrutura do pacto de classes "populista" que estava rompendo-se. E sobre esses anos (1961-1964), escreve:

> A luta reivindicatória unifica as classes trabalhadoras, ampliando-as: aos operários e outros empregados, somam-se os funcionários públicos e os trabalhadores rurais de áreas críticas. Tal situação alinha em pólos opostos, pela primeira vez desde

[2] Assinaram a *Carta de Punta del Este* representantes de 21 Estados-Nações Americanas, com exceção de Cuba todos possuíam representantes para firmar o acordo, são: Venezuela, Colômbia, Guatemala, Argentina, Bolivia, Peru, Equador, México, República Dominicana, Paraguai, Honduras, El Salvador, Panama, Chile, Haiti, Cuba, Costa Rica, Nicarágua, Estados Unidos da América, Brasil, Uruguai. (OEA, Documentos Oficiales. OEA / Ser.H / XII.1. Rev. 2 (español). Punta del Este, Uruguay del 5 al 17 de 1961. Ver também: SILVA, Vicente Gil. **A Aliança para o Progresso no Brasil: de Propaganda Anticomunista à Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

[3] Foi uma importante bula papal sobre a questão agrária e no debate sobre a "humanização do trabalho". Para mais, ver: "***Igreja e o domínio da temporalidade: Considerações sobre a encíclica Mater et Magistra e a "defesa dos valores***". In: RODRIGUES, Darlan. **"Caça ao diabo e dominação burguesa": Abordagens sobre o anticomunismo do patronato gaúcho durante o pré-golpe de 1964**. Trabalho de Conclusão de Curso. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2016. p. 28-31.

[4] Ver: ACCURSO, Cláudio. Quadros de "Distribuição Ocupacional" e "Formação da Renda", p. 44-45.

> muito tempo, os contenedores até então mesclados num pacto de classes. A luta que se desencadeia e que passa ao primeiro plano político se dá no coração das relações de produção. (OLIVEIRA, 2013, p. 91).

O debate estava posto. Colocar em pauta a questão da propriedade privada, por si só, era problemático aos olhos das mentalidades liberais-conservadoras da época. Uma crise moral se desencadeia no período, o medo expandia territórios. A "família", "Deus", "pátria", "liberdade" e até a "democracia" foram bastiões da luta anticomunista. Partamos para um segundo momento do texto, onde abordarei a temática do anticomunismo encarnado enquanto prática aglurinadora de força e mobilização de classe no Rio Grande do Sul nesta primeira métade da década de 1960.

Negação do outro, constituição de si.

Na sua tese de doutoramento Pato Sá Motta (2000) destaca três matrizes do anticomunismo brasileiro, seriam: a matriz católica, o nacionalismo e o liberalismo. Estas matrizes alicerçariam a tradição anticomunista brasileira no período de sua consolidação, segundo a perspectiva do autor, da década de 1930 a de 1960. Interessante ressaltar a ênfase dada as características de dois dos regimes ditatoriais do século passado, o Estado Novo e a ditadura de classe inaugurada em 1964, ambos fundados sob a égide do anticomunismo, estando ligados intrínsecamente a este fenômeno.

Para esboçar o "despertar da posição contemplativa" dos ruralistas gaúchos, um evento se faz significativo. Em janeiro de 1962, no município de Santa Maria ocorreu uma grande concentração dos ruralistas do estado e deu origem a uma carta de princípios que ficou conhecida como "Carta de Santa Maria"[5]. O dialogo deste documento em conjunto com o "Correio do Povo" e as

[5] Concentração Rural de Santa Maria. Discurso pelo Presidente da Farsul. Carta de Santa Maria. Janeiro - 1962. Acervo da Farsul. "A Carta foi redigida por uma comissão formada por Kurt Weissheimer, Walter Jobim, Batista Luzardo, Hélio Beck (pecuarista e grande proprietário), Lauro

"atas da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul" da mesma semana é elucidativo do clima político vivenciado.

> [...] proclamar à opinião pública nacional que não estão apagados os braseiros no fogão dos galpões; que não ruíram os esteios dos acampamentos; que não se extinguiu na virilidade dos gaúchos contemporâneos a flama tradicional de bravura e estoicismo, legado incorruptível de antepassados varões; que subsistem no campo e na colônia, gerações remanescentes, ciosas das virtudes de caráter, dos valores morais, da solidariedade humana e do culto intransigente e inconspurcável ao sentimento de independência, que foram sempre o apanágio da gente e da terra do Rio Grande do Sul.
> [...] O ruralismo do Rio Grande do Sul despertou da posição contemplativa, não apenas por motivo de Reforma Agrária, e nem tão pouco com exclusiva preocupação de interesses próprios.
> [...] A história costuma, por vezes, renovar-se na seqüência de seus episódios marcantes. E agora, como sucedeu em outras épocas, o Gôverno da Nação volta seus olhos para o campo das estâncias e para o solo das colônias, convocando o ruralismo a tomar posição entre as fôrças vivas e sadias da Pátria comum.
> [...] Façamos a revolução da paz, antes que se desencadeie a revolução cruenta. (*Carta de Santa Maria*, 06/01/1962)

É evidente a organização patronal em função de um projeto comum, de combater o "inimigo" e de fazer a manutenção da hierarquia social, em outras palavras, de manter a ordem vigente e inseri-la ao processo de desenvolvimento capitalista em curso. Para isso velhos fantasmas evocados, a contínua condenação da URSS enquanto nação "tirana" e da "escravização"[6], oposta ao mundo "livre" e "democrático" do ocidente cristão. Vulgarizando o próprio conceito de "democracia" se colocavam na contenda política, segundo Motta:

> No fundo, democrata significava simplesmente o oposto de comunista, quer dizer, anticomunista, o que era uma licenciosidade conceitual muito conveniente, pois permitia usar o

---

Macedo (grande proprietário de terras em Livramento), Nicanor Luz (pecuarista e ex-prefeito de Vacaria pelo PSD), Adail Moraes (jornalista e dirigente do PSD), Gregório Beheregaray (dirigente da Associação Rural de Uruguaiana), Ruy Simões Lopes (presidente da Sociedade Agrícola de Pelotas), Paixão Cortes (Associação Rural de Bagé), Glicério Alves e Flodoardo Silva." (GASPAROTTO, 2016, nota 468, p. 133).

[6] Para mais sobre as relações do Brasil com a URSS durante o governo Jango, ver: DOMINGOS, Charles. **Política Externa Independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

> simpático adjetivo para designar grupos que nada tinham de democráticos.” (MOTTA, 2000, p. 63).

“O ruralismo do Rio Grande do Sul despertou da posição contemplativa, não apenas por motivo de Reforma Agrária, e nem tão pouco com exclusiva preocupação de interesses próprios”. Realmente acreditavam ser as “classes produtivas” e, com isso, senhores com a posse histórica do direito de governar a geografia regional, assim como seu calendário. Àqueles que propusessem questões contrárias as pautas patronais estariam condenados sob as acusações de “comunista”, “agitador”, “demagogo”. Os trechos a seguir foram extraídos do pronunciamento feito na Assembleia Legislativa do estado, vinculada ao “Correio do Povo” do dia 09/01/1962, pelo deputado estadual Poty Medeiros da UDN (União Democrática Nacional):

> Não sou fazendeiro, nem filho de fazendeiro, aos fazendeiros não estou ligado por quaisquer vínculos econômicos. [...]
> Ademais, animava-me a certeza de que os homens ali congregados, homens do labor diuturno e fecundo, possuidores de haveres que conquistaram com o trabalho ou sucessão legítima, e com o trabalho os conservam e aumentam, - muitos líderes incontestes e prestigiosos não só das atividades próprias à pecuária ou à agricultura, mas de empreendimentos culturais e cívicos de nossa gente -, [...]
> [Citando Pastous]: um ato de congraçamento e de união da classe rural do Rio Grande do Sul [...]
> É preciso que se viva num país, sr. presidente, em que não seja pecado ser rico, e no qual os destituídos da fortuna tenham assistência devida e constante, humana e cristã: os ricos menos poderosos, os pobres menos desgraçados, mais atendidos nas suas justas reivindicações, em têrmos de melhorarem as suas normas existenciais, abrindo-se e mantendo-se como é próprio dos regimes democráticos, tôdas as oportunidades para os que tiverem capacidade de produzir e prosperar. (*Correio do Povo*, 09/01/1962).

Ou seja, que gozam do regime “democrático” aqueles “que tiverem capacidade de produzir e prosperar”. Naturaliza-se as estruturas econômicas e seu poder sobre a política. No dia 08/01/1962, dia em que foi proferido o discurso na Assembleia Legislativa foi registrado em ata também o pronunciamento do deputado Heitor Galant do PL (Partido Libertador), consta nos anais da casa:

> Devo frisar que os ruralistas rio-grandenses alí se reuniram, não com o objetivo de defender interesses subalternos, não apenas para defender interesses de uma classe, nas com a finalidade de examinar com o coração aberto esse problema que tantos debates e tantos pronunciamentos vem provocando nos mais diversos setores do nosso país.
> [...]
> Como disse, o objetivo da reunião não foi defender apenas direitos, regalias, prerrogativas, as vantagens de uma classe, mas sim examinar, com espírito alto, êstes problemas, a fim de que as soluções que lhes sejam dadas não sejam aquelas que estão sendo reclamadas impatrióticamente por agitadores ou demagógicos, e que não condizem com nossa época. (*Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul*, 08/01/1962).

Por tanto, aqueles que se pronunciavam "com espírito alto" seriam as autoridades no assunto agrário regional – os proprietários de terras. Isentos por seus correlegionários, de interesses próprios na lida com a questão, o patronato rural estava representado através de sua *entidade mater*, a FARSUL[7] (Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul), enquanto "especialistas" – os homens da terra -, ou como nas palavras de seu presidente:

> O médico, pela natureza da sua profissão, mantém-se em contato, não com a saúde, mas com as moléstias do homem, cujo conhecimento procura adquirir para combater-lhes as causas e os efeitos.
> E a terra, da mesma sorte que o homem, padece graves e multiplas enfermidades. Lá como aqui, outra não será a missão do médico. Com esta responsabilidade ele intervém na atividade rural; não lhe seria relevável a sua incompreensão ou a sua negligência perante os problemas biológicos, onde quer que esteja em crise o equilíbrio da vida. (SAINT PASTOUS, 1963, p.4.)

Intrigante é que, as "graves enfermidades" da terra por aqui eram sua concentração e improdutividade. A necessidade de uma reforma agrária era algo estabelecido, compreendido e defendido, tanto por orgãos e instituições internacionais, como pelo próprio governo (Brizola e João Goulart na época) e

[7] Para compreender a mobilização patronal através de sua agência e seus agentes, ver: GASPAROTTO, Alessandra. Referencial completo na bibliografia.

pelas classes patronais - a FARSUL inclusive. A questão seria como fazer, ou melhor, o que não fazer. A oposição dos ruralistas ao modelo de reforma agrária desenvolvida durante o governo Brizola – que visava a desapropriação de terras improdutivas mediante o pagamento aos proprietários – auxiliou na constituição do clima polarizado e refratário no campo. Os conflitos estavam em curso, as classes proprietárias estavam num grande fronte anticomunista, e os ruralistas faziam importante soma nesta campanha.

Conclusão

Na medida que nos aproximamos do ano de 1964, percebemos o acentuado embate sobre a questão agrária gaúcha. A partir da eleição de Ildo Meneghetti e do governo composto após as eleições de 1962, temos evidências de que os ruralistas se armaram para a defesa de suas propriedades, inclusive com apoio e incentivo de autoridades, como a figura do próprio governador recem eleito.

Este texto é de caráter introdutório ao contexto gaúcho durante a experiência da *Guerra Fria*, é ainda parte do processo constitutivo da pesquisa de mestrado em curso no PPGH-UFPEL. Até a qualificação há ainda um vasto trabalho nos acervos com as fontes, o que foi aqui apresentado é resultado do primeiro ano de pesquisas e leituras, de reflexões debruçado sobre o período em questão (1961-1964), sob a perspectiva crítica às ideologias e com o foco na questão agrária do estado do Rio Grande do Sul.

Referencial bibliográfico

ACCURSO, C. **Aspectos fundamentais para uma política de desenvolvimento no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: IEPE, 1960. In: Ensaios FEE, 1982. p. 41-77.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: JorgeZahar, 2001.

CHARLE, C. **Como anda a história social das elites e da burguesia? Tentativa de balanço crítico da historiografia contemporânea**. In: HEINZ, Flávio. **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-40.

GASPAROTTO, A. **"*Companheiros ruralistas*!": Mobilização patronal e atuação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul**. Tese de doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

KOSELLECK, R. **História y hermenêutica**. In: KOSELLECK; GADAMER. **história y hermenéutica** : **histórica y lenguaje : una respuesta. La diversidad de las lenguas y la comprensión del mundo**. Barcelona: Paidos, 1997.

_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAMEIRA, R. **O golpe civil-militar no Rio Grande do Sul: A ação política liberal-conservadora**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LONER, B. **Construção de classe:** operários de Pelotas e Rio Grande (1888 - 1930). Pelotas: Ed. UFPel, Unitrabalho, 2001.

LEVI, G. **30 anos depois: repensando a Micro-história**. In: MOREIRA, Pulo; VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre (Org.). **Ensaios de Micro-história: trajetória e migração**. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 18-31.

_____. **Comportamentos, recursos, processos: antes da "revolução" do consumo**. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanalise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 203-224.

MENDONÇA, S. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MORAES, T. **"*Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado*": os discursos da fração "vanguardista" da classe empresarial gaúcha na revista "Democracia e Empresa" do Instituto de Pesquisas Econômicas e sociais do Rio Grande do Sul (1962 – 1971)**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2012. Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MOTTA, R. ***Em guarda contra o perigo vermelho*: O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964)**. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

RODEGHERO, C. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945 – 1964).** Passo Fundo: Ediupf, 1998.

_____. **Memórias e combates: uma história oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SAINT PASTOUS, A. **A Terra e o Homem: Viver melhor produzindo melhor**. Porto Alegre: Editora Globo, 1963.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: I - a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Folclore, antropologia e história social**. In: NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio. **As peculiaridades dos ingleses e outros ensaios**. Campinas: Ed. Unicamp, 2001, p. 227-268.

Fronteiras da solidão em *Jane Eyre* e *Wide Sargasso Sea*

Solange do Carmo Vidal Rodrigues[1]

Somente após a publicação de *Wide Sargasso Sea* em 1966, quando Jean Rhys entrava nos seus setenta e dois anos tendo, em 1967, ganho o prêmio *WH Smith Literary Award* é que surgiu o reconhecimento substancial de sua obra. Este sucesso resultou na republicação de todos os seus romances, primeiro por Andre Deutsch e, mais tarde, reimpressos destes, pela Penguin, o que ampliou sua reputação e ampliou a critica especializada (Staley, 1979, n.p.)

No artigo intitulado "The Best Living English Novelist" publicado no *New York Times Book Review,* março de 1974, o crítico Alfred Álvarez reportava-se a uma romancista praticamente desconhecida para os leitores de língua inglesa: Jean Rhys. Álvarez enunciava os termos em que estava contido tão singular paradoxo: sua juventude agitada no período entreguerras, a publicação de vários romances durante os anos trinta os quais, embora com boa aceitação da crítica, passaram despercebidos para a maioria do público; seu "desaparecimento" do mundo literário durante mais de vinte anos e sua posterior "ressurreição", o caráter autobiográfico de parte de seus livros e a contemporaneidade de sua obra. "Álvarez se proponía recuperar para el público lector a uma autora cuya obra había sido postergada debido a que sus libros 'were ahead of their age, both in spirit and in style'. Y así es, en efecto" (Fenández, 1990, p. 77).

Os críticos enfatizaram o acabamento formal e o controle de seu estilo de prosa, sua distância irônica das personagens e incidentes por ela descritos, "as Elgin Mellown puts it, about "woman in one of her archetypal roles." Diana Trilling goes further: "Rhys is not writing about 'woman' at all and certainly not

[1] Autor(a): Solange do Carmo Vidal Rodrigues – Título: Fronteiras da solidão em *Jane Eyre* e *Wide Sargasso sea*. Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Mestre em Estudos da Tradução. svidalrodrigues@gmail.com

about 'the plight of the sensitive woman'" (Hite, 1989, p. 20). Os romances, acrescenta Hite, longe de serem exercício de narcisismo literário feminino, Rhys lida com algo mais palpável, o duro terror do isolamento psicológico:

> On the other hand, and certainly in reaction to readings that eschewed "female literary narcissism" to the point of either turning Rhys's protagonists into sexless emblems or regarding them as the unsavory subjects of quasi-scientific study, the feminist critic who addresses Rhys's writings tended to emphasize that Rhys herself bears a strong resemblance to all her main characters and has undergone experiences similar to events chronicled in all her novels. (Hite, 1989, p. 20)[2]

Se considerarmos as experiências pessoais de Jean Rhys, sua infância passada em uma ilha do caribe tendo pessoas de sua família vivido a experiência dos chamados crioulos brancos podem-se estabelecer pontos de conexão com Antoinette, a protagonista de *Wide Sargasso Sea*. Em relação a biografias, autobiografias, questões relativas ao espaço público e privado, Leonor Arfuch (2010), escreve: "se a literatura constitui um vasto laboratório de identidade, é pela variação constante, a transmutação, o forçamento dos limites, a perda, a dissolução". E acrescenta:

> O romance é o território privilegiado para experimentação, mesmo a mais perturbadora, na medida em que pode operar no marco de múltiplos "contratos de veracidade" – incluindo os *puzzling cases –,* enquanto a margem se estreita no espaço biográfico, entre relato factual e ficcional, para além da declaração do autor ou dos signos paratextuais: uma vida atestada com o "real" está submetida a uma maior restrição narrativa. Mas, se os gêneros canônicos são obrigados a respeitar certa verossimilhança da história contada – o que não se supõe necessariamente veracidade –, outras variantes do espaço biográfico podem produzir um efeito altamente desestabilizador talvez como "desforra" diante de um excesso de referencialidade "testemunhal": as que, sem renúncia à identificação de autor, se propõem a jogar outro jogo, o de transtornar, dissolver a própria ideia de autobiografia. (Arfuch, 2010, p. 126-7)

[2] Por outro lado, e certamente em reação a leituras que evitavam o "narcisismo literário feminino" ao ponto de ou transformar as protagonistas de Rhys em emblemas assexuados ou considerá-las como assuntos desagradáveis de um estudo quase científico, a crítica feminista que aborda os escritos de Rhys tendia a enfatizar que a própria Rhys teve uma forte semelhança com todas as suas principais personagens e passou por experiências similares aos eventos narrados em todos os seus romances. (Tradução minha)

Em *Jean Rhys*: A Critical Study (1979), Thomas F. Staley, ao se referir ao processo criativo da autora e sua relação com sua historia de vida, escreve:

> There is an implicit challenge in all of her work to the entire fabric of social and moral order which governs so much of society. To recognize this challenge is to begin to understand the nature of her achievement. It is necessary, then, to have some knowledge of the world she inhabited is order to more fully appreciate the world she was create in her novels. (Staley, 1979, p. 1)[3]

Dominica, onde ela nasceu, em 24 de agosto de 1890, ainda é uma bela ilha selvagem, a floresta densa, no topo um vulcão submerso, que produz o sulfuroso *Boiling Lake* em sua cratera. Tratava-se, na época, de uma colônia da Grã-Bretanha com uma longa história de escravidão e hegemonia inglesa branca. Mas, excepcionalmente para os caribenhos da época, esta foi desafiada por uma poderosa elite miscigenada, cujos ancestrais escravos migraram de Santo Domingo por volta de 1790. Em 1838, eles eram conhecidos como a "Ascendência Mulata" quando se tornaram a maioria no Parlamento. Eles mantiveram esse poder até que as normas para Territórios Dependentes do Império (Crown Colony Rules) foram impostas para obter um controle colonial mais direto em 1898.

Os Lockharts, a família de crioulos brancos da mãe de Gwen Williams (nome de batismo de Jean Rhys), pertenciam à facção anglicana, britânica, estabelecida proeminentemente em Dominica por cinco gerações na época do nascimento de Rhys, desde que James Potter Lockhart emigrou para Dominica para primeiro gerenciar uma plantação de açúcar. Depois, em meados da década de 1820, tornou-se seu proprietário, juntamente com 258 escravos. Ele se tornou uma figura poderosa em Dominica. Sua esposa Jean era supostamente uma princesa espanhola de Cuba, embora o jovem Gwen não acreditasse nessa história. A ascendência, talvez de raça mista, não incomum entre os crioulos, era

[3] Há um desafio implícito em todo o seu trabalho para todo o tecido da ordem social e moral que regula grande parte da sociedade. Reconhecer esse desafio é começar a entender a natureza de sua realização. É necessário, portanto, ter algum conhecimento do mundo em que ela habitou, para apreciar mais plenamente o mundo por ela criado em seus romances.

uma questão delicada para família da mãe de Rhys, que gostava de pensar que sua linhagem era apenas inglesa.

É de fundamental importância explorar os contextos na obra de Rhys, principalmente a posição da escrita em sua vida, assim como questões relativas à raça, classe, nacionalidade, gênero e religião: "She was interestingly contradictory on these subjects, and inclined therefore to tell a story which was Janus-faced, capable of capturing opposing readings of the world which usually failed to comunicate well with one another". (Savory, 1999, p. 5).

A sensibilidade contemporânea de Rhys pode ser percebida em todos os seus romances. As protagonistas são mulheres que sofrem na própria carne o que se pode classificar como "la batalla entre los sexos" (Fernández, 1990, p.77). Estas mulheres já experimentaram momentos de felicidade, porém o que lhes caracteriza plenamente é o medo, a solidão e, sobretudo, a falta de dinheiro. Todas padecem, uma vez que são os homens os detentores do poder e do dinheiro. Para obtê-lo, elas podem apenas oferecer a si mesmas. Ao final dos romances, essas mulheres são totalmente derrotadas pela sociedade que as cerca, como aparece em uma personagem de *Voyage in the Dark* (1934), estão "ready to start all over again in no time". (Rhys, 1982, 159).

A partir da década de setenta, emergiu uma grande quantidade de estudos críticos da obra de Rhys. Destas publicações, é inegável que o artigo de Álvarez (supracitado) tenha despertado o interesse tendo aumentado consideravelmente o número de leitores. Uma característica importante na obra de Jean Rhys é uso que a autora faz de alusões a obras literárias consagradas e o lugar central que tais obras ocupam em suas criações:

> En *Voyage in the Dark* la protagonista Anna Morgan, aparece al principio del libro leyendo *Naná:* no sabe aún que su destino la llevará a una vida parecida a la protagonista de la conicida novela de Emile Zola. El caso de *Wide Sargasso Sea,* Jean Rhys escogió como punto de partida unos de los textos más famosos de la novelística victoriana: *Jane Eyre* (1847), escrita por Charlotte Brontë. Em um principio podrá parecer que la

> relación es mínima ya que la base argumental tiene muy pocos puntos de contato. (Fernández, 1990, p. 78)[4]

A narrativa em *Wide Sargasso Sea* é dividida entre dois narradores em primeira pessoa, Antoinette, quem abre e fecha o romance e seu marido não identificado. Contando boa parte dessa história de acordo com a consciência masculina apresentando aspectos da disfunção sexual e emocional associada convencionalmente com masculinidade. A história é altamente intertextual com *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë (1847). A versão de Rhys é principalmente uma prequela, a história de uma mulher que é louca no sótão e de Rochester (o rico proprietário no romance de Brontë*),* na sua juventude.

Conforme expresso anteriormente, este trabalho propõe-se a examinar a personagem Antoinette, protagonista do romance *Wide Sargasso Sea* (1966) e sua relação com Jane Eyre, heroína do romance homônimo de Charlote Brontë (1847). Dados os limites de espaço característico nesse formato de pesquisa, e ao objetivo proposto, o foco incide, principalmente, nas duas personagens. Contudo, é necessário lançar mão de estudos referentes aos processos criativos em que o autor de um texto se vale de elementos de outro para efetuar sua obra.

Tania Carvalhal (2006, p. 51) ao referir-se ao diálogo (difícil) dos textos, reporta-se ao expresso nos estudos de Tynianov e de Baktin que conduziram o pensamento de Julia Kristeva nesse campo do saber, levando a Kristeva à noção de “intertextualidade”, termo por ela cunhado em 1969, com a finalidade de designar o processo de produtividade do texto literário. Carvalhal retoma o que apontou Kristeva: “todo texto é absorção e transformação de outro texto. Em lugar de noção de intersubjetividade, se instala a de intertextualidade e a linguagem

[4] Em *Voyage in the Dark,* a protagonista Anna Morgan aparece no início do livro lendo *Naná*: ela ainda não sabe que seu destino a levará a uma vida semelhante à da protagonista do romance conhecido de Emile Zola. O caso de *Wide Sargasso Sea*, Jean Rhys escolheu como ponto de partida um dos textos mais famosos do romance vitoriano: *Jane* Eyre (1847), escrito por Charlotte Brontë. Em princípio, pode parecer que a relação é mínima, já que a base do enredo tem pouquíssimos pontos de contato. (Fernández, 1990, p.78)

poética se lê, pelo menos, como dupla".[5] Nesse sentido, Carvalhal escreve, ainda, que o processo de escrita é visto como resultante do processo de leitura de um *corpus* literário anterior. O texto, pronto, é absorção e réplica a outro texto (ou vários outros). A análise dessa produtividade – acrescenta a autora – leva ao exame das relações que textos tramam entre eles para verificar, como quer Gérard Genette, a presença efetiva de um texto em outro, através de procedimentos de imitação, cópia literal, apropriação parafrástica, paródia, etc.

O desafio que Rhys enfrentou foi como encontrar uma voz para "sua louca" e, proporcionar, ainda, uma história coerente. E ela obteve êxito nesse empreendimento. As duas narrativas de Antoinette são lúcidas e correspondem à sua memória de três sonhos (dois lembrados na primeira narrativa e o terceiro, aquele que a impulsiona a destruir a casa). Nós, portanto, presumimos que esta é uma narrativa, interrompida pela história de "Rochester". Embora o leitor a compreenda, Antoinette é percebida como insana e violenta em seu confinamento inglês. Ela relata a primeira de suas narrativas fora daquele lugar.

Wide Sargasso Sea apresenta ao leitor a história de Rochester e de sua primeira esposa, Bertha. Rhys inicia o romance descrevendo a viúva Annete Cosway, uma mulher crioula de origem inglesa, na Jamaica. O contexto histórico corresponde ao momento em que, após a aprovação do Ato de Emancipação (1834), todos os escravos negros seriam considerados homens livres. A viúva Annete vivia em sua fazenda falida na companhia dos filhos Antoinette e Pierre, este com transtorno neuropsiquiátrico.

A condição dos crioulos brancos caracterizava-se pelo fato de que nem os ingleses brancos os aceitavam plenamente nem os negros os admitiam como

[5] *Sèméiôtikè* (Recherches pour une sémanalyse). Paris, Seuil, 1969. p. 146. (Em português: *Ensaios de semiologia.* Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro, Eldorado, 1971 e *Introdução à semanálise.* São Paulo, Perspectiva, 1974)

iguais. Os Cosway eram objeto de chacota para os negros e de depreciação para a comunidade branca.

> I never looked at any stange negro. They hated us. They called us white cockroaches. Let sleeping dogs lie**.** One day a little girl followed me singing, 'Go away white cockroach, go away, go away' I walked fast, but she walked faster. 'White cockroach, go away, go away. Go away!' (Rhys, 1966, p. 7)[6]

À medida que o tempo passa, Antoinette se envolve com a comunidade negra, por conta de sua amizade com a criada (ex-escrava) Christofine. Nesse tempo sua mãe casa-se com um rico plantador, o Senhor Mason. Após um ato de revolta dos negros, estes ateiam fogo a casa, causando a morte de Pierre (irmão de Antoinette), sua mãe enlouquece. A menina é gravemente ferida. Após sua recuperação, o padrasto a interna em um convento para que se eduque convenientemente. A primeira parte do romance encerra-se com a morte de seu padrasto e também da mãe, que a Antoinette pareceu ter sido em circunstâncias estranhas.

A segunda parte do romance é narrada por Edward. Ele descreve a paisagem exuberante do lugar e demonstra preconceito em relação a pessoas e comportamentos. Revela as condições em que o casamento se deu, através de um tio de Antoinette. Rhys, em momento algum, se reporta ao sobrenome Rochester:

> The girl Amalie said this morning, 'I hope you will very happy, sir, in your sweet honeymoon house! She was laughing at me I could see. A lovely little creature but sly, spiteful, malignant perhaps, like much else in this place. (Rhys, 1966, p. 43)[7]

A última parte da narrativa é a mais breve. Aí se evidenciam alguns momentos de lucidez na esposa. Ela revela as sensações experimentadas no

[6] Eu nunca olhei para qualquer negro que eu não conhecesse. Eles nos odiavam, chamavam-nos baratas brancas. Melhor ignorar. Um dia uma menininha me seguiu contando 'Suma, barata branca, suma, suma. Eu apurei o passo e ela apurou mais ainda. 'Barata branca, suma, suma. Desapareça!' (Rhys, 1966, p.6)

[7] A menina Amalie disse esta manhã, 'Eu desejo que o senhor seja bem feliz, senhor, na sua casa de lua-de-mel! Ela surria para mim, eu pude perceber. Uma criaturinha adorável mas rancorosa, vingativa, talvez maligna, como a maioria neste lugar. (Rhys, 1966, p. 43)

cárcere em Thornfield Hall (a rica propriedade de Edward Rochester). Nesse confinamento, a jovem esposa confunde fatos presentes e passados. As imagens do fogo a dominam. Recorda o incêndio em sua antiga casa, e as histórias contadas pelas monjas sobre o inferno:

> There were more candles on a table and I took one of them and ran up the first flight of stairs and the second. On the second floor I threw away the candle. But I did not stay to watch. I passed the room where they brought me yesterday or the day before yesterday. I don't remember. (Rhys, 1966, p. 153)[8]

Conduzida à Inglaterra pelo marido, vítima de colapso mental, ela é trancada em um sótão. Assim, abandono e solidão são causas diretas capazes de conduzi-la ao desespero e à decisão de dar cabo à própria vida. Sociedade, família e fatores individuais, somados, determinaram o trágico destino de Antoinette.

Neste ponto da trama é que os textos se encontram. Com a finalidade de estabelecer um paralelo entre as duas protagonistas, contudo sem nos determos ao enredo do romance que inspirou Rhys, partimos do momento em que Jane Eyre, decidida a aceitar o pedido de casamento feito por Rochester, descobre a existência de uma esposa legítima confinada na casa.

Por ocasião do pedido de casamento fica evidente a atitude do rico e poderoso proprietário em reforçar a ideia de inferioridade que Jane Eyre faz de si mesma, ao mesmo tempo em que enaltece suas próprias características de superioridade: "Fiz chegar até ela um rumor de que a minha fortuna não chegava a um terço do que ela pensava. Depois me apresentei para ver o resultado" (Brontë, 2010, p. 227), referindo-se à extensão de sua fortuna e o fato de ter enganado sua pretensa noiva, Senhorita Ingram. A seguir, ecoa em sua fala a imagem de Jane (p. 227), reforçada no discurso masculino: "Você, sua coisinha

[8] Havia mais velas na mesa e eu tomei uma delas e subi o primeiro lance de escadas e o segundo. No segundo piso, eu atirei a vela. Mas não fiquei para ver. Eu passei pelo quarto onde me jogaram ontem ou anteontem. Não lembro. (Rhys, 1966, p. 153)

estranha e quase sobrenatural! Eu a amo como a minha própria carne. Você, pobre e obscura, pequena e simples como é...".

Em *A dominação masculina* (2012), Bourdieu observa as divisões constitutivas da ordem social que tem conduzido à classificação de todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo as distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino. As mulheres – escreve Bourdieu – estando situados do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, veem ser-lhes atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos:

> Pelo fato de o mundo limitado em que elas estão confinadas, o espaço do vilarejo, a casa, a linguagem, os utensílios, guardam os mesmos apelos de ordem silenciosa, as mulheres não podem senão tornar-se o que elas são segundo a razão mítica, confirmando assim, e antes de mais nada a seus próprios olhos, que elas estão naturalmente destinadas ao baixo, ao torto, ao pequeno, ao mesquinho, ao fútil etc. (Bourdieu, 2012, p. 41)

Rochester tem um ideal previamente formado da mulher que ele quer para si. Continuamente ele reforça isto sobre Jane, apesar de a moça já ter verbalizado seus próprios desejos. Tal fato fica evidente quando ele pede a seu banqueiro para enviar-lhe joias, que são herança, para serem usadas pelas damas de Thornfield:

> Esta manhã escrevi ao meu banqueiro em Londres, para que me mande algumas joias que estão em seu poder, relíquias de família das damas de Thornfield. Dentro de um ou dois dias espero depositá-las no seu regaço. Pois devo-lhe todas as atenções e privilégios que eu destinaria à filha de um par do reino, se eu fosse me casar com uma. (Brontë, 2010, p. 231)

Fica evidente a obstinação da moça em se manter com seu ponto de vista (Brontë, 2010 p. 232), no momento em que responde ao patrão que ao usar joias e adornos não será mais ela mesma, Jane Eyre, mas um "macaco em jaqueta de arlequim ou pavão em plumas emprestadas". Ao examinar a posição em que se coloca Rochester em relação à sua pretendida, observem-se as palavras de Bourdieu:

> Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre dominantes e dominados que a magia do poder simbólico desencadeia e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua revelia, ou até contra a sua vontade, para sua própria dominação, aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de *emoções corporais* – vergonha, humilhação, timidez, ansiedade, culpa – ou de *paixões* e de *sentimentos* – amor, admiração, respeito – emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, como o enrubescer, o gaguejar, o desajeitamento, o tremor, a cólera ou a raiva onipotente, e outras tantas maneiras de se submeter. (Bourdieu, 2012 p. 51).

Após a descoberta de uma esposa demente, confinada nos recônditos da casa, Jane Eyre foge da mansão de Rochester e segue sua jornada em busca de autoconhecimento e autossuficiência:

> Querido leitor, desejo que nunca sinta o que eu senti naquele momento! Que os seus olhos nunca derramem lágrimas tão copiosas e escaldantes, vindas do coração, como as que correm dos meus. Que nunca implore aos céus em preces tão desesperadas e agoniadas como aquelas que saíram dos meus lábios. E que nunca venha a ser, como eu, oprimido pelo terror de ter sido instrumento do mal contra aquilo que ama mais profundamente. (Brontë, 2010, 285)

A conexão entre os textos se dá a partir desta passagem. Rhys revisou a impactante descrição da esposa crioula em *Jane Eyre* que, no século XIX britânico refletia estereótipos sobre os crioulos brancos. Rhys resgata a personagem Bertha (Antoinette) e sua imaginação criativa atua a partir daí para a produção de uma obra surpreendente e independente daquela que a inspirou.

> This story also gave Rhys a vehicle to explore her difficult outsider relationship with England. As for Brontë's novel, Rhys said in a letter (Rhys, 1985, p. 262) that she had "brooded over Jane Eyre for years." She was, she wrote, "Vexed at her portrait of the 'paper tiger' lunatic, the all wrong creole scenes, and above all by the real cruelty of Mr. Rochester." She had reread *Jane Eyre* in 1957, when she felt she had nearly forgotten Creole. In 1958, she wrote: "It might be possible to unhitch the whole thing from Charlotte Brontë's novel, but I don't want to do that . . . I have got a plausible story and a plausible way of telling it" (Rhys, 1985, p.153–4). She created a story full of Gothic romance, entirely different in tone and style from *Good Morning, Midnight.* (Savory, 2009, p. 80)[9]

[9] Essa história também deu a Rhys um veículo para explorar seu difícil relacionamento com a Inglaterra. Quanto ao romance de Brontë, Rhys disse em uma carta (Rhys, 1985, p. 262) que ela tinha "meditado sobre Jane Eyre por anos". Ela era, escreveu Rhys, "irritada com seu retrato de

E Jean Rhys realmente criou uma história plausível. A personagem Bertha, que no romance *Jane Eyre* é vista como a "louca do sótão", solitária e infeliz é, na verdade, o que impulsiona a criação de *Wide Sargasso Sea*. À medida que o romance avança, surgem dramas familiares em que crianças são expostas à solidão, mesmo cercadas de familiares; o preconceito racial; as lutas de classes, e a complexa relação amorosa e sexual descrita no romance. Antoinette, ainda na tenra idade, impelida a um casamento com um homem desconhecido. Evidencia-se uma relação de dominação em que a jovem esposa, mesmo tendo herdado considerável valor em bens, se sente insegura e sofre sob o jugo de um homem, que a tiraniza psicológica e financeiramente.

O paralelo entra as personagens femininas enfocadas na pesquisa, através leitura das duas obras, suscitam a reflexão quanto à trajetória das mulheres ao longo dos anos. Entre o aparecimento de uma obra e de outra, vão em torno de noventa anos. Cada autora, conforme o contexto de seu tempo, dá voz a uma mulher cheia de vida, de esperança e alegria e, de alguma forma, essa mulher sucumbe ante a dominação de um homem. Neste caso, o mesmo homem.

Somente através de ações – conforme sinaliza Bourdieu (2012, p.139) – que realmente levem em conta todos os efeitos de dominação que se exercem através da cumplicidade objetiva entre as estruturas incorporadas e as estruturas de grandes instituições em que se realizam e se produzem não só a ordem masculina, mas também a ordem social, poderá, a longo prazo, e trabalhando as contradições inerentes aos diferentes mecanismos, haver a contribuição para o desparecimento progressivo da dominação masculina.

---

lunática '*paper tiger*', todas as cenas crioulas não verídicas e, acima de tudo, a verdadeira crueldade do Sr. Rochester. Ela releu *Jane Eyre* em 1957, quando sentiu que quase havia esquecido o *Creole*. Em 1958, ela escreveu: "Talvez seja possível desfazer a coisa toda do romance de Charlotte Brontë, mas eu não quero fazer isso. . . Eu tenho uma história plausível e uma maneira plausível de dizer isso. (Rhys, 1985 p. 153–4). Ela criou uma história cheia de romance gótico, totalmente diferente em tom e estilo de *Good Morning, Midnight.* (Savory, 2009, p. 80).

Referências:

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BRONTË, Charlotte. **Jane Eyre**: An Autobiography. Trad. Doris Geottems. Ed. Bilíngue: inglês/português. São Paulo: Landmark, 2010.

BOURDIEU, Pierre**. A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARVALHAL, Tânia F. **Literatura Comparada**. São Paulo: Ática, 2006.

DÍAZ-FERNANDEZ José R. "Jean Rhys y *Wide Sargasso Sea"*. Atlantis. Vol. XII. nº 1, junho 1990 p.77-102. Disponivel em < http://www.researchgate.net/publication/237048205> Acesso em 18/11/2018.

HITE, Molly. **The other side of the story**: Structures and Strategies of Contemporary Feminist Narrative. London: Cornell University Press, 1989.

SAVORY, Elaine. **The Cambridge Introduction to Jean Rhys**. New York: Cambridge University Press, 2009.

STALEY Thomas F. **Jean Rhys:** A Critical Study. London: Macmillan Press, 1979.

RHYS, Jean. **Wide Sargasso Sea.** London: Penguin, 1968.

A manutenção da identidade e da memória pomerana na Serra dos Tapes – RS

Karen Laiz Krause Romig[1]

Resumo: O presente estudo é um recorte do Trabalho de Conclusão do curso de Licenciatura em Geografia, desenvolvido a partir de um viés histórico e cultural. Este artigo tem como objetivo geral caracterizar a manutenção da identidade e da memória pomerana, no recorte espacial da Serra dos Tapes – RS. Para tanto, o trabalho busca definir os conceitos de identidade e memória, bem como relacionar estes conceitos com a cultura pomerana. Na metodologia deste estudo serão realizadas entrevistas com descendentes de pomeranos moradores da região estudada, além de observações empíricas nesta região. O estudo conta também com o auxílio de autores que tratam da identidade e memória pomerana. A priori entende-se que a cultura pomerana possui traços históricos, culturais e geográficos definidos, bem como formas de rememoração de suas tradições, que contribuem para a manutenção da identidade e da memória deste grupo, que é construída em um processo e implica nas relações sociais dentro e fora do grupo, existindo, portanto, formação e reinvenção de um processo identitário e de consequente rememoração cultural pomerana.

Palavras-Chave: Identidade; Memória; Pomeranos; Serra dos Tapes.

Introdução

Este artigo trata da manutenção da identidade e da memória pomerana na Serra dos Tapes, que se localiza na região sul do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Este artigo surge com o objetivo principal de caracterizar a manutenção da identidade e da memória pomerana, no recorte espacial da Serra dos Tapes.

Neste estudo são atendidos quatro municípios que compõem a Serra dos Tapes, são eles: Arroio do Padre, Canguçu, Pelotas e São Lourenço do Sul. Estes municípios foram historicamente ocupados por imigrantes pomeranos vindos da Pomerânia, atualmente território da Polônia e Alemanha. Estes imigrantes vieram para o Brasil a partir do ano de 1858 em busca de melhores condições de vida, devida às condições precárias que viviam em seu território.

O artigo é um recorte de uma pesquisa de maior abrangência, que trata justamente de estabelecer uma região cultural pomerana no sul do estado gaúcho, em virtude das manifestações geográficas e culturais que são observadas e percebidas neste contexto. Entende-se que a Serra dos Tapes é um local propício

[1] Universidade Federal de Pelotas; Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia; E-mail: karenlaizromig@gmail.com.

à realização de estudos voltados às diversas culturas que compõem a formação histórico-cultural do Rio Grande do Sul. Como destaca Cerqueira (2010, p. 874),

> O processo de ocupação da Serra dos Tapes (RS) denota peculiaridades quanto à diversidade de grupos étnicos que contribuíram a sua estruturação. A paisagem cultural desta região resulta de um mosaico étnico, composto a partir das memórias e tradições destes grupos, que constantemente sofreram processos de renovação e acomodação, em um permanente processo de diálogos culturais, travados entre as etnias do espaço colonial (italianos, alemães, pomeranos, franceses), bem como com o componente afro e luso-brasileiro.

Como destacado pelo autor, a Serra dos Tapes é uma região compostas por grupos étnicos distintos. Neste estudo será analisada especificamente a presença e manutenção da cultura do povo pomerano.

Este trabalho busca trabalhar com as temáticas de identidade e memória, bem como relacionar estes conceitos com a cultura pomerana. Em se tratar da identificação dos sujeitos como pessoas descendentes de pomeranos e praticantes de hábitos advindos desta cultura, logo que o processo imigratório deste povo teve início no século XIX e terminou no começo do século XX, não há mais imigrantes pomeranos neste local, mas sim descendentes deste povo que mantém certos hábitos culturais por meio da memória dos sujeitos e da perpetuação de práticas da cultura, que são passadas de geração em geração.

Em se tratar de estudos de memória e identidade, são utilizados autores como Weiduschadt (2007), Schmidt (2015) e Halbwachs (1990).

Para Weiduschadt (2007, p. 43), “a identidade se constrói e se reinventa através de um processo, esta não pode ser entendida como algo natural que nasce com os indivíduos”, por isso entende-se que a identidade pomerana é construída ao longo do tempo, por meio de memórias que são vivenciadas ao longo das gerações. Em se tratar de um estudo sobre a identidade de uma cultura específica, é trabalhado também o conceito de identidade cultural.

As construções culturais e as características próprias de cada povo são percebidas como identidade cultural. É, portanto, um conjunto vivo de

relações sociais e patrimônios simbólicos que são compartilhados entre as gerações, cujos valores são comuns entre os membros da comunidade. Trata-se de um conjunto de construção continuada, modificado por várias fontes no tempo e no espaço, sendo um processo dinâmico (SCHMIDT, 2015).

Nestas afirmações de autores que trabalham com a temática de identidade e respectivamente identidade cultural, percebe-se que esta é reinventada e ressignificada pelos sujeitos que se identificam com os traços culturais pomeranos. Onde a identidade pomerana de descendentes da Serra dos Tapes é um conjunto de elementos rememorados ao longo do tempo e constituídos como patrimônios simbólicos pertencentes à cultura.

Já a memória pode se caracterizar a partir das reminiscências do passado, que surgem no pensamento de cada pessoa, no momento presente; ou ainda, como a capacidade de armazenar dados ou informações referentes a fatos vividos no passado. Mas é importante lembrar que sempre será uma reconstrução no presente desse passado de forma coletiva (HALBWACHS, 1990).

Ou seja, os descendentes de pomeranos que vivem na Serra dos Tapes, perpetuam as práticas culturais por meio da memória coletiva do grupo social, onde uns falam com os outros sobre costumes e práticas que são mantidas. Além disso, a observações de muitos hábitos, fazem com que a pessoas tomem aquilo como inerente a sua existência. Outro fator muito importante para a perpetuação da cultura é a língua pomerana, que veremos posteriormente, considerado elemento cultural responsável por perpetuar a cultura.

A abordagem da temática deste artigo se faz pertinente, por sua importância científica e social, principalmente para que a comunidade acadêmica conheça os elementos que possibilitam a manutenção da cultura pomerana, e que sujeitos moradores da Serra dos Tapes, e descendentes de pomeranos reconheçam suas atividades como práticas fundamentais para a manutenção da cultura de seus antepassados. Destaca-se que muitos hábitos culturais

pomeranos são mantidos, outros são modificados e alguns já foram, inclusive, extintos, e que a discussão sobre o tema é relevante e muito necessária.

Metodologia

Este estudo conta com o auxílio de autores que tratam da identidade e memória pomerana. Além de autores que fundamentam os códigos culturais pomeranos como práticas que possibilitam a manutenção de uma identidade cultural pomerana.

Este estudo conta também com entrevistas de 5 moradores da Serra dos Tapes. Estes entrevistados foram selecionados aleatoriamente, com o critério de maioridade e auto declaração de descendência pomerana. Estes entrevistados responderam a seguinte pergunta: O que você acha que faz parte da cultura pomerana, que ainda é mantido atualmente? Nesta pergunta os entrevistados puderam relatar suas práticas, de seus familiares e todas aquelas que são efetuadas em sua comunidade, ou são de seu conhecimento.

Além dessas entrevistas, foram também realizadas observações empíricas na Serra dos Tapes, com a finalidade de encontrar e registrar[2] as manifestações culturais pomeranas citadas pelos entrevistados.

Manutenção da identidade e memória pomerana

Com a consulta de autores que tratam das temáticas abordadas neste artigo e as entrevistas realizadas na Serra dos Tapes, foram percebidos alguns códigos culturais pomeranos que se manifestam em parte da região estudada e contribuem para a manutenção da identidade do grupo.

O primeiro código identificado é língua pomerana, que mesmo sem ter escrita consolidada, garante a manutenção da cultura pomerana nesta região. A

[2] Os registros desta pesquisa foram feitas por meio de fotos, que serão apresentadas a seguir como modo de fundamentar e melhor contextualizar os resultados da pesquisa.

língua ainda é bastante falada por descendentes de pomeranos, todos os 5 entrevistados afirmaram que sabem falar.

Como afirma Bremenkamp (2014) a língua pomerana se manteve durante as gerações, devido ao isolamento das comunidades, reservadas em sua religião e em seus modos de vida. Ela é importante no processo de transmissão e recriação da tradição oral e na elaboração da identidade linguística, social e étnica de seu povo. Por isso, a preservação da língua pomerana é uma forma de perpetuar a cultura pomerana.

Outro código cultural destacado é a religião Luterana, muito praticada nos municípios que compõem a Serra dos Tapes. A religião Luterana é composta por três vertentes, sendo a IECLB (Igreja de Confissão Luterana no Brasil) vinculada ao Sínodo Riograndense, a IELB (Igreja Evangélica Luterana do Brasil) adepta do Sínodo de Missouri, e a IELI (Igreja Evangélica Independente) conhecidas como comunidades livres ou independentes. A presença destas comunidades religiosas é observada na Serra dos Tapes.

Figura 1 - Igreja Evangélica Luterana Independente, na localidade de Favila – Canguçu.
Fonte: autora, 2018.

A construção dos cemitérios e as crenças praticadas no ritual da morte, também denotam formas que são perpetuadas pelas gerações de descendentes. Foi observado que cemitérios são construídos para o nascer do sol, pois a cultura pomerana acredita que no dia do juízo final todos poderão ver a luz, geralmente os túmulos são de casais, enfeitados com muitas flores. Essa característica dos cemitérios é muito visível no local de pesquisa. Segundo Thum (2009, p.259) "o alinhamento dos túmulos, no cemitério, segue a ideia de que os pés da pessoa devem estar para o nascente, não importando, se o portão vai ficar para frente da via pública ou não". Como caracterizado na imagem abaixo:

Figura 2 - Cemitério Luterano em Arroio do Padre.
Fonte: autora, 2018.

Outro código cultural muito importante são os ritos de passagem, que estão diretamente relacionados às práticas religiosas. Estes são caracterizados como o batizado, a confirmação, o casamento e a morte. Estes rituais marcam a ruptura do contexto social e religioso do indivíduo. Para Rodolpho (2004, p.141) "O ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. Ele é constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por

múltiplos meios". Estes rituais de passagem podem ser religiosos ou festivos, marcam mudanças na vida de indivíduos, e são muito celebrados ainda nos dias atuais nas comunidades pomeranas.

Outro hábito bastante percebido e mencionado nas entrevistas são as festas de comunidades, que acontecem anualmente, como maneira de inter-relação entre as comunidades religiosas, estas festas acontecem durante todo o dia e são animadas por bandas que tocam musicas típicas alemãs/pomeranas, marcando a característica festiva do povo pomerano.

Figura 3 – Festa de comunidade na zona rural de Canguçu.
Fonte: autora, 2018.

Um dos códigos culturais mais citados nas entrevistas e evidenciados também nas observações de campo foram os pratos típicos da gastronomia pomerana. Destaca-se os *ripelspah* (Bolinho de Batata), bolinhos de carne moída, cuca, linguiça, patê, morcilha, bolachas amanteigadas (*doss*), pão feito no forno de rua e a *schimier* (geleia de melancia) feita no tacho.

Uma das entrevistadas, moradora da zona rural de São Lourenço do Sul, diz que:

> Eu acho que é importante destacar a culinária, que ainda se mantém bastante, como a questão de fazer *schimier* no tacho, como o pão do

> forno de rua, no chamado *backova*, e a questão das cucas, a questão da culinária é bastante forte, é um destaque.

Como mencionada por uma das entrevistadas, a culinária é um dos destaques da cultura pomerana. Muitos dos pratos citados são comumente feitos nas casas dos descendentes, como a *schimier* (geleia de melancia) no tacho e o pão no forno de rua:

Figuras 4 e 5 – Tacho com *schimier* e pão caseiro e forno de rua, respectivamente.
Fonte: autora, 2018.

Neste artigo, são mencionadas apenas algumas das práticas culturais que compõem a identidade pomerana, mas cabe ressaltar que os hábitos culturais são muito diversos e merecem destaque, justamente por comporem o mosaico étnico-cultural da Serra dos Tapes.

Os costumes, tradições e códigos culturais do povo pomerano são fruto da memória dos sujeitos que habitam a região estudada. A rememoração de atividades culturais favorece o desenvolvimento de uma identidade peculiar do grupo.

Considerações finais

Considera-se que os moradores e descendentes de pomeranos da Serra dos Tapes, mantem seus hábitos culturais por meio de uma identidade cultural do grupo que é perpetuada através da memória coletiva, sendo passados de geração em geração.

Os principais códigos culturais, como língua, religião, ritos de passagem, festividades, culinária e demais costumes são ainda praticados por muitos descendentes de pomeranos que são moradores da Serra dos Tapes. A prática destes hábitos garante, de certa forma a manutenção da identidade pomerana local.

Muitos destes hábitos sofrem alterações com o passar dos anos, ou até mesmo deixam de existir. Mas muitos hábitos são passados de geração em geração através da memória coletiva dos grupos que compõem a comunidade pomerana da Serra dos Tapes.

Portanto os códigos culturais pomeranos se perpetuam com o passar das gerações, mas eles não permanecem estáticos, pois no modo de viver contemporâneo, a cultura é ressignificada, e se adapta ao contexto de cada família e de cada momento vivenciado.

Referências

BREMENKAMP, E. S. **Análise sociolinguística da manutenção da língua pomerana em Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo**. 2014. 291 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Vitória, 2014.

CERQUEIRA, F. V. **Serra dos Tapes:** mosaico de tradições étnicas e paisagens culturais. In: Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio. Universidade Federal de Pelotas, 872-962, 2010.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo, Vértice Editora, 1990.

RODOLPHO, A. L.; Rituais, ritos de passagem e de iniciação: uma revisão da bibliografia antropológica. **Estudos Teológicos**, v. 44, n. 2, p. 138-146, 2004.

SCHMIDT, Adriele. **A comida na cultura Pomerana:** simbolismo, identidade e sociabilidade. 2015. 190 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em economia doméstica. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

THUM, Carmo. **Educação, História e Memória:** silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes. 2009. 383 f. Doutorado em Educação – Programa de Pós-Graduação. Centro de Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2009.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX**: identidade e cultura escolar. 2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

Pelotas e modernização: patrimônio histórico-cultural a serviço do progresso

Viviane Adriana Saballa[1]

Pelotas, no século XIX, vivia sob a influência de positivas condições econômicas, urbanas e sociais, onde observamos um ambiente citadino impregnado de valores europeus no que tange ao afã civilizatório e desenvolvimentista vivido em seu processo de Modernização. O presente Artigo versa sobre esta temática, que é constituinte da Dissertação de Mestrado "Parecer para Ser: a função social da Indumentária em Pelotas (1890-1914)." O objetivo é denotar, sob os conceitos de Representação (CHARTIER, 1991) e Imaginário (CASTORIADIS, 2000), como o patrimônio histórico-cultural edificado entre os o final do século XIX e início do século XX – revelaram uma cidade carregada de códigos de influências exteriores que deram-lhe uma identidade estrangeira e cosmopolita.

A metodologia adotada para a realização desta investigação teve como principais etapas a realização de um inventário das fontes primárias e das bibliografias específica e geral que complementaram a base teórica-historiográfica. Juntamente a esse inventário, buscamos - via fonte iconográfica - a base visual que a pesquisa exigiu. O estudo partiu do princípio de que o patrimônio instituído serviu de instrumento para a legitimação de uma noção de pertencimento alicerçada no ideário de cultura e progresso. O texto que segue está desse modo estruturado: primeiramente discutir-se-á aspectos da história de Pelotas no que tange à importância da charqueada como impulsionadora do desenvolvimento urbano; na sequência, serão abordadas percepções sobre a Modernização vivenciada, à luz do entendimento de Representação e Imaginário,

[1] Universidade Federal de Pelotas/ UFPel, Doutora em História (UFRGS) – vivianesaballa@gmail.com

para então, na parte final, vincularmos os patrimônios-históricos como signo de pertença cultural.

A importância econômica da cidade de Pelotas, em seu apogeu, no contexto do Rio Grande do Sul, se vincula diretamente à sua formação histórica, tendo como agente de destaque a atividade charqueadora no nível da industrialização. Gado e estância simbolizam o surgimento da estrutura econômica baseada na charqueada que, consequentemente, será a base do crescimento populacional local. A origem de Pelotas está na estância. A charqueada do cearense

José Pinto Martins foi o ponto de partida para o desenvolvimento de outros estabelecimentos que se multiplicaram consideravelmente. A charqueada – com sua produção em escala industrial - foi, antes de tudo, um fenômeno de estratificação econômica. Criou um campo de interesses pessoais, tornou complexa a estrutura social da província e trouxe o progresso, acenando a construção das bases nas quais viriam a se estruturar seu desenvolvimento e o favorecimento do surgimento urbano da cidade (SABALLA, 2001, p. 28-29).

Pelotas viveu um ciclo de pujança econômico-financeira e cultural com grande intensidade em função da atividade charqueadora. A indústria saladeril proporcionou riqueza, “cidadãos pelotenses edificaram grandes e sólidas fortunas, tornando-se a cidade um dos centros industriais e comerciais mais importantes e mais ricos da Província” (PERES, 1995, p.33). Considerando que “(...) é indiscutível a influência dos grandes centros europeus sobre a cultura brasileira no século passado,” (ANJOS, 1996, p. 36) assistiremos em Pelotas a elite implantando um modo de vida inspirado na Europa, bem como na Corte do Rio de Janeiro, “(...) modelo de desenvolvimento, modernidade, de civilização, de nobreza, a França servia de parâmetro para a organização da vida familiar e social da elite pelotense” (PERES, 1995, p. 34).

Os hábitos e costumes dos pelotenses também foram afetados. A idéia era criar um espaço urbano símbolo de progresso e Modernidade, na sua melhor definição como sentimento de ruptura com passado (LE GOFF, 2003). Acreditamos que as mudanças ocorridas em Pelotas enquanto conseqüências da transformação capitalista do mundo, desdobraram-se em inovações que fizeram a sociedade vivenciar uma Modernidade do comportamento em suas práticas em uma época em que, em função da Belle Epoque, a França era o emblema máximo de civilização.

Podemos afirmar que as transformações ocorridas no espaço urbano – de forma mais intensa no final do século XIX e início do século XX – é de inspiração nas mudanças ocorridas na capital brasileira. O Rio de Janeiro, por sua vez, se refletiu nos modelos europeus fixados por Eugéne Haussmann na cidade de Paris (SANTOS, 1997, p. 28). O que vamos presenciar é uma noção de pertencimento que é alicerçada no conceito de Representação, que é o "modo pelo qual em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade é construída, pensada, dada a ler [...]" (CHARTIER, 1991, p.6). Paris é tida como auto-suficiente, *glamourosa*, educada, civilizada, avançada e sob esta égide, Pelotas por muito tempo assumiu a posição de *Capital Cultural da Província* e *Atenas Rio-Grandense.* Visitar, estudar, adquirir objetos, bens materiais, absorver hábitos e costumes europeus fazia com que magicamente grupos se sentissem parte integrante de uma realidade que não lhes pertencia concretamente, mas que através do imaginário criavam:

> [...] Falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa 'inventada' – quer se trate de uma invenção 'absoluta' [...] ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações 'normais' ou 'canônicas'. [...] é evidente que o imaginário se separa do real, que pretende colocar-se em seu lugar [...] (CASTORIADIS, 2000, p.154).

Assim, essa realidade se coloca presente, como dada, vivida: "(...) esta sociedade romanticamente buscou recriar materialmente no interior do espaço da

cidade, o que havia presenciado e admirado em suas viagens ao Velho Mundo" (SANTOS, 1997, p. 46-47).

Analisando o cotidiano da elite pelotense de forma mais aprofundada, nos depararemos com a evidência de que ela estabelecia uma sociabilidade um tanto quanto diversificada. O teatro, os concertos, os bailes realizados nos grandes casarões e, mais tarde, nos clubes, os encontros literários compostos por discursos e declamações de poemas, bem como os passeios, eram atividades freqüentes entre esta parcela da sociedade nas últimas décadas do século XIX, se estendendo até o início do século XX.

O espírito europeu estava presente nas fachadas e construções dos prédios da cidade, na mobília, nos objetos, na infra-estrutura que estava sendo implantada se utilizando de materiais importados, bem como de decoração. Comungamos com o pensamento de Marshall Berman, acreditando que a Modernização, esse "complexo de estruturas e processos materiais – políticos econômicos e sociais" (BERMAN, 1986, p.129) não desenvolve-se por conta própria, de forma autônoma. Ela se relaciona intimamente com a alma humana, o que faz Berman aclamar Baudelaire no que diz respeito à sensibilidade para a percepção das mudanças da urbe quando escreve que a "a Modernização da cidade simultaneamente inspira e força a Modernização da alma dos seus cidadãos" (BERMAN, 1986, p.143).

Neste contexto, Pelotas passa a viver intensamente sob processo de melhorias estruturais. A inauguração do bonde elétrico da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas se dá em 1873. Segundo o autor Marcos Hallal dos Anjos: "a partir de 1875, com o incremento da iluminação a gás hidrogênio, os hábitos de diversão e sociabilidade dos pelotenses se alteraram, o espaço público foi redescoberto" (ANJOS, 1996, p. 115). O que Anjos salienta é a importância deste momento, o que era antes feito nas residências, como *saraus* e declamações literárias, passa a ser feito agora em lugares públicos. Além disso, com a luz

artificial aumentou o tempo dessas atividades, pois a noite e a madrugada passaram a ser utilizadas para o entreterimento dessa elite. Na década de 1910, a luz elétrica toma o espaço público, marcando o início de uma nova fase na sociabilidade noturna.

As mudanças chegam ao saneamento básico da cidade em 1887, quando o francês Gregório Howyan (Engenheiro Civil pela *Escola de Pontes e Calçadas*, de Paris) tem seu projeto contratado pela Câmara Municipal (ANJOS, 1996, p. 30-32). Governo e elite, em concordância, operam mudanças e investimentos na cidade, moldando-lhe de modo a tomar a forma almejada. Criando no seio de seu espaço a *"*cidade ideal,*"* iniciativas são tomadas, envolvendo melhorias na infra-estrutura básica, construção de prédios, dando-se destaque as suas fachadas, bem como investimento cultural. Pelotas vai se europeizando à medida que importações vão fazendo parte de sua composição, passa a ser o cenário que se dará a receber elementos, tanto materiais quanto relativos à educação, hábitos e costumes, que irão dar-lhe uma identidade, estrangeira, mas universal.

Considerando que os patrimônios histórico-culturais se manifestam como um conjunto de valores, tangíveis ou intangíveis, expresso através de diferentes vertentes, seja em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, edificações, ritos e celebrações ou hábitos e costumes, "cuja manifestação é percebida por uma coletividade como uma marca que a identifica, que adquire um sentido comum e partilhado [...]" (HORTA, 2000, p. 29). Partindo dessa concepção, nos reportaremos - na continuidade do texto – a edificações que denotarão o quanto tais patrimônios corporificaram visões de mundo de um grupo de pessoas que, via materialidade, agenciaram um vir-a-ser.

No ano de 1873,[2] através do expediente da importação, Pelotas possibilita o acesso da população à água no tocante ao armazenamento, conservação e abastecimento: da França chega a Caixa D´Água encomendada. Esta construção localizada na Praça Piratinino de Almeida ultrapassa a fronteira da mera funcionalidade, pois devido as suas grandiosas dimensões veio a ser considerada um dos maiores monumentos de Pelotas, esse reservatório possui a capacidade de comportar até 1.500,000 litros de água.

A solução encontrada pelo *Serviço Autônomo de Água e Esgotos* evidencia a forma como essa referência é apreendida. O fato da Caixa D´Água ser importada da França é impresso de modo a extravazar sua própria função: não bastava ser uma construção que simplesmente atendesse a necessidade de armazenar, conservar e abastecer, tinha que – primeiramente - ser importada, importada da França. Não bastava possuir amplas dimensões, sua circunferência tinha que alcançar avantajados números, de modo a impressionar. Sua aparência deveria denotar Modernidade, sintomas do seu tempo, requisito atendido através do desenvolvimento do sistema de montagem, que era por encaixes, e no material utilizado, o ferro. A escolha proposital do local de procedência da Caixa, deixou clara a expectativa existente no que dizia respeito à concretização de um desejo compartilhado, esta importação ocultava exigências, comunicando seu significado: ser funcional, imponente, moderna, possuir padrões europeu de qualidade e estética.

Dando continuidade ao plano de suprimento de água dentro dessa ótica desenvolvimentista iluminada por ideais relacionados à valorização do importado, no mesmo ano da chegada da Caixa D´Água temos a vinda de quatro chafarizes

[2] Sua montagem foi finalizada em 1875 (VAROTTO, Renato; SOARES, Leonor. **Lendo Pelotas**. 3ª Ed., Pelotas, Ed. Universitária - UFPel, 1997, p. 39-40).

também oriundos da França, encomendados pela *Companhia Hidráulica Pelotense.*

Tal encomenda gerou euforia entre as autoridades que se ocupavam dedicadamente na definição do local de colocação dos chafarizes, um ano mesmo antes da chegada, o que vem a denunciar o grau de envolvimento do poder público, respaldado na crença e convicção que tal questão merecia exclusiva atenção por se tratar da aquisição de mais um bem material de superior tecnologia e importante por garantir à cidade mais destaque por suas riquezas e influências, dando-lhe projeção. Por fim, definiu-se como locais de instalação "a Praça da Matriz, o largo do Porto da cidade, a Praça D. Pedro II e a rua S. Miguel" (ANJOS, 1996, p. 30).

A presença desses chafarizes em Pelotas veio a salientar um aspecto próprio do desenvolvimento da cidade, baseado na sua capacidade financeira e economia prósperas. Além deles solucionarem o problema de fornecimento de água à população, trouxeram à Pelotas embelezamento e contribuíram para a formação de um ambiente de riqueza. Apenas a título de exemplificação: além de se destacar por seu material – o ferro – chama a atenção pela singular beleza. Intitulado *Fonte das Nereidas,* possui um conjunto harmônico que causa impressionante efeito quando em funcionamento. Atualmente a Praça Pedro Osório abriga esse símbolo que transmite traços culturais com esmero em perpetuar suas convicções retratadas em seus bens, públicos ou não.

Outro meio de tornar a Europa presente no espaço pelotense foi o investimento nas construções, onde arquiteturas e fachadas deixavam emergir seus estilos. O objetivo do conjunto fachadístico-arquitetônico é de comunicar o que os seus promotores quiseram perpetuar: ostentação, riqueza e prosperidade de um período através da autoglorificação. As fachadas e arquiteturas buscam deixar para as próximas gerações:

> O desenvolvimento e cultura atingidos pela sociedade que lhe deu forma e dele tomou forma. (...) que não mediu esforços no sentido de propagandear a riqueza, o poder e a modernidade alcançados, e que neste intuito seguiu e copiou os modelos europeus, sinônimo de cultura desenvolvida" (SANTOS, 1996, p. 46-47).

O espírito europeu é materializado nas construções dos edifícios de Pelotas principalmente na segunda metade do século XIX, onde a contribuição é de profissionais do Velho Mundo e o Classicismo é o princípio estilístico implantado. A direção das construções coube aos europeus, bem como a seus descendentes (GUTIERREZ, 1999, p. 314).

Estando no âmbito das construções, lembramos de uma - localizada na Praça Sete de Julho – que se impõem por sua imponência, é o Mercado Público de Pelotas, construído entre os anos 1848 e 1849. Este estabelecimento é de suma importância nesse período, está contido de encantamento e possui uma aura que trabalha o imaginário da população, local que abriga diversificados comércios e variadas mercadorias, atrai pelas possibilidades que oferece: de realizar boas compras, de encontrar diferentes produtos em um mesmo lugar, de ver pessoas e ser visto por elas, de juntar-se aos outros e, juntamente, constituir os sons da cidade, ruídos e murmúrios que dão voz à urbanidade.

O Mercado Público é a corporificação da coletividade, sendo assim, uma construção como essa não poderia primar pela simplicidade, deveria possuir uma aparência à altura de sua relevância tanto econômica quanto cultural. Ir ao Mercado exigia toda uma preparação, uma pré-produção no trajar-se. A elite pelotense não perdia tal oportunidade de pura ostentação, pois esse era um espaço que, por excelência, promovia a mistura de diferentes grupos sociais, então a dedução é automática: a elite almejava mostrar-se ao seus pares, legitimando sua situação e posição e aos que lhes eram inferiores na hierarquia social, possibilitava a "oportunidade" de entrar em contato com este universo de elegância e requinte. Assim, mais uma vez, reafirma seu poder.

Atenta a todos esses aspectos, a municipalidade aprova o projeto de execução da obra,[2] sugerindo critérios a serem observados, "a Câmara (...) defendeu a ´elegância´ como critério de beleza, erudição e de bom gosto do edifício" (GUTIERREZ, 1999, p. 322). O que remeteu ao estilo europeu de construir.

Além de tudo que representa o conjunto arquitetônico do Mercado Público Pelotense temos um elemento constitutivo da obra que nos chama a atenção por sua singularidade: a Torre que, com sua localização destacada, faz referência explícita à cultura européia; sua forma e material utilizados são uma alusão direta à *Torre Eiffel*. Irradia aos olhos dos transeuntes a força de simbolizar Paris, oferece todo um engrandecimento e valorização à obra como um todo. Mais uma vez, o mundo europeu se presentificou.

Outro exemplo de patrimônio material símbolo de jogo de intenções é o prédio da Bibliotheca Pública Pelotense, que legitima uma forma de pensamento através da obrigatoriedade imposta por seus idealizadores de encomendar a decoração da Europa. A busca da conservação, apreensão e instrução são valores de uma sociedade civilizada, portanto Pelotas quer transmitir o quanto pode ser polida, educada e culta. Contornando dificuldades, a iniciativa privada, através de doações, torna o projeto uma realidade.[3]

Grande foi o esmero na concretização da composição fachadística do prédio da Bibliotheca Pública Pelotense, afinal deveria *falar* de sua gente, mostrar sinais de seu bom gosto e conhecimento, função que os bustos de ornamentação, vindos da Europa, deveriam cumprir com êxito. O Livro de Atas da Bibliotheca Pública Pelotense de 09 de dezembro de 1875 a 03 de abril de 1884 registrou bem a euforia e expectativa em torno da vinda desse material: A finalização do

[3] A iniciativa de sua fundação centralizou-se na pessoas de Antônio Joaquim Dias, também fundador do jornal *Correio Mercantil*, instrumento usado para convocar a primeira reunião (em 1875), visando a criação deste estabelecimento de instrução. Teve a sua primeira sede na Rua Gen. Netto, em 1876.

prédio só se deu em 1885,[4] porém a intento dos idealizadores que atingiram seus objetivos de tornar a Biblioteca "a própria imagem da riqueza e da pujança da cidade de Pelotas" (PERES, 1995, p. 21).

Os patrimônios materiais aqui abordados (dentre tantos outros que poderiam ser mencionados), quanto construção, simbolizam um tempo em que a arquitetura na cidade de Pelotas refletia "os valores simbólicos da cidade, como o sentimento de 'fazer parte' de sua feitura múltipla"(PAOLI, 1992, p. 28). Mais que transmitir aspectos funcionais, materiais ou práticos, os prédios deveriam comunicar o nível cultural de seu povo, fixar a sua história, contar suas preferências, escolhas, pensamentos. Assim edifícios e fachadas, por intermédio de sua aparência transpareciam idéias vindas de longe, da Velha Europa, figuradas materialmente na aparência dos edifícios. Buscando o que há de melhor no mundo europeu, Pelotas vai tomando o perfil de uma cidade cuja essência carrega consigo códigos de influências exteriores, que passam a tornarem-se realidade no momento que implantações são aplicadas. Modernização e espírito europeu permearam vários momentos de melhorias e desenvolvimento, essa característica compunha a ânsia e o desejo do "vir-a-ser" identitário. A Representação acaba sendo a tradução visual e/ou mental de uma realidade exterior percebida e quanto sua adequação, esta:

> Não se mede por critérios de autenticidade ou veracidade, mas pela sua capacidade mobilizadora, de motivar práticas sociais e de granjear credibilidade, indo ao encontro daquilo que os indivíduos visam, sonham, esperam, temem.... (PESAVENTO, 1993, p.112).

Os patrimônios histórico-culturais instituídos em Pelotas serviram de instrumento para a legitimação de uma noção de pertencimento alicerçada no ideário de cultura e progresso, transparecendo uma cidade carregada de códigos de influências exteriores que, através do Imaginário e o "colocar-se no lugar de,"

[4] No ano de 1913 ocorreu a ampliação do prédio, acrescentando-se à obra mais um andar.

construiu toda uma pertença de um grupo de elite, que vivenciou seu afã civilizatório através de edificações erigidas.

Referências:

ARANTES, Antônio. **Produzindo o passado:** Estratégias da construção do patrimônio cultural**.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e Modernização:** a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Porto Alegre, PUCRS, (Dissertação de Mestrado), 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 5º. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1991.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Barro e Sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777 - 1888)**. Porto Alegre, PUCRS, (Dissertação de Mestrado), 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. Fundamentos da Educação Patrimonial. **Revista Ciências & Letras**, Porto Alegre, n. 27. p. 25-35, jan./jun. 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Contexto, 2003.

LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. **Caderno Temático de Educação Patrimonial** *2.* João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012, p.14-21.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania – Departamento de

Patrimônio Histórico e cidadania – Secretaria de Cultura do Estado, São Paulo 1991.

PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PERES, Eliane T. **Templo de Luz: os cursos noturnos masculinos dE instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915)**. Porto Alegre, UFPel, (Dissertação de Mestrado), 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagens da Violência: o discurso criminalista na Porto Alegre do fim do século. IN: **Revista do IFCH - UFRGS,** Porto Alegre, V. 16, No. 2, Julho-Dezembro, 1993.

SABALLA, Viviane Adriana. **Parecer para Ser: a função social da indumentária em Pelotas (1890-1914).** Porto Alegre, (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História - UFRGS), 2001.

SANTOS, Carlos Alberto Ávila. **Espelhos, Máscaras e Vitrines**: estudo iconológico da fachadas arquitetônicas (Pelotas 1870-1930). Porto Alegre, UFRGS, (Dissertação de Mestrado), 1997.

SILVA, Sérgio Roberto Rocha da; SABALLA, Viviane Adriana. **Pelotas:** a arte imortalizada. Pelotas, Ed. Universitária – UFPel, 1998.

VAROTTO, Renato; SOARES, Leonor. **Lendo Pelotas**. 3ª Ed., Pelotas, Ed. Universitária - UFPel, 1997.

Urdindo a Idade das Trevas: pensar o medievo por meio do filme *Caça às Bruxas*

Amanda Basilio Santos[1]

Resumo: Nesta comunicação discutiremos os elementos históricos selecionados para compor o roteiro do filme Caça às Bruxas (*Season of the Witch*). Filme lançado em 2011, estrelado por Nicolas Cage e Ron Perlman, dirigido por Dominic Sena e com roteiro de Bragi F. Schut. O mesmo é ambientado no século XIV, em um clima de perseguição e condenação à feitiçaria, unindo a elementos de violência bélica e pestilência. Pretendemos, por meio deste filme, refletir sobre a representação dada à Idade Média, transformada, através de seleções temáticas e contextuais, assim com ambientação estética e fotografia, em uma verdadeira Idade das Trevas. No filme teremos momentos históricos que jamais pertenceram juntos, unidos em uma mesma linha temporal, para termos ao fim um discurso coerente para uma ambientação negativa sobre o período. Deste modo este filme se torna uma fonte interessante para pensarmos a imagem do medievo na indústria fílmica, assim como nos meios de manutenção do conceito renascentista de Idade das Trevas para identificar um período histórico de mais de mil anos.

Palavras-chave: Representação; Idade das Trevas; Cinema.

Introdução

Este trabalho busca analisar a construção visual e as escolhas de roteiro efetuadas no desenvolvimento do filme Caça às Bruxas (*Season of the Witch*), lançado no ano de 2011, Nicolas Cage e Ron Perlman, ambos interpretando cavalheiros templários, e dirigido por Dominic Sena e com roteiro de Bragi F. Schut. O filme pode ser, economicamente, considerado um fracasso do cinema. Com um orçamento generoso de R$ 40 milhões de dólares, seu retorno nas bilheterias americanas deixou muito a desejar, principalmente considerando-se o elenco escalado.

O mesmo é ambientado no século XIV, em um clima de perseguição e condenação à feitiçaria, unindo a elementos de violência bélica e pestilência.

[1] Doutoranda em História (UFRGS); Mestra em História (UFPEL); Especialista em Artes (UFPEL); Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UPFEL). Membro do LAPI (Laboratório de Política e
Imagem – UFPEL). Membro do CLAEC (Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura). E-mail de contato: amanda_hatsh@yahoo.com.br.

Pretendemos, por meio deste filme, refletir sobre a representação dada à Idade Média, transformada, através de seleções temáticas e contextuais, assim com ambientação estética e fotografia, em uma verdadeira Idade das Trevas. No filme temos sequências variadas de episódios datados, com pretensões históricas, mas que jamais pertenceram juntos, unidos em uma mesma linha temporal, para termos ao fim um discurso coerente para uma ambientação negativa sobre o período, conotação esta já afixada junto ao imaginário midiático e popular.

Deste modo este filme se torna uma fonte interessante para pensarmos a imagem do medievo na indústria fílmica, assim como nos meios de manutenção do conceito renascentista de Idade das Trevas para identificar um período histórico de mais de mil anos. Não desejamos aqui criticar as escolhas feitas pela equipe que desenvolveu a obra, conscientes de que a obra cinematográfica não possui compromissos com a historiografia, e, portanto, possui liberdade artística e narrativa. O que intencionamos é pensar nas escolhas feitas e na imagem que se perpetua ao período histórico retratado.

Linha temporal: miscelânea de momentos históricos e fílmicos

O filme tem como cena inicial a execução de duas mulheres, que com o clamor popular e sem nenhuma estrutura de julgamento aparente, são condenadas como bruxas, com a presença de um membro eclesiástico. Considerando a data fornecida no frame, não é condizente com o período de perseguição frenética à bruxaria, que se consolidaria séculos depois. Ambas as mulheres suspeitas então são enforcadas publicamente, na ponte da cidade, e após isto feito são baixadas à agua do rio, para dar seguimento ao afogamento que garantiria a sua execução, seguido pela dispersão do público que estava presente para assistir. Logo, com apenas o padre presente, é lido os ritos que encerram a sua execução. A cena é finalizada com uma das mulheres emergindo das águas e matando o clérigo que se encontrava sozinho.

Após a apresentação temos uma série de batalhas que nos apresentam os personagens principais, mostrando seus caminhos nas guerras como cruzados. Deste modo, nos são apresentadas as seguintes batalhas e datações: Cerco de Trípoli, 1334; Cerco de Imbros, 1337; Cerco de Artham, 1339; e Cerco de Smirna, 1344. Todavia, historicamente o primeiro ocorreu em 1103, e a batalha de Imbros deu-se apenas na Primeira Guerra Mundial, ocorrendo na Itália. As demais batalhas datadas, são fruto do roteiro e nunca ocorreram durante as cruzadas.

O interessante a partir de então é a costura de fatos feitas no desenrolar do roteiro. Os dois cavalheiros cruzados, decepcionados, tornam-se desertores. Então voltam-se para casa, passando por locais onde a morte vai marcando a presença. Chegam a um complexo urbano precário, imundo e escuro – aliás, toda a ambientação externa é escurecida, como se estivesse constantemente nublado –, deparando-se com o caos trazido pela Peste Negra. Todavia, a Peste, ou como era chamada no medievo, a Grande Mortandade, assola a Europa apenas a partir do ano de 1347, e a última batalha travada nas Cruzadas ocorre no ano de 1270-1271, quando definitivamente a Terra Santa é perdida e as Cruzadas são encerradas pela Igreja Católica no ano de 1291. Deste modo, historicamente, Cruzadas e Peste Negra, nunca deram-se simultaneamente.

Aqui temos uma decisão estética para a retratação da pestilência (*Figura 1*). Os corpos são deformados pela enfermidade, de um modo extremamente repulsivo e incoerente com a apresentação fisiológica da doença. O que podemos encontrar nas representações da moléstia, na iconografia medieval e nas manifestações mais recentes da doença, na sua configuração bubônica, que afeta as glândulas linfáticas (configuração que intencionou-se retratar no filme), causa inchaço e inflamação nas regiões linfáticas, assim como no local onde ocorreu a mordida da pulga responsável pelo contágio. A aparência apodrecida usada pelo filme não ocorre.

Figura 3: Cena que mostra pessoas afligidas pela "peste negra". Fonte: Filme Caça às Bruxas, screenshot da autora.

As condições que permitiram que esta enfermidade se alastrasse pela Europa contradiz o atraso econômico e tecnológico, assim como a decadência dos centros urbanos, tal como retratado no filme. Para que a Y. Pestis[2] fosse

[2] Levando o nome do bacteriologista que a diagnosticou. Alexandre Yersin. Bacteriologista suíço. Nasceu em 22 de setembro de 1863 em Aubonne e faleceu em 1º de março de 1943 no Vietnã. Em 1927, aos 64 anos, foi o vencedor do Prêmio Leconte. Yersin isolou a bactéria causadora da doença em 1894, em um surto que estava ocorrendo em Hong Kong, onde pesquisou juntamente com Shibasaburo Kitasato (1852-1931). Yersin havia nomeado a sua descoberta como Pasteurella Pestis, homenageando seu mentor, Louis Pasteur. Porém, em 1944 a nomenclatura foi alterada

capaz de causar tamanha calamidade no continente europeu foi necessário um contexto específico: primeiramente, para que houvesse tamanha taxa de contágio, era necessário um grande conglomerado populacional. Na época, a Europa contava com uma grande população, e pelo comércio vigoroso do período, nos centros urbanos havia um grande acúmulo de pessoas. Não existia sistema sanitário capaz de comportar os sobejos gerados em tal conjuntura (SLAVICEK, 2008).

Ambientação: escolhas estéticas para criar a Idade das Trevas

Durante o filme algumas escolhas estéticas ficam muito evidentes para a criação da ambientação e da atmosfera do filme: escuridão (tanto de ambientes internos quanto externos), atraso tecnológico (de construções até utensílios cotidianos), condições insalubres.

para homenagear Yersin, já após a sua morte. A descoberta deu-se através da observação de que onde havia pessoas morrendo de peste, também havia um grande número de ratos mortos (KELLY, 2011). A bactéria é transmitida de modo geral através da mordida da pulga Xenopsylla cheopis do rattus rattus, que é apenas o hospedeiro do inseto contaminado. Quando este hospedeiro morre, ela procura outro, podendo ser um ser humano. Em alguns casos, pulgas de outros animais, como esquilos, marmotas ou cães selvagens podem ser os vetores de transmissão da peste. Mas, via de regra, ela é transmitida pela Xenopsylla. Segundo Kelly, a contaminação do humano pela pulga se realiza porque a pulga também se encontra acometida pela doença.

Durante todo o filme contemplamos cenas que criam este clima enorme de atraso tecnológico, principalmente nas construções, sejam ela de moradia ou de estrutura urbana. Como podemos ver abaixo (*Figura 2*), segundo o filme, as estruturas básicas de locomoção, que ligam os grandes centros urbanos, são extremamente precárias.

Figura 4: Ponte. Fonte: Filme Caça às Bruxas, screenshot da autora.

O entorno urbano também é sempre retratado com grande precariedade e isolamento, com o acesso difícil, dado à precariedade das estradas (*Figura 3*). O atraso tecnológico é acentuado pelos tons escuros dos ambientes, pois até externamente os dias são nublados.

Figura 5: Construção urbana e estradas. Fonte: Filme Caça às Bruxas, screenshot da autora.

Nos ambientes internos, mesmo em locais de trabalho de escribas, o *scriptorium*, a iluminação é precária e a ambientação extremamente lúgubre (*Figura 4*)

Figura 6: Scriptorium. Fonte: Filme Caça às Bruxas, screenshot da autora.

Esta ambientação, escurecida e de grande atraso, não é condizente com as fontes históricas, tanto em relação climática, pois a Europa passara pelo *Medieval Warm Age* (DIAZ; HUGHES, 1994), quanto em termos tecnológicos. A efervescência comercial da Europa, que inclui o período que o filme aborda, fez com que as rotas urbanas, pontes e construções florescessem e a arquitetura gótica, em todo o seu esplendor e complexidade, já estava consolidada como estilo construtivo, estilo este que prezava pelas cores e pelo adentramento de luz nos ambientes, totalmente divergente à ambientação do filme.

Finalizamos com uma cena de chegada dos desertores cruzados, entrando em um grande centro urbano (*Figura 5*). Destacamos para a escuridão que domina este quadro, que resume a escuridão construída para o período durante toda a obra.

Figura 7: Interior de um centro urbano. Fonte: Filme Caça às Bruxas, screenshot da autora.

Considerações finais

O roteiro do filme faz uma série de escolhas de eventos icônicos no imaginário popular, quando falamos de Idade Média. Três escolhas são chave para a construção de um cenário conturbado, atrasado e de obscurantismo: violência bélica, por meio das Cruzadas, pestilência e morte, por meio do uso da Peste Negra, e superstição e atraso social, por meio das perseguições desenfreadas às mulheres consideradas como bruxas. Estes três elementos, que historicamente nunca tiveram existência contemporânea, são unidos em uma única linha do tempo, inclusive sendo datada durante o filme, criando assim um cenário que forja um medievo das trevas, do atraso e do retrocesso científico, social e cultural. Estes eventos ainda são alimentados pela ambientação do filme,

que também nos traz uma série de escolhas intencionadas: cidades e estrutura urbana precária, higiene inexistente, habitações lúgubres, um clero repulsivo e corrupto, e falta de desenvolvimento tecnológico e econômico.

Desta forma, temos um "medievalesco" (MÉHU; ALMEIDA; SILVA, 2008) que substitui o medieval, alimentando um imaginário já corrente sobre o período, que o constrói como decadente, atrasado, das Trevas.

Referências Bibliográficas

BASCHETT, Jerome. **A civilização feudal**. São Paulo: Globo, 2006.

DIAZ, Henry F.; HUGHES, M. **The Medieval warm period**. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1994.

ELLIOTT, A. **Remaking the Middle Ages:** the Methods of Cinema and History in Portraying the Medieval World. Jefferson: McFarland, 2010.

FERRO, M. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

KELLY, J. **A Grande Mortandade:** uma história íntima da Peste Negra, a pandemia mais devastadora de todos os tempos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HALSALL, P. **Myth, Epic and Romance:** Medieval History in Film. University of Northern Florida (2002), <http://www.unf.edu/classes/medieval/film>

HARTY, K. J. The Reel **Middle Ages:** American, Western and Eastern European, Middle Eastern and Asian Films about Medieval Europe. North Carolina: Mc. Farland, 1999.

HAYDOCK, N. **Movie Medievalism:** the imaginary Middle Ages. McFarland: Jefferson, 2008.

MÉHU, Didier; ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Marcelo Cândido da - Pourquoi étudier le Moyen Âge? Les médiévistes face aux usages sociaux du passé. **Actes du colloque tenu à l'université de São Paulo du 7 au 9 mai 2008**. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012.

SLAVICEK, L. C. **The Black Death**: great historic disasters series. New York: InfoBase Publishing, 2008.

VERCRUYSSE, T. **The Dark Ages Imaginary in European Films**. 2014. 333 f. Tese de doutorado. Onderzoekseenheid: Instituut voor Mediastudies [IMS], KU Leuven, 2014.

WILLIAMS, D. J. **Looking at the Middle Ages in the Cinema:** an overview. Film & History: an Interdisciplinary Journal of Film and Television Studies, V. 19, nº 1-2, 1999, p. 8-19.

A fronteira artificial e as relações naturais: arquitetura românica na região da Marca Galesa

Amanda Basilio Santos[1]

Resumo: Este trabalho é uma introdução à pesquisa em desenvolvimento no Doutorado em História, do PPGH-UFRGS. Tal pesquisa dedica-se à análise de igrejas paroquiais românicas, dos séculos XI ao XII, localizadas nos três condados ingleses que constituíam a Marca Galesa medieval tal como determinada após a Conquista Normanda. Em nossa análise, pretendemos ver as imagens que constituem o ambiente do prédio religioso da *Marchia Walliae* para além de uma função religiosa, mas também como indício, que nos aponta que as culturas locais que se adaptam desde a chegada normanda, e estas adaptações estão preservadas pelo arenito. As imagens que pertencem ao universo cultural local nos trazem um relato das crenças específicas, da manutenção e adaptação que são feitas pelos agentes humanos no decorrer do tempo e em frente a novas experiências e realidades. No caso específico da fronteira, estas experiências encontram-se dilatadas entre os limites estabelecidos artificialmente (as marcas) e as vivências fluídas de sujeitos que compartilham o espaço cujas limitações oficiais são flexibilizadas. Deste modo, na pesquisa que se encontra em fase inicial, pretende-se identificar semelhanças e diferenças entre a iconografia religiosa dos três condados que constituíram a Marca Galesa medieval, buscando as particularidades regionais e elementos identificadores desta condição de região de Marca.
Palavras-chave: Marca Galesa; Medievo; Inglaterra; Arquitetura; Iconografia.

Uma introdução à iconografia eclesiástica

A arquitetura medieval é um objeto permeia dois mundos: o do campo visual e do campo material, desdobrando-se em escultura e arquitetura. Entre a arquitetura e a iconografia que encontramos esculpidas nas igrejas medievais existem relações que transpassam entre o concreto e o intangível.

A arquitetura eclesiástica medieval também pode ser entendida enquanto uma imagem, pois esta intenciona ser uma construção perfeita do Cosmos, dado que ultrapassa o sentido prático de uma arquitetura vernácula, é uma arquitetura sagrada, sendo que o resultado final abriga conceitos litúrgicos e a imagem de um Cosmos idealizado. Ela organiza um conjunto de bens integrados dentro de uma estética que corresponde às necessidades estruturais, mas que

[1] Doutoranda em História (UFRGS); Mestra em História (UFPEL); Especialista em Artes (UFPEL); Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP-UPFEL). Membro do LAPI (Laboratório de Política e Imagem – UFPEL). Membro do CLAEC (Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura). E-mail de contato: amanda_hatsh@yahoo.com.br.

também precisa abarcar os ideais de beleza que alcancem uma realidade terrena do mundo celeste (MCNAMARA, 2011). Cria-se então uma harmonia visual entre as pinturas, as esculturas e a arquitetura, através de sua distribuição e arranjo espacial que permite um discurso específico, formando uma imagem tridimensional.

Quanto às imagens medievais, estas serão abordadas, nesta pesquisa, sempre levando em consideração o conjunto imagético do qual faz parte, assim como o elemento arquitetônico e o espaço que ocupa, fator que interfere profundamente nas conclusões do estudo da iconografia. Devemos estar atentos, ao trabalhar com iconografia medieval, pois que esta corporifica ideias transcendentes, materializando conceitos abstratos e religiosos, dando concretude para a liturgia, sendo um vetor físico de ideias intangíveis, dotada de poderes anagógicos (SCHMITT, 2006).

Durante o medievo o material e o visual trabalhavam de modo bilateral, havendo momentos em que uma arte trabalhava em favor da outra. Podemos ver isso ocorrer, por exemplo, na Catedral de Chartres, na qual as pinturas murais que sobreviveram às intempéries do tempo indicam uma paleta de cores (amarelo ocre) que se une a uma esquematização de intercalações com a tinta branca que não possui fins alegóricos, mas sim arquitetônicos, sendo que aqui a pintura trabalha para engrandecer o aspecto estrutural, sendo disposta de modo estratégico para realçar os elementos arquitetônicos:

> Os elementos brancos enfatizavam a articulação da estrutura durante a criação de uma pseudo-estrutura delicada das nervuras demasiado ténue em si para suportar o peso das pedras em torno dele. Não há dúvida, portanto, que esta pintura não é mera decoração, mas é deliberadamente 'arquitectónica' tanto reforçando quanto sensibilizando para a ordem e lógica da alvenaria..[2] (BALL, 2009, p. 54, tradução nossa)

[2] Texto Original: “The white elements emphasized the articulation of the structure while creating a delicate pseudo-skeleton of ribs too tenuous in itself to carry the weight of the stones around it. There is no doubt, then, that this paintwork is not mere decoration but is deliberately ‘architectural’ both reinforcing and sensitively elaborating the order and logic of the masonry”.

Temos sempre de considerar a intercambialidade entre os elementos que compõe uma igreja, pensando de modo flexível um sistema que possua diversas regras de funcionamento para que seja compreensível, mas que não por esta razão torne-se um sistema enrijecido, e que esteja submetido a funções tão facilmente determináveis e universais como trabalhado na História da Arte clássica. No medievo a escultura era parte fundamental da ornamentação das igrejas, tanto no período românico quanto no gótico, de modo que funcionava em relação a arquitetura, sendo que esta última a condicionava (NIEHR, 2010, p. 119).

Uma igreja medieval funciona através de uma união de sistemas e sentidos, a arquitetura, escultura e a imagem produzem sensações, sonoridades e experiências, portanto, a noção de uma imagem contemplativa e de um local que se frequenta de modo passivo não se aplicam. Seus elementos se retroalimentam e completam. Portanto, a imagem e a matéria, são ao mesmo tempo visibilidade, sensação e sons[3].

A iconografia medieval é tradicionalmente vista como depositária de princípios e ensinamentos cristãos, com cunho puramente pedagógico, tendo como intenção o ensinamento da doutrina à massa de iletrados através da transmissão de mensagens pelas imagens. Esta visão, de uma igreja ornamentada com fins pedagógicos, tratando-as como meras bíblias dos iletrados, foi sendo construída na historiografia, principalmente, pelas ideias defendidas por Émile Mâle (1910). Considerando a realidade inglesa, deve-se destacar que as imagens não serviam apenas aos fiéis iletrados, mas também como base de ensinamento doutrinário para os padres paroquiais e agentes do clero, que muitas

[3] Sobre a sonoridade e sua relação com a arquitetura e a iconografia no medieval ver a obra *Resounding Images: Medieval Intersections of Art, Music, and Sound*, editado por Susan Boynton e Diane J. Reilly (2015).

vezes também eram iletrados e que ensinavam a doutrina através de suas interpretações das imagens (BARLOW, 1999).

Porém, nesta análise, pretende-se ver as imagens que constituem o ambiente do prédio religioso para além de uma função didática, mas também como indício, que nos aponta que as culturas locais se adaptam, e estas adaptações estão preservadas pelo arenito. Elementos culturais que já não são mais alcançados por outro meio documental, pois pertencem a vilarejos afastados dos grandes centros urbanos, e que na documentação oficial não passam de menções a dados administrativos, sem alcançar as pessoas que constituíam aquela comunidade. As imagens que pertencem ao universo cultural local nos trazem um relato das crenças específicas, da manutenção e adaptação que são feitas pelos agentes humanos no decorrer do tempo e em frente a novas experiências e realidades.

Deste modo, se pretende identificar semelhanças e diferenças entre a iconografia religiosa dos três condados que constituíram a Marca Galesa medieval, buscando as particularidades regionais e elementos identificadores desta realidade de região de Marca. Se busca a compreensão dos variados elementos culturais, de raiz céltica, normanda, cristã e escandinava, que juntos formam um amálgama cultural visíveis na arquitetura religiosa.

Um ponto fulcral de nossa problemática é a relação entre a localização geográfica das igrejas paroquiais e a iconografia e escultura que encontramos nas mesmas. É necessário estabelecer as conexões entre a fronteira e a imagem resultante deste espaço. Pretendemos, portanto, problematizar as questões de fronteira, principalmente tratando-se de uma “Marca” e o que ela acarreta por conta de sua função bélica, sendo um local de maior tensão. Destacamos, como resultado de nossa pesquisa anterior, o exemplo da igreja de Kilpeck, que só havia sido passada de uma diocese galesa para uma inglesa em 1130, ou seja, neste momento era apropriada como parte integrante de Hereford na Inglaterra, e não

de Llandaff no País de Gales. A construção desta fronteira e das relações estabelecidas estão bem demarcadas na iconografia vista na igreja de St. David e St. Mary.

Unindo a análise dos espaços internos e externos das igrejas analisadas, intenciona-se discutir o discurso presente na iconografia arquitetônica, levando-se em consideração suas particularidades regionais, para uma compreensão mais profunda da arte do período, considerando-se interessante a análise das igrejas paroquiais e não apenas das grandes catedrais. Deste modo, pretendemos trabalhar na linha que defende que as imagens medievais servem a muitas funções, e a função didática é apenas mais uma delas, jamais a única.

Por que estudar uma arquitetura de fronteira por imagens?

As fontes iconográficas e o mundo material ainda são objetos relativamente novos na disciplina historiográfica e não raras vezes o uso de imagens é feito quando há escassez documental de outra natureza para a pesquisa, seja por uma formação que privilegia a documentação escrita[4], por uma questão de tradição e segurança metodológica, ou por serem objetos considerados como suporte de outros, sendo comum termos imagens apenas ilustrando a informação referenciada em outra fonte, ou seja, a imagem auxilia a dar corpo e veracidade a uma fonte, mas não é uma fonte que se sustente, assim como acontece com fontes arqueológicas. Embora haja estas questões ainda relacionadas ao uso das imagens em algumas pesquisas históricas, o campo historiográfico já se encontra estabelecido em torno do uso do mundo visual como fonte de pesquisa (BURKE, 2004).

Mais específico, no campo da medievalística, temos consolidado um ramo de profissionais dedicados à análise das imagens produzidas no medievo, e

[4] Temos, segundo Pomian, uma equação tradicional para a fonte histórica: “fonte = documentos de arquivo = textos, que sustentam a citação. ” (POMIAN, 2012, p. 16).

a discutir esta fonte, em sua complexidade, considerando suas variadas funções e apropriações, tendo como historiadores destacados na área Jean-Claude Schimdt, Jérôme Baschet, Jean-Claude Bonne, Pierre-Olivier Dittmar, Edgar de Bruyne e Michel Pastoureau, apenas para citar alguns. Na França, desde o ano de 1983 existe o *Groupe d'Anthropologie Historique de l'Occident Médiéval*, com uma seção dedicada à análise da imagem medieval, que junto com outros centros e, por meio dos pesquisadores associados, trouxeram grandes contribuições para o estudo cultural do medievo. No Brasil, temos o Laboratório de Teoria e História da Imagem e da Música Medievais (LATHIMM), criado em 2010 e promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, que desenvolve pesquisas junto ao grupo francês supracitado.

Esta proposta origina-se pelo desejo de pesquisar uma área ainda não tocada pela historiografia: uma análise de Marca Galesa por meio do estudo iconográfico de prédios religiosos paroquiais, que une a compreensão do visual e do material, unindo o estudo da iconografia e da arquitetura. Como destaca Price (2014):

> A visão dos normandos se desenvolveu ao longo do tempo, desde conquistadores até colonizadores, mas o tema da mudança permaneceu bastante constante. Avaliar as realizações e atividades dos normandos dentro da Marca Galesa foi feito com uma abordagem de cima para baixo. Poucos estudiosos se dirigem à Marca Galesa em termos do que existia antes da chegada dos normandos, bem como o que os normandos fizeram com eles após sua chegada na área. Nenhuma importância é dada à própria Marca, além de castelos e condes.[5] (PRICE, 2014, p. 3, tradução nossa)

Esta pesquisa pretende a compreensão desta relação estabelecida após a Conquista Normanda, e no entendimento dos processos culturais

[5] Texto Original: "The view of the Normans has developed over time, from conquerors to colonizers, yet the theme of change has stayed quite constant. Evaluating the accomplishments and activities of the Normans within the Welsh Marches has been done with a top down approach. Few scholars address the Welsh Marches in terms of what existed prior to the coming of the Normans as well as what the Normans did upon their appearance in the area. No account is given to the Marches themselves other than in terms of castles and earls".

decorrentes deste novo domínio, extrapolando o viés tradicionalmente político, ligado apenas aos poderes das elites normandas que se dão por meio do estudo das linhagens familiares e das construções bélicas. Se busca os elementos de circularidade e hibridismo cultural que possam nos esclarecer questões sobre a cultura local, para além de uma história dos Senhores da Marca.

Este estudo também se pretende uma contribuição para a análise das Escolas Escultóricas românicas entre os séculos XI-XIII dos condados que formam a Marca Galesa, um estudo pioneiro em termos teóricos e metodológicos, que pretende por meio da análise comparativa, estabelecer relações e mapear as características artísticas do românico inglês nesta zona, sempre unida à preocupação com o aspecto cultural, e as relações próprias locais que se estabelecem pela condição fronteiriça desta região inglesa.

Para auxiliar na pesquisa específica aos estudos de iconografia e fronteira, é necessário fazer uma aproximação com a bibliografia consolidada aos estudos de fronteira entre o País de Gales e a Inglaterra no período medieval. Primeiramente, o livro de Max Lieberman (2010), intitulado *The Medieval March of Wales*, no qual a fronteira é discutida, construída e desconstruída. Vemos uma atividade de fronteira intensa e como as trocas culturais são ricas e diversas, além de uma dinâmica de poder específica oriunda das particularidades da região. Ultrapassando as discussões clássicas sobre a militarização destas fronteiras, o autor também discorre sobre as questões e soluções diplomáticas tomadas em diferentes situações, destacando sempre o dinamismo fronteiriço.

Esse dinamismo está na natureza da fronteira, assim como nas relações humanas que se estabelecem nestes locais. Para a manutenção de seu poder na Inglaterra, foi necessário para William I assegurar suas fronteiras administrativas, com uma preocupação em especial com relação ao País de Gales, que poderia rapidamente tornar-se uma ameaça ao seu domínio. Para tanto, ele tomou duas medidas: a mais importante e primeira a ser efetivada foi

selecionar um grupo de homens de sua confiança que ficariam a cargo das zonas de Marca, criando assim as marcas militares que definem os limites dos reinos de Gales e da Inglaterra. Estes barões por William escolhidos, recebiam então o título de *Marcher Lords* (Senhores da Marca), e gozavam de liberdade excepcional com relação à Coroa, usufruindo de benesses e de independência administrativa, assim como das oportunidades oriundas das possíveis conquistas por eles realizadas em direção ao País de Gales, ampliando assim o controle normando (LEWIS, 2006). A liberdade era tamanha que as leis seguidas na região da Marca não eram necessariamente iguais às impostas no restante do reino, de modo que as pessoas que ali habitassem estavam submetidas aos "*customs of the March*", já os habitantes na região da pura Wallia encontravam-se sob as leis de *Hywel Dda*.

Ao falarmos da *Marchia Walliae*, estamos na verdade nos referindo a uma delimitação imprecisa, que se modificou ativamente durante os séculos, não podendo ser tomado no sentido similar das fronteiras contemporâneas:

Entre as pesquisas sobre o românico inglês, temos a tese de George Zarnecki (1950) que escreveu uma obra pioneira sobre a interpretação da arte românica na Irlanda e na Inglaterra, intitulada *Regional Schools of English Sculpture in the Twelfth Century*. Esta obra, ainda sem publicação, mas gentilmente enviada para a realização desta pesquisa pelo *Corpus of Romanesque Sculpture in Britain and Ireland*, foi a tese de doutorado de Zarnecki e a segunda parte da pesquisa é dedicada a arte românica em Herefordshire. Seu trabalho parte de uma análise comparativa de grande escala, tentando determinar os chefes escultores responsáveis pelo trabalho escultórico desenvolvido no século XII. Pela comparação dos trabalhos em várias igrejas, Zarnecki identificou a presença de dois escultores como prováveis autores de grande parte dos trabalhos realizados no condado de Herefordshire. George Zarnecki foi um autor

fundamental para Malcolm Thurlby, outro autor importante em nosso levantamento bibliográfico.

O livro de Thurlby (2002), *The Herefordshire School of Romanesque Sculpture*, é o mais completo sobre a arte românica em Herefordshire, e foca-se principalmente nos trabalhos feitos em Shobdon e Kilpeck, e analisa também os patronos das igrejas, salientando o seu papel deste agente na construção destas. Parte considerável de sua obra concentra-se em Kilpeck, e a maior parte da análise de Malcolm concentra-se na porta sul desta igreja.

Deste modo, verificamos que a escola românica de Herefordshire é a que obteve mais atenção no campo das pesquisas, havendo poucos referenciais para trabalharmos com Cheshire e Shropshire[6], de modo que em nosso levantamento não nos deparamos com teses semelhantes a de Zarnecki para os demais condados.

Os estudos no campo da imagem se consolidaram no decorrer do século XX, sendo muitos destes avanços devedores aos estudiosos da Escola de Warburg. Vemos uma mudança significativa no modo de se trabalhar com imagens, saindo de um campo formalista, interessado pelo mapeamento de estilos e artistas, para um campo que tinha como proposta uma análise "*Kulturwissenschaftliche Bildgeschichte*", interpretando as imagens por um esquema sociocultural. Desta Escola, além de Aby Warburg, surgiram nomes reconhecidos de iconografistas, especialmente Erwin Panofsky, que mesmo com as críticas que se possam tecer quanto à rigidez de seu método, foi responsável

[6] Com relação a estes dois condados, a maior parte da produção acadêmica é oriunda do final do século XIX e século XX, não havendo muita produção atual a respeito. A obra mais conhecida que nos traz a arquitetura de ambos os condados é a coleção organizada por Nikolaus Pevsner, intitulada *Buildings of England,* que contava com 46 volumes publicados entre os anos de 1951-1974. Quando a Shropshire, além da coleção de Pevsner, há uma coleção do século XIX, intitulada *An architectural account of the churches of Shropshire*, composta por 2 volumes, e escrita por variados autores. Pela escassez de bibliografia também se destaca o livro *Handbook for Shropshire and Cheshire*, de John Murray (1879).

por definitivamente elevar a imagem enquanto objeto de análise (PEREIRA, 2010).

Considerações parciais

Esta pesquisa encontra-se em estágio inicial de desenvolvido. Esperamos poder atingir os objetivos aqui brevemente abordados, fazendo uma contribuição aos estudos culturais, por meio da análise da iconografia e a arquitetura de fronteira, para uma compreensão das relações interculturais estabelecidas nas regiões da Marca Galesa no período do domínio normando, principalmente, naquelas que podem ser analisadas através do cunho material e iconográfico. Aqui objetivamos apresentar o objeto de pesquisa, apresentando algumas questões teóricas fulcrais da pesquisa, ainda em construção, que em seu desenvolver pretende dar destaque aos padrões e diferenças encontradas entre as escolas artísticas dos três condados da Marca Galesa.

Referências bibliográficas

BALL, P. **Universe of Stone:** A biography of Chartres Cathedral. New York e Londres: Harper Perennial, 2009.

BARLOW, F. **The Feudal Kingdom of England 1042-1216**. 5ª. ed. Londres e Nova York: Routledge, 1999.

BURKE, P. **Testemunha Ocular:** História e Imagem. São Paulo: EDUSC, 2004.

GINZBURG, C. De A. Warburg a E. H. Gombrich. In: GINZBURG, C. **Mitos, Emblemas e Sinais:** morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEWIS, C. **Herefordshire:** the Welsh Connection. Llanrwst: Gwasg Carreg Gwalch, 2006.

LEWIS, G.; DURAND, G. **Illustrations of Kilpeck Church, Herefordshire**. Londres: G. R. Lewis, 1842.

LIEBERMAN, M. **The Medieval March of Wales:** the Creation and Perception of a Frontier, 1066-1283. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MCNAMARA, D. R. **How to Read Churches:** A Crash Course in Ecclesiastical Architecture. New York: Rizzoli, 2011.

NIEHR, K. Sculpturing Architecture, Framing Sculpture, and Modes of Contextualizing the Arts in the Eleventh and Twelfth Centuries. In: MAXWELL, R. A.; AMBROSE, K. **Current Directions in Eleventh and Twelfth Century Sculpture Studies**. Turnhout: Brepols, 2010. p. 119-140.

PANOFSKY, E. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PEREIRA, M. C. Algumas questões sobre arte e imagens no Ocidente Medieval. In: _____ **VIII Ciclo de estudos antigos e medievais e IX Jornada de estudos antigos e medievais**. Rio de Janeiro: Programa de Estudos Medievais, v. Atas Eletrônicas da VIII Semana de Estudos Medievais do Programa de Estudos Medievais da UFRJ - Edição Especial, 2010. p. 1-29.

PEREIRA, M. C. **Pensamento em imagem. Montagens topo-lógicas no claustro de Moissac**. 1ª. ed. São Paulo: Intermeios, 2016.

PEREIRA, M. C. Pensar (com) a imagem: reflexões teóricas para uma práxis historiográfica. **Topoi (online): revista de História**, 17, 2016. 672-679.

PRICE, D. M. The Lion Looks West: Change in the Welsh Marches During the Last Half of the Eleventh Century. **Student Theses Papers and Projects (History)**, v. Paper 32, p. 1-38, 2014.

SCHMITT, J.-C. Imagens. In: GOFF, J. L.; SCHMITT, J.-C. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, v. 1, 2006. p. 591-605.

SCHMITT, J.-C. **O Corpo das Imagens:** ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. São Paulo: EDUSC, 2007.

THURLBY, M. **The Herefordshire School of Romanesque Sculpture**. Herefordshire: Logaston Press, 2002.

ZARNECKI, G. **Regional Schools of English Sculpture in the Twelfth Century:** The Southern School and the Herefordshire School. Londres: University of London, 1951. 382f p. Tese de doutorado.

A fotografia entre o público e privado: a construção material e social da cidade a partir de cenas residenciais

Maira Eveline Schmitz[1]

Resumo: A discussão sobre fotografia enquanto fonte e sua relação com a História tem se consolidado nas últimas décadas, lançando luz às mais diversas perspectivas. Um dos olhares precursores desta área da cultura visual diz respeito ao estudo de vistas e paisagens urbanas, relacionando imagem e cidade. A elaboração de espaços – seja por agentes estatais, por profissionais, ou pelo cotidiano das populações – é parte constituinte do social e do cultural. Os espaços das vias públicas, mas também do privado, constroem materialidades específicas, muitas das quais são representadas através do instante fotográfico. Seguindo a "teoria das coisas" de Daniel Miller, a compreensão da cultura material pressupõe analisar, além da lógica e forma da coisa, a ordem subjacente do ambiente construído. A fotografia, neste sentido, constitui-se em uma das principais fontes para compreendermos a construção material das sociedades, mas também das próprias relações sociais. Propõe-se, assim, um exercício analítico das vistas urbanas na cidade de Santa Rosa/RS, abordando a construção do urbano e das sociabilidades na cidade em meados do século XX, período de sua emancipação.
Palavras-chave: Fotografia – sociabilidade – Santa Rosa

A discussão sobre fotografia enquanto fonte e sua relação com a História tem se consolidado nas últimas décadas, lançando luz às mais diversas perspectivas. Um dos olhares precursores desta área da cultura visual diz respeito ao estudo de vistas e paisagens urbanas, relacionando imagem e cidade. A elaboração de espaços – seja por agentes estatais, por profissionais, ou pelo cotidiano das populações – é parte constituinte do social e do cultural. Os espaços das vias públicas, mas também do privado, constroem materialidades específicas, muitas das quais são representadas através do instante fotográfico.

Seguindo a "teoria das coisas" de Daniel Miller, a compreensão da cultura material pressupõe analisar, além da lógica e forma da coisa, a ordem subjacente do ambiente construído. A fotografia, neste sentido, constitui-se em uma das principais fontes para compreendermos a construção material das

[1] Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS. Mestre em História (CAPES) pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: maira.schmitz@iffarroupilha.edu.br

sociedades, mas também das próprias relações sociais. Propõe-se, assim, um exercício analítico das vistas urbanas na cidade de Santa Rosa/RS, abordando a construção do urbano e das sociabilidades na cidade em meados do século XX, período de sua emancipação.

O trabalho concentra-se em discutir as possibilidades de compreensão da cidade a partir da fotografia, por se acreditar que a casa é um elemento que exprime o que é publicamente compartilhado, mas também o que é por essência do âmbito doméstico. Propõe-se, assim, um exercício analítico das vistas urbanas na cidade de Santa Rosa/RS, abordando a construção do urbano e das sociabilidades na cidade em meados do século XX, período de sua emancipação.

Desenvolvimento urbano da cidade de Santa Rosa

A história de Santa Rosa enquanto cidade está ligada às mudanças efetuadas pelo Império brasileiro com a Lei de Terras e o incentivo à imigração europeia. Localizada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, conhecido como Alto Uruguai, foi uma das últimas regiões do Estado a receber imigrantes no início do século XX. Destacava-se pela densa mata subtropical e a fertilidade de suas terras serviu de incentivo para a colonização.

A criação da colônia de Santa Rosa foi solicitada em 1913 pelo município de Santo Ângelo, sendo idealizada e concretizada pelo prestígio político do Coronel Bráulio Oliveira – chefe político regional e dono de extensas propriedades na localização de Esquina Cruzeiro (Christensen, 2008, p.36). Chamada de “zona rica”, o objetivo era evitar intrusos às margens da colônia Guarani, servindo de sentinelas a invasões castelhanas. Colonizada efetivamente a partir de 1914, teve seus lotes entregues a colonos, caboclos e nacionais. O núcleo da Colônia era a Vila 14 de Julho, onde foram construíram as primeiras edificações, em sua maioria casas, comércios e órgãos administrativos (Christensen, 2008).

A colônia de Santa Rosa destacou-se pelo rápido crescimento. Tornou-se sede do município do mesmo nome em 1931 e em 1940 foi interligada às outras regiões

do Estado com a construção de um ramal ferroviário. Neste ano, contava com 280 casas e 1800 habitantes. Uma década após, "em 1950, possui 5000 habitantes, e as casas de tijolos e cimento se constroem na proporção de várias centenas por ano, distribuindo-se em volta do tabuleiro das ruas, entre o antigo núcleo administrativo e a estação construída quando da implantação da ferrovia" (Roche, 1969, p.219). A figura abaixo representa uma destas casas em madeira, tão comuns no município no início da sua fase emancipada.

A imagem faz parte de uma coleção presente no acervo do Museu Municipal de Santa Rosa, denominada "Casas e Casebres", elaborada pela gestão municipal em meados da década de 1980, visando mapear as residências e sua condição material. O que mais chama a atenção na fotografia, assim como em outras da mesma série, é o fato de haver pessoas posando para o clique. A materialidade da edificação adquire sentido por ser habitada.

Fig.1: Residência em madeira, aprox. 1970-80. Fonte: acervo do Museu Municipal de Santa Rosa/RS

O desenvolvimento urbano da cidade se deve nesta época, ainda, à presença da via férrea. Santa Rosa contou com a construção de duas estações ferroviárias: a primeira em Cruzeiro, em 1937, e outra na Avenida Rio Branco, em 1940. Era o último ponto do ramal da estrada de ferro Santa Maria–Marcelino

Ramos, o qual partia de Cruz Alta. O grande volume de mercadorias que passaram a ser escoados lhe rendeu o apelido de “Ramal de Ouro”, uma clara alusão às riquezas transportadas e à cor do principal produto exportado pela cidade: a soja (IPHAE, 2002, p.178-181).

Fig.2: Quadro da viação férrea, 1962. Fonte: acervo do Museu Municipal de Santa Rosa/RS

A figura 2 retrata os arredores da estação, onde havia a presença de uma indústria madeireira. A modernidade do prédio da estação – que seguia os parâmetros europeus de construção das linhas ferroviárias no Estado – contrasta com uma ambiente marcado pelo rural e pelos espaços não ocupados.

Figura 3: Inauguração da estação férrea, 1940. Fonte: acervo do Museu Municipal de Santa Rosa/RS

Conceição (1986) aponta que a soja foi introduzida no Estado do Rio Grande do Sul por volta de 1908, mas seguiu sem expressão comercial até o ano de 1947, quando teve seu primeiro surto de comercialização. Em Santa Rosa, a leguminosa teria sido introduzida pela ação do pastor Lembauer, um imigrante norte-americano que incentivou a produção pelos pequenos agricultores da cidade (Trindade, 2015, p.128). Esta produção inicial, ao que tudo indica, era voltada para o autoconsumo de pequenos produtores rurais e para a alimentação de suínos.

Com o passar dos anos, a soja se torna o foco da economia santa-rosense. No início da década de 1950, a cidade era responsável por 71% de toda a produção do estado. Alguns fatores que permitiram uma maior fixação desta lavoura foram os trabalhos de estações experimentais na seleção e adaptação de variedades da leguminosa, as condições de clima e solo, a existência de fatores

ecológicos propícios à soja na região e as grandes correntes de imigrantes, que – na busca de novas terras para suas definitivas permanências – transmitiam novas e evoluídas técnicas, até então desconhecidas pelos colonos brasileiros (Conceição, p.36). Em suma: solo e clima favoráveis e mão de obra com o domínio da técnica foram primordiais para o destaque da região.

A fase de maior expansão do cultivo da soja na cidade e no Estado se deu a partir de 1968, até o ano de 1975. As causas para este crescimento, segundo Conceição (1986), estão relacionadas à crise produtiva nos Estados Unidos, à excelente cotação da soja no mercado internacional e à existência de um mercado externo que absorvia o excedente exportável. O fator central para a expansão, contudo, se dá pelo início da mecanização da produção e pelo crescimento de uma indústria esmagadora de grãos.

A segunda metade do século XX é considerada a era de ouro do capitalismo, marcada por uma modificação no olhar sobre a natureza, pela transformação de produtos agrícolas em *commodities* e pela difusão da alimentação industrializada. O Brasil, neste contexto, passa a perseguir o mote internacional da chamada “Revolução Verde”, a qual visava à modernização da agricultura.

No caso da soja no Rio Grande do Sul, esta modernização se dá utilizando parte da infraestrutura mecânica e industrial da produção de trigo, mas ganha força com políticas específicas para a sojicultura. A economia brasileira, a partir da década de 60, voltou-se cada vez mais à exportação, realizando uma política de fixação de preços mínimos e financiamentos de acesso à lavoura. Órgãos governamentais foram criados com este intuito, como a Associação Sulina de Crédito e Assistência Social Rural (ASCAR), no Rio Grande do Sul. “A criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), em 1956, revela que o governo brasileiro já havia assimilado a ideia e assumia a

responsabilidade de acelerar o processo de sua instalação no país" (Kreutz et. al., 2014).

A mecanização da produção agrícola efetuada neste período, portanto, traz também mudanças materiais na organização e nas formas de viver o urbano. As próprias cidades foram alvo destes objetivos modernizantes. Conforme Gorelik,

> a cidade começa a ser vista como motor da modernização social, em íntima relação com as forças produtivas e com a consolidação dos poderes políticos centralizados. (...) O que havia sido pensado originalmente como um processo histórico-cultural ocidental – a modernidade – converteu-se em um complexo técnico de difusão da civilização industrial como modelo de desenvolvimento universal – a modernização. É nesse momento que a cidade pode aparecer como máquina de tração de pautas modernas de vida em regiões que prescindiam delas – os famosos "pólos de desenvolvimento". (Gorelik, 2005, p.117)

As cidades de caráter rural, antes deslocadas do foco modernizante, passam a compor o *locus* das ideias e dos estilos que vida que buscam se libertar das amarras do tradicionalismo e do subdesenvolvimento. As grandes massas de população rural são incorporadas às novas pautas econômicas, sociais e políticas da vida moderna (Gorelik, 2005, p.121) e com isto transformam o seu fazer social e a própria percepção do que pode ser o urbano.

Com o advento da modernização da produção, a cidade e sua arquitetura sofreram modificações consideráveis. As residências em madeira deixam de ser tão comuns e o foco construtivo passa a ser o uso da alvenaria. Isto fica perceptível na outra perspectiva da coleção "Casas e Casebres" do acervo histórico. Há uma comparação entre os casebres em madeira – casebres – e as casas em tijolo e concreto.

Fig.4: Residência no centro da cidade, aprox.. 1980. Fonte: acervo do Museu Municipal de Santa Rosa/RS

A pesquisa nas fotografias, neste sentido, permitem compreender as mudanças na materialidade urbana, analisando a dialética da produção da cidade a partir de seu contexto único e as influências macroeconômicas. Lima (2014) ressalta que a duração de uma *obra* – como a (re)produção da cidade – pode estar sujeita a interrupções: "pode estar em evidência durante um período, cair em esquecimento e, após um longo tempo, novamente ficar em evidência". Identificar e explicar as continuidades e as interrupções pode ser essencial para um entendimento mais amplo das apropriações e interesses relacionados ao espaço urbano, uma vez que a forma como as espacialidades são vivenciadas e apropriadas pelas pessoas que nelas elaboraram suas práticas é mutável.

Neste sentido, acredita-se ser necessário, também, abordar os diversos espaços urbanos de Santa Rosa identificando práticas coletivas de sociabilidade, clarificando as transformações ocorridas no período determinado. A construção do espaço urbano não diz respeito somente à sua consolidação material ou de representação, mas também às práticas sociais e sociabilidades

que ali ocorrem e se desenvolvem. Parte-se então "das considerações das sociabilidades e dos valores que configuravam o *modus vivendi* desses homens e mulheres num período anterior e o modo como definiram a leitura e a apropriação daquilo que constituía o novo". (Doin et. al., 2007, p.114)

Considerações teóricas para a análise da cultura material e da sociabilidade urbana

Para identificar as novas percepções e formas de socializar nas cidades contemporâneas, marcadas pela monetarização das relações e pela ênfase no consumo, Georg Simmel utiliza o termo "estilos de vida". O "estilo de vida" para o autor, conforme explica Peter Burke, é a estetização da vida (In: Bueno; Camargo, 2008, p.28).

> O estilo de vida moderno modela-se nas experiências da aproximação e da associação inédita entre literatura, arte, política, moda, gastronomia, decoração e as mais diversas práticas culturais, que reaparecem organizadas como práticas de consumo numa dinâmica que cada vez mais mescla arte e vida cotidiana, alta cultura e culturas populares, subjetividade e materialidade. Nas metrópoles do século XIX e XX, os espaços mais valorizados têm sido os que agregam cultura, consumo e lazer. (Bueno; Camargo, 2008, p. 12-13)

As cidades do século XX, inclusive as chamadas cidades novas, recém adentradas no cenário da modernidade e da lógica monetária do consumo, estimulam a elaboração de novos modos de ser e viver, em um processo dialético entre o material e o subjetivo, o popular e o erudito, o urbano e o rural. A aparência que as sociabilidades adquirem, neste momento, importa tanto quanto a sua forma e função.

Para Georg Simmel, "o que não podemos assimilar nos oprime" e isto também vale para aqueles que vivem na cidade. "Um lugar em que, se tentamos nos relacionar com coisas demais, sem termos nenhum relacionamento substancial com nenhuma delas, podemos nos tornar indiferentes ao mundo e a nós mesmos" (Miller, 2013, p.95).

Maria Lucia Bueno (In: Bueno; Camargo, 2008, p.11-12) explicita que o efeito de aceleração e da desagregação da vida urbana sobre o indivíduo fez aflorar uma nova sensibilidade. Simmel, por exemplo, compreendeu essa nova sensibilidade como expressão do moderno estilo de vida. "Os estilos de vida, no mundo moderno e contemporâneo, tornaram-se uma das principais instâncias de construção de identidades, que afloram e ganham visibilidade no interior de um mosaico de práticas culturais" (Bueno; Camargo, 2008, p.13).

Daniel Miller sugere que as pessoas fazem a paisagem e crescer em determinada paisagem faz a pessoa, em um processo dinâmico "que produz simultaneamente aquilo que passamos a mencionar coloquialmente como objetos e sujeitos" (2013, p.88). Para o autor, os objetos nos fazem como parte do mesmo processo pelo qual os fazemos, desta forma, não há separação entre sujeitos e objetos, mas a existência de uma cultura material (Miller, 2013, p.92). Rompe-se, assim, com a tradicional noção de que há uma ruptura entre o material e o imaterial. O social não existe sem a materialidade e a cultura material é a base constitutiva de toda sociabilidade.

O mundo social dos indivíduos é construído a partir do seu sistema de objetos, de "coisas". Entretanto, o próprio espaço impõe lógicas à materialidade que muitas vezes escapam das vocações originais. "Todo espaço consiste em um conjunto de objetos e suas interrelações, que, em suas constantes transformações, materializam novas funções na tessitura social. Sistemas de objetos e sistemas de ações conformam o espaço de forma indissociável e solidária" (Dohmann, 2010, p.74).

Para Rede, a trajetória da cultura material se altera em função das transformações da sua própria natureza física, mas também de sua inserção social. Desta forma, aponta duas implicações ao trabalho de historiador que podem ser tomadas como guias metodológicos ao estudo da materialidade. Em primeiro lugar, face à trajetória do próprio objeto, é necessário identificar as alterações das redes de

significados por que passam e quais as razões disto. “Pela sua própria materialidade, os objetos perpassam contextos culturais diversos e sucessivos, sofrendo reinserções que alteram sua biografia e fazem deles uma rica fonte de informação sobre a dinâmica da sociedade” (Rede, 1996, p.276).

A noção de trajetória, entretanto, não se limita à vida do objeto enquanto tal, mas se estende para o momento em que o objeto passa a ser documento, ou seja, base de informações para o conhecimento do historiador. “Assim, o trabalho com a cultura material não exige apenas disposição de alargar o espectro documental; implica também uma mudança de raciocínio, que habilite a pensar outros problemas ou os mesmos problemas de outra forma” (Rede, 1996, p.276).

Neste sentido, conforme Borges, as fotografias “devem ser vistas como documentos que informam sobre a cultura material de um determinado período histórico e de uma determinada cultura, e também como uma forma simbólica que atribui significados às representações e ao imaginário social” (Borges, 2003, p.73).

É preciso reconhecer que, mesmo que as construções e espaços obedeçam à intencionalidade de quem os produziu, a função e projeto atribuídos podem se distanciar das construções simbólicas feitas pelos usuários daquele espaço transformado. Ao se tentar identificar e distinguir o modo como as diferenças que constituem a cidade a significam, portanto, instiga-se sobre as interações, os encontros e os afastamentos entre os grupos sociais e o significado que estes conferem ao espaço.

Reflexões finais

Neste sentido, ao se analisar a cidade de Santa Rosa em seu momento de auge de produção sojicultora e o início da mecanização – estágio economicamente mais desenvolvido do que as técnicas até então utilizadas para o cultivo –, há que se considerar que as práticas sociais e os estilos de vida não acompanharam, necessariamente, tal modernização com a mesma intensidade e

frequência. O entendimento da construção urbana está sempre articulado com a compreensão dos elementos rurais e pré-urbanos que subsistiram.

O cotidiano – sua reprodução e produção – não ocorre somente na delimitação do lar, na vida individualizante e rotineira, nas banalidades do dia a dia. Ressalta-se: não *somente*. Isto significa que não se constituem exclusivamente das famosas continuidades, das permanências do tempo longo, mas que contêm em si as possibilidades também da transformação do social. Martins defende que, "para Lefebvre, a *noção* (e não o *conceito*) de cotidiano só tem consistência ao se levar em conta as contradições do processo histórico, o cotidiano como contraponto (e alienação) da História. O cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz. A concepção de Lefebvre, de que não há reprodução sem uma certa produção de relações sociais, não há cotidiano sem história, é essencial para discutir-se o tema". (Martins, 1996, p.89)

As interações sociais não são homogêneas: as formas de sociação são diversas, o cotidiano é multifacetado, o urbano é composto de multiplicidades. Isto não impede, contudo, que determinadas representações assumam a potencialidade de se referir ao todo, amenizando possíveis contradições, ocultando os contrapontos. É preciso, assim, atentar para as ocultações do cotidiano, questionar esta imagem e buscar perceber a ação dos mais diversos atores neste espaço.

Referências Bibliográficas

CHRISTENSEN, Teresa. **SANTA ROSA:** Histórias e Memórias. Porto Alegre: Palloti, 2008.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BUENO, Maria Lucia. Apresentação: Cultura e Estilos de Vida. In: BUENO, Maria Lúcia; CAMARGO, Luiz Octavio de Lima. **Cultura e Consumo:** Estilos de Vida na Contemporaneidade. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C. **A expansão da soja no Rio Grande do Sul:** 1950-
-75. Porto Alegre: FEE, 1984.

DOHMANN, Marcus. O objeto e a experiência material. In: **Arte&Ensaios**, n.20, julho de 2010, p.71-77. Disponível em: https://www.researchgate.net/ publication/242329984_O_ objeto_e_a_experiencia_material. Acesso em set.2018.

DOIN, José Evaldo de Mello, et. alli. A *Belle Époque* caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemumc. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, ANPUH, vol.27, n.53, jan.-jun. 2007. p.91-122.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana. In: **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005, p.111-133. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a04.pdf. Acesso em agosto de 2017.

IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado). **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**: Inventário das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

KREUTZ, Marcos Rogério; et. al. O Cultivo da Soja e a Supressão da Vegetação Durante a Década de 1970: Um Estudo Sobre Minifúndios do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul. In:

Desenvolvimento em Questão, vol. 12, núm. 26. Ijuí: UNIJUÍ, abril-junio, 2014, pp. 320-346.

LIMA, Ana Gabriela Godinho Lima. **Arquitetas e Arquiteturas na América Latina**. São Paulo: Editorial Altamira, 2014.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MILLER, Daniel**. Trecos, troços e coisas**: estudos antropológicos sobre a cultura material. Rio de Janeiro:Zahar, 2013.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências crescentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.4 p.265-82 jan./dez. 1996, p.265-325.

SIMMEL, Georg. **Sociologia.** Org: Evaristo de Moraes Filho. Trad: Carlos Alberto Pavanelli et. al. São Paulo: Ática, 1983.

TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. **Um cientista entre colonos:** Ceslau Biezanko, educação, associação rural e o cultivo da soja no Rio Grande do Sul no início da década de 1930. 2015. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre.

O acervo do Museu Municipal de Santa Rosa/RS: estratégias de preservação e acesso à pesquisa

Maira Eveline Schmitz[1]
Manuela Ilha Silva[2]

Resumo: O Museu Municipal de Santa Rosa/RS localiza-se na antiga estação ferroviária do município. Ponto estratégico da "Linha do Ouro" – escoamento da produção de soja – a história da estação se interliga à posição central da cidade na economia e na cultura da região Noroeste do Estado. O levantamento prévio no Arquivo Histórico da instituição identificou a existência de diversos tipos de fontes: documentais, impressas, periódicas, fotográficas, cartográficas, arqueológicas, entre outros objetos de interesse histórico-cultural. Estas, entretanto, encontram-se em condições inapropriadas de guarda e não contam com um sistema de catalogação, acarretando em manuseio excessivo e desordem no acervo. Este trabalho, assim, apresentará as ações desenvolvidas no Arquivo Histórico do Museu, em parceria com o Instituto Federal Farroupilha – campus Santa Rosa. O foco foi o levantamento das fontes integrantes do acervo, a organização das mesmas e a criação de índices de pesquisas. O trabalho iniciou na Hemeroteca e na Fototeca do Arquivo, uma vez que são as fontes mais acessadas pelos pesquisadores. Além de promover a reflexão e discussão teórica sobre a salvaguarda do acervo – único e imprescindível para o conhecimento da história da região –, almeja-se a ampliação do acesso público, uma melhor conservação dos documentos e, consequentemente, a preservação do patrimônio cultural local.

Palavras-chave: Museu – Acervo – Patrimônio Cultural

Considerações Iniciais

A vida em comunidade nos traz caracteres comuns, compartilhados por aqueles que integram determinado grupo social. A relação de identidade que se cria com tais elementos é alicerçada na cultura, nos valores sociais e no sentimento de pertencimento. O patrimônio cultural tange tais relações e sua (des)valorização dá sinais da relação entre comunidade e memória – se existente ou não e, com destaque, capaz de salvaguardar bens e valores comuns ao grupo. É possível perceber, cotidianamente em nossas cidades, situações distintas que resultam de relações diferenciadas e, concomitantemente, há ações para a

[1] Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS. Mestre em História (CAPES) pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: maira.schmitz@iffarroupilha.edu.br
[2] Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS. Mestre em Patrimônio Cultural pelo Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: manuela.ilha@iffarroupilha.edu.br

promoção do patrimônio cultural que objetivam o resgate e valorização e exemplos de indiferença e descaso com estes bens.

Jöel Candau (2010, p.45) discute a existência de uma "crise de identidade" crescente nas sociedades atuais. Apresenta o fato de que, por um lado, muitos pesquisadores localizam o desejo de memória no medo do vazio de sentidos que caracteriza a sociedade; já por outro – mas na mesma direção –, alguns consideram que, por ser uma época marcada pelo individualismo, os dispositivos memoriais precisam ser multiplicados, a fim de se manter o sentimento de compartilhamento e de um laço social possível. A "crise de identidade", assim, faz-se acompanhar não só de uma exacerbação das memórias, mas de uma necessidade de localizar as lembranças em signos concretos, visíveis, que comprovem e atestem sua existência. Há, além de uma memorialização, uma patrimonialização que cresce cada vez mais.

Esse "desejo do patrimônio" se relaciona diretamente com a memória e seu caráter essencialista, pois, a patrimonialização e a tomada de valor do patrimônio podem ser consideradas, de acordo com Candau, "como narrativas de si, narrativas que inscrevem o objeto patrimonial em uma tradição ou, melhor ainda, que 'tradicionalizam' esse objeto e que, em primeiro lugar, são destinados a assegurar em sua essência, a sociedade que é o autor" (2010, p.48). Neste sentido, desempenham função fundamental na autentificação das narrativas coletivas de um passado compartilhado.

Na cidade de Santa Rosa, no noroeste do Rio Grande do Sul, a discussão sobre o patrimônio e a necessidade de guarda de "objetos de memória" se faz cada vez mais presente. Um levantamento prévio no acervo do Museu Municipal identificou a existência de diversos tipos de fontes: documentais, impressas, periódicas, fotográficas, cartográficas, arqueológicas, entre outros objetos de interesse histórico-cultural. Estas, entretanto, encontram-se em

condições inapropriadas de guarda e não contam com um sistema de catalogação, acarretando em manuseio excessivo e desordem no acervo.

Neste sentido, este trabalho apresentará as ações desenvolvidas no Arquivo Histórico do Museu, em parceria com o Instituto Federal Farroupilha – campus Santa Rosa, no sentido de consolidar o Museu Municipal e seu Arquivo Histórico como locais onde a história e a identidade do município se manifestam e são salvaguardadas. O Museu Municipal de Santa Rosa/RS localiza-se na edificação da antiga estação ferroviária do município, pertencente à linha Santa Maria – Marcelino Ramos, Ramal Cruz Alta – Santa Rosa. Inaugurada no ano de 1940, é considerada uma das estações de médio porte do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE, 2002). A intervenção junto a este acervo, assim, justifica-se também pela materialidade do prédio que o abriga, que é estratégico no contexto da "Linha do Ouro", antigo trecho de escoamento da produção regional de soja.

Ações Empreendidas no Museu Municipal de Santa Rosa/RS

As ações empreendidas no Museu Municipal de Santa Rosa/RS têm como subsídio teórico a noção do caráter representacional de qualquer produção humana. Tal referência vem ao encontro da expectativa final para as atividades desenvolvidas no Museu – a potencialidade das fontes disponíveis como referência para estudos acerca da comunidade local, sua história e cultura.

De acordo com Chartier (1991, p.177), é necessário pensar outros modos de articulação entre as obras ou práticas e o mundo social; sugere, assim, que a análise parta dos objetos, das formas e dos códigos, e não de grupos pré-determinados. Neste sentido, um estudo sobre a identidade não precisa partir unicamente dos hábitos culturais e posições sociais dos indivíduos, mas pode elencar como base a interpretação dos símbolos e significações dados aos elementos e lugares relacionados ao espaço social. As representações, no

momento que a interpretam a realidade, passam a agir sobre ela, criando novos significados sociais e transformando-a.

O passado não se reconstitui através da materialidade ou de relatos – estes somente dão indícios e possibilitam interpretações que, também, não são definitivas. Sendo assim, é inaceitável a formulação de apenas uma versão, que se pretenda absoluta, para as vivências que são evidenciadas através do patrimônio e da memória. O posicionamento mais coerente é aquele onde o pesquisador age como uma mediação – e não imposição – entre a cultura e a sociedade, e onde seu estudo sirva mais como um mecanismo de interpretação do patrimônio. Assim, reunir esforços para garantir a própria existência do acervo, com acesso irrestrito às fontes disponíveis sem, no entanto, comprometer sua existência, são ações que coadunam com o papel do pesquisador-mediador.

Construção de índices para a Hemeroteca e para a Fototeca

Ao pensar o espaço como palco e cenário das infinitas atividades humanas, admite-se que são nas relações sociais que se criam memórias, lembranças, conexões. Através das atividades no acervo do Museu Municipal, estima-se abrir espaço para a identificação de tais representações, alicerçando e/ou problematizando construções sociais acerca da cidade, de sua trajetória e daquilo que é percebido como patrimônio cultural. A postura, em tais ações, é exploratória, direta, visto que se objetiva uma construção conceitual sólida e capaz de alicerçar produtos futuros que possam documentar aspectos relevantes do patrimônio cultural de Santa Rosa. Como a fonte central de identificação de elementos é o próprio acervo do Museu Municipal de Santa Rosa, o acesso *in loco* aos documentos pressupõe uma pesquisa de caráter primário.

A atuação junto ao acervo, como ação integrante do projeto de extensão “Levantamento e Identificação de Documentos Pertinentes à Valorização do Patrimônio Cultural no Acervo do Museu Municipal de Santa

Rosa/RS", se desdobrou em duas frentes principais ao longo de 2018: os jornais e as fotografias, fontes mais recorrentes nas pesquisas locais. Vale destacar que as ações são desenvolvidas com o apoio de dois bolsistas remunerados e três voluntários, discentes do curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal Farroupilha – Campus Santa Rosa/RS. A Figura 1 mostra um panorama geral do Arquivo Histórico: as caixas de papelão abrigam as fotografias, enquanto que outros documentos estão encadernados, em pastas plásticas ou no arquivo metálico, à direita.

Figura 1 – Visão geral do Arquivo Histórico do Museu Municipal de Santa Rosa/RS

FONTE: as autoras (2018)

Na Hemeroteca, os esforços se concentraram na organização e identificação dos exemplares disponíveis, especialmente naqueles em condição de manipulação e posterior guarda. Tânia Regina de Luca alenta para alguns pontos imprescindíveis para o trabalho com esse tipo de fonte. Primeiramente, antes de se fazer uma análise das representações contidas no conteúdo veiculado nas páginas, faz-se necessário um reconhecimento da própria materialidade do

impresso, sua aparência física, disposição do conteúdo, aliadas às relações que manteve com o mercado, publicidade e, principalmente, o público que visava atingir através de seus objetivos, afinal, estas são "condições materiais e técnicas em si dotadas de historicidade, mas que se engatam a contextos socioculturais específicos, que devem permitir localizar a fonte escolhida numa série, uma vez que esta não se constitui em um objeto único e isolado". (Luca, *In:* Pinsky, 2005, p.138-139).

Carla Bassanezi Pinsky (2008) alerta que nem sempre os exemplares estão à espera do pesquisador, alguns podem estar em péssimo estado de conservação, o que de certa forma acaba dificultando essa procura. Sendo assim, espera-se que o trabalho realizado facilitará a busca por documentos específicos, e consequentemente, a conservação e valorização dos jornais.

Considerando estas questões, o grupo levantou e identificou as edições do periódico “A Serra” entre os anos 1933 e 1970, visto que estas já estavam encadernadas. Este levantamento possibilitou a construção de um índice de pesquisa, onde foram organizadas informações como data de publicação, número do impresso e observações sobre o conteúdo veiculado. Nestas publicações, se encontram textos e informações sobre vários acontecimentos dentro do cenário local e regional no anos imediatamente posteriores a emancipação de Santa Rosa, em 1931. Foi possível identificar publicações sobre, por exemplo, a construção da antiga sede da Prefeitura Municipal de Santa Rosa, da Igreja Matriz Católica e de prédios dentro do eixo histórico da cidade, todos entre as décadas de 1930 e 1950.

Além do acervo de jornais, o grupo atuou na análise das fotografias existentes, buscando identificar aquelas que estavam em situação mais delicada de guarda e proporcionando novas estratégias para os pesquisadores, através dos documentos digitais, evitando assim a manipulação excessiva dos exemplares. Conforme Ana Maria Mauad, trabalhar com imagens requer algumas

noções primordiais, dentre as quais destaca a necessidade de se perceber que a fotografia é uma elaboração do vivido, mas também o resultado de uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica (Mauad, 1996).

A fotografia, assim, não é uma transposição do olhar do fotógrafo para o suporte; supõe ainda o que não se faz visível, o sentido dado à imagem, uma interpretação do real e, fundamentalmente, um domínio da técnica. Se a fotografia exige o conhecimento da técnica para a sua produção, o mesmo ocorre quando esta adquire caráter de documento e precisa ser catalogada e armazenada em um acervo.

Observando as condições da Fototeca do Museu Municipal, optou-se por direcionar o trabalho para a organização do acervo, a fim de garantir o acesso à pesquisa e a proteção ao conjunto documental. Para tanto, partiu-se das noções apresentadas por Filippi, Lima e Carvalho para a etapa inicial do tratamento de coleções fotográficas, denominada de curadoria:

> 1: a realização de um diagnóstico que determine as características e a quantidade da documentação a ser organizada e o mapeamento dos problemas relativos ao seu estado de conservação, já que esse tipo de diagnóstico é básico para a definição do cronograma de atividades, infraestrutura necessária, perfil da equipe e estimativa de custos; 2. a definição do perfil do usuário, ou seja, o estabelecimento do tipo de consulente para o qual está sendo organizado o acervo, dado esse que influenciará diretamente as decisões quanto aos tipos de instrumentos de pesquisa e às formas de acesso à documentação; **3.** e, no caso de coleções fotográficas depositadas em instituições que conservam também documentos de outra natureza (bibliográficos, tridimensionais, textuais), é importante levar em conta a política geral da instituição no que se refere às áreas de atuação, linhas de pesquisa e qualificação dos funcionários. A organização da documentação fotográfica deve estar em consonância com a política adotada para essas outras áreas (Filippi *et al*, 2002)

O acervo fotográfico do Museu, nesta direção, apesar de possuir problemas de guarda física, conta com a maior parte das fotografias já digitalizadas. O acesso ao pesquisador é relativamente simples, sendo observável, entretanto, uma dificuldade para associar a imagem em si com as

suas informações técnicas e descritivas. Neste sentido, propôs-se a criação de um índice de pesquisa, gerando identificadores para a imagem e sua descrição. Uma vez que este trabalho exigiu a manipulação e conferência das fotografias, foi realizada também a substituição dos envelopes e caixas onde estavam armazenadas.

Identificou-se, assim, os grandes temas já aplicados pelo Museu para organizar suas fontes e, a partir deles, foram propostos subtemas para melhor localização de cada exemplar. O critério adotado para o desenvolvimento do trabalho foi a partir das caixas mais acessadas pelos pesquisadores e, assim, o grupo passou a separar cada documento de forma individualizada, rastreando aqueles que ainda não estavam digitalizados.

Após esse levantamento, os documentos são organizados em subtemas e condicionados em envelopes individuais, as digitalizações pendentes são realizadas e, assim, o acesso acaba facilitado, diminuindo o manuseio direto da fonte. A Figura 2 mostra as condições prévias e a intervenção realizada pelo grupo na guarda das fotografias no Arquivo Histórico de Santa Rosa/RS.

Figura 2 – Guarda das fotografias junto ao Museu Municipal de Santa Rosa/RS

FONTE: as autoras (2018)

Cabe destacar que as ações empreendidas são paliativas e buscam, essencialmente, garantir a existência das fontes guardadas. Há consciência de que há situações de infraestrutura, por exemplo, que transcendem as iniciativas pontuais em desenvolvimento – o prédio da antiga estação férrea, por exemplo, carece de melhorias para abrigar com qualidade os usos hoje lá desenvolvidos. Também há dificuldades pela falta de técnicos especializados junto à Administração Municipal e mesmo dentro do Instituto Federal Farroupilha. No entanto, a trajetória de pesquisa das autoras nas fontes locais e, especialmente, a preocupação compartilhada com o acesso irrestrito e seguro aos documentos garante a importância de tal iniciativa.

Ações com a comunidade

Conhecer e se apropriar do acervo do Museu Municipal é uma ação potencial, com futuro promissor em diferentes frentes, especialmente na proposição de novas experiências e momentos de troca de informações com a

comunidade e na percepção acerca de elementos integrantes do patrimônio cultural local. Mudanças nesta postura de indiferença passam por ações embasadas na ideia da Educação para o Patrimônio, com a promoção de estratégias capazes de estimular relações diferenciadas entre patrimônio cultural e comunidade. Assim, pode-se relacionar pontos como direito à memória, pertencimento e agregação com atividades que, com caráter elucidativo, buscam promover novas significações.

Cabe o destaque, portanto, também às atividades de Educação para o Patrimônio desenvolvidas ao longo de 2018 como ações paralelas ao trabalho no acervo. Amarante aborda que a maior parte das ações educativas desenvolvidas nos museus no Brasil possuem forte influência das correntes consideram a construção do conhecimento e a importância social para a elaboração de saberes, onde "o 'fazer com' se sobressai ao 'fazer para', e em que o público é convidado a ser coautor das pesquisas" (Amarante, 2018, p.107). Defender o acervo do Museu Municipal enquanto Patrimônio só adquire sentido se isto for partilhado e construído pela comunidade que integra a lógica social.

Nos meses de junho e agosto, então, o grupo articulou a participação de Santa Rosa no evento "O Brasil Abraça seu Patrimônio", atividade promovida, em um primeiro momento, pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento Rio Grande do Sul (IAB-RS) e, depois, pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB).

No primeiro evento, em junho de 2018, o bem cultural "abraçado" foi o próprio Museu Municipal, em iniciativa que contou com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento de Cultura e Esporte e do Conselho Municipal de Política Cultural e que foi amplamente divulgada pela imprensa local e regional. Na segunda atividade, alusiva ao Dia do Patrimônio (18/08/2018), a edificação abraçada foi a antiga Prefeitura Municipal de Santa Rosa, no centro da cidade. Nesta oportunidade, foi possível já divulgar a própria existência do acervo do

Arquivo Histórico, a partir de uma pequena exposição montada com reproduções de jornais e imagens sobre a construção do edifício da antiga Prefeitura Municipal (Figura 3).

Figura 3 – Evento "Brasil Abraça seu Patrimônio" em Santa Rosa/RS

FONTE: as autoras (2018)

Ressalta-se que a opção pelos locais abraçados foi resultado de uma discussão entre integrantes do projeto e servidores do Museu, partindo de elementos que apareceram na pesquisa exploratória das fontes do acervo. Apesar de arbitrária, a escolha tinha um caráter de provocação e reflexão. Como defende Amarante, "os temas geradores selecionados pelas equipes de educação são discutidos com os visitantes e o aprendizado não é distante e frio, mas dinâmico e relacionado com a vida e o cotidiano" (Amarante, 2018, p.109).

O interesse em mostrar o acervo, dessa forma, consiste em um tentar fazer com que se lance um olhar mais direcionado, mais problematizado, para símbolos e signos que já são conhecidos e partilhados pelas pessoas. Pela dimensão das ações empreendidas, estima-se que as ações sejam renovadas para os próximos anos, especialmente para que haja novas práticas na guarda e

na manipulação das fontes de pesquisa, pressupondo sua existência e acesso universal pela comunidade.

Considerações finais

A memória social também é profundamente individual, construída por uma percepção dos eventos e uma busca pelo saber que são pessoais, mas que se embasam e relacionam com uma memória compartilhada, só existindo e sendo verbalizada em função desta. No caso do Museu Municipal de Santa Rosa, ela é materializada em seu grande acervo de fotografias, jornais, documentos e artefatos. Em uma cidade onde a discussão patrimonial ainda é incipiente, além de autentificar a existência de uma memória e de um passado, acaba adquirindo uma função patrimonial, onde a história e essa mesma memória são resguardados.

O passado só adquire função ao ser conhecido no presente, para garantir a sua memória no depois. De acordo com Jorge, o patrimônio sempre tem a ver com identidade e memória e "sem memória não há pessoa, não há projeto, não há sentido de comunidade" (Jorge, 2007, p.20). Nesta direção, a memória, o passado e as identidades têm o poder de se manter ao longo do tempo, mas só adquirem esse poder a partir da ação dos homens no sentido de os preservar. Desde o princípio das atividades, ainda estão em desenvolvimento, a expetativa de aproximar a comunidade de seu acervo – sensibilizando-a sobre sua importância e disponibilidade para pesquisas sobre o tema Patrimônio Cultural – vem sendo paulatinamente conquistada.

De forma mais abrangente e como perspectiva futura para o projeto, busca-se também a identificação dos outros suportes existentes dentro do acervo municipal que sejam pertinentes como registros da história santa-rosense, já antevendo possibilidades para novos projetos em prol da valorização do patrimônio local. Estima-se, ainda, a proposição de sistemas mais efetivos de

acesso ao acervo pelos pesquisadores locais, a partir da elaboração de regimento e sistema de registros das pesquisas, possibilitando o mapeamento mais detalhado sobre os temas mais recorrentes, a quantidade de pesquisas realizadas no mês/ano, entre outros dados. Tais informações podem ser estratégicas para a própria existência e articulação do Arquivo Histórico do Museu. Em ações futuras, também estima-se a valorização e a revitalização da própria estrutura do museu, a fim de garantir a salvaguarda e o acesso ao seu acervo.

Referências Bibliográficas

AMARANTE, Cristiane Eugênia. Práticas educacionais nos museus de arqueologia do brasil: diálogos com a arqueologia pública e o "fazer com". In: CAMARGO, Vera Regina Toledo; Pedro Paulo A. FUNARI, Paulo. **Divulgando o Patrimônio Arqueológico**. Rio de Janeiro: Bonecker, 2018.

CANDAU, Jöel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade In: **Memória em Rede**. Pelotas, vol.1, n.1, dez.2009/mar.2010, p.43-58.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia.** Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

FILIPPI, Patrícia de et. al. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado – Imprensa Oficial do Estado, 2002.

IPHAE (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado). **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**: Inventário das Estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

JORGE, Vítor Oliveira. **Arqueologia, Património e Cultura**. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2007.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: Fotografia e História interfaces. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n °. 2, 1996, p. 73-98.

PINSKY, Carla Bassenezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

***Já que não soubemos evitar a sua entrada, cumpre-nos cercear com urgência a sua disseminação*: de "país da febre amarela" para "país do tracoma"**

Leonor C. Baptista Schwartsmann

O jornal *A Federação*, em junho de 1917, publicou em sua pagina de capa aspectos do relato de viagem do Dr. Carlos Seidl pelo interior do Estado de São Paulo. Seidl ocupava o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública, espécie de Ministro atual da Saúde, era um reconhecido especialista no tratamento de doenças infecto-contagiosas. Era notório o papel que a febre amarela tivera como empecilho à imigração para o Brasil; sabia-se, pois, que o maior número de vítimas verificara-se entre os estrangeiros, mais sensíveis à doença, provavelmente pela ausência de contato prévio com o agente causal. Suas impressões sobre a viagem por áreas rurais do país identificam um médico alarmado com a devastação causada pelo tracoma que se acompanhavam por uma gravíssima sequela: a cegueira.

> É sem dúvida principalmente a ignorância do contágio ao conseqüente desprezo por medidas de profilaxia que se deve atribuir a extensão da infecção [...] é sabido que foram colonos que trouxeram o tracoma ao Brasil. E já que não soubemos evitar a sua entrada cumpre-nos cercear com urgência a sua disseminação, destruindo a pecha, que se nos atira agora, de "país do tracoma", como outrora se nos chamava de "país da febre amarela". Esta, a meu ver, era menos nociva, porquanto não deixava, após si, cegos e incapazes para o trabalho, peso morto de uma nação". (Impressões, 1917, p. 5)

Tracoma é uma doença infecciosa causada pela *Clamidia trachomatis*. Ela pode ser acompanhada por uma ceratoconjutivite crônica recidivante que, em decorrência de infecções repetidas, produz cicatrizes na conjuntiva palpebral, podendo levar à formação de entrópio (pálpebra com a margem virada para dentro do olho) e triquíase (cílios invertidos tocando o olho). (MSFNS, 2001, p. 7) É uma das causas mais frequentes de doença infecciosa que leva a cegueira. A forma ativa da doença atinge principalmente crianças de idade pré-escolar. É uma

doença altamente transmissível e relaciona-se às precárias condições de higiene (falta de água, domicílios superlotados e latrinas inadequadas).

Apesar da gravidade das lesões e sofrimento causado, não é uma doença de caráter letal, como o que poderia suceder com doenças como a peste bubônica, a febre amarela, a febre tifóide e a varíola que tiveram seus surtos no Brasil. Com o início de sulfas e dos antibióticos, desapareceu nos países desenvolvidos. Segundo Lódola e Campos, apesar da incidência em várias regiões, ocorreu uma ausência de recordações pelos memorialistas provavelmente por ser uma moléstia não letal. (2017, p. 253.)

Doenças infecciosas estão vinculadas aos deslocamentos populacionais. O tracoma foi uma destas doenças. J. F. Sigaud, no livro *Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste Império,* publicado em francês, em 1844, assinalou que as doenças do aparelho visual (oftalmia, catarata e a amaurose) eram comuns entre os negros, de caráter e prognóstico sombrio, e que era grande o número de cegos nas cidades e nos campos. Afirma que a oftalmia importada para o Brasil seguiu as características da oftalmia oriunda do Egito, foi trazida pelos navios negreiros e causou epidemias no litoral brasileiro. (2009, p. 253) Lycurgo Santos Filho a associa ao tráfico de escravizados, no século XVIII. A oftalmia purulenta ou tracoma se disseminou causando epidemias como a do Crato, no Ceará, em 1792. (SANTOS FILHO, 1977, p. 137-224). Deve-se esta epidemia, a chegada na região do Cariri de ciganos expulsos de Portugal, que se estabeleceram nas províncias do Ceará e do Maranhão no final do século XVIII, constituindo o chamado primeiro foco da doença.(MSFNS, 2001, p. 9)

Viajantes que percorreram o sul do país registraram a doença. Saint Hilaire possivelmente identifica a doença e a vincula com as condições climáticas que observou em seu deslocamento, em 1820. Segundo o autor, “a areia que o vento atira continuamente aos olhos das pessoas produz, no Rio Grande,

oftalmias muito freqüentes". (2002, p. 145) Mas são poucos os registros que a informam, principalmente no início do século XX.

O Tracoma apresentou-se no Brasil como uma doença identificada aos fluxos imigratórios no final do século XIX e início do século passado. A doença ocorreu de forma endêmica em São Paulo e no Rio Grande o Sul, considerados o segundo e terceiros focos de disseminação. A origem no Rio Grande do Sul deu-se principalmente a partir de focos situados em zona colonial, introduzida pelos imigrantes alemães e italianos nos primeiros fluxos (Caxias, Hamburgo Velho e São Leopoldo), e mais tardiamente, nos novos núcleos coloniais mistos de Ijuí, São Luiz, Santo Ângelo e Santa Rosa. Era uma doença temida, pois sendo endêmica nas áreas coloniais, poderia se alastrar para os centros urbanos. Segundo Esteves:

> Nestes locais foi o tracoma infiltrando-se insidiosamente entre os habitantes e aumentando seus malefícios com o crescimento das populações e vinda de novas levas de imigrantes e radicação de elementos nacionais que para aí se dirigiram. Apesar da faixa devastadora que foi aumentando aos poucos o mal não assumiu caráter muito grave entre os atacados. Dado o acúmulo de gente vivendo às margens de alguns rios que alimentam o Guaíba, como o Taquari, Jacuí, Sinos e caí, foram as colônias estabelecendo ramificações para novos agrupamentos. Hoje cidades densamente colonizadas apesar de florescentes, são muito tracomatizadas. (1943, p. 186)

São Paulo foi o estado brasileiro pioneiro no tratamento e prevenção, quando foi proibida a entrada de imigrantes doentes no porto de Santos, a exemplo do que era feito nos Estados Unidos e na Inglaterra, em 1904. Esta interdição foi suspensa pela interferência de fazendeiros, que se consideraram prejudicados, pois prescindiam da mão de obra na cafeicultura. Ali foi implementada a primeira "Campanha Contra o Tracoma" no país, em 1906. Medidas nacionais ocorreram em 1923**,** com a divulgação do decreto do "Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública", que se acompanhou pela proibição do desembarque de imigrantes tracomatosos. A conduta já era ineficaz, pois a doença encontrava-se disseminada, não sendo mais dependente da imigração. (SILVA et al, 2017, p. 3)

Quais medidas foram realmente efetivadas? Percebe-se uma ausência de condutas oficiais no Rio Grande do Sul no primeiro terço do século XX. As primeiras atividades são computadas aos esforços do Dr. Victor de Britto, oftalmologista, no final do século XIX. Seus editoriais no jornal *A Federação* demonstram um interesse individual no combate a doença. Destaca-se que os jornais locais noticiavam a incidência em outras regiões do país, constando de registros que envolviam crianças. Britto foi membro fundador da Faculdade de Medicina e Farmácia de Porto Alegre (1898), na qual era professor da Clínica de Olhos, e chefiava a Clínica Oftalmológica da Santa Casa de Misericórdia. Possuía treinamento em vários países europeus. Já em 1888, proferiu palestra sobre o tracoma, ao ser admitido como membro da Academia Nacional de Medicina. Era um conhecido médico alinhado ao poder político regional (LETTI, 2013).

Não existem dados oficiais sobre a doença no início do século passado. Sabe-se que médicos individualmente tentaram combater a doença, não havendo um planejamento de governos estadual para combatê-la, mesmo tendo em sua presidência um oftalmologista, o Dr. Carlos Barbosa (1908-1913). Indiretamente, podemos perceber que o número de indivíduos acometidos pela doença era elevado ao observar o movimento do serviço de olhos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: estima-se que uma média de sessenta indivíduos era acompanhada diariamente, entre pacientes ambulatoriais e/ou hospitalizados. Segundo o Dr. Victor de Britto, chefe do serviço, “essa cifra é bem significativa para dar uma idéia aproximada da proporção de tracomatosos entre nós”. (1910a, p.1) Muitos dos pacientes eram procedentes das regiões coloniais e apresentavam sequelas e/ou complicações tardias de tratamentos cirúrgicos mal conduzidos, como cauterizações profundas e excisões, que levaram a verdadeiras destruições da mucosa, com formação de extensos cordões cicatriciais e alterações da conjuntiva palpebral. (1910b, p. 1)

Em 1905, Britto apresentou um relato sobre sua experiência no acompanhamento de pacientes com tracoma no 3º Congresso Científico Latino Americano realizado na Capital Federal. Suas conclusões foram transcritas na revista científica *Brazil Médico,* mais importante periódico científico nacional de Medicina. Segundo o médico, o tracoma existia no Rio Grande do Sul, localizado de preferência nas regiões coloniais, mas era raro nos centros mais afastados. O médico faz uma comparação com a incidência na Argentina e em São Paulo. Compara os dados oferecidos pelo Dr. Wernicke, informando que na Argentina, não só a proporção do tracoma é mais elevada, mas também a sua difusão é maior do que no Rio Grande do Sul. Quanto a São Paulo, os mesmos dados o autorizam a concluir que a expansão do tracoma na Argentina é maior que naquele Estado. Ali o tracoma se localiza em zonas povoadas por indivíduos procedentes de países infestados. Desta maneira, o médio sugere que as medidas higiênicas de caráter internacional devem ter por fim impedir a entrada de imigrantes tracomatosos, por meio de fiscalização rigorosa nos portos. Conclui argüindo que as medidas de exceção para o Brasil reclamadas pelo Dr. Wernicke ao governo argentino, com o fim de separar os imigrantes embarcados nos portos brasileiros com destino à Republica Argentina daqueles procedentes dos portos europeus, não repousam sobre bases científicas e que o perigo brasileiro, a influência nefasta do Brasil para a República Argentina, não passam de viciosa interpretação dos processos estabelecidos pela estatística. (O TRACOMA, 1905, p. 328-329).

O vínculo da doença com a imigração direcionada ao sul do país, portanto, era reconhecido, sendo considerado, desta maneira, o flagelo das populações coloniais. As pessoas doentes provenientes das áreas rurais eram estigmatizadas pela infecção visível, que se alastrava rapidamente frente às poucas condições de higiene, ausência de cuidados médicos e de saneamento. Além disto, a infecção e a resultante possibilidade de contágio passavam a ser

encaradas como assunto de defesa nacional, na medida em um médico argentino, o Dr. Wernicke[1], sugeria que o Brasil tinha se tornado um foco perigosíssimo do Tracoma, constituindo-se esse no novo perigo brasileiro.

Entre as medidas preventivas ditadas por Britto citam-se: aproveitar a oportunidade da consulta para difundir as noções sobre o tratamento e iniciar uma campanha de profilaxia ; criar uma campanha encampada pelo governo através dos jornais; sugere que deveriam ser tomadas medidas de higiene defensiva (polícia sanitária, profilaxia geral e higiene domiciliar) de responsabilidade do Governo Federal, cujo objetivo principal seria o exame sistemático dos imigrantes nos portos para identificar os chamados "imigrados tracomatosos"; ministrar cuidados de higiene a fim de se evitar o contato direto, e haver atenção na prevenção da disseminação em colégios. Sugeria a Diretoria de Higiene que feita uma propaganda que divulgasse noções sobre os perigos da infecção e os meios higiênicos para evitá-la. (1910c, p. 1) O médico incluiu, entre as medidas profiláticas, a organização de um serviço para tratamento dos afetados; a visitação domiciliar nas zonas tracomatosas, a realização de exames oculares e a fiscalização das condições higiênicas que se pretenderia melhorar. Os serviços deveriam ser prestados gratuitamente pelos médicos, respeitando rigorosamente a liberdade individual. (1910d, p.1)

A Reforma Sanitária de 1929 foi um marco no Rio Grande o Sul e caracterizou-se pelas renovações no campo do sanitarismo. Esta determinou que ficaria a cargo do Estado a direção dos serviços de saneamento rural, profilaxia da sífilis e moléstias venéreas, e da luta contra a tuberculose, assim como a inspeção médico-escolar nos colégios municipais e estaduais. Todavia, não há referências específicas ao tracoma. Apesar dos objetivos almejados pela reforma, ainda em 1935, a situação sanitária do estava a desejar. Os debates políticos

[1] O Dr. Otto Wernicke é considerado um dos iniciadores da profilaxia do tracoma na Argentina. (GIOIA, 2016).

realizados na Assembléia Legislativa reconheciam a existência de doenças relacionadas às precárias condições de oferta de cuidados sanitários e que havia uma relação entre a gravidade de doenças com os movimentos migratórios, o que não era novidade. Nota-se aqui, embora não especificado, a presença do tracoma. Embora já endêmico, a crença no acometimento das pessoas ainda estava fortemente arraigada na sua ligação com os deslocamentos populacionais, especialmente de colonos imigrantes, esquecendo o seu vínculo com a ausência de cuidados médios, a associação com falta de higiene e a precariedade do saneamento básico.

Dois parlamentares se destacaram nas discussões que indiretamente envolveram o tracoma foram os médicos Décio Martins Costa e Argemyro Dornelles. O último destacou a associação de doenças e a necessidade de impedimento da imigração de pessoas doentes. Em 1935, o Dr. Martins Costa**,** membro da Assembléia Constituinte e professor universitário, proferiu um discurso no qual elencou as doenças contagiosas incidentes no Rio Grande do Sul, em 1935. O médico salientou a presença da doença na área colonial, entre as várias endemias correntes na população. Neste momento, é interessante constatar que as qualidades morais e laboriosas dos colonos são exaltadas, ao mesmo tempo em que compara a doença a um castigo, diferente de outras doenças citadas que são associadas ao desconhecimento de regras sanitárias, além da ausência de saneamento e de instituições responsáveis.

> É de fato lamentável, Senhor Presidente, o nosso atual estado sanitário. [...] Na zona colonial, nas uberrinas terras que os colonos italianos e alemães vieram embelezar e enriquecer, convertendo-as em pátria de seus filhos, o tracoma castiga o trabalhador honrado. [...] E ao norte e ao sul, e de leste a oeste, garantindo o ambiente propício para todos os males, ao lado do alcoolismo, impera o mal maior que é a inconsciência absoluta das regras sanitárias. Tudo nos falta: desde as grandes obras de maior saneamento garantidoras da verdadeira profilaxia aos simples hospitais de Assistência. (SESSÃO de 12 de junho de 1935, p. 352)

O prof. Argemyro Dornelles proferiu um discurso associando a imigração à entrada nefasta de doenças ou suas seqüelas em território nacional.

Percebe-se, em suas palavras, uma visão eugênica na apreciação do tema ao sugerir a necessidade de uma configuração formal, ou seja, um impedimento legal para a entrada de pessoas enfermas no país.

> Aos núcleos da raça estranha enquistados no território pátrio, a legislação brasileira opunha fragílimas cautelas de efeitos quase nulos pela falta de observação dos escassos preceitos reguladores da matéria. O após guerra despejou nos portos brasileiros levas de indesejáveis, enfermos e mutilados, enfermos do corpo e doentes da alma e até portadores de enfermidades então desconhecias. (69ª SESSÃO, 1935, p. 434)

O texto da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul promulgada em julho de 1935, incluiu o combate ao tracoma dentro do item Política Sanitária. Na redação do texto, aparece pela primeira vez a citação ao tracoma. Segundo Alves, a Assembleia Constituinte Estadual foi local de vários debates de questões relacionadas à saúde. Percebe-se nas discussões dos políticos uma lenta aproximação entre a saúde pública e a assistência médica, sendo que a última, anteriormente a cargo de instituições de caridade ou go de particulares, passou a ser uma preocupação do Estado. (2011, p. 102) O artigo 115 dispôs as funções a serem promovidas pelo Estado do Rio Grande do Sul quanto à responsabilidade pela profilaxia e tratamento da doença:

> Art. 115 - O Estado promoverá:
> a) a formação da consciência sanitária individual nas primeiras idades, através do ensino primário e elementar.
> b) os serviços hospitalares, os de higiene e os de combate aos males específicos e contagiosos, como a tuberculose, a lepra, o tracoma, a malária, a sífilis, as moléstias venéreas e verminoses [...]

Apesar dos dispositivos da nova Constituição, ainda em 1937**,** não se havia notado a criação de medidas eficazes e críticas eram dirigidas ao governo quanto à profilaxia e a prevenção da doença. Novamente, há a ênfase da presença do tracoma em região colonial nas discussões que se seguiram na Assembléia estadual, mas, também, seu alastramento para outras áreas ocasionado pelo deslocamento de indivíduos, que incluíam o litoral e áreas de fronteira. Um dado novo incluído nos debates foi a possibilidade da entrada da enfermidade através da fronteira devido a ineficácia da fiscalização. O deputado

Julio Diogo proferiu em seu discurso sua indignação perante a ausência de interferência estatal, o acometimento dos laboriosos trabalhadores e a perda econômica:

> Que tem feito, [o governo estadual] sobre a profilaxia do tracoma? Nada! O que é o tracoma? O tracoma é uma oftalmia infecto contagiosa, que tem como epílogo, não só a cegueira completa (o que acontece na maior parte das vezes), mas graves e irremediáveis perturbações visuais, tornando o paciente um ser quase nulo para o exercício de qualquer função. As moléstias infecto-contagiosas e principalmente o tracoma, bem merecem a atenção dos legisladores rio-grandense [...] e cumpre ao governo reduzir com rigor e sem desfalecimento é a fiscalização e a profilaxia eficiente, honesta e severa dos portos, fronteiras e *hinterland* do nosso Estado para evitar, dest'arte, que entrem ou permaneçam dento de nosso território elementos, que, ao invés de contribuírem para a nossa grandeza econômica vem aumentar o número dos inválidos e mendigos. (31ª SESSÃO, 1937, p. 126)

No final da década de 1930, os grandes movimentos imigratórios reduziram, mas discussões persistiam e possuíam um componente eugênico, étnico e político. A política migratória restritiva e seletiva do Estado Novo foi intensificada, baseadas a seleção em critérios eugênicos, étnicos e políticos, levando-se em conta a segurança nacional. (SEYFERTH, 2008, p. 16). Por conseguinte, a legislação do Estado Novo tornou ainda mais extremada a política seletiva migratória, restringindo a entrada de estrangeiros doentes, aleijados, inválidos, indigentes, vagabundos, imorais, de conduta nociva, entre outros, como também impor critérios de cunho racial, refletindo os pressupostos mais amplos da eugenia que sustentavam a diferenciação racial e étnica para a definição dos imigrantes desejáveis e indesejáveis (SEYFERTH, 2002, p. 139).

O Decreto Lei nº 406 de maio de 1938 dispôs sobre a entrada de estrangeiros no território Nacional. Foi criado um regime de cotas para as diferentes nacionalidades, sendo que 80% delas destinaram-se aos agricultores. Na legislação, é citada uma série de patologias que impediriam a entrada dos possíveis imigrantes. O artigo primeiro da lei encarregava-se de listar as condições de saúde não permitidas de existir, ou seja, excludentes no processo, que eram os portadores de moléstias infecto-contagiosas (tuberculose, tracoma,

infecções venéreas e lepra), além dos inválidos, mutilados, cegos, surdos-mudos e os chamados alcoolistas:

> Art. 1. Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:
>
> I- Aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;
> II- Indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;
> III- Que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicômanos;
> IV- Doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública;
> V- Que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional [...]

No plano estadual**,** em setembro de 1938 foi criado o Departamento Estadual de Saúde (DES) do Rio Grande do Sul. A ele estava subordinada a administração, execução e coordenação das atividades de saúde pública, bem como dos serviços estaduais e municipais de higiene e assistência médico-social e sanitária. O tracoma passou a ser considerado doença de notificação obrigatória no mesmo ano, como foi determinado no artigo 20 do Regulamento do Departamento Estadual de Saúde, que determinou que fosse feita a notificação dos casos confirmados ou suspeitos de tracoma. (MACHADO, 1940, p. 158) Iniciaram-se, desde seus primórdios, debates a cerca da prevenção da cegueira. Centros de Saúde e Postos de Higiene ficaram responsáveis pelo combate às doenças endêmicas, entre elas o tracoma. As medidas foram iniciadas no início da década de 1940. O DES organizou cursos práticos de tracomologia destinados aos médicos dos Centros de Saúde e Posto de Higiene do interior do Estado. Entre os orientadores estava o oftalmologista Dr. Aldehyr Esteve, que obteve a primeira classificação no Curso Intensivo de Tracomologia do Departamento Nacional de Saúde Pública, representando o Rio Grande do Sul. (CURSOS práticos, 1940, p. 245-246)

Era notório que a campanha demandaria tempo e dinheiro, além de ser necessária a formação da consciência sanitária do povo para a implantação de preceitos de higiene. O Dr. Esteves salientou que seria exigido “muito patriotismo,

desprendimento e espírito de humanidade" para a sua concretização. O plano apresentado foi implementado em fins de 1940. As atividades incluíram propaganda técnica, medidas de profilaxia, criação de uma seção de Tracoma na capital no Serviço de Epidemiologia e de cursos de emergência para médicos e auxiliares de Postos de Higiene. Aquelas de caráter educacional incluíram a organização de cursos de profilaxia para educadoras sanitárias, professoras do ensino primário, operários e pais dos escolares; inspeção obrigatória e tratamento dos escolares, professoras e funcionários escolares e adoção do tratamento pela sulfalinamida. (ESTEVES, 1943, p. 187)

Considerações finais:

A incidência do tracoma no Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul, associou-se ao grande fluxo imigratório tornando-se uma doença de caráter endêmico na primeira metade do século XX. Analisando as medidas de combate ao tracoma ou de rechaço de imigrantes tracomatosos no Rio Grande do Sul, no primeiro terço do século passado, percebe-se a ausência de políticas oficiais oferecidas pelo governo estadual. No final da década de 1930, as sequelas da doença foram um argumento para a criação de um suporte governamental, consoante a presença de um tratamento eficaz. Quanto à imigração, o Brasil utilizou a doença instrumentalmente para cercear a entrada de imigrantes indesejáveis ou doentes, utilizando as mesmas práticas em curso nos países europeus e americanosm (EUA, Inglaterra e Argentina).

Referências bibliográficas

ALVES, Gabrielle Werenicz. **Políticas de saúde pública no Rio Grande do Sul: continuidades e transformações na era Vargas (1928-1945**), Dissertação (Mestrado em História) - PPG em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, ANO.

BRITTO, Victor de. O tracoma e o Rio Grande. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 13 out 1910.

_____,_____. O tracoma e o Rio Grande. **A Federação**, Porto Alegre, p.1,11 out 1910.

_____,_____. O tracoma e o Rio Grande. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 17 out, 1910.

_____,_____. O tracoma e o Rio Grande. **A Federação**, Porto Alegre, p.1, 27 jun, 1910.

Cursos Práticos de Tracomologia e Leprosologia. **Arquivos do Departamento estadual de Saúde do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v.1, p. 245-246, 1940.

ESTEVES, Aldehyr. Incidência do tracoma e o seu combate pelo D. E. S. no R. G. do Sul. In: FRANCO, Álvaro; RAMOS, Sinhorinha. **Panteão médico rio-grandense**: síntese histórica e cultural. São Paulo: Ramos, Franco Editores, 1943.

GIOIA, Emma. La saludal poder. Tracoma e políticas migratórias argentinas en la primera mitad Del siglo XX. **Quinto Sol**, v.20, n.2, Santa Rosa, mai 2016.

Impressões de uma viagem a São Paulo. **A Federação**, Porto Alegre, p. 52, 1 jun 1917.[i]

LETTI, Nicanor. História da Faculdade de Medicina da UFRGS. Início. O professor Victor de Britto. Disponível em: <http://antoniovalsalva.blogspot.com.br/2009/10/o-professor-victor-de-britto.html>. Acesso em: 10 jul. 2013

LÓDOLA, Soraya. CAMPOS, Cristina. Emílio Ribas e o tracoma em São Paulo no início do século XX. XXIX **Anais do Simpósio Nacional de História .** Contra os preconceitos: História e Democracia. Brasília, 24 a 28 de julho, 2017.

MACHADO, Leônidas Soares. Serviço de doenças contagiosas do Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande o Sul. Organização e funcionamento. **Arquivos do Departamento estadual de Saúde do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v.1, p. 157-164.

BARROS, Oswaldo M. Et AL. **Manual de controle do Tracoma**. Brasília: Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde, 2001, p. 10.

MINISTÉRIO DA SAÚDE/ Fundação Nacional da Saúde. **Manual de controle do Tracoma**. Brasília: ASCOM/PRE/FUNASA, 2001.

O trachoma no Rio Grande do Sul. **Brazil-Medico**. Rio de Janeiro, ano XIX, nº 3, p. 328-329, 1º set 1905.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado federal, Conselho Editorial, 2002, p. 145

SANTOS FILHO, Lycurgo. **História geral da Medicina Brasileira**. São Paulo: HUCITEC, Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

SERVIÇO telegráfico. **A Federação**, Porto Alegre, p.2, 11 dez 1911, p.2.

69ª Sessão em 7 de outubro de 1935. **Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**, vol. 1, 12 de abril a 3 de junho de 1935, Porto Alegre: Imprensa Official, 1935.

Sessão de 12 de junho de 1935. **Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul,** vol. 1. 12 de abril a 3 de junho de 1935, Porto Alegre: Imprensa Official, 1935.

SEYFERTH, Giralda, 2008, Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político . **Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, , p. 16, 1 - 4 de junho de 2008, Porto Seguro. www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26.../giralda%20seyferth.pdf.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002.

SIGAUD, J. F. X. **Do clima e das doenças do Brasil ou estatística médica deste império**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

SILVA, Maria Beatriz A.; ANDRADE, Maria Sandra; OLIVEIRA, Yohana V.; MARQUES, Maria Gabriela S.; PINHO, Clarissa M; LOPES, Katiuscia A. M. Trachoma as cause of blindness: literature review. **International Archives of Medicine**. Section: Ophtalmology. Vol. 10 nº 56, 2017, p. 3.

31º sessão. **Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul**, vol. 2, 10 de junho de 1937p. 126 Porto Alegre: Imprensa Official, 1937.

Cultura maruja do estigma paradigmático: ensinar, civilizar e erradicar para servir! (1836-1857)

Cosme Alves Serralheiro*
Laryssa Celestino Serralheiro*

Resumo: O presente trabalho feito a quatro mãos, centrado na investigação na qual visa abordar questões relacionadas a forma de inserção de jovens na Marinha do Brasil e as maneiras como foram captados de forma compulsória, com intuito de prestá-los algum tipo de educação a qualquer custo, para servir à pátria. Porém muitos desses enjeitados sob "exclusão" social em uma cultura etnocêntrica envolvida pelo caráter escravista permeado pela segregação étnica racial, tiveram suas vidas mudadas pela forma com que foram inseridos no mundo do trabalho militar naval, que certa forma se colocou como centro oportunista de ensino e instrução. Assim, a questão abordada será levada em conta os conceitos de cultura escolar e de categoria especificada, está última muito tangenciada aos conceitos de classe, com uma abordagem próxima à da História Militar e com suas identidades marcadas pelas suas origens era o ponto máximo que o estigmatizassem como seres perigoso e mal fadado. Por isso, desde a criação das Companhias/Escolas de Aprendizes–Marinheiros tiveram como função principal "moldar" os jovens na questão cultural através dos seus dois pilares: a disciplina e hierarquia; das suas tradições e costumes.

Palavras chaves: Cultura, disciplina e trabalho

Com a aumento progressivo da população iletrada, próximo a primeira metade do século XIX, várias cidades das províncias, principalmente a sede (Corte) produzia a multiplicação de escravos alforriados, órfãos, pessoas de nenhum conhecimento técnico-profissional. Segundo as reflexões de Fausto (1984) "Miseráveis e pobres na maioria, vadios, mas também excluídos sociais, marginalizados, tais como criminosos, vagabundos e loucos, estes, passaram todos a fazer parte das pesquisas e diversos períodos do mundo acadêmico", pesquisas essas executadas também por Cunha (1986), Rago (1987), Pinto (1994) e Chalhoub (1996), entre outros.

De certa forma na mentalidade não só da população, mas também das autoridades, esses indivíduos "ameaçava as propriedades e as vidas dos

* Doutorando em História – UFSM – cosmehistoria@hotmail.com
* Graduanda em Pedagogia - FURG – laryssa.Celestino @gmail.com

cidadãos" (Chalhoub, 1996, p.20-35). Assim, com a falta de mão de obra qualificada para os serviços navais, a captura de jovens vinha junto com a proposta de educá-los, para isso, os centros de formação de Marinheiros batizadas pelas autoridades navais como "Companhia fixas de Aprendizes-Marinheiros"[1], naquele momento, se apresentava, para as classes dominantes civis e militares, como solução para o controle, manutenção e disciplinarização das camadas populares menos favorecidas.

Embora, partirei de uma ótica mais inglesa debruçado em E. P. Thompson (1981), baseado em seu conceito que norteia a consciência de classe como as experiências dos trabalhadores são produzidos em termos culturais: interpretadas em ideias e aspectos institucionais, tradições e redes de valores. A experiência manifesta a evidência com a qual o historiador lida como objeto. Para ele, a história elabora e dissemina sapiências, tem uma fala que pode ser decifrada. A peculiaridade da história são as evidências e não um corpo delineado e encerrado de conceitos (Bezerra, 1995, p.124). A organização teórica da evidência produz o processo histórico, como ratifica Thompson (1981, p.51)

> [...] uma soma unitária de comportamento humano, cada aspecto se relaciona com outros de determinadas maneiras[...]. Na medida em que essas ações e relações deram origem a modificações, se tornam objeto de investigação racional, podemos definir essa soma como um processo histórico, isto é, práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais.

É preciso, então, buscar essa consciência, por exemplo, em ocasiões mais informais, no cotidiano, na família, onde tais tradições e sistemas de valores se expressam. Para isso, são necessárias outras fontes ou a releitura, com outra ótica, no caso, militar que abordarei. Os procedimentos históricos, nessa direção, compreende o caráter ilimitado e inacabado, sofrendo constantes redefinições, no qual as categorias são estabelecidas em contextos próprios.

1 No nesse ano de 1836, por meio de Decreto Legislativo de 15 de outubro, elencado no adestramento, na educação e na disciplina, foram criadas quatro Companhias de Marinheiros com 100 praças.

Cabe ressaltar, que neste trabalho, não abordaremos o conceito de classe único e exclusivamente pelo viés do marxismo, seja ele ortodoxo, inglês, marxismo russo, ocidental, asiático, africano, brasileiro, norte-americano e latino-americano, entre outros, pois discorrerei sobre a classe militar naval como uma "categoria"[2] específica, ainda porque o que difere essa classe ao marxismo é o modo de organização social devido à mobilidade. Teoricamente, nos moldes capitalistas, pode-se migrar de uma classe para outra, existe uma mobilidade, pois o conceito de classe está ligado as relações econômicas com base na força de trabalho. Não é o caso aqui, isto porque, não havia possibilidade, ainda naquele momento, de um Aprendiz-Marinheiro migrar de sua situação hierárquica, de praça para o oficialato, ou seja, o máximo que a maioria conseguia chegar era na graduação de marinheiro de 1ª classe, pois as possibilidades de ascensão na carreira militar eram muito limitadas para os Marinheiros, sempre discriminados pelas suas origens.

Segundo os estudos de Pierre Paulo da Cunha Castro, ao analisar os livros de socorro de um dos navios da Armada brasileira, a Corveta "Trajano", sobre hierárquica e as complexidades de ascendência, pela verificação da constituição das companhias deste corpo e do sistema de acesso ao Corpo de Oficiais:

> [...]marinheiros que retornavam para o corpo nesta graduação para dar baixa da Marinha por tempo de serviço, além do que, não há um único registro de embarques de sargentos. É evidente que a graduação existia, entretanto a criação de uma carreira paralela, baseada em conhecimentos de marinharia aplicada a coordenação dos serviços nos conveses dos navios, que provia os subalternos intermediários por meio dos guardiões e mestres de 2ª e 1ª classe, tornava esta graduação praticamente desnecessária. Ao que parece, os indivíduos que alcançavam estes níveis eram empregados no adestramento e no

2 Convém ressaltar que me debrucei dessa nomenclatura para não me apropriar da palavra classe no sentido Thompsoniana, pois estaria indo de encontro a lógica do historiador inglês Thompson(1997, p. 10) que entende o significado de classe, de maneira dialética, como um processo histórico, nem como uma estrutura e nem como uma categoria rígida e cristalizada

> controle administrativo das próprias companhias do corpo. (Castro, 2013, p.126)

A base da organização dos centros de formação de marinheiros é a hierarquia, compostas por degraus que é disposta fundamentalmente sobre uma ordem de prioridade entre os elementos de um conjunto ou sobre relações de subordinação entre os membros de um grupo, conceituadas gradualmente crescente ou decrescente, segundo uma escala de valor, de grandeza ou de importância ou com graus sucessivos de poderes, de situação e de responsabilidades.

Outro fator importante a destacar é que as Companhias de Aprendizes com status de escola, não dignificavam esse nome, já que era insuficiente o ensino para com os "alunos" que daquele lugar saíam na maioria das vezes, analfabetos, o que segundo Filho (2000, p.25) dificultava a ascensão ao baixo oficialato, quando na Marinha. Por isso, que para Thompson, classe é algo que diz respeito à movimentação e à experiência que as pessoas têm no interior de uma formação social e histórica.

Ainda assim traremos a classe como uma descrição que abstrai um conjunto de objetos com características similares. Até então, porque "'classe' [...] deriva de processos sociais através do tempo" (Thompson, 2001, p.270), e o "conjunto das relações sociais" (Idem, Ibdem, p.248). Essas relações aconteciam fora e dentro das várias Companhias que posteriormente foram espalhadas pelas outras províncias e no Império, como uma prisão de "passagem", no sentido de servir como um espaço de correção disciplinar daqueles encontrados nas desordens, que negavam o trabalho e seu tempo de produção[4].

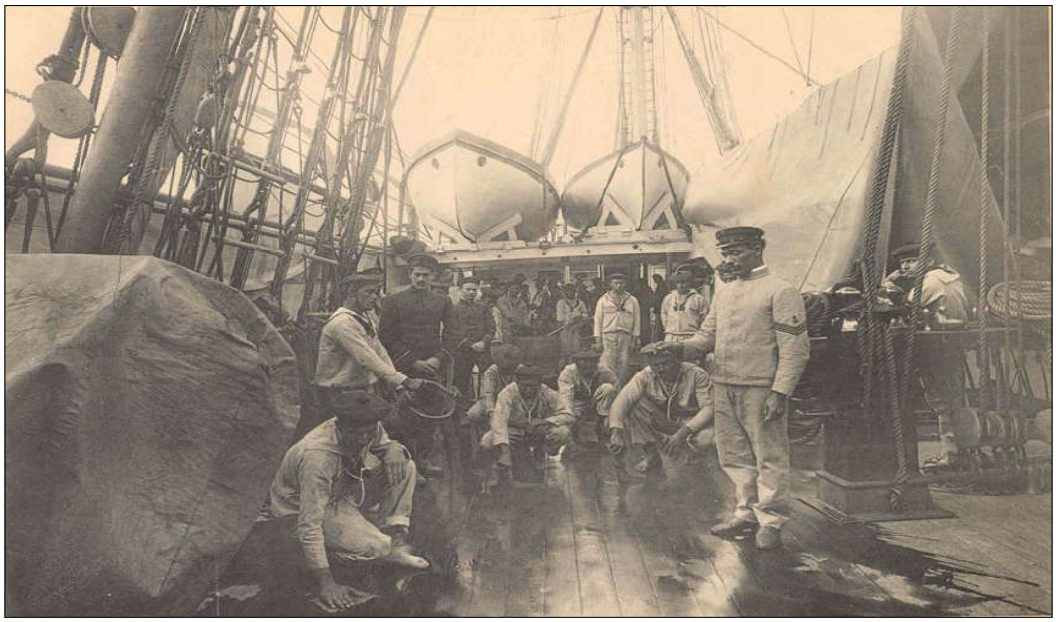
4 Para saber sobre o tempo da fábrica e as transformações no cotidiano dos trabalhadores, ver Thompson: THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

Então, ter os marinheiros como “um tipo singular de trabalhador que viveu conflitos pouco conhecidos nas relações sociais, culturais e de trabalho travadas em portos e navios do Brasil e de todo o mundo” (Barreiro, 2007, p.2) corrobora para a entender a função representada pelas Companhias de Aprendizes Marinheiros, sobretudo a da Côrte, como um espaço que comportou e onde se manifestaram experiências vividas e sentidas, mas submetidos a regimes diferenciados de status social, instrução e educação pelos indivíduos que compartilhavam o mesmo espaço de trabalho.

Nesse momento cabe aqui uma ressalva. Quando nos referimos a trabalho estamos fazendo alusão aos aprendizes que de certa forma exercia algum tipo de trabalho nas companhias: Varriam, limpavam, pintavam, trabalhavam na cozinha, recebiam instrução militar enquanto recrutas, e depois de formados este último nos remete ao trabalho intelectual plenamente realizado no interior e no exterior do homem. “Este é o trabalho humano abstrato, um elemento universal produzido pelo homem, que, no entanto, escapa às simples representações do senso comum” (Etges, 1999, p.83).

Já quando formados, trabalhavam tinham que dominar as técnicas de navegação, e o ofício das fainas navais, como cordoaria, mastreação e velame, isto é, na manutenção dos navios, isso é um tipo de trabalho, muito diferente do conceito de trabalho pelo viés marxista que conceituava trabalho como a atividade humana realizada com o objetivo de produzir uma forma de obtenção de subsistência, ou seja, o trabalho é definido por Karl Marx como a atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento.

Figura-1 Fainas geral da marujada no tombadilho do navio



Fonte:ANTUNES, 2011, p.135

Não vamos entrar aqui, neste ponto, no questionamento sob a temporalidade da foto, mas ficaremos com a reflexão do historiador francês Michel Frizot (1997, p.37-45), sobre o olhar da história, propõe compreender o fato fotográfico como resultado de múltiplas possibilidades de pesquisas e de iniciativas em tempos e principalmente lugares diferentes. Repare a participação dos Marinheiros na limpeza e na manutenção do convés dessa embarcação sobre o olhar atento e cuidadoso do oficial ao fundo, a esquerda pelo olhar do observador, com uniforme mais escuro. Isso demonstra a participação ativa dos Marinheiros para manter a limpeza e o cuidado com ambiente de trabalho a bordo; a ponto do Ministro da Marinha Salvador Maciel em seu relatório, assessorados pelos comandantes dos navios, sobre a atividade maruja, tece elogios a respeito do bom comportamentos desses homens: "[...]*é igualmente digno de maiores elogios, porque a despeito de grandes faltas, inumeráveis sofrimentos, e aturado trabalho e quando rodeados de variador elementos opostos à disciplina Militar,*

eles tem constantemente a seus superiores e fiéis e seus deveres"[5].

Os tipos de trabalhos exercidos pelos marinheiros, além da "exigência da juventude"[6] tinham que se acostumar com o jogo do navio devido na maioria das vezes com os grandes balanços do mar, a superar os enjôos, e aprenderem desde cedo as operações complexas de um navio, o que só poderia ser dominada após uma longa prática obtinham diversos saberes técnicos, como mão-de-obra especializada, cunhava o tipo especial de funções que nas companhias de aprendizes não os ensinavam, somente na prática a bordo dos vasos de guerra. No artigo sexto do Decreto n. 914 de 11 de fevereiro de 1852, pode-se ler as atividades de marinheiros que manda observar as instruções que um recruta para o corpo de imperiais marinheiros tinha de aprender em um navio de instrução, logo ao ingressar:

> Enquanto o navio de instrução estiver fundeado no porto, os recrutas embarcados aprenderão, não só os nomes e usos das diversas partes do navio, de sua mastre ação também a fazer as obras de marinheiro, como sejam costuras, redonda e de laborar, alças, rabichos, pinhas, nós, & c.; exercitar-se-ão em subir a mastreação, sair as vergas, envergar e desenvergar o pano, largar, caçar, içar, rizar, carregar e ferrar as diferentes velas, bracear as vergas, içar e arrear mastaréus e vergas de joanetes; e se aperfeiçoarão no exercício de remar nos escaleres, e de manobrar neles sobre a vela, e bem assim no de artilharia[7].

De certa forma, fazer os trabalhos de "marinharia"[8] a bordo, dependia da conscientização de todos, devido a troca de conhecimento que se compartilhavam na medida em que a responsabilidade era exigida para cada um dos aprendizes. E nessa consciência, é conhecido o sujeito, percebe-se de maneira ontológica o ser. Sejam Aprendizes-Marinheiros ou Marinheiros do século

5 RMM, 1836, p.5
6 O motivo dessa exigência não foi somente a falta de marinhagem, mas devido à situação em que se encontravam os homens: "velhos, casados e aleijados, o que aumentava as despesas da repartição. *Coleção de leis do Império*, 1866, p.267. SERRALHEIRO, *Op. Cit*., p.86
7 *Coleção de leis do Império* , 1852. p.31. JEHA, *Op.Cit*.,p.47
8 Compreende-se por marinharia, como estudo do aparelho do navio, da sua manobra, e da arte do marinheiro (CAMINHA, 1996, p.280).

XIX, ambos exibiam uma indefectível consciência da sua situação social. Porquanto, nenhum daqueles jovens nasceu militar, pelo contrário, a maioria forçadamente tornou-se militar. É nessa máxima do tornar-se, também importante compreender uma grandeza educativa que fica mais notória na ótica de Thompson, que é conhecido por ter se interessado pela maneira de constituição, *o fazer-se*[9].

Esse fazer-se de certa forma, trazendo para aquela realidade naval, na prática se transformava no aprendizado não só com atividade marinheira como também com a disciplina dos movimentos com as atividades militar:

> A instrução dos recrutas começará por ensinar-se-lhes a entrar em forma e perfilar; volver á direita e á esquerda; marchar a passo ordinário, dobrado, &c., até a escola de pelotão: seguir-se-á logo a instrução náutica, e a de artilharia, principiando por aprenderem a reinar nos escaleres e lanchas, e a trabalhar como serventes de peça. Os dias, horas, duração, detalhe e mais regras a observar no ensino dos diferentes exercícios, será tudo consignado pelo Comandante Geral do Corpo em hum Regulamento especial, que organizará para esse fim.

A intervenção do poder público nas relações privadas, do fazer, entre instrutores e aprendizes não quebrava a disciplina nas Companhias, não deixava a desordem e o caos social militar acontecer, pois os aprendizes eram dependentes dos “laços morais” que mantinham os oficias e/ou instrutores.

A questão do fazer-se marinheiro, mais uma vez, nos aproxima de Thompson numa perspectiva mais abrangente quanto à relação entre consciência e formação de classe, deve ajudar-nos a pensar nesta perspectiva;

> A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam à identidade de seus interesses entre sí e contra os outros homens cujo interesse diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas sem termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores,

9 Tradução em português para a expressão inglesa *making* na qual Thompson se apropria para descrever um processo ativo que envolve a ação humana nesse processo de fazer-se de uma classe e que, portanto, está presente na formação de uma classe.

> ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987, p.10)

É bom pensar que no decorrer do processo histórico que os Marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira distenderam uma incipiente consciência enquanto grupo social específico. Mesmo assim, é um conceito que encapsula abstrações de dados e procedimentos que descrevem o conteúdo e o comportamento de entidades do mundo real, representadas por objetos ou pessoas. Ainda por que é um **grupo constituído por pessoas com padrões culturais, políticos e econômicos diferentes. Se compararmos a Marinha militar imperial com o marxismo ambos se tangenciam, mas não se igualam, pois segundo o marxismo**, *em qualquer sociedade, encontramos um sistema de classes, ou seja, um sistema onde há um grupo dominante e um grupo dominado, a diferença é que tinha de posse seu meio de produção. Também Marx fala que uma classe social tem consciência dela somente se ela sabe que está em luta contra outras classes. De um lado temos uma categoria, os integrantes de uma oligarquia de trabalhadores navais, a saber, os oficiais oriunda da refinada aristocracia rural e escravista com títulos de nobreza e de outo lado temos os indesejáveis úteis sociais, a saber, os Aprendizes-Marinheiros como grupos antagônicos e passivos, em que na maioria são da origem de classes, ou seja, filho de classistas, melhor sintetizando, homens trabalhadores do campo, em uma sociedade majoritariamente rural.*

Esses homens, jovens e crianças, ao serem recrutados, passavam a fazer parte de elementos de manipulação em que sua importância se limitava, a Companhia de Aprendizes-Marinheiros e interior dos navios aonde apenas à proa (frente), popa ou ré, bombordo (esquerda) e boreste (direita) dos navios, resumindo, em todos os lados das embarcações. Suas liberdades eram cerceadas pelo regimento autoritário e repressor, em que as desavenças ocorriam sem cessar. Era o equilíbrio instável,, em momentos agudos, que poderia ser abalado

pela menor das brisas, só que em alguns momentos ventava forte. Nesse sentido, concorda-se com Barreiro (2008, p.194) quando diz que "concebendo o navio como um espaço de lutas e contradições entre governantes, comandantes e Marinheiros [...]". Assim como os tombadilhos e a beleza das fardas da Marinha velavam: o microcosmo dos vasos de guerra exibia a prova tenaz a lógica excludente, os preconceitos e as adversidades daquela sociedade. Essa animosidade constante leva a pensar e até problematizar o universo de rivalidade permeada por conflitos dentro do espaço reduzido que era as embarcações na época.

A priori, nas três primeiras décadas do século XIX, mediante nossas garimpagens de "fontes no arquivo nacional"10, verificou-se que nas Galés, mais conhecidas como presigangas e no Arsenal de Marinha, muitos escravos, criminosos, soldados e marinheiros eram enviados para esses lugares com objetivo de pagar suas penas, sofrendo suplícios. Contudo, a pesquisa não será abordada essas primeiras décadas deste século pois fugirá e ampliará a delimitação temporal, causando esparsamente e um certo anacronismo.

Por outro lado, aqueles elementos estavam sob o julgo da repressão mediante punições existente, assim, trilharam os caminhos dos seus estigmas, que se encontravam submetidos, pela oficialidade, marcada pela "eugenia das elites"[11] agrárias, ao "regime provisional"[12], não tem que ser assimilado

10 Arquivo Nacional XM 726 (1816-1824), pacote 2, ANRJ, OI, XM 802, 21 de dezembro de1829, IJ 6 maço 173 01 e 17 de outubro de1836, XM 801 (1828), s. d, XM 801. 31 de dezembro de 1828, XM 798, 30 de dezembro de 1826, IJ6 204 maio a dezembro de 1845 e 11 de agosto de 1845. "Mapa da Presiganga", XM 802, (1829-1830), 24 de janeiro de 1829 e .XM 801, 15 de julho de 1828, XM 524 (1810-1826), 25 de junho de 1814, XM 524, 25 de novembro de 1814, XM 798, 20 de março de 1827, XM 793 de 1826, XM 802 dos anos de 1829-1830, XM 798, 12 de junho de 1827 , XM 793, 1826, 15 de novembro de 1826. Sobre Sistema prisional no Arsenal de Marinha. Ver Soares e Gomes,. *Op Cit,* 2006.

11 Sobre as concepções eugênicas e aristocráticas da oficialidade da Marinha Imperial. Ver Mello, 2011, p.1-17

12 O Regimento Provisional, instituído pelo Alvará de 20 de Junho de 1796, substituiu o Regimento dos Capitães de Mar e Guerra. Tinha como proposito julgar e punir em tribunal específico atos de crime e contravenção cometido por integrabntes da Marinha

exclusivamente como um reflexo a punição exposta, ou seja, uma simples reação física a dor provocada no corpo e na alma pelo regulamento repressor chamado "artigos de guerra"[13] regido no interior da própria instituição naval,

> Todos os mais delitos, como embriaguez, jogos excessivos e outros semelhantes, de que os procedentes artigos não façam particular menção, ficarão ao prudente arbítrio do superior para impor aos delinqüentes o castigo que lhes for proporcionado; o uso da golilha, prisão no porão, e perdimento da ração de vinho, é o que se deve aplicar a oficiais marinheiros, inferiores e artífices; assim como à marinhagem e soldados, que podem ser corrigidos por meio de pancadas de espada, e chibata, não excedendo ao número de vinte cinco por dia; isto é, em culpas que não exijam Conselho de Guerra. (Artigos de Guerra, Artigo nº 80)

Assim, ficava complicado o uso do método violento para civilizar aquela massa de jovens dentro do aparato repressor. A peculiaridade do Estado brasileiro estava em manter o exercício da violência privada amoldada ao sistema escravista (Costa, 1996)à crueldade e violência dos castigos fazia com que buscassem, por todos os meios, a evasão nas Companhias. De certa forma essa evasão era um tipo de motim dentro da economia moral do recrutamento.

Nos apropriando de uma reflexão nada hermética de James C. Scott dentro do conceito específico no contexto histórico-social de economia moral mais específica que estudar os camponeses asiáticos, elabora uma economia moral com um sentido mais amplo, que leva em conta a ética de subsistência e um senso de justiça que permeia as relações recíprocas na comunidade camponesa. Que segundo Schenato (2010) reinterpreta que o conhecimento profundo da economia moral local permite que os camponeses criem habilmente estratégias de resistência que são testadas no cotidiano das relações de poder em que estão envolvidos.

13 Regido em Portugal **e e**xpedido pelo Alvará de 26 de Abril de 1800. É oportuno destacar que o controle do comportamento individual, além das regras e dos castigos ou faltas punidos pelos regimentos e artigos, as suas formas de punição tiveram mudanças só a partir de 1855 pelo Decreto 1.517, de 4 de janeiro.

Com base nesses preceitos regulamentares que podemos nortear o conceito de economia moral, formulado por Edward Palmer Thompson (1998, p.150- 202), para além da reação evidente ao infortúnio gerado pelas punições corporais, *buscamos apresentar uma abordagem,* entendendo as resistências cotidianas a partir das *experiências dos indivíduos no ambiente do trabalho, tendo os como agentes históricos, invocando de forma selecionada os* costumes e tradições para legitimar suas práticas racionalmente *levando suas expectativas em* consideração no estabelecimento das suas estratégias de vida não só nas Companhias, mas também no interior dos navios de guerra, como um tipo de "economia moral"[15].

Dado a certo espaço, os Marinheiros antes e depois de formado nas Companhias mostrava certa "visualização de diferenças de origem ou etnicidade como elementos desagregadores intransponíveis para apreensão desses trabalhadores enquanto grupo ou categoria" (Cerruti, 1998, p.175). Os tipos de instrução ou ensino que eram passados para eles enquanto Aprendiz não surtia muito efeito a bordo dos navios ou em portos enquanto o navio atracado, geravam celeumas entre eles. Por isso que de uma forma ou de outra culturalmente os aprendizes e marujos eram marcados por estigmas culturais num paradigma social onde ensinar, civilizar e erradicar para servir era melhor forma de mantê-los sob o controle do Estado.

15 Thompson (1998, p.203-266) responde as críticas ao seu ensaio, indicando que a aplicação do conceito de economia moral não se deve retirar do contexto da análise os "valores" ou as "atitudes morais".

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Edna Fernades. **Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para Marinha de Guerra Imperial (1822-1870).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. História Social e Território. 2011.

BARREIRO, José Carlos. Marinheiros, portos e sociabilidade: o Brasil e a escenção do Atlântico Sul (1780-1850). In: **VIII Congresso Internacional da Brasa**, 2007, New Orleans. Preceedings of the Brazilian Studies Association (BRASA): Eighth Conference, Nashville: Vanderbilt Universit, 2007, v.1. p. 1-16.

_____. A Formação da Força de Trabalho Marítima no Brasil:Cultura e Cotidiano, Tradição e Resistência (1808-1850). **In: Tempos**, 2008. p.189-209.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Projeto História.** São Paulo. 12, ou. 1995, p.124.

CAMINHA, Hendrick Marques. Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império. In**.: Marinha do Brasil**. **História naval brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 2002, 3v Serviço de Documentação da Marinha, 1986.

CASTRO, Pierre Paulo Castro. **Disciplina da Armada Imperial a partir da "Corveta" Trajano: as diferentes punições aplicadas aos subordinados entre 1873 e 1879**. Dissertação de Mestrado em História, UNIRIO, RJ, 2013.

CERRUTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: Revel, Jaques (org.) **Jogos de Escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na côrte.** Companhia das letras, São paulo, 1990.

_____. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FILHO, Mário M. **Cisnes Negros: uma história da revolta da chibata**. Ed. moderna, São Paulo, 2000.

FRIZOT, Michel. Os continentes Primitivos da Fotografia, IN: Turazzi, Maria Inêz (org.) Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 27 – Fotografia, 1997, p.36-45.

SCHENATO, V.C**. Para além das fronteiras: as construções identitárias nas relações com os"outros". Um estudo de caso das relações entre colonos e assentados no Oeste paranaense.** PPGCS / UFCG (Dissertação de Mestrado) Campina Grande, 2010.

THOMPSON. E. P. A .**Miséria da Teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser.** SP, São Paulo. Ed. Monsanto, 1987.

_____. **A Miséria da Teoria**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. Prefácio. In: _____. **A Formação da Classe Operária Inglesa.** Tradução Denise Bottman. V. 1. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**.1ª ed. Campinas: Unicamp, 2001.

_____.**Os românticos: Inglaterra na era revolucionária**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

A fonte como objeto: Um estudo sobre os discursos e as categorizações do Almanaque do Globo (1917-1933)

SILVA, André Rodrigues da[1]
ARRIADA, Eduardo[2]

Resumo: Busca-se compreender como a produção do impresso almanaque contribuiu para o processo de modernização ao local onde ele foi produzido, principalmente através das relações que ali são constituídas, assim como na produção de outros almanaques, em especial, o *Almanaque do Globo*. Produzido em 1916 para o ano de 1917, o primeiro grande empreendimento da Livraria do Globo estabelece um marco frente aos próximos empreendimentos da Livraria. Os discursos e as categorizações se constituem a partir das relações que permeiam na sociedade no dado momento em que o impresso é produzido, logo, como questões norteadoras, levantam-se os seguintes questionamentos: O que são e como se constituem as principais categorias e seções dos Almanaques do Rio Grande do Sul (final do século XIX e primeira metade do século XX) e como o Almanaque do Globo se estabelece, ao mesmo tempo, como um objeto de estudo e fonte de pesquisa.
Palavras-chave: Almanaques do Rio Grande do Sul; História da Educação; Mercado Editorial; Impressos; Almanaque do Globo.

Introdução

Em um universo editorial onde a produção versa diversas seções, a produção de almanaques acompanhou um crescimento ao longo dos anos, não só editorial, mas também social, político e literário; que possibilitaram a composição do seu documento e que serve tanto como objeto de estudo como fonte de pesquisa. Compreende-se o uso do almanaque dentro dos processos de modernização do impresso, como um documento histórico provido de informações do seu tempo presente.

O processo de modernização do tempo mostra o quão importante é a construção historiográfica, os seus suportes de pesquisa, suas análises e os sujeitos que produzem e constituem esse progresso de sociabilidade. Dentre

[1] Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: andresilva537@gmail.com
[2] Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: earriada@hotmail.com

tantos mecanismos utilizados para a propagação de cultura e identidade de um espaço, os impressos consistem em um emaranhado de significados, de representações e de aproximações entre as relações dos sujeitos na sociedade e a apropriação de tudo aquilo que os representam.

Diante destes processos de modernização, sobretudo acompanhado dos processos de urbanização, industrialização e política no estado do Rio Grande do Sul entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, editores, diretores, utilizaram os impressos para impulsionar discursos e categorias, transformando-os em porta-vozes de um tempo vivo, repleto de cultura e problematizações dos seus pares. Com isso, se propagou a criação plural e polarizada como os impressos almanaques, em especial, o Almanaque do Globo (1917-1933).

O impresso almanaque como suporte cultural

A priori, o almanaque se mostra uma porta para um apanhado de questões da vida. Portadores de informações sobre os sujeitos do mundo, as vivências das pessoas e as características que moldam a existência daqueles que compartilham da vida. Comumente, o almanaque passa a fazer parte desse partilhar e, como qualquer editor, o almanaque também precisa do seu colaborador.

> O almanaque, na sua forma simples, mais popular, se apresenta como um pequeno calendário ilustrado com imagens, figuras e signos. Mais que informar, ambiciona que o leitor penetre num universo diferenciado e denso para o qual, quanto mais tempo dedicamos, mais se nos oferece à análise. A palavra calendarium vem de calendae, o primeiro dos meses romanos, data do pagamento dos tributos ao Estado. (PARK, 1999, p. 42)

O processo de modernização no impresso fez com que a proliferação de conteúdo fizesse com que pudesse ser expandido cada vez mais o acesso à informação pelo e para o povo. Assim como nos remete Park (2010), o processo do impresso no mundo se constituiu a partir de peculiaridades e singularidades

que, ao longo do tempo foram possibilitando, através dos sujeitos transformadores de cultura na sociedade, o surgimento de impressos mais elaborados e completos para o seu tempo. Neste caso singular, entra em circulação um impresso não tão único assim, mas cheio de pluralidades como é o caso dos almanaques.

Entre o final do século XIX e início do século XX, os periódicos começam a possuir um novo caráter e uma nova forma de dialogar com o seu público. Não unicamente retido aos jornais, os Almanaques auxiliam ao cotidiano do próprio leitor, mostrando variações nas suas seções, amostragem histórica e crítica sobre questões diversas, assim como assuntos de utilidade pública.

> O critério de seções impermeáveis é fatal numa casa editora, porque quase tudo quanto se faz ou se resolve numa seção vai refletir-se nos trabalhos das outras. Quanto melhor for o entendimento entre os empregados da editora a respeito da tarefa dos outros, tanto maior cooperação haverá e menores serão os erros. (UNWIN, 1952, p. 232)

Segundo Darnton (1990), na obra *O Beijo de Lamourette*, os periódicos constituíam, em suas produções, principalmente naquilo que se compreende na contextualização histórica francesa, entre os séculos XVII e XVIII, traços de um manifesto popular para a fundamentação de suas seções. Porém, Darnton ressalta que os periódicos “representam uma popularização da cultura das classes superiores, e não a própria cultura popular, porque eram escritos para o povo, e não pelo povo” (2010, p. 215) problematizando que a produção desses escritos claramente evidenciava, desde o Antigo Regime Francês, uma elitização das classes superiores e não uma popularização que fosse representada, necessariamente, para com o manifesto artístico popular.

De acordo com Arriada e Tambara (2014), em colaboração ao Almanaque do Bicentenário de Pelotas, a modernidade, ao mesmo tempo que tardia, manifesta uma série de tensões que são transmitidas na forma de ambiguidades e contradições, contribuindo para a construção do editor perante a sua produção massiva em sintonia com os acontecimentos históricos.

> Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê. É óbvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século xx não eram as mesmas utilizadas pela militância operária, o que conduz a outro aspecto do problema: as funções sociais desses impressos. (LUCA, 2005, p. 132)

Acumulando ensinamentos históricos e aprendizados obtidos através das correntes sociais e culturais que fundamentam o elo entre uma livraria e o seu leitor, o Almanaque do Globo, juntamente aos seus homens de letra, puderam conversar, dialogar além de seus pares, proporcionando uma ligação cada vez mais forte e progressiva rumo ao progresso do almanaque como um material que cidadãos instigados por cultura da leitura[3] e, consequentemente, estabelecendo um novo processo de educação não escolar.

O Almanaque do Globo e as práticas da modernização de uma escrita

Em meio a um processo importante que o estado do Rio Grande passava em plena segunda metade do século XIX, principalmente no contexto político, os periódicos produzidos procuraram dialogar juntamente aos planos do Partido Republicano Rio-Grandense, sobretudo de expansão de sua política no estado. Muitos destes periódicos, inicialmente os jornais, eram acompanhados da nomenclatura de órgão do partido republicano, a exemplo do jornal *A Federação* e o *Diário Popular,* de Pelotas, fazendo com que se propagasse pelo estado a nova política de governo rio-grandense.

Em contrapartida, mas não tão distante, as produções de outros produtos textuais auxiliaram não tão somente ao processo político, mas sim,

[3] Com o intuito de compor suas produções e de levar a literatura para o público em geral, a Livraria do Globo, além de traduzir diversas obras, também lançou muitos autores que, posteriormente, foram compondo a seção de Literatura do Almanaque do Globo, revelando escritores rio-grandenses como Alceu Wamosy, Mario Quintana, Cyro Martins, Ovídio Alves, Sérgio Gouveia, Moysés Vellinho, Ernani Fornari, Alcides Maia, Athos Damasceno, Augusto Meyer e Dâmaso Rocha.

literário, como proposta de levar, principalmente ao público mais marginalizado, uma cultura erudita que saísse dos principais campos de lazer.

Diante dos processos de modernização do circuito cultural e editorial no Rio Grande do Sul, Laudelino Pinheiro de Barcellos e Saturnino Pinto, antes de criarem a Livraria do Globo, na rua da Praia, na cidade de Porto Alegre, no ano de 1883, iniciaram seus pensamentos empreendedores no comércio hoteleiro. Comércio este que não prosperou, pois, sob inspiração da já conhecida livraria Gundlach, Barbosa Lessa conta.

> Mas o que realmente o fez parar, já com a imaginação ligada, foi o largo salão da livraria Gundlach. Ponto de encontro, nos sábados à tarde, dos figurões políticos da província e dos intelectuais remanescentes da Sociedade Parthenon Literária. Ponto de convergência: Visconde de Pelotas, conselheiro Henrique Francisco de Avila, gente desse naipe. Ponto de ligação de Porto Alegre com o mundo, através dos anuários Almanaque Bertrand e Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro e dos periódicos L'Illustration, Le Petit Journal, Le Figaro e Le Monde. (LESSA, 1983, p.5)

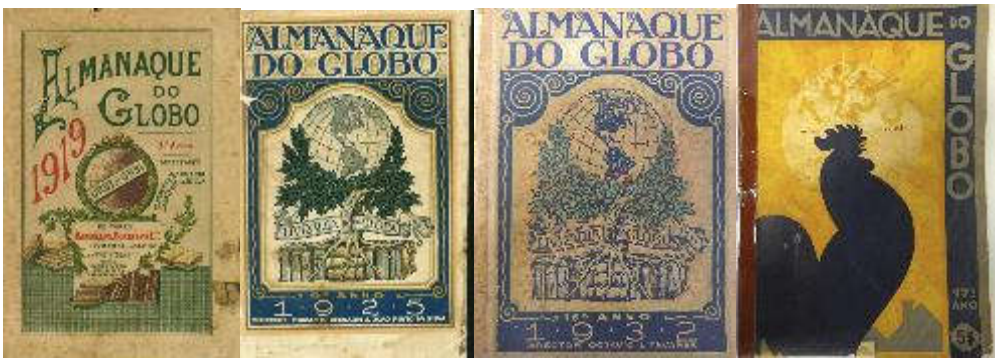
Diante disso, Laudelino "grita mentalmente: Achei! Meu negócio vai ser uma livraria! Urbi et orbi! Da cidade para o mundo! De Porto Alegre para o Globo" (LESSA, 1983, p.5). Iniciaria, com quase nenhum suporte financeiro, a Livraria do Globo. "O capital de ambos mal chegava a 10 contos de réis, mas Laudelino confiava no futuro" (pg. 5, 1983). A alternativa das primeiras Livrarias seria a de funcionar como um empreendimento que compreendesse a venda de uma enormidade de coisas, como papéis, folhas, cadernos e até mesmo produtos para manutenção residencial.

> Enquanto houver crianças no mundo, vai haver escolas pedindo papel, lápis, pena, caneta, lousa, giz, borracha, tinta, tinteiro e mataborrão. Enquanto houver namorados, eles vão precisar de envelopes para as suas cartas de amor. Nem todo mundo compra jóias no Masson, ou confeitos no Schramm, mas todas as lojas precisam de papelarias. Tu já tentaste fazer um pacote sem papel? (LESSA, 1983, p. 5)

Por mais que o capital fosse baixo, o mercado editorial e impresso do Rio Grande do Sul já estaria levemente impulsionado por já existirem, no estado, casas tipográficas que editavam e até mesmo já possuíam produções próprias.

Com esta modernização e expansão do mercado impresso no estado, a Livraria do Globo tratou de lançar o Almanaque do Globo, primeiro grande empreendimento da Livraria, passando por uma mudança gráfica em quatro oportunidades.

Figura 1 - Mudança no design de capas do Almanaque do Globo



O Almanaque do Globo surgiu, em 1917, para continuar a extensa história dos almanaques no país, contemplando cada vez mais a compreensão que se possa ter, e almejar, de acordo com o que se procura absorver os estudos sobre os mais diversos dispositivos que compreendem o âmbito sobre a História da Educação. Em meados de 1916, através da Livraria do Globo, Mansueto Bernardi[4] e João Pinto da Silva[5] deram seguimento aos trabalhos iniciados por Laudelino Barcellos e Saturnino Pinto.

[4] Mansueto Bernardi (1888 - 1966) foi um Italiano que, mais do que ter sido diretor da Livraria do Globo (1918 - 1931), foi também um grandioso literário, educador, militante, líder comunitário, administrador e político. Residiu em Porto Alegre até meados de 1930 quando, após sua participação na Revolução de 1930 como chefe de comunicação, transferiu-se para o Rio de Janeiro, a convite de Getúlio Vargas, e se tornou diretor da casa da moeda (1931 - 1938). Acabou falecendo na cidade de Veranópolis, no Rio Grande do Sul.

[5] Jaguarense de nascença, porto-alegrense de coração. João Pinto da Silva (1889 - 1950) foi um grande literário, poeta, jornalista e fez parte da direção da Livraria do Globo, exclusivamente da seção editorial do Almanaque do Globo. Foi também funcionário do Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas, a partir de 1930.

A Livraria do Globo, como editora, fortaleceria a cultura industrial e acabaria se tornando uma grande difusora de projetos artísticos e literários, devido à grande diversidade de produtos que a Livraria possuía. A construção da Livraria do Globo não se daria tão somente ao potencial crescimento de seus dois incentivadores, mas sim, de uma construção coletiva de diversos nomes que trabalharam, ao longo dos anos, para o crescimento desta que viria a ser uma das maiores e principais livrarias do país.

A produção do Almanaque do Globo teria uma folha mais econômica e as suas primeiras edições custavam 1$500, sendo que algumas produções, traduções da livraria, custavam por volta de 5$000 a 8$000. Ao final de cada Almanaque do Globo (1917-1933), produzida e distribuída pela Editora Globo, através da Livraria do Globo, de Porto Alegre, o leitor pode acompanhar o expediente que apresentava, dentre especificações sobre a nova e posterior obra a ser lançada pela Editora, convites para que estes próprios leitores enviassem fotos históricas sobre determinado assunto, assim como o comunicado à participação em concursos de charadistas[6].

> Solicitamos aos possuidores de documentos históricos o obsequio de envial-os ao Almanaque, em original, que lhes será devolvido, ou por copia. Salvaremos, assim, do olvido alguns interessantes episodios da nossa história e forneceremos, patrioticamente, subsidios para o estudo da nossa evolução e da vida dos nossos heroes. Conhecidos os nossos intuitos, acreditamos que este pedido não morrerá sem éco (ALMANAQUE DO GLOBO, 1917, p. 376)

Com notoriedade, o Almanaque do Globo passa a transmitir, não somente os guias do contribuinte, ritos religiosos, além do conteúdo literário, mas a partir da edição de 1919, o Almanaque do Globo começa a repercutir no estado tendo em vista seções especializadas em contar a história do Rio Grande do Sul,

[6] A partir de 1920, uma filial da Livraria do Globo é inaugurada na cidade de Pelotas onde, até aquele momento, já possui importantes casas editoriais, como a Livraria Universal Echenique, Livraria Meira, e a Guarany.

com fatos e fotos dos principais responsáveis pela construção do Estado, além de crônicas, crítica literária e memória.

Ao todo, as 17 edições do Almanaque do Globo contabilizam 5.471 e as suas principais categorias, são: Seção Literária, anunciantes, seção Religiosa, informações úteis, guias para o campo e política. Com isso, se percebe uma extensão das principais características que acompanham os almanaques rio-grandenses do século XIX.

Estas mudanças começam a se caracterizar, junto ao processo de industrialização da cultura e a produção de conteúdo, como negócio de venda e ofertando procura no estado para o consumo. Um contraponto, de certa forma, aos processos de alienação "cultural", onde se percebe que, assim como fora citado anteriormente, os almanaques destinam o seu conteúdo através da construção não tão somente pelos diretores desses almanaques, mas, sem dúvida, com a contribuição de escritores e do público não só da capital, mas essencialmente do interior do estado do Rio Grande do Sul.

As representações e expressões através das linguagens que se manifestam a partir dos projetos e diálogos da Livraria do Globo com seu público, utilizando aqui uma passagem da Pesavento, mostram que "as relações que se estabelecem entre o discurso e o real - ou da representação com o seu referente – vemos que elas podem se dar por aproximação com as figuras da literatura" (2004, p. 71).

A leitura de um impresso torna a cultura popular letrada, mas isso não justifica que a sua cultura popular não seja virtuosa. A linguagem propagada dentro da sua gênese se transfere para os campos da linguagem em um modo geral, arrolar com que a literatura, principalmente a seção destinada a este segmento no Almanaque do Globo, pudesse protagonizar com que este leitor não erudito, que não tivesse na sua ambição diária do seu contexto social o hábito de

ler, pudesse então alcançar este conceito essencialmente cultural e pertencente sim, ao seu meio.

Considerações finais

Procurou-se, na produção do Almanaque do Globo, um meio de levar ao leitor um material que obtivesse sucesso em todos os meios sociais. Com o tempo, a parte literária pôde ser analisada como gradativa no seu acréscimo de autores, colaboradores, e críticas literárias, sobretudo em relação das edições de 1917 e 1919, além de crônicas históricas sobre a história do Estado.

Um impresso é um documento que possui uma enormidade de discursos que, por mais que haja uma padronização na sua produção, fazendo cada órgão responsável possuir a sua singularidade, a sua composição depende unicamente da propagação dos discursos na sociedade. São estes discursos, dentro de um determinado grupo social que irão potencializar a sua proliferação para outras correntes da cultura, fazendo que a linguagem se desenvolva e seja apropriada por todo e qualquer leitor.

Estes discursos estabelecem uma categorização a ser estudada dentre tantas potencialidades de pesquisa, sobretudo, quando o objeto se torna fonte, e vice-versa. A relação entre as diversas formas de se estudar um documento é marcada pela construção que o leitor desenvolve a partir delas e, com o passar do tempo, outros estilos de leitura e apropriação vão se tornando cada vez mais claros.

Sabe-se que a história do impresso, e aqui situada no contexto rio-grandense, possui como principais categorias a política, literatura mas existem uma gama de contextos que poderiam ser abordados: Serviços gerais, protagonismo da mulher, violência doméstica, anúncios, fotografias dentre tantos outros.

Tendo na sua formação editorial dois importantes indivíduos como Mansueto Bernardi e João Pinto da Silva que contribuíram, respectivamente, para a história política e literária do estado do Rio Grande do Sul, o Almanaque do Globo proporcionou a abertura de um pensamento amplo no âmbito da editoração, direção e cultura dentro da própria livraria do Globo.

Com o lançamento deste almanaque, por mais que a Livraria já editasse livros no ano de lançamento do anuário, em 1917, gradativamente a produção editorial da Livraria cresceu e muito desse crescimento se deve a década de 30 com o trabalho de Henrique Bertaso e Érico Veríssimo frente de coleções de baixo ou alto custo e também na produção da Revista do Globo[7].

No que tange a relação deste impresso e suas práticas não escolares, sob o olhar da História Cultural, Chartier no livro *A História ou a Leitura do Tempo* relata que a cultura popular e a cultura letrada "mobilizaram apaixonadamente a história cultural" (2010, p. 45). Nesse sentido, a história cultural ajuda ao leitor a enxergar um documento como algo que completa a si diante da relação estabelecida com o editor e é nesse sentido que o Almanaque do Globo busca provocar em seus leitores uma renovação e intuito pelo aprendizado longe da materialidade escolar, pautado principalmente na formação literária e da leitura no contexto social.

[7] A Revista do Globo, assim como a Livraria do Globo, está ligada a Porto Alegre e a todo o Estado. Circulou de 5 de janeiro de 1929 até 17 de fevereiro de 1967, contando 941 fascículos e dois números especiais: um sobre a Revolução de 30 e outro sobra a grande enchente de 1941, totalizando 943 fascículos. Geralmente com 80 ou 90 páginas, destinava-se ao público em geral, até mesmo às crianças; texto e imagem dividiam espaço, mas sempre com muita informação. Chegando aos sábados aos lares rio-grandenses, invariavelmente a cada quinze dias (de 10/01/31 a 28/02/31 foi semanal), durante 37 anos e dois meses, o periódico tornou-se importante veículo de cultura de massa, que divulgava, entre outros assuntos, a literatura e a arte em geral, ao lado de acontecimentos sociais e políticos, moda, humor, cinema e esportes.
Fonte: DELFOS/PUC-RS.
Acessado em: 20/07/18 às 18:50. Link disponível em: http://www.pucrs.br/delfos/?p=globo)

Referências:

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar. Uma história editorial: tipografias, editoras e livrarias de Pelotas. In: RUBIRA, Luís (Org.). **Almanaque do Bicentenário de Pelotas: V. 2: Arte e Cultura**. Santa Maria/RS: PRÓ-CULTURA-RS. Gráfica e Editora Pallotti, 2014.

BERNARDI, Mansueto; SILVA, João Pinto da. **Almanaque do Globo**. Ano I - Ano VI. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Livraria do Globo, 1917-1922 (Acervo do Centro de Documentação UFPel/CEIHE).

_____. **Almanaque do Globo**. Ano VII - Ano XVII. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Livraria do Globo, 1923-1933. (Biblioteca Central Irmão José Otão - Acervo Julio Petersen - PUC/RS).

BERTASO, José Otávio. **A Globo da Rua da Praia**. São Paulo. Globo, 1993.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DELFOS/PUC-RS. **Espaço de documentação e Memória Cultural**. Acessado em: 05/03/18 às 18:50. Link disponível em: http://www.pucrs.br/delfos/?p=globo).

LESSA, Barbosa. **Livraria do Globo. Relatório da Diretoria. 100 anos: 1883 - 1983**. Porto Alegre, Globo, 1983.

LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

PARK, Margareth B. **Histórias e leituras de almanaques no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História Cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

TORRESINI, Elizabeth. **Editora Globo: Uma aventura editorial nos anos 30 e 40**. Porto Alegre/São Paulo: Editora da UFRGS/EDUSP, 1999.

VERÍSSIMO, Érico. **Um certo Henrique Bertaso: Um Pequeno Retrato em que o Pintor Também Aparece**. Porto Alegre: Globo, 1973.

UNWIN, Stanley. **A Verdade acerca da Vida Editorial**. 6°ed. Livraria Civilização, Editora Porto, 1952.

A obra de Cotrim sendo analisada em uma coleção de livros didáticos para o ensino médio

Anelise Domingues da Silva [1]

Com a promulgação da lei 10.639 em 09 de janeiro de 2003 que tornou obrigatório o ensino sobre História da África e Cultura Afro-Brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, esperava-se que os livros didáticos dessem mais ênfase a essa temática. Resultado, também, do movimento social negro brasileiro, o qual reivindicava, dentre outros, a reavaliação da história do negro ensinada nas escolas, e maior valorização da cultura negra, em contraposição ao racismo, a criação e promulgação da Lei 10.639/03 enfatiza a História e Cultura africana valorizando-a e destacando-a. Porém, percebe-se que a apresentação da História da África nos livros escolares (os aqui pesquisados) ainda está em processo de consolidação. Segundo Anderson Oliva (2007), pelo menos até a década de 1990 houve um certo silêncio sobre a História da África nos manuais escolares. Por isso, questiona-se sobre o real impacto desta lei na produção dos livros didáticos para o ensino de história. Analisar o livro didático e suas dimensões são tarefas necessárias para a pesquisa acadêmica. Compreender que ele não pode ser considerado somente como fonte de pesquisa, descolado do seu contexto de produção garante a relevância da pesquisa.

Choppin (2004) destaca a pesquisa com o livro didático em duas "grandes categorias". A primeira o vê apenas como um "documento histórico" e, nessa categoria, segundo o autor, "a história que o pesquisador escreve não é, na verdade, a dos livros didáticos: é a história de um tema [...] de um personagem, [...] de como a literatura escolar foi apresentada por meio de uma mídia particular". E a segunda categoria o vê como um "objeto físico", nessa categoria, o historiador

[1] Universidade Federal de Pelotas; Mestre em História; ane.domingues@yahoo.com.br

olha diretamente para os livros didáticos, analisando-os no contexto do "ambiente em que foram concebidos, produzidos, distribuídos, utilizados e 'recebido" (CHOPPIN, 2004, p.554). Para Choppin (2004), em uma pesquisa histórica, geralmente as duas categorias estão presentes.

O livro didático como fonte de pesquisa apresenta significativa contribuição para os estudos acadêmicos, contudo, trata-se de um objeto de difícil acesso. Ao contrário do que possa se fazer crer, os livros didáticos não são facilmente encontrados em bibliotecas escolares ou em acervos específicos.

O difícil acesso a esses manuais escolares requer do pesquisador paciência e perseverança, pois encontrá-los é tarefa árdua. Os livros são utilizados pela escola por algum tempo e depois são descartados, doados para os alunos, destinados à reciclagem ou, algumas vezes, até jogados no lixo. Enfim, são livros que precisam sair da biblioteca da escola e, por isso, ganham diferentes fins. Nesse sentido, a ausência de acervos específicos destinados a preservar essas obras, também dificulta o acesso aos mesmos. Para Choppin (2002), os livros didáticos são vítimas de seu sucesso: "o desenvolvimento da instrução popular, a instauração do princípio da obrigatoriedade escolar (...), a democratização do ensino e a extensão da escolarização, levaram a uma produção editorial cada vez mais massiva" (p.7). A produção em ampla escala contribuiu, assim, para tornar os livros escolares pouco valorizados, e "ameaçados de desaparecimento físico" (CHOPPIN, 2002, p.8).

Circe Bittencourt considera que os livros didáticos são "muitas vezes considerados os culpados pelas mazelas do ensino de História", já que um dos mais graves problemas é "a forma pela qual apresenta os conteúdos históricos, considerando que o conhecimento produzido pelo livro didático é categórico, característica perceptível pelo discurso unitário e simplificado que produz, sem possibilidade de ser contestado". Ainda ressalta que o conhecimento apresentado no livro didático é alvo de críticas "porque resulta em um texto impositivo que

impede uma reflexão de caráter contestatório" (Bittencourt, 2009, p. 300 - 301). Contudo, cabe ressaltar, que o "livro didático, no entanto, continua sendo o material didático referencial de professores, pais e alunos". (Bittencourt, 2013, p.71).

Para auxiliar na compreensão deste objeto de estudo, Bittencourt aponta quatro pontos que facilitam a definição e a caracterização do mesmo. O livro didático é antes de tudo, uma "mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado" (BITTENCOURT, 2013, p. 71). Ele é um "instrumento pedagógico", pois auxilia o professor na metodologia de ensino. Trazendo consigo "exercícios, questionários, sugestões de trabalho", possibilitando ao professor trabalhar maneiras diferentes de abordar e fixar o conteúdo estudo (BITTENCOURT, 2009, p. 72). O livro didático é também um "depositário dos conteúdos escolares", pois é o meio pelo qual são conhecidos as normas e os ritos de uma sociedade em determinado tempo; é também um "suporte básico" de apresentação dos conteúdos curriculares. O livro didático, portanto, "realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo de explicitação curricular" (Ibidem, p. 72). Por fim, ele é um "importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura", pois "várias pesquisas demonstram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes" (Ibidem, p.72).

Diante dessas considerações, compreende-se que estudar o livro didático é uma tarefa complexa, que envolve a busca às fontes e sua análise aprofundada, pois requer a observação de todos os componentes que o constituem. Dentre as etapas, estão a de observar o período político em que o livro foi escrito, observar os programas nacionais que o influenciaram, seu contexto de produção, distribuição e circulação.

A História da África na edição de 2005 é apresentada como "História Integrada", pois dos 57 capítulos, vinte e três mencionam África quando refletem sobre o mercantilismo europeu, a colonização e descolonização, a expansão marítima, as colônias portuguesas e o desenvolvimento da economia brasileira. Nessa edição de 2005 há um capítulo sobre a cultura egípcia, o qual oculta a africanidade, pois em nenhuma página há menção à negritude dos egípcios, nem tão pouco, há menção à História da África como parte do império egípcio. A única menção à África é a localização do Egito no "nordeste da África", indicado na primeira página do capítulo, o qual é contemplado na unidade sobre Antiguidade Oriental.

A História da África na edição de 2010, primeiro volume, é apresentada como "História Integrada", mas não só, pois dos vinte e um capítulos que há na edição, seis capítulos mencionam a África como uma história integrada a outros conteúdos, e um capítulo é dedicado a apresentar especialmente os povos africanos, o qual apresenta a sociedade e cultura dos povos da África Subsaariana.

A História da África na edição de 2013, primeiro volume, é integrada a outros conteúdos, pois dos vinte e dois capítulos desse volume, há cinco que apresentam a África, relacionando-a às origens humanas, as expedições europeias, ao mercantilismo, dentre outros temas, mas também há um capítulo que trata dos "Egípcios e Reino de Cuxe" e um segundo capítulo que dedica-se a apresentar a alguns reinos da sociedade africana e a África Subsaariana. Assim, nessa edição, já no sumário, há o destaque para o Egito como parte integrante do continente africano, diferente do que se observa na 8ªed./2005. Quanto ao Reino de Cuxe, o livro destaca a importância do rio Nilo na civilização e sua relação com o Egito.

Lembrar da história desse continente sem mencionar a luta dos povos colonizados em contrapartida com os europeus, é negar sua história; ou não

mencionar a influência e a contribuição que os africanos tiveram na "construção" da região que hoje chamamos Brasil, é esquecer ou omitir a influência que este continente teve em outras culturas e tradições, enfim, dentre outros aspectos, não relacionar a "interferência ou influência" do africano na sociedade humana, é ignorar a História da África. Porém, "lembrar ou contar" a História da África somente de um viés de outras culturas é também dizer que a África não tem sua própria história e sim, a história de outras culturas. Relatar suas sociedades, tradições, culturas e costumes africanos é valorizar e não esquecer que o continente africano não é (e nunca foi) um continente estático. "A África tem uma história" e ignorá-la ou silenciá-la não anulará sua importância à existência humana. A "África foi o cenário principal da emergência do homem como espécie soberana na terra, [...] as descobertas feitas até aqui já classificam este continente como um dos grandes, senão o principal berço do fenômeno de hominização" (J. Ki-Zerbo, 2010, p. 833-834).

Referências

Fontes

Livros didáticos

COTRIM, Gilberto Vieira. História Global – Brasil e Geral, 8ªed. São Paulo: Saraiva, 2005. v: único. PNLD/EM 2008-2011.

COTRIM, Gilberto Vieira. História Global – Brasil e Geral, 1ªed. São Paulo: Saraiva, 2010. 3v. PNLD/EM 2012-2014.

COTRIM, Gilberto Vieira. História Global – Brasil e Geral, 2ªed. São Paulo: Saraiva, 2013. 3v. PNLD/EM 2015-2017.

Documentos oficiais

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. CONSELHO

NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO/DF Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004, p. 01-35.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas a serem incluídas no catálogo do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio – PNLD/EM-2007. Brasília, 2005. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/editais_licitacoes/edital_pnlem_2007.pdf Acesso em: 08 mar 2018.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático PNLD/EM 2012 – Ensino Médio. Brasília, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Lisiane/Downloads/edital_pnld_2012_consolidado%20(1).pdf Acesso em: 08 mar 2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro didático PNLD/EM 2015 – Ensino Médio. Brasília, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Lisiane/Downloads/edital_pnld_2015_ensino_medio_03_07_2013.pdf Acesso em: 08 mar 2018

CATÁLOGO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO PARA O ENSINO MÉDIO: PNLD/EM 2008: História. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/4645-guia-pnlem-2008 Acesso em: 11 set 2017.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD/EM 2012: História. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/2988-guia-pnld-2012-ensino-m%C3%A9dio Acesso em: 11 set 2017.

GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS: PNLD/EM 2015: História. Brasília: Ministério da Educação, 2014. Disponível em: http://www.fnde.gov.br/programas/programas-

do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015 Acesso em: 11set 2017.

LEI nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Anexo A do Plano Nacional, p. 75-76.

Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetizada, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SECADI. 2013, p.01-104. ISBN 978-85-7994-079-8.

Bibliografia

BATISTA, Antônio Augusto Gomes, (2009). O Conceito de “Livros Didáticos”. In: BATISTA, Antônio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O.. Livros Escolares de Leitura no Brasil: elementos para uma história. Campinas/SP: Mercado das Letras.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2009, 3ed., p. 300-345.

_____ (org). O Saber Histórico na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 2013, 12 ed., p. 69-90.

BRUNSCHWING, Henri, 1904-1989. A partilha da África Negra / Henri Brunschwing; [tradução Joel J. da Silva]. - São Paulo: Perspectiva, 2006. - (Coleção Khronos; 6/dirigida por J. Guinsburg).

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na Educação Nacional. São Paulo: Editora Unesp, 2013. p. 51-166.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel/Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil,1990.

_____. Formas e Sentido. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003, p. 7- 48.

_____. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

_____. A mão do autor e a mente do editor. São Paulo: Editora Unesp, 2014, 1ª ed. p. 7-151.

CHOPPIN, Alain. "L'historien et le livre scolaire" O Historiador e o Livro Escolar. Especialmente escrito para a revista História da Educação. Tradução de Maria Helena Carnara Bastos. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (11):5 - 24, Abril.2002.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e Pesquisa. São Paulo, set./dez. 2004, v.30, n.3, p. 549-566.

_____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, 2009, v.13, n.27, p.9-75.

GALVÃO, Ana Maria de; BATISTA, Antônio Augusto, Gomes. O estudo dos manuais escolares e a pesquisa em história. In: BATISTA, Antônio Augusto G.; GALVÃO, Ana Maria de O.. Livros Escolares de Leitura no Brasil: elementos para uma história. Campinas/SP: Mercado das Letras, 2009, p.11-41.

KI-ZERBO, Joseph (org e editor). História Geral da África - Metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO, 2010, 2.ed. ver, v.1, introdução geral e conclusão, p. XXXI-LVII, 833 – 851.

Notas teóricas sobre uma pesquisa de campo: entendendo algumas consequências do trabalho terceirizado

Caroline Cardoso da Silva[1]

O fim do século XX é marcado por mudanças de velhos padrões que dão lugar a novas maneiras de organização social e cultural, bem como as relações entre sujeitos. Tal fato acaba refletindo tanto na subjetividade das pessoas enquanto indivíduos, quanto no coletivo de sociabilidade e nas questões objetivas, onde a lógica hegemônica procura coisificarar pessoas e relações, isto é, torná-las objetos com lógica de mercadoria.

Isso reflete nas relações de trabalho um novo conteúdo ao modo de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites. É a lógica do curto prazo, que incentiva a "permanente inovação" no campo da tecnologia, dos novos produtos financeiros e da força de trabalho, tornando obsoletos e descartáveis os homens e mulheres que trabalham (ANTUNES E DRUCK, 2015, p. 20). Esses processos localizam-se dentro da nova etapa histórica da sociedade capitalista na chamada reestruturação produtiva, termo cunhado sobretudo por sociólogos que estudam o mundo do trabalho.

A reestruturação produtiva inicia-se a partir de 1970 e trata-se basicamente da nova etapa do modo de produção capitalista que se molda à crise mundial do sistema, reinventando-se para o que chamamos de capitalismo global, globalização, ou, também, toyotismo e empresa flexível. Antunes e Druck (2015) colocarão como uma produção diretamente vinculada à demanda, com multivariedade de funções, tem como princípio o *just in time*, isto é, a produção deve ser efetivada no menor tempo possível, bem como novas e mais fluidas hierarquias no mundo produtivo, pois ela se estrutura num processo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas, diferentemente

[1] Licenciada em História pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail para contato: card.karol@hotmail.com

da relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo, entre outras características. Como taylorismo e fordismo, entende-se o padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX que fundamentou-se na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massas, sob forte despotismo e controle fabril. (GOMES et al, 2001, p. 17)

No Brasil, os 1990 foram o momento que as medidas reestruturantes acentuaram-se, sendo "um período de liberalização econômica e mudança no papel do Estado. Tratava-se [...] de romper com a chamada era Vargas." (GOMES et al, 2001, p. 49). O Estado abdicou da responsabilidade de mediar as negociações entre patrões e empregados, priorizando empregos de menor duração, com direitos e remuneração flexibilizados, em detrimento do trabalho consolidado e registrado em carteira. Foram as medidas neoliberais iniciadas pelo ex-presidente Fernando Collor de Melo e intensificadas pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A consequência dessas medidas, no mundo do trabalho, é a flexibilização das relações entre empregadores e empregados, tornando a vivência dos trabalhadores um tanto quanto complicada e precarizada. Guimarães coloca que por precarização do trabalho compreende-se o processo social constituído pela ampliação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho, onde a terceirização e subcontratação ocupa um lugar central, bem como o recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdência (GUIMARÃES apud THÉBAUD-MONY, DRUCK, 2013, p. 26).

Na perspectiva da justiça do trabalho, algumas consequências como a superexploração do trabalhador, a redução de proteção legal, a fragmentação da

classe trabalhadora e a discriminação do terceirizado em relação ao *status* do empregado diretamente contratado. E distanciar a figura jurídica do empregado da do real empregador é atacar uma das bases do direito do trabalho, uma vez que isso afasta o princípio da proteção (MAEDA, 2016, p. 128).

A principal face do trabalho flexível e precarizado é a terceirização. Terceirização consiste na flexibilização do processo produtivo, onde as "empresas eliminam setores produtivos, administrativos ou de serviços, considerados complementares às suas atividades fins e transferem sua realização para outras empresas, concentrando-se no produto principal" (LIMA, 2008, p. 17).

O Brasil seguiu a tendência de flexibilização e precarização do trabalho como forma de redução de custos e aumento de lucros das empresas. Com a inserção decidida do neoliberalismo no Brasil, o processo de terceirização começou a avançar de maneira significativa a partir de 1990 e passou a ser reconhecido legalmente em 1993. Os serviços que mais foram terceirizados no Brasil são os de limpeza, vigilância, e no último período houve um *boom* do telemarketing. Se compararmos com os trabalhadores formais ou efetivos, os trabalhadores terceirizados ganham cerca de um terço de seus salários (ASSUNÇÃO, 2013, p. 51).

Fazendo um balanço sobre a terceirização na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), local principal onde a pesquisa se realizou: dentre vários cargos, estima-se sendo o número total do quadro de funcionários terceirizados com mão de obra continuada em 805 trabalhadores; cerca de 439 são dos setores de limpeza, podendo-se dizer que o setor é basicamente feminino, pois cerca de 90% desses postos são ocupados por mulheres; o setor de limpeza concentra um grande número de mulheres, pois o trabalho de limpeza é historicamente relegado a estas, sobretudo às mulheres negras. Podemos apontar que o processo de precarização do trabalho e terceirização tem como principal alvo os grupos socialmente subordinados na sociedade como as mulheres, os negros, os

homossexuais (homens e mulheres) e os imigrantes (ASSUNÇÃO, 2013, p. 50). Ou seja, falar em precarização do trabalho é falar que grande parte das pessoas que são afetadas por isso têm um lugar social definido marcado pela desigualdade e opressão.

Algumas questões biológicas do corpo humano que afetam sobretudo as mulheres são apropriadas como discursos para assediar moralmente trabalhadoras, como a questão da gravidez e do período de recesso pós-parto. Nessa lógica de dinamização e coisificação das pessoas, as terceirizadas "recorrentemente [são] perseguidas pelas chefias para que não engravidem ou até mesmo que [façam] um aborto forçado" (ASSUNÇÃO, p. 67).

Esses discursos se dão porque supostamente uma trabalhadora grávida ou de licença maternidade acaba criando um déficit no rendimento produtivo. Isto é, além de violações trabalhistas, essas trabalhadoras passam por uma violação dos direitos pessoais e reprodutivos em nome da lucratividade. Por medo de perderem o emprego, acabam se submetendo a essas imposições. A mulher trabalhadora se vê além de oprimida pela questão de classe, também, pela questão de gênero.

O medo é algo recorrente nas sociedades contemporâneas e urbanas. Foulcault discorre sobre o desenvolvimento de uma atividade de medo e de angústia diante da cidade, o que o autor chama por medo urbano:

> "medo das oficinas e fábricas que estão se construindo [contextualizando o final do século XVIII], do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem pouco a pouco a cidade; medo dos esgotos, das caves sobre as quais são construídas as casas e que estão sempre correndo perigo de desmoronar. Tem-se assim, certo número de pânicos que atravessam a vida urbana das grandes cidades, [...] especialmente em Paris." (FOUCAULT, 1979, p. 87)

Na pesquisa realizada para fins de Trabalho de Conclusão de Curso fora pretendido realizar entrevistas de História Oral de Vida, com foco em Trajetórias de Vida, para registrar as histórias cotidianas de mulheres

trabalhadoras terceirizadas. Contudo, ao longo da pesquisa, houve dificuldade em realizar as entrevistas gravadas com todas trabalhadoras terceirizadas que tinham se proposto a conversar, e isso revelou da maneira inesperada um dos principais traços da precarização do trabalho: o medo.

Na reestruturação produtiva, há a consequência da instabilidade, precarização e flexibilização das leis trabalhistas e do mundo do trabalho com um todo. Com isso, acentua-se também o desemprego e a informalidade do trabalho, tornando o ambiente a se trabalhar hostil e imprevisível. Uma consequência disso, para o trabalhador, é o medo. Medo de ser demitido, de ser perseguido, de agir de determinadas formas, de conversar com seus colegas, etc. “O medo sempre esteve presente no ambiente laboral. A empresa sempre foi um ambiente estressor.” (CASTELHANO, 2005, p. 15.) mas nessa fase de instabilidade geral, isso se intensifica e vira algo sistêmico.

O medo e a angústia agravam o sofrimento mental. À medida que diminui a segurança no emprego, o medo abre uma porta para o sofrimento. Quem sofre é o sujeito, e sofre dentro e fora da organização. O desempregado, excluído do mercado de trabalho, tem medo de não encontrar um novo emprego, e o empregado, que está dentro da organização, sofre com o medo e com as pressões que podem virar ameaças, e até mesmo desembocar em novas demissões (CASTELHANO, 2005, p. 15).

A precarização é um processo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho. Nas empresas se expressam formas de organização pautadas na gestão pelo medo, nas práticas participativas forçadas, na imposição sutil de autoaceleração, na multifuncionalidade, dentre outros métodos voltados ao controle maximizado. São processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São, então, afetadas as demais dimensões da vida social (FRANCO, DRUCK, SELIGMANN-SILVA, 2010).

Esse aspecto fica claro no depoimento de Rosa (2018), quando questionada sobre situações que a haviam incomodado ou chateado em seu tempo de trabalho na FAEM, envolvendo pessoas da hierarquia superior: "para mim não. Não, para mim não aconteceu isso." (ROSA, 2018, p. 4). Em conversas antes da entrevista gravada, Rosa comentou sobre "'qualquer pio' que a gente [terceirizados] dá, a empresa pode demitir", sobre terem professores que "são meio chatos", nas palavras dela, em relação aos laboratórios, bem como o que é relatado por ela sobre os trabalhadores terceirizados terem uma salinha no primeiro andar do prédio da FAEM que foi retirada, onde Rosa complementa que "eles [os chefes] tão tirando tudo.

Quatro trabalhadoras terceirizadas foram contatadas para o TCC, havendo alguns fragmentos da pesquisa completa sido retirados da pesquisa de campo com estas; porém, só Rosa aceitou realizar a entrevista, embora tenha havido desentendimentos sobre a gravação. Na pesquisa de TCC, o medo se mostrou principalmente na negação das trabalhadoras na realização da entrevista com gravação.

Muito embora este trabalho tenha se proposto, de início, em ser uma pesquisa sobre trajetórias de vida de mulheres que vivem do trabalho terceirizado com o uso da metodologia de História Oral, o processo da pesquisa não ocorreu como esperado. Porém, como tudo acaba servindo de aprendizado e até o fato de não acontecer as entrevistas previstas é um fato interessante, considerando que tudo tem um porquê de ser.

Se tratando das trabalhadoras terceirizadas da UFPel, o porquê é um dado importante: o medo. Medo de sofrer perseguição pelas colegas, medo de que a entrevista chegasse aos ouvidos dos chefes, de dar entrevista para uma estranha, de não "falar direito", entre vários outros motivos plausíveis. Se tratando, então, de uma categoria de serventes da limpeza que foi remoldada a partir da lógica de reestruturação, o medo acaba se tornando algo sistêmico, porque para

sobreviver a todas dificuldades colocadas pelo sistema, é necessário o uso pontual da coerção como um meio de dominação.

Referências bibliográficas

Rosa. **Trabalhadora terceirizada**. Entrevista concedida a Caroline Cardoso da Silva. Realizada no Campus Capão do Leão – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão** - Ano XVIII - nº 34 – 2015, pg 19 – 40.

ASSUNÇÃO, Diana (Org.). **A precarização tem rosto de mulher:** a luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP. 2. ed. São Paulo: Iska, 2013.

CASTELHANO, Laura Marques. O medo do desemprego e a(s) nova(s) organizações de trabalho. **Psicologia & Sociedade,** vol. 17, núm. 1, enero-abril, 2005, pp. 14-20. Associação Brasileira de Psicologia Social Minas Gerais, Brasil.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELINMANN-SILVA, Edith. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, vol. 35, núm. 122, 2010, pp. 229-248. Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, São Paulo.

GOMES, Álvaro (Org.). **O Trabalho no Século XXI:** Considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: Anita Garinaldi, 2001.

GUIMARÃES, Bárbara Amorim. **A TERCEIRIZAÇÃO NO BRASIL:** Desmascarando a flexibilização e precarização. 2013. 79 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2013.

LIMA, Jacob Carlos. A terceirização e os trabalhadores: revisitando algumas questões. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2010, vol. 13, n. 1, pp. 17-26.

MAEDA, Patrícia. Terceirização no Brasil: histórico e perspectivas = Outsourcing in Brazil: history and perspectives. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.** Campinas, SP, n. 49, p. 127-150, jul./dez. 2016.

Competência informacional e ensino de história: um diálogo que promove aprendizado eficiente

Daiane Eslabão da Silva[1]
Thays Rodrigues Santos[2]

Resumo: O Ensino de História vem sendo repensado há vários anos, de modo a promover um aprendizado eficaz e relevante para a vida do aluno. Nesta busca pela qualidade, o professor emprega novas formas de ensinar e avaliar os estudantes, sempre objetivando o aprendizado que leve o aluno a desenvolver habilidades e competências necessárias para a sua vida. Sendo assim, tornar o aluno competente na busca da informação (letramento informacional), é uma necessidade premente na educação brasileira, uma vez que, isto, tornará o aluno capaz de construir o seu próprio saber, pois, o mesmo, estará aprendendo a aprender, estabelecendo, deste modo, uma relação de troca com o mundo. Neste artigo, apresentaremos uma proposta de atividade que envolveu a aplicação da Competência Informacional na aprendizagem de conteúdos de História.
Palavras – chave: Ensino de História. Competência Informacional. Aprendizagem

Resumen: La Enseñanza de Historia viene siendo repensada desde hace varios años, de modo a promover un aprendizaje eficaz y relevante para la vida del alumno. En esta búsqueda por la calidad, el profesor emplea nuevas formas de enseñar y evaluar a los estudiantes, siempre objetivando el aprendizaje que lleve al alumno a desarrollar habilidades y competencias necesarias para su vida. Por lo tanto, hacer que el alumno competente en la búsqueda de la información (alfin alfabetización), es una necesidad urgente en la educación brasileña, ya que, esto, hará que el alumno capaz de construir su propio saber, pues, lo mismo, estará aprendiendo a aprender, estableciendo de este modo una relación de intercambio con el mundo. En este artículo, presentaremos una propuesta de actividad que involucró la aplicación de la Competencia Informacional en el aprendizaje de contenidos de Historia.
Palabras clave: Enseñanza de Historia. Alfin Alfabetización. Aprendizaje

Introdução

Há décadas o Ensino de História vem sendo debatido e reinventado. Diversas são as novas possibilidades que nos são apresentadas para a promoção de um aprendizado eficiente. Esperamos que os alunos sejam capazes de desenvolver habilidades de analise, crítica, síntese, sem, muitas vezes, fornecer ao mesmo a possibilidade de participar desta construção do conhecimento.

[1] Mestranda do Programa de Pós Graduação em História - Mestrado Profissional em História (FURG). daiaeslabao@gmail.com
[2] Mestranda do Programa de Pós Graduação em História - Mestrado Profissional em História (FURG). thays_rodriguess@hotmail.com

Ao promover a reflexão sobre o passado, a História contribui para que os indivíduos observem as mudanças e permanências históricas, de modo que estes possam entender o que pode ser modificado na sociedade, e quais seriam os caminhos possíveis para que algumas situações se alterem. Porém, se esta escola, não se renova nem promove atividades que levem o aluno a questionar a realidade, ela contribui para a manutenção de diversos preconceitos.

> Se existem no interior de uma mesma sociedade diferentes culturas, então podemos falar de uma cultura escolar, que pode ser progressista, comprometida com o respeito e a dignidade dos diferentes seguimentos sociais que a compõem, ou, ao contrário, conservadora e responsável pela manutenção dos inúmeros preconceitos, sejam eles de classe, gênero, raça, credo e outros que a própria dinâmica social vai produzindo. (FREITAS, 2011, p.61)

Tornar os alunos competentes informacionalmente, é ajudá-los, não só a obter informações, mas também criticar e estabelecer relações entre eles. Em suma, é ensinar o aluno a “aprender a aprender”.

> Aprende-se melhor quando se é letrado informacionalmente. Os aprendizes letrados informacionalmente têm a possibilidade de ser mais críticos, autônomos e conscientes de seus deveres e direitos. Compreendem que as melhores decisões ocorrem mediante investigação séria e reflexiva, em que atuam como verdadeiros experts. (GASQUE, 2012, p. 20)

Com o rápido processo de globalização e o surgimento quase diário de novas tecnologias, o ensino de História tem a sua disposição uma enorme gama de temas e de recursos. O professor precisa revisitar, constantemente, a sua prática, pois os alunos estão cada vez mais exigentes e se desinteressam muito rapidamente quando os conteúdos são abordados de modo tradicional.

Segundo Fantinato (2014, p. 14) é necessário que os professores sejam preparados para os avanços do processo de aprendizagem. Ele deve ter uma formação adequada que possibilite mudanças significativas na qualidade da educação. Não basta apenas a qualidade técnica é preciso que os profissionais estejam também preparados para valorizar a riqueza multicultural de nossa sociedade e respeitem as diferenças existentes entre os alunos, como por exemplo as diversidades regionais e étnicas.

O Ensino de História, pode e deve se valer do auxílio da Competência Informacional para auxiliar o aluno no processo de ensino e aprendizagem.

Neste artigo apresentaremos uma atividade em que a Competência Informacional e o Ensino de História dialogaram de modo produtivo e, os alunos, buscaram informações, analisaram e utilizaram as que acreditaram sanar suas necessidades educacionais valorizando todo o conhecimento que os estudantes trazem para dentro da sala de aula.

Para a realização deste trabalho e durante a prática da atividade fizemos uso da Metodologia da Problematização. A metodologia segue as etapas do Arco de Maguerez que são: 1) observação da realidade (definição de um problema de um estudo); 2) identificação de pontos do problema; 3) teorização; 4) hipótese de solução do problema; 5) aplicação à realidade (prática transformadora). É construir o conhecimento em conjunto gerando dinamismo e aproximação entre docentes e discentes, pois o ensino é um processo que está sempre em movimento.

> O Arco tem como ponto de partida a realidade vivida, aquela parcela da realidade onde o tema que está sendo ou será trabalhado está acontecendo na vida real. Então, o ponto de partida dos estudos é a realidade e o Arco prossegue, passando pelo estudo e voltando para essa mesma realidade. (BERBEL, 1999, p.3)

É um ciclo, o problema é lançado para os estudantes e os mesmos tentam entendê-lo e buscam finalizações para o problema na forma reflexiva e dialogada. É a educação problematizadora que visa a humanização dos sujeitos, onde entendem-se como integrantes da realidade do problema e assim como sujeitos que podem resolvê-lo, humanizar os estudantes, fazer pensar e refletir sobre a sua realidade social problematizando-a, e buscar uma outra forma mais criativa para resolver a questão específica.

> É preciso, portanto, fazer desta conscientização primeiro objetivo de toda a educação. Antes de tudo provocar uma atitude crítica de reflexão que comprometa a ação. Vejam, não tem como não obter uma ação comprometida do sujeito que aprende se ele estiver neste caminho, porque é ele quem vai construindo o caminho, desafiado pelo professor,

> desafiado pelo grupo e pelo desejo de transformar a realidade. E se a ele nunca for mostrado esse caminho, o da problematização, da conscientização e da possibilidade de atuar na realidade, ele nunca vai saber mesmo. A escola tem a responsabilidade de ter uma ação coerente entre a sua teoria e a sua prática, entre seu conteúdo e o método que elege. (BERBEL, 1999, p. 23)

E para tanto, fizemos uso da Metodologia da Problematização que visa o uso de problemas contemporâneos dos alunos como método fundamental para estabelecer relações entre ensino e aprendizagem colocando-os juntos no mesmo patamar.

Iremos problematizar pontos que para nós são cruciais na construção do professor de História, e a metodologia possibilita envolver problemas ou temas como instrumentos fundamentais para o ensino.

O debate racismo e empoderamento feminino: O Ensino de História com o auxílio da Competência Informacional

Durante as aulas da disciplina Tópicos Especiais I, do curso de Mestrado Profissional em História da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a professora propôs que realizássemos uma atividade que envolvesse Ensino de História e Competência Informacional, para que tivéssemos, na prática, a dimensão do quanto esta pode auxiliar os alunos a assimilarem os conteúdos, uma vez que, estes passam a ser agentes ativos do processo.

Sobre o conceito de Competência Informacional, estamos em consonância com a especialista em Competência Informacional Elisabeth Adriana Dudziak (2003) que afirma

> que a Competência Informacional possui como característica a transdisciplinaridade e incorpora um conjunto integrado de habilidades, conhecimentos e valores pessoais e sociais, tendo ainda a característica de se constituir enquanto um processo de aprendizagem contínua que envolve informação, conhecimento e inteligência e permeia qualquer processo de criação, resolução de problemas e/ ou tomada de decisões. (DUDZIAK apud MOTA, 2006, p.121)

Nesse sentido, decidimos entrecruzar a proposta de atividade com nossos temas de pesquisa de mestrado: Educação Histórica/ Avaliação do aluno e Racismo nas mídias digitais, respectivamente, afim de propiciar maior reflexão sobre os acontecimentos negativos que as mídias podem acarretar.

Escolhemos trabalhar na Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Seguro, que está localizada no bairro Parque Marinha, na cidade do Rio Grande/RS. Nesta escola, tradicionalmente, trabalhamos interdisciplinarmente a partir de um tema gerador ao longo do ano e, em 2018, o assunto escolhido foi o Empoderamento Feminino.

Decidimos, então, utilizar o filme “Estrelas além do Tempo”, que aborda o racismo e a presença feminina nos Estados Unidos (durante o forte regime de segregação racial) enquanto o referido país estava em plena Guerra Fria com a União Soviética.

No filme, três jovens negras são recrutadas pela NASA (Agência Espacial Americana), para auxiliar na descoberta da equação matemática que levaria o homem ao espaço. Embora fossem de total importância para que o objetivo fosse atingido, estas mulheres sofreram inúmeras humilhações, mas se empoderaram ao descobrirem o algoritmo que deixou os Estados Unidos na liderança da corrida espacial.

O filme em sala de aula é uma ferramenta muito interessante quando se pensa nos argumentos de reflexão que o mesmo possibilita e quando bem pensado para qual o público e quais objetivos almejado com ele. Nossa escolha se deu por tratar de um filme que compartilha de um roteiro que favorece à reflexão sobre os assuntos principais que queríamos tratar com os educandos, o racismo e o empoderamento feminino.

A atividade recebeu o título, “Estrelas além do tempo”: como um filme que permite a discussão do racismo e empoderamento feminino pode ser auxiliado pela competência informacional voltada ao Ensino de História. Os

objetivos com relação ao Ensino de História se pautaram no aluno demonstrar através da oralidade e da escrita (apresentação de seminário e entrega de trabalho pesquisa) como construíram o seu conhecimento sobre os temas racismo e empoderamento feminino, além da maneira como percebem estes temas na sociedade atual.

> Mais do que preparar para uma dada sociedade, deve-se fornecer aos estudantes, forças e referências intelectuais que lhes permitam compreender o mundo que os rodeia e comportar-se nele como atores responsáveis e justos. Mais do que nunca a educação parece ter, como papel essencial, conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver os seus talentos e permanecerem, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino. (DELOURS apud MICHALISZYN, 2008, p.109)

A atividade teve início no dia 22 de maio, quando os alunos assistiram ao filme e, após o seu término, ocorreu uma conversa sobre o que mais lhes havia chamado a atenção. Vários questionamentos foram feitos, entre eles: De que modo o racismo foi explicitado no filme? Como aquelas mulheres reagiam a estas manifestações? Existe racismo no Brasil? De que forma é manifestado? Como as mulheres são vistas na sociedade? Mulheres negras e brancas possuem as mesmas oportunidades? Os homens devem apoiar o empoderamento feminino?

Foi percebido durante que o filme que, muitos alunos, se emocionaram com cenas e falas do filme e, quando questionados durante a conversa, informaram que já sofreram preconceito ou viram alguém ser alvo deste tipo de ação.

> A escola é muito mais do que um espaço para a reprodução de conteúdos que não questionam a concepção de mundo que eles veiculam; a escola é muito mais do que um espaço que compactua silenciosamente com falas e práticas que alimentam preconceitos, discriminações e afastamento afetivo [...]deve ser o espaço de outras propostas de ensino, de relação, enfim, de semear o respeito ao outro[...]o reconhecimento de que em todos os espaços que percorramos devemos estar educados para as relações inevitavelmente estabelecidas com pessoas de diferentes etnias, culturas e histórias. (SILVA, 2008, p. 301)

No segundo encontro, que ocorreu no dia 5 de junho, os alunos apresentaram seminários entrecruzando as temáticas do filme assistido anteriormente, com personalidades negras femininas e da atualidade que escolheram pesquisar. Entre elas foram apresentadas: a cantora brasileira IZA, a ex-primeira dama norte – americana Michelle Obama, a ex-atriz Megan Markle (que recentemente entrou para a realeza britânica), a jornalista brasileira Glória Maria e a atriz Taís Araújo. Ressaltamos que apenas um grupo não apresentou o trabalho, pois os alunos não compareceram à aula e, portanto, não foram avaliados.

Durante os debates fomos observando o quanto os assuntos que permeiam a realidade dos educandos são relevantes durante as aulas de História, e quanto eles têm a falar sobre o que pensam e refletem.

Os alunos debateram muito sobre as questões raciais na roda de conversa, ficando muitas vezes exaltados por acreditarem que o mundo não pode aceitar tamanha ignorância em pleno século XXI. Reforçaram que as mulheres negras sofrem mais, por muitas vezes morarem em áreas marginalizadas e terem menos oportunidades, pois sofrem duas vezes (a discriminação racial somada à discriminação de gênero).

Contudo, podemos perceber que a assinatura da Lei Áurea em 13/07/1888 não trouxe aos negros mais do que uma falsa liberdade, visto que os mesmos foram deixados à própria sorte, sem recursos para iniciarem suas vidas como homens livres. Sendo assim, ao longo destes 130 anos pós-abolição, ainda percebemos os negros como um grupo inferiorizado, sofrido, marginalizado e altamente desqualificado pela sociedade.

Quando nos referimos às questões étnico-raciais, estamos diante de um dos temas mais marginalizados dentro da história escolar brasileira. Embora tenhamos uma população altamente miscigenada, a cultura afro-brasileira ainda é um tema controverso visto que os negros são uma minoria marginalizada e

deixada a margem da sociedade, sendo esta visão de extremo preconceito, difundida muitas vezes na escola, através dos livros didáticos.

Sendo assim, de acordo com Fantinato (2014, p. 11-12) é necessário que a escola seja um local de discussão, que agregue e valorize as diferenças. Para tanto, precisamos adotar novas formas de pensar a educação e de formar os futuros profissionais desta. Ao reconhecer que a aprendizagem ocorre a partir de interações e estabelecer meios para que estas ocorram, obtém-se uma educação de qualidade, pois crianças, jovens e adultos tem a possibilidade de desenvolver as competências necessárias ao exercício de sua cidadania plena.

Avaliação da atividade: valorização dos saberes.

Enquanto docentes da educação básica, percebemos que é primordial aprimorar nossa prática diariamente, portanto, há a necessidade de reflexão sobre os assuntos propostos para que possamos compreender qual o objetivo que almejamos nas aulas de História. Nesse sentido, entramos no campo de reflexão sobre o currículo e avaliação, que a nosso ver são as bases do processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, ao lançar um olhar crítico ao currículo estabelecido, consequentemente iremos construir um processo avaliativo de qualidade objetivando a criticidade do educando.

Concordamos então, com a pedagoga e professora da Faculdade de Filosofia e Ciências /UNESP Rosa Fátima de Souza (2006), quando explicita sua ideia sobre currículo:

> [...] o currículo é instrumento de racionalização da atividade educativa e seu desenvolvimento depende da qualidade do planejamento. Por isso, a preocupação fundamental centra-se, de fato, no planejamento que assegura, nessa perspectiva, um bom desenvolvimento do mesmo. (SOUZA, 2006, p.10)

Buscamos com essa atividade desenvolvida observar a narrativa dos alunos, como eles se posicionam criticamente frente às realidades que estão a

sua volta. Tratar de assuntos polêmicos e questionadores como o racismo e o machismo foram nosso foco devido.

Sobre a avaliação da atividade estabelecemos alguns parâmetros. Avaliamos a narrativa dos educandos, participação na roda de debate e a produção de uma resenha sobre o filme, na qual os alunos teriam que se posicionarem a respeito dos temas tratados. Sabemos que avaliar é um processo contínuo e que necessariamente precisa garantir que haja significação para quem está sendo avaliado, portanto, refletimos sobre como poderia ser feita a avaliação, não tivemos dúvidas que ela não poderia se dar apenas em um momento.

Enfrentamos inúmeros debates sobre maneiras de avaliar ou como avaliar; e esses questionamentos nos fazem refletir sobre aonde queremos chegar com tal instrumento, ou seja, estamos buscando entendimento de como nossos educandos percebem a avaliação em História, se entendem como processo estanque ou evolutivo. Nesse sentido, concordamos com a educadora e historiadora Selva Guimarães quando se refere à avaliação com sentido de pluralidade da aprendizagem:

> A avaliação ganha outros sentidos quando, na prática pedagógica, possibilita a professores e alunos conhecer limites e possibilidades, reorienta caminhos à aprendizagem, propicia reflexão e autocrítica. Assim, a avaliação assume um caráter regulador do processo pedagógico com vista à formação do aluno. (FONSECA, 2012, p.407)

Entendemos que avaliação é um processo muito amplo, onde envolve reflexão, dinamismo e construção do conhecimento. Contudo, a elaboração do currículo, que perpassa desde as escolhas dos conteúdos à escolha do objetivo principal da avaliação é que irá nortear a *práxis* docente.

Estamos repensando um ensino de História voltado para a valorização dos estudantes e de seus conhecimentos adquiridos com as vivências de cada um, portanto, buscando entender de que maneira analisamos e refletimos a consciência histórica. Invalidar o conhecimento que o estudante apresenta é negligenciar o mesmo, pois, a sua formação enquanto sujeito social é construído

em boa parte na escola, onde o professor estimula o sujeito a ser ativo tanto em sala de aula quanto na sociedade.

Quanto à valorização das experiências dos educandos, Helenice Rocha (2013) em seu texto *Sem bagagem não se ensina e nem aprende história* nos reporta a ideia de pensarmos em um currículo voltado para atender as necessidades dos estudantes, fica-nos evidente no trecho a seguir.

> Na busca contemporânea na valorização dos conhecimentos de tipos diversos, uma das tendências pedagógicas seria de propiciar uma continuidade entre o que os alunos trazem como conhecimento cotidiano para que se chegasse ao conhecimento científico. Em outras posições deveria ocorrer uma ruptura epistemológica entre o conhecimento cotidiano e cientifico. Essa posição é sustentada em especial no que se refere ao conhecimento científico *strcito sensu*, definindo abordagens linguísticas que valorizam ou condenam o uso de metáforas ou analogias. (ROCHA, 2013, p.163)

O que o professor apresenta em aula faz parte do conhecimento específico que ele apreendeu na academia, conhecimento cientifico, e é transmitido para o alunado na sala de aula. Porém, se o mesmo desqualificar que o estudante possui conhecimento cotidiano, aquele que poderá ser utilizado para exemplificar/facilitar o desenvolvimento do conhecimento histórico, ocorrerá o que teórico alemão em historiografia Jörn Rüsen (2006) identifica como distanciamento na prática docente.

Nesse sentido, não podemos jamais esquecer que todo ser possui sua própria consciência histórica, pois é universal, sobre consciência histórica concordamos com Jörn Rüsen (2006) quando a conceitua da seguinte maneira: "consciência histórica é uma categoria geral que não apenas relação com o aprendizado e o ensino de história, mas cobre todas as formas de pensamento histórico." (RUSEN, 2006, p. 14)

Nosso intuito nessa atividade foi justamente tentar trazer a realidade dos estudantes para a sala de aula, sabemos o quanto é difícil enfrentar as situações de preconceito que há em nossa sociedade, sabemos também que

nossos estudantes passam por isso, por tanto, não podíamos deixar de trazer assuntos de extrema relevância para a sala de aula.

As reflexões sobre nossa prática docente, formação de um currículo voltado para a realidade dos educandos e sobre as inquietudes de avaliar foram os pontos fundamentais de nossa reflexão através da atividade desenvolvida com os estudantes da Escola Porto Seguro. Somando-se a isso, entendemos que nossa prática precisa estar pautada na ótica de como e para quem estamos repensando nossa prática, e que não podemos ver os estudantes como seres dissociados de uma realidade social que avassaladoramente esmaga os menos favorecidos.

Considerações finais

Utilizamos a Competência Informacional para auxiliar o processo de construção dessa atividade pedagógica como instrumento que possibilitou pesquisa e reflexão sobre os conhecimentos adquiridos. Nosso momento histórico emana inúmeros desafios para os professores que relacionam questões culturas e socais nas suas aulas, tempos que exigem com mais velocidade respostas imediatas e questões cada vez mais complexas aos docentes.

Consideramos que a atividade foi muito válida, pois os alunos conseguiram elaborar de maneira muito consciente os textos apresentados na roda de conversa, e expuseram de modo muito claro suas ideias, respeitando as opiniões dos demais e muitas vezes dando novas contribuições sobre os assuntos trabalhados.

Ficamos bastante satisfeitas com o resultado, principalmente porquê os alunos também entenderam a importância de citarem as fontes pesquisadas, verificarem a veracidade das informações e darem o devido crédito a quem as forneceu.

Sendo assim, consideramos um sucesso o desenvolvimento da atividade com os estudantes, muito embora, um grupo tenha decidido não comparecer a apresentação. Percebemos a grande importância da Competência Informacional como instrumento norteador da atividade sugerida, pois pensar no educando como um ser que é agente ativo da sua construção histórica e que possui consciência histórica e que tudo isso está na sala de aula como uma pluralidade é perceber que a prática docente no ensino de História se baseia no educando e não para o educando, essa é, para nós, a essência da *práxis* docente.

Referências

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **Metodologia da Problematização**: fundamentos e aplicações. Londrina: Ed. UEL, 1999.

FANTINATO, Tania Mara. **Formação Docente para a Diversidade**. Curitiba: IESDE BRASIL S/A, 2014.

FREITAS, Fátima e Silva de. **A diversidade cultural**: como prática na educação. Curitiba:Ibepex, 2011.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional:** Pesquisa, reflexão e aprendizagem. 1ªed. Brasília: Editora FCI/UnB, 2012.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Educação e Diversidade**. Curitiba: Ibepex, 2008.

MOTA, Francisca Rosaline Leite. Competência Informacional e necessidade de interação entre bibliotecarios e professores no contexto escolar. **Revista Inf. & Soc**.: Est., João Pessoa. v. 16, n 1, p. 121 - 127, jan./ jun. 2006.

ROCHA, Helenice. Sem bagagem não se ensina e nem se aprende História. In SILVA, Cristiani Bereta da ; ZAMBONI, Ernesta. (organizadoras). **Ensino de história , memória e cultura**s. Curitiba: CRV, 2013, p.151 – 168.

RÜSEN, JÖRN. Didática da história: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Revista Práxis Educativa**. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, p. 07 – 16, jul.-dez. 2006.

SILVA, Jacira Reis da. **Diversidade cultural, relações étnico-raciais e práticas pedagógicas**: a Lei 10.639 como possibilidade de diálogo. In: SILVA, Gilberto Ferreira et.al. (org). **RS Negro:** cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: editora PUCRS, 2008, P.294-303.

Impasses biográficos: "Zildíssima" ou a "carola missionária"?[1]

Eduarda Borges da Silva[2]

Muitos trabalhos usam o rótulo de biografia e diversos são os profissionais que se propõe a construí-las: historiadores, jornalistas, literatos, dentre outros. Há um debate no campo historiográfico sobre as biografias tradicionais e as "novas" biografias. As primeiras dedicadas aos "grandes homens", sobretudo, políticos ou militares, abordando de modo factual e linear, do nascimento até a morte, com caráter sensacionalista, simplificando os personagens a um perfil, de mocinho ou vilão.

Em outra perspectiva, há um interesse crescente a partir da década de 1980 nas "[...] biografias que, partindo das experiências de um indivíduo, abordam questões mais gerais relacionadas à época no qual o mesmo viveu." (SCHMIDT, 2004, p. 21). Estes biógrafos tem a tarefa de buscar explicações e compreender as multifaces de seus biografados a partir da história-problema.

Este ensaio tem por objetivo analisar a biografia "Zilda Arns: A trajetória da médica missionária" escrita por Otília Arns e publicada em 2011. Otília não é historiadora, por isso, se entende que ela não tem a obrigação de fazer uma história-problema. Contudo, a análise que se fará do livro parte dos debates historiográficos, campo de formação da autora deste ensaio, tentando identificar as relações entre indivíduo e sociedade, as formas narrativas, as obras da personagem, seus pertencimentos e as memórias construídas em seu entorno.

Otília Arns é irmã de Zilda. É professora em Letras Clássicas e Anglo-Germânicas com Doutorado em Cambridge no Reino Unido. Escreveu outros livros sobre memórias de cidades e genealogia de sua família, como *Forquilhinha*

---

[1] Esse artigo foi escrito para a disciplina "Teoria da História e Historiografia - Gênero biográfico: desafios para o/a historiador/a" ministrada pelo Prof. Dr. Benito Schmidt no PPGH UFRGS em 2017/1, ao qual agradeço as correções. Também sou grata às sugestões das amigas historiadoras Biane Jaques e Camila Braga e o debate no ST "História, Saúde e Doença" no IV EIFI UFPel.

[2] Doutoranda UFRGS e bolsista CAPES. E-mail: eduardaborgesdasilva@outlook.com

(2003), *Criciúma 1880-1980 "A semente deu bons frutos"* (1985) e *A família de Gabriel Arns e Helena Steiner e seus descendentes* (2012). Ao escrever sobre Zilda é possível observar que Otília inseriu suas impressões no texto, pois muitos momentos ela viveu junto ou presenciou a irmã em atuação. Por isso, se pode pensar que o livro tenha um viés autobiográfico. Ela foi se constituindo na narrativa enquanto contava sobre Zilda, exercendo um trabalho de autoconhecimento.

O livro está dividido em nove partes: os antepassados paternos; os antepassados maternos; sua infância, seus filhos e a "preparação" para a Medicina; a Pastoral da Criança e a Pastoral da Pessoa Idosa; a última palestra no Haiti; a notícia da morte e a busca do corpo; o velório e as missas; os depoimentos da família e, por fim, uma homenagem. Foi escrito um ano após sua morte, sendo perceptível o sentimento de luto.

As duas primeiras partes são destinadas aos antepassados de Zilda. As características mais enfatizadas dos familiares são o esforço, o empenho e a garra. Conforme Seyferth (1999, p. 73) é "[...] um dos elementos definidores da germanidade, a suposta capacidade inata para o trabalho". Todos são apresentados como trabalhadores e religiosos, características que compõe o imaginário do imigrante alemão. Assim, para Otília, faz-se necessário retornar aos bisavôs para compreender a ação missionária de Zilda, a sua vontade de trabalhar em prol do próximo seria herdada.

É marcante a diferença de gênero na descrição do pai e da mãe de Zilda. Sua mãe na infância é descrita: "A menina Helena era forte, olhos pretos, cabelos claros, tez morena, que às três semanas recebeu os brinquinhos, vaidadezinha que conservou pela vida afora. [...] crescia a menina Helena para se tornar uma moça prendada" (ARNS, 2011, p. 41). De acordo com a autora, Helena era cobiçada por sua beleza, mas o noivo era precavido: tinha terra, casa e roça em Forquilhinha. Ela com a beleza, ele provendo o sustento.

Zilda Arns nasceu no dia 25 de agosto de 1934 em Forquilhinha, Santa Catarina. Foi médica pediatra, sanitarista e missionária. Fundou e coordenou a Pastoral da Criança e a Pastoral da Pessoa Idosa. Durante a Segunda Guerra Mundial, em sua infância, a família foi perseguida e prenderam seu tio Jacó Arns, primeiro professor da escola bilíngue de Forquilhinha, a qual foi fechada devido à nacionalização do ensino ocorrida durante o Estado Novo (SARTOR, 2011). O momento foi descrito por Otília como um "período de pânico" (ARNS, 2011, p. 43). Contou ainda que Zilda enterrou no mato seus discos em alemão e que isso provava seu desprendimento aos oito anos de idade. São recorrentes no texto as alusões à infância de Zilda para buscar atributos que fariam dela a "grande mulher" que se tornou, caracterizando o que Bourdieu (2006) denominou de "ilusão biográfica".

A cidade de Forquilhinha não possuía médicos nem hospitais e sua mãe Helena era uma espécie de "médica missionária", sem formação. Estudava em livros de Medicina que vinham da Alemanha e atendia pessoas pobres. Zilda acompanhava a mãe desde pequena nesse trabalho. O que para Zilda poderia ser uma brincadeira é interpretado por Otília como uma preparação para o dom que Deus lhe reservara.

O pai de Zilda achava que Medicina era uma área profissional para homens. No vestibular da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná de 1953, foram aprovados cento e quatorze homens e seis mulheres, sendo Zilda uma delas. Estudou em Curitiba (Paraná) morando com seus irmãos mais velhos em outra casa da família e formou-se em 1959.

Atuou como médica missionária levando o projeto da Pastoral da Criança para diversos municípios do Brasil e países da América, Ásia e África. Apesar da vida missionária e suas constantes viagens, Zilda, como a maioria das mulheres de sua época, viveu os marcos biográficos do casamento e da maternidade. O marido Aloysio Bruno Neumann também de origem alemã estava

"predestinado" a casar-se com ela desde a adolescência. Zilda perdeu o primeiro bebê de trauma de parto, depois teve cinco filhos. Uma filha faleceu em acidente de carro e, depois de dezoito anos casados, Aloysio morreu em um afogamento. Não fossem tantos dramas familiares, ela também faleceu em um terremoto no Haiti em 2010.

O livro em análise não tece discussões de autores, aliás, não há menção nem a acadêmicos, nem a literatos. As únicas pessoas referenciadas por Otília são Zilda, seus familiares e contatos sociais. Em função disso, se considerou relevante indicar conceitos que poderiam contribuir para um aprofundamento desta narrativa: enquadramento da memória, projeto e campo de possibilidades.

O enquadramento da memória é pautado pelo reforço contínuo e repetitivo de determinadas memórias e o silenciamento ou esquecimento de outras. Além disso, "[...] se alimenta do material fornecido pela história. [...] Esse trabalho de controle da imagem da associação implica uma oposição forte entre o 'subjetivo' e o 'objetivo', entre a reconstrução dos fatos e as reações e sentimentos pessoais" (POLLAK, 1989, p.11). Por exemplo, há uma ênfase e uma repetição do quanto Zilda seria generosa, abnegada, prestativa, desde sua infância. Por outro lado, há uma produção de silenciamentos sobre os traumas familiares, as atividades esportivas na adolescência – jogadora campeã de vôlei e de tênis de mesa no Paraná (WILLE, 2016) –, as questões administrativas na Pastoral e sobre os seus posicionamentos quanto ao aborto e, inclusive, a indicação médica que ela teve na Colômbia para realizar a interrupção de uma das suas gestações, considerada de risco.

O silêncio pode ser uma forma de gestão da identidade para não manchar a imagem elaborada de mulher forte e alegre. Talvez por isso, se justifique o fato de Otília evitar abordar as perdas familiares de Zilda. Embora ela tenha sido uma atleta premiada, o silenciamento pode ser justificado no sentido de que, provavelmente, flertou com o sonho de exercer outras atividades, no lugar

(ou além) da Medicina. Quanto às questões administrativas da Pastoral, sabe-se que não existiam prestações de contas ao setor público (PINTO, 2004) e a legalização do aborto, apesar de que Zilda não fazia restrições em mostrar sua posição contrária, Otília pode ter evitado adentrar para não gerar polêmicas, já que o intuito do livro é harmonizar o passado da médica e não promover conflitos.

Projeto e memória dão significado à vida, à própria identidade. A memória é uma visão retrospectiva do presente sobre o passado, já o projeto é anterior. É o estabelecimento de objetivos, os meios para atingir determinados fins: "[...] o *projeto* é o instrumento básico de *negociação da realidade* com outros atores, indivíduos ou coletivos. [...] é o resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do *campo de possibilidades* em que está inserido o sujeito" (VELHO, 1999, p. 103, grifo do autor). O projeto está em constante reelaboração, pois, interage com outros dentro de um campo de possibilidades. Este campo para uma mulher branca, classe média alta, médica, católica praticante, foi amplo, certamente. Contudo, Zilda investiu em alguns projetos, dentre eles a Pastoral da Criança, inicialmente, e depois a Pastoral da Pessoa Idosa, sendo a vida missionária uma forma de executá-los.

Dentre as fontes que compõe a obra, estão os depoimentos de familiares, transcritos na íntegra. São espécies de cartas, em primeira pessoa, sem datação, em forma de lembranças e homenagens à Zilda. Otília não menciona como os recolheu. Há também vinte e seis fotografias que se acredita ser do acervo familiar, a maioria em preto e branco (P&B). Otília dispôs as fotos com uma breve legenda descrevendo os nomes dos fotografados, como mera informação ilustrativa, sem contextualizar e sem análise. Além destas, a foto de capa é bastante significativa. Zilda vestia uma blusa azul com brincos e um anel de ouro, usava batom vermelho e segurava uma menina negra ao colo, aproximando-a de seu rosto.

Analisando fotos do “Memorial Dra. Zilda Arns” no site da Pastoral da Criança, a médica foi retratada na maioria das fotografias nessa mesma pose, com crianças diferentes em cada foto, mas geralmente negras, evidenciando que a pobreza no Brasil e mundialmente tem cor. A partir da repetição dessa imagem, entende-se que ela tinha o intuito de construir um perfil público de proteção e confiança.

Além destas, consta a última palestra de Zilda no Haiti (2010), transcrita na íntegra e as memórias de Otília ao longo do livro. A biógrafa não refletiu sobre o fato de estar escrevendo sobre sua irmã e quais as implicações disso. Não mencionou se fez algum acordo com os filhos de Zilda e com seus outros irmãos para escrever a biografia. Todavia, devido à disponibilidade dos familiares que participaram do livro, enviando relatos sobre a médica missionária, e pelo teor contemplativo da obra, acredita-se que não houve tensão.

De acordo com a sua pretensão, Otília não teve um compromisso historiográfico com as fontes, reproduziu frases supostamente de Zilda (e dessa forma agiu com os familiares) sem indicar em que momento ela teria dito e se teriam sido aquelas exatas palavras. Nesse sentido, se defende que “[...] O bom biógrafo, como todo bom historiador, apresenta suas fontes [...] mas o leitor não pode chegar ao extremo de verificar a fidelidade da pesquisa, pois isso implicaria refazê-la” (BORGES, 2008, p. 227).

A infância de Zilda, abordando o sofrimento da família Arns por não poder falar em alemão, nem frequentar a escola bilíngue é o único momento em que o contexto histórico não é um cenário, pois, a sociedade interage na vida dos indivíduos e vice-versa. Entretanto, não há nenhuma menção à ditadura militar no Brasil (1964-1985), embora Zilda junto com seu irmão Dom Paulo Evaristo Arns (um dos símbolos da resistência) tenha fundado a Pastoral da Criança em 1983. Ainda, a médica exerceu diversos cargos políticos, como o de coordenadora materno-infantil do Ministério da Saúde entre 1993 a 1995, porém, Otília não

mencionou as posições políticas de sua irmã e como acessou este cargo. Como se fosse fácil e esperado uma mulher, médica do interior do país, se tornar membro do Ministério da Saúde em um contexto conturbado do pós *impeachment* de Collor.

A médica missionária, ao se opor a legalização do aborto (por sua postura religiosa e moral de que haveria vida desde a concepção) foi acusada de representar a Igreja e não as mulheres, principalmente pelo movimento feminista. Entretanto, também foi atacada por correntes da Igreja que desaprovavam as ações educativas do projeto da Pastoral e por médicos pediatras que desconfiavam da sua competência e da potencialidade do soro caseiro[3] e da multimistura[4] – sua receita para combater a desnutrição (WEISS, 2015).

A narrativa é construída em terceira pessoa (ela), se referindo a Zilda. Inclusive no sumário seguiu a cronologia frequentemente apresentada em biografias tradicionais: antepassados, infância, adolescência, faculdade, casamento, maternidade, trabalho e morte. Apresenta-se de modo factual, homogêneo, como uma vida coerente e estável e com homenagens à médica. Para Borges (2008, p. 208) narrações deste tipo dão "[...] uma visão simplificada

[3] Embora seja recorrente a atribuição da invenção do soro caseiro à Zilda, seu inventor foi "[...] o médico Norbert Hirschhorn [Áustria], que se envolveu em pesquisas sobre terapia de reidratação oral em 1964. Essa mistura simples de baixo custo pode ter salvado até 50 milhões de pessoas na época e ainda continua salvando por todo o mundo [...]" (MOURÃO, 2016, p. 56). Mas, Zilda foi uma das primeiras médicas a utilizá-lo no Brasil, gerando descrédito por parte de outros médicos, tamanha a simplicidade do medicamento: água, açúcar e sal.

[4] A Multimistura, "um suplemento alimentar obtido de farelos e folhas escuras e também outros ingredientes como sementes e pó de casca de ovo" (MARQUES, 2009, p. 2), também atribuída a Zilda, foi resultado de pesquisas da pediatra e nutricionista Clara Brandão, na década de 1970. Após Clara ser premiada pela pesquisa, a Pastoral da Criança em 1984 levou a multimistura a milhares de comunidades. Na década de 1990 houve uma campanha por parte de grupos de cientistas desqualificando a multimistura e em 2006 "A Pastoral da Criança deixa de liberar o uso de seu CNPJ para abertura de fábricas de multimistura" (MARQUES, 2009, p. 4). Em contrapartida, "Clara Brandão declara que, no governo, a multimistura começou a ser excluída da merenda escolar para abrir espaço para o Mucilon, da Nestlé, e a farinha láctea, cujo mercado é dividido entre a Nestlé e a Procter & Gamble" (MARQUES, 2009, p. 4). Em suma, sabe-se que a Pastoral "[...] estabeleceu um convênio com grandes empresas no setor de alimentos na mesma ocasião em que abandonou o uso da multimistura". (MARQUES, 2009, p. 8).

e por isso mesmo falsificada de seu biografado". Ainda, esta biografia assemelha-se a uma parábola, isto é, pretende transmitir questões religiosas e ensinamentos morais, a partir da trajetória considerada bem-sucedida de Zilda.

Zilda fez três cursos de Pós-Graduação: em Pediatria Social na Universidade de Antioquia em Medelín (Colômbia); em Administração no Programa de Saúde Materno-Infantil, na Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro e em Saúde Pública na Universidade de São Paulo. Em 1960 foi médica da Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e foi uma das responsáveis pela descentralização dos postos de saúde para as periferias neste estado. Além disso, fundou vinte e sete clubes de mães "para proporcionar educação às mães pobres" (ARNS, 2011, p. 67). Zilda, uma sanitarista, acreditava que regrando a maternidade das mulheres doenças seriam evitadas: "Via todos os dias crianças desidratadas e a diarreia acontecia, na maioria das vezes, por ignorância da mãe que trocava o leite materno pela mamadeira e não tinha higiene na comida" (ARNS, 2011, p. 66).

Pode-se entender como principal obra de Zilda seu trabalho na Pastoral da Criança. Em 1982 o Diretor da UNICEF, James Grant, procurou Dom Paulo Evaristo Arns para a implantação de um projeto. Este conversou com sua irmã, Zilda, e ela começou a escrever o plano de ação. O projeto piloto foi lançado em 1983, a partir de uma paróquia, entre famílias de boias-frias que trabalhavam nos canaviais, nas colheitas de café e algodão em Florestópolis (Paraná). Reunia líderes comunitárias em cada região que pretendia implementar o projeto da Pastoral e as capacitava em cinco ações de saúde: "pré-natal, aleitamento materno, vigilância nutricional, soro caseiro e vacinação" (ARNS, 2011, p. 87).

De acordo com Céli Pinto (2004, p. 12) a Pastoral da Criança é a iniciativa não governamental mais bem-sucedida no país para combater a subnutrição infantil. Contudo, nasce e é oficialmente uma organização da Igreja

Católica, não parte das bases da sociedade, e "[...] se trata de um trabalho focado, que reforça o papel tradicional da maternidade".

Além disso, o trabalho da Pastoral promove uma desresponsabilização do Estado, na medida em que a fome no Brasil seria passível de ser resolvida pela caridade. É uma "[...] ação benemérita, que não tem de cumprir metas, nem de prestar contas diretamente ao setor público" (PINTO, 2004, p. 14). Os recursos são garantidos, em grande parte, pelo Ministério da Saúde e "[...] o voluntariado ocorre através de uma ação de convencimento nas comunidades carentes usando o trabalho voluntário de mulheres pobres" (PINTO, 2004, p. 19).

Já a Pastoral da Pessoa Idosa é criada em 2004, provavelmente por Zilda neste momento estar vivendo sua velhice, aos 70 anos. A metodologia para os idosos envolve, principalmente, atividades físicas, vacinas, encaminhamento para os serviços de saúde e identificação de pessoas idosas dependentes. Os dois projetos permanecem em execução.

Desde 2015, Zilda está em processo de beatificação pela Igreja Católica: "Para ser reconhecida como beata e depois se tornar santa, processo aberto neste ano, Zilda Arns precisa de pelo menos dois milagres reconhecidos pelo Vaticano" (WEISS, 2015). Além dessa possibilidade de reconhecimento, recebeu muitos prêmios, dentre eles: o diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz (2005), O Pacificador da ONU (2005), Heroína da Saúde Pública das Américas pela OPAS (2002) e foi indicada cinco vezes ao Prêmio Nobel da Paz. É Doutora *Honoris Causa* das Universidades: PUCPR, UFPR, UFSC, Unisul e Unesc.

Otília tratou os pertencimentos como algo dado e verdadeiro, não construídos. Viu Zilda como uma mulher predestinada a ser médica, mãe, boa esposa, voluntariosa. Não questionou as posições sociais ocupadas por sua irmã de classe, raça, gênero e religião. Zilda teve condições econômicas e apoio familiar para estudar, embora tenha tido de convencer seu pai. A família religiosa e o irmão da alta cúpula da Igreja, Dom Paulo Evaristo Arns, contribuíram para

que a médica não fosse uma simples praticante católica. Ela detinha poderes, embora dificilmente uma mulher tenha essa "oportunidade" na Igreja Católica.

Zilda tinha um pensamento conservador sobre a maternidade e, no exercício da profissão de médica sanitarista, regrava a maternidade de outras mulheres, mas contou em uma entrevista que, para trabalhar, seu marido e duas empregadas cuidavam dos seus filhos (WILLE, 2016). Enquanto ela ia para as missões e durante os períodos dos cursos de pós-graduação, deixava os filhos e netos, que reclamavam sua ausência. A filha Heloísa chegou a mencionar que Zilda "[...] fez Sanitarismo em São Paulo durante um ano ficando longe dos filhos" (ARNS, 2011, p. 145). Já "Felippe Arns, irmão mais velho, conta que ela estava sofrendo por interromper as férias com a família em 2010, [...] para ir ao Haiti, onde pretendia levar o modelo da Pastoral da Criança" (WEISS, 2016). Afinal, Zilda não era uma mulher do lar, era uma mulher do mundo.

A vida das mulheres se caracteriza pela fragmentação e pela descontinuidade, e geralmente, elas se colocam em segundo plano com relação ao marido e aos filhos (RAGO, 2015). Entretanto, essa biografia é dedicada a uma mulher e a sua atuação profissional, pública e religiosa. Diferentemente das personagens de Margareth Rago (2015), subversivas, Zilda Arns não desafiou o machismo e a misoginia, pelo contrário, pode ter os reforçado. Contudo, não se pode negar que ela teve uma pauta de luta, pela qual trabalhou até seus últimos dias, a Pastoral da Criança.

Muitas memórias são construídas em torno desta figura. Apesar de Otília não refletir sobre elas no livro, esta parte final do ensaio se dedicará a isto, com ênfase nos depoimentos dos familiares. Uma das construções é a da "vovó ativa". A neta Alessandra escreveu em seu depoimento: "Era superelegante, tinha as roupas mais legais de todas as avós que conheço, além de ser a mais ativa" (ARNS, 2011, p. 154).

Corroborando a esse imaginário está a sua construção enquanto uma "mulher-monumento", a partir das suas premiações, do trabalho da mídia e pelo seu envelhecimento. Delgado (2003, p. 188), pensando em Cora Coralina, observou que a sua condição de anciã foi essencial para esse processo de monumentalização, assim como para Zilda: "[...] sua autoridade, sua sapiência, seu poder de evocar e compor o passado são atribuídos à experiência adquirida ao longo da vida".

Outra ênfase é a coerência de Zilda com suas posturas cristãs. Sua irmã Helena contou que, quando Zilda teve uma indicação médica para abortar, ela se recusou, justificando ser contra seus princípios, mesmo correndo risco de vida. Para ela, foi uma "prova" da coerência de sua irmã, elevando-a a condição de "heroína": "A Zilda é realmente coerente com o que defende. Ela não só defende o que as outras mães experienciam, mas defende o que já viveu! É e foi heroína!" (ARNS, 2011, p. 170).

Ao final do livro personalidades famosas e a imprensa referenciaram a morte de Zilda, dentre elas, publicou a Gazeta do Povo (sem referência): "Defesa da vida. Se os políticos querem realmente homenagear esta heroína brasileira, a melhor forma de fazê-lo é usar seus cargos para defender a vida das crianças também antes do nascimento, como ela o fez." (ARNS, 2011, p. 202). A Rádio França Internacional (sem referência) se manifestou de forma menos parcial: "Uma figura emblemática do Brasil" (ARNS, 2011, p. 202).

Os filhos trouxeram a questão do aprendizado social com Zilda e sua trajetória, edificando o ideário de uma "mãe e mulher exemplar". A filha Heloísa mencionou: "Aprendi com ela a lutar pelas causas sociais, a ir nas 'bases da sociedade', visitar comunidades, conversar com as pessoas, pois as soluções, muitas vezes, são simples, com muito pouco, vidas são transformadas" (ARNS, 2011, p. 145-146).

No prefácio do livro o Cardeal Geraldo Majella Agnelo justificou a escolha de Zilda pela Medicina por doação, amor ao próximo. E que sua sensibilidade, em se preocupar com crianças do Brasil e do mundo, se deve as suas perdas familiares. Ainda, a descreveu como uma "serva bondosa" e disse que "sua memória não morrerá" (ARNS, 2011, p. 12).

As memórias selecionadas por Otília para atuar nesse livro-devoção demonstram que, além do intuito de homenageá-la, a autora também quis exercer um controle da memória. Ao escolher testemunhas autorizadas, sobretudo membros da alta cúpula da Igreja Católica e familiares, Otília deteve um poder sobre essas memórias, que através da repetição e da publicização podem consolidar um perfil público. Ou seja, a partir de um trabalho de enquadramento (POLLAK, 1989), Otília fez uma seleção de acontecimentos significativos, de acordo com sua intenção, deixando outros à margem, organizou os discursos, sufocou tensões e estabilizou as memórias que escolheu para perpetuar de Zilda, aproveitando-se da condição de ser sua irmã como um instrumento de legitimação.

A escolha desta obra se deu pela possibilidade de refletir sobre questões de gênero, história da saúde e biografia. Zilda, uma mulher médica, vinculada à caridade que reforça o papel social atribuído às mulheres como cuidadoras, mas que de modo diferente conquistou reconhecimento social, tanto da família quanto dos organismos nacionais e internacionais. Com o poder da Igreja Católica, da Medicina, o *status*/condição social da velhice e sua morte trágica durante o exercício da caridade, Zilda é percebida como uma heroína, uma mulher singular, "excepcional". Parafraseando o professor Benito Schmidt (2007) se poderia chamá-la de "Zildíssima", se não fosse uma "ilusão biográfica" (BOURDIEU, 2006).

De acordo com Bourdieu (2006) tratar uma vida como um relato coerente é conformar-se com uma ilusão retórica. O real é descontínuo, imprevisto

e complexo. Zilda não foi Zildíssima, apesar de todo o trabalho de enquadramento de Otília com este propósito. Na construção do que se espera socialmente para uma "grande mulher", está essencialmente a condição de mãe, mas não qualquer tipo de exercício da maternidade. Ela deve ser devotada, ter os filhos em primeiro lugar, aliás, sua vida só deve acontecer (pois, ela não tem o direito de projetá-la) em torno deles, de suas escolhas. Zilda não foi este tipo de mãe. Em contraponto, não pode ser reduzida à condição de uma "carola missionária", um dos modos informais que seus opositores a subjugaram, que teria feito tudo pela Igreja, "ingenuamente", sem questionar ou sem desfrutar do poder que essa lhe conferia.

Este livro tem um viés autobiográfico, como já mencionado. São perceptíveis as angústias de Otília já idosa e ainda vivendo o luto pela irmã. Além disso, a preocupação dos familiares pode ser compreendida, especialmente, por ter sido uma figura polêmica e, nesse sentido, é evidente o intuito de perpetuação de um perfil específico sobre Zilda. Contudo, a biografia é feita aos moldes tradicionais, que pressupõe uma vida predestinada. Otília não busca hesitações e contradições de sua irmã, quis glorificá-la da primeira à última página.

Em suma, partindo da perspectiva da história-problema, as "novas" biografias são um impasse, uma situação sem saída. O indivíduo é mais complexo que essas simplificações, "Zildíssima" ou "carola missionária". Afinal, não se pode esperar uma coerência absoluta de um indivíduo nas suas escolhas e ações, pois há um campo de possibilidades e determinar que ele seja isto ou aquilo é reduzi-lo a uma escolha/ação dentre tantas outras de sua vida.

Fontes:

ARNS, Otília. **Zilda Arns**: a trajetória da médica missionária. Curitiba: Editora e Livraria do Chain, 2011. 210 p.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Memorial Dra. Zilda Arns**. Disponível em:

<https://www.pastoraldacrianca.org.br/memorial-dra-zilda-arns>. Acesso em: 25 set. 2017.

WEISS, Ana. Os conflitos de Zilda Arns. **Isto É**. 10.07.15. Disponível em: <http://istoe.com.br/426780_OS+CONFLITOS+DE+ZILDA+ARNS/>. Acesso em: 25 set. 2017.

WILLE, José. A história da fundadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns. **Paraná Portal UOL**. 27.10.16. Disponível em: <http://paranaportal.uol.com.br/blogs-memoria-paranaense/a-historia-da-fundadora-da-pastoral-da-crianca-zilda-arns/>. Acesso em: 25 set. 2017.

Referências bibliográficas:

ARNS, Otília. **A família de Gabriel Arns e Helena Steiner e seus descendentes**. [S.l.] Editora Vitória, 2012.

_____. **Criciúma 1880-1980 "A semente deu bons frutos"**. SC: Casa Civil, 1985.

_____. **Forquilhinha**. Santa Catarina: Editora do Estado, 2003.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 203-233.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA; Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p.183-191.

DELGADO, Andréa Ferreira. **A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias.** Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MARQUES, Ivan da Costa. Multi-mistura: desnutrição infantil e limites do relativismo. **ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História**. Fortaleza, 2009. p.

1-12. Disponível em: <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0618.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

MOURÃO, Nadja Maria. Tecnologias sociais e empreendimentos criativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte/MG. **Revista Brasileira de desenvolvimento regional**, Blumenau, vol. 5, nº 1, p. 53-67, 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003). In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais:** A questão social no novo milênio. Coimbra, 2004. p. 1-34. Disponível em: <.http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/CeliPinto.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

RAGO, Margareth. **Autobiografia, Gênero e Escrita de Si:** nos bastidores da pesquisa. São Paulo, [s.n.], 2015.

SARTOR, Carolina Steiner. **A escola étnica alemã de Forquilhinha (SC) e os primeiros professores:** lembranças de ex-alunas (1915 - 1940). Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia), Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, Criciúma, 2011.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promissão**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

_____. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. Gomes, Ângela de Castro; Schmidt, Benito Bisso (Org.). **Memórias e narrativas (auto) biográficas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 155-171.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. **Mana – Estudos de Antropologia Social**, vol. 5, nº 2, p. 61-88, 1999.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. A antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

O cinema japonês pós-guerra e a emersão do gênero *Tokusatsu*

Franciane da Silva[1]

No percorrer das últimas décadas presenciamos o progresso da internet, o desenvolvimento da tecnologia, e das mídias sociais que propiciaram a formação de uma rede de comunicação e interação globalizada. Hoje temos acesso a informações instantaneamente, nos levando a interagir com culturas geograficamente distantes. Fato que podemos perceber pelo o "boom" da cultura pop oriental. Diferente de tempos passados a cultura dos países asiáticos já não nos é algo "exótico", e sim vem favorecendo para o desenvolvimento e aceitação do "outro", das diferenças.

Essa relação com culturas tão diferente entre si permitiu a popularização por exemplos do *K-pop* – gênero musical coreano consistindo de dança, música eletrônica, electro-pop, *hip-hop*, *rock e R&B* – do cinema indiano, *Bollywood*, que apesar de ser praticamente um mercado de consumo interno têm grande aceitação em países asiáticos, africanos e na Rússia, e vem crescendo através de ferramentas disponíveis na internet como a tecnologia streaming, permitindo ao usuário o acesso a filmes e a músicas instantaneamente. Ainda nesse "boom" da cultural pop oriental o Japão se destaca como um dos países precedentes, como destaca Felipe Falcão e Thiago Soares (2013) em uma construção midiática nipônica através do cinema, da música, da televisão e das artes gráficas.

> De início a indústria japonesa comercializou walkmen, telefones portáteis, computadores, televisões de tela plana, Play Stations I, 2 e 3 [...]. No entanto, em 2011, segundo dados da Organização Mundial do comércio (OMG) e do Banco Mundial, o Japão ficou localizado como décimo segundo país em número de exportações de filmes, programas de televisão e de música do mundo. (FALÇÃO, Felipe; SOARES, Thiago, 2013, p. 202-203)

[1] UFPEL, graduada em Bacharelado em História - fransilva140@gmail.com.

Mediante o exposto, é preciso relatar, que o desenvolvimento de pesquisas sobre o extremo oriente, assim como o desenvolvimento de disciplinas voltadas a estudos asiáticos no Brasil se encontram ainda, apesar de termos avançados, em uma posição relativamente marginal e secundária na academia. Tendo em vista o desenvolvimento de um mundo globalizado, e da influência cultural o qual vem se estabelecendo o continente asiático é imprescindível fomentar a pesquisa sobre a Ásia.

Nesse panorama, a presente pesquisa se propõem a relatar previamente a história do cinema japonês, em específico o gênero cinematográfico '*Tokusatsu*', relacionando com o contexto histórico cultural o qual se encontrava o país. Estando em uma época dominada pelas imagens de todos os tipos, o cinema como arte de massa exerce uma influência no modo de ver e se posicionar no mundo. Ter como fonte o cinema ou a produção cinematográfica para o conhecimento histórico, se faz a partir de um esforço interpretativo, perceber a historicidade da imagem, sem enredar para uma interpretação de uma cópia da realidade encarnado na fonte. É preciso fazer a crítica da fonte a partir de metodologias desenvolvidas especificas a está. Assim como coloca Marc Ferro, "O historiador escolheu esse ou aquele conjunto de fontes, adotou esse ou aquele método de acordo com a natureza de sua missão, de sua época, trocando-os como um combatente troca de arma ou tática quando aquelas que utilizava perdem a eficácia" (FERRO, 1992, p. 81-82).

Cinema Japonês

Assim como em 1933, com os nazistas no poder, o cinema alemão passou por um rígido controle, em 1939 era a vez do cinema nipônico. Criando uma lei subdividida em 26 artigos que dava pleno poderes ao governo controlar minunciosamente cada fase da obra cinematográfica, dede a produção até sua

exibição. Essa lei tinha como intenção de instigar a consciência nacionalista, e a hipótese de uma vitória prevista. Em 1941 são proibidos filmes americanos e ingleses. Época essa muito diferente dos anos 20 e 30, quando o cinema japonês apresentou muitos filmes de esquerda.

Com as explosões das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki o imperador Hirohito declara a rendição incondicional japonesa, pondo fim a Segunda Guerra Mundial. Em 27 de agosto de 1945 o primeiro contingente de soldados americanos se instalam na terra do sol nascente, começa aí uma nova fase de controle para o cinema nipônico. Sendo o mundo das artes um dos fatores primordiais da propagação do regime, o cinema como parte deste foi um dos primeiros setores a interceder.

Menos de um mês após a chegada americana, em 22 de setembro, institui-se o CIE (*Civil Informatio and Education Section*), órgão responsável por difundir a propaganda de reeducação estabelecido pela ocupação americana. Censurando filmes a partir dos seus roteiros, proibindo filmes com propaganda militarista, ou temas como vingança, nacionalismo, retratassem a lealdade feudal ou se revelassem antidemocráticos. Para os filmes históricos, que tinham a estrutura feudal como ambiente natural, ou mesmo os quais características feudais eram vagamente identificáveis foram banidos. Isso levou a perda de grande parte do acervo da produção cinematográfica japonesa.

A CIE ainda estabeleceu uma lista de precauções e recomendações para a campanha cinematográfica de democratização. Incentivou a produção de cenas em que favoreciam uma aproximação um relacionamento mais íntimo entre personagens nas tramas, inserindo cenas de amor e de beijos[2]. Outro gênero incentivado pelas forças de ocupação foram os com caráter musical, tendo como modelo os musicais americanos. Mas não foram apenas obras que tinham a

[2] Os primeiros dois filmes com cenas de beijo entre amantes foram *juventude aos vinte anos,* de Yasushi Sasaki e *O beijo de uma noite,* de Yasuki Chiba.

perspectiva de “moldar” novos atributos a sociedade que a CIE incentivava, mas também produções que demonstrassem o contraste em relação a democratização, ou seja, obras que mostrassem os aspectos obscuros da época em que o Japão não era democrático.

O cinema japonês só vem a se inserir no campo do visível internacional em 1951, quando *Rashomn,* de Akira Kurosawa, vence o Festival de Veneza em 1951. E, é justamente a partir dos anos 50 que o cinema nipônico enfim atinge sua “idade do ouro”, com desenvolvimento na área artística, de conteúdo além da esfera comercial ocasionada pelo aumento de salas e de filmes estrangeiros movimentando o mercado, tornando mais rentável a indústria cinematográfica.

A década de 50 foi para o Japão um período em que ainda a sociedade estava se recuperando dos efeitos devastadores da guerra. Outros fatores importantes para essa década foram a desocupação dos americanos em 1952, juntamente com a recuperação econômica, comparado a níveis pré 1945. Fatores importantes para contexto histórico da sociedade, pois nos permite compreender a característica marcante dos desejos contraditórios que moldaram a cultura de massa. Sendo esses desejos moldados pelas memórias da guerra, que até então eram suprimidas e se tornam visíveis no campo cultural, ao mesmo tempo que ainda eram suprimidas no discurso político. Levando as narrativas de amor, os corpos grotescos de monstros e de lutadores de luta livre, a se tornarem o principal meio de expressão de uma sociedade que teve sua memória de perda suprimida ao mesmo tempo em que havia a construção de uma narrativa que estabelecia uma identificação com cultura consumista americana.

Em relação a filmes ficcionais, até 1952 não era possivel realizar nada ligado diretamente as explosões nucleares. Contudo já em fins da década de 1940 e dos anos de 1950 caracteriza-se por um aumento da produção de filmes de terror, com temáticas de desilusão. Uma das mais importantes obras que expôs

os desejos contraditórios da sociedade nipônica referente a guerra foi o filme Gojira, em 1954 de Ishiro Honda.

Gojira um monstruoso e gigantesco ser gerado pelas experiências termonucleares, importante não apenas para compreender o contexto e a sociedade do pós-guerra, como também para o estudo do gênero fílmico, *Tokusatsu,* que sugeria posteriormente. Ainda durante os anos 50, a partir do tema das bombas atômicas surge o gênero cinematográfico que explora os efeitos das radiações na criação de seres fantásticos, os chamados *Kaiju eiga* (filmes de monstros).

Gênero *Tokusatsu*

A filmografia desse gênero é marcada por questões políticas, representadas de forma metafórica. A palavra japonesa *tokusatsu* é uma contração da expressão *tokushu kouka satsuei*, ou "filme de efeitos especiais". São produções marcadas por uso de técnicas de efeitos visuais e de efeitos especiais. Fazem parte desse gênero filmes com temáticas ligadas à ficção científica e à fantasia, protagonizados por monstros e heróis gigantes, ou super-heróis de transformação.

Antes de caracterizar esse gênero especifico é preciso pensar no caráter de ficção cientifica como uma forma de expressão artistia que transite por várias mídias. Encontra-se em obras de ficção científica nas artes plásticas, nos cinemas, televisão, literatura, rádio, música, história em quadrinhos, games, arte digital. Esse gênero que fala tanto do passado como do presente e do futuro da sociedade com a ciências e como ela se relaciona com outras áreas. A emergência desse gênero nos anos 50 e 60 também está relacionado ao fato que são filmes pensados principalmente para ter lucro rápido e fácil, dado ao fato que são produções de baixo orçamento e por estúdios menores.

Contudo, as produções *Tokusatsu* se diferenciam por seu teor metafórico constituídos de forma estrutural com os efeitos especiais, característicos do gênero, sendo assim essenciais para entendimento da linguagem e das significações por trás do filme. Nesse plano metafórico do gênero é possivel observar a recorrente a figura do monstro nas narrativas. Essa presença configura um sentido, mesmo subterrâneo, se torna marcante no desenvolvimento de significações. Normalmente esses monstros estão ligados a eventos não naturais e a problemas socioeconômicos, como poluição e desastres nucleares. Esses monstros mostram oque está errado no mundo, resultando muitas vezes na inocência dos monstros apresentados como vítimas dos problemas que eles refletem.

Características essas que podemos observar em Gojira que trazia indagações acerca do horror, atômico[3], Ultraman expressando sobre o problema da poluição e Jaspion questionando sobre os possíveis males do desenvolvimento tecnológico desenfreado. Essa obra tem monstros como antagonistas e sendo as metáforas das produções.

[3] Contudo vale lembrar que quando Godzilla foi lançado em 1954 o gênero *Tokusatsu* ainda não havia sido cunhado, mas é considerado a produção que influenciou o desenvolvimento desse estilo cinematográfico.

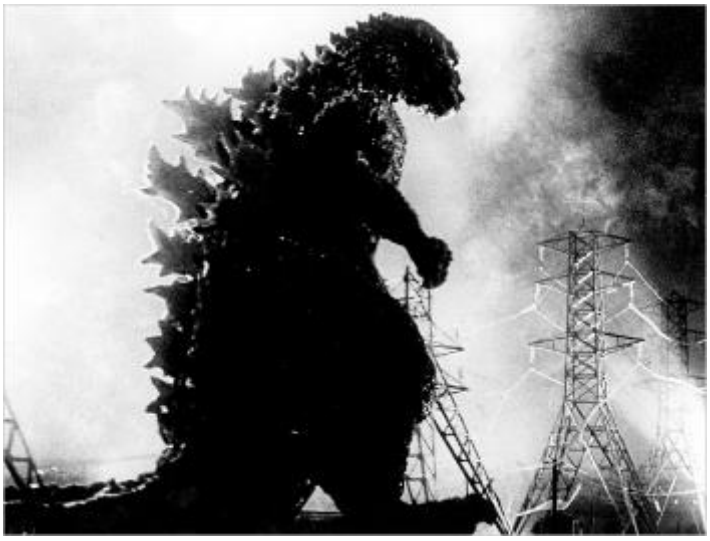


Figura 1: Godzilla de 1954.

O impacto de Gojira foi tão grande que gerou uma sequência de séries e influenciou na produção de filmes de monstros. Além de representar um meio da sociedade japonesa expressar as memórias de perda e de tragédia da guerra e das explosões sem apresentarem explicitamente a imagem da bomba.

Figura 2: Ultraman.

Figura 3: Jaspion.

Na série Jaspion é possivel perceber aspectos que tratam da dinâmica tradição *versus* modernidade vivida no Japão. Evidenciando e questionando, muitas vezes através do antagonista, a tecnologia e os sinais de modernidade.

Essas séries, assim como muitas outras do gênero, foram construídas tendo em vista discussões políticas, associadas diretamente ou indiretamente ao enredo do filme. Agregando discussões de ordem social e histórica, nos revelando como uma rica fonte de estudo. Concluindo, portanto, que os estudos das mídias de entretenimento em uma época de crescente troca cultural, em que o distante está a um “clic”, é imprescindível para as pesquisas acadêmicas, nos propiciando assim compreender e estudar o desenvolvimento social e cultural de países asiáticos, assim como a inter-relação entre culturais e econômicas entre continentes.

Bibliografia

FALCÃO, Filipe; SOARES, Thiago. J Horror e a Cultura cinematográfica no Japão Contemporâneo. **ESFERAS,** Ano 2, nº 3, jul/dez., p. 201-209, 2013. [Revista dos Programas de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Católica de Brasília – UCB, Universidade de Brasília – UnB, da Universidade Federal de Goiás – UFG e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS].

HAGEMEYER, Rafael Rosa. **HISTÓRIA & AUDIOVISUAL**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 159p.

IGARASHI, Yoshikuni. **CORPOS DA MEMÓRIA**: NARRATIVAS DO PÓS-GUERRA NA CULTURA JAPONESA (1945-1970). São Paulo: Annablume, 2011, 536 p. [tradução de Marcos Souza e Marcela Canizo.].

KUNIGAMI, André Keiji**. A IMAGEM DO CINEMA JAPONÊS. Política e Ética do Olhar e do Corpo**. 2009, 137 f. (Dissertação em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MANZ, Nordan. **Metáforas políticas no gênero tokusatsu: A metamorfose dos signos na mídia japonesa**. 2013 f. 115. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Pontificada Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2013;

MARC, Ferro. **Cinema e História**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 145p.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O Cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: questões e debates**, Curitiba, n.38, 2003, p.11 – 42

NOVIELLI, Maria Roberta. **HISTÓRIA DO CINEMA JAPONÊS**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007, 460 p.

Confronto interseccional e a raça que incomoda: percepções da historiografia da ditadura civil-militar brasileira

Gabriel Ribeiro da Silva[1]

Introdução

O incomodo, desconforto, importuno ou o constrangimento pode ser um dos mais eficazes mecanismos usados para propor uma reflexão acerca de problemas que são questionados, porém difíceis de serem percebidos. O silêncio, a omissão ou o ato de ignorar muitas vezes se torna um refúgio de quem tem culpa ou não quer reconhecer os seus *lugares estáticos*[2] que estão sendo questionados. A psicóloga Maria Aparecida Bento afirma que a branquitude é a identidade racial mais isenta de seus atos e uma negadora total de seus privilégios sociais, econômicos e materiais. Nesta comunicação, por consequência, mostrarei exatamente como a produção da historiografia sobre o período da ditadura brasileira de 1964, é influenciada por essa identidade racial branca. Presumo por reflexões anteriores, que as pessoas que escrevem sobre o período, interpretam os documentos a partir de metodologias da História e publicam livros, artigos e apresentam trabalhos sobre o tema, são em sua maioria da raça branca. Esse fator racial, por muitas vezes, isenta essa pessoa branca que pesquisa a ditadura de ampliar suas problemáticas de análise. O branco-centrismo e a concretização do "ser-branco-único" ao ponto de não racializar pessoas brancas, tornam seus trabalhos questionáveis e propagam a criação de comunicações como esta que está sendo defendida e apresentada aqui.

O confronto desse texto não é apenas a crítica ou mostrar os pontos que considero vulnerável nas interpretações de historiografias sobre a ditadura de 1964. Me disponibilizo a propor uma nova forma de análise e de interpretação.

---

[1] Mestrando em História UFRGS, bolsista CNPq, email: gabrielisribeiro@yahoo.com.br

[2] Estático no sentido de edificado e sólido. Porém na ideia de Lélia González para "lugares naturais" de pessoas brancas e pessoas negras na sociedade brasileira. Lugares inquestionáveis, mas que estão sendo questionados a partir de agora. Ver mais: GONZALEZ, 1982, p. 15.

Acredito que o primeiro exercício que o historiador branco ou a historiadora branca (que são a maioria) deva fazer, é uma *desdracularização* de si e por consequência de suas interpretações no campo profissional. O *Branco Drácula*, o *Branco Narciso* e o *branco-centrismo,* todos conceitos propostos pelo sociólogo Lourenço Cardoso, é a forma que se materializa a identidade dessas pessoas brancas que pesquisam a si próprios, mas acabam não se enxergando em seus próprios resultados. É a polaridade que se encerra na institucionalização de mecanismos sociais de privilégios, como afirma a filósofa Sueli Carneiro, na construção do outro como não-ser no fundamento do seu ser. Ou seja, se construir como um ser único de análise que não precisa ser identificado e negar o direito de "ser" para outros.

No mais, como afirmado acima, considero esse tipo de apontamento que pretendo fazer como uma vertente de uma "historiografia que incomoda". As críticas são metodológicas e epistemológicas, atingem vertentes consolidadas e já criticadas, como por exemplo o marxismo e os estudos culturais, que segundo o historiador Carlos Fico, influenciam e já influenciaram as reflexões acadêmicas sobre a ditadura de 1964. O incomodo gerado por propor a raça como uma categoria de análise é histórico, pois "o saber sobre a raça e a necessidade de preservar esse campo de saber se fez até recentemente sem o concurso dos interesses, propósitos e reivindicações dos movimentos sociais negros. Em muitos casos, mostra-se decisivamente em oposição a esses interesses" (CARNEIRO, 2005, p. 53-54). Então a necessidade de pôr a raça como uma disputa enfadonha se torna o objetivo.

Incomodo historiográfico

Os historiadores e historiadoras que não são da raça branca, ou as pessoas negras envolvidas em uma intelectualidade no geral, sempre pontuaram

a falta de incentivo em usar a categoria raça como elemento prático para os estudos das relações sociais e humanas principalmente no que tange a História do Brasil. A historiadora Maria Beatriz Nascimento, especialista em estudos sobre quilombos no momento pós-abolição, em 1974, portanto no momento auge da crença em uma democracia racial brasileira incentivada pela ditadura de 1964, denunciou a forma como os estudos das relações raciais estavam sendo feitas no país. A impossibilidade de estudos usarem uma base importada do exterior (o marxismo) para analisar uma realidade brasileira tão complexa como a questão de raça, estando, portanto, fadados a interpretações que reduziam a conclusões de cunho econômico (ou em decorrência de um fenômeno de luta de classes) e tão pouco social (NASCIMENTO, RATTS, 2006, p. 101).

E por um bom tempo as interpretações sobre as relações raciais foram feitas por esses moldes, onde na verdade, a raça não estava posta como uma categoria levada em consideração. Não é por menos, ao citarmos Carlos Fico, que temos trabalhos sobre a ditadura que leva em consideração essas interpretações e se tornaram obras importantes para o entendimento de um contexto antes não interpretado, principalmente entre os anos 1970 e 1980. As produções dessas obras nesses contextos participavam de uma ordem política e social onde elas se tornariam importantes e notórias para alguns grupos, fomentando principalmente o debate e a argumentação de militantes de esquerda no Brasil da redemocratização. Porém, por outro lado, levantaram críticas pertinentes, que nesse caso, levava em consideração todo um grupo que não estava sendo visto, debatido ou levado em consideração. O cientista social Carlos Moore argumenta que para acontecer um debate entre todos os grupos, tanto academicamente quanto na militância, deveria:

> Para isso acontecer, seria necessário que a esquerda abandonasse sua obsessão totêmica, várias vezes demonstrada como falsa, de que a oposição de classes é a única, ou a maior contradição existente na sociedade, o que relega tudo o que diz respeito à raça a um mero epifenômeno. Este último não somente "incomodaria" individualmente,

> mas teria o agravante de dividir a classe operária e os oprimidos em geral. E, estes últimos, segundo os marxistas, não teriam nem cor nem fenótipo (MOORE, 2010, p. 44).

A partir dos anos 2000, os trabalhos sobre a ditadura civil-militar "apresent[a]m abordagens típicas da 'Nova História'" (FICO, 2004, p. 41), explorando seus campos de análise, seus/suas interlocutores/as e botando em pauta novas categorias de análises antes não alcançadas pelos trabalhos clássicos. As produções mais notórias são as de aniversário do golpe, com suas compilações marcantes nos anos de 2004 rememorando os 40 anos e as coletâneas de 2014 que relembram os 50 anos. No primeiro aniversário relembrado, os debates de uma memória coletiva ou uma "batalha de memória" (REIS, 2004) da sociedade brasileira sobre esta ditadura se tornou presente nos trabalhos que se debruçaram em repensar o golpe, a historiografia e os rumos que este campo de pesquisa iria levar (SCHMIDT, 2007). Já nos 50 anos, as investigações foram para pontos mais específicos de "objetos", reunindo nos livros de coletâneas pesquisas mais focadas em biografias, ou análises sobre os contextos culturais que envolvem música, políticas de memórias entre as ditaduras da América Latina, caracterizando, segundo Aarão Reis:

> Torna-se inegável, com esta coletânea, que se constroem caminhos novos na historiografia brasileira sobre as ditaduras, no Brasil e na América Latina, percorrido por uma geração que não viveu sob o sinistro jugo dos regimes opressivos, mas que os tornou objeto de seus estudos e pesquisas e quer compreende-los, fugindo das memórias lisas (REIS, 2014, p. 11).

Os novos caminhos, citados por Aarão Reis, ainda não competiram os pontos salientados desde os anos 1970 por intelectualidades focadas em uma intersecção na pesquisa histórica. Das obras sobre a ditadura civil-militar, é possível, de grande renome e circulação, apontar nenhuma que coloque a raça como debate central. Segundo SILVA (2018), nenhum dos trabalhos incluído em obras de rememoração aos 40 ou 50 anos do golpe, envolviam a categoria de raça como análise importante nos seus resultados. Embora Aarão tenha citado

em 2004 as problemáticas raciais que o Brasil enfrente, como o "país mestiço e cadinho das 'três raças'" (REIS, 2004, p. 18), não houve um incentivo ou uma prerrogativa de dar uma protagonizada em obras que debatam esses pontos veementes. E no mais, acho pertinente usar para este contexto a crítica que traz à tona os apontamentos que feministas negras estadunidenses fazem a feministas brancas que dizem que debatem raça, mas que esquecem da raça logo em seguida:

> Embora se concentrem em classe e gênero, as feministas socialistas tendem a negar a raça ou fazem questão de reconhecer que a raça é importante e, em seguida, continuam apresentando uma análise em que a raça não é considerada (hooks, 2015, p. 207).

Conforme citado no decorrer do texto, minha intenção não era apenas a crítica, mas entendendo que a crítica era necessária de ser feita para conseguir os caminhos que pretendia desde o início: propor algo para introduzir em historiadores/as brancos/as a categoria raça como ponto de análise histórica em seus trabalhos.

A desdracularização historiográfica

Na verdade, a historiografia é branca pois quem a escreve é branca. Importante lembrar, dos clássicos das teorias da historiografia, como Marc Bloch, Peter Burke, que o/a historiador/a é quem conduz a escrita da história e decide como vai conta-la. É o/a profissional da História que escolherá que abordagens serão feitas, metodologias e quais categorias de análises são capazes de conduzir o seu trabalho para a conclusão final de seu agrado. A História não é neutra e muito menos quem a escreve, sendo escrita a partir da visão de cada um e também de que lê (BLOCH, 2002). E é importante usar um autor branco-francês, portanto, como afirma Lourenço Cardoso nas definições de branco, um "branco-

branco",[3] (CARDOSO, 2014, p. 59) para pontuar sobre a escrita da história e a branquitude que cerca seus pensamentos e suas conclusões.

Embora a maioria dos historiadores brancos e das historiadoras brancas que dedicam seus esforços para interpretar a ditadura civil-militar brasileira não sejam considerados os "brancos mais brancos de todos", continuam sendo brancos entre os "não-brancos", ou seja, aqui no Brasil, são mais brancos que as pessoas negras e as pessoas indígenas. E com seus privilégios materiais e simbólicos da branquitude, conseguem dominar a ação de escrita da história sobre a ditadura e o mais marcante, escamotear, esquecer, maquiar, ignorar a categoria analítica de raça nestes estudos (SILVA, 2018). Esse processo é defendido por Maria Aparecida Bento como uma isenção que apenas a raça branca pode fazer, principalmente por não se ver como raça. O sociólogo Lourenço Cardoso já pontua que esse é um processo das pessoas brancas de serem "*Brancos Dráculas*", "*Brancso Narcisos*" e "*branco-centricas*".

O "branco drácula" é uma alusão ao vampiro Drácula, ou seja, uma figura insaciável metaforicamente, majestosa de poder e possível de conseguir tudo o que quer e não questionar nunca se é possível conseguir aquilo que deseja. E no momento que esse "branco-drácula-historiador" se olha no espelho, ele não se enxerga, pois não há necessidade de se questionar e de procurar apenas o que pode lhe satisfazer: o outro (CARDOSO, 2014, p. 142-148). Outra fase da branquitude que não se critica, é a figura do "branco narciso", no caso, o "branco-narciso-historiador" que só se enxerga, ou seja, enxerga apenas suas perspectivas analíticas de interpretação e ignora todas as outras, (CARDOSO, 2014, p. 148-152) pois "o narciso acha feio o que não é espelho" (VEIGA, 2018,

[3] O branco-branco se torna todo o branco que é europeu mas não é português ou ibérico. O branco-branco é o branco mais branco de todos, ou seja, o branco preferencialmente da Europa e dos países onde é possível ter uma elevação dos privilégios simbólicos e materiais de ser branco, como os brancos da Inglaterra, da Franca, da Itália e da Alemanha, que são os países europeus mais conhecidos por sua brancura/branquitude (seus privilégios). Ver mais: CARDOSO, 2014, p. 59.

p. 78). A historiografia da ditadura civil-militar acaba sendo tudo um "branco-centrismo" total, onde o "branco-historiador" não apenas abdica, mas ocupa e muitas vezes se apropria do melhor lugar. O "branco-historiador" não quer todos os lugares, ele apenas tem que ocupar o melhor lugar, que lhe é *naturalizadamente* aguardado. O branco-centrismo cria um grande confronto, até mesmo entre os brancos:

> Ser branco é colocar-se como personalidade central em todos os ambientes que lhe interessa. A branquitude possui evidentemente uma característica branco-cêntrica, assim se posiciona. Quando o espaço é disputado entre seus iguais, o combate será acirrado, até que o outro branco reconheça a derrota (Hegel, 2005). O vencedor provavelmente utilizou de outra característica para vencer a contenta, por exemplo, maior poder econômico. O fato é que se sagrou campeão em seu próprio grupo. Assim, pode ocupar o espaço central. No entanto, quando o branco "é de fora", o seu conflito será com os outros não-brancos a quem, supostamente, cabe lhe destinar o espaço principal, o central, afinal, ele é branco (CARDOSO, 2014, p. 253).

O importante é que fique a reflexão. A *desdracularização* é possível se esses estágios da branquitude perpassarem pela consciência dos/as nossos/as "brancos-historiadores" e haja a plena tentativa de centralização do pensamento. A branquitude é muito mais do que corporeidade, fenótipos e construções possíveis de serem identificadas na primeira instância. Ela é poder. Poder de escolha de levar em consideração ou o poder de receber, ouvir e ignorar/esquecer/não se importar, poder de poder fazer, e fazer o que quiser com o que lhe for transmitido (CARDOSO, 2014; BENTO, 2002).

Conclusão

As produções historiográficas sobre a ditadura civil-militar continuam sendo brancas, e sobre pessoas brancas, mas quem escreve – que também são brancos – não afirmam que esses escritos são sobre pessoas brancas. Talvez essa seja a complexidade da branquitude drácula, narcisista e centralista, de saber que fala de si, mas não diz que fala de si. É se manter no centro sem dizer que está se centralizando. Esse impasse, com certeza, não é particular para

historiadores e historiadoras que produzem trabalhos sobre a ditadura. Esse problema, essa patologia social dos nossos brancos e brancas brasileiras (RAMOS, 1995, p. 215- 240), está presentes em todas as temáticas acadêmicas e também na vida social brasileira. Precisamos dar um olhar mais aprofundado para a população branca e suas especificidades.

Porém no que tange aos objetivos dessa comunicação, e do *branco-historiador-como-tema*, acredito que tenhamos dado a largada inicial para entender como se manifesta essa omissão de usar a raça como categoria de análise. Conforme pontuado pelo autor Aarão sobre seu conhecimento dos problemas raciais que existem na sociedade e ao mesmo tempo uma escolha de não pontuar isso de forma analítica em seus trabalhos ou uma soma nas obras que organiza, pode demonstrar um pouco dos draculismos, narcisismos e centralismos que percorreu por linhas e linhas aqui. Refutar também aos “brancos-brancos” teóricos, que afirmam a escolha do historiador e da historiadora na hora da escrita da História. E escolha, é escolha.

Referências bibliográficas

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida da Silva (Org.) **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002, p. 25-57.

BLOCH, Marc. **Apologia da história:** ou o ofício de historiador. Zahar, 2002.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo:** um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) − Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Revista Brasileira de Ciência Política, v. 16, p. 193-210, 2015.

MOORE, Carlos. **O Marxismo e a questão racial:** Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão. Belo Horizonte: Nandyala; Uberlândia: Cenafro, 2010.

RAMOS, Alberto Guerreiro. I - Patologia Social do "Branco" Brasileiro. In: _____. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995, pp. 215- 240.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **A ditadura que mudou o Brasil:** 50 anos do golpe de 1964. São Paulo: Zahar, 2014.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar:** 40 anos depois (1964-2004). Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90**, v. 14, n. 26, 2007.

SILVA, Gabriel Ribeiro da. **O esquecimento da raça:** uma breve análise da historiografia sobre as relações raciais na ditadura civil militar. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Bacharelado em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2018.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Tabuleiro de Letras**, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018.

Reminiscências de egressos da educação básica acerca do ensino de história afro-brasileira

Paulo Gutemberg de Noronha e Silva [1]
Adriana Kivanski de Senna [2]

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo identificar e analisar por meio dos sujeitos colaboradores Quilombolas Discentes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, buscando nas reminiscências de suas vivências estudantis na Educação Básica no Ensino de História, especificamente do Ensino de História do negro no Brasil. Dessa forma, sua aplicabilidade e conseqüente contribuição para direcionar assim os processos mentais fundamentais, na perspectiva da produção de experienciação, interpretação e orientação, em forma de pensamento, identidade e sentido histórico para vida prática. Optamos pela perspectivas teórico-metodológica da História do Tempo Presente, onde o historiador se encontra face a face vivenciando no seu tempo próximo com seu objeto e/ou sujeitos da pesquisa. Para nortear o percurso metodológico, foi escolhida a metodologia de História Oral por tratar os sujeitos colaboradores deste trabalho como documentação viva, dessa forma a utilização de História Oral temática e História Oral de vida, as quais são analisadas pelo método de Análise de Conteúdo conforme proposto por Bardin (2009).

Palavras-chave: História do Tempo Presente. Ensino de História. História Oral. Lei 10.639/2003. Quilombolas

ABSTRACT: This article aims to identify and analyze, through the collaborating subjects Quilombolas Student of the Federal University of Rio Grande - FURG, searching in the reminiscences of their student experiences in Basic Education in History Teaching, specifically of Black History Teaching in Brazil. In this way, its applicability and consequent contribution to direct the fundamental mental processes, in the perspective of the production of experience, interpretation and orientation, in the form of thought, identity and historical sense for practical life. We opted for the theoretical-methodological perspectives of the History of Present Time, where the historian finds himself face to face experiencing in his close time with his object and / or research subjects. To guide the methodological course, the Oral History methodology was chosen because it dealt with the collaborating subjects of this work as living documentation, thus the use of Oral History and Oral History of Life, which are analyzed by the Content Analysis method as proposed by Bardin (2009).

Keywords: History of Present Time. Teaching History. Oral History. Law 10.639 / 2003. Quilombolas

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Email: paulo.gutemberg@gmail.com.
2 Doutora em História, professora dos cursos de graduação em História e do Programa de Pós-graduação em História –Universidade Federal do Rio Grande – FURG, email: akivanski@hotmail.com.

Introdução

Consideramos ser ano de 2018 é importante pela razão de completar quinze anos de promulgação da Norma que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996.), alteração esta que torna obrigatório o Ensino de Historia da África e de Cultura Afro-Brasileira História da África e do Negro no Brasil (Lei nº 10.639, de 09 janeiro de 2013) nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, público e privado de todo território nacional.

Através da lei 10.639/2003 promoveu a incorporação dessas histórias em documentos curriculares e livros didáticos, chamando a atenção para uma História até então silenciada no Brasil. Por outro lado, os esforços de implementação nos últimos anos tem demonstrado que apesar das temáticas tanto africana quanto a afro-brasileira terem sido normatizadas, que ainda estamos longe de arrancá-las de uma invisibilidade e marginalidade.

O presente trabalho tem bom base teórica a História do Tempo Presente e, para nortear o percurso metodológico, trabalharemos com a metodologia de História Oral por tratar os sujeitos colaboradores deste trabalho como documentação viva.

Percurso teórico-metodológico

Foi escolhida para esta pesquisa a concepção teórico-metodológica da História do Tempo Presente onde o historiador, encontra-se face a face e vivenciando no seu tempo proximidade com seu objeto e/ou sujeitos da pesquisa, assim sendo, a História do Tempo Presente se firma como “a História que vivemos”, que “faz parte das nossas lembranças e de nossas experiências” (RÉMOND, 2006, p. 206).

O percurso metodológico para nortear esta pesquisa, repousa sobre a metodologia de História Oral por tratar os sujeitos colaboradores deste trabalho

como “documentação viva”, dessa forma a utilização de História Oral temática e História Oral de vida. Considerando a História Oral Temática como aquela que tem como ponto de partida central a utilização da entrevista e, “abrigando índices de subjetividade”, que “se explica no confronto de opiniões firmadas”, “sempre de caráter social e nela as entrevistas não se sustentam sozinha ou em versões únicas” (MEIHY, 2010, p. 38). Pensando na História Oral de vida, temos como perspectiva o trabalho com a especificidade da Temática ora proposta, considerando o percurso estudantil de toda Educação Básica como parte integrante de nossas vidas, versando “sobre aspectos continuados da experiência de pessoas”, dessa forma “pela circunstância da expressão oral, a memória se exacerba em dois pontos principais: 1. o processo seletivo do que dizer é muito exposto; 2. o narrador tem um perfil ou algo a revelar.” (MEIHY, 2011, p. 82). Valendo-nos de entrevistas semi-estruturadas do grupo específico de sujeitos colaboradores Quilombolas Estudantes de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal de Rio Grande - FURG, egressos da Educação básica, possibilitando dessa forma dar vozes para esses sujeitos, concomitante a percepção de avanços, estagnação ou retrocessos na incorporação da temática da História do Negro no Brasil, em especial de assuntos relacionados a Quilombos e Quilombolas nas instituições por onde trilharam suas vidas estudantis. Dessa forma a aplicação da metodologia de História Oral é o instrumento que nos permitirá conectar, rememorar reminiscências de suas experiências escolares na Educação Básica nas aulas de Histórias e os materiais didáticos por eles acessados.

Conjuntamente à realização das entrevistas pelo método da história oral a partir de entrevistas temáticas e de histórias de vida. Realizei observação direta das atividades relacionadas à prática da memória seja em roda de conversa, seja no conjunto de atividades empreendidas pelos Quilombolas discentes da

FURG, a reunião dessas ações compõe nossas análises e a completude desta pesquisa.

Será utilizada nesta pesquisa a Análise de Conteúdo, que Laurence Bardin define de forma direta:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2009, p. 42).

A consolidação dos relatos orais realizado através de nossos colaboradores, constituirão um corpus textual que será sistematizado e investigado com base na Análise de Conteúdo, entendido como um conjunto de processos sistemáticos de exposição descritiva do conteúdo da interlocução, objetivando proporcionar a inferência de conhecimentos relativos à temática proposta (BARDIN, 2009).

Componentes da problemática e objetivos

A pesquisa que orientou este artigo tem como problemática analisar os sujeitos colaboradores e de como se percebiam no Ensino de História na Educação Básica. Tendo como referência as reminiscências especificamente com conteúdos para o trato das temáticas relacionadas à diversidade étnico-racial, com ênfase na disciplina de História e cultura Afro-brasileira, do Negro no Brasil e da África. Indagando assim entre a lei e prática, partindo da visão destes sujeitos: Quais saberes, experiências e concepções foram apreendidas e produzidas por esses egressos da Educação Básica? Quais as principais dificuldades encontradas e quais são os caminhos percorridos e percebidos para o enfrentamento destes assuntos? Qual, como e onde houve trato com essas questões fora do espaço escolar? Como se constroem as trajetórias dos

estudantes Quilombolas da FURG, antes e durante seus respectivos ingressos na Universidade e quais as suas representações sobre a inserção e os desafios que se posicionam neste trajeto?

O objetivo geral propõe-se a identificar e analisar por meio dos sujeitos colaboradores Quilombolas Discentes da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, buscando nas reminiscências de suas vivências estudantis na Educação Básica no Ensino de História, especificamente do Ensino de História do negro no Brasil e, sua aplicabilidade, implementação e conseqüente contribuição para direcionar assim os processos mentais fundamentais, na perspectiva da produção de experienciação, interpretação e orientação, em forma de pensamento, identidade e sentido histórico para vida prática. Como objetivos específicos ao longo da pesquisa serão abordados as seguintes questões:

a) Realizar coleta de dados que ocorrerá por depoimentos e entrevistas semi-estruturadas com a metodologia de História Oral, suas respectivas transcrições e análises; e

b) Identificar os obstáculos etnocêntricos que esses grupos tinham e tem com relação à terra, trabalho, educação e seus novos desafios desbravando o mundo Acadêmico e consequente permanência e Perspectivas.

Os sujeitos colaboradores para esta pesquisa e conseqüentes futuras coleta de dados, serão Estudantes Quilombolas da FURG, de Graduação e de Pós-Graduação ingressantes entre os anos de 2014 a 2017.

Consciência histórica e ensino de história

É observável que o ensino da História estuda e busca caminhos para levar o produto da pesquisa histórica em diversidades de raciocínio, dessa forma incluindo “o papel da História e as representações nos meios de comunicação de massa” (RÜSEN, 2010, p. 32-33). Compreendendo assim o ensinar História,

necessário para discernir sobre a aprendizagem histórica para transformação e diversas possibilidades. Conforme Rüsen, "Aprender História é um processo mental de construção de sentido sobre a experiência do tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem" (2010, p.43).

A Condução da consciência histórica viabiliza direcionar o olhar para os processos mentais fundamentais. Com a perspectiva de experimentar, interpretar e orientar em forma de pensamento histórico através da narrativa. É mediante a narrativa que o sentido histórico pode ser explicitado, dessa medida aprimorando a constituição de sentido sobre a experiência dos períodos. Pela perspectiva apresentada por Rüsen:

> O pensamento Histórico é disparado pelas carências de orientação. Em seguida, ele transforma essas carências, no processo de sua satisfação mental, em perspectiva acerca da experiência do passado – em perspectiva de interpretação. Nessa perspectiva são inseridos, então, metodicamente, conteúdos experienciais concretas. O acerca do que aconteceu no passado, assim obtido, torna-se representação do passado em forma historiográfica. Assim formatado, o saber histórico adquirido torna-se ativo nos processos atuais da orientação histórica (RÜSEN, 2015, p. 74).

A aquisição de sentido histórico e analítico permite o individuo a se relacionar com o saber histórico de forma consciente, possibilitando a interpretação deste saber para conectá-lo na vida prática.

Os Historiadores se debruçam e analisam linguagens em suas diversas fontes, que estabelecem resultados, formas e contextos em que comparecem e são formulados e constituídos como presente passado na medida em que incorporam o campo de experiências – e as demandas do presente. Utilizaremos a interpretação e contribuições à semântica dos tempos históricos de Koselleck (2006), que formula duas categorias que dão suporte à sua compreensão de temporalidade: *campo de experiências e horizonte de expectativas*. Para ele,

> Experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Keith Jenkins historiador britânico apresenta que: "nenhum historiador consegue abarcar e assim recuperar a totalidade dos acontecimentos passados, porque o conteúdo desses acontecimentos é praticamente ilimitado". Dessa medida, "nenhum relato consegue recuperar o passado tal qual era." A História, para o autor, "está sempre fadada a ser um constructo pessoal, uma manifestação da perspectiva do historiador como narrador. O passado que conhecemos é sempre condicionado por nossas próprias visões, nosso próprio presente" (JENKINS, 2011, p. 31-33). Logo, a história ensinada é sempre fruto de uma seleção, ou algum um recorte temporal, histórico. As histórias são frutos de múltiplas leituras, interpretações de sujeitos históricos situados socialmente.

O argumento de Jenkins parte da consideração de uma diferença entre passado e História: se a História tem por objeto de estudo o passado, este só pode ser alcançado através de discursos, da leitura e elaboração de textos, do trabalho de interpretação. Explica ele que "o mundo ou o passado sempre nos chegam como narrativas e que não podemos sair dessas narrativas para verificar se correspondem ao mundo ou ao passado reais, pois elas constituem a 'realidade'" (KEITH, 2011. p.43). A partir disso poderíamos chegar a uma conclusão de que o passado como vinha sendo buscado pelos historiadores, como um objeto estático a espera de ser desvelado, não existe. Jenkins não abraça esse tipo de descrição, já que busca mediar à dialética dentre os que vão perceber o passado como não existente e os que vão ver este como um significante sem significado, aberto a qualquer interpretação.

Em relação ao ensino de História a epistemologia da história e do conhecer escolar, os autores trabalhados Jenkis Keith (2011), Reinhard Koselleck

(2006) e Jörn Rüsen (2015), nos remetem que a linguagem articulada permite interpretar e analisar as fontes dentro dos livros de história com diligência e conexões teórico-metodológicas contribuindo para a transformação, independente do momento atual vivido pela nação.

Considerações finais

Parece-nos de grande importância analisar a aplicabilidade da lei 10.639/2003 e, o papel do ensino de História na formação da identidade e construção de representações acerca de si mesmo e do outro. Dessa forma, o presente trabalho apresenta a nossa proposição diante desse contexto, a questão que se faz relevante, no ano em que completa 15 anos da aprovação da Lei 10.639/2003, ela está sendo efetivamente cumprida? Como os sujeitos tem percebido essas efetivações? Percebiam-se inseridos quando nas aulas de História? Esses e outros questionamentos serão respondidos quando da utilização da metodologia da História Oral e posterior compilação, transcrições e análises.

Esperamos que nossa pesquisa possa contribuir para a reflexão acerca da História do ensino de História e suas conexões com ações atuais que se apresentam às escolas por onde os sujeitos desta pesquisa passaram, levando-nos diuturnamente a um sentimento de trazer os alunos mais próximos possível do conteúdo aplicado, buscando sempre à diversidade, o respeito ao próximo e novas reflexões.

Estamos em processo de levantamento de dados e andamento da pesquisa, entretanto preliminarmente, podemos perceber avanços na legislação educacional no decorrer da história nacional. Pretendemos através de nossos sujeitos colaboradores desta pesquisa, buscar as impressões necessárias entre a lei e a prática. Sabedores que os desdobramentos da aprendizagem histórica

associado à consciência histórica, tornam-se efetivas quando para a experiência de suas vidas.

Enfim, temos a expectativa de encontrar caminhos e apontamentos que sejam proveitosas, pois consideramos que ao colocar a lei em funcionalidade de forma real, de fato contribuirá de forma indelével para a quebra de um paradigma, e alcancemos a valorização de um Brasil como ele verdadeiramente é: um país multirracial e multicultural, onde cada um é considerado e respeitado na sua singularidade e particularidade.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2009, 229 p.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: *https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm*

_____. Lei n. 11645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: *https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm*

KEITH, Jenkins. A História Repensada. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 23 – 52.

KOSELLECK, Reinhard. Futuro do Passado: contribuição à semantica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUCRIO, 2006, 366 p.

MEIHY, José Carlos e HOLANDA, Fabíola. História oral – como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2010, 176 p.

MEIHY, José Carlos e RIBEIRO, Suzana. Guia Prático de história oral: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo: Contexto, 2011, 198 p.

RÉMOND, René. Algumas Questões de alcance geral à guisa de introdução. In FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (coords.) Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed.2006, pp.203-210.

RÜSEN, Jörn. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa a consciência moral. In: SCHMIDT, Maria; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão (Org.). Jörn Rüsen e o Ensino de História. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 31 – 78.

RÜSEN, Jörn. Teoria da História: Uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015, 324p.

A proclamação da república no sul do Brasil: a construção do herói nos monumentos públicos

Sérgio Roberto Rocha da Silva[1]

O presente estudo teve como objetivo central analisar a representação do herói nos monumentos públicos das cidades de Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis no período entre 1900-1940. A tese central do trabalho foi sustentada na premissa de que os monumentos não traduzem uma realidade histórica, mas sim um imaginário. Nossa proposta aqui não será de apresentar as quinze obras analisadas na Tese de Doutoramento[2] e posteriormente no livro,[3] tendo em vista que é um recorte. O trabalho exigiu uma pesquisa exaustiva na busca de informações e solicitou constante trabalho de campo e a busca de diversificadas fontes (documentos, iconografias, fotografias, publicações e jornais) para constituirmos o perfil de cada homenageado e a descrição dos monumentos através de suas alegorias e símbolos, para determinarmos o que vinha ser ficção ou realidade.

Não basta interpretarmos símbolos e alegorias para entendermos o passado de uma determinada sociedade, pois somente através de uma interconexão de fontes poderemos compreender os limites entre ficção e realidade. Buscamos compreender até que ponto estes monumentos serão capazes de resguardar uma realidade histórica ou um imaginário[4]. Verificamos, o quanto os heróis materializados nos monumentos foram concebidos a partir de

---

[1] Doutor em História – sergiohistoria@bol.com.br

[2] SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. **Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis (1900-1940):** monumentos, heróis e imaginário. Porto Alegre, (Tese de Doutorado do programa de Pós-Graduação em História – PUCRS), 2008.

[3] SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. **A Proclamação da República no Sul do Brasil: a construção do herói nos monumentos públicos.** São Paulo: Haikai, 2018.

[4] O termo imaginário tratado aqui está de acordo com o que Castoriadis (2000, p.154) diz: "[...] falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa 'inventada' – quer se trate de uma invenção 'absoluta' [...] ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações 'normais' ou 'canônicas' [...] é evidente que o imaginário se separa do real, que pretende colocar-se em seu lugar [...]".

fatos reais ou pelo olhar romanceado de autores e grupos interessados em produzir homens portadores de virtudes e associados à República, imortalizando-os no bronze e na pedra.

Sem o envolvimento e a presença do povo brasileiro, a Proclamação da República no Brasil passou a ser vista mais como um símbolo da queda da Monarquia do que realmente uma conquista da nova ordem política do Brasil. Sem uma coesão entre povo e governo, republicanos implementaram uma batalha simbólica objetivando interferir no imaginário popular, criando novos ideais e apagando lembranças e associações com a Monarquia.

O monumento será o melhor veículo para esta realização, sendo o herói a figura central e divulgadora dessa realidade inovadora. O herói abordado aqui será aquele fabricado e projetado pela República de forma intencional para servir de instrumento para o atendimento de interesses próprios. A função dos monumentos na Primeira República era divulgar e autenticar o novo regime político junto à sociedade, como "'provas materiais' das versões oficiais da história nacional, [...] visando a legitimar o poder atual" (Fonseca, 1997, p.59).

Quando nos referimos a monumentos estamos nos referindo ao acervo produzido com o propósito de conservar a memória do herói representado. As alegorias e os símbolos estarão presentes na obra, como método didático para uma melhor interpretação. Buscamos compreender até que ponto estes monumentos foram capazes de resguardar uma realidade histórica[5] ou um imaginário. Verificaremos, no decorrer do estudo, o quanto os heróis materializados nos monumentos foram concebidos a partir de fatos reais ou pelo

[5] Ao usarmos o termo *realidade histórica*, estamos fazendo menção aos acontecimentos registrados em fontes e que expressem coerência, possibilitando revelação de indícios de verdade, já que a História é produzidas por homens e, por isso, sujeita a interferências pessoais na versão final dos fatos. Toda sociedade define o que é ou não real, basta a nós identificarmos na subjetividade o que está circunjacente a ficção e não ficção.

olhar romanceado de autores e grupos interessados em produzir homens "notáveis".

A escolha das capitais Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba justifica-se por evidenciarem um rico acervo de monumentos inexplorados através de nossa ótica. Também há especificidades nas três regiões: em Porto Alegre, os monumentos estão relacionados aos políticos positivistas e heróis de guerra; Curitiba prioriza os heróis fundadores da República e políticos destacados no âmbito nacional; em Florianópolis, os heróis são – na grande maioria – de cunho regional, não sendo retratados aqueles de reconhecimento nacional.

O recorte temporal está delimitado a partir da formação dos acervos nas cidades analisadas e pela importância deles para o nosso objetivo. O período de foco se estendeu até 1940 pela possibilidade de enriquecer nosso trabalho, pois será entre 1930 e 1940 que estarão circunscritos os monumentos com temática relativa aos heróis de reconhecimento nacional. Os monumentos analisados até 1940 são portadores de alegorias, símbolos e heróis referentes à ideologia republicana.

Buscamos aqui mostrar que, nas primeiras décadas do século XX, os monumentos produzidos não são portadores de uma realidade histórica, mas de um imaginário. A falta de adesão do povo aos ideais republicanos vai propiciar uma batalha simbólica, tendo como um dos veículos os monumentos públicos. O herói será o condutor da mensagem, traduzida através de alegorias e símbolos. Até o momento, as pesquisas e os livros produzidos sobre o tema enfatizam somente os monumentos públicos como portadores de memória e História. Dificilmente algum autor refere-se a eles como possibilitadores de estudo do imaginário. É comum a referência aos monumentos como forma de interpretação da História da sociedade em que foram concebidos.

Buscamos entender o processo de como se deu a apropriação dos monumentos[6] pela República para representação dos heróis e quais eram seus objetivos na divulgação. Outro ponto que também se faz presente ao tema será a percepção da necessidade da criação de um

imaginário de patriotismo nacional em um momento de transição política pelo qual passava o Brasil. A iconografia[7] será o principal mecanismo de representação do herói utilizado pela República. O episódio da Proclamação da República não passou de uma concentração de militares que se reuniram para anunciar o novo regime político. Toda mobilização serviu mais como marco simbólico do que representação de uma conquista do povo brasileiro. Um dos grandes obstáculos foi atingir o poder sem uma Revolução, diferentemente da Revolução Francesa. As consequências foram prejudiciais para a coesão entre povo e governo; a ausência de mobilização popular se deu por total falta de conhecimento e por ter sido um golpe militar.

Não há dúvida, entre os estudiosos da temática, de que o fim do regime monárquico decorreu de uma crise econômica que se estendeu até a sua queda. Para Penna (1999, p.35), não foi difícil a Monarquia cair depois de uma modesta "parada militar", já que seu fim era uma questão de tempo. A República se iniciava de forma tímida aos olhos do povo, já que este não participou e tampouco conseguiu alcançar a compreensão do que ocorria naquele instante. Podemos interpretar a situação como a conformação de um grande erro por parte dos republicanos: a falta de um trabalho do desenvolvimento do apoio popular. A

[6] O conceito de monumento que utilizamos é aquele que afirma: "[...] O sentido original do termo é o latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* ('advertir', 'lembrar'), aquilo que traz à lembrança alguma coisa" (Choay, 2001, p.17-18).
[7] A importância do estudo da iconografia pode ser delineada a partir do que Vovelle (1991, p.70) considera: "As fontes iconográficas não somente são abundantes, mesmo em seu inventário atual, como também oferecem perspectivas renovadas de reflexão. Não obstante afigurar-se paradoxal, eu diria que, em certos aspectos, elas podem parecer mais 'inocentes' ou, afinal de contas, mais reveladoras que o discurso escrito ou oral, graças às significações que delas podemos extrair, em termos de confissões involuntárias".

solução encontrada foi o desencadeamento de uma verdadeira batalha simbólica como tentativa de reversão da situação.

A batalha simbólica promovida pela Primeira República encontrou nos monumentos um veículo que atendia a um dos objetivos principais: promover um esquecimento das lembranças da velha Monarquia na memória da população.

Não era objetivo da República apresentar os heróis somente como mera exaltação ao patriotismo, mas sim evocar, através do trabalho simbólico e do imaginário, uma afirmação do regime político a pouco implantado. Através dos monumentos, a Primeira República estaria alcançando de forma mais eficaz a idealização do governo que era ambicionada até mesmo antes do 15 de novembro. Como diria Roncayolo (1988, p. 10): "[...] os homens, as sociedades, não criam seu ambiente somente para satisfazer certas necessidades físicas ou sociais, mas também para projetar dentro de um espaço real de vida algumas esperanças, ambições e utopias".

A inauguração dos monumentos na República envolvia uma preparação ritualística, solene. O envolvimento da sociedade nessas ocasiões funcionava como um termômetro que media a relevância daquela obra, a dimensão da repercussão do herói e seu significado junto ao povo. A efetivação dava-se de várias formas: seja pelos discursos em jornais, que se estendiam apenas a uma pequena parcela da sociedade alfabetizada e que excluía uma grande parte que não sabia ler, ou através das artes, principalmente dos monumentos públicos que, por sua vez, atingiam a maioria da população.

Para que a associação entre o monumento e o povo fosse maciçamente trabalhada pelos artistas, símbolos e alegorias orientavam a interpretação obras, fazendo-se presentes, indicando o que "era para ser entendido", mesmo que não correspondesse à realidade. O Herói, assim, adquiria esse papel porque o monumento o representava dessa forma.

Se por um lado a batalha simbólica tinha por "finalidade atingir o imaginário popular para recriá-lo dentro dos valores republicanos" (Carvalho, 1990, p.10), por outro, trazia um revigoramento para o novo regime. A ideologia agora tinha que ser representada de modo mais universal, alcançando a porção da sociedade que antes ficava alheia da política imperial. Os símbolos e as alegorias visavam mais do que meios de divulgação de uma nova postura política; objetivavam apagar da lembrança da sociedade resquícios de um passado desprezado. Apresentou-se um caminho com menos dificuldades buscar no exterior (França) os ideais a serem seguidos em vez de se voltar ao passado do Brasil, que até a Proclamação da República vivera "às margens do Progresso e da Modernidade".

Os monumentos, além do valor artístico, são portadores de um imaginário e servem de instrumento de glorificação dos heróis. Dessa forma: "[...] toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias e aspirações às necessidades e às esperanças de uma situação histórica particular" (Fischer, 1973, p.17). Erguer monumentos públicos que trouxessem homenageados representados era um costume habitual na Antiguidade. No Egito antigo, os monumentos compõem a base desta civilização; na Grécia, o aprimoramento de técnicas fez com que a perfeição das obras fosse perpetuada até os dias de hoje; e, de Roma, temos a herança dos retratos e bustos, mas principalmente da estátua equestre, que dava opulência à sua representação.

Através do presente estudo, confirmamos que é o poder político que acaba por determinar o que deve ou não ser lembrado pela sociedade, elegendo acontecimentos para serem tornados presentes em monumentos públicos, agindo diretamente na formação da memória coletiva.

Usar a arte como método pedagógico e como demonstração de poder é uma prática costumeira, tanto na esfera política como na religiosa. Exemplo da

afirmativa pode ser verificado em determinados períodos históricos, como na Idade Média, quando a arte estava notadamente a serviço da religião na arquitetura e pintura. Já no campo político, basta verificarmos a História do Brasil no período da Primeira República, quando os monumentos e as pinturas serviam como a grande "arma" artística de divulgação e autenticação do novo regime. A arte é concebida a partir de prioridades próprias, cuja visibilidade é expressa tanto pelo artista quanto pelo patrocinador da obra, já que: "A obra de arte produz-se no interior de uma sociedade e de uma situação histórica específica: dessa sociedade, o próprio artista é parte ativa; a sua obra é requestada, promovida, avaliada, utilizada" (Argan, 1994, p.36).

Partindo do pressuposto de que a sociedade existe porque existe o imaginário, como afirma o autor Castoriadis em sua obra *A Instituição Imaginária da Sociedade*, se faz necessário perceber a imagem como um mecanismo de códigos, em que signos traduzem um conjunto de significações e valores. O poder político exerce estruturas de apropriações na sociedade, que se dão fundamentalmente através de simbologias, porque o entendimento através de códigos atinge com maior eficácia todas as camadas sociais.

Monumento, herói e sociedade se vinculam à medida que traduzem uma dimensão imaginária que condensa em si a decifração de expectativas de um grupo societário, pensando a formulação de um código unificador que dá vez aos indivíduos que compartilham ações comuns. Considerando que "todo pensamento, projeto e ação possui uma dimensão imaginária" (Boia, 1998, p.28), cabe identificá-la concebendo a historicidade própria de uma sociedade que se reflete em diferentes formas de manifestações, entre as quais na materialidade edificada nos monumentos, transmissores de pensamentos, ideologias e cotidiano de uma época. Os monumentos são estruturas que agem na lembrança e interagem com a memória, tornando-os, além de documentos, corporificações de um imaginário construído. Para Maria Eurydice Ribeiro (1999, p.26), monumento

remete a: "[...] tudo que busca perpetuar personagens ou acontecimentos associando-se ainda, ao tempo e à memória, em particular à memória social, e à idéia de marco delimitador de uma ordem temporal e espacial."

O estudo dos monumentos exige que haja delimitação do campo investigativo. Faremos, então, uso da categoria de "monumento intencional" de Alöis Riegl, que tem por princípio a rememoração dos feitos do herói representado/materializado. Riegl, pioneiro na análise dos monumentos, considera a categoria intencional como aquela que tem como objetivo a conservação da lembrança para gerações futuras.

A prova de que não há mais ênfase no culto aos heróis e que os monumentos perderam a função de origem na atualidade está no descaso e na depredação destes. Esse abandono nos mostra que hoje a sociedade não está interessada em buscar nos monumentos o testemunho do passado – pelo contrário, por ignorá-los, não são preservados. Se "a história começa seu percurso justamente no ponto onde se detém a memória coletiva" (Seixas, 2001, p.40), isso quer dizer que, quando nos deparamos com um monumento e seu herói "sintético", não estamos revendo uma realidade histórica, mas um imaginário que se propõe a romancear o personagem a partir do uso das alegorias e símbolos como mecanismos de interpretação.

Os monumentos nos mostram uma realidade paralela e não a história; porém, quando ocorrem mudanças repentinas e sem a participação do povo, como ocorreu na Proclamação e na consolidação da República, a memória coletiva passa a servir à própria História para satisfazer grupos que estão no poder e não a maioria da sociedade: A memória é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...).

Foi tão eficaz usar os monumentos públicos para divulgar os heróis republicanos que, ainda hoje muitos acreditam que os personagens presentes nas obras foram e fizeram realmente o que está sendo representado nas alegorias e símbolos. Para fazer relembrar certos momentos do passado foi necessário buscar no imaginário os argumentos necessários para o preenchimento de lacunas que o tempo e a História deixaram.

Os monumentos analisados neste trabalho são, antes de tudo, obras de arte. O homem as produziu desde sua origem, seja em pinturas de cavernas (no período da pré-história) ou mesmo na finalidade religiosa do antigo Egito. Assim, a manifestação artística é uma prática tão antiga quanto a civilização. No decorrer da História percebe-se que a obra de arte teve funções diferenciadas, sua utilidade transparece desde a promoção de dogmas religiosos via peças artísticas, nas produções para divulgação, bem como na apreciação estética. Com isso, a arte passa a ser um objeto de variação temporal e funcional na sociedade (Osborne, 1974, p.29).

Hoje o bronze e o mármore dos monumentos não produzem o efeito de conservação do passado. O que antes era visto como a personificação de nossa História, na atualidade já é percebido mais como testemunhos de um imaginário e recriação de uma memória vivida. Os heróis que habitam os monumentos da Primeira República nos remetem a uma ficção, sem comprometimento com a realidade: “Os monumentos, dos quais se tornou necessário dizer que são ‘comemorativos’, seguem, levados pelo hábito, uma carreira formal e insignificantes” (Choay, 2001, p.23).

Ao encerrarmos este estudo não esgotamos o ensejo de futuras pesquisas acerca da temática, já que ainda contamos com os monumentos em nossa sociedade, bem como dispomos da rica iconografia produzida no período da Primeira República. O uso do simbolismo foi certamente uma prática marcante do novo regime político do Brasil. Percebemos que os monumentos não são mais

concebidos por grande parte da população como um elo de ligação entre passado e presente, basta observarmos a constatação do descaso e as ações depredatórias dirigidas a essas obras. Os heróis personificados no bronze e na pedra hoje são ignorados pelos transeuntes, confirmando a perda daquela função idealizada na formação do acervo.

Em Porto Alegre, os monumentos foram erguidos por iniciativa de pequenos grupos, com a intenção de divulgação de ideais para atender a interesses particulares. Os heróis políticos e militares foram os que mais estiveram presentes nessa glorificação, reafirmando-os como promotores da iniciativa. A sociedade apenas assistiu às decorrências dos fatos e, como na Proclamação da República, teve participação um tanto quanto inexpressiva.

Na capital gaúcha, percebemos também que há uma nítida diferença entre os heróis idealizados e sua atuação no meio social. Se não tivéssemos recorrido à associação e à conexão de diversificadas fontes, dificilmente poderíamos traçar um perfil do personagem representado mais próximo do real e da História. O monumento ao positivista Júlio de Castilhos é o melhor exemplo de propaganda política. A vida de Castilhos foi idealizada nos mínimos detalhes, objetivando perpetuar para o futuro não somente os atos e a existência do líder político, mas a de um herói, com seus defeitos transformados em glória e virtude.

Em Florianópolis, concluímos que o hábito de construir monumentos para homenagear heróis e utilizá-los como propaganda dos ideais republicanos foi inexpressivo. Na cidade foram encontrados poucos monumentos e com reduzido número de símbolos e alegorias. Somente a obra ao Coronel Fernando Machado está localizado no período da Primeira República. Os heróis em Florianópolis não são de grande projeção nacional, pois foram evidenciados aqueles homens que nasceram e deixaram algum legado para a História da capital catarinense. Não houve mobilização de culto a esses heróis por parte da sociedade. Heróis regionais foram usados para divulgar certos interesses, como

Hercílo Luz, cuja relação com a ponte que liga a cidade ao continente foi mais evidenciada que suas virtudes. Fernando Machado foi lembrado por José Boiteux porque vivia-se um período de conflitos da Primeira Guerra Mundial e a cidade ainda não tinha um herói militar para cultuar.

Em Curitiba, podemos constatar a utilização de monumentos e heróis como forma de divulgação de ideais da República. Grande parte do acervo de obras é de heróis ligados diretamente à República e o restante (exceto *O Semeador*) foi adotado para propagar a mensagem da nova administração política do Brasil. A comprovação de que houve culto aos heróis de forma tardia em Curitiba pode ser verificada a partir das datas de inauguração dos monumentos: cerca da metade foi erguido somente após o fim da Primeira República. Diferentemente de Porto Alegre, a capital paranaense não teve o governo local como o grande financiador das obras, tarefa concretizada por pequenos grupos. Está visível o modismo em erguer monumentos em Curitiba. Em vez de glorificar heróis que atuaram diretamente na região, preferiu-se cultuar homens que se destacaram nacionalmente. A incoerência de ter na praça da cidade uma obra homenageando Floriano Peixoto nos mostra a dimensão das contradições encontradas nos acervos analisados.

Não foi nossa proposta desenvolver um estudo biográfico; utilizamo-nos de dados para identificar as contradições entre as representações nos monumentos e a História de vida de cada um. Os objetivos foram alcançados com plena satisfação, pois símbolos e alegorias foram analisados e interpretados em todos os monumentos selecionados nas cidades de Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis. Também fizemos um estudo relacionando o imaginário da época à glorificação dos heróis e à formação desses acervos.

Os monumentos não refletem uma realidade histórica, mas um imaginário. Apontamos as diferenças entre fato e ficção contidas nos conjuntos artísticos que compunham os acervos, ficando nítida a idealização daqueles que

financiaram e tiveram a iniciativa de erguer monumentos para homenagear heróis criados para prover seus desejos. Não podemos analisar a História de uma sociedade *somente* através de seus monumentos. Essas obras são testemunhos de um imaginário e os heróis homenageados foram recriados a partir de uma realidade, tornando-se personagens inverossímeis.

Referências bibliográficas

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ARGAN, Giulio Carlo. Arte Moderna**.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BACZKO, Bronislaw. Los Imaginarios Sociales: memorias y esperanzas colectivas**.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.

BOIA, Lucian. Pour une Histoire de l'Imaginaire. Paris: Lês Belles Lethes, 1998.

BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CARLYLE, Thomas. Os Heróis e o Culto dos Heróis. São Paulo: Cultura Moderna, s/d.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1962.

CASTORIADIS, Cornelius. A Instituição Imaginária da Sociedade. 5º. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade / Editora UNESP, 2001.

DOBERSTEIN, Arnoldo W. Estatuária, Catolicismo e Gauchismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

FEIJÓ, Martin Cezar. O que é Herói. São Paulo, Brasiliense, 1995.

FISCHER, Ernest. A Necessidade da Arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ / IPHAN, 1997.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HAUSER, Arnold. História Social da Arte e da Literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). A Invenção das Tradições. 3o Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOOK, Sidney. O Herói na História. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. 3º ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MACIEL, Maria Eunice. Procurando o Imaginário Social: apontamentos para uma discussão. In: ELMIR, Cláudio P.; FÉLIX, Loiva Otero. Mitos e Heróis: Construção de imaginários. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1998, 75-87.

OSBORNE, Harold. Estética e Teoria da Arte. São Paulo: Cultrix, 1974.

PENNA, Lincoln de Abreu. República Brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

RIEGL, Alöis. Le Culte Moderne des Monuments. Paris: Seuil, 1984.

RONCAYOLO, Marcel. La Ciudad. Barcelona / Buenos Aires / México: Paidós, 1988.

SEIXAS, Jacy Alves de. Ressentimento: história de uma emoção. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 2001. p.37-58.

SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. A Proclamação da República no Sul do Brasil: a construção do herói nos monumentos públicos. São Paulo: Haikai, 2018.

SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. Porto Alegre, Curitiba e Florianópolis (1900-1940): monumentos, heróis e imaginário. Porto Alegre, (Tese de Doutorado do programa de Pós-Graduação em História – PUCRS), 2008.

SILVA, Sérgio Roberto Rocha da. Monumentos de Heróis na Cidade de Rio Grande. In: CLEMENTE, Elvo. Integração, História, Cultura e Ciência: 2004. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p.37 – 44.

PINSKY, Carla. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

VOVELLE, Michel. Ideologias e Mentalidades. 2º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Dançando nos Terreiros: educação dos corpos para as Giras na Quimbanda de Rio Grande/RS

Rodrigo Lemos Soares[1]
Mauro Dillmann[2]
Denise Marcos Bussoletti[3]

Prece de abertura

Abro[4] este texto anunciando que ele é oriundo de dois movimentos: o primeiro trata de uma narrativa acerca de uma dissertação em História, enquanto que, o segundo, decorre de uma exercício de pesquisa de doutorado. Para tanto, escrevo-o, a partir de recortes, aos quais confiro "[...] sentidos a documentos igualmente fragmentados" (Paz, 1996, p. 42). Isso porque, ao desenvolver esta escrita estabeleço inúmeras mesclas, nas quais, narro partes da minha vida, minhas histórias e danças, de tal modo que assim como ocorreu nela – na minha vida, na dissertação ou na tese, ainda em movimento, esta escrita não contempla todas as narrativas, tampouco, as histórias que experienciei, pois creio que "[...] nunca se termina nada [...]" (Deleuze, 1992, p. 221).

Ele - o texto, é então o resultado das minhas inquietações e dos caminhos que percorri, de entrelugares (Bhabha, 2013), exaltando que "[...] ninguém é, portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício" (Foucault, 2003, p.24). Essa pesquisa tomou os meus olhares nos Inter caminhos, nas inter-relações que

[1] Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Mestre em Educação em Ciências e História – <guidodanca@hotmail.com>
[2] Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Doutor em História - <maurodillmann@hotmail.com>
[3] Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Doutora em Psicologia - <denisebussoletti@gmail.com>

[4] Uma explicação inicial que orientou este texto e toda escrita da dissertação, moldada pela Análise Cultural é a escrita em primeira pessoa, do singular. "[...] Falar (ou escrever) na primeira pessoa não significa falar de si mesmo, colocar a si mesmo como tema ou conteúdo ao que se diz, mas significa, de preferência, falar (ou escrever) a partir de si mesmo, colocar a si mesmo em jogo no que se diz ou pensa, expor-se no que se diz e no que se pensa [...] significa abandonar a segurança de qualquer posição enunciativa para se expor na insegurança das próprias palavras, na incerteza dos próprios pensamentos (Larrosa, 2014, p. 70).

os atos de pesquisar concederam-me. Além disso, importei-me em compreender que "[...] na vida e no trabalho, o mais importante é converter-se em algo que não se era no início" (Foucault, 1990 a - b). Componho estes pensamentos alicerçado na ideia de que o objeto a ser investigado deve envolver o proponente, no sentido mais amplo que se possa imaginar, envolto nas suas histórias e experiências (Larrosa, 2002), logo, as danças, os terreiros (espaços educativos) assumem olhar de lazer e, por ora turismo. Esse destaque refere-se ao fato de eu ter sido educado dentro de terreiros e hoje seguem educando pelo/ para/ a partir de noções de patrimônio, enquanto locais de identidades e memórias.

Desse modo, assumo que antes de qualquer coisa "[...] falo de sentimentos. Para além das exigências cartoriais, penso que toda e qualquer pesquisa nasce precisamente da insatisfação com o já sabido" (Corazza, 2002, p.111). Assim, delimitar a educação dos corpos, por meio das danças como problema de pesquisa implica em "descolar-me" dos saberes, poderes, formas de subjetivação e colocar-me em experimentação (Corazza, 2002). Para, além disso, uma educação sensorial que prima pelas questões subjetivas às quais só saem dos terreiros nos corpos daqueles(as) que as visitam e/ ou são membros deles, isso porque, não é qualquer imagem que pode ser produzida e, posteriormente publicizada, nestes espaços. Segundo os(as) participantes do estudo você leva as imagens que ficaram na memória, os gostos, as sensações e emoções geradas em cada local, além dos suor produzido em meio ao trabalho na cozinha ou no salão, ao aprender a tocar algum instrumentos ou mesmo dançar.

Rituais para estudar os ritos. Do projeto à entrada nos terreiros chegando ao firmamento textual dissertativo

Como anunciei, esta pesquisa é um processo, uma sequencia da minha dissertação que foi produzida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em âmbito de Mestrado

Profissional, na Linha de Pesquisa Campos e Linguagens da História. Naquele momento o meu problema de pesquisa consistiu em saber ***como os sujeitos são produzidos/ educados com relação às danças, em terreiros de Quimbanda na cidade do Rio Grande/ RS?*** Ao partir dessa inquietação, propus enquanto objetivo geral ***investigar de que maneira as relações entre pedagogias e ensino dos movimentos/danças de entidades espirituais do universo religioso afro-brasileiro são desenvolvidas em terreiros de Quimbanda da cidade do Rio Grande/RS, na contemporaneidade.*** Já, na tese, ainda em desenvolvimento na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de Cultura escrita, Linguagens e Aprendizagem tem, neste momento, por questão de pesquisa a inquietação de saber ***como os sujeitos são educados, a partir dos rituais de sacralização, em terreiros de Quimbanda na cidade do Rio Grande/ RS?,*** apresentando por objetivo, momentâneo, ***investigar de que maneira as relações entre pedagogias dos rituais de sacralizção, do universo religioso afro-brasileiro são desenvolvidas e incidem sobre os corpos dos(as) participantes, em terreiros de Quimbanda da cidade do Rio Grande/RS, na contemporaneidade.***

Desse modo, a estrutura do estudo delineou-se a partir dos **Estudos Culturais** (Escosteguy, 1998), em suas vertentes **Pós-estruturalistas** (Silva, 2005), sendo desenvolvida por meio de uma **Investigação narrativa** (Connelly; Clandinin, 1995), pautada nos seguintes conceitos basilares de metodologia e investigação: **Saberes populares** (Cascudo, 2012); **Saberes sujeitados** (Foucault, 2005); **Pedagogias culturais** (Steinberg; Kincheloe, 2001); **Artefato Cultural** (Steinberg, 1997); **Experiência** (Larrosa, 2002; 1994), contudo estes saberes não implicam no todo estudado, parti deles para chegar aos demais conceitos abordados na dissertação, sendo eles: Para tanto, os conceitos chave utilizados foram: Educação; História; Memória; Experiências; Mito; Rito; Ritual;

Religião; Religiosidade; Identidade; Danças e Danças em Terreiros. Destaco, contudo, que a mesma foi analisada com o auxílio da técnica denominada **Análise Cultural** (Wortmann, 2007) pelo fato de compreender que por meio das diferentes culturas dos terreiros seria/ foi possível compreender às práticas de ensino nas instituições pesquisadas.

Vou amarrando os passos executados, como por exemplo, as visitas aos terreiros, conversas com os(as) dirigentes desses. Inicio apresentando como uma assistência pretenciosa produziu a necessidade de vincular a este estudo os conceitos de experiências e narrativas. A seguir aciono os conceitos de história e memória, por se mostrarem orientadores dos fazeres de pesquisador, uma vez que, precisei recorrer às minhas – histórias e memórias, para seguir com este estudo. Depois apresento algumas interlocuções com o fazer entrevistador, tendo em vista, que as entrevistas foram a base dessa escrita. Em seguida, dialogo com alguns autores sobre a escolha dos sujeitos de pesquisa. Analisei as narrativas, de seis sujeitos do Município do Rio Grande/RS, referentes aos seus entendimentos sobre como percebem as danças de exus e pombagiras em terreiros de Quimbanda. Os(As) participantes do estudo são: Daiane da Maria Quitéria (23 de mai. de 2018 – 43 anos - 20 de pronta); Roberto do Pantera Negra (24 de mai. de 2018 – 51 anos - 23 de pronto); Daniel da Padilhinha (27 de mai. de 2018 – 47 anos – 32 de pronto); Marcelo do Tranca Ruas das almas (14 de jun. de 2018 – 61 anos - 39 de pronto); Dione da Maria Padilha (16 de jun. de 2018 – 52 anos – 20 de pronta) e José Carlos do Maioral (16 de jun. de 2018 – 54 anos – 30 de pronto).

Neste item, ainda demarco que outro rastro, porém, não menos importante que aquele escrito no objetivo geral é o de intenção da pesquisa em ver os corpos como "[...] memória mutante das leis e dos códigos de cada cultura, registro das soluções e dos limites científicos e tecnológicos de cada época, o corpo não cessa de ser fabricado ao longo do tempo" (Sant`anna, 1996, p. 12).

Ademais, discorro sobre educação não-formal, tendo em vista que o(s) espaço(s) (local-(is)) para desenvolvimento da pesquisa são os terreiros, lugares não escolarizados, mas que educam, especificamente pelo disciplinamento dos corpos, agindo diretamente sobre eles (Foucault, 2000).

Sobre os cruzeiros analíticos

> *"[...] Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível" (Foucault, 2013, pp. 05-06).*

Faço menção à Michel Foucault (2013), por compreender que no curso das ações metodológicas, estar nos interstícios, foi meu objeto ético pautado por um tipo de distanciamento, contudo, por vezes a percepção dos(as) integrantes dos terreiros, traziam-me para o centro da roda, das giras, de modo que, minha ideia de invisibilidade foi borrada em alguns momentos. Contudo, destaco que, ainda que tenha sido acometido por estas ocorrências, o caráter ético das análises mantiveram-se, conforme eu havia projetado e o fato de entrar na dança com os(as) participantes do estudo, apenas complementou com outros olhares, ou diria, sensações de outras ordens, os campos analíticos.

Notei que para pensar o ensino de danças, os sujeitos expressam em suas narrativas que cada casa (terreiro) tem seu modo de ensinar/educar, marcando a produção de corpos e identidades territorializados. Assumo a locução danças de exus e pombagiras como um saber científico, uma produção que possui vínculos entre os programas e as linhas de pesquisa por apresentar o quanto os sujeitos são produzidos na e pela linguagem científica. Para, além disso, nesse momento, penso o quanto estes ambientes são produzidos, também, para receber sujeitos tanto visitantes, quanto fieis, na linguagem de Bauman (1998) turistas e peregrinos.

Neste texto, especificamente, detenho-me em dois conceitos: o de turismo étnico e de turismo de raízes, ambos impulsionados por Roger Bastide (1996; 1971) e Stuart Hall (2003). No primeiro é possível compreender uma ideia de (re)valorização das culturas étnicas, uma tentativa de modificar os olhares dirigidos a um grupo étnico. Já, no segundo, o foco é buscar genealogias que permitem conexões de identificação e pertencimento a lugares específicos.

Danças de/em terreiros: educação dos corpos para as giras na quimbanda

Oriento esta parte por debates em torno da noção de que as danças, em terreiros, são elementos constituintes de caracteres específicos de expressividade, elas reiteram identidades. Mais que isso, elas – as danças, são parte constituintes daquilo que se mostra, seja aos(as) viajantes, no momento da visita aos terreiros. É, nesse sentido, que problematizo a educação dos corpos em relação às danças de exus e pombagiras, em terreiros de Quimbanda, na cidade do Rio Grande/RS. Utilizo, para tanto, conceitos como educação dos corpos e danças, para discutir sobre estas manifestações em terreiros de Quimbanda. Isso, porque, é nos corpos que as sensibilizações são acionadas. As danças em terreiros, especificamente, as de exus e pombagiras, estão vinculados com noções acerca do que significa ser um sujeito religioso, que pertence a um local específico, uma expressividade religiosa. Dançar, a partir das mitologias dos exus ou das pombagiras, é aqui entendido como acontecimentos socioculturais, que tem por base noções de pertencimento e produção de identidades, de corpos-territórios.

Considero, então, que as danças, compõem o aparato ritualístico dos terreiros, além disso, elas não possuem caráter único e sinalizam produções de identidades. Assim, especifico que dançar, nestes locais, é uma manifestação simbiótica entre entidades e sujeitos, a qual resulta em uma forma de expressão da religiosidade. Modos de contar e recontar as mitologias das entidades, bem

como, expor rotinas dos terreiros - fazeres mítico-ritualísticos. Neste cenário o gestual possui significados que ora simbolizam alegrias, identidades, insatisfação, batalha, pois pela sacralização do gesto, as entidades representam lutas, narrativas, histórias e enredos que intercambiam mundos, os deles(as) e o nosso, os(as) fieis. Para, além disso, ocorrem representações de forças da natureza, de sujeitos desencarnados(as), híbridos entre animais e humanos, compondo mimeticamente expressões que variam desde olhares, sorrisos, semblantes de braveza, entre outros, como afetos, abraços, carícias, que culminam no convite para dançar com eles(as) - tríade médiuns-entidades-assistência. A ancestralidade dos terreiros (mitologias das entidades e oralização) é a ferramenta que pedagogiza os sujeitos - pela educação dos corpos.

Entregando as oferendas: narrativas dançadas nas encruzilhadas

Nos terreiros, as danças possuem caracteres de mitologias das entidades, além de representar as corporeidades e subjetividades produzidas, em cada terreiro. As mitologias que remetem ao passado, à história e à memória das práticas religiosas do Rio Grande entre o século XIX, o tempo das agruras da escravidão, e o tempo presente. Elas se inscrevem, portanto, nas memórias dos(as) participantes, além de representarem arquétipos que aparecem por meio de técnicas corporais, as quais compõem as experiências dos(as) filhos(as) de santo, demais consulentes e deles(as) e, desse modo, são passadas aos(as) visitantes, corroborando com a ideia de pertencimento e identidade, destes ambientes, entendidos, também, como lugares de memórias. Além das narrativas autocentradas acerca das danças, suas funções e ensinos, os(as) seis entrevistados(as) relataram que nos meios em que circulam, percebem outras formas de se relacionar com as danças. Para tanto, reitero que os dados foram abordados a partir de noções de danças em terreiros, de modo amplo, tendo em vista que não localizei algum trabalho específico sobre as danças na Quimbanda,

no entanto, os trechos narrativos que escaparam ao objetivo geral, apontaram outra escrita na qual pude relacionar as danças e suas funções, a saber: identificação e nomeação.

Entrego as oferendas anunciando, a partir das categorias de análise que o ensino das danças, de exus e pombagiras, é algo de caráter subjetivo, condicionado pela historicidade das vivências religiosas quimbandeiras na cidade do Rio Grande. Além disso, ele(s) – o(s) ensino(s) das danças preconiza(m) produção(ções) de identidades e tipos de sujeitos, que são pedagogizados por meio dos segredos de cada terreiro. As discussões acerca do ensino possuem caracteres de mitologias das entidades que remetem ao passado, à história e à memória das práticas religiosas, por vezes, representam arquétipos que aparecem por meio de técnicas corporais, as quais compõem as experiências dos(as) filhos(as) de santo, demais consulentes e deles(as). Mais que isso, eles recorrem à referências a experiências históricas, ao passado, pelo acionamento das memórias ao falarem sobre as danças nos terreiros. Assim, o ensino das danças correspondem aos fazeres mítico-ritualísticos, transpostos em gestos e expressões que conduzem tanto aqueles(as) que dançam, quanto os(as) que assistem afetados(as) por experiências religiosas distintas, variando a produção de sentidos entre sujeitos.

Guias teóricos(as)

BASTIDE, Roger. **Les Amériques Noires**. Paris: L'Harmattan, 1996.

BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**: contribuições a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora/EDUSP, 1971.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BHABHA, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

CASCUDO, Luís da Camara. **Dicionário do Folclore Brasileiro** - Edição Revista, Atualizada e Ilustrada. 12a ed. São Paulo: Global, 2012.

CONNELLY, Michael; CLANDININ, Jean. **Relatos de Experiência e Investigação Narrativa**. In: LARROSA, J. et. al., Déjame que te Cuente. Barcelona: Editorial Laertes, 1995.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante de ferrolhos. In: COSTA, M. V. [Org.] **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação – 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. pp. 105 – 132.

DELEUZE, Giles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos estudos culturais. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. 1998. Acessado em 09 de mai. de 2014. [On line].

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Cóllege de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; [Trad.] SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collége de France. [Trad.] GALVÃO, M. E. A. P. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Le pouvoir psychiatrique**. Cours au Collège de France. Paris: Gallimard, Seuil, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 2ª e 6ª ed. [Trad.] NEVES, L. F. B. 2000.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologia del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990a.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990b.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

LARROSA, Jorge Bondía. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LARROSA, Jorge Bondia. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Jan-Fev-Mar-Abr. n 19.2002. pp. 20 – 28.

LARROSA, Jorge Bondia. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. [Org.]. **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. pp. 35-86.

PAZ, Francisco Moraes. **Na Poética da História a realização da utopia nacional oitocentista**. Curitiba: Ed. da UFPR. 1996.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Corpo e história. **Cadernos de subjetividade**, vol. 3, nº.2, São Paulo: PUC, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

STEINBERG, Suzan; KINCHELOE, Joe. [Orgs.] **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

STEINBERG, Suzan. "Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações". In.: SILVA, L. H. da; AZEVEDO, J. C. de; SANTOS, E. S. dos. [Org.]. **Identidade social e construção do conhecimento**. Porto Alegre, PMPA, 1997. pp. 99 – 145.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. **Ensaios em Estudos Culturais, Educação e Ciência**. A produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia - instâncias e práticas contemporâneas. 1. ed. Porto Alegre: EDUFRGS. 352p. 2007.

"Quero ver balanciar!!" Notas sobre o ensino de danças de Exus e Pombagiras em Terreiros de Quimbanda no Rio Grande/RS

Rodrigo Lemos Soares[1]
Mauro Dillmann[2]

Prece de abertura

Inicio[3] este texto anunciando que ele trata de uma narrativa acerca de uma dissertação em História. Para tanto, escrevo-o, a partir de recortes, aos quais confiro "[...] sentidos a documentos igualmente fragmentados" (Paz, 1996, p. 42). Isso porque, ao desenvolver esta pesquisa fui narrando partes da minha vida, minhas histórias e caminhos, de tal modo que assim como ocorreu nela, na dissertação, esta escrita não contempla todas as narrativas, tampouco, as histórias que produzi e vivi, pois creio que "[...] nunca se termina nada [...]" (Deleuze, 1992, p. 221). Ele é então o resultado das minhas inquietações e dos caminhos que percorri, de entrelugares (Bhabha, 2013), exaltando que "[...] ninguém é, portanto responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício" (Foucault, 2003, p.24). Além disso, importei-me em compreender que "[...] na vida e no trabalho, o mais importante é converter-se em algo que não se era no início" (Foucault, 1990 a - b).

Componho estes pensamentos alicerçado na ideia de que o objeto a ser investigado deve envolver o proponente, no sentido mais amplo que se possa imaginar, envolto nas suas histórias e experiências (Larrosa, 2002). Esse

[1] Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Mestre em História – <guidodanca@hotmail.com>
[2] Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Doutor em História - <maurodillmann@hotmail.com>
[3] Uma explicação inicial que orientou este texto e toda escrita da dissertação, moldada pela Análise Cultural é a escrita em primeira pessoa, do singular. "[...] Falar (ou escrever) na primeira pessoa não significa falar de si mesmo, colocar a si mesmo como tema ou conteúdo ao que se diz, mas significa, de preferência, falar (ou escrever) a partir de si mesmo, colocar a si mesmo em jogo no que se diz ou pensa, expor-se no que se diz e no que se pensa. Falar (ou escrever) em nome próprio significa abandonar a segurança de qualquer posição enunciativa para se expor na insegurança das próprias palavras, na incerteza dos próprios pensamentos (Larrosa, 2014, p. 70).

destaque refere-se ao fato de eu ter sido educado dentro de terreiros e, ao ser iniciado na educação escolarizada, os saberes dos terreiros sempre foram negados, ou melhor, silenciados. Desse modo, assumo que antes de qualquer coisa "[...] falo de sentimentos. Para além das exigências cartoriais, penso que toda e qualquer pesquisa nasce precisamente da insatisfação com o já sabido" (Corazza, 2002, p.111). Delimitar as danças como problema de pesquisa implica em "descolar-me" dos saberes, poderes, formas de subjetivação e colocar-me em experimentação (Corazza, 2002).

A dissertação foi produzida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Mestrado Profissional, na Linha de Pesquisa Campos e Linguagens da História. Destaco então que meu problema de pesquisa consistiu em saber ***como os sujeitos são produzidos/ educados com relação às danças, em terreiros de Quimbanda na cidade do Rio Grande/ RS?*** Ao partir dessa inquietação, propus enquanto objetivo geral ***investigar de que maneira as relações entre pedagogias e ensino dos movimentos/danças de entidades espirituais do universo religioso afro-brasileiro são desenvolvidas em terreiros de Quimbanda da cidade do Rio Grande/RS, na contemporaneidade.*** Desse modo, a estrutura do estudo delineou-se a partir dos **Estudos Culturais** (Escosteguy, 1998), em suas vertentes **Pós-estruturalistas** (Silva, 2005), sendo desenvolvida por meio de uma **Investigação narrativa** (Connelly; Clandinin, 1995), pautada nos seguintes conceitos basilares de metodologia e investigação: **Saberes populares** (Cascudo, 2012); **Saberes sujeitados** (Foucault, 2005); **Pedagogias culturais** (Steinberg; Kincheloe, 2001); **Artefato Cultural** (Steinberg, 1997); **Experiência** (Larrosa, 2002; 1994), contudo estes saberes não implicam no todo estudado, parti deles para chegar aos demais conceitos abordados na dissertação, sendo eles: Para tanto, os conceitos chave utilizados foram: Educação; História;

Memória; Experiências; Mito; Rito; Ritual; Religião; Religiosidade; Identidade; Danças e Danças em Terreiros..

Destaco, contudo, que a mesma foi analisada com o auxílio da técnica denominada **Análise Cultural** (Wortmann, 2007) pelo fato de compreender que por meio das diferentes culturas dos terreiros seria/ foi possível compreender às práticas de ensino nas instituições pesquisadas.

Rituais para estudar os ritos. Do projeto à entrada nos terreiros chegando ao firmamento textual dissertativo

Como já anunciado, a pesquisa foi desenvolvida no campo dos Estudos Culturais. Para além do exposto, a dissertação está organizada em nove partes. A primeira está denominada **Prece de abertura**, na qual realizo a apresentação do que propondo enquanto ―narrativa final‖, ou diria, pausada. Na segunda, intitulada **Visões memoriais sobre produções de desejos**, recorro ao que chamei de crônica poética para explicitar minha produção de desejo para cursar este Mestrado e chegar ao texto que segue. Na terceira, o **Oráculo**, esboço um percurso memorial, no qual apresento os caminhos e pensamentos que me conduzem a este programa e pesquisa. Além disso, estabeleço alguns diálogos com autores(as) que são os(as) referenciais escolhidos(as), para antes de qualquer coisa, pensar os processos que me educaram e que acredito serem potentes para se pensar a Educação, em seus diferentes campos.

Na quarta parte, nomeada **Rituais para estudar os ritos... Do projeto à entrada nos terreiros chegando ao firmamento textual dissertativo** está voltada a explicar o processo metodológico aliado a conceitos que mostraram-se necessários, a partir das visitas aos terreiros. Nesse item, vou amarrando os passos executados, como por exemplo, as visitas aos terreiros, conversas com os(as) dirigentes desses. Inicio apresentando como uma assistência pretenciosa produziu a necessidade de vincular a este estudo os conceitos de experiências e

narrativas. A seguir aciono os conceitos de história e memória, por se mostrarem orientadores dos fazeres de pesquisador, uma vez que, precisei recorrer às minhas – histórias e memórias, para seguir com este estudo. Depois apresento algumas interlocuções com o fazer entrevistador, tendo em vista, que as entrevistas foram a base dessa escrita. Em seguida, dialogo com alguns autores sobre a escolha dos sujeitos de pesquisa. Analisei as narrativas, de seis sujeitos do Município do Rio Grande/RS, referentes aos seus entendimentos sobre como percebem as danças de exus e pombagiras em terreiros de Quimbanda. Os(As) participantes do estudo são: Daiane da Maria Quitéria (23 de mai. de 2018 – 43 anos - 20 de pronta); Roberto do Pantera Negra (24 de mai. de 2018 – 51 anos - 23 de pronto); Daniel da Padilhinha (27 de mai. de 2018 – 47 anos – 32 de pronto); Marcelo do Tranca Ruas das almas (14 de jun. de 2018 – 61 anos - 39 de pronto); Dione da Maria Padilha (16 de jun. de 2018 – 52 anos – 20 de pronta) e José Carlos do Maioral (16 de jun. de 2018 – 54 anos – 30 de pronto). No item seguinte, a Análise Cultural entra em cena, para apresentar a metodologia de trabalho com os dados, para produção dessa escrita.

Na quinta parte, **Assentamentos** está organizado um referencial teórico, no qual discorro sobre noções acerca de mito, ritos, rituais, religião, religiosidade articulando algumas conexões com a vertente religiosa Quimbanda, a qual também apresento neste capítulo. Ainda nessa parte apresento dois personagens dessa vertente religiosa, a saber, Exus e Pombagiras. A sexta seção, designada **Sentidos do ensino de história, educação e pedagogização dos sujeitos dos terreiros** está voltada para o que compreendo como basilar a produção deste texto, visto que, é nela que apresento alguns diálogos entre educação e pedagogias, estas duas como produtoras de identidades que por sua vez, definem quem são os sujeitos quimbandeiros, que os colocam em lugares distintos, quando falamos em religiosidades. Neste item demarco que outro rastro de intenção da dissertação esta em ver os corpos como “[...] memória mutante

das leis e dos códigos de cada cultura, registro das soluções e dos limites científicos e tecnológicos de cada época, o corpo não cessa de ser fabricado ao longo do tempo" (Sant`anna, 1996, p. 12). Ademais, discorro sobre educação não-formal, tendo em vista que o(s) espaço(s) (local-(is)) para desenvolvimento da pesquisa são os terreiros, lugares não escolarizados, mas que educam, especificamente pelo disciplinamento dos corpos.

A sétima parte, identificada como **Coreografando giras: uma cenografia analítica do ensino das danças de exus e pombagiras** foi escrita para descrever os três artigos, oriundos dos movimentos de análises. Seguindo, na parte oito, **Entregando as oferendas: narrativas dançadas nas encruzilhadas** realizo o exercício de escrever considerações para este momento de pausa, acenando para o até logo. Depois, dessa parte, apresento os(as) **Guias teóricos(as)**, são as referências utilizadas na dissertação. Já, a nona seção são os Apêndices da pesquisa (roteiro base de entrevistas e termo de consentimento livre e explicativo). Encaminho-me para uma pausa e apresento o último item, **Fechando nossa gira**, outra alusão aos ritos, que pude observar e participar durante as visitas aos terreiros de Quimbanda. Nela apresento as rezas que encerram, costumeiramente, as sessões.

Sobre os cruzeiros analíticos

> *"[...] Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me houvesse dado um sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes, ao acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível" (Foucault, 2013, pp. 05-06).*

Inicio este subitem com menção à Michel Foucault (2013), por compreender que no curso das ações metodológicas, estar nos interstícios, ainda que fosse meu objeto ético, por vezes a percepção dos(as) integrantes dos terreiros, traziam-me para o centro da roda, das giras, de modo que, minha ideia

de invisibilidade foi borrada em alguns momentos. Contudo, destaco que, ainda que tenha sido acometido por estas ocorrências, o caráter ético das análises mantiveram-se, conforme eu havia projetado e o fato de entrar na dança com os(as) participantes do estudo, apenas complementou com outros olhares os campos analíticos.

Desse modo, com relação às análises, meus olhares se voltaram, em um primeiro momento, para as recorrências e, logo em seguida, para os escapes, por entender que assim poderia analisar a multiplicidade das narrativas e estratégias produzidas pelas mesmas, atentando as condições de possibilidade que têm permitido estes entendimentos sobre as danças em terreiros. Desse modo, a estrutura da dissertação, foi definida por estes olhares, que possibilitaram o estabelecimento de conexões entre dois entendimentos acerca das danças de exus e pombagiras, um que é categorizado pela noção de narrativa das experiências históricas e o outro que questiona os usos da educação dos corpos de modo a produzir identidades.

Também apresento uma discussão contingente acerca de um contraponto relativo se há ou não, ensino dessas danças nos terreiros. Por fim, discorro sobre discussões referentes ao ato de nomear-se vinculado aos personagens da Quimbanda, a saber, os exus e as pombagiras. Percebi que as danças têm sido abordadas com entendimentos fluidos, difundidos por saberes, nomeados como fundamentos dos terreiros. Notei que para pensar o ensino de danças, os sujeitos expressam em suas narrativas que cada casa (terreiro) tem seu modo de ensinar/educar, marcando a produção de corpos e identidades territorializados. Assumo a locução danças de exus e pombagiras como um saber científico, uma produção que possui vínculos entre o programa e a linha de pesquisa por apresentar o quanto os sujeitos são produzidos na e pela linguagem científica.

O primeiro artigo/ capítulo está denominado ***Narrativas históricas: Ensaiando movimentações de exus e pombagiras em terreiros de Quimbanda de Rio Grande/ RS.*** Neste artigo problematizo como os saberes em torno das narrativas de experiências históricas foram recorrentes ao produzir análises acerca do ensino de danças de exus e pombagiras, em terreiros de Quimbanda, na cidade do Rio Grande/ RS. Utilizei, para tanto, discussões sobre ensino relacionadas a dois conceitos, conhecimento histórico e usos do passado. Ensinar, ainda que não seja uma premissa de todos(as) os (as) participantes do estudo, coloca em debate artefatos ou técnicas, que substanciam os movimentos dos corpos dos(as) filhos(as) de santo dos(as) dirigentes de terreiros.

Considero que o conhecimento é transitório e que produz, a partir de narrativas históricas, sujeitos religiosos por meio das danças. Especifico que os saberes e o ato de ensinar não são processos definitivos e que apresentam conexões de proximidade com histórias que forjam os terreiros. Os(As) participantes do estudo estabelecem referências a experiências históricas, acionamento das memórias - saberes dos terreiros “ditos” tradicionais, são a todo instante ordenados em uma temporalidade para que se compreenda os locais de onde se falam - raízes, ancestralidades e também seus fundamentos míticos. Para eles(as) os ensinos, especificamente, das danças são realizados, a partir das mitologias, histórias, tanto das mitologias das entidades, quanto, dos modos de trabalhar os corpos nos terreiros. São reiteradas linguagens e técnicas corporais que remontam personificações de histórias narradas pelas entidades e, além disso, das questões que perpassam as feituras ritualísticas dos terreiros. Desse modo, falar em ensino de danças de exus e pombagiras implica em reconhecer que tais movimentações são produzidas por diferentes campos de saber, mas que corroboram com as dinâmicas ritualísticas e comportamentais dos terreiros.

O artigo/ capítulo número dois, intitulado ***Danças de/em terreiros: educação dos corpos para as giras na quimbanda*** foi orientado por debates

em torno da noção de que as danças, em terreiros, são elementos constituintes de caracteres específicos de expressividade, elas reiteram identidades. O artigo em questão problematiza a educação dos corpos em relação às danças de exus e pombagiras, em terreiros de Quimbanda, na cidade do Rio Grande/RS. Utilizei, para tanto, conceitos como educação dos corpos e danças, para discutir sobre estas manifestações em terreiros de Quimbanda. As danças em terreiros, especificamente, as de exus e pombagiras, estão vinculados com noções acerca do que significa ser um sujeito religioso, que pertence a um local específico, uma expressividade religiosa. Dançar, a partir das mitologias dos exus ou das pombagiras, é aqui entendido como acontecimentos socioculturais, que tem por base noções de pertencimento.

Considero, então, que as danças, compõem o aparato ritualístico dos terreiros, além disso, elas não possuem caráter único e sinalizam produções de identidades. Assim, especifico que dançar, nestes locais, é uma manifestação simbiótica entre entidades e sujeitos, a qual resulta em uma forma de expressão da religiosidade. Modos de contar e recontar as mitologias das entidades, bem como, expor rotinas dos terreiros - fazeres mítico-ritualísticos. Neste cenário o gestual possui significados que ora simbolizam alegrias, identidades, insatisfação, batalha, pois pela sacralização do gesto, as entidades representam lutas, narrativas, histórias e enredos que intercambiam mundos, os deles(as) e o nosso, os(as) fieis. Para além disso, ocorrem representações de forças da natureza, de sujeitos desencarnados(as), híbridos entre animais e humanos, compondo mimeticamente expressões que variam desde olhares, sorrisos, semblantes de braveza, entre outros, como afetos, abraços, carícias, que culminam no convite para dançar com eles(as) - tríade médiuns-entidades-assistência. A ancestralidade dos terreiros (mitologias das entidades e oralização) é a ferramenta que pedagogiza os sujeitos - pela educação dos corpos.

O artigo/ capítulo número três, denominado ***Entre entidades, identidades e nomeações: relações de pertencimento na quimbanda de Rio Grande/ RS*** está alicerçado em discussões, as quais preconizam que o ato de nomear-se implica em determinar um local de referência, uma posição de sujeito, uma identidade. O artigo em questão problematizou a nomeação como um modo de produzir-se em correlação a um pertencimento identitário religioso, em terreiros de Quimbanda em Rio Grande/RS. Utilizei, para tanto, discussões sobre linguagem, produção de identidades, posições de sujeito e entre-lugares, conceitos estes que, nesta pesquisa, mostraram-se vinculados ao ato de nomear-se. A produção de identidades/nomeação relacionadas aos personagens da Quimbanda, a saber, exus e pombagiras, estão vinculados com noções acerca do que significa ser um sujeito religioso, que pertence a um local específico, no caso, o terreiro. Nomear-se, pela identificação do exu ou da pombagira foi entendido como acontecimento sociocultural, tendo por base relações de poder.

Nele, considero que a nomeação é transitória, produz quem a define, sinaliza a posição de onde se está falando, de modo que permite conceber as circunstâncias do ato de identificar-se. Assim, especifico que o ato de nomear-se não é um processo definitivo e que apresenta conexões com a vida de quem joga com as linguagens para se produzir. Os processos linguísticos produzem identidades que são, constructos sociais - atos performativos, imersos em redes discursivas. Ao nos nomearmos, acionamos discursos performativos de uma determinada identidade para indicar algo e não para definir o que nos tornamos [...] caracteriza um tipo de vivência da Quimbanda, a de Rio Grande, Rio Grande do Sul - contingencial. A produção de identidades é um conjunto de estratégias que não estão restritas às aparências. Logo, identidade, nome e posição de sujeito, são produzidos cultural e historicamente, com caracteres específicos de tempo e lugar, resultantes de práticas culturais performativas. Somos então, frutos da linguagem, ao mesmo tempo em que normativamente fazemos usos dela.

Entregando as oferendas: narrativas dançadas nas encruzilhadas

Entrego as oferendas anunciando, a partir das categorias de análise que o ensino das danças, de exus e pombagiras, é algo de caráter subjetivo, condicionado pela historicidade das vivências religiosas quimbandeiras na cidade do Rio Grande. Além disso, ele(s) – o(s) ensino(s) das danças preconiza(m) produção(ções) de identidades e tipos de sujeitos, que são pedagogizados por meio dos segredos de cada terreiro. As discussões acerca do ensino possuem caracteres de mitologias das entidades que remetem ao passado, à história e à memória das práticas religiosas, por vezes, representam arquétipos que aparecem por meio de técnicas corporais, as quais compõem as experiências dos(as) filhos(as) de santo, demais consulentes e deles(as). Mais que isso, eles recorrem à referências a experiências históricas, ao passado, pelo acionamento das memórias ao falarem sobre as danças nos terreiros. Assim, o ensino das danças correspondem aos fazeres mítico-ritualísticos, transpostos em gestos e expressões que conduzem tanto aqueles(as) que dançam, quanto os(as) que assistem afetados(as) por experiências religiosas distintas, variando a produção de sentidos entre sujeitos.

Guias teóricos(as)

BHABHA, Homi. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013.

CASCUDO, Luís da Camara. **Dicionário do Folclore Brasileiro** - Edição Revista, Atualizada e Ilustrada. 12a ed. São Paulo: Global, 2012.

CONNELLY, Michael; CLANDININ, Jean. **Relatos de Experiência e Investigação Narrativa**. In: LARROSA, J. et. al., Déjame que te Cuente. Barcelona: Editorial Laertes, 1995.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante de ferrolhos. In: COSTA, M. V. [Org.] **Caminhos Investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação – 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. pp. 105 – 132.

DELEUZE, Giles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed.34, 1992.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Uma introdução aos estudos culturais. **Revista FAMECOS**. Porto Alegre. 1998. Acessado em 09 de mai. de 2014. [On line].

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Cóllege de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970/ Michel Foucault; [Trad.] SAMPAIO, Laura Fraga de Almeida. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collége de France. [Trad.] GALVÃO, M. E. A. P. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Le pouvoir psychiatrique**. Cours au Collège de France. 1973-1974. Paris: Gallimard, Seuil, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologia del yo y otros textos afines**. Barcelona: Paidós Ibérica, 1990a.

FOUCAULT, Michel. Verdade e Poder. In. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990b.

LARROSA, Jorge Bondía. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LARROSA, Jorge Bondia. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**. Jan-Fev-Mar-Abr. n 19.2002. pp. 20 – 28.

LARROSA, Jorge Bondia. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. [Org.]. **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994. pp. 35-86.

PAZ, Francisco Moraes. **Na Poética da História a realização da utopia nacional oitocentista**. Curitiba: Ed. da UFPR. 1996.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Corpo e história. **Cadernos de subjetividade**, vol. 3, nº.2, São Paulo: PUC, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu. da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

STEINBERG, Suzan; KINCHELOE, Joe. [Orgs.] **Cultura infantil**: a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

STEINBERG, Suzan. "Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações". In.: SILVA, L. H. da; AZEVEDO, J. C. de; SANTOS, E. S. dos. [Org.]. **Identidade social e construção do conhecimento**. Porto Alegre, PMPA, 1997. pp. 99 – 145.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. **Ensaios em Estudos Culturais, Educação e Ciência**. A produção cultural do corpo, da natureza, da ciência e da tecnologia - instâncias e práticas contemporâneas. 1. ed. Porto Alegre: EDUFRGS. 352p. 2007.

Gênero e docência: narrativas autobiográficas de formação

Silvia Barreto Soares
Carmo Thum

Resumo: O presente trabalho propõe-se a pensar a prática do professor iniciante a partir de experiências de vida da condição de mulher e professora. Considerando que as práticas sociais de gênero são instituídas socialmente, refletimos a condição docente e de gênero, buscando compreender as relações que se deram ao logo do um processo formativo de uma das autoras. Para tal nos utilizamos de um processo narrativo que busca compreender as condições sociais e históricas nas quais se fez professora e o contexto no qual os professores exercem sua profissão. No dia-a-dia de uma sala de aula, as relações de gênero presentes conformam um campo de relações sociais que são impactadas pelo exercício do poder patriarcal, seja nas relações professor-aluno ou nas relações professor-instituição.

Palavras-Chaves: Docência, Gênero, Patriarcado, Práticas Educativas e Memória

Neste trabalho, a noção de ‘professor iniciante’ será considerado segundo a definição de Tardif (2012), que compreende que a formação do professores inclui um tempo de experiência profissional de 1 a 5 anos, após a formação inicial. Nesse período de começo de carreira, o professor iniciante passa por vários desafios. Entre estes, um deles é a prática de sala de aula que é perpassada por questões complexas que vão, desde o planejamento, o processo didático, os processos avaliativos, a relação ensino-aprendizagem,as relações interpessoais. Ao vivenciar o processo educativo em sala de aula, situações que vão de sua simples “vontade” se estabelecem, desafios de gestão de pessoas e de modo de organizar o conhecimento se colocam no plano central de sua ação docente.

Nesse texto, problematizar a experiência vivida na condição docente é nosso interesse, buscando observar os elementos constitutivos dos diferentes tempos do tornar-se docente. Com base na narrativa de vida de formação-profissão de um do autores do texto, buscamos compreender como as categorias de docência, gênero e experiência se implicam.

A partir dos autores Caldeira e Zaidan (2010) será abordado o conceito de prática, alinhavando com atuação docente em sala de aula e das problemáticas

do ser professor iniciante.No dicionário de verbetes,as autoras citadas apontam algumas definições de prática, que correspondem a uma determinada perspectiva epistemológica. Entre as perspectivas por elas abordadas, encontram-se a: positivista, perspectiva interpretativa e a perspectiva histórico-crítica ou dialética.

Para nosso trabalho de análise, consideramos que a perspectiva histórico-crítica é a que se aplica ao caso em estudo. Essa perspectiva compreende que a realidade é concebida como totalidade concreta. Os acontecimentos que o ser humano percebe da realidade fazem parte de uma totalidade, embora muitas vezes não seja percebida explicitamente. Portanto, a experiência docente do professor iniciante necessita de processos reflexivos a fim de produção de consciência sobre seu fazer e sua condição docente.

Partindo desses pressupostos, consideramos a prática pedagógica uma prática social. As práticas sociais são determinadas por um jogo de forças (interesses, motivações e intencionalidades); pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dão; consubstanciam essa realidade, as necessidades e possibilidades próprias de seus atores e própria à realidade em que se situam. (Caldeira e Zaidan, 2010 apud Carvalho Neto, 1984, p. 59)

Quando se tenta definir a prática pedagógica percebe-se o quanto esta é perpassada por questões que fogem ao simples “querer” individual profissional. Como prática social, a prática pedagógica se dá em uma relação com o outro, sendo exercitada, portanto, dentro de um jogo coletivo de relações.

Em muitos casos, o professor iniciante apresenta dificuldade para dar-se conta de que atingir seus objetivos vai além da sua simples vontade. O fazer docente exige um movimento de ressignificação de conceitos, saberes e atitudes, pois o exercício da docência gera demandas dentro de um universo diverso de relações provenientes do chão da sala de aula. Tornar sua prática reflexiva,

perceber que a mesma está perpassada por questões políticas que vão além das políticas pedagógicas, exige uma postura reflexiva.

As normatizações, tais como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL 1996) e outras que democratizaram a educação, foram potentes em algumas dimensões. Mas não foram capazes de estabelecer um processo de formação que tivesse por base a reflexão. Instaurar a perspectiva reflexiva nos currículos formativos ficou como uma opção epistemológica dos cursos de formação. E no âmbito da escola, vivenciar projetos políticos pedagógicos que tenha a reflexividade como uma dimensão estruturante é uma possibilidade, mas não uma realidade, na maioria dos casos. Os cursos de formação de professores também não dão conta de aportar meios necessários para que a reflexividade seja posta como método de aprendizagem da docência.

Os professores se tornam reféns de sua própria prática, pois estão envolvidos por uma realidade que os condiciona e determina suas práticas docentes, pois como afirmamos acima, as mesmas são envolvidas pelas questões sociais, portanto, não estão fora do jogo de forças das relações de trabalho.

Compreender a forma de exercitar a docência reflexiva exige instrumentos e condições adequadas para o exercício da autonomia docente. Implicam-se a isso, os meios disponíveis nas escolas, as estruturas e a presença de diferentes especialistas, pois a complexidade do ato educativo envolve dimensões que ultrapassam as competências exclusivas de ensino-aprendizagem.

Considerando, a experiência de um dos autores do texto, como motes para discussão têm o caso da 'professora iniciante' como um contexto para análise, na condição de professora iniciante e com experiência de trabalho de 3 (três) anos como professora regente de turma. Têm na experiência formativa, alguns momentos de interação experimental, primeiro como voluntária e por um tempo como bolsista de um projeto de Alfabetização de Idosos.

Na compreensão dessa professora iniciante, que também é autora desse texto, a responsabilidade de assumir uma turma e nesse tempo vivenciar a experiência da docência, revela uma nova dimensão do mundo da profissão. Vivenciar as exigências e demandas de um currículo a fez compreender como realmente funciona o dia-a-dia de uma escola e sala de aula. Ou seja, a prática nos dá a verdadeira dimensão do que é ser professor e do quanto à formação ajudou ou não nesse processo.

A sala de aula é um dos espaços onde são exigidas várias habilidades do professor para conseguir administrar tempo (duração da aula), disciplina e aprendizagem. Dar conta de uma demanda de vários níveis e formas de aprendizagem, muitas vezes leva o professor ao desespero. Principalmente considerando que esse professor é iniciante. Como conseguir olhar cada aluno como se fosse o único, dentro de um universo diversificado?

O comprometimento que se tem enquanto profissional, acaba refletindo diretamente nessas questões pontuadas acimas, as quais com o tempo o professor irá conseguir ir dando conta das diferentes e complexas dimensões do fazer pedagógico.

Percebe que, como professora iniciante, um dos fatores que contribuíram para que essas dificuldades diminuíssem e o processo inicial fosse menos traumático, foi o ato de passar a considerar os alunos como sujeitos dentro do processo.

A relação de cumplicidade que estabelece entre o aluno/professor, nos espaços da sala de aula e no todo da cultura escolar acaba criando um elo para que esse professor não se sinta sozinho nesse processo. Ter apoio ou não, em certas situações, faz com que o professor se sinta acolhido ou refutado.

Nem sempre as instituições tem sensibilidade de amparar esse professor e considerar que ele está chegando a um ambiente novo, ou pelo menos, ser visto como um professor que está deixando de ser aluno e se

transformando em um profissional que está aprendendo a ensinar, e aprendendo a aprender, com responsabilidades e expectativas referentes à profissão escolhida. Todas essas relações acabam tornando mais conscientes ao docente, quando o mesmo exercitar a reflexão sobre a experiência.

Compreendendo o processo de formação de professores como um percurso que envolve dois tempos, sendo um o tempo dos estudos formais em um curso de Graduação e outro percurso de experiência própria da formação. Como mulher e professora, a docente iniciante concluiu a graduação em 2006. A partir de 2015 é que passou a vivenciar a condição de professora iniciante, exercitando a prática de ensino na sala de aula.

Mesmo considerando que o tempo de estudos formais na graduação envolve práticas docentes, a experiência de professora, graduada, nos primeiros anos de docência é sim um tempo de formação. Percebe a cada dia de trabalho, a importância das demandas que exigem o ser professor e assim foi constituindo a consciência do 'porque eu quero ser professora'? Nesse movimento a reflexividade era alimentada por perguntas: 'Qual o sentido dessa profissão'? 'Que resultados eu busco em cada aluno, pelos os quais sou responsável pelo processo de ensino/aprendizagem'?

Buscar respostas para cada um desses questionamentos nos coloca enquanto mulheres e profissionais da área da educação, como sujeitos reflexivos, que buscam encontrar formas de enfrentar os limites colocados pela experiência da docência, no chão da sala de aula.. Sabemos que somos condicionados pela realidade e nossos posicionamentos se transformam em atitudes, muitas vezes, não muito conscientes para nós mesmas. Sendo o espaço da docência, um espaço onde o gênero feminino predomina, como exercitamos nossas práticas docentes? Somos subjugadas por um poder determinantemente masculino? Nossas práticas reverberam os princípios do patriarcado e do machismo?

Apesar de todos os esforços das equipes diretivas, as praticas docentes, naquilo que diz respeito a uma concepção de escola e de método educativo-didático a cultura escolar, ainda se revela como o de uma escola sem unidade. Sabemos que para que se obtenham resultados melhores, relacionar a aprendizagem escolar com a vida real é um caminho necessário.

Entre as proposições que buscam estabelecer as relações entre cultura local e conteúdos formais, muitas vezes as estratégias de mediação da aprendizagem são trabalhadas, mas nem sempre alcançam os resultados que se espera. A avaliação padronizada tende a se tornar a referência que indica conhecimento.. O padrão de sucesso é a aprovação nas avaliações padronizadas: ANA, Provinha Brasil, e outras que seguem esse modelo.

As teorias didático-pedagógicas propõem uma ação docente com base em aprendizagens significativas, mas o processo avaliativo nos cobra resultados de outro modo. A perspectiva padronizadora dos processos, estabelecidas por esses modelos de auferimento da aprendizagem determina nossas práticas docentes? Esse tipo de avaliação realizada com nossos alunos, nos parece ser uma ação que promove a perda de autonomia. De tal maneira que nossa ação docente é questionada, quanto a sua validade. Somos capazes de superar a ideia de que ter prazer e alegria nos processos de ensino queira dizer 'ações didáticas sem finalidade avaliativa e com base espontaneista? Como equilibrar 'exigência e sistematização', para que haja resultado efetivos na educação formal, tanto para a escola e para os alunos.

Refletir sobre essas dimensões nos fazem ser reflexivas. A consciência das relações potencializa as novas ações, como dignidade nas relações de trabalho, melhores salários, etc. O contato direto com os alunos é um dos espaços onde podemos exercitar a esperança. O espaço da vida política, de luta por direitos, produzindo dessa forma possibilidades de mudanças sociais.

As mulheres fazem parte da história. O mundo público só reconhece sua presença muito recentemente. No mundo acadêmico, o campo de conhecimento específico onde se trata das questões relativas ao gênero se constitui a partir de 1980. "O gênero" é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas ele não tem a força de análise suficiente para interrogar (e mudar) os paradigmas históricos existentes." (Scott, 1986, p.8). Como mulheres e professoras, portanto, somos parte da história e vivenciamos o mundo como sujeito.

Apesar dos anos já passados e das lutas conquistadas pelos movimentos de gênero, ainda continuamos subjugadas ao poder masculino. Enquanto mulheres, sabemos da nossa importância e relevância na construção da sociedade como um todo, desde os tempos mais remotos. Mas mesmo assim ainda não somos capazes de exercitar uma luta coletiva. Em muitos espaços nos fazemos representar por homens, mesmo sendo a maioria. Somos ainda um grupo de pouca coesão política. Não temos exercitados nossa voz na plenitude do ato político.

Na teoria do patriarcado a mulher está condicionada ao poder masculino. O poder patriarcal era o que direcionava e dava as regras para a família. Ainda hoje se tem vestígios desse legado. Os mesmos aparecem nas diferenciações conservadoras entre meninos e meninas, casamento monogâmico, sexualidade feminina ainda controlada e a divisão de espaços específicos para cada gênero. "...o mundo privado continua sendo preferencialmente o ambiente destinado às mulheres, enquanto o mundo público é destinado aos homens". (Strücker, B.e Maçalai, G, 2016 p.2)

Surge a partir do termo patriarcado o termo patriarcalismo onde o mesmo é

> o sistema caracterizado pelo poder do gênero masculino enquanto categoria social, centrada na descendência patrilinear e no controle masculino sobre o feminino. Trata-se de uma forma de organização social, onde as relações são regidas pelos preceitos de que as mulheres

> estão hierarquicamente subordinadas aos homens, e os jovens, por sua vez, estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. (Strücker, B.; e Maçalai, G., 2016, p.3)

Dessa forma vemos o quanto ainda a condição feminina continua sob o domínio do gênero masculino, principalmente na esfera social. Contraditoriamente, é nessa esfera social, do mundo da política, que precisamos aprofundar a luta por direitos de gênero e de condição feminina. Estamos na trincheira, abrindo espaços, tentando nos fazer presente, dando um passo de cada vez.

A própria inserção feminina no trabalho docente, aconteceu a partir de decisões do gênero masculino devido a interesses do início do século XX. No mundo das relações de trabalho, toda atividade masculina ainda tem maior relevância que as atividades femininas. Portanto, vive-se uma desigualdade de gênero. A universalização escolar estava ligada a uma ideia de “domesticação” e “docilização” dos estudantes, futuros trabalhadores. (Oliveira, 2015)

> O Estado procurou deslocar o ideário de violência, punição e severidade nas séries iniciais do ensino para promover um aumento na abrangência social. Com isso, as mulheres teriam ganhado espaço na formação das escolas ‘normais’ porque competiria a elas essa tarefa de atenuar a severidade. Não foram poucas a pesquisas que demostraram a feminização do trabalho docente como parte de um processo que toma a vocação “natural” da mulher, cuidadora, preceptora, maternal e doce. (Oliveira, 2015,p.162)

A partir do exposto percebe-se o quanto a própria docência não surge de fato por interesse ou autonomia do gênero feminino, e sim por interesses nos resultados laborais das atividades fabril do começo do século.

Dentro das relações de trabalho é notória a diferença salarial. Nos anos iniciais no ensino fundamental o gênero feminino é predominante. Á medida que o nível de ensino vai aumentando aumenta a presença do gênero masculino. Pesquisas recentes do IBGE comprovam essa lógica.

> mulheres trabalham, em média, três horas por semana a mais do que os homens, combinando trabalhos remunerados, afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Mesmo assim, e ainda contando com um nível

> educacional mais alto, elas ganham, em média, 76,5% do rendimento dos homens. (Fonte: IBGE, 2018)

Apesar de todo evolução e avanços alcançados pelo gênero feminino ainda temos recorrentes em nossa história social resquícios de um patriarcalismo. A mulher perante o homem, segundo Strücker e Maçalai (2016) ainda continua sendo considerada incapaz de assumir responsabilidades quando se trata de espaços públicos. Embora também em muitos casos seja provedora de sua família, dificilmente repassa o cuidado com os filhos e afazeres domésticos para seus parceiros. Além da atenção com os filhos e ambiente doméstico, cuida do corpo e da estética, tendo uma carga desproporcional daquela que é cobrada de seus companheiros. O padrão heteronormativo exercitado por homens e mulheres mantém as estruturas do patriarcalismo.

As concepções de 'prática do professor' que se produziu ao longo dos tempos são de diferentes conceituações. Na década de 1970, a visão tecnicista ganhou espaço e tem repercussões até o momento atual. No meu caso, vivenciei processos de base tecnicista no ensino fundamental e médio, como aluna e na formação de graduação das licenciaturas e as proposições das práticas docentes.

A visão tecnicista consiste, grosso modo, na solução instrumental de problemas, mediante um conhecimento técnico e teórico onde "há neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividades, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional" Dermeval Saviani (2018, p.10). Dentro dessa concepção fui me constituindo enquanto aluna do ensino fundamental e médio.

Durante minha formação profissional passei por inserções de estágios voluntários e obrigatórios. Nesses momentos, apesar de já estar sendo abordadas outras concepções sobre a prática do professor, como o professor reflexivo, professor pesquisador, alguns professores das escolas básicas onde realizei esses processos de observação-ação, muitos compartilhavam suas práticas que,

por vezes, apresentavam perspectivas tecnicistas. Contudo, a presença da perspectiva reflexiva já era notável.

No processo de formação como graduanda, problematizei com diferentes sujeitos a noção de formação continuada de professores. Uma das bases dessas reflexões é a proposição de Shön (1992), Nóvoa (1999), Marcelo Garcia (1999), conhecida como 'perspectiva do professor reflexivo'. A noção conceitual proposta pro Shön (1992) é um dos conceitos que produziram em mim questionamentos fundamentais.

Pimenta (2002), trás a definição do conceito de professor reflexivo de Shön, onde o mesmo é entendido no primeiro momento pela *epistemologia da prática*, ou seja, valorização da prática profissional como momento de construção de conhecimento. O *conhecimento na ação* é o conhecimento tácito, implícito, interiorizado, que está na ação e que, portanto, não a precede. O conhecimento não sendo suficiente, o professor busca novas soluções, novos caminhos, o qual o autor chama de *reflexão na ação.* A partir de então o professor cria um repertório de experiências que Shön chama de conhecimento prático. Novas situações surgem superando o repertório criado, fazendo com que seja necessária uma nova busca, uma nova análise, uma contextualização, com novas perspectivas, para apropriação de teorias sobre o problema. O autor denomina esse novo momento de *reflexão sobre a reflexão na ação*. Dessa forma

> ... encontramos em Schön uma forte valorização da prática na formação dos profissionais; mas uma prática refletida, que lhes possibilite responder às situações novas, nas situações de incerteza e indefinição. Portanto, os currículos de formação de profissionais deveriam propiciar o desenvolvimento da capacidade de refletir. Para isso, tomar a prática existente (de outros profissionais e dos próprios professores) é um bom caminho a ser percorrido desde o início da formação, e não apenas ao final, como tem corrido com o estágio. (Pimenta, 2002, p.20)

A formação tecnicista é tão presente na formação da maioria dos professores em exercício, que parece entrar em choque para conseguir transmutar o processo de escolarização com as questões sociais que perpassam

o processo de ensino aprendizagem. Aqui se faz necessário a proposta de Shön no que se refere a professor reflexivo, fazermos os questionamentos necessários: O que eu pretendo com essa aprendizagem? Onde quero chegar? O que preciso que meus alunos alcancem enquanto pessoas em desenvolvimento ?

A presença do gênero feminino nos espaços políticos é de suma importância para que barreiras sociais, estruturais e culturais possam ser rompidas. Não é apenas se eleger para representar uma minoria política, mas sim fazer com que as vozes dessa minoria sejam ouvidas, já que as mesmas se encontram as margens da estrutura social. (Miguel, 2009). As desigualdades encontradas nas representações de gêneros acabam limitando e condicionando o avanço da igualdade, principalmente na área profissional, social e cultural.

Esses elementos acima, nos questionam sobre o quanto as condicionantes históricas e sociais impactam as práticas docentes, influenciando-as e direcionando seus resultados. A pergunta que fica é: “Em que medida as experiências docentes são capazes de produção de um conhecimento didático, social e cultural?”, “Em que medida a perspectiva reflexiva é produtora de saberes docentes capaz de transformar a realidade em que nossos alunos estão inseridos?”

Considerações finais

O presente trabalho se propôs a pensar a prática do professor iniciante a partir de experiências de vida vivenciada a partir do processo vivenciado por um dos autores do texto. A docência e a condição de mulher e professora. Vivenciar o processo educativo vai para além da simples vontade de ser um profissional formado e pronto a exercer sua profissão. Esse espaço de sala de aula e a própria instituição escolar produzem desafios de diferentes ordens: desde a gestão de pessoas aos modos de organizar o conhecimento. Esses elementos se colocam no plano central da ação docente.

Pensar a prática pedagógica como uma prática social é se tornar um professor reflexivo para além do espaço de sala de aula. É fazer com que essa prática transponha o conhecimento para o cotidiano. É estarem sempre ressignificando conceitos, saberes e atitudes, ter consciência que sua prática reflexiva é perpassada por questões políticas que vão além das políticas pedagógicas.

Os condicionantes históricos e sociais são marcantes dentro da instituição escolar. A profissão docente vive sob o mesmo conjunto de regras do mundo do trabalho. Contudo apresenta especificidades próprias da sua profissão, conforme nos indica. (Nóvoa, 1995, p.120)

Embora haja presença de mulheres na condição de docentes, não são suas perspectivas que determinam a forma como irá se constituir e se dar esse processo. Ainda há barreiras culturais, sociais e estruturais a serem rompidas para que as mulheres consigam se fazer representar de forma igualitário nos espaços públicos. (Miguel, 2009). Ter consciência dos condicionantes socioeconômicos, institucional e culturas é de fundamental importância para que as atitudes reflexivas possam nos emancipar.

Bibliografia

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. *Diário Oficial da União*, Brasília, de 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. - Secretaria de Educação fundamental – PCN's: **Parâmetros Curriculares Nacional**. Brasília: MEC/SEF, 2001

CALDEIRA, Anna Mria. Salgueiro.; ZAIDAN, Samira. **Prática pedagógica**. In: OLIVEIRA, Dalila A.; DUARTE, Adriana C.; VIEIRA Lívia Maria F. (Org.). ***Dicionário*:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte:

GESTRADO/FaE/UFMG, 2010. v. 1.http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=328

JOSSO, Marie Christine. **Caminhar para si.** Trad: Albino Pozzer. Porto Alegre: EDI`PUCRS, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. **Políticas de interesses, políticas do desvelo: Representação e singularidade feminina**. Revistas Estudos Feministas. Florianópolis, 2009, v.9, n. p.253 – 267

OLIVEIRA, Maria. Cláudia Santos. Lopes. de. **Narrativas e desenvolvimento da identidade profissional de professores**. Cad. CEDES; vol.32, nº88;Campinas: Set/Dez/2012

PIMENTA, Selma. Garrido. **Professor Reflexivo: construindo uma crítica.** P.17-47 IN:PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro (orgs) Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002. p.17-47.

STRÜCKER, Bianca e MAÇALAI, Gabriel. **Bela, recatada e do lar: os novos desdobramentos da família patriarcal.** UNISC, 2016**.**

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.**43ª ed. Ver. – Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SCOTT, Joan. **Género: uma categoria útil de análise história.** Educação & Realidade. Porto alegre, vol.20, nº 2, jul/dez.

SHÖN, Donald. **Educando o Profissional Reflexivo**. Tra: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul: 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e Formação Profissional**. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2012.

Ensino de Alunos Necessidades Educacionais Especiais na Universidade Federal de Pelotas: Observação Participante da Tutoria Entre Pares

Felipe Severo Sabedra Sousa

Até o século XX, o ensino de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, foi segregado, e pouco discutido, e muito menos aplicado. Agora, no século XXI, através da luta e demandas de deficientes, foram lentamente atendidas e institucionalizadas, mas que ainda não servem para estancamento completo das dificuldades de alunos e alunas excluídas das dinâmicas de ensino (CARNIEL, 2018).

O NAI- Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPel- Universidade Federal de Pelotas, iniciou suas atividades em 2008, por intermédio do Programa "Incluir", do Ministério da Educação, através do programa de Acessibilidade na Educação Superior, ao qual propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com NEE- Necessidades Educacionais Especiais acesso pleno às IFES- Instituições Federais de Ensino Superior

O NAI UFPel, foi implementado pela concretização do Plano de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Pelotas -UFPel-, aprovado pela Secretaria dos Conselhos Superiores -CONSUN- em 2016, bem como a efetivação das Leis 12.711/2012 e 13.409/2016 do governo federal, possibilitando a inclusão qualificada de todos a Universidade.

O programa Incluir, visa, como objetivo principal, fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidades nas IFES, os quais respondem pela organização de ações institucionais, e garantem a integração de pessoas deficientes ao ensino superior, assim os núcleos inseridos nas IFES melhoram o aceso de pessoas deficientes em espaços, nas ações e nos processos que se desenvolvem nos âmbitos acadêmicos.

A Pró- Reitoria de Graduação, inserida no gabinete do reitor, diante das demandas legislativas, implantou a Coordenação de Inclusão e diversidade -CID,

Dividida em: NUGEN – Núcleo de Gênero e Diversidade –, NAI – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão -NUAAD – Núcleo de Ações Afirmativas e Diversidade.

Promovendo ações de conscientização, discussão, formação compartilhada de coordenadores, técnicos- administrativos, professores, monitores, tutores e a comunidade de forma ampla, o NAI oferta serviços de apoio aos alunos dos diversos cursos de graduação, e participa ativamente das atividades fornecidas pela Universidade, além na organização e acervo de recursos didáticos adaptados, que possibilitem avanços nos processos de aprendizagem e inclusão.

A análise de Emma Ford (2016) sobre os benefícios com aplicações de novas leis para mudanças educacionais, analisa como, frequentemente, a sua implementação, impacta em diversos órgãos, escolas, faculdades, professores e todos os alunos, me ajuda aqui a pensar em como formas de adaptação da educação qualifica, ensina e aprende com o outro.

NAI visando melhor atender os estudantes, implementou três setores, decorrentes do núcleo: Atendimento Educacional Especializado -SAEE-, responsável pela avaliação, planejamento, assessoramento e acompanhamento do processo de inclusão, Seção dos tradutores e Interpretes de Libras – TILS-, auxilia em traduções, e aplicações de Libras na Universidade, e a Comissão de Apoio ao NAI – CONAI-, comissão de caráter consultivo, a qual assessora e garante suporte técnico e operacional ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

Uma das ações previstas pelo SAEE é o programa de tutorias acadêmicas NAI, o programa é uma iniciativa de oportunizar apoio, suporte e auxílio aos acadêmicos da UFPel, com deficiência ou com transtorno do Espectro do Autismo, em relação aos estudos e às aprendizagens acadêmicas.

O tutor realiza tutorias por 20 horas semanais junto ao seu acadêmico tutorado, nos espaços da UFPel, buscando em seus encontros o desenvolvimento, a organização e a sistemática de estudo, além de primar pela

participação de ambos em atividades de natureza artística, cientifica, política e cultural da UFPel.

Pela análise dos processos é possível observar que o potencial etnográfico pode problematizar muitas certezas atribuídas as políticas de acessibilidade e inclusão, pois dinamiza suas compreensões partindo das perspectivas dos agentes envolvidos e das evidências de como qualquer política é intermediada e vivenciada, de um modo diferente para cada agente envolvido (SCHUH, 2018).

Com o programa de tutorias acadêmicas abre-se a relação entre Antropologia e educação, e, portanto, um espaço para debate, reflexão e intervenção, onde os efeitos sobre a diferença cultural, étnica, e de gênero, os sucessos e insucessos do sistema de ensino em face de uma ordem social em mudança, e como a aplicação da Antropologia esteve presente nesses processos, no passado e no presente, preocupados com o universo das diferenças e das práticas educacionais (GUSMÃO, 1997).

O acadêmico tutor identifica problemas específicos de aprendizagem que comprometam o percurso do acadêmico tutorado, acompanha a preparação e desenvolvimento dos trabalhos realizados pelos acadêmicos tutorados, buscando melhorar seu desempenho acadêmico, minimizando barreiras atitudinais, pedagógicas e comunicacionais.

O NAI acompanha esses acadêmicos tutores, auxiliando em complicações que decorrem da tutoria, bem como objetiva-se em aprimorar sua formação acadêmica, desenvolvendo competências que proporcionem a compreensão dos processos de inclusão, aprendizagem, adaptação de recursos, acessibilidade e de tecnologia assistiva para pessoas com Deficiência, Transtorno do Espectro do Autismo e Superdotação.

É assim torna-se evidente que a educação inclusiva é coletiva, e, portanto, democrática, nunca segregadora, na qual todos os participantes são

beneficiados, e não se possui efeitos adversos de sua prática, tanto nos processos de aprendizagem quanto de socialização (FERRARI E SEKKEL; 2007).

É visível como as novas formas de acessibilidade e inclusão são necessárias para as práticas pedagógicas de assegurar, não apenas a presença, mas também a participação das “minorias” na comunidade universitária, bem como a promoção de sua autonomia e autodeterminação (CARNIEL, 2018).

Com essas estratégias são previstas as minimizações das dificuldades que conduzem a reprovação, desenvolvimento das atividades acadêmicas por parte dos acadêmicos tutorados deficientes, maior proximidade com o aluno para possível identificação de problemas acadêmicos e pessoais que possam estar interferindo em seus processos de aprendizagem acadêmica, e melhor desenvolvimento acadêmico através dos mecanismos oferecidos pela instituição.

A observação participante é um dos métodos etnográficos praticado por antropólogos em suas pesquisas de campo, e se torna um aliado importante nesta pesquisa para compreensão das relações traçadas dentro do programa de tutorias acadêmicas entre pares, visto que é realizado através de um relato autêntico fornecido pelos interlocutores em campo, pelo pesquisador familiarizado com os processos da localidade pesquisada (GEERTZ, 2009).

A presente pesquisa foi realizada por mim, acadêmico tutor do NAI, durante encontros de formação pedagógica para tutores e tutoras NAI, e em alguns encontros marcados com tutores e tutoras. Buscando o estranhamento e a compreensão do familiar com a visão de Boas (2004) de que é preciso conhecer não apenas como as coisas são, mas como elas vieram a se tornar assim.

Diferente do estar lá e estar aqui de Boas (2004), me insiro nessa pesquisa como objeto e sujeito da observação, tornando minha experiencia etnográfica em uma participação observante (VILLELA, 2002), analisando nas reuniões de formação para tutores e tutoras, as trocas de informações didáticas dentro dessas reuniões, os anseios de tutores, e como essas reuniões servem

para exposição dos desafios das tutorias, e suas possíveis resoluções, revelando-se como uma troca de experiências, assim me insiro nessa pesquisa enquanto pesquisador-tutor-aluno nas reuniões para formação de tutoras e tutores NAI.

A partir das experiências acumuladas ao longo da vida, no sentido amplo que a empregamos, não significa dizer que seja somente através delas, mas reconhecer que elas são as propulsoras para nos envolver nos processos de conhecimento e que, mais tarde, outros elementos poderão ser propostos para sua compreensão (SARTORI, 2015).

A experiência vivida (VELHO, 1978) realizada durante a pesquisa, exigiu empatia de ambas as partes, e ressaltou a questão que permeia muitos tutores sobre as questões didáticas aplicadas aos acadêmicos em tutorias. Quais os modos de explicação, ou de auxilio serão projetados pelo tutor para estimulo de estudo do colega universitário, qual o tipo de abordagem deverá ser aplicado, são inquietações que têm permeado nossas práticas enquanto tutores e tutoras NAI.

Em meio aos encontros e relatos de tutores e tutoras, as falas carregavam as muitas dúvidas em relação à própria deficiência, e a dificuldade de se colocar na posição do outro é sempre complexa e pouco utilizada, mas que deve ser posta como fundamental para o auxílio dos discentes, com o outro. Estes problemas relatados emergem de um sistema de ensino ainda com limitações, não projetado para inclusão, aonde a entrada desses estudantes é assistida, mas a sua permanência ainda necessita ser melhor garantida pelas universidades (FURLAN; RIBEIRO; 2015).

O que está sempre presente para os interlocutores em campo é a possibilidade de compreender o modo de pensar e de agir do outro, e, portanto, o auxiliar em seus desafios acadêmicos, além de realizar a troca de conhecimentos obtidos em sala de aula com o discente com NEE, e haver uma relação de troca ainda maior entre ambos, trocas de experiências de dentro e de fora da

universidade, o que torna a tutoria entre pares uma excelente forma de estimulo e aprendizagem para ambos.

A experiência obtida por intermédio do programa de tutorias acadêmicas entre pares do NAI vem contribuindo para a transformação dos espaços formativos da UFPel, tornando-os mais inclusivos. Através da implementação das tutorias, o desenvolvimento dos acadêmicos com deficiência e com autismo vai angariando suporte pedagógico e acadêmico, o qual tem sido significativo para a permanência destes alunos.

A observação participante se mostrou como um importante aliado para compreensão das relações traçadas em decorrência da realização das tutorias, e o quanto os acadêmicos tutores conseguem perceber que a educação inclusiva é de suma relevância também no contexto universitário.

A continuidade do programa de tutorias NAI parece ser consenso em nossa universidade, dado o comprovado progresso nos desempenhos acadêmicos dos estudantes em tutorias. compreendemos que se tem muito a conquistar para tornar os espaços educacionais inteiramente acessíveis para todas e para todos.

Como integrante deste programa do NAI posso afirmar que, o já conquistado, tem se tornado muito para os acadêmicos tutorados, e, portanto, aproveito para reiterar a importância da continuidade do programa de tutorias acadêmicas, assim como as demais ações do Núcleo que colaboram para a ampliação da acessibilidade e da inclusão.

Referências Bibliográficas

BOAS, Franz. Antropologia Cultural. Organização e Tradução Celso Castro. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2004.

CARNIEL, Fagner. Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná. Horiz. antropol., Porto Alegre , v. 24, n. 50, p. 83-116, abr. 2018.

FORD, Emma. Beyond Anthropology A level: opening up anthropology education. Teaching Anthropology, Vol. 6. Education and Communications Officer, Royal Anthropological Institute. 2016.

FERRARI, Miriam A. L. Dias; SEKKEL, Marie Claire. Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio. USP, São Paulo. 2007.

FURLAN, Fabiano; RIBEIRO, Sônia Maria. O Processo de Inclusão no Ensino Superior: Encontros e Desencontros dos Sujeitos que Participam deste Processo. UFSC, Tubarão. Revista POIÉSIS, V.9, n.16. 2015.

GEERTZ, Clifford. Obras e Vidas: O Antropólogo como Autor. UFRJ, Rio de Janeiro. 3ª edição. 2009.

GUSMAO, Neusa Maria Mendes de. Antropologia e educação: Origens de um diálogo. Cad. CEDES, Campinas , v. 18, n. 43, p. 8-25, Dec. 1997 .

SARTORI, Ari. ensino da Antropologia nos cursos de licenciatura e bacharelado: “o que” ensinam e “como” ensinam. Revista Café com Sociologia. Vol.4, nº2. mai. - jul. 2015.

SCHUCH, Patrice; VICTORA, Ceres Gomes; SILVA, Sergio Baptista da. As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico. Horiz. antropol., Porto Alegre , v. 24, n. 50, p. 7-23, abr. 2018 .

VELHO, Gilberto. “Observando o Familiar”. In: Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade Contemporânea. Editora Zahar.Rio de Janeiro. 1980.

VILLELA, Jorge Mattar. Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Mana, Rio de Janeiro , v. 8, n. 2, p. 220-222. 2002.

ANAIS – ISBN: 2317-0980

Os militares nacionalistas nas Forças Armadas Brasileiras: da Campanha da Legalidade (1961) ao Golpe Civil-Militar de 1964

Bruno Marinho Trindade[1]

Resumo. Este trabalho tem como objetivo apresentar algumas considerações sobre as ações dos militares nacionalistas das Forças Armadas brasileiras durante a Campanha da Legalidade, em 1961, das quais garantiram a posse de João Goulart à Presidência da República, até os anos que se seguiram ao Golpe de 1964 e deu início a uma Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional (SN). As ações destes militares, entre graduados que reivindicavam melhorias para suas categorias e questões mais amplas, como as Reformas de Base, e de oficiais que, mesmo em minoria, também se identificavam com o nacionalismo da ala considerada mais radical do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foram motivos para perseguições a estas pessoas mesmo antes do Golpe de 1964. Devido às premissas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que preconizava o combate à suposta ameaça comunista aos países ocidentais, estes militares eram considerados inimigos internos que precisavam ser eliminados. Com a instauração da Ditadura de SN, alguns destes militares passaram a integrar grupos de resistência armada para combatê-la.
Palavras-chave: Forças Armadas; Militares Nacionalistas; Campanha da Legalidade; Golpe Civil-Militar.

Considerações iniciais

O presente trabalho tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre as ações dos militares nacionalistas das Forças Armadas brasileiras entre os anos de 1961 e 1964. Este recorte temporal está relacionado com os eventos da Campanha da Legalidade, dos quais estes militares estiveram diretamente envolvidos, a fim de garantir a posse de João Goulart à Presidência da República, perpassando por uma série de outros acontecimentos, como o Movimento dos Sargentos, a Rebelião dos Marinheiros, a defesa das Reformas de Base e as tentativas de resistência contra o Golpe Civil-Militar de 1964. O início da década de 1960 correspondeu ao período em que as divergências ideológicas no interior das Forças Armadas brasileiras se tornaram mais perceptíveis. Com isto, para uma melhor compreensão dos acontecimentos aqui enfocados, faz-se

[1] UFSM, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, CAPES. Email: brunomt10@gmail.com.

também necessário retroceder até meados da década de 1940 a fim de, brevemente, demonstrar as origens de tais divergências.

Esta contextualização é importante para o melhor entendimento da pesquisa que se encontra em desenvolvimento e que tem como temática a participação dos militares trabalhistas na luta armada contra a Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional (SN) no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1964 e 1970. As fontes utilizadas para compor esta primeira etapa da pesquisa foram alguns livros de memórias de militares, o *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)* e depoimentos prestados por militares à Comissão Nacional da Verdade (CNV). Estes depoimentos foram interpretados e articulados com a leitura prévia de bibliografia acadêmica sobre o período aqui enfocado e que foram, também, utilizadas como referencial teórico, tornando possível a contextualização histórica de tais relatos.

As correntes ideológicas nas Forças Armadas Brasileiras entre as décadas de 1940 e 1960

O entendimento do que foi a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) é crucial, uma vez que, foi a partir da sua difusão, no interior das Forças Armadas brasileiras, que ocorreram sucessivas tentativas de golpes de Estado liderados por militares no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960. Com a participação do País na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve uma aproximação ideológica dos militares brasileiros com as Forças Armadas dos Estados Unidos da América (EUA). A partir disto, a DSN passou a ser "[...] ministrada na Escola Superior de Guerra, cuja criação, em 1949, com assistência técnica norte-americana e francesa, tinha por objetivo treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional" (ALVES *apud* BORGES, 2007, p. 20). Além disso, refletia a vinculação de empresários e latifundiários brasileiros com o capital externo, uma vez que, recebia o apoio das

"[...] empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra" (Idem, p. 35).

A DSN partia do pressuposto da existência de um "inimigo interno" que precisaria ser eliminado, pois este representaria um perigo para a suposta unidade nacional, entendida como uma sociedade 'harmoniosa', ou seja, sem a presença de qualquer tipo de questionamento às desigualdades sociais geradas pelo modo de produção capitalista. Negava, portanto, a ideia de luta de classes. Não por acaso, também eram enquadradas pela doutrina ao conceito de "inimigo interno", aquelas pessoas que questionavam as ações imperialistas do governo estadunidense no País. As pessoas que não concordavam com este *status quo* eram chamadas, de forma genérica, de "subversivas" ou "comunistas". Aos militares que não compactuavam com as premissas da DSN havia o agravante de serem relegados "[...] à condição de traidores, antipatriotas; pior, traidores entre camaradas de armas", o que era considerado um "fato imperdoável" (PADRÓS, 2005, p. 96). Em síntese, a DSN refletia a lógica da Guerra Fria, iniciada com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma vez que estava alinhada ideologicamente com os países do bloco capitalista liderado pelos EUA.

No entanto, apesar de ser preponderante dentro das Forças Armadas brasileiras, a doutrina em questão não contava com uma total adesão entre os militares. Desde meados da década de 1940, com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), por Getúlio Vargas, as ideias de viés nacionalista passaram a exercer uma considerável influência sobre os militares graduados[2] e, em menor grau, sobre os oficiais[3]. Neste último caso, destaca-se a tese do general Júlio Caetano Horta Barbosa, que defendia o monopólio estatal na exploração do petróleo, como uma das formas de tornar o País independente economicamente.

[2] O que corresponde a: soldado, marinheiro, cabo, sargento, subtenente e suboficial. Todos estes também podem ser chamados de praças.
[3] O que corresponde a: tenente, capitão, major, coronel, almirante, general, brigadeiro e marechal (este último posto foi extinto em 1967, após reforma estrutural feita pelo Exército).

A presença destas ideias entre os militares se tornou um motivo de tensão dentro dos quartéis nas décadas seguintes, pois ia contra as premissas da DSN, de combate à suposta "ameaça comunista" da qual a maior parte da oficialidade defendia. Conforme observa Sodré, "[...] após profunda desmoralização do comunismo, colocado na simples categoria de lepra social, [...], - tudo o que discrepasse dessa linha vesânica seria inculpado de subversivo [...]. Assim, a defesa do interesse nacional passava a ser crime perigoso" (2010, p. 367). Sobre isto, o capitão reformado do Exército, José Wilson da Silva, também relata em sua autobiografia, *O tenente vermelho*:

> O Movimento Nacionalista passou a defender os minérios estratégicos e todas as riquezas do subsolo como propriedades da Nação e não susceptíveis de ser explorado por empresas estrangeiras. [...]. O oficial ou sargento que se posicionasse defendendo as teses nacionalistas era afastado de comandos, transferido para unidades longínquas, criando dificuldades para sua carreira (2011, p. 205).

Não se deve desconsiderar, também, a penetração que o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tinha dentro das Forças Armadas brasileiras (mesmo que em menor escala), o que dentro do período que será aqui destacado, significava uma aproximação de ideias com a ala nacionalista do PTB, no que se refere à defesa de políticas centradas no anti-imperialismo, além da defesa das Reformas de Base[4]. Isto porque o PCB defendia a ideia de Revolução dividida em duas etapas, sendo a primeira delas correspondente a uma fase anti-imperialista e antifeudal, em que a parte da burguesia nacional não atrelada ao capital externo (basicamente dos Estados Unidos) teria a função de colaborar com a industrialização do País. Com isto, "sofreriam expropriação somente os grandes

[4] Série de propostas que visavam reformas econômicas, sociais e políticas do País. Entre as propostas de caráter econômico, estava a suspensão do pagamento da dívida externa, o controle e redução das remessas de lucro do capital estrangeiro, a estatização de setores industriais considerados estratégicos e a expansão do monopólio da PETROBRAS. Além disso, outras reformas eram propostas, tais como: a urbana, que visava o controle do crescimento desordenado das cidades e um combate à especulação imobiliária; a reforma eleitoral, que estenderia o direito ao voto para analfabetos e a legalização do PCB; a reforma universitária e a reforma agrária. Esta última a que encontrava maior resistência por parte da direita conservadora (GORENDER, 1987).

capitalistas brasileiros serviçais do imperialismo norte-americano" (GORENDER, 1987, p. 22). Esta seria, portanto, uma etapa obrigatória para um processo revolucionário que, sem se utilizar da luta armada, chegaria ao socialismo.

Em síntese, considera-se a existência de três principais correntes ideológicas dentro das Forças Armadas brasileiras, a partir da década de 1940: a primeira e a mais influente, principalmente entre a oficialidade, em função da sua difusão nas academias militares, correspondente à DSN; a segunda, de caráter nacionalista, ligada ao PTB e, por fim; a terceira, ligada ao PCB. As duas últimas, mesmo que de diferentes formas, situavam-se à esquerda daquela primeira e encontravam maior adesão entre os militares graduados. Com isto, nota-se que, a presença destes diferentes posicionamentos políticos foi um dos componentes geradores de conflitos dentro das instituições militares brasileiras nas décadas seguintes, atingindo o ponto máximo no início da década de 1960.

Luta e perseguição dos militares nacionalistas: da Campanha da Legalidade (1961) ao Golpe Civil-Militar de 1964

O caso da Marinha do Brasil é um dos exemplos em que conflitos por questões ideológicas ocorreram. No entanto, além disso, deve-se salientar que, outras demandas existiam, como no caso dos militares graduados, que reivindicavam melhorias nas condições de trabalho além de direitos civis e políticos. Estas pautas foram motivos de uma intensa mobilização para a criação de uma associação, o que ao longo do tempo acabou gerando tensões com a oficialidade. Conforme pode ser visto em livro autobiográfico, do ex-marinheiro Avelino Capitani, entre as reivindicações estavam o fim do "livro de castigo", que punia com a prisão os militares graduados considerados insubordinados, o direito ao casamento para aqueles graduados abaixo de sargento, o direito de votar e concorrer a eleições, de estudar, de usar trajes civis fora das repartições militares,

além de uma "[...] relação mais humana e fraterna com a oficialidade" (2005, p. 25).

Vale destacar que, a luta por direitos, por parte de militares graduados, não ficou restrita apenas à Marinha, uma vez que a realidade vivida por estes militares era semelhante nos quartéis do Exército e da Aeronáutica. Em depoimento à CNV, o capitão reformado do Exército, Darcy Rodrigues, relembra que se integrou ao Movimento dos Sargentos[5], "[...] incialmente lutando contra os estatutos, que estavam totalmente fora da realidade" e acrescenta que "só para se ter ideia o sargento não poderia casar-se antes de ter cinco anos de graduação, não podia usar trajes civis antes de cinco anos de graduação". Em função disso é que foi criado, em 1961, o Clube dos Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas. No entanto, isto não significava que não existisse uma preocupação política e social mais ampla por parte daqueles militares, dos quais muitos se identificavam com as ideias nacionalistas. Nesse sentido, conforme Darcy Rodrigues, com a ampla adesão de sargentos nas discussões pela mudança dos estatutos "porém, começava a haver alguns sargentos que iam um pouquinho além, que começavam a discutir algo mais, que começavam a questionar questões de ordem política, econômica, e questões sociais. Então esses a gente já puxava para outro grupo[6]".

Entretanto, a partir da renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, em agosto de 1961, seguida da tentativa dos ministros militares de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, do PTB, é que estes militares graduados misturaram suas antigas reivindicações com questões políticas mais abrangentes, como a defesa da Constituição. Desta forma, aderiram à Campanha da Legalidade, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura

[5] Iniciado em fins da década de 1950 e início de 1960, este Movimento liderado pelos sargentos das Forças Armadas brasileiras tinha como reivindicação mudanças nos estatutos militares.
[6] RODRIGUES, Darcy. Depoimento prestado à CNV em 19 de março de 2013, em São Paulo.

Brizola, também do PTB[7]. Com a recusa dos ministros militares de respeitar o que determinava a Constituição, o governador transferiu os estúdios da rádio Guaíba para o Palácio Piratini e de lá convocou a população civil a resistir ao golpe, por meio da recém-criada Cadeia da Legalidade. Além do amplo apoio recebido da população civil em várias regiões do Brasil, no Rio Grande do Sul Brizola também contou com o apoio da Brigada Militar e a adesão do III Exército que, com sede em Porto Alegre, possuía o maior e mais bem equipado contingente militar do País, com cerca de 120 mil soldados espalhados pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (BRANDALISE, 2017, p. 200).

É neste contexto que o relato de Capitani ilustra como se deu a fusão de uma série de reivindicações dos militares graduados, ligadas à categoria, com questões políticas mais amplas, quando diz que, "sentimento político, regionalismo[8], nacionalismo e mais descontentamento misturaram-se. Resolvi apoiar Brizola" (2005, p. 26). Estes fatos geraram uma série de embates entre militares graduados e oficiais em quartéis espalhados por todo o País. Isto porque, a maior parte da oficialidade, identificada com as premissas da DSN, apoiava o golpe liderado pelos ministros militares. Portanto, a adesão de setores importantes das Forças Armadas brasileiras à Campanha da Legalidade também refletiu uma quebra de hierarquia generalizada nas instituições militares. Em depoimento prestado à CNV, o capitão reformado do Exército, Amadeu Felipe Ferreira observa que naquele momento, quando servia no 18º RI, em Porto Alegre, os sargentos assumiram o comando do quartel, prendendo os oficiais que obedeciam as ordens

[7] Dentro do Partido, Brizola era a principal liderança política representante das ideias nacionalistas, centradas no anti-imperialismo. Seus atos administrativos como governador, assim como suas ações durante a Campanha da Legalidade, fazia com que suas ideias fossem consideradas mais radicais dentro do PTB, inclusive quando comparadas com João Goulart, tido como um moderado. Além da estatização de empresas de telefonia e de energia elétrica, que eram controladas por empresas estadunidenses, o governo de Brizola se notabilizou pelo início de uma reforma agrária e pelo grande investimento em educação (VAINFAS, 2007).
[8] Este militar era natural do Rio Grande do Sul.

dos ministros golpistas[9]. Sobre a adesão do comandante do III Exército à Legalidade, Ferreira observa que isso só foi possível porque "[...] o general Machado Lopes que era o comandante do terceiro exército só depois de receber essa notícia que nós mandamos pra ele [...] é que resolveu assumir a legalidade[10]".

A posse de João Goulart não representou o fim das tensões políticas no País e, tampouco, dentro das Forças Armadas. Neste último caso, deve-se destacar as perseguições que os militares que se colocaram a favor da democracia passaram a sofrer dentro dos quartéis, com punições que iam desde prisões até transferências para outras unidades militares espalhadas pelo Brasil. Estas punições ocorreram já durante as mobilizações contra a tentativa de golpe[11], mas continuaram mesmo após a posse de Goulart. Nesse sentido, Sodré faz uma observação para o que chama de uma "anomalia curiosa", pelo fato de que os "vencidos pareciam vencedores", pois "os militares que haviam assegurado à continuidade democrática passavam a ser perseguidos e marcados como elementos perigosos [...]. A situação, ao que tais dados indicavam, era de vitória do golpe militar e não de derrota" (2010, p. 459). Por outro lado, as transferências, que tinham por objetivo desarticular a organização política dos praças, acabaram gerando efeito contrário, pois as mobilizações dentro e fora dos

[9] Situação semelhante ocorreu também na Aeronáutica, quando o comandante da base aérea de Canoas, município próximo de Porto Alegre, acatou as ordens vindas do Ministério da Guerra para bombardear o Palácio Piratini, sede da resistência ao golpe e lugar rodeado por milhares de civis também dispostos a defender a democracia. No entanto, isto não ocorreu devido à mobilização de um grupo de militares graduados daquela base, como pode ser visto em livro autobiográfico do tenente-coronel reformado da Aeronáutica, Avelino Iost, quando diz que "[...] após ordem para preparar os aviões para decolar, houve resistência dos sargentos e suboficiais que, desarmados, dando-se as mãos, circundaram os aviões para impedir que os pilotos embarcassem" (2009, p. 36). Iost ainda acrescenta que o mesmo grupo de militares "[...] desligaram também nos aviões o acionamento de canhões e de bombas. A pressão de ar dos pneumáticos das aeronaves foi reduzida. Na pista foram colocados tonéis e outros obstáculos" (2009, p. 40).

[10] FERREIRA, Amadeu Felipe. Depoimento prestado à CNV em 19 de março de 2013, local: s/i.

[11] Um dos militares presos foi o marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott. Este oficial era conhecido pelo seu posicionamento legalista. Apesar do seu alto posto, acabou preso, quando divulgou um manifesto contra a tentativa de golpe dos ministros militares.

quartéis se intensificaram e ocorreram tanto pela conquista de direitos da categoria, quanto pela manutenção da democracia (incluindo-se aí a defesa das Reformas de Base).

No caso da Marinha, foi criada, em 1962, no Rio de Janeiro, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB)[12], mesmo sem o consentimento do Comando Naval. Esta Associação teve grande adesão entre os militares graduados da Marinha que criaram subsedes em outras unidades militares espalhadas pelo País. Vale destacar que, o não reconhecimento da AMFNB, pelo alto comando da Marinha, teve como consequência o aumento do caráter combativo dos marinheiros e fuzileiros navais. Com isto, houve uma aproximação da Associação com outros segmentos da sociedade civil, como os sindicatos de trabalhadores e movimentos de camponeses, que lutavam por reforma agrária, e o movimento estudantil. Nessa perspectiva, a defesa das Reformas de Base também estava na pauta da Associação, assim como nas demais Forças, das quais também mantinham contato com outras entidades civis. Conforme relata Amadeu Felipe Ferreira, citado por Costa, "tínhamos comitês eleitorais [...], ampliamos contatos com sindicatos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) [...], tínhamos reuniões dos movimentos das reformas de base, com representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), dos oficiais nacionalistas" (2007, p. 80).

A partir da posse de Goulart na Presidência da República, os militares graduados das três Forças receberam seu apoio para que, por meio do PTB, lançassem candidatos nas eleições parlamentares de 1962, embora a Constituição de 1946 proibisse. Naquele ano foram eleitos três sargentos para cargos legislativos em três estados do Brasil. No entanto, dois deles sequer

[12] De acordo com Capitani, na Associação existiam diversas correntes no campo da esquerda, no entanto "a posição predominante e seguida pela associação era de caráter nacionalista e democrático, muito influenciada por Brizola" (2005, p.38).

puderam tomar posse, pois foram impedidos pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esta decisão foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), após recurso dos militares. O mesmo ocorreu em 1963, com o já empossado sargento Antonio Garcia Filho. Após esta decisão, em setembro de 1963 ocorreu, em Brasília, uma revolta liderada pelo presidente do Clube dos Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas, o sargento da Aeronáutica, Antônio Prestes de Paula. O Movimento dos Sargentos foi contido e mais de 500 militares foram punidos com a prisão, sob a acusação de quebra de hierarquia. Este evento contribuiu para uma maior perseguição da cúpula das Forças Armadas aos militares graduados e, da mesma forma, para uma maior tensão com o governo de Goulart. Conforme acrescenta Fico, os "[...] oficiais das Forças Armadas acusaram-no de fomentar a quebra da hierarquia e da disciplina – princípios básicos dos militares" (2015, p.48).

Dentro dos quartéis, vários acontecimentos já evidenciavam o avanço dos planos que oficiais ligados a DSN faziam para um novo golpe de Estado. Em março de 1964, já corriam boatos na AMFNB de que seus diretores seriam presos, como parte dos planos dos oficiais golpistas da Marinha de assegurar que o golpe transcorresse sem a ameaça dos militares graduados. De fato, Capitani e outros membros da diretoria acabaram presos, o que, como consequência, transformou uma assembleia[13] da Associação em uma rebelião. A Rebelião dos Marinheiros chegou ao fim após a intermediação de João Goulart, que ordenou o envio de uma tropa do Exército ao local, como forma de garantir a segurança dos marinheiros e fuzileiros navais, além da substituição do ministro da Marinha, o almirante Sílvio Mota, conforme reivindicavam aqueles militares.

[13] Esta assembleia ocorreu no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, entre os dias 25 e 27 de março de 1964 e reuniu cerca de 4,5 mil marinheiros. A Rebelião dos Marinheiros é tida como um dos acontecimentos que serviram de pretexto para o desfecho do Golpe Civil-Militar de abril de 1964.

Um dos oficiais nacionalistas e ligados à causa dos marinheiros era o almirante Cândido Aragão, comandante do Corpo de Fuzileiros Navais. No desenrolar dos acontecimentos de 31 de março e 1º de abril, este oficial participou, no Rio de Janeiro, de algumas ações de resistência, comandando marinheiros e fuzileiros navais na intervenção a jornais favoráveis ao Golpe e na proteção de pontos estratégicos, como o edifício do Comando da Terceira Zona Aérea, da Aeronáutica, e a sede dos Correios e Telégrafos (ALMEIDA, 2014, p. 13). Além da tentativa de resistência de setores da Marinha, o mesmo ocorreu na Aeronáutica e no Exército. Conforme o relato de Amadeu Felipe Ferreira, citado por Costa (2007), teria sido possível barrar as tropas golpistas lideradas pelo general Mourão Filho, que se deslocava do estado de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro. Segundo ele, o bombardeio contra as tropas do general golpista só não ocorreu porque as ordens esperadas do presidente João Goulart não chegaram.

Com a não resistência ao Golpe, João Goulart, Brizola e várias outras lideranças políticas se exilaram no Uruguai. O mesmo ocorreu com os militares ligados às correntes de esquerda e com os legalistas. Muitos destes militares foram expulsos das Forças Armadas[14] ou desertaram para fugir de todo tipo de represálias que já ocorriam no momento do Golpe, como prisões, ameaças às suas famílias e até mesmo de execuções, como foi o caso do subcomandante da base aérea de Canoas, o coronel-aviador Alfeu de Alcântara Monteiro. Conforme depoimento de um médico oficial da Aeronáutica, citado no *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, Alfeu era nacionalista e, com o fracasso da resistência ao Golpe, acabou morto naquela base, com vários tiros disparados pelo coronel Hipólito Costa, após tentar resistir a ordem de prisão que lhe foi dada pelo brigadeiro Lavanere Wanderley, no dia 4 de abril de 1964.

[14] Segundo Maciel, após o Golpe, somente na Marinha "[...] cerca de 1500 marinheiros foram expulsos, incluindo todos os dirigentes da AMFNB [...]" (2013, p. 74).

Alguns dos militares exilados no Uruguai, juntamente com Brizola, passaram a planejar levantes (como a Operação Três Passos, em 1965) e, posteriormente, a formação de grupos de guerrilhas para derrubar a Ditadura instaurada (como a Guerrilha de Caparaó, entre 1966 e 1967). O mesmo ocorreu com outros militares que, apesar de identificados com o nacionalismo, se mantiveram afastados de Brizola, como Cândido Aragão, que montou a Resistência Armada Nacionalista (RAN).

Considerações finais

Com isto, nota-se que, no início da década de 1960, as Forças Armadas brasileiras não eram uma instituição ideologicamente homogênea. Nesse sentido, apesar de compor o aparelho coercitivo do Estado burguês, as Forças Armadas não estavam imunes às contradições geradas pelo modo de produção capitalista. Como visto, no caso dos militares graduados, as lutas por direitos para a categoria muitas vezes se misturaram com as lutas de trabalhadores urbanos e rurais, mantendo assim, estreitas ligações de seus clubes e associações com os sindicatos, os movimentos de trabalhadores sem terra, como as Ligas Camponesas, e o movimento estudantil. A origem de classe destes militares fazia com que se identificassem com as pautas destes movimentos.

Seguindo, então, esta ideia, podemos apontar que naqueles momentos que vão desde a participação dos militares graduados na Campanha da Legalidade (1961) até a defesa das Reformas de Base e a consumação do Golpe, em 1964, ocorreu não só uma quebra da hierarquia militar, como também um conflito de interesses que poderia colocar em perigo o Estado burguês. Os dois fatores relacionados, contribuíram não só para o Golpe Civil-Militar que se seguiu, como também para a brutal perseguição contra aqueles militares identificados, principalmente, com o nacionalismo de esquerda. Segundo as premissas da DSN, militares como Avelino Capitani, Avelino Iost, Darcy Rodrigues, Amadeu Felipe

Ferreira, José Wilson da Silva, Cândido Aragão, Alfeu Monteiro, entre tantos outros, eram considerados "subversivos" e "inimigos" do Estado. E, neste caso, não havia distinção entre praças e oficiais, pois todos eram considerados traidores da pátria pelo fato de serem militares.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Anderson da Silva. Almirante Aragão: Do Golpe de 1964 ao exílio no Uruguai. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 1, p. 02-27, 2014.

BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Orgs.). **O Brasil Republicano:** O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BRANDALISE, Carla. A Legalidade e o Legislativo: discussões e controvérsias em meio ao levante popular liderado pelo governador Brizola. In: _____; HARRES, Marluza. **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017.

COSTA, José Caldas da. **Caparaó:** a primeira guerrilha contra a ditadura. São Paulo: Boitempo, 2007.

CAPITANI, Avelino Bioen. **A rebelião dos marinheiros**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê Ditadura:** mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). 2.ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

FICO, Carlos. **História do Brasil Contemporâneo:** da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

MACIEL, Wilma Antunes. Militares de esquerda: participação política e engajamento na luta armada. **Perseu: História, Memória e Política**, v. 8, p. 64-91, 2013.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985):** do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. 4. ed. Porto Alegre: Age, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. **Revolução e democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil; v.3).

Práticas de pesquisa escolar no ensino de história: possibilidades para os docentes

Shana Vidarte Velasco[392]
Renata Braz Gonçalves[393]

Introdução

Práticas de pesquisa são essenciais no processo de ensino e aprendizagem no âmbito escolar desde os anos iniciais do ensino fundamental. O estudo da História em especial se destaca pelo trabalho com atividades de pesquisa e investigação.[394]

Contudo, observa-se que, muitas vezes, as práticas de pesquisa escolares se reduzem a cópia e a reprodução de informações pelos estudantes. Observa-se que um número expressivo de alunos, embora conheçam o código escrito, não são capazes de usar adequadamente estes conhecimentos de modo a atuarem nas diferentes práticas sociais letradas. Tal problemática ocorre em todos os níveis e disciplinas escolares, incluindo a História.

> O trabalho de pesquisa transforma-se, em muitos casos, numa maneira de o professor "vencer" determinados itens do programa sem efetivamente ensiná-los, e de os alunos conseguirem boas notas de uma forma fácil sem apreendê-los. As consequências dessa prática são bastante conhecidas: "barateamento", banalização do conceito de pesquisa e fraude no processo de ensino e aprendizagem [...]. Essas práticas são nocivas à formação de jovens e ao ensino de História, pois contribuem para a desvalorização social da disciplina (GUIMARÃES, 2015, p. 206).

Como podemos observar, irregularidades viabilizadas pelo uso não ético da informação desacreditam a disciplina de História, além de causar perdas talvez irreparáveis no processo de ensino e aprendizagem. O fato é que, muitas vezes, os estudantes não entendem o objetivo do trabalho solicitado, os docentes

[392] Bibliotecária da Universidade Federal de Santa Maria. Mestranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS, Brasil. E-mail: shana_vidarte@hotmail.com
[393] Professora do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Doutora em Educação. E-mail: renatas.braz@gmail.com
[394] Essa pesquisa é um dos resultados da dissertação de Mestrado em elaboração para o Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal de Rio Grande (FURG).

não os orientam da maneira mais adequada além de outros motivos que culminam na prática da "cópia", a qual, na maioria das vezes, é realizada através da internet (CAMPELLO, 2009). Certamente, as facilidades proporcionadas pelo avanço das tecnologias digitais contribuem para tal problemática. Moran (2013, p. 44) corrobora com essa questão ao dizer que "[...] hoje há certa preguiça intelectual, maior facilidade de copiar e colar, de repetir o previsível".

Devido a isso, são inibidas as potencialidades de construção de saberes e apreensão do conhecimento que a prática da pesquisa pode proporcionar. A pesquisa escolar é um processo imprescindível na formação e desenvolvimento intelectual dos estudantes, pois envolve desde o uso de habilidades na busca e seleção de fontes de informação; o registro e organização da informação até a avaliação e interpretação dos dados recuperados (PAULO; CASARIN, 2015).

Nesse contexto, Siman (2004) frisa que ensinar História envolve formar alunos com a capacidade de raciocinar historicamente e criticamente. O conhecimento histórico é resultado de operações cognitivas e sociais complexas que requerem dos alunos o desenvolvimento de capacidades que os habilitem a ter uma aprendizagem significativa. Nota-se, portanto, que para o aluno de fato aprender História é necessário que haja o desenvolvimento de habilidades específicas que o auxiliem na formação do pensamento histórico. Esse processo, por sua vez, exige que o estudante se torne cada vez mais independente em buscar e aplicar a informação.

A esse respeito, Lau e Cortés (2009) enfatizam que segundo os novos modelos educativos, o processo de aprendizagem acontece, principalmente, devido ao esforço e iniciativa pessoal dos próprios estudantes. De acordo com os autores:

> Na literatura se repete constantemente que as habilidades expressas através de um pensamento crítico constituem um complemento das competências que envolvem o domínio da informação. Ao mesmo tempo, o pensamento crítico se desenvolve à medida que as pessoas se

> tornam mais auto-suficientes no processo de aprendizagem, através dentre outras coisas de um uso mais efetivo dos recursos de informação (LAU; CORTÉS, 2009,p. 25, tradução nossa).

Observa-se assim, que o estudante ao buscar a informação de modo independente adquire habilidades que o ajudam a usá-la de modo mais efetivo e competente através de um processo chamado de Competência em Informação, cuja sigla é CoInfo (BELLUZZO, 2018). Acerca disto, Pereira (2015, p. 25) afirma que:

> a Competência em Informação estende o conceito de *literacy*, apresenta com maior amplitude as habilidades necessárias aos indivíduos, permitindo-os localizar, recuperar, avaliar, interpretar e agir sobre a informação, de forma autônoma, em todo o contexto de suas vidas.

A Coinfo "[...] pode ser implementada e desenvolvida em bibliotecas por meio de programas com o apoio de mediadores-bibliotecários e professores" (BELUZZO; SANTOS; ALMEIDA JÚNIOR, 2014, p. 61). A proposta de padrões e indicadores para a Competência em Informação foram apresentados por Belluzzo (2007) com base nos referenciais internacionais. A autora adaptou tais padrões à realidade nacional, sendo que esses podem ser adaptados e aplicados em qualquer ambiente e contexto. (FERES, 2015). A seguir, são descritos os padrões e os indicadores da CoInfo, os quais foram adaptados nessa pesquisa ao contexto dos alunos do ensino fundamental:

- ✓ Padrão 1 - Determina a natureza e a extensão da necessidade de informação. Nessa primeira etapa, o estudante realiza ações que visam identificar as informações que necessita para realizar a pesquisa como por exemplo: formula um problema ou pergunta para pesquisa; reflete sobre o que já sabe e o que falta saber sobre o assunto e delimita o período de tempo que a pesquisa deve abranger.
- ✓ Padrão 2 - Avalia criticamente a informação e as suas fontes. Essa etapa contempla o conhecimento do estudante sobre o universo informacional e as fontes de informação de História bem como a seleção e avaliação das fontes

de informação encontradas.

- ✓ Padrão 3 - Acessa a informação necessária com efetividade. O estudante nessa fase localiza e encontra a informação nas diferentes fontes, além de definir palavras chave e termos para realizar a busca.
- ✓ Padrão 4 - Usa a informação com efetividade para alcançar um objetivo/obter um resultado. Essa etapa envolve a capacidade do estudante em extrair a informação relevante além de organizar e apresentar um produto gerado pela apropriação da informação, como por exemplo: trabalho escrito, participação em discussão, elaboração de um material audio-visual, etc.
- ✓ Padrão 5 - Acessa e usa a informação ética e legalmente. Nessa fase, o estudante avalia se realizou um bom trabalho e lista as referências utilizadas.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Feres (2015 apud BELLUZZO, 2007, p. 95).

Entende-se que a Competência em Informação se constitui em um conjunto de competências fundamentais na sociedade atual, pois se constitui a base para a aprendizagem permanente e abrange todas as disciplinas, ambientes de aprendizagem e níveis de ensino (GASQUE, 2012). Em vista disso, considera-se relevante a discussão dessa temática em todos os segmentos do ensino, mas nessa pesquisa, pretende-se investigar ações de Competência em Informação no âmbito do ensino de História na educação básica.

Assim, tem-se como problemática desse estudo a seguinte questão: Como os docentes dos anos finais do ensino fundamental utilizam elementos de desenvolvimento da Competência em Informação no ensino de História? Para responder essa questão, tem-se como objetivo geral investigar como são desenvolvidas práticas de pesquisa escolar e uso de fontes de informação por professores de História e bibliotecários de duas escolas públicas da rede municipal de ensino da cidade do Rio Grande-RS. O objetivo geral desta pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

a) Verificar o papel do bibliotecário no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes;

b) Compreender como os professores e bibliotecários orientam a pesquisa escolar visando o desenvolvimento de competências informacionais;

c) Avaliar como as fontes informacionais e o espaço da biblioteca são utilizados como ferramentas de ensino;

Para atingir tais objetivos, foram realizadas entrevistas com professores e bibliotecários de duas escolas públicas do município do Rio Grande. A seguir, apresentamos o contexto da pesquisa bem como o percurso metodológico utilizado.

Contextualização da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com professores (as) do sexto ano do ensino fundamental e com os bibliotecários (as) de duas escolas localizadas no município de Rio Grande. Foram escolhidos como sujeitos deste estudo, os professores especificamente do sexto ano do ensino fundamental tendo em vista que a partir desse ano, há um professor com formação específica em História para ministrar a disciplina, ademais as práticas de pesquisa escolar são desenvolvidas de forma mais efetiva nessa fase de escolarização.

Segundo dados do Censo escolar de 2017, o município do Rio Grande possui 71 escolas municipais localizadas tanto na zona urbana como rural da cidade, com um número total de 970.394 alunos matriculados no ano de 2017. Para definir quais locais de aplicação dessa pesquisa, foram consideradas algumas particularidades em consonância com os objetivos propostos nesta pesquisa e às discussões já levantadas anteriormente. Por conseguinte, foram definidos os seguintes critérios:

1) Ser uma escola pública de ensino fundamental, para que os conhecimentos desenvolvidos nessa pesquisa sejam propostos para a melhora da educação pública;
2) Ter em seu quadro de professores pelo menos um (a) profissional docente que leciona História para o sexto ano do ensino fundamental.
3) Possuir em seu quadro de servidores um (a) profissional bibliotecário (a), tendo em vista que o trabalho com a Competência em Informação ressalta a importância da participação desse profissional na realização das atividades;
4) Seguir a proposta da pesquisa, manifestando interesse e empenho nas atividades.

No que se referem às escolas investigadas, as mesmas apresentam as seguintes características:

- ✓ Escola 1 - apresenta um total de 599 alunos e está localizada na zona urbana da cidade e oferta as seguintes modalidades de ensino: Pré-escola, Ensino fundamental e Educação de jovens e adultos (EJA). A escola dispõe de um bibliotecário e um professor de História para o sexto ano.
- ✓ Escola 2 - também está localizada na zona urbana do município. Possui 691 alunos e oferece as modalidades de ensino: Creche, Pré-escola, Ensino fundamental e EJA. Possui também um bibliotecário e um professor de História para o sexto ano.

A pesquisa-ação foi escolhida como proposta metodológica, a qual é definida como:

> [...] um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual, pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1996, p. 14).

Desta forma, a pesquisa-ação se mostra de fundamental importância diante da complexidade do fenômeno educacional aqui investigado, que inclui aspectos como métodos e práticas de ensino, utilização de materiais didáticos,

desenvolvimento de competências dentre outros. Em prosseguimento à pesquisa, segue a coleta de dados, etapa na qual o pesquisador estabelece o contato diretamente com o indivíduo ou grupos de indivíduos, com universo e a situação que está sendo investigada (MARCONI; LAKATOS, 2017). Para este fim, foram selecionados como técnica de coleta de dados a entrevista, a qual é descrita como como sendo "[...] uma conversa efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação que lhe é necessária" (MARCONI; LAKATOS, 2017, p. 109).

Na entrevista semiestruturada, as questões são formuladas de modo a permitir que o sujeito expresse seus pensamentos, tendências e opiniões a respeito dos temas apresentados (ROSA; ARNOLDI, 2014). Dessa forma, nesta pesquisa, optou-se pela entrevista semiestruturada tendo em vista que esta oportuniza aos entrevistados certa liberdade na exposição de suas ideias e opiniões. A seguir descrevem-se os dados coletados nas entrevistas, as quais foram analisadas pelo método de Análise de Conteúdo conforme proposta por Bardin (2011).

Pesquisa escolar em história: orientações e procedimentos

Devido a uma questão ética, as escolas bem como os professores e bibliotecários das escolas não serão identificados nesse estudo. Portanto, a professora da Escola 1 é aqui identificada como P1 e a bibliotecária desta escola como B1. O professor da Escola 2 é chamado de P2 e a bibliotecária desta escola como B2.

A seguir, apresenta-se um quadro com as categorias e subcategorias formuladas a partir de questões utilizadas nas entrevistas e a descrição dos resultados, conforme as etapas previstas na análise de conteúdo.

Quadro 1: Categorias e subcategorias da entrevista com as bibliotecárias

Categorias	**Subcategorias**	**Resultados extraídos das respostas dos entrevistados**
Utilização da biblioteca e de suas fontes de informação pelos discentes	Principais atividades e rotinas dos estudantes.	Escola 1 - A biblioteca é utilizada de forma esporádica para principalmente empréstimo de materiais, leitura, jogos e pesquisas escolares. Escola 2: Utilizam bastante a biblioteca para empréstimo de materiais e pesquisas escolares e principalmente para consulta aos computadores com acesso a internet.
Orientações do bibliotecário no processo de pesquisa escolar	Elementos da Competência em Informação	Ocasionalmente, as bibliotecárias fornecem orientações que incluem desde a definição do tema da pesquisa, a busca e localização das fontes de informação até a organização e interpretação das informações encontradas.
Interação professores e bibliotecários	Orientação da pesquisa na biblioteca; Participação do bibliotecário nas atividades pedagógicas.	Escola 1: A bibliotecária procura os professores para fornecer sugestões de materiais. Escola 2: Alguns professores comunicam a bibliotecária sobre o trabalho e solicitam auxílio com os materiais. Em ambas as escolas, as bibliotecárias não participam no processo de planejamento das

		atividades pedagógicas junto aos professores.

Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

Conforme explicitado, as bibliotecárias realizam algumas ações de Competência em Informação ao orientar as pesquisas quando os estudantes eventualmente vão até a biblioteca. Ademais, as mesmas fornecem orientações úteis para os estudantes não apenas na busca e seleção de fontes de informação, mas também no decorrer do processo de pesquisa em organizar e utilizar a informação. Desse modo ensinam aos alunos diversos procedimentos para que seja desenvolvido um eficiente trabalho de pesquisa. Sendo assim, busca-se refletir acerca da importância da função educativa desses profissionais pois as orientações repassadas pelos bibliotecários são essenciais para a compreensão do processo pesquisa e para o desenvolvimento das habilidades informacionais dos estudantes, as quais são um aporte para a construção do conhecimento.

Contudo, as falas das bibliotecárias demonstram a inexistente participação dessas profissionais no processo de planejamento de projetos e atividades escolares. Pereira e Silva (2012) destacam que a ausência dos bibliotecários nas atividades pedagógicas da escola é oriunda da cultura escolar instituída, em que os educadores não compreendem as inestimáveis contribuições que podem advir da inserção do bibliotecário nas práticas educativas da escola.

Apresenta-se a seguir um quadro com as categorias e subcategorias elaboradas segundo as entrevistas realizadas com os professores P1 e P2.

Quadro 2: Categorias e subcategorias da entrevista com os professores

Categorias	**Subcategorias**	**Resultados extraídos das respostas dos entrevistados**
Orientações do professor no processo de pesquisa em História	Elementos da Competência em Informação	Ambos os professores instigam a reflexão e o raciocínio crítico dos estudantes, além de incentivar os estudantes a

		citar a fonte em seus trabalhos. A professora P1 os incentiva a selecionar as informações básicas e secundárias; a ler vários textos de diferentes fontes e formular um único texto.
Uso de fontes de informação no ensino de História	Principais fontes utilizadas; Elementos da Competência em Informação	Livros, imagens, filmes históricos, revistas, jornais, documentários e outros; Os docentes enfatizam a necessidade de consultar *sites* seguros e confiáveis e evitar a prática da cópia.
Orientações do bibliotecário e biblioteca no processo de pesquisa	Fatores que dificultam um trabalho em conjunto com o professor	Em vista da carga horária reduzida destinada as aulas de História, falta tempo de planejar um trabalho com a biblioteca; O bibliotecário é o único funcionário de ambas as bibliotecas investigadas, o que limita sua atuação como agente educador.

Fonte: elaborado pelas autoras (2018).

Conforme se observa, os docentes fazem uso de alguns princípios da Competência em informação, mesmo sem perceberem. A professora P1, por exemplo, solicita que os estudantes escrevam os trabalhos a mão com o intuito de evitar a prática da cópia e incentivar o desenvolvimento de textos próprios. Os professores também fornecem algumas orientações sobre as fontes de informação a serem consultadas, por exemplo, em relação aos conteúdos encontrados na internet, os docentes enfatizam a necessidade de consultar *sites* seguros e confiáveis. Tais instruções são imprescindíveis visto que a internet oferece acesso ilimitado a muitos conteúdos e cabe ao professor ou ao

bibliotecário ensinar o estudante a avaliar criticamente as fontes encontradas e selecionar o conteúdo importante e confiável (AMARAL; CORTES; VELASCO, 2018).

Ainda outro elemento da Competência em Informação utilizado pelos professores é incentivo dado aos alunos para identificar a fonte de onde retiraram a informação contida em seus trabalhos escolares. Tal ação é de suma importância tendo em vista que os estudantes podem facilmente se apropriar de ideias e textos de outras pessoas.

Considerações finais

Conforme observado através da análise das entrevistas, tanto os docentes como os bibliotecários das escolas investigadas se empenham em promover práticas de pesquisa que visam à aprendizagem dos estudantes. Porém, os resultados analisados revelam que o desenvolvimento de competências informacionais no ensino de História é realizado com muitas limitações. Gasque e Cunha (2010) comentam que a Competência em Informação precisa ser vista como um programa transversal aos conteúdos de sala de aula, que deve ser responsabilidade de todos os educadores da escola (professores, coordenadores, assessores, orientadores e bibliotecários) de modo a obter uma mediação formativa, integrando os conteúdos de busca e de uso da informação aos conteúdos curriculares.

Conclui-se que os professores e bibliotecários das escolas realizam de modo informal algumas ações relacionadas à Competência em Informação, contudo, tais práticas são realizadas de forma isolada e esporadicamente. Acredita-se que programas de Competência em Informação devem ser desenvolvidos em conjunto com todos os educadores e associado às diversas disciplinas.

Salienta-se, portanto, a relevância de um trabalho em conjunto dos bibliotecários e docentes a fim de que o estudante compreenda o processo de pesquisa escolar e desenvolva competências informacionais que são fundamentais para a construção do conhecimento no contexto do ensino de História bem como em outras disciplinas.

Referências

AMARAL, Kauana Rodrigues; CORTES, Márcia Della Flora; VELASCO, Shana Vidarte. O bibliotecário e a biblioteca escolar: a reconfiguração das competências pessoais e profissionais em um mundo de incertezas. In: COSTA, Laís Braga; CAPORAL, Bibiana da Roza (Org.). **Desafios do mundo contemporâneo.** São Paulo: Pimenta Cultural, 2018. Cap. 5. p. 58-74. Disponível em: <https://www.pimentacultural.com/desafios-mundo-contemporaneo>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista; SANTOS, Camila Araújo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A competência em informação e sua avaliação sob a ótica da mediação da informação: reflexões e aproximações teóricas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p.60-77, maio 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19995>. Acesso em: 12 abr. 2018.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. **Competência em informação no Brasil:** cenários e espectros. São Paulo: Abecin, 2018. 215 p. Disponível em: <http://abecin.org.br/data/documents/E-Book_Belluzzo.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Letramento informacional:** função educativa do bibliotecário na escola. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 79 p.

FERES, Glória Georges. Competência em Informação: Interface entre as redes de conhecimento, criatividade e inovação. In: BELLUZZO, Regina Célia Baptista; FERES, Glória Georges; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). **Redes de conhecimento e competência em Informação**: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. Cap. 7. p. 215-245.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **Letramento informacional**: pesquisa, reflexão e aprendizagem. Brasília: Unb, 2012. 181 p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13025/1/LIVRO_Letramento_Informacional.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2017.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias; CUNHA, Marcus Vinícius da. A epistemologia de John Dewey e o letramento informacional. **Transinformação,** Campinas, v. 22, n. 2, p.139-146, ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 dez. 2017.

GUIMARÃES, Selva. **Didática e prática de ensino de História:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2015. 443 p.

LAU, Jesús; CORTÉS, Jesús. Habilidades informativas: convergencia entre ciencias de informacion y comunicacion. **Comunicar: Revista científica de Educomunicatión,** Andaluzia, v. 16, n. 32, p.21-30, 2009. Disponível em: <https://www.revistacomunicar.com/index.php?contenido=detalles&numero=32&articulo=32-2009-06>. Acesso em: 19 dez. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017. 349 p.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2013. 170 p.

PAULO, Rodrigo Barbosa de; CASARIN, Helen de Castro Silva. A construção do processo de pesquisa escolar: uma experiência com professores do ensino fundamental. In: SIMÕES, Elmira Luzia Melo Soares; BELLUZZO, Regina Célia Baptista (Org.). **Competência em informação**: teoria e práxis. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. Cap. 19. p. 283-296. Disponível em: <https://issuu.com/necfci-unb/docs/compet__ncia_em_informa____o>. Acesso em: 05 abr. 2018.

PEREIRA, Rodrigo. **Desenvolvendo a competência em informação**: resultados da prática no ensino fundamental. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. 184 p.

RIO GRANDE DO SUL**.** Secretaria de Educação. **Censo escolar 2017**: dados finais. Disponível em: http://servicos.educacao.rs.gov.br/pse/srv/estatisticas.jsp?ACAO=acao1. Acesso em 16 de novembro de 2018.

ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa**: critérios para a validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 112 p.

SIMAN, Lana Mara de Castro. O papel dos mediadores culturais e da ação mediadora do professor no processo de construção do conhecimento histórico pelos alunos. In: ZARTH, Paulo Afonso (Org.). **Ensino de História e Educação.** Ijuí: Unijuí, 2004. p. 82-107.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996. 108 p.